ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 47

Brasília - DF, sexta-feira, 9 de março de 2018

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Executivo 2
Presidência da República 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 4
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 11
Ministério da Cultura 17
Ministério da Defesa 23
Ministério da Educação 32
Ministério da Fazenda 36
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 76
Ministério da Integração Nacional 77
Ministério da Justiça 77
Ministério da Saúde 79
Ministério das Cidades 157
Ministério de Minas e Energia 159
Ministério do Desenvolvimento Social 173
Ministério do Esporte 173
Ministério do Meio Ambiente 173
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 174
Ministério do Trabalho 177
Ministério dos Direitos Humanos 182
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 184
Ministério Extraordinário da Segurança Pública 185
Ministério Público da União 188
Tribunal de Contas da União 193
Poder Judiciário 247
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 247

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.275 (1)

ORIGEM	:ADI - 91013 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	:DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**:MIN. MARCO AURÉLIO**
REDATOR DO ACÓRDÃO	:MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S)	:PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	:PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S)	:ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	:CONGRESSO NACIONAL
AM. CURIAE.	:INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA - IBDFAM
ADV.(A/S)	:RODRIGO DA CUNHA PEREIRA (30143/DF, 0037728/MG, 37728/MG, 307490/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	:GRUPO DE ADVOGADOS PELA DIVERSIDADE SEXUAL - GADVS
ADV.(A/S)	:PAULO ROBERTO IOTTI VECCHIATTI (242668/SP)
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS E TRANSGÊNEROS - ABGLT
ADV.(A/S)	:PAULO ROBERTO IOTTI VECCHIATTI (242668/SP)
AM. CURIAE.	:GRUPO DIGNIDADE - PELA CIDADANIA DE GAYS, LÉSBICAS E TRANSGÊNEROS
ADV.(A/S)	:ANANDA HADAH RODRIGUES PUCHTA (0080651/PR) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	:GISELE ALESSANDRA SHIMIDT E SILVA (74812/PR)
AM. CURIAE.	:LABORATÓRIO INTEGRADO EM DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO, POLÍTICAS E DIREITOS-LIDIS
ADV.(A/S)	:DANIEL ANTÔNIO DE MORAES SARMENTO (00073032/RJ)
AM. CURIAE.	:CENTRO LATINO-AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS - CLAM
ADV.(A/S)	:DANIEL ANTÔNIO DE MORAES SARMENTO (00073032/RJ)
AM. CURIAE.	:CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
ADV.(A/S)	:VICTOR MENDONCA NEIVA (15682/DF)
AM. CURIAE.	:DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
ADV.(A/S)	:GUSTAVO ZORTEA DA SILVA (33863/DF)

Decisão: Após o relatório e as sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Ausente, neste julgamento, o Ministro Gilmar Mendes. Impedido o Ministro Dias Toffoli. Falaram: pelo Ministério Público Federal, o Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, Procurador-Geral da República; pelo *amicus curiae* Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM, a Drª. Maria Berenice Dias; pelo *amicus curiae* Grupo Dignidade - Pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Transgêneros, a Drª. Gisele Alessandra Schmidt e Silva; pelos *amici curiae* Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero Políticas e Direitos - LIDIS e Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos - CLAM, o Dr. Wallace Corbo. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 7.6.2017.

Decisão: Após o voto do Ministro Marco Aurélio (Relator), julgando parcialmente procedente o pedido, para dar interpretação conforme ao art. 58 da Lei 6.015/1973, nos termos de seu voto, e após os votos dos Ministros Alexandre de Moraes, divergindo em parte do Relator, e o voto do Ministro Edson Fachin, julgando procedente a ação direta, no que foi acompanhado pelos Ministros Roberto Barroso, Rosa Weber e Luiz Fux, o julgamento foi suspenso. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 28.2.2018.

Decisão: O Tribunal, por maioria, vencidos, em parte, os Ministros Marco Aurélio e, em menor extensão, os Ministros Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes, julgou procedente a ação para dar interpretação conforme a Constituição e o Pacto de São José da Costa Rica ao art. 58 da Lei 6.015/73, de modo a reconhecer aos transgêneros que assim o desejarem, independentemente da cirurgia de transgenitalização, ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, o direito à substituição de prenome e sexo diretamente no registro civil. Impedido o Ministro Dias Toffoli. Redator para o acórdão o Ministro Edson Fachin. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 1º.3.2018.

Acórdãos

AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO 5 (2)

ORIGEM	:ADO - 148127 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	:DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**:MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
AGTE.(S)	:CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL - CSPB
ADV.(A/S)	:CIDINEY CASTILHO BUENO (139520/SP)
AGDO.(A/S)	:PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 2.2.2018 a 8.2.2018.

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. REAUTUAÇÃO DO PROCESSO COMO AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO. CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL (CSPB). ALTERAÇÃO DO ESTATUTO. LEGITIMIDADE ATIVA. REAJUSTE GERAL ANUAL NO ÂMBITO DA JUSTIÇA DO TRABALHO. ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA. EDIÇÃO DAS LEIS FEDERAIS 10.331/2001 E 10.697/2003. AUSÊNCIA DE OMISSÃO INCONSTITUCIONAL. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. DESPROVIMENTO.

1. A Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), por se tratar de confederação sindical, devidamente registrada e composta unicamente por entidades sindicais, é entidade legitimada à propositura de processos objetivos de controle de constitucionalidade, na forma do art. 103, IX, da Constituição Federal.

2. A competência do Presidente da República para regulamentar o art. 37, X, da Constituição Federal inviabiliza o ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão em face do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho. Ilegitimidade passiva *ad causam*. Precedente: ADI 2.061, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, Pleno, DJ de 29/6/2001.

3. O advento da regulamentação do art. 37, X, da Constituição Federal, para os servidores públicos federais, inclusive da Justiça do Trabalho, pelas Leis Federais 10.331/2001 e 10.697/2003, acarreta a ausência do interesse de agir da Recorrente. Precedentes desta CORTE: MI 1.872 AgR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Pleno, DJe de 2/12/2013; MI 2.182-AgR, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Pleno, DJe de 9/5/2013; MI 698-AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Pleno, DJ de 23/6/2006.

4. Agravo Regimental a que se nega provimento.

DECISÕES
Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Julgamentos

ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 165 (1)

ORIGEM	:ADPF - 23244 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	:DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**:MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
REQTE.(S)	:CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO - CONSIF
ADV.(A/S)	:ARNOLDO WALD (46560A/SP) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	:HELOÍSA SCARPELLI SOLER MARQUES (166101/SP)
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO CONSUMIDOR - ABRACON
ADV.(A/S)	:MARCUS ALEXANDRE SIQUEIRA MELO (0065342/RJ)
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA ATIVA DOS CONSUMIDORES DO BRASIL - APROVAT
ADV.(A/S)	:TONY LUIZ RAMOS (15007/SC)
AM. CURIAE.	:INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - IDEC
ADV.(A/S)	:WALTER JOSE FAIAD DE MOURA (17390/DF)
ADV.(A/S)	:ANDREA LAZZARINI SALAZAR (142206/SP)
ADV.(A/S)	:MARCOS VICENTE DIEGUES RODRIGUES (89320/SP)
AM. CURIAE.	:BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN
PROC.(A/S)(ES)	:PROCURADOR-GERAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR - APDC
ADV.(A/S)	:ILMAR NASCIMENTO GALVÃO (19153/DF)
ADV.(A/S)	:JORGE OCTÁVIO LAVOCAT GALVÃO (23437/DF)
ADV.(A/S)	:LUIZ FERNANDO PEREIRA (336324/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	:SINDICATO NACIONAL DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DA FORÇA SINDICAL
ADV.(A/S)	:ANDRÉA ANGERAMI CORREA DA SILVA (98391/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO DOS DIREITOS DOS CONSUMIDORES MUTUÁRIOS DA HABITAÇÃO, POUPADORES DA CADERNETA DA POUPANÇA, BENEFICIÁRIOS DO SISTEMA DE APOSENTADORIA E REVISÃO DO SISTEMA FINANCEIRO - PROCOPAR
ADV.(A/S)	:THAISA CRISTINA CANTONI MANHAS (35670/PR)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AM. CURIAE.	:INSTITUTO BRASILEIRO DE POLÍTICA E DIREITO DO CONSUMIDOR - BRASILCON
ADV.(A/S)	:WALTER JOSÉ FAIAD DE MOURA (17390/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS CONTRIBUINTES DAS REGIÕES SUL, SUDESTE, CENTRO-OESTE E NORDESTE - ACONTEST
ADV.(A/S)	:RODOLFO NASCIMENTO FIOREZI (184479/SP)
AM. CURIAE.	:CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S)	:MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO (002525/PI) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	:CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA - COFECON
ADV.(A/S)	:FLÁVIO AURÉLIO NOGUEIRA JUNIOR (31935/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIÊNCIA COMPLEMENTAR
ADV.(A/S)	:LARA CORREA SABINO BRESCIANI (24162/DF, 188430/RJ, 94601A/RS, 281148/SP) E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por maioria, deliberou iniciar o julgamento com a leitura dos relatórios e as sustentações orais das partes e em seguida suspendê-lo para prosseguimento em data a ser fixada pela Presidência, vencidos os Ministros Marco Aurélio e Gilmar Mendes, que propunham que o início do julgamento fosse adiado para fevereiro de 2014, e os Ministros Celso de Mello e Joaquim Barbosa (Presidente), que se manifestaram no sentido de que o julgamento, depois de iniciado, não fosse interrompido. Em seguida, após o relatório da Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental 165 e dos Recursos Extraordinários 591.797, 626.307, 631.363 e 632.212, e as sustentações orais, pela requerente Confederação Nacional do Sistema Financeiro - CONSIF (ADPF 165), do Dr. Arnoldo Wald; pelo recorrente Itaú Unibanco S/A (RE 591.797), da Dra. Cláudia Politanski; pelo recorrente Banco do Brasil S/A (RE 626.307), do Dr. Eros Roberto Grau; pelo recorrente Banco do Brasil S/A (RE 632.212), do Dr. Antônio Pedro da Silva Machado; pelo recorrente Banco Santander S/A (RE 631.363), do Dr. Marcos Cavalcante De Oliveira; e, pelos recorridos Manoel de Souza Moreira (RE 591.797), Edwaldo Donizete Noronha e outros (RE 626.307), Célia Natalina de Leão Bensadon (RE 632.212), Lúcia Helena Guidon (RE 631.363), do Dr. Luiz Fernando Casagrande Pereira, o julgamento foi suspenso. Impedido o Ministro Roberto Barroso. Ausentes, justificadamente, os Ministros Cármen Lúcia e Luiz Fux. Plenário, 27.11.2013.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

Decisão: Após as sustentações orais, pela Advocacia-Geral da União, do Ministro Luís Inácio Lucena Adams, Advogado-Geral da União; pelo *amicus curiae* Banco Central do Brasil (ADPF 165, REs 591.797, 626.307, 631.363 e 632.212), do Dr. Isaac Sidney Menezes Ferreira, Procurador-Geral do Banco Central; pelo *amicus curiae* Caixa Econômica Federal - CEF (REs 591.797 e 626.307), do Dr. Jailton Zanon da Silveira; pelo *amicus curiae* Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB (ADPF 165, REs 631.363, 591.797 e 626.307), do Dr. Oswaldo Pinheiro Ribeiro Júnior; pelo *amicus curiae* Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC (ADPF 165, REs 591.797, 626.307, 631.363 e 632.212), do Dr. Walter José Faiad de Moura; pelo *amicus curiae* Associação Paranaense de Defesa do Consumidor - APADECO (RE 591.797), da Dra. Gisele Passos Tedeschi; e, pelo *amicus curiae* Associação Civil SOS Consumidores (REs 631.363 e 632.212), do Dr. Danilo Gonçalves Montemurro, O julgamento foi suspenso. Ausentes, justificadamente, os Ministros Cármen Lúcia, Luiz Fux, Teori Zavascki e Roberto Barroso. Presidência do Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 28.11.2013.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Ministro Ricardo Lewandowski, converteu o julgamento em diligência para baixar os autos à Procuradoria Geral da República a fim de que profira nova manifestação. Votou o Presidente, Ministro Joaquim Barbosa. Impedidos os Ministros Cármen Lúcia, Luiz Fux e Roberto Barroso. Plenário, 28.05.2014.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, homologou o acordo. Nessa assentada, o Ministro Luiz Fux declarou-se habilitado a votar. Declarou suspeição o Ministro Edson Fachin. Impedido o Ministro Roberto Barroso. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 1º.3.2018.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.304, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Altera o Decreto de 19 de setembro de 2017, que institui o Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil - CG-Fies e estabelece competência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação vinculada aos contratos com instituições financeiras no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto de 19 de setembro de 2017, que institui o Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil - CG-Fies e estabelece competência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação vinculada aos contratos com instituições financeiras no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º O CG-Fies terá a seguinte composição:

I - três representantes do Ministério da Educação ou de autarquias a ele vinculadas;

II - dois representantes do Ministério da Fazenda;

III - dois representantes do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

IV - um representante da Casa Civil da Presidência da República; e

V - um representante do Ministério da Integração Nacional.
....." (NR)

"Art. 7º .....
.....

III - .....
.....

h) as condições da garantia obrigatória do FG-Fies para o estudante, de forma exclusiva ou concomitante com as garantias dadas pelo estudante financiado ou pela entidade mantenedora da instituição de ensino;

.....

j) as regras e as condições aplicadas ao aproveitamento dos descontos concedidos sobre os encargos educacionais de caráter coletivo, no âmbito do Fies; e

k) as regras de abatimento de que trata o art. 6º-B da Lei nº 10.260, de 2001.
....." (NR)

"Art. 8º .....

Parágrafo único. O Grupo Técnico promoverá reuniões com representantes de instituições de ensino e de alunos com o objetivo de ouvi-los sobre o aprimoramento do Fies." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de março de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Eduardo Refinetti Guardia
José Mendonça Bezerra Filho
Esteves Pedro Colnago Junior
Helder Barbalho

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 123, de 8 de março de 2018. Encaminhamento ao Congresso Nacional de Autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 Portaria nº 458, de 5 de junho de 2015 - Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Tereza, no município de Tauá - CE; e

2 Portaria nº 1.773, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Arte de Onça do Pitangui, no município de Onça do Pitangui - MG.

Nº 124, de 8 de março de 2018. Encaminhamento ao Congresso Nacional do ato constante da Portaria nº 1.827, de 7 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Armazém, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, no município de Armazém, Estado de Santa Catarina.

Nº 125, de 8 de março de 2018. Encaminhamento ao Congresso Nacional do ato constante da Portaria nº 1.475, de 9 de maio de 2016, que renova permissão outorgada à Fundação Ulysses Guimarães, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Processo nº 00001.000401/2018-97. Recurso Administrativo Hierárquico interposto pelo Estado do Rio Grande Sul, em face do Despacho do Ministro de Estado da Fazenda, publicado na edição de 16 de novembro de 2017 do Diário Oficial da União, Seção 1, página 64, que indeferiu a exclusão dos recursos advindos de depósitos judiciais de terceiros, de que trata a Lei Estadual nº 12.069, de 22 de abril de 2004, do cálculo da Receita Líquida Real - RLR. Baixo o feito em diligência, na forma do disposto no art. 39 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para que, diante do relatado às fls. 5 e 6 do recurso, o Ministério da Fazenda esclareça se foi assinado algum aditivo contratual com o recorrente, posteriormente ao recurso administrativo em exame, e junte aos autos a documentação correspondente. Intime-se o recorrente, para ciência, nos termos do disposto no art. 41 da Lei nº 9.784, de 1999. Em 8 de março de 2018.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 328, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Substituto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial do dia 12 de janeiro de 2017, combinado com o art. 121, inciso VII, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 49, de 31 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia seguinte, e

Considerando que o Grupo Técnico de Vistoria e Avaliação atestou a compatibilidade do valor apurado no Laudo (LVA) com o mercado atual;

Considerando o Parecer da Procuradoria Federal Especializada junto ao INCRA em Petrolina/PE, que se manifestou pelo cabimento da aquisição, desde que cumpridas as condicionantes contidas no PARECER N. 00079/2017/PFE/SR-29/PFE-INCRA-PNZ/PGF/AGU;

Considerando a manifestação da Divisão de Obtenção, informando que as providências recomendadas para o seguimento do feito são perfeitamente sanáveis e poderão ser atendidas de forma célere; e

Considerando por fim, a decisão unânime do Comitê de Decisão Regional, que aprovou a proposta de aquisição da área de 712,2399 hectares pelo valor total de R$ 2.469.362,21 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, trezentos e sessenta e dois reais e vinte e um centavos); resolve, ad referendum do Conselho Diretor:

Art. 1º Autorizar o Superintendente Regional do Médio São Francisco - SR-29/MSF a adquirir, por compra direta, o imóvel rural denominado "Fazenda Genipapo - Lote 390 da Gleba Carranca", de propriedade de Fazenda São Paulo S/A, localizado no Município de Santa Maria da Boa Vista/PE, com área proposta de 712,2399 hectares, pelo valor total de R$ 2.469.362,21 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, trezentos e sessenta e dois reais e vinte e um centavos).

Art. 2º Determinar que a SR-29/MSF, a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - DT e a Diretoria de Gestão Administrativa - DA adotem as medidas necessárias para assegurar o cumprimento do feito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO JOSÉ NASCIMENTO

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO

NORMA DE EXECUÇÃO Nº 119, DE 2 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre procedimentos operacionais e administrativos inerente ao Crédito de Instalação quanto a previsão específica de celebração de acordo de cooperação técnica com os órgãos da administração pública federal, estadual, distrital e municipal, conforme previsto no Decreto n° 9.066, de 31 de maio de 2017, para elaboração de projetos e laudos afetos a operacionalização do Crédito de Instalação.

O DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO (DD), DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº. 8.955/2017, que aprovou a Estrutura Regimental da Autarquia, especificamente ao contido no Inciso III do art. 15, da referida Estrutura Regimental, e as alterações aprovadas pelo Decreto n° 9.281, de 07 de fevereiro de 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 28, de 08 de fevereiro de 2018, e;

Considerando que os projetos de estruturação da unidade produtivas e projetos técnicos podem ser elaborados por serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater, conforme definido no inciso I do caput do art. 2° da Lei n° 12.188, de 11 de janeiro de 2010 ou por profissionais habilitados, podendo ser servidor do INCRA, de suas prestadoras de assistência técnica, ou de órgãos da administração pública federal, estadual, distrital e municipal, que estabeleçam acordo de cooperação técnica, convênio ou outro instrumento congênere

Considerando a necessidade de apoiar os beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, por meio de disponibilização célere de assistência técnica para elaboração de projetos de estruturação da unidade produtiva e projetos técnicos exigidos como condicionantes de modalidades do Crédito de Instalação; e

Considerando a necessidade de regulamentação quanto à previsão específica de assistência Técnica quando prestada pelos órgãos da administração pública federal, estadual, distrital e municipal que estabeleçam acordo de cooperação técnica, conforme previsto no Decreto n° 9.066, de 31 de maio de 2017, resolve:

Art. 1º. A assistência técnica prevista no Decreto nº. 9.066/2017 poderá ser prestada por profissional habilitado de órgãos da administração pública federal, estadual, distrital e municipal que estabeleçam acordo de cooperação técnica.

Art. 2º. As diversas etapas de operacionalização do crédito poderão ser executadas por profissional habilitado de órgãos da administração pública federal, estadual, distrital e municipal que estabeleçam acordo de cooperação técnica.

Art. 3°. Os Componentes da equipe técnica prevista no acordo de cooperação técnica - ACT, responsáveis pela elaboração dos projetos de estruturação da unidade familiar, dos projetos técnicos e dos laudos, deverão ser profissionais habilitados e serão previamente capacitados junto a uma das Superintendências Regionais do INCRA.

§ 1º. Os profissionais habilitados deverão ser credenciados para poder elaborar projetos técnicos e produtivos, mediante o preenchimento de Formulário de Inscrição (vide Anexo I), devendo constar como anexo cópia da Carteira de Identidade Profissional ou a Certidão do Órgão de Classe acompanhado do documento de identificação pessoal.

§ 2º. A data da capacitação deverá ser informada aos Profissionais mediante e-mail ou outro meio hábil.

§ 3º. O controle e monitoramento dos profissionais participantes da capacitação dar-se-á via "Planilha Eletrônica de Controle do Credenciamento de Profissionais" (**vide Anexo II**), para preenchimento dos campos: N° do Processo, Nome, CPF, Formação, N° de Registro Profissional, Telefone, E-mail, Nome do Órgão, CNPJ, Data de Inscrição, Data de Participação do Curso.

Art. 4º. Na capacitação supracitada a Divisão de Desenvolvimento local deverá orientar os profissionais habilitados oriundos dos acordos de cooperação técnica, quanto aos objetivos do Crédito de Instalação, as normas aplicadas quanto à operacionalização, quanto aos modelos exemplificativos de projetos e laudos relativos às modalidades de Crédito, quanto aos critérios firmados pelo Incra, da interpretação do Decreto nº 9.066/2017 e os preceitos fixados nas normas porventura editadas pelo Incra, conforme roteiro exemplificativo em anexo (vide Anexo III).

Art. 5º. Concluída a capacitação, a Superintendência Regional deverá emitir um Certificado de Credenciamento (vide Anexo IV), o qual valerá para habilitação pelo período de vigência do acordo, ressalvada a necessidade de alteração das normas aplicáveis à operacionalização do crédito.

Parágrafo Único. A critério do Incra, havendo alteração normativa quanto ao Crédito de Instalação, a validade do Certificado de Credenciamento citado no *caput* poderá ser reduzida, bem como os técnicos já credenciados e capacitados, chamados para participação de capacitação complementar.

Art. 6º. Ao final de cada curso de capitação a Divisão de Desenvolvimento deverá lançar na planilha de monitoramento a data de participação do profissional no curso de credenciamento (Anexo II).

Art. 7°. Somente técnicos habilitados credenciados e capacitados junto ao Incra poderão apresentar projetos e laudos (Anexo V e VI) visando a concessão de modalidade de Crédito de Instalação.

Parágrafo único - Os projetos referidos no *caput* poderão ser orientados pelo Laudo Agronômico de Fiscalização, pelo Estudo da Capacidade e Geração de Renda do Imóvel (ECGR), pelo Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), Plano de Recuperação do Assentamento (PRA), ou por Planos de Desenvolvimento Territorial, entre outros documentos relevantes, sem prejuízo da participação efetiva dos beneficiários.

Art. 8°. Executados os serviços previstos neste Acordo de Cooperação Técnica, o seu objeto será recebido pelo INCRA, da seguinte forma:

§ 1º. Provisoriamente: os serviços serão submetidos em meio digital à Divisão de Desenvolvimento da Superintendência Regional, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, e após análise, se o caso, poderá ser devolvido para as correções devidas.

§ 2º. Definitivamente: após a aprovação definitiva do serviço pela Divisão de Desenvolvimento da Superintendência Regional, além do serviço em meio digital, o Executor deverá apresentar ao INCRA os relatórios técnicos e ou projetos/laudos impressos, devidamente assinados pelos servidores responsáveis.

Art. 9°. A Divisão de Desenvolvimento ao recepcionar o projeto produtivo ou técnico deve verificar se o projeto atende aos requisitos mínimos exigidos:

I - Se todos os itens do Roteiro do Projeto de Estruturação da Unidade Produtiva e/ou Projeto Técnico, para aplicação do crédito de instalação estão preenchidos;

II - Se todos os anexos indicados no projeto estão acostados;

III - Verificar se o profissional que assina o projeto está credenciado e habilitado no INCRA;

IV - Verificar se o projeto está assinado pelos membros da unidade familiar e pelo profissional habilitado;

V - Verificar se o objeto do projeto está contextualizado no corpo do mesmo.

Art. 10. No âmbito da Divisão de Desenvolvimento os projetos ou laudos deverão ser vinculados aos processos individuais dos beneficiários.

Art. 11. Após a verificação dos requisitos mínimos exigidos quanto a projetos e laudos elaborados pelos técnicos, a Superintendência Regional dará seguimento à operacionalização do crédito via Sistema Nacional de Concessão e Cobrança do Crédito de Instalação - SNCCI.

Art. 12. A responsabilidade civil e penal quanto ao objeto do projeto produtivo e dos laudos será de inteira responsabilidade do profissional habilitado.

§ 1º. Constatada qualquer irregularidade na conduta do profissional habilitado durante a aplicação do crédito, a Superintendência Regional, conforme a natureza e gravidade do fato, adotará as medidas necessárias à responsabilização penal, cível ou administrativa, quando for o caso.

§ 2º. Qualquer contestação quanto ao trabalho realizado oriundo de órgãos da administração municipal, estadual, federal ou distrital, sujeitará em suspensão imediata do credenciamento e habilitação do profissional sem prejuízo de eventual responsabilização civil e penal.

Art. 13. Ficam convalidados os acordos de cooperação técnicos porventura em vigência, devendo apenas ser providenciado o credenciamento e a capacitação, caso não tenha ocorrido, dos profissionais habilitados nos termos desta norma.

Art. 14. O acordo de cooperação técnica - ACT (Anexo VII), constante nesta norma, representa uma minuta de modelo dessa espécie de instrumento.

Art. 15. Os anexos desta Norma de Execução representam apenas modelos exemplificativos, devendo cada superintendência adequá-los no sentido de atender as peculiaridades locais porventura existentes.

Art. 16. Os laudos para liberação de operações complementares de modalidades do crédito de instalação não necessariamente deve ser emitido pelo profissional habilitado que elaborou o projeto.

Art. 17. Os casos omissos na presente Norma de Execução serão dirimidos pela Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

Art. 18. Esta Norma de Execução entra em vigor na data de sua publicação.

EWERTON GIOVANNI DOS SANTOS

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO

Processo nº 00100.000093/2018-81
Interessado: NOTORIUM CERIFICADORA

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR NOTORIUM CERTIFICADORA, vinculada à AC DOCCLOUD RFB.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

DESPACHO

Entidade: AR DOCCLOUD
Processo nº: 00100.000578/2018-75

DEFIRO o pedido de autorização do funcionamento dos Postos Provisórios da AR DOCCLOUD, vinculada à AC DOCCLOUD RFB, pelo prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de deferimento, como segue:

PP Santa Efigênia - Avenida do Contorno, nº 4480, Sala 1502 E 1503, Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG,

PP Astolfo Dutra - Praça Governador Valadares, 41, Centro, Astolfo Dutra, MG, CEP 36780-000

INDEFIRO o pedido de autorização do funcionamento dos Postos Provisórios da AR DOCCLOUD, como segue:

PP Resende - Rua Dos Eucaliptos, nº 832, Cidade Alegria, Resende/RJ,

PP Petrópolis - Rua Doutor Nelson de Sá Earp, Centro, Petrópolis/RJ,

PP Acisb - Rua Duque de Caxias, 490, , Centro, Santa Bárbara D'Oeste/SP,

PP Guarapar - Rua Getúlio Vargas, n° 100, sala 1, Centro, Guarapari/ES,

PP Cr Cert - Rua Genoveva de Souza, nº 1082, Letra A, Sagrada Familia, Belo Horizonte/MG,

PP São João Evangelista - Rua Senador Kubitschek, nº 63, São João Evangelista, São João Evangelista/MG,

PP Teresopolis - Rua Francisco Sá, n° 61, sala 2014, Várzea, Teresopolis/RJ,

PP Jacupemba - Rua Pedro Paulo Favalessa, nº 8, Jacupemba, Aracruz/ES,

PP Jaguaré - Avenida 9 de Agosto, nº 1644, centro Jaguaré/ES,

PP São Mateus - Avenida Jones Santos Neves, nº 573, Centro, São Mateus/ES,

PP Sindcond - Rua dos Alecrins, nº 940, Cambuí, Campinas/SP,

PP Ribeirão Preto - R. Visconde de Inhaúma, nº 490 13º andar Sala 1307, Centro, Ribeirão Preto/SP,

PP São Bernardo do Campo - R. Jurubatuba, nº 1350, Sala 1015, Centro, São Bernardo do Campo/SP,

PP São José do Rio Preto - Rua Armando Oliveira Cobra, nº 50 13° andar, Parque Residencial Acquarius, São José do Rio Preto/SP,

PP Seven Certificadora Digital Eireli-ME - Rua Ingaí, nº 156, Conj 140, Vila Prudente, São Paulo/SP,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PP Sicoob SC - Rua Tenente Silveira, nº 94, Centro, Florianópolis/SC,

PP Talisma Contabilidade Ltda - EPP - Rua Eloi Silva, nº 136, Sala 01, Centro, Tijucas/SC,

PP Certific - Rua General Péricles, nº 14, Sala 02, Ilha de Santa Luzia, Mossoró/RN,

PP Sao Felix Do Xingu - Avenida Goias, nº 2021, Sao Francisco, Sao Felix Do Xingu/PA,

PP AR Certifica Tche Ltda - EPP - R PE. Roque Gonzales, nº 87, Centro, Santo Augusto/RS,

PP Rodeiro - Praça São Sebastião, nº 9, A Casa, Centro, Rodeiro/MG,

PP Visconde do Rio Branco - Rua Major Felicissimo, nº 501, Loja 03, Centro, Visconde do Rio Branco/MG,

PP Sao Felix Do Xingu - Avenida Goias, nº 2021, Sao Francisco, Sao Felix Do Xingu/PA,

PP Guabirotuba - Rua Engenheiro José de Freitas Saldanha, nº 419, Guabirotuba, Curitiba/PR.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

DESPACHO

Processo nº 00100.000629/2018-69
Interessado: AR ROCHA

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ROCHA, vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

DESPACHO

Processo nº 00100.000869/2018-63
Interessado: AR ACC

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR ACC, vinculada às AC Certisign JUS, AC Certisign JUS SSL e AC Certisign JUS CodeSigning.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

DESPACHO

Processo nº 00100.001265/2018-34
Interessado: AR DOCCLOUD

DEFIRO o pedido de autorização do funcionamento do Posto Provisório da AR DOCCLOUD, vinculada à AC DOCCLOUD RFB e nas demais cadeias nas quais a AR encontra-se credenciada, pelo prazo de 30 (trinta) dias contado da data do deferimento, como segue:

PP AV. PEDRO ABRANTES - CENTRO, 168 B - MALACACHETA/MG.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

DESPACHO

Processo nº 00100.001387/2018-21
Interessado: AR RG Digital Certificadora

DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR RG DIGITAL CERTIFICADORA, vinculada às AC Certisign Múltipla, AC Certisign Múltipla SSL e AC Certisign Múltipla CodeSigning.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

DESPACHO

Processo nº 99990.000026/2016-85
Interessado: AC Certisign JUS codesingnig

DEFIRO o pedido de alterações propostas pela AC CERTISIGN JUS CODESIGNING, vinculada à AC JUS, na DPC, PC A1 e PC A3 (versões 1.2).

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

DESPACHO

Processo nº 99990.001143/2017-47
Interessado: AR ANALYSES

DEFIRO o pedido de credenciamento da AR ANALYSES, vinculada à AC SERPRO RFB, com sede no endereço RUA Av. Jefferson Geraldo Bruno Nº 3.000, sala Comercial - 2º Piso, Paraíso - Resende/RJ.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

DESPACHO

Processo nº 99990.001467/2017-85
Interessado: AR SMART BRASIL LTDA. - ME

DEFIRO o pedido de credenciamento da AR SMART BRASIL LTDA. - ME, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com sede no endereço RUA SANTOS DUMONT Nº 1029 - ZONA 03 - Maringá/PR.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, no Decreto nº 8.198, de 20 de fevereiro de 2014, e o que consta do Processo SEI nº 21000.018235/2016-01, resolve:

Art. 1º Fica estabelecida a Complementação dos Padrões de Identidade e Qualidade do Vinho e Derivados da Uva e do Vinho, na forma desta Instrução Normativa e do seu Anexo.

Art. 2º Esta Instrução Normativa aplica-se ao vinho e derivados da uva e do vinho comercializados em todo o território nacional, produzidos no Brasil e importados.

CAPÍTULO I

Do Âmbito de Aplicação e das Disposições Gerais

Art. 3º Esta Instrução Normativa aplica-se ao vinho e derivados da uva e do vinho: suco de uva, polpa de uva, fermentado de uva desalcoolizado, filtrado doce, jeropiga, mistela, mistela composta, conhaque, bagaceira, grappa ou graspa, aguardente de vinho, pisco, licor de conhaque fino ou de brandy, licor de bagaceira ou grappa ou graspa, cooler com vinho, sangria, coquetel de vinho ou bebida alcoólica mista de vinho, alcoólico composto, vinagre e vinagre balsâmico.

Art. 4º Para os fins desta Instrução Normativa, entende-se por borra, o resíduo proveniente do processo de industrialização da uva durante a elaboração de vinhos e derivados da uva e do vinho, depositado após decantação do mosto, após a fermentação, no armazenamento ou após prática enológica autorizada.

Art. 5º O vinho e derivados da uva e do vinho utilizados na elaboração das bebidas derivadas da uva e do vinho devem obedecer aos respectivos padrões de identidade e qualidade definidos na legislação vigente.

Art. 6º Para o adoçamento do derivado da uva e do vinho cujo padrão de identidade e qualidade permita a adição de açúcares, é permitida a adição de sacarose, a qual pode ser substituída total ou parcialmente por açúcar invertido, glicose ou frutose na forma sólida.

Parágrafo único. Para o adoçamento de derivados da uva e do vinho, em cujo padrão de identidade e qualidade esteja prevista a adição de água, é admitido o uso de diluições e xaropes dos açúcares previstos neste artigo.

Art. 7º Ao derivado da uva e do vinho destilado é permitido o corte com destilado de igual natureza, na proporção necessária para conduzir os parâmetros analíticos aos limites estabelecidos.

Art. 8º No caso do derivado da uva e do vinho destilado, a destilação deve ser efetuada de forma que o destilado tenha o aroma e o sabor dos elementos naturais voláteis contidos no mosto fermentado, derivados exclusivamente do processo fermentativo ou formados durante a destilação.

Art. 9º Adicionalmente ás limitações tecnológicas estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o aditivo, o coadjuvante de tecnologia de fabricação, o recipiente e as demais substâncias utilizadas na elaboração do vinho e derivados da uva e do vinho devem atender também à legislação específica da Anvisa.

Art. 10. Os ingredientes e a matéria-prima utilizados na elaboração do vinho ou derivado da uva e do vinho não devem apresentar:

I - contaminante microbiológico, orgânico e inorgânico ou resíduo de defensivo agrícola em quantidade superior aos limites estabelecidos em legislação específica da Anvisa; e

II - resíduo de defensivo agrícola não registrado para a cultura da matéria-prima ou da cultura proveniente do ingrediente.

Art. 11. As normas concernentes à rotulagem são aquelas estabelecidas pelo Decreto nº 8.198, de 20 de fevereiro de 2014, e pela legislação complementar.

§ 1º Na rotulagem de vinhos e derivados da uva e do vinho somente são autorizadas expressões qualificativas que estejam previstas nos padrões de identidade e qualidade.

§ 2º É proibida a utilização de expressões relativas à classificação do vinho tais como seco, suave, branco, tinto, reserva entre outras, bem como a palavra vinho de forma isolada ou como parte de outros dizeres, na rotulagem de derivados da uva e do vinho, salvo os previstos no regulamento técnico do produto.

§ 3º A proibição de que trata o parágrafo anterior não se aplica à lista de ingredientes e à denominação do produto, desde que tais expressões estejam previstas em seu respectivo padrão de identidade e qualidade.

Art. 12. A uva transportada para fins industriais deve ser acondicionada em caixas ou contentores de material atóxico, com capacidade máxima de 500 kg (quinhentos quilogramas), peso líquido, podendo conter aberturas laterais para o arejamento da uva, as quais devem estar protegidas por lonas, também atóxicas, durante o transporte e até sua devida destinação na indústria em procedimento de acordo com as Boas Práticas de Fabricação.

Parágrafo único. Dentro das zonas de produção é permitido o transporte de uva a granel, desde que esta esteja protegida por material atóxico específico para este fim e cujo procedimento esteja descrito no Manual de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 13. Os métodos oficiais de amostragem e de análise são aqueles estabelecidos pelo Decreto nº 8.198, de 20 de fevereiro de 2014 e pelos atos administrativos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 14. A quantidade de suco de uva ou polpa de uva presente na bebida não alcoólica deve ser declarada no rótulo.

§ 1º A declaração prevista no caput deve ser feita obrigatoriamente:

I - no painel principal do rótulo, isolada, em destaque, com caracteres em caixa alta, em porcentagem volume por volume (v/v), em números inteiros;

II - com o valor numérico e o sinal de porcentagem (%) de, no mínimo, o dobro do tamanho da denominação do produto, e a expressão "DE SUCO DE UVA" ou "DE POLPA DE UVA" de, no mínimo, uma vez e meia o tamanho da denominação do produto;

III - são admitidas as expressões "100% DE SUCO DE UVA" ou "100% DE POLPA DE UVA", conforme o caso, nos rótulos dos produtos cujo teor de aditivos alimentares adicionados seja inferior a 1% (um por cento), respeitadas as demais determinações contidas nesta Instrução Normativa.

§ 2º A declaração quantitativa de ingredientes prevista no caput deve ser limitada a 100% (cem por cento).

CAPÍTULO II

Do Padrão de Identidade e Qualidade de Vinhos e Derivados da Uva e Do Vinho

Seção I

Do Suco de Uva

Art. 15. O suco de uva é a bebida definida no art. 5º da Lei nº 7.678, de 1988, obtida a partir de uva sã, fresca e madura.

§ 1º À denominação do produto definido no caput podem ser acrescidas as expressões branco, rosé ou rosado, ou tinto, de acordo com seu método de elaboração.

§ 2º O suco de uva não pode conter substâncias estranhas à fruta ou parte do vegetal de sua origem, excetuadas as previstas na legislação específica.

§ 3º É proibida a adição, ao suco de uva, de aromas sintéticos e corantes.

§ 4º Ao suco de uva ou suco de uva reconstituído pode ser adicionado açúcar na quantidade máxima de um décimo em peso, dos açúcares do mosto, tendo sua denominação acrescida pela designação adoçado, desde que o açúcar natural esteja dentro dos limites estabelecidos na tabela I do Anexo.

§ 5º A designação integral é privativa do suco sem adição de açúcares, corantes ou aromas, e na sua concentração natural, sendo vedado o uso de tal designação para o suco reconstituído.

§ 6º Deve ser denominado suco de uva gaseificado, o suco de uva adicionado de dióxido de carbono, de um inteiro e um décimo até 3 (três) atmosferas, a vinte graus Celsius.

§ 7º O suco de uva pode ser parcialmente desidratado ou concentrado.

§ 8º O suco de uva desidratado é o suco no estado sólido, obtido pela desidratação do suco integral, devendo ser denominado suco de uva desidratado.

§ 9º O suco de uva submetido a processo físico para a retirada de água suficiente para elevar em, no mínimo 50% (cinquenta por cento) o teor de sólidos solúveis presentes no respectivo suco integral é denominado suco de uva concentrado.

§ 10. Os sucos de uva concentrado e desidratado, quando reconstituídos, devem conservar os teores de sólidos solúveis originais do suco de uva integral.

§ 11. Deve ser denominado suco de uva reconstituído, o suco obtido pela diluição de suco concentrado ou desidratado, até a concentração original do suco integral ou ao teor de sólidos solúveis mínimo estabelecido no padrão de identidade e qualidade do suco de uva integral, sendo obrigatório constar na sua rotulagem a origem do suco utilizado para sua elaboração, se concentrado ou desidratado, sendo opcional o uso da expressão reconstituído.

Art. 16. É proibida a adição de açúcares ao suco de uva concentrado e ao suco de uva desidratado.

Art. 17. O suco de uva deve apresentar as características próprias da uva e não pode conter substâncias estranhas à fruta, com exceção daquelas previstas nesta Instrução Normativa durante o processamento.

Art. 18. Podem ser imediatamente reincorporados ao suco de uva concentrado os componentes naturais aromáticos perdidos durante o processamento.

Art. 19. É expressamente proibido o armazenamento, o transporte, a movimentação e a comercialização da água vegetal resultante da concentração, desidratação e dessulfitação de suco de uva, devendo ser descartada imediatamente após a condensação e destinada ao tratamento junto aos efluentes da indústria.

Parágrafo único. É permitida a utilização da água descrita no caput deste artigo, imediatamente após sua obtenção, na higienização das instalações e equipamentos em procedimento previsto no manual de boas práticas de fabricação do estabelecimento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 20. Os parâmetros físico-químicos do suco de uva integral, adoçado, reconstituído e gaseificado devem obedecer aos limites fixados na tabela 1, constante do Anexo desta Instrução Normativa.

Seção II

Da Polpa de Uva

Art. 21. Polpa de uva é o produto não fermentado e não concentrado, obtido da parte comestível da uva (Vitis spp.) sã, fresca e madura através de processo tecnológico adequado que assegure sua qualidade até o momento do consumo, com teor mínimo de sólidos totais.

Parágrafo único. À denominação do produto definido no caput podem ser acrescidas as expressões branca, rosé ou rosada, ou tinta, de acordo com seu método de elaboração.

Art. 22. As características físicas, químicas e organolépticas da polpa de uva devem ser provenientes da uva de sua origem, observando-se os limites mínimos e máximos fixados, não sendo permitidas substâncias estranhas à fruta.

Art. 23. Os parâmetros físico-químicos da polpa de uva devem obedecer aos limites fixados na tabela 2, constante do Anexo desta Instrução Normativa.

Seção III

Do Fermentado de Uva Desalcoolizado

Art. 24. Fermentado de uva desalcoolizado é o produto obtido pela fermentação alcoólica do mosto simples de uva, desalcoolizado por meio de processo tecnológico físico adequado, podendo ser adicionado de açúcares e de dióxido de carbono, com teor alcoólico inferior a meio por cento em volume, a vinte graus Celsius.

§ 1º À denominação do produto definido no caput podem ser acrescidos os termos branco, rosé ou rosado ou tinto, de acordo com seu método de elaboração, ficando vedado o uso das expressões vinho sem álcool ou vinho desalcoolizado.

§ 2º O fermentado de uva desalcoolizado que contiver açúcares adicionados deve ter sua denominação acrescida do termo adoçado.

§ 3º O fermentado de uva desalcoolizado que for adicionado de dióxido de carbono, de um inteiro e um décimo até 3 (três) atmosferas, a vinte graus Celsius, deve ter sua denominação terminada com o termo gaseificado.

§ 4º Quando o produto atender simultaneamente às condições dispostas nos §§ 2º e 3º deste artigo, o termo gaseificado deve estar no fim da denominação.

Art. 25. Os parâmetros físico-químicos do fermentado de uva desalcoolizado devem obedecer aos limites fixados na tabela 3, constante do Anexo desta Instrução Normativa.

Seção IV

Do Vinho

Art. 26. Vinho é a bebida definida no art. 3º da Lei nº 7.678, de 1988, obtida a partir da fermentação alcoólica de mosto simples de uva sã, fresca e madura.

Parágrafo único. À denominação do produto definido no caput devem ser acrescidas, nesta ordem, suas classificações quanto à classe, cor e teor de açúcares totais.

Art. 27. É permitido citar na rotulagem do vinho ou adicionar à sua denominação o nome de apenas uma variedade de uva desde que esta represente, no mínimo, 75 % (setenta e cinco por cento) das uvas utilizadas em sua elaboração.

Parágrafo único. Quando o vinho for elaborado com mais de uma variedade de uva da mesma espécie, podem ser citados no rótulo os nomes dessas variedades, em ordem decrescente das quantidades presentes na composição.

Art. 28. Na rotulagem do vinho envasilhado é permitida a indicação da safra, desde que pelo menos 85%, (oitenta e cinco por cento) do produto seja obtido de uvas da safra indicada.

Art. 29. É admitida turbidez proveniente da manutenção das leveduras de fermentação no vinho de mesa, vinho fino, vinho nobre e espumante engarrafado, desde que esteja garantida a estabilidade e segurança do produto e esta informação esteja corretamente descrita na rotulagem destes produtos.

Art. 30. Em função de características adicionais de qualidade, o vinho fino e o vinho nobre, produzidos em território nacional, podem ser classificados como:

§ 1º Reservado: vinho jovem pronto para consumo, com graduação alcoólica mínima de 10 % (v/v).

§ 2º Reserva:

I - quando o vinho tinto, com graduação alcoólica mínima de 11% (v/v), passar por um período mínimo de envelhecimento de doze meses, sendo facultada a utilização de recipientes de madeira apropriada;

II - quando o vinho branco ou rosado, com graduação alcoólica mínima de 11% (v/v), passar por um período mínimo de envelhecimento de seis meses, sendo facultada a utilização de recipientes de madeira apropriada.

§ 3º Gran Reserva:

I - quando o vinho tinto, com graduação alcoólica mínima de 11% (v/v), passar por um período mínimo de envelhecimento de dezoito meses, sendo obrigatória a utilização de recipientes de madeira apropriada de no máximo seiscentos litros de capacidade por no mínimo seis meses; e

II - quando o vinho branco ou rosado, com graduação alcoólica mínima de 11% (v/v), passar por um período mínimo de envelhecimento de doze meses, sendo obrigatória a utilização de recipientes de madeira apropriada de no máximo seiscentos litros de capacidade por no mínimo três meses.

§ 4º A correção do teor glucométrico do mosto utilizado na elaboração dos vinhos classificados de acordo com o § 1º deve seguir o disposto na legislação vigente.

§ 5º É vedado corrigir, por qualquer meio, o teor glucométrico do mosto utilizado na elaboração dos vinhos classificados de acordo com o § 2º em quantidade superior ao necessário para elevar a graduação alcoólica em 1% (v/v).

§ 6º É vedado corrigir, por qualquer meio, o teor glucométrico do mosto utilizado na elaboração dos vinhos classificados de acordo com o § 3º.

§ 7 º Para os vinhos classificados de acordo com os §§ 2º e 3º, quando se tratar de cortes de vinhos de diferentes safras, todos os seus componentes devem respeitar os tempos mínimos de envelhecimento estabelecidos na definição.

Subseção I

Do Vinho de Mesa

Art. 31. Vinho de mesa é a bebida definida no art. 9º da Lei nº 7.678, de 1988, elaborada a partir da fermentação alcoólica do mosto simples de uva.

Parágrafo único. O vinho de mesa pode ter como ingrediente opcional, para adoçamento:

I - sacarose na forma sólida;

II - mosto simples ou mosto concentrado de uva; e

III - mosto de uva concentrado retificado.

Art. 32. Os parâmetros físico-químicos do vinho de mesa devem obedecer aos limites fixados na tabela 4, constante do Anexo desta Instrução Normativa.

Subseção II

Do Vinho Fino

Art. 33. Vinho fino é a bebida definida no § 2º do art. 9º da Lei nº 7.678, de 1988, elaborada a partir do mosto simples de uvas do grupo Nobres, a qual deve atender ao padrão de identidade e qualidade descrito na Tabela 4 do Anexo dessa Instrução Normativa.

Parágrafo único. Para fins desta Instrução Normativa, consideram-se do grupo Nobres todas as variedades da espécie Vitis vinifera.

Subseção III

Do Vinho Nobre

Art. 34. São classificados e denominados vinhos nobres, aqueles elaborados no território nacional exclusivamente a partir de uvas da espécie Vitis vinifera que apresentarem teor alcoólico de 14,1% (quatorze e um décimo por cento) a 16% (dezesseis por cento), em volume;

§ 1º À exceção do teor alcoólico, o vinho nobre deve atender ao padrão de identidade e qualidade do vinho de mesa descrito na Tabela 4 do Anexo dessa Instrução Normativa.

§ 2º O estabelecimento nacional que optar pela qualificação deste produto deve manter atualizados e à disposição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento os seus registros de produção, movimentação e estoque.

§ 3º É vedada qualquer correção do teor glucométrico no mosto destinado à elaboração do produto previsto no caput.

§ 4º O vinho nobre deve ser classificado como:

I - quanto à cor:

a) tinto;

b) rosado ou rosé; ou

c) branco.

II - quanto ao teor de açúcar:

a) seco;

b) meio doce ou meio seco; ou

c) suave ou doce.

§ 5º Para a classificação quanto ao teor de açúcar do vinho nobre, são aplicáveis os mesmos limites descritos para o vinho de mesa e o vinho fino.

Subseção IV

Do Vinho Frisante

Art. 35. Vinho frisante é a bebida definida no § 1º do art. 9º da Lei nº 7.678, de 1988, elaborada a partir:

I - da fermentação alcoólica do mosto simples de uva;

II - de vinho de mesa ou vinho fino;

III - de vinho leve; ou

IV - da mistura de dois ou mais ingredientes previstos nos incisos I, II e III deste artigo.

§ 1º O vinho frisante cujo gás carbônico é proveniente de fermentação pode ser designado vinho frisante natural.

§ 2º Os ingredientes opcionais permitidos para o vinho frisante são os mesmos admitidos para o vinho que lhe deu origem, sendo permitida também a utilização de dióxido de carbono, quando o produto deve ser denominado vinho frisante gaseificado.

Art. 36. Os parâmetros físico-químicos do vinho frisante devem obedecer aos limites fixados na tabela 5, constante do Anexo desta Instrução Normativa.

Subseção V

Do Vinho Gaseificado

Art. 37. Vinho gaseificado é a bebida definida no art. 13 da Lei nº 7.678, de 1988, adicionada de dióxido de carbono e elaborada a partir:

I - da fermentação alcoólica do mosto simples de uva;

II - do vinho de mesa ou do vinho fino;

III - do vinho leve; ou

IV - da mistura de dois ou mais ingredientes previstos nos incisos I, II e III deste artigo.

Parágrafo único. Os ingredientes opcionais permitidos para o vinho gaseificado são os mesmos admitidos para os vinhos que lhe deram origem.

Art. 38. Os parâmetros físico-químicos do vinho gaseificado devem obedecer aos limites fixados na tabela 6, constante do Anexo desta Instrução Normativa.

Subseção VI

Do Vinho Leve

Art. 39. Vinho leve é a bebida definida no art. 10 da Lei nº 7.678, de 1988, elaborada a partir da fermentação alcoólica do mosto simples de uva.

Parágrafo único. O vinho leve pode ter como ingrediente opcional, para adoçamento os mesmos ingredientes admitidos para o vinho de mesa.

Art. 40. Os parâmetros físico-químicos do vinho leve devem obedecer aos limites fixados na tabela 7, constante do Anexo desta Instrução Normativa.

Subseção VII

Dos Espumantes

Art. 41. Champanha (champagne), espumante ou espumante natural é a bebida definida no art. 11 da Lei nº 7.678, de 1988.

§ 1º À denominação do produto definido no caput deve ser acrescida sua classificação quanto ao teor de açúcar.

§ 2º Ao champanhe (champagne), espumante ou espumante natural podem ser adicionados, para fim de adoçamento, os mesmos ingredientes admitidos para o vinho de mesa.

§ 3º O champanhe (champagne), espumante ou espumante natural deve ser classificado quanto a cor da mesma forma que o vinho de mesa.

Art. 42. Vinho moscato espumante ou vinho moscatel espumante é a bebida definida no art. 12 da Lei nº 7.678, de 1988.

§ 1º À denominação do produto definido no caput deve ser acrescida sua classificação quanto ao teor de açúcar.

§ 2º O vinho moscato espumante ou vinho moscatel espumante deve ser classificado quanto a cor, com a utilização dos termos branco, rose ou rosado, de acordo com a cor da uva utilizada em sua elaboração.

Art. 43. Os parâmetros físico-químicos do champanhe (champagne), espumante, espumante natural e do vinho moscato espumante ou vinho moscatel espumante devem obedecer, respectivamente, aos limites fixados nas tabelas 8 e 9, constantes do Anexo desta Instrução Normativa.

Subseção VIII

Do Vinho Licoroso

Art. 44. Vinho licoroso é a bebida definida no art. 14 da Lei nº 7.678, de 1988, elaborado a partir:

I - da fermentação alcoólica do mosto simples de uva;

II - do vinho de mesa ou vinho fino; ou

III - da mistura dos ingredientes previstos nos incisos I e II deste artigo.

Parágrafo único. O vinho licoroso pode ter como ingrediente opcional:

I - álcool etílico potável de origem agrícola;

II - mosto concentrado para adoçamento;

III - mistela simples;

IV - açúcares; e

V - caramelo para correção da cor.

Art. 45. Os parâmetros físico-químicos do vinho licoroso devem obedecer aos limites fixados na tabela 10, constante do Anexo desta Instrução Normativa.

Subseção IX

Do Vinho Composto

Art. 46. Vinho composto é a bebida definida no art. 15 da Lei nº 7.678, de 1988.

Art. 47. A denominação do vinho composto deve observar a classificação prevista no § 2º do art. 15 da Lei nº 7.678, de 1988.

Art. 48. O álcool etílico potável de origem agrícola pode representar, no máximo, 60% (sessenta por cento) do teor alcoólico final do vinho composto, expresso em álcool anidro, desde que respeitado o disposto no § 1º do artigo 15 da Lei nº 7.678, de 1988.

Art. 49. O teor de tuiona e de quinina do vinho composto vermute e quinado, respectivamente, deve atender ao limite previsto em legislação específica da Anvisa.

Art. 50. É proibida a adição de aroma sintético ao vinho composto.

Art. 51. Os parâmetros físico-químicos do vinho composto devem obedecer aos limites fixados na tabela 11, constante do Anexo desta Instrução Normativa.

Seção V

Do Filtrado Doce

Art. 52. Filtrado doce é a bebida definida no art. 6º da lei nº 7.678, de 1988 elaborada a partir do mosto simples de uva.

§ 1º O filtrado doce pode ter como ingrediente opcional:

I - vinho de mesa ou vinho fino;

II - dióxido de carbono.

§ 2º À denominação do filtrado doce deve ser adicionada a classificação por cor da mesma forma utilizada para o vinho de mesa.

Art. 53. Deve ser denominado filtrado doce gaseificado, o filtrado doce que for adicionado de dióxido de carbono, de um inteiro e um décimo até 3 (três) atmosferas, a vinte graus Celsius.

Parágrafo único. O termo gaseificado deve estar descrito na denominação imediatamente após a classificação de cor.

Art. 54. É vedada a adição de açúcares ao filtrado doce.

Art. 55. Os parâmetros físico-químicos do filtrado doce devem obedecer aos limites fixados na tabela 12, constante do Anexo desta Instrução Normativa.

Seção VI

Da Jeropiga

Art. 56. Jeropiga é a bebida definida no art. 16 da Lei nº 7.678, de 1988, elaborada a partir de:

I - mosto simples de uva parcialmente fermentado; e

II - álcool etílico potável de origem agrícola.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. O produto definido no caput pode ser adicionado de sacarose na forma sólida como ingrediente opcional.

Art. 57. Os parâmetros físico-químicos da jeropiga devem obedecer aos limites fixados na tabela 13, constante do Anexo desta Instrução Normativa.

Seção VII

Da Mistela

Art. 58. Mistela é a bebida definida no art. 7º da Lei nº 7.678, de 1988.

Art. 59. Os parâmetros físico-químicos da mistela composta devem obedecer aos limites fixados na tabela 14, constante do Anexo desta Instrução Normativa.

Seção VIII

Da Mistela Composta

Art. 60. Mistela composta é a bebida definida no parágrafo único do art. 7º da Lei nº 7.678, de 1988.

Parágrafo único. Somente podem ser empregadas, na composição da mistela composta, substâncias amargas ou aromáticas de origem vegetal aprovadas para consumo humano por legislação específica da Anvisa.

Art. 61. Os parâmetros físico-químicos da mistela composta devem obedecer aos limites fixados na tabela 15, constante do Anexo desta Instrução Normativa.

Seção IX

Do Conhaque

Art. 62. Conhaque é a bebida definida no art. 18 da Lei nº 7.678, de 1988, elaborada a partir de:

I - destilado alcoólico simples de vinho;

II - aguardente de vinho; ou

III - a mistura dos componentes dos itens I e II.

§ 1º O conhaque pode ser adicionado de:

I - água;

II - açúcar;

III - caramelo, para padronização da cor no conhaque submetido ao processo de envelhecimento.

§ 2º É vedada a adição de açúcar no conhaque em quantidade superior a seis gramas por litro.

Art. 63. A obtenção do destilado alcoólico simples de vinho e da aguardente de vinho citados no art. 62 deve ser realizada exclusivamente pela destilação de vinho ou de vinho fortificado com adição de destilado de vinho ou pela redestilação de um destilado de vinho de forma que o produto retenha o sabor e o aroma de suas matérias-primas.

Art. 64. Brandy ou conhaque fino é a bebida definida no art. 19 da Lei nº 7.678, de 1988, obtida a partir de:

I - destilado alcoólico simples de vinho;

II - aguardente de vinho; ou

III - a mistura dos componentes dos itens I e II.

§ 1º Os componentes acima citados devem ser envelhecidos pelo período mínimo de seis meses em recipiente de madeira de carvalho (Quercus spp.), ou de outra madeira com características semelhantes, com capacidade máxima de seiscentos litros.

§ 2º É facultativa a utilização da informação de tempo de envelhecimento, em meses e anos, na rotulagem.

§ 3º É permitida a utilização de açúcar para correção do teor alcoólico e de caramelo para correção da cor do brandy ou conhaque fino.

Art. 65. Os parâmetros físico-químicos do conhaque e do brandy ou conhaque fino devem obedecer aos limites fixados na tabela 16, constante do Anexo desta Instrução Normativa.

Seção X

Da Bagaceira, Grappa ou Graspa

Art. 66. Bagaceira, grappa ou graspa é a bebida definida no art. 20 da Lei nº 7.678, de 1988, elaborada a partir do destilado alcoólico simples de bagaço de uva.

Parágrafo único. A bagaceira, grappa ou graspa pode ser opcionalmente adicionada de água e de álcool etílico potável da mesma origem, bem como açúcares até o limite de 30 g/L, expressos em glicose.

Art. 67. É permitida a utilização de borra de vinho em conjunto com o bagaço para a obtenção do produto definido no art. 66 na proporção máxima de um quarto do total do conteúdo alcoólico do produto.

Art. 68. Os parâmetros físico-químicos da bagaceira, grappa ou graspa devem obedecer aos limites fixados na tabela 17, constante do Anexo desta Instrução Normativa.

Seção XI

Da Aguardente de Vinho

Art. 69. Aguardente de vinho é a bebida definida no § 1º do art. 17 da Lei nº 7.678, de 1988, elaborada a partir de:

I - destilado alcoólico simples de vinho;

II - mosto fermentado de uva destilado; ou

III - a mistura dos componentes dos itens I e II.

§ 1º O produto definido no caput deve ser denominado aguardente de vinho.

§ 2º À aguardente de vinho pode ser adicionada de água para padronização de seu grau alcoólico.

Art. 70. Os parâmetros físico-químicos da aguardente de vinho devem obedecer aos limites fixados na tabela 18, constante do Anexo desta Instrução Normativa.

Seção XII

Do Pisco

Art. 71. Pisco é a bebida definida no art. 21 da Lei nº 7.678, de 1988, elaborada a partir do destilado de mosto fermentado de uvas aromáticas.

Art. 72. Os parâmetros físico-químicos do pisco devem obedecer aos limites fixados na tabela 19, constante do Anexo desta Instrução Normativa.

Seção XIII

Do Licor de Conhaque Fino ou de Brandy

Art. 73. Licor de conhaque fino ou de brandy é a bebida definida no art. 22 da Lei nº 7.678, de 1988, elaborada a partir de:

I - conhaque fino ou brandy; e

II - açúcares.

Art. 74. O Licor de Conhaque Fino ou de Brandy pode ser adicionado, em conjunto ou separadamente, de:

I - extrato ou substância de origem vegetal;

II - extrato ou substância de origem animal; ou

III - mistura de um ou mais produtos definidos nos incisos I e II; e

IV - substância:

a) aromatizante;

b) saborizante;

c) corante;

d) outro aditivo; ou

e) mistura de um ou mais produtos definidos nas alíneas "a", "b", "c" e "d".

§ 1º O licor de conhaque fino ou de brandy deve conter mais de trinta gramas de açúcares por litro.

§ 2º O licor de conhaque fino ou de brandy deve ser denominado de seco, fino ou doce, creme, escarchado ou cristalizado, conforme as seguintes definições:

I - licor seco de conhaque fino ou de brandy é a bebida que contém mais de trinta gramas por litro e no máximo cem gramas por litro de açúcares;

II - licor fino ou doce de conhaque fino ou de brandy é a bebida que contém mais de cem gramas por litro e no máximo trezentos e cinquenta gramas por litro de açúcares;

III - licor creme de conhaque fino ou de brandy é a bebida que contém mais de trezentos e cinqüenta gramas por litro de açúcares; ou

IV - licor escarchado ou cristalizado de conhaque fino ou de brandy é a bebida saturada de açúcares parcialmente cristalizados.

Art. 75. O brandy ou conhaque fino utilizado na elaboração do produto definido no artigo anterior deve atender o padrão de identidade e qualidade definido na tabela 16, constante do Anexo desta Instrução Normativa.

Seção XIV

Do Licor de Bagaceira, Grappa ou Graspa

Art. 76. Licor de bagaceira, de grappa ou de graspa é a bebida definida no art. 23 da Lei nº 7.678, de 1988, elaborada a partir de:

I - bagaceira, grappa ou graspa; e

II - açúcares.

Art. 77. Licor de bagaceira, de grappa ou de graspa pode ser adicionado, em conjunto ou separadamente, de:

I - extrato ou substância de origem vegetal;

II - extrato ou substância de origem animal; ou

III - mistura de um ou mais produtos definidos nos incisos I e II; e

IV - substância:

a) aromatizante;

b) saborizante;

c) corante;

d) outro aditivo; ou

e) mistura de um ou mais produtos definidos nas alíneas "a", "b", "c" e "d".

§ 1º O licor de bagaceira, de grappa ou de graspa deve conter mais de trinta gramas de açúcares por litro.

§ 2º Licor de bagaceira, de grappa ou de graspa deve ser denominado de seco, fino ou doce, creme, escarchado ou cristalizado, conforme as seguintes definições:

I - licor seco de bagaceira, de grappa ou de graspa é a bebida que contém mais de trinta gramas por litro e no máximo cem gramas por litro de açúcares;

II - licor fino de bagaceira, de grappa ou de graspa é a bebida que contém mais de cem gramas por litro e no máximo trezentos e cinquenta gramas por litro de açúcares;

III - licor creme de bagaceira, de grappa ou de graspa é a bebida que contém mais de trezentos e cinquenta gramas por litro de açúcares; ou

IV - licor escarchado ou cristalizado de bagaceira, de grappa ou de graspa é a bebida saturada de açúcares parcialmente cristalizados.

Art. 78. Os parâmetros físico-químicos do licor de bagaceira, de grappa ou de graspa devem respeitar os limites previstos para a bagaceira, grappa ou graspa fixados na tabela 17, constante do Anexo desta Instrução Normativa.

Seção XV

Do Cooler com Vinho

Art. 79. Cooler com vinho ou bebida refrescante de vinho é a bebida com graduação alcoólica de 3,0% (três por cento) a 7,0% (sete por cento) em volume, a vinte graus Celsius, elaborado a partir de:

I - vinho de mesa ou vinho fino; e

II - suco de uma ou mais frutas;

§ 1º O Cooler pode ser adicionado de:

I - água;

II - extrato vegetal aromático;

III - açúcares; e

IV - dióxido de carbono.

§ 2º A graduação alcoólica do cooler com vinho deve ser proveniente exclusivamente do vinho que lhe deu origem, sendo proibida a adição de álcool etílico potável ou outro tipo de bebida alcoólica.

§ 3º É proibida a utilização de aroma sintético para a elaboração da bebida prevista no caput.

Art. 80. O cooler com vinho ou bebida refrescante de vinho deve conter no mínimo 50% de vinho de mesa, em volume.

Parágrafo único. O vinho referido no caput, pode ser substituído por suco de uva, na proporção máxima de 20% (vinte por cento) do volume total do produto final.

Art. 81. O cooler deve conter no mínimo 10% (dez por cento) de suco de uma ou mais frutas, em volume.

Parágrafo único. No caso da adição exclusiva de suco de limão, o cooler deve conter no mínimo dois e meio por cento de suco de limão, em volume.

Art. 82. O produto definido no art. 79 deve ser denominado cooler com vinho ou bebida refrescante de vinho.

Parágrafo único. Deve ser denominado cooler com vinho gaseificado ou bebida refrescante de vinho gaseificada, o cooler com vinho ou a bebida refrescante de vinho que for adicionado de dióxido de carbono, de um inteiro e um décimo até 3 (três) atmosferas, a vinte graus Celsius.

Art. 83. Os parâmetros físico-químicos do cooler com vinho ou bebida refrescante de vinho devem obedecer aos limites fixados na tabela 20, constante do Anexo desta Instrução Normativa.

Seção XVI

Da Sangria

Art. 84. Sangria é a bebida com graduação alcoólica de 4,5% (quatro e meio por cento) a 12,0% (doze por cento) em volume, a vinte graus Celsius, elaborada a partir de:

I - vinho de mesa ou vinho fino;

II - suco de uma ou mais frutas cítricas; e

III - água potável.

Parágrafo único. A sangria pode opcionalmente ser adicionada de:

I - bebida alcoólica;

II - extrato vegetal;

III - açúcares; e

IV - dióxido de carbono.

Art. 85. A sangria deve conter no mínimo 10% (dez por cento) de suco de uma ou mais frutas cítricas, em volume.

§ 1º No caso da adição exclusiva de suco de limão, a sangria deve conter no mínimo 2,5% (dois e meio por cento) de suco de limão, em volume.

§ 2º É proibido o uso de aromatizantes sintéticos em sangria.

Art. 86. A sangria deve conter, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) em volume de vinho de mesa.

Art. 87. Deve ser denominada sangria gaseificada, a sangria que for adicionada de dióxido de carbono, de um inteiro e um décimo até 3 (três) atmosferas, a vinte graus Celsius.

Art. 88. Os parâmetros físico-químicos da sangria devem obedecer aos limites fixados na tabela 21, constante do Anexo desta Instrução Normativa.

Seção XVII

Do Coquetel de Vinho ou Bebida Alcoólica Mista de Vinho

Art. 89. Coquetel de vinho ou bebida alcoólica mista de vinho é a bebida com graduação alcoólica de 5 a 14% (cinco a catorze por cento) em volume, a vinte graus Celsius, obtida:

I - pela mistura de vinho de mesa ou vinho fino com:

a) outras bebidas alcoólicas, exceto aquelas derivadas da uva e do vinho;

b) álcool etílico potável de origem agrícola ou álcool vínico; ou

c) destilado alcoólico simples.

II - adicionado de:

a) suco de fruta, exceto uva;

b) polpa de fruta, exceto uva; ou

c) xarope de fruta, exceto uva.

III - opcionalmente adicionado de:

a) água;

b) açúcares;

c) caramelo de uva, de açúcar ou de milho;

d) aromatizante natural;

e) frutas maceradas;

f) outras partes de vegetais;

g) substâncias de origem animal;

h) anidrido carbônico; e

i) extratos vegetais.

Parágrafo único. Os vinhos considerados base para a elaboração do Coquetel de Vinho ou Bebida Alcoólica Mista de Vinho deverão obedecer às características e Padrões de Identidade e Qualidade, previstos para o vinho de mesa.

Art. 90. O coquetel de vinho ou bebida alcoólica mista de vinho deve conter no mínimo 50% (cinquenta por cento) em volume de vinho de mesa ou vinho fino e 10% (dez por cento) em volume de suco de fruta em sua composição.

§ 1º A quantidade mínima de vinho que se refere este artigo, deve ser calculada em v/v (volume por volume) independente da graduação alcoólica do vinho utilizado.

§ 2º No caso da adição exclusiva de suco de limão, o coquetel de vinho ou bebida alcoólica mista de vinho deve conter no mínimo 2,5% (dois e meio por cento) de suco de limão, em volume.

Art. 91. O produto definido no caput do art. 89 deve ser denominado coquetel de vinho ou bebida alcoólica mista de vinho.

Parágrafo único. O produto definido no caput do art. 89 que for adicionado de dióxido de carbono, de um inteiro e um décimo até 3 (três) atmosferas, a 20º C, deve ser denominado coquetel de vinho gaseificado ou bebida alcoólica mista de vinho gaseificada.

Art. 92. Os parâmetros físico-químicos do coquetel de vinho ou bebida alcoólica mista de vinho devem obedecer aos limites fixados na tabela 22, constante do Anexo desta Instrução Normativa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Seção XVIII

Do Alcoólico Composto

Art. 93. Alcoólico composto é a bebida com graduação alcoólica de 7,0% (sete por cento) a 14,0% (quatorze por cento), em volume, elaborada a partir da adição ao vinho de extratos vegetais, podendo ser adicionado de açúcares e dióxido de carbono.

Art. 94. O alcoólico composto deve ter como ingredientes básicos:

I - vinho; e

II - extratos vegetais;

§ 1º O alcoólico composto pode ser adicionado de suco de fruta, açúcares, água e dióxido de carbono.

§ 2º O alcoólico composto deve conter no mínimo 80% (oitenta por cento) em volume de vinho em sua composição.

§ 3º É permitida a adição de corante natural ao alcoólico composto desde que o mesmo seja autorizado em legislação específica da Anvisa e que não confira à bebida coloração semelhante à do vinho.

Art. 95. O alcoólico composto que for adicionado de dióxido de carbono, de um inteiro e um décimo até 3 (três) atmosferas, a vinte graus Celsius, deve ter sua denominação acrescida do termo gaseificado.

Art. 96. Os parâmetros físico-químicos do alcoólico composto devem obedecer aos limites fixados na tabela 23, constante do Anexo desta Instrução Normativa.

Seção XIX

Do Vinagre

Art. 97. Vinagre é o produto definido no art. 24 da Lei nº 7.678, de 1988 elaborado a partir de vinho acetificado.

Art. 98. Os parâmetros sensoriais do vinagre são:

I - sabor ácido;

II - aroma característico;

III - cor de acordo com a matéria-prima que lhe deu origem; e

IV - aspecto líquido, límpido e ausente de elementos estranhos à sua natureza.

Art. 99. A denominação do vinagre deve ser acrescida da classificação quanto à cor do vinho que lhe deu origem.

§ 1º É opcional o uso da expressão de vinho na rotulagem.

§ 2º O vinagre obtido da acetificação de vinho base com características específicas, tais como: espumante, moscatel ou outras definidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pode ter sua denominação acrescida de tal característica antes da classificação de cor.

Art. 100. O vinagre pode ser adicionado opcionalmente:

I - de suco de fruta;

II - de vegetal;

III - de partes de vegetal;

IV - de extrato vegetal;

V - de aroma natural;

VI - de condimento; ou

VII - da mistura dos ingredientes elencados acima.

Art. 101. O vinagre adicionado dos ingredientes previstos no artigo anterior, é denominado:

I - vinagre (classificação quanto a cor) com suco de (nome da fruta), quando adicionado de suco de fruta;

II - vinagre (classificação quanto a cor) com (nome do vegetal), quando adicionado de vegetal ou suas partes;

III - vinagre (classificação quanto a cor) com extrato de (nome do vegetal);

IV - vinagre (classificação quanto a cor) condimentado, quando adicionado de um ou mais condimentos;

V - vinagre (classificação quanto a cor) aromatizado, quando for adicionado de aroma natural;

VI - o vinagre adicionado da mistura de um ou mais ingredientes descritos no artigo anterior, terá sua denominação acrescida dos termos detalhados nos incisos I a V nesta sequência.

Parágrafo único. O vinagre condimentado, o vinagre com vegetal e o vinagre com partes de vegetal pode apresentar turbidez proveniente do condimento ou do vegetal.

Art. 102. O vinagre pode ser adicionado de aditivos previstos na legislação específica da Anvisa.

Parágrafo único. O vinagre não pode ser adicionado de corantes.

Art. 103. Os parâmetros físico-químicos do vinagre devem obedecer aos limites fixados na tabela 24, constante do Anexo desta Instrução Normativa.

Art. 104. Vinagre balsâmico é o vinagre de vinho submetido a processo de envelhecimento em recipiente de madeira apropriada por um período mínimo de seis meses.

Art. 105. O Vinagre balsâmico pode ser adicionado opcionalmente:

I - de vegetal;

II - de suco de fruta;

III - de partes de vegetal;

IV - de extrato vegetal;

V - de aroma natural;

VI - de caramelo;

VII - de açúcares;

VIII - de mel;

IX - de condimento; ou

X - da mistura dos ingredientes elencados acima.

Art. 106. O vinagre balsâmico adicionado dos ingredientes previstos no artigo anterior, é denominado:

I - vinagre balsâmico com mel, quando adicionado de mel;

II - vinagre balsâmico com (nome do vegetal), quando adicionado de vegetal ou suas partes;

III - vinagre balsâmico com suco de (nome da fruta);

IV - vinagre balsâmico com extrato de (nome do vegetal);

V - vinagre balsâmico condimentado, quando adicionado de um ou mais condimentos;

VI - vinagre balsâmico aromatizado, quando for adicionado de aroma natural;

VII - vinagre balsâmico adoçado, quando for adicionado de açúcares;

VIII - o vinagre balsâmico adicionado da mistura de um ou mais ingredientes descritos no artigo anterior, terá sua denominação acrescida dos termos detalhados nos incisos I a VII, nesta sequência.

Art. 107. Os parâmetros físico-químicos do vinagre balsâmico devem obedecer aos limites fixados na tabela 25, constante do Anexo desta Instrução Normativa.

CAPÍTULO III

Das Disposições Finais

Art. 108. Para efeito desta Instrução Normativa, as bebidas alcoólicas, exceto as fermentadas, com graduação alcoólica superior a 15% (quinze por cento) em volume, poderão conter em sua rotulagem, a expressão bebida alcoólica espirituosa.

Art. 109. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, sendo fixado o prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias para serem efetuadas as devidas adequações às alterações estabelecidas.

Art. 110. Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 91, de 19 de julho de 1988;

II - a Portaria nº 229, de 25 de outubro de 1988;

III - os anexos XII e XXII da Instrução Normativa nº 01, de 7 de janeiro de 2000;

IV - a Instrução Normativa nº 2, de 27 de janeiro de 2005;

V - a Instrução Normativa nº 5, de 6 de maio de 2005;

VI - a Portaria nº 371, de 09 de setembro de 1974.

BLAIRO MAGGI

ANEXO

IN.FEV.014-BCSL

Parâmetros Físico-Químicos de Vinhos e Derivados da Uva e do Vinho

Tabela 1. Suco de uva.

	Mínimo	Máximo
Sólidos solúveis, ºBrix, a 20ºC.	14,0	-
Sólidos insolúveis, % v/v	-	5,0
Sorbitol, g/L	-	0,2
Acidez total, mEq/L (pH 8,2)	55	-
Acidez volátil, mEq/L	-	10
Álcool etílico, % v/v a 20ºC	-	< 0,5
Florizina	Ausência	
Corante artificial	Ausência	
Edulcorante	Ausência	

Tabela 2. Polpa de uva.

	Mínimo	Máximo
Sólidos solúveis, ºBrix, a 20º C.	14,0	-
Sólidos totais	14,5	-
pH	2,9	-
Sorbitol, g/L	-	0,2
Acidez total, mEq/kg (pH 8,2)	55	
Acidez volátil, mEq/kg	-	10
Sólidos totais, g/100g	15,0	-
Álcool etílico, % v/v a 20ºC	-	< 0,5
Florizina	Ausência	
Corante artificial	Ausência	
Edulcorante	Ausência	

Tabela 3. Fermentado de uva desalcoolizado.

	Mínimo	Máximo
Acidez total, mEq/L (pH 8,2)	40	130
Acidez volátil, mEq/L	-	20
Sulfatos totais, expresso sulfato de potássio, g/L	-	1,2
Cloretos totais, expresso cloreto de sódio, g/L	-	0,2
Cinzas, g/L: ● elaborado a partir de uvas tintas ● elaborado a partir de uvas brancas ou rosadas	1,5 1,0	- -
Extrato seco reduzido, g/L ● tinto ● rosé ou rosado ● branco	21,0 19,0 16,0	- - -
Álcool etílico, % v/v a 20ºC	< 0,5	
Corante artificial	Ausência	
Edulcorante	Ausência	

Tabela 4. Vinho de mesa, vinho fino e vinho nobre.

	Mínimo	Máximo
Graduação alcoólica, % v/v a 20ºC	8,6	14,0
Acidez total, mEq/L (pH 8,2)	40	130
Acidez volátil, mEq/L	-	20
Ácido cítrico, g/L	-	1,0
Sulfatos totais, expresso sulfato de potássio, g/L - para vinhos que passaram por, no mínimo 2 anos de envelhecimento	- -	1,2 1,5
Cloretos totais, expresso cloreto de sódio, g/L	-	0,2
Cinzas, g/L: ● vinho tinto ● vinho branco ou rosado	1,5 1,0	- -
Extrato seco reduzido, g/L ● vinho tinto ● vinho rosé ou rosado ● vinho branco	21,0 19,0 16,0	- - -
Álcool metílico, mg/L Tintos Brancos e rosados	- -	400 300
Corante artificial	Ausência	
Edulcorante	Ausência	

Tabela 5. Vinho frisante.

	Mínimo	Máximo
Graduação alcoólica, % v/v a 20ºC	7,0	14,0
Pressão atm, a 20ºC	1,1	2,0
Acidez total, mEq/L (pH 8,2)	40	130
Acidez volátil, mEq/L	-	20
Ácido cítrico, g/L	-	1,0
Sulfatos totais, expresso sulfato de potássio, g/L	-	1,2
Cloretos totais, expresso cloreto de sódio, g/L	-	0,2
Cinzas, g/L: ● vinho tinto ● vinho branco ou rosado	1,5 1,0	- -
Extrato seco reduzido, g/L ● vinho tinto ● vinho rosé ou rosado ● vinho branco	21,0 19,0 16,0	- - -
Álcool metílico, mg/L: ● vinho tinto ● vinho branco ou rosado	- -	400 300
Corante artificial	Ausência	
Edulcorante	Ausência	

Tabela 6. Vinho gaseificado.

	Mínimo	Máximo
Graduação alcoólica, % v/v a 20ºC	7,0	14,0
Pressão, atm a 20ºC	2,1	3,9
Acidez total, mEq/L (pH 8,2)	40	130
Acidez volátil, mEq/L	-	20
Ácido cítrico, g/L	-	1,0
Sulfatos totais, expresso sulfato de potássio, g/L	-	1,2
Cloretos totais, expresso cloreto de sódio, g/L		0,2
Cinzas, g/L: ● vinho tinto ● vinho branco ou rosado	1,5 1,0	- -

Extrato seco reduzido, g/L ● vinho tinto ● vinho rosé ou rosado ● vinho branco	21,0 19,0 16,0	- - -
Álcool metílico, mg/L: ● vinho tinto ● vinho branco ou rosado	- -	400 300
Corante artificial	Ausência	
Edulcorante	Ausência	

Tabela 7. Vinho leve.

	Mínimo	Máximo
Graduação alcoólica, % v/v a 20ºC	7,0	8,5
Acidez total, mEq/L (pH 8,2)	40	130
Acidez volátil, mEq/L	-	20
Ácido cítrico, g/L	-	1,0
Sulfatos totais, expresso sulfato de potássio, g/L	-	1,2
Cloretos totais, expresso cloreto de sódio, g/L	-	0,2
Cinzas, g/L: ● vinho tinto ● vinho branco ou rosado	1,5 1,0	- -
Extrato seco reduzido, g/L ● vinho tinto ● vinho rosé ou rosado ● vinho branco	21,0 19,0 16,0	- - -
Álcool metílico, mg/L: ● vinho tinto ● vinho branco ou rosado	- -	400 300
Corante artificial	Ausência	
Edulcorante	Ausência	

Tabela 8. Champanhe (Champagne), espumante ou espumante natural.

	Mínimo	Máximo
Graduação alcoólica, % v/v a 20ºC	10,0	13,0
Pressão, atm a 20ºC	4,0	-
Acidez total, mEq/L (pH 8,2)	40	130
Acidez volátil, mEq/L	-	20
Ácido cítrico, g/L	-	1,0
Sulfatos totais, expresso sulfato de potássio, g/L - para vinhos que passaram por, no mínimo 2 anos de envelhecimento	- -	1,2 1,5
Cloretos totais, expresso cloreto de sódio, g/L	-	0,2
Cinzas, g/L	1,0	-
Extrato seco reduzido, g/L ● vinho tinto ● vinho rosé ou rosado ● vinho branco	21,0 19,0 16,0	- - -
Álcool metílico, mg/L: ● vinho tinto ● vinho branco ou rosado	- -	400 300
Corante artificial	Ausência	
Edulcorante	Ausência	

Tabela 9. Vinho moscato espumante ou moscatel espumante.

	Mínimo	Máximo
Graduação alcoólica, % v/v a 20ºC	7,0	10,0
Pressão atm, a 20ºC	4,0	-
Acidez total, mEq/L (pH 8,2)	40	130
Acidez volátil, mEq/L	-	20
Ácido cítrico, g/L	-	1,0
Sulfatos totais, expresso sulfato de potássio, g/L	-	1,2
Açúcares, expresso glicose, g/L	20,0	-
Cinzas, g/L	1,0	-
Cloretos totais, expresso cloreto de sódio, g/L	-	0,2
Extrato seco reduzido, g/L ● vinho rosé ou rosado ● vinho branco	19,0 16,0	- -
Álcool metílico, mg/L	-	300
Corante artificial	Ausência	
Edulcorante	Ausência	

Tabela 10. Vinho licoroso.

	Mínimo	Máximo
Graduação alcoólica, % v/v a 20ºC	14,0	18,0
Acidez total, mEq/L (pH 8,2)	40	130
Acidez volátil, mEq/L	-	20
Ácido cítrico, g/L	-	1,0
Sulfatos totais, expresso sulfato de potássio, g/L	-	1,0
Cloretos totais, expresso cloreto de sódio, g/L	-	0,2
Cinzas, g/L: ● vinho tinto ● vinho branco ou rosado	1,5 1,0	- -
Extrato seco reduzido, g/L: ● vinho tinto ● vinho branco ou rosado	15,0 13,0	- -
Álcool metílico, mg/L: ● vinho tinto ● vinho branco ou rosado	- -	400 300
Corante artificial	Ausência	
Edulcorante	Ausência	

Tabela 11. Vinho composto.

	Mínimo	Máximo
Graduação alcoólica, % v/v a 20ºC	14,0	20,0
Acidez total, mEq/L (pH 8,2)	40	130
Acidez volátil, mEq/L	-	20
Ácido cítrico, g/L	-	1,0
Sulfatos totais, expresso sulfato de potássio, g/L	-	1,2
Cloretos totais, expresso cloreto de sódio, g/L	-	0,2
Cinzas, g/L	1,0	-
Extrato seco reduzido, g/L ● vinho tinto ● vinho branco ou rosé ou rosado	13,0 10,0	- -
Álcool metílico, mg/L	-	300
Corante artificial	Ausência	
Edulcorante	Ausência	

Tabela 12. Filtrado doce.

	Mínimo	Máximo
Graduação alcoólica, % v/v a 20ºC	-	5,0
Acidez total, mEq/L (pH 8,2)	40	130
Acidez volátil, mEq/L	-	20
Ácido cítrico, g/L	-	1,0
Sulfatos totais, expresso sulfato de potássio, g/L	-	1,2
Cloretos totais, expresso cloreto de sódio, g/L	-	0,2
Açúcares totais, g/L	60	100
Cinzas, g/L: ● vinho tinto ● vinho branco ou rosado	1,5 1,0	-
Extrato seco reduzido, g/L ● tinto ● rosé ou rosado ● branco	21,0 19,0 16,0	- - -
Álcool metílico, mg/L: ● vinho tinto ● vinho branco ou rosado	- -	400 300
Corante artificial	Ausência	
Edulcorante	Ausência	

Tabela 13. Jeropiga.

	Mínimo	Máximo
Graduação alcoólica, % v/v a 20ºC	0,5	18,0
Acidez total, mEq/L (pH 8,2)	40	130
Acidez volátil, mEq/L	-	20
Ácido cítrico, g/L	-	1,0
Sulfatos totais, expresso sulfato de potássio, g/L	-	1,2
Cloretos totais, expresso cloreto de sódio, g/L	-	0,2
Açúcares totais expresso glicose, g/L	70	-
Cinzas, g/L: ● elaborada com vinho tinto ● elaborada com vinho branco ou rosado	1,5 1,0	- -
Álcool metílico, mg/L: ● vinho tinto ● vinho branco ou rosado	- -	400 300
Extrato seco reduzido, g/L ● tinto ● rosé ou rosado ● branco	17,0 15,0 13,0	- - -
Corante artificial	Ausência	
Edulcorante	Ausência	

Tabela 14. Mistela.

	Mínimo	Máximo
Graduação alcoólica, % v/v a 20ºC	0,5	18,0
Acidez total, mEq/L (pH 8,2)	40	130
Acidez volátil, mEq/L	-	20
Ácido cítrico, g/L	-	1,0
Sulfatos totais, expresso sulfato de potássio, g/L	-	1,2
Cloretos totais, expresso cloreto de sódio, g/L	-	0,2
Açúcares totais, expresso glicose, g/L	90	-
Cinzas, g/L: ● elaborada com mosto tinto ● elaborada com mosto branco ou rosado	1,1 1,0	- -
Álcool metílico, mg/L: ● elaborada com mosto tinto ● elaborada com mosto branco ou rosado	- -	360 270
Extrato seco reduzido, g/L ● tinta ● rosée ou rosada ● branca	17,0 15,0 13,0	- - -

Tabela 15. Mistela composta.

	Mínimo	Máximo
Graduação alcoólica, % v/v a 20ºC	15,0	20,0
Acidez total, mEq/L (pH 8,2)	40	130
Acidez volátil, mEq/L	-	20
Ácido cítrico, g/L	-	1,0
Sulfatos totais, expresso sulfato de potássio, g/L	-	1,2
Cloretos totais, expresso cloreto de sódio, g/L	-	0,2
Açúcares totais, expresso glicose, g/L	120	-
Cinzas, g/L: ● elaborada com mosto tinto ● elaborada com mosto branco ou rosado	1,1 1,0	- -
Álcool metílico, mg/L: ● elaborada com mosto tinto ● elaborada com mosto branco ou rosado	- -	360 270

Extrato seco reduzido, g/L	15,0	-
● tinta	14,0	-
● rosée ou rosada	12,0	-
● branca		

Tabela 16. Conhaque.

	Mínimo	Máximo
Graduação alcoólica, % v/v a 20ºC	36,0	54,0
Acidez volátil, expressa ácido acético, mg/100 ml de álcool anidro	-	250
Ésteres, expressos acetato de etila, mg/100 ml de álcool anidro	-	200
Aldeídos, expressos aldeído acético, mg/100 ml de álcool anidro	3	40
Furfural, mg/100 ml de álcool anidro	-	5
Alcoóis superiores, mg/100 ml de álcool anidro	150	1.000
Coeficientes de congêneres, mg/100 ml de álcool anidro	250	1.500
Metanol, expresso álcool metílico, mg/100 ml de álcool anidro	-	600
Cobre, mg/L	-	5

Tabela 17. Bagaceira, grappa ou graspa.

	Mínimo	Máximo
Graduação alcoólica, % v/v a 20ºC	35,0	54,0
Coeficientes de congêneres, mg/100 ml de álcool anidro	250	1185
Metanol, expresso álcool metílico, mg/100 ml de álcool anidro	-	750
Açúcares totais, glicose, g/L	-	30
Cobre, mg/L	-	5
Acidez volátil, em ácido acético, mg/100 ml de álcool anidro	-	200
Aldeídos, em aldeído acético, mg/100 ml de álcool anidro	-	80
Furfural, mg/100 ml de álcool anidro	-	5
Ésteres, mg/100 ml de álcool anidro	-	300
Álcool superiores, mg/100mL	150	600

Tabela 18. Aguardente de vinho.

	Mínimo	Máximo
Graduação alcoólica, % v/v a 20ºC	36,0	54,0
Metanol, expresso álcool metílico, mg/100 ml de álcool anidro	-	600
Cobre, mg/L	-	5
Coeficientes de congêneres, mg/100 ml de álcool anidro	250	1185
Acidez volátil, em ácido acético, mg/100 ml de álcool anidro	-	200
Aldeídos, em aldeído acético, mg/100 ml de álcool anidro	-	80
Furfural, mg/100 ml de álcool anidro	-	5
Ésteres, mg/100 ml de álcool anidro	-	300
Álcool superiores, mg/100mL	150	600

Tabela 19. Pisco.

	Mínimo	Máximo
Graduação alcoólica, % v/v a 20ºC	38,0	54,0
Coeficientes de congêneres, mg/100 ml	250	-
Açúcares totais, glicose, g/L	-	30
Metanol, expresso álcool metílico, mg/100 ml de álcool anidro	-	600
Cobre, mg/L	-	5
Acidez volátil, em ácido acético, mg/100 ml de álcool anidro	-	200
Aldeídos, em aldeído acético, mg/100 ml de álcool anidro	-	80
Furfural, mg/100 ml de álcool anidro	-	5
Ésteres, mg/100 ml de álcool anidro	-	300
Álcool superiores, mg/100mL	150	600

Tabela 20. Cooler com vinho ou bebida refrescante de vinho.

	Mínimo	Máximo
Graduação alcoólica, % v/v a 20ºC	3,0	7,0
Metanol, expresso álcool metílico, mg/100 ml de álcool anidro	-	240

Tabela 21. Sangria.

	Mínimo	Máximo
Graduação alcoólica, % v/v a 20ºC	7,0	12,0
Metanol, expresso álcool metílico, mg/100 ml de álcool anidro	-	240
Acidez total, mEq/L (pH 8,2)	55	130
Acidez volátil, mEq/L	-	20
Cinzas, g/L	0,75	-
Extrato seco reduzido, g/L	8,0	-

Tabela 22. Coquetel de vinho ou bebida alcoólica mista de vinho.

	Mínimo	Máximo
Graduação alcoólica, % v/v a 20ºC	5,0	14,0
Metanol, expresso álcool metílico, mg/L de álcool anidro	-	200
Acidez total, mEq/L (pH 8,2)	55	130
Acidez volátil, mEq/L	-	15
Cinzas, g/L	0,75	-
Extrato seco reduzido, g/L	8,0	-

Tabela 23. Alcoólico composto.

	Mínimo	Máximo
Graduação alcoólica, % v/v a 20ºC	7,0	14,0
Acidez total, mEq/L (pH 8,2)	40	130
Acidez volátil, mEq/L	-	20
Sulfatos totais, expresso sulfato de potássio, g/L	-	1,2
Cloretos totais, expresso cloreto de sódio, g/L	-	1,0
Álcool metílico, mg/L	-	300
Cinzas, g/L - elaborado com vinho tinto - elaborado com vinho branco ou vinho rose	1,2 0,8	- -
Extrato seco reduzido, g/L - elaborado com vinho tinto - elaborado com vinho branco - elaborado com vinho rose	17 15 13	- - -

Tabela 24. Vinagre.

	Mínimo	Máximo
Álcool etílico, % v/v a 20ºC	-	1,0
Cinzas, g/L	1,0	-
Sulfatos, expresso sulfato de potássio, g/L	-	1,2
Cloretos, expresso cloreto de sódio, g/L	-	1,0
Acidez volátil ácido acético g/100ml	4,0	-
Extrato seco reduzido, g/L - elaborado com vinho tinto e rosado - elaborado com vinho branco	7 6	- -

Tabela 25. Vinagre Balsâmico.

	Mínimo	Máximo
Acidez volátil ácido acético (g/100 ml)	5,0	-
Álcool etílico, % vol/vol a 20ºC	-	1,0
Cinzas, g/L	1,0	-
Sulfatos, expresso sulfato de potássio, g/L	-	1,2
Cloretos, expresso cloreto de sódio, g/L	-	1,0
Extrato Seco Reduzido, g/L	7,0	-

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 26, DE 7 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, E, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 44, do Regimento Interno das SFA, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, e pela Portaria nº 1908, de 13 de novembro de 2015, publicada no DOU de 16 de novembro de 2015, Instrução Normativa SDA nº 10/2013 e a Instrução Normativa IN º 8 SDA, de 17 de fevereiro de 2017, publicada no DOU do dia 3 de março de 2017, Decreto n° 9.013 de março de 2017 e o que consta do processo 21018.000245/2018-55, resolve:

Art. 1º - Prorrogar por 30 dias o prazo para gerar os efeitos previstos no Artigo 2º das Portarias 09 e 10, ambas de 26 de janeiro de 2018, publicadas no Diário Oficial da União de 29 de janeiro de 2018.

§ 1º A prorrogação a que se refere o caput deste artigo é exclusiva para estabelecimentos avícolas que deram entrada na documentação para registros junto ao Serviço Estadual até o dia 03/03/2018 e para os quais ainda não foi gerado número de protocolo.

§ 2º Após o prazo, somente poderá ser emita GTA e CIS-E pelos profissionais habilitados e credenciados para propriedades registradas ou com protocolos junto ao IDAF-ES.

Art. 2º - Para novos processos de habilitação para emissão de GTA ou credenciamento para emissão de CIS-E e suas respectivas atualizações, deverá ser informado o número do registro ou protocolo dos estabelecimentos avícolas.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigência na data da sua publicação.

DIMMY HERLLEN SILVEIRA GOMES BARBOSA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA N° 79, DE 5 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 39, inciso XIX, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovada pela Portaria Ministerial nº 428, de 09/06/2010, publicada no DOU de 14/06/2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA n° 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei n° 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo 21052.001434/2017-48, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1° Renovar o Credenciamento número BR - SP633, da empresa Fort Indústria e Comércio de Embalagens Ltda., CNPJ 65.407.843/0001-52, localizada na Avenida Vitorino Monteiro nº 150, Distrito Industrial, em Itararé /SP, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar a seguinte modalidade de tratamento: Tratamento Térmico.

Art. 2° O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 05 (cinco) anos, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo - SFA/SP.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO SERGIO FERREIRA JARDIM

COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 18, DE 2 DE MARÇO DE 2018

Processo Administrativo nº 107/2017

O Diretor-Presidente da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas através da Ata de Reunião Extraordinária nª 006/2017 e do respectivo Termo de Posse de 20/02/2017, ambos em consonância com a Lei 13.303/16, resolve:

Acolher o teor do relatório de Sindicância - Portaria 048/2017 de 13/11/2017 de fls. 229/240, para:

a) Excluir o funcionário M. F., do quanto foi apurado no referido procedimento, absolvendo-o, uma vez que, por ter sido o gestor técnico do contrato, em nada contribuiu com a formalização do 1º Termo Aditivo, motivo pelo qual, não há nexo causal entre a responsabilidade/função, com o resultado do ilícito apontado;

b) Em relação a J. A. L. A., considerando a configuração do ato tido como doloso, que seja realizada a extração de cópias do inteiro teor do processo administrativo nº. 107/17, e envio ao Departamento Jurídico, para as providências que entender necessárias a restauração do bem jurídico ofendido;

) Declarar inidônea a empresa Soluções Serviços Terceirizados Eirelli, para licitar ou contratar com a administração pública, pelo prazo de 02 (dois) anos, nos termos do artigo 87, inciso IV, primeira parte, da Lei nº. 8.666/93, uma vez que o 1º Termo Aditivo não poderia ter sido firmado no período da sanção de impedimento de fl. 144/151, já que a condição de habilitação passou a sofrer impactos imediatos e os efeitos dessa ilicitude se estende, na nossa visão, a toda administração pública, porque inadmissível reconhecer que a confiança se perde com um Ente e se admita a existência em outro da federação. Mas, se não fosse por esta questão, seria, principalmente, porque o objeto do aditivo é absolutamente destoante do quanto foi licitado, configurando desvio de finalidade por ato doloso, pois, importou em alteração radical do contrato originário acarretando frustração aos princípios da obrigatoriedade de licitar previstos na Lei nº. 8.666/93 cc. artigo 37, da CF. Isso evidentemente não se deu de forma unilateral, ao contrário, de mútuo acordo com o então gestor do contrato, pois, ambos omitiram informações precisas a respeito do objeto, isto é, de que estariam inserindo novo objeto contratual, diverso do originário, o que fizeram com o nítido escopo de obter autorização da diretoria, sem que esta tenha o verdadeiro conhecimento do quanto eles pretendiam (ato doloso);

d) Determinar que notifiquem formalmente os sindicados, para querendo, apresentarem Recurso Administrativo, no prazo de 15 (quinze) dias;

e) Determinar, após o esgotamento do prazo recursal, com ou sem recurso das partes, que retornem os autos para análise e providências quanto a necessidade de tomada de decisão em relação ao contrato vigente, bem como, o envio deste procedimento a Expert Contábil, para apurar dos prejuízos sofridos pela Ceagesp.

JOHNNI HUNTER NOGUEIRA

SECRETARIA DE MOBILIDADE SOCIAL, DO PRODUTOR RURAL E DO COOPERATIVISMO

PORTARIA Nº 25, DE 7 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Mobilidade Social, do Produtor Rural e Cooperativismo, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição e tendo em vista as disposições do Decreto nº 8852, de 20 de setembro de 2016, conforme inciso II do art. 25 alínea k e inciso III a, e art. 26 inciso II alínea f, e tendo em vista o que consta do Processo nº 21000.017188/2017-51, resolve:

Art. 1° Submeter à Consulta Pública, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta Portaria, a proposta de instrução normativa apresentada em ANEXO com o objetivo de regulamentar a realização de torneios leiteiros, avaliando o mérito genético para a produção do leite respeitando as boas práticas agropecuárias.

Art. 2° O objetivo da presente Consulta Pública é permitir a ampla divulgação da proposta de Instrução Normativa, para receber sugestões ou comentários de órgãos, entidades ou pessoas interessadas.

Parágrafo Único. As sugestões e comentários previstos no caput serão públicas e, portanto, poderão ser visualizadas por qualquer contribuinte.

Art. 3° As sugestões de que trata o Art. 2° desta Portaria, tecnicamente fundamentadas, deverão ser apresentadas no formato de planilha editável, conforme exemplo abaixo, e deverão ser enviados para o e-mail: comissao.bea@agricultura.gov.br

Identificação do artigo, inciso e alínea	Texto atual da minuta	Redação Proposta	Justificativa Técnica e Legal	Dados do contribuinte
xxxxxx	xxxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx

§ 1° Os critérios para aceitação das sugestões de alteração, inclusão ou exclusão nos textos levarão em conta a obediência aos demais ditames legais e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

§ 2° As sugestões deverão ser encaminhadas respeitando os campos abaixo, sendo todos de preenchimento obrigatório:

I -item: Identificação do item (Exemplo: Art. 1°, § 1°, inciso I, da proposta de Instrução normativa);

II- Texto da minuta: citação da parte do texto original a que se refere);

III- Sugestão: texto sugerido com alteração, inclusão ou exclusão;

IV- Justificativa: embasamento técnico e legal devidamente fundamentado de modo a subsidiar a discussão;

V- Contribuinte: responsável pela sugestão, identificando com o nome completo, se pessoa física, ou razão social, se pessoa jurídica, endereço eletrônico e telefone de contato.

Art. 4° A inobservância de qualquer inciso do Art.3° desta Portaria, implicará na recusa automática da sugestão ou comentário encaminhado.

Art. 5° Findo o prazo estabelecido no Art. 1° desta Portaria, a Coordenação de Boas Práticas e Bem-estar Animal - CBPA/DEPROS deverá avaliar as sugestões recebidas e procederá com as adequações pertinentes.

Art. 6° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RODRIGUES PINHEIRO DÓRIA

ANEXO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº XXXX, DE XXXX DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, conforme o disposto na Lei 8.171 de 191, Artigo 3º itens I e IV, Artigo 6º item II e Artigo 19 item II, Decreto 8.852 de 2016, Artigo 25 item K e Decreto SUASA, conforme Processo nº 21000.017188/2017-51 com o objetivo de regulamentar a realização de torneios leiteiros, avaliando o mérito genético para a produção do leite respeitando as boas práticas agropecuárias, resolve:

Art. 1º Estabelecer as boas práticas para a realização de torneios leiteiros de animais bovinos.

Parágrafo único. Ficam aprovados os documentos constantes dos Anexos desta Instrução Normativa, com a finalidade de regularizar as instalações de permanência dos animais, padronizar os registros de exames clínicos e o protocolo de boas práticas de manejo.

Art. 2º O organizador do evento precisa estar vinculado a associações de produtores rurais, a associações de criadores de raças, sindicatos rurais ou outros órgãos vinculados com a produção agropecuária.

Art. 3º Todo torneio leiteiro deve ser autorizado pelo órgão oficial de defesa agropecuária e deverá estar sob responsabilidade de um responsável técnico médico veterinário devidamente registrado no Conselho de Classe. Ao responsável técnico compete:

- Verificar a adequação das instalações onde permanecerão os animais, seguindo o disposto no Anexo I;

II- Recepcionar e realizar exames clínicos nos animais do torneio conforme disposto no Anexo II;

Parágrafo Único. O ingresso dos animais para o torneio deverá ocorrer no mínimo 48h antes da primeira ordenha do torneio;

III- Comunicar, no caso de óbito de animais, o serviço de defesa agropecuária local, a associação de criadores da raça e/ou o órgão responsável pela organização para devidas providencias legais e/ou sanções previstas em regulamentos internos;

IV- Garantir que as ordenhas sigam o protocolo de boas práticas de manejo, conforme Anexo III;

V- Verificar a capacitação ou habilidade dos tratadores e manejadores dos animais.

Art. 4º Aos criadores é obrigatório a apresentação de plano de manejo nutricional a ser aplicado durante o torneio, firmado por responsável técnico da propriedade com formação em ciências agrárias, devidamente inscrito no Conselho de Classe, que deverá ser entregue no momento do ingresso do animal ao responsável técnico do torneio leiteiro.

Art. 5º O intervalo mínimo entre as ordenhas deve ser de oito horas, cabendo aos organizadores a definição do número de ordenhas total do torneio.

Art. 6º O critério de classificação levará em consideração a produção total e a composição do leite, conforme a fórmula de Tyrrell e Reid (1965) para leite corrigido para sólidos totais (LCST), conforme disposto a seguir:

§ 1º LCST= (12,3 x gramas de gordura) + (6,56 x gramas de sólidos não gordurosos) - (0,0752 x kilogramas de leite)

§ 2º Para efeito de classificação dos animais será considerado a somatória de todos os resultados de LCST de cada animal.

§ 3º Para obter o LCST deverão ser coletadas e analisadas amostras individuais, devidamente identificadas, ao final de cada ordenha. Os resultados também deverão ser divulgados ao final de cada ordenha.

Art. 7º O organizador do evento fica obrigado a definir previamente o local de realização das análises e oficializá-lo junto à divulgação do evento.

§ 1º Para os casos em que as análises forem realizadas fora do local do evento, o organizador deve apresentar ao órgão oficial de defesa agropecuária o plano de coleta, armazenamento e envio de amostra para obter autorização para realização do torneio.

§ 2º Para as análises realizadas no local do evento, deve ser providenciada estrutura necessária para tal.

Art. 8º Os organizadores devem apresentar ao órgão oficial de defesa agropecuária o plano de destinação do leite do torneio segundo a legislação ambiental e sanitária vigente ao órgão de defesa agropecuária para obter autorização para realização do torneio.

Art. 9º É proibida a aplicação de qualquer substância, seja ela injetável, via oral ou nasal, desde a entrada dos animais no recinto do torneio até seu encerramento, salvo ocitocina, que poderá ser utilizada conforme recomendação de médico veterinário.

§ Parágrafo Único. Casos emergenciais relacionados à saúde dos animais devem ser comunicados ao Responsável Técnico para providências necessárias.

Art. 10º Para os torneios chancelados por associações de raça, as mesmas deverão prever nas regras do respectivo torneio e as penalidades aplicáveis aos seus associados que descumprirem as regras da presente legislação.

§ Parágrafo Único. Ficam sujeitos às sanções administrativas e penais quem praticar ato de maus tratos à qualquer animal participante ou presente no evento.

Art. 11 Independente das regras previstas nos torneios, organizadores, proprietários e profissionais responsáveis pelos animais ficam sujeitos às sanções administrativas e penais no caso de constatação de maus tratos à qualquer animal participante ou presente no evento.

Art. 12 Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir da data de sua publicação.

BLAIRO MAGGI

ANEXO I

DA ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES PARA OS ANIMAIS

- Todas as instalações destinadas ao gado leiteiro deverão ser construídas, mantidas e operadas de tal maneira que se minimizem os riscos para o bem-estar animal.

- Nos caminhos onde houver trânsitos de animais, remova pedras, paus ou objetos que possam ferir os cascos;

- Nos locais com piso este deve ser construído e mantido de forma a diminuir os deslizamentos e as quedas dos animais, preservar o estado dos pés e reduzir o risco de lesões nos cascos.

- Os animais devem ter o acesso livre a bebedouros contendo água de boa qualidade, durante todo seu período de permanência no evento. Os comedouros deverão ser suficientemente amplos para que o gado acesse sem obstáculos o alimento e a água. Os sistemas de alimentação deverão ser projetados para minimizar o comportamento de competição entre os animais;

- As áreas próximas a cochos e bebedouros devem manter-se limpas, para tanto faça a raspagem e retirada da lama, resíduos e objetos frequentemente, sempre que notar o acúmulo de um deles;

- Os comedouros e bebedouros devem ser construídos e mantidos de forma a facilitar a limpeza;

- Disponibilize camas limpas, secas e em número suficiente para todos os animais;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

- A quantidade de material das camas deve ser suficiente para que o piso não seja exposto com o movimento dos animais;
- Todos os animais de um grupo devem ter espaço para se deitar e descansar ao mesmo tempo;
- As baias de alojamento das vacas devem ser grandes o suficiente para acomodar todo o corpo do animal. As vacas devem dispor de espaço para deitar e levantar normalmente, sem dificuldades, sem bater contra a instalação. Para que o dimensionamento seja adequado, o projeto deve considerar o tamanho médio dos animais a serem alojados e o seu peso vivo. Como estas características variam de acordo com a raça e categoria animal recomenda-se consultar um especialista em edificações para gado leiteiro para o desenvolvimento do projeto;
- As vacas devem estar em conforto térmico, caso se perceba sinais de estresse por calor ou pelo frio devem ser adotadas providencias para tornar o ambiente mais ameno. Considerar o uso de ventiladores ou de ventilação associada com nebulização e aspersão para amenizar o calor e cortinas para minimizar correntes de ar frio.
- É necessário monitorar a higiene das vacas, em caso de animais muito sujos providencias devem ser adotadas, buscando identificar a origem do problema e eliminá-lo.

ANEXO II

EXAME CLÍNICO PARA TORNEIO LEITEIRO FICHA INDIVIDUAL	
EXPOSIÇÃO:	
DATA: ___/___/___	HORÁRIO:
IDENTIFICAÇÃO DO ANIMAL:	
PROPRIETÁRIO:	
MUNICÍPIO:	
RAÇA:	
IDADE:	CATEGORIA:
TEMPERATURA RETAL:	
FREQUÊNCIA CARDÍACA:	
FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA:	
MOVIMENTOS RUMINAIS:	
MUCOSAS:	
ESORE CORPORAL:	
ESCORE DE FEZES:	
DESIDRATAÇÃO ( ) NÃO ( ) SIM GRAU:	
OBSERVAÇÕES: ASSINATURA DO MÉDICO VETERINÁRIO:_____	

ANEXO III

DAS BOAS PRÁTICAS DE MANEJO NA ORDENHA
- Cheque se o local de ordenha está preparado para receber as vacas.
- Conduza as vacas para o local de ordenha com calma, sem bater nos animais, nem correr e nem gritar.
- Acomode as vacas no local de ordenha, não grite, não bata, nem empurre as vacas para que elas se posicionem. Se julgar necessário, amarre as pernas das vacas mais agitadas. Não utilize a corda para bater ou ameaçar o animal.
- Faça a vaca perceber sua presença nesse momento, chame-a pelo nome, sinalize a sua presença antes de tocar em seu teto.
- Faça o teste da caneca de fundo preto para o diagnóstico de mastite clínica, cheque teto por teto. Se o teste der negativo continue a ordenha. No caso do resultado do teste ser positivo, informe imediatamente ao RT do evento;
- No caso de ordenha com bezerro ao pé, aproxime o bezerro da vaca para estimular a descida do leite, afastando-o do úbere logo em seguida. Não puxe o bezerro pela cauda ou orelhas.
- Em ordenhas sem bezerro ao pé, realize o pré-dipping e aguarde 30 segundos para secar os tetos.
- Seque os tetos um a um, utilize papel toalha descartável.
- Acople as teteiras ou, em caso de ordenha manual, ordenhe a vaca.
- Se alguma vaca defecar ou urinar durante a ordenha, utilize um rodo ou pá e empurre (ou puxe) os dejetos para a calha de drenagem ou local longe do balde. Após a ordenha realize imediatamente a limpeza do local.
- Realize a desinfecção dos tetos (pós-dipping).
- Realize a limpeza das instalações e dos equipamentos imediatamente após a ordenha.
- Os baldes e os utensílios deverão ser lavados com água corrente e detergente.
- Após cada ordenha deixe as instalações e todos os equipamentos, materiais e utensílios preparados para o início da próxima.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 273, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Reabilitação de produto à fruição de benefício fiscal de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, e no art. 36, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTIC nº 01250.021492/2017-44, de 11 de abril de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder reabilitação de produto, abaixo relacionado, à fruição de benefício fiscal de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, à empresa Multilaser Industrial S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 59.717.553/0006-17, cuja habilitação foi suspensa pela Portaria MCTIC nº 2.781, de 19 de maio de 2017, publicada em 24 de maio de 2017, em face de adimplemento das obrigações legais no prazo concedido:

Produto	Portaria MCT/MDIC/MF de Habilitação
Equipamento de alimentação ininterrupta de energia (No break).	nº 23, de 7 de janeiro de 2009, publicada em 9 de janeiro de 2009

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria MCTIC nº 2.781, de 19 de maio de 2017, publicada em 24 de maio de 2017.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.306, DE 7 DE MARÇO DE 2018

Estabelece as Metas Globais do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC para fins de percepção da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDACT, da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE e da Gratificação de Desempenho de Atividades de Infraestrutura - GDAIE no âmbito do MCTIC.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o que dispõe a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, a Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, a Lei nº 12.277, de 30 de junho 2010, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, o Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, e o Decreto nº 8.107, de 6 de setembro de 2013, e em observância ao disposto no art. 6º da Portaria nº 2.099, de 19 de abril de 2017, resolve:

Art. 1º Fixar, de acordo com o Anexo a esta Portaria, as metas globais referentes ao período de avaliação de desempenho compreendido entre março de 2018 e fevereiro de 2019, para fins de percepção da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDACT, da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE e da Gratificação de Desempenho de Atividades de Infraestrutura - GDAIE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

ANEXO

RESPONSÁVEL	DESCRIÇÃO DA META	OBJETIVO ESTRATÉGICO VINCULADO	INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA
SERAD	Viabilizar a digitalização dos canais dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, de acordo com as atribuições e com a legislação que rege a matéria no âmbito deste Ministério, referentes às entidades relacionadas nas localidades constantes do cronograma estabelecido na Portaria MCTIC nº 7.432/2017 e alterações, que terão o sinal analógico desligado até 31/12/2018.	Acesso Universal aos serviços de comunicações	Quantidade de emissoras de TV e RTV outorgadas em tecnologia analógica que já foram digitalizadas	(Número de canais digitalizados/Total de entidades relacionadas nas localidades constantes do cronograma aptas a obter a consignação do canal digital)*100	Percentual	100%
SEPED	Gerenciar a execução dos Planos de Ação em CTI para as áreas estratégicas da SEPED (Oceanos, Clima, Ciências Humanas e Sociais, Biomas, Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, Agropecuária Sustentável, Bioeconomia, Popularização e Divulgação Científica, Extensão Tecnológica)	Brasil na fronteira da produção do conhecimento	Número de planos de ação gerenciados	Somatório de planos de ação gerenciados no âmbito da SEPED	Unidade	10
SEPED	Ampliar a participação de municípios na SNCT em relação ao exercício anterior.	Popularização da Ciência	Número de municípios participantes	((Nº de municípios participantes em 2018 - Nº de municípios participantes em 2017) / Nº de municípios participantes em 2017) * 100	Percentual	5%
SETEC	Fomentar projetos e iniciativas voltados ao desenvolvimento tecnológico e à inovação nas empresas e nas cadeias produtivas.	Estímulo à inovação e à Competitividade e Desenvolvimento tecnológico em temas estratégicos	Projetos apoiados	Somatório de projetos apoiados	Unidade	50
SETEC	Elaborar e finalizar os 7 (sete) Planos Setoriais de CT&I vinculadas à SETEC no âmbito da ENCTI.	Estímulo à inovação e à Competitividade e Desenvolvimento tecnológico em temas estratégicos	Planos setoriais elaborados	Somatório de planos setoriais	Unidade	7
SETEL	Elaborar proposta de ato normativo que detalha o plano de conectividade de banda larga.	Universalização dos serviços de comunicações	Etapas concluídas	(Etapas concluídas / Total de etapas)*100	Percentual	100%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SETEL[1]	Prover continuidade à implantação de infraestrutura de conexão entre órgãos públicos nos municípios, promovendo melhoria e agilidade na prestação de serviços e integração das políticas públicas.	Universalização dos serviços de comunicações	Cidades Digitais implantadas	Somatório de Cidades Digitais implantadas	Unidade	100
SETEL[2]	Prover conexão gratuita às escolas, unidades de saúde, aldeias indígenas, postos de fronteira, quilombos e comunidades em estado de vulnerabilidade social, ou à margem de meios para conexão com a internet.	Universalização dos serviços de comunicações	Pontos atendidos com conexão GESAC	Somatório de pontos atendidos com conexão GESAC	Unidade	6878
SEPIN	Apoiar a execução e o acompanhamento da implementação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital, em articulação com os setores competentes do campo científico, governamental, produtivo e da sociedade civil, mediante a produção de documentos, como relatórios, pareceres, notas técnicas e respostas a demandas internas e externas.	Estímulo à inovação e competitividade	Documentos produzidos	(Documentos produzidos / Documentos solicitados) *100	Percentual	90%
SEPIN	Apoiar a formulação de políticas, o planejamento e a coordenação de ações necessárias para o desenvolvimento da Internet no País, em conjunto com diversos órgãos e entidades das esferas pública e privada, mediante a produção de documentos, como relatórios, pareceres, notas técnicas e respostas a demandas internas e externas.	Estímulo à inovação e competitividade	Documentos produzidos	(Documentos produzidos / Documentos solicitados) *100	Percentual	90%
SEPIN	Apoiar 2 projetos de promoção a interação entre ambientes científicos e tecnológicos e setor produtivo.	Desenvolvimento tecnológico em temas estratégicos	Número de projetos apoiados	Somatório de projetos apoiados	Unidade	2
SEPIN	Realizar o treinamento de 60 projetistas em design de semicondutores	Estímulo à inovação e competitividade	Número de projetistas treinados	Somatório de projetistas treinados	Unidade	60
SEPIN	Incentivar R$ 1,2 bilhões em investimentos privados em CTIC, em conformidade com a estimativa de investimentos relativos à Lei de Informática.	Estímulo à inovação e competitividade	Volume de investimentos	Somatório dos valores investidos em P&D	Reais	R$1.2 bilhões
SEPIN	Elaborar 7 propostas de Projeto de Lei, Medida Provisória, Decreto e/ou Portaria, a fim de promover um ambiente jurídico e institucional propício às ações de CTIC.	Estímulo à inovação e competitividade	Número de propostas elaboradas	Somatório de propostas elaboradas e submetidas	Unidade	7

OBSERVAÇÕES:
1. SETEL
[1] e [2] Essas metas dependem de disponibilidade financeira tempestiva.

PORTARIA Nº 1.326, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso I, do art. 4° do Decreto n° 3.644, de 30 de outubro de 2000, resolve:

Art. 1º Destinar, no âmbito deste Ministério, na Comissão Nacional de Energia Nuclear- CNEN, 01 (uma) vaga do cargo de Tecnologista à reversão, no interesse da administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.578/SEI, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53690.000414/2001-63 e nº 53900.042023/2015-07, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de dezembro de 2015, a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio UNISUL FM , para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município União do Sul/MT.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO Nº 82, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53500.058341/2017-56
Recorrente/Interessado: ALGAR TELECOM S.A. CNPJ/MF nº 71.208.516/0001-74

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 36/2018/SEI/OR (SEI nº 2407078), integrante deste acórdão: a) conceder anuência prévia para a reorganização societária da ALGAR TELECOM S.A., compreendendo a incorporação da ALGAR CELULAR S.A., condicionada: a.1) à comprovação da regularidade fiscal por ALGAR TELECOM S.A., nos termos da Súmula nº 19 da Anatel; a.2) à assunção de compromisso de, no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, a ALGAR TELECOM S.A. eliminar a sobreposição das outorgas do Serviço de Acesso Condicionado - SeAC, nos termos do art. 83 do Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado, aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012; e, a.3) à conclusão de procedimento de revisão tarifária para transferência integral dos ganhos econômicos, advindos da operação de reestruturação societária possibilitada pelo art. 86, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, alterado pela Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que não decorram diretamente da eficiência empresarial, considerando, inclusive, o término de eventual procedimento de arbitragem que possa ser solicitado pela Concessionária, nos termos da Cláusula 33.1 do Contrato de Concessão; b) determinar, em relação aos bens reversíveis, que, no prazo de até 6 (seis) meses, a contar da implementação da incorporação, sob pena de sua revogação, a ALGAR TELECOM S.A.: b.1) apresente o inventário de bens da ALGAR CELULAR S.A., levantados para fins de incorporação, com a indicação dos bens reversíveis, caso existam, de acordo com o modelo exigido pela Anatel; e, b.2) comprove, caso algum bem da ALGAR CELULAR S.A. torne-se reversível, a inexistência de oneração sobre ele incidente, mediante declaração, e a apresentação dos devidos pedidos de substituição; c) determinar que a condicionante prevista na alínea "a.3" poderá ser afastada no caso de apresentação de declaração expressa, aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas, de que a ALGAR TELECOM S.A.: c.1) reconhece e assume integralmente os riscos econômicos e financeiros associados ao resultado do procedimento de revisão tarifária nos termos e condições abordados no processo de anuência prévia, inclusive os decorrentes da incerteza quanto ao processo e quanto aos valores a serem estipulados pela Anatel, que para todos os efeitos devem ser entendidos como riscos normais à atividade empresarial, nos termos da Cláusula 13.1, § 1º, inciso II, do Contrato de Concessão; e, c.2) renuncia aos direitos a eventual restabelecimento da situação financeira do contrato, previsto nas Cláusulas 13.1, § 1º, e 13.3 do Contrato de Concessão, em razão do processo e do resultado da revisão tarifária, o que acarretará, no âmbito extrajudicial, a perda do direito de recorrer administrativamente e de solicitar a arbitragem prevista na cláusula 33.1 do Contrato de Concessão, e no âmbito judicial, a resolução do mérito da lide por renúncia ao direito sobre que se funda a ação, nos termos do art. 269, inciso V, do Código de Processo Civil; d) determinar que, na hipótese de ocorrência da alínea anterior, o procedimento de revisão tarifária indique o montante e a forma da transferência dos ganhos econômicos percebidos no período entre a concretização da operação de reestruturação societária e a conclusão do processo administrativo, de modo a não haver prejuízo aos usuários; e) determinar o recolhimento do preço público devido pela transferência das outorgas, em obediência ao estabelecido no Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direto de Exploração de Satélite, aprovado pela Resolução nº 386, de 3 de novembro de 2004, alterado pelas Resoluções nº 484, de 5 de novembro de 2007, nº 595, de 20 de julho de 2012, e nº 614, de 28 de maio de 2013; e, f) determinar que a presente anuência valha pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o qual será contado a partir da publicação do Ato de Anuência no Diário Oficial da União - DOU, prorrogável, a pedido da parte interessada, uma única vez por igual período, se mantidas as condições aqui verificadas.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

CONSULTA PÚBLICA Nº 6, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 133 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, pelo art. 42 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, deliberou, em sua Reunião nº 844, de 22 de fevereiro de 2018, submeter a comentários e sugestões do público geral, de acordo com o constante dos autos do Processo nº 53500.014958/2016-89, a Proposta de Reavaliação do Modelo de Gestão do Espectro.

Como resultado desta Consulta Pública, a Anatel pretende estimular a modernização dos processos de Gestão do Espectro, tornando sua administração mais eficiente, promovendo maior utilização do recurso e massificação do acesso aos serviços, trazendo maiores benefícios para a sociedade, como aumento de competição, qualidade de serviço, satisfação do usuário e inovação tecnológica.

Esta Consulta Pública estrutura-se em 3 (três) partes:

Parte I - Proposições de Atuação Regulatória;

Parte II - Proposições de Revisões Normativas; e

Parte III - Contribuições Adicionais Livres.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico http://sistemas.anatel.gov.br/sacp, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Para maior aprofundamento nos temas da consulta e em assuntos correlatos em estudo na Agência, amplo material complementar está disponível nos autos dos seguintes Processos:

53500.030030/2014-80 (Revisão da Regulamentação de Cálculo de Preço Público);

53500.010924-2016-15 (Revisão da Regulamentação de Certificação de Produtos);

53500.005127/2015-35 (Consultoria de suporte para Planejamento e Execução); e,

53500.014958/2016-89 (Projeto de Reavaliação do Modelo de Gestão do Espectro).

As contribuições e sugestões, fundamentadas e devidamente identificadas, devem ser encaminhadas, por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública (SACP), relativo a esta Consulta Pública, disponível no endereço eletrônico acima mencionado, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, sendo também consideradas as manifestações encaminhadas por carta para:

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO - SOR

CONSULTA PÚBLICA Nº 6, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Proposta de Reavaliação do Modelo de Gestão do Espectro

Setor de Autarquias Sul - SAUS - Quadra 6, Bloco F, Térreo - Biblioteca

CEP: 70070-940 - Brasília-DF

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público no SACP ou no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSULTA PÚBLICA Nº 7, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, em sua Reunião nº 844, de 22 de fevereiro de 2018, submeter a comentários e sugestões do público geral, de acordo com o constante dos autos do Processo nº 53500.072105/2017-42, a Proposta de revisão do Regulamento da Metodologia de Estimativa do Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico http://sistemas.anatel.gov.br/sacp, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas, preferencialmente, por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública (SACP), indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sendo também consideradas as manifestações encaminhadas por carta, fax ou correspondência eletrônica para:

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E REGULAMENTAÇÃO - SPR

CONSULTA PÚBLICA Nº 7, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Proposta de revisão do Regulamento da Metodologia de Estimativa do Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC

Setor de Autarquias Sul - SAUS - Quadra 6, Bloco F, Térreo - Biblioteca

CEP: 70070-940 - Brasília-DF

Telefone: (61) 2312-2001

Fax: (61) 2312-2002

Correio Eletrônico: biblioteca@anatel.gov.br

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência, no endereço eletrônico http://www.anatel.gov.br.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 7 DE MARÇO DE 2018

Expede autorização, para os abaixo identificados, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional:

Nº 1.476 - Processo 53516.001054/2018-86: JOAQUIM FERNANDES MARTINS, CPF nº 117.084.929-68.

Nº 1.480 - Processo 53516.000353/2018-01: B.O PAPER BRASIL INDÚSTRIA DE PAPEIS LTDA, CNPJ nº 07.632.665/0001-67.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATOS DE 8 DE MARÇO DE 2018

Expede autorização, para os abaixo identificados, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional:

Nº 1.503 - Processo 53516.000328/2018-10: FERTIPAR FERTILIZANTES DO PARANA LIMITADA, CNPJ nº 90.810.706/0001-01.

Nº 1.504 - Processo 53516.001172/2018-94: PROTEJUS - SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 28.818.453/0001-49.

Nº 1.513 - Processo 53516.001053/2018-31: FELIX ADMINISTRACAO DE BENS LTDA, CNPJ nº 08.380.802/0002-67.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

RETIFICAÇÃO

Tornar sem efeito a cassação da autorização do serviço Limitado Privado-cód. 019 aplicada à USINA COLOMBO S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL - CNPJ 44.330.975/0001-53, FISTEL 02030090700, através do Ato 14.335, de 29/11/2017, publicado no D.O.U. Nº 232 de 05/02/2017, seção 1, páginas 9 e 10.

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 1.383, DE 2 DE MARÇO DE 2018

Outorga autorização de uso de radiofrequência ao CONDOMINIO RESIDENCIAL ALDEBARAN BETA, CNPJ 12.953.725/0001-83, para exploração do Serviço Limitado Privado.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

ATO Nº 1.406, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Expede autorização a RENER RILK TEODOSIO CAVALCANTE, CPF nº 758.931.934-15, para exploração do Serviço Limitado Privado.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 528, DE 24 DE JANEIRO DE 2018

Processo nº 53539.001449/2017-30. Declara extinta, por renúncia, a partir de 15/12/2017, a autorização outorgada à DATARADIO COMERCIO SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA - ME, CNPJ/MF nº 04.804.417/0001-68, por intermédio do Ato n° 59583, de 12/07/2006, publicado no DOU de 27/07/2006, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 853, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº 53500.003396/2018-18. Declara extinta, por renúncia, a partir de 30/01/2018, a autorização outorgada à NÁUTICA MANIA LTDA - ME, nova denominação da SISTECC AUTOMAÇÃO LTDA, CNPJ/MF nº 06.886.471/0001-25, por intermédio do Ato n° 59459, de 10/07/2006, publicado no DOU de 13/07/2006, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 1.339, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº 53500.086019/2017-17. Expede autorização à SILMARA SANTOS DE JESUS 12364643627, CNPJ/MF nº 20.117.119/0001-56, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 2 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.382 Processo nº 53500.003188/2018-19. Expede autorização à NATURAL SOLUCOES INTERNET E SISTEMAS LTDA - ME, CNPJ/MF nº 26.651.473/0001-42, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.399 Processo nº 53500.081184/2017-82. Expede autorização à LETICIA DE LIMA COSTA - ME, CNPJ/MF nº 12.529.903/0001-43, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.400 Processo nº 53500.002001/2018-51. Expede autorização à KLEBER BARBOSA SALES - ME, CNPJ/MF nº 17.302.354/0001-93, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.401 Processo nº 53500.005478/2018-99. Expede autorização à B.S. COSTA EIRELI - ME, CNPJ nº 20.326.556/0001-80, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 3 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.402 Processo nº 53500.084213/2017-68. Expede autorização à WRS TELECOM COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 10.726.192/0001-71, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.403 Processo nº 53500.005849/2018-32. Expede autorização à M A DE TOLEDO INFORMATICA - ME, CNPJ/MF nº 02.590.601/0001-27, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.404 Processo nº 53500.006342/2018-04. Expede autorização à TELLYNK TECNOLOGIA E SERVICOS EIRELI - EPP, CNPJ/MF nº 19.388.694/0001-04, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.775/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 209ª Reunião Ordinária, ocorrida em 8 de fevereiro de 2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº. 01250.062274/2017-60

Requerente: BASF S.A.

CQB: 031/97

Assunto: Extensão de CQB

Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou à CTNBio incluir em seu CQB nº 031/97 uma câmara fria e uma casa-de-vegetação em Santo Antônio de Posse/SP e alteração do local da Área de Descarte de OGM em Uberlândia/MG. As atividades a serem desenvolvidas são pesquisa em regime de contenção, liberação planejada no meio ambiente, transporte, avaliação de produto, detecção e identificação de OGM, descarte e armazenamento com plantas geneticamente modificadas da classe de risco I. Após análise das medidas de biossegurança descritas na solicitação, a CTNBio entendeu que as instalações poderão ser utilizadas apenas para as finalidades propostas e em conformidade com este parecer técnico e com a legislação em vigor. Assim, atendidas as recomendações da CTNBio e as medidas de biossegurança contidas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou prejudicial à saúde humana.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.783/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 209ª Reunião Ordinária ocorrida em 08/02/2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01200.000787/1997-02

Requerente: Du Pont do Brasil S.A. - Divisão Pioneer Sementes

CQB: 13/97

Assunto: Revisão de CQB/Exclusão de Área

A CTNBio, após apreciação do pedido de parecer para descredenciamento da Unidade de Pesquisa de Santa Rosa/RS do CQB 13/97 da Du Pont do Brasil S.A. - Divisão Pioneer Sementes, concluiu pelo DEFERIMENTO. No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.800/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Requerente: SGS do Brasil Ltda.

CQB: 143/01

Processo SEI nº: 01200.002578/2001-04

Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio

Extrato Prévio: 5875/2017 publicado em 21/12/2017

Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Carta s/n, de 01 de julho de 2016, nomeando Nilton de Araujo Jr (Presidente), Annelise Roberta Tremocoldi, Aritana Gil Basile, Gabriela Ayrosa Celino Pimentel, Marcos de Ferran, Mariana Hortense Torres, Mara Rubia Camolesi, Paula Radaelli, Regiane Carvalho Lima e Roberto Marchi Goulart para comporem a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.801/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Requerente: Bioflex Agroindustrial S.A.

CQB: 365/13

Processo SEI nº: 01250.056040/2017-83

Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio

Extrato Prévio: 5877/2017 publicado em 21/12/2017

Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Carta s/n, de 31 de março de 2017, nomeando Eduardo Henrique Maia Carnaúba (Presidente), Osmar Vaz de Carvalho Netto, Pollyanna Oliveira e Sara Azevedo Martins para comporem a CIBio local e excluíndo Celso Spada Fiori e Gleidson Silva Teixeira.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.802/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Requerente: Bio Celere Agroindustrial Ltda.

CQB: 352/12

Processo SEI nº: 01250.056054/2017-05

Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio

Extrato Prévio: 5878/2017 publicado em 21/12/2017

Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Carta s/n, de 2017, nomeando João Batista Farah Emiliano (Presidente), Osmar Vaz de Carvalho Netto e Angela Luzia Drezza para comporem a CIBio local e excluíndo Celso Spada Fiori, Gleidson Silva Teixeira e Silvia Kazue Missawa.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.803/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Requerente: Instituto de Química - Universidade de São Paulo/USP

CQB: 029/97

Processo SEI nº: 01250.060267/2017-23

Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio

Extrato Prévio: 5879/2017 publicado em 21/12/2017

Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Carta Dir/0222017110/200917, de 20 de setembro de 2017, nomeando Ricardo José Giordano (Presidente), Fábio Luís Forti (Vice-Presidente), Carlos Takeshi Hotta, Flavia.Vischi Winck, Regina Lúcia Baldini, Fabio Rodrigues, Alexandre Sanchez, Érica Michelle Rodrigues Bandeira e Simone Corrêa para comporem a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.804/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Requerente: Universidade Estadual de Maringá - UEM

CQB: 147/01

Processo SEI nº: 01250.062895/2017-43

Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio

Extrato Prévio: 5880/2017 publicado em 21/12/2017

Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Portaria nº 688/2017-GRE, de 29 de agosto de 2017, noemando Dennis Armando Bertolini (Presidente), Eliane Gasparino, Eliezer Rodrigues de Souto, Gisele Mendes de Carvalho, João Alencar Pamphile, Melyssa Fernanda Norman Negri Grassi e Verônica Elisa Pimenta Vicentini para comporem a Cibio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.805/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Requerente: Bunge Açúcar e Bioenergia

CQB: 329/11

Processo SEI nº: 01250.063508/2017-96

Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio

Extrato Prévio: 5881/2017 publicado em 21/12/2017

Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Carta s/n, de 6 de outubro de 2017, nomeando Vicente Manera Neto (Presidente), Bruna Montalvão Lima Ferraz, Karen Cristina de Carvalho, Ellen Lazarini e Eloísa Zanin Pytlowanciv para comporem a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.806/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Requerente: Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos-Bio-Manguinhos/Fiocruz

CQB: 110/99

Processo SEI nº: 01250.049893/2017-69

Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio

Extrato Prévio: 5883/2017 publicado em 21/12/2017

Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Portaria nº 008/2015, de 8 de junho de 2015, nomeando Adriano da Silva Campos (Presidente), Natalia da Costa Gonçalves, Vinicius da Silva Pires, Ricardo Cristiano Brum, Andressa Guimarães de Souza Pinto (Vice-Presidente), Denise Torres da Silva, José Henrique Araujo Bastos, Bruna Fernandes Pimenta, Kathia Corrêa, Ana Paula Correa Argondizzo, Marcia Archer da Motta, Eduardo Ruback dos Santos, Renato Sergio Marchevsky, Alaíde Aline Xavier Leal, Cintia Cardoso da Costa, Maria Ivone Gonçalves Bussons, Clara Lucy dos Santos de Vasconcellos, Carlos José de Lima Barbosa Filho, Bernardina Penarrieta Morales, Cristiane Marques de Souza, Karine da Costa Gaglianone, Maria Luiza Borges de Azevedo, Luiz Gustavo Almeida Mendes, Alex Jorge Silva de Abreu e Julio Cesar Rodrigues Coelho para comporem a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.807/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Requerente: FuturaGene Brasil Tecnologia Ltda.

CQB: 325/11

Processo SEI nº: 01250.064501/2017-91
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 5884/2017 publicado em 21/12/2017
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Carta REG _71/17, de 27 de setembro de 2017, nomeando Eduardo José de Mello (Presidente), Carolina da Silva Rocha, Esteban Roberto Gonzales, Maria Paula Rosseto Galan, Othon Silva Abrahão, Rodrigo Neves Graça, Sara El Kadri, Shonitiro Oda, Thais Regina Drezza Menezes e Thiago Romanos Benatti para comporem a CIBio local e excluíndo Edival Angelo Valverde Zauza e Liliana Aparecida Soares de Mello.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.808/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Requerente: Coodetec Desenvolvimento Produção e Comercialização Agrícola Ltda
CQB: 018/97
Processo SEI nº: 01250.064584/2017-19
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 5885/2017 publicado em 21/12/2017
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Carta TEC 131/2017, de 9 de outubro de 2017, nomeando Tatiane Dalla Nora Montecelli (Presidente), Leandra Regina Texeira Polo, Letícia Keika Menezes Malicheski, Bruna Mendes Oliveira e Renato Alexandre Malfato para comporem a CIBio local e excluíndo Ivan Schuste e Fabiane Lazza.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.809/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Requerente: Universidade Federal de Lavras - UFLA
CQB: 145/01
Processo SEI nº: 01250.065424/2017-97
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 5886/2017 publicado em 21/12/2017
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Portaria nº 626/2017, de 8 de junho de 2017, nomeando Patrícia Gomes Cardoso (Presidente), Adriano Teodoro Bruzi (Vice- Presidente), Elaine Maria Seles Dorneles, Wellison Andrade Pereira, Elaine Aparecida de Souza, Márcia Lídia Gomide Zanetti Bonetti, Luciano Vilela Paiva e Antonio Chalfun Júnior para comporem a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.810/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Requerente: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
CQB: 101/99
Processo SEI nº: 01250.065485/2017-54
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 5887/2017 publicado em 21/12/2017
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Portaria nº 2233/2017/GR, de 29 de setembro de 2017, nomeando Denise Esteves Moritz para compor a CIBio local e excluíndo Ana Lucia Carneiro Schaefer.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.811/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Requerente: Universidade do Oeste Paulista-UNOESTE
CQB: 346/12
Processo SEI nº: 01250.066825/2017-64
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 5888/2017 publicado em 21/12/2017
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, a responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Portaria nº 25/2017, de 20 de setembro de 2017, nomeando Alessandra Ferreira Ribas (Presidente), Ceci Castilho Custódio, Luciana Machado Guaberto, Maria Aparecida de Souza, Nelson Barbosa Machado Neto e Tiago Aranda Catuchi para comporem a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.812/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Requerente: Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Miguez de Mello - CENPES
CQB: 241/07
Processo SEI nº: 01250.068071/2017-87
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 5889/2017 publicado em 21/12/2017
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Documento Interno CENPES/PDISO 50/2017, de 26 de outubro de 2017, excluíndo Claudia Julia Groposo Silveira da CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

EXTRATO DE DELIBERAÇÃO Nº 1, DE 8 DE MARÇO DE 2018

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5o, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 24, de 06 de agosto de 2015, torna público a Deliberação do Plenário do Concea, em desfavor da Clarion Biociências Ltda. por utilizar animais em atividades de pesquisa sem o devido credenciamento no Concea.

Processo nº 01250.078724/2017-36 (PI-036.17)

O Concea, após análise do referenciado processo e do Parecer nº 002/2018/Relator-CONCEA, decidiu em Plenário durante a 39ª Reunião Ordinária do Concea pelo arquivamento do processo em questão, por unanimidade.

A íntegra desta deliberação consta do processo arquivado na Coordenação da Secretaria Executiva do Concea (SE-Concea). Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Coordenação da SE-Concea.

MONICA L. ANDERSEN

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DE 8 DE MARÇO DE 2018

714ª RELAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - LEI 8.010/90

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
Fundação de apoio ao Hospital das Clínicas da UFG - FUNDAHC	900.0763/1999	02.918.347/0001-43

CLAUDIO DA SILVA LIMA
Diretor

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHO Nº 4/SEI, DE 5 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 29 da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, considerando o que consta do Processo Administrativo nº 01250.073096/2017-01, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 42/2018/SEI-MCTIC, resolve:

Indeferir o pedido de transferência de autorização apresentado pela Prefeitura Municipal de Porecatu, executante do serviço de retransmissão de televisão em caráter primário, no município de Porecatu, estado do Paraná, tendo em vista o não atendimento ao disposto no Decreto nº 5.371 de 17 de fevereiro de 2005.

MOISÉS QUEIROZ MOREIRA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 548/SEI, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.005376/2018-69, resolve:

Art. 1º Consignar à RÁDIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Rosário/MA, o canal 38 (trinta e oito), correspondente à faixa de frequência de 614 a 620 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 829/SEI, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.056250/2012-11, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO RECORD DO RIO DE JANEIRO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Areal/RJ, o canal 39 (trinta e nove), correspondente à faixa de frequência de 620 a 626 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 895/SEI, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 3.247, de 12 de junho de 2017, e considerando o que consta do Processo nº 01250.006941/2018-13, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TV RECORD DE FRANCA S/A, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de FRANCA, estado do SÃO PAULO, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário com utilização de tecnologia digital, na localidade de FERNANDO PRESTES, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 28 (vinte e oito), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 1.076/SEI, DE 2 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.025043/2017-75, resolve:

Art. 1º Consignar à entidade CAPRA PUBLICIDADE E PROMOÇÕES LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de BENTO GONÇALVES/RS, o canal 59 (cinquenta e nove), correspondente à faixa de frequência de 740 a 746 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consignação será celebrado entre a concessionária e a União em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 65/SEI, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.082887/2017-13, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 772/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 29 de dezembro de 2017, da frequência 1520 KHz, outorgada à Sociedade de Radiodifusão Padre Eduardo Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Terra Rica, estado de Paraná.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 138/SEI, DE 2 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.072492/2017-11, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO EVANGÉLICA BOAS NOVAS, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de BELO HORIZONTE, estado de Minas Gerais, utilizando o canal digital 48 (quarenta e oito), nos termos da Nota Técnica nº 1617/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 192/SEI, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.002637/2018-99, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO GUAÍBA LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de ROLANTE, estado do RIO GRANDE DO SUL, utilizando o canal digital nº 22 (vinte e dois), nos termos da Nota Técnica nº 2607/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 2.036/SEI, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53000.065310/2012-88, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de ITAPURA, estado de São Paulo, utilizando o canal digital nº 31 (trinta e um), nos termos da Nota Técnica nº 28194/2017/SEI-MCTIC.

ROSANGELA PETRI DUARTE

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 312/SEI, DE 6 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do Processo n.º 01250.060075/2017-17, resolve:

Acolher o disposto na Nota Técnica n.º 4518/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o pedido de aprovação do local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, formulado pela RÁDIO CIDADE DE MARACAJU LTDA. - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Maracaju, estado do Mato Grosso do Sul, mediante utilização do canal n.º 282 (duzentos e oitenta e dois), classe A3.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA



Ministério da Cultura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 30, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Delega competências ao Secretário da Economia da Cultura, do Ministério da Cultura.

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 12 e 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º As competências referidas no art. 1º da Portaria nº 84, de 8 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de setembro de 2017, ficam prorrogadas por mais 180 dias.

Art. 2º A presente portaria deverá ser referida nos atos com base nela praticados.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

RESOLUÇÃO Nº 130, DE 7 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-PRESIDENTE DA ANCINE, no uso de suas atribuições previstas no artigo 10, I, da MP nº 2228/2001 e, considerando o disposto no art. 5º da Lei nº 11.437/2006, assim como as competências designadas nos termos do artigo 8º, III, do Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual - CGFSA, resolve:

Art. 1º Tornar público o encerramento das Chamadas PRODECINE 04/2013 e PRODECINE 02/2016 com o respectivo remanejamento do saldo de recursos da cota das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e da cota da região Sul e estados de Minas Gerais e Espírito Santo para o módulo do produtor específico para cotas regionais no edital Fluxo Automático Cinema, conforme aprovado pelo Comitê Gestor do FSA em sua 43ª Reunião realizada em 02 de março de 2018.

CHRISTIAN DE CASTRO

RETIFICAÇÃO

No Despacho Decisório nº 30 de 01/03/2018, publicada no DOU nº. 42 de 02/03/2018, Seção 1, página 54, em relação ao projeto "17-0554 - INSPIRA BRASIL - TERCEIRA TEMPORADA.", para considerar o seguinte:

Onde se lê:

17-0554 - INSPIRA BRASIL - TERCEIRA TEMPORADA.

Leia-se:

17-0554 - INSPIRA.MOV BRASIL - TERCEIRA TEMPORADA.

COORDENAÇÃO DE ANÁLISE DE DIREITOS

DESPACHO Nº 32, DE 6 DE MARÇO DE 2018

A COORDENADORA DE ANÁLISE DE DIREITOS da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2018.

18-0149 TORNIQUETE
Processo: 01416.001856/2018-11
Proponente: ANA CATARINA L. F. FILMES E PRODUCOES ARTISTICAS - ME.
Cidade/UF: Curitiba / PR
CNPJ: 17.604.655/0001-71
Valor total aprovado: R$ 1.496.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.421.200,00
Banco: 001 - agência: 3390-1 conta corrente: 39369-X

18-0150 HOJE EU ACORDEI GORDA
Processo: 01416.001575/2018-68
Proponente: BELA VISTA PRODUCAO AUDIOVISUAL LTDA - EPP.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 27.661.965/0001-81
Valor total aprovado: R$ 143.394,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 136.224,30
Banco: 001 - agência: 1812-0 conta corrente: 53503-6

18-0151 CIDADE; CAMPO
Processo: 01416.002001/2018-15
Proponente: DEZENOVE SOM E IMAGENS PRODUÇÕES LTDA - EPP.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 66.876.707/0001-74
Valor total aprovado: R$ 3.359.847,50
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.591.855,12 Banco: 001 - agência: 3043-0 conta corrente: 24322-1

18-0152 OS JOVENS BAUMANN
Processo: 01416.001092/2018-63
Proponente: PUNTA COLORADA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 13.193.095/0001-59
Valor total aprovado: R$ 301.400,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 200.000,00 Banco: 001 - agência: 3043-0 conta corrente: 24320-5

18-0153 ESCRITO EM OSSOS
Processo: 01416.000963/2018-21
Proponente: PUNTA COLORADA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 13.193.095/0001-59
Valor total aprovado: R$ 414.700,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 393.965,00 Banco: 001 - agência: 3043-0 conta corrente: 24321-3

18-0154 A ESTRADA
Processo: 01416.001941/2018-89
Proponente: LUNAR MULTIMIDIA PRODUCOES LTDA ME.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 17.935.462/0001-01
Valor total aprovado: R$ 500.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 160.000,00 Banco: 001 - agência: 3441-X conta corrente: 18807-7
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 100.000,00
Banco: 001 - agência: 3441-X conta corrente: 18808-5

18-0157 ELA ME REPRESENTA
Processo: 01416.002002/2018-51
Proponente: PROSA PRESS CONSULTORIA DE IMPRENSA LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 07.606.096/0001-85
Valor total aprovado: R$ 299.661,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 284.661,00 Banco: 001 - agência: 6914-0 conta corrente: 8310-0

18-0158 SEDUÇÃO
Processo: 01416.001191/2018-45
Proponente: MAPA FILMES DO BRASIL LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 33.139.692/0001-02
Valor total aprovado: R$ 6.045.454,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00 Banco: 001 - agência: 3100-3 conta corrente: 10273-3
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.743.181,30 Banco: 001 - agência: 3100-3 conta corrente: 10272-5

18-0160 CIDADE DO FUNK
Processo: 01416.000969/2018-07
Proponente: FRANCO PRODUÇÕES, FILMES, EVENTOS E PROMOÇÕES LTDA - ME.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 39.183.983/0001-84
Valor total aprovado: R$ 997.020,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 137.020,00 Banco: 001 - agência: 2865-7 conta corrente: 36628-5
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 610.149,00 Banco: 001 - agência: 2865-7 conta corrente: 36629-3
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 200.000,00 Banco: 001 - agência: 2865-7 conta corrente: 36630-7

18-0161 CAIS
Processo: 01416.002158/2018-32
Proponente: GIRO PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA - ME.
Cidade/UF: Salvador / BA
CNPJ: 21.988.610/0001-15
Valor total aprovado: R$ 530.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00 Banco: 001 - agência: 2799-5 conta corrente: 33269-0

18-0162 MINHA SOGRA É UMA SANTA
Processo: 01416.002221/2018-31
Proponente: TOO FILMES PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 22.410.200/0001-55
Valor total aprovado: R$ 5.000.000,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 250.000,00 Banco: 001 - agência: 2909-2 conta corrente: 49828-9
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00 Banco: 001 - agência: 2909-2 conta corrente: 49830-0

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2021.

18-0159 O OUTRO LADO DA BOLA
Processo: 01416.001742/2018-71
Proponente: MR2 TV E PRODUÇÕES EIRELI - EPP.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 22.456.569/0001-07
Valor total aprovado: R$ 1.581.052,64
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.502.000,00 Banco: 001 - agência: 2909-2 conta corrente: 49829-7

Art. 3º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

CAROLINA BRASIL ROMÃO E SILVA

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PROCESSOS DE FOMENTO

DESPACHO Nº 33, DE 7 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR DE GESTÃO DE PROCESSOS DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos audiovisuais abaixo relacionados, mantidos os mecanismos já aprovados para cada projeto. Prazo de captação até 31/12/2018.

10-0496- OBJETOS PERDIDOS OU A HISTÓRIA DAS DUAS ÚNICAS PESSOAS DO PLANETA TERRA
Processo: 01580.046983/2010-90
Proponente: FILMES MAIS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 03.435.290/0001-94

13-0478 - Todas as Casas do Timão
Processo: 01580.042569/2013-54
Proponente: LEP Produções Artísticas Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 07.716.572/0001-10

13-0536 - DEPOIS DA TEMPESTADE
Processo: 01580.046143/2013-70
Proponente: Amora Filmes Ltda.
Cidade/UF: Macapá/AP
CNPJ: 17.293.506/0001-39

14-0329 - A Chave de Casa
Processo: 01580.059914/2014-70
Proponente: Andara Filmes Ltda Me
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 11.501.891/0001-86

14-0367 - FILHOS DA CONTRACULTURA
Processo: 01580.065820/2014-30
Proponente: CASA REDONDA PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 06.228.927/0001-60

17-0438 - Outros Tempos
Processo: 01416.023017/2017-72
Proponente: BUBBLES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 14.440.714/0001-25

17-0395 I PAGLIACCI
Processo: 01416.022582/2017-12
Proponente: BE BOSSA NOVA CRIACOES E PRODUCOES S/A.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 07.533.507/0001-50

Art. 2º Autorizar a substituição do título dos projetos audiovisuais relacionados abaixo

17-0538 -De "DARCI, PSICANALISTA" para "DOUTORA DARCI - 1ª TEMPORADA"
Processo: 01416.024807/2017-75
Proponente: FORMATA PRODUÇÕES E CONTEÚDO LTDA.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 18.082.113/0001-49

17-0602 - De "OS MIRANDAS" para "OS GRETCHENS - 1ª TEMPORADA"
Processo: 01416.025936/2017-81
Proponente: PLANET POP MÍDIA E EDITORAÇÕES LIMITADA ME
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 07.988.992/0001-56

15-0294 - De "A MORTE DO FUTEBOL ARTE" para " A REINVENÇÃO DO FUTEBOL ARTE"
Processo: 01580.031001/2015-70
Proponente: GULLANE ENTRETENIMENTO S.A.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 01.378.559/0001-12

17-0048 - De "Amor em Festa" para " O AMOR É LINDO"
Processo: 01416.002463/2017-43
Proponente: BE BOSSA NOVA CRIAÇÕES E PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 07.533.507/0001-50

17-0395 - De "I PAGLIACCI" para "PAGLIACCI"
Processo: 01416.022582/2017-12
Proponente: BE BOSSA NOVA CRIACOES E PRODUCOES S/A.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 07.533.507/0001-50

Art. 3º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL HALFELD DUTRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO Nº 34, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 262-E, publicada em D.O.U. em 30/08/2017 e alterada pela Portaria nº 344-E, publicada em D.O.U. em 16/11/2017; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar a análise complementar dos projetos audiovisuais, para o qual as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

15-0529 - DÁ LICENÇA DE CONTAR.
Processo: 01580.057608/2015-80
Proponente: PINK FLAMINGO PRODUÇÕES LTDA - ME.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 05.463.157/0001-77
Valor total aprovado: de R$ 4.329.926,25 para R$ 5.449.910,50
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.313.817,43 para R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 3560-2 conta corrente: 25493-2
Prazo de captação: até 31/12/2019.

17-0499 - AGENDA QUEBRANDO O TABU.
Processo: 01416.024023/2017-47
Proponente: SPRAY FILMES S/S LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 06.945.371/0001-22
Valor total aprovado: de R$ 2.631.578,95 para R$ 2.336.447,20
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.500.000,00 para R$ 2.219.624,84
Banco: 001 - agência: 3017-1 conta corrente: 16097-0
Prazo de captação: até 31/12/2020.

16-0750 - É TEMPO DE AMORAS.
Processo: 01416.008707/2016-11
Proponente: ARANHAS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 16.841.842/0001-06
Valor total aprovado: de R$ 3.111.539,01 para R$ 3.038.339,01
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.004.388,80
Banco: 001 - agência: 4230-7 conta corrente: 13464-3
Prazo de captação: até 31/12/2019.

Art. 2º Aprovar a análise complementar e a prorrogação do prazo de captação do projeto audiovisual, para qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

13-0161 - ASSALTO NA PAULISTA.
Processo: 01580.011158/2013-17
Proponente: KINOSCÓPIO CINEMATOGRÁFICA E COMÉRCIO LTDA - EPP.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 02.395.043/0001-49
Valor total aprovado: de R$ 6.569.182,31 para R$ 5.995.504,23
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 2581-X
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.000.000,00 para R$ 1.200.000,00
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 2583-6
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.240.723,19 para R$ 95.729,01
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 2587-9
Prazo de captação: até 31/12/2018.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, mantidos os mecanismos já aprovados para o projeto. Prazo de captação até 31/12/2018.

14-0156 - AVESSO.
Processo: 01580.015843/2014-01
Proponente: CANHOTA PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 15.096.101/0001-85

Art. 4º Aprovar o redimensionamento de valores dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

15-0442 - MORTO NÃO FALA.
Processo: 01580.055547/2015-16
Proponente: CASA DE CINEMA DE PORTO ALEGRE LTDA.
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 94.625.829/0001-23
Valor total aprovado: de R$ 3.196.407,00 para R$ 3.377.000,00
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 1249-1 conta corrente: 56844-9
Prazo de captação: até 31/12/2018.

14-0447 - ACQUA MOVIE.
Processo: 01580.061810/2014-25
Proponente: CHÁ CINEMATOGRÁFICO LTDA.
Cidade/UF: Recife / PE
CNPJ: 04.462.804/0001-63
Valor total aprovado: de R$ 2.839.926,70 para R$ 3.495.700,97
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 450.000,00 para 0,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 78.216,40 para R$ 1.348.733,52
Banco: 001 - agência: 1509-1 conta corrente: 45027-8
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 71.783,60
Banco: 001 - agência: 1509-1 conta corrente: 47355-3
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 100.000,00
Banco: 001 - agência: 1509-1 conta corrente: 47356-1
Prazo de captação: até 31/12/2018.

Art. 5º Autorizar a substituição do título do projeto audiovisual relacionado abaixo.

17-0538 - De "DARCI, PSICANALISTA" para "DOUTORA DARCI - 1ª TEMPORADA".
Processo: 01416.024807/2017-75
Proponente: FORMATA PRODUÇÕES E CONTEÚDO LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 18.082.113/0001-49

Art. 6º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 74, DE 7 DE MARÇO DE 2018

Estabelece o resultado final do Edital de Espetáculos de Artes Cênicas e Música/2018

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.037 de 07/04/2004, publicado no DOU de 08/04/2004.

Considerando:

- a cláusula 8.7 do Edital de Espetáculos de Artes Cênicas e Música/2018, resolve:

Art. 1º - Tornar público o seu resultado final.

Teatro Plínio Marcos
Edital de Espetáculos de Artes Cênicas e Música 2018
Resultado Final
Contemplados

Insc	Projeto	Período	Proponente/ Concorrente	Cidade	UF	Notas
17	Maré Cheia	13, 14 e 15/04/18	Dearaque Iniciativas Teatrais	Brasília	DF	257
14	V Festival Primeiro Olhar- ...	De 14/06 a 01/07/18	Clarice Martins Cardell - ME	Brasília	DF	251
35	Reinas De La Canción	06/07 a 07/07/18	Corazón Salsero	Brasília	DF	248
15	Certezas Inacreditáveis	Segunda Quinzena De Junho Ou Julho	Ação Social Pela Música - A.S.M	Rio de Janeiro	RJ	247
18	Achadouros - Teatro Para Bebês	20, 21 e 22 De Julho	Caísa Antunes Tibúrcio Guimarães	Brasília	DF	247
23	Qdo Os Elefantes Saem Para Passear	15/06 a 01/07/18 - Sex e Sáb 20h e Dom 19h	Marcela Claudia Gomes Hollanda	Brasilia	DF	247
9	Cadê O Meu Palito?	18, 19, 20/05 de 2018	Fernanda Faria Dos Santos	Anápolis	GO	242
24	Candangus Dança E Concreto	14 a 17 de Junho	Érica Costa Correia	Cruzeiro	DF	242
10	Solos Ferteis 2018	23 e 29 de Julho de 2018	Cultbsb Centro de Arte e Entret - Eireli - ME	Brasília	DF	239
28	Baião de Dois - Encontro de Gerações do Circo	01, 02 e 03/06/2018	Coletivo Ambidestro	Brasília	DF	238
1	Dançarte - Encontro Intern De A.Cênicas no PA	13, 14 e 15 de Julho de 2018 - Etapa DF	WJ Entretenimento e Consultoria Ltda	Belém	PA	235
12	DF Improvisa Dança 2 Ed. Latinámerica	26 /07 a 01/08/18	Janaína Melo de Lima	Brasília	DF	233
29	Relicário - Teatro Para A Primeira Infância	Dias 09 e 10 /06 /2018.	Hyandra Lourenço Leandro	Guará I - Brasília	DF	221
20	Circense	8, 9 e 10 De Junho De 2018.	Maria Antonieta Vilela Mendes	Brasília	DF	219
22	Stoyca - Show De Lançamento Do Ep "Sob O Sol"	Uma Apresentação -Maio e Julho. Sugestão: 7/06/2018	Verlindo Inteligência em Comunicação	Brasília	DF	217
16	Cria	20 A 22 De Julho De 2018	Nara Licia de Faria Silva 70206937172 (Mei)	Brasília	DF	211
2	Auto da Compadecida - Brasília /DF	Julho De 2017	Teatro Experimental de Arte -Tea	Caruaru	PE	210
37	Show "Passarim Do Jalapão"	20 e 21/06/ 2018	Dorivan Borges da Silva	Palmas	TO	195
38	Humor Federal	Abril, Junho e Julho de 2018	Vanessa da Silva Castro	Brasília	DF	177
33	Caluje	01, 02 e 03 de Junho	Criativa Empreendedorismo	Taguatinga Sul	DF	172
3	O Flautista de Hamelin	23 a 27 De Abril	Tríade Teatro & Produções	Formosa	GO	162

Sala Carlos Miranda
Edital De Espetáculos De Artes Cênicas E Música 2018
Resultado Final
Contemplados

Insc	Projeto	Período	Proponente/ Concorrente	Cidade	UF	Notas
10	Os Lavadores de História	De 5ª à Domingo de Junho a Julho	Emiliano Bicalho Favacho 31760771813	São Paulo	SP	287
17	Trabalhos em Execução	Maio 2018.	Arte Compacta Entretenimento	São Paulo	SP	257
15	Ocupação Contadores de Mentira - 23 Anos do Outro Lado da Linha	Junho a Julho	Assoc. de Cult. e Cidadania Contadores de Mentira - Acccm	Suzano	SP	235
32	Merlim, Arthur e o Bobo	Abril de 2018	Cooperativa Paulista de Teatro	São Paulo	SP	230
29	Blackbird	Julho/18 De Sexta A Domingo	Rayes Produções Artísticas Ltda	Rio de Janeiro	RJ	225

Suplentes

Insc	Projeto	Período	Proponente/ Concorrente	Cidade	UF	Notas
24	Ocupação Garimpar em Minas Negras Cantos de Diamante	A Definir	Ponte Elemento Per	Santo André	SP	222
37	Agamêmnon	A Definir	Marcos Suchara	São Paulo	SP	214
14	Stoneheddies	A Definir	Branca e Branca Prod Artísticas Ltda	São Paulo	SP	213
20	Noite de Reis - Um Elogio à Diversidade	A Definir	Rodrigo Franco Veloso	São Paulo	SP	212
1	"O Resto é Silêncio, (Libras/Português)"	A Definir	Elcio Rodrigues Garcia	São Paulo	SP	211

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Não Contemplados

Insc	Projeto	Período	Proponente/ Concorrente	Cidade	UF	Notas
7	Irina Nonsense - Cia Ruína Romeu	-	Weslley Nascimento Cruz Santana	Osasco	SP	210
19	Enquanto me Calar(em)	-	Wiz Produções	São Paulo	SP	210
26	Queimar a Casa	-	Nac - Núcleo de Artes Cênicas Ltda.	São Paulo	SP	210
33	Trem do Samba	-	Canto da Dança	São Paulo	SP	210
38	Ópsis Ocupa Funarte	-	Opsis Artes Ltda. ME.	São Paulo	SP	210
41	O Barco	-	Henrique Yukio Okano Vidal	São Paulo	SP	210
12	Alguém Cantando Longe Daqui	-	Cooperativa Paulista de Teatro	São Paulo	SP	209
21	Sete Crianças Judias, Uma Peça Por Gaza	-	Cooperativa Paulista de Teatro	São Paulo	SP	209
9	B E N J A M I N - Performance Alquímica Transpessoal	-	Anderson da Silva Simões 00382775066	São Paulo	SP	208
35	O Pequeno Cabaré	-	Daiane Baumgartner de Souza	Rio Claro	SP	207
40	Casa Vazia	-	Cdm Produções Culturais	São Paulo	SP	203
5	A Arte de Enterrar Seus Mortos	-	Ana Cecilia Reis de Azevedo	Rio de Janeiro	RJ	199
31	Provisoriamente Não Cantaremos o Amor	-	Companhia Zero	Florianópolis	SC	199
25	Cabeças Trocadas	-	Cooperativa Paulista de Teatro/Caixa de Fuxico	São Paulo	SP	196
18	Remontagem - o Nosso Amor a Gente Invente	-	Diego Luiz Nardi	Porto Alegre	RS	188
13	É Como diz o Ditado...	-	Rodrigo Inada Lemos - ME	São Paulo	SP	187
27	Relicário - ...	-	Cia. Relicário de Teatro	São Paulo	SP	187
43	Um Artista da Fome	-	Daniel Martins Alves Pereira	Limeira	SP	187
8	Aurélio e o Grande Mistério	-	Samuel Carrasco Leal 40896712800	Mogi das Cruzes	SP	186
42	Tentativas Contra a Vida Dela	-	Pedro Rodrigues da Costa	São Paulo	SP	186
22	A Trupe Animal e Seus Ditos Contados	-	Cooperativa Paulista de Teatro	São Paulo	SP	181
2	A Idade da Ameixa	-	Gratfilms Produções Artísticas Eireli - EPP	São Paulo	SP	180
3	Amores de Machado de Assis	-	Carlos Alexandre De Andrade	Ponta Grossa.	PR	180
39	Espetáculo Calor Na Bacurinha	-	Bacurinhas	Belor Horizonte	MG	180
16	4,30 Por 3,20 de Consciência. e de Verdade	-	Ivan Afonso Valero	São Paulo	SP	172

Galpão 3
Edital de Espetáculos de Artes Cênicas e Música 2018
Resultado Final
Contemplados

Insc	Projeto	Período	Proponente/ Concorrente	Cidade	UF	Notas
3	Conto Anônimo	07 A 24 de Junho	Entre Filmes	Belo Horizonte	MG	299
10	Undercurrent - Do Nervo À Unha	16/05 a 27/05/2018	Bangalô de Irene Produções Artísticas	Ouro Preto	MG	275
1	Rede Sola De Dança Apresenta: 1a Temporada De Solos De Dança	2 a 30 de Abril.	Priscila Viana Patta	Belo Horizonte	MG	262
7	Camille Claudel	Maio/ 18 de Sexta a Domingo.	Luciano Luppi	Belo Horizonte	MG	257
8	AFO!TA Teatro Estreia Em BH: Morada	Dias 13, 14 e 15 de Abril.	Roger Ferreira Xavier	S. João Del-Rei	MG	253
5	Entre Esquetes e Improvisos	18 a 22 /07 de 2018	Daniele Busatto Mendonça	São Carlos	SP	253

SALA GUIOMAR NOVAES
Edital de Espetáculos de Artes Cênicas e Música 2018
Resultado Final
Contemplados

Insc	Projeto	Período	Proponente/ Concorrente	Cidade	UF	Notas
43	Badi Assad - Volta ao mundo em 80 artistas	22 A 30 de Junho	Mariangela Assad Simão EPP	S J Da Boa Vista	SP	300
31	Mestre Lumumba e Band'Erê	Uma apresentação na 6ªfeira.	Irê Produções - Amauro & Sant Anna Produções	S L do Paraitinga	SP	298
35	Ôctôctô - Oito na Funarte	Julho de 2018	Lepick PRO	São Paulo	SP	294
23	Lia Paris e Camerata da Filarm. Jovem Camargo Guarnieri	28 de Abril às 20hs	Ionan Social	São Paulo	SP	288
1	NINA & Cia Música Latina	Dia 12 de maio de 2018	PrumoPro Projetos e Produções Ltda	São Paulo	SP	286
44	Alta Velocidade Parada	26 DE MAIO	Danilo Gonzaga Moura	São Paulo	SP	283
18	Janela da Harmonia - canções de Raquel Martins	Única apresentação	Coop. de Trabalho dos Prof. de Música de São Paulo	São Paulo	SP	277
33	Olho de Vidro - 19 Anos de Groove	20/07/2018 - 20h00	Guilherme Cortonesi Cela	São C. do Sul	SP	268
38	Trio que Chora & Vozes Bugras	Mês de junho	M de L Fernandes Casquete Produções - ME	São Paulo	SP	267
39	Violino Brasileiro	29 e 30/06/2018	Sonata Produções Musicais Ltda ME	Vitória	ES	266
34	Juliana Galdeano - MPB Tipo Exportação	Única Apresentação - Julho 2018	P&H Eventos	São Paulo	SP	264
22	Tá Osso	19 e 26 de maio	Cooperativa de Música / Tiê Alves de Almeida	São Paulo	SP	263
36	Duo Veredas	Junho de 2018	Daniel Grajew 22021270890	São Paulo	SP	247
24	Choro Canção - Nilze Carvalho	13 e 14 de abril de 2018	NLZ Produções Artísticas Ltda - ME	Rio de Janeiro	RJ	240
32	Panorama Minimalista	22/04/2017 - às 17h00	Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Música - SP	São Paulo	SP	238
2	Histórias e Canções - Será uma Ópera Nordestina?	08 e 09 de junho de 2018	Cooperativa de Música	São Paulo	SP	237
37	Luê apresenta Ponto de Mira	Sábado do mês 04 ou 05	GIG Com e Serv de Gastro, Eventos e Prod. Cultural Ltda - ME	São Carlos	SP	234
11	Ampulheta Mágica	2	Erineu Maranesi	São B. do Campo	SP	231
25	Zamar - Um passeio pelo mundo atravé do som	13 e 14 de Julho	Vânia Cristina Nascimento Uchôas	S.J. dos Campos	SP	230
13	Eu tô Florindo!	uma única apresentação	André Luiz Godoy Oliveira	S. J. dos Campos	SP	229
21	Violão sem Fronteiras	Apresentação única em maio	Diogo Vitor de Souza Oliveira	S. J. dos Campos	SP	227
6	Recital Duo Piano e Baixo: (projeto inédito)	Dia 24 de junho de 2018	RP 360 Comum. e Rel Púb (Regiane A. Bicudo Tosatti - ME)	São Paulo	SP	226
27	Caru - Indiofuturismo	11/05 - 12/05	2D Produções e Comunicação Ltda-ME	Rio de Janeiro	RJ	225
3	Sigo em Frente	Maio	Vitor José da Silva de Souza	Rio de Janeiro	RJ	300

Suplentes

Insc	Projeto	Período	Proponente/ Concorrente	Cidade	UF	Notas
16	Lva Vermelha	4 Semanas 4Em Abril	André Henrique Zavarize Eireli EPP	São Paulo	SP	222
45	Passim - Jacque Falcheti E Flávio Vasconcelos	Maio À Junho	Jacqueline Ruzzene Falcheti	Ribeirão Preto	SP	221
29	Por Que Calar	08 e 09 de Junho de 2018	Violeta Vaz Penna	Belo Horizonte	MG	217
14	Teslaphonias De Um Passado Aparente	Uma Única Apresentação.	Leandro De César Gomes	São Paulo	SP	216
15	Mordacidade	Apresentação Única. Dia 11 /05 de 2018,.	Marcus Wagner Do Nascimento Cardozo	Rio de Janeiro	RJ	215
42	Pérolas Para Jobim	Dois Sábados Consecutivos Entre Maio e Julho	Luz Das Artes Produções Ltda	Salvador	BA	210

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

20	Opinião, Zé Keti - Beto Meira e Grupo Família Zé Keti	De 4 a 7 de Setembro de 2018	Movimento Cultura Já Engenho da República - MOCAJER	Rio de Janeiro	RJ	205
28	Theozin - Presente	18/05 e 19/05	Pand Orga Edições Musicais e Prod. Art. Ltda	Guapimirim	RJ	198
8	Show do Cantor Eder Rocky	9 de Junho	Cooperativa de Música	São Paulo	SP	183
40	Pedaços de Espanha	Noite	Felipe Venancio de Moraes	Campinas	SP	175
17	Bar do Livro Apresenta! Loko'motiva	Os Dias do Mês de Abril e Junho	Luan da Silva Sousa	São Paulo	SP	110

SALA RENÉE GUMIEL
Edital de Espetáculos de Artes Cênicas e Música 2018
Resultado Final
Contemplados

Insc	Projeto	Período	Proponente/ Concorrente	Cidade	UF	Notas
2	Circulação "Carne Urbana"	De 04 a 15 de abril/2018	Beca Cine Vídeo & Eventos Artísticos Ltda	São Paulo	SP	275
6	Corpo sonoro - Estudos	Abril - Sexta a Dom. Datas: 06,07,08/13,14,15/20,21,22.	Clareia Produções Ltda ME	São Paulo	SP	271
5	Redoma	06 à 08 de abril de 2018 -	P S Mantuano e Silva Produções - ME	Rio de Janeiro	RJ	242
4	SOUK, um mercado místico	4 semanas em julho 2018 -	Mônica Nassif Barbosa da Silva	São Paulo	SP	228
3	Shubhayatra - Dançando a Índia	04, 05 e 06 de maio	Cooperativa Paulista de Teatro	São Paulo	SP	217

ARENA EUGÊNIO KUSNET
Edital de Espetáculos de Artes Cênicas e Música 2018
Resultado Final
Contemplados

Insc	Projeto	Período	Proponente/ Concorrente	Cidade	UF	Notas
45	Pança	Dois Meses Consecutivos a Partir de Abril	Charge Prod. e Promoções Artísticas Ltda	Atibaia	SP	280
36	Cia do Bife ocupa Arena	Negociável, a partir de maio	Contorno Produções Ltda - ME	São Paulo	SP	276
3	Amor & Pólvora	Abril e Maio (dias a definir)	Marcenaria de Cultura Produções Artísticas Ltda	São Paulo	SP	236
40	11 Selvagens	de 8 de junho a 1º de julho,	Roberta Martinelli Iorio EPP	São Paulo	SP	234

Suplentes

Insc	Projeto	Período	Proponente/ Concorrente	Cidade	UF	Notas
46	Homem Ao Vento	15 de junho a 29 de julho (6 semanas)	Dama Produções Artísticas Ltda. (Marcos Damaceno Companhia De Teatro)	Curitiba	PR	233
23	O Nome Disso É Abuso	18/05/2018 a 10/06/2018	Grilo Azul Filmes Ltda ME	São Paulo	SP	232
34	Solos Mimus	22/06/18 a 01/07/18	Padma Produções Culturais e Eventos Ltda.	Salvador	BA	228
18	Cerbera	Maio/2018 e Junho/2018	Zero K Filmes Ltda.-ME	São Paulo	SP	227
21	Adeus, Robinson	Abril de 2018 - De sexta-feira a domingo	Turbina Criativa Produções Artísticas Ltda - ME	Rio de Janeiro	RJ	221
35	Cia da Memória Ocupa	meses de maio a junho	Memória Produções Artísticas Ltda.	São Paulo	SP	217

Não Contemplados

Insc	Projeto	Período	Proponente/ Concorrente	Cidade	UF	Notas
24	Deadlne	Julho De 2018	Cordery e Viana Produções Art. Ltda.	São Paulo	SP	216
26	Toda Nudez Será Castigada	Junho/Julho	Viviane Monteiro Produções	São Paulo	SP	216
9	Inkubus - Temporada Paulista	2 Semanas ... Em Abril, Junho Ou Julho.	Coletivo Provisório	Parnamirim	RN	215
15	'E Como O Mundo Todo, Mas ...	13 E 14 , 20 E 21, 27 E 28 De Abril	Ingrid de Oliveira Santos	São Paulo	SP	215
14	O Capital - Entrada Proibida, Exceto ...	Abril	Nucleo Arlequins / Cooperativa Paulista de Teatro	São Paulo	SP	214
2	Fêmea	Dois Meses Consecutivos (Junho E Julho)	Cooperativa Paulista de Teatro	São Paulo	SP	212
5	Pra Não Faltar Amor - O Musical	Julho De 2018 - Quinta A Domingo.	Paleta Entretenimento Cultural Ltda	São Paulo	SP	212
28	Rinocerontes Não Sentem Saudades	De Maio A Junho (Sábados E Domingos)	Walter Ribeiro de Albuquerque	São Paulo	SP	211
42	A Canção Dos Ápices Humanos	De 05/05 a 27/05/2018 - Sábados /Domingos	Paca Tatu Produções Ltda	Sao Paulo	SP	205
20	Caboclos e Encantarias	De 03/2018 a 12/2018	Renato Candido de Lima	São Paulo	SP	202
33	Arena Conta Olga	04 De Abril A 27 De Maio De 2018	Cooperativa Paulista de Teatro	São Paulo	SP	201
43	A Despedida	Um Mês (Junho)	Pilotis Produções	São Paulo	SP	197
29	Ricardo	Um Mês de Temporada 4 Finais de Semana.	Anita S.S.Chaves Prod. Cinematograficas - ME	Rio de Janeiro	RJ	188
25	Ame!	De 30 De Maio À 10 De Junho	Associação Cultural Cia. Labirinto De Teatro	Matão	SP	183
41	Ocupação Vianinha	03 A 28 De Maio De 2018	Núcleo Arranca / Cooperativa Paulista de Teatro	São Paulo	SP	181
1	Espetáculo "Circo De Doisdo"	Mês De Abril/2018	Denis Menezes	Iracemápolis	SP	180
39	Madame Margot	Dois Meses	Cooperativa Paulista de Teatro	São Paulo	SP	176
38	O Quarto Estado Da Água	Espetáculo Adulto - Junho E Julho De 2018	Dith & Bah Producoes Ltda - ME	Campinas	SP	175
31	A Morta Mais Linda Da Cidade	De 1º A 24 De Junho De 2018	Teatro Da Neura	Suzano	SP	174
19	E Agora, Maria?	04/05/2018 A 04/07/2018	Cia. Drómos De Teatro Cooperativa Paulista De Teatro	São Paulo	SP	170
11	Rubro	27,28 E 29 De Abril De 2018	Diego De Oliveira Pinheiro	Guarulhos	SP	164
12	A Pequena Conselheira Da Rainha	Julho/2018	Thayna Almeida Cavalcanti 36993412837	São Paulo	SP	163
17	Nunca Mais... Coração De Mulher	Maio E Junho/2018	Cooperativa Paulista de Teatro	São Paulo	SP	160
22	Gardennow - Solo Para Um Ator E Cinco Flores	Dois Meses Consecutivos	David Carolla 31323534857	São Paulo	SP	160
7	O Buda Quebrado - Exercício Nº 01	Junho/Julho, De Sexta A Domingo Às 20h	Sóriso Produções Teatrais Ltda. ME	São Paulo	SP	130

Teatro Glauce Rocha
Edital De Espetáculos De Artes Cênicas E Música 2018
Resultado Final
Teatro - Contemplados

Insc	Projeto	Período	Proponente/ Concorrente	Cidade	UF	Notas
93	Vovó	Junho a Julho de 2018	J.C. Miranda Santos Produções Artísticas e Culturais	Rio de Janeiro	RJ	300
66	Dramaturgias Contemporâneas	Abril e Maio	Notórias Produções Artísticas	Rio de Janeiro	RJ	300

Suplentes

Insc	Projeto	Período	Proponente/ Concorrente	Cidade	UF	Notas
46	Uma Ciranda Para Mulheres Rebeldes	Abril/Maio De 2018	Ciranda de 3 Trupe Produções Artísticas Ltda	Rio de Janeiro	RJ	297
92	Àkiloqnoscala	Maio	Ivson Rainero da Silva Elias	Rio de Janeiro	RJ	292
71	Zelodaro Come Pano	18, 19, 20; 25, 26, 27 Julho/2018 (4ª, 5ª e 6ª Às 19h)	Grupo De Teatro Cena Livre	Maceió	AL	285
62	Ocupação Plural E Super Moça	Segundo Período - Junho e Julho De 2018	7 Marias Produções Artísticas	São Paulo	SP	275
41	4 Homens Jovens Com Muita Experiência. Creia!	De 17 A 29 De Julho De 2018	Escândalo Legalizado Teatro - Escalet	Floriano	PI	270
4	Meus Duzentos Filhos	Abril A Maio De 2018	Mm Halfim Produções Artísticas Ltda.	Rio de Janeiro	RJ	265

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2	A Incrível Máquina de Espantos	Julho	Luis Fernando Tonatto Philbert	Rio de Janeiro	RJ	255
75	Borderline	julho/agosto	Heder Braga Fernandes	Rio de Janeiro	RJ	255
3	Aos Pombos, ou a Sindrome dos Gatos	junho a julho de 2018	Cultura Livre Produções Artísticas Ltda	Rio de Janeiro	SP	250
13	Rio de Histórias	Quartas e quintas de abril (de 04 a 26/abril)	Claudio Amado Moreira	Rio de Janeiro	RJ	246
29	A Hora da Estrela	Abril a maio de 2018	Joelma Paula Santos da Silva	Rio de Janeiro	RJ	246
55	Meninos Também Amam - Temporada Rio	Junho - Julho	Piauí Produções Culturais	Rio de Janeiro	RJ	245
69	Eles Não Usam Black Tie...	Junho a julho de 2018	Liame Associação de Apoio à Cultura	Rio de Janeiro	RJ	245
79	Jacques e a Revolução	junho a julho de 2018	Nonada - Arte e cultura contemporânea	Rio de Janeiro	RJ	239
26	O Boca do Inferno	De junho a Julho de 2018	Barros Produções Artísticas Ltda - ME	Rio de Janeiro	RJ	236
77	Temos Que Falar Sobre o Óbvio	02/06 à 29/07	Fazenda da Arte Produções Artísticas Ltda	Rio de Janeiro	RJ	236
50	Aos Pássaros	abril/maio de 2018	Roda Produtiva Produção Artística Ltda	Rio de Janeiro	RJ	235
27	Modus Operandi	De abril a junho de 2018.	Mariana de Queiroz Cezar	Rio de Janeiro	RJ	232
83	Projeto Matei Visniec	Junho a Julho	Bárbara Xavier Abi-Rihan 11656434725	Rio de Janeiro	RJ	227
34	Enrolados - a comédia	junho a julho de 2018	Capangas Produções Artísticas Ltda	Rio de Janeiro	RJ	226
36	Meu passado não se apaga-Ubuntu:sou o que sou pelo que somos	Sextas, Sábados e Domingos do mês de Maio.Horário: 19h	Lien Produções Ltda -ME	Rio de Janeiro	RJ	225
43	Nômades	Abril a maio de 2018	Lego Cego Produções Artísticas	São Gonçalo	RJ	221
56	Ocupação abril/maio	abril/maio	Geneses Gestao Empresarial Ltda-Me	Rio de Janeiro	RJ	216
91	Ave de Areia	junho e julho 2018	Sognattori Serviços Artísticos	Niterói	RJ	216
22	O Matador de Santas	De Junho a Julho de 2018	Rhuan Nilton Barbosa De Souza	Duque de Caxias	RJ	215
28	Pagú Pra quê?	abril a maio de 2018	Canal Producoes e Eventos Ltda - ME	Niterói	RJ	196
81	Ocupação eu_Patty mais BICHAS	Abril a Maio de 2018	Gabriel Antunes Morais	Rio de Janeiro	RJ	196
53	Os vizinhos de Nova Jersey	Maio	Chaplin Produções Artistícas	Rio de Janeiro	RJ	190
58	Não desonre o meu nome	Junho a Julho de 2018	Vianapole Design e Comunicação Ltda	Rio de Janeiro	RJ	190
42	Amor Demais	Junho A Julho 2018	Inst. Dona Cena Cia de Investigação Teatral	Rio de Janeiro	RJ	186
67	Desejo!	Junho a Julho	Primeiro Plano	Rio de Janeiro	RJ	186
84	Caipirinha & Caipirado - Nós na TV	Para Abril a Maio ou Junho de 2018	Vanessa Fortini Haussmann	Rio de Janeiro	RJ	186
20	O Cravo e a Rosa	Abril a Maio	RS de Abreu Produções	Rio de Janeiro	RJ	170
11	Nu camarim	junho a julho 2018	Associação Todos Nós	Japeri	RJ	161
24	Cia Vida Bela	Junho/Julho 2018	Zezé Produções Artísticas	Rio de Janeiro	RJ	161
57	Fronteira	Junho a Julho de 2018	Luís Cassiano Silva	Rio de Janeiro	RJ	151
47	Damião	Junho a Julho de 2018	P.R.T. Produções Ltda -ME	Cabo Frio	RJ	140
85	Espetáculo Sísifos - Cia Candongas	junho e julho	Cia Candongas	Belo Horizonte	MG	101
8	A marca de um eterno - o concerto	junho 2018	Edivaldo da silva monteiro pinto	Rio de Janeiro	RJ	81
59	Dança das Violas	15 a 22 de maio	Letícia Henriques Soares Leal	Belo Horizonte	MG	60

Música - Contemplados

Nº de inscrição	Título do projeto	Período	Nome do proponente/concorrente	Cidade	UF	Nota
15	Viola de Minas	26 de junho e 3 de julho	Fabrício Conde Alves	Juiz de Fora	MG	288
64	Abstrai ensemble	29 de maio e 5 de junho	Fulô Projetos de Cultura Ltda.	Rio de Janeiro	RJ	281
45	Madblush invade o Rio	10 e 17 de julho	Rodolfo Pugliero de Mello	Porto Alegre	RS	280
76	Serenata - Katia B e Antonio Saraiva	3 e 10 de abril	Caja Produções Artísticas LTDA	Rio de Janeiro	RJ	279
51	Selva Lírica	17 e 24 de abril	Mais e Melhores Produções Artísticas LTDA	Rio de Janeiro	RJ	275
37	Marco Lobo Quinteto	12 e 19 de junho	Casa de Fulo Produções Artísticas LTDA	Rio de Janeiro	RJ	272
49	Tudo que não quero falar sobre amor - Estrela Leminski e Téo Ruiz	24 e 31 de julho	Whois Produção e Arte LTDA-ME	Curitiba	PR	270
31	Sol Velho Lua Nova	1 e 8 de maio	Gutoruocco Produções Culturais EIRELI-EPP	Mococa	SP	268

Música - Suplentes

Nº de inscrição	Título do projeto	Período	Nome do proponente/concorrente	Cidade	UF	Nota
74	Flor de Aguapé - lançamento de CD	a definir	Guilherme Alves Gomes de Carvalho	Ribeirão Preto	SP	262
73	Meu Recôncavo	a definir	LUPA Produções e Eventos ME	Santos	SP	260
44	Retrato	a definir	Bruce Willis Porto Lemos	Rio de Janeiro	RJ	255
30	Sambossa	a definir	Eliane Regina Pereira de Faria	Rio de Janeiro	RJ	250
82	Orquestra Rio Camerata Celebra Jacob do Bandolim	a definir	Oroboro Serviços e Projetos Culturais	Rio de Janeiro	RJ	243
52	Quiçá que sacudisse - Ravi Brasileiro	a definir	Mahayana Integração Corpo e Alma	Curitiba	PR	240
89	Passim - Jacque Falcheti e Flávio Vasconcelos	a definir	Jacqueline Ruzzene Falcheti	Ribeirão Preto	SP	239
38	Mirá	a definir	Green Point Assessoria LTDA	Natal	RN	237
63	Show referente ao álbum: Anastácia	a definir	Anastácia Santana Monteiro (ANASTACIA P7 COM BR)	Rio de Janeiro	RJ	220
60	O Nosso Fole de Cada Dia	a definir	Hajalume Produções Ltda	Rio de Janeiro	RJ	218
32	Lançamento do 4º CD Mano Ála Rapper "Cada cabeça um mundo diferente"	a definir	Maria das Dores de Oliveira Rodrigues	Fortaleza	CE	210
6	Os Novos Bárbaros, Mutantes & Molhados	a definir	DuttBrown Produção Artística e Cultural Ltda	Rio de Janeiro	RJ	200
35	Realidade	a definir	Leonardo Ilhabella Produções Musicais	Rio de Janeiro	RJ	195
80	Maria Olívia Canta Raul	a definir	Pinho Brasil Projetos Culturais e Gestão do Conhecimento Ltda.	Rio de Janeiro	RJ	190

TEATRO DULCINA
Edital de Espetáculos de Artes Cênicas e Música 2018
Resultado Final
Contemplado - 1º Período

Insc	Projeto	Período	Proponente/ Concorrente	Cidade	UF	Notas
45	Monólogos da Faxina	abril a maio de 2018	Teatro da Gente Produções Artísticas Ltda. ME	Rio de Janeiro	RJ	300

Suplentes

Insc	Projeto	Período	Proponente/ Concorrente	Cidade	UF	Notas
41	Poetinha Camarada - As aventuras do menino Vinicius.	abril a maio de 2018	Carolina Sotelo Pinheiro Du Pin Calmon	Brasília	DF	265
14	Um Musical de Palhaças - Cada Uma no Seu quadril	abril a maio de 2018	As Marias da Graça Assoc de Mulheres Palhaças	Rio de Janeiro	RJ	249
19	Contos do Mar	abril a maio de 2018	Cambaxirra Filmes Ltda	Rio de Janeiro	RJ	237
13	Emilinha	abril a maio de 2018	Recordar Produções Artisticas	Rio de Janeiro	RJ	236
35	De Mãe Pra Filho	abril a maio de 2018	UMMA	Rio de Janeiro	RJ	220
48	rINOCERONTEs	abril a maio de 2018	Andre Wellison Locattel Moreira 05860521430	Rio de Janeiro	RJ	216
54	Cama de Gato	abril a maio de 2018	Marias Produções Artísticas	Rio de Janeiro	RJ	211
7	O mundo da luz	abril a maio de 2018	Massimo de Matteo	São Paulo	SP	200
24	Não Tô Entendendo Nada	abril a maio de 2018	D.C. Producoes Cinematograficas Ltda	Rio de Janeiro	RJ	191

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10	O Doente Imaginário	abril a maio de 2018	Coop de Dinamizadores de Arte e Cultura do Estado do RJ	Rio de Janeiro	RJ	181
53	Memorial de Amor Inquieto	abril a maio de 2018	Lamparina Produções Culturais Ltda - ME	Rio de Janeiro	RJ	121
37	Banda HD	abril a maio de 2018	Banda HD	Jundiaí	SP	60

2º Período
Contemplado

Insc	Projeto	Período	Proponente/ Concorrente	Cidade	UF	Notas
27	"Cafona Sim e Daí? Uma Homenagem"	junho a julho de 2018	Sbritto Assess Produções e Serviços Artísticos Ltda	Rio de Janeiro	RJ	295

Suplentes

Insc	Projeto	Período	Proponente/ Concorrente	Cidade	UF	Notas
29	Músicas do Portão para dentro...	junho a julho de 2018	Trento Edições Culturais Ltda.	Curitiba	PR	286
57	Minha	junho a julho de 2018	Riquixá Invenções Artíticas	Rio de Janeiro	RJ	285
60	André ou Receita para se fazer um monstro	junho a julho de 2018	Ideias Artísticas ME	Niterói	RJ	275
58	Para Não Morrer	junho a julho de 2018	Espaço Cênico Produções Artísticas Ltda	Curitiba	PR	265
46	11 anos Encenando	junho a julho de 2018	Leila Sandra França de Barros	Nilópolis	RJ	260
8	Apocalipse Naquela Esquina ou a Corrosão do Caráter	junho a julho de 2018	Weskley Gabriel Garcia Tananta	Rio de Janeiro	RJ	255
33	Capitães da Areia, O MUSICAL	junho a julho de 2018	Marcello Cavalcanti Caridade 77625684768	Niterói	RJ	255
47	Mundano	junho a julho de 2018	Pajé Produções Culturais	Rio de Janeiro	RJ	250
17	Pretx nx Brancx	junho a julho de 2018	Roberta Chaves Interpretação Multimídia	Uberaba	MG	245
61	Bergamota	junho a julho de 2018	José Rommel Bezerra da Silva	Recife	PE	245
22	Maldito Entre As Nossas Mulheres	junho a julho de 2018	Castelo Medieval Produções Artísticas	Rio de Janeiro	RJ	240
6	Espetáculo Fala Baixo, Senão Eu Grito	junho a julho de 2018	Patrícia de Sá Oliveira Franco/ DeSá Prod. Artísticas	Rio de Janeiro	RJ	230
43	A Hora da Estrela	junho a julho de 2018	Tem Dendê! Produções Culturais e Art. Eireli - ME	Rio de Janeiro	RJ	226
36	Por que os prédios caem?	junho a julho de 2018	Vello Produções Artísticas Ltda.	Niterói	RJ	220
51	Na Pele	junho a julho de 2018	Maria Luiza Nestorio Moreno 104.268.709-99	Maringá	PR	220
42	Dolores	junho a julho de 2018	De Paula Produções Artísticas Ltda	Rio De Janeiro	RJ	211
26	Esse Homem É Meu	junho a julho de 2018	JLC Produções Artísticas Ltda	Niterói	RJ	210
39	Corpo Santo	junho a julho de 2018	Edward Charles Rodrigues Fão	Londrina	PR	210
18	Espetáculo Mulher Invisível	junho a julho de 2018	Ovo Produções Artísticas e Culturais Ltda	Rio de Janeiro	RJ	201
11	Marca 175	junho a julho de 2018	Wesley da Silva Cabral	Campos dos Goytacazes	RJ	195
28	Nas Águas da Realeza, uma viagem pelo Velho Chico	junho a julho de 2018	Renata Pereira Graña Garcia	Petrópolis	RJ	195
55	Dani Night, Solteira, Procura	junho a julho de 2018	Ventania Gestão Cultural e Artistica Ltda - ME	Rio de Janeiro	RJ	186
21	Às Margens. Circulação In-Cena	junho a julho de 2018	Aparecida da Paixão Correia - ME	Teófilo Otoni	MG	171
25	Stress	junho a julho de 2018	Hugo Silva de Oliveira	Rio de Janeiro	RJ	161
40	Alice- Debaixo da Terra mora minha mente soterrada	junho a julho de 2018	Bak Artes Performativas Ltda ME	Rio de Janeiro	RJ	161
23	O Diário de Jim	junho a julho de 2018	Adeildo Duarte da Silva	Rio de Janeiro	RJ	156
44	Fuligem	junho a julho de 2018	Katiuscia Susan Ovidio - Ovidio Produções	Rio de Janeiro	SP	120
16	E o mar já não existe	junho a julho de 2018	Thaís Teixeira de Almeida	Rio de Janeiro	RJ	106
15	As Malditas	junho a julho de 2018	Rivaldo Teófilo Dantas Júnior	Rio de Janeiro	RJ	96
50	A Balada	junho a julho de 2018	Bons Ventos Esporte e Entretenimento Produção de Eventos Ltda	Rio de Janeiro	RJ	65

TEATRO CACILDA BECKER
Edital de Espetáculos de Artes Cênicas e Música 2018
Resultado Final
1º período - de 04 a 29 de abril de 2018

Não houve projetos habilitados para este período.

2º período - de 02 a 27 de maio de 2018
Contemplado

Insc	Título do projeto	Nome do proponente/concorrente	Cidade	UF	Notas
10	Maria	Sauer e Filetto Empreendimentos Artísticos Ltda	Rio de Janeiro	RJ	240

Suplente

Nº de inscrição	Título do projeto	Nome do proponente/concorrente	Cidade	UF	Notas
13	Katecô	Tainá Louven	Rio de Janeiro	RJ	240

3º período - de 30 de maio a 24 de junho de 2018
Contemplados

Nº de inscrição	Título do projeto	Nome do proponente/concorrente	Cidade	UF	Notas
9	Apresentação "Planta do Pé"	Black River Produções Artísticas Ltda	São Paulo	SP	240
11	1717	Ricardo Koscialkowski Tetzner 06284504942	Florianópolis	SC	240

4º período - de 27 de junho a 22 de julho de 2018
Contemplado

Nº de inscrição	Título do projeto	Nome do proponente/concorrente	Cidade	UF	Notas
4	Geléia Geral - (Estreia)	Serelepe Produções Artísticas Ltda-EPP	Rio de Janeiro	RJ	180

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

STEPAN NERCESSIAN

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 169, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
163393 - A CULTURA DA SUSTENTABILIDADE II
INSTITUTO HUMANIZA
CNPJ/CPF: 14.164.259/0001-82
Cidade: Barracão - RS;
Valor Complementado: R$ 62.930,00
Valor total atual: R$ 269.783,00

PORTARIA N° 170, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18, § 1º)
17 8537 - AÇÃO DO MOVIMENTO
alice mota zotini gioia
CNPJ/CPF: 246.598.568-01
SP - Jundiaí
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 9255 - Plano Anual Fábricas de Cultura Norte e Sul 2018
POIESIS - INSTITUTO DE APOIO A CULTURA, A LINGUA E A LITERATURA
CNPJ/CPF: 00.894.851/0001-25
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 9497 - Projeto Multi-cultural de Educação e cidadania: Uma vida plena e mais feliz para a cidade de Lages-SC
Graciela Alessandra Dela Rocca
CNPJ/CPF: 763.383.989-91
SC - Lages
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 8164 - Senhora dos Afogados
LM Produções Artísticas LTDA
CNPJ/CPF: 08.179.359/0001-80
RS - Passo Fundo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18, § 1º)
17 8119 - FEST BOSSA & JAZZ 2018
J DE FIGUEIREDO FARIA - ME
CNPJ/CPF: 10.608.245/0001-50
RN - Natal
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
15 10963 - Arte para Igarapé
ASSOCIACAO EDUCATIVA E CULTURAL DE IGARAPE
CNPJ/CPF: 22.732.960/0001-89
MG - Igarapé
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18, § 1º)
17 8019 - Biblioteca Livre Internacional III - Versão 6
FUNDACAO MIGUEL DE CERVANTES DE APOIO A PESQUISA E A LEITURA DA BIBLIOTECA NACIONAL
CNPJ/CPF: 05.214.413/0001-92
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18, § 1º)
17 8828 - Brasil - Histórias e Memórias Estampadas no Dinheiro: Cédulas e Moedas Nacionais
INSTITUTO BUBONEM CULTURAL - IBC
CNPJ/CPF: 26.033.573/0001-05
SP - Itu
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018

ANEXO II

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26)
17 7150 - CULT Sul Minas
PAULA ALVES NETTO
CNPJ/CPF: 331.569.918-64
MG - São Lourenço
Período de captação: 01/03/2018 a 31/12/2018
16 0844 - Memórias das Ruas do Rio
MINERVA DOC EIRELI ME
CNPJ/CPF: 18.671.424/0001-43
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018

PORTARIA Nº 171, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, considerando o sistema de Credenciamento criado pela Portaria nº 43, de 09 de julho de 2009, publicada no D.O.U. do dia 13 de julho de 2009, e o que dispõe os Capítulos X e XI da Portaria nº 83, de 08 de setembro de 2011, publicada no D.O.U. do dia 11 de setembro de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar pública, a relação dos peritos descredenciados do Banco de Pareceristas do Ministério da Cultura, a pedido, conforme disposto no Art. 26 da Portaria nº 83, de 8 de setembro de 2011, os quais foram habilitados por meio do Edital nº 1/2014, retificado pelo Edital nº 1/2015, por nome, CPF, área, segmentos e nível, constantes no anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

NOME	CPF	ÁREA	SEGMENTO	NÍVEL
MARCOS VINICIUS CAYE LARA	01913437060	Artes Cênicas	Teatro - Dança - Circo - Ópera - Mímica - Ações de capacitação e treinamento de pessoal	Nível I

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 749 de 12/12/2017, publicada no D.O.U. de 13/12/2017, Seção 1, referente ao Projeto Parte Artística e cultural da EXPOSOL 2018 - Pronac:17 8156:

Onde se lê: FRISKE & FRISKE LTDA ME

Leia se: LUCANO CULTURA E MARKETING LTDA.

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 8/MD, DE 2 DE MARÇO DE 2018

Altera a Portaria Normativa nº 1.227, de 27 de agosto de 2008, que dispõe sobre o Projeto-Soldado Cidadão e altera a composição de seu Comitê Gestor.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, Interino, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto de 26 de fevereiro de 2018, e das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando o que consta no Processo nº 60320.000285/2017-44, resolve:

Art. 1º O parágrafo único do art. 1º, os arts. 2º e 3º e o Anexo da Portaria Normativa nº 1.227/MD, de 27 de agosto de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.....

Parágrafo único. O Projeto Soldado-Cidadão faz parte do preparo da mobilização de pessoal, ao capacitar recursos humanos para o exercício de funções em organizações militares." (NR)

"Art. 2º O Comitê Gestor do Projeto Soldado-Cidadão tem a seguinte composição:

I - três representantes da Chefia de Logística e Mobilização (CHELOG);

II - um representante da Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (APOG/EMCFA); e

III - um representante de cada Força Singular.

Parágrafo único. A presidência do Comitê Gestor será exercida pelo Chefe de Logística e Mobilização, a quem cabe indicar o Vice-Presidente e o Coordenador Executivo do Comitê." (NR)

"Art. 3º.....

.....

III - exercer a gestão orçamentária e financeira das ações cujos recursos sejam destinados ao projeto;

....." (NR)

Art. 2 º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM SILVA E LUNA

ANEXO

REGULAMENTAÇÃO
PROJETO SOLDADO-CIDADÃO
TÍTULO: Projeto SOLDADO-CIDADÃO (Atividade 6557 - Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar - Soldado- Cidadão)

"4 - ESTRUTURAÇÃO DO PROJETO SOLDADO-CIDADÃO

.....

4.3 - DEFINIÇÕES
4.3.1 - Comitê Gestor

.....

A presidência do Comitê Gestor será exercida pelo Chefe de Logística e Mobilização, a quem cabe indicar o Vice-Presidente e o Coordenador Executivo do Comitê.

....." (NR)

"5 - DESENVOLVIMENTO DO PROJETO SOLDADO-CIDADÃO

.....

5.11 - ENCARGOS BÁSICOS DO COMITÊ GESTOR, DOS COMANDOS DAS FORÇAS SINGULARES, DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES HOSPEDEIRAS E DAS ENTIDADES PARCEIRAS
5.11.1 - Comitê Gestor

.....

c) exercer a gestão orçamentária e financeira das ações cujos recursos sejam destinados ao projeto;

....." (NR)

PORTARIA NORMATIVA Nº 9/MD, DE 6 DE MARÇO DE 2018

Relaciona os cargos privativos de Oficial-General.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de 26 de fevereiro de 2018, em conformidade com o inciso IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, no Decreto nº 5.013, de 11 de março de 2004, no Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005, no Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, no Decreto nº 5.874, de 15 de agosto de 2006, no Decreto nº 6.834, 30 de abril de 2009, no Decreto nº 6.928, de 6 de agosto de 2009, no Decreto nº 8.422, de 20 de março de 2015, no Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, no Decreto nº 9.031, de 12 de abril de 2017, no Decreto nº 9.088, de 6 de julho de 2017, no Decreto nº 9.259, de 29 de dezembro de 2017, e considerando o que consta do Processo nº 60582.000014/2018-99, resolve:

CAPÍTULO I

CARGOS DE OFICIAL-GENERAL NAS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS DAS FORÇAS ARMADAS

Art. 1º Os cargos privativos de oficial-general existentes na estrutura organizacional da Marinha do Brasil são:

I - Comandante da Marinha;
II - Chefe do Estado-Maior da Armada;
III - Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada;
IV - Subchefe de Organização do Estado-Maior da Armada;
V - Subchefe de Orçamento e Plano Diretor do Estado-Maior da Armada;
VI - Subchefe de Estratégia do Estado-Maior da Armada;
VII - Subchefe de Logística do Estado-Maior da Armada;
VIII - Diretor da Escola de Guerra Naval;
IX - Comandante de Operações Navais;
X - Chefe do Estado-Maior do Comando de Operações Navais;
XI - Subchefe de Organização do Comando de Operações Navais;
XII - Subchefe de Inteligência Operacional do Comando de Operações Navais;
XIII - Subchefe de Operações do Comando de Operações Navais;
XIV - Subchefe de Logística e Plano Diretor do Comando de Operações Navais;
XV - Comandante em Chefe da Esquadra;
XVI - Chefe do Estado-Maior da Esquadra;
XVII - Comandante da Força de Superfície;
XVIII - Comandante da Força de Submarinos;
XIX - Comandante da Força Aeronaval;
XX - Comandante da 1ª Divisão da Esquadra;
XXI - Comandante da 2ª Divisão da Esquadra;
XXII - Comandante do 1º Distrito Naval;
XXIII - Chefe do Estado-Maior do Comando do 1° Distrito Naval;
XXIV - Comandante do 2º Distrito Naval;
XXV - Comandante do 3º Distrito Naval;
XXVI - Comandante do 4º Distrito Naval;
XXVII - Comandante do 5º Distrito Naval;
XXVIII - Comandante do 6º Distrito Naval;
XXIX - Comandante do 7º Distrito Naval;
XXX - Comandante do 8º Distrito Naval;
XXXI - Comandante do 9º Distrito Naval;
XXXII - Comandante da Força de Fuzileiros da Esquadra;
XXXIII - Chefe do Estado-Maior do Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra;
XXXIV - Comandante da Divisão Anfíbia;
XXXV - Comandante da Tropa de Reforço;
XXXVI - Secretário-Geral da Marinha;
XXXVII - Coordenador do Orçamento da Marinha;
XXXVIII - Diretor de Finanças da Marinha;
XXXIX - Diretor de Gestão Orçamentária da Marinha;
XL - Diretor de Administração da Marinha;
XLI - Diretor de Abastecimento da Marinha;
XLII - Diretor do Centro de Controle de Inventário da Marinha;
XLIII - Diretor do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha;
XLIV - Diretor-Geral do Material da Marinha;
XLV - Diretor de Engenharia Naval;
XLVI - Diretor de Aeronáutica da Marinha;
XLVII - Diretor de Sistemas de Armas da Marinha;
XLVIII - Diretor de Comunicações e Tecnologia da Informação da Marinha;
XLIX - Diretor de Obras Civis da Marinha;
L - Diretor de Gestão de Programas da Marinha;
LI - Superintendente de Manutenção da Diretoria de Gestão de Programas da Marinha;
LII - Diretor Industrial da Marinha;
LIII - Diretor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro;
LIV - Diretor-Geral do Pessoal da Marinha;
LV - Diretor do Pessoal Militar da Marinha;
LVI - Diretor de Ensino da Marinha;
LVII - Comandante da Escola Naval;
LVIII - Comandante do Centro de Instrução Almirante Wandenkolk;
LIX - Comandante do Centro de Instrução Almirante Alexandrino;
LX - Diretor de Saúde da Marinha;
LXI - Diretor do Hospital Naval Marcílio Dias;
LXII - Diretor do Centro Médico Assistencial da Marinha;
LXIII - Diretor do Centro de Perícias Médicas da Marinha;
LXIV - Diretor do Centro de Medicina Operativa da Marinha;
LXV - Diretor do Pessoal Civil da Marinha;
LXVI - Diretor de Assistência Social da Marinha;
LXVII - Diretor-Geral de Navegação;
LXVIII - Diretor de Portos e Costas;
LXIX - Comandante do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha;
LXX - Diretor de Hidrografia e Navegação;

LXXI - Diretor-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha;
LXXII - Assessor-Chefe do Programa de Submarinos da Marinha;
LXXIII - Diretor do Centro Tecnológico da Marinha no Rio de Janeiro;
LXXIV - Diretor do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo;
LXXV - Diretor de Desenvolvimento Nuclear da Marinha;
LXXVI - Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais;
LXXVII - Comandante do Material de Fuzileiros Navais;
LXXVIII - Comandante do Pessoal de Fuzileiros Navais;
LXXIX - Comandante do Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo;
LXXX - Presidente da Comissão de Desportos da Marinha;
LXXXI - Comandante do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes;
LXXXII - Comandante do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais;
LXXXIII - Chefe do Gabinete do Comandante da Marinha;
LXXXIV - Diretor do Centro de Comunicação Social da Marinha;
LXXXV - Diretor do Centro de Inteligência da Marinha;
LXXXVI - Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar;
LXXXVII - Diretor do Centro de Controle Interno da Marinha; e
LXXXVIII - Secretário da Comissão de Promoções de Oficiais.

Art. 2º Os cargos privativos de oficial-general existentes na estrutura organizacional do Exército Brasileiro são:
I - Comandante do Exército;
II - Chefe do Estado-Maior do Exército;
III - Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia;
IV - Chefe do Departamento de Engenharia e Construção;
V - Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército;
VI - Chefe do Departamento-Geral do Pessoal;
VII - Comandante Logístico;
VIII - Comandante de Operações Terrestres;
IX - Secretário de Economia e Finanças;
X - Comandante Militar da Amazônia;
XI - Comandante Militar do Leste;
XII - Comandante Militar do Nordeste;
XIII - Comandante Militar do Norte;
XIV - Comandante Militar do Oeste;
XV - Comandante Militar do Sudeste;
XVI - Comandante Militar do Sul;
XVII - Comandante Militar do Planalto;
XVIII - Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército;
XIX - Subcomandante Logístico;
XX - Subcomandante de Operações Terrestres;
XXI - Subsecretário de Economia e Finanças;
XXII - Vice-Chefe de Material;
XXIII - Vice-Chefe do Departamento de Engenharia e Construção;
XXIV - Vice-Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército;
XXV - Vice-Chefe do Departamento-Geral do Pessoal;
XXVI - Vice-Chefe de Tecnologia da Informação e Comunicações;
XXVII - Comandante da 1ª Divisão de Exército;
XXVIII - Comandante da 2ª Divisão de Exército;
XXIX - Comandante da 3ª Divisão de Exército;
XXX - Comandante da 5ª Divisão de Exército;
XXXI - Chefe do Centro de Coordenação de Operações do Comando Militar do Sul;
XXXII - Comandante da 1ª Região Militar;
XXXIII - Comandante da 2ª Região Militar;
XXXIV - Comandante da 3ª Região Militar;
XXXV - Comandante da 4ª Região Militar;
XXXVI - Comandante da 5ª Região Militar;
XXXVII - Comandante da 6ª Região Militar;
XXXVIII - Comandante da 7ª Região Militar;
XXXIX - Comandante da 8ª Região Militar;
XL - Comandante da 9ª Região Militar;
XLI - Comandante da 10ª Região Militar;
XLII - Comandante da 11ª Região Militar;
XLIII - Comandante da 12ª Região Militar;
XLIV - Chefe do Gabinete do Comandante do Exército;
XLV - Chefe do Centro de Comunicação Social do Exército;
XLVI - Chefe do Centro de Controle Interno do Exército;
XLVII - Chefe do Centro de Inteligência do Exército;
XLVIII - Secretário-Geral do Exército;
XLIX - 1º Subchefe do Estado-Maior do Exército;
L - 2º Subchefe do Estado-Maior do Exército;
LI - 3º Subchefe do Estado-Maior do Exército;
LII - 4º Subchefe do Estado-Maior do Exército;
LIII - 5º Subchefe do Estado-Maior do Exército;
LIV - 6º Subchefe do Estado-Maior do Exército;
LV - 7º Subchefe do Estado-Maior do Exército;
LVI - Chefe do Escritório de Projetos do Exército;
LVII - Assessor de Administração do Estado-Maior do Exército;
LVIII - Chefe do Centro de Capacitação Física do Exército;
LIX - Diretor de Abastecimento;
LX - Diretor de Avaliação e Promoções;
LXI - Diretor de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social;
LXII - Diretor de Contabilidade;
LXIII - Diretor de Controle de Efetivos e Movimentações;
LXIV - Diretor de Educação Preparatória e Assistencial;
LXV - Diretor de Educação Superior Militar;
LXVI - Diretor de Educação Técnica Militar;
LXVII - Diretor de Fabricação;
LXVIII - Diretor de Fiscalização de Produtos Controlados;
LXIX - Diretor de Gestão Especial;
LXX - Diretor de Gestão Orçamentária;
LXXI - Diretor de Material;
LXXII - Diretor de Material de Aviação do Exército;
LXXIII - Diretor de Obras de Cooperação;
LXXIV - Diretor de Obras Militares;
LXXV - Diretor de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente;
LXXVI - Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército;
LXXVII - Diretor de Projetos de Engenharia;
LXXVIII - Diretor de Saúde;
LXXIX - Diretor de Serviço Geográfico;
LXXX - Diretor de Serviço Militar;
LXXXI - 1º Subchefe do Comando de Operações Terrestres;
LXXXII - 2º Subchefe do Comando de Operações Terrestres;
LXXXIII - 3º Subchefe do Comando de Operações Terrestres e Inspetor-Geral das Polícias Militares;
LXXXIV - 4º Subchefe do Comando de Operações Terrestres;
LXXXV - Chefe da Assessoria de Planejamento e Gestão do Departamento-Geral do Pessoal;
LXXXVI - Chefe do Gabinete de Planejamento e Gestão do Comando Logístico;
LXXXVII - Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras;
LXXXVIII - Comandante da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais;
LXXXIX - Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército;
XC - Comandante da Escola de Sargentos das Armas;
XCI - Comandante do Instituto Militar de Engenharia;
XCII - Comandante da Brigada de Infantaria Paraquedista;
XCIII - Comandante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva;
XCIV - Comandante da 2ª Brigada de Infantaria de Selva;
XCV - Comandante da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada;
XCVI - Comandante da 4ª Brigada de Infantaria Leve (Montanha);
XCVII - Comandante da 6ª Brigada de Infantaria Blindada;
XCVIII - Comandante da 7ª Brigada de Infantaria Motorizada;
XCIX - Comandante da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada;
C - Comandante do Grupamento de Unidades-Escola e 9ª Brigada de Infantaria Motorizada;
CI - Comandante da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada;
CII - Comandante da 11ª Brigada de Infantaria Leve;
CIII - Comandante da 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel);
CIV - Comandante da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada;
CV - Comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada;
CVI - Comandante da 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada;
CVII - Comandante da 16ª Brigada de Infantaria de Selva;
CVIII - Comandante da 17ª Brigada de Infantaria de Selva;
CIX - Comandante da 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira;
CX - Comandante da 23ª Brigada de Infantaria de Selva;
CXI - Comandante da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada;
CXII - Comandante da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada;
CXIII - Comandante da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada;
CXIV - Comandante da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada;
CXV - Comandante da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada;
CXVI - Comandante de Aviação do Exército;
CXVII - Comandante de Operações Especiais;
CXVIII - Comandante da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea;
CXIX - Comandante da Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Exército;
CXX - Comandante da Artilharia Divisionária da 3ª Divisão de Exército;
CXXI - Comandante da Artilharia Divisionária da 5ª Divisão de Exército;
CXXII - Comandante de Artilharia do Exército;
CXXIII - Comandante do 1º Grupamento de Engenharia;
CXXIV - Comandante do 2º Grupamento de Engenharia;
CXXV - Comandante de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército;
CXXVI - Comandante da Base de Apoio Logístico do Exército;
CXXVII - Chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia;
CXXVIII - Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Leste;
CXXIX - Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Nordeste;
CXXX - Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Norte;
CXXXI - Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Oeste;
CXXXII - Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Sudeste;
CXXXIII - Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Sul;
CXXXIV - Chefe do Centro de Coordenação de Operações do Comando Militar da Amazônia;
CXXXV - Chefe do Centro de Coordenação de Operações do Comando Militar do Leste;
CXXXVI - Chefe do Centro de Coordenação de Operações do Comando Militar do Oeste;
CXXXVII - Chefe do Centro de Avaliações do Exército;
CXXXVIII - Chefe do Centro de Defesa Cibernética;
CXXXIX - Chefe do Centro de Desenvolvimento de Sistemas;
CXL - Chefe do Centro Integrado de Telemática do Exército;
CXLI - Chefe do Centro de Pagamento do Exército;
CXLII - Chefe do Centro Tecnológico do Exército;
CXLIII - Chefe da Assessoria Especial de Orçamento e Finanças;
CXLIV - Assessor de Planejamento, Programação e Controle Orçamentário do Departamento-Geral do Pessoal;
CXLV - Subdiretor Técnico de Saúde;
CXLVI - Diretor do Hospital Central do Exército;
CXLVII - Inspetor de Saúde do Comando Militar do Sul;
CXLVIII - Inspetor de Saúde do Comando Militar do Nordeste;
CXLIX - Assessor de Planejamento, Programação e Controle Orçamentário do Comando Logístico;
CL - Vice-Chefe de Ensino, Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação;
CLI - Subdiretor de Saúde;
CLII - Chefe do Centro de Coordenação de Operações do Comando Militar do Nordeste;
CLIII - Inspetor de Saúde do Comando Militar do Leste;
CLIV - Comandante de Defesa Cibernética;
CLV - Chefe do Estado-Maior Conjunto do Comando de Defesa Cibernética;
CLVI - Chefe do Departamento de Gestão e Ensino do Comando de Defesa Cibernética;
CLVII - Diretor de Sistemas e Material de Emprego Militar; e
CLVIII - Chefe do Centro de Doutrina do Exército;
CLIX - Chefe do Gabinete do Estado-Maior do Exército; e
CLX - Comandante da 22ª Brigada de Infantaria de Selva.

Parágrafo único. Os cargos de Chefe do Estado-Maior Conjunto do Comando de Defesa Cibernética e de Chefe do Departamento de Gestão e Ensino do Comando de Defesa Cibernética, embora integrem estrutura organizacional do Exército Brasileiro, são ocupados por militar da Marinha do Brasil ou da Aeronáutica.

Art. 3º Os cargos privativos de oficial-general existentes na estrutura organizacional da Aeronáutica são:
I - Comandante da Aeronáutica;
II - Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica;
III - Vice-Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica;
IV - Chefe da Primeira Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica;
V - Chefe da Segunda Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica;
VI - Chefe da Terceira Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica;
VII - Chefe da Quarta Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica;
VIII - Chefe da Quinta Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica;
IX - Chefe da Sexta Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica;
X - Chefe da Sétima Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica;
XI - Comandante de Preparo;
XII - Chefe do Estado-Maior do Comando de Preparo;
XIII - Chefe da Subchefia de Planejamento, Orçamento e Gestão Institucionais do Comando de Preparo;
XIV - Chefe da Subchefia de Segurança e Defesa do Comando de Preparo;
XV - Chefe da Subchefia de Avaliação e Doutrina do Comando de Preparo;
XVI - Comandante da Ala 1;
XVII - Comandante da Ala 2;
XVIII - Comandante da Ala 3;
XIX - Comandante da Ala 5;
XX - Comandante da Ala 8;
XXI - Comandante da Ala 9;
XXII - Comandante da Ala 10;
XXIII - Comandante da Ala 11;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

XXIV - Comandante da Primeira Brigada de Defesa Antiaérea;
XXV - Comandante de Operações Aeroespaciais;
XXVI - Chefe do Estado-Maior Conjunto do Comando de Operações Aeroespaciais;
XXVII - Chefe do Centro de Planejamento, Orçamento e Gestão Institucionais do Comando de Operações Aeroespaciais;
XXVIII - Chefe do Centro Conjunto de Operações Aéreas do Comando de Operações Aeroespaciais;
XXIX - Comandante-Geral do Pessoal;
XXX - Chefe do Estado-Maior do Comando-Geral do Pessoal;
XXXI - Chefe da Primeira Subchefia do Estado-Maior do Comando-Geral do Pessoal;
XXXII - Chefe da Segunda Subchefia do Estado-Maior do Comando-Geral do Pessoal;
XXXIII - Diretor de Administração do Pessoal;
XXXIV - Subdiretor de Pessoal Militar da Diretoria de Administração do Pessoal;
XXXV - Subdiretor de Pessoal Civil da Diretoria de Administração do Pessoal;
XXXVI - Subdiretor de Inativos e Pensionistas da Diretoria de Administração do Pessoal;
XXXVII - Subdiretor do Serviço Militar da Diretoria de Administração do Pessoal;
XXXVIII - Diretor de Saúde da Aeronáutica;
XXXIX - Subdiretor de Aplicação dos Recursos para Assistência Médico-Hospitalar da Diretoria de Saúde;
XL - Subdiretor de Logística e Saúde Operacional da Diretoria de Saúde;
XLI - Subdiretor Técnico da Diretoria de Saúde;
XLII - Subdiretor de Perícias Médicas da Diretoria de Saúde;
XLIII - Diretor do Hospital de Força Aérea do Galeão;
XLIV - Diretor do Hospital de Força Aérea de Brasília;
XLV - Diretor do Hospital Central da Aeronáutica;
XLVI - Diretor do Hospital de Força Aérea de São Paulo;
XLVII - Diretor de Ensino da Aeronáutica;
XLVIII - Comandante da Universidade da Força Aérea;
XLIX - Presidente da Comissão de Desportos da Aeronáutica;
L - Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica;
LI - Comandante da Academia da Força Aérea;
LII - Comandante da Escola de Especialistas de Aeronáutica;
LIII - Comandante da Escola Preparatória de Cadetes do Ar;
LIV - Comandante do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica;
LV - Comandante-Geral de Apoio;
LVI - Chefe do Estado-Maior do Comando-Geral de Apoio;
LVII - Diretor de Material Aeronáutico e Bélico;
LVIII - Subdiretor de Fiscalização e Controle da Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico;
LIX - Subdiretor de Planejamento da Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico;
LX - Chefe da Subchefia de Planejamento e Controle do Estado-Maior do Comando-Geral de Apoio;
LXI - Diretor do Parque de Material Aeronáutico do Galeão;
LXII - Diretor do Parque de Material Aeronáutico de São Paulo;
LXIII - Diretor do Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa;
LXIV - Diretor de Infraestrutura da Aeronáutica;
LXV - Subdiretor de Planejamento da Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica;
LXVI - Subdiretor de Fiscalização e Controle da Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica;
XVII - Presidente da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica;
LXVIII - Diretor de Tecnologia da Informação da Aeronáutica;
LXIX - Diretor do Centro Logístico da Aeronáutica;
LXX - Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo;
LXXI - Vice-Diretor do Departamento de Controle do Espaço Aéreo;
LXXII - Chefe do Subdepartamento de Operações do Departamento de Controle do Espaço Aéreo;
LXXIII - Chefe do Subdepartamento Técnico do Departamento de Controle do Espaço Aéreo;
LXXIV - Chefe do Subdepartamento de Administração do Departamento de Controle do Espaço Aéreo;
LXXV - Comandante do Terceiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo;
LXXVI - Presidente da Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia;
LXXVII - Presidente da Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo;
LXXVIII - Vice-Presidente da Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo;
LXXIX - Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial;
LXXX - Vice-Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial;
LXXXI - Chefe do Subdepartamento de Administração do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial;
LXXXII - Chefe do Subdepartamento Técnico do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial;
LXXXIII - Diretor do Instituto de Aeronáutica e Espaço;
LXXXIV - Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate;
LXXXV - Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica;
LXXXVI - Vice-Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica;
LXXXVII - Diretor de Economia e Finanças da Aeronáutica;
LXXXVIII - Subdiretor de Administração Financeira da Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica;
LXXXIX - Subdiretor de Contabilidade da Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica;
XC - Subdiretor de Contratos e Convênios da Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica;
XCI - Diretor de Administração da Aeronáutica;
XCII - Subdiretor de Abastecimento da Diretoria de Administração da Aeronáutica;
XCIII - Subdiretor de Encargos Especiais da Diretoria de Administração da Aeronáutica;
XCIV - Subdiretor de Pagamento de Pessoal da Diretoria de Administração da Aeronáutica;
XCV - Chefe do Centro de Apoio Administrativo da Aeronáutica;
XCVI - Chefe do Gabinete do Comandante da Aeronáutica;
XCVII - Chefe do Centro de Inteligência da Aeronáutica;
XCVIII - Chefe da Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica;
XCIX - Chefe do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica;
C - Chefe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos;
CI - Chefe da Assessoria de Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo;
CII - Secretário da Comissão de Promoções de Oficiais da Aeronáutica;
CIII - Chefe do Centro de Controle Interno da Aeronáutica;
CIV - Diretor do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica;
CV - Comandante do Primeiro Comando Aéreo Regional;
CVI - Comandante do Segundo Comando Aéreo Regional;
CVII - Comandante do Terceiro Comando Aéreo Regional;
CVIII - Comandante do Quarto Comando Aéreo Regional;
CIX - Comandante do Quinto Comando Aéreo Regional;
CX - Comandante do Sexto Comando Aéreo Regional;
CXI - Comandante do Sétimo Comando Aéreo Regional;
CXII - Chefe do Estado-Maior do Primeiro Comando Aéreo Regional;
CXIII - Chefe do Estado-Maior do Segundo Comando Aéreo Regional;
CXIV - Chefe do Estado-Maior do Terceiro Comando Aéreo Regional;
CXV - Chefe do Estado-Maior do Quarto Comando Aéreo Regional;
CXVI - Chefe do Estado-Maior do Quinto Comando Aéreo Regional;
CXVII - Chefe do Estado-Maior do Sexto Comando Aéreo Regional;
CXVIII - Chefe do Estado-Maior do Sétimo Comando Aéreo Regional;
CXIX - Comandante da Primeira Força Aérea;
CXX - Comandante da Segunda Força Aérea;
CXXI - Comandante da Terceira Força Aérea;
CXXII - Comandante da Quarta Força Aérea;
CXXIII - Comandante da Quinta Força Aérea;
CXXIV - Comandante do Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo;
CXXV - Comandante do Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo;
CXXVI - Comandante do Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo;
CXXVII - Presidente da Comissão de Coordenação e Implantação de Sistemas Espaciais;
CXXVIII - Chefe da Subchefia de Administração do Estado-Maior do Comando-Geral de Apoio;
CXXIX - Chefe da Subchefia de Controles e Processos do Centro de Controle Interno da Aeronáutica; e
CXXX - Chefe da Subchefia de Auditoria Interna Governamental do Centro de Controle Interno da Aeronáutica.

Parágrafo único. O cargo de Chefe do Centro de Planejamento, Orçamento e Gestão Institucionais do Comando de Operações Aeroespaciais, embora integre a estrutura organizacional da Aeronáutica, poderá ser ocupado por Oficial-General da Marinha do Brasil ou do Exército Brasileiro.

CAPÍTULO II

CARGOS DE OFICIAL-GENERAL NÃO PERTENCENTES ÀS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS DAS FORÇAS ARMADAS

Art. 4º Os cargos privativos de oficial-general da Marinha do Brasil são:

I - Representante Permanente do Brasil junto à Organização Marítima Internacional;
II - Presidente do Tribunal Marítimo;
III - Diretor-Presidente da Empresa Gerencial de Projetos Navais;
IV - Diretor Administrativo-Financeiro da Empresa Gerencial de Projetos Navais;
V - Diretor Técnico-Comercial da Empresa Gerencial de Projetos Navais;
VI - Adido Naval nos Estados Unidos da América e no Canadá;
VII - Presidente da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha; e
VIII - Assistente Militar da Marinha na Escola Superior de Guerra.

Art. 5º Os cargos privativos de oficial-general do Exército Brasileiro são:

I - Assistente Militar do Exército na Escola Superior de Guerra;
II - Adido do Exército nos Estados Unidos da América e no Canadá; e
III - Comandante Logístico do Hospital das Forças Armadas.

Art. 6º Os cargos privativos de oficial-general da Aeronáutica são:

I - Assistente Militar da Aeronáutica na Escola Superior de Guerra; e
II - Adido Aeronáutico nos Estados Unidos da América.

Art. 7º Os cargos privativos de oficial-general, que podem ser ocupados por militar da Marinha do Brasil ou da Aeronáutica, são:

I - Diretor Técnico de Saúde do Hospital das Forças Armadas;
II - Diretor Técnico de Ensino e Pesquisa do Hospital das Forças Armadas; e
III - Diretor do Departamento de Saúde e Assistência Social da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto.

Art. 8º Os cargos privativos de oficial-general, que podem ser ocupados por militar de qualquer Força Armada, são:

I - Secretário-Executivo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
II - Secretário de Coordenação de Sistemas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
III - Secretário de Segurança e Coordenação Presidencial do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
IV - Secretário de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
V - Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;
VI - Chefe do Gabinete do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;
VII - Chefe de Operações Conjuntas do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;
VIII - Vice-Chefe de Operações Conjuntas do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;
IX - Subchefe de Comando e Controle do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;
X - Subchefe de Inteligência de Defesa do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;
XI - Subchefe de Operações do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;
XII - Subchefe de Operações de Paz do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;
XIII - Chefe de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;
XIV - Vice-Chefe de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;
XV - Subchefe de Política e Estratégia do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;
XVI - Subchefe de Organismos Americanos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;
XVII - Subchefe de Assuntos Internacionais do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;
XVIII - Chefe de Logística e Mobilização do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;
XIX - Vice-Chefe de Logística e Mobilização do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;
XX - Subchefe de Integração Logística do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;
XXI - Subchefe de Mobilização do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;
XXII - Subchefe de Coordenação de Logística e Mobilização do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;
XXIII - Diretor do Departamento de Ensino da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto;
XXIV - Diretor do Departamento de Desporto Militar da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto;
XXV - Diretor do Departamento de Financiamentos e Economia de Defesa da Secretaria de Produtos de Defesa;
XXVI - Diretor do Departamento de Produtos de Defesa da Secretaria de Produtos de Defesa;
XXVII - Diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação da Secretaria de Produtos de Defesa;
XXVIII - Diretor do Departamento de Promoção Comercial da Secretaria de Produtos de Defesa;
XXIX - Assessor Especial Militar do Ministro de Estado da Defesa;
XXX - Assessor Especial Militar do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;
XXXI - Comandante da Escola Superior de Guerra;
XXXII - Subcomandante da Escola Superior de Guerra;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

XXXIII - Diretor do Estado-Maior da Junta Interamericana de Defesa;

XXXIV - Vice-Presidente da Junta Interamericana de Defesa;

XXXV - Chefe da Delegação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa;

XXXVI - Chefe do Departamento de Estudos do Colégio Interamericano de Defesa;

XXXVII - Vice-Diretor do Colégio Interamericano de Defesa;

XXXVIII - Conselheiro Militar na Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas - Genebra; e

XXXIX - Conselheiro Militar na Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas - Nova Iorque.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Os cargos relacionados no Capítulo II desta Portaria Normativa classificam-se como de natureza militar, destinados a oficiais-generais, previstos nos decretos que aprovam as estruturas regimentais de outros órgãos da administração pública não pertencentes às estruturas organizacionais das Forças Armadas, ou como cargos de representação militar em outros países, com amparo na legislação federal.

Art. 10. Fica revogada a Portaria Normativa nº 45/MD, de 6 de novembro de 2017.

Art. 11. Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM SILVA E LUNA

PORTARIA NORMATIVA Nº 10/MD, DE 7 DE MARÇO DE 2018

Aprova o Regimento Interno do Hospital das Forças Armadas.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, Interino, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de 26 de fevereiro de 2018, os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.422, de 20 de março de 2015, e considerando o que consta do Processo nº 60550.029115/2017-38, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo a esta Portaria Normativa, o Regimento Interno do Hospital das Forças Armadas (HFA).

Art. 2º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria Normativa nº 2.744/MD, de 21 de dezembro de 2015.

JOAQUIM SILVA E LUNA

ANEXO

REGIMENTO INTERNO

DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E COMPETÊNCIA

Art. 1º O Hospital das Forças Armadas, integrante da estrutura básica do Ministério da Defesa, é hospital militar geral sediado em Brasília e tem as seguintes competências:

I - prestar assistência médico-hospitalar, sob a forma ambulatorial ou hospitalar:

a) aos militares da ativa, da reserva e reformados, aos servidores da administração central do Ministério da Defesa e aos servidores e empregados públicos do próprio Hospital das Forças Armadas e da Escola Superior de Guerra e aos seus dependentes e pensionistas;

b) aos usuários dos Fundos de Saúde das Forças Armadas; e

c) a outras instituições autorizadas por convênios, contratos ou outros instrumentos legais;

II - cooperar com as autoridades civis e militares no que disser respeito à saúde pública;

III - realizar atividades de pesquisa médica;

IV - executar programas de ensino médico e de enfermagem, e programa de intercâmbio científico com associações médicas e entidades afins, no Brasil ou no exterior; e

V - realizar atos de gestão orçamentária e financeira das dotações sob sua responsabilidade.

§ 1º A assistência médico-hospitalar prevista no inciso I do caput deste artigo compreende:

I - o conjunto de atividades relacionadas com a prevenção de doenças, com a conservação e a recuperação da saúde e com a reabilitação dos pacientes;

II - os serviços profissionais médicos, odontológicos e farmacêuticos; e

III - o fornecimento e a aplicação de meios, de cuidados e dos demais atos médicos e paramédicos necessários.

§ 2º O atendimento aos casos não previstos nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso I do caput deste artigo será realizado mediante indenização integral do serviço, sem prejuízo do atendimento aos usuários elencados nas alíneas anteriores, em consonância com as diretrizes do Ministro de Estado da Defesa, que poderá delegar a competência para elaboração das diretrizes ao Comandante Logístico do HFA.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º O HFA tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Comando Logístico:

a) Gabinete de Crise (Gab Crise);

b) Conselho Administrativo e Financeiro (CAF);

c) Gabinete (Gab Cmdo Log);

d) Assessoria de Atendimento Especial (AAEsp);

e) Assessoria de Planejamento e Gestão (APG);

f) Assessoria de Controle Interno e Gestão de Riscos (ACI);

g) Assessoria Técnica (A Tec);

h) Assessoria de Inteligência (A Intl);

i) Assessoria de Comunicação Social (A Com Soc);

j) Assessoria de Segurança (A Seg);

k) Assessoria de Conformidade de Registro de Gestão (ACRG);

l) Divisão de Recursos Humanos (DRH);

m) Divisão de Infraestrutura (Div Infra);

n) Divisão de Coordenação Administrativa e Financeira (DCAF); e

o) Divisão de Tecnologia da Informação (DTI);

II - Direção Técnica de Ensino e Pesquisa:

a) Gabinete (Gab DTEP);

b) Subdireção Técnica de Ensino e Pesquisa (SDTEP);

c) Divisão de Ensino (Div Ens);

d) Divisão de Pesquisa (Div Pesq); e

e) Divisão de Apoio e Coordenação (Div Ap Coord);

III - Direção Técnica de Saúde:

a) Gabinete (Gab DTS);

b) Subdireção Técnica de Saúde (SDTS);

c) Divisão de Arquivo Médico e Estatística (DAME);

d) Divisão de Farmácia (Div Farm);

e) Divisão de Medicina (Div Med);

f) Divisão de Enfermagem (Div Enf);

g) Divisão de Assistência à Saúde (DAS);

h) Divisão de Odontologia (Div Odonto); e

i) Divisão de Perícias Médicas (DPM).

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 3º Ao Comando Logístico do HFA compete:

I - coordenar o planejamento, a implementação e o controle do fluxo logístico, visando a garantir o funcionamento das atividades do HFA;

II - incentivar a adoção de modernas práticas de gestão hospitalar;

III - aprovar as propostas orçamentárias;

IV - manter intercâmbios culturais e científicos;

V - celebrar convênios, contratos e outros instrumentos;

VI - designar comissões permanentes e transitórias;

VII - manter a qualidade dos serviços prestados no HFA;

VIII - em coordenação com as direções, divisões e assessorias, fomentar:

a) a assistência à saúde;

b) o desenvolvimento técnico, científico, o ensino e a pesquisa;

c) a administração e finanças;

d) o controle da infraestrutura;

e) a gestão dos recursos humanos; e

f) a gestão da tecnologia da informação.

IX - em coordenação com a Direção Técnica de Saúde, promover a integração entre as organizações militares de saúde (OMS) da guarnição de Brasília.

Art. 4º Ao Gabinete de Crise compete:

I - coordenar as atividades destinadas ao acompanhamento da conjuntura, à avaliação de riscos e à execução das ações relacionadas com o gerenciamento de uma crise, quando e onde houver a possibilidade de envolver o HFA;

II - prestar assessoria ao Comandante Logístico para a tomada de decisões;

III - prever rotinas para o acompanhamento da conjuntura e procedimentos entre os diversos órgãos envolvidos, permitindo respostas eficazes às situações extraordinárias; e

IV - estabelecer ligações de rotina entre os órgãos diretamente envolvidos no acompanhamento da conjuntura, contando, para isso, com uma estrutura constituída por um efetivo permanente e por um efetivo temporário, convocados conforme demandas específicas.

Art. 5º Ao Conselho Administrativo e Financeiro compete:

I - assessorar o Comando Logístico em assuntos relativos às atividades administrativas e situação econômico-financeira do HFA;

II - aprovar, dentro da previsão trimestral e da capacidade financeira, cursos de capacitação e aprimoramento de pessoal do HFA;

III - apoiar o processo decisório sobre fatos de importância político-estratégica para o HFA; e

IV - aprovar o Planejamento Estratégico (PE) do HFA.

Parágrafo único. O Conselho Administrativo e Financeiro será acionado conforme a necessidade e constituído pelo Comandante Logístico, que o presidirá, pelos diretores, chefes das divisões diretamente subordinadas ao Comando Logístico, assessores do Comandante Logístico, o ordenador de despesas e demais chefias convocadas de acordo com a pauta a ser discutida.

Art. 6º Ao Gabinete do Comando Logístico compete:

I - assistir o Comandante Logístico do HFA em suas atribuições funcional e pessoal;

II - o acompanhamento dos projetos de interesse do Comandante Logístico;

III - o atendimento às consultas formuladas ao Comandante Logístico do HFA;

IV - assessorar o Comandante Logístico na preparação de reuniões, palestras e solenidades; e

V - coordenar os trabalhos de todos os setores sob a sua subordinação.

Art. 7º À Assessoria de Atendimento Especial compete:

I - assessorar o Comandante Logístico em assuntos referentes ao atendimento médico-hospitalar às autoridades civis, militares e agentes diplomáticos;

II - zelar pelo bom atendimento de autoridades civis e militares, no âmbito do Gabinete do Comandante Logístico;

III - recepcionar e prestar esclarecimentos sobre os serviços oferecidos pelo HFA às autoridades civis, militares e agentes diplomáticos, no âmbito do Gabinete do Comandante Logístico;

IV - coordenar o emprego do consultório médico do Gabinete do Comandante Logístico;

V - manter discrição e sigilo quanto ao conteúdo e manuseio da documentação, bem como quanto aos assuntos tratados no Gabinete do Comandante Logístico;

VI - acompanhar o Comandante Logístico em representações e viagens oficiais, a critério daquela autoridade; e

VII - acolher e acompanhar usuários do HFA às diversas áreas da assistência médico-hospitalar.

Art. 8º À Assessoria de Planejamento e Gestão compete:

I - assessorar o Comandante Logístico nas ações de planejamento e gestão do HFA;

II - apresentar propostas de normas, critérios, procedimentos e calendários relacionados às coordenações das ações de planejamento e gestão;

III - apresentar e propor medidas administrativas para manter atualizados os planos, programas, projetos e demais documentos relacionados aos processos de planejamento, orçamento e gestão, verificando se estão alinhadas com os objetivos estratégicos do HFA;

IV - assessorar o Comandante Logístico quanto ao acompanhamento da gestão pela aplicação de indicadores de desempenho, para a mensuração da eficácia, eficiência e efetividade;

V - monitorar o planejamento e a execução dos projetos estratégicos do HFA;

VI - analisar e encaminhar as propostas de inclusão ou exclusão de atividades e projetos no planejamento do HFA;

VII - apresentar proposta de priorização de atividades e projetos a serem incluídos nos planos, programas e projetos do HFA;

VIII - analisar e propor as devidas correções no Contrato de Objetivos do HFA;

IX - acompanhar a preparação da Prestação de Contas Anual e do Relatório de Gestão Anual, em conformidade com as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria Geral da União (CGU) e do Órgão de Controle Interno (OCI) do Ministério da Defesa;

X - acompanhar o processo de planejamento e elaboração do orçamento anual da União, desde o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) até a publicação da Lei Orçamentária Anual (LOA);

XI - orientar e monitorar o mapeamento dos processos atinentes aos setores que compõem o HFA;

XII - em coordenação com os setores que compõem o HFA, orientar o aperfeiçoamento dos processos;

XIII - realizar a avaliação dos resultados de gestão dos processos organizacionais, por intermédio de indicadores definidos pelos setores responsáveis e alinhados ao Planejamento Estratégico do HFA;

XIV - identificar e propor oportunidades e necessidades de melhoria na racionalização administrativa, no sentido de promover iniciativas de gestão de processos, contribuindo para melhorar a gestão dos recursos públicos à disposição do HFA;

XV - coordenar a elaboração e definir as funções das atividades para compor o Plano Estratégico do HFA;

XVI - coordenar o processo de formulação do Plano Estratégico do HFA;

XVII - desenvolver funções administrativas (planejamento, organização, direção e controle), por meio de pesquisa e estatística, visando à modernização da gestão;

XVIII - acompanhar a execução do planejamento, observando os critérios e as prioridades estabelecidos no Plano Estratégico do HFA;

XIX - analisar continuamente o sistema de gestão, propondo as alterações necessárias ao seu aperfeiçoamento;

XX - acompanhar o emprego dos recursos orçamentários, de acordo com os quantitativos estabelecidos nas metas físicas previstas, com a finalidade de subsidiar a confecção do Relatório de Gestão;

XXI - elaborar propostas de normas necessárias ao cumprimento da função de planejamento e gestão;

XXII - colaborar com propostas de medidas visando ao constante aperfeiçoamento do pessoal lotado na assessoria;

XXIII - gerenciar e analisar informações e relatórios de banco de dados para a elaboração e formulação de planos e diretrizes; e

XXIV - consolidar e remeter ao Gabinete do Comando Logístico a planilha de passagens e diárias trimestrais.

Art. 9º À Assessoria de Controle Interno e Gestão de Riscos compete:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - supervisionar os controles internos da gestão no HFA, assim constituídos pelos agentes públicos responsáveis pela condução das atividades e tarefas, no âmbito dos macroprocessos finalísticos e de apoio;

II - propor e assessorar o Comitê de Governança, Riscos e Controles na adoção de medidas necessárias à excelência na gestão de riscos;

III - acompanhar a observância dos princípios impostos pelo ordenamento jurídico, como os da legalidade, da moralidade, da finalidade pública, da publicidade, da motivação e da impessoalidade;

IV - contribuir para a prestação de contas no HFA, por meio de orientações, estudos, rotinas e outras ações relacionadas às atividades de controle interno; e

V - assessorar o Comandante Logístico quando da ocorrência de diligência, achado de auditoria ou informação sobre fato negativo ocorrido, para que as medidas saneadoras sejam tomadas no menor prazo possível.

Art. 10. À Assessoria Técnica compete assessorar o Comandante Logístico, o Diretor Técnico de Ensino e Pesquisa, o Diretor Técnico de Saúde e os chefes de divisões, assessorias, subdivisões e seções nos assuntos técnicos necessários à boa administração do HFA, mantendo-se atualizado com a legislação em vigor e, em especial:

I - preparar o encaminhamento dos assuntos de natureza jurídica à manifestação da Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa;

II - fornecer à Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa elementos de fato necessários para subsidiar a defesa da União; e

III - apoiar o Comandante Logístico quanto à instauração, condução e acompanhamento de Inquéritos Policiais Militares (IPM), Auto de Prisão em Flagrante Delito (APFD), Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e sindicâncias.

Art. 11. À Assessoria de Inteligência compete:

I - assessorar o Comandante Logístico do HFA nos assuntos pertinentes às atividades de inteligência e contrainteligência;

II - planejar, coordenar e fiscalizar a execução das atividades de inteligência, no âmbito do HFA;

III - planejar e executar ações relativas à obtenção e análise de dados para a produção de conhecimentos com imediata ou potencial repercussão para o HFA;

IV - planejar e executar a proteção de conhecimentos sensíveis relativos aos interesses e à segurança do HFA;

V - identificar elementos necessários à elaboração e atualização do Plano de Segurança Orgânica do HFA;

VI - identificar e avaliar ameaças externas e internas dirigidas ao HFA e aos seus integrantes;

VII - identificar e avaliar os episódios no cenário nacional com possível repercussão nas atividades essenciais do HFA, tais como acidentes com múltiplas vítimas, catástrofes e epidemias; e

VIII - acompanhar inquéritos, sindicâncias e processos sigilosos instaurados pelo Comandante Logístico do HFA.

Art. 12. À Assessoria de Comunicação Social compete:

I - planejar, coordenar e executar as atividades de jornalismo, relações públicas e publicidade do HFA, mantendo contato com os órgãos de imprensa, rádio e televisão;

II - supervisionar a gestão da Intranet, do sítio e das mídias sociais na rede mundial de computadores, em coordenação com a Divisão de Tecnologia da Informação;

III - elaborar matérias jornalísticas sobre o HFA e fazer registros fotográficos das formaturas, eventos, visitas e reuniões realizadas no HFA e de interesse da instituição;

IV - elaborar arte e material gráfico, como cartazes, folhetos, placas, banners e convites, necessários às promoções sociais e à divulgação dos eventos do HFA;

V - acompanhar autoridades, membros da imprensa e representações em visita ao HFA;

VI - supervisionar e auxiliar as atividades sociais internas e externas do HFA;

VII - planejar, coordenar e executar programas e atividades que visem ao bem-estar dos usuários e à humanização do HFA;

VIII - conduzir e coordenar a operacionalização do acesso à informação, inerente ao Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC);

IX - atualizar, trimestralmente, os dados de transparência ativa;

X - auxiliar o serviço social-médico no atendimento aos usuários, no que diz respeito aos aspectos sociais;

XI - desenvolver campanhas de marketing;

XII - implantar o Plano de Marketing Institucional do HFA;

XIII - proporcionar o suporte necessário para o gerenciamento de crise/risco;

XIV - planejar, coordenar e executar programas e atividades que visem à otimização dos processos comunicacionais internos e externos;

XV - providenciar e supervisionar a elaboração de material informativo de interesse do HFA, a ser divulgado pela imprensa, em observância aos princípios da publicidade e da transparência;

XVI - conduzir o relacionamento institucional e interpessoal com os meios de comunicação de massa e com as autoridades; e

XVII - planejar, organizar, coordenar e conduzir a prática de cerimonial e protocolo em solenidades oficiais.

Art. 13. À Assessoria de Segurança compete:

I - assessorar o Comandante Logístico do HFA nos assuntos pertinentes às atividades de segurança;

II - planejar, coordenar e fiscalizar a execução das atividades de segurança, no âmbito do HFA;

III - planejar e coordenar todas as atividades de instrução ligadas à segurança, no âmbito do HFA;

IV - elaborar o Plano de Prevenção e Combate a Incêndio (PPCI);

V - constituir equipe de combate a incêndio, no âmbito do HFA, e supervisionar a execução de atividades de adestramento de seus integrantes;

VI - cooperar com a confecção, controle e execução das escalas de serviço de interesse da segurança, no âmbito do HFA;

VII - elaborar o Plano de Defesa do HFA;

VIII - prover segurança ao Comandante Logístico ou a quem por ele indicado;

IX - executar segurança velada no caso de visita de comitivas ou autoridades ao HFA, dando suporte às equipes de segurança visitante;

X - desenvolver e coordenar as atividades de policiamento ostensivo e segurança nas dependências do HFA, áreas comuns das vilas militares (SRI-1 e SRI-2) e nas áreas externas sob responsabilidade do HFA;

XI - fornecer suporte ao Oficial-de-Dia nos casos de preservação da ordem;

XII - acompanhar a realização de perícias criminais;

XIII - manter a guarda de objetos apreendidos, em decorrência de sindicâncias, inquéritos e processos, até a devida remessa à autoridade judiciária, se for o caso;

XIV - manter sob vigilância, nos termos regimentais e conforme diretrizes do Comandante Logístico, o público que se dispõe a transitar pelas dependências do HFA;

XV - controlar armas e munições orgânicas destinadas ao pronto emprego;

XVI - elaborar as normas e ordens para o pessoal de serviço na área de segurança do HFA;

XVII - normatizar e fiscalizar o uso dos estacionamentos do HFA;

XVIII - fiscalizar as sinalizações e vias de tráfego no interior do HFA;

XIX - confeccionar, distribuir e recolher cartões de estacionamento, assim como normatizar a sua utilização, no âmbito do HFA;

XX - fiscalizar a utilização de crachás para servidores civis, militares, residentes, estagiários e voluntários do HFA, assim como fiscalizar a sua utilização no âmbito do HFA; e

XXI - apoiar o Comandante Logístico durante o acionamento do Gabinete de Crise do HFA.

Art. 14. À Assessoria de Conformidade de Registro de Gestão compete:

I - verificar se os registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial, efetuados pela Unidade Gestora Executora, foram realizados em observância às normas vigentes;

II - arquivar a documentação que suporte as operações registradas;

III - arquivar a documentação, enviada para o setor, mediante protocolo;

IV - controlar a retirada e devolução dos documentos sob sua guarda;

V - informar ao Comando do HFA irregularidades constatadas; e

VI - executar outras atividades inerentes à sua área de atuação.

Art. 15. À Divisão de Recursos Humanos compete:

I - executar a gestão de militares e servidores civis em exercício no HFA;

II - determinar a classificação e redistribuição de cargos e empregos;

III - controlar a frequência do pessoal;

IV - organizar e operar o arquivo dos documentos produzidos e recebidos;

V - gerenciar o pagamento de pessoal;

VI - preparar e publicar as portarias de instauração de sindicâncias, processos administrativos e inquéritos policiais militares;

VII - realizar o cadastro, a lotação e a movimentação de pessoal; e

VIII - confeccionar, distribuir e recolher crachás de identificação dos militares e servidores civis do HFA.

Art. 16. À Divisão de Infraestrutura compete:

I - executar a gestão de projetos de engenharia;

II - efetivar e fiscalizar a manutenção e reparos na infraestrutura física do HFA;

III - realizar a gestão de bens imóveis;

IV - executar a gestão do controle ambiental;

V - executar o serviço de hotelaria; e

VI - executar o serviço de lavanderia e rouparia.

Art. 17. À Divisão de Coordenação Administrativa e Financeira compete:

I - coordenar as atividades de compras e contratações;

II - elaborar as propostas orçamentárias anuais e plurianuais do HFA;

III - planejar e elaborar propostas de convênios, contratos e outros instrumentos administrativos com entidades militares e civis, privadas e públicas, objetivando à complementação da assistência à saúde;

IV - executar as atividades de apoio administrativo e logístico, no que concerne às seguintes áreas: transporte, almoxarifado, recebimento de material, aprovisionamento e contabilidade;

V - coordenar a auditoria de contas médicas;

VI - coordenar as atividades de geração de receitas; e

VII - controlar o patrimônio de bens móveis.

Art. 18. À Divisão de Tecnologia da Informação compete:

I - planejar e gerenciar a execução dos projetos e atividades de tecnologia da informação (TI) e comunicação;

II - garantir que as atividades e os projetos de TI e de comunicação estejam alinhados ao Plano Estratégico do HFA;

III - elaborar e propor diretrizes, normas e procedimentos para o uso racional dos recursos de TI, comunicação e segurança eletrônica;

IV - gerenciar pedidos, emissões, revogações e cancelamentos de certificados digitais de uso do HFA;

V - promover o alinhamento do HFA com a Política de Dados Abertos do Governo Federal;

VI - fomentar a gestão do conhecimento;

VII - garantir que o acesso, o tratamento e o armazenamento de informações do HFA ocorram em conformidade com as políticas e normas que assegurem confidencialidade, integridade e autenticidade de tais informações;

VIII - promover a renovação contínua da infraestrutura de TI, garantindo o desempenho e o acesso aos serviços e aos produtos de TI e de comunicação, conforme os padrões definidos; e

IX - conduzir a implementação e manutenção da Política de Governança Digital.

Art. 19. À Direção Técnica de Ensino e Pesquisa compete:

I - dirigir as atividades de ensino e pesquisa do HFA;

II - propor ações necessárias ao aprimoramento do HFA como campo de prática em ensino e em pesquisa;

III - propor as bases normativas para o desenvolvimento das ações de ensino e de pesquisa, no âmbito do HFA;

IV - promover a ligação entre o HFA e estabelecimentos militares e civis de ensino e de pesquisa;

V - propor o estabelecimento de parcerias com outras instituições, visando ao desenvolvimento do ensino e da pesquisa;

VI - planejar e coordenar as atividades de ensino em todos os níveis educacionais e da pesquisa clínica, básica e aplicada, de caráter técnico científico, internas ou em parcerias firmadas com instituições civis e militares, de forma integrada às outras instâncias de gestão do HFA;

VII - promover e apoiar a realização de eventos científicos e de fomento ao ensino e à pesquisa;

VIII - planejar e coordenar a utilização dos recursos financeiros e humanos destinados à Direção Técnica de Ensino e Pesquisa; e

IX - assessorar o Comando Logístico do HFA em assuntos relacionados ao ensino e à pesquisa.

Art. 20. Ao Gabinete da Direção Técnica de Ensino e Pesquisa compete:

I - manter atualizada a relação de autoridades e de outros documentos específicos de interesse do Diretor;

II - organizar reuniões de interesse do Diretor Técnico de Ensino e Pesquisa;

III - prestar assistência ao Diretor Técnico de Ensino e Pesquisa nos assuntos inerentes ao Gabinete;

IV - supervisionar o recebimento dos expedientes enviados ao Diretor e preparar os respectivos despachos, promovendo as informações complementares que se fizerem necessárias; e

V - manter o cadastro e o controle de documentos classificados e de acesso restrito.

Art. 21. À Subdireção Técnica de Ensino e Pesquisa compete:

I - assessorar o Diretor no exercício das atividades e substituí-lo em sua ausência;

II - conduzir os trabalhos pertinentes à sua esfera de responsabilidade;

III - coordenar as ações das divisões, provendo atos administrativos que consubstanciem as decisões do Diretor; e

IV - planejar, coordenar, analisar e elaborar relatórios consolidados referentes às realizações da Direção Técnica de Ensino e Pesquisa.

Art. 22. À Divisão de Ensino compete:

I - planejar, coordenar, supervisionar, acompanhar e fiscalizar atividades que objetivem o ensino no âmbito do HFA;

II - realizar assessoria pedagógica nas atividades acadêmicas do HFA;

III - coordenar os trabalhos relacionados com as residências em saúde no HFA;

IV - coordenar as atividades dos cursos de pós-graduação, estágios e eventos científicos no HFA; e

V - promover a capacitação de servidores civis e militares do HFA.

Art. 23. À Divisão de Pesquisa compete:

I - promover, coordenar e supervisionar a realização de pesquisas no âmbito do HFA;

II - assessorar o pesquisador no planejamento, na análise e na condução de pesquisas;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - planejar a logística, disponibilizando os meios necessários para a realização das pesquisas; e

IV - adquirir, guardar e conservar materiais, equipamentos e fármacos destinados ao desenvolvimento de atividades das cirurgias experimentais.

Art. 24. À Divisão de Apoio e Coordenação compete:

I - coordenar o apoio logístico à Direção Técnica de Ensino e Pesquisa;

II - controlar os recursos financeiros destinados à Direção Técnica de Ensino e Pesquisa;

III - atuar, junto com as outras divisões da Direção Técnica de Ensino e Pesquisa, na consolidação e no acompanhamento da execução dos projetos definidos em ordem de prioridades; e

IV - apoiar os demais setores da Direção Técnica de Ensino e Pesquisa na gestão de pessoal.

Art. 25. À Direção Técnica de Saúde compete:

I - dirigir as atividades de assistência à saúde do HFA;

II - executar os atos administrativos que forem afetos à sua responsabilidade funcional que sejam relacionados com atribuições delegadas pelo Comandante Logístico;

III - estabelecer parcerias com outras instituições, visando ao desenvolvimento das atividades de saúde no HFA;

IV - coordenar e controlar as atividades de suas divisões;

V - gerenciar, coordenar e controlar a prestação da assistência médico-hospitalar no HFA;

VI - estabelecer ligações com instituições públicas e privadas, relativas aos assuntos sob sua responsabilidade; e

VII - assessorar o Comando Logístico nos assuntos relacionados às atividades de assistência à saúde.

Art. 26. Ao Gabinete da Direção Técnica de Saúde compete:

I - prestar assistência ao Diretor Técnico nos encargos de orientação, coordenação, controle e supervisão das atividades inerentes ao Gabinete do Diretor;

II - coordenar a organização e o controle da legislação relativa à Direção Técnica de Saúde, assim como de outros documentos específicos de interesse do Diretor;

III - coordenar o trâmite dos expedientes pertinentes à Direção Técnica de Saúde;

IV - organizar o preparo de reuniões de interesse da Direção Técnica de Saúde; e

V - manter o cadastro e controle de documentos classificados e de acesso restrito.

Art. 27. À Subdireção Técnica de Saúde compete:

I - assessorar o Diretor no exercício das atividades e substituí-lo em sua ausência;

II - coordenar as atividades desenvolvidas pela Direção Técnica de Saúde, na ausência ou por delegação do Diretor;

III - assessorar o Diretor Técnico de Saúde nos assuntos pertinentes às comissões técnicas e divisões subordinadas;

IV - planejar, orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas nas comissões e na Divisão de Arquivo Médico e Estatística; e

V - executar os atos administrativos que lhe forem atribuídos ou delegados pelo Diretor.

Art. 28. À Divisão de Arquivo Médico e Estatística compete:

I - gerar as agendas médicas e outras provenientes das clínicas e serviços do HFA e as suas respectivas alterações;

II - o lançamento, alterações e cancelamentos de agendas nos sistemas de marcação de consulta;

III - gerenciar as vagas de consultas, conforme recebido das clínicas e retornos das diversas especialidades;

IV - realizar alterações, bloqueios e cancelamentos de agendas médicas, quando solicitado pelas clínicas ou setores correspondentes, com o respectivo conhecimento e parecer da Direção Técnica de Saúde e Divisão de Medicina;

V - a conferência de abertura e alterações das agendas médicas;

VI - realizar marcação de consultas;

VII - providenciar a abertura de prontuários médicos em formato digital para novos pacientes;

VIII - controlar e executar as atividades relacionadas ao recebimento, expedição, distribuição e arquivamento da documentação administrativa do setor; e

IX - organizar e arquivar, em condições especiais e de acordo com a legislação vigente, os documentos que permanecerem sob sua guarda.

Art. 29. À Divisão de Farmácia compete:

I - abastecer o HFA de material médico-hospitalar;

II - dispensar medicamentos, material médico e órteses, próteses e materiais especiais (OPME);

III - manipular medicamentos quimioterápicos e nutrição parenteral;

IV - fracionar medicamentos;

V - recepcionar a coleta de material biológico de pacientes;

VI - controlar a qualidade de material biológico e insumos de laboratório;

VII - realizar exames de análises clínicas; e

VIII - emitir laudos de exames laboratoriais.

Art. 30. À Divisão de Medicina compete a gestão das seguintes áreas de atuação, nos assuntos atinentes à saúde:

I - cardiologia;
II - nefrologia;
III - oncologia;
IV - pneumologia e alergologia;
V - psiquiatria;
VI - infectologia;
VII - endocrinologia;
VIII - geriatria;
IX - hematologia;
X - neurologia;
XI - pediatria;
XII - gastroenterologia e endoscopia digestiva;
XIII - clínica médica;
XIV - reumatologia;
XV - dermatologia;
XVI - clínicas cirúrgicas;
XVII - anestesiologia;
XVIII - traumato-ortopedia;
XIX - oftalmologia;
XX - urologia;
XXI - mastologia;
XXII - cirurgia torácica;
XXIII - coloproctologia;
XXIV - cirurgia pediátrica;
XXV - cirurgia oncológica;
XXVI - cirurgia geral;
XXVII - ginecologia e obstetrícia;
XXVIII - otorrinolaringologia;
XXIX - cirurgia de cabeça e pescoço;
XXX - cirurgia cardiovascular;
XXXI - cirurgia vascular;
XXXII - neurocirurgia;
XXXIII - cirurgia plástica;
XXXIV - imagenologia;
XXXV - medicina nuclear;
XXXVI - anatomia patológica;
XXXVII - agência transfusional;
XXXVIII - medicina hiperbárica;
XXXIX - radioterapia;
XL - hemodinâmica;
XLI - banco de leite;
XLII - emergência;
XLIII - centro cirúrgico;
XLIV - centro obstétrico;
XLV - UTI geral;
XLVI - UTI pediátrica; e
XLVII - UTI neonatal.

Art. 31. À Divisão de Enfermagem compete a gestão das seguintes áreas de atuação, nos assuntos atinentes à enfermagem:

I - ambulatório geral;
II - oncologia;
III - medicina nuclear;
IV - hemoterapia;
V - imagenologia;
VI - vigilância e epidemiologia hospitalar;
VII - centro cirúrgico;
VIII - internação;
IX - esterilização;
X - pacientes de alto risco;
XI - nefrologia;
XII - emergência;
XIII - hemodinâmica;
XIV - UTI geral;
XV - UTI materno-infantil;
XVI - UTI neonatal;
XVII - obstetrícia e maternidade;
XVIII - pediatria;
XIX - UTI infantil; e
XX - aleitamento materno e banco de leite.

Art. 32. À Divisão de Assistência à Saúde compete a gestão das seguintes áreas de atuação, nos assuntos atinentes às atividades complementares de saúde:

I - fisioterapia;
II - psicologia;
III - fonoaudiologia;
IV - nutrição;
V - serviço social; e
VI - terapia ocupacional.

Art. 33. À Divisão de Odontologia compete a gestão das seguintes áreas de atuação, nos assuntos atinentes à odontologia:

I - guarda de material esterilizado;
II - laboratório de prótese;
III - arquivos e prontuários odontológicos;
IV - recepção e marcação de consultas;
V - dentística;
VI - cirurgia e traumatologia bucomaxilofaciais (CTBMF);
VII - prótese odontológica;
VIII - imagenologia bucal;
IX - dor orofacial;
X - urgência e pronto atendimento;
XI - endodontia;
XII - periodontia;
XIII - implantodontia;
XIV - ortodontia;
XV - estomatologia;
XVI - semiologia; e
XVII - odontologia hospitalar.

Art. 34. À Divisão de Perícias Médicas compete:

I - realizar o planejamento, supervisão, auditagem, orientação, coordenação e controle das atividades médico-periciais e atividades relacionadas com o controle sanitário do pessoal militar;

II - exercer atividade de fiscalização continuada dos atos médico-periciais e do médico-atendente;

III - fiscalizar todas as homologações de dispensas médicas dos militares das três Forças;

IV - fiscalizar e controlar a realização do exame preparatório para o Teste de Aptidão Física (Pre-TAF) atinente aos militares do Exército;

V - planejar, coordenar e supervisionar normas e protocolos setoriais para prevenção de acidentes do trabalho, riscos ambientais e demais atividades relativas à segurança do trabalho;

VI - coordenar a implantação das medidas para a melhoria das condições ambientais e o cumprimento da legislação pertinente, visando à preservação da saúde dos servidores civis e do patrimônio da instituição;

VII - coordenar as ações de perícias médicas e odontológicas voltadas para a avaliação do estado de saúde do servidor civil, para o exercício de suas atividades laborais;

VIII - homologar dispensas médicas de servidor civil;

IX - conceder licenças diversas, aposentadoria por invalidez, constatação de deficiência e de invalidez e horário especial referentes ao servidor civil;

X - realizar a avaliação da capacidade laborativa de sanidade mental, de isenção do imposto de renda, de saúde mental de dependente e de exames para investidura em cargo público, referente ao servidor civil;

XI - realizar comunicação de acidente de trabalho e de doença de notificação compulsória; e

XII - supervisionar as ações que visem à reabilitação da saúde do servidor civil e o seu retorno às atividades laborais.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 35. Ao Comandante Logístico do HFA incumbe:

I - administrar os serviços e as atividades logísticas do HFA;

II - entender-se verbalmente ou por escrito:

a) com as autoridades militares e civis imediatamente superiores para a solução de assuntos administrativos, técnicos e de caráter militar;

b) com as autoridades civis para a solução de problemas administrativos ou técnicos; e

c) com as autoridades militares sobre assuntos de interesse comum;

III - coordenar o apoio logístico às atividades das direções, divisões e assessorias do HFA;

IV - modificar a estrutura organizacional e as atribuições no nível inferior à divisão, assim como propor à autoridade superior a modificação deste Regimento Interno, sempre que o interesse dos serviços do HFA o exigirem;

V - manter informado o Ministério da Defesa, por intermédio do Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto, quanto às atividades e aos programas de trabalho desenvolvidos pelo HFA;

VI - aprovar o programa de trabalho anual do HFA;

VII - celebrar convênios, contratos e outros instrumentos administrativos com entidades militares e civis, privadas e públicas, objetivando a complementação da assistência à saúde;

VIII - determinar a elaboração de estudos, análises e pesquisas, visando ao aprimoramento dos serviços prestados pelo hospital;

IX - promover o desenvolvimento do HFA em todos os seus setores, estimulando o intercâmbio cultural, científico e social com organizações militares e civis, sobretudo na área de saúde;

X - estimular o convívio harmonioso entre os militares das Forças Armadas e os servidores públicos, a fim de permitir um ambiente de colaboração e camaradagem;

XI - providenciar o preenchimento dos cargos previstos na organização e propor a alteração dos quadros de pessoal civil e militar, a fim de atender aos programas e trabalhos desenvolvidos;

XII - promover o aperfeiçoamento, a melhoria e o conforto do pessoal, visando à melhoria dos serviços do HFA;

XIII - apresentar ao Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto, tempestivamente, relatórios das atividades do HFA;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

XIV - exercer o comando do HFA, nos termos dos regulamentos militares, fazendo cumprir o cerimonial e zelando pelas tradições das Forças Armadas do Brasil;

XV - coordenar a segurança interna, a disciplina e a defesa do HFA e da área circunscrita, assessorado diretamente pelos diretores, assessores e chefes de divisão;

XVI - determinar instauração de inquérito policial militar, sindicância, processos administrativos disciplinares e outros instrumentos da administração pública;

XVII - designar, na forma da legislação, oficiais e servidores públicos para os diversos cargos e funções previstos neste Regimento Interno;

XVIII - presidir o Gabinete de Crise e os conselhos constituídos;

XIX - supervisionar a exposição de planos, programas e projetos desenvolvidos no HFA;

XX - organizar planos para atendimento de emergência e de desastres coletivos;

XXI - delegar autoridade aos Diretores Técnicos e aos chefes de divisão, quando julgar conveniente;

XXII - zelar para que as atividades do HFA acompanhem o desenvolvimento técnico e o progresso científico;

XXIII - planejar e controlar o programa de aplicação de recursos financeiros;

XIV - promover processos licitatórios, dispensas ou reconhecer situações de inexigibilidade de licitação e mandar elaborar os respectivos contratos;

XXV - ratificar os atos de dispensa e os de reconhecimento de inexigibilidade praticados;

XXVI - celebrar acordos, ajustes, convênios, planos de trabalho, contratos e outros instrumentos congêneres para a realização de serviços, compras e obras;

XXVII - decidir sobre a concessão de direitos, vantagens, indenizações, gratificações, adicionais, ressarcimentos, consignações e benefícios de servidores civis e militares lotados no HFA;

XXVIII - autorizar viagens a serviço e conceder diárias e ajudas de custo; e

XXIX - exercer a função de ordenador de despesas, podendo delegá-la.

Art. 36. Ao Chefe de Gabinete do Comando Logístico do HFA incumbe:

I - assegurar o assessoramento ao Comandante Logístico, consolidando os trabalhos apresentados pelas assessorias;

II - dirigir os trabalhos do Gabinete do Comandante Logístico, estabelecendo diretrizes, normas e prioridades para os diversos encargos e trabalhos especiais;

III - assistir, diretamente, o Comandante Logístico no exercício de suas atribuições;

IV - coordenar e fiscalizar as atividades realizadas pelas áreas sob sua subordinação direta, fazendo cumprir as diretrizes e as ordens emanadas do Comandante Logístico;

V - fiscalizar a aplicação das leis, diretrizes, regulamentos, avisos e outros documentos normativos do HFA;

VI - estudar e colaborar para a solução dos problemas administrativos que não puderem ser resolvidos pelas divisões;

VII - coordenar a elaboração de ordens de serviço e memórias do Comando;

VIII - coordenar a organização da correspondência pessoal do Comandante Logístico;

IX - coordenar a organização e o controle da legislação relativa ao Comando;

X - coordenar a organização e a atualização da relação de autoridades e de outros documentos específicos de interesse do Comando;

XI - coordenar o trâmite dos expedientes pertinentes ao Comando, com rigorosa observância aos prazos estabelecidos;

XII - coordenar o preparo de reuniões, palestras e solenidades de interesse do Comando;

XIII - coordenar as atividades inerentes ao Gabinete do Comando Logístico;

XIV - supervisionar o recebimento dos expedientes enviados ao Comando e preparar os respectivos despachos, promovendo as informações complementares que se fizerem necessárias; e

XV - supervisionar o cadastro e o controle de documentos classificados e de acesso restrito, assim como das atividades de inteligência.

Art. 37. Aos Chefes das Assessorias do Comando Logístico incumbe auxiliar diretamente o Comandante Logístico nas respectivas áreas de atuação.

Art. 38. Ao Chefe da Divisão de Recursos Humanos incumbe:

I - desenvolver atividades de gestão, controle, orientação e avaliação dos assuntos afetos à coordenação, seleção, provimento e distribuição de pessoal militar e servidor civil do Hospital das Forças Armadas, em conformidade com a legislação vigente e em atendimento às diretrizes emanadas do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal, assessorando o Comando Logístico nos temas pertinentes à divisão;

II - cumprir atos oficiais, publicando-os em boletim interno, e executar as atividades de tramitação e gestão documental dos assuntos afetos à Secretaria Geral e Protocolo do Hospital das Forças Armadas, em conformidade com a legislação vigente, assessorando o Comando Logístico nos temas pertinentes à divisão;

III - coordenar atividades afetas ao pagamento de pessoal do Hospital das Forças Armadas, à gestão dos procedimentos relacionados à remuneração de pessoal militar da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e dos servidores civis ativos, inativos e pensionistas diretamente vinculados ao HFA; ao gerenciamento dos procedimentos relacionados à remuneração dos militares inativos contratados pela Marinha do Brasil como prestadores de tarefa por tempo certo; e ao gerenciamento dos procedimentos relacionados ao cadastro e à remuneração de bolsas em favor dos integrantes do programa de residência médica do HFA;

IV - solicitar, no ano anterior, material permanente utilizado exclusivamente na área de recursos humanos, confeccionando o contrato de objetivos de sua área de atuação, conforme planejamento e calendário apresentado em ordem de serviço expedida anualmente pelo Comandante Logístico, que trata sobre compras e contratações no âmbito do HFA;

V - dirigir as atividades de sua divisão e administrar o respectivo material e pessoal, em observância às diretrizes do Comando Logístico do HFA;

VI - coordenar e desenvolver as atividades de sua divisão, elaborando planos e projetos a serem submetidos ao Comandante Logístico ou aos conselhos;

VII - zelar pela atualização técnico-científica e de legislação em sua divisão;

VIII - zelar pela disciplina, camaradagem, moral, apresentação do pessoal e das instalações das diversas subdivisões;

IX - colaborar e manter entendimentos horizontais com as demais direções, divisões e seções visando permitir o alinhamento com os Objetivos Estratégicos do HFA;

X - elaborar os relatórios e dados estatísticos, visando à medição dos resultados, por meio de indicadores; e

XI - cumprir e fazer cumprir o disposto na legislação e em documentos afetos à organização do HFA.

Art. 39. Ao Chefe da Divisão de Infraestrutura incumbe:

I - supervisionar, coordenar e controlar a prestação de serviços das empresas terceirizadas contratadas pelo HFA, em sua área de atuação;

II - estabelecer ligações com instituições públicas e privadas, relativas aos assuntos de sua responsabilidade;

III - assessorar diretamente o Comandante Logístico no exercício de suas funções, sobretudo no que se refere à administração dos recursos, cuja aplicação está destinada à infraestrutura do HFA;

IV - participar do Gabinete de Crise, conselhos e comitês instituídos no HFA;

V - coordenar e fiscalizar as atividades realizadas pelas áreas sob sua subordinação direta, fazendo cumprir as diretrizes e as ordens emanadas do Comandante Logístico;

VI - fiscalizar a aplicação das leis, diretrizes, regulamentos, avisos e outros documentos normativos, nos termos da legislação vigente, no âmbito da Divisão de Infraestrutura;

VII - emitir parecer sobre a participação de militares e servidores civis de sua esfera de responsabilidade, em cursos e estágios;

VIII - coordenar o preparo de relatórios sobre as atividades desenvolvidas, na esfera de sua responsabilidade;

IX - atender às necessidades das subdivisões e seções subordinadas, em pessoal, material e equipamentos;

X - prover o HFA de infraestrutura necessária ao desempenho das suas atividades;

XI - planejar, coordenar, supervisionar e fiscalizar a execução das atividades de engenharia, infraestrutura hospitalar, controle de próprios nacionais residenciais (PNR) e de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos do HFA; e

XII - solicitar, no ano anterior, material permanente utilizado exclusivamente na área de infraestrutura, confeccionando o contrato de objetivos, conforme ordem de serviço expedida, anualmente, pelo Comandante Logístico, que trata sobre compras e contratações no âmbito do HFA.

Art. 40. Ao Chefe da Divisão de Coordenação Administrativa e Financeira incumbe:

I - zelar pelo cumprimento de diretrizes, normas, critérios, princípios, planos e programas oriundos do Ministério da Defesa e dos demais órgãos da Administração Pública;

II - assessorar diretamente o Comandante Logístico nos assuntos pertinentes à divisão;

III - designar comissões permanentes e transitórias de natureza técnica ou administrativa de interesse do HFA, no que diz respeito às suas competências;

IV - coordenar as atividades de fiscalização de contratos e credenciamentos, inclusive realizando a nomeação dos fiscais de contrato e credenciamento;

V - colaborar, inclusive com apoio logístico, com as demais direções e divisões, com a finalidade de proporcionar meios para o desempenho de suas atividades e cumprimento das missões do HFA;

VI - coordenar, organizar, controlar, elaborar e assinar, quando delegado pelo Comandante Logístico, aditamentos administrativos ao Boletim Interno;

VII - coordenar as atividades de compras e contratações;

VIII - coordenar a elaboração da proposta orçamentária do HFA;

IX - coordenar as atividades de almoxarifado e recebimento de material;

X - controlar o patrimônio de bens móveis;

XI - coordenar as atividades de transporte;

XII - consolidar o pedido de todos os setores do HFA e solicitar, no ano anterior, por intermédio da Seção de Almoxarifado, material permanente de uso comum (exceto equipamento médico, hospitalar, odontológico, de ensino e pesquisa, de infraestrutura, de recursos humanos e de tecnologia da informação) e confeccionar o contrato de objetivos, em sua área de atuação, conforme planejamento e calendário apresentado em ordem de serviço, expedida, anualmente, pelo Comandante Logístico, que trata sobre compras e contratações no âmbito do HFA;

XIII - coordenar e fiscalizar as atividades de geração de receitas e auditoria de contas médicas; e

XIV - participar do Gabinete de Crise, conselhos e comitês instituídos no HFA.

Art. 41. Ao Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação incumbe:

I - assessorar o Comandante Logístico na condução dos assuntos que envolvam tecnologia da informação e telecomunicações;

II - assessorar na contratação, desenvolvimento ou manutenção de soluções de tecnologia da informação;

III - assessorar o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação quanto ao desenvolvimento das atividades do colegiado;

IV - coordenar os projetos e atividades das Subdivisões de Gestão, Governança e Suporte de TI e Comunicação;

V - identificar e avaliar os riscos envolvendo os ativos de TI e Comunicação e propor ao Comandante Logístico ou ao Comitê Gestor de TI estratégias para mitigar estas vulnerabilidades;

VI - consolidar o pedido de todos os setores do HFA e solicitar, no ano anterior, material permanente utilizado exclusivamente na área de tecnologia da informação, confeccionando o contrato de objetivos, em sua área de atuação, conforme planejamento e calendário apresentado em ordem de serviço, expedida, anualmente, pelo Comandante Logístico, que trata sobre compras e contratações, no âmbito do HFA;

VII - propor ao Diretor Técnico de Ensino e Pesquisa capacitação técnica na área de tecnologia da informação e comunicações, bem como propor capacitação para o efetivo do hospital quanto ao uso dos recursos e sistemas de TI, consolidando o plano de capacitação da divisão; e

VIII - participar do Gabinete de Crise, conselhos e comitês instituídos no HFA.

Art. 42. Ao Diretor Técnico de Ensino e Pesquisa do HFA incumbe:

I - assistir diretamente o Comandante Logístico do HFA no exercício de suas atribuições, sobretudo no que se refere às questões de ensino e pesquisa;

II - participar do Gabinete de Crise, conselhos e comitês instituídos no HFA;

III - dirigir e fiscalizar as atividades realizadas pelas áreas sob sua subordinação direta, fazendo cumprir as diretrizes emanadas do Comandante Logístico;

IV - fiscalizar a aplicação de documentos normativos para o desenvolvimento das ações de ensino e de pesquisa, no âmbito do HFA;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

V - atuar como elemento de ligação entre o HFA e estabelecimentos militares e civis de ensino e de pesquisa;

VI - identificar ações necessárias ao aprimoramento do HFA como campo de prática em ensino e em pesquisa;

VII - promover ambiente integrado e colaborativo entre a atenção à saúde, o ensino e a pesquisa; e

VIII - solicitar, no ano anterior, material permanente utilizado exclusivamente na área de ensino e pesquisa, em ordem de prioridade, confeccionando o contrato de objetivos, em sua área de atribuições, conforme planejamento e calendário apresentado em ordem de serviço, expedida, anualmente, pelo Comandante Logístico, que trata sobre compras e contratações no âmbito do HFA.

Art. 43. Ao Chefe de Gabinete do Diretor Técnico de Ensino e Pesquisa incumbe:

I - organizar a legislação relativa à Direção Técnica de Ensino e Pesquisa, assim como de outros documentos específicos do interesse do Diretor;

II - coordenar o trâmite dos expedientes pertinentes à Direção Técnica de Ensino e Pesquisa;

III - prestar assistência ao Diretor Técnico de Ensino e Pesquisa nos encargos de orientação, coordenação, controle e supervisão das atividades inerentes ao Gabinete; e

IV - gerenciar o cadastro e o controle de documentos classificados e de acesso restrito.

Art. 44. Ao Subdiretor Técnico de Ensino e Pesquisa incumbe:

I - assistir diretamente o Diretor Técnico de Ensino e Pesquisa no exercício de suas atribuições;

II - analisar, solucionar ou propor soluções para os problemas administrativos que não puderem ser resolvidos pelas divisões subordinadas; e

III - substituir o Diretor Técnico de Ensino e Pesquisa em todos os impedimentos legais e eventuais.

Art. 45. Ao Chefe da Divisão de Ensino incumbe:

I - promover, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas ao ensino, no âmbito do HFA;

II - desenvolver capacitações, no âmbito do HFA;

III - auxiliar os trabalhos relacionados com a residência em saúde do HFA;

IV - executar o Programa de Instrução em Serviço;

V - assessorar a proposição das diretrizes institucionais de inovação e promoção para a pós-graduação lato-sensu e stricto-sensu;

VI - planejar, coordenar, supervisionar, acompanhar e fiscalizar projetos e ações destinadas às atividades acadêmicas, pós-graduação, prática supervisionada, cursos, estágios, eventos internos, capacitação e aprimoramento do HFA, bem como do Programa de Treinamento em Serviço para Estrangeiros;

VII - planejar, coordenar, supervisionar, acompanhar e fiscalizar atividades que objetivem o desenvolvimento técnico-científico;

VIII - fomentar a elaboração, promoção e divulgação de trabalhos científicos;

IX - interagir com os representantes das instituições de ensino civis e militares, para o desenvolvimento do ensino, no âmbito do HFA;

X - assessorar a proposição de parcerias com instituições civis ou militares, assim como coordenar a execução das atividades decorrentes dessas parcerias, visando ao desenvolvimento de atividades de ensino;

XI - assessorar a proposição de instrumentos normativos relativos ao ensino, para aplicação no âmbito do HFA; e

XII - acompanhar, à luz da legislação pertinente e dos avanços da pedagogia, as atividades da Comissão de Residência Médica (COREME) e dos médicos residentes, propondo ao Coordenador da COREME, sempre que conveniente ou por necessidades de ajustes legais, as melhorias que julgue necessárias para o aprimoramento dos cursos oferecidos.

Art. 46. Ao Chefe da Divisão de Pesquisa incumbe:

I - promover, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas à pesquisa, no âmbito do HFA;

II - assessorar a proposição de parcerias com instituições civis ou militares, visando à realização de pesquisas;

III - coordenar a execução das atividades decorrentes dos contratos e das parcerias firmadas com as instituições de ensino;

IV - fomentar o desenvolvimento de pesquisas, de caráter técnico ou científico, no HFA;

V - acompanhar a execução de pesquisas, visando a colaborar com a avaliação do trabalho dos pesquisadores;

VI - ofertar condições para o desenvolvimento de pesquisas experimentais;

VII - promover, em conjunto com a Divisão de Ensino, capacitação de pessoal em matérias relacionadas à pesquisa;

VIII - assessorar o pesquisador no planejamento, na análise e na redação da pesquisa;

IX - assessorar a proposição de orientações normativas relativas à pesquisa, para aplicação no âmbito do HFA;

X - assessorar o Diretor Técnico de Ensino e Pesquisa nos assuntos afetos à pesquisa e ao uso de animais em experimentação e treinamentos;

XI - planejar, coordenar e controlar, assessorado pelos respectivos chefes, as atividades das subdivisões subordinadas;

XII - encaminhar ao Subdiretor os processos da Divisão de Pesquisa;

XIII - interagir com representantes de instituições de pesquisa e com instituições de fomento e de apoio à pesquisa, visando à adoção de práticas mais modernas; e

XIV - acompanhar as atividades do Comitê de Ética em Pesquisas (CEP) e Comitê de Ética em Uso de Animais (CEUA).

Art. 47. Ao Chefe da Divisão de Apoio e Coordenação incumbe:

I - prover os meios necessários para o desenvolvimento das atividades de ensino e de pesquisa;

II - assessorar o Diretor Técnico de Ensino e Pesquisa em assuntos relacionados à divisão;

III - conduzir o planejamento, a supervisão, o desenvolvimento e a fiscalização das atividades de apoio e coordenação;

IV - assessorar o Diretor Técnico de Ensino e Pesquisa quanto à necessidade de pessoal, no âmbito das divisões;

V - confeccionar e manter atualizados mapas de recursos financeiros disponíveis;

VI - controlar a utilização dos recursos financeiros destinados à Direção Técnica de Ensino e Pesquisa;

VII - acompanhar a execução das escalas dos servidores civis;

VIII - acompanhar as solicitações e execuções de reparos e serviços da Direção Técnica de Ensino e Pesquisa; e

IX - executar outras atividades, direta ou indiretamente, inerentes à sua área de atuação, mediante aprovação do Diretor Técnico.

Art. 48. Ao Diretor Técnico de Saúde do HFA incumbe:

I - assistir diretamente o Comandante Logístico do HFA no exercício de suas atribuições, sobretudo no que se refere às questões de assistência à saúde;

II - participar do Gabinete de Crise, comissões e comitês instituídos no HFA;

III - dirigir e fiscalizar as atividades realizadas pelas áreas sob sua subordinação direta, fazendo cumprir as diretrizes emanadas do Comandante Logístico;

IV - fiscalizar a aplicação de documentos normativos para o desenvolvimento das ações de saúde, no âmbito do HFA; e

V - atuar como elemento de ligação entre o HFA e estabelecimentos militares e civis de saúde.

VI - solicitar, no ano anterior, por intermédio da Assessoria de Gestão de Material de Saúde, material permanente de saúde (equipamento médico, hospitalar e odontológico) confeccionando o contrato de objetivos, em sua área de atribuições, conforme planejamento e calendário apresentado em ordem de serviço expedida, anualmente, pelo Comandante Logístico, que trata sobre compras e contratações no âmbito do HFA; e

VII - designar o responsável técnico do HFA perante os órgãos fiscalizadores da atividade técnica.

Art. 49. Ao Chefe de Gabinete da Direção Técnica de Saúde incumbe:

I - manter a organização e o controle da legislação relativa à Direção Técnica de Saúde, assim como de outros documentos específicos do interesse do Diretor;

II - coordenar o trâmite dos expedientes pertinentes à Direção Técnica de Saúde;

III - controlar o preparo de reuniões do interesse da Direção Técnica de Saúde;

IV - acompanhar os usuários do HFA, de interesse da Direção Técnica de Saúde;

V - prestar assistência ao Diretor Técnico de Saúde nos encargos de orientação, coordenação, controle e supervisão das atividades inerentes ao Gabinete; e

VI - manter o cadastro e o controle de documentos classificados e de acesso restrito.

Art. 50. Ao Subdiretor Técnico de Saúde incumbe:

I - assistir diretamente o Diretor Técnico de Saúde no exercício de suas atribuições;

II - manter-se em condições de substituí-lo nos seus impedimentos eventuais;

III - presidir, por delegação do Diretor, conselhos e comissões;

IV - estudar, solucionar e colaborar na solução dos problemas administrativos que não puderem ser resolvidos pelas divisões; e

V - coordenar o preparo de relatórios sobre as atividades desenvolvidas na Direção Técnica de Saúde.

Art. 51. Ao Chefe da Assessoria de Gestão de Material de Saúde (AMS) incumbe:

I - atuar junto às seções clínicas no planejamento anual de aquisição de medicamentos, material permanente de saúde e órtese, prótese e materiais especiais (OPME);

II- orientar os servidores administrativos das seções clínicas, quanto à elaboração de pedidos de aquisição de material (PAM), planos de trabalho, termos de referência e projetos básicos;

III- acompanhar os processos licitatórios relativos aos materiais da área de saúde, providenciando junto às seções clínicas, as alterações ou correções solicitadas pelos setores responsáveis pelo procedimento licitatório;

IV - agilizar junto à Direção Técnica de Saúde e setores envolvidos na aquisição de material de saúde, a tramitação dos pedidos considerados urgentes ou de emergência;

V - controlar o andamento dos processos de aquisição da área de saúde, prestando informações sobre a localização dos processos, estágio em que se encontram, tempo de duração de tramitação nos diversos setores envolvidos no processo de aquisição de material, bem como evitar a paralisação ou conclusão dos mesmos sem o conhecimento da seção clínica interessada;

VI - manter atualizadas as relações de pregões homologados pelo HFA e de pregões homologados por outros órgãos com a participação do HFA;

VII - auxiliar as seções clínicas nas pesquisas de preços para dar maior agilidade nos processos de aquisições;

VIII - cooperar com as atividades desenvolvidas pelas seções de aquisição, pesquisa de preços, licitações e contratos; e

IX - reunir em um único processo de aquisição de material de saúde os pedidos das seções clínicas cujos objetos sejam comuns, visando racionalizar o processo de compra do HFA.

Art. 52. Ao Chefe da Divisão de Arquivo Médico e Estatística incumbe:

I - assessorar o Subdiretor Técnico de Saúde nos assuntos pertinentes à Divisão de Arquivo Médico e Estatística;

II - controlar as agendas médicas e suas respectivas alterações, conforme o caso;

III - controlar e executar as atividades relacionadas ao recebimento, expedição, distribuição e arquivamento da documentação administrativa da divisão;

IV - realizar marcação de consultas;

V - fornecer pareceres e relatórios médicos, cópias de prontuários e transcrições ou resumos de exames de pacientes atendidos em ambulatórios ou internados, de acordo com a rotina estabelecida, observados os preceitos da ética;

VI - organizar e arquivar, em condições especiais e de acordo com a legislação vigente, os documentos que permanecerem sob sua guarda;

VII - providenciar a abertura de prontuários médicos de novos pacientes, bem como o controle e a execução das atividades relacionadas à montagem, à movimentação e ao arquivamento dos prontuários pertencentes aos usuários do HFA;

VIII - manter atualizado o arquivo de prontuários médicos, separando em arquivo intermediário aqueles não movimentados por período superior a cinco anos e os dos pacientes que, por qualquer razão, perderem a qualidade de usuário do HFA;

IX - providenciar a internação dos pacientes cujos pedidos forem feitos pelas diversas clínicas e pelo Serviço de Emergência;

X - informar sobre a localização de pacientes internados e fornecer outros dados e informações;

XI - comunicar baixa e alta de militar da ativa à organização militar a que pertencer, por meio de mensagem direta ou radiograma; e

XII - fornecer declaração de óbito, mediante aviso de óbito, para os casos de pacientes falecidos no HFA.

Art. 53. Ao Chefe da Divisão de Farmácia incumbe:

I - assessorar diretamente o Subdiretor e o Diretor Técnico de Saúde nos assuntos pertinentes à divisão;

II - prestar o apoio logístico de medicamentos, material médico e insumos do laboratório, no âmbito do HFA;

III - manter a qualidade dos serviços farmacêuticos prestados no hospital;

IV - desenvolver a farmacovigilância e assistência farmacêutica, assim como realizar a gestão de recursos humanos, no âmbito da Divisão de Farmácia;

V - supervisionar o padrão técnico desenvolvido pelos setores subordinados;

VI - cooperar nos programas de ensino, treinamento e pesquisa, relativos à área de farmácia;

VII - elaborar estatísticas e relatórios pertinentes aos seus setores;

VIII - zelar pela escrituração, utilização, manutenção e guarda de equipamento, material e medicamento sob a sua responsabilidade;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IX - colaborar com as demais direções, serviços, Ambulatório e Odontoclínica, objetivando proporcionar meios para o desempenho de suas atividades; e

X - disponibilizar, quando pertinente, escala de apoio à Subdivisão de Emergência.

Art. 54. Ao Chefe da Divisão de Medicina incumbe:

I - planejar, coordenar, avaliar, executar e fiscalizar as atividades médico-assistenciais e preventivas com vistas à elevação técnica do padrão profissional do corpo clínico do HFA e ao atendimento médico-cirúrgico geral e especializado de seus pacientes;

II - assessorar diretamente o Diretor Técnico de Saúde e o Comandante Logístico nos assuntos pertinentes à saúde;

III - cooperar nos programas de ensino, treinamento e pesquisa;

IV - colaborar com as demais direções, divisões, assessorias e seções, com a finalidade de proporcionar meios para o desempenho das atividades de saúde;

V - administrar os serviços de sua divisão no que concerne ao pessoal, material, instalação e organização, seguindo as diretrizes do Comandante Logístico do HFA;

VI - responsabilizar-se pelos estudos, pesquisas, trabalhos e serviços afetos à sua divisão, estabelecendo programas e projetos necessários ao seu desenvolvimento;

VII - zelar pela disciplina, fraternidade, moral e organização das diversas subdivisões e seções que compõem a sua divisão;

VIII - zelar pela atualização científica de sua divisão;

IX - coordenar e fiscalizar as atividades de suas subdivisões e seções;

X - distribuir pelas subdivisões e seções o pessoal designado para servir na divisão, de acordo com ordens emanadas da Direção Técnica de Saúde;

XI - manter estreita colaboração com as demais direções e divisões;

XII - cumprir e fazer cumprir o trâmite de expedientes e a apresentação de problemas à autoridade superior, mediante o escalonamento hierárquico-administrativo da respectiva direção;

XIII - preparar relatórios e dados estatísticos das atividades de sua divisão e apresentá-los ao Diretor Técnico de Saúde;

XIV - exercer as atribuições previstas na legislação, inclusive nos regulamentos e nas normas vigentes, no que for aplicável à Divisão de Medicina;

XV - cumprir e fazer cumprir o disposto na legislação civil e militar, nos vários aspectos da organização do HFA;

XVI - manter-se atualizado quanto à legislação e outros documentos do HFA;

XVII - coordenar e desenvolver as atividades da sua divisão, elaborando planos e projetos a serem submetidos ao Diretor ou aos conselhos; e

XVIII - estabelecer ligação diária com a direção, cumprir o trâmite de expedientes e a apresentação de problemas, via canal hierárquico-administrativo.

Art. 55. Ao Chefe da Divisão de Enfermagem incumbe:

I - promover a assistência de enfermagem cuja previsão, organização e administração de recursos estejam voltadas para a prestação de cuidados aos pacientes, de modo sistematizado, respeitando os preceitos éticos e legais da profissão;

II - promover a assistência de enfermagem fundamentada pelo conhecimento científico e visão holística do ser humano;

III - promover trabalho em equipe em ambiente de harmonia;

IV - coordenar, supervisionar e controlar as atividades de enfermagem, de caráter técnico, científico e administrativo, desenvolvidas pela divisão;

V - colaborar no planejamento e implementação de atividades assistenciais, científicas e educacionais, no âmbito da divisão;

VI - estabelecer diretrizes para a formulação de modelos para assistência integral de enfermagem, com base nos preceitos éticos, princípios científicos e disposições legais vigentes;

VII - estabelecer sistemas de avaliação que assegurem a determinação da qualidade da assistência de enfermagem e do desempenho funcional dos servidores civis e militares lotado na divisão;

VIII - indicar as necessidades de recursos humanos em todas as categorias e funções técnicas e administrativas, nas áreas de atuação da enfermagem, de forma a assegurar a continuidade da assistência;

IX - fixar diretrizes e exercer o controle referente aos recursos humanos da enfermagem, utilizados nas áreas de atendimentos intra e interdivisionais;

X - propiciar facilidades e manter as condições exigidas para implementação de programas de treinamento em serviço e de educação continuada na área de enfermagem;

XI - constituir comissões de caráter transitório ou permanente, para estudos e trabalhos que se fizerem necessários, relativas à área de enfermagem;

XII - sugerir participantes civis e militares para cursos, estágios, conclaves e outros;

XIII - propiciar facilidades e apoio logístico aos programas de pesquisa e colaborar na sua implementação;

XIV - gerir nas áreas de atuação da enfermagem, os recursos materiais, equipamentos e aparelhos, assim como os mecanismos para conservação e controle;

XV - realizar a revisão e a atualização dos instrumentos administrativos e técnicos, assim como as rotinas operacionais ligadas ao funcionamento dos serviços da divisão;

XVI - sugerir ao Diretor Técnico de Saúde a indicação dos chefes de subdivisão e chefes de seção;

XVII - participar do dimensionamento de pessoal para admissão dos servidores da divisão, nas diferentes categorias funcionais;

XVIII - elaborar as escalas de serviço de rotina e as especiais da sua área de atuação, sempre que se fizer necessário;

XIX - zelar pela observância de princípios éticos nas áreas de atuação da divisão;

XX - praticar, no que couber, atos relacionados à lotação e remanejamento de servidores civis e militares sob sua responsabilidade, assim como outras medidas administrativas, excetuando-se as de caráter disciplinar;

XXI - elaborar o ciclo de metas anual a ser desenvolvido pela divisão e seções subordinadas;

XXII - realizar avaliações periódicas dos chefes de subdivisão e chefes de seção, sendo servidores civis ou militares;

XXIII - participar do processo seletivo de estágios em enfermagem; e

XXIV - realizar a atualização, sempre que necessário, dos processos operacionais padrão (POP) das atividades relacionadas à Divisão de Enfermagem.

Art. 56. Ao Chefe da Divisão de Assistência à Saúde incumbe:

I - assistir diretamente o Diretor Técnico de Saúde no exercício de suas atribuições;

II - supervisionar as atividades desenvolvidas pelas subdivisões subordinadas;

III - gerenciar os pedidos de capacitação de sua divisão;

IV - cooperar nos programas de ensino, treinamento e pesquisa por intermédio de suas subdivisões;

V - zelar pela disciplina, fraternidade, moral e organização de sua divisão;

VI - indicar as necessidades de recursos humanos em todas as categorias, funções técnicas e administrativas de sua divisão e de suas subdivisões;

VII - distribuir pelas suas subdivisões o pessoal designado, em comum acordo o Diretor Técnico de Saúde;

VIII - sugerir ao Diretor Técnico de Saúde a indicação dos chefes de suas subdivisões;

IX - planejar, coordenar e controlar as atividades de sua divisão, estabelecendo diretrizes para o seu funcionamento com a máxima eficiência; e

X - elaborar os relatórios e dados estatísticos referentes à sua divisão.

Art. 57. Ao Chefe da Divisão de Odontologia incumbe:

I - coordenar a assistência odontológica prestada aos usuários do HFA nas especialidades reconhecidas pelo Conselho Federal de Odontologia, sob a forma ambulatorial ou hospitalar;

II - planejar, executar, monitorar e controlar as atividades das especialidades odontológicas realizadas no HFA;

III - cooperar nos programas de ensino, treinamento e pesquisa;

IV - colaborar com as demais direções, assessorias, divisões e seções, com o fim de proporcionar meios para desempenho de suas atividades;

V - assessorar o Comandante Logístico, o Diretor Técnico de Saúde e o Diretor Técnico de Ensino Pesquisa nos assuntos pertinentes à divisão;

VI - colaborar com as demais divisões, unidades e serviços, com o fim de proporcionar meios para o desempenho de suas atividades; e

VII - solicitar, no ano anterior, material de consumo e equipamentos utilizados exclusivamente na divisão, inclusive órteses, próteses e materiais especiais (OPME), conforme planejamento e calendário apresentado em ordem de serviço, expedida anualmente pelo Comandante Logístico, que trata sobre compras e contratações no âmbito do HFA.

Art. 58. Ao Chefe da Divisão de Perícias Médicas incumbe:

I - realizar o planejamento, supervisão, auditagem, orientação, coordenação e controle das atividades médico-periciais e sanitárias dos militares e servidores civis do HFA;

II - planejar e propor normas e protocolos setoriais para a prevenção de acidentes do trabalho, riscos ambientais e demais atividades relativas à segurança do trabalho, assim como fiscalizar o seu fiel cumprimento;

III - inspecionar e fiscalizar os diversos setores, avaliando as condições de risco;

IV - coordenar programas e comissões afetas às atividades de saúde e segurança do trabalhador;

V - coordenar as atividades do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho;

VI - coordenar a implantação das medidas para a melhoria das condições ambientais e o cumprimento da legislação pertinente, visando à preservação da saúde dos militares e servidores civis do HFA;

VII - elaborar e executar projetos de normas e sistemas para programas de segurança do trabalho, desenvolvendo estudos e estabelecendo métodos e técnicas para prevenir acidentes de trabalho e doenças decorrentes da atividade profissional; e

VIII - realizar despachos decisórios de requerimentos de servidores civis, lotados no HFA, que pleiteiam apresentar atestados médicos que não foram homologados em tempo oportuno.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 59. A função de ordenador de despesas será exercida por militar designado pelo Comandante Logístico do HFA, dentro do seu quadro de pessoal, e suas atribuições serão regulamentadas em ato interno do HFA.

Art. 60. Os cargos de chefes de divisão e assessores serão ocupados por oficiais superiores ou intermediários das Forças Armadas, da ativa ou da reserva.

Art. 61. O Gabinete de Crise será acionado conforme a necessidade e constituído pelo Comandante Logístico do HFA, que o presidirá, pelos Diretores Técnicos de Ensino e Pesquisa e de Saúde, Chefe de Gabinete do Comando Logístico, chefes das divisões diretamente subordinadas ao Comando Logístico, pelos Assessores de Inteligência, de Comunicação Social, Técnico, de Segurança e demais convocados de acordo com a pauta a ser discutida.

Art. 62. O Comandante Logístico do HFA poderá designar comissões permanentes e transitórias, com a definição de atribuições, constituição e subordinação, que serão regulamentadas por ato interno do HFA.

Art. 63. O Comandante Logístico do HFA poderá, sem aumento de despesa, dispor sobre o funcionamento de unidades operacionais de nível hierárquico inferior ao daquelas já previstas neste Regimento Interno, considerando a necessidade do atendimento ao usuário e visando à atualização do hospital.

Art. 64. A Direção Técnica de Saúde, por meio de suas divisões, mobilizará o pessoal necessário para compor o Corpo Clínico da Subdivisão de Emergência, em regime de escala.

Art. 65. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão dirimidas pelo Comandante Logístico do HFA, no limite de suas atribuições.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 8 DE MARÇO DE 2018

Processo nº: 23000.014491/2017-28
Interessado: FACULDADE DE ENFERMAGEM NOVA ESPERANÇA DE MOSSORÓ - FACENE / RN
Assunto: Anulação de ato administrativo

DECISÃO: Vistos os autos do Processo em referência e com fulcro no Parecer nº 00195/2018/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 23 de fevereiro de 2018, aprovado pelo Despacho nº 00453/2018/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 1º de março de 2018, ambos da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação - CONJUR-MEC, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conheço do pedido interposto pela Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró - FACENE/RN, mantida pela Escola de Enfermagem Nova Esperança Ltda., para determinar a anulação da decisão proferida pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, que determinou o arquivamento do Processo e-MEC nº 201210355, bem como de todas as decisões administrativas posteriores que reanalisaram o caso, restabelecendo a tramitação do Processo e-MEC nº 201210355, com aproveitamento dos atos processuais já praticados.

MENDONÇA FILHO
Ministro

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 115, DE 8 DE MARÇO DE 2018

A Pró-Reitora de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor substituto nº 23109.00000086/2018-03; resolve:

Art. 1º. Homologar o resultado final da Seleção Simplificada de que trata o Edital PROAD nº 001/2018, realizado para a contratação de professor substituto, Área: Sistemas Hidráulicos e Pneumáticos e Mecânica dos Fluidos, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Cláudio Márcio Santana e Caio César de Souza Pereira. Art. 2º A seleção de que trata a presente Portaria terá validade de 01 (um) ano, contada a partir da publicação desta no Diário Oficial da União/DOU

GISLAINE SANTANA

PORTARIA Nº 116, DE 8 DE MARÇO DE 2018

A Pró-Reitora de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor substituto nº 23109.00000838/2018-28; resolve:

Art. 1º. Homologar o resultado final da Seleção Simplificada de que trata o Edital PROAD nº 010/2018, realizado para a contratação de professor substituto, Área: Ginecologia e Obstetrícia, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Simone Floresta Leal e Marcella Barbosa Sampaio Tropia Pinheiro. Art. 2º A seleção de que trata a presente Portaria terá validade de 01 (um) ano, contada a partir da publicação desta no Diário Oficial da União/DOU.

GISLAINE SANTANA

PORTARIA Nº 116, DE 8 DE MARÇO DE 2018

A Pró-Reitora de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor substituto nº 23109.00000838/2018-28; resolve:

Art. 1º. Homologar o resultado final da Seleção Simplificada de que trata o Edital PROAD nº 010/2018, realizado para a contratação de professor substituto, Área: Ginecologia e Obstetrícia, em que foram aprovados, pela ordem de classificação, os candidatos Simone Floresta Leal e Marcella Barbosa Sampaio Tropia Pinheiro. Art. 2º A seleção de que trata a presente Portaria terá validade de 01 (um) ano, contada a partir da publicação desta no Diário Oficial da União/DOU.

GISLAINE SANTANA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

COLÉGIO TÉCNICO DE TERESINA

PORTARIA Nº 8, DE 7 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO COLÉGIO TÉCNICO DE TERESINA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o Edital Nº. 002/2017 - CTT de 26 de dezembro de 2017,publicado no DOU de 29 de dezembro de 2018, Seção 3, nº 249, pág.48/49, Processo Nº. 23111.036181/2017-15 e as Leis Nº. 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/03, publicadas em 10/12/93, 27/10/93 e 15/05/03,respectivamente, resolve:

Homologar o resultado final do Processo Seletivo, para a contratação de Professor Substituto, Regime de Tempo Integral TI-40 (horas semanais) do Colégio Técnico de Teresina, na cidade de Teresina-PI. ÁREA DE ENFERMAGEM Habilitando os seguintes candidatos: FRANCISCO BRAZ MILANEZ OLIVEIRA (1° colocado) SARA MACHADO DE MIRANDA (2ª colocada), LISSANDRA CHAVES DE SOUSA SANTOS (3ª colocada), CAIQUE VELOSO (4º colocado), BRAULIO VIEIRA DE SOUSA BORGES (5º colocado), FLÁVIA DANIELLI MARTINS LIMA (6ª colocada), DAVID BERNAR OLIVEIRA GUIMARÃES (7º colocado) , GUSTAVO DE MOURA LEÃO (8º colocado), FLÁVIA DAYANA RIBEIRO DA SILVEIRA (9º colocada) e LAYANE MAYARA GOMES CASTELO BRANCO (10ª colocada) e classificando para contratação o primeiro e segundo colocados.

JOSÉ BENTO DE CARVALHO REIS

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 245, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.013975/2017-82; resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Odontologia/Campus Universitário Prof. Antônio Garcia Filho, objeto do Edital nº. 021/2017, publicado no D.O.U. em 07/11/2017 e no Correio de Sergipe em 08/11/2017, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Habilidades Pré-Clínicas I, Clínica Odontológica I, Clínica Odontológica Reabilitadora I e II
Disciplinas	Habilidades Pré-Clínicas I, Clínica Odontológica I, Clínica Odontológica Reabilitadora I e II
Cargo/Nível	Professor Adjunto-A - Nível I
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Resultado Final	
Ampla Concorrência	1º LUGAR: MARCIO LUIZ LIMA TAGA - 60,40
Cotas(Lei nº 12.990/14)	Nenhum candidato aprovado
Cotas (Decreto nº 3.298/99)	Nenhum candidato aprovado

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

PORTARIA Nº 252, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.018527/2017-75; resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Comunicação Social/ Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, objeto do Edital nº. 021/2017, publicado no D.O.U. em 07/11/2017 e no Correio de Sergipe em 08/11/2017, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Produção do Jornalismo Audiovisual
Disciplinas	Laboratório Integrado 2, Jornalismo Sonoro, Produção do Jornalismo Audiovisual e Fundamentos do Jornalismo Audiovisual
Cargo/Nível	Professor Adjunto-A - Nível I
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Resultado Final	
Ampla Concorrência	1º LUGAR: VITOR CURVELO FONTES BELÉM - 80,01 2º LUGAR: MAÍRA CARNEIRO BITTENCOURT MAIA -73,56 3º LUGAR: KARLIANE MACEDO NUNES - 63,12 4º LUGAR: VALÉRIA MARIA SAMPAIO VILAS BÔAS ARAÚJO - 58,71
Cotas (Lei nº 12.990/14)	Nenhum candidato aprovado
Cotas (Decreto nº 3.298/99)	Nenhum candidato aprovado

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI
Reitor

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO

CAMPUS SÃO VICENTE

PORTARIA Nº 2.344, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

A REITORA SUBSTITUTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, designada pela Portaria IFMT nº 877, de 20.04.2017, publicada no DOU em 25.04.2017, e considerando os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade nº 23188.019986/2016-11; resolve:

Art. 1º Aplicar sanção à empresa FRANÇA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.371.682/0001-28, com aplicação de multa administrativa de R$ 3.014,60 (Três Mil e Quatorze Reais e Sessenta Centavos), e suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com o IFMT por 24 (vinte) meses, a contar do registro no SICAF, com base prevista no art. 87º, inc. III, da lei nº 8.666/93.

Art. 2º A aplicação da sanção se dá em razão de a contratada descumprir com as suas obrigações contratuais, em especial, pelos constantes atrasos no pagamento de salário e encargos trabalhistas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GLÁUCIA MARA DE BARROS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO

CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 8 DE MARÇO DE 2018

A Presidenta do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, no uso de suas atribuições legais, resolve, "ad referendum".

Art. 1º EXTINGUIR o Setor de Governança em Tecnologias de Informação - SGovTI da Diretoria de Gestão em Tecnologias da Informação - DGTI do organograma da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - IF Sertão-PE.

Art. 2º EXTINGUIR a Coordenação de Planejamento e Informação Institucional - CPII (FG1) do Organograma da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODI da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - IF Sertão-PE.

Art. 3º INCLUIR a Coordenação de Governança e Desenvolvimento Institucional - CGovDI (FG-1) no Organograma da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - IF Sertão-PE.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 8 DE MARÇO DE 2018

A Presidenta do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, no uso de suas atribuições legais, resolve, ´´ad referendum``.

Art. 1º ALTERAR a Resolução nº 23 de 31 de julho de 2017, publicado no D.O.U. de 01 de agosto de 2017, seção 1, página 16, que dispõe sobre o Organograma da Reitoria do IF SERTÃO-PE, incluindo na estrutura organizacional do Departamento de Administração de Pessoas (DepAP) a Coordenação de Movimentação e Provimento de Pessoas (FG-4).

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

MARIA LEOPOLDINA VERAS CAMELO

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 149, DE 7 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201409648	PSICOLOGIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNINABUCO JANGA	SER EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA DOUTOR CLÁUDIO JOSÉ GUEIROS LEITE, 2939, JANGA, PAULISTA/PE
2.	201414372	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GUANAMBI	CESG - CENTRO DE EDUCACAO SUPERIOR DE GUANAMBI LTDA	AVENIDA GOVERNADOR NILO COELHO, 4911, SÃO SEBASTIÃO, GUANAMBI/BA
3.	201502057	PSICOLOGIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO JOAQUIM NABUCO DE RECIFE	SER EDUCACIONAL S.A.	AV. GUARARAPES, 203, SANTO ANTÔNIO, RECIFE/PE
4.	201505437	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DO PARA	RODOVIA BR 316, KM 3, GUANABARA, ANANINDEUA/PA
5.	201505516	PSICOLOGIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS	SOCIEDADE DE EDUCACAO RITTER DOS REIS LTDA.	RUA SANTOS DUMONT, 888, NITEROI, CANOAS/RS
6.	201505610	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	200 (duzentas)	FOCCA - FACULDADE DE OLINDA	ASSOCIACAO OLINDENSE DOM VITAL DE ENSINO SUPERIOR	AVENIDA CHICO SCIENCE, 200, BULTRINS, OLINDA/PE
7.	201505975	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	75 (setenta e cinco)	UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	RUA WASHINGTON LUIZ, 863, VILA PARANAGUÁ, PARANAGUÁ/PR
8.	201601303	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNINASSAU PETROLINA	SER EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA CORONEL CLEMENTINO COELHO, 714, ATRÁS DA BANCA, PETROLINA/PE
9.	201607192	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNINASSAU CABO	SER EDUCACIONAL S.A.	RODOVIA PE-37, 85, LT 1BC1 QD C, PIRAPAMA, CABO DE SANTO AGOSTINHO/PE
10.	201709022	FARMÁCIA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADES INTEGRADAS DO CEARÁ	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR BELCHIOR LTDA	RUA JULIO CAVALCANTE, 34, EM FRENTE AO PARQUE DE EXPOSIÇÕES, AREIAS I, IGUATU/CE
11.	201711625	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ANHANGUERA DE TABOÃO DA SERRA	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RODOVIA REGIS BITTENCOURT, 199, CENTRO, TABOÃO DA SERRA/SP
12.	201711746	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE ANHANGUERA DE OSASCO	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA DOS AUTONOMISTAS, 1325, VILA CAMPESINA, OSASCO/SP
13.	201712260	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIDEVRY FBV	FBV - FACULDADE BOA VIAGEM S.A.	AVENIDA JEAN EMILE FAVRE, 422, IMBIRIBEIRA, RECIFE/PE
14.	201712620	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	ASSOCIACAO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	AVENIDA DOM JAIME DE BARROS CÂMARA, 90, PLANALTO, SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
15.	201712718	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE RUY BARBOSA	ABEP - ACADEMIA BAIANA DE ENSINO PESQUISA E EXTENSAO LTDA	AVENIDA LUÍS VIANA, 3230, PARALELA, IMBUÍ, SALVADOR/BA
16.	201712737	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI	AVENIDA CELSO JOAQUIM DA SILVA - RODOVIA SC 407 KM 4, S/N, SERTÃO DO MARUIM, SÃO JOSÉ/SC
17.	201713259	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	65 (sessenta e cinco)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO	LICEU CORACAO DE JESUS	RUA DOM HENRIQUE MOURÃO, 201, SANTA TEREZINHA, SÃO PAULO/SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

18.	201713296	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE SÃO FRANCISCO DE BARREIRAS - FASB	INSTITUTO AVANCADO DE ENSINO SUPERIOR DE BARREIRAS - IAESB	AVENIDA SÃO DESIDÉRIO, 2440, RIBEIRÃO, BARREIRAS/BA
19.	201713314	HISTÓRIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA	INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA	RODOVIA DO AÇÚCAR, S/N, KM 156, TAQUARAL, PIRACICABA/SP
20.	201713390	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA	INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA	RODOVIA DO AÇÚCAR, S/N, KM 156, TAQUARAL, PIRACICABA/SP
21.	201713391	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA	INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA	RODOVIA DO AÇÚCAR, S/N, KM 156, TAQUARAL, PIRACICABA/SP

PORTARIA Nº 150, DE 7 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam indeferidos os pedidos de autorização dos cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

(Indeferimento do pedido de Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201102335	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE ZUMBI DOS PALMARES	INSTITUTO AFROBRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR	AVENIDA SANTOS DUMONT, 843, PONTE PEQUENA, SÃO PAULO/SP
2.	201209727	LOGÍSTICA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZÔNIA	ASSOCIACAO OBJETIVO DE ENSINO SUPERIOR - ASSOBES	AVENIDA JOSE TUPINAMBA DE ALMEIDA, 1.202, LAGUINHO, MACAPÁ/AP
3.	201303093	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR DE CAMPINAS	SOCIEDADE DE EDUCACAO E CULTURA RAPHAEL DI SANTO LTDA - EPP	RUA ANTÔNIO FERREIRA LARANJA, 57, JARDIM GARCÍA, CAMPINAS/SP
4.	201355065	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA INFORMÁTICA	CENFOR - CENTRO PRIVADO DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE FORTALEZA LTDA	RUA D. LEOPOLDINA, 912, ALDEOTA, FORTALEZA/CE
5.	201403017	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE MATO GROSSO	ASSOCIACAO OBJETIVO DE ENSINO SUPERIOR - ASSOBES	RUA OSWALDO DA SILVA CORREIA, 621, SANTA MARTA, CUIABÁ/MT
6.	201403200	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE PIRACANJUBA	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE PIRACANJUBA EIRELI	AVENIDA AMYM DAHER, S/N, ESQUINA C/ ROD. GO-217, SETOR NORTE, PIRACANJUBA/GO
7.	201409317	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	60 (sessenta)	FACULDADES INTEGRADAS IPEP	INSTITUTO PAULISTA DE ENSINO E PESQUISA-IPEP	RUA JOSÉ DE ALENCAR, 430, CENTRO, CAMPINAS/SP
8.	201413892	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES	CINTEP - CENTRO INTEGRADO DE TECNOLOGIA E PESQUISA LTDA - ME	AVENIDA ADNO MUSSER, 2360, BR 367, MIRANTE CARAVELAS, PORTO SEGURO/BA
9.	201504985	PSICOLOGIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE EDUCACIONAL DE PONTA GROSSA	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	RUA TIBÚRCIO PEDRO FERREIRA, 55, CENTRO, PONTA GROSSA/PR
10.	201506731	BIOMEDICINA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE SÃO SALVADOR	SEEB - SOCIEDADE DE ESTUDOS EMPRESARIAIS AVANCADOS DA BAHIA LTDA	RUA PROFESSORA GUIOMAR FLORENCE, 191, 191 E 192 PARQUE BELA VISTA LOTES 3 A 6 QUADRA G, BROTAS, SALVADOR/BA
11.	201602070	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS,EXATAS E DA SAÚDE DO PIAUÍ	INSTITUTO DE EDUCACAO SUPERIOR DO VALE DO PARNAIBA LTDA.	RODOVIA BR-343, S/N, SABIAZAL, PARNAÍBA/PI
12.	201603264	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ESTÁCIO DO AMAZONAS - ESTÁCIO AMAZONAS	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO AMAZONAS LTDA	AVENIDA DJALMA BATISTA, 122, - DE 436/437 AO FIM, CHAPADA, MANAUS/AM
13.	201603516	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE DE DIREITO DE ALTA FLORESTA	IENOMAT-INSTITUTO EDUCACIONAL DO NORTE DE MATO GROSSO	AVENIDA LEANDRO ADORNO, S/N, CAIXA POSTAL 431, CENTRO, ALTA FLORESTA/MT
14.	201607182	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE INHUMAS - FAC-MAIS	CENTRO DE EDUCACAO SUPERIOR DE INHUMAS - EPP	AVENIDA MONTE ALEGRE, 100, QUADRA 3, LOTES 11 A 37, MONTE ALEGRE, INHUMAS/GO
15.	201702749	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS AGGEU MAGALHÃES	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SERRA TALHADA LIMITADA - EPP	AVENIDA AFONSO MAGALHÃES, 354, BLOCO I, CENTRO, SERRA TALHADA/PE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA N° 151, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, considerando o disposto no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, considerando as determinações contidas na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, na Portaria Normativa nº 7, de 24 de março de 2017, alterada pela Portaria Normativa nº 13, de 20 de julho de 2017, o Parecer SERES/DISUP/CGMES, e os termos do que consta do Processo e-MEC n° 201715338, referente à proposta selecionada pelo Edital nº 6/2014/SERES/MEC, do Ministério da Educação, e nos demais normativos aplicáveis, resolve:

Art.1° Fica autorizado o curso de Medicina (cód. e-MEC 1408508), bacharelado, com 50 (cinquenta) vagas totais anuais e prazo mínimo para integralização de 6 (seis) anos, a ser ministrado à Rua Germano Stricker, n° 555, Bairro Tifa Monos, no município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, pela Faculdade Estácio de Jaraguá do Sul (cód. e-MEC 22191), mantida pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá (cód. e-MEC 119), com sede à Rua do Bispo, n° 83, Bairro Rio Comprido, no município do Rio de Janeiro/RJ.

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado no endereço citado neste artigo.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 152, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, na Portaria Normativa nº 18, de 7 de dezembro de 2017, e no Edital nº 2, de 7 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica divulgada a relação de municípios selecionados no âmbito do Edital nº 2, de 7 de dezembro de 2017, de chamamento público para implantação e funcionamento de curso de graduação em Medicina por instituição de educação superior privada.

§ 1º Os municípios relacionados no Anexo I deverão celebrar Termo de Compromisso com a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, conforme disposto no item 9 do Edital nº 2, de 2017, para efetivar sua inclusão em edital de chamamento público objetivando a seleção de mantenedoras para autorização de funcionamento de curso de graduação em Medicina.

§ 2º Para assinatura do Termo de Compromisso de que trata o parágrafo anterior, o dirigente municipal e o gestor local do Sistema Único de Saúde - SUS dos municípios selecionados pelo Edital nº 2, de 2017, deverão comparecer ao Ministério da Educação, na SERES, no período de 13 a 22 de março de 2018, no horário das 14 às 17h.

Art. 2º As respostas aos recursos apresentados em face do resultado final do Edital nº 2, de 2017, estarão disponíveis para os municípios no Sistema de Monitoramento, Execução e Controle do MEC - SIMEC, no endereço simec.mec.gov.br, a partir do dia 13 de março de 2018.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO - MUNICÍPIOS SELECIONADOS

IBGE	MUNICÍPIO	UF
1200203	Cruzeiro do Sul	AC
1303403	Parintins	AM
1301902	Itacoatiara	AM
1302504	Manacapuru	AM
1501709	Bragança	PA
1500107	Abaetetuba	PA
1502103	Cametá	PA
1502400	Castanhal	PA
1100122	Ji-Paraná	RO
5006606	Ponta Porã	MS
5003207	Corumbá	MS
5107925	Sorriso	MT
2914604	Irecê	BA
2925303	Porto Seguro	BA
2932903	Valença	BA
2904605	Brumado	BA
2305506	Iguatu	CE
2302800	Canindé	CE
2306405	Itapipoca	CE
2311306	Quixadá	CE
2103307	Codó	MA
2109908	Santa Inês	MA
2101202	Bacabal	MA
2100055	Açailândia	MA
2601201	Arcoverde	PE
2606200	Goiana	PE
2601102	Araripina	PE
2802106	Estância	SE

DESPACHO Nº 12, DE 8 MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a aplicação da penalidade de descredenciamento à Escola Superior de Relações Públicas - ESURP (código e-MEC nº 408), mantida pelo Centro de Relações Públicas de Pernambuco (código e-MEC nº 282), e a desativação de seus cursos. Processo administrativo de supervisão nº 23709.000226/2016-12.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14/03/2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15/12/2006 e a Portaria nº 22, de 21/12/2017, adotando os fundamentos expressos na Nota Técnica nº 2/2018/CGSO-TÉCNICOS/DISUP/SERES, determina:

I-A aplicação da penalidade de descredenciamento à Escola Superior de Relações Públicas - ESURP (código e-MEC nº 408), mantida pelo Centro de Relações Públicas de Pernambuco (código e-MEC nº 282), e a desativação de seus cursos, nos termos do art. 73, inciso II, alínea d, do Decreto nº 9.235 de 2017.

II-O cumprimento, por parte do Centro de Relações Públicas de Pernambuco (código e-MEC nº 282), das seguintes obrigações, nos termos do art. 57 do Decreto nº 9.235, de 2017 e da Portaria nº 22, de 2017.

a.vedação de ingresso de novos estudantes; e

b.entrega de registros e documentos acadêmicos aos estudantes no prazo máximo de seis meses.

III-A responsabilização do Centro de Relações Públicas de Pernambuco (código e-MEC nº 282) pela guarda e gestão do acervo acadêmico da Escola Superior de Relações Públicas - ESURP (código e-MEC nº 408), nos termos do art. 58 do Decreto nº 9.235, de 2017, respondendo o seu representante legal, nos termos da legislação civil e penal, inclusive nas hipóteses de negligência ou da utilização fraudulenta do acervo.

IV-Na hipótese de transferência da responsabilidade pela guarda e gestão do acervo acadêmico a outra IES devidamente credenciada, o Centro de Relações Públicas de Pernambuco (código e-MEC nº 282) deverá encaminhar a esta Secretaria termo de transferência e aceite por parte da IES receptora, na pessoa de seu representante legal, que será integralmente responsável pela guarda dos documentos e registros acadêmicos dos estudantes e dos cursos ofertados pelo Centro de Relações Públicas de Pernambuco (código e-MEC nº 282), nos termos nos termos do art. 58 do Decreto nº 9.235, de 2017, e da Portaria nº 22, de 2017.

V-O encaminhamento, a esta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - Seres, pelo Centro de Relações Públicas de Pernambuco (código e-MEC nº 282), no prazo de até trinta dias, de informação sobre a localização do acervo acadêmico, a qual deverá constar em seu sítio eletrônico, nos termos da Portaria nº 22, de 2017.

VI-A identificação e o cancelamento imediato, pela Escola Superior de Relações Públicas - ESURP (código e-MEC nº 408), mantida pelo Centro de Relações Públicas de Pernambuco (código e-MEC nº 282), de eventuais diplomas expedidos de cuja análise fique evidenciada a sua irregularidade a partir da identificação de uma das seguintes situações, entre outras, que violem o marco regulatório educacional:

a.oferta de educação superior sem o devido ato autorizativo;

b.oferta de educação superior em desconformidade com os atos autorizativos da IES, entre eles o quantitativo de vagas autorizadas para os seus cursos de graduação e o local autorizado para a oferta;

c.terceirização de atividade finalística educacional, sob quaisquer designações, incluindo cursos livres equivocadamente caracterizados como de extensão, na oferta de educação superior;

d.convalidação ou aproveitamento irregular de estudos ofertados por instituições credenciadas ou não para a oferta de educação superior, sob quaisquer denominações, incluindo cursos livres equivocadamente caracterizados como de extensão, para acesso à educação superior;

e.diplomação de estudantes cuja formação tenha ocorrido em desconformidade com a legislação educacional;

f.expedição de diplomas de alunos não declarados no Censo da Educação Superior.

VII-A publicização, pela Escola Superior de Relações Públicas - ESURP (código e-MEC nº 408), mantida pelo Centro de Relações Públicas de Pernambuco (código e-MEC nº 282), no prazo de trinta dias a partir da publicação deste Despacho, da lista de eventuais diplomas cancelados com nome, curso, e CPF do discentes no Diário Oficial da União, em jornal local de grande circulação e no sítio eletrônico da IES, devendo tal informação estar disponível em sua página principal pelo período mínimo de doze meses, e o encaminhamento ao MEC, no mesmo prazo de trinta dias, de comprovação do cumprimento desta medida.

VIII-Serão considerados regulares apenas os diplomas expedidos e registrados em nome de estudantes que tenham concluído cursos de graduação na IES até o ano de 2015, sendo que, para os alunos que tenham concluído seus estudos no período de 2011 a 2015, serão considerados regulares apenas os que tenham sido devidamente declarados ao Censo da Educação Superior.

IX-A publicização, pela Escola Superior de Relações Públicas - ESURP (código e-MEC nº 408), mantida pelo Centro de Relações Públicas de Pernambuco (código e-MEC nº 282), de forma ostensiva e permanente em seu sítio eletrônico pelo período mínimo de doze meses, e em jornal de grande circulação, de preferência local, no mínimo por três vezes, da íntegra deste Despacho.

X-A notificação da Escola Superior de Relações Públicas - ESURP (código e-MEC nº 408), e de sua mantenedora, o Centro de Relações Públicas de Pernambuco (código e-MEC nº 282), da presente decisão e da possibilidade de apresentação de recurso, no prazo de trinta dias, à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação - CNE, nos termos do art. 75 do Decreto nº 9.235, de 2017.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 325, DE 8 DE MARÇO DE 2018

A Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no uso de suas atribuições, resolve:

RETIFICAR a Portaria de homologação nº 227, de 16/02/2018, DOU de 19/02/2017, seção 1, página 18, nos seguintes termos:

No item 1.2.2, referente à Seleção 19 - Departamento de Nutrição, onde se lê: "DAMINA DINIZ ROSA"; leia-se: "DAMIANA DINIZ ROSA".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KÁTIA MARIA SILVA DE OLIVEIRA E CASTRO
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 16, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Art. 1º Alterar o título (nome de fantasia) do estabelecimento de CNPJ nº 17.217.985/0059-20 - CENTRO CULTURAL DA UFMG para DIRETORIA DE AÇÃO CULTURAL DA UFMG.

Art. 2° Estabelecer que o Código Principal da Classificação Nacional de Atividade Econômica do CNPJ nº 17.217.985/0059-20 - Diretoria de Ação Cultural da UFMG será: 84.11.6/00 - Administração Pública em Geral.

Art. 3º Estabelecer que os Códigos Secundários da Classificação Nacional de Atividade Econômica do CNPJ nº 17.217.985/0059-20 - Diretoria de Ação Cultural da UFMG serão: 9001-9 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares; 9003-5 - Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas; 8592-9 - Ensino de arte e cultura; 8550-3 - Atividades de apoio à educação.

Art. 4° Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

JAIME ARTURO RAMÍREZ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 313, DE 8 DE MARÇO DE 2018

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

ALTERAR a Portaria nº 490/2015-GR, de 08 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 09/04/2015, que aprovou a Estrutura Organizacional do Departamento de Economia - DECON, permanecendo os demais termos inalterados:

Onde se lê:

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO DECON	
S/FG	Diretoria do Departamento de Economia
S/FG	Secretaria do Departamento de Economia
S/FG	Apoio Didático do Departamento de Economia

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO DECON	
FG-01	Diretoria do Departamento de Economia
S/FG	Secretaria do Departamento de Economia
S/FG	Apoio Didático do Departamento de Economia

Leia-se:

MARIA JOSÉ DE SENA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 184, DE 8 DE MARÇO DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.001210/2018-13 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Estudos Especializados em Educação - EED/CED. instituído pelo Edital nº 08/DDP/PRODEGESP/2018, de 25 de janeiro de 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 19, Seção 3, de 26/01/2018.

Área/Subárea de conhecimento: História e Sociologia da Educação

Áreas afins: Educação

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Rodrigo Rosa da Silva	9,30
2º	Kamille Vaz	7,66
3º	Valdirene Soares Machado	7,04

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

PORTARIA N° 184, DE 8 DE MARÇO DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.006424/2018-78 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Colégio de Aplicação - CA/CED, instituído pelo Edital nº 17/DDP/PRODEGESP/2018, de 15 de fevereiro de 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 32, Seção 3, de 16/02/2018.

Área/Subárea de conhecimento: Educação Física.

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Ecléa Vanessa Canei Baccin	9,61
2º	Eduardo José Dallegrave	8,71
3º	Marcelo Braz Vieira	8,38
4º	Marina Neves Felippe	7,45
5º	Eduardo Marcel Fernandes Nascimento	7,40
6º	Kamila Silva Gomes	7,28
7º	Eduardo Bernardes Geremias	7,03

ELIETE WARKEN BAHIA COSTA

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Na portaria GMF nº 80, de 06 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 08 de março de 2018, Seção 1, página 31, onde se lê: "... Ministro de Estado da Fazenda..." leia-se: "... Ministro de Estado da Fazenda, Substituto ..."

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA COLEGIADA

CIRCULAR Nº 3.880, DE 7 DE MARÇO DE 2018

Revoga as Circulares ns. 3.318, de 31 de março de 2006, e 3.455, de 22 de maio de 2009, que dispõem sobre o fornecimento de informações e a metodologia para a apuração da Taxa Básica Financeira (TBF) e da Taxa Referencial (TR).

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 7 de março de 2018, com base nos arts. 9º, 10, inciso IX, e 37 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, resolve:

Art. 1º Ficam revogadas as Circulares ns. 3.318, de 31 de março de 2006, e 3.455, de 22 de maio de 2009.

Art. 2º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO
Diretor de Regulação

CARLOS VIANA DE CARVALHO
Diretor de Política Econômica

CIRCULAR Nº 3.881, DE 7 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a implementação de instrumento de avaliação direta da qualidade do atendimento prestado pela ouvidoria a clientes e usuários.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 7 de março de 2018, com base nos arts. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, 15 e 17 da Resolução nº 4.433, de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º A avaliação direta da qualidade do atendimento prestado pela ouvidoria a clientes e usuários por bancos comerciais, bancos múltiplos, bancos de investimento, caixas econômicas e sociedades de crédito, financiamento e investimento, de que trata o art. 8º, inciso III, da Resolução nº 4.433, de 23 de julho de 2015, deve ser:

I - estruturada de forma a obter notas entre 1 e 5, sendo 1 o nível de satisfação mais baixo e 5 o nível de satisfação mais alto;

II - disponibilizada ao cliente ou usuário em até um dia útil após o encaminhamento da resposta conclusiva de que trata o art. 6º, inciso III e § 2º, da Resolução nº 4.433, de 2015; e

III - concluída em até cinco dias úteis após o prazo de que trata o inciso II.

Art. 2º Os dados relativos à avaliação mencionada no art. 1º devem:

I - ser armazenados de forma eletrônica, em ordem cronológica; e

II - permanecer à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo de cinco anos, contados da data da avaliação realizada pelo cliente ou usuário.

Art. 3º As instituições referidas no art. 1º devem remeter ao Banco Central do Brasil dados a respeito da avaliação de que trata esta Circular.

Art. 4º Esta Circular entra em vigor em 2 de julho de 2018.

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO
Diretor de Regulação

CIRCULAR Nº 3.882, DE 7 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre as contas contábeis a serem utilizadas na composição da receita de serviços e de produtos financeiros, de que trata o art. 7º da Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 7 de março de 2018, com base no art. 36 da Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, e no art. 7º, § 2º, da citada Lei, resolve:

Art. 1º A renda de serviços e de produtos financeiros, de que trata o art. 7º da Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, será calculada com base na utilização do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), mediante a soma dos saldos correspondentes aos seguintes desdobramentos de subgrupos e títulos contábeis:

I - 7.1.1.00.00-1 Rendas de Operações de Crédito;

II - 7.1.2.00.00-4 Rendas de Arrendamento Mercantil, abatidos os saldos dos seguintes títulos e subtítulos contábeis:

a) 7.1.2.60.00-6 Lucros na Alienação de Bens Arrendados;

b) 8.1.3.10.10-4 Depreciação de Bens Arrendados;

c) 8.1.3.10.99-1 Outras Despesas de Arrendamentos;

d) 8.1.3.20.10-1 Depreciação de Bens Arrendados; e

e) 8.1.3.20.99-8 Outras Despesas de Arrendamentos;

III - 7.1.3.00.00-7 Rendas de Câmbio, abatido o saldo do desdobramento de subgrupo 8.1.4.00.00-7 Despesas de Câmbio;

IV - 7.1.4.00.00-0 Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez;

V - 7.1.5.00.00-3 Rendas com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, abatidos os saldos dos seguintes títulos contábeis:

a) 7.1.5.20.00-7 Rendas de Títulos de Renda Variável;

b) 7.1.5.75.00-7 Lucros com Títulos de Renda Fixa;

c) 7.1.5.80.00-9 Rendas em Operações com Derivativos; e

d) 7.1.5.90.00-6 TVM - Ajuste Positivo ao Valor de Mercado;

VI - 7.1.7.00.00-9 Rendas de Prestação de Serviços; e

VII - 7.1.9.00.00-5 Outras Receitas Operacionais, abatidos os saldos dos seguintes títulos contábeis:

a) 7.1.9.15.00-7 Lucros em Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros;

b) 7.1.9.18.00-4 Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento;

c) 7.1.9.20.00-9 Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo;

d) 7.1.9.30.00-6 Recuperação de Encargos e Despesas; e

e) 7.1.9.90.00-8 Reversão de Provisões Operacionais.

Parágrafo único. Quando o resultado apurado após o abatimento do saldo do desdobramento de subgrupo referido ao final do inciso III for menor que zero, o valor obtido será computado como sendo igual a zero no cálculo da renda de serviços e de produtos financeiros.

Art. 2º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

SIDNEI CORRÊA MARQUES
Diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução

CIRCULAR Nº 3.883, DE 7 DE MARÇO DE 2018

Altera a Circular nº 3.689, de 16 de dezembro de 2013, que regulamenta, no âmbito do Banco Central do Brasil, as disposições sobre o capital estrangeiro no País e sobre o capital brasileiro no exterior, e a Circular nº 3.690, de 16 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a classificação das operações no mercado de câmbio.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 7 de março de 2018, com base no disposto nos arts. 9º, 10, inciso VII, e 11, inciso III, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, no art. 65, § 2º, da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, e no Decreto nº 55.762, de 17 de fevereiro de 1965, e tendo em vista o disposto na Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, no art. 6º da Resolução nº 3.312, de 31 de agosto de 2005, no art. 38 da Resolução nº 3.568, de 29 de maio de 2008, e no art. 10 da Resolução nº 3.844, de 23 de março de 2010, resolve:

Art. 1º A Circular nº 3.689, de 16 de dezembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 20. O código RDE e a atualização das informações constantes do registro constituem requisitos para qualquer movimentação de recursos com o exterior." (NR)

"Art. 22-A. .....

.....

III - a repactuação e a assunção de operação de empréstimo externo, sujeito a registro no Banco Central do Brasil, nos termos do art. 55 desta Circular.

....." (NR)

"Art. 51. O registro de cada operação no módulo ROF do RDE deve ser providenciado com anterioridade ao ingresso dos recursos financeiros, ao desembaraço aduaneiro ou à prestação dos serviços no País, pelo tomador ou por seu representante.

Parágrafo único. O registro deve ser providenciado por meio das seguintes transações do Sisbacen, conforme instruções contidas no "RDE-ROF Manual do Declarante", disponível em www.bcb.gov.br » Câmbio e Capitais Estrangeiros » Manuais:

I - PCEX370, quando realizado pelo tomador ou por seu representante, podendo a referida transação ser também acessada por meio da Rede Serpro, caso em que é necessário prévio cadastramento junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB);

II - PCEX570, quando realizado pela rede bancária, por solicitação e em nome do tomador." (NR)

"Art. 52. O código RDE-ROF na situação "elaborado" ou "concluído" e a atualização das informações constantes do registro constituem requisitos para qualquer movimentação de recursos com o exterior." (NR)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

"Art. 53. Após o ingresso dos recursos, o desembaraço aduaneiro ou a prestação do serviço, o tomador deve efetuar o registro do esquema de pagamento ou cronograma de pagamento no módulo ROF do RDE, indispensável para efetivação das remessas ou para realização dos embarques de mercadorias ou prestação de serviços, conforme o caso." (NR)

"Art. 54. O registro no módulo ROF do RDE deve refletir as condições financeiras contratadas, observado que:

I - as operações de empréstimo externo têm os ingressos registrados automaticamente nas moedas constantes das operações de câmbio ou das transferências internacionais em reais, independentemente da moeda contratada na operação de crédito, que deve ser informada como moeda de denominação;

II - as demais operações devem ser registradas na moeda e nas condições contratadas, devendo ser providenciados registros distintos para operações que envolvam diferentes moedas ou diferentes condições financeiras, os quais devem ser vinculados entre si." (NR)

"Art. 55. Uma vez ocorrido o ingresso de recursos, o desembaraço aduaneiro ou a prestação do serviço, as alterações de data de vencimento ou de condições financeiras (repactuação) e a modificação do devedor (assunção) são de responsabilidade do tomador original, que deve efetivá-las tempestivamente no módulo RDE-ROF, por meio de modalidade própria, dando baixa no registro da dívida original e constituindo novo registro." (NR)

"Art. 63. Para efetuar o registro e obter o respectivo código RDE-ROF, é necessário informar:

I - todos os titulares da operação (devedor, credores, agentes, garantidores);

II - as condições financeiras e o prazo de pagamento do principal e dos juros;

III - a manifestação do credor ou do arrendador sobre as condições da operação, bem como do garantidor, se houver;

IV - demais requisitos solicitados quando do registro da operação no módulo ROF do RDE." (NR)

"Art. 68. Esta subseção dispõe sobre o registro, no módulo ROF do RDE, das operações de empréstimo externo captado de forma direta ou mediante emissão de títulos no mercado internacional, independentemente do prazo da operação, bem como as operações de aquisição, no País, de debêntures de colocação privada." (NR)

"Art. 68-A. Não se aplica aos registros de que trata esta subseção:

I - o disposto no inciso II do art. 50, para os residentes, domiciliados ou com sede no País;

II - o disposto no parágrafo único do art. 51;

III - o disposto no art. 57; e

IV - o disposto no inciso III do art. 63." (NR)

"Art. 70. Após elaborado o ROF, podem ser realizadas remessas para o exterior a título de pagamento, inclusive de forma antecipada, de juros ou de encargos acessórios." (NR)

"Art. 70-A. Após o primeiro ingresso de recursos, o registro passa ao status de "Efetivado" e apenas admite alterações referentes a:

I - cronograma de pagamento;

II - mudança de devedor por sucessão e outras reestruturações societárias ou ordem judicial;

III - mudança de credor por negociação do crédito entre não residentes;

IV - dados de contato; e

V - informações complementares." (NR)

Art. 2º O Anexo IX da Circular nº 3.690, de 16 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a redação do Anexo I desta Circular.

Art. 3º Esta Circular entra em vigor em 2 de julho de 2018.

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO
Diretor de Regulação

PAULO SÉRGIO NEVES DE SOUZA
Diretor de Fiscalização

CARLOS VIANA DE CARVALHO
Diretor de Política Econômica

ANEXO I À CIRCULAR Nº 3.883, DE 7 DE MARÇO DE 2018
"ANEXO IX À CIRCULAR Nº 3.690, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013
Códigos de classificação de operações relativos a capitais estrangeiros

NATUREZA DA OPERAÇÃO	Nº CÓDIGO
Mercado financeiro e de capitais	
Ações	72007
Fundos de investimento	72045
Depositary Receipts (DR)	
- ações	72076
- outros valores mobiliários	72083
Títulos no País	72100
Títulos privados de dívida - mercado externo	72148
- curto prazo	72155
- longo prazo	
Títulos públicos de dívida - mercado externo	72162
- curto prazo	72179
- longo prazo	
Títulos e valores mobiliários (arts. 1º e 3º da Lei nº 12.431)	72193
Derivativos	72203
- prêmios de opções e ajustes periódicos	72210
- depósito e resgate de margens, garantias e colaterais	72234
- prêmios de opções e ajustes ao amparo da Res. 2.687	
Outros	72296
Empréstimos e financiamentos	
Empréstimos diretos	72344
- curto prazo	72351
- longo prazo	
Debêntures de colocação privada	72360
Financiamentos	72368
- importação e gastos locais vinculados à importação - longo prazo	72375 72382
- gastos locais vinculados à importação - curto prazo	
- demais financiamentos	
Arrendamento mercantil financeiro	72399
Investimento direto	
Aumento/redução de capital	72409
Aquisição/transferência de titularidade	72416
Depósitos e disponibilidades	
Disponibilidades no País	72502
Disponibilidades no País em moeda estrangeira	72519
Depósitos judiciais, cauções, garantias e outros recursos de terceiros	72526
Movimentações no País em contas de domiciliados no exterior	
Aplicações financeiras e resgates na própria instituição	72605
Em contrapartida a operações de câmbio	72612
Outros	
Aquisição de mercadorias entregues no País	72904
Compra e venda de imóveis no País	72911" (NR)

BANCO DO BRASIL S/A

BB GESTÃO DE RECURSOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

CNPJ 30.822.936/0001-69
Exercício encerrado em 31.12.2017
Praça XV de Novembro, 20 - 2º e 3º andares, Edifício Bolsa do Rio - Rio de Janeiro-RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício de 2017, em conformidade com as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/1976 e alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638/2007 e pela Lei n.º 11.941/2009) e Banco Central do Brasil (Bacen).

A EMPRESA

Fundada em 1986, a BB Gestão de Recursos DTVM S.A., com sede no Rio de Janeiro e escritório em São Paulo, tem como atividades principais a administração, gestão e distribuição de fundos de investimento e carteiras administradas, sendo líder na indústria nacional de Administração e Gestão de fundos de investimento, de acordo com o Ranking da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais). A instituição conta com uma equipe de 294 profissionais (dotação em 29.12.2017) de alto nível de qualificação e comprometimento, e possui produtos destinados aos diversos segmentos de investidores.

No Ranking Global de Administração da ANBIMA de dezembro de 2017, a BB DTVM permaneceu na liderança da Indústria, registrando um patrimônio líquido sob administração de R$ 864,5 bilhões e 22,89% de participação de mercado.

Em Gestão, a BB DTVM também se destaca como a maior gestora de recursos de terceiros do país, registrando volume total de R$ 851,9 bilhões e market share de 21,32%, conforme Ranking de Gestão da ANBIMA de dezembro de 2017.

Além dos recursos computados para efeito de ranking entre as instituições participantes do mercado, a BB DTVM gere e administra R$ 52,7 bilhões em fundos Extramercado.

Deste modo, a empresa encerrou o exercício de 2017 com um volume total de R$ 917,2 bilhões em recursos de terceiros administrados, o que equivale a um crescimento de 17,50%, em relação ao ano anterior (R$ 780,6 bilhões).

I. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A BB DTVM, subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., adota as melhores práticas de governança. Possui Conselho de Administração próprio e sua Diretoria Executiva é composta por um Diretor-Presidente e três Diretores Executivos, todos estatutários. Possui, ainda, Conselho Fiscal para assegurar a fiscalização dos atos de gestão.

A BB DTVM, por decisões da Assembleia Geral de Acionistas de 27.04.2004, 26.04.2012 e 01.12.2017, aderiu aos regimes de Comitê de Auditoria Único, Comitê de Remuneração Único, Comitê de Elegibilidade para as Entidades Ligadas ao Banco do Brasil e Comitê de Riscos e Capital do Conglomerado BB, conforme facultado nas Resoluções CMN n.º 3.198/2004, CMN n.º 3.921/2010, Decreto n.º 8.942/2016 e CMN n.º 4.557/2017, respectivamente.

A empresa adota modelo de administração baseado na decisão colegiada em todos os níveis, tendo estruturados comitês internos com instâncias deliberativas. A decisão colegiada, além de minimizar os riscos, possibilita a integração de diversas visões e análises sobre os temas, o que agrega valor e qualidade à decisão, promovendo o compartilhamento de conhecimentos e responsabilidades.

A adoção das boas práticas de governança enseja o monitoramento periódico dos documentos que regulam os aspectos comportamentais a serem observados na condução dos negócios e atividades da organização, incluindo as políticas da empresa, o que reforça o compromisso de sua administração com a ética, a transparência, a consistência, a equidade e a responsabilidade socioambiental, em alinhamento às políticas e práticas adotadas pelo Controlador.

A BB DTVM aderiu, em 27.10.2016, ao Código Amec de Princípios e Deveres dos Investidores Institucionais - Stewardship, reforçando o compromisso da BB DTVM com a Governança Corporativa dos Fundos. Esse Código pode ser considerado um código de melhores práticas para Investidores Institucionais e tem como objetivo incentivar a maior diligência nas questões qualitativas das empresas investidas, bem como dar mais transparência a esse processo.

A Estratégia Corporativa da BB Gestão de Recursos DTVM S/A, para o período 2018-2022, foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 15.12.2017, está alinhada à Estratégia Corporativa do Banco do Brasil e representa as diretrizes a serem implementadas pela Subsidiária na Gestão de Recursos de Terceiros, enfatizando sempre o Propósito de "prover soluções em investimentos, gerando valor às pessoas".

II. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A BB DTVM encerrou o ano de 2017 com lucro líquido de R$ 1.033,1 milhões, resultado 27,9% superior ao registrado no ano anterior.

O resultado operacional, antes do efeito do Imposto de Renda e CSLL, foi de R$ 1.865,5 milhões contra R$ 1.458,3 milhões no ano anterior, também com incremento de 27,9%. As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias totalizaram R$ 2.110,5 milhões contra R$ 1.654,9 milhões no ano anterior, cujo aumento de 27,5% deveu-se, em parte, ao incremento no patrimônio líquido administrado (recursos de terceiros administrados), e também à atualização monetária dos ativos componentes dos fundos de investimento e carteiras.

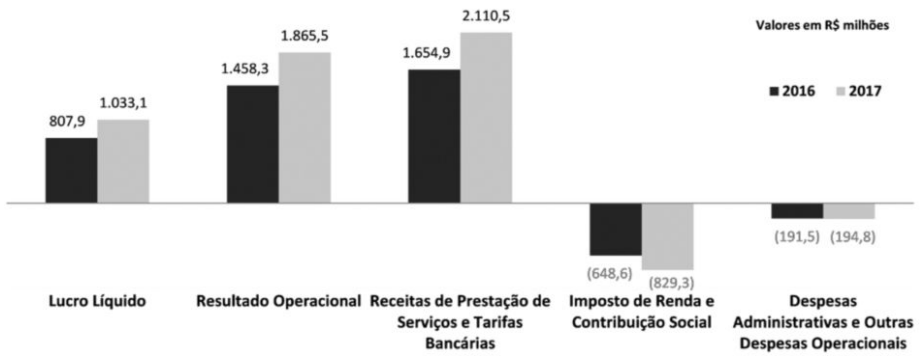
O crescimento das despesas administrativas e outras despesas operacionais, na ordem de R$ 3,4 milhões, representou um incremento de 1,8% em relação a 2016, decorrente, principalmente, do incremento de 20,4% nas despesas com Serviços do Sistema Financeiro - Custódia e Controladoria de Fundos, e de 186,5% nas Despesas com Contribuições Filantrópicas, em razão do maior volume de doações ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e à Fundação Banco do Brasil, e do decréscimo de 14,8% em Outras Despesas Operacionais.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O incremento das despesas administrativas em patamar inferior ao incremento das receitas de prestação de serviços resultou numa melhora do índice de eficiência, traduzido na relação entre as despesas administrativas e as receitas operacionais, que passou de 6,12% em 2016 para 5,08% em 2017 (quanto menor, melhor).

O gráfico a seguir apresenta os principais componentes do resultado:



A BB DTVM possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos contabilizados em 31.12.2017 como "Títulos Mantidos até o Vencimento", em conformidade com a Circular Bacen n.º 3.068/2001.

III. AÇÕES ESTRATÉGICAS

Entre os acontecimentos relevantes que marcaram o 2º semestre de 2017 na BB DTVM, destacaram-se:

a) Continuação das ações de capacitação da força de vendas do Banco do Brasil S.A., com a difusão de conhecimento sobre o produto Fundo de Investimento, resultando em incremento de captação em diversos segmentos;

b) Investimento contínuo em ações de Desenvolvimento de Competências e Gestão do Conhecimento dos funcionários, concretizado por meio de ações educacionais que contribuem para aumentar a competitividade no mercado e obter os melhores resultados para a empresa. No 2º semestre de 2017, profissionais de diferentes níveis hierárquicos e funções participaram de um total de 13.298 horas de treinamento. No ano de 2017, o total de horas de treinamento foi de 25.341 horas. A BB DTVM possui 226 profissionais certificados em CPA-20 (Certificação Profissional ANBIMA - Série 20), 38 profissionais certificados em CGA (Certificação de Gestores ANBIMA); além de 30 profissionais com isenção de certificação; 17 profissionais certificados no CFP (Certified Financial Planner), 14 profissionais certificados no CEA (Certificação de Especialista em Investimentos Anbima) e 1 funcionário certificado no CFA (Chartered Financial Analyst);

c) Participação ativa em eventos destinados, preponderantemente, aos segmentos RPPS (Regimes Próprios de Previdência Social) e EFPC (Entidades Fechadas de Previdência Complementar) com o objetivo de estreitar o relacionamento com esses públicos e oferecer cada vez mais soluções adequadas às suas necessidades e expectativas.

- Premiações:

a) Ranking TOP Asset - Revista Investidor Institucional (Edição 295 - agosto/2017) - Maior Gestor no Ranking Geral e nas categorias Fundos Exclusivos, Fidcs, Fundos de Pensão, Recursos de Capitalização, Governo e Varejo;

b) Ranking Melhores Fundos para Institucionais - Revista Investidor Institucional (Edição 297 - outubro/2017) - 11 fundos considerados excelentes;

c) Ranking Top Gestão (Revista Exame - Edição 1152 - 20.12.2017 - Ano 51 - n.° 24) - Melhor Gestor de Fundos Varejo, 2º Melhor Gestor de fundos Varejo Seletivo, 2º Melhor Gestor de fundos Renda Fixa, 3º Melhor Gestor de fundos de Ações, 3º Melhor Gestor de fundos Multimercado e 3º no Ranking Geral Melhor Gestor de Fundos do ano.

- Certificações:

a) Desde 2006, a BB DTVM possui o grau máximo de qualidade, MQ1, atribuído pela agência classificadora de risco Moody's América Latina. Em sua última análise, em 12.06.2017, ressaltou que a BB DTVM tem práticas e procedimentos de gestão de risco e controle excelentes, tanto no nível dos fundos como no nível da companhia. Ainda segundo a Moody's, o desempenho dos fundos de investimento da BB DTVM tem sido sólido e os fundos tiveram forte retorno ajustado ao risco e têm atingido seus objetivos de risco e retorno de uma maneira consistente;

b) A BB DTVM possui desde 2012 a ISO 9001:08 - Qualidade Total em seu Processo de Análise de Risco de Crédito, uma das mais renomadas certificações de abrangência internacional em qualidade de serviços, produtos e processos. Em Outubro de 2015, a Fundação Vanzolini deliberou pela Recertificação da ISO 9001:08 da BB DTVM, no Processo de Análise de Risco de Crédito, com validade por mais 3 (três) anos.

c) Em 2017, a Fitch Ratings atribuiu a nota "Excelente", considerada máxima em uma escala de 5 níveis, atestando que a estrutura operacional e a capacidade de gestão de ativos da BB DTVM são considerados extremamente robustos, comparadas às melhores práticas adotadas pelos gestores de recursos internacionais. Destaca ainda a forte capacidade de geração de receitas e a alta qualificação e experiência dos profissionais.

- Novos Produtos:

a) No segundo semestre de 2017, a BB DTVM lançou 78 fundos: 41 para o segmento EAPC (Entidades Abertas de Previdência Complementar); 23 para o segmento Private; 6 para Corporate; 3 para Poder Público; 3 para EFPC (Entidades Fechadas de Previdência Complementar); e 2 para Varejo Alta Renda.

b) Destaque para o lançamento dos fundos BB Ações Saúde e Bem Estar Estilo FIC e BB Multimercado Multigestor Estilo FIC, com estratégias inovadoras para o segmento Estilo, e para o fundo BB Renda Fixa LP Pré 5 Anos Private FIC, complementando a grade da família de fundos de renda fixa índices do segmento Private.

IV. SUSTENTABILIDADE

Alinhada aos princípios de responsabilidade social e ambiental adotados pelo Banco do Brasil, desde novembro de 2010 a BB DTVM é signatária dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), iniciativa de investidores globais apoiada pelas Nações Unidas, propondo-se a aplicar em seus processos de gestão práticas que favoreçam a integração de temas ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) em suas análises e decisão de investimento.

Em atendimento à Resolução CMN n.º 4.327, em junho de 2015, o Conselho de Administração da BB DTVM aprovou a adesão da empresa à Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco do Brasil.

A BB DTVM participa do grupo de engajamento da rede brasileira do PRI, iniciativa que busca uma mudança no comportamento das empresas nas quais investe, a fim de melhorar a transparência sobre esses temas. Além disso, desde outubro de 2015, a BB DTVM participa do Grupo de Trabalho Sustentabilidade da Anbima criado para promover as práticas de desenvolvimento sustentável, compartilhar conhecimento, projetos, estudos e posicionamentos sobre sustentabilidade e economia verde.

Em outubro de 2016, a BB DTVM aderiu ao Código AMEC de Princípios e Deveres dos Investidores Institucionais - Stewardship, uma iniciativa da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (AMEC), que tem como objetivo iniciar um processo de mudança de cultura de gestão e propriedade de valores mobiliários ao longo do tempo, promovendo a adoção de boas práticas de governança corporativa.

Em dezembro do mesmo ano, a BB DTVM assinou a Declaração do Investidor em apoio ao relatório "Dever Fiduciário do Século XXI", iniciativa do PRI, em conjunto com a UNEP FI e o The Generation Foundation. A Declaração do Investidor tem como objetivo convidar os formuladores de políticas internacionais e os governos nacionais a esclarecer as obrigações e deveres dos investidores e outras organizações no sistema de investimento. Solicita, especificamente, que os governos expliquem que os investidores e outras organizações do sistema de investimento devem atuar com a devida cautela, habilidade e diligência, agir de boa-fé no interesse dos seus beneficiários e clientes, e levar em conta as questões ambientais, sociais e de governança nos seus processos de investimento e no seu envolvimento com as empresas e emissores nos quais investem.

Também em 2016, a BB DTVM promoveu uma revisão na metodologia de incorporação de aspectos ASG (Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa) em suas análises em função das diferentes necessidades das áreas de crédito e de ações. A metodologia desenvolvida está dividida em dois grandes grupos: indicadores gerais e indicadores específicos. Os indicadores gerais foram segmentados em quatro pilares distintos englobando questões relacionadas à estrutura de governança, aspectos sociais, ambientais e o posicionamento da empresa com relação aos índices de sustentabilidade, assim como seu alinhamento ao padrão GRI. Já os indicadores específicos, foram definidos de acordo com as necessidades de cada área.

Ao término de 2017, a metodologia foi novamente revisada a fim de que o resultado da análise passasse a influenciar diretamente nas decisões de limite de crédito de Dívida Corporativa. Assim, a partir das revisões regulares dos limites de crédito, todos os limites de emissores sofrerão o impacto da análise ASG.

Atualmente, a BB DTVM administra cinco fundos de investimento com características ASG. O BB Referenciado DI Social 50 destina 50% de sua taxa de administração para a Fundação Banco do Brasil, que utiliza os referidos recursos em ações sociais. Já o fundo BB Multimercado Global Acqua LP Private prioriza em sua carteira de ativos empresas que tratem ou beneficiem a água em seu processo produtivo. O BB Previdenciário Ações Governança busca acompanhar a carteira teórica do IGC - Índice composto por ações de empresas reconhecidas por boas práticas de governança corporativa. Tais empresas devem ser negociadas no Novo Mercado ou estar classificadas nos Níveis 1 ou 2 da BM&FBOVESPA.

A carteira de investimento do BB Ações ISE Jovem é composta por empresas que evidenciam as questões sociais e ambientais em suas práticas administrativas e negociais. Esse fundo destina 20% de sua taxa de administração para a Fundação Banco do Brasil e esses recursos são direcionados exclusivamente para as ações do "Programa Água Brasil", em parceria com o Banco do Brasil, a WWF-Brasil e a Agência Nacional de Águas - ANA. Por fim, o BB Ações Carbono Sustentabilidade é um fundo de investimento que acompanha o Índice Carbono Eficiente (ICO2), índice este criado pelo BNDES e a BM&FBOVESPA, composto por ações das companhias participantes do IBrX-50 que adotam práticas transparentes com relação às suas emissões de Gases Efeito Estufa.

A tabela abaixo detalha a posição dos recursos administrados nesses fundos:

Fundos Socioambientais PL (R$ milhões)

Fundo	29.12.2017	30.12.2016
BB Referenciado DI Social 50	754,9	105,3
BB Multi *Global Acqua* LP Private FI	385,3	254,1
BB Previdenciário Ações Governança	218,5	107,9
BB Ações ISE Jovem FIC	8,7	8,6
BB Ações Carbono Sustentabilidade FIA	4,1	4,0
Total	1.371,5	479,9

Fonte: CVM - Comissão de Valores Mobiliários

V. GESTÃO DE RISCOS

A BB DTVM conta com estrutura própria para gestão dos riscos - mercado, liquidez e operacional - inerente aos seus produtos e serviços, além das atividades de compliance e análise de risco de crédito.

Risco de Mercado

Utiliza-se, como métrica padrão, a metodologia de Valor em Risco (Value at Risk ou VaR) por Simulação Histórica, para quantificar o montante de perda a que a carteira ou fundo está exposto. O monitoramento do risco das carteiras e dos fundos é diário e os cálculos são feitos considerando-se todos os instrumentos financeiros existentes na carteira ou fundo de investimento.

Em complemento, também são disponibilizados, diariamente, Testes de Estresse, em cenários históricos ou prospectivos. De acordo com as características dos fundos podem ser utilizadas métricas adicionais como Tracking Error, Duration, Orçamento de VaR, etc.

Risco de Liquidez

Os cálculos de risco de liquidez de ativos são feitos considerando-se todos os instrumentos financeiros existentes na carteira ou fundo de investimento que possam ser avaliados, do ponto de vista de liquidez, por meio de séries históricas obtidas junto às instituições públicas e/ou privadas, que possibilitem a estimativa consistente de seus históricos diários de negociação. No caso de ativos não enquadrados na condição acima, a liquidez é considerada nula ou inexistente.

Para a gestão do risco de liquidez do passivo é utilizada a métrica de LVaR. Referida métrica, similar ao VaR (Value at Risk), estima uma probabilidade de resgate líquido, de um dia para o outro, a partir de uma série histórica móvel e de um intervalo de confiança definidos e aprovados no Comitê de Riscos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Risco Operacional

A BB DTVM utiliza a metodologia de Modelagem de Processos, notação Business Process Modeling Notation (BPNM), para identificação do risco operacional associado aos processos operacionais vinculados a seus produtos, processos e serviços. As fragilidades identificadas são objeto de ações mitigadoras. Nos riscos classificados como de alta criticidade, segundo os parâmetros da Matriz de Criticidade de Risco Operacional, serão emitidas Recomendações Técnicas de Risco Operacional que visam, dentre outros, obter o reforço institucional para a efetiva implementação das providências sugeridas.

A gestão de Perdas Operacionais e eventos de Quase Perdas utiliza, além da base de dados própria, os sistemas legados do Banco do Brasil S.A. As provisões judiciais também são monitoradas e avaliadas do ponto de vista da evolução quantitativa dos valores base e provisionado.

São apresentados reportes periódicos aos diversos fóruns da Empresa - Comitê de Riscos, Diretoria Executiva, Conselho de Administração - e do Controlador - Diretoria Gestão de Risco.

Risco de Crédito

Todas as aquisições de títulos de renda fixa e operações estruturadas são avaliadas pela equipe de Análise de Crédito da BB DTVM, constituída por corpo técnico sênior com grande experiência e qualificação, que avalia, propõe e acompanha a exposição ao risco de crédito de emissores e emissões mediante análise técnica individualizada, com metodologia e métricas segregadas das demais empresas do Conglomerado BB.

As políticas de análise e estabelecimento de limites encontram-se formalizadas em manual interno de Gestão de Risco de Crédito, aprovado pela Diretoria Executiva da BB DTVM, integralmente aderente ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento ("Código de Fundos"). Todas as análises são submetidas ao Comitê de Crédito e Governança dos Fundos, órgão colegiado formado por sete executivos da BB DTVM, ou à Diretoria Executiva da BB DTVM, conforme alçadas. Por regimento, as decisões de comitês são tomadas por unanimidade.

A decisão de alocação é feita pelos gestores de fundos e carteiras, considerando-se a maximização do risco x retorno e a classificação de crédito atribuída e sua adequação às políticas e estratégias de cada fundo. Uma vez adquiridos, os ativos passam a ter acompanhamento constante e com revisão de limites periódica.

A exposição total a grupos econômicos, emissores, emissões e risco setorial são controlados individualmente, a cada fundo, bem como de forma consolidada dos ativos sob administração da BB DTVM.

Agradecimentos

Agradecemos a dedicação e o empenho de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança do acionista, dos clientes e da sociedade.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTE		1.600.610	1.221.485
Disponibilidades	4	2.133	1.815
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		1.227.188	1.025.870
Aplicações no mercado aberto	5.a	1.227.188	1.025.870
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		20.725	21
Carteira própria	6.a	20.725	21
Outros Créditos		350.186	193.385
Rendas a receber	7.a	28.074	24.456
Negociação e intermediação de valores	7.b	205.121	63.742
Diversos	7.c	117.155	105.351
(Provisão para outros créditos)	7.d	(164)	(164)
Outros Valores e Bens		378	394
Despesas antecipadas		378	394
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		7.264	14.429
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		--	6.657
Carteira própria	6.a	--	6.657
Outros Créditos		7.264	7.772
Diversos	7.c	8.004	8.548
(Provisão para outros créditos)	7.d	(740)	(776)
PERMANENTE		33.794	26.967
Investimentos	8	33.794	26.967
Outros investimentos		33.813	26.986
(Provisão para perdas)		(19)	(19)
TOTAL DO ATIVO		1.641.668	1.262.881

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTE		1.509.304	1.130.266
Outras Obrigações		1.509.304	1.130.266
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		7.383	20.710
Sociais e estatutárias	9.a	530.889	421.764
Fiscais e previdenciárias	9.b	745.213	604.266
Negociação e intermediação de valores	9.c	205.255	62.651
Diversas	9.d	20.564	20.875
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		726	986
Outras Obrigações		726	986
Sociais e estatutárias	9.a	726	986
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		131.638	131.629
Capital		109.699	109.699
De domiciliados no País	12.a	109.699	109.699
Reserva de Capital	12.b	979	1.104
Reserva de Lucros	12.b	21.939	21.939
Ajustes de Avaliação Patrimonial	12.d	--	(9)
(Ações em Tesouraria)	12.e	(979)	(1.104)
TOTAL DO PASSIVO		1.641.668	1.262.881

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		33.916	75.151	95.408
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	33.916	75.151	95.408
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		198	36	5
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão	7.d	198	36	5
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		34.114	75.187	95.413
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		916.724	1.790.354	1.362.843
Receitas de prestação de serviços	10.a	755.598	1.493.068	1.201.530
Rendas de tarifas bancárias	10.b	330.113	617.389	453.371
Despesas de pessoal	10.c	(46.691)	(89.707)	(88.614)
Outras despesas administrativas	10.d	(35.497)	(64.027)	(54.616)
Despesas tributárias	13.c	(74.192)	(144.854)	(115.437)
Outras receitas operacionais	10.e	10.270	19.599	14.848
Outras despesas operacionais	10.f	(22.877)	(41.114)	(48.239)
RESULTADO OPERACIONAL		950.838	1.865.541	1.458.256
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	11	(1.500)	(1.500)	(500)
Despesas não operacionais		(1.500)	(1.500)	(500)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		949.338	1.864.041	1.457.756
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13.a	(418.085)	(829.339)	(648.631)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(418.094)	(828.797)	(649.169)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		9	(542)	538
PARTICIPAÇÃO DE ADMINISTRADORES NO LUCRO		(1.090)	(1.635)	(1.250)
LUCRO LÍQUIDO		530.163	1.033.067	807.875
LUCRO POR AÇÃO				
Número de ações		100.000.000	100.000.000	100.000.000
Lucro líquido por ação (R$)		5,30163	10,33067	8,07875

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES			
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	949.338	1.864.041	1.457.756
Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.438	510	2.620
Reforço (Reversão) de provisões operacionais	(198)	(36)	(5)
Reforço (Reversão) de provisões operacionais - RVA	--	(717)	--
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	767	767	1.243
Reforço (Reversão) de provisões fiscais e cíveis	369	(1.004)	882
Perdas (Ganhos) em ações e cotas	1.500	1.500	500
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	951.776	1.864.551	1.460.376
Variações Patrimoniais	(103.156)	(720.988)	(537.299)
(Aumento) Redução em títulos para negociação	(20.725)	(20.725)	9.638
(Aumento) Redução em outros créditos	10.865	(156.798)	111.585
(Aumento) Redução em outros valores e bens	36	16	542
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(56.111)	(645.666)	(532.475)
Aumento (Redução) de outras obrigações	(37.221)	102.185	(126.589)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	848.620	1.143.563	923.077
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Redução em títulos disponíveis para venda	31	30	--
Redução em títulos mantidos até o vencimento	7.044	6.657	369
(Aquisição) de investimentos	(9.094)	(9.094)	(5.029)
CAIXA (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.019)	(2.407)	(4.660)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	(510.470)	(939.520)	(800.995)
CAIXA (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(510.470)	(939.520)	(800.995)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	336.131	201.636	117.422
Início do período	893.190	1.027.685	910.263
Fim do período	1.229.321	1.229.321	1.027.685
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	336.131	201.636	117.422

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Nota	Capital	Reserva de Capital	Reserva de Lucros - Legal	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31.12.2015		109.699	1.018	21.939	(9)	(1.018)	--	131.629
Transações com pagamento baseado em ações		--	86	--	--	(86)	--	--
Lucro líquido do exercício		--	--	--	--	--	807.875	807.875
Destinações: - Dividendos (R$ 8.078,75 por lote de mil ações)	12.c	--	--	--	--	--	(807.875)	(807.875)
Saldos em 31.12.2016		109.699	1.104	21.939	(9)	(1.104)	--	131.629
Mutações do exercício		--	86	--	--	(86)	--	--
Saldos em 30.06.2017		109.699	979	21.939	(5)	(979)	--	131.633
Ajustes de avaliação patrimonial - TVM		--	--	--	5	--	--	5
Lucro líquido do período		--	--	--	--	--	530.163	530.163
Destinações: - Dividendos (R$ 5.301,63 por lote de mil ações)	12.c	--	--	--	--	--	(530.163)	(530.163)
Saldos em 31.12.2017		109.699	979	21.939	--	(979)	--	131.638
Mutações do período		--	--	--	5	--	--	5
Saldos em 31.12.2016		109.699	1.104	21.939	(9)	(1.104)	--	131.629
Ajustes de avaliação patrimonial - TVM	12.d	--	--	--	9	--	--	9
Transações com pagamento baseado em ações		--	(125)	--	--	125	--	--
Lucro líquido do exercício		--	--	--	--	--	1.033.067	1.033.067
Destinações: - Dividendos (R$ 10.330,67 por lote de mil ações)	12.c	--	--	--	--	--	(1.033.067)	(1.033.067)
Saldos em 31.12.2017		109.699	979	21.939	--	(979)	--	131.638
Mutações do exercício		--	(125)	--	9	125	--	9

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1 - A BB DTVM E SUAS OPERAÇÕES

A BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM) é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., constituída em 1986, regida, sobretudo, pela legislação das sociedades por ações e sua matriz está localizada na Praça XV de Novembro, 20 - 2º e 3º andares, Edifício Bolsa do Rio, Centro, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Tem por objeto a prática de operações inerentes a compra e venda de títulos e valores mobiliários, a instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento, a administração de carteiras e custódia de títulos e valores mobiliários, operações de conta margem, bem como outras atividades pertinentes a empresas da espécie, autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Como parte integrante do Conglomerado Banco do Brasil, suas operações são conduzidas em um contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado utilizando-se, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela BB DTVM, quando aplicável: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23.02.2018.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pela BB DTVM são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas - posição bancada, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (Nota 4).

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 5).

d) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários (Nota 6) adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da BB DTVM, em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que a BB DTVM tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados pro rata die, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

e) Provisão para Outros Créditos

As provisões para outros créditos foram constituídas em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, observando o valor de mercado (Nota 7.d).

f) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda - IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	20%
PIS/Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários - Nota 13.d) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006, CMN n.º 4.192/2013 e CMN n.º 4.441/2015, e estão suportados por estudo de capacidade de realização

g) Despesas Antecipadas

Referem-se a aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço à BB DTVM ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

h) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (imparidade), quando aplicável (Nota 8).

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - Imparidade

A BB DTVM avalia, com base em fontes internas e externas, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a BB DTVM estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

No mínimo anualmente, para a realização do teste de imparidade, a BB DTVM elabora estudo para verificar se existe indicação de desvalorização de ativos alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, reconhecida na Demonstração do Resultado.

j) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009 (Nota 16).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

Considera-se para cálculo do valor provável de condenação, o valor indenizatório pretendido, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

k) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB DTVM é o Real (R$).

l) Gerenciamento de Riscos

A Administração da BB DTVM adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As disponibilidades e as aplicações financeiras são mantidas e realizadas com o seu controlador, o que minimiza o risco de crédito dos ativos da empresa, bem como proporciona o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo Conglomerado Banco do Brasil.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2017	31.12.2016
Disponibilidades	2.133	1.815
Depósitos bancários	2.133	1.815
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (1)	1.227.188	1.025.870
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	1.227.188	1.025.870
Total	1.229.321	1.027.685

(1) Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	31.12.2017	31.12.2016
Aplicações no Mercado Aberto		
Revendas a Liquidar - posição bancada	1.227.188	1.025.870
Letras Financeiras do Tesouro	1.227.188	825.871
Notas do Tesouro Nacional	--	199.999
Total	1.227.188	1.025.870
Ativo circulante	1.227.188	1.025.870

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Rendas de Aplicações Compromissadas	40.240	81.088	96.317
Posição bancada	40.240	81.088	96.301
Rendas de CDI	--	--	16
Total	40.240	81.088	96.317

6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Vencimento em Dias	31.12.2017					31.12.2016		
	Valor de Mercado		Total			Total		
	Sem Vencimento	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado
Títulos para Negociação	20.725	--	20.000	20.725	725	--	--	--
Títulos Privados	20.725	--	20.000	20.725	725	--	--	--
Cotas de fundos de investimento	20.725	--	20.000	20.725	725	--	--	--
Títulos Disponíveis para Venda	--	--	--	--	--	32	21	(11)
Títulos Privados	--	--	--	--	--	32	21	(11)
Cotas de fundos de investimento	--	--	--	--	--	32	21	(11)
Títulos Mantidos até o Vencimento	--	--	--	--	--	6.657	6.657	--
Títulos Privados	--	--	--	--	--	6.657	6.657	--
Cotas de fundos em direito creditório (1)	--	--	--	--	--	6.657	6.657	--
Total	20.725	--	20.000	20.725	725	6.689	6.678	(11)

Vencimento em Dias	31.12.2017					31.12.2016		
	Valor de Mercado		Total			Total		
	Sem Vencimento	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado
Por Carteira	20.725	--	20.000	20.725	725	6.689	6.678	(11)
Carteira própria	20.725	--	20.000	20.725	725	6.689	6.678	(11)

(1) Inclui no exercício/2017 valor referente à desvalorização das cotas do fundo FIDC BB Votorantim Highland Infraestrutura.

Vencimento em Anos	31.12.2017				31.12.2016			
	Valor de Mercado		Total		Valor de Mercado		Total	
	Sem Vencimento	A vencer após 10 anos	Valor de Custo	Valor de Mercado	Sem Vencimento	A vencer após 10 anos	Valor de Custo	Valor de Mercado
Por Categoria	20.725	--	20.000	20.725	21	6.657	6.689	6.678
Títulos para negociação	20.725	--	20.000	20.725	--	--	--	--
Títulos disponíveis para venda	--	--	--	--	21	--	32	21
Títulos mantidos até o vencimento	--	--	--	--	--	6.657	6.657	6.657

	31.12.2017			31.12.2016		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Longo Prazo	Total	Circulante	Longo Prazo	Total
Por Carteira	20.725	--	20.725	21	6.657	6.678
Carteira própria	20.725	--	20.725	21	6.657	6.678

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Saldo contábil da carteira, considerando a marcação a mercado:

	31.12.2017		31.12.2016	
Total por Categoria	20.725	100%	6.678	100%
Títulos para negociação	20.725	100%	--	--
Títulos disponíveis para venda	--	--	21	--
Títulos mantidos até o vencimento	--	--	6.657	100%

Os investimentos em cotas de fundos de investimento estão representados pelos seguintes fundos:

Nome do Fundo	Administrador	31.12.2017			31.12.2016
		Quantidade de Cotas	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Títulos para Negociação					
BB DTVM Ações Saúde e Bem Estar Distribuição FICFI	BB DTVM	10.000.000	10.000	10.493	--
BB DTVM MM Multiestratégia LP DISTR FICFI	BB DTVM	10.000.000	10.000	10.232	--
Total		20.000.000	20.000	20.725	--
Títulos Mantidos até o Vencimento					
FIDC BB Votorantim Highland Infraestrutura	BB DTVM	5.742	--	--	6.657
Total		5.742	--	--	6.657

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	40.240	81.088	96.317
Títulos de renda fixa	(7.043)	(6.656)	(333)
Títulos de renda variável	(408)	(408)	(576)
Aplicações em fundos de investimento	1.127	1.127	--
Total	33.916	75.151	95.408

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários nos períodos encerrados em 31.12.2016 e 31.12.2015.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos

Não havia instrumentos financeiros derivativos em aberto nos períodos encerrados em 31.12.2016 e 31.12.2015.

7 - OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a Receber

	31.12.2017	31.12.2016
Taxa de administração diária de fundos	7.793	6.488
Taxa de administração de fundos - outros bancos	6.507	4.933
Taxa de administração mensal de fundos	5.639	4.884
Bônus de *performance*	5.607	5.575
Taxa de administração de carteiras	1.687	1.720
Distribuição de cotas	695	723
Taxa de administração de fundos *offshore*	146	133
Total	28.074	24.456
Ativo circulante	28.074	24.456

b) Negociação e Intermediação de Valores

	31.12.2017	31.12.2016
Devedores - liquidações pendentes - pessoas físicas e jurídicas (1)	205.121	63.742
Total	205.121	63.742
Ativo circulante	205.121	63.742

(1) Incluem saldos devedores de clientes face à realização de operações em bolsa pendentes de liquidação junto a pessoas físicas e jurídicas.

c) Diversos

	31.12.2017	31.12.2016
Devedores por depósitos em garantia (1) (Nota 16.d)	56.734	52.014
Impostos e contribuições a compensar (2)	41.989	36.417
Valores a receber de sociedades ligadas	13.280	9.395
Ativo fiscal diferido - crédito tributário (Nota 13.d)	7.170	7.714
Devedores diversos - País	5.152	7.523
Opções por incentivos fiscais	834	834
Pagamentos a ressarcir	--	2
Total	125.159	113.899
Ativo circulante	117.155	105.351
Ativo realizável a longo prazo	8.004	8.548

(1) Os valores de devedores por depósitos em garantia (depósitos judiciais para interposição de recursos fiscais) referem-se, principalmente, a procedimentos relacionados às ações anulatórias de débitos fiscais de ISSQN e IRPJ.

(2) Inclui o valor de R$ 21.406 mil (R$ 19.370 mil em 31.12.2016) referente à ativação de imposto de renda (indébito tributário do ILL), decorrente de decisão transitada em julgado determinando o direito líquido e certo da compensação do tributo recolhido indevidamente.

d) Movimentação da Provisão para Outros Créditos sem Característica de Concessão de Crédito

	31.12.2017	31.12.2016
Saldo Inicial	(940)	(945)
Reversão	36	5
Saldo Final (1)	(904)	(940)
Ativo circulante	(164)	(164)
Ativo realizável a longo prazo	(740)	(776)

(1) Provisão constituída, principalmente, em função da desvalorização das cotas de investimentos oriundos de incentivos fiscais Finam e Finor -
R$ 740 mil (R$ 776 mil em 31.12.2016), de acordo com as cotações divulgadas pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB, para o Finor, e pelo Banco da Amazônia S.A. - Basa, para o Finam.

8 - INVESTIMENTOS

	31.12.2017	31.12.2016
Certificados de investimento (1)	31.794	26.967
Ações e cotas (2)	2.000	--
Participações de capital por incentivos fiscais	19	19
Subtotal	33.813	26.986
Provisão para perdas em investimentos por incentivos fiscais	(19)	(19)
Total	33.794	26.967

(1) Inclui provisão para ajuste a valor recuperável para os certificados de investimento audiovisual no valor de R$ 5.564 mil (R$ 4.797 mil em 31.12.2016).

(2) Aquisição de 20.000 cotas do Fundo de Investimento Liquidez Câmara BM&F Bovespa Multimercado (FILCB)..

9 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

	31.12.2017	31.12.2016
Dividendos e bonificações a pagar	530.163	420.778
Provisão para participações nos lucros	1.122	1.527
Gratificações e participações a pagar	330	445
Total	531.615	422.750
Passivo circulante	530.889	421.764
Passivo exigível a longo prazo	726	986

b) Fiscais e Previdenciárias

	31.12.2017	31.12.2016
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	699.862	547.118
Impostos e contribuições a recolher (1)	45.351	57.148
Total	745.213	604.266
Passivo circulante	745.213	604.266

(1) Inclui o valor de R$ 16.945 mil (R$ 31.486 mil em 31.12.2016) relativo ao Imposto de Renda retido na fonte sobre os ganhos auferidos pelos cotistas dos fundos de investimento.

c) Negociação e Intermediação de Valores

	31.12.2017	31.12.2016
Credores - liquidações pendentes - pessoas físicas e jurídicas (1)	204.704	62.016
Credores - liquidações pendentes - outros (2)	551	635
Total	205.255	62.651
Passivo circulante	205.255	62.651

(1) Incluem saldos credores de clientes face à realização de operações em bolsa pendentes de liquidação junto a pessoas físicas e jurídicas.

(2) Incluem saldos credores de clientes face à realização de operações em bolsa pendentes de liquidação junto a instituições do mercado/outros.

d) Diversas

	31.12.2017	31.12.2016
Valores a pagar a sociedades ligadas	14.276	13.843
Provisão para contingências - fiscais (1) (Nota16.b)	5.599	6.864

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Provisão para contingências - cíveis (Nota16.b)	371	110	
Credores diversos - País	311	44	
Provisão para pagamentos a efetuar	7	14	
Total	20.564	20.875	
Passivo circulante	20.564	20.875	

(1) Reclassificação, em janeiro de 2017, do título Provisão para riscos fiscais, grupamento Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias, em conformidade com a carta circular Bacen n.º 3.782/2016

10 - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Administração de fundos de investimento (1)	720.077	1.423.634	1.147.853
Fundos de rede	524.223	1.050.477	848.142
Fundos exclusivos	186.026	353.781	281.161
Fundos extramercado	8.973	17.835	16.847
Fundos de capital estrangeiro	855	1.541	1.703
Serviços prestados a ligadas	13.108	21.550	18.931
Administração de carteiras	10.302	20.276	16.449
Distribuição de cotas de fundos de investimento (2)	5.767	10.471	7.915
Bônus de *performance*	5.754	15.172	6.842
Gestão de fundos de investimento	402	1.476	1.387
Taxa de rebate	14	209	1.962
Outras	174	280	191
Total	755.598	1.493.068	1.201.530

(1) Refere-se às taxas de administração incidentes sobre o patrimônio dos fundos administrados.

(2) Refere-se às rendas de comissões pela prestação de serviços de colocação (distribuição) de cotas por conta e ordem dos fundos de investimento.

b) Rendas de Tarifas Bancárias

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Rendas de serviços diferenciados - pessoas físicas	330.113	617.389	453.371
Total	330.113	617.389	453.371

c) Despesas de Pessoal

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Proventos	(27.500)	(52.826)	(52.922)
Encargos sociais	(13.471)	(26.036)	(25.729)
Benefícios	(3.481)	(6.780)	(6.688)
Honorários	(1.487)	(2.943)	(2.435)
Outras	(752)	(1.122)	(840)
Total	(46.691)	(89.707)	(88.614)

d) Outras Despesas Administrativas

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Serviços do sistema financeiro (1)	(20.725)	(39.717)	(32.991)
Comunicações	(3.883)	(6.865)	(7.314)
Contribuições filantrópicas	(3.786)	(4.324)	(1.510)
Aluguéis	(2.601)	(5.250)	(6.050)
Promoções e relações públicas	(1.100)	(1.318)	(831)
Condomínio	(822)	(1.566)	(1.398)
Transporte	(778)	(1.528)	(1.031)
Serviços técnicos especializados	(463)	(775)	(820)
Manutenção e conservação de bens	(424)	(788)	(737)
Água, energia e gás	(318)	(604)	(570)
Processamento de dados	(131)	(266)	(293)
Outras	(466)	(1.026)	(1.071)
Total	(35.497)	(64.027)	(54.616)

(1) Refere-se, principalmente, à despesa de custódia e controladoria (Nota 14).

e) Outras Receitas Operacionais

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Taxa contratual de resgates antecipados	4.635	7.859	5.935
Devedores por depósitos em garantia	1.696	3.912	5.384
Reversão de provisão para ajustes a valor recuperável - CPC 01	1.200	1.200	400
Indébito tributário - ILL (1)	1.043	2.055	2.506
Reversão de provisões para contingências (Nota 16.b)	658	2.656	400
Variações monetárias ativas	568	704	4
Reversão de provisões operacionais - RVA	--	717	--
Outras	470	496	219
Total	10.270	19.599	14.848

(1) Refere-se à atualização monetária de receita de recuperação de despesa de imposto de renda (indébito tributário - ILL) decorrente de decisão transitada em julgado determinando o direito líquido e certo da compensação do tributo recolhido indevidamente.

f) Outras Despesas Operacionais

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Banco do Brasil - suporte operacional	(9.245)	(18.283)	(20.948)
Variações monetárias passivas (1)	(7.585)	(15.858)	(17.461)
Patrocínio à cultura	(2.500)	(2.500)	(3.000)
Provisão para ajustes a valor recuperável - CPC 01	(1.967)	(1.967)	(1.643)
Provisão para contingências (Nota 16.b)	(1.027)	(1.652)	(1.282)
Contribuições a entidades de classe	(306)	(583)	(1.077)
Prêmio de seguro	--	--	(2.187)
Outras	(247)	(271)	(641)
Total	(22.877)	(41.114)	(48.239)

(1) Referem-se à atualização, pela taxa Selic, dos dividendos devidos ao Banco do Brasil S.A.

11 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Despesas não Operacionais	(1.500)	(1.500)	(500)
Prejuízo em ações e cotas	(1.500)	(1.500)	(500)
Total	(1.500)	(1.500)	(500)

12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social de R$ 109.699 mil, em 31.12.2017 e 31.12.2016, totalmente subscrito e integralizado, está dividido em 100.000.000 de ações ordinárias, representadas na forma escritural e sem valor nominal. O patrimônio líquido de R$ 131.638 mil (R$ 131.629 mil em 31.12.2016) corresponde a um valor patrimonial de R$ 1,32 por ação em 31.12.2017 e 31.12.2016.

b) Reservas de Capital e de Lucros

	31.12.2017	31.12.2016
Reserva de Capital	979	1.104
Transações com pagamento baseado em ações e outros instrumentos	979	1.104
Reserva de Lucros	21.939	21.939
Reserva legal	21.939	21.939

A BB DTVM deixou de constituir reserva legal (5% sobre o lucro líquido) por já ter essa reserva atingido o limite de 20% do capital social, segundo determina o artigo 193 da Lei n.º 6.404/1976.

c) Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Lucro Líquido do Período	530.163	1.033.067	807.875
Base de Cálculo	530.163	1.033.067	807.875
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	132.541	258.267	201.969
Dividendo adicional	397.622	774.800	605.906
Total Destinado ao Acionista	530.163	1.033.067	807.875
Saldo do Lucro Líquido após Destinações	0	0	0

d) Ajustes de Avaliação Patrimonial de TVM Reconhecidos no Patrimônio Líquido

	Exercício/2017			Exercício/2016		
	31.12.2016	Movimentação Líquida no Período	31.12.2017	31.12.2015	Movimentação Líquida no Período	31.12.2016
	Saldo		Saldo	Saldo		Saldo
Títulos disponíveis para venda						
Próprios (1)	(11)	11	--	(11)	--	(11)
Efeitos tributários	2	(2)	--	2	--	2
Total	(9)	9	--	(9)	--	(9)

(1) Inclui investimentos oriundos de incentivos fiscais sem impactos no Imposto de Renda.

e) Ações em Tesouraria

Em março de 2017, foram adquiridas 10.397 ações do Banco do Brasil S.A., todas colocadas em tesouraria para atender ao Programa de Remuneração Variável 2016 para a Diretoria da BB DTVM (Nota 12.f). Para esse Programa foi realizada a transferência imediata de 2.085 ações, correspondente a 20% das ações, aos membros da Diretoria. Além disso, também foram transferidas 1.973 ações relativas à 4ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2012 e 5.220 ações relativas à 1ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2015 e, em abril de 2017, foram transferidas 4.907 ações relativas à 3º parcela do Programa de Remuneração Variável 2013 e 5.412 ações relativas à 2º parcela do Programa de Remuneração Variável 2014.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em março de 2016, foram adquiridas 26.109 ações do Banco do Brasil S.A., todas colocadas em tesouraria para atender ao Programa de Remuneração Variável 2015 para a Diretoria da BB DTVM (Nota 12.f). Para esse Programa foi realizada a transferência imediata de 5.229 ações, correspondente a 20% das ações, aos membros da Diretoria. Além disso, também foram transferidas 3.170 ações relativas à 3ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2012 e, em abril/2016, foram transferidas 4.907 ações relativas à 2ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2013 e 5.412 ações relativas à 1ª parcela do Programa de Remuneração Variável 2014.

A empresa detém 40.900 ações (50.100 ações em 31.12.2016) correspondente ao saldo de R$ 979 mil (R$ 1.104 mil em 31.12.2016).

f) Pagamento Baseado em Ações

O Programa de Remuneração Variável da BB DTVM foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921/2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras. A resolução determina que no mínimo 50% da remuneração variável seja paga em ações ou instrumentos baseados em ações, e que pelo menos 40% da remuneração seja diferida para pagamento futuro, com prazo mínimo de três anos, em função dos riscos e da atividade dos administradores. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

	Total de ações adquiridas	Custo médio de aquisição	Ações distribuídas	Ações a distribuir	Cronograma estimado de transferências
Programa 2012	12.680	26,78	9.510	3.170	2017
Subtotal				3.170	
Programa 2013	24.546	23,83	14.732	4.907	2017
				4.907	2018
Subtotal				9.814	
Programa 2014	27.063	22,98	10.827	5.412	2017
				5.412	2018
				5.412	2019
Subtotal				16.236	
Programa 2015	26.109	19,92	5.229	5.220	2017
				5.220	2018
				5.220	2019
				5.220	2020
Subtotal				20.880	
Total				50.100	

	Total de ações adquiridas	Custo médio de aquisição	Ações distribuídas	Ações a distribuir	Cronograma estimado de transferências
Programa 2012 (1)	12.680	26,78	11.483	1.197	2018
Subtotal				1.197	
Programa 2013	24.546	23,83	19.639	4.907	2018
Subtotal				4.907	
Programa 2014	27.063	22,98	16.239	5.412	2018
				5.412	2019
Subtotal				10.824	
Programa 2015	26.109	19,92	10.449	5.220	2018
				5.220	2019
				5.220	2020
Subtotal				15.660	
Programa 2016	10.397	32,84	2.085	2.078	2018
				2.078	2019
				2.078	2020
				2.078	2021
Subtotal				8.312	
Total				40.900	

(1) Em vista da variação negativa ocorrida no lucro do Banco do Brasil S.A. entre os anos de 2012 e 2016 e em conformidade com o regulamento do Programa de Remuneração Variável 2012, não foi transferida aos Diretores a totalidade das ações relativas à 4º parcela. As ações restantes serão distribuídas em programas futuros

13 - TRIBUTOS

a) Demonstração das Despesas de IR e CSLL

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Valores Correntes	(418.094)	(828.797)	(649.169)
IR e CSLL no País	(418.094)	(828.797)	(649.169)
Valores Diferidos	9	(542)	538
Ativo Fiscal Diferido	9	(542)	538
Diferenças intertemporais	9	(542)	538
Total	(418.085)	(829.339)	(648.631)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Resultado antes dos Tributos e Participações	949.338	1.864.041	1.457.756
Encargo total do IR (25%) e CSLL (20%)	(427.202)	(838.818)	(655.990)
Incentivos Fiscais	11.507	11.507	8.487
Outros valores	(2.390)	(2.028)	(1.128)
IR e CSLL do período	(418.085)	(829.339)	(648.631)

c) Despesas Tributárias

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Cofins	(45.115)	(88.012)	(70.548)
ISSQN	(21.714)	(42.204)	(33.059)
PIS/Pasep	(7.331)	(14.302)	(11.464)
Outras	(32)	(336)	(366)
Total	(74.192)	(144.854)	(115.437)

d) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

Ativado

	31.12.2016	Exerc/2017		31.12.2017
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças Temporárias	7.714	921	(1.465)	7.170
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	118	55	(62)	111
Provisões passivas	2.788	526	(926)	2.388
Marcação a mercado	2	--	(2)	--
Provisão para perdas permanentes - cotas de fundos	4.524	340	(475)	4.389
Outras provisões	282	--	--	282
Total dos Créditos Tributários Ativados	7.714	921	(1.465)	7.170
Imposto de Renda	4.139	328	(579)	3.888
Contribuição Social	3.574	593	(885)	3.282
PIS/Pasep e Cofins	1	--	(1)	--

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2017, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco do Brasil S.A.

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2018	--	--
Em 2019	--	--
Em 2020	699	569
Em 2021	1.230	925
Em 2022	1.455	1.011
Em 2023	1.363	878
Em 2024	1.060	632
Em 2025	695	383
Em 2026	386	198
Em 2027	282	133
Total de créditos tributários em 31.12.2017	7.170	4.729

No exercício de 2017, observou-se a realização de créditos tributários na BB DTVM no montante de R$ 1.465 mil, superior a respectiva projeção de utilização para o período de 2017, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2016.

14 - PARTES RELACIONADAS

Os custos com remunerações e outros benefícios de curto prazo atribuídos à Diretoria da BB DTVM foram de R$ 3.535 mil no exercício/2017 (R$ 3.375 mil no exercício/2016) e ao Conselho de Administração foram de R$ 63 mil no exercício/2017 (R$ 73 mil no exercício/2016).

De acordo com a política de remuneração variável da BB DTVM, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 12.f).

A BB DTVM não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

A BB DTVM realiza, principalmente com seu controlador, o Banco do Brasil S.A., transações bancárias, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados) e aplicações em operações compromissadas. Há, ainda, contratos de prestação de serviços, de garantias prestadas e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	31.12.2017		
	Controlador	Outras Partes Relacionadas	Total
Ativos			
Disponibilidades (Nota 4)	2.133	--	2.133
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.a)	1.227.188	--	1.227.188
Taxa de administração de carteiras (1)	--	1.096	1.096
Valores a receber (2) (Nota 7.c)	--	13.280	13.280
Passivos			
Dividendos e bonificações a pagar (Nota 9.a)	530.163	--	530.163
Valores a pagar a sociedades ligadas (3) (Nota 9.d)	14.268	8	14.276

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	2º Sem/2017		
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	40.240	--	40.240
Rendas de serviços prestados a ligadas [4] (Nota 10.a)	--	13.108	13.108
Rendas de taxas de administração de carteiras [1]	--	6.479	6.479
Despesas tributárias	(29)	--	(29)
Despesas de pessoal	(46.417)	--	(46.417)
Despesas administrativas diversas	(10.561)	--	(10.561)
Despesas de serviço do sistema financeiro - comissões [3]	--	(17)	(17)
Despesas de serviço do sistema financeiro - custódia e controladoria	(19.249)	--	(19.249)
Banco do Brasil - suporte operacional (Nota 10.f)	(9.245)	--	(9.245)
Variações monetárias passivas (Nota 10.f)	(7.585)	--	(7.585)
Outras despesas operacionais	(295)	--	(295)
	Exerc/2017		
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	81.088	--	81.088
Rendas de serviços prestados a ligadas [4] (Nota 10.a)	--	21.550	21.550
Rendas de taxas de administração de carteiras [1]	--	12.913	12.913
Despesas tributárias	(288)	--	(288)
Despesas de pessoal	(89.228)	--	(89.228)
Despesas administrativas diversas	(20.558)	--	(20.558)
Despesas de serviço do sistema financeiro - comissões [3]	--	(27)	(27)
Despesas de serviço do sistema financeiro - custódia e controladoria	(36.788)	--	(36.788)
Banco do Brasil - suporte operacional (Nota 10.f)	(18.283)	--	(18.283)
Variações monetárias passivas (Nota 10.f)	(15.858)	--	(15.858)
Outras despesas operacionais	(560)	--	(560)

	31.12.2016		
	Controlador	Outras Partes Relacionadas	Total
Ativos			
Disponibilidades (Nota 4)	1.815	--	1.815
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.a)	1.025.870	--	1.025.870
Taxa de administração de carteiras [1]	--	1.153	1.153
Valores a receber [2] (Nota 7.c)	--	9.395	9.395
Passivos			
Dividendos e bonificações a pagar (Nota 9.a)	420.778	--	420.778
Valores a pagar a sociedades ligadas [3] (Nota 9.d)	13.817	26	13.843
	Exerc/2016		
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.b)	96.317	--	96.317
Rendas de serviços prestados a ligadas [4] (Nota 10.a)	--	18.931	18.931
Rendas de taxas de administração de carteiras [1]	--	12.611	12.611
Despesas tributárias	(335)	--	(335)
Despesas de pessoal	(88.490)	--	(88.490)
Despesas administrativas diversas	(21.875)	--	(21.875)
Despesas de serviço do sistema financeiro - comissões [3]	--	(44)	(44)
Despesas de serviço do sistema financeiro - custódia e controladoria	(29.963)	--	(29.963)
Banco do Brasil - suporte operacional (Nota 10.f)	(20.948)	--	(20.948)
Variações monetárias passivas (Nota 10.f)	(17.461)	--	(17.461)
Outras despesas operacionais	(1.051)	--	(1.051)

(1) O saldo de outras partes relacionadas refere-se a empresas do grupo Mapfre (Companhia de Seguros Aliança do Brasil, Brasilveículos, ABS Aliança do Brasil Seguros e Mapfre Vida).

(2) O saldo de outras partes relacionadas refere-se ao BB Banco de Investimento S.A. e ao BAMB - Brasilian American Merchant Bank.

(3) O saldo de outras partes relacionadas refere-se ao BB Securities Asia.

(4) O saldo de outras partes relacionadas refere-se ao BB Banco de Investimento S.A.

15 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

O quadro de pessoal da BB DTVM é composto exclusivamente por funcionários do Banco do Brasil cedidos por meio de convênio de cessão. A cessão dá-se na forma de disponibilidade sem ônus para o Banco e inclui o exercício de funções dos níveis Diretivo, Gerencial e outros cargos de confiança. O Banco continua processando a folha de pagamento dos funcionários cedidos, mediante ressarcimento mensal pela Subsidiária de todos os custos decorrentes (Nota 14).

	31.12.2017	31.12.2016
Número de funcionários cedidos pelo Banco do Brasil S.A. (dotação)	294	294
Maior salário	61.564,83	61.564,83
Menor salário	3.243,35	3.173,82
Salário médio	14.846,87	14.346,63

16 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

b) Provisões para Demandas Fiscais e Cíveis - Prováveis

Em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009, a BB DTVM constitui provisão para demandas cíveis e fiscais com risco de perda "provável".

Ações Fiscais

As demandas fiscais referem-se a procedimentos administrativos e judiciais iniciados, principalmente, pela Fazenda Nacional e Delegacia da Receita Federal, relativos a não retenção/recolhimento de tributos, e pelos municípios, que questionam a incidência de ISSQN sobre atividades da empresa.

Ações Cíveis

As ações de natureza cível movidas contra a BB DTVM referem-se a pedidos de indenização em razão da aplicação do Código de Defesa do Consumidor, bem como a cobrança de diferenças de rendimentos.

Movimentações na provisão para demandas fiscais e cíveis classificadas como prováveis

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Demandas Fiscais			
Saldo Inicial	5.226	6.864	6.019
Constituição	686	1.045	1.204
Reversão de provisão	(313)	(2.310)	(359)
Baixa por pagamento	--	--	--
Saldo Final	5.599	5.599	6.864
Demandas Cíveis			
Saldo Inicial	375	110	73
Constituição	341	607	78
Reversão de provisão	(345)	(346)	(41)
Baixa por pagamento	--	--	--
Saldo Final	371	371	110
Total das Demandas Fiscais e Cíveis	5.970	5.970	6.974

A administração da BB DTVM considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas fiscais e cíveis.

Cronograma esperado de desembolsos

	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	3.006	302
De 5 a 10 anos	1.955	67
Acima de 10 anos	638	2
Total	5.599	371

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

c) Passivos Contingentes - Possíveis

As demandas fiscais e cíveis classificadas com risco possível são dispensadas de constituição de provisão com base no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2017	31.12.2016
Demandas fiscais	179.022	162.914
Demandas cíveis	14.232	13.659
Total	193.254	176.573

d) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2017	31.12.2016
Demandas fiscais	56.578	51.858
Demandas cíveis	156	156
Total	56.734	52.014

e) Obrigações Legais

Em 31.12.2017 e 31.12.2016, não havia registrado em Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias, Obrigações Legais oriundas de perdas contingentes.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao

Conselho de Administração e ao Acionista da

BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB DTVM em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à BB DTVM, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da BB DTVM é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a BB DTVM continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a BB DTVM ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do BB DTVM são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da BB DTVM.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da BB DTVM. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a BB DTVM a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 23 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-DF

João Paulo Dal Poz Alouche

Contador CRC 1SP245785/O-2

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

I. Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Brasil (Coaud), órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração (CA), é composto atualmente por três membros, sendo um integrante do CA, todos independentes e nomeados pelo CA.

O Banco do Brasil optou pela constituição de comitê de auditoria único para o Banco Múltiplo e Subsidiárias, entre elas a BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BB DTVM).

No endereço eletrônico www.bb.com.br/ri estão disponíveis o regimento interno do Coaud e canal para recepção de informações acerca do descumprimento de regulamentos e códigos internos e de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Instituição.

II. Responsabilidades

O Coaud tem suas atribuições definidas pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto Regulamentar nº 8.945/2016, Resolução CMN 3.198/2004, Estatuto Social do BB e por seu Regimento Interno.

Os administradores da BB DTVM são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna do Conglomerado responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que a BB DTVM está exposta, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

III. Atividades do período

O Comitê de Auditoria realizou reuniões regulares, em cumprimento ao seu plano de trabalho, com o Conselho de Administração, diretoria, Banco Central do Brasil (Bacen) e também com executivos do Banco de áreas que realizam atividades necessárias às operações da BB DTVM.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados ao sistema de controles internos, conformidade, aspectos contábeis, gestão de riscos, governança corporativa, segurança, auditoria dos fundos de investimento e recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente e por órgãos externos de fiscalização e controle. Nas situações em que identificou possibilidades de melhoria, recomendou aprimoramentos.

IV. Auditoria Interna

O Coaud supervisiona as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna e avalia, por meio de instrumental técnico formal, sua independência, objetividade, qualidade e efetividade.

Realizou reuniões periódicas com a Auditoria Interna para conhecer as conclusões dos trabalhos, principais preocupações, acompanhar sua atuação e o cumprimento de suas atribuições. Conheceu os trabalhos realizados na empresa e emitiu parecer ao plano anual de trabalho 2018 da Auditoria Interna para a BB DTVM.

V. Auditoria Independente

O Coaud supervisiona a prestação de serviços de auditoria contábil pelos auditores independentes e avalia, por meio de instrumental técnico próprio, sua independência, a qualidade e a adequação de tais serviços às necessidades da Instituição. Além disso, avalia, previamente à contratação, a existência de conflitos na prestação de outros serviços às empresas do Conglomerado.

VI. Sistema de controles internos (SCI)

A avaliação da efetividade do SCI pelo Coaud é fundamentada principalmente nos resultados dos trabalhos realizados pelas auditorias interna e independente, pelos órgãos externos de fiscalização e controle, pela Diretoria de Controles Internos (Dicoi), pela área de controles internos e conformidade da BB DTVM e, também, em informações e documentos requisitados a outras áreas do Banco e em suas próprias análises.

VII. Exposição a risco

O Coaud monitorou as principais atividades relacionadas a gestão de riscos e de capital, conheceu os reportes sobre o acompanhamento dos principais indicadores e limites estabelecidos, e constatou que as exposições a riscos da BB DTVM, em 2017, estavam alinhadas aos limites prudenciais e de tolerância de riscos estabelecidos pela empresa.

VIII. Demonstrações contábeis

O Coaud examinou o resumo das principais práticas contábeis e analisou mensalmente as principais variações nos saldos contábeis e respectivas causas, a partir de informações fornecidas pela Diretoria Contadoria (Coger).

Revisou as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, o relatório da administração e o relatório do Auditor Independente datado de 23/02/2018, sem ressalvas, relativos ao exercício findo em 31/12/2017.

IX. Recomendações do Comitê de Auditoria

Entre os diversos temas sobre os quais o Coaud se manifestou ao Conselho de Administração, destaca-se o programa de integridade e a avaliação sobre a suficiência da provisão para demandas contingentes. Emitiu recomendações à BB DTVM quando julgou necessário.

X. Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

a. o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios da subsidiária e objeto de permanente atenção por parte da administração;

b. a Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;

c. a auditoria independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;

d. as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB DTVM em 31/12/2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Brasília-DF, 23 de fevereiro de 2018.

Antônio Carlos Correia

Luiz Serafim Spinola Santos

Marcos Tadeu de Siqueira

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. declara que aprovou nesta data o Relatório da Administração e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e, em conformidade com o inciso V do art. 142 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, tomou conhecimento e recomendou a aprovação das contas da Diretoria, todos referentes ao exercício de 2017.

Em 23 de fevereiro de 2018.

Márcio Hamilton Ferreira (Presidente)

Antonio Mauricio Maurano (Vice-presidente)

Priscilla Maria Santana

Bruno Nunes Sad

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da BB GESTÃO DE RECURSOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis - incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício - relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e considerando ainda o Relatório dos Auditores Independentes - KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, nesta data emitido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 23 de fevereiro de 2018.

Iêda Aparecida de Moura Cagni (Presidente)

Daniel de Araújo e Borges

Luiz Fernando Alves

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIRETORIA

PRESIDENTE
Paulo Roberto Lopes Ricci
DIRETORES
Ana Paula Teixeira de Sousa
Carlos José da Costa André
João Vagnes de Moura Silva
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Márcio Hamilton Ferreira (Presidente)
Antonio Mauricio Maurano (Vice-presidente)
Priscilla Maria Santana
Bruno Nunes Sad
CONSELHO FISCAL
Iêda Aparecida de Moura Cagni (Presidente)
Daniel de Araújo e Borges
Luiz Fernando Alves
COMITÊ DE AUDITORIA
Antônio Carlos Correia (Coordenador)
Luiz Serafim Spinola Santos
Marcos Tadeu de Siqueira
CONTADORIA
Eduardo Cesar Pasa
Contador Geral
Contador CRC-DF 017601/O-5
541.035.920-87

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº 11/2013

Acusados: Eagle Capital Ltda
Geração Futuro Corretora de Valores S.A.
Ivany Yara de Medeiros
Mauro César Medeiros de Mello

Ementa: Irregularidades na administração e na gestão de clubes de investimento. Prática de negociação excessiva (churning). Negligência na

defesa dos direitos e dos interesses de clubes de investimento administrados pela Corretora. Absolvições e Multa.

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, por unanimidade de votos, com fundamento no art. 11 da Lei nº 6.385/76, decidiu:

PRELIMINARMENTE, rejeitar as arguições de prescrição quinquenal e de prescrição intercorrente apresentadas pela defesa, e

NO MÉRITO:

1. Aplicar à Geração Futuro Corretora de Valores S.A. a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), pelo giro excessivo de negócios nas carteiras dos clubes de investimento por ela administrados (churning), em infração ao artigo 16, inciso VI, da Instrução CVM nº 306/199932;

2. ABSOLVER a Geração Futuro Corretora de Valores S.A. de todas as demais acusações relativas a irregularidades na administração e na gestão de clubes de investimento - tais como, por exemplo, negligência na defesa dos direitos e interesses dos clubes de investimento e descumprimento do dever de diligência - bem como absolvê-la da imputação de infração a dispositivos da Instrução CVM nº 40/84.

3. ABSOLVER Mauro César Medeiros de Mello da imputação de infração aos artigos 7º e 9º da Instrução CVM nº 40/84, bem como das acusações de negligência na defesa dos direito e interesses dos clubes de investimento e de descumprimento do dever de diligência.

A acusada punida terá um prazo de 30 dias, a contar do recebimento de comunicação da CVM, para interpor recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos dos artigos 37 e 38 da Deliberação CVM nº 538, de 05 de março de 2008, prazo esse, ao qual, de acordo com a orientação fixada pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, poderá ser aplicado o disposto no art. 191 do Código de Processo Civil, que concede prazo em dobro para recorrer quando os litisconsórcios tiverem diferentes procuradores.

Com a entrada em vigor do Decreto nº 8.652, de 2016, a decisão de absolvição transita em julgado na primeira instância, dessa forma, a CVM não mais interpõe recurso de ofício ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

Proferiu defesa oral o advogado Carlos Augusto Junqueira de Siqueira, representante dos acusados Mauro César Medeiros de Mello e Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

Presente o Procurador-federal Leonardo Montanholi dos Santos, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Gustavo Machado Gonzalez, Relator, Henrique Balduino Machado Moreira e o Presidente da CVM, Marcelo Barbosa, que presidiu a Sessão.

Ausente o Diretor Gustavo Borba.

O Diretor Pablo Renteria declarou-se impedido de participar da Sessão de Julgamento.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2018.
GUSTAVO MACHADO GONZALEZ
Diretor-Relator

MARCELO BARBOSA
Presidente da Sessão de Julgamento

SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DESPACHO DE 8 DE MARÇO DE 2018

Processo Administrativo Sancionador CVM Nº RJ2018/324 (SEI 19957.011629/2017-61)

Objeto: Apurar a responsabilidade de Cabral Garcia Empreendimentos Imobiliários Ltda., Jofave Barbará Hotel Ltda., HMA Consultoria Empresarial Ltda., Aline Coutinho Cabral Garcia Dias e Elialdi Gomes de Melo pela realização de oferta de contratos de investimento coletivo (CIC) relacionados com o empreendimento Hotel Ibis Volta Redonda/Barra Mansa sem a obtenção do registro previsto no art. 19 da Lei nº 6.385/76.

Assunto: Pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesas

Acusados	Advogados
Aline Coutinho Cabral Garcia Dias	Rodrigo Grossi Leopoldino OAB/ RJ 183.653
Cabral Garcia Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Rodrigo Grossi Leopoldino OAB/ RJ 183.653
Elialdi Gomes de Melo	Daniel Dirani OAB/ SP 219.267
HMA Consultoria Empresarial Ltda.	Não constituiu advogado
Jofave Barbará Hotel Ltda.	Não constituiu advogado

Trata-se de pedidos de prorrogação de prazo para apresentação de defesas, formulados por Aline Coutinho Cabral Garcia Dias, Cabral Garcia Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Elialdi Gomes de Melo, acusados nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas em 08/05/2018 para todos os acusados no processo.

DOV RAWET
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES

DESPACHO DE 7 DE MARÇO DE 2018

Processo Administrativo Sancionador CVM Nº 08/2016

Objeto: Apuração de eventuais irregularidades relacionadas à possível inobservância de deveres fiduciários de administradores da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - no que concerne à Contratação de construção dos Navios-Sonda Petrobras 10000, Vitória 10000 ePride DS-5.

Assunto: Pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa.

Acusados	Advogados
Almir Guilherme Barbassa	Nelson Laks Eizirik OAB/RJ 38.730
Guilherme de Oliveira Estrella	Nelson Laks Eizirik OAB/RJ 38.730
Ildo Luís Sauer	Não constituiu advogado
José Sérgio Gabrielli de Azevedo	Carlos Roberto Siqueira Castro OAB/ DF 20.015
Maria das Graças Silva Foster	Nelson Laks Eizirik OAB/RJ 38.730
Nestor Cunat Cervero	Murilo Varasquim OAB/PR 41.918
Paulo Roberto Costa	João Mestieri OAB/RJ 13.645
Renato de Souza Duque	Não constituiu advogado

Trata-se de pedido de prorrogação de prazo para apresentação de Defesas, formulado por Nestor Cunat Cervero, acusado nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido de prorrogação e fixo nova data para apresentação de defesas em 18/04/2018 para todos os acusados no processo.

CARLOS GUILHERME DE PAULA AGUIAR
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 16.161, DE 1º DE MARÇO DE 2018

O Superintendente de Relações com o Mercado e Intermediários da Comissão de Valores Mobiliários, autoriza, nesta data, a BS2 Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., C.N.P.J. 28.650.236/0001-92, a prestar o serviço de Custódia de Valores Mobiliários, nos termos do Artigo 24 da Lei nº 6.385/76 e da Instrução CVM nº 542, de 20 de dezembro de 2013.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 16.164, DE 7 DE MARÇO DE 2018

O Superintendente de Relações com o Mercado e Intermediários da Comissão de Valores Mobiliários, cancela, a pedido, nesta data, o registro concedido ao Banco Fator S.A., C.N.P.J. 33.644.196/0001-06, a prestar o serviço de Escrituração de Valores Mobiliários, nos termos do Artigo 34, §2º, da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 543, de 20 de dezembro de 2013.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

3ª SEÇÃO

2ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do processo 10830.903904/2012-11 (item 03) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 04 a 15;

o julgamento do processo 10830.914988/2012-19 (item 16) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 17 a 28;

o julgamento do processo 10680.904616/2016-79 (item 43) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 44 a 95;

o julgamento do processo 13888.914725/2011-51 (item 126) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 127 a 146;

o julgamento do processo 10480.900123/2012-92 (item 147) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 148 a 172;

o julgamento do processo 10880.915140/2006-73 (item 202) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 203 a 210;

vv o julgamento do processo 10980.934785/2009-20 (item 211) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 212 a 238; e

o julgamento do processo 15374.901841/2008-21 (item 239) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 240 a 251.

As decisões dos processos constantes dos itens 03, 16, 43, 126, 147, 202, 211 e 239 (paradigmas) serão aplicadas, respectivamente, aos processos repetitivos de que tratam os itens 04 a 15, 17 a 28, 44 a 95, 127 a 146, 148 a 172, 203 a 210, 211 a 238 e 240 a 251, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada, com a redação dada pela Portaria MF nº 152, de 3 de maio de 2016.

DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE

1 - Processo nº: 13804.724207/2013-92 - Recorrente: CAR-CENTRAL DE AUTOPEÇAS E ROLAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 13804.725729/2013-10 - Recorrente: CAR-CENTRAL DE AUTOPEÇAS E ROLAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3 - Processo nº: 10830.903904/2012-11 - Recorrente: COOPERATIVA DE USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA

4 - Processo nº: 10830.903903/2012-77 - Recorrente: COOPERATIVA DE USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 10830.903905/2012-66 - Recorrente: COOPERATIVA DE USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 10830.903906/2012-19 - Recorrente: COOPERATIVA DE USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 10830.903907/2012-55 - Recorrente: COOPERATIVA DE USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10830.903908/2012-08 - Recorrente: COOPERATIVA DE USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10830.903909/2012-44 - Recorrente: COOPERATIVA DE USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 10830.903910/2012-79 - Recorrente: COOPERATIVA DE USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 10830.903911/2012-13 - Recorrente: COOPERATIVA DE USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 10830.903912/2012-68 - Recorrente: COOPERATIVA DE USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 10830.903913/2012-11 - Recorrente: COOPERATIVA DE USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10830.903914/2012-57 - Recorrente: COOPERATIVA DE USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10830.903915/2012-00 - Recorrente: COOPERATIVA DE USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE

16 - Processo nº: 10830.914988/2012-19 - Recorrente: COOPERATIVA DE USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA

17 - Processo nº: 10830.914989/2012-63 - Recorrente: COOPERATIVA DE USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 10830.914991/2012-32 - Recorrente: COOPERATIVA DE USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 10830.914992/2012-87 - Recorrente: COOPERATIVA DE USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 10830.914993/2012-21 - Recorrente: COOPERATIVA DE USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 10830.914994/2012-76 - Recorrente: COOPERATIVA DE USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 10830.915047/2012-01 - Recorrente: COOPERATIVA DE USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 10830.915048/2012-47 - Recorrente: COOPERATIVA DE USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 10830.915053/2012-50 - Recorrente: COOPERATIVA DE USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 10830.915054/2012-02 - Recorrente: COOPERATIVA DE USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 10830.915064/2012-30 - Recorrente: COOPERATIVA DE USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 10830.915065/2012-84 - Recorrente: COOPERATIVA DE USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 10830.915066/2012-29 - Recorrente: COOPERATIVA DE USUÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DE CAMPINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE

29 - Processo nº: 10831.003859/00-33 - Recorrente: PLASTIPAK PACKAGING DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 13005.000695/00-50 - Recorrente: GRÁFICA COMETA LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 11020.001494/2003-89 - Recorrente: FRAS-LE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 10314.002517/2002-23 - Recorrente: INTEGRAL TRANSPORTE E AGENCIAMENTO MARÍTIMO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 16682.720408/2014-13 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: BP ENERGY DO BRASIL LTDA

34 - Processo nº: 10840.901468/2008-41 - Embargante: MONTECITRUS TRADING S/A

Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA

35 - Processo nº: 10242.000339/2010-05 - Recorrente: TRANSPORTES SANGALLI LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10120.725235/2012-47 - Recorrente: VANDERLUCIA DE DEUS ALVES ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 10242.000387/2010-95 - Recorrente: COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MADEIRAS EXPORT SUL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 10314.007865/2007-00 - Recorrente: SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 10909.002920/2010-72 - Recorrente: PERDIGÃO AGROINDÚSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 12157.000137/2008-25 - Recorrente: PERDIGÃO AGROINDÚSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 11487.720002/2012-61 - Recorrente: LUMAG COMÉRCIO DE MÁQUINAS E MATERIAL GRÁFICO EIRELI - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 10314.011771/2007-27 - Recorrente: KINSBERG COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE TECIDOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA

43 - Processo nº: 10680.904616/2016-79 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA

44 - Processo nº: 10680.904617/2016-13 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 10680.904621/2016-81 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 10680.904622/2016-26 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 10680.904623/2016-71 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 10680.904624/2016-15 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 10680.904625/2016-60 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 10680.904626/2016-12 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 10680.904627/2016-59 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 10680.904628/2016-01 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 10680.904629/2016-48 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 10680.904630/2016-72 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 10680.904631/2016-17 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 10680.904632/2016-61 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 10680.904633/2016-14 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 10680.904634/2016-51 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 10680.904635/2016-03 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 10680.904641/2016-52 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 10680.904653/2016-87 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 10680.904654/2016-21 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 10680.912680/2016-23 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 10680.912683/2016-67 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 10680.918849/2016-59 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 10680.918850/2016-83 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 10680.918851/2016-28 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 10680.918852/2016-72 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 10680.918853/2016-17 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 10680.918854/2016-61 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo nº: 10680.918855/2016-14 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 10680.918856/2016-51 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo nº: 10680.918857/2016-03 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 10680.918858/2016-40 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 10680.918859/2016-94 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 10680.918860/2016-19 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 10680.918861/2016-63 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo nº: 10680.918863/2016-52 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo nº: 10680.918864/2016-05 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo nº: 10680.918867/2016-31 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo nº: 10680.918868/2016-85 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo nº: 10680.918870/2016-54 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo nº: 10680.918871/2016-07 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 10680.918872/2016-43 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo nº: 10680.918873/2016-98 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo nº: 10680.924981/2016-08 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo nº: 10680.924982/2016-44 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

88 - Processo nº: 10680.924983/2016-99 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

89 - Processo nº: 10680.924984/2016-33 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

90 - Processo nº: 10680.924985/2016-88 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

91 - Processo nº: 10680.924986/2016-22 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

92 - Processo nº: 10680.924988/2016-11 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

93 - Processo nº: 10680.924991/2016-35 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo nº: 10680.924993/2016-24 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

95 - Processo nº: 10680.924994/2016-79 - Recorrente: MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA

96 - Processo nº: 10880.919737/2009-30 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: OVETRIL ÓLEOS VEGETAIS LTDA

97 - Processo nº: 12466.721716/2014-60 - Recorrente: COMEXPORT TRADING COMÉRCIO EXTERIOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo nº: 10140.001796/00-03 - Recorrente: SSP DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

99 - Processo nº: 10650.901212/2010-95 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERAÇÃO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

100 - Processo nº: 10650.901213/2010-30 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERAÇÃO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

101 - Processo nº: 10650.901214/2010-84 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERAÇÃO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

102 - Processo nº: 10650.901215/2010-29 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERAÇÃO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

103 - Processo nº: 10650.901216/2010-73 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERAÇÃO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

104 - Processo nº: 13646.000189/2004-29 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERAÇÃO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

105 - Processo nº: 13646.000430/2010-68 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERAÇÃO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

106 - Processo nº: 13646.000133/2010-12 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERAÇÃO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

107 - Processo nº: 13646.000431/2010-11 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERAÇÃO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

108 - Processo nº: 11829.720045/2012-29 - Embargante: MEP BRASIL COMÉRCIO E SERVICOS DE MÁQUINAS EQUIPAMENTOS E PROCESSOS NA TRANSFORMACAO DE ACO LTDA

109 - Processo nº: 10875.001926/00-97 - Recorrente: SENAP DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

110 - Processo nº: 19515.004385/2007-97 - Recorrentes: GALDERMA BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL

111 - Processo nº: 12466.002814/2006-94 - Recorrente: PROAD IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

112 - Processo nº: 12466.002818/2006-72 - Recorrente: PROAD IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

113 - Processo nº: 12466.002820/2006-41 - Recorrente: PROAD IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

114 - Processo nº: 10540.900582/2008-38 - Recorrente: DOCELAR SUPERMERCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

115 - Processo nº: 10825.720097/2007-13 - Recorrente: PROFORM INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

116 - Processo nº: 10530.004513/2008-11 - Recorrente: FRIBARREIRAS AGRO INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

117 - Processo nº: 16682.720280/2011-45 - Recorrente: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

118 - Processo nº: 10845.003528/2004-94 - Recorrente: VOLCAFE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

119 - Processo nº: 10120.720056/2005-94 - Recorrente: NOVO MUNDO MÓVEIS E UTILIDADES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

120 - Processo nº: 16327.001090/2006-15 - Recorrente: CREDIBANCO S/A D.T.V.M. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA

121 - Processo nº: 13804.723784/2013-67 - Recorrente: DISTRIBUIDORA AUTOMOTIVA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

122 - Processo nº: 13804.724206/2013-48 - Recorrente: TIETE VEÍCULOS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

123 - Processo nº: 13804.724732/2013-16 - Recorrente: COFIPE VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

124 - Processo nº: 13804.724766/2013-01 - Recorrente: TERRAÇO ITÁLIA RESTAURANTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

125 - Processo nº: 13804.724787/2013-18 - Recorrente: TERRAÇO ITÁLIA RESTAURANTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

126 - Processo nº: 13888.914725/2011-51 - Recorrente: INDÚSTRIAS ROMI S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA

127 - Processo nº: 13888.914726/2011-04 - Recorrente: INDÚSTRIAS ROMI S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

128 - Processo nº: 13888.916985/2011-61 - Recorrente: INDÚSTRIAS ROMI S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

129 - Processo nº: 13888.916986/2011-14 - Recorrente: INDÚSTRIAS ROMI S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

130 - Processo nº: 13888.916987/2011-51 - Recorrente: INDÚSTRIAS ROMI S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

131 - Processo nº: 13888.916988/2011-03 - Recorrente: INDÚSTRIAS ROMI S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

132 - Processo nº: 13888.916989/2011-40 - Recorrente: INDÚSTRIAS ROMI S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

133 - Processo nº: 13888.916990/2011-74 - Recorrente: INDÚSTRIAS ROMI S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

134 - Processo nº: 13888.916991/2011-19 - Recorrente: INDÚSTRIAS ROMI S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

135 - Processo nº: 13888.916992/2011-63 - Recorrente: INDÚSTRIAS ROMI S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

136 - Processo nº: 13888.916993/2011-16 - Recorrente: INDÚSTRIAS ROMI S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

137 - Processo nº: 13888.916994/2011-52 - Recorrente: INDÚSTRIAS ROMI S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

138 - Processo nº: 13888.916995/2011-05 - Recorrente: INDÚSTRIAS ROMI S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

139 - Processo nº: 13888.916996/2011-41 - Recorrente: INDÚSTRIAS ROMI S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

140 - Processo nº: 13888.916997/2011-96 - Recorrente: INDÚSTRIAS ROMI S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

141 - Processo nº: 13888.916998/2011-31 - Recorrente: INDÚSTRIAS ROMI S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

142 - Processo nº: 13888.916999/2011-85 - Recorrente: INDÚSTRIAS ROMI S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

143 - Processo nº: 13888.917001/2011-60 - Recorrente: INDÚSTRIAS ROMI S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

144 - Processo nº: 13888.917002/2011-12 - Recorrente: INDÚSTRIAS ROMI S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

145 - Processo nº: 13888.917003/2011-59 - Recorrente: INDÚSTRIAS ROMI S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

146 - Processo nº: 13888.917004/2011-01 - Recorrente: INDÚSTRIAS ROMI S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA

147 - Processo nº: 10480.900123/2012-92 - Recorrente: DELTA VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA

148 - Processo nº: 10480.900126/2012-26 - Recorrente: DELTA VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

149 - Processo nº: 10480.900135/2012-17 - Recorrente: DELTA VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

150 - Processo nº: 10480.900137/2012-14 - Recorrente: DELTA VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

151 - Processo nº: 10480.900138/2012-51 - Recorrente: DELTA VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

152 - Processo nº: 10480.900139/2012-03 - Recorrente: DELTA VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

153 - Processo nº: 10480.901055/2012-89 - Recorrente: DELTA VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

154 - Processo nº: 10480.901056/2012-23 - Recorrente: DELTA VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

155 - Processo nº: 10480.916113/2011-98 - Recorrente: DELTA VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

156 - Processo nº: 10480.916114/2011-32 - Recorrente: DELTA VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

157 - Processo nº: 10480.917570/2011-08 - Recorrente: DELTA VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

158 - Processo nº: 10480.917571/2011-44 - Recorrente: DELTA VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

159 - Processo nº: 10480.917574/2011-88 - Recorrente: DELTA VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

160 - Processo nº: 10480.917575/2011-22 - Recorrente: DELTA VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

161 - Processo nº: 10480.917576/2011-77 - Recorrente: DELTA VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

162 - Processo nº: 10480.917577/2011-11 - Recorrente: DELTA VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

163 - Processo nº: 10480.917578/2011-66 - Recorrente: DELTA VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

164 - Processo nº: 10480.917579/2011-19 - Recorrente: DELTA VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

165 - Processo nº: 10480.917580/2011-35 - Recorrente: DELTA VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

166 - Processo nº: 10480.917581/2011-80 - Recorrente: DELTA VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

167 - Processo nº: 10480.917582/2011-24 - Recorrente: DELTA VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

168 - Processo nº: 10480.917583/2011-79 - Recorrente: DELTA VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

169 - Processo nº: 10480.917586/2011-11 - Recorrente: DELTA VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

170 - Processo nº: 10480.917588/2011-00 - Recorrente: DELTA VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

171 - Processo nº: 10480.917589/2011-46 - Recorrente: DELTA VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

172 - Processo nº: 10480.917593/2011-12 - Recorrente: DELTA VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA

173 - Processo nº: 10980.723884/2014-45 - Recorrente: ELECTROLUX DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

174 - Processo nº: 10283.721667/2012-16 - Recorrente: DIXTAL BIOMÉDICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

175 - Processo nº: 10283.721755/2012-18 - Recorrente: DIXTAL BIOMÉDICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

176 - Processo nº: 10925.720654/2015-70 - Recorrentes: SOMAR INDUSTRIAL DE EMBALAGENS LTDA e FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE

177 - Processo nº: 10726.000001/2004-64 - Recorrente: SEBEP QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCELO GIOVANI VIEIRA

178 - Processo nº: 10907.721159/2013-34 - Recorrente: SERTRADING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

179 - Processo nº: 13831.000261/99-39 - Recorrente: OURICAR OURINHOS VEÍCULOS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

180 - Processo nº: 11060.001031/2010-70 - Recorrente: LUIZ MINOZZO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

181 - Processo nº: 11060.003497/2007-12 - Recorrente: LUIZ MINOZZO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

182 - Processo nº: 13502.720329/2011-42 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV

183 - Processo nº: 10314.720458/2016-74 - Recorrentes: AMBEV S.A. e FAZENDA NACIONAL

184 - Processo nº: 10314.728231/2015-96 - Recorrentes: AMBEV S.A. e FAZENDA NACIONAL

185 - Processo nº: 11618.000193/2003-18 - Recorrente: SERV DE APOIO AS MICRO E PEQ EMP DA PARAIBA SEBRAE PB e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

186 - Processo nº: 16682.720467/2013-19 - Recorrentes: LOJAS AMERICANAS S.A. e FAZENDA NACIONAL

187 - Processo nº: 15504.724504/2014-29 - Recorrente: ANDRADE GUTIERREZ S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

188 - Processo nº: 11444.000553/2008-25 - Recorrente: ESTRUTURAS METÁLICAS BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

189 - Processo nº: 13830.720010/2007-19 - Recorrente: ESTRUTURAS METÁLICAS BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

190 - Processo nº: 13830.720011/2007-63 - Recorrente: ESTRUTURAS METÁLICAS BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

191 - Processo nº: 13830.720016/2007-96 - Recorrente: ESTRUTURAS METÁLICAS BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

192 - Processo nº: 13830.720018/2007-85 - Recorrente: ESTRUTURAS METÁLICAS BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

193 - Processo nº: 12466.004514/2005-69 - Recorrente: INDÚSTRIA E COMÉRCIO QUIMETAL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

194 - Processo nº: 15889.000288/2009-98 - Recorrente: ESTRUTURAS METÁLICAS BAPTISTELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

195 - Processo nº: 15165.720051/2011-15 - Recorrente: MAX MOBILE INDÚSTRIA E COM DE METAIS E PLASTICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

196 - Processo nº: 15165.720059/2011-73 - Recorrente: RECH & PETRICH IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

197 - Processo nº: 10909.005942/2007-99 - Recorrente: GAMA SERVICOS E NEGÓCIOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

198 - Processo nº: 10245.001000/2010-98 - Recorrente: SANTOS E SANTOS COMÉRCIO LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

199 - Processo nº: 11829.720021/2015-12 - Recorrente: EMME2 COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

200 - Processo nº: 10074.001831/2010-79 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: GE CELMA LTDA.

201 - Processo nº: 11065.720100/2012-60 - Embargante: GETNET TECNOLOGIA EM CAPTURA E PROCESSAMENTO DE TRANSACOES H.U.A.H. S/A

DIA 22 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): TATIANA JOSEFOVICZ BELISARIO

202 - Processo nº: 10880.915140/2006-73 - Recorrente: BF UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA

203 - Processo nº: 10880.915139/2006-49 - Recorrente: BF UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

204 - Processo nº: 10880.915141/2006-18 - Recorrente: BF UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

205 - Processo nº: 10880.915142/2006-62 - Recorrente: BF UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

206 - Processo nº: 10880.915144/2006-51 - Recorrente: BF UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

207 - Processo nº: 10880.915145/2006-04 - Recorrente: BF UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

208 - Processo nº: 10880.915147/2006-95 - Recorrente: BF UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

209 - Processo nº: 10880.915148/2006-30 - Recorrente: BF UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

210 - Processo nº: 10880.915150/2006-17 - Recorrente: BF UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

211 - Processo nº: 10980.934785/2009-20 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

212 - Processo nº: 10980.907151/2011-19 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

213 - Processo nº: 10980.907152/2011-63 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

214 - Processo nº: 10980.907153/2011-16 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

215 - Processo nº: 10980.907154/2011-52 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

216 - Processo nº: 10980.911518/2010-18 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

217 - Processo nº: 10980.911519/2010-62 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

218 - Processo nº: 10980.927095/2009-14 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

219 - Processo nº: 10980.934784/2009-85 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

220 - Processo nº: 10980.934786/2009-74 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

221 - Processo nº: 10980.934787/2009-19 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

222 - Processo nº: 10980.940282/2011-16 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

223 - Processo nº: 10980.940283/2011-52 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

224 - Processo nº: 10980.940284/2011-05 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

225 - Processo nº: 10980.940286/2011-96 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

226 - Processo nº: 10980.940292/2011-43 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

227 - Processo nº: 10980.940300/2011-51 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

228 - Processo nº: 10980.940307/2011-73 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

229 - Processo nº: 10980.940308/2011-18 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

230 - Processo nº: 10980.940309/2011-62 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

231 - Processo nº: 10980.940310/2011-97 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

232 - Processo nº: 10980.940312/2011-86 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

233 - Processo nº: 10980.940314/2011-75 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

234 - Processo nº: 10980.940317/2011-17 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

235 - Processo nº: 10980.940783/2011-94 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

236 - Processo nº: 10980.940784/2011-39 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

237 - Processo nº: 10980.940785/2011-83 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

238 - Processo nº: 10980.940786/2011-28 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

239 - Processo nº: 15374.901841/2008-21 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

240 - Processo nº: 10768.906921/2006-63 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

241 - Processo nº: 15374.901855/2008-44 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

242 - Processo nº: 15374.901868/2008-13 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

243 - Processo nº: 15374.901871/2008-37 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

244 - Processo nº: 15374.901872/2008-81 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

245 - Processo nº: 15374.901879/2008-01 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

246 - Processo nº: 15374.901909/2008-71 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

247 - Processo nº: 15374.901913/2008-30 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

248 - Processo nº: 15374.901916/2008-73 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

249 - Processo nº: 15374.901956/2008-15 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

250 - Processo nº: 15374.901964/2008-61 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

251 - Processo nº: 15374.901985/2008-87 - Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA

252 - Processo nº: 10783.900423/2006-19 - Embargante: ADM DO BRASIL LTDA

Relator(a): TATIANA JOSEFOVICZ BELISÁRIO

253 - Processo nº: 11543.001947/2006-11 - Recorrente: ADM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

254 - Processo nº: 15578.000270/2009-08 - Recorrente: ADM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

255 - Processo nº: 10611.721673/2011-23 - Recorrentes: BOISSE BRASIL IMPORTAÇÃO LTDA e FAZENDA NACIONAL

256 - Processo nº: 10611.721556/2013-21 - Recorrente: BOISSE BRASIL IMPORTAÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

257 - Processo nº: 11543.003879/2001-10 - Recorrente: NOVACAR AUTOMÓVEIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

258 - Processo nº: 12466.005044/2002-16 - Recorrentes: VIA SUL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA e FAZENDA NACIONAL

259 - Processo nº: 10314.720621/2016-07 - Recorrentes: AEROPORTOS BRASIL - VIRACOPOS S.A. e FAZENDA NACIONAL

260 - Processo nº: 11050.002127/2008-50 - Recorrente: BUNGE FERTILIZANTES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA

261 - Processo nº: 13971.721450/2016-70 - Recorrente: BUNGE ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

262 - Processo nº: 13971.721974/2013-18 - Recorrente: BUNGE ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

263 - Processo nº: 13971.902473/2015-01 - Recorrente: BUNGE ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): TATIANA JOSEFOVICZ BELISÁRIO

264 - Processo nº: 11131.000790/2009-09 - Recorrente: VICUNHA TEXTIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

265 - Processo nº: 11817.000126/2009-42 - Recorrente: BRASMEDICA HOSPITALAR E ORTOPEDICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

266 - Processo nº: 16561.000176/2008-10 - Recorrente: JB IMPORT SERVICOS DE TELEMARKETING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

267 - Processo nº: 11128.007290/2006-04 - Recorrente: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA D' A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA

268 - Processo nº: 10650.721604/2013-15 - Recorrente: ANFÍBIA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS - EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

269 - Processo nº: 13888.722840/2015-25 - Recorrente: ECOLOGY PLASTIC - INDÚSTRIA DE PRODUTOS ECOLÓGICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

270 - Processo nº: 11829.720034/2014-19 - Recorrente: L.R. MULTIMÍDIA COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

271 - Processo nº: 10711.004236/2006-56 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: VITROTEC INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI

272 - Processo nº: 11051.720039/2012-18 - Embargante: PORTES BR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

DIA 22 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA

273 - Processo nº: 10580.726546/2012-14 - Recorrente: BOMIX INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

274 - Processo nº: 10314.008721/2007-62 - Recorrente: MAGNO COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

275 - Processo nº: 10880.015286/00-23 - Recorrente: EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PRODAM-SP S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

276 - Processo nº: 10983.905721/2008-19 - Recorrente: POLAR EDITORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

277 - Processo nº: 11516.000418/2009-70 - Recorrente: POLAR EDITORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

278 - Processo nº: 11516.002959/2010-76 - Recorrente: POLAR EDITORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

279 - Processo nº: 11516.002960/2010-09 - Recorrente: POLAR EDITORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

280 - Processo nº: 12719.000187/2006-38 - Recorrentes: C.F.A.-IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e FAZENDA NACIONAL

281 - Processo nº: 15374.002879/2008-19 - Recorrente: WILHELMSEN SHIPS SERVICE DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

282 - Processo nº: 12266.720843/2014-06 - Recorrentes: CHIBATÃO NAVEGACAO E COMÉRCIO LTDA e FAZENDA NACIONAL

283 - Processo nº: 11829.720019/2013-81 - Recorrente: HOT SAT TELECOMUNICAÇÕES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

284 - Processo nº: 12782.000012/2010-43 - Recorrente: ABC INDÚSTRIAL DA BAHIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

285 - Processo nº: 11080.918024/2011-51 - Recorrente: VONPAR REFRESCOS S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

286 - Processo nº: 19515.003597/2009-19 - Recorrente: GREMAX COMERCIAL IMPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

287 - Processo nº: 15868.001500/2009-82 - Recorrente: ARALCO S. A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

288 - Processo nº: 13116.900254/2009-11 - Recorrente: AGRO-RUB AGROPECUÁRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

289 - Processo nº: 11516.003460/2005-19 - Recorrente: BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

290 - Processo nº: 10580.720094/2006-19 - Recorrente: COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COELBA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

291 - Processo nº: 10166.721554/2010-95 - Recorrente: ASA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

292 - Processo nº: 15374.724372/2009-09 - Recorrente: PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

293 - Processo nº: 11543.002084/2006-07 - Recorrente: KAFFEE EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

PATRÍCIA DUARTE LUCENA
Secretária da Sessão

WINDERLEY MORAIS PEREIRA
Presidente da 1ª Turma Ordinária
Substituto

3ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 4º andar, Sala 401, Edifício Alvorada, Brasília - Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES: Serão julgados na primeira reunião ordinária subsequente os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 10746.904178/2012-11 (item 6) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 7 a 57; o julgamento do processo 10746.904181/2012-27 (item 58) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 59 a 76; o julgamento do Processo nº 10880.675899/2009-51 (item 129) servirá como

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 130 a 151; o julgamento do Processo nº 13839.900183/2012-04 (item 175) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 176 a 241; o julgamento do Processo nº 10925.003010/2009-75 (item 316) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 317 a 336; o julgamento do Processo nº 10925.003017/2009-97 (item 337) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 338 a 352; e o julgamento do Processo nº 10380.905554/2012-73 (item 623) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 624 a 637. As decisões dos processos constantes dos itens 6, 58, 129, 175, 336, 337 e 623 (paradigmas) serão aplicadas, respectivamente, aos processos repetitivos de que tratam os itens 7 a 57, 59 a 76, 130 a 151, 176 a 241, 317 a 336, 338 a 352 e 624 a 637, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada, com a redação dada pela Portaria MF nº 152, de 3 de maio de 2016.

DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA

1 - Processo: 19515.720753/2012-13 - Recorrente: SEARA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo: 10880.726321/2011-94 - Recorrente: SEARA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo: 10880.726323/2011-83 - Recorrente: SEARA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo: 10880.726327/2011-61 - Recorrente: SEARA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo: 10880.726329/2011-51 - Recorrente: SEARA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANTONIO CARLOS DA COSTA CAVALCANTI FILHO

6 - Processo: 10746.904178/2012-11 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE HENRIQUE MAURI

7 - Processo: 10746.904176/2012-14 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo: 10746.904177/2012-69 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo: 10746.904179/2012-58 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo: 10746.904182/2012-71 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo: 10746.904183/2012-16 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo: 10746.904184/2012-61 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo: 10746.904191/2012-62 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo: 10746.904192/2012-15 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo: 10746.904197/2012-30 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo: 10746.904198/2012-84 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo: 10746.904202/2012-12 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo: 10746.904203/2012-59 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo: 10746.904204/2012-01 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo: 10746.904205/2012-48 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo: 10746.904214/2012-39 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo: 10746.904215/2012-83 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo: 10746.904216/2012-28 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo: 10746.904217/2012-72 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo: 10746.904218/2012-17 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo: 10746.904219/2012-61 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo: 10746.904220/2012-96 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo: 10746.904221/2012-31 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo: 10746.904222/2012-85 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo: 10746.904223/2012-20 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo: 10746.904224/2012-74 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo: 10746.904225/2012-19 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo: 10746.904226/2012-63 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo: 10746.904227/2012-16 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo: 10746.904229/2012-05 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo: 10746.904230/2012-21 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo: 10746.904231/2012-76 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo: 10746.904232/2012-11 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo: 10746.904233/2012-65 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo: 10746.904234/2012-18 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo: 10746.904235/2012-54 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo: 10746.904236/2012-07 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo: 10746.904237/2012-43 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo: 10746.904238/2012-98 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo: 10746.904239/2012-32 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo: 10746.904240/2012-67 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo: 10746.904241/2012-10 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo: 10746.904242/2012-56 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo: 10746.904243/2012-09 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo: 10746.904244/2012-45 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo: 10746.904245/2012-90 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo: 10746.904246/2012-34 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo: 10746.904247/2012-89 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo: 10746.904248/2012-23 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo: 10746.904249/2012-78 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo: 10746.904250/2012-01 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo: 10746.904251/2012-47 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANTONIO CARLOS DA COSTA CAVALCANTI FILHO

58 - Processo: 10746.904181/2012-27 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE HENRIQUE MAURI

59 - Processo: 10746.904180/2012-82 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo: 10746.904185/2012-13 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo: 10746.904186/2012-50 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo: 10746.904187/2012-02 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo: 10746.904188/2012-49 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo: 10746.904189/2012-93 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo: 10746.904190/2012-18 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo: 10746.904193/2012-51 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo: 10746.904194/2012-04 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo: 10746.904195/2012-41 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo: 10746.904196/2012-95 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo: 10746.904199/2012-29 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo: 10746.904206/2012-92 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo: 10746.904207/2012-37 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo: 10746.904208/2012-81 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo: 10746.904209/2012-26 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo: 10746.904210/2012-51 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo: 10746.904211/2012-03 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANTONIO CARLOS DA COSTA CAVALCANTI FILHO

77 - Processo: 10746.904212/2012-40 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo: 10746.904200/2012-15 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo: 10746.904201/2012-60 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo: 10746.904213/2012-94 - Recorrente: JOAO ALVES DE ALMEIDA - GOIANO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO

81 - Processo: 10980.726426/2011-15 - Recorrente: GVT (HOLDING) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo: 10830.002781/2008-13 - Recorrente: EDIMON LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo: 10680.721181/2013-86 - Recorrente: APERAM INOX AMERICA DO SUL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo: 13502.000903/2002-51 - Embargante: PRONOR PETROQUIMICA S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo: 10580.721226/2007-01 - Recorrente: EXPRESSO ATLANTICO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo: 10675.000344/2008-03 - Recorrente: XINGULEDER COUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANTONIO CARLOS DA COSTA CAVALCANTI FILHO

87 - Processo: 10872.720149/2016-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA

88 - Processo: 10872.720152/2016-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA

89 - Processo: 10166.728841/2015-31 - Recorrentes: TELLUS S/A INFORMATICA E TELECOMUNICACOES e FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator: MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA

90 - Processo: 10980.001406/2004-17 - Recorrente: AUTO POSTO NOVO MILENIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

91 - Processo: 10980.004085/2004-02 - Recorrente: POSTO DE SERVICO COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

92 - Processo: 10980.004087/2004-93 - Recorrente: POSTO DE SERVICO COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE HENRIQUE MAURI

93 - Processo: 15504.729322/2014-44 - Recorrente: NET SERVICE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo: 15504.729324/2014-33 - Recorrente: NET SERVICE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator: MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA

95 - Processo: 16327.720042/2016-93 - Recorrentes: BANCO ITAULEASING S.A. e FAZENDA NACIONAL

96 - Processo: 10805.723996/2015-16 - Recorrente: CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA

97 - Processo: 14486.001081/2009-19 - Recorrente: NESTLE BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo: 18471.000661/2005-77 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GILLETTE DO BRASIL LTDA

99 - Processo: 12898.000211/2008-30 - Recorrente: ATA ORGANIZACAO DE SERVICOS PROFISSIONAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

100 - Processo: 19515.001388/2009-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CAMARGO CORREA INVESTIMENTOS EM INFRA ESTRUTURA S.A.

Relator: SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO

101 - Processo: 10865.003883/2008-59 - Recorrente: MERITOR DO BRASIL SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

102 - Processo: 12689.001169/2007-59 - Recorrente: PETYAN INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

103 - Processo: 12689.001226/2007-08 - Recorrente: PETYAN INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANTONIO CARLOS DA COSTA CAVALCANTI FILHO

104 - Processo: 10932.000660/2007-16 - Recorrente: LEADCOMM COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

105 - Processo: 13312.000366/2009-53 - Recorrentes: GRENDENE S A e FAZENDA NACIONAL

106 - Processo: 10508.720458/2015-16 - Recorrente: SASIL COMERCIAL E INDUSTRIAL DE PETROQUIMICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

107 - Processo: 10508.720460/2015-95 - Recorrente: SASIL COMERCIAL E INDUSTRIAL DE PETROQUIMICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

108 - Processo: 19515.721544/2014-41 - Recorrente: SASIL COMERCIAL E INDUSTRIAL DE PETROQUIMICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: VALCIR GASSEN

109 - Processo: 11891.000094/2007-21 - Recorrente: CDPI CLINICA DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

110 - Processo: 11891.000500/2006-74 - Recorrente: INTERSOLO ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JOSE HENRIQUE MAURI

111 - Processo: 16561.720176/2012-16 - Recorrente: INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO

112 - Processo: 12571.720330/2014-33 - Recorrente: TOZETTO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA

113 - Processo: 12571.720093/2015-91 - Recorrente: MERCADOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

114 - Processo: 11070.722140/2011-96 - Recorrente: UNIMED MISSOES - SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVICOS MEDICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

115 - Processo: 11070.722141/2011-31 - Recorrente: UNIMED MISSOES/RS - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO

116 - Processo: 13839.005689/2007-32 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: UNIMED DE JUNDIAI COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

117 - Processo: 13629.720065/2013-62 - Recorrente: UNIMED ITABIRA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

118 - Processo: 13629.721175/2012-61 - Recorrente: UNIMED ITABIRA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA

119 - Processo: 10120.723391/2015-16 - Recorrente: UNIMED DE CATALAO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

120 - Processo: 10920.723254/2013-02 - Recorrentes: UNIMED DO ESTADO DE SANTA CATARINA FEDERACAO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MEDICAS e FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE HENRIQUE MAURI

121 - Processo: 16095.000614/2010-08 - Recorrente: PROBEL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO

122 - Processo: 10980.721075/2014-07 - Recorrentes: GELOPAR REFRIGERACAO PARANAENSE LTDA e FAZENDA NACIONAL

123 - Processo: 15868.720137/2011-12 - Recorrente: BRACOL HOLDING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

124 - Processo: 12585.000470/2010-17 - Recorrente: TINTO HOLDING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

125 - Processo: 13819.901178/2008-62 - Recorrente: VOLKSWAGEN LOGISTICS PRESTACAO DE SERVICOS DE LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA

126 - Processo: 10280.901333/2013-35 - Recorrente: IMPORTADORA DE FERRAGENS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

127 - Processo: 10280.902914/2012-11 - Recorrente: IMPORTADORA DE FERRAGENS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

128 - Processo: 10421.720098/2013-41 - Recorrente: MI2 COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator: VALCIR GASSEN

129 - Processo: 10880.675899/2009-51 - Recorrente: PLASTICOS MACHINI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE HENRIQUE MAURI

130 - Processo: 10880.675900/2009-47 - Recorrente: PLASTICOS MACHINI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

131 - Processo: 10880.675902/2009-36 - Recorrente: PLASTICOS MACHINI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

132 - Processo: 10880.675903/2009-81 - Recorrente: PLASTICOS MACHINI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

133 - Processo: 10880.675904/2009-25 - Recorrente: PLASTICOS MACHINI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

134 - Processo: 10880.675905/2009-70 - Recorrente: PLASTICOS MACHINI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

135 - Processo: 10880.675906/2009-14 - Recorrente: PLASTICOS MACHINI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

136 - Processo: 10880.923838/2011-20 - Recorrente: PLASTICOS MACHINI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

137 - Processo: 10880.923839/2011-74 - Recorrente: PLASTICOS MACHINI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

138 - Processo: 10880.923840/2011-07 - Recorrente: PLASTICOS MACHINI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

139 - Processo: 10880.923841/2011-43 - Recorrente: PLASTICOS MACHINI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

140 - Processo: 10880.923842/2011-98 - Recorrente: PLASTICOS MACHINI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

141 - Processo: 10880.923843/2011-32 - Recorrente: PLASTICOS MACHINI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

142 - Processo: 10880.923844/2011-87 - Recorrente: PLASTICOS MACHINI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

143 - Processo: 10880.923845/2011-21 - Recorrente: PLASTICOS MACHINI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

144 - Processo: 10880.923848/2011-65 - Recorrente: PLASTICOS MACHINI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

145 - Processo: 10880.923849/2011-18 - Recorrente: PLASTICOS MACHINI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

146 - Processo: 10880.923850/2011-34 - Recorrente: PLASTICOS MACHINI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

147 - Processo: 10880.923852/2011-23 - Recorrente: PLASTICOS MACHINI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

148 - Processo: 10880.923853/2011-78 - Recorrente: PLASTICOS MACHINI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

149 - Processo: 10880.923855/2011-67 - Recorrente: PLASTICOS MACHINI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

150 - Processo: 10880.923863/2011-11 - Recorrente: PLASTICOS MACHINI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

151 - Processo: 10880.923864/2011-58 - Recorrente: PLASTICOS MACHINI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARIA EDUARDA ALENCAR CAMARA SIMOES

152 - Processo: 10920.720897/2014-77 - Recorrente: CV AUDIO COMERCIAL IMPORTADORA EXPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

153 - Processo: 10945.721717/2014-96 - Recorrente: IMPORTACAO E EXPORTACAO HENRIK HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

154 - Processo: 10735.000479/2006-47 - Recorrente: REPRESENTACAO E LOJISTICA W M LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

155 - Processo: 10880.920077/2009-30 - Recorrente: PROMON INTELLIGENS ESTRATEGIA E TECNOLOGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

156 - Processo: 11128.001667/2007-94 - Recorrente: DSM PRODUTOS NUTRICIONAIS BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA

157 - Processo: 10517.720002/2014-66 - Recorrente: DSM PRODUTOS NUTRICIONAIS BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

158 - Processo: 10970.000335/2008-70 - Recorrente: IPIRANGA ASFALTOS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO

159 - Processo: 11080.906812/2014-48 - Recorrente: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

160 - Processo: 10980.724777/2012-72 - Recorrente: HSBC VIDA E PREVIDENCIA (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

161 - Processo: 13896.000753/2003-81 - Recorrente: PERNOD RICARD BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

162 - Processo: 19311.720179/2012-81 - Recorrente: VALEO SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

163 - Processo: 11060.900738/2013-11 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

164 - Processo: 10980.722847/2016-81 - Recorrente: VOLVO DO BRASIL VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

165 - Processo: 15165.722298/2016-72 - Recorrente: VOLVO DO BRASIL VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANTONIO CARLOS DA COSTA CAVALCANTI FILHO

166 - Processo: 10469.729839/2013-11 - Recorrente: REAL COMERCIO E INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

167 - Processo: 15504.726233/2013-65 - Recorrente: ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

168 - Processo: 11060.721216/2014-28 - Recorrente: LCD-TELECON COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA

169 - Processo: 10480.731101/2011-95 - Recorrentes: OPS - PLANOS DE SAUDE S.A. e FAZENDA NACIONAL

170 - Processo: 10480.909548/2012-67 - Recorrente: OPS - PLANOS DE SAUDE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

171 - Processo: 10480.909549/2012-10 - Recorrente: OPS - PLANOS DE SAUDE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: VALCIR GASSEN

172 - Processo: 11080.723477/2010-11 - Recorrente: ATORAG PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

173 - Processo: 11080.724446/2010-87 - Recorrente: ATORAG PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

174 - Processo: 11080.902501/2010-86 - Recorrente: ATORAG PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO CARLOS DA COSTA CAVALCANTI FILHO

175 - Processo: 13839.900183/2012-04 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE HENRIQUE MAURI

176 - Processo: 13839.900178/2012-93 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

177 - Processo: 13839.900180/2012-62 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

178 - Processo: 13839.900181/2012-15 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo: 13839.900182/2012-51 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
180 - Processo: 13839.900184/2012-41 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo: 13839.900185/2012-95 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo: 13839.900186/2012-30 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo: 13839.900187/2012-84 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
184 - Processo: 13839.900188/2012-29 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
185 - Processo: 13839.900189/2012-73 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
186 - Processo: 13839.900190/2012-06 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo: 13839.900191/2012-42 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo: 13839.901035/2013-80 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo: 13839.901036/2013-24 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
190 - Processo: 13839.901192/2014-76 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
191 - Processo: 13839.901193/2014-11 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
192 - Processo: 13839.901194/2014-65 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
193 - Processo: 13839.901195/2014-18 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
194 - Processo: 13839.901196/2014-54 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
195 - Processo: 13839.901197/2014-07 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
196 - Processo: 13839.901198/2014-43 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo: 13839.901199/2014-98 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo: 13839.901200/2014-84 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
199 - Processo: 13839.901468/2013-35 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo: 13839.901469/2013-80 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo: 13839.901470/2013-12 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
202 - Processo: 13839.901471/2013-59 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo: 13839.901472/2013-01 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
204 - Processo: 13839.901473/2013-48 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
205 - Processo: 13839.901474/2013-92 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
206 - Processo: 13839.901475/2013-37 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo: 13839.901476/2013-81 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo: 13839.901477/2013-26 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo: 13839.909926/2012-01 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo: 13839.909927/2012-48 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
211 - Processo: 13839.909928/2012-92 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo: 13839.909929/2012-37 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
213 - Processo: 13839.909930/2012-61 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
214 - Processo: 13839.909931/2012-14 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
215 - Processo: 13839.909932/2012-51 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
216 - Processo: 13839.909933/2012-03 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
217 - Processo: 13839.909934/2012-40 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
218 - Processo: 13839.909935/2012-94 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
219 - Processo: 13839.909936/2012-39 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
220 - Processo: 13839.909937/2012-83 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
221 - Processo: 13839.909938/2012-28 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
222 - Processo: 13839.909939/2012-72 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
223 - Processo: 13839.909940/2012-05 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
224 - Processo: 13839.909941/2012-41 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
225 - Processo: 13839.909942/2012-96 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
226 - Processo: 13839.909943/2012-31 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
227 - Processo: 13839.909944/2012-85 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
228 - Processo: 13839.914391/2011-00 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
229 - Processo: 13839.914392/2011-46 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
230 - Processo: 13839.914393/2011-91 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
231 - Processo: 13839.914394/2011-35 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
232 - Processo: 13839.914395/2011-80 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
233 - Processo: 13839.914400/2011-54 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
234 - Processo: 13839.914401/2011-07 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
235 - Processo: 13839.914402/2011-43 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
236 - Processo: 13839.914403/2011-98 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
237 - Processo: 13839.914404/2011-32 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
238 - Processo: 13839.914405/2011-87 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
239 - Processo: 13839.914406/2011-21 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
240 - Processo: 13839.914407/2011-76 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
241 - Processo: 13839.914408/2011-11 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
242 - Processo: 10882.001353/2004-34 - Recorrente: FICOSA DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
243 - Processo: 10882.001354/2004-89 - Recorrente: FICOSA DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
244 - Processo: 13603.724419/2011-74 - Recorrente: EVIALIS DO BRASIL NUTRICAO ANIMAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
245 - Processo: 10840.904913/2011-20 - Recorrente: EVIALIS DO BRASIL NUTRICAO ANIMAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
246 - Processo: 10840.904914/2011-74 - Recorrente: EVIALIS DO BRASIL NUTRICAO ANIMAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
247 - Processo: 10840.904915/2011-19 - Recorrente: EVIALIS DO BRASIL NUTRICAO ANIMAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
248 - Processo: 10840.904916/2011-63 - Recorrente: EVIALIS DO BRASIL NUTRICAO ANIMAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
249 - Processo: 10840.904917/2011-16 - Recorrente: EVIALIS DO BRASIL NUTRICAO ANIMAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
250 - Processo: 10840.904918/2011-52 - Recorrente: EVIALIS DO BRASIL NUTRICAO ANIMAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
251 - Processo: 10840.904919/2011-05 - Recorrente: EVIALIS DO BRASIL NUTRICAO ANIMAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
252 - Processo: 10840.904920/2011-21 - Recorrente: EVIALIS DO BRASIL NUTRICAO ANIMAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
253 - Processo: 10840.904921/2011-76 - Recorrente: EVIALIS DO BRASIL NUTRICAO ANIMAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
254 - Processo: 10840.904922/2011-11 - Recorrente: EVIALIS DO BRASIL NUTRICAO ANIMAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
255 - Processo: 10840.904923/2011-65 - Recorrente: EVIALIS DO BRASIL NUTRICAO ANIMAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
256 - Processo: 10840.904924/2011-18 - Recorrente: EVIALIS DO BRASIL NUTRICAO ANIMAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
257 - Processo: 10840.904925/2011-54 - Recorrente: EVIALIS DO BRASIL NUTRICAO ANIMAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
258 - Processo: 10840.904926/2011-07 - Recorrente: EVIALIS DO BRASIL NUTRICAO ANIMAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
259 - Processo: 10840.904927/2011-43 - Recorrente: EVIALIS DO BRASIL NUTRICAO ANIMAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
260 - Processo: 10840.904928/2011-98 - Recorrente: EVIALIS DO BRASIL NUTRICAO ANIMAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
261 - Processo: 10840.904929/2011-32 - Recorrente: EVIALIS DO BRASIL NUTRICAO ANIMAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
262 - Processo: 10840.904930/2011-67 - Recorrente: EVIALIS DO BRASIL NUTRICAO ANIMAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
263 - Processo: 19311.720294/2015-07 - Recorrente: WAL MART BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
264 - Processo: 10314.726343/2014-21 - Recorrente: NET SAO PAULO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARIA EDUARDA ALENCAR CAMARA SIMOES
265 - Processo: 10111.000295/2005-33 - Recorrente: GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
266 - Processo: 11817.000392/2006-22 - Recorrente: GLOBAL VILLAGE TELECOM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
267 - Processo: 10740.720008/2014-90 - Recorrente: CUSTODIO FORZZA COMERCIO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
268 - Processo: 10740.720010/2014-69 - Recorrentes: CUSTODIO FORZZA COMERCIO E EXPORTACAO LTDA e FAZENDA NACIONAL
269 - Processo: 10510.723215/2015-91 - Recorrentes: L. R. NORDESTE S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSE HENRIQUE MAURI
270 - Processo: 15586.720490/2013-21 - Recorrente: COOPERATIVA DE LATICINIOS SELITA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANTONIO CARLOS DA COSTA CAVALCANTI FILHO
271 - Processo: 11052.001312/2010-21 - Recorrente: UNIVERSAL MUSIC INTERNATIONAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
272 - Processo: 12448.724066/2011-80 - Recorrente: LTC - LIVROS TECNICOS E CIENTIFICOS EDITORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
273 - Processo: 19515.722636/2012-86 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: LORENPET INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA
274 - Processo: 10480.013205/00-91 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: ESPOSENDE CALCADOS LTDA
275 - Processo: 13971.721902/2011-17 - Embargante: NS IMPORTACAO E COMERCIO LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSE HENRIQUE MAURI
276 - Processo: 10711.005549/2004-60 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: EXXON QUIMICA LTDA
277 - Processo: 10880.002389/00-23 - Embargante: GALVANI S A e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
278 - Processo: 11020.000325/2006-74 - Embargante: MOET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
279 - Processo: 13502.000753/2007-91 - Embargante: BRASKEM S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL
280 - Processo: 10540.000668/2004-35 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: GUAMED COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA - ME
281 - Processo: 11610.002615/00-28 - Embargante: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL
282 - Processo: 10680.918612/2011-63 - Embargante: CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANTONIO CARLOS DA COSTA CAVALCANTI FILHO
283 - Processo: 13855.000667/2006-05 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: USINA ACUCAREIRA GUAIRA LIMITADA
DIA 22 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS
Relator: SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
284 - Processo: 10880.944896/2013-59 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
285 - Processo: 10880.944897/2013-01 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
286 - Processo: 10880.944898/2013-48 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
287 - Processo: 10880.944899/2013-92 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
288 - Processo: 10880.944900/2013-89 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
289 - Processo: 10880.944901/2013-23 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
290 - Processo: 10880.944902/2013-78 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
291 - Processo: 10880.944903/2013-12 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
292 - Processo: 10880.944904/2013-67 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
293 - Processo: 10880.944905/2013-10 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

294 - Processo: 10880.944906/2013-56 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
295 - Processo: 10880.944907/2013-09 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
296 - Processo: 10880.944908/2013-45 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
297 - Processo: 10880.944909/2013-90 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
298 - Processo: 10880.944910/2013-14 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
299 - Processo: 10880.944911/2013-69 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
300 - Processo: 10880.944912/2013-11 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
301 - Processo: 10880.944913/2013-58 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
302 - Processo: 10880.944914/2013-01 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
303 - Processo: 10880.944915/2013-47 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
304 - Processo: 10880.944916/2013-91 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
305 - Processo: 10880.944917/2013-36 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
306 - Processo: 10880.944918/2013-81 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
307 - Processo: 10880.944919/2013-25 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
308 - Processo: 10880.944920/2013-50 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
309 - Processo: 10880.944921/2013-02 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
310 - Processo: 10880.944923/2013-93 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
311 - Processo: 12585.000324/2010-83 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
312 - Processo: 12585.000325/2010-28 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
313 - Processo: 12585.000326/2010-72 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
314 - Processo: 12585.000327/2010-17 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
315 - Processo: 12585.000328/2010-61 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARIA EDUARDA ALENCAR CAMARA SIMOES
316 - Processo: 10925.003010/2009-75 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSE HENRIQUE MAURI
317 - Processo: 10925.003007/2009-51 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
318 - Processo: 10925.003008/2009-04 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
319 - Processo: 10925.003009/2009-41 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
320 - Processo: 10925.003011/2009-10 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
321 - Processo: 10925.003012/2009-64 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
322 - Processo: 10925.003029/2009-11 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
323 - Processo: 10925.003030/2009-46 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
324 - Processo: 10925.003031/2009-91 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
325 - Processo: 10925.003032/2009-35 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
326 - Processo: 10925.003033/2009-80 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
327 - Processo: 10925.003034/2009-24 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
328 - Processo: 10925.003042/2009-71 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
329 - Processo: 10925.003045/2009-12 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
330 - Processo: 10925.003046/2009-59 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
331 - Processo: 10925.003047/2009-01 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
332 - Processo: 10925.003048/2009-48 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
333 - Processo: 10925.003057/2009-39 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
334 - Processo: 10925.003058/2009-83 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
335 - Processo: 10925.003059/2009-28 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
336 - Processo: 10925.003060/2009-52 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARIA EDUARDA ALENCAR CAMARA SIMOES
337 - Processo: 10925.003017/2009-97 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSE HENRIQUE MAURI
338 - Processo: 10925.003015/2009-06 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
339 - Processo: 10925.003016/2009-42 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
340 - Processo: 10925.003018/2009-31 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
341 - Processo: 10925.003020/2009-19 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
342 - Processo: 10925.003037/2009-68 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
343 - Processo: 10925.003038/2009-11 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
344 - Processo: 10925.003039/2009-57 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
345 - Processo: 10925.003040/2009-81 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
346 - Processo: 10925.003041/2009-26 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
347 - Processo: 10925.003051/2009-61 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
348 - Processo: 10925.003052/2009-14 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
349 - Processo: 10925.003053/2009-51 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
350 - Processo: 10925.003063/2009-96 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
351 - Processo: 10925.003064/2009-31 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
352 - Processo: 10925.003065/2009-85 - Recorrente: POMAGRI FRUTAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARIA EDUARDA ALENCAR CAMARA SIMOES
353 - Processo: 11052.001126/2010-92 - Recorrente: SINOPEC PETROLEUM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANTONIO CARLOS DA COSTA CAVALCANTI FILHO
354 - Processo: 10480.730851/2014-92 - Recorrente: BCI BRASIL CHINA IMPORTADORA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
355 - Processo: 11060.001007/2010-31 - Recorrente: AGROSOJA SANT"ANA - COMERCIO DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
356 - Processo: 12448.720596/2015-82 - Recorrente: TECIDOS JACOB CHREEM S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
357 - Processo: 10907.002413/2006-72 - Recorrente: VALE FERTIL INDUSTRIAS ALIMENTICIAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
358 - Processo: 10314.720504/2015-54 - Recorrente: OITO BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: VALCIR GASSEN
359 - Processo: 10840.001068/2004-18 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS IPIRANGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
360 - Processo: 10880.944922/2013-49 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: VALCIR GASSEN
361 - Processo: 11610.001602/2001-10 - Recorrente: UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
362 - Processo: 11131.000922/2007-22 - Recorrente: FUNDACAO EDSON QUEIROZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
363 - Processo: 19647.009178/2005-61 - Recorrente: CONDOMINIO DO SHOPPING CENTER RECIFE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
364 - Processo: 16095.720058/2016-77 - Recorrente: UMICORE BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARIA EDUARDA ALENCAR CAMARA SIMOES
365 - Processo: 11065.723861/2012-73 - Recorrente: CALCADOS DLUNA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
366 - Processo: 10860.720485/2013-16 - Recorrentes: ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA e FAZENDA NACIONAL
367 - Processo: 19515.720348/2014-59 - Recorrente: ATACADAO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
368 - Processo: 18088.720021/2014-00 - Recorrente: PREDILECTA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
369 - Processo: 10980.723683/2011-03 - Recorrente: UNILANCE ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANTONIO CARLOS DA COSTA CAVALCANTI FILHO
370 - Processo: 10865.722263/2011-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NETWORKER TELECOM INDUSTRIA,COM E REPRESENTACAO LTDA
371 - Processo: 10976.000299/2009-75 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
372 - Processo: 11020.721238/2015-45 - Recorrente: INDUSTRIAL E COMERCIAL PRETTY GLASS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
373 - Processo: 13864.000448/2010-95 - Recorrente: PREMIUMPLASTIC EMBALAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
374 - Processo: 13864.720163/2015-89 - Recorrente: SLOTTER INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
375 - Processo: 19515.003072/2004-79 - Recorrente: COMERCIAL INDL DE METAIS AURICCHIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
376 - Processo: 10830.724566/2012-53 - Recorrente: PLASTIPAK PACKAGING DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
377 - Processo: 10830.915135/2011-13 - Recorrente: PLASTIPAK PACKAGING DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
378 - Processo: 10950.721717/2011-74 - Recorrente: LATCO BEVERAGES INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
379 - Processo: 10950.723354/2011-10 - Recorrente: LATCO BEVERAGES INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
380 - Processo: 10950.725240/2014-49 - Recorrente: LATCO BEVERAGES INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS E ALIMENTOS IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSE HENRIQUE MAURI
381 - Processo: 16327.001868/2005-05 - Recorrente: COOPERATIVA DOS E. DA JOHNSON & JOHNSON e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
382 - Processo: 13603.901952/2008-61 - Recorrente: BELGO BEKAERT ARAMES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
383 - Processo: 16327.901612/2006-72 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
384 - Processo: 16327.901622/2006-16 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
385 - Processo: 16327.901628/2006-85 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
386 - Processo: 16327.901630/2006-54 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
387 - Processo: 16327.901635/2006-87 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
388 - Processo: 10907.002837/2004-75 - Recorrente: SADIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
389 - Processo: 18471.004036/2008-47 - Recorrente: VIA VAREJO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
390 - Processo: 10480.720282/2015-58 - Recorrente: AMF EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
391 - Processo: 13856.000208/00-19 - Recorrente: VALE DO MOGI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
392 - Processo: 10735.001518/2005-42 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: CROYDONMAQ INDUSTRIAL LTDA
393 - Processo: 10665.720877/2015-45 - Recorrente: SIDERURGICA GAFANHOTO EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
394 - Processo: 10909.000435/2007-69 - Recorrente: NOVA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA EM LIQUIDACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
395 - Processo: 13009.000622/2008-65 - Recorrente: M I MONTREAL INFORMATICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
396 - Processo: 15504.729794/2014-05 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
397 - Processo: 17878.000095/2009-91 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANTONIO CARLOS DA COSTA CAVALCANTI FILHO
398 - Processo: 13971.000035/99-26 - Recorrente: KUALA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
399 - Processo: 10850.000904/2002-58 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: ARTCOLOR REPRESENTACAO DE PAPEIS LTDA - ME

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

400 - Processo: 15374.724335/2009-92 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

401 - Processo: 16327.000385/2004-02 - Recorrente: UNICARD BANCO MULTIPLO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

402 - Processo: 16327.000384/2004-50 - Recorrente: UNICARD BANCO MULTIPLO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

403 - Processo: 18088.000089/2007-31 - Recorrente: ABRIL CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

404 - Processo: 19515.000044/2005-81 - Recorrente: MERRILL LYNCH PARTICIPACOES FINANCAS E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

405 - Processo: 10280.720621/2008-23 - Recorrente: ALUNORTE ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

406 - Processo: 10516.720003/2015-00 - Recorrente: SHEILA CAMPOS LOPES - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

407 - Processo: 10814.017814/2008-28 - Recorrente: PANTANAL LINHAS AEREAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA

408 - Processo: 10183.004052/2002-88 - Recorrente: STELMAT TELEINFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

409 - Processo: 11075.720562/2015-19 - Recorrente: INTEGRALMEDICA SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

410 - Processo: 10111.000601/2008-84 - Recorrente: ASSOCIACAO DAS PIONEIRAS SOCIAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

411 - Processo: 13502.721261/2015-42 - Recorrente: CONTRATE GESTAO EMPRESARIAL EIRELI - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

412 - Processo: 11516.006465/2008-46 - Recorrente: MONTESINOS SIST DE ADM PRISIONAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

413 - Processo: 15504.730409/2014-64 - Recorrente: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

414 - Processo: 11610.006946/2002-98 - Recorrente: CASA MIMOSA HIDRAULICA E ACABAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

415 - Processo: 13807.007565/2002-54 - Recorrente: CASA MIMOSA HIDRAULICA E ACABAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

416 - Processo: 19647.001370/2005-18 - Recorrente: COLEGIO AMERCIANO BATISTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

417 - Processo: 10925.002146/2007-04 - Recorrente: FERNANDO BLEICHOVEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

418 - Processo: 10855.724169/2012-01 - Recorrente: IHARABRAS SA INDUSTRIAS QUIMICAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

419 - Processo: 10855.724171/2012-72 - Recorrente: IHARABRAS SA INDUSTRIAS QUIMICAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

420 - Processo: 10855.724172/2012-17 - Recorrente: IHARABRAS SA INDUSTRIAS QUIMICAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

421 - Processo: 10855.724173/2012-61 - Recorrente: IHARABRAS SA INDUSTRIAS QUIMICAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

422 - Processo: 11808.000301/2008-20 - Recorrente: IN VITRO DIAGNOSTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARIA EDUARDA ALENCAR CAMARA SIMOES

423 - Processo: 10314.007260/2003-87 - Recorrente: ELKEM MATERIALS SOUTH AMERICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

424 - Processo: 10907.001201/2009-11 - Recorrente: FLORIDA S/A IMPORTACAO EXPORTACAO E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO

425 - Processo: 10909.720699/2013-81 - Recorrentes: ALLIANCE IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - ME e FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA

426 - Processo: 11020.722618/2016-88 - Recorrente: TRANSPORTADORA PLIMOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

427 - Processo: 10314.720750/2016-97 - Recorrentes: SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA e FAZENDA NACIONAL

428 - Processo: 16349.000026/2009-01 - Recorrente: SAINT-GOBAIN DO BRASIL PROD IND CONSTR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

429 - Processo: 13706.001563/2005-32 - Recorrente: RECREIO VEICULOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE HENRIQUE MAURI

430 - Processo: 10803.000134/2008-02 - Recorrente: MUDE COMERCIO E SERVICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

431 - Processo: 10803.000133/2008-50 - Recorrentes: MUDE COMERCIO E SERVICOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL

432 - Processo: 10480.722395/2009-40 - Recorrente: DIAGEO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

433 - Processo: 11634.720378/2014-05 - Embargante: TAKEI - INDUSTRIA MOVELEIRA LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

434 - Processo: 10480.727605/2011-19 - Recorrente: PLATINUM TRADING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

435 - Processo: 10830.726952/2014-41 - Recorrente: GENERAL ELECTRIC ENERGY DO BRASIL - EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARIA EDUARDA ALENCAR CAMARA SIMOES

436 - Processo: 12719.000371/2009-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INCOVISA COMERCIO IMP. E EXPORTACAO LTDA

437 - Processo: 13896.721356/2015-80 - Recorrente: BAXTER HOSPITALAR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA

438 - Processo: 11610.006935/2002-16 - Recorrente: CONFECCOES PIACCELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

439 - Processo: 13974.000408/2008-81 - Recorrente: ELETROBOX IND COM MAT ELETRICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

440 - Processo: 13974.000409/2008-26 - Recorrente: ELETROBOX IND COM MAT ELETRICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

441 - Processo: 19991.000148/2009-01 - Recorrente: ITAPORANGA COMERCIO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

442 - Processo: 19991.000153/2009-14 - Recorrente: ITAPORANGA COMERCIO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

443 - Processo: 10580.723255/2009-61 - Recorrente: LIZCONSTRUCOES EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

444 - Processo: 12664.000070/2008-07 - Recorrente: PAIAGUAS IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE HENRIQUE MAURI

445 - Processo: 11080.725133/2014-70 - Recorrente: MEMPHIS SA INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

446 - Processo: 18471.001981/2004-63 - Embargante: VALORIZACAO EMPRESA DE CAFE SA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

447 - Processo: 10675.003395/2005-36 - Embargante: UNIMED PATOS DE MINAS COOPERATIVA DO TRABALHO MEDICO LT e Embargada: FAZENDA NACIONAL

448 - Processo: 16349.000019/2008-11 - Embargante: CAMIL ALIMENTOS S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

449 - Processo: 12585.000213/2011-58 - Recorrente: SONNERVIG AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

450 - Processo: 12585.000216/2011-91 - Recorrente: SONNERVIG AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

451 - Processo: 12585.000233/2011-29 - Recorrente: SONNERVIG AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

452 - Processo: 12585.000235/2011-18 - Recorrente: SONNERVIG AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

453 - Processo: 16682.720657/2011-66 - Recorrente: AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO

454 - Processo: 11128.000812/2004-77 - Recorrente: BRASCOLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

455 - Processo: 10580.721878/2008-18 - Recorrente: CIMIC CONSTRUTORA INCORPORADORA METROPOLITANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

456 - Processo: 15578.000630/2009-63 - Recorrente: CBF INDUSTRIA DE GUSA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

457 - Processo: 10783.917600/2009-49 - Recorrente: CBF INDUSTRIA DE GUSA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

458 - Processo: 10783.916632/2009-27 - Recorrente: CBF INDUSTRIA DE GUSA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

459 - Processo: 12571.720004/2014-26 - Recorrente: MARZA ENGENHARIA ELETRICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARIA EDUARDA ALENCAR CAMARA SIMOES

460 - Processo: 10242.720286/2014-68 - Recorrente: CENTERFRIOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA

461 - Processo: 10283.002713/2005-55 - Recorrente: B.M.A.INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

462 - Processo: 11131.000970/2006-30 - Recorrente: COMMTRADE IMPORT.EXPORT.E SERVICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

463 - Processo: 13639.000054/2002-91 - Recorrente: LIDER COMERCIO E INDUSTRIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

464 - Processo: 13804.002610/2005-57 - Recorrente: LOUIS DREYFUS COMPANY SUCOS S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

465 - Processo: 10835.003397/2004-64 - Recorrente: MONALISA JOIAS E PRESENTES AGA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

466 - Processo: 13974.000157/2009-16 - Recorrente: OZENOR DAMAS DA SILVEIRA JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

467 - Processo: 10074.001041/2008-79 - Recorrente: TEXTIL HIGH TECH LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE HENRIQUE MAURI

468 - Processo: 10875.000565/2005-74 - Recorrente: TRANSPORTADORA TEGON VALENTI S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

469 - Processo: 10580.012457/2003-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VALE MANGANES S.A

Relator: VALCIR GASSEN

470 - Processo: 13116.722113/2015-07 - Recorrente: VITAMEDIC INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

471 - Processo: 13502.721206/2014-71 - Recorrente: NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

472 - Processo: 15586.720727/2013-73 - Recorrente: KHAMEL REPRESENTACOES IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

473 - Processo: 15983.720003/2016-90 - Recorrente: SANTOS FUTEBOL CLUBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

474 - Processo: 16832.000180/2009-13 - Recorrente: PLENA COMERCIAL ATACADISTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA

475 - Processo: 10166.002928/2003-41 - Recorrente: DISTRIBUIDORA BRASILIA DE VEICULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

476 - Processo: 10166.005935/2005-66 - Recorrente: DISTRIBUIDORA BRASILIA DE VEICULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE HENRIQUE MAURI

477 - Processo: 13811.001823/00-60 - Recorrente: ACOS VILLARES S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

478 - Processo: 10218.720177/2011-03 - Recorrente: SIDENORTE SIDERURGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

479 - Processo: 10218.720180/2011-19 - Recorrente: SIDENORTE SIDERURGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

480 - Processo: 10218.720182/2011-16 - Recorrente: SIDENORTE SIDERURGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

481 - Processo: 13839.901567/2012-36 - Recorrente: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

482 - Processo: 13839.901568/2012-81 - Recorrente: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARIA EDUARDA ALENCAR CAMARA SIMOES

483 - Processo: 19515.720522/2015-44 - Recorrente: ODEBRECHT TRANSPORT PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO

484 - Processo: 13054.000691/2002-38 - Recorrente: HB COUROS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

485 - Processo: 10880.720877/2006-18 - Recorrente: KLABIN S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

486 - Processo: 10508.720136/2015-77 - Recorrente: GANCAU GANDU COMERCIAL DE CACAU LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

487 - Processo: 11070.720624/2013-62 - Recorrente: WARPOL INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA

488 - Processo: 10830.720439/2008-07 - Recorrente: MERIAL SAUDE ANIMAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

489 - Processo: 10380.002237/2007-36 - Recorrente: CEARA MARINE PILOTS - EMPRESA DE PRATICAGEM DO ESTADO DO CEARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

490 - Processo: 10380.002239/2007-25 - Recorrente: CEARA MARINE PILOTS - PRAT DO CEARA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

491 - Processo: 19515.001912/2006-21 - Recorrente: POLIRESIN INDUSTRIA E COMERCIO DE POLIMEROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

492 - Processo: 11444.000893/2008-56 - Recorrente: RCG TECNOLOGIA ELETROMECANICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator: JOSE HENRIQUE MAURI

493 - Processo: 10950.721556/2014-61 - Recorrente: ALDO COMPONENTES ELETRONICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

494 - Processo: 10950.722897/2014-54 - Recorrente: ALDO COMPONENTES ELETRONICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

495 - Processo: 19679.001673/2003-93 - Recorrente: UNILEVER BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

496 - Processo: 19679.004337/2003-01 - Recorrente: UNILEVER BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

497 - Processo: 19679.006076/2004-36 - Recorrente: UNILEVER BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

498 - Processo: 19679.008283/2004-25 - Recorrente: UNILEVER BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

499 - Processo: 19679.010075/2003-13 - Recorrente: UNILEVER BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA

500 - Processo: 16327.000857/2004-19 - Recorrente: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO DE GUARIBA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE HENRIQUE MAURI

501 - Processo: 10650.720187/2012-11 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

502 - Processo: 10650.720188/2012-57 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

503 - Processo: 10380.010696/2007-93 - Recorrente: COOPERATIVA DOS MEDICOS ANESTESIOLOGISTAS DO CEARA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

504 - Processo: 10735.724403/2012-59 - Recorrentes: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENSINO UNIVERSITARIO ABEU e FAZENDA NACIONAL

505 - Processo: 10872.000074/2010-11 - Recorrente: BRAZ OLEO INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

506 - Processo: 11052.720014/2015-49 - Recorrentes: COMPANHIA BRASILEIRA DE OFFSHORE e FAZENDA NACIONAL

507 - Processo: 13855.720548/2014-74 - Recorrente: USINA SAO FRANCISCO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

508 - Processo: 19515.002698/2007-19 - Recorrente: ETL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

509 - Processo: 10280.722337/2009-72 - Recorrente: NORDISK TIMBER EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

510 - Processo: 10280.900009/2013-08 - Recorrente: NORDISK TIMBER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

511 - Processo: 10280.900197/2010-13 - Recorrente: NORDISK TIMBER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

512 - Processo: 10280.902042/2014-45 - Recorrente: NORDISK TIMBER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

513 - Processo: 10280.902043/2014-90 - Recorrente: NORDISK TIMBER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO

514 - Processo: 10314.720726/2016-58 - Recorrente: WMX50 COMERCIAL IMPORTADORA EIRELI - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

515 - Processo: 16561.000063/2007-25 - Recorrente: MACIMPORT IN COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

516 - Processo: 10831.005460/2003-56 - Recorrente: TRANSITIONS OPTICAL DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

517 - Processo: 11128.007315/2004-08 - Recorrente: N&N COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

518 - Processo: 10980.729404/2012-98 - Recorrente: IMCOPA - IMPORTACAO, EXPORTACAO E INDUSTRIA DE OLEOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

519 - Processo: 11065.001736/2010-47 - Recorrente: GETNET TECN EM CAPT E PROC DE TRANS HUA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARIA EDUARDA ALENCAR CAMARA SIMOES

520 - Processo: 10803.720012/2014-76 - Recorrente: PASSALACQUA & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA

521 - Processo: 11128.010118/2008-91 - Recorrente: MOSAIC FERTILIZANTES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

522 - Processo: 10855.723854/2015-55 - Recorrente: CERVEJARIA PETROPOLIS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

523 - Processo: 10480.720541/2010-36 - Recorrente: COMPANHIA ALCOOLQUIMICA NACIONAL-ALCOOLQUIMICA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

524 - Processo: 10925.000477/2009-63 - Recorrente: SINCOL SA INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

525 - Processo: 13706.000795/2003-10 - Recorrente: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

526 - Processo: 11080.007364/2006-98 - Recorrente: TRIAAC SUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE HENRIQUE MAURI

527 - Processo: 11128.725918/2015-30 - Recorrente: AGRICOLA CRISTALINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

528 - Processo: 16095.000705/2009-00 - Recorrente: TRANSPORTADORA TEGON VALENTI S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

529 - Processo: 10730.004660/2005-91 - Recorrente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

530 - Processo: 15540.720199/2015-41 - Recorrente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA

531 - Processo: 15586.720027/2012-06 - Recorrente: EISA - EMPRESA INTERAGRICOLA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

532 - Processo: 15586.720085/2012-21 - Recorrentes: EISA - EMPRESA INTERAGRICOLA S/A e FAZENDA NACIONAL

533 - Processo: 10783.905069/2012-67 - Recorrente: EISA - EMPRESA INTERAGRICOLA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

534 - Processo: 15586.720646/2012-92 - Recorrente: EISA - EMPRESA INTERAGRICOLA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: VALCIR GASSEN

535 - Processo: 16095.720323/2012-93 - Recorrente: HONEYWELL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

536 - Processo: 16682.720509/2014-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DROGARIAS PACHECO S/A

Relator: JOSE HENRIQUE MAURI

537 - Processo: 10247.000126/99-59 - Recorrente: JARI CELULOSE, PAPEL E EMBALAGENS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

538 - Processo: 10650.721694/2011-82 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

539 - Processo: 10950.005533/2008-68 - Recorrente: AVERAMA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

540 - Processo: 11543.001901/2007-82 - Recorrente: SKYMAR SERVICOS MARITIMOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

541 - Processo: 11543.001902/2007-27 - Recorrente: SKYMAR SERVICOS MARITIMOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

542 - Processo: 15578.000281/2009-80 - Recorrente: ADM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

543 - Processo: 15578.000282/2009-24 - Recorrente: ADM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO

544 - Processo: 11516.720300/2015-18 - Recorrentes: ESTADO DE SANTA CATARINA e FAZENDA NACIONAL

545 - Processo: 15983.001482/2008-31 - Recorrente: MUNICIPIO DE IGUAPE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

546 - Processo: 10380.004871/2009-75 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

547 - Processo: 10469.724491/2011-03 - Recorrente: MUNICIPIO DE SANTA CRUZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

548 - Processo: 10120.000332/2011-42 - Recorrente: MUNICIPIO DE CACU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

549 - Processo: 15504.722550/2011-41 - Recorrente: ITABIRITO PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

550 - Processo: 13502.720700/2011-76 - Recorrente: MUNICIPIO DE RIO REAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

551 - Processo: 10410.724163/2013-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ESTADO DE ALAGOAS

552 - Processo: 16095.720010/2014-05 - Recorrente: MUNICIPIO DE GUARULHOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

553 - Processo: 10540.721212/2014-84 - Recorrente: MUNICIPIO DE ITAPETINGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

554 - Processo: 10280.722901/2013-33 - Recorrente: NORTE COMERCIO VAREJISTA E TRANSPORTE DE CAMINHOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA

555 - Processo: 11968.000037/2007-19 - Recorrente: THOT COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

556 - Processo: 13869.000024/2005-13 - Recorrente: BASCITRUS AGRO INDUSTRIA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

557 - Processo: 13869.000025/2005-68 - Recorrente: BASCITRUS AGRO INDUSTRIA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

558 - Processo: 13869.000220/2004-15 - Recorrente: BASCITRUS AGRO INDUSTRIA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

559 - Processo: 16095.720135/2015-16 - Recorrente: COTERMO COMERCIAL DE TERMOPLASTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

560 - Processo: 19515.006229/2008-41 - Recorrente: FABRICA DE MAQUINAS WDB LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

561 - Processo: 10725.720429/2008-61 - Recorrente: AUGUSTA OFFSHORE BRASILEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

562 - Processo: 11829.720079/2014-85 - Recorrente: COMERCIAL DE ROSAS WEYH LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE HENRIQUE MAURI

563 - Processo: 10907.000709/2002-25 - Recorrente: TETRA PAK LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

564 - Processo: 10980.009247/2001-48 - Recorrente: KRAFT FOODS BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

565 - Processo: 19647.012620/2005-37 - Recorrente: ARMANDO DA FONTE COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA

566 - Processo: 10166.722412/2013-98 - Recorrente: DISTRIBUIDORA BRASILIA DE VEICULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

567 - Processo: 10380.722057/2011-51 - Recorrente: CHAC COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

568 - Processo: 10665.002817/2008-18 - Recorrente: INDUSTRIA MINEIRA DE FRALDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

569 - Processo: 10680.724697/2010-30 - Recorrente: TORC TERRAPLENAGEM OBRAS RODOVIARIAS E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

570 - Processo: 10882.002422/2009-31 - Recorrente: DACARTO BENVIC LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

571 - Processo: 13603.723382/2010-86 - Recorrente: REAUTO REPRESENTACAO DE AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

572 - Processo: 13984.001386/2009-39 - Recorrente: COTRASA COMERCIO DE TRANSPORTES E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

573 - Processo: 15374.001316/2009-94 - Recorrente: WHITE MARTINS CILINDROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

574 - Processo: 15582.000109/2010-09 - Recorrente: ANTONIO AUTO PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE HENRIQUE MAURI

575 - Processo: 13601.000558/2002-38 - Recorrente: AGUAS MINERAIS IGARAPE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

576 - Processo: 16327.000253/2003-91 - Recorrente: UNIBANCO UNIAO DE BNCOS BRASILEIROS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

577 - Processo: 10166.911851/2009-97 - Recorrente: FUNDIAGUA - FUNDACAO DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

578 - Processo: 10980.724776/2012-28 - Recorrente: ALL - AMERICA LATINA LOGISTICA MALHA SUL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

579 - Processo: 10980.726984/2012-61 - Recorrente: ALL - AMERICA LATINA LOGISTICA MALHA SUL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

580 - Processo: 11610.724329/2012-40 - Recorrente: ALL - AMERICA LATINA LOGISTICA MALHA SUL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

581 - Processo: 10980.924454/2011-04 - Recorrente: VOLVO DO BRASIL VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

582 - Processo: 10680.003389/2005-18 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: ASSOCIACAO PROPAGADORA ESDEVA

583 - Processo: 13840.001084/2002-29 - Embargante: ELIANE ARGAMASSAS E REJUNTES LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

584 - Processo: 10314.000968/2011-17 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: VALFILM LOCACAO E ADMINISTRACAO DE BENS LTDA - EPP

585 - Processo: 13830.722780/2014-25 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-ACUCAR, ACUCAR E ALCOOL DO ESTADO DE SAO PAULO.

Relator: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA

586 - Processo: 10932.720038/2015-20 - Recorrentes: LUCKMETAIS COMERCIO DE METAIS LTDA e FAZENDA NACIONAL

587 - Processo: 10920.720220/2016-09 - Recorrente: DIOXYL REVESTIMENTOS QUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

588 - Processo: 10880.728198/2016-51 - Recorrente: AMBEV S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

589 - Processo: 15586.720299/2016-21 - Recorrentes: TEC IMPORTS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA

590 - Processo: 10580.722359/2015-04 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

591 - Processo: 13502.720395/2015-46 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
592 - Processo: 13502.720449/2015-73 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
593 - Processo: 13819.000185/2011-41 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
594 - Processo: 13502.721308/2013-14 - Recorrentes: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
595 - Processo: 13819.904873/2012-62 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
596 - Processo: 13819.904874/2012-15 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
597 - Processo: 13819.904875/2012-51 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
598 - Processo: 13819.904876/2012-04 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
599 - Processo: 13819.904877/2012-41 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
600 - Processo: 13819.904878/2012-95 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
601 - Processo: 13819.904879/2012-30 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
602 - Processo: 13819.909860/2011-07 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
603 - Processo: 13819.909861/2011-43 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
604 - Processo: 13819.909862/2011-98 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
605 - Processo: 13819.909863/2011-32 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: VALCIR GASSEN
606 - Processo: 10120.720382/2016-54 - Recorrente: EMPREZA GESTAO DE PESSOAS E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
607 - Processo: 10120.720938/2015-21 - Recorrente: SORVETERIA CREME MEL S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
608 - Processo: 10166.721230/2009-13 - Recorrente: COMERCIAL SAO PATRICIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
609 - Processo: 10166.731500/2014-61 - Recorrente: OCT VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
610 - Processo: 10380.002040/2006-16 - Recorrente: CONSERVADORA AMAZONAS LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
611 - Processo: 10840.720085/2010-98 - Recorrente: ZANINI INDUSTRIA E MONTAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
612 - Processo: 11065.003004/2008-77 - Recorrente: FREIOS CONTROIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSE HENRIQUE MAURI
613 - Processo: 11020.002070/2008-46 - Recorrente: ELIEL -INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
614 - Processo: 11020.002073/2008-80 - Recorrente: ELIEL -INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
615 - Processo: 11020.002074/2008-24 - Recorrente: ELIEL -INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
616 - Processo: 11020.002075/2008-79 - Recorrente: ELIEL -INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
617 - Processo: 11020.003343/2009-51 - Recorrente: ELIEL -INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
618 - Processo: 16349.000404/2008-68 - Recorrente: VOTORANTIM PARTICIPACOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
619 - Processo: 19515.003130/2005-45 - Recorrente: ATLAS COPCO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
620 - Processo: 19647.005328/2005-68 - Recorrente: RHODIA STER FIBRAS E RESINAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: VALCIR GASSEN
621 - Processo: 10314.721711/2016-15 - Recorrente: OSWALDO CRUZ QUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
622 - Processo: 10380.720085/2009-19 - Embargante: CVC - CERA VEGETAL DO CEARA LTDA - EPP e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
623 - Processo: 10380.905554/2012-73 - Recorrente: I J B CAMBIO E TURISMO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSE HENRIQUE MAURI
624 - Processo: 10380.905555/2012-18 - Recorrente: I J B CAMBIO E TURISMO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
625 - Processo: 10380.905556/2012-62 - Recorrente: I J B CAMBIO E TURISMO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
626 - Processo: 10380.905558/2012-51 - Recorrente: I J B CAMBIO E TURISMO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
627 - Processo: 10380.905559/2012-04 - Recorrente: I J B CAMBIO E TURISMO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
628 - Processo: 10380.905560/2012-21 - Recorrente: I J B CAMBIO E TURISMO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
629 - Processo: 10380.905561/2012-75 - Recorrente: I J B CAMBIO E TURISMO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
630 - Processo: 10380.905562/2012-10 - Recorrente: I J B CAMBIO E TURISMO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
631 - Processo: 10380.905563/2012-64 - Recorrente: I J B CAMBIO E TURISMO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
632 - Processo: 10380.905564/2012-17 - Recorrente: I J B CAMBIO E TURISMO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
633 - Processo: 10380.905565/2012-53 - Recorrente: I J B CAMBIO E TURISMO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
634 - Processo: 10380.905566/2012-06 - Recorrente: I J B CAMBIO E TURISMO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
635 - Processo: 10380.905567/2012-42 - Recorrente: I J B CAMBIO E TURISMO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
636 - Processo: 10380.905569/2012-31 - Recorrente: I J B CAMBIO E TURISMO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
637 - Processo: 10380.905572/2012-55 - Recorrente: I J B CAMBIO E TURISMO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
638 - Processo: 18470.723706/2013-03 - Recorrente: SANERIO CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
639 - Processo: 19515.721733/2012-51 - Recorrente: VOTORANTIM METAIS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
640 - Processo: 11516.721878/2011-50 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
641 - Processo: 11516.721887/2011-41 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
642 - Processo: 10983.911351/2011-46 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
643 - Processo: 10983.911350/2011-00 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
644 - Processo: 10983.911361/2011-81 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
645 - Processo: 10983.911357/2011-13 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
646 - Processo: 10983.911356/2011-79 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
647 - Processo: 11516.723622/2013-49 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: VALCIR GASSEN
648 - Processo: 10494.000674/2009-08 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: PEDRO ANTONIO XAVIER ZALUSKI
649 - Processo: 10730.723265/2013-11 - Recorrente: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
650 - Processo: 10821.720034/2016-80 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
651 - Processo: 10821.720077/2013-12 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
652 - Processo: 10950.001711/2010-04 - Recorrente: ALDO COMPONENTES ELETRONICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
653 - Processo: 10880.722020/2013-53 - Recorrente: J. CRISTINA CHEN PRESENTES - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
654 - Processo: 10880.722024/2013-31 - Recorrente: DONG QIAOYU - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
655 - Processo: 10880.722058/2013-26 - Recorrente: EMINENCIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
656 - Processo: 10880.722092/2013-09 - Recorrente: COMERCIO DE PRESENTES CHANG HONG LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSE HENRIQUE MAURI
657 - Processo: 10283.722051/2014-24 - Recorrente: MOTONORTE MOTORES E MAQUINAS DO NORTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
658 - Processo: 11020.001965/2007-82 - Recorrente: VIDROFORTE INDUSTRIA E COMERCIO DE VIDROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
659 - Processo: 11020.003087/2008-11 - Recorrente: VIDROFORTE IND. E COM. DE VIDROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
660 - Processo: 11080.015203/2007-59 - Recorrente: ECS DO BRASIL METALURGIA E PARTICIPACOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

AREOVALDO MARIANO TAVARES
Secretário da Sessão

JOSÉ HENRIQUE MAURI
Presidente da 1ª Turma Ordinária
Substituto

2ªTURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 4º andar, Sala 402, Edifício Alvorada, Brasília - Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES: 1) Serão julgados na primeira reunião ordinária subsequente os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento dos processos ocorrerá estritamente na ordem indicada na pauta, não sendo admitidas antecipações, ainda que em virtude de comparecimento dos representantes das partes, ou de sustentações orais.

DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO
1 - Processo: 16327.721542/2013-08 - Recorrente: BRADESCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: SARAH MARIA LINHARES DE ARAUJO PAES DE SOUZA
2 - Processo: 10880.941511/2012-11 - Recorrente: HYPERMARCAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo: 10880.941512/2012-65 - Recorrente: HYPERMARCAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo: 10880.941513/2012-18 - Recorrente: HYPERMARCAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo: 10880.941514/2012-54 - Recorrente: HYPERMARCAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo: 10880.941515/2012-07 - Recorrente: HYPERMARCAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo: 10880.941516/2012-43 - Recorrente: HYPERMARCAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo: 10880.941517/2012-98 - Recorrente: HYPERMARCAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo: 10880.941518/2012-32 - Recorrente: HYPERMARCAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo: 10880.941519/2012-87 - Recorrente: HYPERMARCAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo: 10880.941520/2012-10 - Recorrente: HYPERMARCAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo: 16004.720187/2014-75 - Recorrente: HYPERMARCAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo: 11065.721074/2015-30 - Recorrente: GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo: 10980.720417/2015-44 - Recorrente: BAYONNE COSMETICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo: 10980.723930/2015-97 - Recorrente: BAYONNE COSMETICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR
16 - Processo: 13855.722942/2013-66 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SUBWAY LINK PRODUCAO AUDIOVISUAL LTDA
Relator: SARAH MARIA LINHARES DE ARAUJO PAES DE SOUZA
17 - Processo: 10882.723672/2013-95 - Recorrente: COMERCIO E INDUSTRIA MULTIFORMAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo: 10976.720027/2014-52 - Recorrente: MULTIACOS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS TECNICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo: 10680.015558/2002-10 - Recorrente: MERCANTIL DO BRASIL FINANCEIRA SA CREDITO FIN E INVEST e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

20 - Processo: 10665.001485/2009-35 - Recorrente: SUFER TRANSPORTES RODOVIARIOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR

21 - Processo: 13811.002158/2005-34 - Embargante: MOSAIC FERTILIZANTES DO BRASIL LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO

22 - Processo: 13804.000533/2005-09 - Recorrente: BRACOL HOLDING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo: 15868.001186/2009-38 - Recorrente: BRACOL HOLDING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo: 15868.001259/2009-91 - Recorrente: BRACOL HOLDING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo: 13804.002841/2005-61 - Recorrente: BRACOL HOLDING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo: 15868.000008/2010-23 - Recorrente: BRACOL HOLDING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS

27 - Processo: 11060.001114/2009-25 - Embargante: ENGARRAFADORA BRAMBILA LTDA - EPP e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR

28 - Processo: 13660.000531/2010-51 - Recorrente: LAUDELINA FERNANDES BANDEIRA VALENCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo: 13433.720168/2013-10 - Recorrente: ANTONIO MARMO DE MORAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo: 13433.720167/2013-75 - Recorrente: ANTONIO MARMO DE MORAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo: 10983.900042/2008-45 - Recorrente: BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo: 13971.720629/2013-67 - Recorrente: REAL PLASTIC LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo: 12664.000011/2011-26 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JAIME FAZOLO - EPP

Relator: PAULO GUILHERME DEROULEDE

34 - Processo: 10875.906949/2009-26 - Recorrente: RADIEX QUIMICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo: 10875.906950/2009-51 - Recorrente: RADIEX QUIMICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo: 16095.000074/2010-54 - Recorrente: RADIEX QUIMICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo: 16095.720151/2011-77 - Recorrente: RADIEX QUIMICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo: 13888.000761/2009-11 - Recorrente: RICLAN S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo: 13888.720197/2014-14 - Recorrente: RICLAN S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo: 13888.720198/2014-69 - Recorrente: RICLAN S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo: 10860.720143/2012-15 - Recorrente: FAURECIA EMISSIONS CONTROL TECHNOLOGIES DO BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo: 10860.721255/2011-02 - Recorrente: FAURECIA EMISSIONS CONTROL TECHNOLOGIES DO BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo: 10860.721319/2011-67 - Recorrente: FAURECIA EMISSIONS CONTROL TECHNOLOGIES DO BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS

44 - Processo: 11070.001493/2007-72 - Recorrente: GRANDESPE SEMENTES E AGRONEGOCIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo: 10980.002995/2004-42 - Recorrente: COMERCIO E INDUSTRIA DE CAL TANCAL LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo: 10830.008317/2003-26 - Recorrente: CARGILL ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo: 13971.720025/2006-91 - Recorrente: PLATANE MOVEIS LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo: 10945.001317/2008-12 - Recorrente: AB COMERCIO DE INSUMOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JORGE LIMA ABUD

49 - Processo: 13811.001589/98-48 - Recorrente: COMPO DO BRASIL PARTICIPACOES - EIRELI - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo: 13883.000163/2002-16 - Recorrente: CONFAB INDUSTRIAL SOCIEDADE ANONIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO GUILHERME DEROULEDE

51 - Processo: 11020.721713/2012-31 - Recorrente: ALUMICONTE COMPONENTES DE ALUMINIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo: 16024.000237/2009-07 - Recorrente: ARCH QUIMICA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo: 11020.001116/2010-24 - Recorrente: INDUSTRIA MECANICA NTC LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JORGE LIMA ABUD

54 - Processo: 11128.006533/2003-36 - Recorrente: M CASSAB COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo: 10831.003573/2006-60 - Embargante: KETER COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO GUILHERME DEROULEDE

56 - Processo: 13971.722726/2011-22 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SULFORMS S/A INDUSTRIA E COMERCIO

Relator: RAPHAEL MADEIRA ABAD

57 - Processo: 10314.720837/2016-64 - Recorrente: AULIK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo: 10872.720353/2016-90 - Recorrente: AMBEV S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo: 10830.728064/2016-25 - Recorrente: SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo: 11634.720057/2017-45 - Recorrente: BRAZILIAN PET FOODS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo: 10976.720029/2017-94 - Recorrente: JOHNSON CONTROLS PS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo: 16027.720187/2017-50 - Recorrente: LEAO ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR

63 - Processo: 10435.000275/2008-52 - Recorrente: ACUMULADORES MOURA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo: 10480.720471/2013-69 - Recorrentes: ACUMULADORES MOURA S A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: ACUMULADORES MOURA S A e FAZENDA NACIONAL

65 - Processo: 19515.722262/2012-07 - Embargante: WHIRLPOOL S.A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo: 10882.002585/2008-33 - Recorrente: DISKPAR LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO GUILHERME DEROULEDE

67 - Processo: 13629.003039/2007-28 - Embargante: APERAM INOX AMERICA DO SUL S.A. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: JORGE LIMA ABUD

68 - Processo: 10670.720013/2006-63 - Recorrente: COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS COTEMINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo: 10670.000378/2006-78 - Recorrente: COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS COTEMINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS

70 - Processo: 10380.012963/97-14 - Recorrente: IRACEMA INDUSTRIAS DE CAJU LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo: 10950.002562/2009-59 - Recorrente: COCAMAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WALKER ARAUJO

72 - Processo: 10283.722865/2015-40 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VIDEOLAR-INNOVA S/A

Relator: PAULO GUILHERME DEROULEDE

73 - Processo: 19311.720311/2015-06 - Recorrentes: INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA e FAZENDA NACIONAL

74 - Processo: 11618.001024/2005-67 - Recorrente: POLIMASSA ARGAMASSAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo: 11080.722074/2016-40 - Recorrente: VONPAR REFRESCOS S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo: 13609.720024/2006-85 - Recorrente: DISTRIBUIDORA PEQUI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JORGE LIMA ABUD

77 - Processo: 12466.003142/2007-15 - Recorrente: CISA TRADING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo: 10711.001012/2006-92 - Recorrente: PERNOD RICARD BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo: 10830.009703/2002-54 - Recorrente: KORBACH VOLLET ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WALKER ARAUJO

80 - Processo: 10183.721209/2013-96 - Recorrentes: COMPANHIA MARANHENSE DE REFRIGERANTES e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: COMPANHIA MARANHENSE DE REFRIGERANTES e FAZENDA NACIONAL

81 - Processo: 13609.720842/2012-26 - Recorrente: BELO HORIZONTE REFRIGERANTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo: 13864.720186/2015-93 - Recorrente: CERVEJARIAS KAISER BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR

83 - Processo: 13864.720101/2014-96 - Recorrente: CERVEJARIAS KAISER BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO GUILHERME DEROULEDE

84 - Processo: 16682.720545/2011-13 - Recorrente: IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO

85 - Processo: 10314.000146/2009-11 - Recorrente: G.T.M. MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo: 19675.000486/2006-75 - Recorrente: G.T.M. MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WALKER ARAUJO

87 - Processo: 13819.002214/96-54 - Recorrente: PROQUIGEL IND E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

88 - Processo: 16095.000322/2006-81 - Recorrente: SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

89 - Processo: 10768.026362/98-62 - Recorrente: FORJA RIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

90 - Processo: 10735.000944/94-27 - Recorrente: CIPLA INDUSTRIA DE TINTAS E VERNIZES SOCIEDADE ANONIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

91 - Processo: 10976.000603/2008-01 - Recorrente: STRATURA ASFALTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO

92 - Processo: 11030.000579/2002-40 - Recorrente: COOPERATIVA AGRICOLA MISTA IBIRAIARAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

93 - Processo: 10120.731185/2012-37 - Recorrente: NOVO MUNDO MOVEIS E UTILIDADES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo: 14774.000113/2009-13 - Recorrente: DIAGEO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

95 - Processo: 10380.904339/2010-93 - Recorrente: NORSA REFRIGERANTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

96 - Processo: 10814.006330/2008-53 - Recorrente: DELTA AIR LINES INC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

97 - Processo: 16327.720595/2013-01 - Recorrente: ITAU CORRETORA DE VALORES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo: 10480.727412/2015-83 - Recorrente: BOMPRECO SUPERMERCADOS DO NORDESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR

99 - Processo: 14041.720063/2014-18 - Recorrente: FMQ PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

100 - Processo: 19311.720016/2015-41 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

101 - Processo: 16327.001488/2004-81 - Recorrente: THE FIRST INTERNATIONAL TRADE BANK LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

102 - Processo: 18471.001373/2007-00 - Recorrentes: UNIVERSAL COMPRESSION LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: UNIVERSAL COMPRESSION LTDA e FAZENDA NACIONAL

103 - Processo: 16327.003559/2003-08 - Recorrente: GUEDES DE ALCANTARA FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

104 - Processo: 16327.001866/2005-16 - Recorrente: COOPERATIVA DE E.C.M.S.M. DE S.J.C. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

105 - Processo: 16327.001865/2005-63 - Recorrente: COOPERATIVA DE E.C.M.S.M.S.J.C. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

106 - Processo: 16327.001146/2004-61 - Recorrente: THE FIRST INTERNATIONAL TRADE BANK e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

107 - Processo: 12448.730071/2013-93 - Recorrente: BANCO CLASSICO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS

108 - Processo: 12571.720095/2012-38 - Recorrente: K R M TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

109 - Processo: 12898.000039/2010-39 - Recorrentes: MPE MONTAGENS E PROJETOS ESPECIAIS S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: MPE MONTAGENS E PROJETOS ESPECIAIS S/A e FAZENDA NACIONAL

110 - Processo: 19515.722305/2012-46 - Recorrente: PEPSICO DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

111 - Processo: 10120.720126/2010-71 - Recorrente: CARAMURU ALIMENTOS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator: JORGE LIMA ABUD

112 - Processo: 10120.727986/2015-41 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A

113 - Processo: 10245.000633/2003-50 - Recorrente: BOA VISTA ENERGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

114 - Processo: 10980.003414/2003-17 - Recorrente: PLM PLASTICOS S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WALKER ARAUJO

115 - Processo: 10166.727389/2012-47 - Embargante: CAENGE S.A - CONSTRUCAO ADMINISTRACAO E ENGENHARIA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

116 - Processo: 11829.720017/2013-92 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: GOLDSTAR COMERCIO ATACADISTA E SERVICOS INDUSTRIAL LTDA - EPP

117 - Processo: 10280.004608/2006-61 - Recorrente: ALUNORTE ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

118 - Processo: 10280.722273/2009-18 - Recorrente: ALUNORTE ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

119 - Processo: 10166.900184/2009-17 - Recorrente: CAIXA ECONOMICA FEDERAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

120 - Processo: 11052.001139/2010-61 - Recorrente: FUNDACAO DE APOIO A UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO - FURJ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

121 - Processo: 13747.000103/2003-49 - Recorrente: NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S A NUCLEP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

122 - Processo: 11075.720280/2013-41 - Recorrente: LATINA COMERCIO EXTERIOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

123 - Processo: 11060.724527/2014-49 - Recorrente: LCD-TELECON COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

124 - Processo: 10814.725129/2015-06 - Recorrente: MOBICAR COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO GUILHERME DEROULEDE

125 - Processo: 13855.720145/2012-63 - Recorrente: ACRUX CALCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

126 - Processo: 10140.001791/00-81 - Recorrente: AGENCIA ESTADUAL DE IMPRENSA OFICIAL DE MATO GROSSO DO SUL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

127 - Processo: 11543.002757/2001-14 - Recorrente: T.A. OIL DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR

128 - Processo: 16327.002626/2003-69 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: CREDIT SUISSE (BRASIL) DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.

129 - Processo: 10980.009882/2007-11 - Recorrente: EDITORA GAZETA DO POVO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

130 - Processo: 11080.732574/2014-28 - Recorrente: TMSA - TECNOLOGIA EM MOVIMENTACAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

131 - Processo: 16327.720906/2013-24 - Recorrentes: COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL e FAZENDA NACIONAL

132 - Processo: 16327.001379/2008-98 - Recorrente: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO DE GUARIBA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

133 - Processo: 16327.001342/2006-06 - Recorrente: COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS PROFISSIONAIS DA AREA DA SAUDE DE TAUBATE - UNICRED DE TAUBATE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WALKER ARAUJO

134 - Processo: 10680.724370/2010-68 - Recorrente: CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

135 - Processo: 10680.912453/2012-74 - Recorrente: CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

136 - Processo: 10680.918609/2011-40 - Recorrente: CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS

137 - Processo: 10980.723499/2011-55 - Embargante: HSBC BRASIL S.A. - BANCO DE INVESTIMENTO e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO GUILHERME DEROULEDE

138 - Processo: 12585.000203/2010-31 - Recorrente: ARACRUZ CELULOSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

139 - Processo: 12585.000205/2010-21 - Recorrente: ARACRUZ CELULOSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

140 - Processo: 12585.000209/2010-17 - Recorrente: ARACRUZ CELULOSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

141 - Processo: 12585.000219/2010-44 - Recorrente: ARACRUZ CELULOSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

142 - Processo: 12585.720457/2011-51 - Recorrente: ARACRUZ CELULOSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS

143 - Processo: 10909.003125/2004-53 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

144 - Processo: 10909.003131/2004-19 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

145 - Processo: 10909.003124/2004-17 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

146 - Processo: 10909.003126/2004-06 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

147 - Processo: 10909.003127/2004-42 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

148 - Processo: 10909.003132/2004-55 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

149 - Processo: 10909.003128/2004-97 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

150 - Processo: 10909.003130/2004-66 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

151 - Processo: 10909.003289/2005-61 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

152 - Processo: 10909.001591/2005-85 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

153 - Processo: 10909.003291/2005-31 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

154 - Processo: 10909.002222/2005-18 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

155 - Processo: 10909.002225/2005-43 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

156 - Processo: 10909.003160/2005-53 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

157 - Processo: 10909.001588/2005-61 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

158 - Processo: 10909.001590/2005-31 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

159 - Processo: 10909.000257/2006-95 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

160 - Processo: 10909.000254/2006-51 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WALKER ARAUJO

161 - Processo: 16682.904225/2011-14 - Recorrente: VALE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

162 - Processo: 16682.904221/2011-28 - Recorrente: VALE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

163 - Processo: 19515.003462/2010-97 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS

164 - Processo: 10855.721325/2016-06 - Recorrente: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

165 - Processo: 10855.720271/2016-53 - Recorrente: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WALKER ARAUJO

166 - Processo: 19482.720004/2013-93 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: JOSE ROBERTO LAMACCHIA

167 - Processo: 16095.720148/2015-87 - Recorrentes: ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA e FAZENDA NACIONAL

168 - Processo: 10830.016374/2010-16 - Recorrente: BENTELER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

169 - Processo: 19515.004112/2010-48 - Recorrente: MUSEU DE ARTE DE SAO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND - MASP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

170 - Processo: 17437.720221/2015-65 - Recorrente: TECON RIO GRANDE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

171 - Processo: 10805.721959/2014-84 - Recorrente: VIA VAREJO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR

172 - Processo: 19515.721188/2012-01 - Recorrente: VOITH HYDRO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

173 - Processo: 11080.004683/2006-41 - Embargante: METALURGICA GERDAU SOCIEDADE ANONIMA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: WALKER ARAUJO

174 - Processo: 16682.720573/2014-75 - Recorrente: INFOGLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO

175 - Processo: 16095.000445/2009-64 - Recorrente: PELKOTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

176 - Processo: 13855.723461/2014-59 - Recorrente: MAGAZINE LUIZA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO GUILHERME DEROULEDE

177 - Processo: 11543.000506/2005-11 - Recorrente: COMPANHIA NIPO BRASILEIRA DE PELOTIZACAO - NIBRASCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

178 - Processo: 15578.000403/2007-76 - Recorrente: COMPANHIA NIPO BRASILEIRA DE PELOTIZACAO - NIBRASCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WALKER ARAUJO

179 - Processo: 10850.907339/2009-28 - Recorrente: RODOBENS PRESTADORA DE SERVICOS E INTERMEDIACAO DE VENDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

180 - Processo: 10980.001141/00-62 - Recorrente: TRANSESP TRANSPORTES ESPECIALIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

181 - Processo: 16682.720556/2013-57 - Recorrente: NEOENERGIA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR

182 - Processo: 10932.720040/2015-07 - Recorrente: LUCKMETAIS COMERCIO DE METAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

183 - Processo: 15504.724988/2011-63 - Recorrente: CAIXA DE ASSISTENCIA DOS ADVOGADOS DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

184 - Processo: 16327.720098/2015-67 - Recorrente: BANCO PAN S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO

185 - Processo: 10314.721061/2015-19 - Recorrente: CROCS BRASIL COMERCIO DE CALCADOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

186 - Processo: 11829.720018/2013-37 - Recorrentes: R B EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: R B EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

187 - Processo: 11487.720001/2013-06 - Recorrente: R B EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

188 - Processo: 10314.005084/2005-19 - Embargante: FLEURY S.A. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

189 - Processo: 13971.720107/2010-12 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: BUNGE ALIMENTOS S/A

190 - Processo: 13971.908783/2011-05 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: BUNGE ALIMENTOS S/A

191 - Processo: 15889.000226/2010-10 - Recorrente: SPAIPA S/A INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

192 - Processo: 10825.720450/2011-33 - Recorrente: SPAIPA S/A INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

193 - Processo: 10825.722162/2011-13 - Recorrente: SPAIPA S/A INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

194 - Processo: 10825.720693/2012-52 - Recorrente: SPAIPA S/A INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

195 - Processo: 13881.000017/2002-19 - Embargante: MAXION COMPONENTES ESTRUTURAIS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

196 - Processo: 10111.721404/2014-41 - Recorrente: POSONIC DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR

197 - Processo: 19515.000044/2006-61 - Recorrente: ASSOC DOS CABOS E SALD DA PM DO EST SP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

198 - Processo: 10909.720881/2014-12 - Recorrente: DM8 COMERCIO E SERVICOS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

199 - Processo: 19482.720055/2014-04 - Recorrente: LUIZ FERNANDO SANTOS NOGUEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

200 - Processo: 10611.001299/2010-65 - Recorrentes: JABIL DO BRASIL INDUSTRIA ELETROELETRONICA LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: JABIL DO BRASIL INDUSTRIA ELETROELETRONICA LTDA e FAZENDA NACIONAL

201 - Processo: 16327.001753/2007-74 - Recorrente: LINK S/A - CORRETORA DE CAMBIO, TITULOS E VALORES MOBILIARIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

202 - Processo: 13502.720252/2014-53 - Recorrente: SOL EMBALAGENS PLASTICAS - EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO GUILHERME DEROULEDE

203 - Processo: 13502.720251/2014-17 - Recorrentes: SOL EMBALAGENS PLASTICAS - EIRELI e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: SOL EMBALAGENS PLASTICAS - EIRELI e FAZENDA NACIONAL

DIA 22 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator: PAULO GUILHERME DEROULEDE

204 - Processo: 13807.011392/00-36 - Recorrente: CODEMIN S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

205 - Processo: 15871.720070/2015-91 - Recorrente: FREITAS & LABEGALINI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

206 - Processo: 10935.720061/2015-94 - Recorrentes: COMERCIAL DESTRO LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: COMERCIAL DESTRO LTDA e FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

207 - Processo: 13656.721092/2015-97 - Recorrente: CONDUPASQUA-CONDUTORES ELETRICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

208 - Processo: 15983.720042/2013-44 - Recorrente: ELITE SERVICOS ESPECIAIS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

209 - Processo: 13971.002379/2004-99 - Recorrente: UNIMED ALTO VALE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

210 - Processo: 16366.000584/2006-16 - Recorrente: WALTER TENAN - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

211 - Processo: 15586.001728/2008-58 - Recorrente: INDUSTRIA DE MOVEIS MOVELAR LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

212 - Processo: 11516.721644/2013-74 - Recorrente: FRANCO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WALKER ARAUJO

213 - Processo: 13656.720404/2011-11 - Recorrente: MUNICIPIO DE GUARANESIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

214 - Processo: 11020.003913/2010-46 - Recorrente: FRINAL S/A - FRIGORIFICO E INTEGRACAO AVICOLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

215 - Processo: 11051.720189/2013-02 - Recorrente: NEW MAX INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR

216 - Processo: 10680.721360/2006-94 - Recorrente: VALLOUREC TUBOS DO BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

217 - Processo: 10680.004652/2006-69 - Recorrente: V & M DO BRASIL S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

218 - Processo: 16327.000954/2004-10 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

219 - Processo: 13839.721378/2011-09 - Recorrente: DANRIO COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO

220 - Processo: 13306.000023/2002-00 - Recorrente: PAQUETA CALCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

221 - Processo: 15956.000250/2009-74 - Recorrente: ANDRADE ACUCAR E ALCOOL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

222 - Processo: 16349.720107/2012-19 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

223 - Processo: 13116.720344/2013-14 - Recorrente: VITAPAN INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

224 - Processo: 13116.902034/2009-21 - Recorrente: VITAPAN INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

225 - Processo: 13116.902134/2009-58 - Recorrente: VITAPAN INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO GUILHERME DEROULEDE

226 - Processo: 19515.721343/2014-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA

227 - Processo: 19515.720975/2013-17 - Recorrentes: TUPY S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: TUPY S/A e FAZENDA NACIONAL

Relator: WALKER ARAUJO

228 - Processo: 11065.003532/2010-41 - Recorrente: FRIGORIFICO ZIMMER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

229 - Processo: 16004.720480/2013-51 - Recorrente: VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A - ACUCAR E ALCOOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

230 - Processo: 16004.720497/2013-17 - Recorrente: VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A - ACUCAR E ALCOOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JORGE LIMA ABUD

231 - Processo: 10882.001259/2009-90 - Embargante: COMPUSOFTWARE INFORMATICA LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

232 - Processo: 11131.000218/2008-51 - Recorrente: SPIN COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

233 - Processo: 10611.000410/2009-62 - Recorrente: SCIB - SERVICO E COMERCIO INDUSTRIA DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

234 - Processo: 10480.723631/2010-89 - Recorrentes: C I L COMERCIO DE INFORMATICA LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: C I L COMERCIO DE INFORMATICA LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO GUILHERME DEROULEDE

235 - Processo: 19396.720113/2014-61 - Recorrentes: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO

236 - Processo: 19396.720064/2013-85 - Recorrente: GULFMARK SERVICOS MARITIMOS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO GUILHERME DEROULEDE

237 - Processo: 12466.722771/2011-24 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

238 - Processo: 12466.720121/2015-78 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

239 - Processo: 12466.722116/2014-19 - Recorrentes: MULTIMEX S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: MULTIMEX S/A e FAZENDA NACIONAL

240 - Processo: 12466.722121/2014-21 - Recorrentes: MULTIMEX S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: MULTIMEX S/A e FAZENDA NACIONAL

241 - Processo: 12466.722511/2014-00 - Recorrentes: MULTIMEX S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: MULTIMEX S/A e FAZENDA NACIONAL

242 - Processo: 12266.720916/2014-51 - Recorrente: SUPPORTE ARMAZENAGEM, VENDAS E LOGISTICA INTEGRADA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JORGE LIMA ABUD

243 - Processo: 11077.000773/2006-12 - Recorrente: ALL - AMERICA LATINA LOGISTICA INTERMODAL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WALKER ARAUJO

244 - Processo: 10074.000579/2009-47 - Recorrente: PLENA COMERCIAL ATACADISTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

245 - Processo: 10920.722786/2015-86 - Recorrente: MEXICHEM BRASIL INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO PLASTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

246 - Processo: 10183.722798/2012-49 - Recorrente: ELDORADO COMBUSTIVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR

247 - Processo: 16561.000055/2009-41 - Recorrentes: SKY BRASIL SERVICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: SKY BRASIL SERVICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO

248 - Processo: 13839.002362/2004-66 - Recorrente: J.RUETTE COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

249 - Processo: 10920.721206/2014-52 - Recorrentes: DEDA COMERCIO DE MOVEIS LTDA - EPP e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: DEDA COMERCIO DE MOVEIS LTDA - EPP e FAZENDA NACIONAL

250 - Processo: 10950.726726/2012-32 - Recorrentes: DOMIMAR - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: DOMIMAR - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS

251 - Processo: 11131.001598/2004-17 - Recorrente: CESTAS NORDESTE COMERCIO DE ALIMENTOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WALKER ARAUJO

252 - Processo: 11131.001349/2010-70 - Recorrentes: INDUSTRIA NAVAL DO CEARA SA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: INDUSTRIA NAVAL DO CEARA SA e FAZENDA NACIONAL

AREOVALDO MARIANO TAVARES
Secretário da Sessão

PAULO GUILHERME DÉROULÈDE
Presidente da 2ª Turma Ordinária

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões extraordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 4º andar, Sala 402, Edifício Alvorada, Brasília - Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES: Serão julgados na primeira reunião ordinária subsequente os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento dos processos ocorrerá estritamente na ordem indicada na pauta, não sendo admitidas antecipações, ainda que em virtude de comparecimento dos representantes das partes, ou de sustentações orais.

DIA 23 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO

1 - Processo: 10830.001242/2002-71 - Embargante: MAGNETI MARELLI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo: 13884.906412/2009-45 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: PARKER HANNIFIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

3 - Processo: 19679.005720/2005-30 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: CIMENTO RIO BRANCO S/A

4 - Processo: 19679.005732/2005-64 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: CIMENTO RIO BRANCO S/A

5 - Processo: 19679.005738/2005-31 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: CIMENTO RIO BRANCO S/A

6 - Processo: 13832.000063/00-99 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: TECIDOS E CONFECCOES IRMAOS JOSE DE PIRAJU LTDA - ME

7 - Processo: 11128.720679/2015-21 - Embargante: ALIANCA COMERCIAL, IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo: 11516.001379/2007-66 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: AGROVENETO S.A. - INDUSTRIA DE ALIMENTOS

9 - Processo: 13971.901886/2010-55 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: TEKA TECELAGEM KUEHNRICH SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

10 - Processo: 10872.720001/2015-53 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: AMBEV S.A.

11 - Processo: 11128.003930/2005-18 - Recorrente: TRANSBRASA TRANSITARIA BRASILEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo: 13830.001128/2002-30 - Recorrentes: RAIZEN TARUMA LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: RAIZEN TARUMA LTDA. e FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS

13 - Processo: 11516.001144/2009-36 - Embargante: CARBONIFERA METROPOLITANA S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo: 11516.001145/2009-81 - Embargante: CARBONIFERA METROPOLITANA S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo: 11516.001146/2009-25 - Embargante: CARBONIFERA METROPOLITANA S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo: 11516.001148/2009-14 - Embargante: CARBONIFERA METROPOLITANA S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo: 11516.001149/2009-69 - Embargante: CARBONIFERA METROPOLITANA S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo: 11516.001150/2009-93 - Embargante: CARBONIFERA METROPOLITANA S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo: 11516.001151/2009-38 - Embargante: CARBONIFERA METROPOLITANA S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo: 11516.001152/2009-82 - Embargante: CARBONIFERA METROPOLITANA S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo: 11516.001153/2009-27 - Embargante: CARBONIFERA METROPOLITANA S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo: 11516.001154/2009-71 - Embargante: CARBONIFERA METROPOLITANA S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo: 11516.001155/2009-16 - Embargante: CARBONIFERA METROPOLITANA S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo: 11516.001156/2009-61 - Embargante: CARBONIFERA METROPOLITANA S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo: 11516.001157/2009-13 - Embargante: CARBONIFERA METROPOLITANA S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo: 11516.001158/2009-50 - Embargante: CARBONIFERA METROPOLITANA S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo: 11516.001159/2009-02 - Embargante: CARBONIFERA METROPOLITANA S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo: 11516.001160/2009-29 - Embargante: CARBONIFERA METROPOLITANA S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo: 11516.001161/2009-73 - Embargante: CARBONIFERA METROPOLITANA S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo: 11516.001164/2009-15 - Embargante: CARBONIFERA METROPOLITANA S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo: 11516.001165/2009-51 - Embargante: CARBONIFERA METROPOLITANA S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo: 11516.001171/2009-17 - Embargante: CARBONIFERA METROPOLITANA S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR

33 - Processo: 10730.730078/2012-11 - Recorrentes: TRICO SERVICOS MARITIMOS LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: TRICO SERVICOS MARITIMOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

34 - Processo: 10314.002566/2008-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COTIA FOODS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

35 - Processo: 15169.000137/2015-11 - Recorrente: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO TRIANGULO MINEIRO LTDA - SICOOB ARACOOP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

36 - Processo: 11543.005234/2002-01 - Recorrente: MERCANTIL DE ALIMENTOS SOARES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo: 19515.000028/2006-79 - Recorrente: MONTE MOR S/A IMOVEIS E PARTICIPACOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo: 10675.003038/2003-14 - Recorrente: RADIO VISAO DE UBERLANDIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo: 16095.000038/2006-12 - Recorrente: SENAP DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 23 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator: PAULO GUILHERME DEROULEDE

40 - Processo: 12689.000180/2006-11 - Recorrente: UCAR BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR

41 - Processo: 12466.000160/2010-41 - Recorrentes: MERCOCAMP COMERCIO INTERNACIONAL S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: MERCOCAMP COMERCIO INTERNACIONAL S/A e FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO GUILHERME DEROULEDE

42 - Processo: 10074.000023/2007-99 - Recorrente: INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR

43 - Processo: 11128.729558/2014-64 - Recorrente: INDUSTRIA DE CHAVES GOLD LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo: 10283.720877/2010-25 - Recorrente: O.C.CHAUVIN - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo: 10830.721298/2009-12 - Embargante: ABSA AEROLINHAS BRASILEIRAS S.A. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo: 10907.720132/2015-96 - Recorrente: COMERCIAL IMPORTACAO E EXPORTACAO CANTAREIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo: 10907.000991/2008-36 - Recorrente: JUTEC REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo: 11042.000318/2008-86 - Recorrente: WORLD BRANDS DISTRIBUIDORA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo: 11762.720054/2014-01 - Recorrentes: BRASALES COMERCIO EXTERIOR LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: BRASALES COMERCIO EXTERIOR LTDA e FAZENDA NACIONAL

50 - Processo: 11684.000745/2007-28 - Recorrente: GAMA SERVICOS E NEGOCIOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO GUILHERME DEROULEDE

51 - Processo: 10611.002136/2006-13 - Recorrente: PENTEC INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo: 11020.002099/2007-47 - Recorrente: SUSPENSYS SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo: 13984.721443/2011-14 - Recorrente: LIDIA CHUPEL - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JORGE LIMA ABUD

54 - Processo: 12466.000391/2007-59 - Recorrentes: VALE S.A. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: VALE S.A. e FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS

55 - Processo: 10580.730520/2014-24 - Recorrente: DELTA LOCACAO DE SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo: 13819.001425/2009-18 - Recorrente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo: 10166.723897/2015-07 - Recorrente: SMAFF AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO

58 - Processo: 10920.723806/2012-93 - Recorrente: ASSOCIACAO BENEFICENTE EVANGELICA DE JOINVILLE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo: 10280.720815/2010-43 - Recorrente: ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo: 10880.664978/2009-36 - Recorrente: DOW BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo: 10950.006209/2007-86 - Recorrente: CACAU'S DISTRIBUIDORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo: 10680.000199/00-37 - Recorrente: BRASIF S/A EXPORTACAO IMPORTACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR

63 - Processo: 11829.720054/2015-62 - Recorrente: QUANTA BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo: 11080.001802/2005-23 - Embargante: RENNER SAYERLACK S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo: 11060.000976/2010-74 - Recorrente: HERTER CEREAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo: 10882.001049/2005-78 - Embargante: BRASLO PRODUTOS DE CARNE LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO

67 - Processo: 10715.002972/2007-11 - Recorrente: TV GLOBO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo: 10314.014706/2008-34 - Recorrente: AMERICEL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo: 12466.720895/2015-07 - Recorrentes: WM COMERCIAL ATACADISTA LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: WM COMERCIAL ATACADISTA LTDA e FAZENDA NACIONAL

70 - Processo: 15165.723691/2012-50 - Recorrente: KOMPORT COMERCIAL IMPORTADORA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo: 12452.000047/2009-81 - Recorrente: NOVAMETAL DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo: 16561.720076/2012-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PIRELLI PNEUS LTDA.

73 - Processo: 12466.000913/2008-01 - Recorrente: GAMA SERVICOS E NEGOCIOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo: 12466.000915/2008-92 - Recorrente: GAMA SERVICOS E NEGOCIOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo: 12466.000917/2008-81 - Recorrente: GAMA SERVICOS E NEGOCIOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo: 10480.721430/2011-28 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: C I L COMERCIO DE INFORMATICA LTDA

Relator: PAULO GUILHERME DEROULEDE

77 - Processo: 10814.723918/2014-13 - Recorrente: SABINNE MARIE TELLES DE CERJAT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo: 11516.001792/2004-88 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERAMICOS

79 - Processo: 11516.002703/2004-11 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERAMICOS

80 - Processo: 11610.001259/2003-67 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERAMICOS

81 - Processo: 13746.000144/2003-45 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERAMICOS

82 - Processo: 10735.000001/99-18 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: NITRIFLEX S A INDUSTRIA E COMERCIO

83 - Processo: 11516.000804/2003-76 - Recorrente: MAXIMILIANO GAIDIZINSKI IND AZUL ELIANE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo: 11543.005707/2002-61 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: FERTILIZANTES HERINGER S.A.

85 - Processo: 13746.000259/2003-30 - Recorrente: ELIANE ARGAMASSAS E REJUNTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo: 10283.002024/2001-17 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: VALMASTER BATCH INDUSTRIA E COMERCIO DE POLIMEROS DA AMAZONIA SA

87 - Processo: 13746.001223/2002-92 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: NITRIFLEX S A INDUSTRIA E COMERCIO

88 - Processo: 10283.004844/2007-39 - Recorrente: NITRIFLEX DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

89 - Processo: 10209.000424/2004-23 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALUNORTE ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A

90 - Processo: 10283.007960/2007-18 - Recorrente: SONOPRESS RIMO DA AMAZONIA IND E COM FONOGRAFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

91 - Processo: 12452.720436/2011-41 - Recorrente: ONESUBSEA DO BRASIL SERVICOS SUBMARINOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

92 - Processo: 13502.000672/2006-18 - Recorrente: ARTEDUR PRODUTOS QUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

93 - Processo: 13502.900412/2008-06 - Recorrente: ARTEDUR PRODUTOS QUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo: 13502.900414/2008-97 - Recorrente: ARTEDUR PRODUTOS QUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

95 - Processo: 13502.900432/2008-79 - Recorrente: ARTEDUR PRODUTOS QUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

96 - Processo: 13502.901054/2008-41 - Recorrente: ARTEDUR PRODUTOS QUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

97 - Processo: 11829.720040/2013-87 - Recorrente: FIH DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WALKER ARAUJO

98 - Processo: 10508.720503/2015-32 - Recorrente: BARRY CALLEBAUT BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

99 - Processo: 10508.720558/2014-61 - Recorrente: BARRY CALLEBAUT BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO

100 - Processo: 19396.720006/2011-90 - Recorrentes: PAN MARINE DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: PAN MARINE DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL

101 - Processo: 10872.720123/2015-40 - Recorrentes: AMBEV S.A. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: AMBEV S.A. e FAZENDA NACIONAL

102 - Processo: 11065.724056/2015-18 - Recorrente: AMBEV S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

103 - Processo: 16095.720196/2012-22 - Recorrente: INDUSTRIA TEXTIL TSUZUKI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JORGE LIMA ABUD

104 - Processo: 13881.000165/00-56 - Embargante: MAXION COMPONENTES ESTRUTURAIS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO

105 - Processo: 10830.720227/2009-01 - Recorrente: MOTOROLA MOBILITY COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

106 - Processo: 10830.720140/2009-25 - Recorrente: MOTOROLA MOBILITY COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR

107 - Processo: 10830.005675/2009-72 - Recorrente: AGIS EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WALKER ARAUJO

108 - Processo: 12664.000043/2010-41 - Recorrente: BRAIMEX COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE RENATO PEREIRA DE DEUS

109 - Processo: 10380.720568/2013-08 - Recorrente: EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JOSE FERNANDES DO NASCIMENTO

110 - Processo: 10283.010207/2001-14 - Recorrente: CONSERVADORA AMAZONAS LIMITADA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

111 - Processo: 13603.002687/2003-21 - Recorrente: MAXION SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

112 - Processo: 10283.720010/2009-36 - Recorrente: SIEMENS ELETROELETRONICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

113 - Processo: 13502.001160/2009-11 - Recorrente: OXITENO NORDESTE S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

AREOVALDO MARIANO TAVARES
Secretário da Sessão

PAULO GUILHERME DÉROULÈDE
Presidente da 2ª Turma Ordinária

4ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 4º andar, sala 403, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES: 1) Serão julgados na primeira reunião ordinária subsequente os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento dos processos ocorrerá estritamente na ordem indicada na pauta, não sendo admitidas antecipações, ainda que em virtude de comparecimento dos representantes das partes, ou de sustentações orais

4) O julgamento do processo nº 10380.908971/2012-78 (item 1) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 2 a 9 e o julgamento do processo nº 10880.693376/2009-96 (item 10) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 11 a 19. As decisões dos processos constantes dos itens 1 e 10 (paradigmas) serão aplicadas aos processos repetitivos de que tratam os itens 2 a 9 e 11 a 19, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

nº 343, de 9 de junho de 2015, que aprova o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada, com a redação dada pela Portaria MF nº 152, de 3 de maio de 2016.

DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ROBSON JOSE BAYERL

1 - Processo: 10380.908971/2012-78 - Recorrente: BEACH PARK HOTEIS E TURISMO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ROSALDO TREVISAN

2 - Processo: 10380.908973/2012-67 - Recorrente: BEACH PARK HOTEIS E TURISMO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo: 10380.908974/2012-10 - Recorrente: BEACH PARK HOTEIS E TURISMO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo: 10380.908980/2012-69 - Recorrente: BEACH PARK HOTEIS E TURISMO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo: 10380.908981/2012-11 - Recorrente: BEACH PARK HOTEIS E TURISMO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo: 10380.908982/2012-58 - Recorrente: BEACH PARK HOTEIS E TURISMO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo: 10380.908983/2012-01 - Recorrente: BEACH PARK HOTEIS E TURISMO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo: 10380.908984/2012-47 - Recorrente: BEACH PARK HOTEIS E TURISMO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo: 10380.908985/2012-91 - Recorrente: BEACH PARK HOTEIS E TURISMO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ROBSON JOSE BAYERL

10 - Processo: 10880.693376/2009-96 - Recorrente: KLABIN S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ROSALDO TREVISAN

11 - Processo: 10880.693377/2009-31 - Recorrente: KLABIN S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo: 10880.693378/2009-85 - Recorrente: KLABIN S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo: 10880.693380/2009-54 - Recorrente: KLABIN S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo: 10880.693381/2009-07 - Recorrente: KLABIN S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo: 10880.693383/2009-98 - Recorrente: KLABIN S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo: 10880.693385/2009-87 - Recorrente: KLABIN S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo: 10880.693433/2009-37 - Recorrente: KLABIN S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo: 10880.693437/2009-15 - Recorrente: KLABIN S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo: 10880.901356/2010-38 - Recorrente: KLABIN S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ROBSON JOSE BAYERL

20 - Processo: 10074.000042/2009-87 - Recorrente: BRAZILHA COMERCIO IMPORTACAO EXPORTACAO EIRELI - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo: 10945.721719/2014-85 - Recorrente: IMPORTACAO E EXPORTACAO HENRIK HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo: 12457.727521/2015-13 - Recorrente: GLAMOUR COMERCIO DE CABELOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo: 10480.721144/2010-81 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo: 10480.721571/2013-11 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo: 19647.011563/2006-50 - Recorrente: FUNDACAO DE APOIO DESENVOLVIMENTO UFPE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo: 10074.721543/2013-87 - Recorrentes: PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO e FAZENDA NACIONAL

27 - Processo: 10166.729027/2012-91 - Recorrente: ASA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo: 10480.732597/2014-67 - Recorrente: PROVIDER SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo: 10480.729664/2013-85 - Recorrente: USINA CRUANGI S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo: 19515.002894/2010-81 - Recorrente: FIDELIDADE VIAGENS E TURISMO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo: 10980.725995/2011-43 - Recorrente: COCELPA CIA DE CELULOSE E PAPEL DO PARANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo: 10660.720001/2008-10 - Recorrente: COLECAO INDUSTRIA E COMERCIO DE INFORMATICA, TELECOMUNICACOES E ELETRONICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo: 10530.000283/2008-11 - Recorrente: PIRELLI PNEUS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo: 19515.720119/2012-72 - Recorrente: ENFIL S/A CONTROLE AMBIENTAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo: 13502.000336/2004-03 - Embargante: COPENOR COMPANHIA PETROQUIMICA DO NORDESTE e Embargada: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo: 13855.720552/2014-32 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: USINA SANTO ANTONIO S/A

37 - Processo: 16643.720004/2011-43 - Recorrente: LOJAS RIACHUELO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo: 19647.011167/2009-75 - Recorrentes: CIL COMERCIO DE INFORMATICA LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: CIL COMERCIO DE INFORMATICA LTDA e FAZENDA NACIONAL

39 - Processo: 11634.720093/2014-66 - Recorrente: FRIGORIFICO RAINHA DA PAZ LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo: 12571.720167/2014-17 - Recorrente: MARZA ENGENHARIA ELETRICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo: 19515.001839/2004-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FARMACIA E PERFUMARIA SINETE LTDA. - ME

42 - Processo: 13002.000012/2004-06 - Embargante: SCHNEIDER EMBALAGENS DE PAPEL LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo: 13896.721475/2011-17 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo: 10830.720129/2007-01 - Recorrente: BASF SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo: 10830.720132/2007-17 - Recorrente: BASF SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo: 11128.002014/2009-94 - Recorrente: BASF SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo: 11128.002554/2010-10 - Recorrente: BASF SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo: 11128.002882/2010-16 - Recorrente: BASF SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo: 10325.001034/2003-63 - Recorrente: VIENA SIDERURGICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo: 11042.000631/2008-14 - Recorrente: VERGARA & RIBA EDITORAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo: 11128.727454/2014-15 - Recorrente: SISTEMI DO BRASIL - IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo: 11817.000018/2009-70 - Recorrente: ELIAS COHEN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo: 13603.722675/2013-99 - Embargante: BROSE DO BRASIL LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LEONARDO OGASSAWARA DE ARAUJO BRANCO

54 - Processo: 16327.002111/2005-21 - Recorrente: CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo: 10865.722703/2014-80 - Recorrente: GF AUTO PECAS IND E COM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo: 10865.722556/2014-48 - Recorrente: GF AUTO PECAS IND E COM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo: 12266.721304/2013-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: J TOLEDO DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA

58 - Processo: 10980.005857/2003-34 - Recorrente: TRANSPIOTTO TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo: 10907.001485/2009-45 - Recorrentes: TCP - TERMINAL DE CONTEINERES DE PARANAG e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: TCP - TERMINAL DE CONTEINERES DE PARANAG e FAZENDA NACIONAL

60 - Processo: 10907.001486/2009-90 - Recorrente: TCP - TERMINAL DE CONTEINERES DE PARANAG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo: 10907.001645/2010-90 - Recorrente: TCP - TERMINAL DE CONTEINERES DE PARANAGUA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo: 10907.001646/2010-34 - Recorrente: TCP - TERMINAL DE CONTEINERES DE PARANAGUA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo: 10530.721667/2016-81 - Recorrentes: MINDOM PROMOTORA LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: MINDOM PROMOTORA LTDA e FAZENDA NACIONAL

64 - Processo: 19740.000449/2006-36 - Recorrente: FUND ELETROBRAS DE SEG SOCIAL-ELETROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo: 19740.000148/2007-93 - Recorrente: FUNDACAO ELETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL ELETROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo: 19740.000150/2007-62 - Recorrente: FUNDACAO ELETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL ELETROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo: 10680.723290/2010-95 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL DOS PRODUTORES RURAIS DE MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo: 10680.723291/2010-30 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL DOS PRODUTORES RURAIS DE MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo: 10680.723292/2010-84 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL DOS PRODUTORES RURAIS DE MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo: 11020.902329/2008-51 - Recorrente: LOJAS COLOMBO SA COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo: 11020.902331/2008-20 - Recorrente: LOJAS COLOMBO SA COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo: 16682.720147/2015-12 - Recorrentes: CASAS GUANABARA COMESTIVEIS LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: CASAS GUANABARA COMESTIVEIS LTDA e FAZENDA NACIONAL

73 - Processo: 19647.000183/2007-71 - Recorrente: PLENO CONSULTORIA E SERVICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo: 19647.000371/2006-18 - Recorrente: PLENO CONSULTORIA E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo: 19515.004739/2009-65 - Recorrente: SUPRICEL LOGISTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo: 19515.004740/2009-90 - Recorrente: SUPRICEL LOGISTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo: 10950.721533/2014-57 - Recorrente: PDV COMERCIO E IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo: 10950.721532/2014-11 - Recorrente: PDV COMERCIO E IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo: 10314.000622/2008-13 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo: 10314.001222/2008-25 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo: 10314.002359/2008-05 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo: 19647.005870/2010-88 - Recorrentes: CIL COMERCIO DE INFORMATICA LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: CIL COMERCIO DE INFORMATICA LTDA e FAZENDA NACIONAL

83 - Processo: 10314.005794/2008-83 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: S. B. COMERCIO EXTERIOR EIRELI

84 - Processo: 11128.728160/2014-19 - Recorrentes: LOCALFRIO S.A. ARMAZENS GERAIS FRIGORIFICOS. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: : LOCALFRIO S.A. ARMAZENS GERAIS FRIGORIFICOS. e FAZENDA NACIONAL

85 - Processo: 10280.723782/2013-36 - Recorrente: ARGEMEX COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE ARTIGOS DE ARMARINHO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo: 11829.720038/2015-70 - Recorrente: MULTISOURCING TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo: 11829.720042/2012-95 - Recorrente: ENCOMEX TRADING COMERCIAL, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

88 - Processo: 11829.720034/2013-20 - Recorrente: ENCOMEX TRADING COMERCIAL, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

89 - Processo: 11487.720001/2012-17 - Recorrente: ENCOMEX TRADING COMERCIAL, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

90 - Processo: 12689.720545/2014-37 - Recorrente: F. GARCIA IMPORTACAO E COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS EIRELI - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

91 - Processo: 11516.720540/2015-12 - Recorrente: SAAM BRASIL LOGISTICA MULTIMODAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

92 - Processo: 15521.000120/2008-61 - Recorrente: SANTOS BARBOSA TECNICA COM E SERV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

93 - Processo: 10840.720745/2009-05 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS IPIRANGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo: 10840.900311/2009-89 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS IPIRANGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

95 - Processo: 10840.900312/2009-23 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS IPIRANGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

96 - Processo: 11020.720457/2012-64 - Recorrente: METALURGICA SIMONAGGIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

97 - Processo: 11065.724114/2015-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VIA ITALIA COMERCIO E IMPORTACAO DE VEICULOS LTDA.

98 - Processo: 10976.000155/2010-52 - Recorrente: GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

99 - Processo: 19740.000383/2007-65 - Recorrente: PREVID EXXON SOC PREVIDENCIA PRIVADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

100 - Processo: 19515.720148/2014-04 - Recorrente: INTERCEMENT BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

101 - Processo: 11080.724641/2012-79 - Recorrente: DELTACAPAS COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

102 - Processo: 16682.720570/2012-70 - Recorrente: ATLANTICA COMPANHIA DE SEGUROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

103 - Processo: 10073.720679/2012-07 - Recorrente: COLEGIO SANTA ANGELA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

104 - Processo: 11444.000318/2010-78 - Recorrente: FUNDACAO DE ENSINO EURIPIDES SOARES DA ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

105 - Processo: 13839.000492/2009-79 - Recorrente: NOVA ROGE DISTRIBUIDORA E LOGISTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

106 - Processo: 13839.001118/2009-91 - Recorrente: NOVA ROGE DISTRIBUIDORA E LOGISTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

107 - Processo: 13839.002140/2009-58 - Recorrente: NOVA ROGE DISTRIBUIDORA E LOGISTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

108 - Processo: 19311.000002/2009-60 - Recorrente: NOVA ROGE DISTRIBUIDORA E LOGISTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

109 - Processo: 19740.000082/2006-51 - Recorrente: COMSHELL SOCIEDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

110 - Processo: 19740.000407/2007-86 - Recorrente: COMSHELL SOCIEDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

111 - Processo: 10980.902686/2008-06 - Embargante: CCV COMERCIAL CURITIBANA DE VEICULOS S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

112 - Processo: 10980.902704/2008-41 - Embargante: CCV COMERCIAL CURITIBANA DE VEICULOS S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

113 - Processo: 13603.901447/2013-83 - Recorrente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

114 - Processo: 10283.002469/2006-10 - Recorrente: CALOI NORTE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

115 - Processo: 10983.901980/2008-62 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

116 - Processo: 10865.000284/2005-31 - Recorrente: CHINA"S FIOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

117 - Processo: 10830.005108/2005-92 - Recorrente: METALGLASS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

118 - Processo: 10735.002364/2003-44 - Recorrentes: CERVEJARIAS KAISER BRASIL S.A. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: CERVEJARIAS KAISER BRASIL S.A. e FAZENDA NACIONAL

119 - Processo: 13884.002282/2003-84 - Recorrente: PANASONIC ELECTRONIC DEVICES DO BRASIL LTDA. - EM LIQUIDACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

120 - Processo: 13819.003146/2004-76 - Recorrente: BERKEL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

121 - Processo: 10111.721893/2012-79 - Recorrente: JILI COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

122 - Processo: 11829.720050/2015-84 - Recorrente: QUANTA BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

123 - Processo: 16349.000098/2008-60 - Recorrente: INDUSTRIAS DE PAPEL R RAMENZONI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

124 - Processo: 10909.900787/2010-11 - Recorrente: POSEIDON INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

125 - Processo: 10840.910860/2009-61 - Recorrente: APIDOURO COMERCIAL EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

126 - Processo: 10940.720027/2010-36 - Recorrente: AGRICOLA CANTELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

127 - Processo: 10283.007686/2010-74 - Recorrente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

128 - Processo: 10980.011034/2005-18 - Recorrente: PLM PLASTICOS S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

129 - Processo: 10120.900188/2010-65 - Recorrente: INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

130 - Processo: 13804.001085/2003-91 - Recorrente: ELDORADO EXPORTACAO E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

131 - Processo: 10783.720683/2011-70 - Recorrente: BETRA TRADING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

132 - Processo: 10909.000098/2009-71 - Recorrente: COTIA TRADING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

133 - Processo: 13601.000319/2001-05 - Recorrente: DELPHI AUTOMOTIVE SYSTEMS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

134 - Processo: 18471.002223/2003-81 - Recorrente: EDIOURO PUBLICACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

135 - Processo: 13502.720543/2015-22 - Recorrente: J R TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

136 - Processo: 10783.720652/2010-38 - Recorrente: LASA LINHARES AGROINDUSTRIAL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

137 - Processo: 11065.100417/2009-80 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: LOTUS CALCADOS LTDA

138 - Processo: 10880.923745/2009-81 - Recorrente: UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

139 - Processo: 10880.923746/2009-25 - Recorrente: UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

140 - Processo: 10880.923747/2009-70 - Recorrente: UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

141 - Processo: 10325.000592/2005-73 - Recorrente: VIENA SIDERURGICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

142 - Processo: 10325.000612/2004-25 - Recorrente: VIENA SIDERURGICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

143 - Processo: 10325.000712/2005-32 - Recorrente: VIENA SIDERURGICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

144 - Processo: 10325.001090/2003-06 - Recorrente: VIENA SIDERURGICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

145 - Processo: 10325.001363/2003-12 - Recorrente: VIENA SIDERURGICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

146 - Processo: 10325.001529/2003-92 - Recorrente: VIENA SIDERURGICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MARA CRISTINA SIFUENTES

147 - Processo: 10830.720472/2011-24 - Recorrente: SMALL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

148 - Processo: 10830.001238/2011-02 - Recorrente: SMALL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

149 - Processo: 10860.720028/2012-32 - Recorrente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

150 - Processo: 16561.720029/2012-38 - Recorrente: NESTLE BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

151 - Processo: 10660.000683/2009-21 - Recorrente: SOBRAL INVICTA SOCIEDADE ANONIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

152 - Processo: 13601.000619/2003-48 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS BURITIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

153 - Processo: 10665.000201/2010-27 - Recorrente: SIDERURGIA SANTO ANTONIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

154 - Processo: 10932.000052/2006-12 - Recorrente: SPX FLOW TECHNOLOGY DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

155 - Processo: 13931.000126/2010-03 - Recorrente: METALURGICA SCHIFFER SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

156 - Processo: 10907.721171/2015-19 - Recorrente: FAR EAST COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

157 - Processo: 10480.727305/2015-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DIAGEO BRASIL LTDA.

158 - Processo: 13971.722127/2014-51 - Recorrentes: TARGA SA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: TARGA SA e FAZENDA NACIONAL

159 - Processo: 16095.720132/2013-11 - Recorrente: PETRONOVA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

160 - Processo: 10283.723146/2016-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: J TOLEDO DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA

161 - Processo: 10865.001414/2009-86 - Recorrente: ABENGOA BIOENERGIA SAO JOAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

162 - Processo: 10860.720230/2012-64 - Recorrente: TECNOVAL LAMINADOS PLASTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

163 - Processo: 13603.721351/2011-71 - Recorrente: CSD INDUSTRIA, COMERCIO, CORTE E DOBRA DE ACO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

164 - Processo: 14751.000191/2010-10 - Recorrente: MOURA RAMOS GRAFICA E EDITORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

165 - Processo: 11020.000647/2011-81 - Recorrente: ALUMICONTE COMPONENTES DE ALUMINIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANDRE HENRIQUE LEMOS

166 - Processo: 15165.002914/2008-65 - Recorrente: GOLDEN DISTRIBUIDORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

167 - Processo: 19311.720352/2014-11 - Recorrentes: NATURA INOVACAO E TECNOLOGIA DE PRODUTOS LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: : NATURA INOVACAO E TECNOLOGIA DE PRODUTOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

168 - Processo: 10480.733168/2012-45 - Recorrente: INTERCEMENT BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

169 - Processo: 13601.000022/00-16 - Recorrente: CODEME ENGENHARIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

170 - Processo: 10580.730289/2014-79 - Recorrente: MCE ENGENHARIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

171 - Processo: 10380.730130/2014-19 - Recorrente: CRIART SERVICOS DE TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

172 - Processo: 10314.006319/2008-24 - Recorrente: DR.GHELFOND DIAGNOSTICO MEDICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

173 - Processo: 15374.724354/2009-19 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

174 - Processo: 10980.005998/2003-57 - Recorrente: IVAI ENGENHARIA DE OBRAS SOCIEDADE ANONIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

175 - Processo: 10580.720118/2016-01 - Recorrente: EMPRESA BAIANA DE AGUAS E SANEAMENTO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

176 - Processo: 15868.720119/2015-64 - Recorrente: REVATI S.A. ACUCAR E ALCOOL - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

177 - Processo: 10120.725412/2014-57 - Recorrente: SAGA SOCIEDADE ANONIMA GOIAS DE AUTOMOVEIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

178 - Processo: 18471.002351/2004-14 - Recorrente: NINA AUTO POSTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

179 - Processo: 11128.726147/2014-17 - Recorrente: COFERLY COSMETICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

180 - Processo: 10314.011081/2007-78 - Recorrente: BRUNO COMERCIAL E IMPORTADORA DE ALIMENTOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

181 - Processo: 19647.000468/2009-73 - Recorrente: SCIENTIFIC COMERCIO E IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

182 - Processo: 12689.001591/2005-42 - Recorrente: HITA COMERCIO E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

183 - Processo: 10120.008405/2007-68 - Recorrente: CICAL VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

184 - Processo: 10283.009884/99-60 - Recorrente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

185 - Processo: 10283.907961/2009-18 - Recorrente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

186 - Processo: 10680.007022/2004-84 - Recorrente: ELMO CALCADOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

187 - Processo: 10510.723214/2015-46 - Recorrentes: L. R. NORDESTE S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: L. R. NORDESTE S/A e FAZENDA NACIONAL

188 - Processo: 10865.721893/2012-56 - Recorrentes: INTERNATIONAL PAPER DO BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: INTERNATIONAL PAPER DO BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL

189 - Processo: 10875.001972/2005-07 - Recorrente: VISTEON SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

190 - Processo: 10875.720091/2008-23 - Recorrente: VISTEON SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

191 - Processo: 10972.000047/2008-03 - Recorrentes: UNIMED ARAXA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: UNIMED ARAXA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA e FAZENDA NACIONAL

192 - Processo: 16007.000031/2007-15 - Recorrente: URUPES PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

193 - Processo: 10880.720944/2006-96 - Recorrente: LOGOS PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
194 - Processo: 10480.010764/2001-09 - Recorrente: J A G EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
195 - Processo: 10680.007730/2003-34 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: CASABLANCA COMUNICACAO & MARKETING LTDA
196 - Processo: 10680.003712/2008-98 - Recorrente: MERCANTIL NOVA OPCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo: 13971.000937/99-62 - Recorrente: NH INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo: 10925.002520/2006-82 - Recorrente: COOPER ECON CREDS MUTS MEDICOS E DEM PRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
199 - Processo: 13982.000953/2003-64 - Recorrente: COOPERATIVA A1 e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo: 11080.003103/2009-41 - Recorrente: FORJAS TAURUS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo: 11080.903827/2009-97 - Recorrente: FORJAS TAURUS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
202 - Processo: 13601.000426/00-55 - Recorrente: DELPHI AUTOMOTIVE SYSTEMS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo: 10283.001726/2004-26 - Recorrente: TCE SERVICOS EM TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
204 - Processo: 11080.905028/2008-74 - Recorrente: CORAG COMPANHIA RIO GRANDENSE DE ARTES GRAFICAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
205 - Processo: 11080.901239/2009-19 - Recorrente: CORAG COMPANHIA RIO GRANDENSE DE ARTES GRAFICAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
206 - Processo: 10925.000573/2009-10 - Recorrente: RENAR MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo: 10880.915293/2008-82 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: JS DISTRIBUIDORA DE PECAS S/A
208 - Processo: 13804.001279/2003-96 - Recorrente: PERDIGAO AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo: 12644.000012/2008-11 - Recorrente: ABSA AEROLINHAS BRASILEIRAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo: 10580.722388/2014-87 - Recorrente: CROMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
211 - Processo: 10580.723531/2013-77 - Recorrente: CROMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo: 10976.720035/2016-61 - Recorrente: LONAX- INDUSTRIA BRASILEIRA DE LONAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
213 - Processo: 13603.722234/2011-25 - Recorrente: SANTA TEREZINHA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ROSALDO TREVISAN
214 - Processo: 19515.000100/2002-34 - Recorrente: ASSOCIACAO CULTURAL NOSSASENHORA MENINA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
215 - Processo: 10073.001409/2009-90 - Recorrentes: BR METALS FUNDICOES LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: BR METALS FUNDICOES LTDA e FAZENDA NACIONAL
216 - Processo: 15165.723702/2013-82 - Recorrente: ALVO IMPORTACAO E COMERCIO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
217 - Processo: 11131.720511/2014-86 - Recorrentes: AURIGA INFORMATICA E SERVICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: AURIGA INFORMATICA E SERVICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
218 - Processo: 10840.004176/97-90 - Recorrente: ARREPAR PARTICIPACOES S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
219 - Processo: 10803.720115/2012-74 - Recorrentes: EVERBIZ COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: EVERBIZ COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
220 - Processo: 11040.900906/2009-12 - Recorrente: ICALDA INDUSTRIA DE CONSERVAS ALIMENTICIAS LEON LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
221 - Processo: 10325.000068/2005-01 - Recorrente: VIENA SIDERURGICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
222 - Processo: 10325.000593/2005-18 - Recorrente: VIENA SIDERURGICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
223 - Processo: 10325.001178/2005-81 - Recorrente: VIENA SIDERURGICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
224 - Processo: 18471.000262/2004-25 - Recorrentes: RIOJA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: RIOJA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
225 - Processo: 10283.721533/2013-86 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA
226 - Processo: 10380.731083/2013-31 - Recorrente: ESMALTEC S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
227 - Processo: 16045.000375/2009-30 - Recorrente: ACOHN PRESENTES LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
228 - Processo: 10120.728987/2013-41 - Recorrente: ANICUNS S A ALCOOL E DERIVADOS EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
229 - Processo: 13855.000071/2006-05 - Recorrente: CALCADOS PINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
230 - Processo: 13855.000072/2006-41 - Recorrente: CALCADOS PINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
231 - Processo: 13855.000073/2006-96 - Recorrente: CALCADOS PINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
232 - Processo: 13746.001446/2002-50 - Recorrente: ELIANE ARGAMASSAS E REJUNTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
233 - Processo: 11516.002705/2004-18 - Recorrente: ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERAMICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
234 - Processo: 13963.000218/2003-89 - Recorrente: MAXIMILIANO GAIDZINSKI SA IND AZ ELIANE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
235 - Processo: 11831.003363/2003-91 - Recorrente: MAXIMILIANO GAIDZINSKI SA IND AZUL ELIAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator: TIAGO GUERRA MACHADO
236 - Processo: 19647.010995/2004-81 - Recorrente: ORGANIZACAO DE PETROLEO SHOPPING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
237 - Processo: 16643.720013/2012-15 - Recorrentes: NESTLE BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: NESTLE BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL
238 - Processo: 19515.000850/2005-59 - Recorrente: CARTA EDITORIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
239 - Processo: 11070.000055/2010-92 - Recorrente: METALPAN INDUSTRIA DE METAIS LTDA. ME. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
240 - Processo: 10980.722810/2009-24 - Recorrente: BERNECK S.A. PAINEIS E SERRADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
241 - Processo: 10830.721965/2011-81 - Recorrente: TIGRE S.A. - TUBOS E CONEXOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
242 - Processo: 10865.721982/2012-01 - Recorrentes: INTERNATIONAL PAPER DO BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: INTERNATIONAL PAPER DO BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL
243 - Processo: 12585.000376/2010-50 - Recorrente: VOTORANTIM METAIS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
244 - Processo: 11817.000429/2007-01 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: ASIA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA ELETRICA LTDA - EPP
245 - Processo: 10494.000659/2008-71 - Recorrente: ANDRE D. TECNOLOGIA E SERVICOS - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
246 - Processo: 10909.720397/2015-74 - Recorrente: TRISOFT TEXTIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
247 - Processo: 16682.721862/2015-72 - Recorrentes: HALLIBURTON SERVICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: HALLIBURTON SERVICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
248 - Processo: 10516.000019/2011-61 - Recorrente: PARTICIPACOES AUTOMOTIVAS HUMMER EIRELI - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
249 - Processo: 10314.723154/2014-05 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SHIRE FARMACEUTICA BRASIL LTDA.

JOSÉ PEDRO DA SILVA
Secretário da Sessão

ROSALDO TREVISAN
Presidente da 1ª Turma Ordinária

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 4º andar, Sala 404, Edifício Alvorada, Brasília - Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES: Serão julgados na primeira reunião ordinária subsequente os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 13839.913300/2011-19 (item 104) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 105 a 129; o julgamento do processo 10880.906342/2008-96 (item 142) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 143 a 149; o julgamento do Processo nº 10283904567/2012-23 (item 155) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 156 a 189; o julgamento do Processo nº 10880.977028/2009-79 (item 191) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 192 a 218; e o julgamento do Processo nº 10880.659059/2012-46 (item 231) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 232 a 253. As decisões dos processos constantes dos itens 104, 142, 155, 191 e 231 (paradigmas) serão aplicadas, respectivamente, aos processos repetitivos de que tratam os itens 105 a 129, 143 a 149, 156 a 189, 192 a 218 e 232 a 253, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada, com a redação dada pela Portaria MF nº 152, de 3 de maio de 2016.

DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
1 - Processo: 13864.720216/2014-81 - Recorrente: MAURICIO BENEDICTO DE ARAUJO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo: 10882.001445/2008-48 - Recorrente: PRO.GAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo: 13502.001246/2007-74 - Recorrente: SIAN - SISTEMAS DE ILUMINACAO AUTOMOTIVA DO NORDESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALDIR NAVARRO BEZERRA
4 - Processo: 16349.000414/2009-84 - Recorrente: AUTOSTAR COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo: 16349.000028/2011-15 - Recorrente: AUTOSTAR COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo: 11051.720277/2014-87 - Recorrente: ESTRELLA EXPORTACAO LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo: 10865.004411/2008-13 - Recorrente: GAPLAN CAMINHOES LESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo: 10314.004101/2007-54 - Recorrentes: COTIA TRADING S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: COTIA TRADING S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator: CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO
9 - Processo: 10835.000025/2006-48 - Recorrente: VITAPELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo: 10835.000026/2006-92 - Recorrente: VITAPELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo: 10835.720202/2010-92 - Recorrente: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo: 10835.720204/2010-81 - Recorrente: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo: 10835.720205/2010-26 - Recorrente: VITAPELLI LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: DIEGO DINIZ RIBEIRO
14 - Processo: 13804.724788/2013-62 - Recorrente: BERNINA ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo: 11075.002294/2007-31 - Recorrente: IBF INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo: 10314.000706/2011-52 - Recorrente: SOCIEDADE BIBLICA DO BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo: 10480.004010/2003-73 - Recorrente: ENGARRAFADORA IGARASSU LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo: 11831.007670/2002-61 - Recorrente: THYSSENKRUPP ELEVADORES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA
19 - Processo: 13804.004033/99-83 - Recorrente: A. C. AGRO MERCANTIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo: 11128.001186/2007-89 - Recorrente: AJINOMOTO INTERAMERICANA IND E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo: 10314.003900/2007-11 - Recorrente: DCI BRASIL INDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo: 10314.007810/2008-72 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo: 10882.720217/2016-81 - Recorrentes: TOTAL QUIMICA LIMITADA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: TOTAL QUIMICA LIMITADA e FAZENDA NACIONAL
Relator: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
24 - Processo: 10909.720679/2016-52 - Recorrente: FIRST S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo: 10909.720680/2016-87 - Recorrente: FIRST S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo: 11020.001959/2007-25 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: PEDRO SOUSA BISPO
27 - Processo: 16636.000032/2009-15 - Recorrente: TRANSPORTADORA TESSMANN LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

28 - Processo: 16062.000390/2009-70 - Recorrente: COTAC COMERCIO DE TRATORES AUTOMOVEIS CAMINHOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo: 11516.722588/2015-57 - Recorrente: MOCAL MOAGEIRA DE MINERIOS CACHOEIRO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator: CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO

30 - Processo: 13811.001900/00-17 - Recorrente: M.L INDUSTRIA ELETRONICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo: 11060.722406/2011-10 - Recorrente: VEISA VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo: 13601.000176/00-90 - Recorrente: CODEME ENGENHARIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo: 10166.908091/2009-31 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: BAR E WISKERIA BRASILIA LTDA

Relator: DIEGO DINIZ RIBEIRO

34 - Processo: 10314.007451/2008-53 - Recorrente: PSI TECNOLOGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo: 10314.009135/2008-16 - Recorrente: INSTITUTO DE RADIOLOGIA MEDICA DR. PAULO WIERMANN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo: 13804.002525/2006-70 - Embargante: QUATRO MARCOS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo: 11128.003165/2008-89 - Recorrente: OR-WAL ASSESSORIA COMERCIAL IMP EXP LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo: 11128.001912/2011-40 - Recorrente: PEREIRAS SAO RAFAEL COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JORGE OLMIRO LOCK FREIRE

39 - Processo: 10882.002150/2006-27 - Recorrente: CHEVRON BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo: 15924.720005/2015-01 - Recorrente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PEDRO SOUSA BISPO

41 - Processo: 10314.720749/2015-81 - Recorrente: COPAP LATIN AMERICA IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PAPEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo: 18471.004286/2008-87 - Recorrentes: SISCON CONSULTORIA DE SISTEMAS LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: SISCON CONSULTORIA DE SISTEMAS LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator: WALDIR NAVARRO BEZERRA

43 - Processo: 10314.721712/2016-51 - Recorrente: CHEMBRO QUIMICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo: 10480.722844/2012-55 - Recorrente: FEDEX BRASIL LOGISTICA E TRANSPORTE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo: 13971.722393/2014-84 - Recorrente: HAVAN LOJAS DE DEPARTAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo: 13888.724473/2013-32 - Recorrente: SMITHS BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA

47 - Processo: 13984.002249/2008-31 - Recorrente: API-SILVESTRE AGROINDUSTRIAL EXPORTADORA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo: 13984.720500/2011-48 - Recorrente: API-SILVESTRE AGROINDUSTRIAL EXPORTADORA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo: 10814.730643/2014-74 - Recorrente: AMERICAN AIRLINES INC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo: 10860.900007/2009-01 - Recorrente: COOPERATIVA DE LATICINIOS SERRAMAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo: 10860.900008/2009-48 - Recorrente: COOPERATIVA DE LATICINIOS SERRAMAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ

52 - Processo: 12965.001332/2007-77 - Recorrente: POCOS DE CALDAS PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo: 19647.005217/2008-02 - Recorrente: TECPEL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo: 13823.000149/2005-70 - Recorrente: PEREIRA BARRETO PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo: 10882.002874/2004-17 - Embargante: CLD CONSTRUTORA, LACOS DETETORES E ELETRONICA LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JORGE OLMIRO LOCK FREIRE

56 - Processo: 10314.720709/2016-11 - Recorrente: C&A MODAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo: 13502.720072/2015-52 - Recorrentes: G&E MANUTENCAO E SERVICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: G&E MANUTENCAO E SERVICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

58 - Processo: 11065.000675/2009-67 - Recorrente: FENAC SA FEIRAS E EMPREENDIMENTOS TURISTICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ

59 - Processo: 10480.729894/2014-25 - Recorrentes: PLATINUM TRADING S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: PLATINUM TRADING S/A e FAZENDA NACIONAL

60 - Processo: 11020.720869/2016-28 - Recorrente: FUNDIFAR METALURGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo: 11050.720153/2016-73 - Recorrente: RG ESTALEIRO ERG2 S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA

62 - Processo: 10283.000009/2008-19 - Recorrente: CEMAZ IND ELETRONICA DA AMAZONIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo: 10283.000012/2008-24 - Recorrente: CEMAZ INDUSTRIA ELETRONICA DA AMAZONIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo: 10283.720537/2014-28 - Recorrente: CEMAZ INDUSTRIA ELETRONICA DA AMAZONIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo: 13839.003394/2002-17 - Recorrente: ADIBOARD S.A. - GRUPO ITAUTEC PHILCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo: 13855.001121/2006-63 - Recorrente: COMPANHIA ACUCAREIRA VALE DO ROSARIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: DIEGO DINIZ RIBEIRO

67 - Processo: 10909.721136/2012-29 - Recorrente: SOCIEDADE DRAMATICO MUSICAL CARLOS GOMES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo: 10909.720229/2011-55 - Recorrente: KOMLOG IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo: 11131.720758/2014-01 - Recorrente: PLEXPEL COMERCIO E INDUSTRIA DE PAPEL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo: 12466.724078/2011-96 - Recorrentes: RIO BRANCO COMERCIO E INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: RIO BRANCO COMERCIO E INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator: WALDIR NAVARRO BEZERRA

71 - Processo: 13116.001614/2007-38 - Recorrente: MINERACAO MARACA INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo: 13116.002325/2008-37 - Recorrente: MINERACAO MARACA INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo: 13116.002326/2008-81 - Recorrente: MINERACAO MARACA INDUSTRIA E COMERCIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo: 10830.725247/2015-16 - Recorrente: AMBEV S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MAYSA DE SA PITTONDO DELIGNE

75 - Processo: 12466.001939/2006-05 - Recorrente: LIDER IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo: 10840.903419/2011-48 - Recorrente: BATROL INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo: 10875.904402/2009-96 - Recorrente: MKG - EQUIPAMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo: 10875.905043/2010-28 - Recorrente: ACOS GROTH LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo: 10880.917240/2010-11 - Recorrente: TS SHARA TECNOLOGIA DE SISTEMAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PEDRO SOUSA BISPO

80 - Processo: 11128.001677/2011-14 - Recorrente: AFIL IMPORTACAO EXPORTACAO E COMERCIO LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo: 15586.720571/2014-10 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo: 13433.000319/2009-33 - Recorrente: MARICULTURA TROPICAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO

83 - Processo: 13133.000287/2005-27 - Embargante: KOWALSKI ALIMENTOS S.A. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo: 10768.016419/94-28 - Recorrente: IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo: 11080.006198/2006-11 - Recorrente: RENNER TEXTIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 21 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator: DIEGO DINIZ RIBEIRO

86 - Processo: 10580.725432/2009-43 - Recorrente: PLASTICOS ACALANTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo: 10166.720318/2016-47 - Recorrente: PAULO OCTAVIO INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

88 - Processo: 10830.727572/2015-13 - Recorrente: IPCE FIOS E CABOS ELETRICOS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WALDIR NAVARRO BEZERRA

89 - Processo: 11060.002553/2009-55 - Recorrente: GEGUTON INDUSTRIA METALURGICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

90 - Processo: 19515.001366/2010-12 - Recorrente: KUEHNE+NAGEL SERVICOS LOGISTICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MAYSA DE SA PITTONDO DELIGNE

91 - Processo: 10983.905717/2008-42 - Recorrente: MILANO EDITORA GRAFICA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

92 - Processo: 12448.913095/2011-14 - Recorrente: EDIGRAFICA GRAFICA E EDITORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

93 - Processo: 13433.720026/2005-42 - Recorrente: USIBRAS USINA BRASILEIRA DE OLEOS E CAST e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo: 13819.900874/2010-76 - Recorrente: ELEVADORES OTIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

95 - Processo: 13819.902129/2008-47 - Recorrente: APLIKE PRODUTOS ADESIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA

96 - Processo: 11128.724947/2012-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AFIL IMPORTACAO EXPORTACAO E COMERCIO LIMITADA

97 - Processo: 11128.724948/2012-86 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AFIL IMPORTACAO EXPORTACAO E COMERCIO LIMITADA

98 - Processo: 15224.722678/2012-31 - Recorrente: PLAY SOUND - INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO

99 - Processo: 10494.001472/2005-41 - Embargante: SPRINGER CARRIER LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

100 - Processo: 10930.903173/2011-03 - Recorrente: FIASINI - IND. E COM. DE MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

101 - Processo: 10930.901462/2011-60 - Recorrente: IRMOL INDUSTRIAS REUNIDAS DE MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

102 - Processo: 10855.900548/2006-58 - Recorrente: TECSIS WIND LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

103 - Processo: 10665.902648/2008-18 - Recorrente: MINAS GUSA SIDERURGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ

104 - Processo: 13839.913300/2011-19 - Recorrente: TAKATA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: JORGE OLMIRO LOCK FREIRE

105 - Processo: 13839.913299/2011-14 - Recorrente: TAKATA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

106 - Processo: 13839.913301/2011-55 - Recorrente: TAKATA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

107 - Processo: 13839.913302/2011-08 - Recorrente: TAKATA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

108 - Processo: 13839.913306/2011-88 - Recorrente: TAKATA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

109 - Processo: 13839.913307/2011-22 - Recorrente: TAKATA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

110 - Processo: 13839.913308/2011-77 - Recorrente: TAKATA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

111 - Processo: 13839.913309/2011-11 - Recorrente: TAKATA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

112 - Processo: 13839.913310/2011-46 - Recorrente: TAKATA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

113 - Processo: 13839.913311/2011-91 - Recorrente: TAKATA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

114 - Processo: 13839.913312/2011-35 - Recorrente: TAKATA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

115 - Processo: 13839.913313/2011-80 - Recorrente: TAKATA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

116 - Processo: 13839.913314/2011-24 - Recorrente: TAKATA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

117 - Processo: 13839.913315/2011-79 - Recorrente: TAKATA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

118 - Processo: 13839.913316/2011-13 - Recorrente: TAKATA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

119 - Processo: 13839.913317/2011-68 - Recorrente: TAKATA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

120 - Processo: 13839.913318/2011-11 - Recorrente: TAKATA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

121 - Processo: 13839.913322/2011-71 - Recorrente: TAKATA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

122 - Processo: 13839.913323/2011-15 - Recorrente: TAKATA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

123 - Processo: 13839.913324/2011-60 - Recorrente: TAKATA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo: 13839.913325/2011-12 - Recorrente: TAKATA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo: 13839.913326/2011-59 - Recorrente: TAKATA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo: 13839.913327/2011-01 - Recorrente: TAKATA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo: 13839.913328/2011-48 - Recorrente: TAKATA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo: 13839.913329/2011-92 - Recorrente: TAKATA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo: 13839.913330/2011-17 - Recorrente: TAKATA BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
130 - Processo: 10314.723976/2015-69 - Recorrente: AVON INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: PEDRO SOUSA BISPO
131 - Processo: 13971.001139/2003-96 - Recorrente: MOVEIS SCHMITZ LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 22 DE MARÇO DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator: PEDRO SOUSA BISPO
132 - Processo: 16095.000879/2008-83 - Recorrente: PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE GUARULHOS SA PROGUARU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo: 10768.005719/2001-16 - Recorrente: BRASIL PLURAL S.A. BANCO MULTIPLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MAYSA DE SA PITTONDO DELIGNE
134 - Processo: 13884.905332/2009-72 - Recorrente: LABORATORIOS GRIFFITH DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo: 13884.909104/2011-96 - Recorrente: INDUSTRIA MECANICA MARCATTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo: 11080.723725/2010-23 - Embargante: WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo: 13504.000054/2003-05 - Embargante: DOW BRASIL NORDESTE LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo: 13411.720065/2008-41 - Recorrente: DISTRIBUIDORA KY DOCES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo: 13411.720066/2008-95 - Recorrente: DISTRIBUIDORA KY DOCES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo: 15586.000356/2006-81 - Recorrente: C&V INSUMOS AGRICOLAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo: 19647.003713/2008-13 - Recorrente: LOJAS EXOTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: DIEGO DINIZ RIBEIRO
142 - Processo: 10880.906342/2008-96 - Recorrente: BF UTILIDADES DOMESTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
143 - Processo: 10880.910925/2008-11 - Recorrente: BF UTILIDADES DOMESTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo: 10880.910926/2008-66 - Recorrente: BF UTILIDADES DOMESTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo: 10880.910927/2008-19 - Recorrente: BF UTILIDADES DOMESTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo: 10880.916540/2008-68 - Recorrente: BF UTILIDADES DOMESTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo: 10880.916541/2008-11 - Recorrente: BF UTILIDADES DOMESTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo: 10880.916543/2008-00 - Recorrente: BF UTILIDADES DOMESTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo: 10880.962459/2008-50 - Recorrente: BF UTILIDADES DOMESTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: DIEGO DINIZ RIBEIRO
150 - Processo: 19515.720184/2012-06 - Recorrente: GUASCOR DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo: 10680.721180/2013-31 - Recorrente: APERAM INOX AMERICA DO SUL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO
152 - Processo: 11516.001872/2005-14 - Recorrente: BEBIDAS GRASSI DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo: 10872.720087/2015-14 - Recorrente: REFRIGERANTES CONVENCAO RIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo: 10805.720789/2014-11 - Recorrente: COMERCIO DE BEBIDAS CALDAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
155 - Processo: 10283.904567/2012-23 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
156 - Processo: 10283.904568/2012-78 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo: 10283.904569/2012-12 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo: 10283.904570/2012-47 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo: 10283.904571/2012-91 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo: 10283.904572/2012-36 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo: 10283.904573/2012-81 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo: 10283.904574/2012-25 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo: 10283.904575/2012-70 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo: 10283.904576/2012-14 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo: 10283.904577/2012-69 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
166 - Processo: 10283.904578/2012-11 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo: 10283.904581/2012-27 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo: 10283.904582/2012-71 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
169 - Processo: 10283.905338/2012-26 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo: 10283.905339/2012-71 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
171 - Processo: 10283.905340/2012-03 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo: 10283.905341/2012-40 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo: 10283.905344/2012-83 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
174 - Processo: 10283.905345/2012-28 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo: 10283.905347/2012-17 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo: 10283.905348/2012-61 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
177 - Processo: 10283.905349/2012-14 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo: 10283.905350/2012-31 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo: 10283.905351/2012-85 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
180 - Processo: 10283.905352/2012-20 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo: 10283.905353/2012-74 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo: 10283.905355/2012-63 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo: 10283.905357/2012-52 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
184 - Processo: 10283.905358/2012-05 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
185 - Processo: 10283.905360/2012-76 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
186 - Processo: 10283.905361/2012-11 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo: 10283.905366/2012-43 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo: 10283.905367/2012-98 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo: 10283.905368/2012-32 - Recorrente: MASA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
190 - Processo: 10469.724900/2015-97 - Recorrente: TECIDOS LIDER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALDIR NAVARRO BEZERRA
191 - Processo: 10880.977028/2009-79 - Recorrente: IOB INFORMACOES OBJETIVAS PUBLICACOES JURIDICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
192 - Processo: 10880.684407/2009-18 - Recorrente: IOB INFORMACOES OBJETIVAS PUBLICACOES JURIDICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
193 - Processo: 10880.684408/2009-62 - Recorrente: IOB INFORMACOES OBJETIVAS PUBLICACOES JURIDICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
194 - Processo: 10880.904663/2009-37 - Recorrente: IOB INFORMACOES OBJETIVAS PUBLICACOES JURIDICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
195 - Processo: 10880.977029/2009-13 - Recorrente: IOB INFORMACOES OBJETIVAS PUBLICACOES JURIDICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
196 - Processo: 10880.978757/2009-42 - Recorrente: IOB INFORMACOES OBJETIVAS PUBLICACOES JURIDICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo: 10880.984895/2009-61 - Recorrente: IOB INFORMACOES OBJETIVAS PUBLICACOES JURIDICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo: 10880.984896/2009-13 - Recorrente: IOB INFORMACOES OBJETIVAS PUBLICACOES JURIDICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
199 - Processo: 10880.984897/2009-50 - Recorrente: IOB INFORMACOES OBJETIVAS PUBLICACOES JURIDICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo: 10880.984898/2009-02 - Recorrente: IOB INFORMACOES OBJETIVAS PUBLICACOES JURIDICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo: 10880.984899/2009-49 - Recorrente: IOB INFORMACOES OBJETIVAS PUBLICACOES JURIDICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
202 - Processo: 10880.986196/2009-55 - Recorrente: IOB INFORMACOES OBJETIVAS PUBLICACOES JURIDICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo: 10880.986197/2009-08 - Recorrente: IOB INFORMACOES OBJETIVAS PUBLICACOES JURIDICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
204 - Processo: 10880.989995/2009-83 - Recorrente: IOB INFORMACOES OBJETIVAS PUBLICACOES JURIDICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
205 - Processo: 10880.989996/2009-28 - Recorrente: IOB INFORMACOES OBJETIVAS PUBLICACOES JURIDICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
206 - Processo: 10880.989997/2009-72 - Recorrente: IOB INFORMACOES OBJETIVAS PUBLICACOES JURIDICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo: 10880.989998/2009-17 - Recorrente: IOB INFORMACOES OBJETIVAS PUBLICACOES JURIDICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo: 10880.989999/2009-61 - Recorrente: IOB INFORMACOES OBJETIVAS PUBLICACOES JURIDICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo: 10880.990000/2009-27 - Recorrente: IOB INFORMACOES OBJETIVAS PUBLICACOES JURIDICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo: 10880.990001/2009-71 - Recorrente: IOB INFORMACOES OBJETIVAS PUBLICACOES JURIDICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
211 - Processo: 10880.990002/2009-16 - Recorrente: IOB INFORMACOES OBJETIVAS PUBLICACOES JURIDICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo: 10880.990003/2009-61 - Recorrente: IOB INFORMACOES OBJETIVAS PUBLICACOES JURIDICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
213 - Processo: 10880.990004/2009-13 - Recorrente: IOB INFORMACOES OBJETIVAS PUBLICACOES JURIDICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
214 - Processo: 10880.991190/2009-08 - Recorrente: IOB INFORMACOES OBJETIVAS PUBLICACOES JURIDICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
215 - Processo: 10880.991191/2009-44 - Recorrente: IOB INFORMACOES OBJETIVAS PUBLICACOES JURIDICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
216 - Processo: 10880.991192/2009-99 - Recorrente: IOB INFORMACOES OBJETIVAS PUBLICACOES JURIDICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
217 - Processo: 10880.991193/2009-33 - Recorrente: IOB INFORMACOES OBJETIVAS PUBLICACOES JURIDICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
218 - Processo: 10880.991194/2009-88 - Recorrente: IOB INFORMACOES OBJETIVAS PUBLICACOES JURIDICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA
219 - Processo: 11128.724374/2012-46 - Recorrente: HSA LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
220 - Processo: 11128.724376/2012-35 - Recorrente: HSA LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
221 - Processo: 11128.724700/2012-15 - Recorrentes: HSA LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: HSA LOGISTICA INTERNACIONAL LTDA e FAZENDA NACIONAL

DIA 22 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator: WALDIR NAVARRO BEZERRA
222 - Processo: 10314.721262/2016-05 - Recorrente: TEIXEIRA REPRESENTACAO COMERCIAL DE PAPEIS EIRELI - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO
223 - Processo: 10600.720067/2016-24 - Recorrente: VALLOUREC TUBOS DO BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
224 - Processo: 10508.000769/2009-17 - Recorrente: NOVADATA SISTEMAS E COMPUTADORES S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
225 - Processo: 10480.720046/2009-93 - Recorrente: N LANDIM COMERCIO LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: THAIS DE LAURENTIIS GALKOWICZ
226 - Processo: 15983.720006/2016-23 - Recorrentes: PETROCOQUE S A INDUSTRIA E COMERCIO e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: PETROCOQUE S A INDUSTRIA E COMERCIO e FAZENDA NACIONAL
Relator: MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA
227 - Processo: 10314.008987/2005-43 - Recorrente: CRAGEA - COMPANHIA REGIONAL DE ARMAZENS GERAIS E ENTREPOSTOS ADUANEIROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

228 - Processo: 10711.006547/2004-98 - Recorrente: MULTITERMINAIS ALFANDEGADOS DO BRASIL LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: PEDRO SOUSA BISPO
229 - Processo: 10242.720242/2014-38 - Recorrente: POTENCIAL - COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
230 - Processo: 19311.720307/2015-30 - Recorrente: BARCELONA COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: DIEGO DINIZ RIBEIRO
231 - Processo: 10880.659059/2012-46 - Recorrente: HOSPICARE COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
232 - Processo: 10880.659056/2012-11 - Recorrente: HOSPICARE COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
233 - Processo: 10880.659060/2012-71 - Recorrente: HOSPICARE COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
234 - Processo: 10880.659061/2012-15 - Recorrente: HOSPICARE COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
235 - Processo: 10880.659062/2012-60 - Recorrente: HOSPICARE COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
236 - Processo: 10880.659064/2012-59 - Recorrente: HOSPICARE COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
237 - Processo: 10880.659065/2012-01 - Recorrente: HOSPICARE COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
238 - Processo: 10880.659066/2012-48 - Recorrente: HOSPICARE COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
239 - Processo: 10880.659067/2012-92 - Recorrente: HOSPICARE COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
240 - Processo: 10880.659068/2012-37 - Recorrente: HOSPICARE COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
241 - Processo: 10880.659069/2012-81 - Recorrente: HOSPICARE COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
242 - Processo: 10880.659070/2012-14 - Recorrente: HOSPICARE COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
243 - Processo: 10880.659071/2012-51 - Recorrente: HOSPICARE COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
244 - Processo: 10880.659072/2012-03 - Recorrente: HOSPICARE COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
245 - Processo: 10880.659074/2012-94 - Recorrente: HOSPICARE COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
246 - Processo: 10880.659075/2012-39 - Recorrente: HOSPICARE COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
247 - Processo: 10880.922279/2013-01 - Recorrente: HOSPICARE COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
248 - Processo: 10880.926563/2013-48 - Recorrente: HOSPICARE COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
249 - Processo: 10880.926564/2013-92 - Recorrente: HOSPICARE COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
250 - Processo: 10880.926565/2013-37 - Recorrente: HOSPICARE COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
251 - Processo: 10880.926567/2013-26 - Recorrente: HOSPICARE COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
252 - Processo: 10880.931362/2013-62 - Recorrente: HOSPICARE COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
253 - Processo: 10880.931364/2013-51 - Recorrente: HOSPICARE COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: DIEGO DINIZ RIBEIRO
254 - Processo: 10314.004693/2007-12 - Recorrente: CEBAL BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MAYSA DE SA PITTONDO DELIGNE
255 - Processo: 10384.004369/2006-81 - Recorrente: COMERCIAL FERROACO DO NORDESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
256 - Processo: 10469.720144/2009-89 - Recorrente: SALGADO FILHO POINT COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
257 - Processo: 11020.003132/2005-94 - Recorrente: LABORATORIO FARMACEUTICO VITAMED LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
258 - Processo: 11020.003133/2005-39 - Recorrente: LABORATORIO FARMACEUTICO VITAMED LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
259 - Processo: 11060.002063/2007-97 - Recorrente: SANTAMATE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
260 - Processo: 19311.720105/2016-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SUBWAY SYSTEMS DO BRASIL LTDA
Relator: CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO
261 - Processo: 10665.000529/2007-48 - Recorrente: M B L MATERIAIS BASICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

JOSÉ PEDRO DA SILVA
Secretário da Sessão

JORGE OLMIRO LOCK FREIRE
Presidente da 2ª Turma Ordinária

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

SECRETARIA EXECUTIVA

ATO COTEPE/PMPF Nº 5, DE 7 DE MARÇO DE 2018

Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e considerando o disposto nos Convênios ICMS 138/06, de 15 de dezembro de 2006 e 110/07, de 28 de setembro de 2007, respectivamente, divulga que as unidades federadas indicadas na tabela a seguir adotarão, a partir de 16 de março de 2018, o seguinte preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) para os combustíveis referidos nos convênios supra:

PREÇO MÉDIO PONDERADO AO CONSUMIDOR FINAL												
UF	GAC	GAP	DIESEL S10	ÓLEO DIESEL	GLP (P13)	GLP	QAV	AEHC	GNV	GNI	ÓLEO COMBUSTÍVEL	
	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ kg)	(R$/ kg)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ m³)	(R$/ m³)	(R$/ litro)	(R$/ Kg)
AC	4,7428	4,7428	4,1629	4,0990	6,0182	6,0182	-	3,6721	-	-	-	-
*AL	4,3620	4,5560	3,5540	3,4800	-	4,8990	2,3200	3,4920	2,7710	-	-	-
*AM	4,3276	4,3276	3,5363	3,4269	-	5,5878	-	3,4059	2,1262	1,6951	-	-
AP	4,0280	4,0280	4,4150	3,9330	5,7062	5,7062	-	3,7900	-	-	-	-
*BA	4,3200	4,7000	3,4500	3,3500	4,7800	4,8500	-	3,3500	2,4400	-	-	-
CE	3,9700	3,9700	3,1900	3,1650	4,5250	4,5250	-	3,1700	-	-	-	-
*DF	4,3000	5,9380	3,7560	3,6380	5,3223	5,3223	-	3,5770	3,2990	-	-	-
ES	4,1504	5,6940	3,3657	3,2792	4,5321	4,5321	2,5835	3,3562	-	-	-	-
*GO	4,3139	6,3006	3,5022	3,3983	5,5923	5,5923	-	2,9363	-	-	-	-
*MA	3,8640	5,7000	3,3400	3,3200	-	5,3760	-	3,4400	-	-	-	-
MG	4,6762	6,2286	3,6946	3,6284	5,3138	5,3138	4,1900	3,3835	-	-	-	-
MS	4,2219	5,6364	3,8602	3,7330	5,5760	5,5760	2,7905	3,4309	2,5636	-	-	-
MT	4,2425	5,7592	3,7359	3,6426	7,3736	7,3736	3,4412	2,6148	2,6641	2,2000	-	-
PA	3,9710	3,9710	3,3360	3,2390	3,8915	3,8915	-	3,4420	-	-	-	-
*PB	4,1054	6,5950	3,4858	3,3884	-	5,3235	2,3246	3,1769	3,0095	-	1,9100	1,9100
PE	4,2500	4,2500	3,3640	3,3180	4,7992	4,7992	-	3,0950	-	-	-	-
*PI	4,2762	4,2762	3,4544	3,3376	5,3573	5,3573	2,2772	3,4949	-	-	-	-
PR	4,1200	5,4000	3,2400	3,1200	4,6000	4,6000	-	3,0500	-	-	-	-
*RJ	4,7030	5,2865	3,6990	3,5340	-	5,1231	2,4456	3,7210	2,5190	-	-	-
*RN	4,2529	6,8900	3,6526	3,4985	4,5585	4,5585	-	3,2810	2,9100	-	1,6900	1,6900
*RO	4,3350	4,3350	3,6990	3,6000	-	5,9910	-	3,5620	-	-	2,9656	-
RR	4,2600	4,2900	3,6100	3,5100	5,8600	6,6600	3,0700	3,6700	-	-	-	-
RS	4,4100	5,8188	3,4363	3,3297	5,0066	5,9537	-	4,0506	2,8293	-	-	-
SC	3,9800	5,5600	3,2400	3,1200	5,2200	5,2200	-	3,4800	2,0200	-	-	-
SE	4,1760	4,5100	3,5350	3,3960	5,8310	5,8310	2,5630	3,3860	2,8450	-	-	-
*SP	3,9920	3,9920	3,4140	3,2790	5,1192	5,1851	-	2,8740	-	-	-	-
TO	4,3400	6,3900	3,3000	3,2200	6,5000	6,5000	3,7300	3,4600	-	-	-	-

* PMPF alterados pelo presente ATO COTEPE.

BRUNO PESSANHA NEGRIS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO COTEPE/MVA Nº 5, DE 7 DE MARÇO DE 2018

Altera as Tabelas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV anexas ao ATO COTEPE/ICMS 42/13, que divulga as margens de valor agregado a que se refere à cláusula oitava do Convênio ICMS 110/07, que dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo, e com outros produtos.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na cláusula oitava do Convênio ICMS 110/07, de 28 de setembro de 2007, torna público que o Estado de São Paulo, a partir de 16 de março de 2018, adotará as margens de valor agregado, a seguir indicadas nas Tabelas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV do Ato COTEPE/ICMS 42/13, de 20 de setembro de 2013.

ANEXO I - OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
(Art. 1º, I, "a", 1 - regra geral)

UF	Gasolina Automotiva e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Álcool Hidratado				Óleo Combustível		Gás Natural Veicular	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Interestaduais			Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
						7%	12%	Originado de Importação 4%				
*SP	62,63%	116,02%	62,63%	116,02%	14,35%	22,96%	29,94%	19,11%	10,48%	34,73%	-	-

ANEXO II - OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "b", 1 - regra geral)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível		Gás Natural Veicular	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
*SP	62,63%	116,02%	62,63%	116,02%	35,88%	53,96%	38,77%	57,24%	117,63%	147,31%	59,66%	81,33%	-	-	-	-

ANEXO III - OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADORES DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "c", 1 - regra geral)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
*SP	62,63%	116,02%	62,63%	116,02%	35,88%	53,96%	38,77%	57,24%	117,63%	147,31%	59,66%	81,33%	40,76%	87,69%	14,35%	19,11%

ANEXO IV - OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
(Art. 1º, I, "a", 2 - CIDE não computada no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	69,24%	124,90%	69,24%	124,90%	18,73%	44,80%

ANEXO V - OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "b", 2 - CIDE não computada no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
*SP	69,24%	124,90%	69,24%	124,90%	38,74%	57,28%	41,64%	60,56%	117,63%	147,31%	59,66%	81,33%	-	-

ANEXO VI - OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
(Art. 1º, I, "a", 3 - PIS/PASEP e COFINS não computadas no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	136,63%	214,46%	136,63%	214,46%	19,11%	45,25%

ANEXO VII - OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "b", 3 - PIS/PASEP e COFINS não computadas no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
*SP	136,63%	214,46%	136,63%	214,46%	68,71%	91,26%	71,51%	94,43%	136,81%	147,31%	69,51%	92,53%	-	-

ANEXO VIII - OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
(Art. 1º, I, "a", 4 - PIS/PASEP, COFINS e CIDE não computadas no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	151,06%	233,65%	151,06%	233,65%	24,26%	51,54%

ANEXO IX - OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "b", 4 - PIS/PASEP, COFINS e CIDE não computadas no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
*SP	151,06%	233,65%	151,06%	233,65%	73,26%	96,42%	76,02%	99,54%	136,81%	147,31%	69,51%	92,53%	-	-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO X - OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADOR DE COMBUSTÍVEIS

(Art. 1º, I, "c", 2 - exigibilidade suspensa ou sem pagamento de CIDE pelo importador)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-Estaduais
*SP	69,24%	124,90%	69,24%	124,90%	38,74%	57,28%	41,64%	60,56%	117,63%	147,31%	59,66%	81,33%	47,69%	96,92%	14,35%	19,11%

ANEXO XI - OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADOR DE COMBUSTÍVEIS

(Art. 1º, I, "c", 3 - exigibilidade suspensa ou sem pagamento de PIS/PASEP e COFINS pelo importador)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
*SP	136,63%	214,46%	136,63%	214,46%	68,71%	91,26%	71,51%	94,43%	136,81%	147,31%	69,51%	92,53%	47,97%	97,29%	14,35%	19,11%

ANEXO XII - OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADOR DE COMBUSTÍVEIS

(Art. 1º, I, "c", 4 - exigibilidade suspensa ou sem pagamento de PIS/PASEP, COFINS e CIDE pelo Importador)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
*SP	151,06%	233,65%	151,06%	233,65%	73,26%	96,42%	76,02%	99,54%	136,81%	147,31%	69,51%	92,53%	55,25%	107,00%	14,35%	19,11%

ANEXO XIII - OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

(Art. 1º, I, "a", 5 - PIS/PASEP e COFINS não computadas no preço pela distribuidora de combustíveis)

UF	Álcool Hidratado			
	Internas	Interestaduais		
		7%	12%	Originado de Importação 4%
*SP	14,35%	-	29,94%	-

ANEXO XIV - OPERAÇÕES REALIZADAS POR DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEIS, PRODUTOR NACIONAL DE LUBRIFICANTES, IMPORTADOR DE LUBRIFICANTES E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

(Art. 1º, II - lubrificantes)

UF	Lubrificantes Derivados de Petróleo		Lubrificantes Não Derivados de Petróleo			
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais		
				7%	12%	Originado de Importação 4%
SP	61,31%	96,72%	61,31%	-	73,12%	88,85%

BRUNO PESSANHA NEGRIS

DESPACHO Nº 37, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Instituto de Tecnonologia do Paraná - TECPAR

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Mestre Sistemas LTDA	72.105.794/0001-69	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: TEC0022018, nome: MestrePDV, versão: 6.0.0.0, código MD-5: fa927cfa5d262f10a524c6d680893691

2. Pontifícia Universisdade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Lion Informática Ltda	02.236.914/0001-81	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: PRS0012018, nome: Sicre - Sistema de Crediário, versão: 6.00, código MD-5: b66814033521b63cf31cdfcbe3b4d230 *NFC-e

BRUNO PESSANHA NEGRIS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 38, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
VAREJONLINE TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA	23.479.438/0001-08	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: PSP0072018, nome: PDV, versão: 4.3, código MD5: 9428C1CC03CA43DA67A2DE36A7598FB0

2. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do SUL - PUC/RS

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Cigam Software Corporativo Ltda	93.578.813/0001-44	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: PRS0022018, nome: CIGAM, versão: e11, código MD5: 10f227f7c058d1d3c5de394eea3181d2 *Cigam

3.Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
EXPEDE DISTRIBUIDORA LTDA	02.393.351/0001-35	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: UNS0012018, nome: LIFE, versão: 3.0, código MD5: 0880561004de1247fdf3f2614b571d55 X-Life
EXPEDE DISTRIBUIDORA LTDA	02.393.351/0001-35	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: UNS0022018, nome:WAY, versão: 3.0, código MD5: cc1dc5543b377915e73597341716309a X- WAY

BRUNO PESSANHA NEGRIS

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PORTARIA Nº 353, DE 7 DE MARÇO DE 2018

Transfere, das Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) para as Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil (SRRF), processos pendentes de julgamento relativos a isenção de impostos incidentes na aquisição de veículos.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 277 do mesmo Regimento, no art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.716, de 12 de julho de 2017, e no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.769, de 18 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Ficam transferidos para as Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil (SRRF) os processos de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) incidentes na aquisição de veículo destinado ao transporte individual de passageiros (táxi) e de veículos por pessoas com deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, em cujos autos foi interposta manifestação de inconformidade, pendentes de julgamento nas Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ), tendo em vista o disposto no art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.716, de 12 de julho de 2017, e no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.769, de 18 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 7 DE MARÇO DE 2018

Declara Inapta a inscrição no CNPJ de Pessoa Jurídica sob o nº 10.392.642/0001-37.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS-GO, no uso das atribuições previstas no artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU em 11 de outubro de 2017, e de acordo com o § 2º, do artigo 42, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, com a redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 1.684, de 29 de dezembro de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 13116.722956/2017-67, declara:

Art. 1º - INAPTA, a inscrição nº 10.392.642/0001-37, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, em nome de ABATEDOURO RIO BONITO EIRELI, por não ter sido localizada no endereço constante dos cadastros da RFB, de acordo com o artigo 40, inciso II , combinado com o artigo 42, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016.

Art. 2º - São considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pela pessoa jurídica a partir da publicação deste ADE no DOU, nos termos do disposto no artigo 47, § 3º , inciso I, alínea "b", da IN/RFB nº 1.634/2016.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação Diário Oficial da União.

HIROSHIMI NAKAO

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORUMBÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 7 DE MARÇO DE 2018

Inscrição no registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro de que trata a IN RFB nº 1.209, de 08 de novembro de 2011.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORUMBÁ-MS, tendo em vista o disposto no § 3º do artigo 810, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e atendendo ao que consta nos autos do processo administrativo em referência, declara:

Art. 1º Incluído no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro a Sra. ANNE YASMIM CESPEDES MENDOZA, CPF nº 049.418.721-26, processo administrativo nº 10108.720066/2018-11.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ZAQUIEL SCHARDONG VETTORELLO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

PORTARIA Nº 17, DE 7 DE MARÇO DE 2018

Estabelece normas e procedimentos para o trânsito aduaneiro de exportação para cargas com origem no recinto alfandegado da ZPE Ceará e destino no recinto alfandegado do Porto de Fortaleza.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FORTALEZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 270 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 336 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 e nos arts. 11, 12, 32, 33, 34, 58 e 59 da Instrução Normativa SRF nº 28, de 27 de abril de 1994, resolve:

Art. 1º Os procedimentos para o trânsito aduaneiro sob procedimento especial de exportação de que tratam os arts. 32 à 34 da Instrução Normativa SRF nº 28, de 27 de abril de 1994, quando se tratar de carga que tenha como origem o recinto alfandegado da ZPE Ceará, vinculado à Inspetoria da Receita Federal do Brasil do Pecém - IRF/PCE, e como destino o recinto alfandegado do Porto de Fortaleza, vinculado à Alfândega de Fortaleza - ALF/FOR, serão efetuados em observância às regras estabelecidas nesta Portaria.

Art. 2º Previamente ao registro da Declaração de Exportação, o interessado deverá comunicar simultaneamente à IRF/PCE e à ALF/FOR, a intenção de efetuar o trânsito nos termos do art. 1º, solicitando a abertura de e-processo para controle dos procedimentos de trânsito.

§ 1º A solicitação a que se refere o Caput deverá ser formulada com antecedência mínima de dois dias do registro da Declaração de Exportação.

§ 2º A comunicação de trata o Caput deverá conter:

I) a identificação do exportador;

II) o tipo e a quantidade de carga prevista;

III) a previsão do número de viagens necessárias para transporte de toda a mercadoria do recinto ZPE ao Porto de Fortaleza;

IV) a previsão da data de início e término do transporte, observado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 7º desta Portaria; e

V) o nome e o número da escala do navio em será embarcada a carga.

§ 3º O processo de controle será formalizado pela IRF/PCE.

Art. 3º Para a saída da carga do recinto alfandegado da ZPE Ceará, o exportador deverá registrar uma Declaração de Exportação (DE), conforme comando do art. 20 da IN RFB nº 952, de 02 de julho de 2009, e após seu desembaraço, solicitar o início do trânsito aduaneiro sob procedimento especial de exportação de que tratam os arts. 32 à 34 da Instrução Normativa SRF nº 28/1994.

§ 1º Quando do registro da Declaração de Exportação, o interessado deverá informar o número do respectivo processo no campo observação da Declaração.

§ 2º Após o registro da Declaração o interessado deverá solicitar juntada, ao processo de controle, de uma via do extrato da Declaração de Exportação e dos documentos que a instruem.

Art. 4º Como o SISCOMEX módulo exportação não está preparado para controlar o transporte fracionado de mercadoria, o trânsito será iniciado por servidor da RFB em exercício na IRF/PCE quando da saída do primeiro veículo e o controle de cada saída será realizado através da Guia de Controle de Trânsito Fracionado - GCTF, constante do Anexo Único desta Portaria, acompanhada da respectiva nota fiscal de remessa.

§ 1º A Guia a que se refere o Caput será emitido em três via e deverá conter:

I - identificação do exportador (Nome e CNPJ);

II - identificação da carga (descrição, peso e/ou quantidade de volumes);

III - identificação do veículo transportador e seu condutor (placas do veículo, nome e CPF do condutor);

IV - o número da Declaração de Exportação, da Nota Fiscal de Remessa e do processo de controle;

V - nome do navio que receberá a carga e o número de sua escala no Porto de Fortaleza;

VI - campo para data e horário de saída do veículo, a ser informado pela administradora da ZPE de Pecém, bem como espaço para assinatura do funcionário que realizar o procedimento;

VII - campo para a data e horário da chegada do veículo, as ser informado pela administradora do Porto de Fortaleza, bem como espaço para assinatura do funcionário que realizar o procedimento.

§ 2º A primeira e a segunda via destinar-se-ão ao controle das Unidades da RFB e a terceira ao controle do interessado.

§ 3º Ao iniciar o trânsito, o servidor da IRF/PCE informará na tela de início de trânsito do Siscomex, o número do processo de controle, no espaço onde usualmente se informam as placas do veículo.

§ 4º A administradora da ZPE deverá entregar à IRF/PCE todas as GCTFs preenchidas com as saídas dos veículos no prazo máximo de 48 horas.

§ 5º A saída de veículo da zona primária da ZPE sem registro da data e a hora da saída do veículo, bem como a não entrega das GCTFs pelas administradoras à RFB, será considerada ação dificultadora da ação fiscal e sujeitará o infrator à multa prevista na alínea "c" do inciso IV do art. 107 do Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966, no valor de R$: 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 5º Cada veículo com carga que saia da ZPE Ceará terá o prazo máximo de 6 (seis) horas para dar entrada no recinto alfandegado do Porto de Fortaleza, a contar da hora registrada na GCTF como horário de saída.

§ 1º O prazo máximo será estendido para 12 (doze) horas para o veículo que transporte placas de aço.

§ 2º Poderá ser fixado prazo maior do que o estabelecido quando, comprovadamente, as características de produção, transporte, armazenagem ou comercialização das mercadorias a exportar justifiquem tal tratamento.

Art. 6º Quando da chegada do veículo ao Porto de Fortaleza, a administradora do Recinto deverá registrar a data e horário na GCTF.

§ 1º A administradora do Porto de Fortaleza deverá entregar à Seção de Vigilância Aduaneira - ALF/FOR/SAVIG todas as GCTFs preenchidas com as chegadas dos veículos no prazo máximo de 48 horas.

§ 2º A pesagem de mercadoria a granel no Porto de Fortaleza será dispensada, desde que seja efetuada a pesagem antes da saída do Recinto da ZPE/CE e procedida arqueação antes do embarque.

§ 3º A pesagem de placas de aço no Porto de Fortaleza será dispensada, desde que seja efetuado o registro dos números de série na Guia de Controle de Trânsito Fracionado - GCTF.

§ 4º O embarque da mercadoria sem o registro da chegada do veículo ou sem os procedimentos de mensuração de quantidade previstos, será considerada ação dificultadora da ação fiscal e sujeitará o infrator à multa prevista na alínea "c" do inciso IV do art. 107 do Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966, no valor de R$: 5.000,00 (cinco mil reais), a ser aplicada pela ALF/FOR.

§ 5º Ficam autorizados os embarques parciais da mercadoria, antes da conclusão do trânsito, desde que observado o disposto neste artigo.

Art. 7º. A empresa beneficiária do trânsito aduaneiro sob procedimento especial de exportação de que trata esta Portaria deverá informar à ALF/FOR/SAVIG a conclusão da operação, quando da chegada do último veículo transportador.

§ 1º A conclusão do trânsito no sistema Siscomex será realizada com base no Laudo de Arqueação do navio.

§ 2º A apresentação do total das mercadorias no Porto de Fortaleza, com a consequente conclusão do trânsito, deverá ocorrer no prazo de trinta dias corridos, contado do registro da entrega dos documentos instrutivos da Declaração de Exportação, no Siscomex.

§ 3º Poderá ser fixado prazo maior do que o estabelecido no §1º quando, comprovadamente, as características de produção, transporte, armazenagem ou comercialização das mercadorias a exportar justifiquem tal tratamento.

Art. 8º Quando for o caso, o exportador deverá solicitar a retificação da Declaração de Exportação no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a conclusão do trânsito.

Art. 9º Não será autoriza novo trânsito com base nos procedimentos estabelecido nesta Portaria, a qualquer exportador que apresente qualquer pendência em relação a trânsitos anteriores, enquanto não solucionada a respectiva pendência.

Art. 10 Os casos omissos serão solucionados por ato do Delegado da ALF/FOR ou por pessoa por ele designado.

Art. 11 Fica revogada a Portaria Conjunta ALF/PCE e ALF/FOR nº 03 de 25 de novembro de 2016.

Art. 12 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO EMMANOEL SALES VASCONCELLOS

ANEXO ÚNICO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – SRRF03
ALFANDEGA DE FORTALEZA

Receita Federal

GUIA DE CONTROLE DE TRÂNSITO FRACIONADO - GCTF

NÚMERO DA DECLARAÇÃO DE EXPORTAÇÃO	Nº DA NOTA FISCAL	PROCESSO

1. EXPORTADOR

NOME: CNPJ:

2. CARGA

DESCRIÇÃO: PESO: VOLUMES:

3. VEÍCULO TRANSPORTADOR

PLACAS: CONDUTOR: CPF DO CONDUTOR:

4. NAVIO

NOME: NÚMERO DA ESCALA:

5. ZPE CEARÁ

DATA DA SAÍDA: ___/___/_____
HORÁRIO DA SAÍDA: ___:___

CARIMBO E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

6. PORTO DE FORTALEZA

DATA DA CHEGADA: ___/___/_____
HORÁRIO DA CHEGADA: ___:___

CARIMBO E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM IMPERATRIZ

PORTARIA Nº 4, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a delegação de competência e atribuições no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Imperatriz-MA e unidades de sua jurisdição.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM IMPERATRIZ-MA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 270, 283, 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria do Ministério de Estado da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicado no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto nos art. 11 e 12, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, combinado com os art. 11 a 17, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, observadas, no que couber, as demais normas de regência, e no interesse da administração, resolve:

Art. 1º. Delegar competência ao Chefe do Núcleo de Arrecadação e Cobrança (Nurac) e, nos seus afastamentos, ao substituto, para:

I - negar, no âmbito de sua competência, o seguimento de impugnação, manifestação de inconformidade e recurso voluntário, quando não atendidos os requisitos legais;

II - decidir, no curso de análise de processo fiscal, sobre os pedidos de retificação de documentos de arrecadação apresentados por contribuintes jurisdicionados;

III- decidir, de ofício ou a pedido, sobre o cancelamento ou reativação de declarações, no âmbito de suas competências.

Art. 2º. Delegar competência ao Chefe do Núcleo de Fiscalização (Nufis) e, nos seus afastamentos, ao substituto, para:

I - administrar e distribuir selos de controle e outros instrumentos de controle fiscal e fiscalizar sua utilização;

II - decidir, de ofício ou a pedido, sobre o cancelamento ou reativação de declarações, no âmbito de suas competências.

Art. 3º. Delegar competência ao Chefe do Núcleo de Gestão Corporativa (Nucor) e, nos seus afastamentos, ao substituto, para:

I - atender às solicitações de cópias de declarações, efetuadas por órgãos externos, com observância da legislação que dispõe sobre o sigilo fiscal;

II - inspecionar as unidades subordinadas e sugerir ou adotar as providências adequadas ao saneamento de irregularidades e ao suprimento de recursos humanos ou materiais necessários;

III - fazer publicar atos, avisos, editais e despachos de interesse da Unidade, nos órgãos oficiais e na imprensa privada.

Art. 4º. Delegar competência aos chefes do Núcleo de Arrecadação e Cobrança (Nurac), do Núcleo de Fiscalização (Nufis), e do Núcleo de Gestão Corporativa (Nucor) e, nos seus afastamentos, ao substituto, para:

I - prestar informações solicitadas por autoridades e órgãos externos sobre a situação fiscal e cadastral dos contribuintes jurisdicionados, no âmbito de suas competências;

II - expedir e assinar ofícios, memorandos e demais atos de comunicação oficial pertinentes às atividades relativas à respectiva área e, subsidiariamente ao titular da unidade, àquelas executadas no Gabinete da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Imperatriz - MA.

Art. 5º Compartilhar, com o chefe do Núcleo de Arrecadação e Cobrança (Nurac) e, nos seus afastamentos, com o seu substituto, a competência para responder mandados de segurança, observado o disposto nos incisos I e II do artigo 4º.

Art. 6º. Delegar competência aos chefes do Núcleo de Arrecadação e Cobrança (Nurac), do Núcleo de Fiscalização (Nufis) e do Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) e, nos seus afastamentos, ao substituto, para desenvolver a moral tributária, especialmente com ações de educação fiscal.

Art. 7º. Em todas os atos escritos, praticados em função das competências ora delegadas e compartilhadas, deverão ser mencionados, após a assinatura de seu autor, o número e a data de publicação da presente portaria.

Art. 8º. A autoridade delegante, a seu critério, poderá avocar a decisão do ato objeto de delegação, sem que isto implique revogação parcial ou total desta portaria.

Art. 9º. Fica revogada a Portaria nº 06, de 11 de março de 2011.

Art. 10º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ KENNEDY RODRIGUES DE SALES

PORTARIA Nº 5, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Dispõe acerca do agendamento do atendimento ao contribuinte no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Imperatriz e Agências circunscricionadas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM IMPERATRIZ-MA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 270, 283, 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria do Ministério de Estado da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicado no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto nos art. 11 e 12, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, combinado com os art. 11 a 17, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Todos os serviços referentes às pessoas jurídicas serão atendidos no Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC), da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Imperatriz-MA, e nas Agências da Receita Federal do Brasil (ARF) de Balsas e de Carolina, exclusivamente, mediante agendamento prévio do serviço demandado na página da RFB na internet.

Art. 2º Serão atendidos, exclusivamente, por meio de agendamento, os serviços de análise e liberação de certidão negativa de débito ou de certidão positiva com efeitos de negativa de obra de construção civil relacionadas às pessoas físicas.

Art. 3º O não comparecimento para o atendimento previamente agendado, nos casos previstos nos artigos 1º e 2º, implica o cancelamento da senha e o redirecionamento da vaga para o atendimento de pessoas físicas.

Art. 4º Nos atendimentos agendados, caso o contribuinte não compareça no horário, a senha não poderá ser reativada, independentemente do período de atraso.

Art. 5º A distribuição das senhas no balcão será feita até as 13:00h, limitada à capacidade da Unidade.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se apenas ao CAC de Imperatriz.

Art. 6º Os procedimentos de construção da grade de horários de agendamento serão realizados pela chefia do CAC e Agências de Carolina e Balsas, no âmbito das respectivas circunscrições, considerando a demanda e a capacidade de atendimento.

Art. 7º O disposto no art. 1º, desta Portaria, não se aplica às pessoas jurídicas de direito público do Estado e dos Municípios.

Art. 8º Os casos excepcionais de atendimento, sem prévio agendamento, serão analisados pela chefia do CAC e Agentes, ou por seus respectivos substitutos eventuais.

Parágrafo único. São considerados casos excepcionais a participação em licitação com o poder público e prazos administrativos e judiciais exíguos.

Art. 9º Fica revogada a Portaria nº 06, de 26 de abril de 2012.

Art. 10º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ KENNEDY RODRIGUES DE SALES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Inclusão de Natália Campos de Oliveira Souza no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro.

O INSPETOR-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do artigo 5º da Instrução Normativa DpRF nº 109, de 02/10/1992 e com fundamento no parágrafo 3º do artigo 810 do Decreto nº 6.759/2009, de 05/02/2009, com a nova redação dada pelo Decreto nº7.213/2010, e no artigo 274, inciso II, c/c art. 337 da Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, declara:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro a seguinte inscrição:

Nº Registro	Nome	CPF	Nº Processo
4.A.0682	NATÁLIA CAMPOS DE OLIVEIRA SOUZA	082.038.626-08	10469.726.522/2017-48

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE LUIZ DA COSTA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 7 DE MARÇO DE 2018

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda pessoa jurídica e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE (PB), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº430 de 09 e outubro de 2017 e de acordo com o art. 60 da Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002 e considerando o que está contido no processo nº 10425.720927/2012-74, declara:

Art. 1º HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a empresa Emcasa Empresa Campinense De Sacos Ltda. - CNPJ 24.104.697/0001-09, em razão da MODERNIZAÇÃO total do empreendimento na área de atuação da SUDENE, empreendimento esse considerado prioritário para o desenvolvimento regional, na forma do inciso VI, alínea "e" do art. 2º do Decreto nº 4.213/2002, conforme Laudo Constitutivo nº 0098/2012, emitido pelo Ministério da Integração Nacional, através da SUDENE.

Art. 2º Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido apenas ao estabelecimento Matriz - CNPJ 24.104.697/0001-09, localizado na Av. Assis Chateaubriand, 909-A, Bairro Liberdade em Campina Grande-PB, para Fabricação de produtos plásticos, filmes plásticos, sacolas e rótulos, ficando excluídas do benefício outras atividades objeto da empresa em questão. A fruição do benefício dar-se-á no período de 01/01/2012 a 31/12/2021.

Art. 3º Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0098/2012 e na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO MENDES RIOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 7 DE MARÇO DE 2018

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda pessoa jurídica e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE (PB), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº430 de 09 e outubro de 2017 e de acordo com o art. 60 da Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002 e considerando o que está contido no processo nº 10425.720713/2016-21, declara:

Art. 1º HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a empresa BENTONIT UNIAO NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. - CNPJ 08.811.119/0008-22, em razão da MODERNIZAÇÃO total do empreendimento na área de atuação da SUDENE, empreendimento esse considerado prioritário para o desenvolvimento regional, na forma do inciso VI, alínea "d" do art. 2º do Decreto nº 4.213/2002, conforme Laudo Constitutivo nº 0160/2015, emitido pelo Ministério da Integração Nacional, através da SUDENE.

Art. 2º Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido apenas ao estabelecimento filial - CNPJ 08.811.119/0008-22, localizado na Rodovia BR 412, s/n, km 20, Bairro Espinheiro em Boa Vista-PB., para Beneficiamento de minerais não metálicos e para Fabricação de produtos higiênicos para uso animal, ficando excluídas do benefício outras atividades objeto da empresa em questão. A fruição do benefício dar-se-á no período de 01/01/2015 a 31/12/2024.

Art. 3º Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0160/2015 e na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO MENDES RIOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 7 DE MARÇO DE 2018

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda pessoa jurídica e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE (PB), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº430 de 09 e outubro de 2017 e de acordo com o art. 60 da Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002 e considerando o que está contido no processo nº 10425.720712/2016-87, declara:

Art. 1º HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a empresa BENTONIT UNIAO NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. - CNPJ 08.811.119/0001-56, em razão da DIVERSIFICAÇÃO de empreendimento na área de atuação da SUDENE, empreendimento esse considerado prioritário para o desenvolvimento regional, na forma do inciso VI, alínea "d" do art. 2º do Decreto nº 4.213/2002, conforme Laudo Constitutivo nº 0159/2015, emitido pelo Ministério da Integração Nacional, através da SUDENE.

Art. 2º Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido apenas ao estabelecimento matriz - CNPJ 08.811.119/0001-56, localizado na Av. Assis Chateaubriand, 3877, Distrito Industrial em Campina Grande-PB, para extração e beneficiamento de minerais não metálicos, ficando excluídas do benefício outras atividades objeto da empresa em questão. A fruição do benefício dar-se-á no período de 01/01/2016 a 31/12/2025.

Art. 3º Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0159/2015 e na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO MENDES RIOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 7 DE MARÇO DE 2018

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda pessoa jurídica e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE (PB), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº430 de 09 e outubro de 2017 e de acordo com o art. 60 da Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002 e considerando o que está contido no processo nº 10425.723108/2017-93, declara:

Art. 1º HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a empresa FUJI S/A MARMORES E GRANITOS LTDA - CNPJ 41.137.225/0001-71, em razão da MODERNIZAÇÃO total do empreendimento na área de atuação da SUDENE, empreendimento esse considerado prioritário para o desenvolvimento regional, na forma do inciso VI, alínea "d" do art. 2º do Decreto nº 4.213/2002, conforme Laudo Constitutivo nº 0124/2017, emitido pelo Ministério da Integração Nacional, através da SUDENE.

Art. 2º Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido apenas ao estabelecimento matriz - CNPJ 41.137.225/0001-71, localizado na Av. Deputado Raimundo Asfora, 1795, Velame em Campina Grande-PB, para beneficiamento de mármores e granitos, ficando excluídas do benefício outras atividades objeto da empresa em questão. A fruição do benefício dar-se-á no período de 01/01/2017 a 31/12/2026.

Art. 3º Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0124/2017 e na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO MENDES RIOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 7 DE MARÇO DE 2018

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda pessoa jurídica e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE (PB), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº430 de 09 e outubro de 2017 e de acordo com o art. 60 da Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002 e considerando o que está contido no processo nº 16635.720146/2017-03, declara:

Art. 1º HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a empresa PATEX-PATAMUTE TEXTIL LTDA - CNPJ 14.524.053/0001-16, em razão da INSTALAÇÃO do empreendimento na área de atuação da SUDENE, empreendimento esse considerado prioritário para o desenvolvimento regional, na forma do inciso VI, alínea "a" do art. 2º do Decreto nº 4.213/2002, conforme Laudo Constitutivo nº 0100/2017, emitido pelo Ministério da Integração Nacional, através da SUDENE.

Art. 2º Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido apenas ao estabelecimento matriz - CNPJ 14.524.053/0001-16, localizado na Via Local 01 - Anexo Quadra 10, s/n, Distrito Industrial em Cajazeiras-PB, para fiação de fibras artificiais e sintéticas, ficando excluídas do benefício outras atividades objeto da empresa em questão. A fruição do benefício dar-se-á no período de 01/01/2018 a 31/12/2027.

Art. 3º Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0100/2017 e na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO MENDES RIOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Promove a NULIDADE de ofício do ato cadastral da pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, e com base nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, que rege o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º - DECLARAR NULA a inscrição no Cadastro Nacional das Pessoa Jurídica (CNPJ) das entidades abaixo, conforme artigo 35, II ("deve ser declarada a nulidade do ato cadastral no CNPJ quando for constatado vício no ato cadastral"), e parágrafos, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016:

PROCESSO ADMINISTRATIVO	INSCRIÇÃO CNPJ	NOME EMPRESARIAL/CPF
12448.727548/2017-87	12.595.780/0001-49	DEISE ANDRADE DE ALMEIDA (82963568720)
12448.721050/2017-19	11.660.360/0001-36	ALCILENE SOARES DA SILVA (93830556420)
11707.720415/2017-19	26.772.283/0001-83	ALINE FERNANDA LEITE BRENLLA (12383402702)
13749.720088/2017-34	15.321.172/0001-34	LUCIANA ALVES GOMES (01247313760)

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.001, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. VALE-ALIMENTAÇÃO OU VALE-REFEIÇÃO. VALE-TRANSPORTE. UNIFORMES. MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES REFORMA PARCIAL DA SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.025-SRRF07/Disit, de 14 de maio de 2015. Para fins de cálculo dos créditos de que trata o inciso X do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003, são considerados os dispêndios com vale-transporte, vale-refeição ou vale-alimentação, fardamento ou uniforme relativos à mão-de-obra empregada nas atividades de prestação de serviços de limpeza, conservação e manutenção, não cabendo a apuração de créditos decorrentes destes dispêndios em relação a outras atividades exercidas pela pessoa jurídica. O direito ao crédito em referência não depende de a pessoa jurídica desenvolver, concomitantemente, as três atividades relacionadas naquele inciso. Por falta de previsão legal, para efeito de aferição do direito de crédito com fundamento no inciso X do artigo 3º da Lei nº 10.833, de 2003, não se aplica a exigência de contrato de prestação continuada do serviço de manutenção, podendo, para tal fim, a prestação dos serviços se dar em caráter isolado, como um mero reparo de um bem defeituoso. Caso os empregados atuem de forma indistinta no serviço de manutenção e em outras atividades não relacionadas no citado dispositivo, o crédito deverá ser calculado com base na ponderação dos dispêndios incorridos com vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, uniformes ou fardamentos desses funcionários e as horas por eles efetivamente trabalhadas na atividade de manutenção. Por falta de previsão legal, não haverá o direito ao crédito em comento para pessoa jurídica que empregar a mesma mão de obra, de forma indistinta e não segregada, na exploração das atividades de limpeza, conservação ou manutenção, e de outras atividades delas distinta. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 219-COSIT, DE 06 DE AGOSTO DE 2014 (DOU DE 21/08/2014), E À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 581-Cosit, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017 (DOU de 28/12/2017).

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º; Lei nº 11.898, de 2009, art. 25; Instrução Normativa SRF nº 404, de 2004, art. 8º.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. VALE-ALIMENTAÇÃO OU VALE-REFEIÇÃO. VALE-TRANSPORTE. UNIFORMES. MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. REFORMA PARCIAL DA SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.025-SRRF07/Disit, de 14 de maio de 2015. Para fins de cálculo dos créditos de que trata o inciso X do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002, são considerados os dispêndios com vale-transporte, vale-refeição ou vale-alimentação, fardamento ou uniforme relativos à mão-de-obra empregada nas atividades de prestação de serviços de limpeza, conservação e manutenção, não cabendo a apuração de créditos decorrentes destes dispêndios em relação a outras atividades exercidas pela pessoa jurídica. O direito ao crédito em referência não depende de a pessoa jurídica desenvolver, concomitantemente, as três atividades relacionadas naquele inciso. Por falta de previsão legal, para efeito de aferição do direito de crédito com fundamento no inciso X do artigo 3º da Lei nº 10.637, de 2002, não se aplica a exigência de contrato de prestação continuada do serviço de manutenção, podendo, para tal fim, a prestação dos serviços se dar em caráter isolado, como um mero reparo de um bem defeituoso. Caso os empregados atuem de forma indistinta no serviço de manutenção e em outras atividades não relacionadas no citado dispositivo, o crédito deverá ser calculado com base na ponderação dos dispêndios incorridos com vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, uniformes ou fardamentos desses funcionários e as horas por eles efetivamente trabalhadas na atividade de manutenção. Por falta de previsão legal, não haverá o direito ao crédito em comento para pessoa jurídica que empregar a mesma mão de obra, de forma indistinta e não segregada, na exploração das atividades de limpeza, conservação ou manutenção, e de outras atividades delas distinta. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 219-COSIT, DE 06 DE AGOSTO DE 2014 (DOU DE 21/08/2014), E À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 581-Cosit, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017 (DOU DE 28/12/2017).

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º; Lei nº 11.898, de 2009, art. 24; Instrução Normativa SRF nº 247, de 2002, art. 66.

ASSUNTO: Processo Administrativo Fiscal

EMENTA: INEFICÁCIA PARCIAL - CRÉDITO SOBRE O VALOR DE MÃO DE OBRA PAGA A PESSOA FÍSICA - VEDAÇÃO. Deve ser declarada a ineficácia da consulta na parte que se refira a questionamento sobre fato definido ou declarado em disposição literal de lei.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Leis nºs 10.637, de 2002 e 10.833, de 2003, art. 3º,§2º, inc.I; IN RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, inc. IX.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.002, DE 17 DE JANEIRO DE 2018

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: REIDI. SUSPENSÃO. FRETAMENTO. TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS. É inaplicável a suspensão da Cofins incidente sobre a receita decorrente da prestação de serviços de fretamento, contratados por pessoa jurídica co-habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), para transportar os funcionários da obra de infraestrutura. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 532, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU) DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 11.488, de 2007, art. 4º, I, e § 2º; Lei nº 5.172, de 1966 (CTN), art. 111; Decreto nº 7.708, de 2012, Capítulo 4, e IN RFB nº 758, de 2007, arts. 2º, 4º e 5º.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: REIDI. SUSPENSÃO. FRETAMENTO. TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS. É inaplicável a suspensão da Contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre a receita decorrente da prestação de serviços de fretamento, contratados por pessoa jurídica co-habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), para transportar os funcionários da obra de infraestrutura. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 532, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU) DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 11.488, de 2007, art. 4º, I, e § 2º; Lei nº 5.172, de 1966 (CTN), art. 111; Decreto nº 7.708, de 2012, Capítulo 4, e IN RFB nº 758, de 2007, arts. 2º, 4º e 5º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.003, DE 17 DE JANEIRO DE 2018

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: REIDI. SUSPENSÃO. FRETAMENTO. TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS. É inaplicável a suspensão da Cofins incidente sobre a receita decorrente da prestação de serviços de fretamento, contratados por pessoa jurídica co-habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), para transportar os funcionários da obra de infraestrutura. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 532 - COSIT, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU) DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 11.488, de 2007, arts. 1º, 3º e 4º; Decreto nº 6.144, de 2007, arts. 2º e 4º; IN RFB nº 758, de 2007, art. 5º, §§ 1º a 5º.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: REIDI. SUSPENSÃO. FRETAMENTO. TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS. É inaplicável a suspensão da Contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre a receita decorrente da prestação de serviços de fretamento, contratados por pessoa jurídica co-habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), para transportar os funcionários da obra de infraestrutura. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 532 - COSIT, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU) DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 11.488, de 2007, arts. 1º, 3º e 4º; Decreto nº 6.144, de 2007, arts. 2º e 4º; IN RFB nº 758, de 2007, art. 5º, §§ 1º a 5º.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.004, DE 18 DE JANEIRO DE 2018

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. VALE ALIMENTAÇÃO OU VALE-REFEIÇÃO. VALE-TRANSPORTE. FARDAMENTO OU UNIFORMES. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO. As despesas decorrentes dos gastos com vale-transporte, vale-refeição ou vale-alimentação, fardamento ou uniforme fornecidos aos empregados direcionados exclusivamente à prestação de serviços de manutenção são aptas a gerar créditos da não cumulatividade da Cofins, com base no art. 3º, X, da Lei nº 10.833, de 2003. O direito ao crédito em referência não depende de a pessoa jurídica desenvolver, concomitantemente, as três atividades relacionadas naquele inciso. Caso os empregados atuem de forma indistinta no serviço de manutenção e em outras atividades não relacionadas no citado dispositivo, o crédito deverá ser calculado com base na ponderação dos dispêndios incorridos com vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, uniformes ou fardamentos desses funcionários e as horas por eles efetivamente trabalhadas na atividade de manutenção. Por falta de previsão legal, não haverá o direito ao crédito em comento para pessoa jurídica que empregar a mesma mão de obra, de forma indistinta e não segregada, na exploração das atividades de limpeza, conservação ou manutenção, e de outras atividades delas distinta. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 219-COSIT, DE 06 DE AGOSTO DE 2014 (DOU DE 21/08/2014), E À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 581-Cosit, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017 (DOU DE 28/12/2017) .

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º, X; Lei nº 11.898, de 2009, art. 25.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. VALE ALIMENTAÇÃO OU VALE-REFEIÇÃO. VALE-TRANSPORTE. FARDAMENTO OU UNIFORMES. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO. As despesas decorrentes dos gastos com vale-transporte, vale-refeição ou vale-alimentação, fardamento ou uniforme fornecidos aos empregados direcionados exclusivamente à prestação de serviços de manutenção são aptas a gerar créditos da não cumulatividade da Contribuição para o PIS/Pasep com base no art. 3º, X, da Lei nº 10.637, de 2002. O direito ao crédito em referência não depende de a pessoa jurídica desenvolver, concomitantemente, as três atividades relacionadas naquele inciso. Caso os empregados atuem de forma indistinta no serviço de manutenção e em outras atividades não relacionadas no citado dispositivo, o crédito deverá ser calculado com base na ponderação dos dispêndios incorridos com vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, uniformes ou fardamentos desses funcionários e as horas por eles efetivamente trabalhadas na atividade de manutenção. Por falta de previsão legal, não haverá o direito ao crédito em comento para pessoa jurídica que empregar a mesma mão de obra, de forma indistinta e não segregada, na exploração das atividades de limpeza, conservação ou manutenção, e de outras atividades delas distinta. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 219-COSIT, DE 06 DE AGOSTO DE 2014 (DOU DE 21/08/2014) , E À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 581-Cosit, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017 (DOU DE 28/12/2017).

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º, X; Lei nº 11.898, de 2009, art. 24.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7.005, DE 24 DE JANEIRO DE 2018

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. VALE ALIMENTAÇÃO OU VALE-REFEIÇÃO. VALE-TRANSPORTE. FARDAMENTO OU UNIFORMES. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO. As despesas decorrentes dos gastos com vale-transporte, vale-refeição ou vale-alimentação, fardamento ou uniforme fornecidos aos empregados direcionados exclusivamente à prestação de serviços de manutenção são aptas a gerar créditos da não cumulatividade da Cofins, com base no art. 3º, X, da Lei nº 10.833, de 2003. O direito ao crédito em referência não depende de a pessoa jurídica desenvolver, concomitantemente, as três atividades relacionadas naquele inciso. Caso os empregados atuem de forma indistinta no serviço de manutenção e em outras atividades não

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

relacionadas no citado dispositivo, o crédito deverá ser calculado com base na ponderação dos dispêndios incorridos com vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, uniformes ou fardamentos desses funcionários e as horas por eles efetivamente trabalhadas na atividade de manutenção. Por falta de previsão legal, não haverá o direito ao crédito em comento para pessoa jurídica que empregar a mesma mão de obra, de forma indistinta e não segregada, na exploração das atividades de limpeza, conservação ou manutenção, e de outras atividades delas distinta. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 219-COSIT, DE 06 DE AGOSTO DE 2014 (DOU DE 21/08/2014), E À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 581-Cosit, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017 (DOU DE 28/12/2017).

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º, X; Lei nº 11.898, de 2009, art. 25.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITOS. VALE ALIMENTAÇÃO OU VALE-REFEIÇÃO. VALE-TRANSPORTE. FARDAMENTO OU UNIFORMES. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO. As despesas decorrentes dos gastos com vale-transporte, vale-refeição ou vale-alimentação, fardamento ou uniforme fornecidos aos empregados direcionados exclusivamente à prestação de serviços de manutenção são aptas a gerar créditos da não cumulatividade da Contribuição para o PIS/Pasep com base no art. 3º, X, da Lei nº 10.637, de 2002. O direito ao crédito em referência não depende de a pessoa jurídica desenvolver, concomitantemente, as três atividades relacionadas naquele inciso. Caso os empregados atuem de forma indistinta no serviço de manutenção e em outras atividades não relacionadas no citado dispositivo, o crédito deverá ser calculado com base na ponderação dos dispêndios incorridos com vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, uniformes ou fardamentos desses funcionários e as horas por eles efetivamente trabalhadas na atividade de manutenção. Por falta de previsão legal, não haverá o direito ao crédito em comento para pessoa jurídica que empregar a mesma mão de obra, de forma indistinta e não segregada, na exploração das atividades de limpeza, conservação ou manutenção, e de outras atividades delas distinta. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 219-COSIT, DE 06 DE AGOSTO DE 2014 (DOU DE 21/08/2014), E À SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 581-Cosit, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017 (DOU DE 28/12/2017).

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º, X; Lei nº 11.898, de 2009, art. 24.

JOSÉ CARLOS SABINO ALVES
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 7 DE MARÇO DE 2018

Autoriza o AEROPORTO DE SÃO PAULO/CONGONHAS, em caráter excepcional, a realizar as operações que especifica no período de 9 a 18/03/2018.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS (SP), no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 28 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, com a redação dada pela Portaria RFB nº 113, de 31 de janeiro de 2013, e conforme Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 24, de 23 de abril de 2013, nos termos e condições do que consta do e-dossiê nº 10120.002033/0318-08, declara:

Art. 1º Fica o AEROPORTO DE SÃO PAULO/CONGONHAS, situado no município de São Paulo - SP, autorizado a realizar, em caráter excepcional, as operações de desembarque e embarque, prevista no inciso I e caput do retro referido art. 28, no período de 9 a 18 de março, das 10 às 20h, exclusivamente para o atendimento das aeronaves e viajantes da aviação geral (executiva) participantes da edição latino-americana do Fórum Econômico Mundial (WEF on Latin América), que acontecerá em São Paulo de 13 a 15 de março de 2018.

Art. 2º A Infraero Congonhas deverá comunicar a movimentação das aeronaves (chegadas e partidas) com 24h de antecedência.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos no período de 9 a 18 de março de 2018.

ANDRÉ LUIZ GONÇALVES MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 2 DE MARÇO DE 2018

Cancela inscrições no Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, da pessoa jurídica que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ-SP, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União inscrição de 11 de outubro de 2017 e da competência expressa estabelecida nos artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, c/c o disciplinado pelos artigos 2º, 3º e 7º da Instrução Normativa RFB nº 976/2009, publicada no DOU de 8 de dezembro de 2009 e suas alterações, que tratam das operações realizadas com o Papel Imune a que se refere a alínea "d" do inc. VI do art. 150, da Constituição Federal, em face do que consta do processo nº 11610.004643/2009-15, declara:

Art. 1º Ficam canceladas as Inscrições no Registro Especial do estabelecimento abaixo indicado, nas atividades de Importador, IP 08190/542, e Distribuidor, DP 08190/115, concedidas por meio dos Atos Declaratórios Executivos Defis/SP nº 949/2010 e nº 955/2010, publicados no Diário Oficial da União de 10 de junho de 2010, da pessoa jurídica RISKA APOIO ADMINISTRATIVO EIRELI, CNPJ nº 10.854.995/0001-11, com endereço RUA MANOEL COELHO, 676; SALA 1107 - CENTRO, SÃO CAETANO DO SUL/ SP, CEP 09510-100.

Art. 2º Ficam revogados os Atos Declaratórios Executivos Defis/SP nº 949/2010 e nº 955/2010, ambos de 04/06/2010, publicados no DOU de 10/06/2010.

Art. 3º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RUBENS FERNANDO RIBAS

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DE BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de uísque, classificado na posição 2208.30.20 da TIPI.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEX, matrícula SIAPECAD nº 1294467, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 340, incisos III e VIII, da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no inciso I, § 1º, do art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, aprova:

Art. 1º O fornecimento de 13.500 (Treze mil e quinhentos) selos de controle, tipo uísque, cor amarelo, ao estabelecimento importador AURORA BEBIDAS E ALIMENTOS FINOS LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 61.296.646/0001-52, localizada na Rod. Anhanguera, km 15, módulo 18, Pirituba, na cidade de São Paulo, SP, inscrito no Registro Especial sob o nº 08190/003 (Importador), e sob o nº 08165/007, para esta selagem no exterior de uísques de acordo com o dossiê digital 10120.002958/0218-88, descritos na tabela abaixo:

DISCRIMINAÇÃO E CARACTERISTICAS	EMBALAGEM	UNIDADES
Whisky Blended Scotch - The Famous Grouse - 12X0,75 - 40º GL - Fabricante: Edrington Distellers Ltd.	1125 caixas	13.500 garrafas
TOTAL		13.500 garrafas

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

RODRIGO LORENZON YUNAN GASSIBE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 7 DE MARÇO DE 2018

Declara a Baixa e considera inidôneos os documentos emitidos em favor de terceiros da empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Carlos Ivam de Souza (matrícula 20227), lotado e em exercício na Delegacia Especial de Fiscalização da Receita Federal do Brasil de Comércio Exterior (DELEX) em São Paulo, no exercício da competência delegada pelo art.15-A, inciso III da Portaria DELEX nº 05/2014 de 03/02/2014, publicada no DOU de 03/02/2014, alterada pela Portaria nº123/2016, de 05/07/2016, publicada no DOU de 11/07/2016, tendo em vista o disposto no inciso III do art.302 da Portaria do Ministério da Fazenda nº 203 de 14/05/2012, publicada no DOU de 17/05/2012, e atendendo ao que consta no e-processo nº 10314.723069/2017-81, resolve:

I)-Declarar BAIXADA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo identificada, com fundamento no artigo 80, § 1º, inciso I, da Lei nº 9.430/96 (redação dada pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009) c/c o art.29, inciso II, alínea "b", da IN RFB nº 1.634/2016 (e alterações posteriores), em razão da não localização da empresa, nem de seu representante legal ou de não indicação do novo domicílio tributário;

II)-Considerar INIDÔNEOS, os documentos da pessoa jurídica abaixo identificada, ou seja, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, pelos motivos acima expostos, a partir de 27/12/2017, conforme termo de constatação anexo ao presente processo, nos termos do artigo 47, § 3º, inciso IV da IN RFB nº 1.634/2016, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação, em razão da empresa ter seu CNPJ Baixado, e tudo o mais que consta no processo administrativo acima mencionado.

Empresa: AQUAFIL TRATAMENTO DE AGUA LTDA - EPP
CNPJ: 52.535.192/0001-34

CARLOS IVAM DE SOUZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 7 DE MARÇO DE 2018

Declara a Baixa e considera inidôneos os documentos emitidos em favor de terceiros da empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Carlos Ivam de Souza (matrícula 20227), lotado e em exercício na Delegacia Especial de Fiscalização da Receita Federal do Brasil de Comércio Exterior (DELEX) em São Paulo, no exercício da competência delegada pelo art.15-A, inciso III da Portaria DELEX nº 05/2014 de 03/02/2014, publicada no DOU de 03/02/2014, alterada pela Portaria nº123/2016, de 05/07/2016, publicada no DOU de 11/07/2016, tendo em vista o disposto no inciso III do art.302 da Portaria do Ministério da Fazenda nº 203 de 14/05/2012, publicada no DOU de 17/05/2012, e atendendo ao que consta no e-processo nº 10314.721608/2017-48, resolve:

I)-Declarar BAIXADA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo identificada, com fundamento no artigo 80, § 1º, inciso I, da Lei nº 9.430/96 (redação dada pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009) c/c o art.29, inciso II, alínea "b", da IN RFB nº 1.634/2016 (e alterações posteriores), em razão da não localização da empresa, nem de seu representante legal ou de não indicação do novo domicílio tributário;

II)-Considerar INIDÔNEOS, os documentos da pessoa jurídica abaixo identificada, ou seja, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, pelos motivos acima expostos, a partir de 29/07/2017, conforme termo de constatação anexo ao presente processo, nos termos do artigo 47, § 3º, inciso IV da IN RFB nº 1.634/2016, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação, em razão da empresa ter seu CNPJ Baixado, e tudo o mais que consta no processo administrativo acima mencionado.

Empresa: TRIXIE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÃO - EIRELI
CNPJ: 03.795.595/0001-07

CARLOS IVAM DE SOUZA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL

SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Declara Nulidade de Ato Alterador no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 270 e 284 do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430 de 09 de outubro de 2017 (DOU de 11/10/2017), delegada nos termos do art. 5º da Portaria DRF/CVL/PR nº 33, de 07/07/2016 (DOU de 13/07/2016), e tendo em vista o disposto nos artigos 35, parágrafo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.634 de 06 de maio de 2016, em face ao constante no processo administrativo nº 10935.725177/2017-81 resolve:

Art. 1º Declarar nulas por vício as alterações no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 04.529.653/0001-13, OXITRANS -TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA. - ME promovidas pela Quarta Alteração Contratual registrada na Junta Comercial do Paraná - JUCEPAR em 15/07/2009 conforme previsto no artigo 35, caput, inciso II e parágrafos 1º e 2º da Instrução Normativa RFB Nº 1.634 de 06 de maio de 2016.

Art. 2º O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 15/07/2009, termo inicial de vigência do ato alterador declarado nulo.

ALI MOHAMAD JAHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PASSO FUNDO

PORTARIA Nº 7, DE 7 DE MARÇO DE 2018

Delegação de competências.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PASSO FUNDO- RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos art. 336 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, e suas alterações, e objetivando a descentralização administrativa, resolve:

Art. 1º - Delegar competência ao chefe da Seção de Controle e Acompanhamento Tributário - Sacat e, nas suas faltas ou impedimentos, ao respectivo substituto para praticar os atos de que trata o artigo 3º, inciso I, da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15, de 15 de dezembro de 2009, e os constantes nos incisos I e II, do artigo 20 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06, de 22 de julho de 2009.

Art. 2º - Delegar competência aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (AFRFB) lotados na Sacat para decidir, de ofício ou a requerimento do contribuinte, a respeito de cancelamento ou reativação de declarações.

Art. 3º - Revogar os artigos 4º ao 7º da Portaria nº 15, de 23 de julho de 2012, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Passo Fundo, publicada no DOU em 24 de julho de 2012, alterada pela

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LEANDRO TESSARO RAMOS

COORDENAÇÃO-GERAL DE ATENDIMENTO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Altera o ADE COGEA nº 2, de 17 de janeiro de 2018.

O COORDENADOR-GERAL DE ATENDIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 79 e os incisos II e III do art. 334 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos arts. 16, da IN RFB nº 1782 e 5º da IN RFB nº 1783, declara:

Art. 1º O art. 1º, caput, do ADE Cogea nº 2, de 17/01/2018 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Os serviços relacionados a seguir, vinculados a Dossiê Digital de Atendimento, deverão ser requeridos com apresentação do formulário Solicitação de Abertura de Dossiê Digital de Atendimento - Sodea, nos termos previstos nas Instruções Normativas RFB nº 1782 e 1783, ambas de 11 de janeiro de 2018:"

Art. 2º Fica revogado o inciso XI do art. 1º, do ADE Cogea nº 2, de 17/01/2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTONIO HENRIQUE LINDEMBERG BALTAZAR

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA Nº 199, DE 6 DE MARÇO DE 2018

Aprova os Grandes Resultados e os Objetivos Estratégicos da Secretaria do Tesouro Nacional para o período 2018-2020.

A Secretária do Tesouro Nacional, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista a competência que lhe confere o inciso VI, do art. 132, da Portaria nº 579, de 27.12.2017, e em consonância com o art. 1º da Resolução nº9 CEG/MF, de 29.11.2017, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados para o triênio 2018-2020, os seguintes Grandes Resultados para a Secretaria do Tesouro Nacional (STN):

I - Melhorar o relacionamento e a comunicação com a sociedade;

II - Promover junto à sociedade a cultura da responsabilidade fiscal como um valor em si;

III - Promover a consolidação fiscal e a qualidade do gasto público, com transparência e credibilidade;

IV - Aumentar a participação da STN nas discussões de política fiscal e de política pública;

V - Readequar a organização, suas lideranças e sua capacidade de planejamento e inovação.

Art. 2º Para viabilizar o alcance desses Grandes Resultados, ficam estabelecidos os seguintes Objetivos Estratégicos, para o mesmo período:

I - Conscientizar o cidadão e os agentes públicos das consequências fiscais das escolhas públicas, com o aprimoramento dos instrumentos de transparência e comunicação;

II - Aprimorar a capacidade institucional para uma comunicação efetiva com a sociedade e desenvolver parcerias, conteúdos e canais adequados para cada público;

III - Melhorar a qualidade das informações contábeis e fiscais;

IV - Promover ações para dar suporte à consolidação fiscal e à estabilização do endividamento público;

V - Promover o equilíbrio e a sustentabilidade das estatais federais;

VI - Aumentar a eficiência na gestão dos ativos e passivos da União;

VII - Consolidar a avaliação permanente das políticas públicas;

VIII - Fortalecer o processo institucional orçamentário e financeiro;

IX - Fortalecer o Pacto Federativo, mediante o reequilíbrio da participação da União na relação com os entes subnacionais;

X - Aprimorar o relacionamento com os principais atores do Governo Federal, demais Poderes e Instituições e Entes Subnacionais;

XI - Melhorar a efetividade da STN, por meio da racionalização da estrutura, da otimização de recursos e da inovação;

XII - Promover o engajamento e o sentimento de pertencimento, solidificando a identidade do Tesouro Nacional;

XIII - Desenvolver e reter servidores de alto potencial, por meio de formação e sucessão de líderes e valorização do perfil técnico.

Art. 3º Os Grandes Resultados e os Objetivos Estratégicos orientarão a construção dos ciclos anuais de planejamento estratégico no período a que se refere.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 187, DE 6 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 41572.5285 e Juntada 0102974, resolve:

Art. 1º Aprovar o 1º termo aditivo a convênio de adesão da empresa Cargill Agricola S/A., CNPJ nº 60.498.706/0001-57, dentre outras, na condição de patrocinadoras do Plano de Aposentadoria Cargillprev, CNPB nº 1988.0008-74, e a entidade CargillPrev Sociedade de Previdência Complementar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 189, DE 7 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.000694/2018-69, e, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 3º da Instrução Previc nº 33, de 1º de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, o convênio de adesão celebrado entre a empresa Ciatech Tecnologia Educacional Ltda., CNPJ nº 01.367.958/0001-88, dentre outras, na condição de patrocinadora do Plano Folha Prev - CNPB nº 1997.0002-29, e a entidade MultiPensions Bradesco - Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

PORTARIA Nº 190, DE 7 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo SEI nº 44011.000691/2018-25, e, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 3º da Instrução Previc nº 33, de 1º de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, o convênio de adesão celebrado entre a empresa Unigel Participações S/A., CNPJ nº 05.303.439/0001-07, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Unigel Prev - CNPB nº 2011.0011-29, e a entidade MultiBRA FUNDO DE PENSÃO.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 806, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, considerando o disposto no inciso III do artigo 4º da Lei Complementar n. 126, de 15 de janeiro de 2007, com base no artigo 18 do Anexo I da Resolução CNSP n. 330, de 9 de dezembro de 2015 e o que consta do Processo Susep 15414.635578/2017-43, resolve:

Art. 1º Suspender o cadastro de SEGUROS INBURSA, S.A., sociedade organizada e existente de acordo com as leis dos Estados Unidos Mexicanos, como ressegurador eventual, concedido pela Portaria SUSEP/DIRAT n. 9, de 18 de junho de 2010, com fulcro na alínea d do inciso II do artigo 40 do Anexo I da Resolução CNSP n. 330, de 9 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 807, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966, combinada com o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-Lei n. 261, de 28 de fevereiro de 1967 e o que consta do processo Susep 15414.635859/2017-04, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomada pelos acionistas de CARDIF CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ n. 11.467.788/0001-67, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de novembro de 2017:

I - Destituição e eleição de administradores;

II - Alteração do endereço da sede social para a Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, Torre Sul, 8º andar, conjunto 81, parte, Vila Nova Conceição, Condomínio São Paulo Corporate Towers, CEP 04543-907, São Paulo - SP; e

III - Reforma do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 808, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.614122/2017-40, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de ARGO SEGUROS BRASIL S.A., CNPJ n. 14.868.712/0001-31, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 22 de maio de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 809, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.635862/2017-10, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S.A., CNPJ n. 08.279.191/0001-84, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de novembro de 2017:

I - Destituição e eleição de administradores;

II - Alteração do endereço da sede social para Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, Torre Sul, 8º andar, conjunto 81, parte, Vila Nova Conceição, Condomínio São Paulo Corporte Towers, CEP 04543-907, São Paulo - SP; e

III - Reforma do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 810, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da SUSEP, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.635863/2017-64, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ n. 03.546.261/0001-08, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de novembro de 2017:

II - Alteração do endereço da sede social para Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, Torre Sul, 8º andar, conjunto 81, parte, Vila Nova Conceição, Condomínio São Paulo Corporate Towers, CEP 04543-907, São Paulo - SP; e

III - Reforma do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

PORTARIA Nº 402-SEI, DE 2 DE MARÇO DE 2018

Cancelar Licenças de Pescador Artesanal Profissional com base no art. 17 da Instrução Normativa MPA nº 6 de 29 de junho de 2012.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA, DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Portaria nº 624, de 26 de junho de 2017, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Medida Provisória 782, de 31 de maio de 2017, Decreto nº 9.067, de 31 de maio de 2017 e do que constam nos processos: 00365.002929/2011-03; 00365.003468/2014-21; 00365.002692/2012-33; 00365.002629/2011-16; 00365.001552/2014-18; 00365.002708/2012-16; 00365.001222/2012-52; 00365.003444/2014-71; 00365.002017/2011-23; 00365.001217/2012-40; 00365.001532/2014-39; 00365.001947/2010-89; 00365.003509/2014-89; 00365.002086/2010-56; 00365.001030/2013-27; 00365.001192/2010-12; 00365.004080/2014-47; 00365.002886/2010-77; 00365.000761/2007-15; 00365.003512/2014-01; 00365.003529/2004-88; 00365.008571/2013-86; 00365.001219/2012-39; 00365.003525/2014-71; 00365.001066/2013-19; 00365.003484/2014-13; 00365.001313/2012-98; 00365.002705/2012-74; 00365.003485/2014-68; resolve:

Art. 1º Determinar, com fundamento no inciso I do art.17 da Instrução Normativa MPA nº 6 de 29 de junho de 2012, o cancelamento do registro de pescadores profissionais, efetivados no estado da Paraíba, conforme relação nominal do Anexo I.

Art. 2º Esta minuta de portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DAYVSON FRANKLIN DE SOUZA

ANEXO I

Nº	NOME	UF	CPF	MOTIVO DO CANCELAMENTO
1	Abinete Pereira de Sousa	PB	074.306.624-39	Art. 17 inciso I
2	Adauto Júnior Medeiros de Araújo	PB	702.058.524-83	Art. 17 inciso I
3	Alice Pereira de Moura	PB	098.523.614-06	Art. 17 inciso I
4	Antônia Gomes Soares Cabral	PB	030.147.584-83	Art. 17 inciso I
5	Chistiana Leite Rocha	PB	070.970.294-98	Art. 17 inciso I
6	Edmilson Batista dos Santos	PB	043.208.464-94	Art. 17 inciso I
7	Francisca Cipriano da Silva	PB	047.402.294-39	Art. 17 inciso I
8	Francisca Maria de Almeida Soares	PB	048.223.884-41	Art. 17 inciso I
9	Francisca Nelba Mendes Figueiredo	PB	076.575.424-03	Art. 17 inciso I
10	Jeovane Domingos Lima	PB	100.150.994-31	Art. 17 inciso I
11	João Cleopi Bezerra Gomes	PB	036.465.574-78	Art. 17 inciso I
12	João Pereira da Silva	PB	683.455.934-53	Art. 17 inciso I
13	Josefa Pinheiro de Moura	PB	035.817.754-50	Art. 17 inciso I
14	José Moraes de Mariz	PB	031.660.138-14	Art. 17 inciso I
15	Lindalva Rosa Cabral	PB	024.674.354-90	Art. 17 inciso I
16	Lúcia Maria Monteiro da Silva	PB	001.776.674-51	Art. 17 inciso I
17	Lucileide Alves Pedrosa	PB	042.647.124-59	Art. 17 inciso I
18	Lucineide Bezerra Braga	PB	074.006.134-80	Art. 17 inciso I
19	Luiz Araújo de Lima	PB	602.086.194-53	Art. 17 inciso I
20	Manoela Soares de Sousa	PB	083.200.884-29	Art. 17 inciso I
21	Marluce Morais Silva	PB	022.920.144-08	Art. 17 inciso I
22	Maria Cilma Ramalho	PB	101.641.578-83	Art. 17 inciso I
23	Maria dos Santos Silva	PB	440.483.274-53	Art. 17 inciso I
24	Maria Wigna Bezerra dos Santos Alexandre	PB	105.596.794-08	Art. 17 inciso I
25	Paulo Guerreiro de Sousa	PB	853.123.803-00	Art. 17 inciso I
26	Raimunda Alexandre da Silva	PB	084.307.184-27	Art. 17 inciso I
27	Rubens Cruz Gomes	PB	070.233.054-08	Art. 17 inciso I
28	Silvana Alves de Moura	PB	072.797.694-03	Art. 17 inciso I
29	Susia Importe dos Santos	PB	077.959.624-24	Art. 17 inciso I

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 62, DE 7 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.000358/2012-31, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de Recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 706, de 17 de dezembro de 2012, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Engenheiro Caldas - MG, para ações de Defesa Civil, para até 06/06/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 63, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
MG	Ouro Verde de Minas	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	07	05/02/18	59051.005027/2018-73
PA	Santa Maria das Barreiras	Enxurradas - 1.2.2.0.0	2978	15/02/18	59051.005097/2018-21
PA	São Félix do Xingu	Inundações - 1.2.1.0.0	1636	15/02/18	59051.005153/2018-28

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 64, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Reconhece situação de emergência por procedimento sumário em município do Estado do Rio de Janeiro/RJ.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer, sumariamente, a situação de emergência no município de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro/RJ, em função de desastre de Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - COBRADE 1.3.2.1.4, DECRETO Nº 338, DATA 05/03/18.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

COORDENAÇÃO-GERAL PROCESSUAL

PAUTA DA 119ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO A SER REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2018

Dia: 14.03.2018
Início: 10h
Processo Administrativo nº 08012.002673/2007-51
Representante: Associação Nacional dos Fabricantes de Autopeças - Anfape
Advogados: Neide Teresinha Malard, Leonardo Ribas e outros
Representadas: Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotivos Ltda., Fiat Automóveis S.A. e Ford Motor Company Brasil Ltda.
Advogados: José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Renata Foizer Silva, Lauro Celidonio Neto, Polliana Libório, Ricardo Inglez de Souza, Stefanie Schmitt e outros
Terceiros interessados: Auto Trend Peças e Acessórios Ltda., Força Sindical; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo, Mogi das Cruzes e Região; Associação do Mercado de Autopeças do Rio de Janeiro (AMAP-RJ); Orgus Indústria e Comércio Ltda; Sivespes; Sincopeças-GO; Sincopeças-RS; Sindiauto; Sincopeças-PR; Fórum Latino Americano de Defesa do Consumidor (FEDC) e Sindifupi - Sindicato da Indústria de Funilaria Automotiva do Estado de São Paulo
Advogados: Laercio N. Farina; Natália Ferraz Granja, Antonio Rosella, Renato Antonio Villa Custódio, Lia Rosella, Marta Braga Rocchi, Sidnei de Carvalho Guedes, Ruben Dario Leme Cavalheiro, Ronaldo Alvair dos Santos, Amâncio da Conceição Machado, Marcela Rocha Machado, Leopoldo Araújo Chaves e Alexandre Cardoso Chaves
Relator: Conselheiro Paulo Burnier da Silveira
Voto-Vista: Conselheiro João Paulo de Resende
Ato de Concentração nº 08700.004431/2017-16
Requerentes:Itaú Unibanco S.A. e XP Investimentos S.A.
Advogados: Barbara Rosenberg, Lauro Celidonio Neto e outros
Relator: Conselheiro Paulo Burnier da Silveira
Requerimento de TCC nº 08700.005133/2017-43
Requerente: Acesso Restrito
Advogado: Acesso Restrito

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 8 DE MARÇO DE 2018

Nº 286 - Processo Administrativo nº 08700.008413/2014-60 (relacionado ao Apartado Restrito nº 08700.012467/2014-20). Representante: Cade ex officio. Representados: Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Dowertech da Amazonia Indústria de Instrumentos Eletrônicos Ltda., Eletra Energy Solutions, Elo Sistemas Eletrônicos S.A., Elster Medição de Energia Ltda., FAE Ferragens e Aparelhos Elétricos S/A, Itron Sistemas e Tecnologia Ltda., Itron Soluções para Energia e Água Ltda., Itron, Inc., Landis+Gyr Equipamentos de Medição Ltda., Nansen S.A. Instrumentos de Precisão, Alex Saucier, Álvaro Dias Junior, Atila Cingano, Carlos Magno Alves, Carlos Sérgio Marques Leal, Claudia Onoda, Danilo Murta Coimbra, Eduardo Paoliello, Emerson Souza, Everton Peter Santos da Rosa, Fábio Fukunaga, Gadner Falcovski Vieira, Geraldo de Assis Guimarães Junior, Gilberto Rolim Teixeira, Helio Lippert da Silva, João José Peixoto, Luciano José Goulart Ribeiro, Luís Paulo Elustondo, Marcelo Miziara Assef, Marcos Antônio Rizzo Mendonça, Mário Henrique Sanchez, Nilo Abreu de Menezes, Renzo Rodrigues Sudario da Silva, Roberto Barbieri, Ronaldo Borges Paiva, Samuel Chagas Lee, Waldecy dos Santos Rocha e Vinícius Bezerra de Souza. Advogados: Eduardo Caminati Anders, Flávia Chiquito dos Santos, Fabíola Carolina Lisboa Cammarota de Abreu, Ricardo Lara Gaillard, Fábio Brun Goldschimidt, Branca Adaime, José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Tito Amaral de Andrade, Maria Eugênia Novis, Maria Cibele Crepaldi Affonso dos Santos, André Gomes Leão, Olavo Zago Chinaglia, Fernando Stival, Lauro Celidonio Neto, Michelle Marques Machado, Cristiane Henrique Vieira, Andrei Cassiano, Leandro Ricardo Adaime, Carla Maria Marques Leal, Marcelo Bevilacqua da Cunha, José Roberto da Silva, Rogério Carmona Bianco, Luís Gustavo Haddad, Daniela Maria Rosa Nascimento, Léo Iolovicth, Joel Picinini, Vicente Bagnoli, Alexandre Augusto Reis Bastos, Catia Zillo Martini, Anderson Ribeiro da Fonseca, Ricardo Franco Botelho, Aurélio Marchini Santos, Itamar de Carvalho Júnior, Geraldo Figueiredo Júnior, Flávio Araújo Rodrigues Torres, José Renato Camilotti, Fernando Ferreira Castellani, Haroldo de Almeida, Frederico Dunice Pereira Brito, Vamilson José Costa, Lívia Kachvartanian Salaro, Juliana Galvão Rocha de Almeida Prado e Marcelo Sartori. Acolho a Nota Técnica nº 27/2018/CGAA, e, com fulcro no §1º do 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica, decido: (a) pelo deferimento do pedido de prova testemunhal requerido por Emerson de Souza, e, consequentemente, pela notificação das testemunhas Alexandre Voto, Alberto Leonardo Suby e Juliana Silva dos Santos para que compareçam à sede do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, nos dias e horários definidos na Nota Técnica e (b) ficam notificados todos os Representados acerca das datas e dos horários designados para a realização das oitivas.

Nº 297 - Ato de Concentração nº 08700.007777/2017-76. Requerentes: Praxair, Inc. e Linde AG. Advogados: Eduardo Caminati Anders, Leda Batista da S. D. de Lima, Barbara Rosenberg, Luís Bernardo Cascão e outros. Acolho a Nota Técnica nº 3/2018/CGAA4/SGA1/SG/Cade (doc. Sei nº 0451059) e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei Federal nº 9.784/1999, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação, para, nos termos do artigo 56 da Lei Federal 12.529/2011 e do artigo 160 do Regimento Interno do Cade, declarar o Ato de Concentração nº 08700.007777/2017-76 complexo e determinar a realização das diligências detalhadas na referida Nota Técnica. Esta SG/Cade resguarda ainda a sua faculdade de posteriormente, se for o caso, requerer a dilação do prazo de que tratam os artigos 56, parágrafo único, e 88, §§ 2º e 9º, da Lei Federal nº 12.529/2011, e artigo 160, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Cade, o que, por ora, não se faz necessário.

Nº 298 - Ato de Concentração nº 08700.007262/2017-76. Requerentes: Naspers Ventures B. V., Rocket Internet SE e Delivery Hero AG. Advogados: Amadeu Ribeiro, Marcio Dias Soares, Ana Carolina Bittar e outros. Acolho o Parecer Técnico nº 05/2018/CGAA1/SGA1/SG/CADE, de 08 de março de 2018, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive quanto à sua motivação. Nos termos dos arts. 13, XII, e art. 57, I, da Lei nº 12.529/11, c/c o art. 161, I, do Regimento Interno do Cade, decido pela aprovação sem restrições do presente ato de concentração. Ao Setor Processual.

Nº 300 - Ato de Concentração nº 08700.001448/2018-01. Requerentes: Sucafina Brasil Indústria, Comércio e Exportação Ltda. e MC Coffee do Brasil Ltda. Advogados: José Carlos da Matta Berardo, Paulo Eduardo de Campos Lilla, Marcio C.S. Bueno, Paula Pinedo e outros. Decido pela aprovação, sem restrições.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

PORTARIA Nº 32, DE 6 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, as pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ACHREF ZOUABI - G128021-R, natural da Tunísia, nascido em 07 de outubro de 1991, filho de Amor Ben Ahmed Ben Amor Ben M Barek Zouabi e de Chadelia Bent Hedi Ben Belgacem Ben Othmen Ben Issa Naqui, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 08710.001221/2017-57);

EGUELSON ANDRE - G194797-I, natural da República do Haiti, nascido em 18 de novembro de 1986, filho de Emilio Andre e de Saintanie Letang, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08124.003445/2017-11);

RAUL ANDRES FERNANDEZ - V886523-U, natural da Argentina, nascido em 08 de outubro de 1984, filho de Raul Alberto Fernadez e de Nancy Estela Urquia, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08387.001718/2017-94) e

RAUL DE BIAGI - V654189-L, natural da Itália, nascido em 11 de outubro de 1963, filho de Enrico de Biagi e de Martina Barbieri, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08124.003068/2017-11).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LUIZ PONTEL DE SOUZA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 34, DE 7 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, resolve:

TORNAR SEM EFEITO o registro inserido na Portaria de Naturalização nº 10, de 23 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial de 25 de janeiro de 2018, que concedeu a nacionalidade brasileira, por naturalização, nos termos do artigo 12 inciso II alínea "a" da Constituição Federal, a DEEPAK KUMAR SINGH, RNE V776438-Y, natural da Índia, nascido em 24 de julho de 1985, filho de Ram Singh e de Pushpa Singh, tendo em vista tratar-se de homônimo do requerente do processo nº 08390.300688/2016-66.

LUIZ PONTEL DE SOUZA

DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS

Considerando a manifestação favorável do Ministério do Trabalho, nos termos do art. 111, § 1º e 2°, do Decreto nº 86.715, de 10/12/1981 em vigor na data de atuação, DEFIRO o pedido de mudança de empregador dos processos abaixo relacionados:

Processo nº 47041.003035/2017-34 - NICOLAS VILLAR DIAZ, até 30/11/2018

Processo nº 47041.003176/2017-57 - PROMILA BISHT, até 13/10/2017

Da análise dos autos constatou-se, por meio do atestado de antecedentes criminais, que o Interessado foi condenado criminalmente em seu país de origem, no entanto, verificou-se que se trata de crimes de menor potencial ofensivo, e também que os referidos crimes foram extintos a mais de 5 anos. Diante de todo o exposto, e com fulcro no art. nº 132 do Decreto nº 9.199/2017, DEFIRO o presente pedido de Autorização de Residência por prazo indeterminado, a título de Reunião Familiar, nos termos do art. 153, do Decreto nº 9199 de 20/11/2017. Outrossim, informo que o(a) estrangeiro(a) deverá ser notificado(a), considerando o disposto no art. 176, § 1º, inciso II, do Decreto em referência. Processo nº 08230014225201536 - JOSE LUIS YURREBASO LECUE

Determino o arquivamento dos processos, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento das exigências formuladas por esta Divisão, abaixo relacionados:

Processo nº 08505.048139/2017-11 - FATME NAYEF FARES

Processo nº 08460.301007/2016-14 - FABRICE KOLA

Processo nº 08505.312665/2016-60 - JIDEOFOR JUDE ODUKWE

Processo nº 08389.003504/2017-32 - KINANA ALKHATEEB

Determino o arquivamento do presente processo, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento integral das exigências formuladas pelo Departamento de Polícia Federal.

Processo nº 08089.003885/2017-34 - FOUAD M. M. NASER

Determino o arquivamento do presente processo, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento integral das exigências formuladas pelo Departamento de Polícia Federal.

Processo nº 08460.016512/2017-39 - VINCENZO MILIOTO

Determino o arquivamento do presente pedido, com fulcro no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o(a) requerente já obteve a permanência definitiva, conforme disposto no Documento SEI nº 5986519.

Processo nº 08506.014072/2017-10 - SHUNJI CHENG

Determino o arquivamento do presente pedido, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que os requerentes já obtiveram a permanência definitiva.

Processo nº 08495.003031/2013-32 - KIRA JEAN ROSE, D FRANKLIN NYMAN, ZENYA ROSE NYMAN, PRESCOTT VON NYMAN ROSE

Considerando que o registro de residência provisória em nome do interessado, concedido com fundamento na Lei 11.961/2009, foi excluído pela Policia Federal, em razão da constatação de suposta fraude na documentação apresentada, conforme informação constante nos autos, INDEFIRO O PEDIDO de transformação de residência provisória em permanente. Processo nº 08505.001076/2012-25 - AIJIAO LAN

INDEFIRO o presente pedido, tendo em vista a constatação de que a prole brasileira não vive sob a guarda e dependência econômica do interessado, conforme informação prestada no Relatório da Polícia Federal juntado nos autos. Processo nº 08494.000155/2018-81 - GEORG REINHARD MATHIAS HOFMANN

INDEFIRO o presente processo de autorização de residência com base em cônjuge brasileiro (a), considerando que em diligências procedidas pelo Departamento de Policia Federal verificou-se que o casal encontra-se separado de fato.

Processo nº 08280.020583/2017-54 - MASSAMBA DODIANE TOURE

Processo nº 08505.069055/2017-11 - REDOUANE EL GHALY

INDEFIRO o presente processo de autorização de residência, com base em reunião familiar, considerando que em diligências procedidas pelo Departamento de Policia Federal não restou comprovada a existência da união estável de fato.

Processo nº 08505.069999/2017-99 - YUNXIANG WEI

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO o presente pedido tendo em vista que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo.

Processo nº 08505.059439/2017-26 - KOMLANVI AKPATOU

ISMAEL SILVA MACEDO
Chefe

DESPACHOS

DEFIRO os pedidos de renovação da autorização de residência, nos termos do art. 146 do Decreto 9.199/17, abaixo relacionados:

Processo nº 08000.000777/2018-13 - WILMER EDILBERTO BARRETO ALFEREZ, até 23/02/2019

Processo nº 08460.017772/2017-21 - WEICHAO WANG, até 26/12/2018

Processo nº 08000.070256/2017-42 - JERSON ALEXIS PINZON AMOROCHO, até 23/01/2019.

Processo nº 08460.017516/2017-34 - ELIZANGELA FERNANDES AMBROSIO, até 08/02/2019.

Processo nº 08460.017452/2017-71 - TIFFANY SHELDINA YARDE, até 10/01/2019.

Processo nº 08460.017269/2017-76 - MD MAFUZUL HUQ, até 29/01/2019

Processo nº 08460.016943/2017-03 - JORZINDA DA VEIGA DA LUZ, até 16/01/2019.

Processo nº 08460.017105/2017-49 - MANUEL ERICSSON ANTONIO FELICIANO, até 31/11/2018.

DEFIRO o presente pedido de renovação da autorização de residência, até: 21/12/2018, nos termos do art. 146 do Decreto 9.199/17. Outrossim, informo que o(a) estrangeiro(a) deverá ser notificado(a), considerando o disposto no art. 176, § 1°, do Decreto em referência.

Processo nº 08270.010667/2016-18 - NOEL ARMINDO BATICÃ FERREIRA

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
Pela Delegação de Competência

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 36, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Filme: MINHA FAMA DE MAU (Brasil - 2017)
Produtor(es): Indiana
Diretor(es): Lui Farias
Distribuidor(es): Freespirit Distribuidora de Filmes Ltda / Downtown Filmes
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Biografia/Cultural/Musical
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.005474/2018-97
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Show Musical: ONE REPUBLIC - LIVE IN SOUTH AFRICA (Reino Unido - 2018)
Produtor(es): One Republic, LLC
Diretor(es): Scot Mcfadyen/Sam Dunn
Distribuidor(es): Universal Music International Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.005572/2018-24
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: MARIA MADALENA (MARY MAGDALENE, Reino Unido - 2018)
Produtor(es): Universal Pictures International Production
Diretor(es): Garth Davis
Distribuidor(es): UNIVERSAL PICTURES INTERNATIONAL BRAZIL LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama/Biografia
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.006320/2018-12
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: ROMAN J. ISRAEL (ROMAN J. ISRAEL, ESQ., Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Michael Hefferson/Michael J. Luisi
Diretor(es): Dan Gilroy
Distribuidor(es): SONY PICTURES HE DO BRASIL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.006584/2018-76
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: THE HURRICANE HEIST (Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): Karen Elise Baldwin/Mark Damon
Diretor(es): Rob Cohen
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Ação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.007584/2018-93
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: WI-FI RALPH (RALPH BREAKS THE INTERNET - WRECK IT RALPH2, Estados Unidos da América - 2018)
Diretor(es): Rich Moore/Phil Johnston
Distribuidor(es): The Walt Disney Company (Brasil) Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação
Tipo de Material Analisado: Pen Drive
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.007891/2018-74
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: HEREDITÁRIO (HEREDITARY, Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): Kevin Scott Frakes/Lars Knudsen/Buddy Patrick
Diretor(es): Ari Aster
Distribuidor(es): DIAMOND FILMS DO BRASIL PRODUÇÃO E DISTRIBUIDORA AUDIOVISUAL LTDA
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama/Terror
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.007892/2018-19
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: O RETORNO DE MARY POPPINS (MARY POPPINS RETURNS, Estados Unidos da América - 2018)
Diretor(es): Rob Marshall
Distribuidor(es): The Walt Disney Company (Brasil) Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: Pen Drive
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.008012/2018-21
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Teaser: O DOUTRINADOR - TEASER (O DOUTRINADOR, Brasil - 2017)
Produtor(es): Sandi Adamiu/Bruno Wainer/Marcio Fraccaroli
Diretor(es): Gustavo Bonafé
Distribuidor(es): Freespirit Distribuidora de Filmes Ltda / Downtown Filmes
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Aventura
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.008017/2018-54
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Conjunto de Episódios: SOU AMOR (Brasil - 2017)
Episódio(s): 01 A 13
Produtor(es): Delícia Filmes
Diretor(es): Criz Azzi/André Amparo
Distribuidor(es): EBC
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.000148/2018-12
Requerente: CRISTIANO T. AZZI - ME

Filme: A BATALHA DOS DELEGADOS (Brasil - 2017)
Produtor(es): José do Nascimento Júnior
Diretor(es): José do Nascimento Júnior
Distribuidor(es): JOSÉ DO NASCIMENTO JÚNIOR (JOTA FILMES)
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000224/2018-81
Requerente: JOSÉ DO NASCIMENTO JÚNIOR

Trailer: EM UM MUNDO INTERIOR (Brasil - 2017)
Produtor(es): Kinoscópio
Diretor(es): Flavio Frederico/Mariana Pamplona
Distribuidor(es): ELO COMPANY
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000250/2018-18
Requerente: ELO COMPANY

Trailer: QUERIDA MAMÃE (Brasil - 2017)
Produtor(es): Moonshot Pictures
Diretor(es): Jeremias Moreira
Distribuidor(es): ELO COMPANY
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000251/2018-54
Requerente: ELO COMPANY

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

PORTARIA Nº 37, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Título: KNIGHTS OF VALOUR (Alemanha - 2015)
Produtor(es): GAMESINFLAMES UG
Distribuidor(es): SONY ENTERTAINMENT
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Categoria: Arcade/Ação/Luta
Plataforma: PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000022/2018-30
Requerente: GAMESINFLAMES UG

Título: MUV-LUV ALTERNATIVE (Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): PQUBE LIMITED
Distribuidor(es): TBC
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Categoria: RPG
Plataforma: PlayStation Vita
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezoito anos
Contém: Conteúdo impactante , Conteúdo Sexual e Violência
Processo: 08017.000225/2018-26
Requerente: BRYCE HSIAO

Título: MUV-LUV (Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): PQUBE LIMITED
Distribuidor(es): TBC
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Categoria: RPG
Plataforma: PlayStation Vita
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000226/2018-71
Requerente: BRYCE HSIAO

Título: ALL-STAR FRUIT RACING (Estados Unidos da América - 2028)
Produtor(es): PQUBE LIMITED
Distribuidor(es): TBC
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Corrida
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4/Nintendo Switch
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000258/2018-76
Requerente: HARRISON LEWIS

Título: THE WITNESS (Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): THEKLA, INC.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Categoria: Aventura/Puzzle
Plataforma: Computador/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08017.000264/2018-23
Requerente: THEKLA, INC.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

PORTARIA Nº 38, DE 3 DE MARÇO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Título: SHADOWRUN

Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos

Categoria: Cyberpunk/Histórico/Fantasia/Fantasia Medieval

Tipo de Material Analisado: Livro

Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos

Contém: Conteúdo Sexual , Linguagem Imprópria e Violência

Processo: 08017.001509/2017-59

Requerente: FRATERNIDADE EDITORA LTDA. ME

A classificação da obra desta Portaria é baseada apenas no texto do respectivo livro .

Consequências adversas motivadas pela prática dos jogos de RPG são de responsabilidade exclusiva de seus autores e editores.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

DESPACHO Nº 40, DE 3 DE MARÇO DE 2018

Processo MJ nº: 08017.004343/2009-12
Título: BAYONETTA

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 8, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 7 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014;

CONSIDERANDO que uma revisão processual em face de relançamento constatou que houve vício durante o processo original de classificação do jogo em 2009, com troca acidental de documentos que culminou em atribuição equivocada de classificação indicativa. resolve:

Em nova análise retificadora, determinar a revisão da classificação para "não recomendado para menores de 16 anos", por conter "Violência, Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas".

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 491, DE 1º DE MARÇO DE 2018

Altera a Portaria n° 2.717/GM/MS, de 13 de dezembro de 2016, que estabelece os critérios e os procedimentos específicos para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional, no âmbito do Ministério da Saúde, com vistas a percepção da Gratificação de Desempenho de Atividade de Infraestrutura (GDAIE).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do artigo 87 da Constituição, e

Considerando o disposto na Lei n° 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior;

Considerando o disposto no Decreto n° 8.107, de 6 setembro de 2013, que regulamenta a Lei no 11.539, de 8 de novembro de 2007; e

Considerando o disposto na Portaria n° 103/SEGEP/MP, de 12 de maio de 2014, que estabelece diretrizes gerais para a concessão da Gratificação de Desempenho de Atividade de Infraestrutura (GDAIE), resolve:

Art. 1° A Portaria n° 2.717/GM/MS, de 13 de dezembro de 2016 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11. .....

§ 2° A pontuação a ser atribuída aos servidores equivalerá ao mínimo de 3 (três) e ao máximo de 9 (nove) pontos, em função do percentual de cumprimento das respectivas metas pactuadas, conforme escala a seguir:

I - Percentual de cumprimento da meta de desempenho individual superior a 75% (setenta e cinco por cento): atribuição de 9 (nove) pontos;

II - Percentual de cumprimento da meta de desempenho individual superior a 50 (cinquenta) e menor ou igual a 75% (setenta e cinco por cento): atribuição de 7 (sete) pontos;

III - Percentual de cumprimento da meta de desempenho individual superior a 25 (vinte e cinco) e menor ou igual a 50% (cinquenta por cento): atribuição de 5 (cinco) pontos. ....." (NR)

"Art. 17. São consideradas unidades de avaliação, para os fins desta Portaria, as seguintes unidades administrativas do Ministério da Saúde: .....

XVIII - Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCa);

XIX - Corregedoria-Geral do Ministério da Saúde (CORREG); e

XX - Assessoria Especial de Controle Interno (AECI)." (NR)

Art. 2° Os anexos I a IV à Portaria nº 2.717/GM/MS, de 13 de dezembro de 2016, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos anexos I a IV a esta Portaria.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

FORMULÁRIO DO PLANO DE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO										
1. CICLO DE AVALIAÇÃO:										
2. UNIDADE ORGANIZACIONAL (UNIDADE DE AVALIAÇÃO):										
GESTOR DA UNIDADE										
3. NOME:										
GESTOR DO PLANO DE TRABALHO										
4. MATRÍCULA:	5. NOME:									
6. E-MAIL:										
7. Ações mais representativas da unidade:										
8. Atividades, projetos ou processos em que se desdobram as ações:										
9. INDICADORES DE AÇÃO / INDICADORES DE OBJETIVOS DE CONTRIBUIÇÃO (Metas intermediárias de desempenho institucional):										
10. UNIDADE ORGANIZACIONAL (EQUIPE DE TRABALHO NO MS):										
11. META INTERMEDIÁRIA DA EQUIPE:										
12. UNIDADE PAGADORA:		13. MUNICÍPIO/UF:								
CHEFE DE EQUIPE										
14. MATRÍCULA:		15. NOME:								
16. E-MAIL:										
AVALIADOR										
17. MATRÍCULA:		18. NOME:								
19. CARGO:		20. FUNÇÃO:								
21. E-MAIL:										
AVALIADO										
22. MATRÍCULA:	23. NOME:									
24. GRUPO/CARGO:	25. UNIDADE DE EXERCÍCIO:			26. SITUAÇÃO FUNCIONAL:						
27. E-MAIL	28. UNIDADE DE LOTAÇÃO:			29. RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO:						
AVALIAÇÃO DA META INDIVIDUAL										
30. Meta individual		31. Escala da meta individual								32. Pontuação
1) Descrição da Meta			>75%			PONTOS: 9				
			>50% e <= 75%			PONTOS: 7				
			>25% e <= 50%			PONTOS: 5				
			<= 25%			PONTOS: 3				
ACOMPANHAMENTO DAS METAS INDIVIDUAIS										
	33. Descrição do acompanhamento									
ACOMPANHAMENTO	Análise do Avaliador									
	Análise do Avaliado									

AVALIAÇÃO DE FATORES MÍNIMOS DE COMPETÊNCIAS										
Escala	Conceito									
4	Desempenho superior									
3	Desempenho médio superior									
2	Desempenho médio inferior									
1	Desempenho inferior									
Fatores Mínimos de Competências/Conceito	Peso	34. Evidências			4	3	2	1	35. Justificativa	36. Pontuação
1. CAPACIDADE TÉCNICA: Atuar na organização, análise e melhoria dos processos de trabalho de sua área, demonstrando conhecimento técnico sobre planejamento, formulação, execução, monitoramento e avaliação das ações, programas e políticas públicas, observando os prazos e a qualidade estabelecidos para o alcance dos objetivos organizacionais.	0,125	Habilidade (H)	1H1	Atua na organização com análise e proposição de melhoria nos processos de trabalho.						
		Conhecimento (C)	1C1	Demonstra conhecimento técnico sobre planejamento, formulação e execução nos programas e nas políticas de saúde.						
			1C2	Demonstra conhecimento técnico em monitoramento e avaliaçao das ações em políticas de saúde.						
		Habilidade (H)	1H2	Atende ao prazos com a qualidade estabelecida para o alcance dos objetivos organizacionais.						
2. COMPROMETIMENTO COM O TRABALHO: Orientar o desempenho das atividades profissionais com resolubilidade, para o alcance dos objetivos organizacionais e geração de valor público sustentável.	0,125	Conhecimento (C)	2C1	Conhece os objetivos organizacionais.						
		Habilidade (H)	2H1	Executa suas atividades alinhando-as aos objetivos organizacionais.						
			2H2	Contribui para a melhoria da execução das atividades.						
			2H3	Cumpre os compromissos estabelecidos na execução de suas atividades.						
3. CUMPRIMENTO DE NORMAS DE PROCEDIMENTO E DE CONDUTA: Desempenhar o trabalho com conhecimento sobre os procedimentos, normas e padrões éticos e de	0,125	Conhecimento (C)	3C1	Conhece as normas de procedimentos relacionadas às atribuições de seu cargo.						

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

conduta necessários para exercer suas atividades, de acordo com os princípios da Administração Pública.					
			3C2	Conhece as normas de conduta relacionadas aos princípios da Administração Pública.	
		Habilidade (H)	3H1	Executa o trabalho em conformidade com as normas de procedimento relacionadas às atribuições de seu cargo.	
			3H2	Executa o trabalho em conformidade com as normas de conduta relacionadas aos princípios da Administração Pública.	
4. TRABALHO EM EQUIPE: Cooperar e participar ativamente das equipes de trabalho ou rede de colaboradores e parceiros, facilitando o processo de integração, com vistas a atingir os objetivos propostos e os resultados esperados.	0,125	Conhecimento (C)	4C1	Conhece os objetivos de trabalho da equipe.	
		Habilidade (H)	4H1	Interage de maneira cooperativa com os membros de sua equipe.	
			4H2	Facilita a integração dos membros de sua equipe.	
			4H3	Colabora com os membros de sua equipe no desempenho das atividades.	

37. CAPACITAÇÃO/ADEQUAÇÃO FUNCIONAL
1) Sugere ação de capacitação? ( ) SIM ( ) NÃO
2) Sugere adequação funcional? ( ) SIM ( ) NÃO

RESULTADOS	PONTUAÇÃO
38. RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA CHEFIA IMEDIATA	
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE META INDIVIDUAL =	
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE FATORES MÍNIMOS DE COMPETÊNCIAS =	
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL =	
39. RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL APÓS RECONSIDERAÇÃO	
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE META INDIVIDUAL =	
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE FATORES MÍNIMOS DE COMPETÊNCIAS =	
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL =	
40. RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL APÓS RECURSO	
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE META INDIVIDUAL =	
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE FATORES MÍNIMOS DE COMPETÊNCIAS =	
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL =	
41. RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL =	
42. RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO =	
43. Data:	
44. Assinatura do Avaliado: _____	45. Assinatura do Avaliador: _____
46. UNIDADE ORGANIZACIONAL (EQUIPE DE TRABALHO - CEDIDOS):	
47. UNIDADE PAGADORA:	
CHEFE DE EQUIPE:	
48. MATRÍCULA:	49. NOME:
50. E-MAIL:	
IDENTIFICAÇÃO DE CEDIDOS	
AVALIADO	
51. ÓRGÃO DE LOTAÇAO:	52. MUNICÍPIO/UF:
53. MATRÍCULA:	54. NOME:
55. GRUPO/CARGO:	56. UNIDADE DE EXERCÍCIO: / 57. SITUAÇÃO FUNCIONAL:
58. E-MAIL	59. RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO:
AVALIADOR	
60. MATRÍCULA:	61. NOME:
62. CARGO:	63. FUNÇÃO:
64. ÓRGÃO (MS/EXTERNO):	65. E-MAIL:

AVALIAÇÃO DE FATORES MÍNIMOS DE COMPETÊNCIAS

Escala	Conceito
4	Desempenho superior
3	Desempenho médio superior
2	Desempenho médio inferior
1	Desempenho inferior

Fatores Mínimos de Competências/Conceito	Peso	66. Evidências		4	3	2	1	67. Justificativa	68. Pontuação
1. CAPACIDADE TÉCNICA: Atuar na organização, análise e melhoria dos processos de trabalho de sua área, demonstrando conhecimento técnico sobre planejamento, formulação, execução, monitoramento e avaliação das ações, programas e políticas públicas, observando os prazos e a qualidade estabelecidos para o alcance dos objetivos organizacionais.	0,31	Habilidade(H)	1H1	Atua na organização com análise e proposição de melhoria nos processos de trabalho.					
		Conhecimento (C)	1C1	Demonstra conhecimento técnico sobre planejamento, formulação e execução nos programas e nas políticas de saúde.					
		Conhecimento (C)	1C2	Demonstra conhecimento técnico em monitoramento e avaliaçao das ações em políticas de saúde.					
		Habilidade(H)	1H2	Atende ao prazos com a qualidade estabelecida para o alcance dos objetivos organizacionais.					

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2. COMPROMETIMENTO COM O TRABALHO: Orientar o desempenho das atividades profissionais com resolubilidade, para o alcance dos objetivos organizacionais e geração de valor público sustentável.	0,31	Conhecimento (C)	2C1	Conhece os objetivos organizacionais.	
		Habilidade (H)	2H1	Executa suas atividades alinhando-as aos objetivos organizacionais.	
			2H2	Contribui para a melhoria da execução das atividades.	
			2H3	Cumpre os compromissos estabelecidos na execução de suas atividades.	
3. CUMPRIMENTO DE NORMAS DE PROCEDIMENTO E DE CONDUTA: Desempenhar o trabalho com conhecimento sobre os procedimentos, normas e padrões éticos e de conduta necessários para exercer suas atividades, de acordo com os princípios da Administração Pública.	0,31	Conhecimento (C)	3C1	Conhece as normas de procedimentos relacionadas às atribuições de seu cargo.	
			3C2	Conhece as normas de conduta relacionadas aos princípios da Administração Pública.	
		Habilidade (H)	3H1	Executa o trabalho em conformidade com as normas de procedimento relacionadas às atribuições de seu cargo.	
			3H2	Executa o trabalho em conformidade com as normas de conduta relacionadas aos princípios da Administração Pública.	
4. TRABALHO EM EQUIPE: Cooperar e participar ativamente das equipes de trabalho ou rede de colaboradores e parceiros, facilitando o processo de integração, com vistas a atingir os objetivos propostos e os resultados esperados.	0,31	Conhecimento (C)	4C1	Conhece os objetivos de trabalho da equipe.	
		Habilidade (H)	4H1	Interage de maneira cooperativa com os membros de sua equipe.	
			4H2	Facilita a integração dos membros de sua equipe.	
			4H3	Colabora com os membros de sua equipe no desempenho das atividades.	

69. CAPACITAÇÃO/ADEQUAÇÃO FUNCIONAL	
1) Sugere ação de capacitação? ( ) SIM ( ) NÃO	
2) Sugere adequação funcional? ( ) SIM ( ) NÃO	
RESULTADOS	PONTUAÇÃO
70. RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA CHEFIA IMEDIATA	
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE FATORES MÍNIMOS DE COMPETÊNCIAS =	
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL =	
71. RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL APÓS RECONSIDERAÇÃO	
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE FATORES MÍNIMOS DE COMPETÊNCIAS =	
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL =	
72. RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL APÓS RECURSO	
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE FATORES MÍNIMOS DE COMPETÊNCIAS =	
RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL =	
73. RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL =	
74. RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO =	
75. Data:	
76. Assinatura do Avaliado	77. Assinatura do Avaliador

ANEXO II

Ministério da Saúde
Secretaria Executiva
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
Formulário de Avaliação de Desempenho Individual - Avaliação da Chefia

IDENTIFICAÇÃO

Dados do ciclo
Ciclo de avaliação: Período avaliativo:
Unidade organizacional:
Nome da equipe:
Chefe da equipe:
IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADOR
Matrícula: Nome: Cargo:
Função: CPF:
Email: Telefone:
IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADO
Matrícula: Nome: Cargo:
Situação funcional: Unidade de exercício:
Email: CPF: Telefone:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ocorrências

Avaliação da meta individual - Selecione a porcentagem de cumprimento da meta individual que melhor representa o desempenho do avaliado.

O êxito da avaliação depende da disponibilidade do avaliador e do avaliado em participarem do processo com maturidade, ética e respeito mútuo, de acordo com o plano de trabalho estabelecido, cujas metas foram pactuadas com cada servidor antes de cada ciclo de avaliação.

Meta individual	Escala da meta individual		Pontuação
	> 75%	Pontos: 9	
	> 50% e <= 75%	Pontos: 7	
	> 25% e <= 50%	Pontos: 5	
	<= 25%	Pontos: 3	

Avaliação de fatores mínimos de competência

Atribua o valor de 1 a 4 ao desempenho do avaliado, considerando a escala e os conceitos abaixo. A pontuação 1 ou 2 deverá ser obrigatoriamente justificada.

Escala	Conceito
4	Desempenho superior
3	Desempenho médio superior
2	Desempenho médio inferior
1	Desempenho inferior

CAPACIDADE TÉCNICA:

Fatores mínimos de competência/Conceito	Peso	Evidências			4	3	2	1	Pontuação
1. CAPACIDADE TÉCNICA: Atuar na organização, análise e melhoria dos processos de trabalho de sua área, demonstrando conhecimento técnico sobre planejamento, formulação, execução, monitoramento e avaliação das ações, programas e políticas públicas, observando os prazos e a qualidade estabelecidos para o alcance dos objetivos organizacionais.	0.086	Habilidade	1H1	Atua na organização com análise e proposição de melhoria nos processos de trabalho.					
		Conhecimento	1C1	Demonstra conhecimento técnico sobre planejamento, formulação e execução nos programas e nas políticas públicas de saúde.					
		Conhecimento	1C2	Demonstra conhecimento técnico em monitoramento e avaliação das ações em políticas públicas de saúde.					
		Habilidade	1H2	Atende os prazos com a qualidade estabelecida para o alcance dos objetivos organizacionais.					

Justificativa 1H1: _____
Justificativa 1C1: _____
Justificativa 1C2: _____
Justificativa 1H2: _____

COMPROMETIMENTO COM O TRABALHO:

Fatores mínimos de competência/Conceito	Peso	Evidências			4	3	2	1	Pontuação
2.COMPROMETIMENTO COM O TRABALHO: Orientar o desempenho das atividades profissionais com resolubilidade, para o alcance dos objetivos organizacionais e geração de valor público sustentável.	0.086	Conhecimento	2C1	Conhece os objetivos organizacionais.					
		Habilidade	2H1	Executa suas atividades alinhando-as aos objetivos organizacionais.					
		Habilidade	2H2	Contribui para melhoria da execução das atividades.					
		Habilidade	2H3	Cumpre os compromissos estabelecidos na execução de suas atividades.					

Justificativa 2C1: _____
Justificativa 2H1: _____
Justificativa 2H2: _____
Justificativa 2H3: _____

CUMPRIMENTO DE NORMAS DE PROCEDIEMNTO E DE CONDUTA:

Fatores mínimos de competência/Conceito	Peso	Evidências			4	3	2	1	Pontuação
3. CUMPRIMENTO DE NORMAS DE PROCEDIMENTO E DE CONDUTA: Desempenhar o trabalho com conhecimento sobre os procedimentos, normas e padrões éticos e de conduta necessários para exercer suas atividades, de acordo com os princípios da Administração Pública.	0.086	Conhecimento	3C1	Conhece as normas de procedimento relacionadas às atribuições de seu cargo.					
		Conhecimento	3C2	Conhece as normas de conduta relacionadas aos princípios da Administração Pública.					

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Habilidade	3H1	Executa o trabalho em conformidade com as normas de procedimentos relacionadas às atribuições de seu cargo.					
		Habilidade	3H2	Executa o trabalho em conformidade com as normas de conduta relacionadas aos princípios da Administração Pública.					

Justificativa 3C1: _____
Justificativa 3C2: _____
Justificativa 3H1: _____
Justificativa 3H2:
_____
TRABALHO EM EQUIPE:

Fatores mínimos de competência/Conceito	Peso	Evidências			4	3	2	1	Pontuação
4. TRABALHO EM EQUIPE: Cooperar e participar ativamente das equipes de trabalho ou rede de colaboradores e parceiros, facilitando o processo de integração, com vistas a atingir os objetivos propostos e os resultados esperados.	0.086	Conhecimento	4C1	Conhece os objetivos de trabalho da equipe.					
		Habilidade	4H1	Interage de maneira cooperativa com os membros de sua equipe.					
		Habilidade	4H2	Facilita a integração dos membros de sua equipe.					
		Habilidade	4H3	Colabora com os membros de sua equipe no desempenho das atividades.					

Justificativa 4C1: _____
Justificativa 4H1: _____
Justificativa 4H2: _____
Justificativa 4H3: _____

Capacitação/Adequação funcional

Sugere ação de capacitação: ( ) Sim ( ) Não
Sugere adequação funcional: ( ) Sim ( ) Não

Resultados	
	Pontuação
Resultado da avaliação de meta individual:	
Resultado da avaliação de fatores mínimos de competências:	
Resultado da avaliação de desempenho:	

Aceite do resultado da avaliação de desempenho individual

( ) Concordo com o resultado da avaliação ( ) Discordo do resultado da avaliação
Data: ____/____/_____ Data: ____/____/_____
_____ _____
Assinatura do avaliado Assinatura do avaliador

ANEXO III

Ministério da Saúde
Secretaria Executiva
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
Formulário de pedido de Reconsideração de Avaliação de Desempenho Individual-Chefia

IDENTIFICAÇÃO

Dados do ciclo
Ciclo de avaliação: Período avaliativo:
Unidade organizacional:
Nome da equipe:
Chefe da equipe:
IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADOR
Matrícula: Nome: Cargo:
Função: CPF:
Email:
IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADO
Matrícula: Nome:
Função: Cargo:
Situação funcional: Unidade de exercício:
Email: CPF:

Reconsideração da Meta Individual (MI)		
Justificativa do avaliado	Pontuação solicitada	
	> 75%	9
	> 50% e <= 75%	7

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	> 25% e <= 50%	5
	<= 25%	3
Justificativa do avaliador	Pontuação concedida	
	> 75%	9
	> 50% e <= 75%	7
	> 25% e <= 50%	5
	<= 25%	3

FATORES MÍNIMOS DE COMPETÊNCIA						
JUSTIFICATIVAS		Evidências	Pontuação			
1.CAPACIDADE TÉCNICA	Avaliado	Solicitado (s)	4	3	2	1
		1H1				
		1C1				
		1C2				
		1H2				
	Avaliador	Concedido(s)	4	3	2	1
		1H1				
		1C1				
		1C2				
		1H2				
2.COMPROMETIMENTO COM O TRABALHO	Avaliado	Solicitado (s)	4	3	2	1
		2C1				
		2H1				
		2H2				
		2H3				
	Avaliador	Concedido(s)	4	3	2	1
		2C1				
		2H1				
		2H2				
		2H3				
3. CUMPRIMENTO DE NORMAS DE PROCEDIMENTO E DE CONDUTA	Avaliado	Solicitado (s)	4	3	2	1
		3C1				
		3C2				
		3H1				
		3H2				
	Avaliador	Concedido(s)	4	3	2	1
		3C1				
		3C2				
		3H1				
		3H2				
4. TRABALHO EM EQUIPE	Avaliado	Solicitado (s)	4	3	2	1
		4C1				
		4H1				
		4H2				
		4H3				
	Avaliador	Concedido(s)	4	3	2	1
		4C1				
		4H1				
		4H2				
		4H3				

RESULTADO DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO			
	Atual	Solicitado	Concedido
Meta individual			
Fatores mínimos de competências (FMC)			
Resultado: ( ) Deferido ( ) Deferido parcialmente Indeferido ( )			
Aceite do resultado do pedido de reconsideração ( ) Concordo com o resultado da avaliação ( ) Discordo do resultado da avaliação Data: ____/____/_____ Data: ____/____/_____			
_____ _____ Assinatura do avaliado Assinatura do avaliador			

ANEXO IV

Ministério da Saúde
Secretaria Executiva
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
Formulário de pedido de Recurso de Avaliação de Desempenho Individual-Chefia

IDENTIFICAÇÃO

Dados do ciclo
Ciclo de avaliação: Período avaliativo:
Unidade organizacional:
Nome da equipe:
Chefe da equipe:
IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADO
Matrícula: Nome:

Função: Cargo:
Situação funcional: Unidade de exercício:
Email: CPF:

Recurso da Meta Individual (MI)		
Justificativa do avaliado	Pontuação solicitada	
	> 75%	9
	> 50% e <= 75%	7
	> 25% e <= 50%	5
	<= 25%	3
Justificativa da CAD/SubCAD	Pontuação concedida	
	> 75%	9
	> 50% e <= 75%	7
	> 25% e <= 50%	5
	<= 25%	3

FATORES MÍNIMOS DE COMPETÊNCIA						
JUSTIFICATIVAS		Evidências	Pontuação			
1.CAPACIDADE TÉCNICA	Avaliado	Solicitado (s)	4	3	2	1
		1H1				
		1C1				
		1C2				
		1H2				
	CAD/SubCAD	Concedido(s)	4	3	2	1
		1C1				
		1H1				
		1H2				
		1H3				
2.COMPROMETIMENTO COM O TRABALHO	Avaliado	Solicitado (s)	4	3	2	1
		2C1				
		2H1				
		2H2				
		2H3				
	CAD/SubCAD	Concedido(s)	4	3	2	1
		2C1				
		2H1				
		2H2				
		2H3				
3. CUMPRIMENTO DE NORMAS DE PROCEDIMENTO	Avaliado	Solicitado (s)	4	3	2	1
E DE CONDUTA		3C1				
		3C2				
		3H1				
		3H2				
	CAD/SubCAD	Concedido(s)	4	3	2	1
		3C1				
		3C2				
		3H1				
		3H2				
4. TRABALHO EM EQUIPE	Avaliado	Solicitado (s)	4	3	2	1
		4C1				
		4H1				
		4H2				
		4H3				
	CAD/SubCAD	Concedido(s)	4	3	2	1
		4C1				
		4H1				
		4H2				
		4H3				

RESULTADO DO PEDIDO DE REURSO			
	Atual	Solicitado	Concedido
Meta individual			
Fatores mínimos de competências (FMC)			
Resultado: ( ) Deferido ( ) Deferido parcialmente Indeferido ( )			
Ciência do avaliado ( )			
Data: ___/___/_____ Assinatura do CAD/SubCAD		Data: ___/___/_____ Assinatura do Avaliado	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO V

Ministério da Saúde
Secretaria Executiva
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
Formulário de Avaliação de Desempenho Individual - Autoavaliação

IDENTIFICAÇÃO

Dados do ciclo
Ciclo de avaliação: Período avaliativo:
Unidade organizacional:
IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADO
Matrícula: Nome: Cargo:
Situação funcional: Unidade de exercício:
Email: CPF: Telefone:

Avaliação de fatores mínimos de competência

Atribua o valor de 1 a 4 ao desempenho do avaliado, considerando a escala e os conceitos abaixo. A pontuação 1 ou 2 deverá ser obrigatoriamente justificada.

Escala	Conceito
4	Desempenho superior
3	Desempenho médio superior
2	Desempenho médio inferior
1	Desempenho inferior

CAPACIDADE TÉCNICA:

Fatores mínimos de competência/Conceito	Peso	Evidências			4	3	2	1	Pontuação
1. CAPACIDADE TÉCNICA: Atuar na organização, análise e melhoria dos processos de trabalho de sua área, demonstrando conhecimento técnico sobre planejamento, formulação, execução, monitoramento e avaliação das ações, programas e políticas públicas, observando os prazos e a qualidade estabelecidos para o alcance dos objetivos organizacionais.	0.086	Habilidade	1H1	Atua na organização com análise e proposição de melhoria nos processos de trabalho.					
		Conhecimento	1C1	Demonstra conhecimento técnico sobre planejamento, formulação e execução nos programas e nas políticas públicas de saúde.					
		Conhecimento	1C2	Demonstra conhecimento técnico em monitoramento e avaliação das ações em políticas públicas de saúde.					
		Habilidade	1H2	Atende os prazos com a qualidade estabelecida para o alcance dos objetivos organizacionais.					

Justificativa 1H1: _____
Justificativa 1C1: _____
Justificativa 1C2: _____
Justificativa 1H2: _____

COMPROMETIMENTO COM O TRABALHO:

Fatores mínimos de competência/Conceito	Peso	Evidências			4	3	2	1	Pontuação
2.COMPROMETIMENTO COM O TRABALHO: Orientar o desempenho das atividades profissionais com resolubilidade, para o alcance dos objetivos organizacionais e geração de valor público sustentável.	0.086	Conhecimento	2C1	Conhece os objetivos organizacionais.					
		Habilidade	2H1	Executa suas atividades alinhando-as aos objetivos organizacionais.					
		Habilidade	2H2	Contribui para melhoria da execução das atividades.					
		Habilidade	2H3	Cumpre os compromissos estabelecidos na execução de suas atividades.					

Justificativa 2C1: _____
Justificativa 2H1: _____
Justificativa 2H2: _____
Justificativa 2H3: _____

CUMPRIMENTO DE NORMAS DE PROCEDIMENTO E DE CONDUTA:

Fatores mínimos de competência/Conceito	Peso	Evidências			4	3	2	1	Pontuação
3. CUMPRIMENTO DE NORMAS DE PROCEDIMENTO E DE CONDUTA: Desempenhar o trabalho com conhecimento	0.086	Conhecimento	3C1	Conhece as normas de procedimento relacionadas às atribuições de seu cargo.					

sobre os procedimentos, normas e padrões éticos e de conduta necessários para exercer suas atividades, de acordo com os princípios da Administração Pública.		Conhecimento	3C2	Conhece as normas de conduta relacionadas aos princípios da Administração Pública.					
		Habilidade	3H1	Executa o trabalho em conformidade com as normas de procedimentos relacionadas às atribuições de seu cargo.					
		Habilidade	3H2	Executa o trabalho em conformidade com as normas de conduta relacionadas aos princípios da Administração Pública.					

Justificativa 3C1: _____
Justificativa 3C2: _____
Justificativa 3H1: _____
Justificativa 3H2:

TRABALHO EM EQUIPE:

Fatores mínimos de competência/Conceito	Peso	Evidências			4	3	2	1	Pontuação
4. TRABALHO EM EQUIPE: Cooperar e participar ativamente das equipes de trabalho ou rede de colaboradores e	0.086	Conhecimento	4C1	Conhece os objetivos de trabalho da equipe.					
parceiros, facilitando o processo de integração, com vistas a atingir os objetivos propostos e os resultados esperados.		Habilidade	4H1	Interage de maneira cooperativa com os membros de sua equipe.					
		Habilidade	4H2	Facilita a integração dos membros de sua equipe.					
		Habilidade	4H3	Colabora com os membros de sua equipe no desempenho das atividades.					

Justificativa 4C1: _____
Justificativa 4H1: _____
Justificativa 4H2: _____
Justificativa 4H3: _____

Capacitação/Adequação funcional

Sugere ação de capacitação: ( ) Sim ( ) Não
Sugere adequação funcional: ( ) Sim ( ) Não

Resultados	
	Pontuação
Resultado da avaliação de fatores mínimos de competências:	

Data: ____/____/_____

_____

PORTARIA Nº 506, DE 5 DE MARÇO DE 2018

Autoriza o repasse dos valores de recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde, relativos ao Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS); à Assistência Financeira Complementar (AFC) da União para cumprimento do piso salarial profissional nacional dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) e ao Incentivo Financeiro para fortalecimento de políticas afetas à atuação dos ACE (IF).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único, do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 12.994, de 17 de junho de 2014, que altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para instituir piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 8.474, de 22 de junho de 2015, que regulamenta o disposto no § 1º do art. 9º-C e no § 1º do art. 9º-D da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias;

Considerando os arts. 1º a 16 do Anexo III da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.510/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que atualiza os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde do Componente de Vigilância em Saúde do Bloco de Vigilância em Saúde, com base na estimativa populacional do IBGE para 2017, definindo doravante os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde das 27 (vinte e sete) Unidades Federadas; e

Considerando o Relatório do cadastro dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) no Sistema Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (SCNES) referente ao mês de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Autoriza o repasse dos valores de recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde, relativos ao Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS); à Assistência Financeira Complementar (AFC) da União para cumprimento do piso salarial profissional nacional dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) e ao Incentivo Financeiro para fortalecimento de políticas afetas à atuação dos ACE (IF).

Art. 2º Os valores a serem transferidos para os Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios constantes desta Portaria totalizam o montante de R$ 128.995.083,30 (cento e vinte e oito milhões novecentos e noventa e cinco mil oitenta e três reais e trinta centavos) conforme Anexos I a XXVII.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamentos instruídos.

Art. 4º Os créditos orçamentários de que tratam a presente Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar os seguintes Programas de Trabalho:

I - 10.305.2015.20AL Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - Plano Orçamentário 0000;

II - 10.305.2015.20AL-0001 Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - Plano Orçamentário 0001 - Assistência Financeira Complementar aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Agentes de Combate às Endemias.

Parágrafo único. Os recursos relativos ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de vigilância em saúde.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2018.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		ANEXO I				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
AC	120000	SES/AC	0	0,00	0,00	120.398,34
AC	120001	Acrelândia	0	0,00	0,00	10.786,47
AC	120005	Assis Brasil	1	50,70	963,30	4.567,28
AC	120010	Brasiléia	8	405,60	7.706,40	10.887,98
AC	120013	Bujari	0	0,00	0,00	8.158,02
AC	120017	Capixaba	0	0,00	0,00	8.361,28
AC	120020	Cruzeiro do Sul	116	5.881,20	111.742,80	32.945,52
AC	120025	Epitaciolândia	0	0,00	0,00	13.828,65
AC	120030	Feijó	0	0,00	0,00	25.966,60
AC	120032	Jordão	3	152,10	2.889,90	4.116,81
AC	120033	Mâncio Lima	10	507,00	9.633,00	7.984,88
AC	120034	Manoel Urbano	3	152,10	2.889,90	5.033,45
AC	120035	Marechal Thaumaturgo	0	0,00	0,00	15.958,15
AC	120038	Plácido de Castro	0	0,00	0,00	15.625,52
AC	120039	Porto Walter	6	304,20	5.779,80	5.061,55
AC	120040	Rio Branco	150	7.605,00	144.495,00	143.950,89
AC	120042	Rodrigues Alves	15	760,50	14.449,50	7.574,29
AC	120043	Santa Rosa do Purus	0	0,00	0,00	5.845,81
AC	120045	Senador Guiomard	6	304,20	5.779,80	11.407,92
AC	120050	Sena Madureira	1	50,70	963,30	33.440,05
AC	120060	Tarauacá	8	405,60	7.706,40	26.080,52
AC	120070	Xapuri	5	253,50	4.816,50	10.525,38
AC	120080	Porto Acre	0	0,00	0,00	13.108,79
		Total	332	16.832,40	319.815,60	541.614,15
		ANEXO II				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
AL	270000	SES/AL	0	0,00	0,00	281.725,19
AL	270010	Água Branca	5	253,50	4.816,50	4.689,13
AL	270020	Anadia	5	253,50	4.816,50	4.022,63
AL	270030	Arapiraca	12	608,40	11.559,60	97.653,77
AL	270040	Atalaia	11	557,70	10.596,30	10.371,43
AL	270050	Barra de Santo Antônio	7	354,90	6.743,10	4.586,89
AL	270060	Barra de São Miguel	4	202,80	3.853,20	2.427,68
AL	270070	Batalha	6	304,20	5.779,80	4.143,17
AL	270080	Belém	2	101,40	1.926,60	1.195,26
AL	270090	Belo Monte	3	152,10	2.889,90	1.648,72
AL	270100	Boca da Mata	10	507,00	9.633,00	6.110,30
AL	270110	Branquinha	4	202,80	3.853,20	2.560,28
AL	270120	Cacimbinhas	4	202,80	3.853,20	2.486,17
AL	270130	Cajueiro	8	405,60	7.706,40	4.674,67
AL	270135	Campestre	3	152,10	2.889,90	1.603,24
AL	270140	Campo Alegre	10	507,00	9.633,00	14.783,90
AL	270150	Campo Grande	3	152,10	2.889,90	2.234,62
AL	270160	Canapi	4	202,80	3.853,20	4.420,43
AL	270170	Capela	7	354,90	6.743,10	3.900,79
AL	270180	Carneiros	2	101,40	1.926,60	2.297,27
AL	270190	Chã Preta	3	152,10	2.889,90	1.721,40
AL	270200	Coité do Nóia	4	202,80	3.853,20	2.619,73
AL	270210	Colônia Leopoldina	7	354,90	6.743,10	4.763,09
AL	270220	Coqueiro Seco	3	152,10	2.889,90	1.791,48
AL	270230	Coruripe	19	963,30	18.302,70	12.872,82
AL	270235	Craíbas	5	253,50	4.816,50	6.183,91
AL	270240	Delmiro Gouveia	21	1.064,70	20.229,30	11.589,38
AL	270250	Dois Riachos	4	202,80	3.853,20	2.551,81
AL	270255	Estrela de Alagoas	4	202,80	3.853,20	4.603,37
AL	270260	Feira Grande	5	253,50	4.816,50	5.367,24
AL	270270	Feliz Deserto	3	152,10	2.889,90	1.139,10
AL	270280	Flexeiras	4	202,80	3.853,20	2.891,73
AL	270290	Girau do Ponciano	6	304,20	5.779,80	12.360,62
AL	270300	Ibateguara	5	253,50	4.816,50	3.535,61
AL	270310	Igaci	5	253,50	4.816,50	6.865,88
AL	270320	Igreja Nova	5	253,50	4.816,50	6.215,44
AL	270330	Inhapi	4	202,80	3.853,20	4.661,57
AL	270340	Jacaré dos Homens	3	152,10	2.889,90	1.349,16
AL	270350	Jacuípe	3	152,10	2.889,90	1.644,60
AL	270360	Japaratinga	3	152,10	2.889,90	2.178,47
AL	270370	Jaramataia	3	152,10	2.889,90	1.393,68
AL	270375	Jequiá da Praia	4	202,80	3.853,20	2.747,23
AL	270380	Joaquim Gomes	6	304,20	5.779,80	5.366,50
AL	270390	Jundiá	2	101,40	1.926,60	1.036,19
AL	270400	Junqueiro	5	253,50	4.816,50	6.625,47
AL	270410	Lagoa da Canoa	4	202,80	3.853,20	4.602,76
AL	270420	Limoeiro de Anadia	5	253,50	4.816,50	8.002,71
AL	270430	Maceió	531	26.921,70	511.512,30	279.443,55
AL	270440	Major Isidoro	6	304,20	5.779,80	4.554,48
AL	270450	Maragogi	10	507,00	9.633,00	8.612,82
AL	270460	Maravilha	2	101,40	1.926,60	3.952,99
AL	270470	Marechal Deodoro	26	1.318,20	25.045,80	14.461,98
AL	270480	Maribondo	5	253,50	4.816,50	3.186,92
AL	270490	Mar Vermelho	2	101,40	1.926,60	1.039,86
AL	270500	Mata Grande	5	253,50	4.816,50	6.756,98
AL	270510	Matriz de Camaragibe	6	304,20	5.779,80	5.388,03
AL	270520	Messias	6	304,20	5.779,80	5.232,67
AL	270530	Minador do Negrão	3	152,10	2.889,90	1.294,33
AL	270540	Monteirópolis	3	152,10	2.889,90	1.706,71

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AL	270550	Murici	8	405,60	7.706,40	6.151,21
AL	270560	Novo Lino	4	202,80	3.853,20	2.879,95
AL	270570	Olho d'Água das Flores	7	354,90	6.743,10	4.766,89
AL	270580	Olho d'Água do Casado	3	152,10	2.889,90	2.194,74
AL	270590	Olho d'Água Grande	3	152,10	2.889,90	1.259,75
AL	270600	Olivença	4	202,80	3.853,20	2.692,13
AL	270610	Ouro Branco	4	202,80	3.853,20	2.629,41
AL	270620	Palestina	3	152,10	2.889,90	1.249,20
AL	270630	Palmeira dos Índios	34	1.723,80	32.752,20	16.603,67
AL	270640	Pão de Açúcar	6	304,20	5.779,80	5.579,78
AL	270642	Pariconha	4	202,80	3.853,20	2.667,68
AL	270644	Paripueira	3	152,10	2.889,90	5.104,79
AL	270650	Passo de Camaragibe	3	152,10	2.889,90	4.066,96
AL	270660	Paulo Jacinto	4	202,80	3.853,20	1.775,76
AL	270670	Penedo	28	1.419,60	26.972,40	14.472,90
AL	270680	Piaçabuçu	6	304,20	5.779,80	4.112,81
AL	270690	Pilar	21	1.064,70	20.229,30	9.913,97
AL	270700	Pindoba	2	101,40	1.926,60	754,98
AL	270710	Piranhas	7	354,90	6.743,10	5.585,49
AL	270720	Poço das Trincheiras	4	202,80	3.853,20	3.406,45
AL	270730	Porto Calvo	0	0,00	0,00	11.925,55
AL	270740	Porto de Pedras	3	152,10	2.889,90	2.228,67
AL	270750	Porto Real do Colégio	5	253,50	4.816,50	4.663,65
AL	270760	Quebrangulo	4	202,80	3.853,20	2.668,06
AL	270770	Rio Largo	32	1.622,40	30.825,60	21.188,32
AL	270780	Roteiro	3	152,10	2.889,90	1.577,56
AL	270790	Santa Luzia do Norte	3	152,10	2.889,90	2.308,04
AL	270800	Santana do Ipanema	17	861,90	16.376,10	10.975,38
AL	270810	Santana do Mundaú	4	202,80	3.853,20	2.560,68
AL	270820	São Brás	3	152,10	2.889,90	1.649,71
AL	270830	São José da Laje	9	456,30	8.669,70	5.261,12
AL	270840	São José da Tapera	7	354,90	6.743,10	7.794,14
AL	270850	São Luís do Quitunde	11	557,70	10.596,30	7.514,96
AL	270860	São Miguel dos Campos	17	861,90	16.376,10	13.332,81
AL	270870	São Miguel dos Milagres	3	152,10	2.889,90	2.070,76
AL	270880	São Sebastião	6	304,20	5.779,80	9.624,06
AL	270890	Satuba	3	152,10	2.889,90	6.566,72
AL	270895	Senador Rui Palmeira	4	202,80	3.853,20	3.237,64
AL	270900	Tanque d'Arca	3	152,10	2.889,90	1.511,87
AL	270910	Taquarana	4	202,80	3.853,20	5.311,67
AL	270915	Teotônio Vilela	2	101,40	1.926,60	18.285,88
AL	270920	Traipu	3	152,10	2.889,90	9.702,08
AL	270930	União dos Palmares	27	1.368,90	26.009,10	14.416,85
AL	270940	Viçosa	10	507,00	9.633,00	5.732,94
		Total	1.201	60.890,70	1.156.923,30	1.189.825,45

ANEXO III

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
AM	130000	SES/AM	0	0,00	0,00	691.262,78
AM	130002	Alvarães	0	0,00	0,00	20.947,03
AM	130006	Amaturá	0	0,00	0,00	8.130,57
AM	130008	Anamã	2	101,40	1.926,60	6.612,08
AM	130010	Anori	0	0,00	0,00	11.730,51
AM	130014	Apuí	8	405,60	7.706,40	19.534,59
AM	130020	Atalaia do Norte	22	1.115,40	21.192,60	13.205,71
AM	130030	Autazes	0	0,00	0,00	33.859,65
AM	130040	Barcelos	43	2.180,10	41.421,90	18.038,01
AM	130050	Barreirinha	5	253,50	4.816,50	13.504,14
AM	130060	Benjamin Constant	0	0,00	0,00	24.005,26
AM	130063	Beruri	4	202,80	3.853,20	7.176,72
AM	130068	Boa Vista do Ramos	0	0,00	0,00	10.735,54
AM	130070	Boca do Acre	10	507,00	9.633,00	17.483,94
AM	130080	Borba	1	50,70	963,30	36.219,53
AM	130083	Caapiranga	0	0,00	0,00	8.034,00
AM	130090	Canutama	14	709,80	13.486,20	6.587,74
AM	130100	Carauari	0	0,00	0,00	16.459,07
AM	130110	Careiro	23	1.166,10	22.155,90	21.883,28
AM	130115	Careiro da Várzea	0	0,00	0,00	22.597,92
AM	130120	Coari	0	0,00	0,00	71.576,70
AM	130130	Codajás	7	354,90	6.743,10	9.413,94
AM	130140	Eirunepé	38	1.926,60	36.605,40	10.132,06
AM	130150	Envira	0	0,00	0,00	11.321,60
AM	130160	Fonte Boa	5	253,50	4.816,50	15.981,65
AM	130165	Guajará	13	659,10	12.522,90	4.745,12
AM	130170	Humaitá	7	354,90	6.743,10	61.197,89
AM	130180	Ipixuna	56	2.839,20	53.944,80	8.218,50
AM	130185	Iranduba	0	0,00	0,00	55.902,52
AM	130190	Itacoatiara	27	1.368,90	26.009,10	51.298,27
AM	130195	Itamarati	11	557,70	10.596,30	4.583,05
AM	130200	Itapiranga	0	0,00	0,00	7.742,62
AM	130210	Japurá	0	0,00	0,00	16.318,18
AM	130220	Juruá	2	101,40	1.926,60	8.337,90
AM	130230	Jutaí	0	0,00	0,00	23.209,48
AM	130240	Lábrea	69	3.498,30	66.467,70	13.507,62
AM	130250	Manacapuru	0	0,00	0,00	82.068,96
AM	130255	Manaquiri	5	253,50	4.816,50	12.868,28
AM	130260	Manaus	22	1.115,40	21.192,60	1.627.986,78
AM	130270	Manicoré	0	0,00	0,00	31.776,23
AM	130280	Maraã	4	202,80	3.853,20	7.277,19

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AM	130290	Maués	0	0,00	0,00	36.134,80
AM	130300	Nhamundá	5	253,50	4.816,50	7.324,07
AM	130310	Nova Olinda do Norte	0	0,00	0,00	21.160,33
AM	130320	Novo Airão	0	0,00	0,00	18.866,79
AM	130330	Novo Aripuanã	0	0,00	0,00	19.637,55
AM	130340	Parintins	0	0,00	0,00	66.117,42
AM	130350	Pauini	0	0,00	0,00	15.029,95
AM	130353	Presidente Figueiredo	0	0,00	0,00	48.190,55
AM	130356	Rio Preto da Eva	32	1.622,40	30.825,60	23.903,09
AM	130360	Santa Isabel do Rio Negro	6	304,20	5.779,80	20.976,69
AM	130370	Santo Antônio do Içá	43	2.180,10	41.421,90	7.228,47
AM	130380	São Gabriel da Cachoeira	0	0,00	0,00	34.598,65
AM	130390	São Paulo de Olivença	17	861,90	16.376,10	11.049,48
AM	130395	São Sebastião do Uatumã	3	152,10	2.889,90	5.567,12
AM	130400	Silves	0	0,00	0,00	7.636,30
AM	130406	Tabatinga	8	405,60	7.706,40	29.254,92
AM	130410	Tapauá	23	1.166,10	22.155,90	9.720,72
AM	130420	Tefé	0	0,00	0,00	37.110,10
AM	130423	Tonantins	4	202,80	3.853,20	7.056,01
AM	130426	Uarini	14	709,80	13.486,20	3.917,74
AM	130430	Urucará	0	0,00	0,00	12.771,04
AM	130440	Urucurituba	5	253,50	4.816,50	8.047,79
		Total	558	28.290,60	537.521,40	3.594.772,19

ANEXO IV

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
AP	160000	SES/AP	0	0,00	0,00	85.507,22
AP	160005	Serra do Navio	4	202,80	3.853,20	9.521,66
AP	160010	Amapá	1	50,70	963,30	7.596,05
AP	160015	Pedra Branca do Amapari	18	912,60	17.339,40	15.263,05
AP	160020	Calçoene	10	507,00	9.633,00	7.118,13
AP	160021	Cutias	3	152,10	2.889,90	2.623,08
AP	160023	Ferreira Gomes	0	0,00	0,00	6.708,48
AP	160025	Itaubal	0	0,00	0,00	5.555,53
AP	160027	Laranjal do Jari	12	608,40	11.559,60	29.379,98
AP	160030	Macapá	173	8.771,10	166.650,90	178.928,14
AP	160040	Mazagão	14	709,80	13.486,20	21.374,15
AP	160050	Oiapoque	11	557,70	10.596,30	38.407,73
AP	160053	Porto Grande	5	253,50	4.816,50	21.153,24
AP	160055	Pracuúba	2	101,40	1.926,60	3.808,72
AP	160060	Santana	59	2.991,30	56.834,70	42.439,54
AP	160070	Tartarugalzinho	5	253,50	4.816,50	17.048,74
AP	160080	Vitória do Jari	0	0,00	0,00	9.803,62
		Total	317	16.071,90	305.366,10	502.237,06

ANEXO V

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
BA	290000	SES/BA	0	0,00	0,00	1.649.594,60
BA	290010	Abaíra	0	0,00	0,00	4.236,37
BA	290020	Abaré	4	202,80	3.853,20	5.400,09
BA	290030	Acajutiba	8	405,60	7.706,40	3.604,10
BA	290035	Adustina	4	202,80	3.853,20	4.098,42
BA	290040	Água Fria	4	202,80	3.853,20	4.171,30
BA	290050	Érico Cardoso	0	0,00	0,00	5.274,95
BA	290060	Aiquara	2	101,40	1.926,60	1.181,77
BA	290070	Alagoinhas	84	4.258,80	80.917,20	35.745,19
BA	290080	Alcobaça	0	0,00	0,00	10.714,00
BA	290090	Almadina	3	152,10	2.889,90	1.449,94
BA	290100	Amargosa	14	709,80	13.486,20	8.767,69
BA	290110	Amélia Rodrigues	12	608,40	11.559,60	6.067,65
BA	290115	América Dourada	6	304,20	5.779,80	3.878,19
BA	290120	Anagé	0	0,00	0,00	11.086,24
BA	290130	Andaraí	5	253,50	4.816,50	3.382,63
BA	290135	Andorinha	4	202,80	3.853,20	3.584,59
BA	290140	Angical	4	202,80	3.853,20	3.382,96
BA	290150	Anguera	4	202,80	3.853,20	2.631,06
BA	290160	Antas	4	202,80	3.853,20	5.115,92
BA	290170	Antônio Cardoso	4	202,80	3.853,20	2.801,56
BA	290180	Antônio Gonçalves	4	202,80	3.853,20	2.792,85
BA	290190	Aporá	4	202,80	3.853,20	4.922,05
BA	290195	Apuarema	3	152,10	2.889,90	1.786,35
BA	290200	Aracatu	4	202,80	3.853,20	3.261,50
BA	290205	Araças	0	0,00	0,00	5.778,66
BA	290210	Araci	13	659,10	12.522,90	13.313,35
BA	290220	Aramari	4	202,80	3.853,20	2.681,94
BA	290225	Arataca	0	0,00	0,00	5.418,41
BA	290230	Aratuípe	4	202,80	3.853,20	2.111,38
BA	290240	Aurelino Leal	6	304,20	5.779,80	3.099,48
BA	290250	Baianópolis	0	0,00	0,00	6.564,70
BA	290260	Baixa Grande	5	253,50	4.816,50	4.993,20
BA	290265	Banzaê	4	202,80	3.853,20	3.154,48
BA	290270	Barra	12	608,40	11.559,60	13.609,77
BA	290280	Barra da Estiva	6	304,20	5.779,80	5.171,38
BA	290290	Barra do Choça	1	50,70	963,30	15.338,24
BA	290300	Barra do Mendes	4	202,80	3.853,20	3.372,96
BA	290310	Barra do Rocha	1	50,70	963,30	2.024,11

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	290320	Barreiras	47	2.382,90	45.275,10	36.125,38
BA	290323	Barro Alto	1	50,70	963,30	6.084,49
BA	290327	Barrocas	4	202,80	3.853,20	3.734,50
BA	290330	Barro Preto	3	152,10	2.889,90	1.550,77
BA	290340	Belmonte	6	304,20	5.779,80	5.502,98
BA	290350	Belo Campo	5	253,50	4.816,50	4.248,52
BA	290360	Biritinga	4	202,80	3.853,20	3.816,31
BA	290370	Boa Nova	4	202,80	3.853,20	3.469,81
BA	290380	Boa Vista do Tupim	0	0,00	0,00	9.048,60
BA	290390	Bom Jesus da Lapa	25	1.267,50	24.082,50	16.183,29
BA	290395	Bom Jesus da Serra	4	202,80	3.853,20	2.439,25
BA	290400	Boninal	0	0,00	0,00	6.882,65
BA	290405	Bonito	4	202,80	3.853,20	3.998,50
BA	290410	Boquira	0	0,00	0,00	10.296,00
BA	290420	Botuporã	4	202,80	3.853,20	2.557,96
BA	290430	Brejões	4	202,80	3.853,20	3.498,23
BA	290440	Brejolândia	4	202,80	3.853,20	2.647,83
BA	290450	Brotas de Macaúbas	0	0,00	0,00	5.179,62
BA	290460	Brumado	22	1.115,40	21.192,60	15.967,65
BA	290470	Buerarema	0	0,00	0,00	9.064,04
BA	290475	Buritirama	5	253,50	4.816,50	5.168,75
BA	290480	Caatiba	0	0,00	0,00	4.962,83
BA	290485	Cabaceiras do Paraguaçu	4	202,80	3.853,20	4.998,13
BA	290490	Cachoeira	9	456,30	8.669,70	8.052,69
BA	290500	Caculé	0	0,00	0,00	10.916,12
BA	290510	Caém	4	202,80	3.853,20	2.389,98
BA	290515	Caetanos	0	0,00	0,00	7.381,91
BA	290520	Caetité	15	760,50	14.449,50	12.112,15
BA	290530	Cafarnaum	6	304,20	5.779,80	4.355,54
BA	290540	Cairu	4	202,80	3.853,20	4.499,46
BA	290550	Caldeirão Grande	4	202,80	3.853,20	3.169,86
BA	290560	Camacan	12	608,40	11.559,60	7.633,54
BA	290570	Camaçari	158	8.010,60	152.201,40	68.037,98
BA	290580	Camamu	7	354,90	6.743,10	10.461,76
BA	290590	Campo Alegre de Lourdes	5	253,50	4.816,50	8.955,50
BA	290600	Campo Formoso	16	811,20	15.412,80	18.250,86
BA	290610	Canápolis	4	202,80	3.853,20	2.511,70
BA	290620	Canarana	7	354,90	6.743,10	6.155,88
BA	290630	Canavieiras	14	709,80	13.486,20	8.136,59
BA	290640	Candeal	3	152,10	2.889,90	2.095,27
BA	290650	Candeias	41	2.078,70	39.495,30	20.816,49
BA	290660	Candiba	4	202,80	3.853,20	3.389,83
BA	290670	Cândido Sales	8	405,60	7.706,40	6.200,56
BA	290680	Cansanção	6	304,20	5.779,80	10.807,74
BA	290682	Canudos	5	253,50	4.816,50	3.968,25
BA	290685	Capela do Alto Alegre	4	202,80	3.853,20	2.845,78
BA	290687	Capim Grosso	12	608,40	11.559,60	7.194,00
BA	290689	Caraíbas	0	0,00	0,00	4.717,16
BA	290690	Caravelas	6	304,20	5.779,80	5.211,25
BA	290700	Cardeal da Silva	3	152,10	2.889,90	2.233,69
BA	290710	Carinhanha	7	354,90	6.743,10	7.060,98
BA	290720	Casa Nova	22	1.115,40	21.192,60	16.816,71
BA	290730	Castro Alves	8	405,60	7.706,40	6.253,04
BA	290740	Catolândia	2	101,40	1.926,60	975,17
BA	290750	Catu	28	1.419,60	26.972,40	12.938,52
BA	290755	Caturama	0	0,00	0,00	4.475,16
BA	290760	Central	2	101,40	1.926,60	6.387,56
BA	290770	Chorrochó	4	202,80	3.853,20	2.656,27
BA	290780	Cícero Dantas	10	507,00	9.633,00	7.960,87
BA	290790	Cipó	7	354,90	6.743,10	4.065,19
BA	290800	Coaraci	10	507,00	9.633,00	4.808,99
BA	290810	Cocos	5	253,50	4.816,50	4.468,29
BA	290820	Conceição da Feira	7	354,90	6.743,10	5.276,33
BA	290830	Conceição do Almeida	4	202,80	3.853,20	4.691,96
BA	290840	Conceição do Coité	26	1.318,20	25.045,80	15.652,77
BA	290850	Conceição do Jacuípe	12	608,40	11.559,60	7.763,25
BA	290860	Conde	5	253,50	4.816,50	7.270,20
BA	290870	Condeúba	4	202,80	3.853,20	4.561,34
BA	290880	Contendas do Sincorá	2	101,40	1.926,60	1.057,15
BA	290890	Coração de Maria	5	253,50	4.816,50	6.215,32
BA	290900	Cordeiros	3	152,10	2.889,90	2.040,50
BA	290910	Coribe	4	202,80	3.853,20	3.443,00
BA	290920	Coronel João Sá	4	202,80	3.853,20	4.340,86
BA	290930	Correntina	8	405,60	7.706,40	7.645,23
BA	290940	Cotegipe	0	0,00	0,00	6.606,41
BA	290950	Cravolândia	3	152,10	2.889,90	1.318,37
BA	290960	Crisópolis	6	304,20	5.779,80	5.003,85
BA	290970	Cristópolis	4	202,80	3.853,20	3.300,69
BA	290980	Cruz das Almas	26	1.318,20	25.045,80	14.880,25
BA	290990	Curaçá	7	354,90	6.743,10	9.538,73
BA	291000	Dário Meira	4	202,80	3.853,20	2.915,23
BA	291005	Dias d'Ávila	38	1.926,60	36.605,40	18.483,90
BA	291010	Dom Basílio	4	202,80	3.853,20	2.888,42
BA	291020	Dom Macedo Costa	2	101,40	1.926,60	965,25
BA	291030	Elísio Medrado	3	152,10	2.889,90	1.940,36
BA	291040	Encruzilhada	5	253,50	4.816,50	5.485,91
BA	291050	Entre Rios	14	709,80	13.486,20	9.905,27
BA	291060	Esplanada	12	608,40	11.559,60	8.672,81
BA	291070	Euclides da Cunha	18	912,60	17.339,40	14.253,14

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	291072	Eunápolis	49	2.484,30	47.201,70	26.420,63
BA	291075	Fátima	4	202,80	3.853,20	4.826,85
BA	291077	Feira da Mata	0	0,00	0,00	2.837,83
BA	291080	Feira de Santana	323	16.376,10	311.145,90	143.796,81
BA	291085	Filadélfia	5	253,50	4.816,50	4.034,02
BA	291090	Firmino Alves	3	152,10	2.889,90	1.334,21
BA	291100	Floresta Azul	4	202,80	3.853,20	2.610,67
BA	291110	Formosa do Rio Preto	7	354,90	6.743,10	5.938,17
BA	291120	Gandu	13	659,10	12.522,90	7.682,98
BA	291125	Gavião	2	101,40	1.926,60	1.090,86
BA	291130	Gentio do Ouro	3	152,10	2.889,90	2.733,63
BA	291140	Glória	0	0,00	0,00	7.366,33
BA	291150	Gongogi	0	0,00	0,00	3.815,62
BA	291160	Governador Mangabeira	4	202,80	3.853,20	5.998,67
BA	291165	Guajeru	3	152,10	2.889,90	2.222,27
BA	291170	Guanambi	24	1.216,80	23.119,20	19.893,50
BA	291180	Guaratinga	6	304,20	5.779,80	5.175,27
BA	291185	Heliópolis	4	202,80	3.853,20	3.238,52
BA	291190	Iaçu	9	456,30	8.669,70	6.270,63
BA	291200	Ibiassucê	4	202,80	3.853,20	2.490,13
BA	291210	Ibicaraí	9	456,30	8.669,70	5.636,35
BA	291220	Ibicoara	7	354,90	6.743,10	4.534,29
BA	291230	Ibicuí	6	304,20	5.779,80	3.849,08
BA	291240	Ibipeba	6	304,20	5.779,80	4.280,38
BA	291250	Ibipitanga	0	0,00	0,00	7.064,29
BA	291260	Ibiquera	1	50,70	963,30	1.404,91
BA	291270	Ibirapitanga	0	0,00	0,00	11.134,29
BA	291280	Ibirapuã	4	202,80	3.853,20	2.028,58
BA	291290	Ibirataia	8	405,60	7.706,40	5.291,03
BA	291300	Ibitiara	4	202,80	3.853,20	3.887,35
BA	291310	Ibititá	5	253,50	4.816,50	4.297,33
BA	291320	Ibotirama	12	608,40	11.559,60	6.385,04
BA	291330	Ichu	3	152,10	2.889,90	1.475,15
BA	291340	Igaporã	5	253,50	4.816,50	3.731,52
BA	291345	Igrapiúna	4	202,80	3.853,20	3.324,98
BA	291350	Iguaí	7	354,90	6.743,10	6.608,66
BA	291360	Ilhéus	94	4.765,80	90.550,20	46.160,59
BA	291370	Inhambupe	9	456,30	8.669,70	10.083,00
BA	291380	Ipecaetá	4	202,80	3.853,20	3.610,06
BA	291390	Ipiaú	21	1.064,70	20.229,30	10.932,17
BA	291400	Ipirá	21	1.064,70	20.229,30	14.389,46
BA	291410	Ipupiara	4	202,80	3.853,20	2.327,65
BA	291420	Irajuba	2	101,40	1.926,60	1.730,05
BA	291430	Iramaia	1	50,70	963,30	5.465,58
BA	291440	Iraquara	5	253,50	4.816,50	6.968,01
BA	291450	Irará	6	304,20	5.779,80	7.947,28
BA	291460	Irecê	37	1.875,90	35.642,10	17.069,02
BA	291465	Itabela	13	659,10	12.522,90	7.200,88
BA	291470	Itaberaba	33	1.673,10	31.788,90	15.309,71
BA	291480	Itabuna	118	5.982,60	113.669,40	50.656,38
BA	291490	Itacaré	7	354,90	6.743,10	6.504,21
BA	291500	Itaeté	4	202,80	3.853,20	3.800,96
BA	291510	Itagi	5	253,50	4.816,50	3.104,77
BA	291520	Itagibá	5	253,50	4.816,50	3.642,88
BA	291530	Itagimirim	1	50,70	963,30	2.437,53
BA	291535	Itaguaçu da Bahia	2	101,40	1.926,60	4.819,15
BA	291540	Itaju do Colônia	1	50,70	963,30	2.477,40
BA	291550	Itajuípe	9	456,30	8.669,70	5.015,08
BA	291560	Itamaraju	26	1.318,20	25.045,80	15.435,75
BA	291570	Itamari	0	0,00	0,00	3.992,62
BA	291580	Itambé	9	456,30	8.669,70	8.288,21
BA	291590	Itanagra	3	152,10	2.889,90	1.841,13
BA	291600	Itanhém	7	354,90	6.743,10	4.751,77
BA	291610	Itaparica	11	557,70	10.596,30	5.628,77
BA	291620	Itapé	0	0,00	0,00	4.895,91
BA	291630	Itapebi	3	152,10	2.889,90	2.636,71
BA	291640	Itapetinga	37	1.875,90	35.642,10	17.767,98
BA	291650	Itapicuru	5	253,50	4.816,50	11.780,20
BA	291660	Itapitanga	4	202,80	3.853,20	2.475,00
BA	291670	Itaquara	1	50,70	963,30	2.974,70
BA	291680	Itarantim	8	405,60	7.706,40	4.655,29
BA	291685	Itatim	6	304,20	5.779,80	3.502,27
BA	291690	Itiruçu	5	253,50	4.816,50	3.721,07
BA	291700	Itiúba	6	304,20	5.779,80	11.862,36
BA	291710	Itororó	9	456,30	8.669,70	4.867,73
BA	291720	Ituaçu	4	202,80	3.853,20	5.119,59
BA	291730	Ituberá	10	507,00	9.633,00	6.743,92
BA	291733	Iuiú	4	202,80	3.853,20	2.632,51
BA	291735	Jaborandi	3	152,10	2.889,90	2.158,06
BA	291740	Jacaraci	4	202,80	3.853,20	3.542,69
BA	291750	Jacobina	38	1.926,60	36.605,40	19.435,85
BA	291760	Jaguaquara	21	1.064,70	20.229,30	12.840,90
BA	291770	Jaguarari	10	507,00	9.633,00	7.906,02
BA	291780	Jaguaripe	4	202,80	3.853,20	4.871,63
BA	291790	Jandaíra	3	152,10	2.889,90	2.548,33
BA	291800	Jequié	97	4.917,90	93.440,10	37.228,49
BA	291810	Jeremoabo	9	456,30	8.669,70	10.399,25
BA	291820	Jiquiriçá	0	0,00	0,00	6.923,58
BA	291830	Jitaúna	5	253,50	4.816,50	3.515,75

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	291835	João Dourado	8	405,60	7.706,40	5.877,21
BA	291840	Juazeiro	100	5.070,00	96.330,00	56.544,35
BA	291845	Jucuruçu	4	202,80	3.853,20	2.384,02
BA	291850	Jussara	0	0,00	0,00	7.339,32
BA	291855	Jussari	3	152,10	2.889,90	1.487,98
BA	291860	Jussiape	3	152,10	2.889,90	1.773,98
BA	291870	Lafaiete Coutinho	1	50,70	963,30	927,21
BA	291875	Lagoa Real	4	202,80	3.853,20	3.673,31
BA	291880	Laje	0	0,00	0,00	11.387,21
BA	291890	Lajedão	1	50,70	963,30	932,25
BA	291900	Lajedinho	2	101,40	1.926,60	990,88
BA	291905	Lajedo do Tabocal	2	101,40	1.926,60	2.163,25
BA	291910	Lamarão	3	152,10	2.889,90	2.830,33
BA	291915	Lapão	6	304,20	5.779,80	7.165,36
BA	291920	Lauro de Freitas	112	5.678,40	107.889,60	45.291,58
BA	291930	Lençóis	5	253,50	4.816,50	2.666,58
BA	291940	Licínio de Almeida	4	202,80	3.853,20	2.972,06
BA	291950	Livramento de Nossa Senhora	12	608,40	11.559,60	10.711,02
BA	291955	Luís Eduardo Magalhães	36	1.825,20	34.678,80	19.148,48
BA	291960	Macajuba	1	50,70	963,30	4.481,24
BA	291970	Macarani	7	354,90	6.743,10	4.379,38
BA	291980	Macaúbas	9	456,30	8.669,70	14.699,34
BA	291990	Macururé	3	152,10	2.889,90	1.928,90
BA	291992	Madre de Deus	9	456,30	8.669,70	4.814,10
BA	291995	Maetinga	3	152,10	2.889,90	1.645,79
BA	292000	Maiquinique	4	202,80	3.853,20	2.354,46
BA	292010	Mairi	8	405,60	7.706,40	4.627,79
BA	292020	Malhada	4	202,80	3.853,20	4.179,55
BA	292030	Malhada de Pedras	0	0,00	0,00	4.098,41
BA	292040	Manoel Vitorino	5	253,50	4.816,50	3.349,96
BA	292045	Mansidão	4	202,80	3.853,20	3.198,94
BA	292050	Maracás	12	608,40	11.559,60	7.576,71
BA	292060	Maragogipe	16	811,20	15.412,80	10.601,25
BA	292070	Maraú	5	253,50	4.816,50	4.951,95
BA	292080	Marcionílio Souza	4	202,80	3.853,20	2.526,79
BA	292090	Mascote	1	50,70	963,30	6.431,35
BA	292100	Mata de São João	18	912,60	17.339,40	10.770,38
BA	292105	Matina	0	0,00	0,00	6.143,69
BA	292110	Medeiros Neto	10	507,00	9.633,00	5.405,13
BA	292120	Miguel Calmon	11	557,70	10.596,30	6.331,19
BA	292130	Milagres	4	202,80	3.853,20	2.882,05
BA	292140	Mirangaba	4	202,80	3.853,20	5.112,83
BA	292145	Mirante	3	152,10	2.889,90	2.353,54
BA	292150	Monte Santo	6	304,20	5.779,80	19.375,36
BA	292160	Morpará	4	202,80	3.853,20	2.059,52
BA	292170	Morro do Chapéu	12	608,40	11.559,60	8.604,07
BA	292180	Mortugaba	1	50,70	963,30	5.598,96
BA	292190	Mucugê	4	202,80	3.853,20	3.199,62
BA	292200	Mucuri	15	760,50	14.449,50	9.641,50
BA	292205	Mulungu do Morro	0	0,00	0,00	6.117,68
BA	292210	Mundo Novo	7	354,90	6.743,10	6.270,92
BA	292220	Muniz Ferreira	3	152,10	2.889,90	1.808,81
BA	292225	Muquém de São Francisco	1	50,70	963,30	4.399,99
BA	292230	Muritiba	12	608,40	11.559,60	7.045,27
BA	292240	Mutuípe	6	304,20	5.779,80	5.313,48
BA	292250	Nazaré	12	608,40	11.559,60	6.770,96
BA	292260	Nilo Peçanha	1	50,70	963,30	5.622,03
BA	292265	Nordestina	4	202,80	3.853,20	3.115,98
BA	292270	Nova Canaã	4	202,80	3.853,20	5.201,52
BA	292273	Nova Fátima	3	152,10	2.889,90	1.861,98
BA	292275	Nova Ibiá	1	50,70	963,30	2.273,90
BA	292280	Nova Itarana	3	152,10	2.889,90	1.931,42
BA	292285	Nova Redenção	4	202,80	3.853,20	2.297,50
BA	292290	Nova Soure	8	405,60	7.706,40	5.993,66
BA	292300	Nova Viçosa	0	0,00	0,00	20.190,50
BA	292303	Novo Horizonte	0	0,00	0,00	5.735,58
BA	292305	Novo Triunfo	4	202,80	3.853,20	3.675,15
BA	292310	Olindina	8	405,60	7.706,40	6.697,85
BA	292320	Oliveira dos Brejinhos	5	253,50	4.816,50	5.635,79
BA	292330	Ouriçangas	3	152,10	2.889,90	2.043,25
BA	292335	Ourolândia	4	202,80	3.853,20	4.408,25
BA	292340	Palmas de Monte Alto	6	304,20	5.779,80	5.168,40
BA	292350	Palmeiras	4	202,80	3.853,20	2.132,89
BA	292360	Paramirim	6	304,20	5.779,80	5.107,21
BA	292370	Paratinga	6	304,20	5.779,80	9.330,07
BA	292380	Paripiranga	5	253,50	4.816,50	8.967,87
BA	292390	Pau Brasil	4	202,80	3.853,20	2.745,30
BA	292400	Paulo Afonso	0	0,00	0,00	55.323,58
BA	292405	Pé de Serra	0	0,00	0,00	6.635,75

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	292410	Pedrão	3	152,10	2.889,90	1.734,33
BA	292420	Pedro Alexandre	4	202,80	3.853,20	4.492,59
BA	292430	Piatã	0	0,00	0,00	8.517,66
BA	292440	Pilão Arcado	6	304,20	5.779,80	10.601,03
BA	292450	Pindaí	4	202,80	3.853,20	3.887,59
BA	292460	Pindobaçu	6	304,20	5.779,80	4.863,44
BA	292465	Pintadas	4	202,80	3.853,20	2.536,74
BA	292467	Piraí do Norte	4	202,80	3.853,20	2.541,54
BA	292470	Piripá	4	202,80	3.853,20	2.905,38
BA	292480	Piritiba	0	0,00	0,00	12.208,11
BA	292490	Planaltino	3	152,10	2.889,90	2.219,90
BA	292500	Planalto	0	0,00	0,00	12.336,04
BA	292510	Poções	19	963,30	18.302,70	11.197,31
BA	292520	Pojuca	15	760,50	14.449,50	9.102,04
BA	292525	Ponto Novo	5	253,50	4.816,50	3.740,23
BA	292530	Porto Seguro	55	2.788,50	52.981,50	34.220,08
BA	292540	Potiraguá	1	50,70	963,30	3.424,78
BA	292550	Prado	8	405,60	7.706,40	6.720,54
BA	292560	Presidente Dutra	6	304,20	5.779,80	3.605,71
BA	292570	Presidente Jânio Quadros	4	202,80	3.853,20	3.139,19
BA	292575	Presidente Tancredo Neves	5	253,50	4.816,50	8.054,41
BA	292580	Queimadas	8	405,60	7.706,40	6.472,53
BA	292590	Quijingue	5	253,50	4.816,50	8.515,50
BA	292593	Quixabeira	4	202,80	3.853,20	2.301,98
BA	292595	Rafael Jambeiro	5	253,50	4.816,50	6.343,45
BA	292600	Remanso	14	709,80	13.486,20	9.779,00
BA	292610	Retirolândia	4	202,80	3.853,20	3.375,63
BA	292620	Riachão das Neves	6	304,20	5.779,80	5.342,56
BA	292630	Riachão do Jacuípe	13	659,10	12.522,90	8.113,19
BA	292640	Riacho de Santana	8	405,60	7.706,40	8.994,80
BA	292650	Ribeira do Amparo	4	202,80	3.853,20	3.539,02
BA	292660	Ribeira do Pombal	20	1.014,00	19.266,00	12.596,15
BA	292665	Ribeirão do Largo	3	152,10	2.889,90	3.227,01
BA	292670	Rio de Contas	4	202,80	3.853,20	3.150,87
BA	292680	Rio do Antônio	4	202,80	3.853,20	3.621,75
BA	292690	Rio do Pires	1	50,70	963,30	4.596,28
BA	292700	Rio Real	15	760,50	14.449,50	9.571,60
BA	292710	Rodelas	4	202,80	3.853,20	2.155,31
BA	292720	Ruy Barbosa	10	507,00	9.633,00	7.339,78
BA	292730	Salinas da Margarida	0	0,00	0,00	7.228,83
BA	292740	Salvador	1.425	72.247,50	1.372.702,50	676.955,13
BA	292750	Santa Bárbara	5	253,50	4.816,50	4.998,70
BA	292760	Santa Brígida	4	202,80	3.853,20	3.524,81
BA	292770	Santa Cruz Cabrália	0	0,00	0,00	13.086,33
BA	292780	Santa Cruz da Vitória	3	152,10	2.889,90	1.560,17
BA	292790	Santa Inês	5	253,50	4.816,50	2.563,46
BA	292800	Santaluz	11	557,70	10.596,30	8.805,04
BA	292805	Santa Luzia	4	202,80	3.853,20	3.442,49
BA	292810	Santa Maria da Vitória	15	760,50	14.449,50	9.584,67
BA	292820	Santana	8	405,60	7.706,40	6.300,25
BA	292830	Santanópolis	3	152,10	2.889,90	2.163,79
BA	292840	Santa Rita de Cássia	9	456,30	8.669,70	6.679,29
BA	292850	Santa Teresinha	4	202,80	3.853,20	2.447,96
BA	292860	Santo Amaro	0	0,00	0,00	28.398,79
BA	292870	Santo Antônio de Jesus	52	2.636,40	50.091,60	23.682,54
BA	292880	Santo Estêvão	17	861,90	16.376,10	12.351,63
BA	292890	São Desidério	5	253,50	4.816,50	10.611,45
BA	292895	São Domingos	4	202,80	3.853,20	2.263,48
BA	292900	São Félix	5	253,50	4.816,50	3.666,50
BA	292905	São Félix do Coribe	2	101,40	1.926,60	5.326,52
BA	292910	São Felipe	5	253,50	4.816,50	5.250,33
BA	292920	São Francisco do Conde	5	253,50	4.816,50	13.617,66
BA	292925	São Gabriel	6	304,20	5.779,80	4.494,65
BA	292930	São Gonçalo dos Campos	9	456,30	8.669,70	8.755,21
BA	292935	São José da Vitória	3	152,10	2.889,90	1.447,24
BA	292937	São José do Jacuípe	0	0,00	0,00	5.069,62
BA	292940	São Miguel das Matas	0	0,00	0,00	5.542,16
BA	292950	São Sebastião do Passé	18	912,60	17.339,40	10.502,02
BA	292960	Sapeaçu	4	202,80	3.853,20	4.449,05
BA	292970	Sátiro Dias	0	0,00	0,00	9.363,29
BA	292975	Saubara	7	354,90	6.743,10	2.837,08
BA	292980	Saúde	1	50,70	963,30	5.171,49
BA	292990	Seabra	13	659,10	12.522,90	10.442,67
BA	293000	Sebastião Laranjeiras	4	202,80	3.853,20	2.680,33
BA	293010	Senhor do Bonfim	31	1.571,70	29.862,30	18.638,13
BA	293015	Serra do Ramalho	5	253,50	4.816,50	10.324,08
BA	293020	Sento Sé	11	557,70	10.596,30	9.600,02
BA	293030	Serra Dourada	4	202,80	3.853,20	4.610,84
BA	293040	Serra Preta	4	202,80	3.853,20	3.751,76
BA	293050	Serrinha	31	1.571,70	29.862,30	19.083,85
BA	293060	Serrolândia	4	202,80	3.853,20	3.169,83
BA	293070	Simões Filho	53	2.687,10	51.054,90	31.178,13
BA	293075	Sítio do Mato	4	202,80	3.853,20	3.079,31
BA	293076	Sítio do Quinto	4	202,80	3.853,20	2.976,57
BA	293077	Sobradinho	3	152,10	2.889,90	7.978,55
BA	293080	Souto Soares	4	202,80	3.853,20	5.020,57
BA	293090	Tabocas do Brejo Velho	4	202,80	3.853,20	3.006,03
BA	293100	Tanhaçu	5	253,50	4.816,50	4.952,87
BA	293105	Tanque Novo	5	253,50	4.816,50	4.098,42

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	293110	Tanquinho	4	202,80	3.853,20	1.960,06
BA	293120	Taperoá	5	253,50	4.816,50	5.020,25
BA	293130	Tapiramutá	5	253,50	4.816,50	4.093,00
BA	293135	Teixeira de Freitas	52	2.636,40	50.091,60	37.053,96
BA	293140	Teodoro Sampaio	4	202,80	3.853,20	1.861,98
BA	293150	Teofilândia	5	253,50	4.816,50	5.898,41
BA	293160	Teolândia	4	202,80	3.853,20	3.519,31
BA	293170	Terra Nova	6	304,20	5.779,80	3.104,52
BA	293180	Tremedal	4	202,80	3.853,20	4.653,46
BA	293190	Tucano	14	709,80	13.486,20	12.863,35
BA	293200	Uauá	6	304,20	5.779,80	6.120,87
BA	293210	Ubaíra	5	253,50	4.816,50	5.234,12
BA	293220	Ubaitaba	5	253,50	4.816,50	4.892,37
BA	293230	Ubatã	9	456,30	8.669,70	6.431,91
BA	293240	Uibaí	6	304,20	5.779,80	3.319,02
BA	293245	Umburanas	4	202,80	3.853,20	5.094,38
BA	293250	Una	8	405,60	7.706,40	5.269,00
BA	293260	Urandi	4	202,80	3.853,20	4.101,63
BA	293270	Uruçuca	9	456,30	8.669,70	5.434,03
BA	293280	Utinga	7	354,90	6.743,10	4.628,11
BA	293290	Valença	41	2.078,70	39.495,30	22.629,98
BA	293300	Valente	8	405,60	7.706,40	6.586,94
BA	293305	Várzea da Roça	4	202,80	3.853,20	3.377,95
BA	293310	Várzea do Poço	4	202,80	3.853,20	2.165,40
BA	293315	Várzea Nova	5	253,50	4.816,50	3.154,55
BA	293317	Varzedo	3	152,10	2.889,90	2.168,17
BA	293320	Vera Cruz	20	1.014,00	19.266,00	10.612,36
BA	293325	Vereda	1	50,70	963,30	2.149,55
BA	293330	Vitória da Conquista	164	8.314,80	157.981,20	79.914,54
BA	293340	Wagner	4	202,80	3.853,20	2.235,06
BA	293345	Wanderley	0	0,00	0,00	5.999,12
BA	293350	Wenceslau Guimarães	5	253,50	4.816,50	6.075,21
BA	293360	Xique-Xique	18	912,60	17.339,40	11.083,65
		Total	5.561	281.942,70	5.356.911,30	5.529.719,13

ANEXO VI

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
CE	230000	SES/CE	0	0,00	0,00	779.258,78
CE	230010	Abaiara	4	202,80	3.853,20	2.543,24
CE	230015	Acarape	4	202,80	3.853,20	3.643,85
CE	230020	Acaraú	15	760,50	14.449,50	13.657,54
CE	230030	Acopiara	17	861,90	16.376,10	11.849,56
CE	230040	Aiuaba	4	202,80	3.853,20	3.782,06
CE	230050	Alcântaras	4	202,80	3.853,20	2.527,52
CE	230060	Altaneira	4	202,80	3.853,20	1.649,07
CE	230070	Alto Santo	4	202,80	3.853,20	3.739,79
CE	230075	Amontada	7	354,90	6.743,10	12.360,99
CE	230080	Antonina do Norte	3	152,10	2.889,90	1.616,76
CE	230090	Apuiarés	4	202,80	3.853,20	3.257,46
CE	230100	Aquiraz	40	2.028,00	38.532,00	21.629,42
CE	230110	Aracati	28	1.419,60	26.972,40	16.158,14
CE	230120	Aracoiaba	8	405,60	7.706,40	5.839,30
CE	230125	Ararendá	4	202,80	3.853,20	2.411,21
CE	230130	Araripe	6	304,20	5.779,80	4.754,71
CE	230140	Aratuba	4	202,80	3.853,20	2.591,39
CE	230150	Arneiroz	3	152,10	2.889,90	1.721,55
CE	230160	Assaré	8	405,60	7.706,40	5.108,02
CE	230170	Aurora	8	405,60	7.706,40	5.475,34
CE	230180	Baixio	3	152,10	2.889,90	1.386,42
CE	230185	Banabuiú	5	253,50	4.816,50	3.979,14
CE	230190	Barbalha	19	963,30	18.302,70	13.135,55
CE	230195	Barreira	5	253,50	4.816,50	4.617,84
CE	230200	Barro	8	405,60	7.706,40	4.946,07
CE	230205	Barroquinha	5	253,50	4.816,50	3.278,37
CE	230210	Baturité	14	709,80	13.486,20	7.876,39
CE	230220	Beberibe	14	709,80	13.486,20	11.603,98
CE	230230	Bela Cruz	8	405,60	7.706,40	7.136,17
CE	230240	Boa Viagem	16	811,20	15.412,80	12.012,51
CE	230250	Brejo Santo	17	861,90	16.376,10	10.665,87
CE	230260	Camocim	26	1.318,20	25.045,80	13.900,01
CE	230270	Campos Sales	12	608,40	11.559,60	6.009,89
CE	230280	Canindé	27	1.368,90	26.009,10	17.176,97
CE	230290	Capistrano	4	202,80	3.853,20	3.966,42
CE	230300	Caridade	5	253,50	4.816,50	5.039,12
CE	230310	Cariré	4	202,80	3.853,20	4.403,85
CE	230320	Caririaçu	9	456,30	8.669,70	5.970,49
CE	230330	Cariús	5	253,50	4.816,50	4.153,68
CE	230340	Carnaubal	4	202,80	3.853,20	3.951,09
CE	230350	Cascavel	35	1.774,50	33.715,50	15.538,80
CE	230360	Catarina	5	253,50	4.816,50	4.429,90
CE	230365	Catunda	4	202,80	3.853,20	2.307,91
CE	230370	Caucaia	159	8.061,30	153.164,70	98.834,82
CE	230380	Cedro	10	507,00	9.633,00	5.553,03
CE	230390	Chaval	5	253,50	4.816,50	2.847,35
CE	230393	Choró	4	202,80	3.853,20	2.976,33
CE	230395	Chorozinho	6	304,20	5.779,80	5.244,96
CE	230400	Coreaú	3	152,10	2.889,90	7.315,02
CE	230410	Crateús	34	1.723,80	32.752,20	16.493,33
CE	230420	Crato	59	2.991,30	56.834,70	28.668,60

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	230423	Croatá	6	304,20	5.779,80	3.972,29
CE	230425	Cruz	5	253,50	4.816,50	5.791,51
CE	230426	Deputado Irapuan Pinheiro	3	152,10	2.889,90	2.113,03
CE	230427	Ererê	3	152,10	2.889,90	1.574,86
CE	230428	Eusébio	28	1.419,60	26.972,40	14.401,44
CE	230430	Farias Brito	6	304,20	5.779,80	4.232,84
CE	230435	Forquilha	9	456,30	8.669,70	5.321,37
CE	230440	Fortaleza	1.270	64.389,00	1.223.391,00	714.154,48
CE	230445	Fortim	5	253,50	4.816,50	3.558,24
CE	230450	Frecheirinha	5	253,50	4.816,50	3.026,22
CE	230460	General Sampaio	3	152,10	2.889,90	1.531,18
CE	230465	Graça	4	202,80	3.853,20	3.420,09
CE	230470	Granja	15	760,50	14.449,50	12.093,74
CE	230480	Granjeiro	2	101,40	1.926,60	1.017,63
CE	230490	Groaíras	3	152,10	2.889,90	2.422,84
CE	230495	Guaiúba	9	456,30	8.669,70	7.200,68
CE	230500	Guaraciaba do Norte	8	405,60	7.706,40	10.000,75
CE	230510	Guaramiranga	2	101,40	1.926,60	901,46
CE	230520	Hidrolândia	6	304,20	5.779,80	4.496,88
CE	230523	Horizonte	35	1.774,50	33.715,50	17.980,70
CE	230526	Ibaretama	4	202,80	3.853,20	2.932,87
CE	230530	Ibiapina	6	304,20	5.779,80	5.593,14
CE	230533	Ibicuitinga	4	202,80	3.853,20	2.719,04
CE	230535	Icapuí	4	202,80	3.853,20	4.778,79
CE	230540	Icó	18	912,60	17.339,40	14.934,64
CE	230550	Iguatu	40	2.028,00	38.532,00	22.479,07
CE	230560	Independência	7	354,90	6.743,10	5.768,11
CE	230565	Ipaporanga	4	202,80	3.853,20	2.546,82
CE	230570	Ipaumirim	4	202,80	3.853,20	2.739,31
CE	230580	Ipu	15	760,50	14.449,50	9.210,68
CE	230590	Ipueiras	12	608,40	11.559,60	8.519,94
CE	230600	Iracema	6	304,20	5.779,80	3.139,36
CE	230610	Irauçuba	8	405,60	7.706,40	5.302,93
CE	230620	Itaiçaba	3	152,10	2.889,90	1.695,32
CE	230625	Itaitinga	23	1.166,10	22.155,90	10.733,23
CE	230630	Itapagé	18	912,60	17.339,40	11.389,11
CE	230640	Itapipoca	36	1.825,20	34.678,80	28.124,17
CE	230650	Itapiúna	5	253,50	4.816,50	4.423,43
CE	230655	Itarema	7	354,90	6.743,10	11.626,47
CE	230660	Itatira	5	253,50	4.816,50	4.571,14
CE	230670	Jaguaretama	5	253,50	4.816,50	4.004,70
CE	230680	Jaguaribara	4	202,80	3.853,20	2.492,06
CE	230690	Jaguaribe	12	608,40	11.559,60	7.667,89
CE	230700	Jaguaruana	13	659,10	12.522,90	7.422,16
CE	230710	Jardim	5	253,50	4.816,50	7.225,56
CE	230720	Jati	3	152,10	2.889,90	1.722,62
CE	230725	Jijoca de Jericoacoara	4	202,80	3.853,20	4.685,97
CE	230730	Juazeiro do Norte	148	7.503,60	142.568,40	59.341,70
CE	230740	Jucás	9	456,30	8.669,70	5.449,23
CE	230750	Lavras da Mangabeira	11	557,70	10.596,30	6.930,44
CE	230760	Limoeiro do Norte	20	1.014,00	19.266,00	12.934,18
CE	230763	Madalena	5	253,50	4.816,50	4.369,98
CE	230765	Maracanaú	128	6.489,60	123.302,40	61.924,71
CE	230770	Maranguape	50	2.535,00	48.165,00	34.460,84
CE	230780	Marco	8	405,60	7.706,40	5.982,33
CE	230790	Martinópole	5	253,50	4.816,50	2.465,46
CE	230800	Massapê	14	709,80	13.486,20	8.414,57
CE	230810	Mauriti	14	709,80	13.486,20	10.237,89
CE	230820	Meruoca	4	202,80	3.853,20	3.311,46
CE	230830	Milagres	8	405,60	7.706,40	6.286,89
CE	230835	Milhã	4	202,80	3.853,20	2.918,30
CE	230837	Miraíma	4	202,80	3.853,20	3.024,81
CE	230840	Missão Velha	9	456,30	8.669,70	7.811,60
CE	230850	Mombaça	11	557,70	10.596,30	9.693,25
CE	230860	Monsenhor Tabosa	5	253,50	4.816,50	3.865,66
CE	230870	Morada Nova	18	912,60	17.339,40	13.757,74
CE	230880	Moraújo	3	152,10	2.889,90	1.910,71
CE	230890	Morrinhos	6	304,20	5.779,80	4.893,57
CE	230900	Mucambo	5	253,50	4.816,50	3.188,74
CE	230910	Mulungu	4	202,80	3.853,20	2.831,89
CE	230920	Nova Olinda	6	304,20	5.779,80	3.401,14
CE	230930	Nova Russas	15	760,50	14.449,50	7.123,02
CE	230940	Novo Oriente	9	456,30	8.669,70	6.307,55
CE	230945	Ocara	5	253,50	4.816,50	6.333,36
CE	230950	Orós	11	557,70	10.596,30	4.751,89
CE	230960	Pacajus	34	1.723,80	32.752,20	19.306,71
CE	230970	Pacatuba	35	1.774,50	33.715,50	22.458,57
CE	230980	Pacoti	3	152,10	2.889,90	2.673,91
CE	230990	Pacujá	3	152,10	2.889,90	1.378,15
CE	231000	Palhano	3	152,10	2.889,90	2.055,95
CE	231010	Palmácia	4	202,80	3.853,20	2.882,96
CE	231020	Paracuru	13	659,10	12.522,90	7.455,32

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	231025	Paraipaba	7	354,90	6.743,10	7.526,74
CE	231030	Parambu	0	0,00	0,00	13.950,04
CE	231040	Paramoti	4	202,80	3.853,20	2.552,54
CE	231050	Pedra Branca	16	811,20	15.412,80	9.470,48
CE	231060	Penaforte	4	202,80	3.853,20	1.975,17
CE	231070	Pentecoste	13	659,10	12.522,90	8.160,84
CE	231080	Pereiro	4	202,80	3.853,20	3.585,68
CE	231085	Pindoretama	4	202,80	3.853,20	5.237,94
CE	231090	Piquet Carneiro	4	202,80	3.853,20	3.674,17
CE	231095	Pires Ferreira	4	202,80	3.853,20	2.378,64
CE	231100	Poranga	4	202,80	3.853,20	2.750,62
CE	231110	Porteiras	4	202,80	3.853,20	3.342,98
CE	231120	Potengi	4	202,80	3.853,20	2.419,32
CE	231123	Potiretama	3	152,10	2.889,90	1.409,67
CE	231126	Quiterianópolis	5	253,50	4.816,50	4.637,66
CE	231130	Quixadá	33	1.673,10	31.788,90	19.050,14
CE	231135	Quixelô	4	202,80	3.853,20	3.337,94
CE	231140	Quixeramobim	28	1.419,60	26.972,40	17.285,12
CE	231150	Quixeré	6	304,20	5.779,80	4.812,05
CE	231160	Redenção	9	456,30	8.669,70	6.116,08
CE	231170	Reriutaba	7	354,90	6.743,10	4.294,05
CE	231180	Russas	29	1.470,30	27.935,70	16.734,62
CE	231190	Saboeiro	4	202,80	3.853,20	3.542,37
CE	231195	Salitre	4	202,80	3.853,20	3.617,77
CE	231200	Santana do Acaraú	9	456,30	8.669,70	7.080,14
CE	231210	Santana do Cariri	5	253,50	4.816,50	3.882,10
CE	231220	Santa Quitéria	14	709,80	13.486,20	9.679,88
CE	231230	São Benedito	12	608,40	11.559,60	10.499,26
CE	231240	São Gonçalo do Amarante	17	861,90	16.376,10	13.260,91
CE	231250	São João do Jaguaribe	3	152,10	2.889,90	1.734,05
CE	231260	São Luís do Curu	5	253,50	4.816,50	2.844,12
CE	231270	Senador Pompeu	11	557,70	10.596,30	5.910,51
CE	231280	Senador Sá	4	202,80	3.853,20	1.674,71
CE	231290	Sobral	92	4.664,40	88.623,60	45.149,39
CE	231300	Solonópole	6	304,20	5.779,80	4.000,11
CE	231310	Tabuleiro do Norte	12	608,40	11.559,60	6.708,45
CE	231320	Tamboril	9	456,30	8.669,70	5.701,51
CE	231325	Tarrafas	3	152,10	2.889,90	1.973,11
CE	231330	Tauá	21	1.064,70	20.229,30	12.842,81
CE	231335	Tejuçuoca	4	202,80	3.853,20	4.527,78
CE	231340	Tianguá	26	1.318,20	25.045,80	16.635,27
CE	231350	Trairi	11	557,70	10.596,30	13.732,29
CE	231355	Tururu	4	202,80	3.853,20	3.526,58
CE	231360	Ubajara	9	456,30	8.669,70	7.678,47
CE	231370	Umari	3	152,10	2.889,90	1.707,93
CE	231375	Umirim	6	304,20	5.779,80	4.355,71
CE	231380	Uruburetama	8	405,60	7.706,40	4.757,26
CE	231390	Uruoca	5	253,50	4.816,50	3.027,60
CE	231395	Varjota	8	405,60	7.706,40	4.057,23
CE	231400	Várzea Alegre	16	811,20	15.412,80	8.949,15
CE	231410	Viçosa do Ceará	10	507,00	9.633,00	17.499,18
		Total	3.586	181.810,20	3.454.393,80	2.996.048,96

ANEXO VII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
DF	530000	Brasília	401	20.330,70	386.283,30	641.284,46
		Total	401	20.330,70	386.283,30	641.284,46

ANEXO VIII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
ES	320000	SES/ES	0	0,00	0,00	405.933,11
ES	320010	Afonso Cláudio	9	456,30	8.669,70	6.645,83
ES	320013	Águia Branca	1	50,70	963,30	3.154,74
ES	320016	Água Doce do Norte	4	202,80	3.853,20	2.483,48
ES	320020	Alegre	10	507,00	9.633,00	6.587,85
ES	320030	Alfredo Chaves	4	202,80	3.853,20	3.079,24
ES	320035	Alto Rio Novo	1	50,70	963,30	2.312,35
ES	320040	Anchieta	10	507,00	9.633,00	5.828,14
ES	320050	Apiacá	4	202,80	3.853,20	1.619,45
ES	320060	Aracruz	36	1.825,20	34.678,80	20.088,57
ES	320070	Atilio Vivacqua	0	0,00	0,00	4.819,96
ES	320080	Baixo Guandu	6	304,20	5.779,80	7.202,75
ES	320090	Barra de São Francisco	0	0,00	0,00	18.490,55
ES	320100	Boa Esperança	0	0,00	0,00	6.312,83
ES	320110	Bom Jesus do Norte	5	253,50	4.816,50	2.093,53
ES	320115	Brejetuba	0	0,00	0,00	5.242,18
ES	320120	Cachoeiro de Itapemirim	73	3.701,10	70.320,90	44.975,41
ES	320130	Cariacica	67	3.396,90	64.541,10	137.858,68
ES	320140	Castelo	9	456,30	8.669,70	7.820,40
ES	320150	Colatina	45	2.281,50	43.348,50	25.423,85
ES	320160	Conceição da Barra	12	608,40	11.559,60	6.446,36
ES	320170	Conceição do Castelo	0	0,00	0,00	5.285,46
ES	320180	Divino de São Lourenço	0	0,00	0,00	1.914,26
ES	320190	Domingos Martins	5	253,50	4.816,50	9.375,94
ES	320200	Dores do Rio Preto	0	0,00	0,00	2.837,50
ES	320210	Ecoporanga	3	152,10	2.889,90	7.043,62
ES	320220	Fundão	0	0,00	0,00	10.845,53
ES	320225	Governador Lindenberg	4	202,80	3.853,20	2.572,50
ES	320230	Guaçuí	0	0,00	0,00	12.740,40

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ES	320240	Guarapari	48	2.433,60	46.238,40	36.077,37
ES	320245	Ibatiba	6	304,20	5.779,80	5.284,24
ES	320250	Ibiraçu	0	0,00	0,00	5.137,24
ES	320255	Ibitirama	0	0,00	0,00	3.838,33
ES	320260	Iconha	0	0,00	0,00	5.723,20
ES	320265	Irupi	1	50,70	963,30	4.500,20
ES	320270	Itaguaçu	5	253,50	4.816,50	3.030,65
ES	320280	Itapemirim	10	507,00	9.633,00	7.257,45
ES	320290	Itarana	4	202,80	3.853,20	2.317,09
ES	320300	Iúna	8	405,60	7.706,40	6.103,77
ES	320305	Jaguaré	0	0,00	0,00	12.103,81
ES	320310	Jerônimo Monteiro	5	253,50	4.816,50	2.457,35
ES	320313	João Neiva	7	354,90	6.743,10	3.505,13
ES	320316	Laranja da Terra	0	0,00	0,00	4.678,27
ES	320320	Linhares	61	3.092,70	58.761,30	34.513,97
ES	320330	Mantenópolis	5	253,50	4.816,50	3.148,05
ES	320332	Marataízes	14	709,80	13.486,20	11.423,76
ES	320334	Marechal Floriano	0	0,00	0,00	6.755,87
ES	320335	Marilândia	4	202,80	3.853,20	2.572,91
ES	320340	Mimoso do Sul	0	0,00	0,00	11.183,43
ES	320350	Montanha	9	456,30	8.669,70	3.959,00
ES	320360	Mucurici	0	0,00	0,00	2.412,84
ES	320370	Muniz Freire	5	253,50	4.816,50	3.895,70
ES	320380	Muqui	2	101,40	1.926,60	4.527,51
ES	320390	Nova Venécia	0	0,00	0,00	20.821,32
ES	320400	Pancas	6	304,20	5.779,80	4.838,14
ES	320405	Pedro Canário	12	608,40	11.559,60	5.417,97
ES	320410	Pinheiros	7	354,90	6.743,10	5.539,04
ES	320420	Piúma	8	405,60	7.706,40	7.529,83
ES	320425	Ponto Belo	4	202,80	3.853,20	1.613,12
ES	320430	Presidente Kennedy	4	202,80	3.853,20	2.397,33
ES	320435	Rio Bananal	4	202,80	3.853,20	4.091,74
ES	320440	Rio Novo do Sul	0	0,00	0,00	4.938,79
ES	320450	Santa Leopoldina	1	50,70	963,30	4.299,70
ES	320455	Santa Maria de Jetibá	5	253,50	4.816,50	11.487,43
ES	320460	Santa Teresa	0	0,00	0,00	9.810,20
ES	320465	São Domingos do Norte	0	0,00	0,00	3.600,68
ES	320470	São Gabriel da Palha	10	507,00	9.633,00	7.630,73
ES	320480	São José do Calçado	0	0,00	0,00	4.506,36
ES	320490	São Mateus	44	2.230,80	42.385,20	26.225,00
ES	320495	São Roque do Canaã	2	101,40	1.926,60	3.209,82
ES	320500	Serra	142	7.199,40	136.788,60	131.308,95
ES	320501	Sooretama	5	253,50	4.816,50	7.040,68
ES	320503	Vargem Alta	5	253,50	4.816,50	4.406,73
ES	320506	Venda Nova do Imigrante	6	304,20	5.779,80	5.017,40
ES	320510	Viana	6	304,20	5.779,80	34.335,66
ES	320515	Vila Pavão	0	0,00	0,00	3.862,42
ES	320517	Vila Valério	2	101,40	1.926,60	4.074,67
ES	320520	Vila Velha	117	5.931,90	112.706,10	141.431,63
ES	320530	Vitória	110	5.577,00	105.963,00	94.870,33
		Total	1.002	50.801,40	965.226,60	1.517.747,28

ANEXO IV

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
GO	520000	SES/GO	0	0,00	0,00	447.581,90
GO	520005	Abadia de Goiás	3	152,10	2.889,90	4.113,50
GO	520010	Abadiânia	6	304,20	5.779,80	4.616,09
GO	520013	Acreúna	9	456,30	8.669,70	4.873,63
GO	520015	Adelândia	2	101,40	1.926,60	1.482,17
GO	520017	Água Fria de Goiás	3	152,10	2.889,90	4.586,30
GO	520020	Água Limpa	2	101,40	1.926,60	1.643,17
GO	520025	Águas Lindas de Goiás	95	4.816,50	91.513,50	38.994,06
GO	520030	Alexânia	12	608,40	11.559,60	5.696,99
GO	520050	Aloândia	2	101,40	1.926,60	1.478,44
GO	520055	Alto Horizonte	3	152,10	2.889,90	2.275,28
GO	520060	Alto Paraíso de Goiás	4	202,80	3.853,20	3.579,19
GO	520080	Alvorada do Norte	4	202,80	3.853,20	2.951,94
GO	520082	Amaralina	0	0,00	0,00	4.854,51
GO	520085	Americano do Brasil	3	152,10	2.889,90	1.746,58
GO	520090	Amorinópolis	0	0,00	0,00	3.170,56
GO	520110	Anápolis	223	11.306,10	214.815,90	68.665,20
GO	520120	Anhanguera	1	50,70	963,30	2.123,91
GO	520130	Anicuns	11	557,70	10.596,30	4.316,98
GO	520140	Aparecida de Goiânia	160	8.112,00	154.128,00	124.228,96
GO	520145	Aparecida do Rio Doce	1	50,70	963,30	2.563,61
GO	520150	Aporé	2	101,40	1.926,60	4.414,81
GO	520160	Araçu	2	101,40	1.926,60	1.568,42
GO	520170	Aragarças	0	0,00	0,00	8.767,23
GO	520180	Aragoiânia	4	202,80	3.853,20	3.723,11
GO	520215	Araguapaz	3	152,10	2.889,90	3.627,39
GO	520235	Arenópolis	1	50,70	963,30	2.855,50
GO	520250	Aruanã	5	253,50	4.816,50	3.938,84
GO	520260	Aurilândia	0	0,00	0,00	3.349,52
GO	520280	Avelinópolis	1	50,70	963,30	2.020,05
GO	520310	Baliza	2	101,40	1.926,60	4.061,29
GO	520320	Barro Alto	4	202,80	3.853,20	2.846,83
GO	520330	Bela Vista de Goiás	11	557,70	10.596,30	6.760,61
GO	520340	Bom Jardim de Goiás	4	202,80	3.853,20	3.217,34
GO	520350	Bom Jesus de Goiás	12	608,40	11.559,60	4.567,91
GO	520355	Bonfinópolis	3	152,10	2.889,90	2.722,38
GO	520357	Bonópolis	0	0,00	0,00	5.195,33
GO	520360	Brazabrantes	2	101,40	1.926,60	2.456,94
GO	520380	Britânia	3	152,10	2.889,90	2.536,18

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	520390	Buriti Alegre	6	304,20	5.779,80	2.627,29
GO	520393	Buriti de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.602,46
GO	520396	Buritinópolis	2	101,40	1.926,60	1.664,63
GO	520400	Cabeceiras	4	202,80	3.853,20	3.181,60
GO	520410	Cachoeira Alta	5	253,50	4.816,50	3.550,93
GO	520420	Cachoeira de Goiás	1	50,70	963,30	2.418,86
GO	520425	Cachoeira Dourada	4	202,80	3.853,20	2.312,23
GO	520430	Caçu	7	354,90	6.743,10	4.184,17
GO	520440	Caiapônia	7	354,90	6.743,10	10.614,36
GO	520450	Caldas Novas	46	2.332,20	44.311,80	20.218,93
GO	520455	Caldazinha	2	101,40	1.926,60	2.716,63
GO	520460	Campestre de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.813,14
GO	520465	Campinaçu	2	101,40	1.926,60	3.003,00
GO	520470	Campinorte	6	304,20	5.779,80	3.221,83
GO	520480	Campo Alegre de Goiás	3	152,10	2.889,90	3.665,74
GO	520485	Campo Limpo de Goiás	1	50,70	963,30	2.648,57
GO	520490	Campos Belos	11	557,70	10.596,30	4.102,49
GO	520495	Campos Verdes	2	101,40	1.926,60	1.715,11
GO	520500	Carmo do Rio Verde	3	152,10	2.889,90	2.282,71
GO	520505	Castelândia	2	101,40	1.926,60	1.581,85
GO	520510	Catalão	27	1.368,90	26.009,10	20.219,84
GO	520520	Caturaí	1	50,70	963,30	3.403,53
GO	520530	Cavalcante	3	152,10	2.889,90	10.055,08
GO	520540	Ceres	12	608,40	11.559,60	4.262,75
GO	520545	Cezarina	3	152,10	2.889,90	2.177,73
GO	520547	Chapadão do Céu	0	0,00	0,00	7.571,47
GO	520549	Cidade Ocidental	29	1.470,30	27.935,70	11.491,21
GO	520551	Cocalzinho de Goiás	7	354,90	6.743,10	5.519,13
GO	520552	Colinas do Sul	0	0,00	0,00	4.924,24
GO	520570	Córrego do Ouro	2	101,40	1.926,60	1.589,18
GO	520580	Corumbá de Goiás	4	202,80	3.853,20	3.561,23
GO	520590	Corumbaíba	4	202,80	3.853,20	3.233,56
GO	520620	Cristalina	7	354,90	6.743,10	21.610,91
GO	520630	Cristianópolis	2	101,40	1.926,60	1.565,77
GO	520640	Crixás	5	253,50	4.816,50	6.199,50
GO	520650	Cromínia	1	50,70	963,30	2.247,69
GO	520660	Cumari	2	101,40	1.926,60	1.699,03
GO	520670	Damianópolis	2	101,40	1.926,60	1.747,43
GO	520680	Damolândia	0	0,00	0,00	2.893,59
GO	520690	Davinópolis	2	101,40	1.926,60	1.681,22
GO	520710	Diorama	1	50,70	963,30	2.600,67
GO	520725	Doverlândia	1	50,70	963,30	16.855,55
GO	520735	Edealina	2	101,40	1.926,60	1.733,39
GO	520740	Edéia	6	304,20	5.779,80	3.379,26
GO	520750	Estrela do Norte	1	50,70	963,30	2.170,40
GO	520753	Faina	3	152,10	2.889,90	2.942,75
GO	520760	Fazenda Nova	0	0,00	0,00	5.029,98
GO	520780	Firminópolis	5	253,50	4.816,50	2.696,64
GO	520790	Flores de Goiás	4	202,80	3.853,20	9.787,54
GO	520800	Formosa	43	2.180,10	41.421,90	23.844,32
GO	520810	Formoso	3	152,10	2.889,90	1.988,68
GO	520815	Gameleira de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.948,53
GO	520830	Divinópolis de Goiás	2	101,40	1.926,60	2.748,03
GO	520840	Goianápolis	4	202,80	3.853,20	4.069,23
GO	520850	Goiandira	3	152,10	2.889,90	1.866,52
GO	520860	Goianésia	32	1.622,40	30.825,60	11.616,83
GO	520870	Goiânia	698	35.388,60	672.383,40	364.969,88
GO	520880	Goianira	27	1.368,90	26.009,10	9.434,56
GO	520890	Goiás	11	557,70	10.596,30	6.854,25
GO	520910	Goiatuba	18	912,60	17.339,40	6.700,08
GO	520915	Gouvelândia	3	152,10	2.889,90	2.066,97
GO	520920	Guapó	6	304,20	5.779,80	3.629,38
GO	520929	Guaraíta	0	0,00	0,00	3.956,86
GO	520940	Guarani de Goiás	2	101,40	1.926,60	2.683,96
GO	520945	Guarinos	2	101,40	1.926,60	1.608,54
GO	520960	Heitoraí	2	101,40	1.926,60	1.720,72
GO	520970	Hidrolândia	7	354,90	6.743,10	5.668,23
GO	520980	Hidrolina	0	0,00	0,00	3.403,39
GO	520990	Iaciara	5	253,50	4.816,50	3.731,83
GO	520993	Inaciolândia	3	152,10	2.889,90	2.058,03
GO	520995	Indiara	5	253,50	4.816,50	3.400,64
GO	521000	Inhumas	16	811,20	15.412,80	9.116,22
GO	521010	Ipameri	13	659,10	12.522,90	6.961,48
GO	521015	Ipiranga de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.538,16
GO	521020	Iporá	18	912,60	17.339,40	5.680,31
GO	521030	Israelândia	0	0,00	0,00	3.347,97
GO	521040	Itaberaí	12	608,40	11.559,60	7.033,39
GO	521056	Itaguari	2	101,40	1.926,60	1.562,27
GO	521060	Itaguaru	3	152,10	2.889,90	1.660,43
GO	521080	Itajá	3	152,10	2.889,90	2.834,46
GO	521090	Itapaci	10	507,00	9.633,00	4.032,24
GO	521100	Itapirapuã	4	202,80	3.853,20	3.408,72
GO	521120	Itapuranga	13	659,10	12.522,90	4.989,15
GO	521130	Itarumã	3	152,10	2.889,90	4.947,09
GO	521140	Itauçu	4	202,80	3.853,20	2.191,38
GO	521150	Itumbiara	30	1.521,00	28.899,00	17.640,78
GO	521160	Ivolândia	2	101,40	1.926,60	2.059,58
GO	521170	Jandaia	3	152,10	2.889,90	2.181,81

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	521180	Jaraguá	18	912,60	17.339,40	8.588,97
GO	521190	Jataí	47	2.382,90	45.275,10	20.758,04
GO	521200	Jaupaci	0	0,00	0,00	3.553,14
GO	521205	Jesúpolis	1	50,70	963,30	2.007,87
GO	521210	Joviânia	4	202,80	3.853,20	2.108,52
GO	521220	Jussara	9	456,30	8.669,70	5.729,67
GO	521225	Lagoa Santa	2	101,40	1.926,60	1.882,53
GO	521230	Leopoldo de Bulhões	3	152,10	2.889,90	2.256,12
GO	521250	Luziânia	106	5.374,20	102.109,80	39.703,64
GO	521260	Mairipotaba	1	50,70	963,30	2.312,86
GO	521270	Mambaí	3	152,10	2.889,90	2.659,00
GO	521280	Mara Rosa	1	50,70	963,30	5.590,67
GO	521290	Marzagão	0	0,00	0,00	3.222,70
GO	521295	Matrinchã	2	101,40	1.926,60	2.402,78
GO	521300	Maurilândia	6	304,20	5.779,80	2.720,99
GO	521305	Mimoso de Goiás	2	101,40	1.926,60	3.290,49
GO	521308	Minaçu	15	760,50	14.449,50	7.264,99
GO	521310	Mineiros	27	1.368,90	26.009,10	15.824,28
GO	521340	Moiporá	1	50,70	963,30	2.226,38
GO	521350	Monte Alegre de Goiás	3	152,10	2.889,90	5.565,73
GO	521370	Montes Claros de Goiás	4	202,80	3.853,20	3.557,43
GO	521375	Montividiu	3	152,10	2.889,90	4.491,21
GO	521377	Montividiu do Norte	0	0,00	0,00	5.216,20
GO	521380	Morrinhos	21	1.064,70	20.229,30	8.330,75
GO	521385	Morro Agudo de Goiás	0	0,00	0,00	3.196,71
GO	521390	Mossâmedes	1	50,70	963,30	2.751,38
GO	521400	Mozarlândia	2	101,40	1.926,60	5.641,69
GO	521405	Mundo Novo	3	152,10	2.889,90	3.921,33
GO	521410	Mutunópolis	2	101,40	1.926,60	1.887,48
GO	521440	Nazário	5	253,50	4.816,50	2.130,34
GO	521450	Nerópolis	14	709,80	13.486,20	6.841,89
GO	521460	Niquelândia	13	659,10	12.522,90	12.503,22
GO	521470	Nova América	2	101,40	1.926,60	1.545,63
GO	521480	Nova Aurora	1	50,70	963,30	2.284,80
GO	521483	Nova Crixás	4	202,80	3.853,20	10.234,82
GO	521486	Nova Glória	2	101,40	1.926,60	2.607,79
GO	521487	Nova Iguaçu de Goiás	1	50,70	963,30	2.536,73
GO	521490	Nova Roma	2	101,40	1.926,60	3.457,01
GO	521500	Nova Veneza	4	202,80	3.853,20	2.843,78
GO	521520	Novo Brasil	1	50,70	963,30	2.402,79
GO	521523	Novo Gama	32	1.622,40	30.825,60	19.328,37
GO	521525	Novo Planalto	2	101,40	1.926,60	2.638,93
GO	521530	Orizona	5	253,50	4.816,50	3.994,18
GO	521540	Ouro Verde de Goiás	1	50,70	963,30	2.012,04
GO	521550	Ouvidor	3	152,10	2.889,90	1.932,71
GO	521560	Padre Bernardo	9	456,30	8.669,70	7.675,51
GO	521565	Palestina de Goiás	2	101,40	1.926,60	2.294,88
GO	521570	Palmeiras de Goiás	11	557,70	10.596,30	5.012,09
GO	521580	Palmelo	2	101,40	1.926,60	1.489,63
GO	521590	Palminópolis	2	101,40	1.926,60	1.656,66
GO	521600	Panamá	2	101,40	1.926,60	1.649,01
GO	521630	Paranaiguara	5	253,50	4.816,50	2.959,03
GO	521640	Paraúna	3	152,10	2.889,90	6.314,26
GO	521645	Perolândia	0	0,00	0,00	4.775,54
GO	521680	Petrolina de Goiás	3	152,10	2.889,90	2.713,60
GO	521690	Pilar de Goiás	0	0,00	0,00	3.508,26
GO	521710	Piracanjuba	11	557,70	10.596,30	5.485,21
GO	521720	Piranhas	5	253,50	4.816,50	3.574,94
GO	521730	Pirenópolis	3	152,10	2.889,90	9.034,91
GO	521740	Pires do Rio	12	608,40	11.559,60	5.596,02
GO	521760	Planaltina	44	2.230,80	42.385,20	19.190,72
GO	521770	Pontalina	9	456,30	8.669,70	4.052,43
GO	521800	Porangatu	17	861,90	16.376,10	10.788,77
GO	521805	Porteirão	2	101,40	1.926,60	1.953,47
GO	521810	Portelândia	1	50,70	963,30	2.928,69
GO	521830	Posse	8	405,60	7.706,40	7.142,66
GO	521839	Professor Jamil	0	0,00	0,00	3.216,20
GO	521850	Quirinópolis	16	811,20	15.412,80	10.265,29
GO	521860	Rialma	1	50,70	963,30	4.067,43
GO	521870	Rianápolis	1	50,70	963,30	2.210,74
GO	521878	Rio Quente	2	101,40	1.926,60	2.105,08
GO	521880	Rio Verde	51	2.585,70	49.128,30	38.334,27
GO	521890	Rubiataba	10	507,00	9.633,00	3.884,59
GO	521900	Sanclerlândia	4	202,80	3.853,20	2.154,19
GO	521910	Santa Bárbara de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.802,19
GO	521920	Santa Cruz de Goiás	1	50,70	963,30	3.185,20
GO	521925	Santa Fé de Goiás	2	101,40	1.926,60	2.689,36
GO	521930	Santa Helena de Goiás	21	1.064,70	20.229,30	6.667,02
GO	521935	Santa Isabel	0	0,00	0,00	3.758,43
GO	521940	Santa Rita do Araguaia	4	202,80	3.853,20	2.794,59
GO	521945	Santa Rita do Novo Destino	1	50,70	963,30	3.054,29
GO	521950	Santa Rosa de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.445,90
GO	521960	Santa Tereza de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.834,01
GO	521970	Santa Terezinha de Goiás	2	101,40	1.926,60	3.536,45
GO	521971	Santo Antônio da Barra	2	101,40	1.926,60	1.795,62
GO	521973	Santo Antônio de Goiás	3	152,10	2.889,90	4.026,41
GO	521975	Santo Antônio do Descoberto	27	1.368,90	26.009,10	16.427,35
GO	521980	São Domingos	4	202,80	3.853,20	6.155,11
GO	521990	São Francisco de Goiás	3	152,10	2.889,90	1.829,32

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	522000	São João d'Aliança	4	202,80	3.853,20	3.252,57
GO	522005	São João da Paraúna	1	50,70	963,30	4.983,49
GO	522010	São Luís de Montes Belos	17	861,90	16.376,10	5.699,06
GO	522015	São Luíz do Norte	0	0,00	0,00	3.926,80
GO	522020	São Miguel do Araguaia	11	557,70	10.596,30	8.560,53
GO	522026	São Miguel do Passa Quatro	1	50,70	963,30	2.787,38
GO	522028	São Patrício	1	50,70	963,30	2.277,08
GO	522040	São Simão	10	507,00	9.633,00	4.712,99
GO	522045	Senador Canedo	53	2.687,10	51.054,90	24.167,69
GO	522050	Serranópolis	2	101,40	1.926,60	8.380,02
GO	522060	Silvânia	8	405,60	7.706,40	4.929,25
GO	522068	Simolândia	2	101,40	1.926,60	2.281,36
GO	522070	Sítio d'Abadia	2	101,40	1.926,60	2.952,29
GO	522100	Taquaral de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.507,77
GO	522108	Teresina de Goiás	0	0,00	0,00	14.726,41
GO	522119	Terezópolis de Goiás	4	202,80	3.853,20	2.632,73
GO	522130	Três Ranchos	2	101,40	1.926,60	1.580,64
GO	522140	Trindade	36	1.825,20	34.678,80	27.790,13
GO	522145	Trombas	2	101,40	1.926,60	1.835,21
GO	522150	Turvânia	3	152,10	2.889,90	1.758,59
GO	522155	Turvelândia	1	50,70	963,30	3.506,73
GO	522157	Uirapuru	1	50,70	963,30	3.060,38
GO	522160	Uruaçu	24	1.216,80	23.119,20	7.958,63
GO	522170	Uruana	7	354,90	6.743,10	2.979,77
GO	522180	Urutaí	2	101,40	1.926,60	1.833,39
GO	522185	Valparaíso de Goiás	67	3.396,90	64.541,10	27.765,80
GO	522190	Varjão	0	0,00	0,00	3.496,16
GO	522200	Vianópolis	4	202,80	3.853,20	3.249,07
GO	522205	Vicentinópolis	4	202,80	3.853,20	2.508,03
GO	522220	Vila Boa	3	152,10	2.889,90	3.840,57
GO	522230	Vila Propício	0	0,00	0,00	6.211,71
		Total	2.838	143.886,60	2.733.845,40	2.291.450,49

ANEXO X

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
MA	210000	SES/MA	0	0,00	0,00	1.152.866,97
MA	210005	Açailândia	48	2.433,60	46.238,40	43.398,54
MA	210010	Afonso Cunha	3	152,10	2.889,90	2.123,10
MA	210015	Água Doce do Maranhão	3	152,10	2.889,90	4.480,95
MA	210020	Alcântara	2	101,40	1.926,60	14.303,36
MA	210030	Aldeias Altas	7	354,90	6.743,10	5.693,71
MA	210040	Altamira do Maranhão	0	0,00	0,00	7.559,35
MA	210043	Alto Alegre do Maranhão	7	354,90	6.743,10	8.886,91
MA	210047	Alto Alegre do Pindaré	5	253,50	4.816,50	14.591,96
MA	210050	Alto Parnaíba	0	0,00	0,00	10.041,84
MA	210055	Amapá do Maranhão	2	101,40	1.926,60	3.466,51
MA	210060	Amarante do Maranhão	8	405,60	7.706,40	17.556,24
MA	210070	Anajatuba	3	152,10	2.889,90	14.213,86
MA	210080	Anapurus	4	202,80	3.853,20	3.576,76
MA	210083	Apicum-Açu	5	253,50	4.816,50	7.366,29
MA	210087	Araguanã	4	202,80	3.853,20	6.917,93
MA	210090	Araioses	6	304,20	5.779,80	19.690,34
MA	210095	Arame	0	0,00	0,00	19.537,48
MA	210100	Arari	8	405,60	7.706,40	9.965,05
MA	210110	Axixá	4	202,80	3.853,20	4.632,44
MA	210120	Bacabal	50	2.535,00	48.165,00	34.062,57
MA	210125	Bacabeira	2	101,40	1.926,60	8.461,65
MA	210130	Bacuri	4	202,80	3.853,20	7.632,83
MA	210135	Bacurituba	1	50,70	963,30	3.278,73
MA	210140	Balsas	28	1.419,60	26.972,40	25.076,94
MA	210150	Barão de Grajaú	6	304,20	5.779,80	5.718,54
MA	210160	Barra do Corda	33	1.673,10	31.788,90	33.282,40
MA	210170	Barreirinhas	0	0,00	0,00	23.796,49
MA	210173	Belágua	2	101,40	1.926,60	2.671,86
MA	210177	Bela Vista do Maranhão	4	202,80	3.853,20	4.633,73
MA	210180	Benedito Leite	3	152,10	2.889,90	2.300,19
MA	210190	Bequimão	0	0,00	0,00	12.721,37
MA	210193	Bernardo do Mearim	2	101,40	1.926,60	3.120,37
MA	210197	Boa Vista do Gurupi	4	202,80	3.853,20	3.160,66
MA	210200	Bom Jardim	8	405,60	7.706,40	16.632,89
MA	210203	Bom Jesus das Selvas	7	354,90	6.743,10	13.277,99
MA	210207	Bom Lugar	0	0,00	0,00	10.341,82
MA	210210	Brejo	7	354,90	6.743,10	9.208,25
MA	210215	Brejo de Areia	0	0,00	0,00	9.167,20
MA	210220	Buriti	5	253,50	4.816,50	8.546,13
MA	210230	Buriti Bravo	6	304,20	5.779,80	9.189,71
MA	210232	Buriticupu	0	0,00	0,00	39.857,36
MA	210235	Buritirana	0	0,00	0,00	10.148,43
MA	210237	Cachoeira Grande	0	0,00	0,00	7.317,78
MA	210240	Cajapió	0	0,00	0,00	5.830,88
MA	210250	Cajari	3	152,10	2.889,90	8.931,37
MA	210255	Campestre do Maranhão	6	304,20	5.779,80	4.412,03
MA	210260	Cândido Mendes	6	304,20	5.779,80	7.363,81
MA	210270	Cantanhede	3	152,10	2.889,90	14.699,80
MA	210275	Capinzal do Norte	4	202,80	3.853,20	3.671,70

MA	210280	Carolina	10	507,00	9.633,00	10.539,19
MA	210290	Carutapera	8	405,60	7.706,40	10.872,98
MA	210300	Caxias	76	3.853,20	73.210,80	43.036,33
MA	210310	Cedral	1	50,70	963,30	6.271,21
MA	210312	Central do Maranhão	0	0,00	0,00	6.325,60
MA	210315	Centro do Guilherme	0	0,00	0,00	9.056,53
MA	210317	Centro Novo do Maranhão	5	253,50	4.816,50	10.195,10
MA	210320	Chapadinha	19	963,30	18.302,70	20.537,35
MA	210325	Cidelândia	4	202,80	3.853,20	5.573,34
MA	210330	Codó	51	2.585,70	49.128,30	48.863,19
MA	210340	Coelho Neto	17	861,90	16.376,10	10.572,83
MA	210350	Colinas	15	760,50	14.449,50	13.717,93
MA	210355	Conceição do Lago-Açu	4	202,80	3.853,20	11.013,87
MA	210360	Coroatá	0	0,00	0,00	53.775,61
MA	210370	Cururupu	0	0,00	0,00	21.768,95
MA	210375	Davinópolis	6	304,20	5.779,80	4.183,88
MA	210380	Dom Pedro	2	101,40	1.926,60	10.197,66
MA	210390	Duque Bacelar	4	202,80	3.853,20	4.726,75
MA	210400	Esperantinópolis	4	202,80	3.853,20	9.684,70
MA	210405	Estreito	16	811,20	15.412,80	20.794,54
MA	210407	Feira Nova do Maranhão	0	0,00	0,00	6.976,56
MA	210408	Fernando Falcão	0	0,00	0,00	7.258,15
MA	210409	Formosa da Serra Negra	1	50,70	963,30	12.653,82
MA	210410	Fortaleza dos Nogueiras	0	0,00	0,00	8.660,94
MA	210420	Fortuna	1	50,70	963,30	9.624,79
MA	210430	Godofredo Viana	4	202,80	3.853,20	5.152,96
MA	210440	Gonçalves Dias	5	253,50	4.816,50	4.652,96
MA	210450	Governador Archer	0	0,00	0,00	7.207,73
MA	210455	Governador Edison Lobão	4	202,80	3.853,20	7.669,28
MA	210460	Governador Eugênio Barros	4	202,80	3.853,20	4.921,44
MA	210462	Governador Luiz Rocha	4	202,80	3.853,20	2.039,41
MA	210465	Governador Newton Bello	0	0,00	0,00	7.877,81
MA	210467	Governador Nunes Freire	8	405,60	7.706,40	11.522,80
MA	210470	Graça Aranha	1	50,70	963,30	2.291,60
MA	210480	Grajaú	23	1.166,10	22.155,90	26.094,13
MA	210490	Guimarães	0	0,00	0,00	8.846,41
MA	210500	Humberto de Campos	0	0,00	0,00	19.682,89
MA	210510	Icatu	1	50,70	963,30	14.972,82
MA	210515	Igarapé do Meio	0	0,00	0,00	9.290,25
MA	210520	Igarapé Grande	5	253,50	4.816,50	3.076,58
MA	210530	Imperatriz	135	6.844,50	130.045,50	91.960,36
MA	210535	Itaipava do Grajaú	4	202,80	3.853,20	10.210,59
MA	210540	Itapecuru Mirim	17	861,90	16.376,10	38.879,86
MA	210542	Itinga do Maranhão	11	557,70	10.596,30	8.465,74
MA	210545	Jatobá	3	152,10	2.889,90	5.340,17
MA	210547	Jenipapo dos Vieiras	0	0,00	0,00	12.956,19
MA	210550	João Lisboa	8	405,60	7.706,40	7.481,88
MA	210560	Joselândia	0	0,00	0,00	10.094,57
MA	210565	Junco do Maranhão	2	101,40	1.926,60	2.162,70
MA	210570	Lago da Pedra	8	405,60	7.706,40	30.086,65
MA	210580	Lago do Junco	4	202,80	3.853,20	4.161,06
MA	210590	Lago Verde	4	202,80	3.853,20	7.188,18
MA	210592	Lagoa do Mato	2	101,40	1.926,60	3.963,50
MA	210594	Lago dos Rodrigues	0	0,00	0,00	7.474,81
MA	210596	Lagoa Grande do Maranhão	0	0,00	0,00	6.891,83
MA	210598	Lajeado Novo	1	50,70	963,30	2.999,62
MA	210600	Lima Campos	3	152,10	2.889,90	4.988,00
MA	210610	Loreto	4	202,80	3.853,20	5.951,31
MA	210620	Luís Domingues	3	152,10	2.889,90	2.679,57
MA	210630	Magalhães de Almeida	4	202,80	3.853,20	10.897,12
MA	210632	Maracaçumé	8	405,60	7.706,40	6.524,25
MA	210635	Marajá do Sena	0	0,00	0,00	4.619,79
MA	210637	Maranhãozinho	0	0,00	0,00	10.535,65
MA	210640	Mata Roma	4	202,80	3.853,20	8.319,71
MA	210650	Matinha	2	101,40	1.926,60	12.878,84
MA	210660	Matões	7	354,90	6.743,10	6.357,75
MA	210663	Matões do Norte	4	202,80	3.853,20	7.000,99
MA	210667	Milagres do Maranhão	1	50,70	963,30	3.902,21
MA	210670	Mirador	5	253,50	4.816,50	14.451,94
MA	210675	Miranda do Norte	0	0,00	0,00	22.440,26
MA	210680	Mirinzal	4	202,80	3.853,20	5.652,61
MA	210690	Monção	6	304,20	5.779,80	14.373,14
MA	210700	Montes Altos	0	0,00	0,00	9.071,55
MA	210710	Morros	0	0,00	0,00	15.478,57
MA	210720	Nina Rodrigues	4	202,80	3.853,20	3.682,20
MA	210725	Nova Colinas	2	101,40	1.926,60	2.674,83
MA	210730	Nova Iorque	2	101,40	1.926,60	2.173,29
MA	210735	Nova Olinda do Maranhão	7	354,90	6.743,10	6.884,19
MA	210740	Olho d'Água das Cunhãs	6	304,20	5.779,80	6.081,38
MA	210745	Olinda Nova do Maranhão	4	202,80	3.853,20	5.677,86
MA	210750	Paço do Lumiar	54	2.737,80	52.018,20	45.947,63
MA	210760	Palmeirândia	0	0,00	0,00	11.978,52
MA	210770	Paraibano	10	507,00	9.633,00	6.445,95
MA	210780	Parnarama	7	354,90	6.743,10	6.548,44
MA	210790	Passagem Franca	5	253,50	4.816,50	4.462,12
MA	210800	Pastos Bons	8	405,60	7.706,40	5.098,79
MA	210805	Paulino Neves	4	202,80	3.853,20	3.993,00
MA	210810	Paulo Ramos	1	50,70	963,30	9.011,02
MA	210820	Pedreiras	10	507,00	9.633,00	22.038,17

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	210825	Pedro do Rosário	0	0,00	0,00	15.889,78
MA	210830	Penalva	7	354,90	6.743,10	13.441,43
MA	210840	Peri Mirim	0	0,00	0,00	9.132,91
MA	210845	Peritoró	5	253,50	4.816,50	14.404,84
MA	210850	Pindaré-Mirim	13	659,10	12.522,90	10.734,34
MA	210860	Pinheiro	0	0,00	0,00	62.124,81
MA	210870	Pio XII	7	354,90	6.743,10	8.073,76
MA	210880	Pirapemas	6	304,20	5.779,80	5.736,06
MA	210890	Poção de Pedras	6	304,20	5.779,80	11.025,15
MA	210900	Porto Franco	6	304,20	5.779,80	6.793,20
MA	210905	Porto Rico do Maranhão	3	152,10	2.889,90	2.414,51
MA	210910	Presidente Dutra	20	1.014,00	19.266,00	18.974,47
MA	210920	Presidente Juscelino	1	50,70	963,30	5.733,83
MA	210923	Presidente Médici	2	101,40	1.926,60	3.528,71
MA	210927	Presidente Sarney	2	101,40	1.926,60	9.788,37
MA	210930	Presidente Vargas	4	202,80	3.853,20	3.960,73
MA	210940	Primeira Cruz	4	202,80	3.853,20	9.003,01
MA	210945	Raposa	10	507,00	9.633,00	16.774,29
MA	210950	Riachão	0	0,00	0,00	13.962,53
MA	210955	Ribamar Fiquene	1	50,70	963,30	4.827,20
MA	210960	Rosário	13	659,10	12.522,90	12.499,04
MA	210970	Sambaíba	3	152,10	2.889,90	2.733,15
MA	210975	Santa Filomena do Maranhão	3	152,10	2.889,90	2.354,84
MA	210980	Santa Helena	8	405,60	7.706,40	14.768,93
MA	210990	Santa Inês	25	1.267,50	24.082,50	23.286,77
MA	211000	Santa Luzia	16	811,20	15.412,80	37.679,45
MA	211003	Santa Luzia do Paruá	3	152,10	2.889,90	15.721,33
MA	211010	Santa Quitéria do Maranhão	4	202,80	3.853,20	10.006,60
MA	211020	Santa Rita	9	456,30	8.669,70	13.690,76
MA	211023	Santana do Maranhão	4	202,80	3.853,20	3.466,48
MA	211027	Santo Amaro do Maranhão	0	0,00	0,00	8.781,58
MA	211030	Santo Antônio dos Lopes	0	0,00	0,00	9.228,19
MA	211040	São Benedito do Rio Preto	1	50,70	963,30	8.590,12
MA	211050	São Bento	6	304,20	5.779,80	21.309,84
MA	211060	São Bernardo	6	304,20	5.779,80	6.705,84
MA	211065	São Domingos do Azeitão	3	152,10	2.889,90	2.785,67
MA	211070	São Domingos do Maranhão	11	557,70	10.596,30	8.923,07
MA	211080	São Félix de Balsas	0	0,00	0,00	4.952,44
MA	211085	São Francisco do Brejão	4	202,80	3.853,20	5.140,55
MA	211090	São Francisco do Maranhão	4	202,80	3.853,20	4.573,11
MA	211100	São João Batista	0	0,00	0,00	12.428,58
MA	211102	São João do Carú	4	202,80	3.853,20	6.082,26
MA	211105	São João do Paraíso	4	202,80	3.853,20	3.744,02
MA	211107	São João do Soter	0	0,00	0,00	12.310,03
MA	211110	São João dos Patos	13	659,10	12.522,90	9.954,15
MA	211120	São José de Ribamar	48	2.433,60	46.238,40	100.810,89
MA	211125	São José dos Basílios	3	152,10	2.889,90	2.263,53
MA	211130	São Luís	531	26.921,70	511.512,30	431.758,56
MA	211140	São Luís Gonzaga do Maranhão	5	253,50	4.816,50	4.597,23
MA	211150	São Mateus do Maranhão	17	861,90	16.376,10	10.845,80
MA	211153	São Pedro da Água Branca	0	0,00	0,00	8.328,17
MA	211157	São Pedro dos Crentes	1	50,70	963,30	2.154,38
MA	211160	São Raimundo das Mangabeiras	6	304,20	5.779,80	7.586,73
MA	211163	São Raimundo do Doca Bezerra	3	152,10	2.889,90	2.564,39
MA	211167	São Roberto	2	101,40	1.926,60	4.326,09
MA	211170	São Vicente Ferrer	5	253,50	4.816,50	8.448,80
MA	211172	Satubinha	4	202,80	3.853,20	4.909,64
MA	211174	Senador Alexandre Costa	4	202,80	3.853,20	3.796,04
MA	211176	Senador La Rocque	5	253,50	4.816,50	4.654,57
MA	211178	Serrano do Maranhão	4	202,80	3.853,20	3.792,53
MA	211180	Sítio Novo	4	202,80	3.853,20	7.310,92
MA	211190	Sucupira do Norte	4	202,80	3.853,20	3.598,42
MA	211195	Sucupira do Riachão	3	152,10	2.889,90	1.910,62
MA	211200	Tasso Fragoso	0	0,00	0,00	7.112,24
MA	211210	Timbiras	2	101,40	1.926,60	21.671,80
MA	211220	Timon	83	4.208,10	79.953,90	32.992,01
MA	211223	Trizidela do Vale	0	0,00	0,00	15.253,94
MA	211227	Tufilândia	1	50,70	963,30	5.465,70
MA	211230	Tuntum	12	608,40	11.559,60	10.938,40
MA	211240	Turiaçu	6	304,20	5.779,80	17.023,78
MA	211245	Turilândia	0	0,00	0,00	15.302,97
MA	211250	Tutóia	0	0,00	0,00	42.890,15
MA	211260	Urbano Santos	8	405,60	7.706,40	7.379,54
MA	211270	Vargem Grande	15	760,50	14.449,50	29.125,74
MA	211280	Viana	12	608,40	11.559,60	27.820,26
MA	211285	Vila Nova dos Martírios	0	0,00	0,00	9.193,83
MA	211290	Vitória do Mearim	2	101,40	1.926,60	19.398,87
MA	211300	Vitorino Freire	5	253,50	4.816,50	16.124,22
MA	211400	Zé Doca	18	912,60	17.339,40	16.913,47
		Total	2.048	103.833,60	1.972.838,40	4.207.009,26

ANEXO XI

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
MG	310000	SES/MG	0	0,00	0,00	2.306.766,45
MG	310010	Abadia dos Dourados	3	152,10	2.889,90	1.411,80
MG	310020	Abaeté	0	0,00	0,00	9.444,40
MG	310030	Abre Campo	1	50,70	963,30	4.529,90
MG	310040	Acaiaca	1	50,70	963,30	813,00
MG	310050	Açucena	0	0,00	0,00	4.118,80

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	310060	Água Boa	4	202,80	3.853,20	3.006,80
MG	310070	Água Comprida	0	0,00	0,00	828,00
MG	310080	Aguanil	2	101,40	1.926,60	888,00
MG	310090	Águas Formosas	8	405,60	7.706,40	3.883,20
MG	310100	Águas Vermelhas	4	202,80	3.853,20	2.715,20
MG	310110	Aimorés	1	50,70	963,30	9.321,10
MG	310120	Aiuruoca	3	152,10	2.889,90	1.254,80
MG	310130	Alagoa	1	50,70	963,30	553,60
MG	310140	Albertina	0	0,00	0,00	1.218,40
MG	310150	Além Paraíba	18	912,60	17.339,40	7.472,08
MG	310160	Alfenas	40	2.028,00	38.532,00	15.941,40
MG	310163	Alfredo Vasconcelos	2	101,40	1.926,60	1.355,00
MG	310170	Almenara	3	152,10	2.889,90	13.827,70
MG	310180	Alpercata	0	0,00	0,00	3.006,00
MG	310190	Alpinópolis	8	405,60	7.706,40	3.969,20
MG	310200	Alterosa	0	0,00	0,00	5.820,40
MG	310205	Alto Caparaó	1	50,70	963,30	1.353,10
MG	310210	Alto Rio Doce	4	202,80	3.853,20	2.424,00
MG	310220	Alvarenga	1	50,70	963,30	879,00
MG	310230	Alvinópolis	0	0,00	0,00	6.256,80
MG	310240	Alvorada de Minas	2	101,40	1.926,60	734,60
MG	310250	Amparo do Serra	2	101,40	1.926,60	1.004,60
MG	310260	Andradas	17	861,90	16.376,10	8.141,20
MG	310270	Cachoeira de Pajeú	2	101,40	1.926,60	1.895,80
MG	310280	Andrelândia	5	253,50	4.816,50	2.501,40
MG	310285	Angelândia	3	152,10	2.889,90	1.708,20
MG	310290	Antônio Carlos	1	50,70	963,30	3.679,90
MG	310300	Antônio Dias	0	0,00	0,00	3.895,20
MG	310310	Antônio Prado de Minas	1	50,70	963,30	338,40
MG	310320	Araçaí	0	0,00	0,00	947,20
MG	310330	Aracitaba	2	101,40	1.926,60	422,60
MG	310340	Araçuaí	0	0,00	0,00	14.944,40
MG	310350	Araguari	63	3.194,10	60.687,90	26.425,13
MG	310360	Arantina	2	101,40	1.926,60	577,60
MG	310370	Araponga	0	0,00	0,00	3.417,60
MG	310375	Araporã	4	202,80	3.853,20	1.354,80
MG	310380	Arapuá	2	101,40	1.926,60	576,60
MG	310390	Araújos	4	202,80	3.853,20	1.799,20
MG	310400	Araxá	53	2.687,10	51.054,90	20.856,60
MG	310410	Arceburgo	5	253,50	4.816,50	2.115,60
MG	310420	Arcos	6	304,20	5.779,80	10.210,95
MG	310430	Areado	6	304,20	5.779,80	2.991,20
MG	310440	Argirita	2	101,40	1.926,60	584,80
MG	310445	Aricanduva	2	101,40	1.926,60	1.038,40
MG	310450	Arinos	7	354,90	6.743,10	3.648,60
MG	310460	Astolfo Dutra	7	354,90	6.743,10	2.823,60
MG	310470	Ataléia	4	202,80	3.853,20	2.868,80
MG	310480	Augusto de Lima	3	152,10	2.889,90	1.012,40
MG	310490	Baependi	7	354,90	6.743,10	3.863,00
MG	310500	Baldim	3	152,10	2.889,90	1.888,37
MG	310510	Bambuí	15	760,50	14.449,50	4.803,60
MG	310520	Bandeira	1	50,70	963,30	1.060,30
MG	310530	Bandeira do Sul	3	152,10	2.889,90	1.147,80
MG	310540	Barão de Cocais	13	659,10	12.522,90	6.393,60
MG	310550	Barão de Monte Alto	3	152,10	2.889,90	1.154,00
MG	310560	Barbacena	59	2.991,30	56.834,70	30.755,03
MG	310570	Barra Longa	0	0,00	0,00	2.396,40
MG	310590	Barroso	0	0,00	0,00	8.352,80
MG	310600	Bela Vista de Minas	3	152,10	2.889,90	2.083,20
MG	310610	Belmiro Braga	0	0,00	0,00	1.401,20
MG	310620	Belo Horizonte	1.110	56.277,00	1.069.263,00	868.185,14
MG	310630	Belo Oriente	5	253,50	4.816,50	5.646,70
MG	310640	Belo Vale	3	152,10	2.889,90	1.568,20
MG	310650	Berilo	4	202,80	3.853,20	2.501,60
MG	310660	Bertópolis	2	101,40	1.926,60	935,60
MG	310665	Berizal	2	101,40	1.926,60	944,00
MG	310670	Betim	187	9.480,90	180.137,10	118.177,06
MG	310680	Bias Fortes	1	50,70	963,30	753,00
MG	310690	Bicas	0	0,00	0,00	5.818,00
MG	310700	Biquinhas	2	101,40	1.926,60	532,80
MG	310710	Boa Esperança	18	912,60	17.339,40	8.106,00
MG	310720	Bocaina de Minas	0	0,00	0,00	2.074,00
MG	310730	Bocaiúva	0	0,00	0,00	20.067,20
MG	310740	Bom Despacho	25	1.267,50	24.082,50	10.008,40
MG	310750	Bom Jardim de Minas	0	0,00	0,00	2.665,20
MG	310760	Bom Jesus da Penha	1	50,70	963,30	840,60
MG	310770	Bom Jesus do Amparo	2	101,40	1.926,60	1.203,60
MG	310780	Bom Jesus do Galho	1	50,70	963,30	5.289,90
MG	310790	Bom Repouso	0	0,00	0,00	4.310,00
MG	310800	Bom Sucesso	7	354,90	6.743,10	3.581,40
MG	310810	Bonfim	3	152,10	2.889,90	1.638,00
MG	310820	Bonfinópolis de Minas	3	152,10	2.889,90	1.180,80

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	310825	Bonito de Minas	4	202,80	3.853,20	2.190,20
MG	310830	Borda da Mata	8	405,60	7.706,40	3.811,00
MG	310840	Botelhos	0	0,00	0,00	6.130,40
MG	310850	Botumirim	3	152,10	2.889,90	1.322,40
MG	310855	Brasilândia de Minas	7	354,90	6.743,10	3.221,00
MG	310860	Brasília de Minas	12	608,40	11.559,60	6.546,40
MG	310870	Brás Pires	2	101,40	1.926,60	932,80
MG	310880	Braúnas	2	101,40	1.926,60	1.018,20
MG	310890	Brazópolis	3	152,10	2.889,90	3.102,90
MG	310900	Brumadinho	0	0,00	0,00	18.136,06
MG	310910	Bueno Brandão	3	152,10	2.889,90	2.246,60
MG	310920	Buenópolis	5	253,50	4.816,50	2.118,80
MG	310925	Bugre	2	101,40	1.926,60	829,20
MG	310930	Buritis	4	202,80	3.853,20	6.022,40
MG	310940	Buritizeiro	0	0,00	0,00	11.334,00
MG	310945	Cabeceira Grande	4	202,80	3.853,20	1.388,00
MG	310950	Cabo Verde	0	0,00	0,00	5.732,00
MG	310960	Cachoeira da Prata	0	0,00	0,00	1.493,60
MG	310970	Cachoeira de Minas	4	202,80	3.853,20	2.329,20
MG	310980	Cachoeira Dourada	0	0,00	0,00	1.076,40
MG	310990	Caetanópolis	5	253,50	4.816,50	2.279,80
MG	311000	Caeté	19	963,30	18.302,70	10.354,63
MG	311010	Caiana	3	152,10	2.889,90	1.088,00
MG	311020	Cajuri	1	50,70	963,30	827,00
MG	311030	Caldas	0	0,00	0,00	5.811,60
MG	311040	Camacho	1	50,70	963,30	631,60
MG	311050	Camanducaia	0	0,00	0,00	8.822,80
MG	311060	Cambuí	10	507,00	9.633,00	5.833,00
MG	311070	Cambuquira	0	0,00	0,00	5.221,20
MG	311080	Campanário	2	101,40	1.926,60	751,40
MG	311090	Campanha	8	405,60	7.706,40	3.325,40
MG	311100	Campestre	7	354,90	6.743,10	4.288,00
MG	311110	Campina Verde	9	456,30	8.669,70	4.015,80
MG	311115	Campo Azul	2	101,40	1.926,60	772,60
MG	311120	Campo Belo	29	1.470,30	27.935,70	10.891,60
MG	311130	Campo do Meio	3	152,10	2.889,90	2.375,60
MG	311140	Campo Florido	4	202,80	3.853,20	1.577,20
MG	311150	Campos Altos	5	253,50	4.816,50	3.077,40
MG	311160	Campos Gerais	11	557,70	10.596,30	5.811,40
MG	311170	Canaã	1	50,70	963,30	945,80
MG	311180	Canápolis	4	202,80	3.853,20	2.423,40
MG	311190	Cana Verde	3	152,10	2.889,90	1.147,80
MG	311200	Candeias	6	304,20	5.779,80	3.029,40
MG	311205	Cantagalo	0	0,00	0,00	1.806,80
MG	311210	Caparaó	0	0,00	0,00	2.195,60
MG	311220	Capela Nova	1	50,70	963,30	975,90
MG	311230	Capelinha	14	709,80	13.486,20	7.573,40
MG	311240	Capetinga	1	50,70	963,30	1.925,50
MG	311250	Capim Branco	0	0,00	0,00	4.516,40
MG	311260	Capinópolis	9	456,30	8.669,70	3.250,00
MG	311265	Capitão Andrade	3	152,10	2.889,90	1.081,00
MG	311270	Capitão Enéas	6	304,20	5.779,80	3.047,40
MG	311280	Capitólio	4	202,80	3.853,20	1.736,40
MG	311290	Caputira	0	0,00	0,00	3.772,40
MG	311300	Caraí	2	101,40	1.926,60	7.585,80
MG	311310	Caranaíba	0	0,00	0,00	1.336,40
MG	311320	Carandaí	0	0,00	0,00	10.150,40
MG	311330	Carangola	5	253,50	4.816,50	8.607,10
MG	311340	Caratinga	20	1.014,00	19.266,00	18.368,20
MG	311350	Carbonita	2	101,40	1.926,60	1.908,80
MG	311360	Careaçu	2	101,40	1.926,60	1.351,40
MG	311370	Carlos Chagas	9	456,30	8.669,70	4.042,80
MG	311380	Carmésia	2	101,40	1.926,60	525,80
MG	311390	Carmo da Cachoeira	4	202,80	3.853,20	2.470,00
MG	311400	Carmo da Mata	1	50,70	963,30	3.660,30
MG	311410	Carmo de Minas	3	152,10	2.889,90	3.038,90
MG	311420	Carmo do Cajuru	10	507,00	9.633,00	4.427,20
MG	311430	Carmo do Paranaíba	16	811,20	15.412,80	6.172,20
MG	311440	Carmo do Rio Claro	5	253,50	4.816,50	4.291,60
MG	311450	Carmópolis de Minas	0	0,00	0,00	7.598,00
MG	311455	Carneirinho	5	253,50	4.816,50	2.014,40
MG	311460	Carrancas	2	101,40	1.926,60	822,00
MG	311470	Carvalhópolis	1	50,70	963,30	716,20
MG	311480	Carvalhos	1	50,70	963,30	930,20
MG	311490	Casa Grande	1	50,70	963,30	461,80
MG	311500	Cascalho Rico	2	101,40	1.926,60	614,20
MG	311510	Cássia	9	456,30	8.669,70	3.611,40
MG	311520	Conceição da Barra de Minas	1	50,70	963,30	811,40
MG	311530	Cataguases	36	1.825,20	34.678,80	15.005,00
MG	311535	Catas Altas	3	152,10	2.889,90	1.063,20
MG	311540	Catas Altas da Noruega	2	101,40	1.926,60	733,20
MG	311545	Catuji	3	152,10	2.889,90	1.352,20
MG	311547	Catuti	3	152,10	2.889,90	1.040,00
MG	311550	Caxambu	10	507,00	9.633,00	4.451,40
MG	311560	Cedro do Abaeté	1	50,70	963,30	245,40
MG	311570	Central de Minas	3	152,10	2.889,90	1.422,40
MG	311580	Centralina	0	0,00	0,00	4.248,80
MG	311590	Chácara	0	0,00	0,00	1.240,40
MG	311600	Chalé	2	101,40	1.926,60	1.164,60

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	311610	Chapada do Norte	0	0,00	0,00	6.270,00
MG	311615	Chapada Gaúcha	4	202,80	3.853,20	2.594,20
MG	311620	Chiador	2	101,40	1.926,60	565,40
MG	311630	Cipotânea	3	152,10	2.889,90	1.373,60
MG	311640	Claraval	0	0,00	0,00	1.938,80
MG	311650	Claro dos Poções	4	202,80	3.853,20	1.581,80
MG	311660	Cláudio	11	557,70	10.596,30	5.657,40
MG	311670	Coimbra	1	50,70	963,30	2.060,30
MG	311680	Coluna	3	152,10	2.889,90	1.842,60
MG	311690	Comendador Gomes	2	101,40	1.926,60	627,60
MG	311700	Comercinho	3	152,10	2.889,90	1.618,80
MG	311710	Conceição da Aparecida	2	101,40	1.926,60	2.223,00
MG	311720	Conceição das Pedras	2	101,40	1.926,60	571,60
MG	311730	Conceição das Alagoas	12	608,40	11.559,60	5.363,60
MG	311740	Conceição de Ipanema	0	0,00	0,00	1.857,60
MG	311750	Conceição do Mato Dentro	6	304,20	5.779,80	3.654,60
MG	311760	Conceição do Pará	3	152,10	2.889,90	1.103,00
MG	311770	Conceição do Rio Verde	6	304,20	5.779,80	2.744,80
MG	311780	Conceição dos Ouros	3	152,10	2.889,90	2.293,40
MG	311783	Cônego Marinho	3	152,10	2.889,90	1.524,80
MG	311787	Confins	4	202,80	3.853,20	1.541,87
MG	311790	Congonhal	1	50,70	963,30	3.719,10
MG	311800	Congonhas	0	0,00	0,00	21.537,20
MG	311810	Congonhas do Norte	1	50,70	963,30	1.090,30
MG	311820	Conquista	4	202,80	3.853,20	1.392,00
MG	311830	Conselheiro Lafaiete	56	2.839,20	53.944,80	28.658,03
MG	311840	Conselheiro Pena	12	608,40	11.559,60	4.648,00
MG	311850	Consolação	1	50,70	963,30	362,00
MG	311860	Contagem	250	12.675,00	240.825,00	156.412,75
MG	311870	Coqueiral	0	0,00	0,00	3.796,80
MG	311880	Coração de Jesus	0	0,00	0,00	10.820,80
MG	311890	Cordisburgo	4	202,80	3.853,20	1.805,80
MG	311900	Cordislândia	0	0,00	0,00	1.434,80
MG	311910	Corinto	12	608,40	11.559,60	4.896,80
MG	311920	Coroaci	3	152,10	2.889,90	2.090,60
MG	311930	Coromandel	13	659,10	12.522,90	5.701,60
MG	311940	Coronel Fabriciano	52	2.636,40	50.091,60	27.305,69
MG	311950	Coronel Murta	4	202,80	3.853,20	1.882,20
MG	311960	Coronel Pacheco	0	0,00	0,00	1.250,00
MG	311970	Coronel Xavier Chaves	0	0,00	0,00	1.388,40
MG	311980	Córrego Danta	2	101,40	1.926,60	685,20
MG	311990	Córrego do Bom Jesus	1	50,70	963,30	763,80
MG	311995	Córrego Fundo	2	101,40	1.926,60	1.259,00
MG	312000	Córrego Novo	2	101,40	1.926,60	620,00
MG	312010	Couto de Magalhães de Minas	1	50,70	963,30	888,80
MG	312015	Crisólita	3	152,10	2.889,90	1.326,20
MG	312020	Cristais	5	253,50	4.816,50	2.512,80
MG	312030	Cristália	3	152,10	2.889,90	1.208,40
MG	312040	Cristiano Otoni	2	101,40	1.926,60	1.045,00
MG	312050	Cristina	3	152,10	2.889,90	2.097,20
MG	312060	Crucilândia	1	50,70	963,30	1.059,50
MG	312070	Cruzeiro da Fortaleza	3	152,10	2.889,90	834,80
MG	312080	Cruzília	7	354,90	6.743,10	3.099,40
MG	312083	Cuparaque	2	101,40	1.926,60	999,00
MG	312087	Curral de Dentro	4	202,80	3.853,20	1.524,60
MG	312090	Curvelo	45	2.281,50	43.348,50	15.975,60
MG	312100	Datas	3	152,10	2.889,90	1.094,20
MG	312110	Delfim Moreira	0	0,00	0,00	3.282,00
MG	312120	Delfinópolis	1	50,70	963,30	1.911,10
MG	312125	Delta	4	202,80	3.853,20	1.980,80
MG	312130	Descoberto	1	50,70	963,30	1.055,50
MG	312140	Desterro de Entre Rios	3	152,10	2.889,90	1.466,80
MG	312150	Desterro do Melo	2	101,40	1.926,60	612,00
MG	312160	Diamantina	24	1.216,80	23.119,20	9.646,00
MG	312170	Diogo de Vasconcelos	0	0,00	0,00	1.574,00
MG	312180	Dionísio	4	202,80	3.853,20	1.731,40
MG	312190	Divinésia	2	101,40	1.926,60	691,00
MG	312200	Divino	7	354,90	6.743,10	4.026,60
MG	312210	Divino das Laranjeiras	3	152,10	2.889,90	1.017,20
MG	312220	Divinolândia de Minas	3	152,10	2.889,90	1.511,80
MG	312230	Divinópolis	107	5.424,90	103.073,10	52.860,83
MG	312235	Divisa Alegre	3	152,10	2.889,90	1.325,00
MG	312240	Divisa Nova	2	101,40	1.926,60	1.213,60
MG	312245	Divisópolis	0	0,00	0,00	4.218,80
MG	312247	Dom Bosco	2	101,40	1.926,60	774,40
MG	312250	Dom Cavati	4	202,80	3.853,20	1.060,60
MG	312260	Dom Joaquim	1	50,70	963,30	926,40
MG	312270	Dom Silvério	2	101,40	1.926,60	1.070,20
MG	312280	Dom Viçoso	1	50,70	963,30	614,80
MG	312290	Dona Eusébia	3	152,10	2.889,90	1.305,40
MG	312300	Dores de Campos	0	0,00	0,00	4.037,20
MG	312310	Dores de Guanhães	1	50,70	963,30	1.173,90
MG	312320	Dores do Indaiá	1	50,70	963,30	4.655,90
MG	312330	Dores do Turvo	0	0,00	0,00	1.806,40
MG	312340	Doresópolis	2	101,40	1.926,60	306,60
MG	312350	Douradoquara	0	0,00	0,00	772,00
MG	312352	Durandé	0	0,00	0,00	3.153,60
MG	312360	Elói Mendes	0	0,00	0,00	11.092,00
MG	312370	Engenheiro Caldas	5	253,50	4.816,50	2.219,60

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	312380	Engenheiro Navarro	3	152,10	2.889,90	1.475,40
MG	312385	Entre Folhas	3	152,10	2.889,90	1.088,60
MG	312390	Entre Rios de Minas	1	50,70	963,30	5.153,50
MG	312400	Ervália	1	50,70	963,30	6.642,70
MG	312410	Esmeraldas	41	2.078,70	39.495,30	16.102,33
MG	312420	Espera Feliz	7	354,90	6.743,10	4.961,00
MG	312430	Espinosa	7	354,90	6.743,10	6.442,80
MG	312440	Espírito Santo do Dourado	2	101,40	1.926,60	942,40
MG	312450	Estiva	2	101,40	1.926,60	2.653,00
MG	312460	Estrela Dalva	1	50,70	963,30	499,20
MG	312470	Estrela do Indaiá	2	101,40	1.926,60	720,40
MG	312480	Estrela do Sul	4	202,80	3.853,20	1.596,20
MG	312490	Eugenópolis	1	50,70	963,30	3.550,70
MG	312500	Ewbank da Câmara	1	50,70	963,30	790,40
MG	312510	Extrema	15	760,50	14.449,50	6.868,80
MG	312520	Fama	0	0,00	0,00	970,40
MG	312530	Faria Lemos	0	0,00	0,00	1.369,20
MG	312540	Felício dos Santos	2	101,40	1.926,60	1.031,40
MG	312550	São Gonçalo do Rio Preto	1	50,70	963,30	641,00
MG	312560	Felisburgo	1	50,70	963,30	2.009,10
MG	312570	Felixlândia	5	253,50	4.816,50	3.054,60
MG	312580	Fernandes Tourinho	2	101,40	1.926,60	673,80
MG	312590	Ferros	4	202,80	3.853,20	2.161,40
MG	312595	Fervedouro	4	202,80	3.853,20	2.207,80
MG	312600	Florestal	4	202,80	3.853,20	1.713,37
MG	312610	Formiga	30	1.521,00	28.899,00	14.112,24
MG	312620	Formoso	3	152,10	2.889,90	1.858,80
MG	312630	Fortaleza de Minas	2	101,40	1.926,60	881,40
MG	312640	Fortuna de Minas	2	101,40	1.926,60	586,40
MG	312650	Francisco Badaró	3	152,10	2.889,90	2.111,40
MG	312660	Francisco Dumont	1	50,70	963,30	1.122,70
MG	312670	Francisco Sá	9	456,30	8.669,70	5.285,60
MG	312675	Franciscópolis	3	152,10	2.889,90	1.165,00
MG	312680	Frei Gaspar	3	152,10	2.889,90	1.206,60
MG	312690	Frei Inocêncio	1	50,70	963,30	2.875,50
MG	312695	Frei Lagonegro	0	0,00	0,00	1.404,00
MG	312700	Fronteira	8	405,60	7.706,40	3.414,40
MG	312705	Fronteira dos Vales	2	101,40	1.926,60	955,40
MG	312707	Fruta de Leite	3	152,10	2.889,90	1.183,80
MG	312710	Frutal	37	1.875,90	35.642,10	11.754,00
MG	312720	Funilândia	2	101,40	1.926,60	855,40
MG	312730	Galiléia	0	0,00	0,00	2.836,80
MG	312733	Gameleiras	3	152,10	2.889,90	1.052,80
MG	312735	Glaucilândia	0	0,00	0,00	1.264,00
MG	312737	Goiabeira	2	101,40	1.926,60	665,60
MG	312738	Goianá	1	50,70	963,30	790,40
MG	312740	Gonçalves	0	0,00	0,00	1.764,00
MG	312750	Gonzaga	0	0,00	0,00	2.489,20
MG	312760	Gouveia	3	152,10	2.889,90	2.412,80
MG	312770	Governador Valadares	4	202,80	3.853,20	122.552,25
MG	312780	Grão Mogol	4	202,80	3.853,20	3.186,20
MG	312790	Grupiara	2	101,40	1.926,60	283,60
MG	312800	Guanhães	0	0,00	0,00	13.621,60
MG	312810	Guapé	2	101,40	1.926,60	3.857,40
MG	312820	Guaraciaba	0	0,00	0,00	4.216,80
MG	312825	Guaraciama	2	101,40	1.926,60	1.000,20
MG	312830	Guaranésia	10	507,00	9.633,00	3.875,60
MG	312840	Guarani	0	0,00	0,00	3.618,80
MG	312850	Guarará	0	0,00	0,00	1.596,40
MG	312860	Guarda-Mor	3	152,10	2.889,90	1.348,20
MG	312870	Guaxupé	24	1.216,80	23.119,20	10.458,80
MG	312880	Guidoval	1	50,70	963,30	1.979,10
MG	312890	Guimarânia	4	202,80	3.853,20	1.591,20
MG	312900	Guiricema	2	101,40	1.926,60	1.767,60
MG	312910	Gurinhatã	3	152,10	2.889,90	1.228,80
MG	312920	Heliodora	0	0,00	0,00	2.624,40
MG	312930	Iapu	3	152,10	2.889,90	2.192,40
MG	312940	Ibertioga	2	101,40	1.926,60	1.032,60
MG	312950	Ibiá	12	608,40	11.559,60	5.020,00
MG	312960	Ibiaí	4	202,80	3.853,20	1.680,00
MG	312965	Ibiracatu	1	50,70	963,30	1.536,70
MG	312970	Ibiraci	4	202,80	3.853,20	2.715,00
MG	312980	Ibirité	99	5.019,30	95.366,70	46.587,19
MG	312990	Ibitiúra de Minas	2	101,40	1.926,60	707,20
MG	313000	Ibituruna	2	101,40	1.926,60	603,60
MG	313005	Icaraí de Minas	4	202,80	3.853,20	2.367,00
MG	313010	Igarapé	18	912,60	17.339,40	9.596,30

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	313020	Igaratinga	4	202,80	3.853,20	2.109,40
MG	313030	Iguatama	4	202,80	3.853,20	1.642,60
MG	313040	Ijaci	3	152,10	2.889,90	1.292,00
MG	313050	Ilicínea	5	253,50	4.816,50	2.471,60
MG	313055	Imbé de Minas	3	152,10	2.889,90	1.379,80
MG	313060	Inconfidentes	0	0,00	0,00	2.942,40
MG	313065	Indaiabira	3	152,10	2.889,90	1.505,60
MG	313070	Indianópolis	3	152,10	2.889,90	1.361,20
MG	313080	Ingaí	0	0,00	0,00	1.114,00
MG	313090	Inhapim	5	253,50	4.816,50	5.136,30
MG	313100	Inhaúma	2	101,40	1.926,60	1.248,00
MG	313110	Inimutaba	4	202,80	3.853,20	1.497,80
MG	313115	Ipaba	1	50,70	963,30	6.386,70
MG	313120	Ipanema	10	507,00	9.633,00	3.947,20
MG	313130	Ipatinga	123	6.236,10	118.485,90	58.770,68
MG	313140	Ipiaçu	2	101,40	1.926,60	857,00
MG	313150	Ipuiúna	1	50,70	963,30	3.086,70
MG	313160	Iraí de Minas	3	152,10	2.889,90	1.393,80
MG	313170	Itabira	57	2.889,90	54.908,10	26.839,13
MG	313180	Itabirinha	0	0,00	0,00	4.599,20
MG	313190	Itabirito	22	1.115,40	21.192,60	10.163,20
MG	313200	Itacambira	2	101,40	1.926,60	1.074,80
MG	313210	Itacarambi	6	304,20	5.779,80	3.688,60
MG	313220	Itaguara	5	253,50	4.816,50	3.110,10
MG	313230	Itaipé	0	0,00	0,00	5.090,00
MG	313240	Itajubá	0	0,00	0,00	38.800,00
MG	313250	Itamarandiba	7	354,90	6.743,10	7.121,30
MG	313260	Itamarati de Minas	2	101,40	1.926,60	872,40
MG	313270	Itambacuri	0	0,00	0,00	9.454,80
MG	313280	Itambé do Mato Dentro	0	0,00	0,00	912,40
MG	313290	Itamogi	3	152,10	2.889,90	2.114,40
MG	313300	Itamonte	1	50,70	963,30	5.193,10
MG	313310	Itanhandu	7	354,90	6.743,10	3.058,00
MG	313320	Itanhomi	5	253,50	4.816,50	2.478,80
MG	313330	Itaobim	0	0,00	0,00	8.627,60
MG	313340	Itapagipe	6	304,20	5.779,80	3.008,20
MG	313350	Itapecerica	10	507,00	9.633,00	4.431,60
MG	313360	Itapeva	3	152,10	2.889,90	1.923,60
MG	313370	Itatiaiuçu	3	152,10	2.889,90	2.561,77
MG	313375	Itaú de Minas	8	405,60	7.706,40	3.216,40
MG	313380	Itaúna	21	1.064,70	20.229,30	18.539,20
MG	313390	Itaverava	1	50,70	963,30	1.369,90
MG	313400	Itinga	1	50,70	963,30	5.095,50
MG	313410	Itueta	3	152,10	2.889,90	1.224,00
MG	313420	Ituiutaba	38	1.926,60	36.605,40	20.905,20
MG	313430	Itumirim	2	101,40	1.926,60	1.252,60
MG	313440	Iturama	0	0,00	0,00	15.393,60
MG	313450	Itutinga	2	101,40	1.926,60	795,20
MG	313460	Jaboticatubas	6	304,20	5.779,80	4.560,50
MG	313470	Jacinto	2	101,40	1.926,60	3.097,80
MG	313480	Jacuí	3	152,10	2.889,90	1.561,80
MG	313490	Jacutinga	10	507,00	9.633,00	5.090,60
MG	313500	Jaguaraçu	0	0,00	0,00	1.263,20
MG	313505	Jaíba	11	557,70	10.596,30	7.587,80
MG	313507	Jampruca	3	152,10	2.889,90	1.082,80
MG	313510	Janaúba	38	1.926,60	36.605,40	15.076,99
MG	313520	Januária	20	1.014,00	19.266,00	13.716,80
MG	313530	Japaraíba	2	101,40	1.926,60	861,60
MG	313535	Japonvar	3	152,10	2.889,90	1.736,60
MG	313540	Jeceaba	2	101,40	1.926,60	1.077,40
MG	313545	Jenipapo de Minas	3	152,10	2.889,90	1.534,40
MG	313550	Jequeri	0	0,00	0,00	5.216,40
MG	313560	Jequitaí	4	202,80	3.853,20	1.613,80
MG	313570	Jequitibá	2	101,40	1.926,60	1.063,80
MG	313580	Jequitinhonha	11	557,70	10.596,30	5.112,00
MG	313590	Jesuânia	2	101,40	1.926,60	979,80
MG	313600	Joaíma	6	304,20	5.779,80	3.126,80
MG	313610	Joanésia	3	152,10	2.889,90	1.061,00
MG	313620	João Monlevade	31	1.571,70	29.862,30	15.918,00
MG	313630	João Pinheiro	24	1.216,80	23.119,20	9.750,20
MG	313640	Joaquim Felício	2	101,40	1.926,60	933,80
MG	313650	Jordânia	0	0,00	0,00	4.360,40
MG	313652	José Gonçalves de Minas	1	50,70	963,30	931,20
MG	313655	José Raydan	2	101,40	1.926,60	978,80
MG	313657	Josenópolis	2	101,40	1.926,60	975,40
MG	313660	Nova União	0	0,00	0,00	2.708,53
MG	313665	Juatuba	10	507,00	9.633,00	6.037,27
MG	313670	Juiz de Fora	205	10.393,50	197.476,50	126.848,03
MG	313680	Juramento	2	101,40	1.926,60	871,60
MG	313690	Juruaia	0	0,00	0,00	4.136,40
MG	313695	Juvenília	3	152,10	2.889,90	1.172,60
MG	313700	Ladainha	4	202,80	3.853,20	3.630,40
MG	313710	Lagamar	4	202,80	3.853,20	1.560,40
MG	313720	Lagoa da Prata	25	1.267,50	24.082,50	10.240,80
MG	313730	Lagoa dos Patos	2	101,40	1.926,60	859,60
MG	313740	Lagoa Dourada	4	202,80	3.853,20	2.611,20
MG	313750	Lagoa Formosa	8	405,60	7.706,40	3.635,00
MG	313753	Lagoa Grande	5	253,50	4.816,50	1.888,00
MG	313760	Lagoa Santa	1	50,70	963,30	27.854,30

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	313770	Lajinha	7	354,90	6.743,10	4.060,20
MG	313780	Lambari	4	202,80	3.853,20	4.494,80
MG	313790	Lamim	0	0,00	0,00	1.409,60
MG	313800	Laranjal	3	152,10	2.889,90	1.370,40
MG	313810	Lassance	3	152,10	2.889,90	1.332,80
MG	313820	Lavras	48	2.433,60	46.238,40	20.424,80
MG	313830	Leandro Ferreira	2	101,40	1.926,60	660,00
MG	313835	Leme do Prado	1	50,70	963,30	1.035,90
MG	313840	Leopoldina	24	1.216,80	23.119,20	10.670,80
MG	313850	Liberdade	2	101,40	1.926,60	1.080,20
MG	313860	Lima Duarte	0	0,00	0,00	6.764,00
MG	313862	Limeira do Oeste	1	50,70	963,30	2.031,50
MG	313865	Lontra	3	152,10	2.889,90	1.808,80
MG	313867	Luisburgo	3	152,10	2.889,90	1.281,80
MG	313868	Luislândia	3	152,10	2.889,90	1.351,20
MG	313870	Luminárias	2	101,40	1.926,60	1.114,40
MG	313880	Luz	10	507,00	9.633,00	3.680,00
MG	313890	Machacalis	0	0,00	0,00	2.894,80
MG	313900	Machado	4	202,80	3.853,20	12.914,80
MG	313910	Madre de Deus de Minas	0	0,00	0,00	2.061,20
MG	313920	Malacacheta	6	304,20	5.779,80	3.845,60
MG	313925	Mamonas	3	152,10	2.889,90	1.324,80
MG	313930	Manga	7	354,90	6.743,10	3.979,60
MG	313940	Manhuaçu	27	1.368,90	26.009,10	17.716,00
MG	313950	Manhumirim	4	202,80	3.853,20	5.260,40
MG	313960	Mantena	10	507,00	9.633,00	5.626,40
MG	313970	Maravilhas	3	152,10	2.889,90	1.575,20
MG	313980	Mar de Espanha	3	152,10	2.889,90	2.548,60
MG	313990	Maria da Fé	2	101,40	1.926,60	3.893,80
MG	314000	Mariana	1	50,70	963,30	22.979,50
MG	314010	Marilac	1	50,70	963,30	859,40
MG	314015	Mário Campos	0	0,00	0,00	6.994,40
MG	314020	Maripá de Minas	1	50,70	963,30	595,80
MG	314030	Marliéria	1	50,70	963,30	825,80
MG	314040	Marmelópolis	0	0,00	0,00	1.191,60
MG	314050	Martinho Campos	8	405,60	7.706,40	2.687,20
MG	314053	Martins Soares	0	0,00	0,00	3.268,80
MG	314055	Mata Verde	0	0,00	0,00	3.415,60
MG	314060	Materlândia	2	101,40	1.926,60	934,60
MG	314070	Mateus Leme	11	557,70	10.596,30	7.158,20
MG	314080	Matias Barbosa	2	101,40	1.926,60	3.853,00
MG	314085	Matias Cardoso	4	202,80	3.853,20	2.199,80
MG	314090	Matipó	0	0,00	0,00	7.565,60
MG	314100	Mato Verde	5	253,50	4.816,50	2.589,40
MG	314110	Matozinhos	17	861,90	16.376,10	8.713,60
MG	314120	Matutina	2	101,40	1.926,60	771,20
MG	314130	Medeiros	2	101,40	1.926,60	753,00
MG	314140	Medina	1	50,70	963,30	7.641,90
MG	314150	Mendes Pimentel	3	152,10	2.889,90	1.312,80
MG	314160	Mercês	0	0,00	0,00	4.347,20
MG	314170	Mesquita	3	152,10	2.889,90	1.216,80
MG	314180	Minas Novas	3	152,10	2.889,90	9.913,70
MG	314190	Minduri	1	50,70	963,30	794,00
MG	314200	Mirabela	5	253,50	4.816,50	2.745,20
MG	314210	Miradouro	0	0,00	0,00	4.334,80
MG	314220	Miraí	6	304,20	5.779,80	2.989,20
MG	314225	Miravânia	2	101,40	1.926,60	977,00
MG	314230	Moeda	2	101,40	1.926,60	991,40
MG	314240	Moema	4	202,80	3.853,20	1.505,00
MG	314250	Monjolos	2	101,40	1.926,60	475,80
MG	314260	Monsenhor Paulo	4	202,80	3.853,20	1.742,20
MG	314270	Montalvânia	6	304,20	5.779,80	3.194,80
MG	314280	Monte Alegre de Minas	5	253,50	4.816,50	4.219,00
MG	314290	Monte Azul	6	304,20	5.779,80	4.443,60
MG	314300	Monte Belo	5	253,50	4.816,50	2.690,60
MG	314310	Monte Carmelo	22	1.115,40	21.192,60	9.649,60
MG	314315	Monte Formoso	0	0,00	0,00	1.974,40
MG	314320	Monte Santo de Minas	5	253,50	4.816,50	4.389,80
MG	314330	Montes Claros	212	10.748,40	204.219,60	90.456,08
MG	314340	Monte Sião	5	253,50	4.816,50	4.688,80
MG	314345	Montezuma	3	152,10	2.889,90	1.633,60
MG	314350	Morada Nova de Minas	4	202,80	3.853,20	1.772,00
MG	314360	Morro da Garça	2	101,40	1.926,60	533,80
MG	314370	Morro do Pilar	2	101,40	1.926,60	684,20
MG	314380	Munhoz	1	50,70	963,30	1.577,10
MG	314390	Muriaé	44	2.230,80	42.385,20	24.420,83
MG	314400	Mutum	8	405,60	7.706,40	5.505,60
MG	314410	Muzambinho	10	507,00	9.633,00	4.205,20
MG	314420	Nacip Raydan	2	101,40	1.926,60	654,80
MG	314430	Nanuque	21	1.064,70	20.229,30	8.375,20
MG	314435	Naque	0	0,00	0,00	2.772,00
MG	314437	Natalândia	2	101,40	1.926,60	676,40
MG	314440	Natércia	0	0,00	0,00	1.928,00
MG	314450	Nazareno	0	0,00	0,00	3.433,20
MG	314460	Nepomuceno	10	507,00	9.633,00	5.410,60
MG	314465	Ninheira	3	152,10	2.889,90	2.075,00
MG	314467	Nova Belém	2	101,40	1.926,60	732,40
MG	314470	Nova Era	8	405,60	7.706,40	3.600,40
MG	314480	Nova Lima	49	2.484,30	47.201,70	21.508,20

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	314490	Nova Módica	2	101,40	1.926,60	766,00
MG	314500	Nova Ponte	4	202,80	3.853,20	2.986,80
MG	314505	Nova Porteirinha	3	152,10	2.889,90	1.529,60
MG	314510	Nova Resende	6	304,20	5.779,80	3.329,00
MG	314520	Nova Serrana	2	101,40	1.926,60	35.945,80
MG	314530	Novo Cruzeiro	5	253,50	4.816,50	7.937,10
MG	314535	Novo Oriente de Minas	4	202,80	3.853,20	2.173,80
MG	314537	Novorizonte	1	50,70	963,30	1.159,90
MG	314540	Olaria	1	50,70	963,30	391,40
MG	314545	Olhos-d'Água	3	152,10	2.889,90	1.188,60
MG	314550	Olímpio Noronha	0	0,00	0,00	1.105,20
MG	314560	Oliveira	19	963,30	18.302,70	8.381,40
MG	314570	Oliveira Fortes	0	0,00	0,00	872,80
MG	314580	Onça de Pitangui	0	0,00	0,00	1.276,80
MG	314585	Oratórios	1	50,70	963,30	942,00
MG	314587	Orizânia	1	50,70	963,30	2.216,30
MG	314590	Ouro Branco	16	811,20	15.412,80	7.787,00
MG	314600	Ouro Fino	0	0,00	0,00	13.486,40
MG	314610	Ouro Preto	28	1.419,60	26.972,40	14.931,80
MG	314620	Ouro Verde de Minas	3	152,10	2.889,90	1.229,60
MG	314625	Padre Carvalho	3	152,10	2.889,90	1.267,60
MG	314630	Padre Paraíso	3	152,10	2.889,90	5.180,90
MG	314640	Paineiras	3	152,10	2.889,90	941,60
MG	314650	Pains	4	202,80	3.853,20	1.678,20
MG	314655	Pai Pedro	3	152,10	2.889,90	1.236,80
MG	314660	Paiva	0	0,00	0,00	636,00
MG	314670	Palma	3	152,10	2.889,90	1.350,60
MG	314675	Palmópolis	0	0,00	0,00	2.691,84
MG	314690	Papagaios	0	0,00	0,00	6.206,40
MG	314700	Paracatu	0	0,00	0,00	36.954,40
MG	314710	Pará de Minas	6	304,20	5.779,80	31.315,80
MG	314720	Paraguaçu	10	507,00	9.633,00	4.316,60
MG	314730	Paraisópolis	2	101,40	1.926,60	6.466,60
MG	314740	Paraopeba	0	0,00	0,00	9.770,80
MG	314750	Passabém	0	0,00	0,00	710,40
MG	314760	Passa Quatro	1	50,70	963,30	5.624,70
MG	314770	Passa Tempo	4	202,80	3.853,20	1.675,40
MG	314780	Passa-Vinte	0	0,00	0,00	848,40
MG	314790	Passos	54	2.737,80	52.018,20	25.753,05
MG	314795	Patis	2	101,40	1.926,60	1.195,20
MG	314800	Patos de Minas	14	709,80	13.486,20	54.415,65
MG	314810	Patrocínio	32	1.622,40	30.825,60	17.996,60
MG	314820	Patrocínio do Muriaé	0	0,00	0,00	2.272,00
MG	314830	Paula Cândido	0	0,00	0,00	3.879,20
MG	314840	Paulistas	2	101,40	1.926,60	1.004,00
MG	314850	Pavão	0	0,00	0,00	3.508,40
MG	314860	Peçanha	5	253,50	4.816,50	3.574,20
MG	314870	Pedra Azul	5	253,50	4.816,50	5.082,70
MG	314875	Pedra Bonita	2	101,40	1.926,60	1.423,40
MG	314880	Pedra do Anta	1	50,70	963,30	682,80
MG	314890	Pedra do Indaiá	2	101,40	1.926,60	806,80
MG	314900	Pedra Dourada	0	0,00	0,00	980,80
MG	314910	Pedralva	2	101,40	1.926,60	2.746,60
MG	314915	Pedras de Maria da Cruz	3	152,10	2.889,90	2.279,20
MG	314920	Pedrinópolis	2	101,40	1.926,60	734,40
MG	314930	Pedro Leopoldo	0	0,00	0,00	34.312,38
MG	314940	Pedro Teixeira	0	0,00	0,00	737,20
MG	314950	Pequeri	2	101,40	1.926,60	669,40
MG	314960	Pequi	2	101,40	1.926,60	879,00
MG	314970	Perdigão	4	202,80	3.853,20	2.169,20
MG	314980	Perdizes	6	304,20	5.779,80	3.185,00
MG	314990	Perdões	10	507,00	9.633,00	4.288,80
MG	314995	Periquito	1	50,70	963,30	1.896,70
MG	315000	Pescador	2	101,40	1.926,60	862,20
MG	315010	Piau	2	101,40	1.926,60	577,40
MG	315015	Piedade de Caratinga	3	152,10	2.889,90	1.649,40
MG	315020	Piedade de Ponte Nova	0	0,00	0,00	1.685,20
MG	315030	Piedade do Rio Grande	1	50,70	963,30	953,20
MG	315040	Piedade dos Gerais	1	50,70	963,30	1.029,10
MG	315050	Pimenta	2	101,40	1.926,60	1.744,00
MG	315053	Pingo-d'Água	3	152,10	2.889,90	974,60
MG	315057	Pintópolis	2	101,40	1.926,60	1.517,00
MG	315060	Piracema	0	0,00	0,00	2.630,00
MG	315070	Pirajuba	3	152,10	2.889,90	1.158,00
MG	315080	Piranga	4	202,80	3.853,20	3.583,60
MG	315090	Piranguçu	1	50,70	963,30	1.242,30
MG	315100	Piranguinho	1	50,70	963,30	2.475,50
MG	315110	Pirapetinga	0	0,00	0,00	4.350,40
MG	315120	Pirapora	7	354,90	6.743,10	15.939,30
MG	315130	Piraúba	5	253,50	4.816,50	2.224,60
MG	315140	Pitangui	8	405,60	7.706,40	5.541,20

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	315150	Piumhi	17	861,90	16.376,10	6.905,00
MG	315160	Planura	6	304,20	5.779,80	2.359,20
MG	315170	Poço Fundo	6	304,20	5.779,80	3.380,60
MG	315180	Poços de Caldas	78	3.954,60	75.137,40	37.369,13
MG	315190	Pocrane	0	0,00	0,00	3.620,00
MG	315200	Pompéu	1	50,70	963,30	11.681,50
MG	315210	Ponte Nova	29	1.470,30	27.935,70	12.072,20
MG	315213	Ponto Chique	2	101,40	1.926,60	851,80
MG	315217	Ponto dos Volantes	4	202,80	3.853,20	2.427,60
MG	315220	Porteirinha	12	608,40	11.559,60	7.748,20
MG	315230	Porto Firme	4	202,80	3.853,20	2.249,00
MG	315240	Poté	5	253,50	4.816,50	3.328,20
MG	315250	Pouso Alegre	44	2.230,80	42.385,20	33.105,83
MG	315260	Pouso Alto	3	152,10	2.889,90	1.258,20
MG	315270	Prados	3	152,10	2.889,90	1.804,20
MG	315280	Prata	12	608,40	11.559,60	5.559,20
MG	315290	Pratápolis	4	202,80	3.853,20	1.795,00
MG	315300	Pratinha	2	101,40	1.926,60	713,80
MG	315310	Presidente Bernardes	2	101,40	1.926,60	1.126,00
MG	315320	Presidente Juscelino	0	0,00	0,00	1.571,20
MG	315330	Presidente Kubitschek	0	0,00	0,00	1.224,40
MG	315340	Presidente Olegário	8	405,60	7.706,40	3.919,80
MG	315350	Alto Jequitibá	3	152,10	2.889,90	1.707,00
MG	315360	Prudente de Morais	4	202,80	3.853,20	2.115,40
MG	315370	Quartel Geral	0	0,00	0,00	1.422,80
MG	315380	Queluzito	0	0,00	0,00	783,20
MG	315390	Raposos	0	0,00	0,00	7.648,66
MG	315400	Raul Soares	8	405,60	7.706,40	4.884,60
MG	315410	Recreio	5	253,50	4.816,50	2.139,40
MG	315415	Reduto	0	0,00	0,00	2.846,80
MG	315420	Resende Costa	4	202,80	3.853,20	2.313,80
MG	315430	Resplendor	7	354,90	6.743,10	3.543,00
MG	315440	Ressaquinha	2	101,40	1.926,60	986,12
MG	315445	Riachinho	3	152,10	2.889,90	1.658,00
MG	315450	Riacho dos Machados	3	152,10	2.889,90	1.934,40
MG	315460	Ribeirão das Neves	185	9.379,50	178.210,50	93.728,24
MG	315470	Ribeirão Vermelho	0	0,00	0,00	1.623,20
MG	315480	Rio Acima	5	253,50	4.816,50	2.362,03
MG	315490	Rio Casca	0	0,00	0,00	5.750,40
MG	315500	Rio Doce	2	101,40	1.926,60	524,60
MG	315510	Rio do Prado	1	50,70	963,30	1.169,90
MG	315520	Rio Espera	2	101,40	1.926,60	1.209,00
MG	315530	Rio Manso	3	152,10	2.889,90	1.347,27
MG	315540	Rio Novo	4	202,80	3.853,20	1.816,80
MG	315550	Rio Paranaíba	5	253,50	4.816,50	2.492,40
MG	315560	Rio Pardo de Minas	7	354,90	6.743,10	6.203,20
MG	315570	Rio Piracicaba	4	202,80	3.853,20	2.924,80
MG	315580	Rio Pomba	7	354,90	6.743,10	3.612,20
MG	315590	Rio Preto	0	0,00	0,00	2.217,60
MG	315600	Rio Vermelho	4	202,80	3.853,20	2.751,00
MG	315610	Ritápolis	0	0,00	0,00	1.982,00
MG	315620	Rochedo de Minas	1	50,70	963,30	458,60
MG	315630	Rodeiro	3	152,10	2.889,90	1.571,40
MG	315640	Romaria	1	50,70	963,30	734,20
MG	315645	Rosário da Limeira	0	0,00	0,00	1.832,00
MG	315650	Rubelita	3	152,10	2.889,90	1.485,60
MG	315660	Rubim	5	253,50	4.816,50	2.075,40
MG	315670	Sabará	21	1.064,70	20.229,30	48.887,76
MG	315680	Sabinópolis	5	253,50	4.816,50	3.208,40
MG	315690	Sacramento	12	608,40	11.559,60	5.199,60
MG	315700	Salinas	15	760,50	14.449,50	8.335,60
MG	315710	Salto da Divisa	1	50,70	963,30	1.887,50
MG	315720	Santa Bárbara	10	507,00	9.633,00	7.161,00
MG	315725	Santa Bárbara do Leste	0	0,00	0,00	3.272,00
MG	315727	Santa Bárbara do Monte Verde	0	0,00	0,00	1.238,40
MG	315730	Santa Bárbara do Tugúrio	0	0,00	0,00	1.858,40
MG	315733	Santa Cruz de Minas	4	202,80	3.853,20	1.709,40
MG	315737	Santa Cruz de Salinas	0	0,00	0,00	1.773,60
MG	315740	Santa Cruz do Escalvado	1	50,70	963,30	1.056,70
MG	315750	Santa Efigênia de Minas	1	50,70	963,30	932,20
MG	315760	Santa Fé de Minas	1	50,70	963,30	806,80
MG	315765	Santa Helena de Minas	3	152,10	2.889,90	1.282,00
MG	315770	Santa Juliana	1	50,70	963,30	4.388,70
MG	315780	Santa Luzia	0	0,00	0,00	113.096,78
MG	315790	Santa Margarida	2	101,40	1.926,60	4.542,60
MG	315800	Santa Maria de Itabira	4	202,80	3.853,20	2.201,40
MG	315810	Santa Maria do Salto	0	0,00	0,00	2.162,40
MG	315820	Santa Maria do Suaçuí	6	304,20	5.779,80	2.979,20
MG	315830	Santana da Vargem	3	152,10	2.889,90	1.475,80
MG	315840	Santana de Cataguases	0	0,00	0,00	1.550,40
MG	315850	Santana de Pirapama	3	152,10	2.889,90	1.621,20
MG	315860	Santana do Deserto	2	101,40	1.926,60	806,40
MG	315870	Santana do Garambéu	1	50,70	963,30	487,20
MG	315880	Santana do Jacaré	0	0,00	0,00	1.944,40
MG	315890	Santana do Manhuaçu	0	0,00	0,00	3.541,20
MG	315895	Santana do Paraíso	12	608,40	11.559,60	6.565,60
MG	315900	Santana do Riacho	1	50,70	963,30	860,20
MG	315910	Santana dos Montes	2	101,40	1.926,60	781,60
MG	315920	Santa Rita de Caldas	4	202,80	3.853,20	1.847,80

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	315930	Santa Rita de Jacutinga	1	50,70	963,30	1.072,70
MG	315935	Santa Rita de Minas	2	101,40	1.926,60	1.429,80
MG	315940	Santa Rita de Ibitipoca	0	0,00	0,00	1.451,20
MG	315950	Santa Rita do Itueto	1	50,70	963,30	1.349,50
MG	315960	Santa Rita do Sapucaí	3	152,10	2.889,90	14.039,70
MG	315970	Santa Rosa da Serra	1	50,70	963,30	677,20
MG	315980	Santa Vitória	7	354,90	6.743,10	3.929,20
MG	315990	Santo Antônio do Amparo	8	405,60	7.706,40	3.710,60
MG	316000	Santo Antônio do Aventureiro	2	101,40	1.926,60	733,60
MG	316010	Santo Antônio do Grama	0	0,00	0,00	1.655,20
MG	316020	Santo Antônio do Itambé	1	50,70	963,30	830,20
MG	316030	Santo Antônio do Jacinto	0	0,00	0,00	4.816,80
MG	316040	Santo Antônio do Monte	12	608,40	11.559,60	5.623,00
MG	316045	Santo Antônio do Retiro	3	152,10	2.889,90	1.467,80
MG	316050	Santo Antônio do Rio Abaixo	0	0,00	0,00	728,00
MG	316060	Santo Hipólito	2	101,40	1.926,60	655,20
MG	316070	Santos Dumont	20	1.014,00	19.266,00	9.512,20
MG	316080	São Bento Abade	3	152,10	2.889,90	1.031,80
MG	316090	São Brás do Suaçuí	2	101,40	1.926,60	749,40
MG	316095	São Domingos das Dores	3	152,10	2.889,90	1.139,40
MG	316100	São Domingos do Prata	5	253,50	4.816,50	3.562,20
MG	316105	São Félix de Minas	2	101,40	1.926,60	693,40
MG	316110	São Francisco	20	1.014,00	19.266,00	11.834,38
MG	316120	São Francisco de Paula	1	50,70	963,30	1.705,90
MG	316130	São Francisco de Sales	1	50,70	963,30	1.526,30
MG	316140	São Francisco do Glória	3	152,10	2.889,90	1.042,20
MG	316150	São Geraldo	4	202,80	3.853,20	2.381,00
MG	316160	São Geraldo da Piedade	2	101,40	1.926,60	874,40
MG	316165	São Geraldo do Baixio	2	101,40	1.926,60	784,00
MG	316170	São Gonçalo do Abaeté	0	0,00	0,00	2.759,20
MG	316180	São Gonçalo do Pará	4	202,80	3.853,20	2.397,00
MG	316190	São Gonçalo do Rio Abaixo	2	101,40	1.926,60	2.382,60
MG	316200	São Gonçalo do Sapucaí	0	0,00	0,00	10.206,80
MG	316210	São Gotardo	4	202,80	3.853,20	10.153,20
MG	316220	São João Batista do Glória	4	202,80	3.853,20	1.486,20
MG	316225	São João da Lagoa	2	101,40	1.926,60	988,40
MG	316230	São João da Mata	1	50,70	963,30	562,20
MG	316240	São João da Ponte	5	253,50	4.816,50	5.567,90
MG	316245	São João das Missões	4	202,80	3.853,20	2.572,40
MG	316250	São João del Rei	44	2.230,80	42.385,20	18.052,60
MG	316255	São João do Manhuaçu	2	101,40	1.926,60	2.620,20
MG	316257	São João do Manteninha	3	152,10	2.889,90	1.151,80
MG	316260	São João do Oriente	4	202,80	3.853,20	1.592,80
MG	316265	São João do Pacuí	2	101,40	1.926,60	879,20
MG	316270	São João do Paraíso	5	253,50	4.816,50	4.745,80
MG	316280	São João Evangelista	0	0,00	0,00	6.433,20
MG	316290	São João Nepomuceno	13	659,10	12.522,90	5.307,60
MG	316292	São Joaquim de Bicas	12	608,40	11.559,60	7.037,33
MG	316294	São José da Barra	3	152,10	2.889,90	1.474,80
MG	316295	São José da Lapa	8	405,60	7.706,40	5.345,67
MG	316300	São José da Safira	2	101,40	1.926,60	860,60
MG	316310	São José da Varginha	0	0,00	0,00	1.933,60
MG	316320	São José do Alegre	0	0,00	0,00	1.691,20
MG	316330	São José do Divino	0	0,00	0,00	1.578,40
MG	316340	São José do Goiabal	2	101,40	1.926,60	1.143,40
MG	316350	São José do Jacuri	3	152,10	2.889,90	1.338,80
MG	316360	São José do Mantimento	0	0,00	0,00	1.114,80
MG	316370	São Lourenço	21	1.064,70	20.229,30	9.091,40
MG	316380	São Miguel do Anta	2	101,40	1.926,60	1.409,00
MG	316390	São Pedro da União	2	101,40	1.926,60	1.010,80
MG	316400	São Pedro dos Ferros	3	152,10	2.889,90	1.679,40
MG	316410	São Pedro do Suaçuí	2	101,40	1.926,60	1.123,20
MG	316420	São Romão	0	0,00	0,00	4.756,80
MG	316430	São Roque de Minas	0	0,00	0,00	2.836,80
MG	316440	São Sebastião da Bela Vista	1	50,70	963,30	1.211,90
MG	316443	São Sebastião da Vargem Alegre	0	0,00	0,00	1.202,40
MG	316447	São Sebastião do Anta	2	101,40	1.926,60	1.283,80
MG	316450	São Sebastião do Maranhão	0	0,00	0,00	4.296,00
MG	316460	São Sebastião do Oeste	2	101,40	1.926,60	1.317,80
MG	316470	São Sebastião do Paraíso	34	1.723,80	32.752,20	14.106,60
MG	316480	São Sebastião do Rio Preto	0	0,00	0,00	648,80
MG	316490	São Sebastião do Rio Verde	1	50,70	963,30	449,80
MG	316500	São Tiago	5	253,50	4.816,50	2.214,60
MG	316510	São Tomás de Aquino	4	202,80	3.853,20	1.451,40
MG	316520	São Thomé das Letras	0	0,00	0,00	2.842,40
MG	316530	São Vicente de Minas	2	101,40	1.926,60	1.534,40
MG	316540	Sapucaí-Mirim	0	0,00	0,00	2.740,00
MG	316550	Sardoá	0	0,00	0,00	2.479,20
MG	316553	Sarzedo	17	861,90	16.376,10	7.241,97
MG	316555	Setubinha	3	152,10	2.889,90	2.412,00
MG	316556	Sem-Peixe	0	0,00	0,00	1.142,40
MG	316557	Senador Amaral	2	101,40	1.926,60	1.087,80
MG	316560	Senador Cortes	0	0,00	0,00	819,60
MG	316570	Senador Firmino	3	152,10	2.889,90	1.558,40
MG	316580	Senador José Bento	1	50,70	963,30	360,80
MG	316590	Senador Modestino Gonçalves	2	101,40	1.926,60	912,80
MG	316600	Senhora de Oliveira	1	50,70	963,30	1.393,50
MG	316610	Senhora do Porto	2	101,40	1.926,60	720,40

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	316620	Senhora dos Remédios	0	0,00	0,00	4.248,80
MG	316630	Sericita	0	0,00	0,00	2.973,60
MG	316640	Seritinga	0	0,00	0,00	749,60
MG	316650	Serra Azul de Minas	0	0,00	0,00	1.748,80
MG	316660	Serra da Saudade	1	50,70	963,30	165,00
MG	316670	Serra dos Aimorés	4	202,80	3.853,20	1.761,80
MG	316680	Serra do Salitre	5	253,50	4.816,50	2.298,20
MG	316690	Serrania	2	101,40	1.926,60	1.562,40
MG	316695	Serranópolis de Minas	2	101,40	1.926,60	953,80
MG	316700	Serranos	0	0,00	0,00	814,80
MG	316710	Serro	0	0,00	0,00	8.574,00
MG	316720	Sete Lagoas	0	0,00	0,00	106.302,60
MG	316730	Silveirânia	2	101,40	1.926,60	458,40
MG	316740	Silvianópolis	2	101,40	1.926,60	1.262,80
MG	316750	Simão Pereira	1	50,70	963,30	530,20
MG	316760	Simonésia	0	0,00	0,00	7.853,20
MG	316770	Sobrália	3	152,10	2.889,90	1.179,40
MG	316780	Soledade de Minas	1	50,70	963,30	1.489,10
MG	316790	Tabuleiro	0	0,00	0,00	1.634,00
MG	316800	Taiobeiras	13	659,10	12.522,90	6.764,80
MG	316805	Taparuba	2	101,40	1.926,60	642,00
MG	316810	Tapira	0	0,00	0,00	1.860,00
MG	316820	Tapiraí	2	101,40	1.926,60	384,60
MG	316830	Taquaraçu de Minas	0	0,00	0,00	1.901,66
MG	316840	Tarumirim	4	202,80	3.853,20	2.935,40
MG	316850	Teixeiras	0	0,00	0,00	4.734,40
MG	316860	Teófilo Otoni	68	3.447,60	65.504,40	31.935,15
MG	316870	Timóteo	45	2.281,50	43.348,50	19.083,11
MG	316880	Tiradentes	3	152,10	2.889,90	1.561,40
MG	316890	Tiros	1	50,70	963,30	1.818,70
MG	316900	Tocantins	7	354,90	6.743,10	3.353,20
MG	316905	Tocos do Moji	0	0,00	0,00	1.658,80
MG	316910	Toledo	1	50,70	963,30	1.529,50
MG	316920	Tombos	4	202,80	3.853,20	1.864,20
MG	316930	Três Corações	17	861,90	16.376,10	15.799,80
MG	316935	Três Marias	1	50,70	963,30	11.711,50
MG	316940	Três Pontas	11	557,70	10.596,30	12.242,50
MG	316950	Tumiritinga	4	202,80	3.853,20	1.347,80
MG	316960	Tupaciguara	14	709,80	13.486,20	5.107,60
MG	316970	Turmalina	7	354,90	6.743,10	3.952,40
MG	316980	Turvolândia	0	0,00	0,00	2.010,00
MG	316990	Ubá	17	861,90	16.376,10	34.608,90
MG	317000	Ubaí	4	202,80	3.853,20	2.506,20
MG	317005	Ubaporanga	0	0,00	0,00	5.048,80
MG	317010	Uberaba	164	8.314,80	157.981,20	73.861,20
MG	317020	Uberlândia	0	0,00	0,00	304.475,85
MG	317030	Umburatiba	2	101,40	1.926,60	549,20
MG	317040	Unaí	40	2.028,00	38.532,00	16.796,00
MG	317043	União de Minas	2	101,40	1.926,60	899,60
MG	317047	Uruana de Minas	0	0,00	0,00	1.335,20
MG	317050	Urucânia	1	50,70	963,30	3.272,30
MG	317052	Urucuia	4	202,80	3.853,20	3.219,00
MG	317057	Vargem Alegre	3	152,10	2.889,90	1.327,00
MG	317060	Vargem Bonita	0	0,00	0,00	886,40
MG	317065	Vargem Grande do Rio Pardo	2	101,40	1.926,60	1.006,40
MG	317070	Varginha	65	3.295,50	62.614,50	30.231,90
MG	317075	Varjão de Minas	3	152,10	2.889,90	1.389,40
MG	317080	Várzea da Palma	21	1.064,70	20.229,30	7.825,60
MG	317090	Varzelândia	5	253,50	4.816,50	3.944,60
MG	317100	Vazante	0	0,00	0,00	8.313,60
MG	317103	Verdelândia	3	152,10	2.889,90	1.844,00
MG	317107	Veredinha	3	152,10	2.889,90	1.159,60
MG	317110	Veríssimo	2	101,40	1.926,60	782,20
MG	317115	Vermelho Novo	2	101,40	1.926,60	981,00
MG	317120	Vespasiano	63	3.194,10	60.687,90	29.061,69
MG	317130	Viçosa	0	0,00	0,00	31.352,40
MG	317140	Vieiras	2	101,40	1.926,60	758,00
MG	317150	Mathias Lobato	2	101,40	1.926,60	681,20
MG	317160	Virgem da Lapa	0	0,00	0,00	5.617,20
MG	317170	Virgínia	0	0,00	0,00	3.548,00
MG	317180	Virginópolis	3	152,10	2.889,90	2.166,00
MG	317190	Virgolândia	3	152,10	2.889,90	1.144,00
MG	317200	Visconde do Rio Branco	17	861,90	16.376,10	8.386,40
MG	317210	Volta Grande	3	152,10	2.889,90	1.063,00
MG	317220	Wenceslau Braz	0	0,00	0,00	1.047,60
		Total	6.963	353.024,10	6.707.457,90	8.103.267,41

ANEXO XII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
MS	500000	SES/MS	0	0,00	0,00	239.871,78
MS	500020	Água Clara	5	253,50	4.816,50	4.709,72
MS	500025	Alcinópolis	3	152,10	2.889,90	864,67
MS	500060	Amambai	13	659,10	12.522,90	7.028,00
MS	500070	Anastácio	10	507,00	9.633,00	5.147,49
MS	500080	Anaurilândia	3	152,10	2.889,90	3.822,98
MS	500085	Angélica	5	253,50	4.816,50	1.743,00
MS	500090	Antônio João	4	202,80	3.853,20	1.468,00
MS	500100	Aparecida do Taboado	0	0,00	0,00	10.215,83

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MS	500110	Aquidauana	24	1.216,80	23.119,20	11.010,42
MS	500124	Aral Moreira	1	50,70	963,30	2.960,36
MS	500150	Bandeirantes	4	202,80	3.853,20	1.322,91
MS	500190	Bataguassu	9	456,30	8.669,70	4.654,65
MS	500200	Batayporã	2	101,40	1.926,60	1.874,67
MS	500210	Bela Vista	10	507,00	9.633,00	4.055,17
MS	500215	Bodoquena	4	202,80	3.853,20	1.329,83
MS	500220	Bonito	11	557,70	10.596,30	6.628,19
MS	500230	Brasilândia	6	304,20	5.779,80	2.001,40
MS	500240	Caarapó	11	557,70	10.596,30	5.498,07
MS	500260	Camapuã	6	304,20	5.779,80	2.711,24
MS	500270	Campo Grande	231	11.711,70	222.522,30	303.372,08
MS	500280	Caracol	3	152,10	2.889,90	1.103,31
MS	500290	Cassilândia	10	507,00	9.633,00	6.529,07
MS	500295	Chapadão do Sul	8	405,60	7.706,40	3.990,00
MS	500310	Corguinho	1	50,70	963,30	1.525,46
MS	500315	Coronel Sapucaia	5	253,50	4.816,50	2.502,67
MS	500320	Corumbá	51	2.585,70	49.128,30	31.168,51
MS	500325	Costa Rica	1	50,70	963,30	5.756,36
MS	500330	Coxim	15	760,50	14.449,50	7.893,44
MS	500345	Deodápolis	6	304,20	5.779,80	2.128,83
MS	500348	Dois Irmãos do Buriti	4	202,80	3.853,20	1.855,33
MS	500350	Douradina	2	101,40	1.926,60	1.150,89
MS	500370	Dourados	116	5.881,20	111.742,80	40.859,98
MS	500375	Eldorado	5	253,50	4.816,50	2.037,33
MS	500380	Fátima do Sul	11	557,70	10.596,30	3.210,00
MS	500390	Figueirão	2	10 1,40	1.926,60	777,64
MS	500400	Glória de Dourados	5	253,50	4.816,50	1.670,83
MS	500410	Guia Lopes da Laguna	4	202,80	3.853,20	1.744,31
MS	500430	Iguatemi	6	304,20	5.779,80	2.639,67
MS	500440	Inocência	4	202,80	3.853,20	1.457,76
MS	500450	Itaporã	8	405,60	7.706,40	3.923,17
MS	500460	Itaquiraí	2	101,40	1.926,60	7.608,36
MS	500470	Ivinhema	11	557,70	10.596,30	4.637,89
MS	500480	Japorã	0	0,00	0,00	2.945,33
MS	500490	Jaraguari	2	101,40	1.926,60	1.169,83
MS	500500	Jardim	15	760,50	14.449,50	5.172,58
MS	500510	Jateí	2	101,40	1.926,60	795,09
MS	500515	Juti	1	50,70	963,30	1.221,03
MS	500520	Ladário	10	507,00	9.633,00	3.765,00
MS	500525	Laguna Carapã	2	101,40	1.926,60	1.229,41
MS	500540	Maracaju	20	1.014,00	19.266,00	7.519,04
MS	500560	Miranda	10	507,00	9.633,00	4.795,38
MS	500568	Mundo Novo	1	50,70	963,30	5.071,03
MS	500570	Naviraí	27	1.368,90	26.009,10	8.864,67
MS	500580	Nioaque	4	202,80	3.853,20	2.509,15
MS	500600	Nova Alvorada do Sul	9	456,30	8.669,70	5.169,94
MS	500620	Nova Andradina	23	1.166,10	22.155,90	10.303,09
MS	500625	Novo Horizonte do Sul	2	101,40	1.926,60	844,67
MS	500627	Paraíso das Águas	1	50,70	963,30	891,67
MS	500630	Paranaíba	18	912,60	17.339,40	9.164,51
MS	500635	Paranhos	2	101,40	1.926,60	2.690,73
MS	500640	Pedro Gomes	0	0,00	0,00	2.686,02
MS	500660	Ponta Porã	21	1.064,70	20.229,30	18.007,44
MS	500690	Porto Murtinho	0	0,00	0,00	5.626,33
MS	500710	Ribas do Rio Pardo	1	50,70	963,30	6.997,03
MS	500720	Rio Brilhante	14	709,80	13.486,20	6.024,00
MS	500730	Rio Negro	3	152,10	2.889,90	831,50
MS	500740	Rio Verde de Mato Grosso	8	405,60	7.706,40	6.382,84
MS	500750	Rochedo	0	0,00	0,00	1.786,68
MS	500755	Santa Rita do Pardo	2	101,40	1.926,60	1.593,19
MS	500769	São Gabriel do Oeste	4	202,80	3.853,20	5.931,96
MS	500770	Sete Quedas	6	304,20	5.779,80	1.812,67
MS	500780	Selvíria	4	202,80	3.853,20	1.097,84
MS	500790	Sidrolândia	19	963,30	18.302,70	9.095,83
MS	500793	Sonora	5	253,50	4.816,50	4.267,19
MS	500795	Tacuru	3	152,10	2.889,90	2.026,47
MS	500797	Taquarussu	2	101,40	1.926,60	815,78
MS	500800	Terenos	5	253,50	4.816,50	3.475,83
MS	500830	Três Lagoas	68	3.447,60	65.504,40	23.360,64
MS	500840	Vicentina	3	152,10	2.889,90	1.006,83
		Total	959	48.621,30	923.804,70	935.409,49

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO XIII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
MT	510000	SES/MT	0	0,00	0,00	515.128,30
MT	510010	Acorizal	0	0,00	0,00	2.339,21
MT	510020	Água Boa	0	0,00	0,00	10.475,79
MT	510025	Alta Floresta	20	1.014,00	19.266,00	14.681,94
MT	510030	Alto Araguaia	0	0,00	0,00	7.766,30
MT	510035	Alto Boa Vista	3	152,10	2.889,90	1.891,52
MT	510040	Alto Garças	0	0,00	0,00	4.930,68
MT	510050	Alto Paraguai	0	0,00	0,00	4.669,44
MT	510060	Alto Taquari	5	253,50	4.816,50	2.190,42
MT	510080	Apiacás	5	253,50	4.816,50	3.259,23
MT	510100	Araguaiana	1	50,70	963,30	921,74
MT	510120	Araguainha	0	0,00	0,00	1.725,80
MT	510125	Araputanga	1	50,70	963,30	5.973,10
MT	510130	Arenápolis	5	253,50	4.816,50	2.163,91
MT	510140	Aripuanã	8	405,60	7.706,40	7.076,65
MT	510160	Barão de Melgaço	2	101,40	1.926,60	1.701,32
MT	510170	Barra do Bugres	13	659,10	12.522,90	7.204,49
MT	510180	Barra do Garças	36	1.825,20	34.678,80	12.607,64
MT	510185	Bom Jesus do Araguaia	2	101,40	1.926,60	1.833,01
MT	510190	Brasnorte	6	304,20	5.779,80	5.466,86
MT	510250	Cáceres	39	1.977,30	37.568,70	19.512,19
MT	510260	Campinápolis	4	202,80	3.853,20	3.289,26
MT	510263	Campo Novo do Parecis	13	659,10	12.522,90	7.172,63
MT	510267	Campo Verde	16	811,20	15.412,80	8.537,00
MT	510268	Campos de Júlio	3	152,10	2.889,90	1.908,27
MT	510269	Canabrava do Norte	2	101,40	1.926,60	1.875,33
MT	510270	Canarana	8	405,60	7.706,40	6.576,01
MT	510279	Carlinda	4	202,80	3.853,20	3.223,55
MT	510285	Castanheira	3	152,10	2.889,90	2.473,07
MT	510300	Chapada dos Guimarães	7	354,90	6.743,10	4.072,35
MT	510305	Cláudia	4	202,80	3.853,20	3.671,32
MT	510310	Cocalinho	0	0,00	0,00	4.273,46
MT	510320	Colíder	16	811,20	15.412,80	9.448,23
MT	510325	Colniza	12	608,40	11.559,60	11.403,34
MT	510330	Comodoro	7	354,90	6.743,10	6.812,46
MT	510335	Confresa	10	507,00	9.633,00	10.184,60
MT	510336	Conquista D'Oeste	1	50,70	963,30	1.087,41
MT	510337	Cotriguaçu	0	0,00	0,00	10.934,29
MT	510340	Cuiabá	271	13.739,70	261.054,30	197.989,51
MT	510343	Curvelândia	3	152,10	2.889,90	1.079,39
MT	510345	Denise	4	202,80	3.853,20	1.948,63
MT	510350	Diamantino	9	456,30	8.669,70	4.552,29
MT	510360	Dom Aquino	4	202,80	3.853,20	1.738,91
MT	510370	Feliz Natal	5	253,50	4.816,50	3.934,86
MT	510380	Figueirópolis D'Oeste	1	50,70	963,30	937,25
MT	510385	Gaúcha do Norte	0	0,00	0,00	5.143,36
MT	510390	General Carneiro	2	101,40	1.926,60	1.140,10
MT	510395	Glória D'Oeste	1	50,70	963,30	920,01
MT	510410	Guarantã do Norte	13	659,10	12.522,90	10.349,50
MT	510420	Guiratinga	4	202,80	3.853,20	3.124,44
MT	510450	Indiavaí	1	50,70	963,30	986,81
MT	510452	Ipiranga do Norte	2	101,40	1.926,60	1.533,04
MT	510454	Itanhangá	2	101,40	1.926,60	1.367,36
MT	510455	Itaúba	0	0,00	0,00	3.756,86
MT	510460	Itiquira	4	202,80	3.853,20	2.734,07
MT	510480	Jaciara	16	811,20	15.412,80	5.693,68
MT	510490	Jangada	3	152,10	2.889,90	1.709,41
MT	510500	Jauru	1	50,70	963,30	3.338,86
MT	510510	Juara	6	304,20	5.779,80	16.496,82
MT	510515	Juína	16	811,20	15.412,80	12.566,55
MT	510517	Juruena	4	202,80	3.853,20	4.871,88
MT	510520	Juscimeira	1	50,70	963,30	3.883,16
MT	510523	Lambari D'Oeste	2	101,40	1.926,60	1.258,54
MT	510525	Lucas do Rio Verde	23	1.166,10	22.155,90	17.995,17
MT	510530	Luciara	2	101,40	1.926,60	894,38
MT	510550	Vila Bela da Santíssima Trindade	4	202,80	3.853,20	3.320,90
MT	510558	Marcelândia	5	253,50	4.816,50	5.843,24
MT	510560	Matupá	6	304,20	5.779,80	4.642,50
MT	510562	Mirassol d'Oeste	13	659,10	12.522,90	5.722,54
MT	510590	Nobres	7	354,90	6.743,10	3.207,60
MT	510600	Nortelândia	3	152,10	2.889,90	1.349,83
MT	510610	Nossa Senhora do Livramento	0	0,00	0,00	5.733,57
MT	510615	Nova Bandeirantes	4	202,80	3.853,20	5.214,63
MT	510617	Nova Nazaré	1	50,70	963,30	1.152,42
MT	510618	Nova Lacerda	3	152,10	2.889,90	1.354,96
MT	510619	Nova Santa Helena	2	101,40	1.926,60	955,48
MT	510620	Nova Brasilândia	3	152,10	2.889,90	956,48
MT	510621	Nova Canaã do Norte	0	0,00	0,00	7.371,43
MT	510622	Nova Mutum	16	811,20	15.412,80	9.108,65
MT	510623	Nova Olímpia	4	202,80	3.853,20	4.469,37
MT	510624	Nova Ubiratã	4	202,80	3.853,20	3.458,81
MT	510625	Nova Xavantina	10	507,00	9.633,00	4.412,27
MT	510626	Novo Mundo	3	152,10	2.889,90	2.553,81
MT	510627	Novo Horizonte do Norte	1	50,70	963,30	1.304,41
MT	510628	Novo São Joaquim	0	0,00	0,00	2.804,96

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MT	510629	Paranaíta	4	202,80	3.853,20	3.286,56
MT	510630	Paranatinga	10	507,00	9.633,00	6.820,38
MT	510631	Novo Santo Antônio	0	0,00	0,00	2.095,17
MT	510637	Pedra Preta	4	202,80	3.853,20	3.626,83
MT	510642	Peixoto de Azevedo	13	659,10	12.522,90	9.837,88
MT	510645	Planalto da Serra	1	50,70	963,30	908,88
MT	510650	Poconé	16	811,20	15.412,80	6.892,58
MT	510665	Pontal do Araguaia	4	202,80	3.853,20	1.365,43
MT	510670	Ponte Branca	2	101,40	1.926,60	881,41
MT	510675	Pontes e Lacerda	24	1.216,80	23.119,20	10.245,63
MT	510677	Porto Alegre do Norte	4	202,80	3.853,20	3.508,93
MT	510680	Porto dos Gaúchos	3	152,10	2.889,90	2.070,31
MT	510682	Porto Esperidião	4	202,80	3.853,20	2.480,52
MT	510685	Porto Estrela	2	101,40	1.926,60	930,88
MT	510700	Poxoréo	8	405,60	7.706,40	3.683,91
MT	510704	Primavera do Leste	34	1.723,80	32.752,20	12.675,83
MT	510706	Querência	0	0,00	0,00	9.773,19
MT	510710	São José dos Quatro Marcos	10	507,00	9.633,00	4.039,22
MT	510715	Reserva do Cabaçal	1	50,70	963,30	923,67
MT	510718	Ribeirão Cascalheira	4	202,80	3.853,20	2.944,01
MT	510719	Ribeirãozinho	1	50,70	963,30	930,64
MT	510720	Rio Branco	0	0,00	0,00	2.166,47
MT	510724	Santa Carmem	1	50,70	963,30	1.981,66
MT	510726	Santo Afonso	1	50,70	963,30	929,65
MT	510729	São José do Povo	2	101,40	1.926,60	995,88
MT	510730	São José do Rio Claro	5	253,50	4.816,50	4.217,51
MT	510735	São José do Xingu	3	152,10	2.889,90	2.506,54
MT	510740	São Pedro da Cipa	1	50,70	963,30	1.067,55
MT	510757	Rondolândia	2	101,40	1.926,60	1.752,83
MT	510760	Rondonópolis	33	1.673,10	31.788,90	63.265,85
MT	510770	Rosário Oeste	6	304,20	5.779,80	3.746,76
MT	510774	Santa Cruz do Xingu	1	50,70	963,30	1.158,73
MT	510775	Salto do Céu	0	0,00	0,00	1.877,79
MT	510776	Santa Rita do Trivelato	1	50,70	963,30	1.229,64
MT	510777	Santa Terezinha	3	152,10	2.889,90	2.431,13
MT	510779	Santo Antônio do Leste	2	101,40	1.926,60	1.142,32
MT	510780	Santo Antônio do Leverger	4	202,80	3.853,20	4.498,12
MT	510785	São Félix do Araguaia	4	202,80	3.853,20	3.584,46
MT	510787	Sapezal	9	456,30	8.669,70	7.110,01
MT	510788	Serra Nova Dourada	2	101,40	1.926,60	968,97
MT	510790	Sinop	45	2.281,50	43.348,50	45.974,94
MT	510792	Sorriso	43	2.180,10	41.421,90	24.930,54
MT	510794	Tabaporã	3	152,10	2.889,90	5.983,99
MT	510795	Tangará da Serra	48	2.433,60	46.238,40	21.127,74
MT	510800	Tapurah	3	152,10	2.889,90	4.696,64
MT	510805	Terra Nova do Norte	4	202,80	3.853,20	3.897,44
MT	510810	Tesouro	2	101,40	1.926,60	991,25
MT	510820	Torixoréu	2	101,40	1.926,60	943,93
MT	510830	União do Sul	2	101,40	1.926,60	1.655,55
MT	510835	Vale de São Domingos	2	101,40	1.926,60	918,94
MT	510840	Várzea Grande	36	1.825,20	34.678,80	82.479,83
MT	510850	Vera	4	202,80	3.853,20	3.688,72
MT	510860	Vila Rica	4	202,80	3.853,20	10.676,91
MT	510880	Nova Guarita	2	101,40	1.926,60	1.650,41
MT	510885	Nova Marilândia	2	101,40	1.926,60	963,75
MT	510890	Nova Maringá	3	152,10	2.889,90	2.459,04
MT	510895	Nova Monte Verde	3	152,10	2.889,90	2.906,15
		Total	1.182	59.927,40	1.138.620,60	1.529.844,32

ANEXO XIV

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
PA	150000	SES/PA	0	0,00	0,00	702.427,35
PA	150010	Abaetetuba	45	2.281,50	43.348,50	78.358,52
PA	150013	Abel Figueiredo	3	152,10	2.889,90	2.868,90
PA	150020	Acará	7	354,90	6.743,10	36.182,07
PA	150030	Afuá	5	253,50	4.816,50	25.450,76
PA	150034	Água Azul do Norte	3	152,10	2.889,90	18.282,26
PA	150040	Alenquer	23	1.166,10	22.155,90	21.918,85
PA	150050	Almeirim	10	507,00	9.633,00	26.904,37
PA	150060	Altamira	3	152,10	2.889,90	85.533,77
PA	150070	Anajás	16	811,20	15.412,80	11.293,88
PA	150080	Ananindeua	227	11.508,90	218.669,10	204.745,61
PA	150085	Anapu	28	1.419,60	26.972,40	10.750,34
PA	150090	Augusto Corrêa	4	202,80	3.853,20	31.643,22
PA	150095	Aurora do Pará	2	101,40	1.926,60	22.252,13
PA	150100	Aveiro	4	202,80	3.853,20	8.810,26
PA	150110	Bagre	0	0,00	0,00	23.652,64
PA	150120	Baião	13	659,10	12.522,90	24.065,38
PA	150125	Bannach	2	101,40	1.926,60	1.340,62
PA	150130	Barcarena	23	1.166,10	22.155,90	74.008,36
PA	150140	Belém	746	37.822,20	718.621,80	576.190,11
PA	150145	Belterra	4	202,80	3.853,20	9.833,88
PA	150150	Benevides	12	608,40	11.559,60	36.835,96
PA	150157	Bom Jesus do Tocantins	4	202,80	3.853,20	9.253,03
PA	150160	Bonito	4	202,80	3.853,20	8.711,07
PA	150170	Bragança	34	1.723,80	32.752,20	65.787,80
PA	150172	Brasil Novo	4	202,80	3.853,20	10.398,06
PA	150175	Brejo Grande do Araguaia	1	50,70	963,30	4.825,28
PA	150178	Breu Branco	23	1.166,10	22.155,90	28.782,03

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PA	150180	Breves	2	101,40	1.926,60	77.340,87
PA	150190	Bujaru	0	0,00	0,00	22.480,64
PA	150195	Cachoeira do Piriá	4	202,80	3.853,20	15.784,32
PA	150200	Cachoeira do Arari	3	152,10	2.889,90	21.523,19
PA	150210	Cametá	55	2.788,50	52.981,50	53.426,84
PA	150215	Canaã dos Carajás	13	659,10	12.522,90	16.064,52
PA	150220	Capanema	28	1.419,60	26.972,40	26.641,76
PA	150230	Capitão Poço	13	659,10	12.522,90	29.404,84
PA	150240	Castanhal	0	0,00	0,00	154.933,25
PA	150250	Chaves	0	0,00	0,00	18.302,86
PA	150260	Colares	4	202,80	3.853,20	5.477,56
PA	150270	Conceição do Araguaia	15	760,50	14.449,50	22.504,58
PA	150275	Concórdia do Pará	4	202,80	3.853,20	21.852,23
PA	150276	Cumaru do Norte	4	202,80	3.853,20	6.536,09
PA	150277	Curionópolis	6	304,20	5.779,80	8.588,89
PA	150280	Curralinho	22	1.115,40	21.192,60	13.287,16
PA	150285	Curuá	4	202,80	3.853,20	7.252,62
PA	150290	Curuçá	7	354,90	6.743,10	24.170,86
PA	150293	Dom Eliseu	21	1.064,70	20.229,30	25.850,03
PA	150295	Eldorado dos Carajás	9	456,30	8.669,70	17.430,10
PA	150300	Faro	3	152,10	2.889,90	8.911,26
PA	150304	Floresta do Araguaia	0	0,00	0,00	15.668,44
PA	150307	Garrafão do Norte	5	253,50	4.816,50	15.309,03
PA	150309	Goianésia do Pará	10	507,00	9.633,00	21.592,81
PA	150310	Gurupá	5	253,50	4.816,50	20.938,92
PA	150320	Igarapé-Açu	9	456,30	8.669,70	21.287,30
PA	150330	Igarapé-Miri	15	760,50	14.449,50	33.949,23
PA	150340	Inhangapi	3	152,10	2.889,90	6.146,47
PA	150345	Ipixuna do Pará	7	354,90	6.743,10	42.641,95
PA	150350	Irituia	5	253,50	4.816,50	20.316,02
PA	150360	Itaituba	63	3.194,10	60.687,90	39.089,00
PA	150370	Itupiranga	10	507,00	9.633,00	31.498,07
PA	150375	Jacareacanga	5	253,50	4.816,50	28.103,43
PA	150380	Jacundá	9	456,30	8.669,70	36.977,17
PA	150390	Juruti	6	304,20	5.779,80	38.914,08
PA	150400	Limoeiro do Ajuru	5	253,50	4.816,50	17.511,00
PA	150405	Mãe do Rio	13	659,10	12.522,90	11.608,90
PA	150410	Magalhães Barata	3	152,10	2.889,90	3.708,84
PA	150420	Marabá	62	3.143,40	59.724,60	155.785,23
PA	150430	Maracanã	8	405,60	7.706,40	15.050,38
PA	150440	Marapanim	2	101,40	1.926,60	19.949,40
PA	150442	Marituba	65	3.295,50	62.614,50	50.727,66
PA	150445	Medicilândia	8	405,60	7.706,40	16.674,67
PA	150450	Melgaço	1	50,70	963,30	20.379,46
PA	150460	Mocajuba	11	557,70	10.596,30	13.428,49
PA	150470	Moju	14	709,80	13.486,20	49.854,93
PA	150475	Mojuí dos Campos	7	354,90	6.743,10	6.207,55
PA	150480	Monte Alegre	15	760,50	14.449,50	30.356,26
PA	150490	Muaná	2	101,40	1.926,60	29.203,19
PA	150495	Nova Esperança do Piriá	5	253,50	4.816,50	11.679,57
PA	150497	Nova Ipixuna	0	0,00	0,00	12.871,36
PA	150500	Nova Timboteua	3	152,10	2.889,90	8.966,57
PA	150503	Novo Progresso	19	963,30	18.302,70	16.697,57
PA	150506	Novo Repartimento	17	861,90	16.376,10	42.185,78
PA	150510	Óbidos	12	608,40	11.559,60	28.692,27
PA	150520	Oeiras do Pará	16	811,20	15.412,80	12.544,84
PA	150530	Oriximiná	18	912,60	17.339,40	53.329,36
PA	150540	Ourém	4	202,80	3.853,20	9.918,78
PA	150543	Ourilândia do Norte	11	557,70	10.596,30	14.733,01
PA	150548	Pacajá	25	1.267,50	24.082,50	18.402,45
PA	150549	Palestina do Pará	2	101,40	1.926,60	3.996,87
PA	150550	Paragominas	51	2.585,70	49.128,30	43.652,81
PA	150553	Parauapebas	79	4.005,30	76.100,70	84.468,78
PA	150555	Pau D'Arco	0	0,00	0,00	4.657,05
PA	150560	Peixe-Boi	3	152,10	2.889,90	3.370,02
PA	150563	Piçarra	0	0,00	0,00	10.093,31
PA	150565	Placas	5	253,50	4.816,50	19.074,99
PA	150570	Ponta de Pedras	10	507,00	9.633,00	14.345,77
PA	150580	Portel	10	507,00	9.633,00	38.232,50
PA	150590	Porto de Moz	8	405,60	7.706,40	24.026,45
PA	150600	Prainha	3	152,10	2.889,90	20.392,97
PA	150610	Primavera	3	152,10	2.889,90	5.468,82
PA	150611	Quatipuru	4	202,80	3.853,20	6.650,35
PA	150613	Redenção	36	1.825,20	34.678,80	32.717,59
PA	150616	Rio Maria	8	405,60	7.706,40	7.051,83
PA	150618	Rondon do Pará	18	912,60	17.339,40	23.069,58

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PA	150619	Rurópolis	6	304,20	5.779,80	33.175,49
PA	150620	Salinópolis	16	811,20	15.412,80	15.985,20
PA	150630	Salvaterra	6	304,20	5.779,80	12.546,87
PA	150635	Santa Bárbara do Pará	2	101,40	1.926,60	14.333,80
PA	150640	Santa Cruz do Arari	5	253,50	4.816,50	3.906,00
PA	150650	Santa Izabel do Pará	30	1.521,00	28.899,00	27.310,68
PA	150655	Santa Luzia do Pará	0	0,00	0,00	15.437,54
PA	150658	Santa Maria das Barreiras	3	152,10	2.889,90	13.653,77
PA	150660	Santa Maria do Pará	7	354,90	6.743,10	12.448,48
PA	150670	Santana do Araguaia	14	709,80	13.486,20	42.665,03
PA	150680	Santarém	101	5.120,70	97.293,30	137.822,33
PA	150690	Santarém Novo	2	101,40	1.926,60	3.251,77
PA	150700	Santo Antônio do Tauá	8	405,60	7.706,40	16.583,42
PA	150710	São Caetano de Odivelas	0	0,00	0,00	13.936,23
PA	150715	São Domingos do Araguaia	8	405,60	7.706,40	12.019,21
PA	150720	São Domingos do Capim	5	253,50	4.816,50	19.879,60
PA	150730	São Félix do Xingu	26	1.318,20	25.045,80	73.987,75
PA	150740	São Francisco do Pará	4	202,80	3.853,20	8.409,54
PA	150745	São Geraldo do Araguaia	9	456,30	8.669,70	11.387,59
PA	150746	São João da Ponta	3	152,10	2.889,90	2.368,60
PA	150747	São João de Pirabas	6	304,20	5.779,80	12.006,50
PA	150750	São João do Araguaia	4	202,80	3.853,20	6.951,09
PA	150760	São Miguel do Guamá	20	1.014,00	19.266,00	26.252,33
PA	150770	São Sebastião da Boa Vista	16	811,20	15.412,80	10.277,41
PA	150775	Sapucaia	1	50,70	963,30	3.612,01
PA	150780	Senador José Porfírio	7	354,90	6.743,10	5.015,32
PA	150790	Soure	12	608,40	11.559,60	9.792,58
PA	150795	Tailândia	29	1.470,30	27.935,70	54.049,51
PA	150796	Terra Alta	4	202,80	3.853,20	5.191,90
PA	150797	Terra Santa	3	152,10	2.889,90	11.597,02
PA	150800	Tomé-Açu	18	912,60	17.339,40	31.626,69
PA	150803	Tracuateua	5	253,50	4.816,50	19.074,19
PA	150805	Trairão	2	101,40	1.926,60	12.728,55
PA	150808	Tucumã	15	760,50	14.449,50	16.106,59
PA	150810	Tucuruí	4	202,80	3.853,20	83.841,24
PA	150812	Ulianópolis	12	608,40	11.559,60	34.086,48
PA	150815	Uruará	6	304,20	5.779,80	29.714,24
PA	150820	Vigia	16	811,20	15.412,80	26.020,59
PA	150830	Viseu	0	0,00	0,00	47.399,72
PA	150835	Vitória do Xingu	0	0,00	0,00	11.679,52
PA	150840	Xinguara	17	861,90	16.376,10	18.164,95
		Total	2.657	134.709,90	2.559.488,10	5.109.337,44

ANEXO XV

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
PB	250000	SES/PB	0	0,00	0,00	616.482,98
PB	250010	Água Branca	4	202,80	3.853,20	1.923,38
PB	250020	Aguiar	2	101,40	1.926,60	1.047,38
PB	250030	Alagoa Grande	10	507,00	9.633,00	5.387,44
PB	250040	Alagoa Nova	5	253,50	4.816,50	3.879,19
PB	250050	Alagoinha	4	202,80	3.853,20	2.712,00
PB	250053	Alcantil	2	101,40	1.926,60	1.031,06
PB	250057	Algodão de Jandaíra	1	50,70	963,30	468,94
PB	250060	Alhandra	6	304,20	5.779,80	4.894,75
PB	250070	São João do Rio do Peixe	4	202,80	3.853,20	3.363,75
PB	250073	Amparo	2	101,40	1.926,60	446,81
PB	250077	Aparecida	3	152,10	2.889,90	1.580,63
PB	250080	Araçagi	4	202,80	3.853,20	3.234,75
PB	250090	Arara	5	253,50	4.816,50	2.538,38
PB	250100	Araruna	5	253,50	4.816,50	3.828,38
PB	250110	Areia	6	304,20	5.779,80	4.401,00
PB	250115	Areia de Baraúnas	2	101,40	1.926,60	404,56
PB	250120	Areial	3	152,10	2.889,90	1.307,81
PB	250130	Aroeiras	5	253,50	4.816,50	3.611,06
PB	250135	Assunção	2	101,40	1.926,60	735,19
PB	250140	Baía da Traição	0	0,00	0,00	3.401,25
PB	250150	Bananeiras	5	253,50	4.816,50	4.127,25
PB	250153	Baraúna	2	101,40	1.926,60	923,44
PB	250157	Barra de Santana	3	152,10	2.889,90	1.557,19
PB	250160	Barra de Santa Rosa	5	253,50	4.816,50	2.891,44
PB	250170	Barra de São Miguel	1	50,70	963,30	1.278,82
PB	250180	Bayeux	49	2.484,30	47.201,70	25.614,72
PB	250190	Belém	6	304,20	5.779,80	3.315,94
PB	250200	Belém do Brejo do Cruz	0	0,00	0,00	2.755,12
PB	250205	Bernardino Batista	2	101,40	1.926,60	644,63
PB	250210	Boa Ventura	2	101,40	1.926,60	1.054,69
PB	250215	Boa Vista	3	152,10	2.889,90	1.328,06
PB	250220	Bom Jesus	2	101,40	1.926,60	481,31
PB	250230	Bom Sucesso	3	152,10	2.889,90	945,75
PB	250240	Bonito de Santa Fé	4	202,80	3.853,20	2.238,38
PB	250250	Boqueirão	6	304,20	5.779,80	3.345,38
PB	250260	Igaracy	3	152,10	2.889,90	1.164,38
PB	250270	Borborema	2	101,40	1.926,60	1.018,13
PB	250280	Brejo do Cruz	5	253,50	4.816,50	2.645,06
PB	250290	Brejo dos Santos	3	152,10	2.889,90	1.210,69
PB	250300	Caaporã	10	507,00	9.633,00	5.468,00
PB	250310	Cabaceiras	2	101,40	1.926,60	1.044,38
PB	250320	Cabedelo	25	1.267,50	24.082,50	17.008,25
PB	250330	Cachoeira dos Índios	4	202,80	3.853,20	1.924,69

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	250340	Cacimba de Areia	2	101,40	1.926,60	702,94
PB	250350	Cacimba de Dentro	0	0,00	0,00	6.433,50
PB	250355	Cacimbas	3	152,10	2.889,90	1.346,81
PB	250360	Caiçara	3	152,10	2.889,90	1.369,50
PB	250370	Cajazeiras	31	1.571,70	29.862,30	11.660,06
PB	250375	Cajazeirinhas	0	0,00	0,00	1.198,87
PB	250380	Caldas Brandão	2	101,40	1.926,60	1.129,69
PB	250390	Camalaú	3	152,10	2.889,90	1.128,75
PB	250400	Campina Grande	202	10.241,40	194.586,60	76.937,25
PB	250403	Capim	3	152,10	2.889,90	1.228,50
PB	250407	Caraúbas	2	101,40	1.926,60	782,06
PB	250410	Carrapateira	2	101,40	1.926,60	500,06
PB	250415	Casserengue	3	152,10	2.889,90	1.401,75
PB	250420	Catingueira	2	101,40	1.926,60	925,13
PB	250430	Catolé do Rocha	14	709,80	13.486,20	5.725,13
PB	250435	Caturité	2	101,40	1.926,60	907,31
PB	250440	Conceição	6	304,20	5.779,80	3.552,00
PB	250450	Condado	3	152,10	2.889,90	1.266,19
PB	250460	Conde	9	456,30	8.669,70	6.192,25
PB	250470	Congo	2	101,40	1.926,60	897,94
PB	250480	Coremas	7	354,90	6.743,10	2.892,38
PB	250485	Coxixola	2	101,40	1.926,60	360,94
PB	250490	Cruz do Espírito Santo	0	0,00	0,00	8.779,50
PB	250500	Cubati	0	0,00	0,00	2.727,75
PB	250510	Cuité	7	354,90	6.743,10	3.815,25
PB	250520	Cuitegi	3	152,10	2.889,90	1.292,81
PB	250523	Cuité de Mamanguape	0	0,00	0,00	2.384,25
PB	250527	Curral de Cima	3	152,10	2.889,90	986,06
PB	250530	Curral Velho	0	0,00	0,00	948,37
PB	250535	Damião	1	50,70	963,30	1.040,32
PB	250540	Desterro	3	152,10	2.889,90	1.557,38
PB	250550	Vista Serrana	2	101,40	1.926,60	714,00
PB	250560	Diamante	3	152,10	2.889,90	1.244,25
PB	250570	Dona Inês	4	202,80	3.853,20	1.975,31
PB	250580	Duas Estradas	2	101,40	1.926,60	683,44
PB	250590	Emas	2	101,40	1.926,60	661,50
PB	250600	Esperança	9	456,30	8.669,70	6.237,38
PB	250610	Fagundes	4	202,80	3.853,20	2.146,69
PB	250620	Frei Martinho	2	101,40	1.926,60	560,63
PB	250625	Gado Bravo	3	152,10	2.889,90	1.587,38
PB	250630	Guarabira	25	1.267,50	24.082,50	11.040,19
PB	250640	Gurinhém	4	202,80	3.853,20	2.650,13
PB	250650	Gurjão	2	101,40	1.926,60	644,25
PB	250660	Ibiara	3	152,10	2.889,90	1.130,06
PB	250670	Imaculada	4	202,80	3.853,20	2.218,69
PB	250680	Ingá	6	304,20	5.779,80	3.405,56
PB	250690	Itabaiana	11	557,70	10.596,30	4.624,31
PB	250700	Itaporanga	10	507,00	9.633,00	4.657,88
PB	250710	Itapororoca	2	101,40	1.926,60	5.091,52
PB	250720	Itatuba	0	0,00	0,00	4.078,50
PB	250730	Jacaraú	4	202,80	3.853,20	2.695,88
PB	250740	Jericó	3	152,10	2.889,90	1.451,63
PB	250750	João Pessoa	0	0,00	0,00	405.799,00
PB	250760	Juarez Távora	4	202,80	3.853,20	1.490,63
PB	250770	Juazeirinho	5	253,50	4.816,50	3.414,94
PB	250780	Junco do Seridó	3	152,10	2.889,90	1.343,44
PB	250790	Juripiranga	0	0,00	0,00	4.038,75
PB	250800	Juru	3	152,10	2.889,90	1.859,81
PB	250810	Lagoa	2	101,40	1.926,60	883,13
PB	250820	Lagoa de Dentro	3	152,10	2.889,90	1.438,13
PB	250830	Lagoa Seca	5	253,50	4.816,50	5.512,12
PB	250840	Lastro	2	101,40	1.926,60	526,69
PB	250850	Livramento	3	152,10	2.889,90	1.379,06
PB	250855	Logradouro	2	101,40	1.926,60	814,31
PB	250860	Lucena	5	253,50	4.816,50	3.280,25
PB	250870	Mãe d'Água	2	101,40	1.926,60	758,25
PB	250880	Malta	3	152,10	2.889,90	1.064,81
PB	250890	Mamanguape	18	912,60	17.339,40	11.251,25
PB	250900	Manaíra	0	0,00	0,00	4.170,00
PB	250905	Marcação	3	152,10	2.889,90	1.609,88
PB	250910	Mari	9	456,30	8.669,70	4.097,63
PB	250915	Marizópolis	4	202,80	3.853,20	1.240,13
PB	250920	Massaranduba	4	202,80	3.853,20	2.597,44
PB	250930	Mataraca	4	202,80	3.853,20	1.587,38
PB	250933	Matinhas	0	0,00	0,00	1.701,37
PB	250937	Mato Grosso	0	0,00	0,00	1.093,12
PB	250939	Maturéia	3	152,10	2.889,90	1.235,06
PB	250940	Mogeiro	4	202,80	3.853,20	2.502,94
PB	250950	Montadas	3	152,10	2.889,90	1.067,06
PB	250960	Monte Horebe	2	101,40	1.926,60	904,69
PB	250970	Monteiro	12	608,40	11.559,60	6.242,63
PB	250980	Mulungu	3	152,10	2.889,90	1.860,38
PB	250990	Natuba	4	202,80	3.853,20	1.961,25
PB	251000	Nazarezinho	3	152,10	2.889,90	1.376,63
PB	251010	Nova Floresta	4	202,80	3.853,20	1.998,94
PB	251020	Nova Olinda	3	152,10	2.889,90	1.135,88
PB	251030	Nova Palmeira	2	101,40	1.926,60	920,63
PB	251040	Olho d'Água	3	152,10	2.889,90	1.274,25
PB	251050	Olivedos	2	101,40	1.926,60	740,81
PB	251060	Ouro Velho	2	101,40	1.926,60	570,38

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	251065	Parari	0	0,00	0,00	836,07
PB	251070	Passagem	2	101,40	1.926,60	454,50
PB	251080	Patos	60	3.042,00	57.798,00	20.210,63
PB	251090	Paulista	4	202,80	3.853,20	2.307,75
PB	251100	Pedra Branca	2	101,40	1.926,60	713,06
PB	251110	Pedra Lavrada	3	152,10	2.889,90	1.522,88
PB	251120	Pedras de Fogo	4	202,80	3.853,20	6.833,92
PB	251130	Piancó	5	253,50	4.816,50	3.017,06
PB	251140	Picuí	7	354,90	6.743,10	3.513,19
PB	251150	Pilar	2	101,40	1.926,60	2.550,15
PB	251160	Pilões	3	152,10	2.889,90	1.286,25
PB	251170	Pilõezinhos	3	152,10	2.889,90	967,31
PB	251180	Pirpirituba	4	202,80	3.853,20	1.984,69
PB	251190	Pitimbu	5	253,50	4.816,50	4.795,50
PB	251200	Pocinhos	5	253,50	4.816,50	3.491,63
PB	251203	Poço Dantas	2	101,40	1.926,60	710,25
PB	251207	Poço de José de Moura	2	101,40	1.926,60	809,63
PB	251210	Pombal	14	709,80	13.486,20	6.143,63
PB	251220	Prata	2	101,40	1.926,60	783,56
PB	251230	Princesa Isabel	9	456,30	8.669,70	4.404,19
PB	251240	Puxinanã	0	0,00	0,00	5.143,12
PB	251250	Queimadas	12	608,40	11.559,60	8.290,13
PB	251260	Quixabá	2	101,40	1.926,60	541,29
PB	251270	Remígio	8	405,60	7.706,40	3.671,06
PB	251272	Pedro Régis	3	152,10	2.889,90	1.143,56
PB	251274	Riachão	2	101,40	1.926,60	676,31
PB	251275	Riachão do Bacamarte	2	101,40	1.926,60	849,19
PB	251276	Riachão do Poço	2	101,40	1.926,60	847,31
PB	251278	Riacho de Santo Antônio	0	0,00	0,00	1.027,23
PB	251280	Riacho dos Cavalos	3	152,10	2.889,90	1.614,19
PB	251290	Rio Tinto	5	253,50	4.816,50	7.260,50
PB	251300	Salgadinho	2	101,40	1.926,60	746,25
PB	251310	Salgado de São Félix	4	202,80	3.853,20	2.277,19
PB	251315	Santa Cecília	3	152,10	2.889,90	1.239,38
PB	251320	Santa Cruz	3	152,10	2.889,90	1.234,69
PB	251330	Santa Helena	3	152,10	2.889,90	1.115,44
PB	251335	Santa Inês	2	101,40	1.926,60	674,25
PB	251340	Santa Luzia	7	354,90	6.743,10	2.887,69
PB	251350	Santana de Mangueira	3	152,10	2.889,90	992,25
PB	251360	Santana dos Garrotes	3	152,10	2.889,90	1.351,69
PB	251365	Joca Claudino	0	0,00	0,00	1.008,75
PB	251370	Santa Rita	73	3.701,10	70.320,90	34.212,75
PB	251380	Santa Teresinha	2	101,40	1.926,60	864,75
PB	251385	Santo André	0	0,00	0,00	961,87
PB	251390	São Bento	15	760,50	14.449,50	6.415,31
PB	251392	São Bentinho	2	101,40	1.926,60	851,25
PB	251394	São Domingos do Cariri	2	101,40	1.926,60	487,69
PB	251396	São Domingos	2	101,40	1.926,60	585,00
PB	251398	São Francisco	2	101,40	1.926,60	635,44
PB	251400	São João do Cariri	2	101,40	1.926,60	816,00
PB	251410	São João do Tigre	1	50,70	963,30	832,88
PB	251420	São José da Lagoa Tapada	3	152,10	2.889,90	1.439,81
PB	251430	São José de Caiana	3	152,10	2.889,90	1.177,31
PB	251440	São José de Espinharas	2	101,40	1.926,60	888,38
PB	251445	São José dos Ramos	1	50,70	963,30	1.275,07
PB	251450	São José de Piranhas	7	354,90	6.743,10	3.780,56
PB	251455	São José de Princesa	2	101,40	1.926,60	769,88
PB	251460	São José do Bonfim	0	0,00	0,00	1.337,25
PB	251465	São José do Brejo do Cruz	2	101,40	1.926,60	445,29
PB	251470	São José do Sabugi	2	101,40	1.926,60	777,19
PB	251480	São José dos Cordeiros	1	50,70	963,30	702,94
PB	251490	São Mamede	4	202,80	3.853,20	1.461,38
PB	251500	São Miguel de Taipu	0	0,00	0,00	2.692,50
PB	251510	São Sebastião de Lagoa de Roça	4	202,80	3.853,20	2.220,94
PB	251520	São Sebastião do Umbuzeiro	0	0,00	0,00	1.311,00
PB	251530	Sapé	20	1.014,00	19.266,00	9.880,69
PB	251540	São Vicente do Seridó	4	202,80	3.853,20	2.078,25
PB	251550	Serra Branca	5	253,50	4.816,50	2.570,06
PB	251560	Serra da Raiz	2	101,40	1.926,60	598,13
PB	251570	Serra Grande	2	101,40	1.926,60	581,25
PB	251580	Serra Redonda	2	101,40	1.926,60	1.329,19
PB	251590	Serraria	0	0,00	0,00	2.331,75
PB	251593	Sertãozinho	2	101,40	1.926,60	945,75
PB	251597	Sobrado	3	152,10	2.889,90	1.461,56
PB	251600	Solânea	10	507,00	9.633,00	5.048,44
PB	251610	Soledade	5	253,50	4.816,50	2.810,06
PB	251615	Sossêgo	2	101,40	1.926,60	668,81
PB	251620	Sousa	33	1.673,10	31.788,90	13.041,38
PB	251630	Sumé	7	354,90	6.743,10	3.179,44
PB	251640	Tacima	0	0,00	0,00	4.112,62
PB	251650	Taperoá	5	253,50	4.816,50	2.887,50
PB	251660	Tavares	4	202,80	3.853,20	2.748,94
PB	251670	Teixeira	5	253,50	4.816,50	2.848,31
PB	251675	Tenório	0	0,00	0,00	1.149,75
PB	251680	Triunfo	3	152,10	2.889,90	1.777,88
PB	251690	Uiraúna	6	304,20	5.779,80	2.884,13
PB	251700	Umbuzeiro	3	152,10	2.889,90	1.858,69
PB	251710	Várzea	2	101,40	1.926,60	528,75
PB	251720	Vieirópolis	3	152,10	2.889,90	1.004,63

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	251740	Zabelê	2	101,40	1.926,60	420,94
		Total	1.250	63.375,00	1.204.125,00	1.696.595,98
		ANEXO XVI				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
PE	260000	SES/PE	0	0,00	0,00	1.320.760,99
PE	260005	Abreu e Lima	34	1.723,80	32.752,20	22.770,92
PE	260010	Afogados da Ingazeira	13	659,10	12.522,90	8.483,06
PE	260020	Afrânio	4	202,80	3.853,20	3.340,31
PE	260030	Agrestina	0	0,00	0,00	8.481,64
PE	260040	Água Preta	11	557,70	10.596,30	6.258,84
PE	260050	Águas Belas	13	659,10	12.522,90	7.414,55
PE	260060	Alagoinha	0	0,00	0,00	4.996,26
PE	260070	Aliança	6	304,20	5.779,80	7.390,42
PE	260080	Altinho	0	0,00	0,00	7.880,04
PE	260090	Amaraji	8	405,60	7.706,40	3.910,77
PE	260100	Angelim	0	0,00	0,00	3.801,32
PE	260105	Araçoiaba	5	253,50	4.816,50	4.644,75
PE	260110	Araripina	29	1.470,30	27.935,70	16.821,20
PE	260120	Arcoverde	0	0,00	0,00	33.785,89
PE	260130	Barra de Guabiraba	1	50,70	963,30	3.932,12
PE	260140	Barreiros	19	963,30	18.302,70	8.522,97
PE	260150	Belém de Maria	0	0,00	0,00	4.127,24
PE	260160	Belém de São Francisco	0	0,00	0,00	7.117,36
PE	260170	Belo Jardim	33	1.673,10	31.788,90	17.413,46
PE	260180	Betânia	1	50,70	963,30	3.385,93
PE	260190	Bezerros	35	1.774,50	33.715,50	13.875,81
PE	260200	Bodocó	8	405,60	7.706,40	9.625,93
PE	260210	Bom Conselho	19	963,30	18.302,70	9.682,98
PE	260220	Bom Jardim	9	456,30	8.669,70	6.715,55
PE	260230	Bonito	14	709,80	13.486,20	7.689,31
PE	260240	Brejão	3	152,10	2.889,90	1.549,78
PE	260250	Brejinho	3	152,10	2.889,90	1.284,60
PE	260260	Brejo da Madre de Deus	23	1.166,10	22.155,90	11.489,96
PE	260270	Buenos Aires	4	202,80	3.853,20	2.251,71
PE	260280	Buíque	10	507,00	9.633,00	10.224,04
PE	260290	Cabo de Santo Agostinho	74	3.751,80	71.284,20	46.899,65
PE	260300	Cabrobó	8	405,60	7.706,40	5.826,05
PE	260310	Cachoeirinha	2	101,40	1.926,60	5.028,66
PE	260320	Caetés	1	50,70	963,30	10.484,20
PE	260330	Calçado	4	202,80	3.853,20	1.931,29
PE	260340	Calumbi	2	101,40	1.926,60	990,17
PE	260345	Camaragibe	66	3.346,20	63.577,80	35.832,73
PE	260350	Camocim de São Félix	0	0,00	0,00	6.395,64
PE	260360	Camutanga	4	202,80	3.853,20	1.461,50
PE	260370	Canhotinho	1	50,70	963,30	9.045,43
PE	260380	Capoeiras	4	202,80	3.853,20	3.442,36
PE	260390	Carnaíba	5	253,50	4.816,50	3.345,30
PE	260392	Carnaubeira da Penha	4	202,80	3.853,20	2.203,53
PE	260400	Carpina	28	1.419,60	26.972,40	14.228,71
PE	260410	Caruaru	165	8.365,50	158.944,50	81.612,67
PE	260415	Casinhas	3	152,10	2.889,90	2.456,32
PE	260420	Catende	0	0,00	0,00	14.573,04
PE	260430	Cedro	1	50,70	963,30	3.734,19
PE	260440	Chã de Alegria	5	253,50	4.816,50	2.305,23
PE	260450	Chã Grande	7	354,90	6.743,10	4.932,81
PE	260460	Condado	11	557,70	10.596,30	4.506,17
PE	260470	Correntes	5	253,50	4.816,50	3.114,36
PE	260480	Cortês	0	0,00	0,00	5.079,87
PE	260490	Cumaru	5	253,50	4.816,50	3.006,30
PE	260500	Cupira	0	0,00	0,00	8.252,08
PE	260510	Custódia	12	608,40	11.559,60	6.324,58
PE	260515	Dormentes	4	202,80	3.853,20	3.216,58
PE	260520	Escada	0	0,00	0,00	27.426,20
PE	260530	Exu	0	0,00	0,00	11.039,49
PE	260540	Feira Nova	0	0,00	0,00	7.557,21
PE	260550	Ferreiros	0	0,00	0,00	4.149,61
PE	260560	Flores	5	253,50	4.816,50	3.890,80
PE	260570	Floresta	9	456,30	8.669,70	6.523,67
PE	260580	Frei Miguelinho	0	0,00	0,00	5.275,38
PE	260590	Gameleira	9	456,30	8.669,70	6.167,39
PE	260600	Garanhuns	57	2.889,90	54.908,10	27.843,94
PE	260610	Glória do Goitá	8	405,60	7.706,40	5.235,64
PE	260620	Goiana	35	1.774,50	33.715,50	15.915,84
PE	260630	Granito	3	152,10	2.889,90	1.276,34
PE	260640	Gravatá	21	1.064,70	20.229,30	19.076,06
PE	260650	Iati	4	202,80	3.853,20	3.835,92
PE	260660	Ibimirim	7	354,90	6.743,10	4.987,84
PE	260670	Ibirajuba	3	152,10	2.889,90	1.331,06
PE	260680	Igarassu	51	2.585,70	49.128,30	26.445,38
PE	260690	Iguaracy	4	202,80	3.853,20	2.095,11
PE	260700	Inajá	5	253,50	4.816,50	3.923,67
PE	260710	Ingazeira	1	50,70	963,30	786,42
PE	260720	Ipojuca	30	1.521,00	28.899,00	21.663,81
PE	260730	Ipubi	8	405,60	7.706,40	5.364,25
PE	260740	Itacuruba	1	50,70	963,30	835,98
PE	260750	Itaíba	3	152,10	2.889,90	6.282,48
PE	260760	Ilha de Itamaracá	9	456,30	8.669,70	6.082,29
PE	260765	Itambé	14	709,80	13.486,20	7.294,27

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	260770	Itapetim	0	0,00	0,00	4.794,93
PE	260775	Itapissuma	10	507,00	9.633,00	6.035,79
PE	260780	Itaquitinga	0	0,00	0,00	5.802,30
PE	260790	Jaboatão dos Guararapes	283	14.348,10	272.613,90	159.489,92
PE	260795	Jaqueira	4	202,80	3.853,20	2.012,69
PE	260800	Jataúba	0	0,00	0,00	5.859,78
PE	260805	Jatobá	0	0,00	0,00	5.905,70
PE	260810	João Alfredo	8	405,60	7.706,40	5.762,21
PE	260820	Joaquim Nabuco	5	253,50	4.816,50	2.762,97
PE	260825	Jucati	0	0,00	0,00	3.900,78
PE	260830	Jupi	5	253,50	4.816,50	2.954,66
PE	260840	Jurema	2	101,40	1.926,60	3.333,64
PE	260845	Lagoa do Carro	6	304,20	5.779,80	3.584,27
PE	260850	Lagoa de Itaenga	9	456,30	8.669,70	3.671,91
PE	260860	Lagoa do Ouro	4	202,80	3.853,20	2.242,76
PE	260870	Lagoa dos Gatos	0	0,00	0,00	5.581,69
PE	260875	Lagoa Grande	6	304,20	5.779,80	4.352,68
PE	260880	Lajedo	12	608,40	11.559,60	6.864,06
PE	260890	Limoeiro	25	1.267,50	24.082,50	11.328,41
PE	260900	Macaparana	7	354,90	6.743,10	4.338,91
PE	260910	Machados	5	253,50	4.816,50	2.722,36
PE	260915	Manari	0	0,00	0,00	7.243,67
PE	260920	Maraial	4	202,80	3.853,20	2.066,55
PE	260930	Mirandiba	4	202,80	3.853,20	2.627,71
PE	260940	Moreno	20	1.014,00	19.266,00	14.235,60
PE	260950	Nazaré da Mata	14	709,80	13.486,20	6.482,90
PE	260960	Olinda	167	8.466,90	160.871,10	89.551,69
PE	260970	Orobó	5	253,50	4.816,50	4.090,08
PE	260980	Orocó	4	202,80	3.853,20	2.545,80
PE	260990	Ouricuri	20	1.014,00	19.266,00	13.934,17
PE	261000	Palmares	25	1.267,50	24.082,50	12.618,76
PE	261010	Palmeirina	0	0,00	0,00	2.819,06
PE	261020	Panelas	0	0,00	0,00	9.125,57
PE	261030	Paranatama	0	0,00	0,00	3.972,28
PE	261040	Parnamirim	5	253,50	4.816,50	3.679,66
PE	261050	Passira	8	405,60	7.706,40	5.004,53
PE	261060	Paudalho	6	304,20	5.779,80	16.690,23
PE	261070	Paulista	135	6.844,50	130.045,50	75.247,56
PE	261080	Pedra	0	0,00	0,00	7.745,47
PE	261090	Pesqueira	24	1.216,80	23.119,20	13.431,93
PE	261100	Petrolândia	6	304,20	5.779,80	8.723,58
PE	261110	Petrolina	112	5.678,40	107.889,60	78.654,35
PE	261120	Poção	4	202,80	3.853,20	1.939,04
PE	261130	Pombos	9	456,30	8.669,70	6.178,33
PE	261140	Primavera	1	50,70	963,30	4.129,67
PE	261150	Quipapá	6	304,20	5.779,80	4.445,08
PE	261153	Quixaba	3	152,10	2.889,90	1.178,08
PE	261160	Recife	621	31.484,70	598.209,30	421.357,68
PE	261170	Riacho das Almas	5	253,50	4.816,50	4.673,17
PE	261180	Ribeirão	17	861,90	16.376,10	9.456,84
PE	261190	Rio Formoso	6	304,20	5.779,80	4.023,14
PE	261200	Sairé	0	0,00	0,00	3.743,50
PE	261210	Salgadinho	2	101,40	1.926,60	1.849,38
PE	261220	Salgueiro	21	1.064,70	20.229,30	12.140,98
PE	261230	Saloá	1	50,70	963,30	5.374,59
PE	261240	Sanharó	6	304,20	5.779,80	4.470,55
PE	261245	Santa Cruz	4	202,80	3.853,20	2.616,01
PE	261247	Santa Cruz da Baixa Verde	4	202,80	3.853,20	2.151,21
PE	261250	Santa Cruz do Capibaribe	24	1.216,80	23.119,20	25.354,59
PE	261255	Santa Filomena	2	101,40	1.926,60	3.013,91
PE	261260	Santa Maria da Boa Vista	8	405,60	7.706,40	7.167,62
PE	261270	Santa Maria do Cambucá	4	202,80	3.853,20	2.411,40
PE	261280	Santa Terezinha	1	50,70	963,30	3.075,15
PE	261290	São Benedito do Sul	4	202,80	3.853,20	2.698,78
PE	261300	São Bento do Una	0	0,00	0,00	20.245,26
PE	261310	São Caitano	0	0,00	0,00	12.742,08
PE	261320	São João	2	101,40	1.926,60	8.444,56
PE	261330	São Joaquim do Monte	5	253,50	4.816,50	3.657,98
PE	261340	São José da Coroa Grande	0	0,00	0,00	8.420,13
PE	261350	São José do Belmonte	9	456,30	8.669,70	5.817,11
PE	261360	São José do Egito	6	304,20	5.779,80	5.819,99
PE	261370	São Lourenço da Mata	26	1.318,20	25.045,80	26.332,90
PE	261380	São Vicente Ferrer	5	253,50	4.816,50	3.080,98
PE	261390	Serra Talhada	40	2.028,00	38.532,00	17.184,91
PE	261400	Serrita	4	202,80	3.853,20	3.283,35
PE	261410	Sertânia	10	507,00	9.633,00	6.138,21
PE	261420	Sirinhaém	9	456,30	8.669,70	7.789,01
PE	261430	Moreilândia	1	50,70	963,30	2.907,19
PE	261440	Solidão	0	0,00	0,00	2.057,42
PE	261450	Surubim	23	1.166,10	22.155,90	12.928,24
PE	261460	Tabira	13	659,10	12.522,90	4.870,13
PE	261470	Tacaimbó	3	152,10	2.889,90	2.225,38
PE	261480	Tacaratu	5	253,50	4.816,50	4.365,41

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	261485	Tamandaré	7	354,90	6.743,10	4.639,25
PE	261500	Taquaritinga do Norte	10	507,00	9.633,00	4.879,94
PE	261510	Terezinha	3	152,10	2.889,90	1.225,23
PE	261520	Terra Nova	1	50,70	963,30	2.628,76
PE	261530	Timbaúba	29	1.470,30	27.935,70	10.868,10
PE	261540	Toritama	0	0,00	0,00	15.208,38
PE	261550	Tracunhaém	0	0,00	0,00	4.711,29
PE	261560	Trindade	0	0,00	0,00	10.378,34
PE	261570	Triunfo	4	202,80	3.853,20	2.629,43
PE	261580	Tupanatinga	5	253,50	4.816,50	4.644,53
PE	261590	Tuparetama	5	253,50	4.816,50	1.405,75
PE	261600	Venturosa	0	0,00	0,00	6.283,79
PE	261610	Verdejante	1	50,70	963,30	2.302,84
PE	261618	Vertente do Lério	3	152,10	2.889,90	1.352,40
PE	261620	Vertentes	6	304,20	5.779,80	4.688,75
PE	261630	Vicência	7	354,90	6.743,10	8.120,19
PE	261640	Vitória de Santo Antão	57	2.889,90	54.908,10	27.630,25
PE	261650	Xexéu	4	202,80	3.853,20	2.521,19
		Total	3.019	153.063,30	2.908.202,70	3.543.836,10

ANEXO XVII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
PI	220000	SES/PI	0	0,00	0,00	314.308,00
PI	220005	Acauã	3	152,10	2.889,90	1.414,50
PI	220010	Agricolândia	1	50,70	963,30	1.243,14
PI	220020	Água Branca	10	507,00	9.633,00	3.712,88
PI	220025	Alagoinha do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.528,22
PI	220027	Alegrete do Piauí	0	0,00	0,00	2.120,52
PI	220030	Alto Longá	2	101,40	1.926,60	3.787,46
PI	220040	Altos	2	101,40	1.926,60	19.633,18
PI	220045	Alvorada do Gurguéia	2	101,40	1.926,60	1.081,49
PI	220050	Amarante	0	0,00	0,00	7.034,75
PI	220060	Angical do Piauí	4	202,80	3.853,20	1.361,10
PI	220070	Anísio de Abreu	3	152,10	2.889,90	1.970,68
PI	220080	Antônio Almeida	2	101,40	1.926,60	632,32
PI	220090	Aroazes	3	152,10	2.889,90	1.174,49
PI	220095	Aroeiras do Itaim	2	101,40	1.926,60	509,88
PI	220100	Arraial	2	101,40	1.926,60	951,94
PI	220105	Assunção do Piauí	1	50,70	963,30	2.170,70
PI	220110	Avelino Lopes	3	152,10	2.889,90	2.335,78
PI	220115	Baixa Grande do Ribeiro	4	202,80	3.853,20	2.309,79
PI	220117	Barra D'Alcântara	2	101,40	1.926,60	789,69
PI	220120	Barras	13	659,10	12.522,90	9.442,52
PI	220130	Barreiras do Piauí	0	0,00	0,00	1.337,74
PI	220140	Barro Duro	4	202,80	3.853,20	1.571,22
PI	220150	Batalha	6	304,20	5.779,80	5.365,00
PI	220155	Bela Vista do Piauí	0	0,00	0,00	1.602,94
PI	220157	Belém do Piauí	2	101,40	1.926,60	711,31
PI	220160	Beneditinos	4	202,80	3.853,20	2.714,17
PI	220170	Bertolínia	1	50,70	963,30	1.235,00
PI	220173	Betânia do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.239,87
PI	220177	Boa Hora	3	152,10	2.889,90	1.352,98
PI	220180	Bocaina	1	50,70	963,30	900,77
PI	220190	Bom Jesus	10	507,00	9.633,00	5.017,77
PI	220191	Bom Princípio do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.123,93
PI	220192	Bonfim do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.132,46
PI	220194	Boqueirão do Piauí	1	50,70	963,30	1.627,72
PI	220196	Brasileira	3	152,10	2.889,90	1.663,45
PI	220198	Brejo do Piauí	2	101,40	1.926,60	942,12
PI	220200	Buriti dos Lopes	4	202,80	3.853,20	4.051,45
PI	220202	Buriti dos Montes	3	152,10	2.889,90	1.662,64
PI	220205	Cabeceiras do Piauí	3	152,10	2.889,90	2.113,02
PI	220207	Cajazeiras do Piauí	2	101,40	1.926,60	710,09
PI	220208	Cajueiro da Praia	1	50,70	963,30	2.086,63
PI	220209	Caldeirão Grande do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.168,02
PI	220210	Campinas do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.121,29
PI	220211	Campo Alegre do Fidalgo	0	0,00	0,00	2.013,11
PI	220213	Campo Grande do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.186,27
PI	220217	Campo Largo do Piauí	1	50,70	963,30	1.942,05
PI	220220	Campo Maior	19	963,30	18.302,70	10.338,81
PI	220225	Canavieira	2	101,40	1.926,60	795,99
PI	220230	Canto do Buriti	7	354,90	6.743,10	4.229,91
PI	220240	Capitão de Campos	4	202,80	3.853,20	2.282,17
PI	220245	Capitão Gervásio Oliveira	2	101,40	1.926,60	818,93
PI	220250	Caracol	2	101,40	1.926,60	2.430,62
PI	220253	Caraúbas do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.171,44
PI	220255	Caridade do Piauí	2	101,40	1.926,60	1.014,07
PI	220260	Castelo do Piauí	7	354,90	6.743,10	4.008,43
PI	220265	Caxingó	1	50,70	963,30	1.201,30
PI	220270	Cocal	7	354,90	6.743,10	5.573,89
PI	220271	Cocal de Telha	2	101,40	1.926,60	977,12
PI	220272	Cocal dos Alves	2	101,40	1.926,60	1.229,31
PI	220273	Coivaras	1	50,70	963,30	1.174,61
PI	220275	Colônia do Gurguéia	2	101,40	1.926,60	1.293,89
PI	220277	Colônia do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.530,25
PI	220280	Conceição do Canindé	2	101,40	1.926,60	979,24
PI	220285	Coronel José Dias	2	101,40	1.926,60	935,69
PI	220290	Corrente	9	456,30	8.669,70	5.321,14
PI	220300	Cristalândia do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.655,74

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PI	220310	Cristino Castro	1	50,70	963,30	3.200,61
PI	220320	Curimatá	4	202,80	3.853,20	2.272,22
PI	220323	Currais	0	0,00	0,00	1.978,19
PI	220325	Curralinhos	0	0,00	0,00	2.361,81
PI	220327	Curral Novo do Piauí	2	101,40	1.926,60	1.066,26
PI	220330	Demerval Lobão	0	0,00	0,00	7.352,62
PI	220335	Dirceu Arcoverde	3	152,10	2.889,90	1.400,29
PI	220340	Dom Expedito Lopes	3	152,10	2.889,90	1.378,77
PI	220342	Domingos Mourão	2	101,40	1.926,60	871,53
PI	220345	Dom Inocêncio	3	152,10	2.889,90	1.909,56
PI	220350	Elesbão Veloso	0	0,00	0,00	5.887,06
PI	220360	Eliseu Martins	2	101,40	1.926,60	981,58
PI	220370	Esperantina	14	709,80	13.486,20	7.935,11
PI	220375	Fartura do Piauí	0	0,00	0,00	2.119,92
PI	220380	Flores do Piauí	2	101,40	1.926,60	892,64
PI	220385	Floresta do Piauí	0	0,00	0,00	1.022,60
PI	220390	Floriano	28	1.419,60	26.972,40	12.100,53
PI	220400	Francinópolis	0	0,00	0,00	2.140,23
PI	220410	Francisco Ayres	0	0,00	0,00	1.871,14
PI	220415	Francisco Macedo	2	101,40	1.926,60	635,17
PI	220420	Francisco Santos	2	101,40	1.926,60	1.858,79
PI	220430	Fronteiras	4	202,80	3.853,20	2.329,32
PI	220435	Geminiano	0	0,00	0,00	2.173,53
PI	220440	Gilbués	0	0,00	0,00	4.273,15
PI	220450	Guadalupe	6	304,20	5.779,80	2.100,03
PI	220455	Guaribas	0	0,00	0,00	1.823,05
PI	220460	Hugo Napoleão	2	101,40	1.926,60	774,87
PI	220465	Ilha Grande	4	202,80	3.853,20	1.881,94
PI	220470	Inhuma	4	202,80	3.853,20	3.059,07
PI	220480	Ipiranga do Piauí	4	202,80	3.853,20	1.959,31
PI	220490	Isaías Coelho	1	50,70	963,30	2.459,44
PI	220500	Itainópolis	1	50,70	963,30	3.647,74
PI	220510	Itaueira	4	202,80	3.853,20	2.202,17
PI	220515	Jacobina do Piauí	1	50,70	963,30	1.355,62
PI	220520	Jaicós	5	253,50	4.816,50	3.813,84
PI	220525	Jardim do Mulato	1	50,70	963,30	899,55
PI	220527	Jatobá do Piauí	2	101,40	1.926,60	971,84
PI	220530	Jerumenha	2	101,40	1.926,60	894,07
PI	220535	João Costa	2	101,40	1.926,60	603,29
PI	220540	Joaquim Pires	3	152,10	2.889,90	2.867,79
PI	220545	Joca Marques	2	101,40	1.926,60	1.086,36
PI	220550	José de Freitas	0	0,00	0,00	20.849,12
PI	220551	Juazeiro do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.094,69
PI	220552	Júlio Borges	3	152,10	2.889,90	1.123,72
PI	220553	Jurema	1	50,70	963,30	950,92
PI	220554	Lagoinha do Piauí	2	101,40	1.926,60	731,55
PI	220555	Lagoa Alegre	3	152,10	2.889,90	2.270,15
PI	220556	Lagoa do Barro do Piauí	2	101,40	1.926,60	930,41
PI	220557	Lagoa de São Francisco	3	152,10	2.889,90	1.349,53
PI	220558	Lagoa do Piauí	2	101,40	1.926,60	1.080,59
PI	220559	Lagoa do Sítio	3	152,10	2.889,90	1.032,96
PI	220560	Landri Sales	2	101,40	1.926,60	1.069,31
PI	220570	Luís Correia	7	354,90	6.743,10	6.049,51
PI	220580	Luzilândia	8	405,60	7.706,40	5.093,11
PI	220585	Madeiro	1	50,70	963,30	2.354,67
PI	220590	Manoel Emídio	2	101,40	1.926,60	1.069,30
PI	220595	Marcolândia	2	101,40	1.926,60	1.693,91
PI	220600	Marcos Parente	2	101,40	1.926,60	910,51
PI	220605	Massapê do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.286,98
PI	220610	Matias Olímpio	4	202,80	3.853,20	2.184,70
PI	220620	Miguel Alves	6	304,20	5.779,80	7.706,92
PI	220630	Miguel Leão	2	101,40	1.926,60	336,40
PI	220635	Milton Brandão	3	152,10	2.889,90	1.380,19
PI	220640	Monsenhor Gil	4	202,80	3.853,20	2.815,31
PI	220650	Monsenhor Hipólito	2	101,40	1.926,60	1.547,51
PI	220660	Monte Alegre do Piauí	3	152,10	2.889,90	2.121,55
PI	220665	Morro Cabeça no Tempo	0	0,00	0,00	1.657,76
PI	220667	Morro do Chapéu do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.357,24
PI	220669	Murici dos Portelas	3	152,10	2.889,90	1.826,92
PI	220670	Nazaré do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.482,33
PI	220672	Nazária	1	50,70	963,30	3.593,22
PI	220675	Nossa Senhora de Nazaré	2	101,40	1.926,60	971,84
PI	220680	Nossa Senhora dos Remédios	3	152,10	2.889,90	1.735,54
PI	220690	Novo Oriente do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.320,89
PI	220695	Novo Santo Antônio	2	101,40	1.926,60	687,76
PI	220700	Oeiras	15	760,50	14.449,50	7.397,82
PI	220710	Olho D'Água do Piauí	0	0,00	0,00	1.108,08
PI	220720	Padre Marcos	3	152,10	2.889,90	1.372,27

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PI	220730	Paes Landim	2	101,40	1.926,60	827,87
PI	220735	Pajeú do Piauí	2	101,40	1.926,60	711,78
PI	220740	Palmeira do Piauí	0	0,00	0,00	2.029,36
PI	220750	Palmeirais	4	202,80	3.853,20	2.902,72
PI	220755	Paquetá	1	50,70	963,30	795,79
PI	220760	Parnaguá	4	202,80	3.853,20	2.155,06
PI	220770	Parnaíba	71	3.599,70	68.394,30	32.908,85
PI	220775	Passagem Franca do Piauí	2	101,40	1.926,60	913,76
PI	220777	Patos do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.276,83
PI	220779	Pau D'Arco do Piauí	1	50,70	963,30	807,16
PI	220780	Paulistana	7	354,90	6.743,10	4.100,15
PI	220785	Pavussu	2	101,40	1.926,60	742,18
PI	220790	Pedro II	13	659,10	12.522,90	7.742,00
PI	220793	Pedro Laurentino	0	0,00	0,00	1.013,26
PI	220795	Nova Santa Rita	2	101,40	1.926,60	873,56
PI	220800	Picos	15	760,50	14.449,50	16.792,24
PI	220810	Pimenteiras	0	0,00	0,00	4.847,00
PI	220820	Pio IX	4	202,80	3.853,20	3.680,43
PI	220830	Piracuruca	10	507,00	9.633,00	5.772,13
PI	220840	Piripiri	1	50,70	963,30	26.399,18
PI	220850	Porto	4	202,80	3.853,20	2.509,39
PI	220855	Porto Alegre do Piauí	2	101,40	1.926,60	540,95
PI	220860	Prata do Piauí	2	101,40	1.926,60	631,31
PI	220865	Queimada Nova	1	50,70	963,30	2.627,58
PI	220870	Redenção do Gurguéia	3	152,10	2.889,90	1.753,21
PI	220880	Regeneração	9	456,30	8.669,70	3.593,73
PI	220885	Riacho Frio	0	0,00	0,00	1.729,65
PI	220887	Ribeira do Piauí	0	0,00	0,00	1.788,13
PI	220890	Ribeiro Gonçalves	0	0,00	0,00	2.929,72
PI	220900	Rio Grande do Piauí	0	0,00	0,00	2.571,12
PI	220910	Santa Cruz do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.246,78
PI	220915	Santa Cruz dos Milagres	2	101,40	1.926,60	802,49
PI	220920	Santa Filomena	2	101,40	1.926,60	1.250,03
PI	220930	Santa Luz	0	0,00	0,00	2.339,63
PI	220935	Santana do Piauí	2	101,40	1.926,60	925,74
PI	220937	Santa Rosa do Piauí	0	0,00	0,00	2.104,49
PI	220940	Santo Antônio de Lisboa	1	50,70	963,30	1.597,26
PI	220945	Santo Antônio dos Milagres	0	0,00	0,00	862,99
PI	220950	Santo Inácio do Piauí	0	0,00	0,00	1.515,22
PI	220955	São Braz do Piauí	2	101,40	1.926,60	888,79
PI	220960	São Félix do Piauí	0	0,00	0,00	1.196,01
PI	220965	São Francisco de Assis do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.174,90
PI	220970	São Francisco do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.286,37
PI	220975	São Gonçalo do Gurguéia	2	101,40	1.926,60	606,74
PI	220980	São Gonçalo do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.001,28
PI	220985	São João da Canabrava	2	101,40	1.926,60	920,67
PI	220987	São João da Fronteira	3	152,10	2.889,90	1.205,76
PI	220990	São João da Serra	2	101,40	1.926,60	1.243,12
PI	220995	São João da Varjota	2	101,40	1.926,60	966,96
PI	220997	São João do Arraial	3	152,10	2.889,90	1.593,40
PI	221000	São João do Piauí	0	0,00	0,00	8.227,11
PI	221005	São José do Divino	3	152,10	2.889,90	1.068,09
PI	221010	São José do Peixe	0	0,00	0,00	1.505,47
PI	221020	São José do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.344,45
PI	221030	São Julião	3	152,10	2.889,90	1.271,35
PI	221035	São Lourenço do Piauí	0	0,00	0,00	1.827,92
PI	221037	São Luis do Piauí	2	101,40	1.926,60	528,36
PI	221038	São Miguel da Baixa Grande	0	0,00	0,00	979,95
PI	221039	São Miguel do Fidalgo	2	101,40	1.926,60	608,16
PI	221040	São Miguel do Tapuio	4	202,80	3.853,20	3.687,95
PI	221050	São Pedro do Piauí	5	253,50	4.816,50	3.036,58
PI	221060	São Raimundo Nonato	14	709,80	13.486,20	6.926,12
PI	221062	Sebastião Barros	1	50,70	963,30	842,69
PI	221063	Sebastião Leal	1	50,70	963,30	857,72
PI	221065	Sigefredo Pacheco	2	101,40	1.926,60	2.085,83
PI	221070	Simões	4	202,80	3.853,20	2.926,27
PI	221080	Simplício Mendes	4	202,80	3.853,20	2.535,79
PI	221090	Socorro do Piauí	0	0,00	0,00	1.838,48
PI	221093	Sussuapara	0	0,00	0,00	2.685,24
PI	221095	Tamboril do Piauí	2	101,40	1.926,60	582,78
PI	221097	Tanque do Piauí	2	101,40	1.926,60	552,11
PI	221100	Teresina	411	20.837,70	395.916,30	265.644,13
PI	221110	União	11	557,70	10.596,30	13.071,10
PI	221120	Uruçuí	7	354,90	6.743,10	4.302,40
PI	221130	Valença do Piauí	11	557,70	10.596,30	4.180,56
PI	221135	Várzea Branca	2	101,40	1.926,60	1.002,23
PI	221140	Várzea Grande	2	101,40	1.926,60	882,49
PI	221150	Vera Mendes	0	0,00	0,00	1.230,12
PI	221160	Vila Nova do Piauí	2	101,40	1.926,60	611,21
PI	221170	Wall Ferraz	2	101,40	1.926,60	891,43
		Total	1.140	57.798,00	1.098.162,00	1.172.455,22

ANEXO XVIII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
PR	410000	SES/PR	0	0,00	0,00	783.166,59
PR	410010	Abatiá	3	152,10	2.889,90	893,39
PR	410020	Adrianópolis	0	0,00	0,00	1.919,06
PR	410030	Agudos do Sul	1	50,70	963,30	1.693,29
PR	410040	Almirante Tamandaré	10	507,00	9.633,00	20.991,98

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	410045	Altamira do Paraná	2	101,40	1.926,60	718,90
PR	410050	Altônia	9	456,30	8.669,70	2.290,59
PR	410060	Alto Paraná	6	304,20	5.779,80	1.797,41
PR	410070	Alto Piquiri	5	253,50	4.816,50	1.137,28
PR	410080	Alvorada do Sul	5	253,50	4.816,50	1.230,59
PR	410090	Amaporã	3	152,10	2.889,90	779,20
PR	410100	Ampére	8	405,60	7.706,40	1.985,80
PR	410105	Anahy	2	101,40	1.926,60	731,07
PR	410110	Andirá	4	202,80	3.853,20	2.187,86
PR	410115	Ângulo	2	101,40	1.926,60	740,22
PR	410120	Antonina	0	0,00	0,00	4.112,15
PR	410130	Antônio Olinto	1	50,70	963,30	865,30
PR	410140	Apucarana	59	2.991,30	56.834,70	19.420,64
PR	410150	Arapongas	46	2.332,20	44.311,80	13.393,18
PR	410160	Arapoti	8	405,60	7.706,40	2.875,59
PR	410165	Arapuã	2	101,40	1.926,60	721,38
PR	410170	Araruna	7	354,90	6.743,10	1.509,75
PR	410180	Araucária	7	354,90	6.743,10	29.703,93
PR	410185	Ariranha do Ivaí	1	50,70	963,30	721,89
PR	410190	Assaí	7	354,90	6.743,10	1.737,75
PR	410200	Assis Chateaubriand	19	963,30	18.302,70	3.682,35
PR	410210	Astorga	14	709,80	13.486,20	2.705,24
PR	410220	Atalaia	2	101,40	1.926,60	732,81
PR	410230	Balsa Nova	3	152,10	2.889,90	1.781,96
PR	410240	Bandeirantes	0	0,00	0,00	6.708,66
PR	410250	Barbosa Ferraz	7	354,90	6.743,10	1.367,01
PR	410260	Barracão	3	152,10	2.889,90	1.136,79
PR	410270	Barra do Jacaré	1	50,70	963,30	738,46
PR	410275	Bela Vista da Caroba	1	50,70	963,30	724,34
PR	410280	Bela Vista do Paraíso	8	405,60	7.706,40	1.662,61
PR	410290	Bituruna	3	152,10	2.889,90	1.797,02
PR	410300	Boa Esperança	2	101,40	1.926,60	725,07
PR	410302	Boa Esperança do Iguaçu	1	50,70	963,30	725,47
PR	410304	Boa Ventura de São Roque	2	101,40	1.926,60	779,30
PR	410305	Boa Vista da Aparecida	3	152,10	2.889,90	907,89
PR	410310	Bocaiúva do Sul	0	0,00	0,00	3.534,14
PR	410315	Bom Jesus do Sul	1	50,70	963,30	727,96
PR	410320	Bom Sucesso	2	101,40	1.926,60	812,24
PR	410322	Bom Sucesso do Sul	1	50,70	963,30	732,55
PR	410330	Borrazópolis	4	202,80	3.853,20	878,41
PR	410335	Braganey	2	101,40	1.926,60	728,94
PR	410337	Brasilândia do Sul	2	101,40	1.926,60	719,00
PR	410340	Cafeara	1	50,70	963,30	760,41
PR	410345	Cafelândia	7	354,90	6.743,10	1.823,02
PR	410347	Cafezal do Sul	3	152,10	2.889,90	728,83
PR	410350	Califórnia	4	202,80	3.853,20	966,19
PR	410360	Cambará	13	659,10	12.522,90	2.626,96
PR	410370	Cambé	53	2.687,10	51.054,90	15.686,85
PR	410380	Cambira	3	152,10	2.889,90	890,89
PR	410390	Campina da Lagoa	6	304,20	5.779,80	1.641,65
PR	410395	Campina do Simão	1	50,70	963,30	729,48
PR	410400	Campina Grande do Sul	0	0,00	0,00	11.446,65
PR	410405	Campo Bonito	2	101,40	1.926,60	722,62
PR	410410	Campo do Tenente	1	50,70	963,30	1.341,13
PR	410420	Campo Largo	6	304,20	5.779,80	27.992,92
PR	410425	Campo Magro	3	152,10	2.889,90	4.796,42
PR	410430	Campo Mourão	46	2.332,20	44.311,80	11.146,52
PR	410440	Cândido de Abreu	4	202,80	3.853,20	1.756,93
PR	410442	Candói	4	202,80	3.853,20	1.696,67
PR	410445	Cantagalo	4	202,80	3.853,20	1.450,56
PR	410450	Capanema	6	304,20	5.779,80	2.029,34
PR	410460	Capitão Leônidas Marques	7	354,90	6.743,10	1.683,43
PR	410465	Carambeí	3	152,10	2.889,90	2.326,69
PR	410470	Carlópolis	6	304,20	5.779,80	1.542,83
PR	410480	Cascavel	144	7.300,80	138.715,20	46.434,75
PR	410490	Castro	5	253,50	4.816,50	9.542,55
PR	410500	Catanduvas	2	101,40	1.926,60	1.152,77
PR	410510	Centenário do Sul	4	202,80	3.853,20	1.239,21
PR	410520	Cerro Azul	0	0,00	0,00	4.945,73
PR	410530	Céu Azul	5	253,50	4.816,50	1.280,54
PR	410540	Chopinzinho	4	202,80	3.853,20	2.097,98
PR	410550	Cianorte	35	1.774,50	33.715,50	10.317,38
PR	410560	Cidade Gaúcha	6	304,20	5.779,80	1.339,80
PR	410570	Clevelândia	4	202,80	3.853,20	1.843,37
PR	410580	Colombo	13	659,10	12.522,90	50.238,27
PR	410590	Colorado	12	608,40	11.559,60	2.483,42
PR	410600	Congonhinhas	1	50,70	963,30	1.016,38
PR	410610	Conselheiro Mairinck	2	101,40	1.926,60	751,82
PR	410620	Contenda	0	0,00	0,00	4.977,43
PR	410630	Corbélia	8	405,60	7.706,40	1.815,67
PR	410640	Cornélio Procópio	21	1.064,70	20.229,30	4.923,36
PR	410645	Coronel Domingos Soares	1	50,70	963,30	901,64
PR	410650	Coronel Vivida	7	354,90	6.743,10	2.291,02
PR	410655	Corumbataí do Sul	2	101,40	1.926,60	717,33
PR	410657	Cruzeiro do Iguaçu	2	101,40	1.926,60	732,74
PR	410660	Cruzeiro do Oeste	11	557,70	10.596,30	2.213,85

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	410670	Cruzeiro do Sul	3	152,10	2.889,90	731,51
PR	410680	Cruz Machado	0	0,00	0,00	3.968,88
PR	410685	Cruzmaltina	2	101,40	1.926,60	727,65
PR	410690	Curitiba	85	4.309,50	81.880,50	420.895,37
PR	410700	Curiúva	4	202,80	3.853,20	1.601,39
PR	410710	Diamante do Norte	3	152,10	2.889,90	882,12
PR	410712	Diamante do Sul	2	101,40	1.926,60	731,75
PR	410715	Diamante D'Oeste	0	0,00	0,00	1.618,98
PR	410720	Dois Vizinhos	16	811,20	15.412,80	4.057,41
PR	410725	Douradina	4	202,80	3.853,20	957,45
PR	410730	Doutor Camargo	4	202,80	3.853,20	740,79
PR	410740	Enéas Marques	2	101,40	1.926,60	731,39
PR	410750	Engenheiro Beltrão	7	354,90	6.743,10	1.529,37
PR	410752	Esperança Nova	1	50,70	963,30	722,37
PR	410753	Entre Rios do Oeste	2	101,40	1.926,60	781,33
PR	410754	Espigão Alto do Iguaçu	2	101,40	1.926,60	723,57
PR	410755	Farol	0	0,00	0,00	1.449,01
PR	410760	Faxinal	8	405,60	7.706,40	1.827,37
PR	410765	Fazenda Rio Grande	4	202,80	3.853,20	21.475,88
PR	410770	Fênix	2	101,40	1.926,60	732,61
PR	410773	Fernandes Pinheiro	0	0,00	0,00	1.496,46
PR	410775	Figueira	2	101,40	1.926,60	940,80
PR	410780	Floraí	3	152,10	2.889,90	731,38
PR	410785	Flor da Serra do Sul	1	50,70	963,30	731,62
PR	410790	Floresta	4	202,80	3.853,20	991,64
PR	410800	Florestópolis	6	304,20	5.779,80	1.233,54
PR	410810	Flórida	2	101,40	1.926,60	750,47
PR	410820	Formosa do Oeste	0	0,00	0,00	1.702,98
PR	410830	Foz do Iguaçu	131	6.641,70	126.192,30	50.273,26
PR	410832	Francisco Alves	4	202,80	3.853,20	755,13
PR	410840	Francisco Beltrão	38	1.926,60	36.605,40	8.859,03
PR	410845	Foz do Jordão	2	101,40	1.926,60	721,80
PR	410850	General Carneiro	3	152,10	2.889,90	1.592,01
PR	410855	Godoy Moreira	1	50,70	963,30	723,92
PR	410860	Goioerê	11	557,70	10.596,30	3.052,71
PR	410865	Goioxim	1	50,70	963,30	926,67
PR	410870	Grandes Rios	3	152,10	2.889,90	813,42
PR	410880	Guaíra	16	811,20	15.412,80	3.958,51
PR	410890	Guairaçá	3	152,10	2.889,90	769,47
PR	410895	Guamiranga	2	101,40	1.926,60	971,92
PR	410900	Guapirama	2	101,40	1.926,60	731,33
PR	410910	Guaporema	2	101,40	1.926,60	734,46
PR	410920	Guaraci	3	152,10	2.889,90	755,11
PR	410930	Guaraniaçu	4	202,80	3.853,20	1.543,98
PR	410940	Guarapuava	10	507,00	9.633,00	26.228,33
PR	410950	Guaraqueçaba	0	0,00	0,00	2.021,62
PR	410960	Guaratuba	5	253,50	4.816,50	3.676,78
PR	410965	Honório Serpa	2	101,40	1.926,60	723,25
PR	410970	Ibaiti	1	50,70	963,30	5.418,06
PR	410975	Ibema	3	152,10	2.889,90	749,48
PR	410980	Ibiporã	27	1.368,90	26.009,10	6.992,76
PR	410990	Icaraíma	4	202,80	3.853,20	984,21
PR	411000	Iguaraçu	3	152,10	2.889,90	900,41
PR	411005	Iguatu	2	101,40	1.926,60	735,65
PR	411007	Imbaú	3	152,10	2.889,90	1.377,37
PR	411010	Imbituva	5	253,50	4.816,50	3.254,91
PR	411020	Inácio Martins	3	152,10	2.889,90	1.235,30
PR	411030	Inajá	2	101,40	1.926,60	744,88
PR	411040	Indianópolis	2	101,40	1.926,60	743,89
PR	411050	Ipiranga	2	101,40	1.926,60	1.614,10
PR	411060	Iporã	4	202,80	3.853,20	1.603,72
PR	411065	Iracema do Oeste	0	0,00	0,00	1.448,41
PR	411070	Irati	26	1.318,20	25.045,80	6.086,51
PR	411080	Iretama	4	202,80	3.853,20	1.178,94
PR	411090	Itaguajé	3	152,10	2.889,90	731,34
PR	411095	Itaipulândia	4	202,80	3.853,20	1.390,99
PR	411100	Itambaracá	4	202,80	3.853,20	795,40
PR	411110	Itambé	3	152,10	2.889,90	739,37
PR	411120	Itapejara d'Oeste	4	202,80	3.853,20	1.276,15
PR	411125	Itaperuçu	5	253,50	4.816,50	3.746,56
PR	411130	Itaúna do Sul	2	101,40	1.926,60	717,09
PR	411140	Ivaí	2	101,40	1.926,60	1.482,11
PR	411150	Ivaiporã	14	709,80	13.486,20	3.346,88
PR	411155	Ivaté	4	202,80	3.853,20	921,84
PR	411160	Ivatuba	2	101,40	1.926,60	758,46
PR	411170	Jaboti	3	152,10	2.889,90	756,24
PR	411180	Jacarezinho	9	456,30	8.669,70	4.091,82
PR	411190	Jaguapitã	6	304,20	5.779,80	1.444,23
PR	411200	Jaguariaíva	5	253,50	4.816,50	3.557,65
PR	411210	Jandaia do Sul	9	456,30	8.669,70	2.225,19
PR	411220	Janiópolis	3	152,10	2.889,90	743,61
PR	411230	Japira	2	101,40	1.926,60	738,49
PR	411240	Japurá	5	253,50	4.816,50	1.039,68
PR	411250	Jardim Alegre	0	0,00	0,00	2.787,78
PR	411260	Jardim Olinda	2	101,40	1.926,60	728,72
PR	411270	Jataizinho	6	304,20	5.779,80	1.603,69
PR	411275	Jesuítas	4	202,80	3.853,20	1.010,69
PR	411280	Joaquim Távora	5	253,50	4.816,50	1.279,36

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	411290	Jundiaí do Sul	2	101,40	1.926,60	729,95
PR	411295	Juranda	3	152,10	2.889,90	880,94
PR	411300	Jussara	3	152,10	2.889,90	812,39
PR	411310	Kaloré	2	101,40	1.926,60	726,19
PR	411320	Lapa	2	101,40	1.926,60	10.969,28
PR	411325	Laranjal	1	50,70	963,30	791,30
PR	411330	Laranjeiras do Sul	14	709,80	13.486,20	3.555,86
PR	411340	Leópolis	2	101,40	1.926,60	729,54
PR	411342	Lidianópolis	2	101,40	1.926,60	719,75
PR	411345	Lindoeste	1	50,70	963,30	722,97
PR	411350	Loanda	11	557,70	10.596,30	2.381,62
PR	411360	Lobato	3	152,10	2.889,90	760,19
PR	411370	Londrina	0	0,00	0,00	183.280,94
PR	411373	Luiziana	3	152,10	2.889,90	854,85
PR	411375	Lunardelli	3	152,10	2.889,90	727,62
PR	411380	Lupionópolis	3	152,10	2.889,90	755,09
PR	411390	Mallet	2	101,40	1.926,60	1.475,08
PR	411400	Mamborê	5	253,50	4.816,50	1.506,79
PR	411410	Mandaguaçu	8	405,60	7.706,40	2.586,79
PR	411420	Mandaguari	18	912,60	17.339,40	4.136,52
PR	411430	Mandirituba	2	101,40	1.926,60	5.082,55
PR	411435	Manfrinópolis	2	101,40	1.926,60	718,70
PR	411440	Mangueirinha	4	202,80	3.853,20	1.833,85
PR	411450	Manoel Ribas	4	202,80	3.853,20	1.470,47
PR	411460	Marechal Cândido Rondon	23	1.166,10	22.155,90	7.015,68
PR	411470	Maria Helena	3	152,10	2.889,90	729,51
PR	411480	Marialva	17	861,90	16.376,10	4.785,69
PR	411490	Marilândia do Sul	4	202,80	3.853,20	1.013,04
PR	411500	Marilena	4	202,80	3.853,20	824,76
PR	411510	Mariluz	5	253,50	4.816,50	1.158,40
PR	411520	Maringá	171	8.669,70	164.724,30	62.172,38
PR	411530	Mariópolis	1	50,70	963,30	773,76
PR	411535	Maripá	3	152,10	2.889,90	732,00
PR	411540	Marmeleiro	5	253,50	4.816,50	1.552,93
PR	411545	Marquinho	1	50,70	963,30	724,90
PR	411550	Marumbi	1	50,70	963,30	737,58
PR	411560	Matelândia	6	304,20	5.779,80	2.059,91
PR	411570	Matinhos	3	152,10	2.889,90	5.033,45
PR	411573	Mato Rico	1	50,70	963,30	721,74
PR	411575	Mauá da Serra	4	202,80	3.853,20	1.118,50
PR	411580	Medianeira	19	963,30	18.302,70	5.324,60
PR	411585	Mercedes	2	101,40	1.926,60	762,92
PR	411590	Mirador	1	50,70	963,30	729,06
PR	411600	Miraselva	1	50,70	963,30	730,85
PR	411605	Missal	4	202,80	3.853,20	1.381,51
PR	411610	Moreira Sales	4	202,80	3.853,20	1.379,16
PR	411620	Morretes	1	50,70	963,30	2.538,78
PR	411630	Munhoz de Melo	3	152,10	2.889,90	759,35
PR	411640	Nossa Senhora das Graças	2	101,40	1.926,60	738,63
PR	411650	Nova Aliança do Ivaí	1	50,70	963,30	756,68
PR	411660	Nova América da Colina	2	101,40	1.926,60	732,51
PR	411670	Nova Aurora	6	304,20	5.779,80	1.278,03
PR	411680	Nova Cantu	3	152,10	2.889,90	906,18
PR	411690	Nova Esperança	12	608,40	11.559,60	3.316,30
PR	411695	Nova Esperança do Sudoeste	2	101,40	1.926,60	732,56
PR	411700	Nova Fátima	0	0,00	0,00	1.882,99
PR	411705	Nova Laranjeiras	3	152,10	2.889,90	1.616,33
PR	411710	Nova Londrina	6	304,20	5.779,80	1.700,20
PR	411720	Nova Olímpia	3	152,10	2.889,90	749,91
PR	411721	Nova Santa Bárbara	2	101,40	1.926,60	759,92
PR	411722	Nova Santa Rosa	4	202,80	3.853,20	927,77
PR	411725	Nova Prata do Iguaçu	4	202,80	3.853,20	1.177,43
PR	411727	Nova Tebas	3	152,10	2.889,90	813,71
PR	411729	Novo Itacolomi	0	0,00	0,00	1.468,10
PR	411730	Ortigueira	5	253,50	4.816,50	2.546,16
PR	411740	Ourizona	2	101,40	1.926,60	736,81
PR	411745	Ouro Verde do Oeste	3	152,10	2.889,90	749,29
PR	411750	Paiçandu	15	760,50	14.449,50	5.511,92
PR	411760	Palmas	5	253,50	4.816,50	5.108,59
PR	411770	Palmeira	5	253,50	4.816,50	3.478,01
PR	411780	Palmital	3	152,10	2.889,90	1.603,70
PR	411790	Palotina	14	709,80	13.486,20	3.218,39
PR	411800	Paraíso do Norte	6	304,20	5.779,80	1.441,94
PR	411810	Paranacity	6	304,20	5.779,80	1.233,84
PR	411820	Paranaguá	6	304,20	5.779,80	32.024,80
PR	411830	Paranapoema	0	0,00	0,00	1.557,07
PR	411840	Paranavaí	41	2.078,70	39.495,30	9.831,87
PR	411845	Pato Bragado	3	152,10	2.889,90	783,45
PR	411850	Pato Branco	32	1.622,40	30.825,60	8.092,81
PR	411860	Paula Freitas	1	50,70	963,30	757,88
PR	411870	Paulo Frontin	0	0,00	0,00	1.690,99
PR	411880	Peabiru	6	304,20	5.779,80	1.518,95
PR	411885	Perobal	3	152,10	2.889,90	761,89
PR	411890	Pérola	6	304,20	5.779,80	1.216,74
PR	411900	Pérola d'Oeste	2	101,40	1.926,60	788,54
PR	411910	Piên	2	101,40	1.926,60	1.762,07
PR	411915	Pinhais	7	354,90	6.743,10	27.587,72
PR	411920	Pinhalão	1	50,70	963,30	752,36
PR	411925	Pinhal de São Bento	1	50,70	963,30	745,33

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	411930	Pinhão	5	253,50	4.816,50	3.310,93
PR	411940	Piraí do Sul	5	253,50	4.816,50	2.615,96
PR	411950	Piraquara	5	253,50	4.816,50	23.810,06
PR	411960	Pitanga	5	253,50	4.816,50	3.357,80
PR	411965	Pitangueiras	2	101,40	1.926,60	778,28
PR	411970	Planaltina do Paraná	2	101,40	1.926,60	745,62
PR	411980	Planalto	4	202,80	3.853,20	1.494,43
PR	411990	Ponta Grossa	64	3.244,80	61.651,20	34.124,69
PR	411995	Pontal do Paraná	5	253,50	4.816,50	2.637,72
PR	412000	Porecatu	7	354,90	6.743,10	1.517,06
PR	412010	Porto Amazonas	2	101,40	1.926,60	755,97
PR	412015	Porto Barreiro	1	50,70	963,30	723,88
PR	412020	Porto Rico	2	101,40	1.926,60	736,02
PR	412030	Porto Vitória	1	50,70	963,30	735,76
PR	412033	Prado Ferreira	2	101,40	1.926,60	761,72
PR	412035	Pranchita	2	101,40	1.926,60	726,51
PR	412040	Presidente Castelo Branco	2	101,40	1.926,60	766,61
PR	412050	Primeiro de Maio	6	304,20	5.779,80	1.231,37
PR	412060	Prudentópolis	5	253,50	4.816,50	5.716,47
PR	412065	Quarto Centenário	2	101,40	1.926,60	727,68
PR	412070	Quatiguá	4	202,80	3.853,20	856,24
PR	412080	Quatro Barras	0	0,00	0,00	6.214,13
PR	412085	Quatro Pontes	1	50,70	963,30	750,32
PR	412090	Quedas do Iguaçu	11	557,70	10.596,30	3.433,56
PR	412100	Querência do Norte	5	253,50	4.816,50	1.334,17
PR	412110	Quinta do Sol	2	101,40	1.926,60	725,20
PR	412120	Quitandinha	1	50,70	963,30	4.212,12
PR	412125	Ramilândia	2	101,40	1.926,60	756,71
PR	412130	Rancho Alegre	3	152,10	2.889,90	747,21
PR	412135	Rancho Alegre D'Oeste	2	101,40	1.926,60	727,83
PR	412140	Realeza	7	354,90	6.743,10	1.807,03
PR	412150	Rebouças	4	202,80	3.853,20	1.597,45
PR	412160	Renascença	3	152,10	2.889,90	805,80
PR	412170	Reserva	5	253,50	4.816,50	2.761,44
PR	412175	Reserva do Iguaçu	1	50,70	963,30	903,10
PR	412180	Ribeirão Claro	2	101,40	1.926,60	1.197,53
PR	412190	Ribeirão do Pinhal	7	354,90	6.743,10	1.472,01
PR	412200	Rio Azul	2	101,40	1.926,60	1.612,80
PR	412210	Rio Bom	2	101,40	1.926,60	730,25
PR	412215	Rio Bonito do Iguaçu	2	101,40	1.926,60	1.868,17
PR	412217	Rio Branco do Ivaí	1	50,70	963,30	748,51
PR	412220	Rio Branco do Sul	0	0,00	0,00	8.796,13
PR	412230	Rio Negro	2	101,40	1.926,60	7.229,34
PR	412240	Rolândia	35	1.774,50	33.715,50	8.374,65
PR	412250	Roncador	4	202,80	3.853,20	1.236,08
PR	412260	Rondon	0	0,00	0,00	2.129,85
PR	412265	Rosário do Ivaí	3	152,10	2.889,90	721,65
PR	412270	Sabáudia	3	152,10	2.889,90	783,26
PR	412280	Salgado Filho	1	50,70	963,30	718,04
PR	412290	Salto do Itararé	3	152,10	2.889,90	729,59
PR	412300	Salto do Lontra	4	202,80	3.853,20	1.572,43
PR	412310	Santa Amélia	2	101,40	1.926,60	723,28
PR	412320	Santa Cecília do Pavão	2	101,40	1.926,60	726,46
PR	412330	Santa Cruz de Monte Castelo	4	202,80	3.853,20	927,11
PR	412340	Santa Fé	6	304,20	5.779,80	1.355,22
PR	412350	Santa Helena	8	405,60	7.706,40	2.964,29
PR	412360	Santa Inês	2	101,40	1.926,60	723,58
PR	412370	Santa Isabel do Ivaí	5	253,50	4.816,50	997,70
PR	412380	Santa Izabel do Oeste	4	202,80	3.853,20	1.544,39
PR	412382	Santa Lúcia	2	101,40	1.926,60	731,00
PR	412385	Santa Maria do Oeste	2	101,40	1.926,60	1.320,62
PR	412390	Santa Mariana	5	253,50	4.816,50	1.355,43
PR	412395	Santa Mônica	1	50,70	963,30	768,49
PR	412400	Santana do Itararé	2	101,40	1.926,60	729,36
PR	412402	Santa Tereza do Oeste	5	253,50	4.816,50	1.418,60
PR	412405	Santa Terezinha de Itaipu	4	202,80	3.853,20	2.855,35
PR	412410	Santo Antônio da Platina	21	1.064,70	20.229,30	4.643,99
PR	412420	Santo Antônio do Caiuá	2	101,40	1.926,60	730,52
PR	412430	Santo Antônio do Paraíso	2	101,40	1.926,60	723,25
PR	412440	Santo Antônio do Sudoeste	8	405,60	7.706,40	2.109,49
PR	412450	Santo Inácio	3	152,10	2.889,90	742,55
PR	412460	São Carlos do Ivaí	4	202,80	3.853,20	794,99
PR	412470	São Jerônimo da Serra	4	202,80	3.853,20	1.259,78
PR	412480	São João	4	202,80	3.853,20	1.179,45
PR	412490	São João do Caiuá	3	152,10	2.889,90	732,56
PR	412500	São João do Ivaí	5	253,50	4.816,50	1.245,99

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	412510	São João do Triunfo	1	50,70	963,30	2.226,09
PR	412520	São Jorge d'Oeste	1	50,70	963,30	1.107,18
PR	412530	São Jorge do Ivaí	0	0,00	0,00	1.468,68
PR	412535	São Jorge do Patrocínio	3	152,10	2.889,90	937,91
PR	412540	São José da Boa Vista	3	152,10	2.889,90	766,40
PR	412545	São José das Palmeiras	2	101,40	1.926,60	729,45
PR	412550	São José dos Pinhais	14	709,80	13.486,20	67.749,57
PR	412555	São Manoel do Paraná	2	101,40	1.926,60	741,83
PR	412560	São Mateus do Sul	5	253,50	4.816,50	4.604,59
PR	412570	São Miguel do Iguaçu	9	456,30	8.669,70	3.438,97
PR	412575	São Pedro do Iguaçu	3	152,10	2.889,90	755,88
PR	412580	São Pedro do Ivaí	5	253,50	4.816,50	1.198,66
PR	412590	São Pedro do Paraná	2	101,40	1.926,60	727,44
PR	412600	São Sebastião da Amoreira	4	202,80	3.853,20	1.004,13
PR	412610	São Tomé	3	152,10	2.889,90	754,60
PR	412620	Sapopema	2	101,40	1.926,60	798,18
PR	412625	Sarandi	52	2.636,40	50.091,60	13.068,78
PR	412627	Saudade do Iguaçu	0	0,00	0,00	1.524,29
PR	412630	Sengés	0	0,00	0,00	4.075,99
PR	412635	Serranópolis do Iguaçu	1	50,70	963,30	731,79
PR	412640	Sertaneja	4	202,80	3.853,20	725,94
PR	412650	Sertanópolis	8	405,60	7.706,40	1.745,76
PR	412660	Siqueira Campos	9	456,30	8.669,70	2.147,55
PR	412665	Sulina	0	0,00	0,00	1.446,61
PR	412667	Tamarana	4	202,80	3.853,20	1.522,26
PR	412670	Tamboara	3	152,10	2.889,90	763,29
PR	412680	Tapejara	8	405,60	7.706,40	1.697,23
PR	412690	Tapira	3	152,10	2.889,90	729,26
PR	412700	Teixeira Soares	2	101,40	1.926,60	1.294,04
PR	412710	Telêmaco Borba	5	253,50	4.816,50	10.689,45
PR	412720	Terra Boa	8	405,60	7.706,40	1.797,55
PR	412730	Terra Rica	8	405,60	7.706,40	1.757,73
PR	412740	Terra Roxa	8	405,60	7.706,40	1.858,34
PR	412750	Tibagi	6	304,20	5.779,80	2.149,07
PR	412760	Tijucas do Sul	3	152,10	2.889,90	2.275,91
PR	412770	Toledo	57	2.889,90	54.908,10	15.660,97
PR	412780	Tomazina	3	152,10	2.889,90	981,02
PR	412785	Três Barras do Paraná	4	202,80	3.853,20	1.326,72
PR	412788	Tunas do Paraná	1	50,70	963,30	1.404,81
PR	412790	Tuneiras do Oeste	4	202,80	3.853,20	993,06
PR	412795	Tupãssi	4	202,80	3.853,20	933,68
PR	412796	Turvo	4	202,80	3.853,20	1.491,17
PR	412800	Ubiratã	11	557,70	10.596,30	2.284,97
PR	412810	Umuarama	19	963,30	18.302,70	13.144,35
PR	412820	União da Vitória	5	253,50	4.816,50	6.686,41
PR	412830	Uniflor	2	101,40	1.926,60	750,23
PR	412840	Uraí	2	101,40	1.926,60	1.273,72
PR	412850	Wenceslau Braz	9	456,30	8.669,70	2.076,61
PR	412853	Ventania	4	202,80	3.853,20	1.251,48
PR	412855	Vera Cruz do Oeste	4	202,80	3.853,20	1.011,75
PR	412860	Verê	3	152,10	2.889,90	895,88
PR	412862	Alto Paraíso	1	50,70	963,30	721,48
PR	412863	Doutor Ulysses	1	50,70	963,30	883,87
PR	412865	Virmond	2	101,40	1.926,60	738,31
PR	412870	Vitorino	3	152,10	2.889,90	797,21
PR	412880	Xambrê	3	152,10	2.889,90	728,90
		Total	2.673	135.521,10	2.574.900,90	2.692.162,40

ANEXO XIX

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
RJ	330000	SES/RJ	0	0,00	0,00	1.403.863,65
RJ	330010	Angra dos Reis	1	50,70	963,30	89.858,90
RJ	330015	Aperibé	0	0,00	0,00	5.269,60
RJ	330020	Araruama	2	101,40	1.926,60	57.219,66
RJ	330022	Areal	3	152,10	2.889,90	2.833,37
RJ	330023	Armação dos Búzios	16	811,20	15.412,80	7.527,33
RJ	330025	Arraial do Cabo	16	811,20	15.412,80	6.837,60
RJ	330030	Barra do Piraí	22	1.115,40	21.192,60	24.288,73
RJ	330040	Barra Mansa	0	0,00	0,00	83.960,33
RJ	330045	Belford Roxo	159	8.061,30	153.164,70	115.682,70
RJ	330050	Bom Jardim	7	354,90	6.743,10	6.198,73
RJ	330060	Bom Jesus do Itabapoana	1	50,70	963,30	15.868,43
RJ	330070	Cabo Frio	1	50,70	963,30	99.850,70
RJ	330080	Cachoeiras de Macacu	0	0,00	0,00	26.622,40
RJ	330090	Cambuci	7	354,90	6.743,10	3.535,12
RJ	330093	Carapebus	2	101,40	1.926,60	5.338,46
RJ	330095	Comendador Levy Gasparian	4	202,80	3.853,20	1.945,07
RJ	330100	Campos dos Goytacazes	195	9.886,50	187.843,50	114.400,53
RJ	330110	Cantagalo	8	405,60	7.706,40	4.627,00
RJ	330115	Cardoso Moreira	5	253,50	4.816,50	2.940,23
RJ	330120	Carmo	0	0,00	0,00	8.523,20
RJ	330130	Casimiro de Abreu	3	152,10	2.889,90	16.709,63
RJ	330140	Conceição de Macabu	10	507,00	9.633,00	5.240,90
RJ	330150	Cordeiro	11	557,70	10.596,30	4.958,33
RJ	330160	Duas Barras	2	101,40	1.926,60	3.285,60
RJ	330170	Duque de Caxias	0	0,00	0,00	415.798,60
RJ	330180	Engenheiro Paulo de Frontin	6	304,20	5.779,80	3.179,40
RJ	330185	Guapimirim	27	1.368,90	26.009,10	13.514,90
RJ	330187	Iguaba Grande	13	659,10	12.522,90	6.285,07

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RJ	330190	Itaboraí	108	5.475,60	104.036,40	54.225,27
RJ	330200	Itaguaí	0	0,00	0,00	57.105,53
RJ	330205	Italva	5	253,50	4.816,50	3.435,37
RJ	330210	Itaocara	0	0,00	0,00	10.679,20
RJ	330220	Itaperuna	37	1.875,90	35.642,10	23.332,63
RJ	330225	Itatiaia	0	0,00	0,00	14.748,86
RJ	330227	Japeri	35	1.774,50	33.715,50	23.621,97
RJ	330230	Laje do Muriaé	4	202,80	3.853,20	1.732,27
RJ	330240	Macaé	107	5.424,90	103.073,10	56.965,77
RJ	330245	Macuco	3	152,10	2.889,90	1.267,93
RJ	330250	Magé	0	0,00	0,00	110.796,00
RJ	330260	Mangaratiba	0	0,00	0,00	19.793,66
RJ	330270	Maricá	0	0,00	0,00	71.403,73
RJ	330280	Mendes	11	557,70	10.596,30	4.228,70
RJ	330285	Mesquita	18	912,60	17.339,40	62.591,26
RJ	330290	Miguel Pereira	13	659,10	12.522,90	5.803,23
RJ	330300	Miracema	12	608,40	11.559,60	6.255,67
RJ	330310	Natividade	1	50,70	963,30	6.072,16
RJ	330320	Nilópolis	0	0,00	0,00	73.886,86
RJ	330330	Niterói	0	0,00	0,00	232.879,73
RJ	330340	Nova Friburgo	32	1.622,40	30.825,60	55.685,53
RJ	330350	Nova Iguaçu	167	8.466,90	160.871,10	215.958,50
RJ	330360	Paracambi	0	0,00	0,00	23.541,93
RJ	330370	Paraíba do Sul	19	963,30	18.302,70	10.015,13
RJ	330380	Paraty	1	50,70	963,30	18.381,90
RJ	330385	Paty do Alferes	7	354,90	6.743,10	6.297,90
RJ	330390	Petrópolis	53	2.687,10	51.054,90	88.121,43
RJ	330395	Pinheiral	0	0,00	0,00	11.331,60
RJ	330400	Piraí	11	557,70	10.596,30	6.585,13
RJ	330410	Porciúncula	8	405,60	7.706,40	4.313,04
RJ	330411	Porto Real	9	456,30	8.669,70	4.393,43
RJ	330412	Quatis	5	253,50	4.816,50	3.216,50
RJ	330414	Queimados	0	0,00	0,00	67.846,80
RJ	330415	Quissamã	7	354,90	6.743,10	5.491,50
RJ	330420	Resende	57	2.889,90	54.908,10	29.615,37
RJ	330430	Rio Bonito	0	0,00	0,00	27.193,60
RJ	330440	Rio Claro	8	405,60	7.706,40	4.197,20
RJ	330450	Rio das Flores	0	0,00	0,00	4.192,53
RJ	330452	Rio das Ostras	0	0,00	0,00	65.854,60
RJ	330455	Rio de Janeiro	2.076	105.253,20	1.999.810,80	1.521.395,40
RJ	330460	Santa Maria Madalena	2	101,40	1.926,60	2.879,13
RJ	330470	Santo Antônio de Pádua	18	912,60	17.339,40	9.639,47
RJ	330475	São Francisco de Itabapoana	7	354,90	6.743,10	14.362,71
RJ	330480	São Fidélis	0	0,00	0,00	19.272,71
RJ	330490	São Gonçalo	0	0,00	0,00	489.918,80
RJ	330500	São João da Barra	15	760,50	14.449,50	8.207,27
RJ	330510	São João de Meriti	0	0,00	0,00	215.039,53
RJ	330513	São José de Ubá	3	152,10	2.889,90	1.681,40
RJ	330515	São José do Vale do Rio Preto	0	0,00	0,00	9.853,20
RJ	330520	São Pedro da Aldeia	45	2.281,50	43.348,50	23.311,40
RJ	330530	São Sebastião do Alto	0	0,00	0,00	4.243,86
RJ	330540	Sapucaia	7	354,90	6.743,10	4.146,11
RJ	330550	Saquarema	38	1.926,60	36.605,40	19.874,17
RJ	330555	Seropédica	0	0,00	0,00	39.394,13
RJ	330560	Silva Jardim	9	456,30	8.669,70	4.985,40
RJ	330570	Sumidouro	4	202,80	3.853,20	3.544,57
RJ	330575	Tanguá	16	811,20	15.412,80	7.693,00
RJ	330580	Teresópolis	5	253,50	4.816,50	77.344,83
RJ	330590	Trajano de Moraes	4	202,80	3.853,20	2.415,47
RJ	330600	Três Rios	37	1.875,90	35.642,10	18.527,13
RJ	330610	Valença	34	1.723,80	32.752,20	17.321,97
RJ	330615	Varre-Sai	3	152,10	2.889,90	2.472,63
RJ	330620	Vassouras	13	659,10	12.522,90	8.345,87
RJ	330630	Volta Redonda	36	1.825,20	34.678,80	89.081,66
		Total	3.631	184.091,70	3.497.742,30	6.664.175,41

ANEXO XX

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
RN	240000	SES/RN	0	0,00	0,00	381.399,13
RN	240010	Acari	5	253,50	4.816,50	2.653,38
RN	240020	Açu	26	1.318,20	25.045,80	13.357,85
RN	240030	Afonso Bezerra	1	50,70	963,30	4.184,41
RN	240040	Água Nova	0	0,00	0,00	1.496,88
RN	240050	Alexandria	5	253,50	4.816,50	3.186,16
RN	240060	Almino Afonso	2	101,40	1.926,60	1.135,29
RN	240070	Alto do Rodrigues	5	253,50	4.816,50	3.297,96
RN	240080	Angicos	6	304,20	5.779,80	2.734,11
RN	240090	Antônio Martins	0	0,00	0,00	3.322,98
RN	240100	Apodi	12	608,40	11.559,60	8.339,16
RN	240110	Areia Branca	10	507,00	9.633,00	6.290,81
RN	240120	Arês	4	202,80	3.853,20	3.284,65
RN	240130	Augusto Severo	3	152,10	2.889,90	2.242,57
RN	240140	Baía Formosa	4	202,80	3.853,20	2.137,19
RN	240145	Baraúna	1	50,70	963,30	11.932,39
RN	240150	Barcelona	2	101,40	1.926,60	933,72
RN	240160	Bento Fernandes	3	152,10	2.889,90	1.268,91
RN	240165	Bodó	2	101,40	1.926,60	553,76
RN	240170	Bom Jesus	4	202,80	3.853,20	2.354,15
RN	240180	Brejinho	2	101,40	1.926,60	3.914,00

RN	240185	Caiçara do Norte	0	0,00	0,00	3.041,52
RN	240190	Caiçara do Rio do Vento	2	101,40	1.926,60	844,87
RN	240200	Caicó	36	1.825,20	34.678,80	15.662,63
RN	240210	Campo Redondo	4	202,80	3.853,20	2.581,44
RN	240220	Canguaretama	11	557,70	10.596,30	7.867,13
RN	240230	Caraúbas	8	405,60	7.706,40	5.028,16
RN	240240	Carnaúba dos Dantas	4	202,80	3.853,20	1.879,83
RN	240250	Carnaubais	0	0,00	0,00	4.940,63
RN	240260	Ceará-Mirim	16	811,20	15.412,80	18.434,65
RN	240270	Cerro Corá	4	202,80	3.853,20	2.604,39
RN	240280	Coronel Ezequiel	3	152,10	2.889,90	1.284,06
RN	240290	Coronel João Pessoa	2	101,40	1.926,60	1.143,33
RN	240300	Cruzeta	4	202,80	3.853,20	1.878,45
RN	240310	Currais Novos	25	1.267,50	24.082,50	10.383,60
RN	240320	Doutor Severiano	2	101,40	1.926,60	1.650,70
RN	240325	Parnamirim	131	6.641,70	126.192,30	58.370,81
RN	240330	Encanto	0	0,00	0,00	2.601,63
RN	240340	Equador	4	202,80	3.853,20	1.404,82
RN	240350	Espírito Santo	3	152,10	2.889,90	2.468,71
RN	240360	Extremoz	15	760,50	14.449,50	6.492,52
RN	240370	Felipe Guerra	0	0,00	0,00	2.778,87
RN	240375	Fernando Pedroza	2	101,40	1.926,60	705,28
RN	240380	Florânia	4	202,80	3.853,20	2.126,40
RN	240390	Francisco Dantas	2	101,40	1.926,60	672,45
RN	240400	Frutuoso Gomes	2	101,40	1.926,60	982,62
RN	240410	Galinhos	1	50,70	963,30	623,32
RN	240420	Goianinha	7	354,90	6.743,10	5.984,78
RN	240430	Governador Dix-Sept Rosado	0	0,00	0,00	6.041,25
RN	240440	Grossos	4	202,80	3.853,20	2.384,45
RN	240450	Guamaré	4	202,80	3.853,20	3.514,69
RN	240460	Ielmo Marinho	4	202,80	3.853,20	3.148,51
RN	240470	Ipanguaçu	4	202,80	3.853,20	3.550,28
RN	240480	Ipueira	2	101,40	1.926,60	516,79
RN	240485	Itajá	0	0,00	0,00	3.476,35
RN	240490	Itaú	2	101,40	1.926,60	1.361,43
RN	240500	Jaçanã	4	202,80	3.853,20	2.081,86
RN	240510	Jandaíra	0	0,00	0,00	3.285,36
RN	240520	Janduís	3	152,10	2.889,90	1.251,92
RN	240530	Januário Cicco	1	50,70	963,30	3.672,44
RN	240540	Japi	0	0,00	0,00	2.520,82
RN	240550	Jardim de Angicos	1	50,70	963,30	614,37
RN	240560	Jardim de Piranhas	5	253,50	4.816,50	3.411,15
RN	240570	Jardim do Seridó	6	304,20	5.779,80	2.887,93
RN	240580	João Câmara	0	0,00	0,00	16.110,78
RN	240590	João Dias	1	50,70	963,30	618,73
RN	240600	José da Penha	3	152,10	2.889,90	1.388,98
RN	240610	Jucurutu	6	304,20	5.779,80	4.254,18
RN	240615	Jundiá	2	101,40	1.926,60	897,67
RN	240620	Lagoa d'Anta	3	152,10	2.889,90	1.559,56
RN	240630	Lagoa de Pedras	3	152,10	2.889,90	1.740,01
RN	240640	Lagoa de Velhos	2	101,40	1.926,60	636,18
RN	240650	Lagoa Nova	4	202,80	3.853,20	3.579,20
RN	240660	Lagoa Salgada	3	152,10	2.889,90	1.898,42
RN	240670	Lajes	4	202,80	3.853,20	2.597,97
RN	240680	Lajes Pintadas	2	101,40	1.926,60	1.107,05
RN	240690	Lucrécia	2	101,40	1.926,60	918,79
RN	240700	Luís Gomes	3	152,10	2.889,90	2.344,28
RN	240710	Macaíba	21	1.064,70	20.229,30	18.340,44
RN	240720	Macau	14	709,80	13.486,20	7.314,30
RN	240725	Major Sales	1	50,70	963,30	918,79
RN	240730	Marcelino Vieira	4	202,80	3.853,20	1.952,84
RN	240740	Martins	3	152,10	2.889,90	2.018,73
RN	240750	Maxaranguape	3	152,10	2.889,90	2.806,20
RN	240760	Messias Targino	3	152,10	2.889,90	1.057,92
RN	240770	Montanhas	4	202,80	3.853,20	2.673,27
RN	240780	Monte Alegre	6	304,20	5.779,80	5.156,90
RN	240790	Monte das Gameleiras	0	0,00	0,00	1.038,17
RN	240800	Mossoró	146	7.402,20	140.641,80	67.869,20
RN	240810	Natal	451	22.865,70	434.448,30	202.853,75
RN	240820	Nísia Floresta	7	354,90	6.743,10	6.284,16
RN	240830	Nova Cruz	13	659,10	12.522,90	8.654,14
RN	240840	Olho-d'Água do Borges	2	101,40	1.926,60	1.008,10
RN	240850	Ouro Branco	2	101,40	1.926,60	1.120,83
RN	240860	Paraná	0	0,00	0,00	1.963,39
RN	240870	Paraú	1	50,70	963,30	900,89
RN	240880	Parazinho	2	101,40	1.926,60	1.209,97
RN	240890	Parelhas	12	608,40	11.559,60	4.974,84
RN	240895	Rio do Fogo	4	202,80	3.853,20	2.502,69
RN	240910	Passa e Fica	3	152,10	2.889,90	3.124,72
RN	240920	Passagem	0	0,00	0,00	1.427,54
RN	240930	Patu	6	304,20	5.779,80	2.948,77
RN	240933	Santa Maria	0	0,00	0,00	2.525,41
RN	240940	Pau dos Ferros	14	709,80	13.486,20	6.991,27
RN	240950	Pedra Grande	0	0,00	0,00	1.609,37
RN	240960	Pedra Preta	0	0,00	0,00	1.197,04
RN	240970	Pedro Avelino	3	152,10	2.889,90	1.649,79
RN	240980	Pedro Velho	0	0,00	0,00	6.866,37
RN	240990	Pendências	1	50,70	963,30	5.962,31
RN	241000	Pilões	2	101,40	1.926,60	880,68

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RN	241010	Poço Branco	4	202,80	3.853,20	3.539,72
RN	241020	Portalegre	3	152,10	2.889,90	1.815,77
RN	241025	Porto do Mangue	3	152,10	2.889,90	1.558,64
RN	241030	Serra Caiada	3	152,10	2.889,90	2.318,56
RN	241040	Pureza	0	0,00	0,00	4.393,30
RN	241050	Rafael Fernandes	2	101,40	1.926,60	1.174,32
RN	241060	Rafael Godeiro	2	101,40	1.926,60	742,47
RN	241070	Riacho da Cruz	2	101,40	1.926,60	818,69
RN	241080	Riacho de Santana	2	101,40	1.926,60	982,62
RN	241090	Riachuelo	2	101,40	1.926,60	1.853,89
RN	241100	Rodolfo Fernandes	2	101,40	1.926,60	1.044,37
RN	241105	Tibau	0	0,00	0,00	1.882,58
RN	241110	Ruy Barbosa	2	101,40	1.926,60	846,93
RN	241120	Santa Cruz	19	963,30	18.302,70	9.106,88
RN	241140	Santana do Matos	0	0,00	0,00	6.321,80
RN	241142	Santana do Seridó	2	101,40	1.926,60	620,10
RN	241150	Santo Antônio	4	202,80	3.853,20	7.267,81
RN	241160	São Bento do Norte	0	0,00	0,00	1.362,34
RN	241170	São Bento do Trairí	2	101,40	1.926,60	1.015,91
RN	241180	São Fernando	2	101,40	1.926,60	830,40
RN	241190	São Francisco do Oeste	2	101,40	1.926,60	972,97
RN	241200	São Gonçalo do Amarante	54	2.737,80	52.018,20	23.258,58
RN	241210	São João do Sabugi	3	152,10	2.889,90	1.437,19
RN	241220	São José de Mipibu	13	659,10	12.522,90	10.100,52
RN	241230	São José do Campestre	5	253,50	4.816,50	2.986,19
RN	241240	São José do Seridó	2	101,40	1.926,60	1.065,96
RN	241250	São Miguel	9	456,30	8.669,70	5.420,46
RN	241255	São Miguel do Gostoso	3	152,10	2.889,90	2.205,38
RN	241260	São Paulo do Potengi	7	354,90	6.743,10	4.034,24
RN	241270	São Pedro	3	152,10	2.889,90	1.445,46
RN	241280	São Rafael	4	202,80	3.853,20	1.917,25
RN	241290	São Tomé	4	202,80	3.853,20	2.576,61
RN	241300	São Vicente	3	152,10	2.889,90	1.485,17
RN	241310	Senador Elói de Souza	3	152,10	2.889,90	1.420,66
RN	241320	Senador Georgino Avelino	2	101,40	1.926,60	1.015,45
RN	241330	Serra de São Bento	3	152,10	2.889,90	1.353,62
RN	241335	Serra do Mel	4	202,80	3.853,20	2.717,81
RN	241340	Serra Negra do Norte	3	152,10	2.889,90	1.876,84
RN	241350	Serrinha	3	152,10	2.889,90	1.519,84
RN	241355	Serrinha dos Pintos	1	50,70	963,30	1.259,52
RN	241360	Severiano Melo	2	101,40	1.926,60	1.508,81
RN	241370	Sítio Novo	3	152,10	2.889,90	1.269,14
RN	241380	Taboleiro Grande	2	101,40	1.926,60	589,11
RN	241390	Taipu	4	202,80	3.853,20	2.853,26
RN	241400	Tangará	6	304,20	5.779,80	3.642,57
RN	241410	Tenente Ananias	2	101,40	1.926,60	3.038,82
RN	241415	Tenente Laurentino Cruz	3	152,10	2.889,90	1.396,98
RN	241420	Tibau do Sul	4	202,80	3.853,20	3.190,06
RN	241430	Timbaúba dos Batistas	0	0,00	0,00	1.118,98
RN	241440	Touros	0	0,00	0,00	15.631,41
RN	241445	Triunfo Potiguar	0	0,00	0,00	1.563,92
RN	241450	Umarizal	0	0,00	0,00	5.001,70
RN	241460	Upanema	0	0,00	0,00	7.274,74
RN	241470	Várzea	3	152,10	2.889,90	1.275,11
RN	241475	Venha-Ver	2	101,40	1.926,60	961,27
RN	241480	Vera Cruz	4	202,80	3.853,20	2.840,18
RN	241490	Viçosa	2	101,40	1.926,60	397,41
RN	241500	Vila Flor	2	101,40	1.926,60	728,47
		Total	1.421	72.044,70	1.368.849,30	1.259.480,01
		ANEXO XXI				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
RO	110000	SES/RO	0	0,00	0,00	238.118,37
RO	110001	Alta Floresta D'Oeste	0	0,00	0,00	15.008,00
RO	110002	Ariquemes	1	50,70	963,30	61.654,61
RO	110003	Cabixi	2	101,40	1.926,60	4.568,40
RO	110004	Cacoal	0	0,00	0,00	51.629,08
RO	110005	Cerejeiras	4	202,80	3.853,20	6.670,71
RO	110006	Colorado do Oeste	1	50,70	963,30	10.230,86
RO	110007	Corumbiara	3	152,10	2.889,90	6.146,10
RO	110008	Costa Marques	1	50,70	963,30	14.986,70
RO	110009	Espigão D'Oeste	8	405,60	7.706,40	11.561,10
RO	110010	Guajará-Mirim	11	557,70	10.596,30	31.239,66
RO	110011	Jaru	5	253,50	4.816,50	27.774,91
RO	110012	Ji-Paraná	37	1.875,90	35.642,10	41.746,98
RO	110013	Machadinho D'Oeste	6	304,20	5.779,80	28.260,46
RO	110014	Nova Brasilândia D'Oeste	3	152,10	2.889,90	9.795,85
RO	110015	Ouro Preto do Oeste	0	0,00	0,00	23.391,08
RO	110018	Pimenta Bueno	17	861,90	16.376,10	11.098,21
RO	110020	Porto Velho	145	7.351,50	139.678,50	259.168,24
RO	110025	Presidente Médici	0	0,00	0,00	13.426,58
RO	110026	Rio Crespo	6	304,20	5.779,80	2.269,71
RO	110028	Rolim de Moura	3	152,10	2.889,90	30.403,26
RO	110029	Santa Luzia D'Oeste	3	152,10	2.889,90	5.997,10
RO	110030	Vilhena	0	0,00	0,00	55.784,16
RO	110032	São Miguel do Guaporé	0	0,00	0,00	14.105,58
RO	110033	Nova Mamoré	7	354,90	6.743,10	18.729,13
RO	110034	Alvorada D'Oeste	0	0,00	0,00	10.149,41
RO	110037	Alto Alegre dos Parecis	4	202,80	3.853,20	9.021,38

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RO	110040	Alto Paraíso	5	253,50	4.816,50	13.624,44
RO	110045	Buritis	11	557,70	10.596,30	28.447,70
RO	110050	Novo Horizonte do Oeste	3	152,10	2.889,90	7.625,10
RO	110060	Cacaulândia	0	0,00	0,00	6.460,00
RO	110070	Campo Novo de Rondônia	6	304,20	5.779,80	8.704,20
RO	110080	Candeias do Jamari	21	1.064,70	20.229,30	11.138,10
RO	110090	Castanheiras	0	0,00	0,00	4.241,44
RO	110092	Chupinguaia	0	0,00	0,00	10.593,00
RO	110094	Cujubim	0	0,00	0,00	19.787,24
RO	110100	Governador Jorge Teixeira	0	0,00	0,00	10.534,00
RO	110110	Itapuã do Oeste	5	253,50	4.816,50	5.493,50
RO	110120	Ministro Andreazza	3	152,10	2.889,90	8.009,10
RO	110130	Mirante da Serra	0	0,00	0,00	12.469,00
RO	110140	Monte Negro	0	0,00	0,00	14.270,65
RO	110143	Nova União	0	0,00	0,00	7.883,00
RO	110145	Parecis	1	50,70	963,30	4.242,06
RO	110146	Pimenteiras do Oeste	1	50,70	963,30	3.311,77
RO	110147	Primavera de Rondônia	2	101,40	1.926,60	2.297,71
RO	110148	São Felipe D'Oeste	1	50,70	963,30	5.255,70
RO	110149	São Francisco do Guaporé	4	202,80	3.853,20	15.840,80
RO	110150	Seringueiras	0	0,00	0,00	12.653,00
RO	110155	Teixeirópolis	2	101,40	1.926,60	2.552,26
RO	110160	Theobroma	4	202,80	3.853,20	7.496,80
RO	110170	Urupá	0	0,00	0,00	12.366,75
RO	110175	Vale do Anari	8	405,60	7.706,40	5.574,50
RO	110180	Vale do Paraíso	0	0,00	0,00	8.425,00
		Total	344	17.440,80	331.375,20	1.262.232,45

ANEXO XXII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
RR	140000	SES/RR	0	0,00	0,00	49.038,05
RR	140002	Amajari	5	253,50	4.816,50	8.140,33
RR	140005	Alto Alegre	19	963,30	18.302,70	11.280,56
RR	140010	Boa Vista	158	8.010,60	152.201,40	150.073,04
RR	140015	Bonfim	14	709,80	13.486,20	9.182,72
RR	140017	Cantá	20	1.014,00	19.266,00	8.438,50
RR	140020	Caracaraí	16	811,20	15.412,80	12.631,58
RR	140023	Caroebe	0	0,00	0,00	9.493,00
RR	140028	Iracema	0	0,00	0,00	15.148,30
RR	140030	Mucajaí	7	354,90	6.743,10	18.956,20
RR	140040	Normandia	4	202,80	3.853,20	6.673,80
RR	140045	Pacaraima	8	405,60	7.706,40	9.432,97
RR	140047	Rorainópolis	24	1.216,80	23.119,20	20.138,46
RR	140050	São João da Baliza	7	354,90	6.743,10	4.479,53
RR	140060	São Luiz	2	101,40	1.926,60	5.670,40
RR	140070	Uiramutã	3	152,10	2.889,90	6.946,10
		Total	287	14.550,90	276.467,10	345.723,54

ANEXO XXIII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
RS	430000	SES/RS	0	0,00	0,00	687.500,87
RS	430003	Aceguá	1	50,70	963,30	1.685,47
RS	430005	Água Santa	0	0,00	0,00	1.508,00
RS	430010	Agudo	0	0,00	0,00	3.693,01
RS	430020	Ajuricaba	2	101,40	1.926,60	1.307,24
RS	430030	Alecrim	2	101,40	1.926,60	1.132,74
RS	430040	Alegrete	5	253,50	4.816,50	14.347,90
RS	430045	Alegria	2	101,40	1.926,60	727,93
RS	430047	Almirante Tamandaré do Sul	1	50,70	963,30	732,27
RS	430050	Alpestre	1	50,70	963,30	947,99
RS	430055	Alto Alegre	0	0,00	0,00	1.459,43
RS	430057	Alto Feliz	0	0,00	0,00	1.484,74
RS	430060	Alvorada	27	1.368,90	26.009,10	39.220,08
RS	430063	Amaral Ferrador	0	0,00	0,00	1.596,61
RS	430064	Ametista do Sul	0	0,00	0,00	1.785,12
RS	430066	André da Rocha	1	50,70	963,30	756,95
RS	430070	Anta Gorda	0	0,00	0,00	1.514,97
RS	430080	Antônio Prado	1	50,70	963,30	2.245,68
RS	430085	Arambaré	2	101,40	1.926,60	732,55
RS	430087	Araricá	0	0,00	0,00	2.777,10
RS	430090	Aratiba	3	152,10	2.889,90	1.261,44
RS	430100	Arroio do Meio	2	101,40	1.926,60	2.316,92
RS	430105	Arroio do Sal	1	50,70	963,30	2.443,91
RS	430107	Arroio do Padre	0	0,00	0,00	1.503,28
RS	430110	Arroio dos Ratos	0	0,00	0,00	3.939,34
RS	430120	Arroio do Tigre	0	0,00	0,00	3.143,28
RS	430130	Arroio Grande	0	0,00	0,00	4.070,47
RS	430140	Arvorezinha	2	101,40	1.926,60	1.143,53
RS	430150	Augusto Pestana	2	101,40	1.926,60	798,40
RS	430155	Áurea	1	50,70	963,30	732,33
RS	430160	Bagé	31	1.571,70	29.862,30	13.900,35
RS	430163	Balneário Pinhal	2	101,40	1.926,60	1.800,94
RS	430165	Barão	0	0,00	0,00	1.497,82

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	430170	Barão de Cotegipe	2	101,40	1.926,60	1.298,32
RS	430175	Barão do Triunfo	0	0,00	0,00	1.592,36
RS	430180	Barracão	1	50,70	963,30	734,15
RS	430185	Barra do Guarita	0	0,00	0,00	1.500,67
RS	430187	Barra do Quaraí	2	101,40	1.926,60	1.133,48
RS	430190	Barra do Ribeiro	1	50,70	963,30	2.341,22
RS	430192	Barra do Rio Azul	1	50,70	963,30	737,35
RS	430195	Barra Funda	1	50,70	963,30	750,97
RS	430200	Barros Cassal	1	50,70	963,30	1.615,54
RS	430205	Benjamin Constant do Sul	0	0,00	0,00	1.551,27
RS	430210	Bento Gonçalves	0	0,00	0,00	25.119,82
RS	430215	Boa Vista das Missões	0	0,00	0,00	1.475,77
RS	430220	Boa Vista do Buricá	3	152,10	2.889,90	1.443,74
RS	430222	Boa Vista do Cadeado	1	50,70	963,30	735,58
RS	430223	Boa Vista do Incra	0	0,00	0,00	1.502,28
RS	430225	Boa Vista do Sul	0	0,00	0,00	1.505,90
RS	430230	Bom Jesus	0	0,00	0,00	2.956,45
RS	430235	Bom Princípio	0	0,00	0,00	3.295,29
RS	430237	Bom Progresso	0	0,00	0,00	2.281,43
RS	430240	Bom Retiro do Sul	0	0,00	0,00	2.585,08
RS	430245	Boqueirão do Leão	0	0,00	0,00	1.762,21
RS	430250	Bossoroca	2	101,40	1.926,60	1.330,00
RS	430258	Bozano	0	0,00	0,00	1.464,27
RS	430260	Braga	1	50,70	963,30	730,60
RS	430265	Brochier	1	50,70	963,30	751,13
RS	430270	Butiá	0	0,00	0,00	4.473,75
RS	430280	Caçapava do Sul	0	0,00	0,00	7.336,90
RS	430290	Cacequi	4	202,80	3.853,20	1.546,80
RS	430300	Cachoeira do Sul	5	253,50	4.816,50	14.017,53
RS	430310	Cachoeirinha	5	253,50	4.816,50	28.771,74
RS	430320	Cacique Doble	1	50,70	963,30	760,39
RS	430330	Caibaté	0	0,00	0,00	2.458,99
RS	430340	Caiçara	1	50,70	963,30	732,64
RS	430350	Camaquã	1	50,70	963,30	12.895,27
RS	430355	Camargo	2	101,40	1.926,60	757,98
RS	430360	Cambará do Sul	0	0,00	0,00	1.574,97
RS	430367	Campestre da Serra	0	0,00	0,00	1.486,36
RS	430370	Campina das Missões	2	101,40	1.926,60	1.899,14
RS	430380	Campinas do Sul	2	101,40	1.926,60	1.261,41
RS	430390	Campo Bom	3	152,10	2.889,90	14.204,12
RS	430400	Campo Novo	0	0,00	0,00	2.415,41
RS	430410	Campos Borges	0	0,00	0,00	1.463,75
RS	430420	Candelária	0	0,00	0,00	6.702,42
RS	430430	Cândido Godói	3	152,10	2.889,90	753,26
RS	430435	Candiota	0	0,00	0,00	3.035,75
RS	430440	Canela	0	0,00	0,00	9.341,03
RS	430450	Canguçu	3	152,10	2.889,90	9.453,91
RS	430460	Canoas	15	760,50	14.449,50	93.762,98
RS	430461	Canudos do Vale	0	0,00	0,00	1.463,86
RS	430462	Capão Bonito do Sul	0	0,00	0,00	1.462,81
RS	430463	Capão da Canoa	5	253,50	4.816,50	5.191,81
RS	430465	Capão do Cipó	0	0,00	0,00	1.536,01
RS	430466	Capão do Leão	0	0,00	0,00	5.434,79
RS	430467	Capivari do Sul	1	50,70	963,30	2.006,72
RS	430468	Capela de Santana	3	152,10	2.889,90	1.659,77
RS	430469	Capitão	0	0,00	0,00	1.487,92
RS	430470	Carazinho	11	557,70	10.596,30	6.648,46
RS	430471	Caraá	0	0,00	0,00	1.724,19
RS	430480	Carlos Barbosa	2	101,40	1.926,60	3.984,23
RS	430485	Carlos Gomes	0	0,00	0,00	1.458,43
RS	430490	Casca	3	152,10	2.889,90	1.396,84
RS	430495	Caseiros	0	0,00	0,00	1.497,54
RS	430500	Catuípe	1	50,70	963,30	1.789,60
RS	430510	Caxias do Sul	69	3.498,30	66.467,70	51.555,62
RS	430511	Centenário	1	50,70	963,30	732,59
RS	430512	Cerrito	0	0,00	0,00	2.600,40
RS	430513	Cerro Branco	2	101,40	1.926,60	745,94
RS	430515	Cerro Grande	1	50,70	963,30	731,94
RS	430517	Cerro Grande do Sul	0	0,00	0,00	2.382,55
RS	430520	Cerro Largo	4	202,80	3.853,20	1.589,23
RS	430530	Chapada	0	0,00	0,00	2.774,45
RS	430535	Charqueadas	0	0,00	0,00	10.243,40
RS	430537	Charrua	1	50,70	963,30	759,02
RS	430540	Chiapetta	0	0,00	0,00	2.415,88
RS	430543	Chuí	0	0,00	0,00	2.239,10
RS	430544	Chuvisca	0	0,00	0,00	1.510,53
RS	430545	Cidreira	2	101,40	1.926,60	1.892,42
RS	430550	Ciríaco	1	50,70	963,30	732,70
RS	430558	Colinas	0	0,00	0,00	1.469,30
RS	430560	Colorado	1	50,70	963,30	730,11
RS	430570	Condor	1	50,70	963,30	1.700,29
RS	430580	Constantina	2	101,40	1.926,60	1.427,98
RS	430583	Coqueiro Baixo	0	0,00	0,00	1.465,14
RS	430585	Coqueiros do Sul	1	50,70	963,30	731,64
RS	430587	Coronel Barros	2	101,40	1.926,60	738,51
RS	430590	Coronel Bicaco	3	152,10	2.889,90	1.304,27
RS	430593	Coronel Pilar	0	0,00	0,00	1.529,65
RS	430595	Cotiporã	1	50,70	963,30	733,01
RS	430597	Coxilha	0	0,00	0,00	1.465,91

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	430600	Crissiumal	3	152,10	2.889,90	1.677,03
RS	430605	Cristal	0	0,00	0,00	2.817,65
RS	430607	Cristal do Sul	0	0,00	0,00	1.469,17
RS	430610	Cruz Alta	10	507,00	9.633,00	6.999,90
RS	430613	Cruzaltense	0	0,00	0,00	1.457,54
RS	430620	Cruzeiro do Sul	0	0,00	0,00	2.795,86
RS	430630	David Canabarro	0	0,00	0,00	1.470,64
RS	430632	Derrubadas	0	0,00	0,00	2.146,37
RS	430635	Dezesseis de Novembro	2	101,40	1.926,60	728,56
RS	430637	Dilermando de Aguiar	0	0,00	0,00	1.465,96
RS	430640	Dois Irmãos	2	101,40	1.926,60	6.171,69
RS	430642	Dois Irmãos das Missões	2	101,40	1.926,60	731,70
RS	430645	Dois Lajeados	0	0,00	0,00	1.483,20
RS	430650	Dom Feliciano	1	50,70	963,30	2.417,75
RS	430655	Dom Pedro de Alcântara	1	50,70	963,30	733,43
RS	430660	Dom Pedrito	0	0,00	0,00	8.661,25
RS	430670	Dona Francisca	0	0,00	0,00	1.459,87
RS	430673	Doutor Maurício Cardoso	2	101,40	1.926,60	1.077,92
RS	430675	Doutor Ricardo	0	0,00	0,00	1.465,79
RS	430676	Eldorado do Sul	0	0,00	0,00	10.159,66
RS	430680	Encantado	1	50,70	963,30	3.644,81
RS	430690	Encruzilhada do Sul	3	152,10	2.889,90	2.793,08
RS	430692	Engenho Velho	1	50,70	963,30	750,33
RS	430693	Entre-Ijuís	3	152,10	2.889,90	1.378,23
RS	430695	Entre Rios do Sul	0	0,00	0,00	1.461,65
RS	430697	Erebango	1	50,70	963,30	742,59
RS	430700	Erechim	35	1.774,50	33.715,50	10.934,23
RS	430705	Ernestina	0	0,00	0,00	1.477,19
RS	430710	Herval	2	101,40	1.926,60	1.104,15
RS	430720	Erval Grande	1	50,70	963,30	733,27
RS	430730	Erval Seco	2	101,40	1.926,60	1.302,83
RS	430740	Esmeralda	0	0,00	0,00	1.482,31
RS	430745	Esperança do Sul	1	50,70	963,30	1.183,39
RS	430750	Espumoso	2	101,40	1.926,60	1.689,34
RS	430755	Estação	1	50,70	963,30	1.653,31
RS	430760	Estância Velha	0	0,00	0,00	12.684,92
RS	430770	Esteio	0	0,00	0,00	22.544,65
RS	430780	Estrela	1	50,70	963,30	5.916,90
RS	430781	Estrela Velha	1	50,70	963,30	734,37
RS	430783	Eugênio de Castro	0	0,00	0,00	1.457,93
RS	430786	Fagundes Varela	0	0,00	0,00	1.494,20
RS	430790	Farroupilha	6	304,20	5.779,80	8.576,03
RS	430800	Faxinal do Soturno	1	50,70	963,30	1.720,24
RS	430805	Faxinalzinho	1	50,70	963,30	730,27
RS	430807	Fazenda Vilanova	0	0,00	0,00	1.581,56
RS	430810	Feliz	1	50,70	963,30	2.245,81
RS	430820	Flores da Cunha	3	152,10	2.889,90	3.219,96
RS	430825	Floriano Peixoto	0	0,00	0,00	1.458,29
RS	430830	Fontoura Xavier	0	0,00	0,00	2.441,00
RS	430840	Formigueiro	1	50,70	963,30	783,52
RS	430843	Forquetinha	0	0,00	0,00	1.464,95
RS	430845	Fortaleza dos Valos	0	0,00	0,00	1.463,67
RS	430850	Frederico Westphalen	10	507,00	9.633,00	3.322,88
RS	430860	Garibaldi	2	101,40	1.926,60	5.002,10
RS	430865	Garruchos	2	101,40	1.926,60	1.073,98
RS	430870	Gaurama	1	50,70	963,30	1.586,70
RS	430880	General Câmara	0	0,00	0,00	1.973,01
RS	430885	Gentil	1	50,70	963,30	777,84
RS	430890	Getúlio Vargas	1	50,70	963,30	2.568,31
RS	430900	Giruá	8	405,60	7.706,40	1.860,56
RS	430905	Glorinha	0	0,00	0,00	2.764,03
RS	430910	Gramado	5	253,50	4.816,50	3.792,72
RS	430912	Gramado dos Loureiros	0	0,00	0,00	1.462,01
RS	430915	Gramado Xavier	0	0,00	0,00	1.511,80
RS	430920	Gravataí	65	3.295,50	62.614,50	38.100,17
RS	430925	Guabiju	0	0,00	0,00	1.463,46
RS	430930	Guaíba	10	507,00	9.633,00	17.053,85
RS	430940	Guaporé	0	0,00	0,00	5.139,97
RS	430950	Guarani das Missões	0	0,00	0,00	3.973,41
RS	430955	Harmonia	0	0,00	0,00	1.523,88
RS	430957	Herveiras	1	50,70	963,30	737,53
RS	430960	Horizontina	9	456,30	8.669,70	2.106,97
RS	430965	Hulha Negra	0	0,00	0,00	1.536,64
RS	430970	Humaitá	2	101,40	1.926,60	1.201,50
RS	430975	Ibarama	1	50,70	963,30	734,67
RS	430980	Ibiaçá	1	50,70	963,30	734,40
RS	430990	Ibiraiaras	1	50,70	963,30	1.686,07
RS	430995	Ibirapuitã	0	0,00	0,00	1.466,09
RS	431000	Ibirubá	7	354,90	6.743,10	2.140,64
RS	431010	Igrejinha	4	202,80	3.853,20	3.811,45
RS	431020	Ijuí	35	1.774,50	33.715,50	8.799,87
RS	431030	Ilópolis	0	0,00	0,00	1.466,65

RS	431033	Imbé	8	405,60	7.706,40	2.126,42
RS	431036	Imigrante	1	50,70	963,30	740,34
RS	431040	Independência	3	152,10	2.889,90	1.283,19
RS	431041	Inhacorá	0	0,00	0,00	1.465,36
RS	431043	Ipê	0	0,00	0,00	1.564,10
RS	431046	Ipiranga do Sul	1	50,70	963,30	732,87
RS	431050	Iraí	0	0,00	0,00	2.643,97
RS	431053	Itaara	0	0,00	0,00	2.720,84
RS	431055	Itacurubi	1	50,70	963,30	734,48
RS	431057	Itapuca	0	0,00	0,00	1.460,20
RS	431060	Itaqui	5	253,50	4.816,50	4.792,78
RS	431065	Itati	0	0,00	0,00	1.463,37
RS	431070	Itatiba do Sul	0	0,00	0,00	1.454,03
RS	431075	Ivorá	0	0,00	0,00	1.460,46
RS	431080	Ivoti	0	0,00	0,00	5.928,68
RS	431085	Jaboticaba	0	0,00	0,00	1.462,98
RS	431087	Jacuizinho	0	0,00	0,00	1.495,62
RS	431090	Jacutinga	1	50,70	963,30	736,12
RS	431100	Jaguarão	0	0,00	0,00	6.911,73
RS	431110	Jaguari	1	50,70	963,30	1.967,63
RS	431112	Jaquirana	0	0,00	0,00	1.460,37
RS	431113	Jari	0	0,00	0,00	1.465,72
RS	431115	Jóia	2	101,40	1.926,60	936,78
RS	431120	Júlio de Castilhos	3	152,10	2.889,90	2.176,71
RS	431123	Lagoa Bonita do Sul	1	50,70	963,30	755,54
RS	431125	Lagoão	1	50,70	963,30	789,49
RS	431127	Lagoa dos Três Cantos	0	0,00	0,00	1.469,19
RS	431130	Lagoa Vermelha	2	101,40	1.926,60	4.256,49
RS	431140	Lajeado	5	253,50	4.816,50	11.812,80
RS	431142	Lajeado do Bugre	1	50,70	963,30	739,58
RS	431150	Lavras do Sul	0	0,00	0,00	1.816,74
RS	431160	Liberato Salzano	0	0,00	0,00	1.488,83
RS	431162	Lindolfo Collor	0	0,00	0,00	1.535,09
RS	431164	Linha Nova	0	0,00	0,00	1.591,42
RS	431170	Machadinho	1	50,70	963,30	737,05
RS	431171	Maçambará	1	50,70	963,30	789,70
RS	431173	Mampituba	2	101,40	1.926,60	740,38
RS	431175	Manoel Viana	3	152,10	2.889,90	1.383,45
RS	431177	Maquiné	1	50,70	963,30	823,92
RS	431179	Maratá	1	50,70	963,30	748,96
RS	431180	Marau	17	861,90	16.376,10	4.241,22
RS	431190	Marcelino Ramos	0	0,00	0,00	1.466,85
RS	431198	Mariana Pimentel	0	0,00	0,00	1.478,75
RS	431200	Mariano Moro	0	0,00	0,00	1.461,17
RS	431205	Marques de Souza	0	0,00	0,00	1.468,94
RS	431210	Mata	1	50,70	963,30	1.539,06
RS	431213	Mato Castelhano	0	0,00	0,00	1.478,42
RS	431215	Mato Leitão	0	0,00	0,00	1.564,55
RS	431217	Mato Queimado	1	50,70	963,30	730,96
RS	431220	Maximiliano de Almeida	0	0,00	0,00	1.462,30
RS	431225	Minas do Leão	0	0,00	0,00	1.789,78
RS	431230	Miraguaí	0	0,00	0,00	1.466,95
RS	431235	Montauri	0	0,00	0,00	1.463,19
RS	431237	Monte Alegre dos Campos	0	0,00	0,00	1.484,06
RS	431238	Monte Belo do Sul	0	0,00	0,00	1.464,00
RS	431240	Montenegro	10	507,00	9.633,00	8.455,21
RS	431242	Mormaço	0	0,00	0,00	1.547,30
RS	431244	Morrinhos do Sul	1	50,70	963,30	731,44
RS	431245	Morro Redondo	0	0,00	0,00	2.652,27
RS	431247	Morro Reuter	0	0,00	0,00	1.518,02
RS	431250	Mostardas	1	50,70	963,30	2.203,00
RS	431260	Muçum	1	50,70	963,30	745,73
RS	431261	Muitos Capões	0	0,00	0,00	1.494,35
RS	431262	Muliterno	1	50,70	963,30	743,57
RS	431265	Não-Me-Toque	6	304,20	5.779,80	1.796,96
RS	431267	Nicolau Vergueiro	0	0,00	0,00	1.465,03
RS	431270	Nonoai	0	0,00	0,00	3.071,82
RS	431275	Nova Alvorada	1	50,70	963,30	768,24
RS	431280	Nova Araçá	0	0,00	0,00	1.562,76
RS	431290	Nova Bassano	1	50,70	963,30	2.026,13
RS	431295	Nova Boa Vista	0	0,00	0,00	1.461,44
RS	431300	Nova Bréscia	0	0,00	0,00	1.487,66
RS	431301	Nova Candelária	1	50,70	963,30	733,05
RS	431303	Nova Esperança do Sul	1	50,70	963,30	762,32
RS	431306	Nova Hartz	1	50,70	963,30	4.410,01
RS	431308	Nova Pádua	0	0,00	0,00	1.485,09
RS	431310	Nova Palma	1	50,70	963,30	776,22
RS	431320	Nova Petrópolis	5	253,50	4.816,50	2.153,88
RS	431330	Nova Prata	2	101,40	1.926,60	3.639,23
RS	431333	Nova Ramada	1	50,70	963,30	731,01
RS	431335	Nova Roma do Sul	0	0,00	0,00	1.518,70
RS	431337	Nova Santa Rita	3	152,10	2.889,90	4.075,26
RS	431339	Novo Cabrais	0	0,00	0,00	1.510,03
RS	431340	Novo Hamburgo	0	0,00	0,00	74.921,40
RS	431342	Novo Machado	2	101,40	1.926,60	1.071,36
RS	431344	Novo Tiradentes	0	0,00	0,00	1.465,23
RS	431346	Novo Xingu	2	101,40	1.926,60	732,86
RS	431349	Novo Barreiro	0	0,00	0,00	1.488,57
RS	431350	Osório	6	304,20	5.779,80	4.711,53

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	431360	Paim Filho	0	0,00	0,00	2.375,95
RS	431365	Palmares do Sul	0	0,00	0,00	3.102,85
RS	431370	Palmeira das Missões	12	608,40	11.559,60	3.733,79
RS	431380	Palmitinho	0	0,00	0,00	1.579,37
RS	431390	Panambi	16	811,20	15.412,80	4.410,19
RS	431395	Pantano Grande	0	0,00	0,00	3.197,94
RS	431400	Paraí	1	50,70	963,30	830,56
RS	431402	Paraíso do Sul	1	50,70	963,30	836,27
RS	431403	Pareci Novo	0	0,00	0,00	1.633,71
RS	431405	Parobé	2	101,40	1.926,60	12.893,01
RS	431406	Passa Sete	0	0,00	0,00	1.518,14
RS	431407	Passo do Sobrado	0	0,00	0,00	1.571,86
RS	431410	Passo Fundo	0	0,00	0,00	43.370,18
RS	431413	Paulo Bento	0	0,00	0,00	1.518,77
RS	431415	Paverama	1	50,70	963,30	868,70
RS	431417	Pedras Altas	2	101,40	1.926,60	1.073,57
RS	431420	Pedro Osório	0	0,00	0,00	1.799,95
RS	431430	Pejuçara	1	50,70	963,30	737,62
RS	431440	Pelotas	18	912,60	17.339,40	60.552,05
RS	431442	Picada Café	0	0,00	0,00	1.586,07
RS	431445	Pinhal	0	0,00	0,00	1.541,73
RS	431446	Pinhal da Serra	0	0,00	0,00	1.534,93
RS	431447	Pinhal Grande	0	0,00	0,00	1.465,43
RS	431449	Pinheirinho do Vale	0	0,00	0,00	2.522,27
RS	431450	Pinheiro Machado	2	101,40	1.926,60	1.536,07
RS	431454	Pinto Bandeira	0	0,00	0,00	1.578,99
RS	431455	Pirapó	2	101,40	1.926,60	1.071,05
RS	431460	Piratini	3	152,10	2.889,90	2.333,48
RS	431470	Planalto	0	0,00	0,00	2.883,76
RS	431475	Poço das Antas	0	0,00	0,00	1.483,84
RS	431477	Pontão	1	50,70	963,30	735,47
RS	431478	Ponte Preta	1	50,70	963,30	729,60
RS	431480	Portão	0	0,00	0,00	9.135,56
RS	431490	Porto Alegre	114	5.779,80	109.816,20	296.129,87
RS	431500	Porto Lucena	2	101,40	1.926,60	1.215,59
RS	431505	Porto Mauá	1	50,70	963,30	1.187,41
RS	431507	Porto Vera Cruz	1	50,70	963,30	1.167,91
RS	431510	Porto Xavier	4	202,80	3.853,20	2.454,89
RS	431513	Pouso Novo	0	0,00	0,00	1.458,95
RS	431514	Presidente Lucena	0	0,00	0,00	1.533,57
RS	431515	Progresso	1	50,70	963,30	760,37
RS	431517	Protásio Alves	0	0,00	0,00	1.465,11
RS	431520	Putinga	0	0,00	0,00	1.463,78
RS	431530	Quaraí	9	456,30	8.669,70	2.805,11
RS	431531	Quatro Irmãos	1	50,70	963,30	741,17
RS	431532	Quevedos	0	0,00	0,00	1.478,42
RS	431535	Quinze de Novembro	1	50,70	963,30	741,04
RS	431540	Redentora	1	50,70	963,30	2.241,76
RS	431545	Relvado	1	50,70	963,30	732,59
RS	431550	Restinga Seca	1	50,70	963,30	2.489,56
RS	431555	Rio dos Índios	0	0,00	0,00	1.451,39
RS	431560	Rio Grande	16	811,20	15.412,80	29.627,06
RS	431570	Rio Pardo	4	202,80	3.853,20	4.640,30
RS	431575	Riozinho	0	0,00	0,00	1.502,81
RS	431580	Roca Sales	0	0,00	0,00	3.012,90
RS	431590	Rodeio Bonito	1	50,70	963,30	738,60
RS	431595	Rolador	1	50,70	963,30	730,69
RS	431600	Rolante	0	0,00	0,00	4.541,74
RS	431610	Ronda Alta	1	50,70	963,30	1.990,66
RS	431620	Rondinha	1	50,70	963,30	1.470,68
RS	431630	Roque Gonzales	2	101,40	1.926,60	1.284,14
RS	431640	Rosário do Sul	5	253,50	4.816,50	4.541,96
RS	431642	Sagrada Família	0	0,00	0,00	1.468,16
RS	431643	Saldanha Marinho	1	50,70	963,30	731,06
RS	431645	Salto do Jacuí	0	0,00	0,00	3.181,73
RS	431647	Salvador das Missões	0	0,00	0,00	1.476,19
RS	431650	Salvador do Sul	1	50,70	963,30	798,68
RS	431660	Sananduva	2	101,40	1.926,60	1.696,88
RS	431670	Santa Bárbara do Sul	4	202,80	3.853,20	1.356,47
RS	431673	Santa Cecília do Sul	1	50,70	963,30	732,95
RS	431675	Santa Clara do Sul	1	50,70	963,30	792,03
RS	431680	Santa Cruz do Sul	0	0,00	0,00	28.238,39
RS	431690	Santa Maria	16	811,20	15.412,80	46.174,02
RS	431695	Santa Maria do Herval	0	0,00	0,00	1.485,62
RS	431697	Santa Margarida do Sul	1	50,70	963,30	792,55
RS	431700	Santana da Boa Vista	0	0,00	0,00	2.780,48
RS	431710	Sant'Ana do Livramento	26	1.318,20	25.045,80	10.588,66
RS	431720	Santa Rosa	33	1.673,10	31.788,90	9.850,09
RS	431725	Santa Tereza	0	0,00	0,00	1.473,45
RS	431730	Santa Vitória do Palmar	3	152,10	2.889,90	4.717,48
RS	431740	Santiago	6	304,20	5.779,80	5.557,28
RS	431750	Santo Ângelo	30	1.521,00	28.899,00	8.328,12
RS	431755	Santo Antônio do Palma	0	0,00	0,00	1.466,66
RS	431760	Santo Antônio da Patrulha	0	0,00	0,00	11.196,69

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	431770	Santo Antônio das Missões	4	202,80	3.853,20	1.473,46
RS	431775	Santo Antônio do Planalto	1	50,70	963,30	736,12
RS	431780	Santo Augusto	4	202,80	3.853,20	1.560,03
RS	431790	Santo Cristo	5	253,50	4.816,50	1.573,49
RS	431795	Santo Expedito do Sul	0	0,00	0,00	1.463,76
RS	431800	São Borja	0	0,00	0,00	14.901,60
RS	431805	São Domingos do Sul	0	0,00	0,00	1.490,23
RS	431810	São Francisco de Assis	3	152,10	2.889,90	2.143,83
RS	431820	São Francisco de Paula	0	0,00	0,00	4.977,44
RS	431830	São Gabriel	23	1.166,10	22.155,90	6.632,75
RS	431840	São Jerônimo	4	202,80	3.853,20	3.144,87
RS	431842	São João da Urtiga	1	50,70	963,30	734,07
RS	431843	São João do Polêsine	1	50,70	963,30	733,12
RS	431844	São Jorge	0	0,00	0,00	1.466,14
RS	431845	São José das Missões	0	0,00	0,00	1.463,32
RS	431846	São José do Herval	0	0,00	0,00	1.460,16
RS	431848	São José do Hortêncio	0	0,00	0,00	1.534,87
RS	431849	São José do Inhacorá	1	50,70	963,30	756,89
RS	431850	São José do Norte	3	152,10	2.889,90	2.903,01
RS	431860	São José do Ouro	1	50,70	963,30	1.671,19
RS	431861	São José do Sul	0	0,00	0,00	1.529,84
RS	431862	São José dos Ausentes	0	0,00	0,00	1.501,43
RS	431870	São Leopoldo	0	0,00	0,00	60.866,55
RS	431880	São Lourenço do Sul	5	253,50	4.816,50	4.725,85
RS	431890	São Luiz Gonzaga	15	760,50	14.449,50	3.798,58
RS	431900	São Marcos	0	0,00	0,00	4.534,03
RS	431910	São Martinho	3	152,10	2.889,90	1.223,48
RS	431912	São Martinho da Serra	1	50,70	963,30	734,99
RS	431915	São Miguel das Missões	2	101,40	1.926,60	1.366,94
RS	431920	São Nicolau	3	152,10	2.889,90	1.244,55
RS	431930	São Paulo das Missões	2	101,40	1.926,60	1.071,61
RS	431935	São Pedro da Serra	0	0,00	0,00	1.524,93
RS	431936	São Pedro das Missões	0	0,00	0,00	1.498,49
RS	431937	São Pedro do Butiá	0	0,00	0,00	1.512,31
RS	431940	São Pedro do Sul	0	0,00	0,00	3.708,38
RS	431950	São Sebastião do Caí	1	50,70	963,30	4.242,45
RS	431960	São Sepé	4	202,80	3.853,20	2.646,87
RS	431970	São Valentim	1	50,70	963,30	730,60
RS	431971	São Valentim do Sul	1	50,70	963,30	740,67
RS	431973	São Valério do Sul	0	0,00	0,00	1.498,82
RS	431975	São Vendelino	0	0,00	0,00	1.597,70
RS	431980	São Vicente do Sul	0	0,00	0,00	2.817,55
RS	431990	Sapiranga	9	456,30	8.669,70	13.313,76
RS	432000	Sapucaia do Sul	12	608,40	11.559,60	25.207,21
RS	432010	Sarandi	4	202,80	3.853,20	2.482,43
RS	432020	Seberi	3	152,10	2.889,90	1.425,40
RS	432023	Sede Nova	1	50,70	963,30	735,96
RS	432026	Segredo	0	0,00	0,00	1.609,57
RS	432030	Selbach	2	101,40	1.926,60	743,38
RS	432032	Senador Salgado Filho	1	50,70	963,30	733,26
RS	432035	Sentinela do Sul	1	50,70	963,30	749,31
RS	432040	Serafina Corrêa	0	0,00	0,00	3.574,81
RS	432045	Sério	0	0,00	0,00	1.457,74
RS	432050	Sertão	0	0,00	0,00	2.494,90
RS	432055	Sertão Santana	0	0,00	0,00	1.517,09
RS	432057	Sete de Setembro	1	50,70	963,30	731,41
RS	432060	Severiano de Almeida	0	0,00	0,00	1.463,82
RS	432065	Silveira Martins	0	0,00	0,00	1.465,74
RS	432067	Sinimbu	0	0,00	0,00	2.857,45
RS	432070	Sobradinho	2	101,40	1.926,60	1.629,45
RS	432080	Soledade	5	253,50	4.816,50	3.390,63
RS	432085	Tabaí	2	101,40	1.926,60	769,30
RS	432090	Tapejara	0	0,00	0,00	4.494,36
RS	432100	Tapera	1	50,70	963,30	1.967,41
RS	432110	Tapes	0	0,00	0,00	3.776,58
RS	432120	Taquara	0	0,00	0,00	15.477,68
RS	432130	Taquari	2	101,40	1.926,60	3.893,23
RS	432132	Taquaruçu do Sul	0	0,00	0,00	1.501,88
RS	432135	Tavares	0	0,00	0,00	2.578,56
RS	432140	Tenente Portela	0	0,00	0,00	3.197,53
RS	432143	Terra de Areia	1	50,70	963,30	2.112,98
RS	432145	Teutônia	4	202,80	3.853,20	3.168,20
RS	432146	Tio Hugo	0	0,00	0,00	1.522,63
RS	432147	Tiradentes do Sul	1	50,70	963,30	1.203,75
RS	432149	Toropi	1	50,70	963,30	731,81
RS	432150	Torres	2	101,40	1.926,60	6.422,51
RS	432160	Tramandaí	9	456,30	8.669,70	5.194,48
RS	432162	Travesseiro	0	0,00	0,00	1.469,73
RS	432163	Três Arroios	0	0,00	0,00	1.462,74
RS	432166	Três Cachoeiras	0	0,00	0,00	3.071,97
RS	432170	Três Coroas	3	152,10	2.889,90	2.842,80
RS	432180	Três de Maio	9	456,30	8.669,70	2.595,00
RS	432183	Três Forquilhas	0	0,00	0,00	1.462,92
RS	432185	Três Palmeiras	0	0,00	0,00	1.476,57
RS	432190	Três Passos	8	405,60	7.706,40	2.638,92
RS	432195	Trindade do Sul	1	50,70	963,30	1.517,08
RS	432200	Triunfo	5	253,50	4.816,50	3.734,60
RS	432210	Tucunduva	3	152,10	2.889,90	1.254,15

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	432215	Tunas	0	0,00	0,00	1.484,66
RS	432218	Tupanci do Sul	0	0,00	0,00	1.463,28
RS	432220	Tupanciretã	5	253,50	4.816,50	2.640,92
RS	432225	Tupandi	1	50,70	963,30	779,76
RS	432230	Tuparendi	3	152,10	2.889,90	2.340,02
RS	432232	Turuçu	1	50,70	963,30	732,82
RS	432234	Ubiretama	0	0,00	0,00	1.459,26
RS	432235	União da Serra	1	50,70	963,30	726,11
RS	432237	Unistalda	1	50,70	963,30	731,94
RS	432240	Uruguaiana	26	1.318,20	25.045,80	15.181,04
RS	432250	Vacaria	7	354,90	6.743,10	7.878,48
RS	432252	Vale Verde	1	50,70	963,30	751,61
RS	432253	Vale do Sol	0	0,00	0,00	2.477,84
RS	432254	Vale Real	0	0,00	0,00	1.596,85
RS	432255	Vanini	0	0,00	0,00	1.497,41
RS	432260	Venâncio Aires	6	304,20	5.779,80	9.226,76
RS	432270	Vera Cruz	2	101,40	1.926,60	3.475,90
RS	432280	Veranópolis	0	0,00	0,00	5.875,07
RS	432285	Vespasiano Correa	0	0,00	0,00	1.461,78
RS	432290	Viadutos	0	0,00	0,00	1.469,82
RS	432300	Viamão	9	456,30	8.669,70	65.903,69
RS	432310	Vicente Dutra	0	0,00	0,00	1.465,82
RS	432320	Victor Graeff	1	50,70	963,30	731,68
RS	432330	Vila Flores	0	0,00	0,00	1.492,33
RS	432335	Vila Lângaro	0	0,00	0,00	1.464,56
RS	432340	Vila Maria	1	50,70	963,30	740,20
RS	432345	Vila Nova do Sul	1	50,70	963,30	735,76
RS	432350	Vista Alegre	1	50,70	963,30	732,67
RS	432360	Vista Alegre do Prata	0	0,00	0,00	1.525,28
RS	432370	Vista Gaúcha	0	0,00	0,00	1.480,90
RS	432375	Vitória das Missões	0	0,00	0,00	1.460,52
RS	432377	Westfalia	1	50,70	963,30	752,44
RS	432380	Xangri-lá	0	0,00	0,00	3.768,87
		Total	1.245	63.121,50	1.199.308,50	2.901.500,05

ANEXO XXIV

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
SC	420000	SES/SC	0	0,00	0,00	391.568,88
SC	420005	Abdon Batista	1	50,70	963,30	580,34
SC	420010	Abelardo Luz	2	101,40	1.926,60	2.624,38
SC	420020	Agrolândia	1	50,70	963,30	1.734,85
SC	420030	Agronômica	1	50,70	963,30	701,65
SC	420040	Água Doce	1	50,70	963,30	912,14
SC	420050	Águas de Chapecó	1	50,70	963,30	821,74
SC	420055	Águas Frias	1	50,70	963,30	574,22
SC	420060	Águas Mornas	0	0,00	0,00	2.020,60
SC	420070	Alfredo Wagner	1	50,70	963,30	1.576,50
SC	420075	Alto Bela Vista	0	0,00	0,00	1.123,43
SC	420080	Anchieta	1	50,70	963,30	786,93
SC	420090	Angelina	0	0,00	0,00	1.318,60
SC	420100	Anita Garibaldi	0	0,00	0,00	2.135,37
SC	420110	Anitápolis	1	50,70	963,30	601,17
SC	420120	Antônio Carlos	1	50,70	963,30	1.708,27
SC	420125	Apiúna	0	0,00	0,00	2.688,21
SC	420127	Arabutã	1	50,70	963,30	632,96
SC	420130	Araquari	5	253,50	4.816,50	4.496,67
SC	420140	Araranguá	2	101,40	1.926,60	15.186,45
SC	420150	Armazém	2	101,40	1.926,60	1.086,30
SC	420160	Arroio Trinta	1	50,70	963,30	611,03
SC	420165	Arvoredo	1	50,70	963,30	571,57
SC	420170	Ascurra	2	101,40	1.926,60	1.004,32
SC	420180	Atalanta	1	50,70	963,30	599,58
SC	420190	Aurora	0	0,00	0,00	1.450,44
SC	420195	Balneário Arroio do Silva	0	0,00	0,00	3.147,72
SC	420200	Balneário Camboriú	31	1.571,70	29.862,30	17.246,67
SC	420205	Balneário Barra do Sul	3	152,10	2.889,90	1.315,42
SC	420207	Balneário Gaivota	2	101,40	1.926,60	1.327,66
SC	420208	Bandeirante	2	101,40	1.926,60	582,40
SC	420209	Barra Bonita	0	0,00	0,00	1.106,54
SC	420210	Barra Velha	3	152,10	2.889,90	4.194,25
SC	420213	Bela Vista do Toldo	1	50,70	963,30	803,76
SC	420215	Belmonte	1	50,70	963,30	590,37
SC	420220	Benedito Novo	2	101,40	1.926,60	1.456,69
SC	420230	Biguaçu	2	101,40	1.926,60	19.427,42
SC	420240	Blumenau	17	861,90	16.376,10	72.494,71
SC	420243	Bocaina do Sul	0	0,00	0,00	1.241,56
SC	420245	Bombinhas	4	202,80	3.853,20	2.374,43
SC	420250	Bom Jardim da Serra	0	0,00	0,00	1.326,39
SC	420253	Bom Jesus	0	0,00	0,00	1.290,96
SC	420257	Bom Jesus do Oeste	1	50,70	963,30	569,14
SC	420260	Bom Retiro	0	0,00	0,00	2.497,98
SC	420270	Botuverá	0	0,00	0,00	1.405,81
SC	420280	Braço do Norte	3	152,10	2.889,90	5.435,34
SC	420285	Braço do Trombudo	1	50,70	963,30	636,79
SC	420287	Brunópolis	0	0,00	0,00	1.159,73
SC	420290	Brusque	6	304,20	5.779,80	27.068,79
SC	420300	Caçador	4	202,80	3.853,20	15.864,16
SC	420310	Caibi	1	50,70	963,30	799,94
SC	420315	Calmon	0	0,00	0,00	1.208,56

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	420320	Camboriú	5	253,50	4.816,50	15.259,90
SC	420325	Capão Alto	1	50,70	963,30	578,00
SC	420330	Campo Alegre	1	50,70	963,30	2.099,76
SC	420340	Campo Belo do Sul	0	0,00	0,00	1.891,84
SC	420350	Campo Erê	3	152,10	2.889,90	1.175,81
SC	420360	Campos Novos	1	50,70	963,30	8.142,75
SC	420370	Canelinha	1	50,70	963,30	2.082,42
SC	420380	Canoinhas	3	152,10	2.889,90	10.982,86
SC	420390	Capinzal	2	101,40	1.926,60	3.817,02
SC	420395	Capivari de Baixo	1	50,70	963,30	5.232,69
SC	420400	Catanduvas	0	0,00	0,00	2.711,16
SC	420410	Caxambu do Sul	1	50,70	963,30	623,14
SC	420415	Celso Ramos	0	0,00	0,00	1.172,13
SC	420417	Cerro Negro	0	0,00	0,00	1.201,42
SC	420419	Chapadão do Lageado	1	50,70	963,30	613,54
SC	420420	Chapecó	86	4.360,20	82.843,80	27.193,07
SC	420425	Cocal do Sul	1	50,70	963,30	3.230,43
SC	420430	Concórdia	5	253,50	4.816,50	13.993,83
SC	420435	Cordilheira Alta	2	101,40	1.926,60	682,64
SC	420440	Coronel Freitas	3	152,10	2.889,90	1.309,68
SC	420445	Coronel Martins	1	50,70	963,30	589,25
SC	420450	Corupá	0	0,00	0,00	3.962,95
SC	420455	Correia Pinto	0	0,00	0,00	3.683,98
SC	420460	Criciúma	11	557,70	10.596,30	43.302,79
SC	420470	Cunha Porã	2	101,40	1.926,60	1.409,77
SC	420475	Cunhataí	0	0,00	0,00	1.145,70
SC	420480	Curitibanos	2	101,40	1.926,60	8.162,73
SC	420490	Descanso	2	101,40	1.926,60	1.098,03
SC	420500	Dionísio Cerqueira	4	202,80	3.853,20	1.969,88
SC	420510	Dona Emma	1	50,70	963,30	656,57
SC	420515	Doutor Pedrinho	0	0,00	0,00	1.330,21
SC	420517	Entre Rios	0	0,00	0,00	1.229,02
SC	420519	Ermo	0	0,00	0,00	1.135,27
SC	420520	Erval Velho	0	0,00	0,00	1.283,94
SC	420530	Faxinal dos Guedes	1	50,70	963,30	1.789,93
SC	420535	Flor do Sertão	1	50,70	963,30	552,45
SC	420540	Florianópolis	18	912,60	17.339,40	138.533,62
SC	420543	Formosa do Sul	1	50,70	963,30	578,71
SC	420545	Forquilhinha	1	50,70	963,30	5.663,64
SC	420550	Fraiburgo	2	101,40	1.926,60	7.319,95
SC	420555	Frei Rogério	1	50,70	963,30	568,97
SC	420560	Galvão	1	50,70	963,30	599,25
SC	420570	Garopaba	1	50,70	963,30	4.667,61
SC	420580	Garuva	3	152,10	2.889,90	2.228,57
SC	420590	Gaspar	5	253,50	4.816,50	12.368,46
SC	420600	Governador Celso Ramos	1	50,70	963,30	3.601,83
SC	420610	Grão Pará	0	0,00	0,00	1.666,93
SC	420620	Gravatal	1	50,70	963,30	1.942,17
SC	420630	Guabiruba	2	101,40	1.926,60	3.870,06
SC	420640	Guaraciaba	3	152,10	2.889,90	1.337,73
SC	420650	Guaramirim	3	152,10	2.889,90	8.042,46
SC	420660	Guarujá do Sul	1	50,70	963,30	667,78
SC	420665	Guatambú	2	101,40	1.926,60	643,93
SC	420670	Herval d'Oeste	2	101,40	1.926,60	3.796,36
SC	420675	Ibiam	0	0,00	0,00	1.128,36
SC	420680	Ibicaré	0	0,00	0,00	1.198,53
SC	420690	Ibirama	2	101,40	1.926,60	2.847,25
SC	420700	Içara	4	202,80	3.853,20	10.132,27
SC	420710	Ilhota	0	0,00	0,00	3.533,53
SC	420720	Imaruí	1	50,70	963,30	1.946,50
SC	420730	Imbituba	5	253,50	4.816,50	6.422,88
SC	420740	Imbuia	1	50,70	963,30	781,96
SC	420750	Indaial	5	253,50	4.816,50	12.140,23
SC	420757	Iomerê	0	0,00	0,00	1.221,55
SC	420760	Ipira	0	0,00	0,00	1.273,97
SC	420765	Iporã do Oeste	3	152,10	2.889,90	1.138,58
SC	420768	Ipuaçu	0	0,00	0,00	1.887,00
SC	420770	Ipumirim	0	0,00	0,00	1.928,05
SC	420775	Iraceminha	1	50,70	963,30	622,28
SC	420780	Irani	1	50,70	963,30	1.659,37
SC	420785	Irati	0	0,00	0,00	1.118,85
SC	420790	Irineópolis	1	50,70	963,30	1.875,61
SC	420800	Itá	2	101,40	1.926,60	818,55
SC	420810	Itaiópolis	0	0,00	0,00	5.484,03
SC	420820	Itajaí	70	3.549,00	67.431,00	27.108,41
SC	420830	Itapema	7	354,90	6.743,10	8.859,58

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	420840	Itapiranga	4	202,80	3.853,20	2.127,08
SC	420845	Itapoá	3	152,10	2.889,90	2.467,76
SC	420850	Ituporanga	2	101,40	1.926,60	4.352,01
SC	420860	Jaborá	1	50,70	963,30	621,49
SC	420870	Jacinto Machado	2	101,40	1.926,60	1.361,32
SC	420880	Jaguaruna	2	101,40	1.926,60	3.052,78
SC	420890	Jaraguá do Sul	8	405,60	7.706,40	35.856,52
SC	420895	Jardinópolis	1	50,70	963,30	549,80
SC	420900	Joaçaba	3	152,10	2.889,90	4.660,14
SC	420910	Joinville	29	1.470,30	27.935,70	119.218,93
SC	420915	José Boiteux	1	50,70	963,30	655,90
SC	420917	Jupiá	1	50,70	963,30	566,72
SC	420920	Lacerdópolis	0	0,00	0,00	1.151,21
SC	420930	Lages	10	507,00	9.633,00	30.902,05
SC	420940	Laguna	5	253,50	4.816,50	6.737,80
SC	420945	Lajeado Grande	1	50,70	963,30	546,16
SC	420950	Laurentino	1	50,70	963,30	865,73
SC	420960	Lauro Muller	1	50,70	963,30	2.899,69
SC	420970	Lebon Régis	0	0,00	0,00	3.093,91
SC	420980	Leoberto Leal	0	0,00	0,00	1.190,26
SC	420985	Lindóia do Sul	1	50,70	963,30	640,00
SC	420990	Lontras	1	50,70	963,30	2.039,07
SC	421000	Luiz Alves	0	0,00	0,00	3.165,31
SC	421003	Luzerna	0	0,00	0,00	1.454,77
SC	421005	Macieira	1	50,70	963,30	557,05
SC	421010	Mafra	2	101,40	1.926,60	12.329,68
SC	421020	Major Gercino	0	0,00	0,00	1.236,25
SC	421030	Major Vieira	0	0,00	0,00	2.043,82
SC	421040	Maracajá	2	101,40	1.926,60	910,22
SC	421050	Maravilha	5	253,50	4.816,50	3.197,19
SC	421055	Marema	1	50,70	963,30	561,41
SC	421060	Massaranduba	1	50,70	963,30	3.232,72
SC	421070	Matos Costa	0	0,00	0,00	1.160,08
SC	421080	Meleiro	0	0,00	0,00	1.806,67
SC	421085	Mirim Doce	0	0,00	0,00	1.142,42
SC	421090	Modelo	0	0,00	0,00	1.272,78
SC	421100	Mondaí	2	101,40	1.926,60	1.465,74
SC	421105	Monte Carlo	2	101,40	1.926,60	1.247,59
SC	421110	Monte Castelo	0	0,00	0,00	2.161,89
SC	421120	Morro da Fumaça	0	0,00	0,00	4.470,66
SC	421125	Morro Grande	1	50,70	963,30	591,46
SC	421130	Navegantes	4	202,80	3.853,20	15.816,73
SC	421140	Nova Erechim	1	50,70	963,30	696,47
SC	421145	Nova Itaberaba	0	0,00	0,00	1.265,88
SC	421150	Nova Trento	0	0,00	0,00	3.595,24
SC	421160	Nova Veneza	0	0,00	0,00	3.783,43
SC	421165	Novo Horizonte	1	50,70	963,30	577,54
SC	421170	Orleans	2	101,40	1.926,60	3.867,76
SC	421175	Otacílio Costa	2	101,40	1.926,60	2.743,21
SC	421180	Ouro	0	0,00	0,00	1.896,18
SC	421185	Ouro Verde	0	0,00	0,00	1.140,89
SC	421187	Paial	1	50,70	963,30	549,45
SC	421189	Painel	0	0,00	0,00	1.151,59
SC	421190	Palhoça	0	0,00	0,00	52.913,75
SC	421200	Palma Sola	3	152,10	2.889,90	987,74
SC	421205	Palmeira	1	50,70	963,30	610,86
SC	421210	Palmitos	1	50,70	963,30	3.185,55
SC	421220	Papanduva	2	101,40	1.926,60	2.922,22
SC	421223	Paraíso	2	101,40	1.926,60	614,20
SC	421225	Passo de Torres	2	101,40	1.926,60	1.067,18
SC	421227	Passos Maia	0	0,00	0,00	1.255,22
SC	421230	Paulo Lopes	0	0,00	0,00	1.876,80
SC	421240	Pedras Grandes	1	50,70	963,30	622,09
SC	421250	Penha	4	202,80	3.853,20	4.910,13
SC	421260	Peritiba	0	0,00	0,00	1.172,11
SC	421265	Pescaria Brava	0	0,00	0,00	2.544,90
SC	421270	Petrolândia	1	50,70	963,30	782,85
SC	421280	Balneário Piçarras	2	101,40	1.926,60	3.653,82
SC	421290	Pinhalzinho	6	304,20	5.779,80	2.487,65
SC	421300	Pinheiro Preto	0	0,00	0,00	1.291,00
SC	421310	Piratuba	1	50,70	963,30	633,17
SC	421315	Planalto Alegre	0	0,00	0,00	1.222,74
SC	421320	Pomerode	2	101,40	1.926,60	6.318,57
SC	421330	Ponte Alta	0	0,00	0,00	1.287,48
SC	421335	Ponte Alta do Norte	0	0,00	0,00	1.225,49
SC	421340	Ponte Serrada	0	0,00	0,00	2.943,97
SC	421350	Porto Belo	3	152,10	2.889,90	2.587,49
SC	421360	Porto União	1	50,70	963,30	8.014,48
SC	421370	Pouso Redondo	1	50,70	963,30	3.360,73
SC	421380	Praia Grande	1	50,70	963,30	940,57
SC	421390	Presidente Castello Branco	2	101,40	1.926,60	548,79
SC	421400	Presidente Getúlio	2	101,40	1.926,60	2.407,38
SC	421410	Presidente Nereu	1	50,70	963,30	573,76
SC	421415	Princesa	1	50,70	963,30	606,21
SC	421420	Quilombo	2	101,40	1.926,60	1.307,51
SC	421430	Rancho Queimado	1	50,70	963,30	601,71
SC	421440	Rio das Antas	0	0,00	0,00	1.592,73
SC	421450	Rio do Campo	1	50,70	963,30	788,59
SC	421460	Rio do Oeste	1	50,70	963,30	951,53

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	421470	Rio dos Cedros	1	50,70	963,30	1.951,60
SC	421480	Rio do Sul	5	253,50	4.816,50	12.826,44
SC	421490	Rio Fortuna	0	0,00	0,00	1.296,19
SC	421500	Rio Negrinho	2	101,40	1.926,60	8.790,79
SC	421505	Rio Rufino	0	0,00	0,00	1.163,19
SC	421507	Riqueza	1	50,70	963,30	640,48
SC	421510	Rodeio	1	50,70	963,30	1.966,14
SC	421520	Romelândia	1	50,70	963,30	700,49
SC	421530	Salete	1	50,70	963,30	983,37
SC	421535	Saltinho	1	50,70	963,30	616,31
SC	421540	Salto Veloso	1	50,70	963,30	667,54
SC	421545	Sangão	1	50,70	963,30	2.156,11
SC	421550	Santa Cecília	1	50,70	963,30	3.295,45
SC	421555	Santa Helena	0	0,00	0,00	1.136,63
SC	421560	Santa Rosa de Lima	0	0,00	0,00	1.154,33
SC	421565	Santa Rosa do Sul	0	0,00	0,00	2.130,78
SC	421567	Santa Terezinha	1	50,70	963,30	1.301,86
SC	421568	Santa Terezinha do Progresso	2	101,40	1.926,60	581,02
SC	421569	Santiago do Sul	1	50,70	963,30	541,14
SC	421570	Santo Amaro da Imperatriz	0	0,00	0,00	7.253,72
SC	421575	São Bernardino	1	50,70	963,30	576,94
SC	421580	São Bento do Sul	5	253,50	4.816,50	16.308,21
SC	421590	São Bonifácio	0	0,00	0,00	1.175,89
SC	421600	São Carlos	2	101,40	1.926,60	1.419,33
SC	421605	São Cristovão do Sul	2	101,40	1.926,60	696,66
SC	421610	São Domingos	3	152,10	2.889,90	1.215,08
SC	421620	São Francisco do Sul	5	253,50	4.816,50	8.112,25
SC	421625	São João do Oeste	1	50,70	963,30	804,40
SC	421630	São João Batista	1	50,70	963,30	7.978,27
SC	421635	São João do Itaperiú	1	50,70	963,30	636,72
SC	421640	São João do Sul	1	50,70	963,30	926,67
SC	421650	São Joaquim	1	50,70	963,30	5.831,43
SC	421660	São José	10	507,00	9.633,00	67.276,52
SC	421670	São José do Cedro	3	152,10	2.889,90	1.772,76
SC	421680	São José do Cerrito	0	0,00	0,00	2.321,52
SC	421690	São Lourenço do Oeste	5	253,50	4.816,50	3.021,50
SC	421700	São Ludgero	2	101,40	1.926,60	1.649,09
SC	421710	São Martinho	1	50,70	963,30	599,22
SC	421715	São Miguel da Boa Vista	1	50,70	963,30	557,19
SC	421720	São Miguel do Oeste	18	912,60	17.339,40	5.073,61
SC	421725	São Pedro de Alcântara	1	50,70	963,30	898,65
SC	421730	Saudades	1	50,70	963,30	1.501,02
SC	421740	Schroeder	1	50,70	963,30	4.160,92
SC	421750	Seara	3	152,10	2.889,90	2.234,57
SC	421755	Serra Alta	1	50,70	963,30	602,25
SC	421760	Siderópolis	1	50,70	963,30	2.573,55
SC	421770	Sombrio	2	101,40	1.926,60	5.649,45
SC	421775	Sul Brasil	0	0,00	0,00	1.156,05
SC	421780	Taió	0	0,00	0,00	4.656,55
SC	421790	Tangará	0	0,00	0,00	2.238,13
SC	421795	Tigrinhos	1	50,70	963,30	552,21
SC	421800	Tijucas	5	253,50	4.816,50	4.708,70
SC	421810	Timbé do Sul	0	0,00	0,00	1.373,68
SC	421820	Timbó	3	152,10	2.889,90	8.024,35
SC	421825	Timbó Grande	0	0,00	0,00	1.980,58
SC	421830	Três Barras	2	101,40	1.926,60	2.955,63
SC	421835	Treviso	0	0,00	0,00	1.299,66
SC	421840	Treze de Maio	1	50,70	963,30	905,00
SC	421850	Treze Tílias	1	50,70	963,30	961,99
SC	421860	Trombudo Central	1	50,70	963,30	919,40
SC	421870	Tubarão	4	202,80	3.853,20	22.783,33
SC	421875	Tunápolis	0	0,00	0,00	1.278,35
SC	421880	Turvo	1	50,70	963,30	2.286,93
SC	421885	União do Oeste	1	50,70	963,30	581,59
SC	421890	Urubici	2	101,40	1.926,60	1.426,85
SC	421895	Urupema	0	0,00	0,00	1.156,67
SC	421900	Urussanga	1	50,70	963,30	4.436,83
SC	421910	Vargeão	0	0,00	0,00	1.222,55
SC	421915	Vargem	1	50,70	963,30	578,95
SC	421917	Vargem Bonita	0	0,00	0,00	1.276,19
SC	421920	Vidal Ramos	1	50,70	963,30	813,07
SC	421930	Videira	3	152,10	2.889,90	10.386,93
SC	421935	Vitor Meireles	0	0,00	0,00	1.323,45
SC	421940	Witmarsum	1	50,70	963,30	647,92
SC	421950	Xanxerê	16	811,20	15.412,80	6.341,60
SC	421960	Xavantina	1	50,70	963,30	621,12
SC	421970	Xaxim	12	608,40	11.559,60	3.596,78
SC	421985	Zortéa	0	0,00	0,00	1.273,13
SC	422000	Balneário Rincão	1	50,70	963,30	2.199,46
		Total	706	35.794,20	680.089,80	1.816.361,98

ANEXO XXV

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
SE	280000	SES/SE	0	0,00	0,00	283.940,61
SE	280010	Amparo de São Francisco	2	101,40	1.926,60	511,53
SE	280020	Aquidabã	7	354,90	6.743,10	4.612,18
SE	280030	Aracaju	261	13.232,70	251.421,30	158.165,74
SE	280040	Arauá	4	202,80	3.853,20	2.350,59
SE	280050	Areia Branca	5	253,50	4.816,50	3.930,05
SE	280060	Barra dos Coqueiros	0	0,00	0,00	12.587,82
SE	280067	Boquim	10	507,00	9.633,00	5.789,60
SE	280070	Brejo Grande	0	0,00	0,00	3.572,36
SE	280100	Campo do Brito	5	253,50	4.816,50	3.877,26

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SE	280110	Canhoba	2	101,40	1.926,60	875,14
SE	280120	Canindé de São Francisco	8	405,60	7.706,40	6.274,24
SE	280130	Capela	6	304,20	5.779,80	8.754,15
SE	280140	Carira	8	405,60	7.706,40	4.652,30
SE	280150	Carmópolis	5	253,50	4.816,50	3.467,42
SE	280160	Cedro de São João	3	152,10	2.889,90	1.264,22
SE	280170	Cristinápolis	4	202,80	3.853,20	3.914,93
SE	280190	Cumbe	0	0,00	0,00	1.712,59
SE	280200	Divina Pastora	2	101,40	1.926,60	1.079,61
SE	280210	Estância	34	1.723,80	32.752,20	14.728,94
SE	280220	Feira Nova	1	50,70	963,30	1.445,20
SE	280230	Frei Paulo	5	253,50	4.816,50	3.268,32
SE	280240	Gararu	4	202,80	3.853,20	2.497,96
SE	280250	General Maynard	2	101,40	1.926,60	703,31
SE	280260	Gracho Cardoso	3	152,10	2.889,90	1.252,56
SE	280270	Ilha das Flores	3	152,10	2.889,90	1.838,95
SE	280280	Indiaroba	4	202,80	3.853,20	3.823,97
SE	280290	Itabaiana	36	1.825,20	34.678,80	20.236,70
SE	280300	Itabaianinha	12	608,40	11.559,60	8.916,09
SE	280310	Itabi	3	152,10	2.889,90	1.073,06
SE	280320	Itaporanga d'Ajuda	8	405,60	7.706,40	7.257,41
SE	280330	Japaratuba	5	253,50	4.816,50	3.969,85
SE	280340	Japoatã	2	101,40	1.926,60	3.735,98
SE	280350	Lagarto	14	709,80	13.486,20	30.643,81
SE	280360	Laranjeiras	12	608,40	11.559,60	6.325,04
SE	280370	Macambira	3	152,10	2.889,90	1.486,27
SE	280380	Malhada dos Bois	2	101,40	1.926,60	796,86
SE	280390	Malhador	2	101,40	1.926,60	3.510,58
SE	280400	Maruim	6	304,20	5.779,80	3.705,59
SE	280410	Moita Bonita	3	152,10	2.889,90	2.426,63
SE	280420	Monte Alegre de Sergipe	4	202,80	3.853,20	3.239,11
SE	280430	Muribeca	3	152,10	2.889,90	1.644,05
SE	280440	Neópolis	5	253,50	4.816,50	4.029,41
SE	280445	Nossa Senhora Aparecida	3	152,10	2.889,90	1.876,94
SE	280450	Nossa Senhora da Glória	11	557,70	10.596,30	7.753,57
SE	280460	Nossa Senhora das Dores	9	456,30	8.669,70	5.670,04
SE	280470	Nossa Senhora de Lourdes	3	152,10	2.889,90	1.393,67
SE	280480	Nossa Senhora do Socorro	97	4.917,90	93.440,10	38.547,31
SE	280490	Pacatuba	0	0,00	0,00	6.125,51
SE	280500	Pedra Mole	0	0,00	0,00	1.383,43
SE	280510	Pedrinhas	4	202,80	3.853,20	2.049,36
SE	280520	Pinhão	3	152,10	2.889,90	1.391,91
SE	280530	Pirambu	2	101,40	1.926,60	2.025,91
SE	280540	Poço Redondo	5	253,50	4.816,50	9.900,38
SE	280550	Poço Verde	8	405,60	7.706,40	5.034,28
SE	280560	Porto da Folha	7	354,90	6.743,10	6.124,43
SE	280570	Propriá	13	659,10	12.522,90	6.339,75
SE	280580	Riachão do Dantas	0	0,00	0,00	8.506,85
SE	280590	Riachuelo	4	202,80	3.853,20	2.181,42
SE	280600	Ribeirópolis	8	405,60	7.706,40	3.952,01
SE	280610	Rosário do Catete	4	202,80	3.853,20	2.272,48
SE	280620	Salgado	0	0,00	0,00	8.567,15
SE	280630	Santa Luzia do Itanhy	4	202,80	3.853,20	3.106,56
SE	280640	Santana do São Francisco	3	152,10	2.889,90	1.591,66
SE	280650	Santa Rosa de Lima	2	101,40	1.926,60	896,48
SE	280660	Santo Amaro das Brotas	5	253,50	4.816,50	2.601,13
SE	280670	São Cristóvão	45	2.281,50	43.348,50	18.881,26
SE	280680	São Domingos	0	0,00	0,00	4.730,67
SE	280690	São Francisco	2	101,40	1.926,60	838,34
SE	280700	São Miguel do Aleixo	0	0,00	0,00	1.663,90
SE	280710	Simão Dias	2	101,40	1.926,60	15.384,79
SE	280720	Siriri	3	152,10	2.889,90	1.907,50
SE	280730	Telha	2	101,40	1.926,60	683,05
SE	280740	Tobias Barreto	18	912,60	17.339,40	11.077,86
SE	280750	Tomar do Geru	4	202,80	3.853,20	2.805,51
SE	280760	Umbaúba	7	354,90	6.743,10	5.358,92
		Total	786	39.850,20	757.153,80	836.512,02

ANEXO XXVI

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
SP	350000	SES/SP	0	0,00	0,00	2.719.578,18
SP	350010	Adamantina	19	963,30	18.302,70	4.264,36
SP	350020	Adolfo	3	152,10	2.889,90	1.028,55
SP	350030	Aguaí	5	253,50	4.816,50	3.476,83
SP	350040	Águas da Prata	3	152,10	2.889,90	1.058,93
SP	350050	Águas de Lindóia	0	0,00	0,00	4.627,25
SP	350055	Águas de Santa Bárbara	0	0,00	0,00	2.124,07
SP	350060	Águas de São Pedro	0	0,00	0,00	2.307,90
SP	350070	Agudos	13	659,10	12.522,90	3.611,17
SP	350075	Alambari	0	0,00	0,00	2.269,37
SP	350080	Alfredo Marcondes	2	101,40	1.926,60	1.054,58
SP	350090	Altair	1	50,70	963,30	1.166,26
SP	350100	Altinópolis	8	405,60	7.706,40	1.588,11
SP	350110	Alto Alegre	0	0,00	0,00	2.056,40
SP	350115	Alumínio	0	0,00	0,00	3.588,45
SP	350120	Álvares Florence	2	101,40	1.926,60	1.021,13
SP	350130	Álvares Machado	7	354,90	6.743,10	2.665,38
SP	350140	Álvaro de Carvalho	0	0,00	0,00	2.163,56
SP	350150	Alvinlândia	1	50,70	963,30	1.149,75

SP	350160	Americana	1	50,70	963,30	60.037,27
SP	350170	Américo Brasiliense	9	456,30	8.669,70	3.837,26
SP	350180	Américo de Campos	4	202,80	3.853,20	1.042,63
SP	350190	Amparo	6	304,20	5.779,80	12.018,45
SP	350200	Analândia	0	0,00	0,00	2.201,77
SP	350210	Andradina	26	1.318,20	25.045,80	7.977,82
SP	350220	Angatuba	4	202,80	3.853,20	2.412,08
SP	350230	Anhembi	0	0,00	0,00	2.227,41
SP	350240	Anhumas	2	101,40	1.926,60	1.069,96
SP	350250	Aparecida	13	659,10	12.522,90	4.534,88
SP	350260	Aparecida d'Oeste	3	152,10	2.889,90	1.020,79
SP	350270	Apiaí	5	253,50	4.816,50	2.495,99
SP	350275	Araçariguama	0	0,00	0,00	4.119,94
SP	350280	Araçatuba	106	5.374,20	102.109,80	26.701,86
SP	350290	Araçoiaba da Serra	6	304,20	5.779,80	3.181,80
SP	350300	Aramina	3	152,10	2.889,90	1.065,44
SP	350310	Arandu	0	0,00	0,00	2.076,97
SP	350315	Arapeí	2	101,40	1.926,60	1.026,67
SP	350320	Araraquara	103	5.222,10	99.219,90	30.096,25
SP	350330	Araras	39	1.977,30	37.568,70	14.543,47
SP	350335	Arco-Íris	1	50,70	963,30	1.073,73
SP	350340	Arealva	3	152,10	2.889,90	1.065,56
SP	350350	Areias	2	101,40	1.926,60	1.045,27
SP	350360	Areiópolis	0	0,00	0,00	2.175,12
SP	350370	Ariranha	0	0,00	0,00	2.170,39
SP	350380	Artur Nogueira	2	101,40	1.926,60	11.069,90
SP	350390	Arujá	6	304,20	5.779,80	16.764,02
SP	350395	Aspásia	2	101,40	1.926,60	1.028,86
SP	350400	Assis	40	2.028,00	38.532,00	13.423,01
SP	350410	Atibaia	3	152,10	2.889,90	33.544,08
SP	350420	Auriflama	0	0,00	0,00	3.577,46
SP	350430	Avaí	2	101,40	1.926,60	1.064,42
SP	350440	Avanhandava	2	101,40	1.926,60	1.710,02
SP	350450	Avaré	29	1.470,30	27.935,70	11.669,55
SP	350460	Bady Bassitt	6	304,20	5.779,80	1.716,65
SP	350470	Balbinos	2	101,40	1.926,60	1.276,89
SP	350480	Bálsamo	2	101,40	1.926,60	1.075,33
SP	350490	Bananal	3	152,10	2.889,90	1.358,38
SP	350500	Barão de Antonina	0	0,00	0,00	2.152,28
SP	350510	Barbosa	2	101,40	1.926,60	1.080,95
SP	350520	Bariri	5	253,50	4.816,50	3.388,11
SP	350530	Barra Bonita	12	608,40	11.559,60	4.541,38
SP	350535	Barra do Chapéu	1	50,70	963,30	1.167,89
SP	350540	Barra do Turvo	0	0,00	0,00	2.053,70
SP	350550	Barretos	73	3.701,10	70.320,90	14.809,66
SP	350560	Barrinha	8	405,60	7.706,40	3.125,60
SP	350570	Barueri	41	2.078,70	39.495,30	34.890,89
SP	350580	Bastos	6	304,20	5.779,80	2.122,36
SP	350590	Batatais	18	912,60	17.339,40	7.685,00
SP	350600	Bauru	119	6.033,30	114.632,70	55.555,39
SP	350610	Bebedouro	1	50,70	963,30	18.133,11
SP	350620	Bento de Abreu	2	101,40	1.926,60	1.076,55
SP	350630	Bernardino de Campos	3	152,10	2.889,90	1.094,71
SP	350635	Bertioga	19	963,30	18.302,70	7.412,13
SP	350640	Bilac	2	101,40	1.926,60	1.089,53
SP	350650	Birigui	47	2.382,90	45.275,10	15.740,25
SP	350660	Biritiba-Mirim	1	50,70	963,30	7.329,37
SP	350670	Boa Esperança do Sul	7	354,90	6.743,10	1.531,67
SP	350680	Bocaina	0	0,00	0,00	2.357,83
SP	350690	Bofete	0	0,00	0,00	2.256,22
SP	350700	Boituva	5	253,50	4.816,50	6.524,20
SP	350710	Bom Jesus dos Perdões	4	202,80	3.853,20	2.352,25
SP	350715	Bom Sucesso de Itararé	1	50,70	963,30	1.182,98
SP	350720	Borá	0	0,00	0,00	2.079,30
SP	350730	Boracéia	0	0,00	0,00	2.169,73
SP	350740	Borborema	8	405,60	7.706,40	1.546,20
SP	350745	Borebi	1	50,70	963,30	1.231,75
SP	350750	Botucatu	49	2.484,30	47.201,70	15.754,87
SP	350760	Bragança Paulista	0	0,00	0,00	42.819,18
SP	350770	Braúna	3	152,10	2.889,90	1.085,78
SP	350775	Brejo Alegre	1	50,70	963,30	1.188,19
SP	350780	Brodowski	11	557,70	10.596,30	2.359,01
SP	350790	Brotas	4	202,80	3.853,20	2.336,10
SP	350800	Buri	4	202,80	3.853,20	1.932,58
SP	350810	Buritama	9	456,30	8.669,70	1.918,05
SP	350820	Buritizal	0	0,00	0,00	2.144,48
SP	350830	Cabrália Paulista	0	0,00	0,00	2.049,97
SP	350840	Cabreúva	0	0,00	0,00	9.375,91
SP	350850	Caçapava	0	0,00	0,00	23.146,75
SP	350860	Cachoeira Paulista	13	659,10	12.522,90	4.096,63
SP	350870	Caconde	1	50,70	963,30	3.792,95
SP	350880	Cafelândia	10	507,00	9.633,00	1.769,59
SP	350890	Caiabu	1	50,70	963,30	1.104,96
SP	350900	Caieiras	0	0,00	0,00	25.619,83
SP	350910	Caiuá	1	50,70	963,30	1.241,07
SP	350920	Cajamar	0	0,00	0,00	19.281,06
SP	350925	Cajati	4	202,80	3.853,20	2.845,36
SP	350930	Cajobi	5	253,50	4.816,50	1.059,44
SP	350940	Cajuru	1	50,70	963,30	4.094,87
SP	350945	Campina do Monte Alegre	0	0,00	0,00	2.121,30
SP	350950	Campinas	117	5.931,90	112.706,10	208.752,83
SP	350960	Campo Limpo Paulista	5	253,50	4.816,50	11.343,66
SP	350970	Campos do Jordão	0	0,00	0,00	12.863,50
SP	350980	Campos Novos Paulista	0	0,00	0,00	2.133,21
SP	350990	Cananéia	0	0,00	0,00	3.152,25
SP	350995	Canas	2	101,40	1.926,60	1.105,06
SP	351000	Cândido Mota	1	50,70	963,30	5.747,77

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	351010	Cândido Rodrigues	1	50,70	963,30	1.122,61
SP	351015	Canitar	1	50,70	963,30	1.268,04
SP	351020	Capão Bonito	9	456,30	8.669,70	4.652,02
SP	351030	Capela do Alto	6	304,20	5.779,80	1.958,82
SP	351040	Capivari	9	456,30	8.669,70	5.316,68
SP	351050	Caraguatatuba	8	405,60	7.706,40	22.755,28
SP	351060	Carapicuíba	5	253,50	4.816,50	98.626,60
SP	351070	Cardoso	2	101,40	1.926,60	1.207,12
SP	351080	Casa Branca	6	304,20	5.779,80	3.931,28
SP	351090	Cássia dos Coqueiros	0	0,00	0,00	2.044,63
SP	351100	Castilho	9	456,30	8.669,70	2.083,17
SP	351110	Catanduva	64	3.244,80	61.651,20	15.827,55
SP	351120	Catiguá	4	202,80	3.853,20	1.067,37
SP	351130	Cedral	4	202,80	3.853,20	1.098,71
SP	351140	Cerqueira César	0	0,00	0,00	3.817,77
SP	351150	Cerquilho	4	202,80	3.853,20	5.298,67
SP	351160	Cesário Lange	5	253,50	4.816,50	1.722,06
SP	351170	Charqueada	4	202,80	3.853,20	1.642,26
SP	351190	Clementina	0	0,00	0,00	2.256,42
SP	351200	Colina	9	456,30	8.669,70	1.891,90
SP	351210	Colômbia	1	50,70	963,30	1.111,35
SP	351220	Conchal	0	0,00	0,00	5.448,58
SP	351230	Conchas	5	253,50	4.816,50	1.727,05
SP	351240	Cordeirópolis	7	354,90	6.743,10	2.329,73
SP	351250	Coroados	2	101,40	1.926,60	1.097,54
SP	351260	Coronel Macedo	3	152,10	2.889,90	1.019,54
SP	351270	Corumbataí	0	0,00	0,00	2.085,92
SP	351280	Cosmópolis	14	709,80	13.486,20	8.635,75
SP	351290	Cosmorama	3	152,10	2.889,90	1.029,62
SP	351300	Cotia	3	152,10	2.889,90	59.123,22
SP	351310	Cravinhos	10	507,00	9.633,00	3.462,17
SP	351320	Cristais Paulista	3	152,10	2.889,90	1.088,23
SP	351330	Cruzália	2	101,40	1.926,60	1.016,19
SP	351340	Cruzeiro	12	608,40	11.559,60	10.215,50
SP	351350	Cubatão	0	0,00	0,00	53.394,36
SP	351360	Cunha	2	101,40	1.926,60	3.636,15
SP	351370	Descalvado	7	354,90	6.743,10	3.341,61
SP	351380	Diadema	23	1.166,10	22.155,90	86.838,26
SP	351385	Dirce Reis	2	101,40	1.926,60	1.050,62
SP	351390	Divinolândia	0	0,00	0,00	2.272,45
SP	351400	Dobrada	4	202,80	3.853,20	1.082,18
SP	351410	Dois Córregos	8	405,60	7.706,40	2.633,08
SP	351420	Dolcinópolis	1	50,70	963,30	1.094,17
SP	351430	Dourado	0	0,00	0,00	2.069,45
SP	351440	Dracena	29	1.470,30	27.935,70	6.041,42
SP	351450	Duartina	2	101,40	1.926,60	1.232,28
SP	351460	Dumont	0	0,00	0,00	2.248,66
SP	351470	Echaporã	2	101,40	1.926,60	1.023,55
SP	351480	Eldorado	0	0,00	0,00	3.859,00
SP	351490	Elias Fausto	2	101,40	1.926,60	1.703,06
SP	351492	Elisiário	1	50,70	963,30	1.245,94
SP	351495	Embaúba	2	101,40	1.926,60	1.029,40
SP	351500	Embu das Artes	10	507,00	9.633,00	60.023,58
SP	351510	Embu-Guaçu	5	253,50	4.816,50	12.990,59
SP	351512	Emilianópolis	2	101,40	1.926,60	1.051,64
SP	351515	Engenheiro Coelho	1	50,70	963,30	3.910,95
SP	351518	Espírito Santo do Pinhal	8	405,60	7.706,40	4.324,98
SP	351519	Espírito Santo do Turvo	0	0,00	0,00	2.176,90
SP	351520	Estrela d'Oeste	4	202,80	3.853,20	1.032,31
SP	351530	Estrela do Norte	1	50,70	963,30	1.116,30
SP	351535	Euclides da Cunha Paulista	3	152,10	2.889,90	1.120,83
SP	351540	Fartura	3	152,10	2.889,90	1.569,41
SP	351550	Fernandópolis	27	1.368,90	26.009,10	7.846,36
SP	351560	Fernando Prestes	2	101,40	1.926,60	1.041,80
SP	351565	Fernão	1	50,70	963,30	1.173,14
SP	351570	Ferraz de Vasconcelos	4	202,80	3.853,20	45.409,87
SP	351580	Flora Rica	2	101,40	1.926,60	1.006,52
SP	351590	Floreal	2	101,40	1.926,60	1.024,24
SP	351600	Flórida Paulista	5	253,50	4.816,50	1.862,61
SP	351610	Florínia	0	0,00	0,00	2.041,65
SP	351620	Franca	36	1.825,20	34.678,80	55.892,18
SP	351630	Francisco Morato	0	0,00	0,00	44.759,52
SP	351640	Franco da Rocha	0	0,00	0,00	38.995,10
SP	351650	Gabriel Monteiro	1	50,70	963,30	1.099,52
SP	351660	Gália	0	0,00	0,00	2.039,22
SP	351670	Garça	11	557,70	10.596,30	4.573,41
SP	351680	Gastão Vidigal	2	101,40	1.926,60	1.092,88
SP	351685	Gavião Peixoto	2	101,40	1.926,60	1.061,60
SP	351690	General Salgado	5	253,50	4.816,50	1.165,43
SP	351700	Getulina	5	253,50	4.816,50	1.481,79
SP	351710	Glicério	2	101,40	1.926,60	1.046,66
SP	351720	Guaiçara	6	304,20	5.779,80	1.162,17
SP	351730	Guaimbê	2	101,40	1.926,60	1.051,12
SP	351740	Guaíra	14	709,80	13.486,20	4.077,13
SP	351750	Guapiaçu	2	101,40	1.926,60	2.114,81
SP	351760	Guapiara	0	0,00	0,00	3.550,26
SP	351770	Guará	5	253,50	4.816,50	2.159,49
SP	351780	Guaraçaí	4	202,80	3.853,20	1.140,30

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	351790	Guaraci	4	202,80	3.853,20	1.080,52
SP	351800	Guarani d'Oeste	2	101,40	1.926,60	1.029,52
SP	351810	Guarantã	3	152,10	2.889,90	1.039,74
SP	351820	Guararapes	15	760,50	14.449,50	3.804,23
SP	351830	Guararema	0	0,00	0,00	7.558,42
SP	351840	Guaratinguetá	17	861,90	16.376,10	15.052,13
SP	351850	Guareí	3	152,10	2.889,90	2.288,94
SP	351860	Guariba	8	405,60	7.706,40	3.839,90
SP	351870	Guarujá	63	3.194,10	60.687,90	73.541,20
SP	351880	Guarulhos	0	0,00	0,00	351.893,64
SP	351885	Guatapará	2	101,40	1.926,60	1.069,44
SP	351890	Guzolândia	0	0,00	0,00	2.147,17
SP	351900	Herculândia	0	0,00	0,00	2.134,95
SP	351905	Holambra	0	0,00	0,00	3.503,00
SP	351907	Hortolândia	0	0,00	0,00	59.005,57
SP	351910	Iacanga	5	253,50	4.816,50	1.110,67
SP	351920	Iacri	4	202,80	3.853,20	1.025,92
SP	351925	Iaras	0	0,00	0,00	2.466,99
SP	351930	Ibaté	4	202,80	3.853,20	3.351,30
SP	351940	Ibirá	5	253,50	4.816,50	1.512,00
SP	351950	Ibirarema	2	101,40	1.926,60	1.095,93
SP	351960	Ibitinga	19	963,30	18.302,70	7.339,38
SP	351970	Ibiúna	6	304,20	5.779,80	13.611,70
SP	351980	Icém	1	50,70	963,30	1.180,74
SP	351990	Iepê	4	202,80	3.853,20	1.054,39
SP	352000	Igaraçu do Tietê	5	253,50	4.816,50	3.074,50
SP	352010	Igarapava	13	659,10	12.522,90	3.061,39
SP	352020	Igaratá	2	101,40	1.926,60	1.180,38
SP	352030	Iguape	0	0,00	0,00	7.661,00
SP	352040	Ilhabela	9	456,30	8.669,70	4.169,25
SP	352042	Ilha Comprida	0	0,00	0,00	2.664,00
SP	352044	Ilha Solteira	10	507,00	9.633,00	3.317,50
SP	352050	Indaiatuba	31	1.571,70	29.862,30	30.038,20
SP	352060	Indiana	2	101,40	1.926,60	1.029,53
SP	352070	Indiaporã	3	152,10	2.889,90	1.027,84
SP	352080	Inúbia Paulista	0	0,00	0,00	2.138,66
SP	352090	Ipaussu	0	0,00	0,00	2.891,67
SP	352100	Iperó	7	354,90	6.743,10	4.553,24
SP	352110	Ipeúna	0	0,00	0,00	2.289,31
SP	352115	Ipiguá	1	50,70	963,30	1.281,65
SP	352120	Iporanga	0	0,00	0,00	2.051,17
SP	352130	Ipuã	8	405,60	7.706,40	1.562,01
SP	352140	Iracemápolis	5	253,50	4.816,50	2.277,93
SP	352150	Irapuã	3	152,10	2.889,90	1.069,07
SP	352160	Irapuru	3	152,10	2.889,90	1.075,68
SP	352170	Itaberá	5	253,50	4.816,50	1.777,97
SP	352180	Itaí	3	152,10	2.889,90	4.028,96
SP	352190	Itajobi	8	405,60	7.706,40	1.579,99
SP	352200	Itaju	1	50,70	963,30	1.255,39
SP	352210	Itanhaém	24	1.216,80	23.119,20	13.445,04
SP	352215	Itaóca	2	101,40	1.926,60	1.034,69
SP	352220	Itapecerica da Serra	0	0,00	0,00	44.583,45
SP	352230	Itapetininga	33	1.673,10	31.788,90	20.875,80
SP	352240	Itapeva	12	608,40	11.559,60	9.162,06
SP	352250	Itapevi	44	2.230,80	42.385,20	34.388,30
SP	352260	Itapira	9	456,30	8.669,70	7.230,56
SP	352265	Itapirapuã Paulista	1	50,70	963,30	1.169,14
SP	352270	Itápolis	17	861,90	16.376,10	4.383,83
SP	352280	Itaporanga	3	152,10	2.889,90	1.484,91
SP	352290	Itapuí	3	152,10	2.889,90	1.333,43
SP	352300	Itapura	2	101,40	1.926,60	1.082,51
SP	352310	Itaquaquecetuba	0	0,00	0,00	94.071,36
SP	352320	Itararé	0	0,00	0,00	9.865,88
SP	352330	Itariri	0	0,00	0,00	3.341,30
SP	352340	Itatiba	11	557,70	10.596,30	18.529,45
SP	352350	Itatinga	0	0,00	0,00	3.947,60
SP	352360	Itirapina	6	304,20	5.779,80	2.293,90
SP	352370	Itirapuã	3	152,10	2.889,90	1.069,28
SP	352380	Itobi	3	152,10	2.889,90	1.038,89
SP	352390	Itu	31	1.571,70	29.862,30	21.269,63
SP	352400	Itupeva	3	152,10	2.889,90	8.278,67
SP	352410	Ituverava	17	861,90	16.376,10	4.197,58
SP	352420	Jaborandi	4	202,80	3.853,20	1.045,18
SP	352430	Jaboticabal	39	1.977,30	37.568,70	7.733,73
SP	352440	Jacareí	54	2.737,80	52.018,20	28.731,38
SP	352450	Jaci	3	152,10	2.889,90	1.142,27
SP	352460	Jacupiranga	0	0,00	0,00	3.505,41
SP	352470	Jaguariúna	0	0,00	0,00	13.551,00
SP	352480	Jales	12	608,40	11.559,60	6.150,53
SP	352490	Jambeiro	0	0,00	0,00	2.270,43
SP	352500	Jandira	33	1.673,10	31.788,90	19.216,17
SP	352510	Jardinópolis	11	557,70	10.596,30	4.201,02
SP	352520	Jarinu	4	202,80	3.853,20	2.794,54
SP	352530	Jaú	67	3.396,90	64.541,10	19.084,91
SP	352540	Jeriquara	1	50,70	963,30	1.092,71
SP	352550	Joanópolis	0	0,00	0,00	3.236,75
SP	352560	João Ramalho	2	101,40	1.926,60	1.064,57
SP	352570	José Bonifácio	14	709,80	13.486,20	3.562,26
SP	352580	Júlio Mesquita	1	50,70	963,30	1.154,37

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	352585	Jumirim	0	0,00	0,00	2.240,91
SP	352590	Jundiaí	26	1.318,20	25.045,80	81.764,66
SP	352600	Junqueirópolis	6	304,20	5.779,80	2.654,37
SP	352610	Juquiá	0	0,00	0,00	3.825,60
SP	352620	Juquitiba	2	101,40	1.926,60	6.166,27
SP	352630	Lagoinha	1	50,70	963,30	1.095,57
SP	352640	Laranjal Paulista	6	304,20	5.779,80	2.730,90
SP	352650	Lavínia	4	202,80	3.853,20	1.454,93
SP	352660	Lavrinhas	1	50,70	963,30	1.178,05
SP	352670	Leme	11	557,70	10.596,30	9.907,60
SP	352680	Lençóis Paulista	11	557,70	10.596,30	6.737,89
SP	352690	Limeira	89	4.512,30	85.733,70	39.243,81
SP	352700	Lindóia	0	0,00	0,00	2.226,56
SP	352710	Lins	6	304,20	5.779,80	14.309,84
SP	352720	Lorena	26	1.318,20	25.045,80	10.997,50
SP	352725	Lourdes	1	50,70	963,30	1.151,27
SP	352730	Louveira	10	507,00	9.633,00	4.496,53
SP	352740	Lucélia	13	659,10	12.522,90	2.798,87
SP	352750	Lucianópolis	1	50,70	963,30	1.140,05
SP	352760	Luís Antônio	4	202,80	3.853,20	1.372,89
SP	352770	Luiziânia	1	50,70	963,30	1.226,39
SP	352780	Lupércio	1	50,70	963,30	1.128,64
SP	352790	Lutécia	1	50,70	963,30	1.086,56
SP	352800	Macatuba	8	405,60	7.706,40	1.675,45
SP	352810	Macaubal	4	202,80	3.853,20	1.049,45
SP	352820	Macedônia	2	101,40	1.926,60	1.029,04
SP	352830	Magda	2	101,40	1.926,60	1.024,94
SP	352840	Mairinque	0	0,00	0,00	9.119,37
SP	352850	Mairiporã	0	0,00	0,00	24.935,92
SP	352860	Manduri	0	0,00	0,00	2.134,70
SP	352870	Marabá Paulista	3	152,10	2.889,90	1.126,48
SP	352880	Maracaí	4	202,80	3.853,20	1.368,97
SP	352885	Marapoama	0	0,00	0,00	2.190,12
SP	352890	Mariápolis	0	0,00	0,00	2.082,01
SP	352900	Marília	80	4.056,00	77.064,00	32.100,01
SP	352910	Marinópolis	2	101,40	1.926,60	1.028,08
SP	352920	Martinópolis	9	456,30	8.669,70	3.406,87
SP	352930	Matão	31	1.571,70	29.862,30	9.710,72
SP	352940	Mauá	43	2.180,10	41.421,90	79.084,40
SP	352950	Mendonça	3	152,10	2.889,90	1.110,60
SP	352960	Meridiano	1	50,70	963,30	1.091,00
SP	352965	Mesópolis	1	50,70	963,30	1.095,21
SP	352970	Miguelópolis	0	0,00	0,00	4.413,46
SP	352980	Mineiros do Tietê	3	152,10	2.889,90	1.254,51
SP	352990	Miracatu	0	0,00	0,00	4.071,37
SP	353000	Mira Estrela	2	101,40	1.926,60	1.066,92
SP	353010	Mirandópolis	12	608,40	11.559,60	3.823,16
SP	353020	Mirante do Paranapanema	6	304,20	5.779,80	1.775,23
SP	353030	Mirassol	20	1.014,00	19.266,00	7.570,56
SP	353040	Mirassolândia	2	101,40	1.926,60	1.086,55
SP	353050	Mococa	14	709,80	13.486,20	8.997,97
SP	353060	Mogi das Cruzes	35	1.774,50	33.715,50	79.460,34
SP	353070	Mogi Guaçu	25	1.267,50	24.082,50	17.459,86
SP	353080	Mogi Mirim	21	1.064,70	20.229,30	12.045,94
SP	353090	Mombuca	0	0,00	0,00	2.108,77
SP	353100	Monções	2	101,40	1.926,60	1.048,97
SP	353110	Mongaguá	12	608,40	11.559,60	7.076,02
SP	353120	Monte Alegre do Sul	0	0,00	0,00	2.162,95
SP	353130	Monte Alto	1	50,70	963,30	8.824,25
SP	353140	Monte Aprazível	0	0,00	0,00	4.776,96
SP	353150	Monte Azul Paulista	7	354,90	6.743,10	2.131,93
SP	353160	Monte Castelo	2	101,40	1.926,60	1.032,02
SP	353170	Monteiro Lobato	0	0,00	0,00	2.167,73
SP	353180	Monte Mor	7	354,90	6.743,10	7.566,90
SP	353190	Morro Agudo	15	760,50	14.449,50	3.154,88
SP	353200	Morungaba	0	0,00	0,00	3.308,00
SP	353205	Motuca	2	101,40	1.926,60	1.073,95
SP	353210	Murutinga do Sul	2	101,40	1.926,60	1.055,46
SP	353215	Nantes	2	101,40	1.926,60	1.099,13
SP	353220	Narandiba	2	101,40	1.926,60	1.085,79
SP	353230	Natividade da Serra	0	0,00	0,00	2.055,44
SP	353240	Nazaré Paulista	1	50,70	963,30	2.585,39
SP	353250	Neves Paulista	3	152,10	2.889,90	1.030,28
SP	353260	Nhandeara	5	253,50	4.816,50	1.121,78
SP	353270	Nipoã	3	152,10	2.889,90	1.128,08
SP	353280	Nova Aliança	4	202,80	3.853,20	1.110,87
SP	353282	Nova Campina	2	101,40	1.926,60	1.092,41
SP	353284	Nova Canaã Paulista	1	50,70	963,30	1.063,89
SP	353286	Nova Castilho	2	101,40	1.926,60	1.081,15
SP	353290	Nova Europa	5	253,50	4.816,50	1.120,19
SP	353300	Nova Granada	10	507,00	9.633,00	2.063,20

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	353310	Nova Guataporanga	2	101,40	1.926,60	1.051,57
SP	353320	Nova Independência	2	101,40	1.926,60	1.163,04
SP	353325	Novais	3	152,10	2.889,90	1.151,70
SP	353330	Nova Luzitânia	0	0,00	0,00	2.229,55
SP	353340	Nova Odessa	7	354,90	6.743,10	7.813,65
SP	353350	Novo Horizonte	22	1.115,40	21.192,60	3.938,70
SP	353360	Nuporanga	4	202,80	3.853,20	1.064,84
SP	353370	Ocauçu	0	0,00	0,00	2.069,66
SP	353380	Óleo	2	101,40	1.926,60	1.019,43
SP	353390	Olímpia	29	1.470,30	27.935,70	6.159,40
SP	353400	Onda Verde	2	101,40	1.926,60	1.083,42
SP	353410	Oriente	0	0,00	0,00	2.108,12
SP	353420	Orindiúva	2	101,40	1.926,60	1.140,07
SP	353430	Orlândia	17	861,90	16.376,10	4.240,38
SP	353440	Osasco	0	0,00	0,00	182.031,93
SP	353450	Oscar Bressane	2	101,40	1.926,60	1.031,95
SP	353460	Osvaldo Cruz	0	0,00	0,00	8.531,59
SP	353470	Ourinhos	52	2.636,40	50.091,60	14.582,28
SP	353475	Ouroeste	5	253,50	4.816,50	1.134,33
SP	353480	Ouro Verde	4	202,80	3.853,20	1.068,49
SP	353490	Pacaembu	3	152,10	2.889,90	1.837,05
SP	353500	Palestina	5	253,50	4.816,50	1.228,07
SP	353510	Palmares Paulista	5	253,50	4.816,50	1.246,48
SP	353520	Palmeira d'Oeste	3	152,10	2.889,90	1.023,96
SP	353530	Palmital	9	456,30	8.669,70	2.173,36
SP	353540	Panorama	10	507,00	9.633,00	1.529,36
SP	353550	Paraguaçu Paulista	21	1.064,70	20.229,30	5.902,01
SP	353560	Paraibuna	0	0,00	0,00	4.551,50
SP	353570	Paraíso	0	0,00	0,00	2.134,02
SP	353580	Paranapanema	1	50,70	963,30	3.969,20
SP	353590	Paranapuã	3	152,10	2.889,90	1.054,12
SP	353600	Parapuã	5	253,50	4.816,50	1.188,95
SP	353610	Pardinho	0	0,00	0,00	2.191,90
SP	353620	Pariquera-Açu	1	50,70	963,30	2.862,69
SP	353625	Parisi	2	101,40	1.926,60	1.051,34
SP	353630	Patrocínio Paulista	5	253,50	4.816,50	1.405,20
SP	353640	Paulicéia	4	202,80	3.853,20	1.100,22
SP	353650	Paulínia	0	0,00	0,00	25.624,75
SP	353657	Paulistânia	1	50,70	963,30	1.106,40
SP	353660	Paulo de Faria	4	202,80	3.853,20	1.040,20
SP	353670	Pederneiras	9	456,30	8.669,70	4.475,58
SP	353680	Pedra Bela	0	0,00	0,00	2.093,69
SP	353690	Pedranópolis	2	101,40	1.926,60	1.024,88
SP	353700	Pedregulho	2	101,40	1.926,60	1.694,07
SP	353710	Pedreira	1	50,70	963,30	10.686,20
SP	353715	Pedrinhas Paulista	1	50,70	963,30	1.128,16
SP	353720	Pedro de Toledo	0	0,00	0,00	2.180,80
SP	353730	Penápolis	18	912,60	17.339,40	8.470,99
SP	353740	Pereira Barreto	15	760,50	14.449,50	3.223,75
SP	353750	Pereiras	0	0,00	0,00	2.201,56
SP	353760	Peruíbe	0	0,00	0,00	16.643,00
SP	353770	Piacatu	1	50,70	963,30	1.207,10
SP	353780	Piedade	3	152,10	2.889,90	7.898,95
SP	353790	Pilar do Sul	0	0,00	0,00	5.623,94
SP	353800	Pindamonhangaba	22	1.115,40	21.192,60	20.500,00
SP	353810	Pindorama	9	456,30	8.669,70	1.630,90
SP	353820	Pinhalzinho	0	0,00	0,00	2.891,08
SP	353830	Piquerobi	2	101,40	1.926,60	1.041,45
SP	353850	Piquete	1	50,70	963,30	2.606,20
SP	353860	Piracaia	3	152,10	2.889,90	2.642,87
SP	353870	Piracicaba	0	0,00	0,00	105.354,55
SP	353880	Piraju	6	304,20	5.779,80	3.723,75
SP	353890	Pirajuí	4	202,80	3.853,20	3.256,90
SP	353900	Pirangi	5	253,50	4.816,50	1.127,21
SP	353910	Pirapora do Bom Jesus	2	101,40	1.926,60	2.813,78
SP	353920	Pirapozinho	12	608,40	11.559,60	2.645,81
SP	353930	Pirassununga	5	253,50	4.816,50	10.281,70
SP	353940	Piratininga	4	202,80	3.853,20	1.305,72
SP	353950	Pitangueiras	13	659,10	12.522,90	3.807,88
SP	353960	Planalto	3	152,10	2.889,90	1.105,61
SP	353970	Platina	0	0,00	0,00	2.151,75
SP	353980	Poá	12	608,40	11.559,60	18.563,52
SP	353990	Poloni	3	152,10	2.889,90	1.081,25
SP	354000	Pompéia	7	354,90	6.743,10	2.122,25
SP	354010	Pongaí	0	0,00	0,00	2.051,02
SP	354020	Pontal	10	507,00	9.633,00	4.664,55
SP	354025	Pontalinda	1	50,70	963,30	1.211,90
SP	354030	Pontes Gestal	2	101,40	1.926,60	1.031,41
SP	354040	Populina	3	152,10	2.889,90	1.026,26
SP	354050	Porangaba	2	101,40	1.926,60	1.114,93
SP	354060	Porto Feliz	5	253,50	4.816,50	5.466,12
SP	354070	Porto Ferreira	2	101,40	1.926,60	9.400,33
SP	354075	Potim	5	253,50	4.816,50	3.046,53
SP	354080	Potirendaba	6	304,20	5.779,80	1.677,53
SP	354085	Pracinha	2	101,40	1.926,60	1.225,76
SP	354090	Pradópolis	2	101,40	1.926,60	2.091,11
SP	354100	Praia Grande	50	2.535,00	48.165,00	90.340,44
SP	354105	Pratânia	0	0,00	0,00	2.182,66
SP	354110	Presidente Alves	3	152,10	2.889,90	1.027,11

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	354120	Presidente Bernardes	2	101,40	1.926,60	1.789,84
SP	354130	Presidente Epitácio	21	1.064,70	20.229,30	5.487,13
SP	354140	Presidente Prudente	71	3.599,70	68.394,30	29.379,09
SP	354150	Presidente Venceslau	18	912,60	17.339,40	5.157,20
SP	354160	Promissão	20	1.014,00	19.266,00	4.501,10
SP	354165	Quadra	0	0,00	0,00	2.213,53
SP	354170	Quatá	4	202,80	3.853,20	1.360,36
SP	354180	Queiroz	1	50,70	963,30	1.285,92
SP	354190	Queluz	4	202,80	3.853,20	1.618,63
SP	354200	Quintana	0	0,00	0,00	2.144,85
SP	354210	Rafard	0	0,00	0,00	2.093,16
SP	354220	Rancharia	15	760,50	14.449,50	3.143,69
SP	354230	Redenção da Serra	2	101,40	1.926,60	1.027,29
SP	354240	Regente Feijó	7	354,90	6.743,10	1.956,86
SP	354250	Reginópolis	3	152,10	2.889,90	1.179,23
SP	354260	Registro	16	811,20	15.412,80	5.525,44
SP	354270	Restinga	3	152,10	2.889,90	1.095,71
SP	354280	Ribeira	1	50,70	963,30	1.091,25
SP	354290	Ribeirão Bonito	0	0,00	0,00	2.575,75
SP	354300	Ribeirão Branco	1	50,70	963,30	2.579,91
SP	354310	Ribeirão Corrente	0	0,00	0,00	2.143,54
SP	354320	Ribeirão do Sul	1	50,70	963,30	1.097,97
SP	354323	Ribeirão dos Índios	0	0,00	0,00	2.060,49
SP	354325	Ribeirão Grande	0	0,00	0,00	2.072,70
SP	354330	Ribeirão Pires	4	202,80	3.853,20	27.928,82
SP	354340	Ribeirão Preto	295	14.956,50	284.173,50	88.983,55
SP	354350	Riversul	0	0,00	0,00	2.029,29
SP	354360	Rifaina	2	101,40	1.926,60	1.047,78
SP	354370	Rincão	5	253,50	4.816,50	1.059,75
SP	354380	Rinópolis	3	152,10	2.889,90	1.028,62
SP	354390	Rio Claro	48	2.433,60	46.238,40	26.468,32
SP	354400	Rio das Pedras	5	253,50	4.816,50	3.322,80
SP	354410	Rio Grande da Serra	0	0,00	0,00	12.887,25
SP	354420	Riolândia	2	101,40	1.926,60	1.576,22
SP	354425	Rosana	8	405,60	7.706,40	1.875,69
SP	354430	Roseira	1	50,70	963,30	1.664,70
SP	354440	Rubiácea	2	101,40	1.926,60	1.092,15
SP	354450	Rubinéia	2	101,40	1.926,60	1.069,65
SP	354460	Sabino	3	152,10	2.889,90	1.055,34
SP	354470	Sagres	1	50,70	963,30	1.096,13
SP	354480	Sales	3	152,10	2.889,90	1.099,89
SP	354490	Sales Oliveira	5	253,50	4.816,50	1.139,85
SP	354500	Salesópolis	0	0,00	0,00	4.408,86
SP	354510	Salmourão	2	101,40	1.926,60	1.069,86
SP	354515	Saltinho	0	0,00	0,00	2.212,13
SP	354520	Salto	17	861,90	16.376,10	14.523,88
SP	354530	Salto de Pirapora	9	456,30	8.669,70	4.347,21
SP	354540	Salto Grande	4	202,80	3.853,20	1.050,68
SP	354550	Sandovalina	2	101,40	1.926,60	1.100,74
SP	354560	Santa Adélia	0	0,00	0,00	3.002,32
SP	354570	Santa Albertina	3	152,10	2.889,90	1.044,39
SP	354580	Santa Bárbara d'Oeste	25	1.267,50	24.082,50	28.878,68
SP	354600	Santa Branca	0	0,00	0,00	3.666,75
SP	354610	Santa Clara d'Oeste	1	50,70	963,30	1.096,34
SP	354620	Santa Cruz da Conceição	1	50,70	963,30	1.201,15
SP	354625	Santa Cruz da Esperança	1	50,70	963,30	1.171,24
SP	354630	Santa Cruz das Palmeiras	0	0,00	0,00	6.551,60
SP	354640	Santa Cruz do Rio Pardo	0	0,00	0,00	9.386,24
SP	354650	Santa Ernestina	0	0,00	0,00	2.057,38
SP	354660	Santa Fé do Sul	21	1.064,70	20.229,30	3.975,25
SP	354670	Santa Gertrudes	5	253,50	4.816,50	2.510,29
SP	354680	Santa Isabel	3	152,10	2.889,90	11.720,41
SP	354690	Santa Lúcia	3	152,10	2.889,90	1.054,16
SP	354700	Santa Maria da Serra	0	0,00	0,00	2.179,54
SP	354710	Santa Mercedes	2	101,40	1.926,60	1.038,43
SP	354720	Santana da Ponte Pensa	1	50,70	963,30	1.069,13
SP	354730	Santana de Parnaíba	40	2.028,00	38.532,00	17.200,26
SP	354740	Santa Rita d'Oeste	2	101,40	1.926,60	1.025,39
SP	354750	Santa Rita do Passa Quatro	0	0,00	0,00	6.897,50
SP	354760	Santa Rosa de Viterbo	10	507,00	9.633,00	2.552,39
SP	354765	Santa Salete	1	50,70	963,30	1.143,69
SP	354770	Santo Anastácio	8	405,60	7.706,40	2.252,11
SP	354780	Santo André	1	50,70	963,30	185.592,78
SP	354790	Santo Antônio da Alegria	2	101,40	1.926,60	1.069,37
SP	354800	Santo Antônio de Posse	0	0,00	0,00	5.700,25
SP	354805	Santo Antônio do Aracanguá	3	152,10	2.889,90	1.071,52
SP	354810	Santo Antônio do Jardim	0	0,00	0,00	2.056,15
SP	354820	Santo Antônio do Pinhal	2	101,40	1.926,60	1.044,55
SP	354830	Santo Expedito	0	0,00	0,00	2.149,03
SP	354840	Santópolis do Aguapeí	2	101,40	1.926,60	1.078,21
SP	354850	Santos	0	0,00	0,00	183.082,56
SP	354860	São Bento do Sapucaí	0	0,00	0,00	2.723,75
SP	354870	São Bernardo do Campo	0	0,00	0,00	215.823,15
SP	354880	São Caetano do Sul	0	0,00	0,00	41.631,08
SP	354890	São Carlos	55	2.788,50	52.981,50	26.830,17
SP	354900	São Francisco	2	101,40	1.926,60	1.029,11
SP	354910	São João da Boa Vista	19	963,30	18.302,70	10.350,66
SP	354920	São João das Duas Pontes	2	101,40	1.926,60	1.028,21

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	354925	São João de Iracema	2	101,40	1.926,60	1.059,54
SP	354930	São João do Pau d'Alho	2	101,40	1.926,60	1.027,72
SP	354940	São Joaquim da Barra	22	1.115,40	21.192,60	4.986,01
SP	354950	São José da Bela Vista	3	152,10	2.889,90	1.050,73
SP	354960	São José do Barreiro	1	50,70	963,30	1.096,68
SP	354970	São José do Rio Pardo	9	456,30	8.669,70	5.359,37
SP	354980	São José do Rio Preto	38	1.926,60	36.605,40	83.514,45
SP	354990	São José dos Campos	103	5.222,10	99.219,90	91.711,48
SP	354995	São Lourenço da Serra	0	0,00	0,00	4.033,78
SP	355000	São Luís do Paraitinga	0	0,00	0,00	2.685,00
SP	355010	São Manuel	9	456,30	8.669,70	3.984,43
SP	355020	São Miguel Arcanjo	4	202,80	3.853,20	3.222,44
SP	355030	São Paulo	1.991	100.943,70	1.917.930,30	1.578.944,15
SP	355040	São Pedro	2	101,40	1.926,60	6.797,90
SP	355050	São Pedro do Turvo	1	50,70	963,30	1.141,32
SP	355060	São Roque	15	760,50	14.449,50	11.059,13
SP	355070	São Sebastião	41	2.078,70	39.495,30	10.692,25
SP	355080	São Sebastião da Grama	0	0,00	0,00	2.427,15
SP	355090	São Simão	5	253,50	4.816,50	1.567,80
SP	355100	São Vicente	0	0,00	0,00	133.105,05
SP	355110	Sarapuí	0	0,00	0,00	2.178,46
SP	355120	Sarutaiá	2	101,40	1.926,60	1.028,29
SP	355130	Sebastianópolis do Sul	2	101,40	1.926,60	1.098,55
SP	355140	Serra Azul	4	202,80	3.853,20	1.801,05
SP	355150	Serrana	14	709,80	13.486,20	4.396,49
SP	355160	Serra Negra	1	50,70	963,30	6.222,20
SP	355170	Sertãozinho	45	2.281,50	43.348,50	13.632,70
SP	355180	Sete Barras	0	0,00	0,00	2.592,63
SP	355190	Severínia	3	152,10	2.889,90	1.749,02
SP	355200	Silveiras	1	50,70	963,30	1.164,11
SP	355210	Socorro	2	101,40	1.926,60	8.128,40
SP	355220	Sorocaba	154	7.807,80	148.348,20	86.058,18
SP	355230	Sud Mennucci	4	202,80	3.853,20	1.038,54
SP	355240	Sumaré	45	2.281,50	43.348,50	35.604,66
SP	355250	Suzano	23	1.166,10	22.155,90	53.686,34
SP	355255	Suzanápolis	2	101,40	1.926,60	1.104,52
SP	355260	Tabapuã	7	354,90	6.743,10	1.234,31
SP	355270	Tabatinga	1	50,70	963,30	2.267,94
SP	355280	Taboão da Serra	41	2.078,70	39.495,30	36.468,93
SP	355290	Taciba	3	152,10	2.889,90	1.069,79
SP	355300	Taguaí	3	152,10	2.889,90	1.283,79
SP	355310	Taiaçu	3	152,10	2.889,90	1.053,74
SP	355320	Taiúva	3	152,10	2.889,90	1.030,70
SP	355330	Tambaú	6	304,20	5.779,80	2.539,40
SP	355340	Tanabi	13	659,10	12.522,90	2.573,00
SP	355350	Tapiraí	0	0,00	0,00	2.049,69
SP	355360	Tapiratiba	3	152,10	2.889,90	1.281,83
SP	355365	Taquaral	2	101,40	1.926,60	1.035,20
SP	355370	Taquaritinga	19	963,30	18.302,70	5.861,21
SP	355380	Taquarituba	8	405,60	7.706,40	2.275,58
SP	355385	Taquarivaí	1	50,70	963,30	1.212,18
SP	355390	Tarabai	0	0,00	0,00	2.169,66
SP	355395	Tarumã	2	101,40	1.926,60	1.424,39
SP	355400	Tatuí	0	0,00	0,00	23.292,22
SP	355410	Taubaté	96	4.867,20	92.476,80	40.162,20
SP	355420	Tejupá	0	0,00	0,00	2.041,43
SP	355430	Teodoro Sampaio	9	456,30	8.669,70	2.253,75
SP	355440	Terra Roxa	5	253,50	4.816,50	1.070,54
SP	355450	Tietê	6	304,20	5.779,80	4.016,74
SP	355460	Timburi	0	0,00	0,00	2.056,94
SP	355465	Torre de Pedra	2	101,40	1.926,60	1.054,60
SP	355470	Torrinha	2	101,40	1.926,60	1.056,25
SP	355475	Trabiju	0	0,00	0,00	2.155,51
SP	355480	Tremembé	0	0,00	0,00	11.973,29
SP	355490	Três Fronteiras	2	101,40	1.926,60	1.054,68
SP	355495	Tuiuti	0	0,00	0,00	2.201,05
SP	355500	Tupã	30	1.521,00	28.899,00	8.219,75
SP	355510	Tupi Paulista	8	405,60	7.706,40	1.998,11
SP	355520	Turiúba	2	101,40	1.926,60	1.041,32
SP	355530	Turmalina	2	101,40	1.926,60	1.011,46
SP	355535	Ubarana	3	152,10	2.889,90	1.115,39
SP	355540	Ubatuba	29	1.470,30	27.935,70	11.039,13
SP	355550	Ubirajara	2	101,40	1.926,60	1.059,53
SP	355560	Uchoa	4	202,80	3.853,20	1.053,48
SP	355570	União Paulista	0	0,00	0,00	2.191,92
SP	355580	Urânia	5	253,50	4.816,50	1.035,07
SP	355590	Uru	2	101,40	1.926,60	1.019,54
SP	355600	Urupês	6	304,20	5.779,80	1.337,05
SP	355610	Valentim Gentil	6	304,20	5.779,80	1.253,33
SP	355620	Valinhos	0	0,00	0,00	31.006,00
SP	355630	Valparaíso	8	405,60	7.706,40	3.342,84
SP	355635	Vargem	0	0,00	0,00	2.234,87
SP	355640	Vargem Grande do Sul	5	253,50	4.816,50	4.142,85
SP	355645	Vargem Grande Paulista	0	0,00	0,00	13.131,91
SP	355650	Várzea Paulista	17	861,90	16.376,10	11.643,96
SP	355660	Vera Cruz	1	50,70	963,30	1.303,30
SP	355670	Vinhedo	14	709,80	13.486,20	9.391,13
SP	355680	Viradouro	7	354,90	6.743,10	1.950,50
SP	355690	Vista Alegre do Alto	0	0,00	0,00	2.312,70

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	355695	Vitória Brasil	1	50,70	963,30	1.135,15
SP	355700	Votorantim	8	405,60	7.706,40	15.773,62
SP	355710	Votuporanga	54	2.737,80	52.018,20	10.396,32
SP	355715	Zacarias	2	101,40	1.926,60	1.101,09
SP	355720	Chavantes	3	152,10	2.889,90	1.222,69
SP	355730	Estiva Gerbi	2	101,40	1.926,60	1.083,64
		Total	7.336	371.935,20	7.066.768,80	10.371.008,56

ANEXO XXVII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
TO	170000	SES/TO	0	0,00	0,00	306.644,28
TO	170025	Abreulândia	2	101,40	1.926,60	1.061,52
TO	170030	Aguiarnópolis	3	152,10	2.889,90	2.046,64
TO	170035	Aliança do Tocantins	3	152,10	2.889,90	1.806,62
TO	170040	Almas	4	202,80	3.853,20	2.384,55
TO	170070	Alvorada	4	202,80	3.853,20	2.666,51
TO	170100	Ananás	5	253,50	4.816,50	3.161,62
TO	170105	Angico	2	101,40	1.926,60	1.144,59
TO	170110	Aparecida do Rio Negro	1	50,70	963,30	2.094,44
TO	170130	Aragominas	2	101,40	1.926,60	2.638,53
TO	170190	Araguacema	3	152,10	2.889,90	2.219,02
TO	170200	Araguaçu	4	202,80	3.853,20	2.781,82
TO	170210	Araguaína	101	5.120,70	97.293,30	58.541,88
TO	170215	Araguanã	2	101,40	1.926,60	1.801,53
TO	170220	Araguatins	12	608,40	11.559,60	10.887,80
TO	170230	Arapoema	4	202,80	3.853,20	2.162,16
TO	170240	Arraias	5	253,50	4.816,50	3.491,96
TO	170255	Augustinópolis	8	405,60	7.706,40	5.666,58
TO	170270	Aurora do Tocantins	0	0,00	0,00	2.472,29
TO	170290	Axixá do Tocantins	4	202,80	3.853,20	3.112,92
TO	170300	Babaçulândia	4	202,80	3.853,20	3.397,79
TO	170305	Bandeirantes do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.171,22
TO	170307	Barra do Ouro	1	50,70	963,30	1.984,46
TO	170310	Barrolândia	2	101,40	1.926,60	1.794,19
TO	170320	Bernardo Sayão	0	0,00	0,00	2.933,91
TO	170330	Bom Jesus do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.532,92
TO	170360	Brasilândia do Tocantins	1	50,70	963,30	1.145,03
TO	170370	Brejinho de Nazaré	3	152,10	2.889,90	1.752,77
TO	170380	Buriti do Tocantins	3	152,10	2.889,90	4.075,97
TO	170382	Cachoeirinha	0	0,00	0,00	2.100,59
TO	170384	Campos Lindos	3	152,10	2.889,90	3.293,45
TO	170386	Cariri do Tocantins	1	50,70	963,30	1.847,81
TO	170388	Carmolândia	2	101,40	1.926,60	1.081,25
TO	170389	Carrasco Bonito	2	101,40	1.926,60	1.331,03
TO	170390	Caseara	3	152,10	2.889,90	1.688,22
TO	170410	Centenário	2	101,40	1.926,60	1.090,98
TO	170460	Chapada de Areia	0	0,00	0,00	2.092,19
TO	170510	Chapada da Natividade	2	101,40	1.926,60	1.115,86
TO	170550	Colinas do Tocantins	16	811,20	15.412,80	10.802,98
TO	170555	Combinado	3	152,10	2.889,90	1.564,45
TO	170560	Conceição do Tocantins	1	50,70	963,30	1.790,79
TO	170600	Couto Magalhães	0	0,00	0,00	3.522,73
TO	170610	Cristalândia	4	202,80	3.853,20	2.345,87
TO	170625	Crixás do Tocantins	1	50,70	963,30	1.182,42
TO	170650	Darcinópolis	0	0,00	0,00	3.851,72
TO	170700	Dianópolis	10	507,00	9.633,00	6.800,75
TO	170710	Divinópolis do Tocantins	0	0,00	0,00	4.334,54
TO	170720	Dois Irmãos do Tocantins	3	152,10	2.889,90	2.305,43
TO	170730	Dueré	2	101,40	1.926,60	1.524,38
TO	170740	Esperantina	4	202,80	3.853,20	3.447,58
TO	170755	Fátima	3	152,10	2.889,90	1.276,03
TO	170765	Figueirópolis	3	152,10	2.889,90	1.730,09
TO	170770	Filadélfia	0	0,00	0,00	5.560,33
TO	170820	Formoso do Araguaia	6	304,20	5.779,80	5.956,96
TO	170825	Fortaleza do Tabocão	2	101,40	1.926,60	1.056,42
TO	170830	Goianorte	1	50,70	963,30	2.344,77
TO	170900	Goiatins	4	202,80	3.853,20	4.422,12
TO	170930	Guaraí	14	709,80	13.486,20	7.930,09
TO	170950	Gurupi	3	152,10	2.889,90	49.948,20
TO	170980	Ipueiras	0	0,00	0,00	2.285,21
TO	171050	Itacajá	3	152,10	2.889,90	2.413,71
TO	171070	Itaguatins	3	152,10	2.889,90	1.929,74
TO	171090	Itapiratins	0	0,00	0,00	2.490,81
TO	171110	Itaporã do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.022,19
TO	171150	Jaú do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.261,79
TO	171180	Juarina	0	0,00	0,00	2.041,51
TO	171190	Lagoa da Confusão	4	202,80	3.853,20	5.254,14
TO	171195	Lagoa do Tocantins	0	0,00	0,00	2.744,02
TO	171200	Lajeado	2	101,40	1.926,60	1.247,14
TO	171215	Lavandeira	0	0,00	0,00	2.252,25
TO	171240	Lizarda	2	101,40	1.926,60	1.250,91
TO	171245	Luzinópolis	2	101,40	1.926,60	1.119,79
TO	171250	Marianópolis do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.628,27
TO	171270	Mateiros	0	0,00	0,00	2.944,13
TO	171280	Maurilândia do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.149,65
TO	171320	Miracema do Tocantins	9	456,30	8.669,70	9.376,23
TO	171330	Miranorte	6	304,20	5.779,80	4.205,56
TO	171360	Monte do Carmo	2	101,40	1.926,60	2.950,80
TO	171370	Monte Santo do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.068,93

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TO	171380	Palmeiras do Tocantins	3	152,10	2.889,90	2.062,72
TO	171395	Muricilândia	2	101,40	1.926,60	1.172,44
TO	171420	Natividade	4	202,80	3.853,20	2.943,96
TO	171430	Nazaré	2	101,40	1.926,60	1.397,12
TO	171488	Nova Olinda	4	202,80	3.853,20	3.699,44
TO	171500	Nova Rosalândia	2	101,40	1.926,60	1.375,67
TO	171510	Novo Acordo	2	101,40	1.926,60	1.396,19
TO	171515	Novo Alegre	2	101,40	1.926,60	1.028,41
TO	171525	Novo Jardim	2	101,40	1.926,60	1.077,08
TO	171550	Oliveira de Fátima	1	50,70	963,30	1.153,00
TO	171570	Palmeirante	2	101,40	1.926,60	1.869,83
TO	171575	Palmeirópolis	4	202,80	3.853,20	2.406,96
TO	171610	Paraíso do Tocantins	27	1.368,90	26.009,10	15.538,34
TO	171620	Paranã	3	152,10	2.889,90	3.891,13
TO	171630	Pau D'Arco	2	101,40	1.926,60	1.559,67
TO	171650	Pedro Afonso	6	304,20	5.779,80	4.154,38
TO	171660	Peixe	0	0,00	0,00	7.215,79
TO	171665	Pequizeiro	3	152,10	2.889,90	1.741,22
TO	171670	Colméia	0	0,00	0,00	5.430,90
TO	171700	Pindorama do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.475,14
TO	171720	Piraquê	1	50,70	963,30	1.112,38
TO	171750	Pium	3	152,10	2.889,90	2.389,99
TO	171780	Ponte Alta do Bom Jesus	2	101,40	1.926,60	1.502,64
TO	171790	Ponte Alta do Tocantins	3	152,10	2.889,90	2.494,61
TO	171800	Porto Alegre do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.085,75
TO	171820	Porto Nacional	25	1.267,50	24.082,50	16.425,30
TO	171830	Praia Norte	3	152,10	2.889,90	2.650,03
TO	171840	Presidente Kennedy	3	152,10	2.889,90	1.236,22
TO	171845	Pugmil	2	101,40	1.926,60	1.091,88
TO	171850	Recursolândia	2	101,40	1.926,60	1.384,27
TO	171855	Riachinho	2	101,40	1.926,60	1.490,12
TO	171865	Rio da Conceição	2	101,40	1.926,60	1.148,83
TO	171870	Rio dos Bois	1	50,70	963,30	1.185,01
TO	171875	Rio Sono	0	0,00	0,00	4.161,65
TO	171880	Sampaio	2	101,40	1.926,60	1.491,97
TO	171884	Sandolândia	0	0,00	0,00	2.271,77
TO	171886	Santa Fé do Araguaia	2	101,40	1.926,60	2.746,88
TO	171888	Santa Maria do Tocantins	1	50,70	963,30	1.302,51
TO	171889	Santa Rita do Tocantins	1	50,70	963,30	1.196,14
TO	171890	Santa Rosa do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.558,24
TO	171900	Santa Tereza do Tocantins	0	0,00	0,00	2.185,68
TO	172000	Santa Terezinha do Tocantins	1	50,70	963,30	1.095,64
TO	172010	São Bento do Tocantins	1	50,70	963,30	2.391,60
TO	172015	São Félix do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.073,82
TO	172020	São Miguel do Tocantins	4	202,80	3.853,20	3.707,21
TO	172025	São Salvador do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.050,41
TO	172030	São Sebastião do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.534,34
TO	172049	São Valério	2	101,40	1.926,60	1.403,57
TO	172065	Silvanópolis	3	152,10	2.889,90	1.737,28
TO	172080	Sítio Novo do Tocantins	3	152,10	2.889,90	2.984,72
TO	172085	Sucupira	0	0,00	0,00	2.177,22
TO	172090	Taguatinga	7	354,90	6.743,10	5.149,10
TO	172093	Taipas do Tocantins	1	50,70	963,30	1.187,12
TO	172097	Talismã	2	101,40	1.926,60	1.109,17
TO	172100	Palmas	140	7.098,00	134.862,00	104.607,67
TO	172110	Tocantínia	0	0,00	0,00	4.984,17
TO	172120	Tocantinópolis	8	405,60	7.706,40	7.290,41
TO	172125	Tupirama	0	0,00	0,00	2.255,81
TO	172130	Tupiratins	0	0,00	0,00	2.331,52
TO	172208	Wanderlândia	0	0,00	0,00	7.250,38
TO	172210	Xambioá	6	304,20	5.779,80	3.721,74
		Total	641	32.498,70	617.475,30	902.296,49
		Total Geral	54.084	2.742.058,80	52.099.117,20	74.153.907,30

PORTARIA Nº 534, DE 7 DE MARÇO DE 2018

Habilita a NOROSPAR - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE SAÚDE DO NOROESTE DO PARANÁ como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Neurocirurgia e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado do Paraná e Município de Umuarama.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 756/SAS/MS, de 27 de dezembro de 2005, que regulamenta e define as Redes Estaduais e/ou Regionais de Assistência ao Paciente Neurológico na Alta Complexidade;

Considerando a Portaria nº 646/SAS/MS, de 10 de novembro de 2008, que trata dos atributos dos procedimentos relacionados à neurocirurgia na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS e da habilitação dos estabelecimentos nas Redes de Assistência ao Paciente Neurológico;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a manifestação da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, bem como a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite, por meio da Deliberação 013 - 19 de janeiro de 2017; e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral de Atenção Especializada, resolve:

Art. 1º Fica habilitado a NOROSPAR - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE SAÚDE DO NOROESTE DO PARANÁ, CNES: 3005011, CNPJ: 05.866.492/0001-16 como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Neurocirurgia, código da fase 1601, para realizar procedimentos nos códigos de serviço/classificação - 105/001, 105/002 e 105/003.

Art. 2º Ficam estabelecidos recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 910.431,00 (novecentos e dez mil quatrocentos e trinta e um reais), a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado do Paraná e do Município de Umuarama.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Umuarama (PR), em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 4ª (quarta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 548, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MG	CAPETINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12010253000117007	120.000,00	0000	10302201585350001
MG	GUAPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11553340000117008	80.000,00	0000	10302201585350001
RN	AREIA BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11397301000117011	80.000,00	0000	10302201585350001
RN	BARAUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARAUNA	12512241000117007	80.000,00	0000	10302201585350001
RN	CARNAUBAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CARNAUBAIS	11509226000117704	80.000,00	0000	10302201585350001
RN	ESPIRITO SANTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIRITO SANTO	11599234000117001	80.000,00	0000	10302201585350001
RN	FELIPE GUERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE FELIPE GUERRA-RN	12452550000117004	80.000,00	0000	10302201585350001
RN	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GOV. DIX SEPT ROSADO	14684811000117006	80.000,00	0000	10302201585350001
RN	JANDUIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11257347000117001	80.000,00	0000	10302201585350001
RN	NATAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19376335000117005	80.000,00	0000	10302201585350001
RN	PARAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAU-RN	13424573000117001	80.000,00	0000	10302201585350001
RN	PARNAMIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARNAMIRIM	23148526000117007	170.000,00	0000	10302201585350001
RN	PEDRO AVELINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDRO AVELINO	11879812000117001	190.000,00	0000	10302201585350001
RN	RIACHO DE SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11374021000117001	80.000,00	0000	10302201585350001
RN	SAO MIGUEL DO GOSTOSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11403013000117002	80.000,00	0000	10302201585350001
RN	TRIUNFO POTIGUAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11334360000117001	80.000,00	0000	10302201585350001
RN	UMARIZAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UMARIZAL	12439069000117007	80.000,00	0000	10302201585350001
TOTAL			17 PROPOSTAS	1.600.000,00		

PORTARIA Nº 549, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PI	SAO GONCALO DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GONCALO DO PIAUI	11416311000117005	168.500,00	0000	10302201585350001
TOTAL			1 PROPOSTAS	168.500,00		

PORTARIA Nº 550, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE CONSTRUÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AL	MACEIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACEIO	07792137000117003	4.000.000,00	0000	10302201585350001
TOTAL			1 PROPOSTA(S)	4.000.000,00		

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

NÚCLEO NO MATO GROSSO

DESPACHO Nº 50, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O chefe do Núcleo ANS-Mato Grosso, no uso das atribuições delegadas Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 8.668 de 26/01/2017, publicada na DOU nº 23, de 01/02/2017, seção 2, fl. 74, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 28, inciso V, da RN nº 388/15, vem por meio deste dar ciência:

PROCESSO 25772.016182/2016-04

À IGM ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA-ME inscrita no CNPJ sob o nº 20.731.941/0001-02, com último endereço desconhecido na ANS, da lavratura do Auto de Infração nº 19181/2017 na data de 15/02/2017, pela constatação da conduta: prevista no artigo 78 da RN 124/2006, por deixar de dar início à vigência do contrato de plano de saúde da Beneficiária em 01/07/2016, após a assinatura da proposta de adesão e entrega de documentos, em 17/05/2016, conforme processo em epígrafe, infringindo o seguinte dispositivo legal: artigo 25 da Lei n. 9656/1998 e item 5.1 da proposta de adesão, podendo a autuada apresentar defesa administrativa ao auto de infração lavrado, nos termos dos artigos 31 e 33 da RN nº 388/15 , no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizada no Núcleo da ANS Mato Grosso, localizado na Av Historiador Rubens de Mendonça, nº 1894, Salas 102,103 e 104 - Centro Empresarial Maruanã - Bairro Bosque da Saúde - Cuiabá - MT - CEP: 78050-000.

ALBERTO TAVARES NETO

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 1.071, DE 8 DE MARÇO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 005/2018, realizada em 06/03/2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre o recurso a seguir especificado, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: EUROFARMA LABORATÓRIOS S. A.
CNPJ: 61.190.096/0001-92
Processo: 25351.135671/2017-91
Expediente: 1253761/17-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, REVISAR DE OFÍCIO a decisão exarada na ROP Nº 030/2017 de forma a tornar insubsistente as determinações contidas na Resolução-RE nº 1592/2017, D.O.U. de 16/06/2017, mantendo apenas a suspensão da importação do medicamento, nos termos do voto do relator - Voto nº 010/2018/ Diges/Anvisa.

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

CONSULTA PÚBLICA Nº 7, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS relativa à proposta de incorporação do riociguate para o tratamento da hipertensão pulmonar tromboembólica crônica (HPTEC) inoperável ou persistente/recorrente, apresentada pela Bayer S.A nos autos do processo NUP 25000.463168/2017-18. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas.

A Secretaria Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSULTA PÚBLICA Nº 12, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS relativa à proposta de incorporação do sistema cirúrgico robótico para cirurgia minimamente invasiva: prostatectomia radical, apresentada pela Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência de São Paulo nos autos do processo NUP nº. 25000.201018/2016-23. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas.

A Secretaria Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Altera a Instrução Normativa nº 29, de 11 de julho de 2017, que regulamenta, no âmbito do Ministério das Cidades, o Processo Seletivo Simplificado relativo aos exercícios de 2017 e 2018 para contratação de operações de crédito para a execução de ações de saneamento nos termos da Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017, do Conselho Monetário Nacional - Mutuários Públicos.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, combinado com o art. 25 da Lei nº 13.502, de 01 de novembro de 2017, e o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 8.927, de 8 de dezembro de 2016,

Considerando o art. 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, combinado com o art. 20 da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, os arts. 18 e 19 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, o art. 31, VIII da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o art. 66 do Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, que aprova o Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

Considerando o disposto na Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, e na Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971;

Considerando o disposto na Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007;

Considerando o disposto na Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010;

Considerando o disposto na Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017, do Conselho Monetário Nacional;

Considerando o disposto na Resolução nº 40, de 20 de dezembro de 2001, e na Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001, ambas do Senado Federal;

Considerando o disposto na Resolução nº 647, de 14 de dezembro de 2010, que alterou o Anexo da Resolução nº 476, de 31 de maio de 2005, e na Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012, todas do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, resolve:

Art. 1º Alterar o §2º do art. 1º da Instrução Normativa nº 29, de 11 de julho de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

"§2º A eventual contratação de operações de crédito para a execução de ações de saneamento selecionadas deverá obedecer as regras específicas para cada fonte de financiamento, em especial ao limite estabelecido na Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017, do Conselho Monetário Nacional, bem como a Resolução CCFGTS nº 647, de 14 de dezembro de 2010, e demais normativos aplicáveis." (NR)

Art. 2º Alterar o art. 3º da Instrução Normativa nº 29, de 11 de julho de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Estabelecer, nos termos do Anexo III, o cronograma para a primeira fase da seleção de cartas-consulta para eventual contratação de operações crédito, nos termos da Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017, do Conselho Monetário Nacional." (NR)

Art. 3º Revogar o art. 4º da Instrução Normativa nº 29, de 11 de julho de 2017.

Art. 4º Alterar a redação do título e dos itens 1.1, 1.3, 2.3, 8.1, 8.2.3, 8.2.4 e 10.1 do Anexo I da Instrução Normativa nº 29, de 11 de julho de 2017, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 4.589, DE 29 DE JUNHO DE 2017, DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL."

(...)

"1.1 O presente Anexo regulamenta o Processo Seletivo Simplificado, relativo aos exercícios de 2017 e 2018, para a contratação de operações de crédito para a execução de ações de saneamento, nos termos da Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN)." (NR)

(...)

"1.3 Serão selecionadas propostas de operações de crédito observando o montante de recursos disponíveis para contratação dentro do limite estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN)." (NR)

(...)

"2.3 A seleção dos empreendimentos da primeira fase dependerá de limite disponível para contratação de operações de crédito para Mutuários Público estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN)."

(...)

"8.1 O cadastramento de carta-consulta será realizado no período previsto no cronograma constante do Anexo III, para a primeira fase." (NR)

(...)

"8.2.3 No caso de a documentação técnica não puder ser anexada ao sistema de cadastramento de cartas-consulta, a SNSA receberá tal documentação, obrigatoriamente em meio digital, juntamente com os dados da carta-consulta, desde que enviadas via serviço postal ou protocoladas diretamente no Ministério das Cidades, até a data limite estabelecida no cronograma constante no Anexo III." (NR)

"8.2.4 O Ministério das Cidades não se responsabilizará por documentação que tenha sido enviada ou protocolada após a data limite para encaminhamento de documentação complementar, estabelecida no cronograma constante no Anexo III." (NR)

(...)

"10.1 Em período estabelecido no cronograma constante do Anexo III, os proponentes deverão apresentar, junto ao agente financeiro, documentações necessárias à análise e à avaliação dos aspectos técnicos e de viabilidade financeira. Os agentes financeiros deverão proceder, previamente à validação da proposta, a verificação:" (NR)

Art. 5º Alterar o Anexo III da Instrução Normativa nº 29, de 11 de julho de 2017, que passa a vigorar conforme o estabelecido no Anexo I desta Instrução Normativa.

Art. 6º Incluir o item 11.1.1 ao Anexo I da Instrução Normativa nº 29, de 11 de julho de 2017, com a seguinte redação:

"11.1.1 A SNSA promoverá a hierarquização das propostas quando o montante de recursos demandado pelas propostas validadas pelo agente financeiro for superior ao disponibilizado para contratação das operações de crédito" (INCLUSÃO)

Art. 7º Revogar o item 2.2 do Anexo I da Instrução Normativa nº 29, de 11 de julho de 2017.

Art. 8º Revogar o Anexo IV da Instrução Normativa nº 29, de 11 de julho de 2017.

Art. 9º A segunda fase do processo seletivo previsto na Instrução Normativa nº 29, de 11 de julho de 2017, será regulamentada por normativo específico.

Art. 10 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de publicação.

ALEXANDRE BALDY

ANEXO I

"CRONOGRAMA PARA A PRIMEIRA FASE DA SELEÇÃO DE CARTAS-CONSULTA PARA CONTRATAÇÃO EM 2018 - PROCESSO DE SELEÇÃO SIMPLIFICADO - MUTUÁRIOS PÚBLICOS"

PROCEDIMENTO	PRAZOS	
	INÍCIO	TÉRMINO
Cadastramento da carta-consulta pelo proponente no sistema da SNSA/MCIDADES e anexação da documentação para análise institucional e técnica	24/07/17	25/08/2017
Prazo complementar para envio pelos proponentes de documentação técnica ao MCidades, em meio digital, via serviço postal ou protocolada no MCidades	Até 01/09/17	
Enquadramento e análise técnica das cartas-consulta pela SNSA/MCIDADES	Até 01/12/17	
Divulgação on-line das propostas a serem apresentadas ao agente financeiro	Até 04/12/17	
Apresentação pelo proponente das documentações técnicas, jurídicas e institucionais junto ao agente financeiro	Até 29/12/17	
Validação das propostas pelo agente financeiro para proponentes do tipo prestadores de serviços, em formato de empresa pública ou sociedade de economia mista	Até 16/03/2018	
Resultado da Seleção para proponentes do tipo prestadores de serviços, em formato de empresa pública ou sociedade de economia mista	Até 27/03/2018	
Validação das propostas pelo agente financeiro para proponentes do tipo Estados, Distrito Federal ou Municípios	Até 07/05/2018	
Resultado da Seleção para proponentes do tipo Estados, Distrito Federal ou Municípios	Até 25/05/2018	

PORTARIA Nº 189, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Torna público o processo de seleção de propostas de Entes Apoiadores para participação no Programa Cartão Reforma - Edital CR 001/2018.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o art. 25 da Lei nº 13.502, de novembro de 2017, e o Decreto nº 8.927, de 8 de dezembro de 2016, e considerando a Lei n° 13.439, de 27 de abril de 2017, e o disposto no art. 14 do Decreto n° 9.084, de 29 de junho de 2017 e, ainda, disposto no item 16 do Manual de Instruções para seleção, contratação e execução das propostas do Programa Cartão Reforma, aprovado pela Portaria nº 559, de 20 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Tornar público o processo nacional de seleção de propostas no âmbito do Programa Cartão Reforma, criado pela Lei n° 13.439, de 27 de abril de 2017, visando à concessão de subvenção econômica para a aquisição de materiais de construção destinados a reforma, ampliação ou conclusão de unidades habitacionais, com recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, relativo ao exercício fiscal de 2018.

§1º O presente Edital destina-se a municípios detentores de limite máximo anual de subvenção definido pelo Ministério das Cidades para o ano de 2018, na forma do Anexo I desta Portaria, nos termos do art. 5º, §1º, da Portaria Interministerial nº 487, de 13 de julho de 2017.

§2º O rol de municípios que possuem o limite máximo de que trata o §1º para o biênio 2018 está disponível no Portal do Programa Cartão Reforma - www.cartaoreforma.cidades.gov.br.

Art. 2º As propostas poderão ser apresentadas pelo chefe do Poder Executivo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, denominados Entes Apoiadores, ou por seu representante legal.

Parágrafo único. É vedada a apresentação de propostas por órgãos da administração indireta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios ou por entidades privadas de qualquer natureza.

Art. 3º As propostas deverão ser apresentadas exclusivamente no Sistema de Gestão do Cartão Reforma (SisReforma), através do preenchimento de formulário de "Cadastro de Projeto de Melhorias Habitacionais", observando as regras dispostas no Manual de Instruções para seleção, contratação e execução das propostas no âmbito da Ação Concessão de Subvenção Econômica para a Aquisição de Materiais de Construção destinados à reforma, ampliação ou à conclusão de Unidades Habitacionais - Cartão Reforma (28.845.2049.0EB3), aprovado pela Portaria nº 559, de 20 de setembro de 2017, e suas alterações posteriores.

Paragrafo único. Para envio de proposta pelo SisReforma, o estado, Distrito Federal ou município proponente deverá cadastrar-se como Ente Apoiador no portal do programa através do link www.cartaoreforma.cidades.gov.br/estados-municipios/, utilizando seu respectivo Certificado Digital de Pessoa Jurídica.

Art. 4º O presente processo seletivo será realizado em três turnos, conforme cronograma constante no Anexo II desta Portaria.

§1º Durante cada turno de cadastramento de propostas o formulário de "Cadastro de Projeto de Melhorias Habitacionais" permanecerá disponível para preenchimento no SisReforma.

§2º Finalizado o prazo indicado no cronograma, as propostas cadastradas durante o turno serão encaminhadas para enquadramento e hierarquização.

Art. 5º Serão enquadradas as propostas referentes a áreas (polígonos):

a) localizadas em perímetro urbano;

b) regularizadas ou passíveis de regularização na forma da Lei;

c) que não sejam objeto de conflito fundiário; e

d) que possuam viabilidade para implantação de solução adequada de esgotamento sanitário, quando mais de 30% dos domicílios existentes não tiverem essa solução já implantada.

Parágrafo único. Serão reprovadas as propostas que não apresentem a documentação comprobatória da situação fundiária da gleba, na forma indicada no Manual de Instruções para seleção, contratação e execução da Ação 0EB3 ou que deixem de fornecer todas as informações solicitadas no formulário de "Cadastro de Projeto de Melhorias Habitacionais".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 6º As propostas enquadradas serão analisadas pelo Ministério das Cidades para fins de hierarquização, por estado da federação, conforme os critérios de pontuação descritos no Anexo IV desta Portaria.

§1º Serão consideradas aprovadas em cada turno as propostas enquadradas na forma do art. 5º e melhor pontuadas até o atingimento do limite financeiro do respectivo estado.

§2º O resultado do processo seletivo de cada turno será publicado no portal do Programa Cartão Reforma www.cartaoreforma.cidades.gov.br e no Diário Oficial da União em até 10 (dez) dias após a finalização do prazo para cadastro de propostas.

§3º Ao final do último turno de seleção, o Ministério das Cidades poderá remanejar os valores de subvenção não utilizados para estados cuja demanda não foi integramente atingida, respeitados os limites de subvenção dos municípios definidos no Anexo I desta Portaria.

Art. 7º Os Entes Apoiadores responsáveis pelas propostas terão prazo de 2 (dois) dias úteis, a partir da publicação do resultado do processo seletivo de cada turno no Diário Oficial da União para interposição de recurso.

§1º O recurso, elaborado no modelo constante no Anexo IV deste Edital, deverá ser encaminhado exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail: recursos-cartao@cidades.gov.br.

§2º Após análise dos recursos apresentados, o Ministério das Cidades publicará, se for o caso, novo resultado no portal do Programa Cartão Reforma www.cartaoreforma.cidades.gov.br e no Diário Oficial da União em até 7 (sete) dias após a finalização do prazo para interposição de recursos.

Art. 8º Os Entes Apoiadores responsáveis pelas propostas selecionadas em cada turno serão convocados para firmar Acordo de Cooperação Técnica e Termo de Compromisso, conforme ordem de classificação, de acordo com o limite orçamentário e financeiro disponível para o Programa Cartão Reforma no exercício 2018.

§1º Os Entes Apoiadores que tiverem mais de uma proposta selecionada no presente Edital assinarão um único Acordo de Cooperação Técnica e um único Termo de Compromisso, referente à totalidade das propostas selecionadas.

§2º Além do Ente Apoiador, também firmará o Acordo de Cooperação Técnica e o Termo de Compromisso, o Ente Executor, quando houver.

Art. 9º O Acordo de Cooperação Técnica (ACT) detalhará as condições de execução local do Programa Cartão Reforma, conforme atribuições definidas no item 7 do Manual de Instruções para seleção, contratação e execução das propostas do Programa Cartão Reforma, aprovado pela Portaria nº 559, de 20 de setembro de 2017.

Parágrafo único. A assinatura do ACT está condicionada à aprovação do respectivo Plano de Trabalho pelo Ministério das Cidades.

Art. 10º O Termo de Compromisso detalhará as condições para prestação de serviços de assistência técnica, acompanhamento, fiscalização e controle da execução das obras junto às pessoas físicas beneficiárias do Programa Cartão Reforma, conforme definições constantes dos itens 21 a 25 do Manual de Instruções para seleção, contratação e execução das propostas do Programa Cartão Reforma, aprovado pela Portaria nº 559, de 20 de setembro de 2017.

Parágrafo único. A assinatura do Termo de Compromisso está condicionada às regras estabelecidas no Manual de Instruções para Manual de Instruções para seleção, contratação e execução da Ação 0EB3.

Art. 11 O Ministério das Cidades definirá, em ato próprio, os prazos para assinatura dos ACTs e dos Termos de Compromisso de que tratam os artigos 9º e 10 desta Portaria, bem como para o cadastramento de interessados, seleção de beneficiários e demais etapas de operacionalização do Programa Cartão Reforma nos municípios selecionados.

Art. 12 Compete à Secretaria Nacional de Habitação (SNH) expedir instruções complementares que se fizerem necessárias, assim como decidir acerca de situações omissas ou controversas no transcorrer do processo de seleção e de implementação do programa nos municípios.

Art. 13 O não cumprimento dos prazos estabelecidos no Anexo II desta Portaria configurará renúncia dos participantes quanto ao prosseguimento da proposta apresentada.

Art. 14 Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BALDY

ANEXO I - LIMITES FINANCEIROS

Limite Nacional e Limites Regionais

Região	Limite cartões (R$)	Limite AT (R$)	Total (R$)
Norte	90.406.339,92	13.556.792,46	103.963.132,38
Nordeste	211.361.841,62	31.694.553,99	243.056.395,61
Centro - Oeste	96.240.497,37	14.431.647,72	110.672.145,10
Sudeste	109.942.165,66	16.486.267,71	126.428.433,37
Sul	88.164.899,73	13.220.679,54	101.385.579,26
Brasil	596.115.744,30	89.389.941,42	685.505.685,72

Limites Estaduais

Estados	Limite Cartões (R$)	Limite AT (R$)	Total (R$)	Nº estimado de cartões
Acre	3.148.055,47	472.063,52	3.620.118,99	630
Alagoas	24.426.463,64	3.662.845,97	28.089.309,61	4.885
Amapá	6.270.222,42	940.244,94	7.210.467,37	1.254
Amazonas	21.517.555,48	3.226.643,55	24.744.199,04	4.304
Bahia	43.480.000,00	6.520.000,00	50.000.000,00	8.696
Ceará	41.227.443,51	6.182.220,14	47.409.663,66	8.245
Distrito Federal	3.478.400,00	521.600,00	4.000.000,00	696
Espírito Santo	6.087.200,00	912.800,00	7.000.000,00	1.217
Goiás	43.068.547,98	6.458.301,12	49.526.849,10	8.614
Maranhão	17.027.937,79	2.553.407,41	19.581.345,20	3.406
Mato Grosso	29.889.836,44	4.482.100,59	34.371.937,03	5.978
Mato Grosso do Sul	19.803.712,95	2.969.646,01	22.773.358,96	3.961
Minas Gerais	32.415.728,66	4.860.868,24	37.276.596,90	6.483
Pará	31.926.474,73	4.787.502,65	36.713.977,38	6.385
Paraíba	14.824.338,09	2.222.968,82	17.047.306,92	2.965
Paraná	32.211.583,96	4.830.255,92	37.041.839,89	6.442
Pernambuco	43.480.000,00	6.520.000,00	50.000.000,00	8.696
Piauí	3.478.400,00	521.600,00	4.000.000,00	696
Rio de janeiro	32.392.579,96	4.857.396,99	37.249.976,96	6.479
Rio Grande do Norte	16.017.167,13	2.401.838,31	18.419.005,44	3.203
Rio Grande do Sul	32.567.537,16	4.883.632,53	37.451.169,69	6.514
Rondônia	14.244.166,81	2.135.969,82	16.380.136,62	2.849
Roraima	2.608.800,00	391.200,00	3.000.000,00	522
Santa Catarina	23.385.778,60	3.506.791,09	26.892.569,68	4.677
São Paulo	39.046.657,04	5.855.202,48	44.901.859,52	7.809
Sergipe	7.400.091,46	1.109.673,33	8.509.764,79	1.480
Tocantins	10.691.065,00	1.603.167,98	12.294.232,98	2.138

Limites Municipais

Classificação (n.º habitantes, IBGE 2017)	Nº de Municípios	Limite de cartões
Pequeno (até 50 mil)	4905	150
Médio Pequeno (50 mil e 200 mil)	516	200
Médio (entre 200 mil e 1 milhão)	132	500
Grande (acima de 1 milhão)	17	1000

ANEXO II - CRONOGRAMA

Etapa	Prazo
Abertura do Processo de Seleção Início do prazo para cadastramento dos Entes Apoiadores e de propostas (1º TURNO)	12/03/2018
Data limite para inscrição de propostas (1º TURNO)	23/03/2018
Data limite para publicação de resultado seleção (1º TURNO)	06/04/2018
Início do prazo para cadastramento dos Entes Apoiadores e de propostas (2º TURNO)	26/03/2018
Data limite para inscrição de propostas (2º TURNO)	13/04/2018
Data limite para publicação de resultado seleção (2º TURNO)	27/04/2018
Início do prazo para cadastramento dos Entes Apoiadores e de propostas (3º TURNO)	16/04/2018
Data limite para inscrição de propostas (3º TURNO)	11/05/2018
Data limite para publicação de resultado seleção (3º TURNO)	25/05/2018
Encerramento do Processo de Seleção Data limite para publicação de novo resultado (3º TURNO), se houver	06/06/2018

ANEXO III - CRITERIOS PARA PONTUAÇÃO DE PROJETOS

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO DOS PROJETOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
IMH	Índice de Melhoria Habitacional	150
Características área de intervenção: Situação Urbanística	Características gerais	
	Tipologia predominante das UH (nº de quartos)	30
	Tempo de ocupação	30
	Localização em área do PAC	20
	Infraestrutura urbana	
	Cobertura rede agua	20
	Cobertura rede energia elétrica	20
	Cobertura pavimentação viária	20
	Tipo de ocupação	20
	Solução esgoto	80
Situação jurídico-fundiária	Situação fundiária da área	100
Capacidade Institucional *	Tipo de órgão de habitação	60
	Situação funcional quadro funcionários: Construção Civil (nível superior)	30
	Situação funcional quadro funcionários: Construção Civil (nível técnico)	20
	Situação funcional quadro funcionários: Serviço Social (nível superior)	25
	Situação funcional quadro funcionários: Profissional de nível médio	15
	Computadores com acesso à internet	50
Total		690

* Proporcional ao tamanho do município

ANEXO IV - FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Eu,....., prefeito(a) municipal de ....., portador do documento de identidade nº....., responsável pelo projeto intitulado ....., cadastrado no SisReforma sob o nº....., apresento o presente recurso sobre a publicação do resultado final da seleção do Edital 002/2017.

A decisão objeto de contestação é:

..... (explicitar a decisão que está contestando).

Os argumentos com os quais contesto a referida decisão são:

.....

.....

Para fundamentar essa contestação, encaminho anexos os seguintes documentos:

.....

.....

.....

_____ ,____de_____de 2017.

(assinatura)

_____

Prefeito(a) Municipal de _____

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 403, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº 48500.006630/2005-71. Interessado: São Sebastião Energia Ltda. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da revisão do Projeto Básico da PCH Doido, com 6.000 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.TO.031244-4.01, localizada no rio Palmeiras, integrante da sub-bacia 21, na bacia hidrográfica do Rio Tocantins, nos municípios de Dianópolis e Novo Jardim, no estado de Tocantins. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 501, DE 6 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 48500.006466/2017-61. Interessado: Consórcio Marangatu X. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Marangatu 7, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PI.038349-0.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Brasileira, no estado do Piauí. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 504, DE 6 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 48500.006465/2017-16. Interessado: Consórcio Marangatu X. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Marangatu 8, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PI.038350-3.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Brasileira, no estado do Piauí. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHOS DE 6 DE MARÇO DE 2018

Nº 506 Processo nº 48500.006464/2017-71. Interessado: Consórcio Marangatu X. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Marangatu 9, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PI.038351-1.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Brasileira, no estado do Piauí.

Nº 507 Processo nº 48500.006463/2017-27. Interessado: Consórcio Marangatu X. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Marangatu 10, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PI.038352-0.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Brasileira, no estado do Piauí.

Nº 508 Processo nº 48500.006462/2017-82. Interessado: Consórcio Marangatu X. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Marangatu 11, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PI.038353-8.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Brasileira, no estado do Piauí.

Nº 509 Processo nº 48500.006461/2017-38. Interessado: Consórcio Marangatu X. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Marangatu 12, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PI.038354-6.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Brasileira, no estado do Piauí.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.888, DE 6 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000727/2018-10. Interessada: EKTT 12-A Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 230 kV Campo Grande 2 - Imbirussu C2. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO Nº 722, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Concede prazo adicional de transição e altera a redação do art. 14 da Resolução ANP nº 10/2016.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 484, de 27 de novembro de 2017, pelo art. 9º, inciso III, do Decreto nº 2455, de 14 de janeiro de 1998, de acordo com as disposições da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e da Resolução de Diretoria nº 123, de 8 de março de 2018, resolve:

Art. 1º Fica alterado o artigo 14 da Resolução ANP nº 10, de 15.3.2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14. Ficam concedidos aos TRRNI autorizados, em operação na data de publicação desta Resolução, o prazo de 905 (novecentos e cinco) dias para atendimento a todos os dispositivos desta Resolução."

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

PORTARIA Nº 99, DE 8 DE MARÇO 2018

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 484 de 27 de novembro de 2017, conferidas pelo art. 6º do Regimento Interno da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e pelo art. 7º do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 e agosto de 1997, considerando o que consta do Processo n.º 48610.008395/2003, tendo em vista a Resolução de Diretoria nº 125 de 8 de março de 2018, resolve:

Art. 1º O artigo 29 do Anexo I Portaria ANP nº 69, de 6 de abril de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29. Compete à Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos:

I - gerir as atividades relacionadas à qualidade do petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, biocombustíveis e outros combustíveis não especificados, definindo sua regulação e suas especificações, e desempenhando demais ações pertinentes ao tema, visando a estimular o fornecimento de combustíveis com qualidade, com menor impacto ao meio ambiente e em bases competitivas.

II - gerir e executar os programas de monitoramento da qualidade e de marcação compulsória de produtos, a fim de subsidiar a fiscalização das atividades reguladas quanto aos aspectos de qualidade e fornecer informações à sociedade;

III - realizar estudos e pesquisas nas áreas da qualidade dos produtos citados no inciso I, e acompanhar as especificações e harmonizações internacionais, com objetivo de aprimorar a regulação correspondente e estimular o investimento nas atividades reguladas;

IV - subsidiar e atuar conjuntamente com outras unidades da estrutura organizacional da ANP no que se refere à qualidade de produtos;

V - gerir e executar, no âmbito da ANP, programas governamentais relacionados ao cumprimento das metas de acordos climáticos a partir do uso de biocombustíveis, em especial o disposto na Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, e atos correlacionados."

Art. 2º O artigo 45 do Anexo I Portaria ANP nº 69, de 6 de abril de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 45. Compete ao Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas:

I - Desenvolver estudos e pesquisas na área de qualidade de petróleo, seus derivados, gás natural e seus derivados, e biocombustíveis em consonância com diretrizes da Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos;

II - Realizar análises físico-químicas de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados, e biocombustíveis para atendimento a demandas da ANP, incluindo a prestação de suporte analítico e operacional aos programas de monitoramento e de marcação compulsória de produtos, e demandas externas através da prestação de serviços.

III - Realizar análises e caracterização de petróleo, por demanda interna da ANP ou prestação de serviço aos concessionários, objetivando sua classificação, para efeito de cálculo de participações governamentais e fornecimento de informações.

IV - Prestar suporte técnico-científico a áreas demandantes da ANP"

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

DESPACHO Nº 328, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 484 de 27 de novembro de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º da Resolução ANP nº 703, de 27 de setembro de 2017, e da Resolução de Diretoria nº 124, de 8 de março de 2018, torna pública a atualização do Anexo II da referida Resolução, com data efetiva a partir do mês de produção de fevereiro de 2018, conforme segue:

ANEXO II

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS TIPOS DE PETRÓLEO NACIONAIS

00 - TIPO DE PETRÓLEO BRENT

Grau API: 37,5°		
Teor de Enxofre: 0,4040 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,0300 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,1143 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
31,98%	30,71%	37,31%

01 - CORRENTE ALAGOANO

Grau API: 40,80°		
Teor de Enxofre: 0,0510 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,0300 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,0528 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
25,22%	30,08%	44,70%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003892/2000	ANAMBÉ	34,10%
48000.003850/97-29	CIDADE DE SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	4,18%
48000.003840/97-75	PARU	3,85%
48000.003854/97-80	FURADO	24,64%
48000.003859/97-01	PILAR	31,29%
48000.003861/97-45	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	1,94%
TOTAL		100,00%

02 - CORRENTE ALBACORA

Grau API: 26,70°		
Teor de Enxofre: 0,500 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,370 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,296 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
16,50%	23,85%	59,65%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003703/97-02	ALBACORA	100,00%
TOTAL		100,00%

03 - CORRENTE ALBACORA LESTE

Grau API: 19,0		
Teor de Enxofre: 0,599 %m/m		
Número Total de Acidez: 2,52 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,450 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
8,55%	21,65%	69,80%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003895/97-67	ALBACORA LESTE	100,00%
TOTAL		100,00%

04 - CORRENTE ARAÇARI

Grau API: 34,3		
Teor de Enxofre: 0,078 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,860 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,480 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
21,55%	30,05%	48,40%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009487/2003	ARAÇARI	100,00%
TOTAL		100,00%

05 - CORRENTE ÁREA DE FLORIM

Grau API: 29,30		
Teor de Enxofre: 0,250 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,080 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,2787 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
18,66%	29,62%	51,72%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.012913/2010-05	ITAPU	100,00%
TOTAL		100,00%

06 - CORRENTE ÁREA DE NORDESTE DE TUPI

Grau API: 26,2		
Teor de Enxofre: 0,380 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,330 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,3735 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
17,26%	22,49%	60,25%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.012913/2010-05	SEPIA	100,00%
TOTAL		100,00%

07 - CORRENTE ÁREA DE SUL DE GUARÁ

Grau API: 29,5		
Teor de Enxofre: 0,380 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,290 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,310 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
19,78%	25,02%	55,20%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.012913/2010-05	SUL DE SAPINHOÁ	100,00%
TOTAL		100,00%

08 - CORRENTE ÁREA DE SUL DE TUPI

Grau API: 28,8		
Teor de Enxofre: 0,368 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,230 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,3077 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
17,66%	25,24%	57,10%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.012913/2010-05	SUL DE LULA	100,00%
TOTAL		100,00%

09 - CORRENTE ATLANTA

Grau API: 13,2		
Teor de Enxofre: 0,334 %m/m		
Número Total de Acidez: 10,100 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,460 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
1,62%	14,68%	83,70%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003573/97-91	ATLANTA	100,00%
TOTAL		100,00%

10 - CORRENTE BAIANO MISTURA

Grau API: 36,5		
Teor de Enxofre: 0,060 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,100 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,144 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
16,46%	27,59%	55,95%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003629/97-43	ÁGUA GRANDE	4,49%
48000.003630/97-22	APRAIÚS	0,18%
48000.003631/97-95	ARAÇÁS	14,88%
48000.003632/97-58	ARATU	0,00%
48000.003672/97-72	BIRIBA	0,02%
48000.003658/97-41	BONSUCESSO	0,35%
48000.003636/97-17	BREJINHO	0,07%
48000.003635/97-46	BURACICA	10,48%
48000.003881/97-52	CAMAÇARI	0,00%
48000.003518/97-82	CAMARÃO NORTE	0,00%
48610.009228/2002	CAMBACICA	0,02%
48000.003637/97-71	CANABRAVA	0,15%
48000.003638/97-34	CANDEIAS	2,85%
48000.003639/97-05	CANTAGALO	0,10%
48000.003640/97-86	CASSARONGONGO	5,19%
48000.003641/97-49	CEXIS	1,08%
48000.003642/97-10	CIDADE DE ENTRE RIOS	1,26%
48000.003702/97-31	CONCEIÇÃO	0,00%
48000.003644/97-37	DOM JOÃO	3,66%
48000.003645/97-08	DOM JOÃO MAR	0,53%
48610.004004/98	FAZENDA ALTO DAS PEDRAS	0,00%
48000.003646/97-62	FAZENDA ALVORADA	3,12%
48000.003647/97-25	FAZENDA AZEVEDO	0,04%
48000.003648/97-98	FAZENDA BÁLSAMO	7,55%
48000.003649/97-51	FAZENDA BELÉM	1,51%
48000.003650/97-30	FAZENDA BOA ESPERANÇA	4,14%
48000.003651/97-01	FAZENDA IMBÉ	1,45%
48000.003891/97-14	FAZENDA MATINHA	0,00%
48000.003652/97-65	FAZENDA ONÇA	0,13%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

48000.003653/97-28	FAZENDA PANELAS	1,08%
48000.003883/97-88	FAZENDA SANTA ROSA	0,00%
48000.003656/97-16	GOMO	0,92%
48610.008017/2004	GUANAMBI	0,13%
48610.000069/2014-95	GURIATÃ	0,00%
48000.003657/97-89	ILHA DE BIMBARRA	0,00%
48000.003659/97-12	ITAPARICA	0,00%
48000.003660/97-93	JACUÍPE	0,01%
48610.009488/2003	JANDAIA	1,34%
48610.000095/2014-13	JANDAIA SUL	0,48%
48000.003893/97-31	LAGOA BRANCA	0,00%
48000.003664/97-44	LAMARÃO	0,01%
48000.003665/97-15	LEODÓRIO	0,02%
48000.003666/97-70	MALOMBÊ	1,29%
48000.003518/97-82	MANATI	1,31%
48000.003667/97-32	MANDACARU	0,11%
48000.003633/97-11	MAPELE	0,00%
48000.003668/97-03	MASSAPÊ	1,64%
48000.003669/97-68	MASSUÍ	0,09%
48000.003670/97-47	MATA DE SÃO JOÃO	2,32%
48000.003673/97-35	MIRANGA	4,28%
48000.003676/97-23	MIRANGA NORTE	0,16%
48000.003677/97-96	NORTE DE FAZENDA CARUAÇU	0,41%
48610.001557/2009-52	PARIRI	0,09%
48000.003678/97-59	PEDRINHAS	0,04%
48000.003679/97-11	POJUCA	0,05%
48000.003680/97-09	POJUCA NORTE	0,00%
48000.003894/97-02	QUERERÁ	0,00%
48000.003671/97-18	REMANSO	1,67%
48000.003682/97-26	RIACHO DA BARRA	2,43%
48000.003683/97-99	RIACHO OURICURI	0,36%
48000.003684/97-51	RIACHO SÃO PEDRO	0,00%
48000.003685/97-14	RIO DA SERRA	0,22%
48000.003686/97-87	RIO DO BU	3,90%
48000.003687/97-40	RIO DOS OVOS	0,29%
48000.003688/97-11	RIO ITARIRI	0,89%
48000.003890/97-43	RIO JOANES	0,00%
48000.003674/97-06	RIO PIPIRI	0,00%
48000.003689/97-75	RIO POJUCA	0,66%
48000.003690/97-54	RIO SAUÍPE	0,01%
48000.003691/97-17	RIO SUBAÚMA	0,08%
48000.003693/97-42	SÃO DOMINGOS	0,07%
48000.003694/97-13	SÃO PEDRO	0,18%
48000.003875/97-50	SARDINHA	0,00%
48000.003696/97-31	SESMARIA	0,35%
48000.003697/97-01	SOCORRO	1,89%
48000.003698/97-66	SOCORRO EXTENSÃO	0,14%
48000.003699/97-29	SUSSUARANA	0,01%
48610.009488/2003	TANGARÁ	0,94%
48610.001430/2008-52	TAPIRANGA	0,00%
48610.001429/2008-28	TAPIRANGA NORTE	0,00%
48000.003700/97-14	TAQUIPE	6,88%
TOTAL		100,00%

11 - CORRENTE BALEIA AZUL

Grau API: 29,3		
Teor de Enxofre: 0,320 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,080 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,221 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
19,70%	27,50%	52,80%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003560/97-49	BALEIA AZUL	97,52%
48000.003560/97-49	PIRAMBU	2,48%
TOTAL		100,00%

12 - CORRENTE BARRACUDA

Grau API: 24,75		
Teor de Enxofre: 0,607 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,390 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,400 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
21,04%	22,52%	56,44%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003897/97-92	BARRACUDA	100,00%
TOTAL		100,00%

13 - CORRENTE BAÚNA

Grau API: 33,3		
Teor de Enxofre: 0,240 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,370 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,124 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
23,58%	28,12%	48,30%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009494/2003	BAÚNA	100,00%
TOTAL		100,00%

14 - CORRENTE BIJUPIRÁ

Grau API: 28,3		
Teor de Enxofre: 0,462%		
Número Total de Acidez: 0,200 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,380 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
20,16%	27,22%	52,62%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003709/97-81	BIJUPIRÁ	100,00%
TOTAL		100,00%

15 - CORRENTE BÚZIOS

Grau API: 28,4		
Teor de Enxofre: 0,308 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,150 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,3097 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
18,82%	24,81%	56,37%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.012913/2010-05	BÚZIOS	100,00%
TOTAL		100,00%

16 - CORRENTE CABIÚNAS MISTURA

Grau API: 25,5		
Teor de Enxofre: 0,470 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,660 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,400 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
17,04%	25,44%	57,52%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003730/97-77	ANEQUIM	0,74%
48000.003705/97-20	BADEJO	0,00%
48000.003726/97-08	BAGRE	0,24%
48000.003717/97-17	BICUDO	0,01%
48000.003718/97-71	BONITO	6,08%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

48000.003714/97-11	CONGRO	2,05%
48000.003715/97-83	CORVINA	2,73%
48000.003727/97-62	CHERNE	16,52%
48000.003711/97-22	CARAPEBA	7,28%
48000.003719/97-34	ENCHOVA	4,11%
48000.003720/97-13	ENCHOVA OESTE	3,50%
48000.003721/97-86	GAROUPA	3,40%
48000.003722/97-49	GAROUPINHA	0,22%
48000.003706/97-92	LINGUADO	0,02%
48000.003716/97-46	MALHADO	1,27%
48000.003732/97-01	MARIMBÁ	21,12%
48000.003728/97-25	NAMORADO	8,45%
48000.003729/97-98	NORDESTE DE NAMORADO	0,00%
48000.003707/97-55	PAMPO	15,85%
48000.003731/97-30	PARATI	0,28%
48000.003712/97-95	PARGO	2,18%
48000.003733/97-65	PIRAÚNA	0,00%
48000.003708/97-18	TRILHA	0,00%
48000.003713/97-58	VERMELHO	3,95%
48000.003734/97-28	VIOLA	0,00%
TOTAL		100,00%

17 - CORRENTE CACHALOTE

Grau API: 23,90		
Teor de Enxofre: 0,387 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,940 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,281 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
10,74%	27,06%	62,20%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003560/97-49	CACHALOTE	12,42%
48000.003560/97-49	BALEIA FRANCA	73,34%
48000.003560/97-49	BALEIA ANÃ	14,24%
TOTAL		100,00%

18 - CORRENTE CAMARUPIM

Grau API: 57,5		
Teor de Enxofre: 0,026 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,030 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,004 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
77,42%	22,58%	0,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003535/97-00	CAMARUPIM	30,51%
48610.010724/2001	CAMARUPIM NORTE	69,49%
TOTAL		100,00%

19 - CORRENTE CANÁRIO

Grau API: 28,40		
Teor de Enxofre: 0,0996 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,120 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,390 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
9,30%	23,50%	67,20%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003899/2000	CANÁRIO	100,00%
TOTAL		100,00%

20 - CORRENTE CARATINGA

Grau API: 25,0		
Teor de Enxofre: 0,500 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,620 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,398 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
14,36%	25,64%	60,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003898/97-55	CARATINGA	100,00%
TOTAL		100,00%

21 - CORRENTE CARDEAL

Grau API: 27,4		
Teor de Enxofre: 0,148 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,148 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,000 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
9,85%	25,05%	65,10%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.008000/2004	CARDEAL	100,00%
TOTAL		100,00%

22 - CORRENTE CEARÁ MAR

Grau API: 28,1		
Teor de Enxofre: 0,409 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,330 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,300 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
15,69%	27,65%	56,66%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003775/97-13	ATUM	31,14%
48000.003776/97-78	CURIMÃ	19,98%
48000.003777/97-31	ESPADA	24,95%
48000.003778/97-01	XARÉU	23,93%
TOTAL		100,00%

23 - CORRENTE COLIBRI

Grau API: 33,8		
Teor de Enxofre: 0,160 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,131 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,000 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
14,30%	29,19%	56,51%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009503/2003	COLIBRI	100,00%
TOTAL		100,00%

24 - CORRENTE CONDENSADO DE MERLUZA

Grau API: 56,9		
Teor de Enxofre: 0,0021 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,030 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,00021 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
75,91%	24,09%	0,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003866/97-69	MERLUZA	18,41%
48000.003923/97-09	LAGOSTA	81,59%
TOTAL		100,00%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25 - CORRENTE CONDENSADO DE MEXILHÃO

Grau API: 52,4		
Teor de Enxofre: 0,003 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,030 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,001 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 180 °C
56,44%	35,05%	8,51%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003576/97-89	MEXILHÃO	100,00%
TOTAL		100,00%

26 - CORRENTE ENTORNO DE IARA

Grau API: 27,7		
Teor de Enxofre: 0,394 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,300 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,310 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
17,75%	22,85%	59,40%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.012913/2010-05	ATAPU	100,00%
48610.012913/2010-05	NORTE DE BERBIGÃO	0,00%
48610.012913/2010-05	NORTE DE SURURU	0,00%
48610.012913/2010-05	SUL DE BERBIGÃO	0,00%
48610.012913/2010-05	SUL DE SURURU	0,00%
TOTAL		100,00%

27 - CORRENTE ESPADARTE

Grau API: 21,0		
Teor de Enxofre: 0,500 %m/m		
Número Total de Acidez: 1,06 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,520 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
12,20%	19,41%	68,39%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003899/97-18	ESPADARTE	100,00%
TOTAL		100,00%

28 - CORRENTE ESPIRITO SANTO

Grau API: 19,7		
Teor de Enxofre: 0,358 %m/m		
Número Total de Acidez: 2,130 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,260 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
8,14%	22,76%	69,10%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.007984/2004	BIGUÁ	0,70%
48000.003737/97-16	CAMPO GRANDE	0,14%
48000.009491/2003	CANCÃ	16,55%
48000.003902/97-21	CANGOÁ	0,43%
48000.003738/97-89	CÓRREGO CEDRO NORTE	2,01%
48000.003739/97-41	CÓRREGO DAS PEDRAS	0,33%
48000.003740/97-21	CÓRREGO DOURADO	0,68%
48000.003743/97-19	FAZENDA CEDRO	0,42%
48000.003745/97-44	FAZENDA CEDRO NORTE	0,59%
48000.003744/97-81	FAZENDA QUEIMADAS	3,06%
48000.003746/97-15	FAZENDA SANTA LUZIA	9,47%
48000.003747/97-70	FAZENDA SÃO JORGE	3,61%
48000.003750/97-84	FAZENDA SÃO RAFAEL	15,64%
48000.003751/97-47	GURIRI	0,15%
48610.010735/2001	INHAMBU	20,70%
48610.007986/2004	JACUPEMBA	0,00%
48000.009492/2003	JACUTINGA	2,32%
48000.003748/97-32	LAGOA BONITA	0,32%
48000.003752/97-18	LAGOA PARDA	4,52%
48000.003754/97-35	LAGOA PARDA NORTE	0,00%
48000.003755/97-06	LAGOA PIABANHA	0,94%
48000.003757/97-23	LAGOA SURUACA	2,26%
48000.003758/97-96	MARIRICU	0,17%
48000.003760/97-38	MARIRICU NORTE	0,06%
48000.003759/97-59	MARIRICU OESTE	0,14%
48000.003761/97-09	NATIVO OESTE	0,00%
48000.003766/97-14	RIO ITAÚNAS	1,08%
48000.003769/97-11	RIO PRETO	2,50%
48000.003770/97-91	RIO PRETO OESTE	1,82%
48000.003771/97-54	RIO PRETO SUL	2,80%
48000.003772/97-17	RIO SÃO MATEUS	1,73%
48000.007984/2004	RIO SÃO MATEUS OESTE	0,03%
48000.010735/2001	SAIRA	0,00%
48000.003773/97-80	SÃO MATEUS	3,06%
48000.009118/2005-12	SÃO MATEUS LESTE	0,05%
48610.007984/2004	SERIEMA	1,57%
48610.007986/2004	TABUIAIÁ	0,16%
TOTAL		100,00%

29 - CORRENTE FAZENDA ALEGRE

Grau API: 13,3		
Teor de Enxofre: 0,335 %m/m		
Número Total de Acidez: 1,240 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,330 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
2,41%	13,76%	83,83%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003742/97-56	FAZENDA ALEGRE	100,00%
TOTAL		100,00%

30 - CORRENTE FAZENDA BELÉM

Grau API: 13,2		
Teor de Enxofre: 1,000 % m/m		
Número Total de Acidez: 1,300 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,610 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
3,82%	11,01%	85,17%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003795/97-12	FAZENDA BELÉM	99,29%
48000.003801/97-13	ICAPUÍ	0,71%
TOTAL		100,00%

31 - CORRENTE FAZENDA SANTO ESTEVÃO

Grau API: 35,3		
Teor de Enxofre: 0,072 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,100 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,070 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
12,82%	22,68%	64,50%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003654/97-91	FAZENDA RIO BRANCO	52,92%
48000.003655/97-53	FAZENDA SANTO ESTEVÃO	47,07%
48000.003695/97-78	SAUÍPE	0,01%
TOTAL		100,00%

32 - CORRENTE FRADE

Grau API: 19,6		
Teor de Enxofre: 0,748 %m/m		
Número Total de Acidez: 1,050 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,480 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
7,95%	27,21%	64,84%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003896/97-20	FRADE	100,00%
TOTAL		100,00%

33 - CORRENTE GAIVOTA

Grau API: 16,0		
Teor de Enxofre: 0,363 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,826 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,162 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
0,47%	18,42%	81,11%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.001402/2008-35	TUCANO	9,00%
48610.001402/2008-35	GAIVOTA	91,00%
TOTAL		100,00%

34 - CORRENTE GALO DE CAMPINA

Grau API: 23,10
Teor de Enxofre: 0,0979 %m/m

Número Total de Acidez: 0,000 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,000 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
4,80%	22,40%	72,80%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009227/2002	GALO DE CAMPINA	100,00%
TOTAL		100,00%

35 - CORRENTE GAVIÃO BRANCO

Grau API: 52,89		
Teor de Enxofre: 0,218 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,100 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,00003 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
62,87%	37,13%	0,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.001418/2008-48	GAVIÃO BRANCO	100,00%
TOTAL		100,00%

36 - CORRENTE GAVIÃO CABOCLO

Grau API: 53,64		
Teor de Enxofre: 0,234 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,100 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,00003 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
61,65%	38,35%	0,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.001415/2008-12	GAVIÃO CABOCLO	100,00%
TOTAL		100,00%

37 - CORRENTE GAVIÃO REAL

Grau API: 55,0		
Teor de Enxofre: 0,077 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,100 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,00004 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
26,65%	73,35%	0,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.001418/2008-48	GAVIÃO REAL	100,00%
TOTAL		100,00%

38 - CORRENTE GAVIÃO VERMELHO

Grau API: 54,15		
Teor de Enxofre: 0,209 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,100 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,00003 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
48,60%	51,40%	0,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.001418/2008-48	GAVIÃO VERMELHO	100,00%
TOTAL		100,00%

39 - CORRENTE GOLFINHO

Grau API: 31,2		
Teor de Enxofre: 0,131 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,400 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,036 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
14,30%	33,40%	52,30%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003535/97-00	CANAPU	0,04%
48000.003535/97-00	GOLFINHO	99,96%
TOTAL		100,00%

40 - CORRENTE HARPIA

Grau API: 13,3		
Teor de Enxofre: 0,560 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,000 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,000 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
1,20%	19,69%	79,11%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009138/2005-35	HARPIA	100,00%
TOTAL		100,00%

41 - CORRENTE IARA

Grau API: 27,8		
Teor de Enxofre: 0,360 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,300 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,350 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
17,42%	23,58%	59,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003886/2000	BERBIGÃO	0,00%
48610.003886/2000	SURURU	100,00%
48610.003886/2000	OESTE DE ATAPU	0,00%
TOTAL		100,00%

42 - CORRENTE IRERÊ

Grau API: 27,0		
Teor de Enxofre: 0,325 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,320 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,420 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
9,80%	23,90%	66,30%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003900/2000	IRERÊ	100,00%
TOTAL		100,00%

43 - CORRENTE JOÃO DE BARRO

Grau API: 42,1		
Teor de Enxofre: 0,060 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,000 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,000 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
28,90%	36,70%	34,40%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009509/2003	JOÃO DE BARRO	100,00%
TOTAL		100,00%

44 - CORRENTE JUBARTE

Grau API: 24,6		
Teor de Enxofre: 0,404 %m/m		
Número Total de Acidez: 1,540 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,230 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
12,56%	25,34%	62,10%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003560/97-49	JUBARTE	100,00%
TOTAL		100,00%

45 - CORRENTE LAGOA DO PAULO NORTE

Grau API: 34,6		
Teor de Enxofre: 0,085 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,000 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,000 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
11,49%	26,89%	61,62%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009231/2002	LAGOA DO PAULO NORTE	62,48%
48610.009231/2002	LAGOA DO PAULO SUL	0,98%
48610.009231/2002	LAGOA DO PAULO	31,34%
48610.009231/2002	ACAJÁ-BURIZINHO	5,21%
TOTAL		100,00%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

46 - CORRENTE LAPA

Grau API: 23,0		
Teor de Enxofre: 0,614 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,420 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,493 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
12,11%	19,51%	68,38%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003884/2000	LAPA	100,00%
TOTAL		100,00%

47 - CORRENTE LIBRA

Grau API: 29,10		
Teor de Enxofre: 0,306 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,170 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,298 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
18,83%	26,03%	55,14%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.011150/2013-10	MERO	100,00%
TOTAL		100,00%

48 - CORRENTE LULA

Grau API: 31,0		
Teor de Enxofre: 0,324 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,240 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,290 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
21,62%	25,72%	52,66%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003886/2000	LULA	100,00%
TOTAL		100,00%

49 - CORRENTE MARLIM

Grau API: 20,3		
Teor de Enxofre: 0,741 %m/m		
Número Total de Acidez: 1,120 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,460 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
10,84%	24,76%	64,40%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003723/97-10	MARLIM	98,44%
48000.003704/97-67	VOADOR	1,56%
TOTAL		100,00%

50 - CORRENTE MARLIM LESTE

Grau API: 24,7		
Teor de Enxofre: 0,553 %m/m		
Número Total de Acidez: 1,110 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,350 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
16,34%	25,26%	58,40%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003900/97-03	MARLIM LESTE	100,00%
TOTAL		100,00%

51 - CORRENTE MARLIM SUL

Grau API: 22,2		
Teor de Enxofre: 0,610 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,920 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,400 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
13,18%	24,42%	62,40%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003724/97-74	MARLIM SUL	100,00%
TOTAL		100,00%

52 - CORRENTE OSTRA

Grau API: 18,1		
Teor de Enxofre: 0,417 %m/m		
Número Total de Acidez: 3,100 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,430 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
2,21%	24,14%	73,65%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003552/97-11	OSTRA	25,56%
48000.003552/97-11	ARGONAUTA	74,44%
TOTAL		100,00%

53 - CORRENTE PAPA-TERRA

Grau API: 15,2		
Teor de Enxofre: 0,729 %m/m		
Número Total de Acidez: 2,020 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,640 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
6,65%	16,18%	77,17%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003556/97-71	PAPA-TERRA	100,00%
TOTAL		100,00%

54 - CORRENTE PEREGRINO

Grau API: 13,70		
Teor de Enxofre: 1,80 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,938 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,151 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
5,30%	19,36%	75,34%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003887/2000	PEREGRINO	100,00%
TOTAL		100,00%

55 - CORRENTE PERIQUITO

Grau API: 34,3		
Teor de Enxofre: 0,040 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,000 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,000 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
18,92%	32,18%	48,90%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.008005/2004	PERIQUITO	100,00%
TOTAL		100,00%

56 - CORRENTE PEROÁ

Grau API: 53,1		
Teor de Enxofre: 0,012 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,030 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,001 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
62,52%	37,48%	0,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003903/97-93	PEROÁ	100,00%
TOTAL		100,00%

57 - CORRENTE PESCADA

Grau API: 52,0		
Teor de Enxofre: 0,0106 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,030 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,021 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
58,70%	28,72%	12,58%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003913/97-47	ARABAIANA	34,37%
48000.003907/97-44	DENTÃO	0,00%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

48000.003912/97-84	PESCADA	65,63%
TOTAL		100,00%

58 - CORRENTE PIRANEMA

Grau API: 45,4		
Teor de Enxofre: 0,118 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,110 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,0423 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
39,02%	34,14%	26,84%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003495/97-89	PIRANEMA	100,00%
TOTAL		100,00%

59 - CORRENTE POLVO

Grau API: 20,6		
Teor de Enxofre: 1,2292 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,5519 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,000024 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
11,40%	22,60%	66,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003888/2000	POLVO	100,00%
TOTAL		100,00%

60 - CORRENTE RABO BRANCO

Grau API: 33,20		
Teor de Enxofre: 0,189 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,050 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,000 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
17,75%	31,05%	51,20%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009198/2005-58	RABO BRANCO	100,00%
TOTAL		100,00%

61 - CORRENTE RGN MISTURA

Grau API: 26,8		
Teor de Enxofre: 0,312 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,690 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,290 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
13,90%	22,39%	63,71%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003901/2000	ACAUÃ	0,04%
48610.003901/2000	ACAUÃ LESTE	0,00%
48000.003779/97-66	AGULHA	0,53%
48000.003784/97-04	ALTO DO RODRIGUES	6,97%
48000.003484/97-62	ANGICO	0,00%
48000.003780/97-45	ARATUM	1,57%
48610.003482/97-37	ASA BRANCA	0,05%
48000.003785/97-69	BAIXA DO ALGODÃO	0,30%
48000.003914/97-18	BAIXA DO JUAZEIRO	0,00%
48000.003786/97-21	BARRINHA	0,02%
48000.003901/2000	BARRINHA LESTE	0,01%
48610.003901/2000	BARRINHA SUDOESTE	0,01%
48610.000641/98-62	BENFICA	0,47%
48610.003909/97-70	BIQUARA	0,00%
48000.003787/97-94	BOA ESPERANÇA	0,47%
48000.003788/97-57	BOA VISTA	0,64%
48000.003789/97-10	BREJINHO	1,04%
48000.003791/97-61	CACHOEIRINHA	0,43%
48000.003792/97-24	CANTO DO AMARO	26,40%
48000.003906/97-81	CIOBA	0,80%
48000.003793/97-97	ESTREITO	21,84%
48000.003796/97-85	FAZENDA CANAAN	0,09%
48000.003797/97-48	FAZENDA CURRAL	0,21%
48000.003915/97-72	FAZENDA JUNCO	0,01%
48000.003798/97-19	FAZENDA MALAQUIAS	0,78%
48000.003799/97-73	FAZENDA POCINHO	5,48%
48000.003481/97-74	GUAJÁ	0,00%
48000.003800/97-51	GUAMARÉ	2,60%
48610.009155/2005-72	GUAMARÉ SUDESTE	0,16%
48610.009225/2002	JAÇANÃ	0,16%
48000.003802/97-86	JANDUÍ	0,00%
48000.003803/97-49	JUAZEIRO	0,01%
48000.003804/97-10	LAGOA AROEIRA	0,24%
48610.000637/98-95	LESTE DE POÇO XAVIER	0,47%
48000.003805/97-74	LIVRAMENTO	1,02%
48000.003807/97-08	LORENA	1,18%
48610.001502/2009-42	MAÇARICO	0,01%
48000.003808/97-62	MACAU	0,58%
48000.003809/97-25	MONTE ALEGRE	1,90%
48000.003810/97-12	MORRINHO	0,12%
48000.003811/97-77	MOSSORÓ	0,79%
48000.003812/97-30	NOROESTE DO MORRO ROSADO	0,00%
48000.003910/97-59	OESTE DE UBARANA	0,48%
48000.003813/97-01	PAJEÚ	0,53%
48610.009227/2002A	PARDAL	0,02%
48610.009226/2002	PATATIVA	0,58%
48610.001503/2009-97	PATURI	0,45%
48610.000638/98-58	PEDRA SENTADA	0,02%
48610.003901/2000	PINTASSILGO	0,31%
48000.003814/97-65	POÇO VERDE	0,12%
48000.003815/97-28	POÇO XAVIER	0,01%
48000.003816/97-91	PONTA DO MEL	0,63%
48000.003817/97-53	PORTO CARÃO	0,19%
48000.003818/97-16	REDONDA	0,64%
48000.003819/97-89	REDONDA PROFUNDO	0,63%
48000.003821/97-21	RIACHO DA FORQUILHA	2,76%
48000.003824/97-19	RIO MOSSORÓ	0,12%
48000.003916/97-35	SABIÁ	0,16%
48000.003481/97-74	SALEMA BRANCA	0,00%
48000.003825/97-81	SALINA CRISTAL	2,68%
48610.007998/2004	SANHAÇU	0,40%
48000.003781/97-16	SERRA	4,46%
48000.003828/97-70	SERRA DO MEL	0,02%
48000.003829/97-32	SERRA VERMELHA	0,01%
48000.003830/97-11	SERRARIA	0,36%
48610.009225/2002	SIBITE	0,13%
48000.003479/97-22	SIRI	0,00%
48610.009225/2002	TIZIU	0,00%
48000.003832/97-47	TRÊS MARIAS	0,09%
48000.008001/2004	TRINCA FERRO	0,05%
48000.003782/97-71	UBARANA	6,39%
48000.003833/97-18	UPANEMA	0,27%
48610.000640/98-08	VARGINHA	0,09%
TOTAL		100,00%

62 - CORRENTE RIACHO TAPUIO

Grau API: 37,50		
Teor de Enxofre: 0,030 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,000 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,000 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
10,50%	30,00%	59,50%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009227/2002	ARRIBAÇÃ	100,00%
TOTAL		100,00%

63 - CORRENTE ROLINHA

Grau API: 22,5		
Teor de Enxofre: 0,040 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,000 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,000 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
9,55%	23,69%	66,76%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009227/2002	ROLINHA	100,00%
TOTAL		100,00%

64 - CORRENTE RONCADOR

Grau API: 22,8		
Teor de Enxofre: 0,585 %m/m		
Número Total de Acidez: 1,470 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,364 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
12,28%	23,52%	64,20%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003901/97-68	RONCADOR	100,00%
TOTAL		100,00%

65 - CORRENTE SABIÁ BICO DE OSSO

Grau API: 25,5
Teor de Enxofre: 0,050 %m/m
Número Total de Acidez: 0,408 mg KOH/g
Quantidade de Nitrogênio: 0,190 %m/m
Ponto de Corte

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
5,90%	24,40%	69,70%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009128/2005-16	SABIÁ BICO DE OSSO	100,00%
TOTAL		100,00%

66 - CORRENTE SABIÁ DA MATA

Grau API: 27,3		
Teor de Enxofre: 0,102 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,112 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,200 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
9,60%	24,00%	66,40%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009128/2005-16	SABIÁ DA MATA	100,00%
TOTAL		100,00%

67 - CORRENTE SALEMA

Grau API: 28,5		
Teor de Enxofre: 0,482 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,200 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,370 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
17,14%	29,79%	53,07%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003710/97-60	SALEMA	100,00%
TOTAL		100,00%

68 - CORRENTE SAPINHOÁ

Grau API: 30,01		
Teor de Enxofre: 0,353 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,230 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,300 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
19,53%	27,29%	53,18%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003884/2000	SAPINHOÁ	100,00%
TOTAL		100,00%

69 - CORRENTE SERGIPANO MAR

Grau API: 32,20		
Teor de Enxofre: 0,200 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,220 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,106 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
23,16%	29,74%	47,10%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003845/97-99	ATALAIA SUL	0,87%
48000.003836/97-06	CAIOBA	2,10%
48000.003837/97-61	CAMORIM	51,37%
48000.003838/97-23	DOURADO	0,00%
48000.003839/97-96	GUARICEMA	45,66%
48000.003834/97-72	TATUÍ	0,00%
TOTAL		100,00%

70 - CORRENTE SERGIPANO TERRA

Grau API: 24,6		
Teor de Enxofre: 0,400 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,410 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,250 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
12,42%	24,08%	63,50%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003842/97-09	AGUILHADA	0,14%
48000.003843/97-63	ANGELIM	0,14%
48000.003844/97-26	ARUARI	0,21%
48000.003846/97-51	BREJO GRANDE	0,08%
48000.003847/97-14	CARMÓPOLIS	64,94%
48000.003848/97-87	CASTANHAL	2,70%
48000.003855/97-42	ILHA PEQUENA	0,05%
48000.003857/97-78	MATO GROSSO	5,15%
48000.003860/97-82	RIACHUELO	10,51%
48000.003862/97-16	SIRIRIZINHO	16,08%
TOTAL		100,00%

71 - CORRENTE TABULEIRO

Grau API: 26,20		
Teor de Enxofre: 0,400 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,160 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,390 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
14,45%	22,75%	62,80%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003864/97-33	TABULEIRO DOS MARTINS	88,58%
48000.003919/97-23	CIDADE DE SEBASTIÃO FERREIRA	0,00%
48000.003863/97-71	SUL DE CORURIPE	8,66%
48000.003851/97-91	COQUEIRO SECO	1,12%
48000.003852/97-54	FAZENDA PAU BRASIL	1,30%
48000.003921/97-75	LAGOA PACAS	0,00%
48000.003856/97-13	JEQUIÁ	0,34%
48000.003920/97-11	FAZENDA GUINDASTE	0,00%
48000.003922/97-38	SEBASTIÃO FERREIRA	0,00%
TOTAL		100,00%

72 - CORRENTE TAMBAÚ-URUGUÁ

Grau API: 32,6		
Teor de Enxofre: 0,128 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,170 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,110 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
13,40%	37,70%	48,90%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003577/97-41	TAMBAÚ	0,57%
48000.003577/97-41	URUGUÁ	99,43%
TOTAL		100,00%

73 - CORRENTE TARTARUGA

Grau API: 40,9		
Teor de Enxofre: 0,030 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,300 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,030 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
25,50%	30,68%	43,82%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003835/97-35	TARTARUGA	100,00%
TOTAL		100,00%

74 - CORRENTE TARTARUGA VERDE

Grau API: 26,9		
Teor de Enxofre: 0,610 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,110 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,3186 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
16,94%	24,96%	58,10%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009156/2005-17	TARTARUGA VERDE	100,00%
TOTAL		100,00%

75 - CORRENTE TICO-TICO

Grau API: 32,9		
Teor de Enxofre: 0,084 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,000 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,000 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
10,13%	20,47%	69,41%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.008013/2004	TICO-TICO	100,00%
TOTAL		100,00%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

76 - CORRENTE TIÊ

Grau API: 37,6		
Teor de Enxofre: 0,037 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,21 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,38 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
20,68%	27,32%	52,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.001427/2008-39A	TIÊ	100,00%
TOTAL		100,00%

77 - CORRENTE TIGRE

Grau API: 33,8		
Teor de Enxofre: 0,330 %m/m		
Número Total de Acidez: 4,800 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,000 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
19,37%	33,83%	46,80%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.009279/2005-58	TIGRE	100,00%
TOTAL		100,00%

78 - CORRENTE TROVOADA

Grau API: 33,20		
Teor de Enxofre: 0,079 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,000 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,000 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
12,70%	24,30%	63,00%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.001293/2008-56	TROVOADA	100,00%
TOTAL		100,00%

79 - CORRENTE TUBARÃO AZUL

Grau API: 19,8		
Teor de Enxofre: 1,040 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,000 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,000 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
12,54%	24,94%	62,52%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.001369/2008-43	TUBARÃO AZUL	100,00%
TOTAL		100,00%

80 - CORRENTE TUBARÃO MARTELO

Grau API: 21,20		
Teor de Enxofre: 0,998 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,300 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,410 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
8,00%	25,50%	66,50%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.001367/2008-54	TUBARÃO MARTELO	100,00%
TOTAL		100,00%

81 - CORRENTE UIRAPURU

Grau API: 37,4		
Teor de Enxofre: 0,050 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,090 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,470 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350°C
18,10%	29,20%	52,70%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48610.003899/2000	UIRAPURU	100,00%
TOTAL		100,00%

82 - CORRENTE URUCU

Grau API: 47,4		
Teor de Enxofre: 0,0515 %m/m		
Número Total de Acidez: 0,020 mg KOH/g		
Quantidade de Nitrogênio: 0,000 %m/m		
Ponto de Corte		
Fração de Destilados Leves	Fração de Destilados Médios	Fração de Resíduos Pesados
< 180 °C	180 °C a 350 °C	> 350 °C
42,05%	30,17%	27,78%

Nº do Contrato de Concessão	Nome do Campo	Participação na Composição da Corrente (%)
48000.003455/97-64	ARARCANGA	3,29%
48610.009146/2005-81	ARARA AZUL	3,91%
48000.003868/97-94	CARAPANAUBA	0,17%
48000.003869/97-57	CUPIUBA	0,28%
48000.003627/97-18	LESTE DO URUCU	51,74%
48000.003628/97-81	RIO URUCU	36,33%
48000.003873/97-24	SUDOESTE URUCU	4,28%
TOTAL		100,00%

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 202, DE 8 DE MARÇO DE 2018

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.014289/2012-34, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da BRENCO - COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA RENOVÁVEL, CNPJ nº 08.070.566/0016-88, com capacidade de produção de 1.700 m³/dia de etanol hidratado e 750 m³/dia de etanol anidro, localizada na Estrada Costa Rica a Alcinópolis, Zona Rural, Costa Rica - MS, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica a empresa obrigada a atender ao prazo estabelecido na Resolução ANP nº 26/2012 ou outra que venha substituí-la, referente à regularização no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público (Cadin) e apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal, sob pena de cancelamento ou revogação desta autorização.

Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP nº 44, de 16/01/2013, publicada no DOU de 17/01/2013, retificada no DOU de 23/06/2015.

Art. 4º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

ROSÂNGELA MOREIRA ARAUJO

AUTORIZAÇÃO Nº 204, DE 8 DE MARÇO DE 2018

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.014990/2012-53, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da NOVA ARALCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., CNPJ nº 24.870.027/0004-46, com capacidade de produção de 570 m³/dia de etanol hidratado, localizada na Estrada da Serrinha, s/n, km 38, Zona Rural, General Salgado - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica a empresa obrigada a atender ao prazo estabelecido na Resolução ANP nº 26/2012 ou outra que venha substituí-la, referente à regularização no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público (Cadin) e apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal, sob pena de cancelamento ou revogação desta autorização.

Art. 3º Ficam revogados a Autorização ANP nº 500, de 28/05/2013, publicada no DOU de 29/05/2013, e o Despacho do Superintendente nº 1.460/2015, de 06/10/2015, publicado no DOU de 07/10/2015.

Art. 4º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

ROSÂNGELA MOREIRA DE ARAÚJO

AUTORIZAÇÃO Nº 205, DE 8 DE MARÇO DE 2018

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.014097/2012-28, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da DESTILARIA VALE DO PARACATU - AGROENERGIA S.A., CNPJ nº 07.459.492/0001-27, com capacidade de produção de 700 m³/dia de etanol hidratado e 700 m³/dia de etanol anidro, localizada na Rodovia MG 680, Km 26, Caixa Postal 271, Zona Rural, Paracatu - MG, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 64, de 17/01/2013, publicada no DOU de 18/01/2013, retificada no DOU de 24/11/2016.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

ROSÂNGELA MOREIRA DE ARAÚJO

AUTORIZAÇÃO Nº 206, DE 8 DE MARÇO DE 2018

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.001540/2013-81, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da COFCO BRASIL S.A., CNPJ nº 06.315.338/0151-40, com capacidade de produção de 1.000 m³/dia de etanol hidratado, localizada na Rodovia José Fernandes km 1,88, Parte II, Zona Rural, Catanduva - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica a empresa obrigada a atender ao prazo estabelecido na Resolução ANP nº 26/2012 ou outra que venha substituí-la, referente à apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal, sob pena de cancelamento ou revogação desta autorização.

Art. 3º Ficam revogados a Autorização ANP nº 156, de 07/02/2013, publicada no DOU de 08/02/2013 e o Despacho do Superintendente nº 437, de 22/04/2016, publicado no DOU de 25/04/2016.

Art. 4º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

ROSÂNGELA MOREIRA DE ARAÚJO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 325, DE 8 DE MARÇO DE 2018

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.014733/2012-11, torna público o seguinte ato:

1-Fica transferida a titularidade da Autorização ANP nº 499, de 28/05/2013, publicada no DOU de 29/05/2013, da FIGUEIRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., CNPJ nº 08.391.345/0003-97, para a NOVA ARALCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., CNPJ nº 24.870.027/0001-01, relativa à planta produtora de etanol localizada na Caram Rezek, s/n, km16, Chácaras Paraíso, Araçatuba - SP.

2-Este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

ROSÂNGELA MOREIRA DE ARAÚJO

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

AUTORIZAÇÃO Nº 203, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 01 de março de 2012, com base na Resolução ANP º 52, de 02 de dezembro de 2015, e tendo em vista o constante no Processo ANP n.º 48610.013763/2017-15, torna público o seguinte ato:

Fica a empresa LOGÁS - Logística e Distribuição de Gás Ltda., CNPJ 11.893.134/0001-03, autorizada a realizar o Projeto Estruturante, cujo recebimento e compressão de Gás Natural será na Unidade de Compressão de Gás Natural Comprimido (GNC) da LOGÁS, no Município de Betim, Estado de Minas Gerais, no Município de Betim, Estado de Minas Gerais, com respectivo transporte e descarregamento de GNC na Base de Descompressão na área de concessão da GASMIG, localizada na Rod. BR - 383, km 93, Município de São João Del Rey, Estado de Minas Gerais.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

AUTORIZAÇÃO Nº 207, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, com base nas atribuições conferidas à ANP pela Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, tendo em vista o constante no processo ANP n.º 48610.002343/2018-94, e considerando o atendimento a todas as exigências da Resolução ANP n.º 52, de 29 de setembro de 2011, torna público o seguinte ato:

Fica a Statoil do Brasil Ltda., com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 04.580.657/0001-26, autorizada a exercer a atividade de comercialização de gás natural na esfera de competência da União, mediante a celebração de contratos registrados na ANP.

A íntegra desta autorização, com a descrição das instalações autorizadas a operar, consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

DESPACHO Nº 323, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 64, de 01 de março de 2012, em cumprimento ao art. 14 da Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, tendo em vista o constante do Processo ANP nº 48610.012986/2017-65, resolve:

Fica disponível por até 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação deste ato, o encaminhamento de comentários e sugestões referentes ao empreendimento descrito no Sumário do Projeto pretendido, Anexo ao presente Despacho, elaborado com base nas informações e no projeto apresentados pela empresa Administradora de Bens de Infraestrutura Ltda., CNPJ: 10.701.088/0003-94, para a construção de novo terminal constituído por 14 (quatorze) novos tanques, sendo 2 (dois) de contaminados, 01 (uma) nova Bacia, cais flutuante com 3 (três) linhas de 8" para carregamento e 3 (três) linhas de 10" para descarregamento de balsas, 2 (duas) ilhas de carregamento e 1 (uma) ilha de descarregamento para caminhões tanque, para armazenar e movimentar produtos de classe I a III a ser implantado na Gleba Portochuelo, s/nº, Lote 2D - Zona Rural, CEP: 76.800-000, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

A íntegra deste Despacho e o respectivo Anexo consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DADOS TÉCNICOS

DESPACHO Nº 327, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O Superintendente de Dados Técnicos da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 56, de 23 fevereiro de 2016, com base na Resolução ANP n°11, de 17 de fevereiro de 2011, bem como nas demais normas, padrões e regulamentos da ANP, e tendo em vista o que consta no Processo 48610.003623/2015-77, torna público o seguinte ato:

1-Fica prorrogado até o dia 17 de maio de 2020 (24 meses) o prazo de vigência da Autorização ANP nº 843, de 14 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 17 de agosto de 2015, outorgada à POLARCUS SERVIÇOS GEOFÍSICOS DO BRASIL LTDA., e prorrogada através do Despacho n.º 215, publicado em 13 de março de 2017, para a aquisição e processamento de dados geofísicos tridimensionais, de sísmica de reflexão, gravimetria e magnetometria, nas bacias costeiras das margens sul, sudeste e leste da plataforma continental brasileira, em bases não exclusivas e com fins comerciais.

2-Sem prejuízo das disposições contidas na Resolução ANP nº 11/2011, de 17 de fevereiro de 2011, permanecem inalterados os demais termos e condições elencados na Autorização ANP nº 843/2015.

CLÁUDIO JORGE MARTINS DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO Nº 324, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos a SENDAS DISTRIBUIDORA S/A, CNPJ nº 06.057.223/0142-02, conforme Processo Judicial nº 0213286-96.2017.4.02.5101.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 326, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, ao MALCA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 28.147.572/0001-17, tendo em vista o cumprimento da Decisão Judicial proferida nos autos do processo judicial nº 5000800-92.2018.4.04.7006.

CEZAR CARAM ISSA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 50/2018/DF

Fase de Requerimento de Licenciamento
Despacho publicado(1153)

866.353/2015-DORACY FERRER KALIX-Nos termos da Nota nº 00066/2018/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, aprovada pelo Despacho nº 00318/2018/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, do Senhor Coordenador de Assuntos Minerários Substituto da PF/DNPM, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, ANULO os atos de indeferimento dos requerimentos de registro de licença.

866.354/2015-DORACY FERRER KALIX-Nos termos da Nota nº 00066/2018/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, aprovada pelo Despacho nº 00318/2018/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, do Senhor Coordenador de Assuntos Minerários Substituto da PF/DNPM, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, ANULO os atos de indeferimento dos requerimentos de registro de licença.

866.355/2015-DORACY FERRER KALIX-Nos termos da Nota nº 00066/2018/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, aprovada pelo Despacho nº 00318/2018/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, do Senhor Coordenador de Assuntos Minerários Substituto da PF/DNPM, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, ANULO os atos de indeferimento dos requerimentos de registro de licença.

866.356/2015-DORACY FERRER KALIX-Nos termos da Nota nº 00066/2018/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, aprovada pelo Despacho nº 00318/2018/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, do Senhor Coordenador de Assuntos Minerários Substituto da PF/DNPM, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, ANULO os atos de indeferimento dos requerimentos de registro de licença.

866.357/2015-DORACY FERRER KALIX-Nos termos da Nota nº 00066/2018/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, aprovada pelo Despacho nº 00318/2018/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, do Senhor Coordenador de Assuntos Minerários Substituto da PF/DNPM, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, ANULO os atos de indeferimento dos requerimentos de registro de licença.

866.358/2015-DORACY FERRER KALIX-Nos termos da Nota nº 00066/2018/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, aprovada pelo Despacho nº 00318/2018/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, do Senhor Coordenador de Assuntos Minerários Substituto da PF/DNPM, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, ANULO os atos de indeferimento dos requerimentos de registro de licença.

866.359/2015-DORACY FERRER KALIX-Nos termos da Nota nº 00066/2018/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, aprovada pelo Despacho nº 00318/2018/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, do Senhor Coordenador de Assuntos Minerários Substituto da PF/DNPM, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, ANULO os atos de indeferimento dos requerimentos de registro de licença.

866.360/2015-DORACY FERRER KALIX-Nos termos da Nota nº 00066/2018/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, aprovada pelo Despacho nº 00318/2018/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, do Senhor Coordenador de Assuntos Minerários Substituto da PF/DNPM, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, ANULO os atos de indeferimento dos requerimentos de registro de licença.

866.361/2015-DORACY FERRER KALIX-Nos termos da Nota nº 00066/2018/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, aprovada pelo Despacho nº 00318/2018/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, do Senhor Coordenador de Assuntos Minerários Substituto da PF/DNPM, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, ANULO os atos de indeferimento dos requerimentos de registro de licença.

866.362/2015-DORACY FERRER KALIX-Nos termos da Nota nº 00066/2018/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, aprovada pelo Despacho nº 00318/2018/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, do Senhor Coordenador de Assuntos Minerários Substituto da PF/DNPM, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, ANULO os atos de indeferimento dos requerimentos de registro de licença.

866.363/2015-DORACY FERRER KALIX-Nos termos da Nota nº 00066/2018/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, aprovada pelo Despacho nº 00318/2018/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, do Senhor Coordenador de Assuntos Minerários Substituto da PF/DNPM, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, ANULO os atos de indeferimento dos requerimentos de registro de licença.

866.364/2015-DORACY FERRER KALIX-Nos termos da Nota nº 00066/2018/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, aprovada pelo Despacho nº 00318/2018/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, do Senhor Coordenador de Assuntos Minerários Substituto da PF/DNPM, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, ANULO os atos de indeferimento dos requerimentos de registro de licença.

866.365/2015-DORACY FERRER KALIX-Nos termos da Nota nº 00066/2018/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, aprovada pelo Despacho nº 00318/2018/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, do Senhor Coordenador de Assuntos Minerários Substituto da PF/DNPM, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, ANULO os atos de indeferimento dos requerimentos de registro de licença.

866.366/2015-DORACY FERRER KALIX-Nos termos da Nota nº 00066/2018/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, aprovada pelo Despacho nº 00318/2018/PF-DNPM-SEDE/PGF/AGU, do Senhor Coordenador de Assuntos Minerários Substituto da PF/DNPM, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, ANULO os atos de indeferimento dos requerimentos de registro de licença.

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 51/2018/DF

Fase de Autorização de Pesquisa
Da provimento ao recurso interposto(245)
803.282/2006-J FERNANDO TAJRA REIS
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
830.833/2012-ALFA E OMEGA MINERAÇÃO LTDA ME- Área de 9878,41 ha para 257,35 ha-Granito
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
803.282/2006-J FERNANDO TAJRA REIS-MINÉRIO DE FERRO
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(349)
871.843/2003-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
Declara caduco o direito de requerer a lavra(399)
872.329/2006-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
872.694/2010-COOPERATIVA DE ESTRAÇÃO MINERAL DE TOMBADOR E REGIÃO CEMTR
Fase de Requerimento de Lavra
Homologa desistência do requerimento de Concessão de Lavra(352)
854.004/1996- IMERYS, RIO CAPIM CAULIM S A
Declara caduco o direito de requerer a lavra(399)
846.276/2006-MARCUS ANTONIO DANTAS CARREIRO
Fase de Concessão de Lavra
Prorroga o prazo para o início dos trabalhos de lavra(402)
002.916/1935-VALE S A- Prazo:a contar de 17/09/2004 e término em 22/02/2022
826.184/1994-BASALTO MINERAÇÃO LTDA- Prazo:a contar de 19/12/2014 e com término em 19/12/2018

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

815.004/1995-RUDNICK MINÉRIOS LTDA- Prazo:a contar de 25/01/2018 e término em 25/01/2020
868.078/1996-CEBRAINNE MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME- Prazo:a contar de 23/06/2004 e término em 17/07/2019
826.891/2001-MINERALIZADORA FONTE DE LUZ LTDA- Prazo:a contar de 13/12/2016 e término 13/12/2018
826.002/2002-BASALTO MINERAÇÃO LTDA- Prazo:a contar de 19/12/2014 e término em 19/12/2018
826.411/2003-TUPI MINERADORA DE CALCÁRIO LTDA.- Prazo:a contar de 15/01/2018 e término em 15/01/2019
815.750/2004-MINERAÇÃO VEIGA LTDA- Prazo:a contar de 22/01/2018 e término em 22/01/2019
826.702/2007-ARGILAJE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LAJES LTDA- Prazo:a contar de 22/12/2015 e término em 22/12/2018
826.451/2009-PASCHOVINO COMÉRCIO E ENGARRAFADORA DE BEBIDAS LTDA- Prazo:a contar de 09/06/2017 e término em 09/12/2018
Aprova o novo Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(416)
812.854/1968-MINERAÇÃO MOZONDÓ LTDA
920.272/1987-PEDRA ALTA DE MINERAÇÃO LTDA.
890.081/1989-MINERAÇÃO THOMAZINI LTDA.
815.890/1995-PLM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA
820.820/1996-ABILIO PEDRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
821.098/1997-MINERADORA VASSOURAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
821.399/2000-RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA
880.134/2009-JAMILE PAMPLONA DAIBES
Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)
803.413/1978-PEDRA ALTA DE MINERAÇÃO LTDA.-GRANITO
803.414/1978-PEDRA ALTA DE MINERAÇÃO LTDA.-GRANITO
803.415/1978-PEDRA ALTA DE MINERAÇÃO LTDA.-GRANITO
890.081/1989-MINERAÇÃO THOMAZINI LTDA.-GRANITO
820.820/1996-ABILIO PEDRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-ARGILA
Autorizo o aditamento de substância mineral(427)
920.272/1987-PEDRA ALTA DE MINERAÇÃO LTDA.-SAIBRO-Grupamento Mineiro N° 83/1987, DOU de 18/01/1988
820.820/1996-ABILIO PEDRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-SILTITO, CALCÁRIO DOLOMÍTICO, MARGA E BASALTO-Portaria de Lavra nº 278/2009, DOU de 16/09/2009
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(447)
816.462/1970-TERRA RICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALCÁRIOS E FERTILIZANTES DE SOLO LTDA.- Início:13/05/2008-Término:13/06/2018
816.596/1970-LIBRA LIGAS DO BRASIL S A-Início:24/02/2012-Término:06/08/2017
Despacho publicado(508)
868.078/1996-CEBRAINNE MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME-Acolhendo proposta do PARECER Nº 60/2018 - DIFIS-AS/JAS, TORNO SEM EFEITO os despachos que autorizaram a suspensão tem porária dos trabalhos de lavra, publicados no Diário Oficial da União de 23/10/09 e 09/05/12, respectivamente.
Aprova o relatório de Pesquisa de nova substância(1106)
803.413/1978-PEDRA ALTA DE MINERAÇÃO LTDA.-SAIBRO
803.414/1978-PEDRA ALTA DE MINERAÇÃO LTDA.-SAIBRO
803.415/1978-PEDRA ALTA DE MINERAÇÃO LTDA.-SAIBRO
820.820/1996-ABILIO PEDRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-SILTITO, CALCÁRIO DOLOMÍTICO, MARGA E BASALTO

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 52/2018/DF

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho de não aprovação do Relatório de Pesquisa(191)
803.282/2006-J FERNANDO TAJRA REIS- Publicado DOU de 07/10/2015
Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)
820.439/2006-FLÁVIO ARNALDO BENEDUCE-ALVARÁ N° 11.219 Publicado DOU de 05/12/2006- Onde se lê:"... nos Municípios de Cajamar/SP e Pirapora do Bom Jesus/SP, numa área de 110,75 ha..." , Leia-se:"... no Município de Pirapora do Bom Jesus/SP, numa área de 61,32 ha..."

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 29/2018/CE

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
800.684/2014-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA
800.297/2015-MINERAÇÃO AGRESTE LTDA
800.367/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
800.381/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
800.385/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
800.387/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
800.458/2015-CHAVES S A MINERAÇÃO E INDUSTRIA
800.467/2015-ANDRE CURSINO NETO ME
800.529/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
800.530/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
800.531/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
800.631/2015-MONT GRANITOS S A
800.634/2015-EVEREST MINERAÇÃO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO EIRELI
800.645/2015-EVEREST MINERAÇÃO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO EIRELI
800.685/2015-EDNIR OLIVEIRA SANTIAGO
800.687/2015-EDNIR OLIVEIRA SANTIAGO
800.064/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
800.155/2016-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA
800.176/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
800.177/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
800.178/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
800.179/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
800.180/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
800.181/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
800.183/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 38/2018/ES

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que o(s) recurso(s) administrativo(s) interposto(s) foram julgado(s)s parcialmente procedente(s); restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução:
Processo de Cobrança nº 997.721/2011 - Titular: Ibrata Mineração Ltda - CNPJ: 30.161.582/0001-59 - NFLDP nº 1009/2011 - Valor: R$ 231.937,80

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 39/2018/ES

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que foi acatada parcialmente a(s)defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso ao Superintendente relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução:
Processo de Cobrança nº 996.122/2016 - Titular: Braspedra Ltda - ME - CNPJ: 02.233.572/0001-46 - NFLDP nº 96/2016 - Valor: R$ 279,93

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 40/2018/ES

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que não foram acatada(s) a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso ao Superintendente relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução:
Processo de Cobrança nº 996.270/2013 - Titular: Provale Indústria e Comércio S.A. - CNPJ: 27.071.778/0001-48 - NFLDP nº 99/2013 - Valor: R$ 4.555,93
Processo de Cobrança nº 996.205/2014 - Titular: Britamar Indústria e Comércio Ltda - CNPJ: 01.439.591/0001-60 - NFLDP nº 31/2014 - Valor: R$ 334.900,83
Processo de Cobrança nº 996.533/2016 - Titular: Linhágua Mineração Ltda - CNPJ: 27.275.643/0001-02 - NFLDP nº 269/2016 - Valor: R$ 130.342,63
Processo de Cobrança nº 996.536/2016 - Titular: Empresa de Mineração Litorânea Ltda - CNPJ: 39.409.198/0001-05 - NFLDP nº 271/2016 - Valor: R$ 103.175,43

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 41/2018 DNPM/ES

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que não foi(ram) reconhecido(s) o(s) recurso(s) administrativo(s) interposto(s), por intempestividade; restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução:
Processo de Cobrança nº 997.746/2011 - Titular: Mármores do Brasil Ltda - CNPJ: 05.991.324/0001-52 - NFLDP nº 1041/2011 - Valor: R$ 32.844,66
Processo de Cobrança nº 997.033/2012 - Titular: Mineração Jabuticabal Ltda - CNPJ: 39.825.542/0001-39 - NFLDP nº 471/2012 - Valor: R$ 49.842,40
Processo de Cobrança nº 997.038/2012 - Titular: Trascol Tratores, Serviços e Comércio Ltda - CNPJ: 31.792.716/0001-00 - NFLDP nº 481/2012 - Valor: R$ 4.804,72
Processo de Cobrança nº 997.039/2012 - Titular: Trascol Tratores, Serviços e Comércio Ltda - CNPJ: 31.792.716/0001-00 - NFLDP nº 480/2012 - Valor: R$ 4.804,72
Processo de Cobrança nº 997.174/2017 - Titular: Indústria de Mármores Italva Ltda - CNPJ: 28.932.846/0003-40 - NFLDP nº 1004/2009 - Valor: R$ 2.056.814,27

RENATO MOTA DE OLIVEIRA
Superintendente

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 42/2018/ES

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que não foi(ram) apresentado(s) recurso(s) administrativo(s); restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução:
Processo de Cobrança nº 996.575/2009 - Titular: Mineração Jacarandá Ltda - CNPJ: 04.428.490/0001-82 - NFLDP nº 1016/2009 - Valor: R$ 29.178,41
Processo de Cobrança nº 996.412/2011 - Titular: Cajugram Granitos e Mármores do Brasil Ltda - CNPJ: 32.440.901/0001-90 - NFLDP nº 761/2011 - Valor: R$ 3.532,09
Processo de Cobrança nº 996.319/2012 - Titular: CBE Companhia Brasileira de Equipamento - CNPJ: 27.184.936/0001-76 - NFLDP nº 158/2012 - Valor: R$ 2.318,55
Processo de Cobrança nº 996.320/2012 - Titular: CBE Companhia Brasileira de Equipamento - CNPJ: 27.184.936/0001-76 - NFLDP nº 159/2012 - Valor: R$ 3.283,95
Processo de Cobrança nº 996.898/2012 - Titular: Cerâmica Imperial Ltda - CNPJ: 27.357.433/0001-55 - NFLDP nº 401/2012 - Valor: R$ 977,24
Processo de Cobrança nº 996.906/2012 - Titular: Itaúnas Mineração Ltda - CNPJ: 01.714.477/0001-00 - NFLDP nº 381/2012 - Valor: R$ 16,82
Processo de Cobrança nº 996.978/2012 - Titular: Empresa de Mineração Lambari Mármores e Granitos Ltda - CNPJ: 30.561.823/0001-57 - NFLDP nº 426/2012 - Valor: R$ 156,83
Processo de Cobrança nº 996.981/2012 - Titular: Eugênio Hachbardt-ME - CNPJ: 27.394.519/0001-58 - NFLDP nº 425/2012 - Valor: R$ 2.974,93
Processo de Cobrança nº 996.982/2012 - Titular: Granbrasil Granitos do Brasil S.A. - CNPJ: 27.416.197/0001-09 - NFLDP nº 429/2012 - Valor: R$ 9.057,72
Processo de Cobrança nº 997.001/2012 - Titular: Gransaf Granitos São Francisco Ltda - CNPJ: 02.609.799/0001-43 - NFLDP nº 493/2012 - Valor: R$ 311,23
Processo de Cobrança nº 997.002/2012 - Titular: Marmoraria Paulicéia Ltda - CNPJ: 27.071.430/0001-50 - NFLDP nº 501/2012 - Valor: R$ 76.503,61
Processo de Cobrança nº 997.018/2012 - Titular: RC Mineração Ltda - CNPJ: 04.475.803/0001-53 - NFLDP nº 523/2012 - Valor: R$ 237,87
Processo de Cobrança nº 997.047/2012 - Titular: Eugênio Hachbardt-ME - CNPJ: 27.394.519/0001-58 - NFLDP nº507/2012 - Valor: R$ 11.643,97
Processo de Cobrança nº 997.050/2012 - Titular: Stone Mineração Ltda - CNPJ: 35.986.181/0001-51 - NFLDP nº 485/2012 - Valor: R$ 62.292,44
Processo de Cobrança nº 997.036/2013 - Titular: Granitos Flor do Norte Ltda - CNPJ: 01.812.600/0001-17 - NFLDP nº 395/2013 - Valor: R$ 528.222,22

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 43/2018/ES

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que não foi(ram) apresentado(s) recurso(s) administrativo(s); restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução:

Processo de Cobrança nº 996.214/2014 - Titular: Empresa de Mineração Lambari Mármores e Granitos Ltda - CNPJ: 30.561.823/0001-57 - NFLDP nº 24/2014 - Valor: R$ 11.581,47

Processo de Cobrança nº 996.241/2014 - Titular: Stone Mineração Ltda - CNPJ: 35.986.181/0001-51 - NFLDP nº 35/2014 - Valor: R$ 43.789,62

Processo de Cobrança nº 996.251/2014 - Titular: Mindep Mineração Independência Ltda - CNPJ: 36.004.083/0001-34 - NFLDP nº 65/2014 - Valor: R$ 17.647,72

Processo de Cobrança nº 996.259/2014 - Titular: Xuap Indústria e Comércio Ltda - CNPJ: 06.006.503/0001-50 - NFLDP nº 52/2014 - Valor: R$ 40.161,40

Processo de Cobrança nº 996.270/2014 - Titular: Ricamar Mineração Ltda - CNPJ: 39.272.828/0001-34 - NFLDP nº 72/2014 - Valor: R$ 14.637,15

Processo de Cobrança nº 996.085/2015 - Titular: Empresa de Mineração Litorânea S.A. - CNPJ: 39.409.198/0001-05 - NFLDP nº 62/2015 - Valor: R$ 99.048,74

Processo de Cobrança nº 996.629/2015 - Titular: Granitos Estrela do Sul Ltda - ME - CNPJ: 01.252.560/0001-04 - NFLDP nº 334/2015 - Valor: R$ 328.488,06

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 14/2018/MT

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
866.455/2014-JUDITH DIAS TEIXEIRA ESTEVES
866.186/2016-ORGANIZAÇOES JML EIRELI ME
866.293/2016-TOP CRISTAL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA
866.663/2017-DO CARMO, G.R.
866.743/2017-NELSON JOSE BOTON
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
867.178/2014-TRANSTERRA MINERAÇÃO E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI EPP-OF. N°50/2018
866.745/2017-ANTONIO AGNALDO DO NASCIMENTO-OF. N°41/2018-Sup
867.038/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°42/2018-Sup
867.076/2017-FRANCISCO EGIDIO CAVALCANTE PINHO-OF. N°40/2018-Sup
867.081/2017-MINERAÇÃO VALE DO ARINOS LTDA-OF. N°39/2018-Sup
867.084/2017-GDMBRASIL GEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA-OF. N°38/2018-Sup
867.088/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°37/2018-Sup
867.089/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°35/2018-Sup
867.091/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°43/2018-Sup
867.092/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°34/2018-Sup
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
866.099/2008-CONSTRAL COSTRUTORA LTDA
866.137/2008-VOTORANTIM CIMENTOS S A
866.138/2008-VOTORANTIM CIMENTOS S A
866.139/2008-VOTORANTIM CIMENTOS S A
866.141/2008-VOTORANTIM CIMENTOS S A
866.145/2008-VOTORANTIM CIMENTOS S A
866.146/2008-VOTORANTIM CIMENTOS S A
866.147/2008-VOTORANTIM CIMENTOS S A
866.748/2010-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A
866.025/2017-LUIZ ANTONIO ZANETI
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina arquivamento Auto de infração(230)
866.934/2012-LAGO DOURADO MINERAÇÃO LTDA-AI N°24/2018
866.105/2013-LAGO DOURADO MINERAÇÃO LTDA-AI N°26/2018
866.336/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-AI N°84/2018
866.337/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-AI N°85/2018
866.338/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-AI N°86/2018
866.339/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-AI N°87/2018
866.340/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-AI N°88/2018
866.341/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-AI N°89/2018
866.342/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-AI N°90/2018
866.348/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-AI N°91/2018
Nega provimento ao recurso apresentado(244)
867.322/2013-JOÃO BROGGI JÚNIOR
867.323/2013-JOÃO BROGGI JÚNIOR
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
866.186/2015-ARILSON CEZARINO DA COSTA-Cessionário:Industria Areeira 3A Ltda-EPP- CPF ou CNPJ 22.715.788/0001-55- Alvará n°4638/2015
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
866.083/2009-PEDREIRA TANGARÁ LTDA-TANGARÁ DA SERRA/MT - Guia n° 07/2018-50.000toneladas-Basalto-Validade:01/04/2019
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
866.188/2013-ANDRÉ DA SILVA MEIRELLES -Alvará N°8.399/2017
866.185/2015-ELPIDIO DAROIT -Alvará N°1072/2016
866.110/2016-ANTONIO FURINI -Alvará N°4825/2016
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
866.236/2013-MINERADORA LORENZON LTDA ME-Cascalho
866.238/2013-MINERADORA LORENZON LTDA ME-Cascalho
867.339/2013-CARLOS JOSÉ FERNANDES-Basalto
867.340/2013-CARLOS JOSÉ FERNANDES-Basalto
867.341/2013-ALVARO PIZZATO QUADROS-Basalto
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
867.109/2010-HELTON QUEIROZ
866.611/2012-ALTA FLORESTA GOLD MINERAÇÃO S.A.
866.812/2012-ALTA FLORESTA GOLD MINERAÇÃO S.A.
867.113/2012-ELECTRUM CAPITAL PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS LTDA.
866.172/2013-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
866.436/2013-CONSTRAL COSTRUTORA LTDA
867.357/2013-DEMENECK MINERADORA LTDA
867.205/2014-ANGELO CARLOS VICARI
866.087/2015-ÉRICO VINICIUS PASA HERNANDEZ
866.221/2015-RENATO MICHAEL ZANELLA
866.684/2015-MAX SALUSTIANO DE LIMA JUNIOR
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
866.731/2004-INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS SUL MATOGROSSENSE LTDA- Bem-Te-Vi - Água Mineral Natural Pobóre - embalagens de 200 mL, 300 mL, 4997 mL(sem gás), 1,5 L, 6L, 10L e 20L- RONDONÓPOLIS/MT
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
866.688/2009-CIA MINERADORA OURO PAZ S. A.-PEIXOTO DE AZEVEDO/MT - Guia n° 06/2018-50.000toneladas-Minério de Ouro- Validade:15/11/2020

SERAFIM CARVALHO MELO

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 6/2018/PB

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
846.100/2014-ELIZABETH MINERAÇÃO LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
846.346/2012-AGUIA METAIS LTDA- Alvará n°8849/2017 - Cessionario:846.056/2017-Mineradora e Construtora Paraíso Ltda. ME- CPF ou CNPJ 02.069.083/0001-09
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
846.280/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°3702/2017
846.281/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°3703/2017
846.076/2017-MMG BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA. -Alvará N°6036/2017
846.077/2017-MMG BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA. -Alvará N°6037/2017
846.078/2017-MMG BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA. -Alvará N°6038/2017
846.079/2017-MMG BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA. -Alvará N°6039/2017
846.080/2017-MMG BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA. -Alvará N°6040/2017
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
846.355/2010-FRANCISCO ALENCAR DE MEDEIROS NETO- Alvará n°6567/2011 - Cessionário: Mineração Florentino Ltda- CNPJ 09.257.477/0001-21
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
846.158/2017-HERCULES CUNHA
Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
846.461/2007-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1160/2016-60 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
846.105/2001-MIBRA MINÉRIOS LTDA.-OF. N°238/2018
Fase de Lavra Garimpeira
Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)
840.114/1990-JOSE VALMOR PACHER ME - PLG Nº 36/2000 de 20/09/2000- Vencimento em 19/02/2023
840.115/1990-JOSE VALMOR PACHER ME - PLG Nº 245/1996 de 06/12/1996- Vencimento em 19/02/2023
846.189/1995-JOSE VALMOR PACHER ME - PLG Nº 84/1998 de 19/11/1998- Vencimento em 19/02/2023
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
846.213/2015-COMERCIAL E AGRICOLA VALE DO PARAIBA LTDA- Cessionário:Rioex Inter Rio Comercial Exportadora Ltda. ME- CNPJ 12.679.155/0001-85- Licenciamento n°426/2016- Vencimento do Licenciamento: 06/07/2027
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
846.009/2017-ANDRÉ DO NASCIMENTO JUSTINO-OF. N°239/2018
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
846.219/2015-CARLOS ANTONIO VILAR CAMPOS
846.222/2015-CARLOS ANTONIO VILAR CAMPOS
846.023/2016-FRANCISCO BENEDITO SOBRINHO

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 13/2018/EN

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Frederico Vieira de Melo - 848207/14 - A.I. 2/18
José Maria Cunha Melo - 848006/15 - A.I. 3/18
Management Administração, Serviços e Comércio IMP. e EXP. LTDA. - 848382/12 - A.I. 1/18
Manoel Freire de Castro - 848279/15 - A.I. 4/18

ROGER GARIBALDI MIRANDA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 15/2018/RN

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Cleanto Crlos Rego - 848166/16 - A.I. 6/18, 848167/16 - A.I. 7/18
Construmaquinas Terraplenagem e Locações de Máquinas Pesadas - 848093/16 - A.I. 5/18
Jonilton Gomes Pereira me - 848185/16 - A.I. 8/18

ROGER GARIBALDI MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHA DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 19/2018/RO

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
886.312/2001-PAULONERCESSIAN NETO-Cessionário:MARCOS DA SILVA PINHO- CPF ou CNPJ 632.336.902-82- Alvará n°6.710/2005
886.145/2017-CASSIUS CLÓVIS CEZEMER DE MORAIS- Cessionário:D.FERREIRA EIRELI ME- CPF ou CNPJ 25.249.717/0001-00- Alvará n°7.451/2017
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
886.048/2007-CASCALHEIRA PRIMAVERA LTDA ME-CASTANHEIRAS/RO, CACOAL/RO - Guia n° 007/2018-50.000toneladas-Areia- Validade:01/03/2019
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
886.182/2006-IRMAOS QUINTELA INDUSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA-OF. N°58/2018
886.031/2010-JERRY GOMES DE OLIVEIRA-OF. N°204,205/2018
886.493/2010-R.S.C. FIGUEREDO ME-OF. N°222,223,224/2018
886.163/2011-DELLABELLA E DELLABELLA LTDA-OF. N°207,208/2018
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
886.298/2004-CERÂMICA RIOMAR LTDA ME-ARIQUEMES/RO - Guia n° 06/2018-12.000toneladas-argila-Validade:03/08/2021

Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1692)

886.031/2010-JERRY GOMES DE OLIVEIRA- AI N°65/2018

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira

Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)

886.121/2017-COOPERATIVA MINERADORA DOS GARIMPEIROS DE ARIQUEMES - PLG N°03/2018 de 01/03/2018 - Prazo 05 anos

Fase de Lavra Garimpeira

Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)

886.197/2008-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO RIO MADEIRA COOGARIMA - PLG Nº 01/2011 de 12/01/2011- Vencimento em 17/10/2022

Fase de Licenciamento

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)

886.101/2015-DEPOSITO DE AREIA AMAZONAS LTDA ME- Cessionário:DORALINO CASTRAMAN PORTO DE AREIA ME- CNPJ 21.322.823/0001-03- Licenciamento n°063/2015- Vencimento do Licenciamento: 28/04/2020

ANDREIA MORESCHI DA SILVA

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 26/2018/RO

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: Bisconsin & Frota LTDA. Cpf/cnpj :02.590.843/0001-10 - Processo minerário: 886146/05 - Processo de cobrança: 986059/18 Valor: R$.2.850,75, Processo minerário: 886324/04 - Processo de cobrança: 986062/18 Valor: R$.2.187,39

Titular: Cerâmica Marajá LTDA. Cpf/cnpj :01.929.608/0001-68 - Processo minerário: 886177/06 - Processo de cobrança: 986058/18 Valor: R$.176,76

Titular: Cerâmica Santo Augusto Ltda Cpf/cnpj :04.913.968/0001-60 - Processo minerário: 886249/08 - Processo de cobrança: 986057/18 Valor: R$.13.694,16

Titular: Indústria e Comércio de Telhas Porto Madeira Ltda me Cpf/cnpj :08.878.214/0001-77 - Processo minerário: 886526/07 - Processo de cobrança: 986063/18 Valor: R$.1.452,07

Titular: José Gripa Cpf/cnpj :051.180.269-20 - Processo minerário: 886356/03 - Processo de cobrança: 986061/18 Valor: R$.2.960,89

ANDRÉIA MORESCHI DA SILVA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 4/2018/SP

Fase de Requerimento de Lavra

Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)

820.390/1995-PORTO DE AREIA SANTA IZABEL LTDA. - Publicado DOU de 15.02.2006, Relação n° 007/2006, Seção I, pág. - alteração de reservas

820.393/1995-PORTO DE AREIA SANTA IZABEL LTDA. - Publicado DOU de 15.02.06, Relação n° 007/06, Seção I, pág. - alteração de reservas

820.396/1995-PORTO DE AREIA SANTA IZABEL LTDA. - Publicado DOU de 15.02.2006, Relação n° 007/06, Seção I, pág. - alteração de reservas

820.399/1995-PORTO DE AREIA SANTA IZABEL LTDA. - Publicado DOU de 06.12.2005, Relação n° 108/2005, Seção I, pág. - alterações de reservas

Fase de Autorização de Pesquisa

Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1782)

820.601/2003-MÚLTIPLA PINDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Publicado DOU de 17.08.17, Relação n° 095/17, Seção I, pág. - Onde se lê: argila (construção civil) - Leia-se: areia (construção civil)

821.088/2008-S. G. SOCIEDADE AGRÍCOLA DE SANTA GERTRUDES - Publicado DOU de 21.09.17, Relação n° 114, Seção I, pág. - Onde se lê: areia industrial - Leia-se: argila industrtial

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 17/2018/SP

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)

821.435/2001-EXTRARGEO EXTRAÇÃO, ESCAVAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA ME

821.441/2001-EXTRARGEO EXTRAÇÃO, ESCAVAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA ME

820.931/2003-CALISTO LATIF FAKHOURI

820.976/2003-URSULA SCHELLENBERGER

820.724/2005-VALE DO PAITITI LTDA ME

820.518/2014-MINERADORA TATUÍ LTDA

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

820.237/1994-COMERCIAL IPIRANGA DE BEBIDAS LTDA-OF. N°003/2018-DTM/DNPM/SP

820.060/2002-FRANCISCO ALAMINO FILHO-OF. N°111/2018-DTM/DNPM/SP

820.064/2002-HALLIM FERES JUNIOR-OF. N°113/2018-DTM/DNPM/SP

820.994/2002-LEONARDO CESAR LUCCHESI DE CARVALHO-OF. N°114/2018-DTM/DNPM/SP

821.097/2002-JURACI POMA TOMAZ-OF. N°116/2018-DTM/DNPM/SP

821.098/2002-JURACI POMA TOMAZ-OF. N°118/2018-DTM/DNPM/SP

821.104/2002-ARUN BISWAS-OF. N°120/2018-DTM/DNPM/SP

821.150/2002-OLYMPIA DA CONCEIÇÃO CURADO DIAS-OF. N°122/2018-DTM/DNPM/SP

821.165/2002-OTTO MAX WIDMER-OF. N°124/2018-DTM/DNPM/SP

821.176/2002-MARIA LUCIA STENGHEL SALOMÃO DE AZEVEDO-OF. N°126/2018-DTM/DNPM/SP

820.434/2003-ACEBI EXTRATORA DE MINERAIS LTDA-OF. N°665/2017-DTM/DNPM/SP

820.835/2003-IVAN DE CASTRO PRADO NOGUEIRA-OF. N°141/2018-DTM/DNPM/SP

820.841/2003-ANTONIO TADEU DEMATEI PIETRAFEZA-OF. N°672/2017-DTM/DNPM/SP

820.225/2004-APARECIDO ARANEGA FILHO-OF. N°145/2018-DTM/DNPM/SP

820.508/2004-EMBU S.A ENGENHARIA E COMÉRCIO-OF. N°147/2018-DTM/DNPM/SP

820.551/2008-RINO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA-OF. N°673/2017-DTM/DNPM/SP

820.721/2016-SOCAL S A MINERAÇÃO E INTERCÂMBIO COMERCIAL E INDUSTRIAL-OF. N°135/2018-DTM/DNPM/SP

820.044/2017-COMÉRCIO DE AREIA CAMPO NOVO LTDA.-OF. N°131/2018-DTM/DNPM/SP

820.215/2017-SÃO MARTINHO TERRAS IMOBILIARIAS S.A.-OF. N°105/2018-DTM/DNPM/SP

820.245/2017-SPAL INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S A-OF. N°087/2018-DTM/DNPM/SP

820.273/2017-OLIMPIO DOMINGUES DE LIMA-OF. N°095/2018-DTM/DNPM/SP

Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(134)

821.441/2001-EXTRARGEO EXTRAÇÃO, ESCAVAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°941/2010-DTM/DNPM/SP

820.724/2005-VALE DO PAITITI LTDA ME-OF. N°3.409/07-2°.DS/DNPM/SP

Determina arquivamento definitivo do processo(155)

820.223/2014-MINERADORA LITOLGA LTDA ME

Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)

820.890/2008-COMPANHIA GERAL DE MINAS

Fase de Autorização de Pesquisa

Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)

821.758/1987-GERALDO NATIVIDADE TARALLO - Alvará N°1980/1988

Fase de Disponibilidade

Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)

820.288/1991-BRASNAVE Navegação, Extração e Pavimentações Ltda - CNPJ 90.296.476/0001-04- Substância Aprovada:Granito ornamental

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

820.631/1998-MESSIAS TRANSFERETTI MONTE MOR - FI-OF. N°024/18-SAP/DTM/DNPM/SP

821.339/2000-MACROTUR VIAGENS E TURISMO LTDA. - ME-OF. N°343/2018-DTM/DNPM/SP

820.119/2002-MINERAÇÃO ITAPEVA LTDA-OF. N°026/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.702/2006-MINERPAV MINERADORA LTDA.-OF. N°36/18-SAP/DTM/DNPM/SP

821.120/2008-PECUÁRIA SERRAMAR EIRELI-OF. N°44/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.715/2009-PECUÁRIA SERRAMAR EIRELI-OF. N°45/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.716/2009-PECUÁRIA SERRAMAR EIRELI-OF. N°46/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.717/2009-PECUÁRIA SERRAMAR EIRELI-OF. N°47/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.718/2009-PECUÁRIA SERRAMAR EIRELI-OF. N°48/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.719/2009-PECUÁRIA SERRAMAR EIRELI-OF. N°49/18-SAP/DTM/DNPM/SP

821.278/2009-PECUÁRIA SERRAMAR EIRELI-OF. N°50/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.738/2010-PECUÁRIA SERRAMAR EIRELI-OF. N°51/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.739/2010-PECUÁRIA SERRAMAR EIRELI-OF. N°52/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.740/2010-PECUÁRIA SERRAMAR EIRELI-OF. N°53/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.971/2013-PECUÁRIA SERRAMAR EIRELI-OF. N°55/18-SAP/DTM/DNPM/SP

Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(363)

820.721/1972-MINERAÇÃO CALDENSE LTDA-OF. N°816/2015-SAP/DTM/DNPM/SP (DOU 18/12/2015)

Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)

820.470/1997-PORTOVALE EXTRATORA DE AREIA LTDA.-OF. N°35/18-SAP/DTM/DNPM/SP-180 (cento e oitenta) dias dias

Nega a anuência prévia aos atos de cessão total do requerimento de lavra(1045)

820.452/1988-PAULO NOGUEIRA JUNIOR

Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)

820.631/1998-MESSIAS TRANSFERETTI MONTE MOR - FI-OF. N°025/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.119/2002-MINERAÇÃO ITAPEVA LTDA-OF. N°027/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.702/2006-MINERPAV MINERADORA LTDA.-OF. N°37/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.058/2008-LUIZ CARLOS FREI ME-OF. N°39/18-SAP/DTM/DNPM/SP

820.524/2008-EXTRATIVA DE ARGILA TAUBATÉ LTDA-OF. N°38/18-SAP/DTM/DNPM/SP

Fase de Licenciamento

Determina o arquivamento definitivo do processo(781)

820.437/2009-VIEL & CIA LTDA EPP

Indefere requerimento de transformação do regime de Licenciamento para Autorização de Pesquisa(791)

820.948/2010-MINERADORA LITOLGA LTDA ME

Fase de Requerimento de Licenciamento

Homologa desistência do requerimento de licenciamento(783)

820.298/2016-RODRIGUES & TORETE LTDA.

Determina arquivamento definitivo do processo(1147)

821.146/2014-COMAPE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDREGULHO LTDA

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA
Substituto

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 67, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, resolve:

Processo nº 48500.000519/2018-11. Interessada: ETEPA - Empresa Transmissora de Energia do Pará S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.209.035/0001-54. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do Projeto de Transmissão de Energia Elétrica, correspondente ao Lote 33 do Leilão nº 005/2016-ANEEL (Contrato de Concessão nº 50/2017-ANEEL, de 13 de setembro de 2017), de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec/portaria-2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

PORTARIA Nº 68, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.000377/2018-71. Interessada: Companhia Energética Miranda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.942.127/0001-49. Objeto: Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e do art. 1º, § 1º, inciso VII, da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o Projeto de Investimento da Usina Hidrelétrica denominada UHE Miranda, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UHE.PH.MG.001469-9.01, objeto do Contrato de Concessão de Geração nº 03/2017-ANEEL-UHE Miranda, de 10 de novembro de 2017, de titularidade da Interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios/2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900172

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 69, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, resolve:

Processo nº 48500.006141/2017-88. Interessada: Atlântico - Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.402.255/0001-60. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do Projeto de Reforço em Instalação de Transmissão de Energia Elétrica, objeto do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Conexão às Instalações de Transmissão - CCT ATLÂNTICO 001/2017, de 5 de setembro de 2017, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec/portaria-2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

Ministério do Desenvolvimento Social

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Ministro de 6 de março de 2018, do Ministério do Desenvolvimento Social, publicado no Diário Oficial da União nº 46, de 8 de março de 2018, Seção 1, pág. 159,

Onde se lê: "Nome da entidade: SSOCIAÇÃO ABRIGO MÃO AMIGA - AMA"

Leia-se: "Nome da entidade: ASSOCIAÇÃO ABRIGO MÃO AMIGA - AMA"

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 1.167, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Dá publicidade ao projeto desportivo, relacionado no anexo I, aprovado na reunião ordinária realizada em 07/03/2018.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 307, de 26 de outubro de 2017, designa mediante a Portaria nº 1 de 20 de novembro de 2017 considerando:

a) a aprovação do projeto desportivo, relacionado no anexo I, aprovado na reunião ordinária realizada 07/03/2018.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo I.

Art. 2º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

KARLA KATCHIUCIA VILELA COELHO CANDIDO
Diretora

ANEXO I

1 - Processo: 58000.118261/2017-11
Proponente: Confederação Brasileira de Voleibol
Título: Circuito Brasileiro de Vôlei de Praia OPEN 2018 - 1 Semestre
Valor autorizado para captação: R$ 3.977.600,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3455 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 5789-4
Período de Captação até: 30/04/2018

CONSELHO NACIONAL DE ESPORTE

RETIFICAÇÃO

Na Ata da 38ª Reunião Ordinário do Conselho Nacional do Esporte, realizada em 23 de junho de 2017, publicada no DOU de 11/07/2017, Seção 1, página 54, onde se lê: "... O Presidente do Conselho encaminha o assunto para deliberação, sendo aprovado por maioria o entendimento de que não cabe ao CNE definir o que é esporte, sendo este caso de autodeterminação, ficando vencido o conselheiro Jorge que entende que cabe ao CNE deliberar sobre o tema..." Leia-se: "... Após debate e conclusão sobre a autodeterminação das modalidades esportivas, o Presidente do Conselho encaminha o assunto para deliberação, sendo aprovado por maioria o entendimento de que não cabe ao CNE definir ou reconhecer a capoeira e as artes marciais como esportes, ficando vencido o conselheiro Jorge Steinhilber que entende que cabe ao CNE deliberar sobre o tema...."

SECRETARIA NACIONAL DE FUTEBOL E DEFESA DOS DIREITOS DO TORCEDOR

AUTORIDADE PÚBLICA DE GOVERNANÇA DO FUTEBOL

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 5 DE MARÇO DE 2018

Dispõe a respeito do cumprimento das obrigações contratuais e regular pagamento dos encargos relativos a todos os profissionais contratados pelas entidades esportivas de que trata o art. 4º, inciso VII, da Lei 13.155, de 4 de agosto de 2015.

O PLENÁRIO DA AUTORIDADE PÚBLICA DE GOVERNANÇA DO FUTEBOL - APFUT, nos termos do artigo 6º, inciso III, do Decreto 8.642, de 19 de janeiro de 2016 e,

CONSIDERANDO que a Medida Provisória 671, de 19 de março de 2015, convertida na Lei 13.155, de 4 de agosto de 2015, instituiu o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - PROFUT;

CONSIDERANDO que no livre exercício de sua gestão as entidades esportivas que decidiram aderir ao PROFUT se comprometeram a implementar as práticas de modernização e transparência financeiras elencadas na Lei 13.155, de 4 de agosto de 2015, sob a fiscalização da Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º, inciso VII, da Lei 13.155/2015, que dispõe sobre a obrigação de as entidades esportivas de cumprirem os contratos e regular pagamento dos encargos relativos a todos os profissionais contratados, incluindo salário e direito de imagem; resolve:

Seção I

Do Objeto

Art. 1º. A presente Resolução tem por objetivo regulamentar o art. 4º, VII, da Lei 13.155/2015 que dispõe sobre o cumprimento dos contratos e regular pagamento dos encargos relativos a todos os profissionais contratados pelas entidades esportivas.

Parágrafo único. Não constitui descumprimento da condição descrita no caput a existência de débitos em discussão judicial.

Seção II

Da Declaração de adimplência e demais documentos a serem apresentados à APFUT

Art. 2º. As entidades esportivas que aderiram ao PROFUT devem entregar Declaração de adimplência que ateste o cumprimento da obrigação prevista no art. 4º, VII, da Lei 13.155/2015, referentes aos meses de junho e dezembro de cada ano.

Art. 3º. A Declaração compreenderá o cumprimento de obrigações:

I - trabalhistas referentes a salários, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e contribuições previdenciárias;

II - contratuais firmadas entre a entidade esportiva e profissionais pessoas físicas;

III - contratuais relativas ao direito de imagem, ainda que o pagamento seja feito em favor de pessoa jurídica própria ou de terceiros.

Art. 4º. A Declaração seguirá modelo a ser disponibilizado pela APFUT e deve ser:

I - assinada pelo presidente ou dirigente máximo da entidade esportiva com firma reconhecida e papel timbrado da entidade esportiva;

II - enviada até o dia 05 (cinco) de julho e 5 (cinco) de janeiro de cada ano, por carta registrada, e, no mesmo prazo, o respectivo arquivo digital, por correio eletrônico, para o seguinte endereço: entidades.apfut@esporte.gov.br ;

Art. 5º. A Declaração deve estar acompanhada dos documentos listados abaixo:

I - cópia da folha de pagamento contendo o nome, cargo e salário de todos os funcionários;

II - listagem de débitos objeto da presente Resolução que estejam em discussão judicial, com indicação do andamento e objeto dos processos e a que profissional se referem;

III - listagem dos contratos de direito de imagem em vigor indicando o nome do profissional ao qual se referem, mesmo quando assinados com pessoa jurídica própria ou de terceiros;

IV - listagem dos contratos com profissionais pessoas físicas com indicação dos nomes, valores e atividades contratadas.

Parágrafo único. Os documentos listados acima a serem enviados até 5 (cinco) de julho serão referentes ao mês de junho do mesmo ano e os enviados até 5 (cinco) de janeiro, referentes a dezembro do ano anterior.

Art. 6º. O Presidente da APFUT poderá solicitar o envio de outros documentos, tais como cópia dos contratos, comprovantes dos pagamentos de salário, FGTS, contribuições previdenciárias e demais obrigações contratuais.

Parágrafo único. As entidades esportivas deverão enviar em até 5 (cinco) dias úteis os arquivos digitais dos comprovantes de pagamento e outros documentos que forem solicitados pela Presidência da APFUT.

Seção III

Da fiscalização

Art. 7º. A Presidência da APFUT deverá estabelecer critérios impessoais para orientar a fiscalização das entidades esportivas, sem prejuízo da verificação das denúncias apresentadas ou divulgadas pela mídia.

Parágrafo único. A verificação dos pagamentos utilizará critérios de amostragem que poderão ser definidos a partir do tipo ou valor dos pagamentos e da alternância das amostras.

Art. 8º. O não envio da Declaração e demais documentos dentro do prazo estabelecido dará ensejo a abertura de processo administrativo com a finalidade de se verificar a inadimplência da obrigação prevista no art. 4º, VII da Lei 13.155/2015.

Art. 9º. A entidade esportiva será citada para que no prazo de 15 (quinze) dias corridos apresente defesa ou regularize a documentação.

§1º A notificação de que trata o caput poderá ter o prazo prorrogado por mais 15 (quinze) dias, desde que a entidade apresente pedido justificado.

§2º Caberá ao Presidente da APFUT avaliar a concessão do prazo de que trata o parágrafo anterior.

Art. 10. Constatada a inadimplência, o Presidente da APFUT deliberará pela adoção das providências previstas no art. 9º, §2º, do Decreto 8.642/2016.

Parágrafo único. O Presidente da APFUT também comunicará às entidades de administração do desporto ou liga que organizar competição profissional de futebol para aplicação do previsto no Art. 5º, V da Lei 13.155/2015.

Art. 11. Nos casos em que a Declaração firmada pelo presidente ou dirigente máximo da entidade esportiva se mostrar falsa (falsidade ideológica ou material) ou diversa da que foi solicitada, a APFUT comunicará o fato aos órgãos competentes para análise de eventuais infrações de natureza penal e civil.

Seção IV

Das disposições finais

Art. 12. O Presidente da APFUT publicará em ato próprio os modelos de Declaração de inadimplência e documentos descritos no art. 4º que deverão ser utilizados pelas entidades esportivas.

Art. 13. Aplica-se, supletivamente, as disposições da Resolução Plenária APFUT 1/2017, que estabelece o procedimento para fiscalização do cumprimento das condições previstas os incisos II a X do art. 4º da Lei 13.155/2015.

Art. 14. A fiscalização das obrigações trabalhistas e contratuais de que trata a presente Resolução não afeta as fiscalizações do Ministério do Trabalho e dos demais órgãos públicos credores das contribuições previdenciárias.

Art. 15. Os casos omissos ou eventuais dúvidas serão sanadas pelo Presidente da Autoridade Pública da Governança do Futebol - APFUT que poderá, a seu critério, submeter a questão ao Plenário.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

LUIZ ANDRÉ DE FIGUEIREDO MELLO
Presidente

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 49, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Reinstituição de Grupo de Trabalho sobre Gestão Compartilhada de unidades de conservação de uso sustentáveis federais

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 87, parágrafo único e incisos I e II, da Constituição Federal, e o que consta no processo n° 02000.000790/2017-13. resolve:

Art. 1º Reinstituir Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar proposta voltada à gestão compartilhada entre comunidades tradicionais das unidades de conservação federais de uso sustentável e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.

Art. 2º Ficam mantidas as disposições e indicações realizadas sob a égide da Portaria n. 187. de 19 de maio de 2017, que não conflitem com este ato.

Art. 3º O Grupo de Trabalho de que trata esta Portaria terá duração de 90 (noventa) dias.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SARNEY FILHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900173

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

COORDENAÇÃO REGIONAL 6 - CABEDELO/PB

PORTARIA Nº 1, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2018

Modifica a Composição do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha-Rocas-São Pedro e São Paulo e do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, no Estado de Pernambuco (Processo nº 02124.001896/2017-20)

A COORDENADORA REGIONAL DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES NA 6ª REGIÃO, tendo em vista o disposto na Lei n° 11.516, de 28 de agosto de 2007, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução Normativa ICMBio n° 09, de 05 de dezembro de 2014, e pelo art. 23 do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 8 de julho de 2011.

Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, bem como no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta;

Considerando o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, instituído pelo Decreto n° 5.758/2006, que prevê como estratégias para aprimorar o planejamento e a gestão do SNUC o estabelecimento e a promoção do funcionamento dos conselhos das unidades de conservação, bem como o apoio à participação efetiva dos representantes das comunidades locais nos conselhos;

Considerando o Decreto n° 8.243/2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social;

Considerando o Decreto n° 92.755, de 5 de Junho de 1986, que cria a APA de Fernando de Noronha, Rocas - São Pedro e São Paulo;

Considerando o Decreto n° 96.693, de 14 de setembro de 1988, que cria o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha;

Considerando a Portaria n° 79, de 21 de Julho de 2014, que Renova a Portaria e modifica a composição da Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha - Rocas - São Pedro e São Paulo;

Considerando a Portaria IBAMA nº 137, de 15 de dezembro de 2014, que renova a portaria e modifica a composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 09, de 05 de dezembro de 2014, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais;

Considerando a Portaria n. 07, de 03 de janeiro de 2017, que cria o Núcleo de Gestão Integrada de Fernando de Noronha - ICMBio Noronha;

Considerando as proposições apresentadas pela Coordenação Regional - 6ª Região, bem como pela Unidade de Conservação, conforme consta no Processo nº 02124.001896/2017-20; RESOLVE:

Art. 1º O Conselho Consultivo da APA de Fernando de Noronha, Rocas - São Pedro e São Paulo e do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha é composto por setores representativos do Poder Público e da Sociedade Civil, considerando as peculiaridades regionais, na forma seguinte:

I - ÓRGÃOS PÚBLICOS:

a) Órgãos públicos ambientais, dos três níveis da Federação

b) Órgãos públicos de áreas afins, dos três níveis da Federação

II - USUÁRIOS DO TERRITÓRIO

a) Comércio e Serviços

b) Agropecuária e pesca

c) Turismo

d) Atividades Náuticas

III - ORGANIZAÇÕES DE EDUCAÇÃO E CULTURA

a) Setor cultural

IV- ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS

a) Setor comunitário

V - INSTITUIÇÕES DE PESQUISA, EDUCAÇÃO E CONSERVAÇÃO

a) Instituições de Ensino e Pesquisa

§1º O quantitativo de vagas e a relação das instituições representantes de cada setor são aqueles definidos pelo Conselho, observando-se o critério de paridade, devidamente registrados em ata de reunião e homologados pelo Coordenador Regional competente do Instituto Chico Mendes.

§2º As futuras modificações do quantitativo de vagas e da relação das instituições representativas dos setores serão definidas pelo Conselho e submetidas pela chefia do Núcleo de Gestão Integrada de Fernando de Noronha - ICMBio Noronha ao Coordenador Regional competente do Instituto Chico Mendes, para análise e homologação.

Art. 2° O Conselho Consultivo será presidido pelo(a) chefe ou responsável institucional do ICMBio Noronha, que indicará seu suplente.

Art. 3º A modificação na composição dos setores representados no Conselho Consultivo será decidida em reunião específica, com o devido registro em ata, com vistas à publicação de nova portaria assinada pelo Coordenador Regional competente do Instituto Chico Mendes.

Art. 4º As atribuições, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo da APA de Fernando de Noronha-Rocas-São Pedro e São Paulo e do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha são previstas no seu regimento interno.

Art. 5º O Conselho elaborará o seu Plano de Ação e avaliará periodicamente a efetividade de seu funcionamento.

Parágrafo único. O Plano de Ação e o resultado da avaliação do Conselho devem ser enviados à consideração da Coordenação Regional, que os remeterá à Coordenação Geral de Gestão Socioambiental para ciência e acompanhamento.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARY CARLA MARCON NEVES

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 43, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, Substituto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e tendo em vista o disposto no art. 40 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º Designar o Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para exercer as seguintes atribuições, referentes ao art. 40 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011:

I - assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei nº 12.527, de 2011;

II - monitorar a implementação do disposto na Lei nº 12.527, de 2011, e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;

III - recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto na Lei nº 12.527, de 2011; e

IV - orientar as unidades administrativas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão no que se refere ao cumprimento do disposto na Lei nº 12.527, de 2011, e em seus regulamentos.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SE/MP nº 725, de 28 de julho de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

SECRETARIA DE GESTÃO

PORTARIA Nº 2.299, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Disciplina o afastamento de servidores da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - EPPGG para participar em programas de pós-graduação, no País ou no exterior.

A SECRETÁRIA-ADJUNTA DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência delegada pela Portaria/SEGES nº 2.091, de 1º de março de 2018, e considerando o disposto no art. 13, V, "a". do Anexo I ao Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, no art. 13 do Decreto nº 5.176, de 10 de agosto de 2004, nos artigos 3º, I, e 4º, VI, da Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, na Lei nº 7.834, de 6 de outubro de 1989, nos artigos 95 e 96-A, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, resolve:

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O afastamento de servidores da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - EPPGG, com a respectiva remuneração, para participar em programas presenciais de pós-graduação stricto sensu no País ou equivalente no exterior, poderá ocorrer nas seguintes modalidades:

I - afastamento para Programa de Capacitação de Longa Duração - PCLD, decorrente de processo seletivo, no caso de programa de pós-graduação com duração superior a 12 (doze) meses, e duração máxima de até 48 (quarenta e oito) meses;

II - afastamento para Programa de Capacitação de Média Duração - PCMD, no caso de programa de pós-graduação com duração superior a 3 (três) meses, e duração máxima de até 12 (doze) meses;

III - afastamento parcial, no caso de programa de pós-graduação no País, quando não puder ser feita a compensação de horas no período da jornada semanal regular do servidor, ou quando não houver possibilidade de afastamento integral, em razão das necessidades do trabalho.

Parágrafo único. São consideradas atividades acadêmicas, integrantes de programa de pós-graduação stricto sensu no País ou equivalente no exterior: cursos, disciplinas, pesquisas, intercâmbios, estágios acadêmicos e redação de trabalho final, dissertação ou tese, que atendam aos interesses da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 2º Observado o disposto no art. 1º, poderá pleitear afastamento para participar de qualquer uma das modalidades de programas de pós-graduação stricto sensu, no País ou no exterior, o servidor que:

I - tenha cumprido o período mínimo de efetivo exercício na carreira, de 3 (três) anos para mestrado e 4 (quatro) anos para doutorado e pós-doutorado, incluindo-se o período de estágio probatório, e que não tenha se afastado por licença para tratar de interesses particulares, para gozo de licença capacitação ou para participar das modalidades previstas nos incisos I e II do art. 1º desta Portaria, nos 2 (dois) anos anteriores à data da solicitação do afastamento para mestrado e doutorado, e 4 (quatro) anos para pós-doutorado;

II - Não estiver suspenso de suas funções por força de medida disciplinar.

Art. 3º O afastamento dar-se-á pelos prazos máximos a seguir, vedada a prorrogação:

I - até seis meses, no caso de estágios acadêmicos;

II - até doze meses, no caso de pós-doutorado;

III - até vinte e quatro meses, no caso de mestrado;

IV - até quarenta e oito meses, no caso de doutorado.

Parágrafo único. Nos casos de afastamentos concedidos para prazos inferiores aos estabelecidos nos incisos deste artigo poderá ser concedida prorrogação de prazo, desde que a solicitação com a devida justificativa seja efetuada no prazo de até sessenta dias antes do término da concessão inicial, juntamente com documento fornecido pela instituição de ensino onde se realizam as atividades acadêmicas do programa, comprovando a necessidade do pleito, observados os prazos máximos fixados.

Art. 4º O afastamento somente será concedido:

I - para a participação em programas de pós-graduação no exterior cuja qualidade seja atestada por meio de classificações internacionais ou conceitos divulgados por publicações especializadas; e

II - para participação em programas de pós-graduação stricto sensu no País que tenham obtido, na última avaliação, pelo menos o conceito 4 (quatro) na escala de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

§ 1º Para fins de verificação das informações relativas aos programas referidos no inciso I, o Órgão Supervisor da Carreira poderá consultar a CAPES.

§ 2º Não serão considerados programas de pós-graduação stricto sensu no País que estejam em fase de instrução de seus processos de reconhecimento junto ao Conselho Nacional de Educação - CNE, mesmo que suas propostas já tenham sido aprovadas pela CAPES.

Art. 5º A solicitação para participar de programa presencial de pós-graduação stricto sensu, no País ou no exterior, em qualquer uma das modalidades de afastamento, será efetuada mediante requerimento específico, contendo:

I - exposição de motivos, com até 3 (três) páginas, demonstrando:

a) a compatibilidade do programa de pós-graduação e, quando for o caso, das atividades de pesquisa a serem desenvolvidas, com as atribuições da carreira de EPPGG e com as áreas de interesse definidas pelo Órgão Supervisor da Carreira, bem como análise da relevância do tema para a sua atuação profissional; e

b) a razão pela qual a participação em programa de pós-graduação stricto sensu não pode ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

II - período de início e fim do afastamento pleiteado;

III - anuência do Secretário-Executivo do órgão em que o servidor estiver em exercício, ou da autoridade máxima da entidade, incluindo-se as Agências Reguladoras, ou autoridade a quem tenha sido delegada competência.

IV - anteprojeto de trabalho final, dissertação ou tese a ser desenvolvido, com até 15 (quinze) páginas, de acordo com os itens 4.2 e 5 da NBR 14724, contendo:

a) título;

b) sumário;

c) introdução;

d) objetivos (geral e específicos);

e) justificativa;

f) referencial teórico;

g) metodologia;

h) cronograma das atividades previstas, abrangendo o período para conclusão dos créditos ou disciplinas e para a elaboração e defesa de trabalho final, dissertação ou tese, bem como demonstração da compatibilidade do cronograma com o período de afastamento; e

i) referências bibliográficas.

V - conceito do programa pretendido de acordo com a avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, no caso de programa no País, e classificação ou conceito internacionalmente aceito, no caso de programa no exterior;

VI - termo de compromisso e responsabilidade, conforme modelo definido pelo Órgão Supervisor da Carreira, devidamente preenchido e assinado;

VII - currículo atualizado; e

VIII - extratos do SIAPE/SIGEPE, contendo informações sobre afastamentos e licenças usufruídas até o momento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º Nos casos de solicitação de afastamento para redação de trabalho final, dissertação ou tese, o interessado deverá apresentar, ademais das informações requeridas nos incisos I a VIII, a declaração de conclusão dos créditos emitida pela instituição promotora.

§ 2º No caso de servidores em exercício no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, é dispensada a anuência prévia do Secretário-Executivo nos afastamentos para PCLD e PCMD, prevista no inciso III do caput.

Art. 6º São deveres do servidor autorizado a se afastar:

I - dedicar-se exclusivamente ao programa e às atividades acadêmicas previstas em seu âmbito, ficando vedado seu envolvimento em quaisquer outras atividades, salvo na hipótese de acumulação lícita de cargos;

II - apresentar ao Órgão Supervisor da Carreira, no prazo de até sessenta dias após o fim do prazo do afastamento, os seguintes documentos:

a) histórico escolar ou documentação equivalente;

b) diploma, certificado de conclusão de curso ou documento equivalente; e

c) arquivo eletrônico em formato não editável de resumo executivo e do trabalho final, dissertação, tese ou equivalente, conforme o caso.

III - participar de atividades de disseminação dos conhecimentos adquiridos no programa promovidas pelo Órgão Supervisor da Carreira, pela Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP ou pelo órgão ou entidade de exercício;

IV - cumprir outras obrigações estabelecidas pelo Órgão Supervisor da Carreira, relativas ao acompanhamento durante o afastamento e à disseminação de conhecimentos adquiridos no curso; e

V - permanecer no exercício de suas funções após o retorno por período, no mínimo, igual ao do afastamento.

Art. 7º Caso o servidor venha a solicitar exoneração do cargo ou aposentadoria antes de cumprido o período de permanência após a conclusão do programa, previsto no § 4º do art. 96-A da Lei nº 8.112, de 1990, deverá ressarcir ao erário os eventuais gastos com seu aperfeiçoamento e o valor da remuneração percebida durante o período de afastamento, proporcionalmente ao tempo que reste para completar o referido período, conforme definido nos arts. 46 e 47 da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 8º O servidor perderá o direito de participar de programas de pós-graduação, no País ou no exterior, pelo prazo de trinta e seis meses, e terá que ressarcir ao erário, conforme prescrito nos arts. 46 e 47 da Lei nº 8.112, de 1990, os eventuais gastos com seu aperfeiçoamento e o valor equivalente à remuneração percebida durante o período em que esteve afastado nos seguintes casos:

I - desistência injustificada após o início do programa; e

II - não obtenção do título ou grau que justificou seu afastamento, salvo na hipótese comprovada de força maior ou de caso fortuito.

§ 1º No caso de abandono ou desligamento do programa, sem imediata comunicação ao Órgão Supervisor da Carreira, deverá ser instaurado processo administrativo disciplinar, sem prejuízo das demais sanções previstas nesta Portaria.

§ 2º O servidor estará isento do ressarcimento e das sanções previstas quando interromper sua participação no programa em virtude de licença por doença própria, do cônjuge ou de parente de primeiro grau, devidamente comprovada por laudo pericial médico ou por justificativa endossada pelo dirigente da unidade administrativa e homologada pelo Órgão Supervisor da Carreira.

Art. 9º O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP não arcará com o pagamento de qualquer custo eventualmente incorrido pelo servidor para participar de programa de pós-graduação, no País ou no exterior, objeto do afastamento concedido.

DAS MODALIDADES

AFASTAMENTO PARA PCLD

Art. 10. Considera-se PCLD o afastamento para participar de programa presencial de pós-graduação stricto sensu, no País ou no exterior, com duração superior a 12 (doze) meses, e duração máxima de até 48 (quarenta e oito) meses, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

Parágrafo Único - O Programa de Capacitação de Longa Duração - PCLD será organizado em duas fases: a) Habilitação, por meio de processo seletivo; b) Solicitação de afastamento dos candidatos habilitados.

Art. 11. O quantitativo máximo de autorizações de afastamento nesta modalidade observará o percentual de até 4% (quatro por cento) do total de servidores em efetivo exercício na carreira.

§ 1º Do resultado encontrado subtrair-se-á o quantitativo de servidores já afastados para participação em PCLD.

§ 2º O Órgão Supervisor da Carreira estabelecerá e divulgará, anualmente, os prazos para inscrição nos processos seletivos em cada semestre, os quantitativos de vagas autorizados, as áreas de interesse, o número máximo de servidores que poderão se afastar e os critérios de seleção e classificação a serem observados para análise dos pleitos, observado o limite estabelecido neste artigo.

§ 3º A cada semestre, observados os quantitativos máximos estabelecidos no § 2º, o Comitê Consultivo poderá propor o remanejamento das vagas remanescentes, inclusive para o semestre seguinte, para análise e decisão pelo Órgão Supervisor da Carreira.

Art. 12. O Órgão Supervisor da Carreira verificará a adequada instrução dos processos nos termos do art. 5º e encaminhará para análise do Comitê Consultivo da Carreira de EPPGG apenas os considerados aptos à participação no processo seletivo, observado o disposto nesta Portaria.

Parágrafo Único. O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão poderá firmar Termo de Cooperação com a CAPES ou com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ para análise da qualidade dos projetos de pesquisa apresentados.

Art. 13. O Comitê Consultivo da Carreira de EPPGG apresentará ao Órgão Supervisor da Carreira, em até vinte dias a partir da data de recebimento dos processos, parecer com o resultado final da análise, contendo síntese dos argumentos e debates que embasaram suas decisões, proposta de classificação dos candidatos e fichas de análise, de cada membro do Comitê, referentes aos projetos analisados.

Art. 14. Caberá ao Órgão Supervisor da Carreira autorizar, homologar e divulgar o resultado final do processo seletivo que definirá os servidores habilitados para solicitarem afastamento.

§ 1º O Órgão Supervisor da Carreira divulgará a classificação no processo seletivo aos interessados, por correio eletrônico e por meio de sua página na rede mundial de computadores, até dois dias úteis após a manifestação do Comitê Consultivo da Carreira.

§ 2º Para publicação da portaria de afastamento do servidor, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP, poderá exigir, oportunamente, a apresentação da seguinte documentação complementar:

a) Formulário de Pedido de Afastamento do País, conforme modelo disponível no Sistema Eletrônico de Informações - SEI/MP, para aqueles que participarão de programa no exterior;

b) Comprovante de aprovação em processo seletivo, comprovante de matrícula ou documento análogo fornecido pela instituição de ensino;

c) Agenda/Cronograma detalhado do programa, especificando dia/mês/ano do início e do término das atividades a serem desempenhadas, atendendo ao disposto na Norma Operacional DIRAD/MP nº 02/2016;

d) Conteúdo programático, com indicação de carga horária ou de créditos a serem realizados;

e) Bilhetes aéreos ou pesquisa de intenção de voo, juntamente com descritivo que demonstre a viabilidade das datas escolhidas para início e término do afastamento; e

f) Comprovante de homologação de férias - apenas para os casos em que o servidor tenha, por motivos particulares, optado por programar férias para se deslocar para a cidade de destino antes da data de início do curso.

§ 3º A documentação acima deverá ser anexada ao processo, até 31 de janeiro de cada ano, para os pleitos de afastamento com início no primeiro semestre, e até 30 de junho, para os pleitos de afastamento com início no segundo semestre.

§ 4º O servidor habilitado no processo seletivo que não apresentar a documentação prevista no § 2º até a data estabelecida no § 3º será desclassificado e o Órgão Supervisor da Carreira convocará os próximos candidatos habilitados, seguindo a ordem de classificação, até o limite de vagas.

Art. 15. Os candidatos terão o prazo de dez dias para a interposição de recurso administrativo, contado a partir da divulgação oficial da classificação no processo seletivo.

§ 1º O recurso administrativo deverá ser decidido pelo Órgão Supervisor da Carreira, ouvido o Comitê Consultivo, no prazo máximo de quinze dias, a partir do recebimento dos autos.

§ 2º Os prazos relativos a este artigo começam a correr a partir da data da divulgação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

Art. 16. A desistência de participação no PCLD após os prazos determinados no § 3º do art. 14 ensejará a perda do direito de participar do PCLD pelo período de vinte e quatro meses, excetuando-se a hipótese comprovada de força maior ou de caso fortuito, a critério do Órgão Supervisor da Carreira.

Art. 17. Em situação excepcional, caso o servidor, ao longo do PCLD, necessite alterar o tema de seu trabalho final, dissertação ou tese, desde que obedecidos os critérios estabelecidos para o processo seletivo do qual participou, deverá informar o novo tema ao Órgão Supervisor da Carreira, justificando a necessidade da mudança, para fins de registro e controle.

Art. 18. A autorização de afastamento para PCLD será concedida pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e implicará a alteração de exercício do servidor para o Órgão Supervisor da Carreira.

Parágrafo único. O servidor deverá retornar às atividades no primeiro dia útil após o término do prazo, apresentando-se ao Órgão Supervisor da Carreira para redefinição de exercício, que ocorrerá, preferencialmente, no órgão ou entidade em que se encontrava à época do afastamento, exceto em caso de manifestação formal da instituição quanto à liberação do servidor.

AFASTAMENTO PARA PCMD

Art. 19. Considera-se afastamento para Programa de Capacitação de Média Duração - PCMD aquele destinado a participar de programa presencial de pós-graduação stricto sensu, no País ou no exterior, com duração superior a 3 (três) meses, e duração máxima de até 12 (doze) meses, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo.

§ 1º Respeitado o previsto no caput, a autorização de afastamento para PCMD será concedida pelo Órgão Supervisor da Carreira, após solicitação do órgão ou entidade de exercício do servidor, e não estará sujeita aos limites de vagas e ao processo seletivo estabelecidos para a modalidade PCLD.

§ 2º O órgão ou entidade de exercício do servidor da carreira de EPPGG deverá:

I - verificar a adequada instrução do processo nos termos do art. 5º desta Portaria;

II - solicitar ao Órgão Supervisor da Carreira a homologação e publicação do ato autorizativo com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência em relação ao início das atividades acadêmicas do programa, incluindo a análise da compatibilidade do projeto de pesquisa proposto com seu plano anual de capacitação; e

III - comprovar a conclusão dos estudos e impor eventuais sanções em casos de descumprimento de obrigações assumidas pelo servidor no contexto do afastamento.

§ 3º Para publicação da portaria de afastamento do servidor, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP, poderá exigir, oportunamente, a apresentação da seguinte documentação complementar:

a) Formulário de Pedido de Afastamento do País, conforme modelo disponível no Sistema Eletrônico de Informações - SEI/MP, para aqueles que participarão de programa no exterior;

b) Comprovante de aprovação em processo seletivo, comprovante de matrícula ou documento análogo fornecido pela instituição de ensino;

c) Agenda/Cronograma detalhado do programa, especificando dia/mês/ano do início e do término das atividades a serem desempenhadas, atendendo ao disposto na Norma Operacional DIRAD/MP nº 02/2016;

d) Conteúdo programático, com indicação de carga horária ou de créditos a serem realizados;

e) Bilhetes aéreos ou pesquisa de intenção de voo, juntamente com descritivo que demonstre a viabilidade das datas escolhidas para início e término do afastamento; e

f) Comprovante de homologação de férias - apenas para os casos em que o servidor tenha, por motivos particulares, optado por programar férias para se deslocar para a cidade de destino antes da data de início do curso.

§ 4º O afastamento para PCMD não implicará alteração de exercício, devendo o servidor retornar às atividades no primeiro dia útil após o término do prazo, apresentando-se ao órgão ou entidade em que se encontrava em exercício antes do afastamento.

§ 5º Nos casos em que o EPPGG encontrar-se cedido a órgão ou entidade para ocupar cargo comissionado equivalente ou superior a DAS 4, o processo de afastamento deverá seguir todos os trâmites estabelecidos neste artigo, sendo obrigatório o retorno do servidor ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, antes do início do afastamento.

§ 6º Na hipótese de eventual alteração dos termos do afastamento, deverão ser adotados pelo servidor os mesmos procedimentos da solicitação inicial, sendo necessário novo ato autorizativo do Órgão Supervisor da Carreira, nos termos do § 2º deste artigo.

AFASTAMENTO PARCIAL

Art. 20. Considera-se afastamento parcial aquele destinado a participar de programa presencial de pós-graduação stricto sensu no País, no interesse da Administração e quando não puder ser feita a compensação de horas no período da jornada semanal regular do servidor, ou quando não houver possibilidade de afastamento integral, em razão das necessidades do trabalho.

§ 1º Respeitado o previsto no caput, o órgão ou entidade em que o servidor da carreira de EPPGG se encontra em exercício poderá conceder o afastamento parcial, observando os seguintes requisitos:

I - adequada instrução do processo nos termos do art. 5º desta Portaria e análise da compatibilidade do projeto de pesquisa proposto com seu plano anual de capacitação;

II - atendimento aos requisitos do art. 96-A, da Lei nº 8.112, de 1990, especialmente aqueles que tratam da permanência no cargo para a concessão de cada nível de pós-graduação e de permanência no exercício integral das atribuições do cargo após a cessação do afastamento parcial;

III - observância das determinações do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006;

IV - avaliação, segundo cada caso concreto, da comprovação material de impossibilidade de compensação da jornada, a fim de determinar o número de horas a serem reduzidas, desde que se permita a continuidade da realização das atribuições de responsabilidade do servidor, mesmo com a redução da jornada;

V - modificação do fundamento legal, do art. 96-A para o art. 98, da Lei nº 8.112, de 1990, sempre que se avaliar que há possibilidade de compensação, no decorrer da realização do programa;

VI - impossibilidade de concessão do afastamento parcial a detentor de cargo em comissão ou função comissionada, haja vista a necessidade de dedicação integral às atribuições do cargo; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900175

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VII - comprovação da conclusão dos estudos e imposição de eventuais sanções em casos de descumprimento de obrigações assumidas pelo servidor no contexto do afastamento.

§ 2º O servidor poderá se ausentar do trabalho por até 12 (doze) horas semanais, sem a necessidade de compensação de horário, por um período máximo de vinte e quatro meses para mestrado, quarenta e oito meses para doutorado e doze meses para pós-doutorado.

§ 3º Durante o período de afastamento parcial, o servidor permanecerá em exercício no órgão ou entidade ao qual solicitou a autorização.

§ 4º O órgão ou entidade deverá apresentar cópia do ato autorizativo referente ao afastamento parcial ao Órgão Supervisor da Carreira no prazo de quinze dias contados da publicação para fins de ciência e registro nos assentamentos funcionais do servidor.

§ 5º Considera-se como afastamento, para fins de contagem dos prazos especificados no art. 3º, o período total pleiteado, vedada a dedução dos dias trabalhados.

§ 6º Na hipótese de eventual alteração dos termos do afastamento, deverão ser adotados pelo servidor os mesmos procedimentos da solicitação inicial, sendo necessário novo ato autorizativo, nos termos do § 1º deste artigo.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. O Órgão Supervisor da Carreira divulgará na sua página na rede mundial de computadores, a relação dos servidores afastados e que retornaram de afastamento para PCLD e PCMD.

Art. 22. As dúvidas e os casos omissos serão resolvidos pelo Órgão Supervisor da Carreira.

Art. 23. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24. Fica revogada a Portaria SEGES nº 242, de 2 de setembro de 2016.

ALINE RIBEIRO DANTAS DE TEIXEIRA SOARES

PORTARIA Nº 2.301, DE 8 DE MARÇO DE 2018

A SECRETÁRIA-ADJUNTA DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência delegada pela Portaria/SEGES nº 2.091, de 1º de março de 2018, e considerando o disposto no art. art.13, V, "a", do Anexo I ao Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, e no art. 11, § 2º, da Portaria SEGES nº 2.299, 8 de março de 2018, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o quantitativo máximo de 5 (cinco) vagas destinadas ao Programa de Capacitação de Longa Duração (PCLD) dos servidores da Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental referente ao segundo semestre de 2018, sendo as mesmas distribuídas da seguinte forma:

I - para a modalidade de Mestrado, fica fixado o número de 3 (três) vagas;

II - para a modalidade de Doutorado, fica fixado o número de 2 (duas) vagas.

Art. 2º Para efeito de análise dos pleitos de afastamento serão consideradas áreas de interesse temas relacionados ao ciclo de políticas públicas e à gestão governamental na Administração Pública Federal.

Art. 3º Os Projetos de Pesquisa receberão pontuação 10 (dez) no critério A2, conforme os critérios de seleção e classificação definidos no Anexo a esta Portaria, quando se enquadrarem nas seguintes áreas de interesse prioritárias:

I - novos arranjos organizacionais na Administração Pública;

II - desburocratização, inovação, plataformas de governo e transformação digital na gestão pública;

III - fortalecimento da gestão e do controle e aperfeiçoamento da gestão de riscos;

IV - melhoria da qualidade do gasto;

V - novas estratégias de gestão de pessoas para uma administração pública de alto desempenho;

VI - inovação no modelo de contratação da administração pública;

VII - governança e desenvolvimento;

VIII - impactos de mudanças demográficas e diversidade populacional sobre as políticas públicas;

IX - perspectivas comportamentais aplicadas às políticas públicas;

X - economia do setor público: atração de investimentos e modelos alternativos de implementação e financiamento de serviços públicos;

XI - estratégias para diversidade na ocupação de cargos na alta administração;

XII - capacidades estatais dos entes federados e seu impacto na implementação de políticas públicas federais;

XIII - papel do governo federal nas políticas de segurança pública e de redução da violência;

XIV - governo aberto e coprodução de políticas públicas;

XV - desenvolvimento econômico e desigualdade;

XVI - políticas migratórias.

Parágrafo único. Caberá ao Comitê Consultivo da Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental analisar a oportunidade e a conveniência para a Administração Pública Federal dos projetos de pesquisa apresentados pelos candidatos, avaliando o objeto a ser investigado, as competências a serem desenvolvidas e o potencial de aplicabilidade e reprodução do conhecimento a ser adquirido.

Art. 4º O interessado deve solicitar a inscrição em processo seletivo para afastamento para PCLD junto ao Órgão Supervisor da Carreira até 31 de março de 2018, para curso com início no segundo semestre de 2018.

§ 1º A documentação de que trata o art. 5º da Portaria SEGES nº 2.299, de 2018, deverá ser encaminhada utilizando-se o sistema eletrônico de peticionamento, disponibilizado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, mediante requerimento específico, até as 23 horas e 59 minutos da data especificada no caput.

§ 2º O servidor deverá anexar todos os documentos previstos no art. 5º da Portaria SEGES nº 2.299, de 2018, em formato digitalizado ".pdf", atendendo aos requisitos exigidos pelo sistema eletrônico.

§ 3º No caso de servidores em exercício no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a anuência prevista no inciso III do art. 5º da Portaria SEGES nº 2.299, de 2018, deverá ser do Secretário titular da unidade.

§ 4º As solicitações de inscrição no processo seletivo para afastamento PCLD relativas ao segundo semestre de 2018 recebidas até a data de publicação desta Portaria somente serão consideradas se os documentos apresentados atenderem aos requisitos previstos na Portaria SEGES nº 2.299, de 2018.

Art. 5º Os candidatos que obtiverem pontuação inferior a 70% dos pontos possíveis no bloco referente ao "Projeto de Pesquisa e Exposição de Motivos" serão automaticamente desclassificados.

Art. 6º Os critérios a serem analisados no processo seletivo encontram-se no Anexo a esta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Fica revogada a Portaria SEGES nº 203, de 15 de setembro de 2017.

ALINE RIBEIRO DANTAS DE TEIXEIRA SOARES

ANEXO

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO APLICADOS AO PROCESSO SELETIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE EPPGG EM PCLD

Os candidatos a participar do Programa de Capacitação de Longa Duração (PCLD) serão classificados em uma escala de 0 a 100 pontos divididos em dois blocos, referentes à trajetória profissional e ao projeto de pesquisa, de acordo com a equação abaixo:

Para o mestrado:

PF = ((TPx0,3) + (PPx0,7))

Para o doutorado:

PF = ((TPx0,4) + (PPx0,6))

Onde:

PF = Pontuação Final

TP = Trajetória Profissional, em uma escala de 0 a 100 pontos

PP = Projeto de Pesquisa e Exposição de Motivos, em uma escala de 0 a 100 pontos

Bloco 1: Trajetória Profissional

TP = (5 x (TE / (1 + TA)))

Onde:

TP = trajetória profissional, em uma escala de 0 a 100 pontos;

TE = tempo de efetivo exercício na carreira (em anos);

TA = tempo de afastamentos anteriores da carreira para capacitação (em anos);

e TP é menor ou igual a 100.

Bloco 2: Projeto de Pesquisa e Exposição de Motivos

PP = Média de (A + B + C + (1,5 x D))

Média aritmética da pontuação total atribuída por cada integrante do Comitê aos quatro quesitos de análise, onde:

A = Tema: dois critérios pontuados numa escala de 0 a 10, cada um, com peso 1,0;

B = Problema de pesquisa: um critério pontuado numa escala de 0 a 10 com peso 1,0;

C = Objetivos: um critério pontuado numa escala de 0 a 10 com peso 1,0; e

D = Justificativa e Exposição de Motivos: quatro critérios pontuados numa escala de 0 a 10, cada um, com peso 1,5.

e PP é menor ou igual a 100.

CRITÉRIOS DE DESEMPATE NA ÚLTIMA VAGA

1º - não ter se afastado anteriormente para PCLD; e

2º - maior pontuação na avaliação do projeto de pesquisa.

PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA

Pontue de 0 a 10, na ficha de análise, ao lado de cada critério, a fim de indicar o resultado da análise do projeto e da exposição de motivos, de acordo com a seguinte escala:

0 - Não atende minimamente ao esperado.

10 - Atende plenamente ao esperado.

QUESITO	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO	TOTAL	Justifique, se pontuação for ≤ 5
A. Tema - até 20 pontos.	A1. Quão clara e coerente está a proposição do tema? (peso 1,0)			
	A2. Qual é o grau de enquadramento do tema nas áreas de interesse estabelecidas nesta Portaria? (peso 1,0)			
B. Problema de pesquisa - até 10 pontos.	B1. Quão relevante é o problema de pesquisa proposto para a administração pública federal? (peso 1,0)			
C. Objetivos - até 10 pontos.	C1. Quão claros e condizentes com o problema de pesquisa estão os objetivos? (peso 1,0)			
D. Justificativa e Exposição de Motivos - até 60 pontos.	D1. Qual o grau de relevância da pesquisa para a Administração Pública Federal? (peso 1,5)			
	D2. Qual a amplitude de aplicabilidade da pesquisa para a Administração Pública Federal? (peso 1,5)			
	D3. Qual o grau de clareza a respeito dos conhecimentos que o servidor pretende adquirir, bem como das competências que pretende desenvolver? (peso 1,5)			
	D4. Até que ponto o tema, o problema e a abordagem propostos evidenciam uma estratégia clara visando a gerar valor público? (peso 1,5)			
TOTAL GERAL DE PONTUAÇÃO				

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 2325, DE 7 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 31, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 17, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como nos elementos que integram o Processo nº 04926.000605/2016-95, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação com encargo, ao Munícipio de Uberaba/MG, do imóvel da União, com área de 9.944,25m², localizado na Rua Nenê Sabino, esquina com a Rua Treze, Bairro Olinda, Uberaba/MG, registrado sob a Matrícula nº 14.998, Livro 02, do Primeiro Ofício de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Art. 2º A doação a que se refere o art. 1º se destina à manutenção do campo de futebol para práticas desportivas, do vestiário e da praça pública.

Art. 3º O encargo de que trata o art. 2º será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas, se não for cumprida a finalidade da doação, se cessarem as razões que a justificaram se ao imóvel, no todo ou em parte, vierem a ser dadas aplicações diversas da prevista ou se ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais.

Art. 4º O donatário responderá, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros concernentes ao imóvel ora autorizado em doação, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 5º É vedada ao donatário a possibilidade de alienar o imóvel recebido em doação, no todo ou em parte.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DE 8 DE MARÇO DE 2018

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0098/2018 de 05/03/2018, 0099/2018 de 05/03/2018, 0101/2018 de 06/03/2018, 0102/2018 de 06/03/2018, 0103/2018 de 07/03/2018 e 0104/2018 de 07/03/2018, respectivamente:

Residência Prévia - RN 02 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039001979201805 Empresa: CRISTIANE FERNANDES ZAGOL - ME Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: STUART WILLIAM HANTHORNE Data Nascimento: 10/02/1987 Passaporte: PT2598279 País: IRLANDA Mãe: Christine Hanthorne Pai: Leslie Hanthorne; Processo: 47039002386201858 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLA GRADUADA DE SAO PAULO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DAVID RICHARD GRISWOLD Data Nascimento: 30/04/1983 Passaporte: 579691225 País: EUA Mãe: KATHRYN ELIZABETH MULLER Pai: RICHARD DWIGHT GRISWOLD; Processo: 47039002468201801 Empresa: EMPRESA CONSTRUTORA BRASIL SA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Manuel Serafim Gonçalves de Carvalho Data Nascimento: 17/01/1966 Passaporte: M990891 País: PORTUGAL Mãe: Maria Olinda de Andrade Gonçalves Pai: José Manuel Teixeira de Carvalho; Processo: 47039002621201891 Empresa: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOHN ANTHONY SAHS Data Nascimento: 06/06/1968 Passaporte: 452027283 País: EUA Mãe: Bach Tuyet Thi Nguyen Pai: Não informado; Processo: 47039002622201836 Empresa: DOW BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SHELLEY JAYNE THELEN Data Nascimento: 18/11/1980 Passaporte: 509626898 País: EUA Mãe: MARY LAURA HUHN Pai: JOHN LEO RUSSMAN; Processo: 47039002623201881 Empresa: MITSUI SUMITOMO SEGUROS S.A. Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: YUKI NUMATA Data Nascimento: 19/02/1986 Passaporte: TK7199416 País: JAPÃO Mãe: HISAE NUMATA Pai: TAKASHI NUMATA; Processo: 47039002792201811 Empresa: NEXTIA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LORENZO GIANOLI Data Nascimento: 05/04/1972 Passaporte: YA8106218 País: ITÁLIA Mãe: MARIAPIA LISSIDINI Pai: GIACOMINO GIANOLI; Processo: 47039002808201895 Empresa: ASSOCIACAO DE PAIS DE ALUNOS DO LYCEE FRANCAIS FRANCOIS MITTERRAND Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Celia Stéphanie Rose Marie Peytral Data Nascimento: 17/03/1980 Passaporte: 13DA63987 País: FRANÇA Mãe: Marie Louise Claire Thérèse Gassend Pai: Pierre Jacques Jules Peytral; Processo: 47039002818201821 Empresa: LUXOTTICA BRASIL PRODUTOS OTICOS E ESPORTIVOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GIANCARLO ANTONIO FORMOSO Data Nascimento: 06/06/1973 Passaporte: YB1158602 País: ITÁLIA Mãe: CARMELA PADALINO Pai: ROCCO SETTIMIO FORMOSO.

Residência Prévia - RN 21 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039003255201898 Empresa: JATAI ATLETICO CLUBE Prazo: 8 Mês(es) Imigrante: MAHMUDUL HASAN Data Nascimento: 19/03/1998 Passaporte: BP0016729 País: BANGLADESH Mãe: MORTUZA BEGUM Pai: NIJAM UDDIN; Processo: 47039003500201867 Empresa: LONDRINA ESPORTE CLUBE Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: JOSEPH VIANNEY APAM MOJAHOUN Data Nascimento: 31/12/1998 Passaporte: 0528595 País: CAMARÕES Mãe: Djiefack Dorothée Pai: Jahoun Étienne; Processo: 47039003502201856 Empresa: ESPORTE CLUBE PRIMEIRO PASSO VITORIA DA CONQUISTA Prazo: 18 Mês(es) Imigrante: KAMRUL HASAN Data Nascimento: 11/06/1995 Passaporte: BR0345717 País: BANGLADESH Mãe: ROKSHA NA BEGUM Pai: ZAINAL ABEDIN; Processo: 47039003691201867 Empresa: TEC - TOLEDO ESPORTE CLUBE LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RYUTARO KAWANAMI Data Nascimento: 17/11/1999 Passaporte: MU1404583 País: JAPÃO Mãe: SHIZUKA KAWANAMI Pai: SHINSUKE KAWANAMI.

Residência Prévia - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039002550201827 Empresa: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: NIELS OLE ULRICH Data Nascimento: 10/01/1987 Passaporte: C1WVWGTJ4 País: ALEMANHA; Processo: 47039002603201818 Empresa: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: TAKASHI HAYASHI Data Nascimento: 04/09/1986 Passaporte: TR9433463 País: JAPÃO; Processo: 47039002611201856 Empresa: ROBBINS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MILTON SARMIENTO HERNANDEZ Data Nascimento: 26/11/1975 Passaporte: PE092597 País: COLÔMBIA; Processo: 47039002607201898 Empresa: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: KOJI MITSUI Data Nascimento: 30/08/1967 Passaporte: TR6926956 País: JAPÃO; Processo: 47039002655201886 Empresa: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PASQUALINO SURICO Data Nascimento: 24/03/1975 Passaporte: YA5350898 País: ITÁLIA; Processo: 47039002682201859 Empresa: DURR BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ULF EBERLEIN Data Nascimento: 03/08/1968 Passaporte: CCXGVX0M5 País: ALEMANHA; Processo: 47039002716201813 Empresa: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANDREA FINELLI Data Nascimento: 18/04/1980 Passaporte: YA9035098 País: ITÁLIA; Processo: 47039002730201817 Empresa: NEOPUL - SOCIEDADE DE ESTUDOS E CONSTRUCOES S.A. DO BRASIL. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOSÉ MIGUEL MARTINS SACOTO Data Nascimento: 02/06/1973 Passaporte: N028638 País: PORTUGAL.

Residência Prévia - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º caput):

Processo: 47039001129201807 Empresa: RICARDO JANZEN - ME Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Chen Shanli Data Nascimento: 10/08/1983 Passaporte: G45316501 País: CHINA; Processo: 47039001149201870 Empresa: RICARDO JANZEN - ME Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GUOSHENG YE Data Nascimento: 04/10/1972 Passaporte: EB5352125 País: CHINA; Processo: 47039001154201882 Empresa: RICARDO JANZEN - ME Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ZHOU LIANG Data Nascimento: 24/01/1987 Passaporte: G46739712 País: CHINA; Processo: 47039001890201831 Empresa: PHILCO ELETRONICOS SA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Zhang Luoting Data Nascimento: 10/02/1988 Passaporte: E31513313 País: CHINA; Processo: 47039001891201885 Empresa: PHILCO ELETRONICOS SA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Xue Qunbo Data Nascimento: 09/10/1983 Passaporte: E21830267 País: CHINA; Processo: 47039002179201801 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MIRKO MUELLER Data Nascimento: 20/01/1983 Passaporte: C4VMOC4GJ País: ALEMANHA; Processo: 47039002180201828 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: NEIL UM EBALE Data Nascimento: 13/03/1971 Passaporte: EB9315855 País: FILIPINAS Imigrante: SEREF GOKKA YA Data Nascimento: 15/03/1981 Passaporte: U01032044 País: TURCOMENISTÃO; Processo: 47039002717201850 Empresa: SIEMPELKAMP DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MICHAEL MEWES Data Nascimento: 24/11/1966 Passaporte: C2TRW9GKT País: ALEMANHA; Processo: 47039002718201802 Empresa: SIEMPELKAMP DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Julian Hubert Brieden Data Nascimento: 15/05/1987 Passaporte: C6XTV5C4F País: ALEMANHA; Processo: 47039002856201883 Empresa: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Darwin Salomon Carpio Herrera Data Nascimento: 11/07/1975 Passaporte: 6863656 País: PERU; Processo: 47039002930201861 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Uffe Kongstad Data Nascimento: 24/10/1976 Passaporte: 204278159 País: DINAMARCA; Processo: 47039003085201841 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ABHAY KUMAR Data Nascimento: 11/07/1984 Passaporte: L7732294 País: ÍNDIA; Processo: 47039003087201831 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOHANNES KANN Data Nascimento: 08/12/1984 Passaporte: C5YP012KM País: ALEMANHA; Processo: 47039003091201807 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RAINER MICHAEL STOCK Data Nascimento: 31/08/1965 Passaporte: C93TYKMC6 País: ALEMANHA; Processo: 47039003142201892 Empresa: ACCIONA WINDPOWER BRASIL - COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS EOLICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PABLO MARTÍNEZ MURCIA Data Nascimento: 10/04/1987 Passaporte: PAB322536 País: ESPANHA; Processo: 47039003144201881 Empresa: ACCIONA WINDPOWER BRASIL - COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS EOLICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LUCAS BALLESTEROS BONO Data Nascimento: 28/05/1974 Passaporte: PAE183576 País: ESPANHA; Processo: 47039003162201863 Empresa: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SAMUEL O`NEAL FORTE Data Nascimento: 04/11/1995 Passaporte: R0634216 País: REPÚBLICA GUIANA; Processo: 47039003163201816 Empresa: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: REEDEL OSCAR DEAN JAMES Data Nascimento: 19/06/1994 Passaporte: R0519446 País: REPÚBLICA GUIANA; Processo: 47039003166201841 Empresa: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: AMAR LALL RAM Data Nascimento: 29/08/1994 Passaporte: R0475482 País: REPÚBLICA GUIANA; Processo: 47039003182201834 Empresa: GUARDIAN DO BRASIL VIDROS PLANOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SAMUEL ANTHONY INCORVAIA Data Nascimento: 02/10/1980 Passaporte: 523681269 País: EUA; Processo: 47039003229201860 Empresa: VALLOUREC SOLUCOES TUBULARES DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Lino Bagagiolo Data Nascimento: 21/09/1959 Passaporte: YA8470481 País: ITÁLIA; Processo: 47039003230201894 Empresa: PHILCO ELETRONICOS SA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ZHU JINPING Data Nascimento: 04/10/1990 Passaporte: E48724247 País: CHINA; Processo: 47039003343201890 Empresa: UPL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE INSUMOS AGROPECUARIOS S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ANAND ACHARYA Data Nascimento: 03/03/1990 Passaporte: Z3700329 País: ÍNDIA; Processo: 47039003345201889 Empresa: UPL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE INSUMOS AGROPECUARIOS S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ANIL DINKAR MORE Data Nascimento: 01/02/1973 Passaporte: Z3944843 País: ÍNDIA; Processo: 47039003366201802 Empresa: BENTELER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOHANN NEUFELD Data Nascimento: 28/01/1977 Passaporte: CHR1J0CZC País: ALEMANHA; Processo: 47039003364201813 Empresa: BENTELER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOHANNES THEODOR VOCKEL Data Nascimento: 01/09/1964 Passaporte: CHR1T0W8T País: ALEMANHA; Processo: 47039003363201861 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ROBERT JOHN RIVERA Data Nascimento: 19/04/1974 Passaporte: 450466494 País: EUA; Processo: 47039003361201871 Empresa: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GREG ANTHONY ROHR Data Nascimento: 12/06/1951 Passaporte: 564329360 País: EUA; Processo: 47039003377201884 Empresa: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: Raphael Andreas Haefeli Data Nascimento: 18/11/1974 Passaporte: X3404290 País: SUIÇA; Processo: 47039003384201886 Empresa: GE CELMA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JULIE ROSE OLSON Data Nascimento: 08/06/1990 Passaporte: 553370223 País: EUA; Processo: 47039003387201810 Empresa: GEBO CERMEX DO BRASIL ENGENHARIA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Cédric Éric François Hamon Data Nascimento: 29/02/1988 Passaporte: 14AV31264 País: FRANÇA; Processo: 47039003388201864 Empresa: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BHANU PRATAP SINGH Data Nascimento: 14/04/1986 Passaporte: R8433385 País: ÍNDIA; Processo: 47039003389201817 Empresa: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ALDO ELIAS RICO GUERRA Data Nascimento: 15/08/1990 Passaporte: G13422211 País: MÉXICO; Processo: 47039003391201888 Empresa: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: THEODORE JAMES WELLAND Data Nascimento: 12/06/1969 Passaporte: 524110034 País: EUA; Processo: 47039003392201822 Empresa: ROCHE DIAGNOSTICA BRASIL LTDA. Prazo: até 22/08/2018 Imigrante: KAZUMASA SAITO Data Nascimento: 13/03/1974 Passaporte: TR3035980 País: JAPÃO; Processo: 47039003393201877 Empresa: ROCHE DIAGNOSTICA BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MASAAKI ODAKURA Data Nascimento: 26/02/1971 Passaporte: TK2147945 País: JAPÃO; Processo: 47039003396201819 Empresa: ROCHE DIAGNOSTICA BRASIL LTDA. Prazo: até 22/08/2018 Imigrante: MICHIAKI SEKIGUCHI Data Nascimento: 17/03/1973 Passaporte: TK5193557 País: JAPÃO; Processo: 47039003398201808 Empresa: ACTIVE INDUSTRIA DE COSMETICOS S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KLAUS WERNER STIEFFENHOFER Data Nascimento: 14/07/1965 Passaporte: C2W1LH7H9 País: ALEMANHA; Processo: 47039003399201844 Empresa: ESTALEIRO ATLANTICO SUL S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Hojin Seon Data Nascimento: 21/01/1983 Passaporte: M25384294 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039003400201831 Empresa: ACTIVE INDUSTRIA DE COSMETICOS S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MANFRED WILHELM BREU Data Nascimento: 28/11/1959 Passaporte: C2W0038JL País: ALEMANHA; Processo: 47039003401201885 Empresa: ACTIVE INDUSTRIA DE COSMETICOS S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RALF DIERKS Data Nascimento: 03/07/1965 Passaporte: C2VNGN97H País: ALEMANHA; Processo: 47039003404201819 Empresa: ACTIVE INDUSTRIA DE COSMETICOS S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: STEFAN WEBER Data Nascimento: 14/10/1984 Passaporte: C2YM7FPFG País: ALEMANHA; Processo: 47039003405201863 Empresa: CAN-PACK BRASIL INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA. Prazo: 180

Dia(s) Imigrante: JESS PANAO TERRENAL Data Nascimento: 13/04/1979 Passaporte: P5521289A País: FILIPINAS; Processo: 47039003406201816 Empresa: ACTIVE INDUSTRIA DE COSMETICOS S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SVEN PETER STUCH Data Nascimento: 30/10/1973 Passaporte: C2W174Y2X País: ALEMANHA; Processo: 47039003408201805 Empresa: CAN-PACK BRASIL INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DAWID ARTUR SPERUDA Data Nascimento: 02/05/1996 Passaporte: EL7790242 País: POLÔNIA Imigrante: KAMIL GRZEGORZ WILGOCKI Data Nascimento: 06/08/1996 Passaporte: EL1470087 País: POLÔNIA Imigrante: LUKASZ PAWEL JANUSZ Data Nascimento: 26/07/1986 Passaporte: EE6415549 País: POLÔNIA Imigrante: MARCIN RAFAL PUTEK Data Nascimento: 26/09/1977 Passaporte: EA0636146 País: POLÔNIA Imigrante: MICHAL GRZEGORZ SZUMIEC Data Nascimento: 10/08/1991 Passaporte: EE5605514 País: POLÔNIA Imigrante: MICHAL MARCIN SKOWRON Data Nascimento: 19/12/1985 Passaporte: EL1493189 País: POLÔNIA Imigrante: PIOTR MARCIN MARSZALIK Data Nascimento: 17/10/1990 Passaporte: EL0514717 País: POLÔNIA Imigrante: RAFAL ANDRZEJ JAROSZEK Data Nascimento: 23/10/1980 Passaporte: EE5034141 País: POLÔNIA Imigrante: RAFAL PIOTR BARANOWSKI Data Nascimento: 15/05/1979 Passaporte: EE0432106 País: POLÔNIA; Processo: 47039003407201852 Empresa: CAPGEMINI BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ANAND BARDHAN MISHRA Data Nascimento: 05/12/1973 Passaporte: L4503777 País: ÍNDIA; Processo: 47039003409201841 Empresa: CAPGEMINI BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PREM ANAND POTHAPRAGADA Data Nascimento: 01/12/1980 Passaporte: R8163630 País: ÍNDIA; Processo: 47039003410201876 Empresa: CAPGEMINI BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SAYANEEL MUKHERJEE Data Nascimento: 30/06/1982 Passaporte: K6651062 País: ÍNDIA; Processo: 47039003412201865 Empresa: UNICHARM DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA., Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: KAZUNOBU TAMURA Data Nascimento: 13/10/1969 Passaporte: TK7042724 País: JAPÃO Imigrante: KAZUO IWASAKI Data Nascimento: 06/03/1968 Passaporte: TR3885028 País: JAPÃO Imigrante: MASAHITO ARAKAWA Data Nascimento: 04/02/1965 Passaporte: TR1593502 País: JAPÃO Imigrante: SEIJI NAGAMI Data Nascimento: 25/01/1981 Passaporte: TR5224651 País: JAPÃO Imigrante: TOMOKAZU NAKAGAWA Data Nascimento: 10/09/1983 Passaporte: TK 9009081 País: JAPÃO Imigrante: TOMOYUKI HASEGAWA Data Nascimento: 12/01/1989 Passaporte: TR8848193 País: JAPÃO Imigrante: Tatsunori Okabe Data Nascimento: 08/12/1969 Passaporte: MU1936629 País: JAPÃO Imigrante: ZHE CUI Data Nascimento: 09/12/1989 Passaporte: G38711809 País: CHINA; Processo: 47039003413201818 Empresa: ARDAGH INDUSTRIA DE EMBALAGENS METALICAS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BRAD PAUL JENSEN Data Nascimento: 18/12/1980 Passaporte: E4057461 País: AUSTRÁLIA; Processo: 47039003414201854 Empresa: ARDAGH INDUSTRIA DE EMBALAGENS METALICAS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HENRY JAMES SHEPPERD Data Nascimento: 02/05/1990 Passaporte: PA6299176 País: AUSTRÁLIA; Processo: 47039003415201807 Empresa: ARDAGH INDUSTRIA DE EMBALAGENS METALICAS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MICHAEL NOEL LLOYD Data Nascimento: 29/04/1989 Passaporte: PA3236570 País: AUSTRÁLIA; Processo: 47039003416201843 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JENS ERIK SKARBO Data Nascimento: 24/07/1966 Passaporte: 29882559 País: NORUEGA; Processo: 47039003417201898 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MARKO JUHANI KIVINIEMI Data Nascimento: 21/04/1983 Passaporte: PC9235309 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039003420201810 Empresa: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GÜNTER SUMAK Data Nascimento: 23/03/1975 Passaporte: U0053216 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039003421201856 Empresa: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SEBASTIAN RIEGLER Data Nascimento: 25/12/1987 Passaporte: P6040429 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039003425201834 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PEDRO JOSÉ TEIXEIRA DA SILVA MARQUES Data Nascimento: 29/06/1976 Passaporte: P736330 País: PORTUGAL; Processo: 47039003442201871 Empresa: FIVES DO BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PIERRE LUC BERUBE Data Nascimento: 31/08/1982 Passaporte: AE533873 País: CANADÁ; Processo: 47039003445201813 Empresa: VILLARES METALS SA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHRISTIAN KOUBEK Data Nascimento: 13/12/1973 Passaporte: P8021799 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039003446201850 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Cleveland Joseph Harris Jr. Data Nascimento: 16/08/1974 Passaporte: 577295600 País: EUA; Processo: 47039003447201802 Empresa: VILLARES METALS SA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RICHARD KRUMP Data Nascimento: 05/07/1970 Passaporte: P7514981 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039003453201851 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: NAOKI OZAWA Data Nascimento: 12/10/1987 Passaporte: TR8559853 País: JAPÃO; Processo: 47039003458201884 Empresa: TEEKAY PETROJARL I SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Odd Arvid Weisaeth Data Nascimento: 10/03/1965 Passaporte: 31150688 País: NORUEGA; Processo: 47039003461201806 Empresa: PECVAL INDUSTRIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JISUK LEE Data Nascimento: 29/06/1988 Passaporte: M29280062 País: COREIA DO SUL; Processo: 47039003468201810 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MIGUEL ANGEL ROMERO FERNANDEZ Data Nascimento: 12/04/1972 Passaporte: 145219550 País: VENEZUELA; Processo: 47039003470201899 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOHANNES DIRK DEWALD Data Nascimento: 02/09/1948 Passaporte: C5JH01Y72 País: ALEMANHA; Processo: 47039003471201833 Empresa: SAINT-GOBAIN VIDROS S.A. Prazo: 180 Mês(es) Imigrante: ROBERTO CARRAGLIA Data Nascimento: 22/03/1979 Passaporte: YA5635064 País: ITÁLIA; Processo: 47039003474201877 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ANNA BERNADETTE DEWALD Data Nascimento: 08/08/1979 Passaporte: C5JHCW0VW País: ALEMANHA; Processo: 47039003477201819 Empresa: GEBO CERMEX DO BRASIL ENGENHARIA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GIOVANNI BEGHETTI Data Nascimento: 31/12/1971 Passaporte: YA0851512 País: ITÁLIA; Processo: 47039003479201808 Empresa: GEBO CERMEX DO BRASIL ENGENHARIA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CORRADO MONTANARINI Data Nascimento: 17/09/1973 Passaporte: YA0201692 País: ITÁLIA; Processo: 47039003480201824 Empresa: GEBO CERMEX DO BRASIL ENGENHARIA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: IVAN MELE Data Nascimento: 05/04/1975 Passaporte: YA5636260 País: ITÁLIA; Processo: 47039003482201813 Empresa: CAN-PACK BRASIL INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA. Prazo: 180 Mês(es) Imigrante: ANDRZEJ TOMASZ DUDZIK Data Nascimento: 29/11/1979 Passaporte: EF4479029 País: POLÔNIA; Processo: 47039003483201868 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HANS PAUL FERDINAND STETTNER Data Nascimento: 20/09/1964 Passaporte: C739J3L22 País: ALEMANHA; Processo: 47039003489201835 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ERIC BRANDEN SEBETICH Data Nascimento: 02/09/1974 Passaporte: 485947935 País: EUA; Processo: 47039003490201860 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TIM SCHMELL Data Nascimento: 14/06/1987 Passaporte: C3J3W6CPW País: ALEMANHA; Processo: 47039003491201812 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RONALD ALBERT RIGBY Data Nascimento: 24/02/1971 Passaporte: 560802289 País: EUA; Processo: 47039003496201837 Empresa: CATERPILLAR BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KRZYSZTOF MAREK GOLONKA Data Nascimento: 27/03/1980 Passaporte: 573036325 País: EUA; Processo: 47039003499201871 Empresa: CATERPILLAR BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MATTHEW JAMES SIROVATKA Data Nascimento: 30/07/1978 Passaporte: 486692978 País: EUA; Processo: 47039003501201810 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MOTOHIRO GOTO Data Nascimento: 12/03/1964 Passaporte: TR5751808 País: JAPÃO; Processo: 47039003516201870 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DIRK HELMUT HORNBOSTEL Data Nascimento: 03/10/1961 Passaporte: C5PH4LFLK País: ALEMANHA; Processo: 47039003517201814 Empresa: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BRIAN STEVEN SIMMONS Data Nascimento: 30/10/1989 Passaporte: 575357689 País: EUA; Processo: 47039003519201811 Empresa: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: EMILIE ALYISE TWITCHELL Data Nascimento: 05/01/1986 Passaporte: 526227394 País: EUA; Processo: 47039003520201838 Empresa: ABB LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BOOMINATHAN POOMALAI Data Nascimento: 12/09/1990 Passaporte: L9895480 País: ÍNDIA; Processo: 47039003522201827 Empresa: ARDAGH INDUSTRIA DE EMBALAGENS METALICAS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: FORREST WALTER MORRIS Data Nascimento: 09/11/1994 Passaporte: 561871841 País: EUA; Processo: 47039003524201816 Empresa: ARDAGH INDUSTRIA DE EMBALAGENS METALICAS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JUDE DILAN MATHURANAYAGAM Data Nascimento: 10/10/1987 Passaporte: NR60BR0K8 País: HOLANDA; Processo: 47039003525201861 Empresa: ARDAGH INDUSTRIA DE EMBALAGENS METALICAS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LAURENT LOUIS DION VROEMEN Data Nascimento: 25/02/1993 Passaporte: NUH313294 País: HOLANDA; Processo: 47039003527201850 Empresa: ZARA BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ANGEL PRIEGUE LEIS Data Nascimento: 02/02/1969 Passaporte: AAB587049 País: ESPANHA; Processo: 47039003530201873 Empresa: ZARA BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DAVID GARCIA PENEDO Data Nascimento: 24/03/1982 Passaporte: PAF140816 País: ESPANHA; Processo: 47039003533201815 Empresa: ZARA BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ENRIQUE JAVIER DIAZ GARCIA Data Nascimento: 20/07/1974 Passaporte: AAI390281 País: ESPANHA; Processo: 47039003534201851 Empresa: ZARA BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: FRANCISCO JAVIER HERBIAS COUCEIRO Data Nascimento: 04/09/1987 Passaporte: PAA563233 País: ESPANHA; Processo: 47039003535201804 Empresa: ZARA BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOSE IGNACIO SANCHEZ ALLICA Data Nascimento: 23/09/1975 Passaporte: AAJ283008 País: ESPANHA; Processo: 47039003536201841 Empresa: ZARA BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JUAN SENDON GARCIA Data Nascimento: 11/02/1980 Passaporte: AAI171049 País: ESPANHA; Processo: 47039003588201817 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ANISH RAJENDRAKUMAR GUPTA Data Nascimento: 16/09/1991 Passaporte: Z3909728 País: ÍNDIA Imigrante: CHETAN MULJIBHAI PATEL Data Nascimento: 02/10/1974 Passaporte: Z3518395 País: ÍNDIA Imigrante: RAJNISH ARORA Data Nascimento: 04/10/1975 Passaporte: Z2648241 País: ÍNDIA; Processo: 47039003537201895 Empresa: ZARA BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RUBEN RODRIGUEZ VIDAL Data Nascimento: 20/08/1984 Passaporte: PAE059766 País: ESPANHA; Processo: 47039003539201884 Empresa: ZARA BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: VICTOR MANUEL BARBEITO MARTINEZ Data Nascimento: 01/05/1976 Passaporte: AAJ249288 País: ESPANHA; Processo: 47039003587201872 Empresa: VARD PROMAR S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LUKASZ PIOTR RUNIEWICZ Data Nascimento: 10/03/1982 Passaporte: AV8265909 País: POLÔNIA; Processo: 47039003586201828 Empresa: VARD PROMAR S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PAWEL JAROSLAW LIEDER Data Nascimento: 22/02/1983 Passaporte: EH9240620 País: POLÔNIA; Processo: 47039003545201831 Empresa: BASF SA Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: THOMAS SCHMITT Data Nascimento: 22/02/1967 Passaporte: C4TN21M54 País: ALEMANHA; Processo: 47039003547201821 Empresa: ESTALEIROS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RONNELL MANALO ALDOVER Data Nascimento: 17/11/1988 Passaporte: P2093276A País: FILIPINAS; Processo: 47039003554201822 Empresa: ZARA BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: FRANCISCO JESUS PITA CASTRO Data Nascimento: 04/08/1981 Passaporte: AAJ210566 País: ESPANHA; Processo: 47039003555201877 Empresa: ZARA BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOSE MANUEL GARCIA GONZALEZ Data Nascimento: 17/08/1975 Passaporte: PAC755705 País: ESPANHA; Processo: 47039003556201811 Empresa: ZARA BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ROBERTO ROMERO GARCIA Data Nascimento: 19/01/1983 Passaporte: PAD391734 País: ESPANHA; Processo: 47039003585201883 Empresa: TETRA TECH COFFEY CONSULTORIA E SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TYRONE BRYANT Data Nascimento: 28/12/1964 Passaporte: 489171330 País: EUA; Processo: 47039003562201879 Empresa: MAHLE METAL LEVE S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MAMORU YOSHIOKA Data Nascimento: 09/07/1982 Passaporte: TR5113136 País: JAPÃO; Processo: 47039003590201896 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CRISTOPHER MARQUEZ INFANTE Data Nascimento: 02/08/1988 Passaporte: G28117335 País: MÉXICO; Processo: 47039003592201885 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: FRANCISCO JESUS GARCIA AVILA Data Nascimento: 07/05/1990 Passaporte: G28082127 País: MÉXICO; Processo: 47039003593201820 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JUAN DIEGO SOLIS HERNANDEZ Data Nascimento: 28/08/1996 Passaporte: G28206057 País: MÉXICO; Processo: 47039003594201874 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MIGUEL ANGEL HERNANDEZ VILLALOBOS Data Nascimento: 17/05/1986 Passaporte: G27980233 País: MÉXICO; Processo: 47039003596201863 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JORGE ANTONIO RODRIGUEZ VENTURA Data Nascimento: 18/08/1988 Passaporte: G28206762 País: MÉXICO; Processo: 47039003598201852 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: OMAR ADRIAN MONJARAZ CIMENTAL Data Nascimento: 24/11/1987 Passaporte: G28206263 País: MÉXICO; Processo: 47039003600201893 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PAULO CESAR ESPINOSA ONTIVEROS Data Nascimento: 05/07/1995 Passaporte: G28206354 País: MÉXICO; Processo: 47039003601201838 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHRISTIAN RAFAEL ARGOTE PORRAS Data Nascimento: 14/03/1984 Passaporte: G28205623 País: MÉXICO; Processo: 47039003603201827 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LUIS ENRIQUE QUINTANA LOPEZ Data Nascimento: 07/01/1965 Passaporte: G28429068 País: MÉXICO; Processo: 47039003606201861 Empresa: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Delyana Kyoseva Data Nascimento: 20/01/1988 Passaporte: HD965547 País: CANADÁ; Processo: 47039003608201850 Empresa: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Bjoern Sletbakk Data Nascimento: 08/12/1981 Passaporte: 32324407 País: NORUEGA; Processo: 47039003610201829 Empresa: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Lief-Erling Hals Data Nascimento: 08/12/1981 Passaporte: 29434778 País: NORUEGA; Processo: 47039003609201802 Empresa: SAIBR - SERVICOS E AUTOMACAO LTDA - ME Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TERRENCE JOSEPH MC GUCKIN Data Nascimento: 07/07/1951 Passaporte: 488620165 País: EUA; Processo: 47039003611201873 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DANIEL HOWARD RIDDELL Data Nascimento: 04/07/1961 Passaporte: 559128479 País: EUA; Processo: 47039003617201841 Empresa: PRESSERV DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GORAN BOLLESTAD Data Nascimento: 03/06/1991 Passaporte: 28250207 País: NORUEGA; Processo: 47039003613201862 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RAYMOND EUGENE ATKINS Data Nascimento: 03/06/1960 Passaporte: 533624382 País: EUA; Processo: 47039003619201830 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BRADLEY KENNETH BOLT Data Nascimento: 29/06/1960 Passaporte: GF965215 País: CANADÁ; Processo: 47039003620201864 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DAMASO HUMBERTO MARCANO PEROZO Data Nascimento: 18/09/1986 Passaporte: 130152602 País: VENEZUELA; Processo: 47039003621201817 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 180 Dia(s)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900178

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Imigrante: JOSE ANTONIO OCHOA REBOLLOSO Data Nascimento: 05/07/1959 Passaporte: G09694711 País: MÉXICO.

Residência Prévia - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Parágrafo 1º):

Processo: 47039003637201811 Empresa: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JAMES MICHAEL PEARCE Data Nascimento: 06/12/1979 Passaporte: 800913343 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039003665201839 Empresa: OUTOTEC TECNOLOGIA BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Heinz Hubert Schunk Data Nascimento: 01/08/1963 Passaporte: C75M8JTFM País: ALEMANHA; Processo: 47039003767201854 Empresa: IMAUTOMATICHE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MICHELE DE SANTIS Data Nascimento: 28/05/1962 Passaporte: YB0767098 País: ITÁLIA; Processo: 47039003766201818 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: NEIL WADSLEY Data Nascimento: 24/10/1964 Passaporte: 548308841 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039003790201849 Empresa: IMAUTOMATICHE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: WILLIAM CAVALLINA Data Nascimento: 15/06/1963 Passaporte: YB1087515 País: ITÁLIA.

Residência Prévia - RN 07 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041001225201806 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Florent Louis BAUGUION Data Nascimento: 23/11/1987 Passaporte: 14CT00116 País: FRANÇA; Processo: 47041001226201842 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Gregory, Jean BOUDAUD Data Nascimento: 05/03/1979 Passaporte: 18AA93574 País: FRANÇA; Processo: 47041001227201897 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Ludovic FEIGNON Data Nascimento: 01/08/1979 Passaporte: 16AD10624 País: FRANÇA; Processo: 47041001230201819 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Fabien GUHENNEC Data Nascimento: 09/12/1986 Passaporte: 17ED40539 País: FRANÇA; Processo: 47041001231201855 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Kristell, Marie-Françoise Hamonic Data Nascimento: 06/05/1979 Passaporte: 16DZ66707 País: FRANÇA; Processo: 47041001240201846 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Serge MEYER Data Nascimento: 08/10/1959 Passaporte: 14FV03867 País: FRANÇA; Processo: 47041001241201891 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Julian PERRIN Data Nascimento: 08/10/1989 Passaporte: 12CY36338 País: FRANÇA; Processo: 47041001242201835 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Mickaël, Alain, Gilles LE FLOCH Data Nascimento: 26/03/1974 Passaporte: 16CC82241 País: FRANÇA; Processo: 47041001243201880 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Julien MARTINA Data Nascimento: 24/04/1983 Passaporte: 11CH92112 País: FRANÇA; Processo: 47041001244201824 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Gwénaël, Julien, Guy RAISON Data Nascimento: 16/06/1974 Passaporte: 14CT29170 País: FRANÇA.

Residência Prévia - RN 04 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039001696201855 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: STEPHEN HOWARD LASTER Data Nascimento: 01/08/1961 Passaporte: 451644443 País: EUA; Processo: 47039001695201819 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LAWRENCE SAMUEL SOUTHALL JR Data Nascimento: 11/01/1971 Passaporte: 546330221 País: EUA; Processo: 47039001694201866 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TONG WANG Data Nascimento: 19/12/1982 Passaporte: E89485406 País: CHINA; Processo: 47039001693201811 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HUI JIANG Data Nascimento: 23/01/1978 Passaporte: E46627175 País: CHINA; Processo: 47039001692201877 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GUOYU FU Data Nascimento: 03/10/1977 Passaporte: E29328619 País: CHINA; Processo: 47039001759201873 Empresa: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: AARON JOHN WATERS Data Nascimento: 27/06/1976 Passaporte: 487162467 País: EUA; Processo: 47039001749201838 Empresa: MYOUNG SHIN FABRICANTE DE CARROCERIA AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HWASOO KIM Data Nascimento: 22/04/1977 Passaporte: M00415405 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039001915201804 Empresa: MOUNT ENGENHARIA, CONSULTORIA, COMERCIO E PARTICIPACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Ludovic Roger Fontanille Data Nascimento: 03/08/1978 Passaporte: 14CP34964 País: FRANÇA; Processo: 47039001980201821 Empresa: TOTAL E&P DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JEAN-BAPTISTE EMMANUEL LERCHE Data Nascimento: 01/06/1988 Passaporte: 17AD38637 País: FRANÇA; Processo: 47039002331201848 Empresa: CLEDAN BRASIL AUTOMACAO INDUSTRIAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ITALO MONTANARO Data Nascimento: 14/06/1987 Passaporte: YA3962735 País: ITÁLIA; Processo: 47039002370201845 Empresa: MAMMOET BRASIL GUINDASTES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOSE ANGEL GOMEZ PETIT Data Nascimento: 31/08/1965 Passaporte: 117969269 País: VENEZUELA; Processo: 47039002449201876 Empresa: TOTAL E&P DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DAVID GILLES PASCAL LESCOULIE Data Nascimento: 16/01/1980 Passaporte: 17EF91755 País: FRANÇA; Processo: 47039002540201891 Empresa: SARENS BRASIL LOCACAO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JORGE ANDRES VIDAL PEÑA Data Nascimento: 25/08/1981 Passaporte: PE125739 País: COLÔMBIA.

Residência Prévia - RN 06 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041000357201811 Empresa: UP OFFSHORE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CALLUM DAVID WAGLE Data Nascimento: 16/12/1988 Passaporte: 551577602 País: INGLATERRA; Processo: 47041000872201892 Empresa: TEEKAY PIRANEMA SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 21/02/2019 Imigrante: Mariusz Chelstowski Data Nascimento: 09/09/1972 Passaporte: EG9151190 País: POLÔNIA; Processo: 47041000929201853 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Anastasios Katsiampanis Data Nascimento: 06/06/1984 Passaporte: AN1180637 País: GRÉCIA Imigrante: Andreas Georgios Katsiampanis Data Nascimento: 23/04/1987 Passaporte: AM1980504 País: GRÉCIA Imigrante: Georgios Reklos Data Nascimento: 16/07/1991 Passaporte: AK4806541 País: GRÉCIA; Processo: 47041000938201844 Empresa: ALFA LULA ALTO OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Miltiadis Kallousis Data Nascimento: 19/09/1979 Passaporte: AN6556841 País: GRÉCIA; Processo: 47041000959201860 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 06/10/2019 Imigrante: TERENCE WILLIAM HENRY STUART KIEL Data Nascimento: 04/07/1971 Passaporte: 516875708 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041000947201835 Empresa: TEEKAY PIRANEMA SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 21/02/2019 Imigrante: Lukasz Dominik Szot Data Nascimento: 07/05/1981 Passaporte: EJ0697544 País: POLÔNIA; Processo: 47041000951201801 Empresa: TEEKAY PIRANEMA SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 21/02/2019 Imigrante: Rune Wangen Data Nascimento: 05/03/1956 Passaporte: 28799641 País: NORUEGA; Processo: 47041000954201837 Empresa: TEEKAY PIRANEMA SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 21/02/2019 Imigrante: Roy Ingar Hansen Data Nascimento: 28/12/1956 Passaporte: 30993448 País: NORUEGA; Processo: 47041000970201820 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 05/01/2019 Imigrante: Alfredo Gianzon Aguilar Data Nascimento: 05/02/1971 Passaporte: EC6768412 País: FILIPINAS Imigrante: Arnel Trimoro Tenioso Data Nascimento: 12/06/1987 Passaporte: P2998312A País: FILIPINAS Imigrante: Robert Joseph Panelo Romero Data Nascimento: 08/09/1994 Passaporte: EC5071513 País: FILIPINAS; Processo: 47041000975201852 Empresa: TEEKAY DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 15/01/2020 Imigrante: Mark Anthony Gamana Andrade Data Nascimento: 10/08/1991 Passaporte: P0847891A País: FILIPINAS Imigrante: Randolf Calderon Saberon Data Nascimento: 18/12/1992 Passaporte: P1161575A País: FILIPINAS; Processo: 47041000992201890 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 01/01/2019 Imigrante: MAXIM PROKHOROV Data Nascimento: 20/02/1973 Passaporte: 720844889 País: RÚSSIA Imigrante: RIZALITO EXIQUIEL Data Nascimento: 08/11/1976 Passaporte: P3057488A País: FILIPINAS; Processo: 47041000994201889 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 06/10/2019 Imigrante: JOHN RUDD Data Nascimento: 03/10/1960 Passaporte: 520627768 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041000995201823 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SERGEI MIKHEEV Data Nascimento: 18/05/1974 Passaporte: 750743401 País: RÚSSIA; Processo: 47041000979201831 Empresa: BETA LULA CENTRAL OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Arkadiusz Gala Data Nascimento: 09/12/1975 Passaporte: EG0447524 País: POLÔNIA; Processo: 47041000980201865 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Hemant Shrikant Phute Data Nascimento: 30/09/1964 Passaporte: Z3477096 País: ÍNDIA; Processo: 47041000983201807 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/07/2018 Imigrante: Deepak Dey Data Nascimento: 12/11/1990 Passaporte: K5100961 País: ÍNDIA Imigrante: Jeston Ladson Cardozo Data Nascimento: 03/03/1995 Passaporte: K5431379 País: ÍNDIA Imigrante: Nidhin Kandengattil Dharmapalan Data Nascimento: 20/05/1987 Passaporte: Z4053041 País: ÍNDIA Imigrante: Sanjay Pandey Data Nascimento: 07/02/1984 Passaporte: L5539980 País: ÍNDIA; Processo: 47041000982201854 Empresa: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Roberto Maretti Data Nascimento: 12/08/1972 Passaporte: YA7895709 País: ITÁLIA; Processo: 47041000981201818 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Eriberto Maralit Repollo Data Nascimento: 16/03/1973 Passaporte: EC4689260 País: FILIPINAS; Processo: 47041000984201843 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jerry Honorio Valdez Data Nascimento: 27/07/1966 Passaporte: P5963229A País: FILIPINAS; Processo: 47041000988201821 Empresa: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Andrea Bendandi Data Nascimento: 05/12/1975 Passaporte: YA8517689 País: ITÁLIA;

Processo: 47041000993201834 Empresa: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Mattia Marino Data Nascimento: 28/07/1990 Passaporte: YA7865691 País: ITÁLIA; Processo: 47041001010201887 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Joel Guernaldo Esmejarda Data Nascimento: 28/10/1985 Passaporte: EC7777373 País: FILIPINAS; Processo: 47041001011201821 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Aleksandre Megeneishvili Data Nascimento: 14/08/1977 Passaporte: 15BB03679 País: GEÓRGIA Imigrante: Tamaz Mikeladze Data Nascimento: 30/08/1986 Passaporte: 11AA07145 País: GEÓRGIA; Processo: 47041001014201865 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Dmytro Dragiiev Data Nascimento: 19/08/1990 Passaporte: FE159274 País: UCRÂNIA Imigrante: Hernanie Bendita Pagunsan Data Nascimento: 09/10/1993 Passaporte: P4990685A País: FILIPINAS Imigrante: Isidro Castro Giganto Data Nascimento: 04/04/1962 Passaporte: P2116568A País: FILIPINAS Imigrante: Ivan Klymentiev Data Nascimento: 24/10/1992 Passaporte: FK721878 País: UCRÂNIA Imigrante: Kenneth Monteiro Brosas Data Nascimento: 14/09/1981 Passaporte: EC2817829 País: FILIPINAS Imigrante: Konstiantyn Mamontov Data Nascimento: 29/09/1993 Passaporte: ET350815 País: UCRÂNIA Imigrante: Leonardo Jr. Laz Vito Data Nascimento: 30/12/1975 Passaporte: P0012333A País: FILIPINAS Imigrante: Oleksandr Kunashenko Data Nascimento: 06/02/1981 Passaporte: FA292766 País: UCRÂNIA Imigrante: Richard Sandalo Claros Data Nascimento: 24/06/1989 Passaporte: EB9147670 País: FILIPINAS Imigrante: Sergei Minasyan Data Nascimento: 30/05/1981 Passaporte: 17AA12523 País: GEÓRGIA Imigrante: Victor Baluyot Solis Data Nascimento: 15/04/1984 Passaporte: EC2881931 País: FILIPINAS; Processo: 47041001012201876 Empresa: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jonathan Marc Harding Data Nascimento: 27/11/1978 Passaporte: M00171841 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47041001017201807 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Amiran Surmanidze Data Nascimento: 20/12/1976 Passaporte: 15AB34750 País: GEÓRGIA Imigrante: Egor Bushev Data Nascimento: 14/06/1977 Passaporte: 712559798 País: RÚSSIA Imigrante: George Varshanidze Data Nascimento: 07/01/1987 Passaporte: 10BB90123 País: GEÓRGIA Imigrante: Ignacio Rae Suela Alvarez Data Nascimento: 31/07/1975 Passaporte: EC0757833 País: FILIPINAS Imigrante: Konstantin Pukhaev Data Nascimento: 15/02/1972 Passaporte: 15BA01655 País: GEÓRGIA Imigrante: Oleg Makarov Data Nascimento: 13/10/1976 Passaporte: FB003237 País: UCRÂNIA Imigrante: Rezo Beridze Data Nascimento: 18/04/1989 Passaporte: 10AA09672 País: GEÓRGIA Imigrante: Sergiy Kovalyov Data Nascimento: 26/07/1977 Passaporte: FF970935 País: UCRÂNIA Imigrante: Vicente Polo Garcia Data Nascimento: 19/07/1959 Passaporte: EC3810624 País: FILIPINAS Imigrante: Volodymyr Pryimak Data Nascimento: 13/08/1986 Passaporte: FB017165 País: UCRÂNIA; Processo: 47041001013201811 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Agustin Jr Gibo Jabone Data Nascimento: 20/06/1974 Passaporte: EC3605855 País: FILIPINAS Imigrante: Arvin Villamor Legaspino Data Nascimento: 05/06/1972 Passaporte: P2447822A País: FILIPINAS; Processo: 47041001019201898 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 20/06/2019 Imigrante: JOEL RAY ZENT Data Nascimento: 09/02/1963 Passaporte: 470602047 País: EUA; Processo: 47041001020201812 Empresa: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOHN DEVIN Data Nascimento: 04/04/1961 Passaporte: 510524095 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041001021201867 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 27/11/2018 Imigrante: Aldin Egenio Bacalucos Data Nascimento: 11/08/1973 Passaporte: P2981564A País: FILIPINAS Imigrante: Eugenio Guevarra Despues Data Nascimento: 10/04/1962 Passaporte: EC4776899 País: FILIPINAS Imigrante: Glen Araneta Napilot Data Nascimento: 20/05/1970 Passaporte: P2628921A País: FILIPINAS Imigrante: Jeremias Pogoy Dico Data Nascimento: 04/03/1968 Passaporte: EC4850016 País: FILIPINAS Imigrante: Jurry John Gilloagan Iroma Data Nascimento: 01/04/1986 Passaporte: EC0411927 País: FILIPINAS; Processo: 47041001028201889 Empresa: M&S CERNAMBI NORTE OPERACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RADU-IULIAN BERGHIA Data Nascimento: 03/05/1969 Passaporte: 053150996 País: ROMÊNIA; Processo: 47041001027201834 Empresa: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KYAW MYINT Data Nascimento: 17/04/1950 Passaporte: 479270190 País: EUA; Processo: 47041001026201890 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JAROSLAW TATKOWSKI Data Nascimento: 24/11/1977 Passaporte: EK8755872 País: POLÔNIA; Processo: 47041001022201810 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: George Porumb Data Nascimento: 12/12/1989 Passaporte: 054499804 País: ROMÊNIA; Processo: 47041001023201856 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/01/2020 Imigrante: Cipriano Jr. Valdez Paragas Data Nascimento: 06/11/1960 Passaporte: EC1049932 País: FILIPINAS; Processo: 47041001024201809 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2019 Imigrante: ANDY FRANKY DE PAEP Data Nascimento: 29/01/1983 Passaporte: EM112367 País: BÉLGICA; Processo: 47041001025201845 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 16/10/2019 Imigrante: Jose Glenn Alfaras Benerio Data Nascimento: 10/04/1977 Passaporte: P0976485A País: FILIPINAS; Processo: 47041001030201858 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 06/03/2019 Imigrante: Indrish Kumar Data Nascimento: 12/09/1991 Passaporte: H5249964 País: ÍNDIA; Processo: 47041001032201847 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 16/10/2019 Imigrante: Arnold Vega Guigue Data Nascimento: 13/12/1976 Passaporte: P1622650A País: FILIPINAS Imigrante: Eleazar Aplaya Puentenegra Data Nascimento: 18/12/1982 Passaporte: P3325019A

País: FILIPINAS Imigrante: Juan Jr. Nilla Tabiosas Data Nascimento: 10/05/1976 Passaporte: EC2497074 País: FILIPINAS Imigrante: Junard Lagare Caballero Data Nascimento: 10/11/1968 Passaporte: P1547370A País: FILIPINAS; Processo: 47041001031201801 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2019 Imigrante: GREGORY CLAUDE C. HERFURTH Data Nascimento: 24/07/1986 Passaporte: EN404653 País: BÉLGICA; Processo: 47041001033201891 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/07/2018 Imigrante: Roderick Bagulbagol Reña Data Nascimento: 15/06/1981 Passaporte: P1302176A País: FILIPINAS; Processo: 47041001035201881 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 02/09/2018 Imigrante: Anil Kumar Mehta Data Nascimento: 17/10/1959 Passaporte: Z2256344 País: ÍNDIA Imigrante: Hirenkumar Arvindbhai Tandel Data Nascimento: 23/09/1992 Passaporte: K4804953 País: ÍNDIA Imigrante: Vinod Kumar Chauhan Data Nascimento: 02/09/1977 Passaporte: M2075322 País: ÍNDIA Imigrante: Vinoth Athimulam Mohanadoss Data Nascimento: 24/04/1980 Passaporte: H3761815 País: ÍNDIA; Processo: 47041001036201825 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 05/01/2019 Imigrante: Eric Jordan Caballes Rita Data Nascimento: 12/01/1980 Passaporte: EC6887948 País: FILIPINAS; Processo: 47041001038201814 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Ralph Jervert Aragona Menaje Data Nascimento: 13/06/1987 Passaporte: P3129059A País: FILIPINAS Imigrante: Vicente Jr. Cataag Barcenas Data Nascimento: 25/01/1962 Passaporte: P0172594A País: FILIPINAS; Processo: 47041001039201869 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: até 20/02/2019 Imigrante: Per Lundgaard Christensen Data Nascimento: 21/01/1956 Passaporte: 206812860 País: DINAMARCA; Processo: 47041001042201882 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2019 Imigrante: MATHIAS MARTIN C. SACRE Data Nascimento: 12/07/1988 Passaporte: EN984639 País: BÉLGICA; Processo: 47041001040201893 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Eleftherios Fragkidakis Data Nascimento: 26/03/1999 Passaporte: AN9381842 País: GRÉCIA Imigrante: Georgios Liontas Data Nascimento: 30/07/1999 Passaporte: AP0243483 País: GRÉCIA; Processo: 47041001041201838 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Orlando Flores Bendillo Data Nascimento: 09/09/1969 Passaporte: EB9952885 País: FILIPINAS; Processo: 47041001046201861 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Oleg Gorbachev Data Nascimento: 08/12/1980 Passaporte: FJ721163 País: UCRÂNIA; Processo: 47041001044201871 Empresa: TEEKAY DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 15/01/2020 Imigrante: Dominick Jay Sana Jacinto Data Nascimento: 03/03/1981 Passaporte: P5936319A País: FILIPINAS; Processo: 47041001048201850 Empresa: OOGTK LIBRA PRODUCAO DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Wieslaw Wawrzeniuk Data Nascimento: 08/07/1959 Passaporte: EE0486163 País: POLÔNIA; Processo: 47041001050201829 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 08/06/2018 Imigrante: Hasbi Parakkasi Data Nascimento: 14/01/1970 Passaporte: B1096990 País: INDONÉSIA Imigrante: Supriady Longi Data Nascimento: 17/08/1970 Passaporte: B2250052 País: INDONÉSIA; Processo: 47041001052201818 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 02/09/2018 Imigrante: Anshul Galav Data Nascimento: 27/05/1995 Passaporte: P6703517 País: ÍNDIA Imigrante: Jenis Fernando Kalistes Fernando Data Nascimento: 08/01/1991 Passaporte: J8818866 País: ÍNDIA Imigrante: Sabbir Ibrahim Data Nascimento: 20/07/1966 Passaporte: Z3770033 País: ÍNDIA; Processo: 47041001051201873 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/04/2019 Imigrante: OLEKSANDR SYROYEDOV Data Nascimento: 04/08/1973 Passaporte: ET302937 País: UCRÂNIA; Processo: 47041001053201862 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Imigrante: Byron Anthony Villarmino Parrilla Data Nascimento: 02/03/1982 Passaporte: EB8649388 País: FILIPINAS; Processo: 47041001057201841 Empresa: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Mahdieh Maleki Data Nascimento: 29/08/1980 Passaporte: T96318149 País: IRÃ; Processo: 47041001058201895 Empresa: ALFA LULA ALTO OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Kirk Alexander Summers Data Nascimento: 25/05/1984 Passaporte: 534629135 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041001059201830 Empresa: BETA LULA CENTRAL OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Petrus Martinus van Leeuwen Data Nascimento: 17/04/1970 Passaporte: BJL220PJ7 País: HOLANDA; Processo: 47041001060201864 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 28/07/2018 Imigrante: Divyeshbhai Sumanbhai Tandel Data Nascimento: 12/05/1996 Passaporte: K8279763 País: ÍNDIA Imigrante: Murugesan Ramaiah Nadar Data Nascimento: 26/07/1983 Passaporte: L6925669 País: ÍNDIA Imigrante: Sourav Sikdar Data Nascimento: 25/07/1984 Passaporte: Z3376027 País: ÍNDIA Imigrante: Virendrakumar Manji Chauhan Data Nascimento: 06/08/1969 Passaporte: J8250237 País: ÍNDIA; Processo: 47041001061201817 Empresa: ALFA LULA ALTO OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Marian Lipan Data Nascimento: 07/11/1960 Passaporte: 14706818 País: ROMÊNIA; Processo: 47041001065201897 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: até 07/12/2018 Imigrante: RAZVAN IULIAN MOLCEANU Data Nascimento: 11/04/1982 Passaporte: 053527461 País: ROMÊNIA; Processo: 47041001067201886 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/12/2018 Imigrante: Federigo Ribechini Data Nascimento: 23/04/1983 Passaporte: YA9042785 País: ITÁLIA; Processo: 47041001068201821 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/03/2019 Imigrante: Edmund Dam Madsen Data Nascimento: 18/08/1952 Passaporte: 207205834 País: DINAMARCA; Processo: 47041001069201875 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/03/2019 Imigrante: Pritam Patil Data Nascimento: 04/01/1983 Passaporte: Z3898031 País: ÍNDIA Imigrante: Rupesh Uttam Adivarekar Data Nascimento: 02/06/1991 Passaporte: N0867156 País: ÍNDIA; Processo: 47041001070201808 Empresa: SDC DO BRASIL - SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 27/11/2019 Imigrante: Guodong Cao Data Nascimento: 15/10/1977 Passaporte: G44371005 País: CHINA Imigrante: Yuming Guo Data Nascimento: 14/03/1985 Passaporte: G41295950 País: CHINA; Processo: 47041001072201899 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Imigrante: Emmanuel Paylan Dacillo Data Nascimento: 27/03/1994 Passaporte: P2634228A País: FILIPINAS; Processo: 47041001073201833 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Imigrante: Danilo de Ocampo Laurente Data Nascimento: 28/09/1970 Passaporte: P2880076A País: FILIPINAS Imigrante: Loadgel Rico Ruado Data Nascimento: 06/11/1991 Passaporte: P1926861A. País: FILIPINAS Imigrante: Nino Christopher Megio Sarsoso Data Nascimento: 08/01/1980 Passaporte: P1328110A País: FILIPINAS; Processo: 47041001074201888 Empresa: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 04/09/2019 Imigrante: Albert Bolongaita Valdez Data Nascimento: 02/05/1976 Passaporte: EC3508666 País: FILIPINAS Imigrante: Kent Arve Myrhagen Data Nascimento: 29/02/1980 Passaporte: 31569080 País: NORUEGA Imigrante: Randy Lagrada Gabinete Data Nascimento: 18/11/1978 Passaporte: P4096956A País: FILIPINAS Imigrante: Reygan Hayag Gungob Data Nascimento: 04/10/1988 Passaporte: P0962988A País: FILIPINAS; Processo: 47041001075201822 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 20/10/2019 Imigrante: Ivan Dzepina Data Nascimento: 31/08/1990 Passaporte: 025569415 País: CROÁCIA; Processo: 47041001076201877 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Ban Joelice Hilario Arrobang Data Nascimento: 05/09/1993 Passaporte: EB8295030 País: FILIPINAS; Processo: 47041001081201880 Empresa: FINARGE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 25/01/2019 Imigrante: ALBERTO SAVONA Data Nascimento: 31/05/1977 Passaporte: YA6312347 País: ITÁLIA; Processo: 47041001079201819 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 16/10/2019 Imigrante: Alberto Derona Mellano Data Nascimento: 02/11/1976 Passaporte: EC7791095 País: FILIPINAS.

Residência Prévia - RN 11/2017 Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039000839201810 Empresa: CNOOC PETROLEUM BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: YUAN CONG HUANG Data Nascimento: 29/07/1962 Passaporte: GK905002 País: CANADÁ; Processo: 47039001831201862 Empresa: NISSAN TRADING DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: AKIFUSA YOSHIDA Data Nascimento: 25/06/1974 Passaporte: TH8387329 País: JAPÃO; Processo: 47039002435201852 Empresa: CNODC BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Jian Zhao Data Nascimento: 09/08/1982 Passaporte: P01743468 País: CHINA; Processo: 47039002443201807 Empresa: CNODC BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: HAIBIN PAN Data Nascimento: 25/05/1984 Passaporte: PE0650797 País: CHINA; Processo: 47039002445201898 Empresa: CNODC BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Jie Zhang Data Nascimento: 10/04/1988 Passaporte: PE0939285 País: CHINA; Processo: 47039002777201872 Empresa: SCENT COMPANY BRASIL COMERCIO DE PERFUMARIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: VITO PINTO Data Nascimento: 14/11/1950 Passaporte: AA4377408 País: ITÁLIA.

Residência Prévia - RN 19 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039000888201844 Empresa: BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S/A Prazo: 3 Mês(es) Imigrante: CELINE EMMA MEURS Data Nascimento: 27/09/1991 Passaporte: NU1R616C8 País: HOLANDA; Processo: 47039001450201883 Empresa: LEROY MERLIN COMPANHIA BRASILEIRA DE BRICOLAGEM Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BAPTISTE FREDERIC DOMINIQUE ROCHER Data Nascimento: 26/04/1989 Passaporte: 16CH37998 País: FRANÇA; Processo: 47039001737201811 Empresa: SCHAEFFLER BRASIL LTDA. Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: STEFAN WALTER SCHNEIDER Data Nascimento: 26/07/1988 Passaporte: CFWCZCGKR País: ALEMANHA; Processo: 47039001768201864 Empresa: CLIFFORD CHANCE SOCIEDADE DE CONSULTORES EM DIREITO ESTRANGEIRO/DIREITO INGLES, DO PAIS DE GALES E NORTE-AMERICANO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MICHAEL DAVID KEIGHTLEY Data Nascimento: 23/10/1993 Passaporte: 511949029 País: INGLATERRA; Processo: 47039001879201871 Empresa: CONSORCIO CONSTRUTOR SALINI IMPREGILO - CIGLA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: FEDERICO D ARCADIA Data Nascimento: 31/03/1992 Passaporte: YB1094195 País: ITÁLIA; Processo: 47039002001201852 Empresa: BAYER S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GILLES LE BORGNE Data Nascimento: 09/08/1985 Passaporte: 15AF05966 País: FRANÇA; Processo: 47039002106201810 Empresa: ERNST & YOUNG ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: MARIA MARTA ZUCCARELLO Data Nascimento: 23/12/1978 Passaporte: AAB427886 País: ARGENTINA; Processo: 47039002291201834 Empresa: ERNST & YOUNG ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: NICOLA GARUTI GOZO Data Nascimento: 08/12/1988 Passaporte: P05542274 País: CHILE; Processo: 47039002295201812 Empresa: ERNST & YOUNG ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: CLEMENTINA VILLALBA MAS Data Nascimento: 24/02/1985 Passaporte: 116229429 País: VENEZUELA; Processo: 47039002298201856 Empresa: ERNST & YOUNG ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: ERICH OSCAR III ZSCHAECK MEDINA Data Nascimento: 15/11/1988 Passaporte: 059301705 País: CHILE; Processo: 47039002303201821 Empresa: ERNST & YOUNG ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: ROMINNA PAZ GAETE STAGNO Data Nascimento: 12/04/1988 Passaporte: P04356551 País: CHILE; Processo: 47039002305201810 Empresa: ERNST & YOUNG ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: ANDRES FELIPE MOSQUERA BERNAL Data Nascimento: 04/02/1988 Passaporte: AR040419 País: COLÔMBIA; Processo: 47039002395201849 Empresa: ERNST & YOUNG ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: IGNACIO HUMBERTO MASSARDO VILLA Data Nascimento: 26/07/1985 Passaporte: P03383239 País: CHILE; Processo: 47039002527201832 Empresa: INDUSTRIA MECANICA BORCHE LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MIKEL CANTERA MARTINEZ Data Nascimento: 13/10/1992 Passaporte: PAF752895 País: ESPANHA; Processo: 47039002594201857 Empresa: JFE SHOJI TRADE DO BRASIL LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: MIKA IKEGAMI Data Nascimento: 20/10/1992 Passaporte: TR3294659 País: JAPÃO; Processo: 47039002596201846 Empresa: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Joji Osako Data Nascimento: 20/06/1988 Passaporte: TR9119683 País: JAPÃO; Processo: 47039002791201876 Empresa: AKZO NOBEL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: AGNES JEANNE ELISABETH SCHELTEMA Data Nascimento: 13/01/1988 Passaporte: NV8RDD9J3 País: HOLANDA; Processo: 47039002827201811 Empresa: ZS ASSOCIATES DO BRASIL - CONSULTORIA EM MARKETING E VENDAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DEEKSHA SINHA Data Nascimento: 09/03/1995 Passaporte: J2996509 País: ÍNDIA.

Residência - RN 02 - Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039001114201831 Empresa: BARCELOS SERVICOS DE LIMPEZA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: PATRICIA RAQUEL DA SILVA SIMÕES Data Nascimento: 29/12/1975 Passaporte: M700757 País: PORTUGAL Mãe: Maria da Conceição da Silva Carvalho Pai: Davide do Sacramento Barbosa Simões; Processo: 47039001673201841 Empresa: BESTTABLES BRASIL INTERNET, SERVICOS DE INFORMACAO E TECNOLOGIA LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: LUÍS FILIPE DA COSTA MOURA LOUREIRO Data Nascimento: 08/05/1985 Passaporte: M748160 País: PORTUGAL Mãe: ISABEL MARIA DA COSTA MOURA LOUREIRO Pai: DINO RUI DA COSTA MOTA LOUREIRO; Processo: 47039001930201844 Empresa: BRUKER DO BRASIL COMERCIO E REPRESENTACAO DE PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: Maria Julia Benites Zapata Data Nascimento: 27/06/1983 Passaporte: 216055800 País: PERU Mãe: Maria Elena Nelly Esperanza Zapata Benites Pai: Manuel Pompilio Benites Guzmán; Processo: 47039002362201807 Empresa: PETROGAL BRASIL S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: MARIA OLHO AZUL MARTINS Data Nascimento: 24/02/1983 Passaporte: N451910 País: PORTUGAL Mãe: LUISA DA CONCEIÇÃO C OLHO AZUL ROCHA Pai: ANTONIO MARQUES MARTINS; Processo: 47039002509201851 Empresa: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: DARIO RUSTICO Data Nascimento: 13/05/1975 Passaporte: YB1864942 País: ITÁLIA Mãe: Piera Tumbiolo Pai: Giovan Battista Rústico.

Residência - RN 21 - Residência - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039003715201888 Empresa: SPORT CLUB CORINTHIANS PAULISTA Prazo: até 30/06/2018 Imigrante: BRANDON RASHAD DAVIS Data Nascimento: 05/08/1988 Passaporte: 481667789 País: EUA Mãe: Carla Pearl Davis Pai: Rodney Black.

Residência - RN 04 - Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039000181201838 Empresa: C&SBRA SERVICOS E TECNOLOGIA PELO SISTEMA ELETRICO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Gian Carlo Bazzarello Data Nascimento: 09/09/1960 Passaporte: YA9425442 País: ITÁLIA; Processo: 47039000183201827 Empresa: C&SBRA SERVICOS E TECNOLOGIA PELO SISTEMA ELETRICO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Luca Antonio Giuseppe Baggini Data Nascimento: 03/03/1970 Passaporte: YA8136482 País: ITÁLIA; Processo: 47039000589201818 Empresa: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Juan Toribio Inga Acuña Data Nascimento: 16/07/1988 Passaporte: 7127093 País: PERU; Processo: 47039000594201812 Empresa: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANACLETO HUILLCAS OSORIO Data Nascimento: 21/08/1983 Passaporte: 116152938 País: PERU; Processo: 47039000596201810 Empresa: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PABLO ROJAS ANTAURCO Data Nascimento: 28/04/1967 Passaporte: 6073620 País: PERU; Processo: 47039002312201811 Empresa: BIOSAR BRASIL - ENERGIA RENOVAVEL LTDA Prazo: até 21/04/2019 Imigrante: ANTONIO LESTINGI Data Nascimento: 18/02/1976 Passaporte: YA2170818 País: ITÁLIA; Processo: 47039002460201836 Empresa: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JESUS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900180

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CHAHUAYLACC QUISPE Data Nascimento: 25/12/1988 Passaporte: 6572273 País: PERU; Processo: 47039002464201814 Empresa: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PERCY MELITON ACOSTA CONDORI Data Nascimento: 19/04/1977 Passaporte: 6365019 País: PERU.

Residência - RN 06 - Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041004032201718 Empresa: BETA LULA CENTRAL OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Frank Ross Data Nascimento: 11/09/1982 Passaporte: M00127903 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47041000498201825 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA S.A Prazo: até 29/01/2020 Imigrante: ANTHONY DECIO MARQUEZ Data Nascimento: 14/06/1975 Passaporte: EC7570850 País: FILIPINAS; Processo: 47041000499201870 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA S.A Prazo: até 29/01/2020 Imigrante: BOGUSLAW ZBIGNIEW PIOTROWSKI Data Nascimento: 21/11/1953 Passaporte: EF3671668 País: POLÔNIA; Processo: 47041000501201819 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA S.A Prazo: até 29/01/2020 Imigrante: JUNIPHER JACOLBE MONTEMAYOR Data Nascimento: 19/12/1978 Passaporte: EC7154040 País: FILIPINAS; Processo: 47041000502201855 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA S.A Prazo: até 29/01/2020 Imigrante: ROMMEL RAFAEL ATALAYA BUENCONSEJO Data Nascimento: 06/05/1971 Passaporte: EC0971209 País: FILIPINAS; Processo: 47041000503201808 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA S.A Prazo: até 29/01/2020 Imigrante: ANATOLII IVANOV Data Nascimento: 31/05/1982 Passaporte: EX072067 País: UCRÂNIA; Processo: 47041000504201844 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA S.A Prazo: até 29/01/2020 Imigrante: SHERWIN LAMBO BRUNO Data Nascimento: 08/10/1977 Passaporte: EC2027188 País: FILIPINAS; Processo: 47041000505201899 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA S.A Prazo: até 29/01/2020 Imigrante: DANTE ACOSTA CORPUZ Data Nascimento: 07/12/1963 Passaporte: P1012056A País: FILIPINAS; Processo: 47041000625201896 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/05/2018 Imigrante: Arkadiusz Karol Szlagowski Data Nascimento: 24/02/1973 Passaporte: EE7011537 País: POLÔNIA; Processo: 47041000628201820 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/05/2018 Imigrante: Tomasz Józef Reisch Data Nascimento: 10/05/1974 Passaporte: AT0927379 País: POLÔNIA; Processo: 47041000895201805 Empresa: TEEKAY PIRANEMA SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 21/02/2019 Imigrante: Maciej Piotr Stepien Data Nascimento: 22/05/1982 Passaporte: EJ5500326 País: POLÔNIA; Processo: 47041001034201836 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/03/2019 Imigrante: Soeren Moesgaard Data Nascimento: 21/11/1980 Passaporte: 204211434 País: DINAMARCA; Processo: 47041001037201870 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/03/2020 Imigrante: Leif Christen Dahl Data Nascimento: 17/08/1960 Passaporte: 208256969 País: DINAMARCA; Processo: 47041001047201813 Empresa: SEALION DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: até 03/11/2018 Imigrante: LUCIJANO KRZELJ Data Nascimento: 14/08/1977 Passaporte: 017268088 País: CROÁCIA.

Residência - RN 11/2017 Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º):

Processo: 47039003021201841 Empresa: YAMAHA MUSICAL DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: OSAMU NAITO Data Nascimento: 12/07/1958 Passaporte: TZ1106235 País: JAPÃO.

Residência - RN 13 - Residência - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039001127201818 Empresa: CHUANGCHENG CHEN - ME Prazo: Indeterminado Imigrante: CHUANGCHENG CHEN Data Nascimento: 29/04/1977 Passaporte: G35475581 País: CHINA; Processo: 47039002222201821 Empresa: TNH DIGITAL HEALTH S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: MICHAEL KAPPS Data Nascimento: 27/02/1989 Passaporte: HP952546 País: CANADÁ.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante TEAN YU exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente da Empresa DELTA ELECTRONICS BRASIL LTDA. Processo: 47039.002605/2018-07 anteriormente autorizado através do Processo : 47039.002938/2014-02.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante BO YONG LEE exercer concomitantemente o cargo de Administrador da Empresa HMB HOLDING PARTICIPACOES FINANCEIRAS LTDA. Processo: 47039.002841/2018-15 anteriormente autorizado através do Processo : 47039.010641/2016-74.

O Coordenador-Geral de Imigração; no uso de suas atribuições; indeferiu os seguintes pedidos de autorização de residência:

Processo: 47039003765201865 Empresa: Seraphine Nyiramisago Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Seraphine Nyiramisago Passaporte: PC 218849; Processo: 47039003768201807 Empresa: Seraphine Nyiramisago Prazo: 1 Mês(es) Imigrante: Seraphine Nyiramisago Passaporte: PC 218849; Processo: 47039000220201805 Empresa: FIMER DO BRASIL ASSISTENCIA TECNICA EM TECNOLOGIA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA LTDA Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: PETRU-IOAN ULAR Passaporte: 052911833; Processo: 47039001087201804 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BOWEN ZHANG Passaporte: G 35506059; Processo: 47039001205201876 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JING ZHANG Passaporte: E 23577287; Processo: 47039001215201810 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: WENGUANG LI Passaporte: E 93937878; Processo: 47039001218201845 Empresa: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GUIQUAN LI Passaporte: E 21821830; Processo: 47041003799201720 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LIVINGSTONE HOCO Passaporte: M00186247; Processo: 47041003800201716 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: STEVEN ISAAC PLAAITJIES Passaporte: A04901599; Processo: 47039000870201842 Empresa: BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S/A Prazo: 3 Mês(es) Imigrante: ROY LOUIS VAN RUN Passaporte: NRPK027B1; Processo: 47039000341201849 Empresa: REDE NOVO TEMPO DE COMUNICACAO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Karina Lucia Rodriguez Vargas Passaporte: C01146535; Processo: 47039003065201871 Empresa: ESTEYCO BRASIL LTDA - EPP Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JAVIER ALEJANDRO LLAMAS VERNA Passaporte: PAG133178; Processo: 47039001728201812 Empresa: QUEIROZ GALVAO OLEO E GAS S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HARALD HANSEMANN Passaporte: C1TTZPHXC Imigrante: RENE HOLTJE REDDER Passaporte: C29JMMNWZ Imigrante: RIKLEF SCHMIDT Passaporte: C1N24WV2G; Processo: 47041000374201840 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/04/2018 Imigrante: Raymundo Falcutila Minon Passaporte: EC2444635; Processo: 47041000398201807 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/03/2018 Imigrante: Mark Philip Benaid Orig Passaporte: EC4564351 Imigrante: Percival Navarro Aldana Passaporte: P4148591A; Processo: 47039001715201843 Empresa: NEWNESS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: OREN LUTFAK Passaporte: 422083624; Processo: 47041000420201819 Empresa: MONICA SOARES COSAS - ME Prazo: 1 Mês(es) Imigrante: Adela Espitia Huertas Passaporte: AT893554 Imigrante: Fabián José Morales Velásquez Passaporte: AT887492 Imigrante: Sandro antonio Londoño Bulla Passaporte: AT887989; Processo: 47039001177201897 Empresa: RIUBEN LEONIDES MONTES DE OCA CALA Prazo: até 29/09/2018 Imigrante: RIUBEN LEONIDES MONTES DE OCA CALA Passaporte: J107808; Processo: 47039001394201887 Empresa: BAR E RESTAURANTE TRAVESSIA LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LUIZ MANUEL FERREIRA RODRIGUES Passaporte: C573912; Processo: 47039001802201809 Empresa: BANCO KDB DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SANG MIN KIM Passaporte: M28349809; Processo: 47039001901201882 Empresa: BANCO KDB DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOONYONG LEE Passaporte: M12124568; Processo: 47039003689201898 Empresa: CONFEDERACAO BRASILEIRA DE BASKETBALL Prazo: 3 Ano(s) Imigrante: ALEKSANDAR PETROVIC Passaporte: 253969203; Processo: 47039000179201869 Empresa: C&SBRA SERVICOS E TECNOLOGIA PELO SISTEMA ELETRICO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Federico Calvi Passaporte: YA7366861; Processo: 47039000214201840 Empresa: FIMER DO BRASIL ASSISTENCIA TECNICA EM TECNOLOGIA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA LTDA Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: FLORIN BURLACU Passaporte: 051951049; Processo: 47039000216201839 Empresa: FIMER DO BRASIL ASSISTENCIA TECNICA EM TECNOLOGIA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA LTDA Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: LORENZO VECCARO Passaporte: YA2526405; Processo: 47041000311201893 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/02/2018 Imigrante: Amandeep Kumar Rekhi Passaporte: J1637274; Processo: 47041000312201838 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/02/2018 Imigrante: Aniket Tatoba Jadhav Passaporte: H6245368; Processo: 47041000313201882 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/02/2018 Imigrante: Dilbar Singh Passaporte: Z3351040; Processo: 47041000314201827 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/02/2018 Imigrante: Suresh Ponnusamy Passaporte: J3939798; Processo: 47041000316201816 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/02/2018 Imigrante: Vinod Ganesh Borkar Passaporte: Z4126332; Processo: 47041000315201871 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/02/2018 Imigrante: Rohit Ajaykumar Singh Passaporte: Z2716007; Processo: 47041000317201861 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/02/2018 Imigrante: Indrajeet Omprakash Vishwakarma Passaporte: Z2444554; Processo: 47041000318201813 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/02/2018 Imigrante: Suresh Chelat Passaporte: Z2937003; Processo: 47041000319201850 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/02/2018 Imigrante: Rakesh Kumar Rai Passaporte: J7638321; Processo: 47041000321201829 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/02/2018 Imigrante: Chinna Asiri Naidu Banna Passaporte: L9509744; Processo: 47041000323201818 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/02/2018 Imigrante: Apparao Naidu Priya Passaporte: P5702137; Processo: 47041000362201815 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/02/2018 Imigrante: Mohamed Rafi Nadakkal Passaporte: K9750324; Processo: 47041000365201859 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/04/2018 Imigrante: DMITRII VEKHOV Passaporte: 716014472; Processo: 47041000431201891 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/04/2018 Imigrante: FRANKLIN III JIMENEZ LAURENTE Passaporte: P3245952A; Processo: 47041000432201835 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/04/2018 Imigrante: Joseph Allan Galicha Rollon Passaporte: EC5119010; Processo: 47041000433201880 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/04/2018 Imigrante: Reagan Oliamot Dignos Passaporte: P1372297A; Processo: 47041000434201824 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/04/2018 Imigrante: Leo Baguio Ando Passaporte: P2555153A; Processo: 47041000435201879 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/04/2018 Imigrante: Vincent Cañon Dorata Passaporte: EC3260855; Processo: 47041000436201813 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/04/2018 Imigrante: Reuter John Donnel Casiple Su-Ay Passaporte: EC5196333; Processo: 47041000437201868 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/04/2018 Imigrante: Nestor Andres Jose Passaporte: P2778252A; Processo: 47041000438201811 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/04/2018 Imigrante: Ronnie Bundaon Quimada Passaporte: EC6000727; Processo: 47041000439201857 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/04/2018 Imigrante: Gilbert Sioco Ibong Passaporte: EC6746184; Processo: 47041000440201881 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/04/2018 Imigrante: Jerome Mendoza Escalona Passaporte: EC6214528; Processo: 47041000441201826 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/04/2018 Imigrante: Arturo Jr Ferraris Sanvictores Passaporte: EB9811344; Processo: 47041000442201871 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/04/2018 Imigrante: Jimmy Apaling Alunday Passaporte: EC1049309; Processo: 47041000443201815 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/04/2018 Imigrante: Edison Jose Zulueta Dordas Passaporte: EC2975546; Processo: 47041000444201860 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/04/2018 Imigrante: Joseph Baluca Bustarga Passaporte: P2251806A; Processo: 47041000445201812 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/04/2018 Imigrante: Edwin Pulpulaan Dela Cruz Passaporte: P2021487A; Processo: 47041000446201859 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/04/2018 Imigrante: Jethro Mariano Vicente Passaporte: EC7976763; Processo: 47041000447201801 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/04/2018 Imigrante: Allan Daluz Tienda Passaporte: EC0331709; Processo: 47041000448201848 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/04/2018 Imigrante: Reynaldo Oliver Lara Passaporte: P2462052A; Processo: 47041000450201817 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/04/2018 Imigrante: Carlito Batiller Dagondon Passaporte: EC7187237; Processo: 47041000451201861 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/04/2018 Imigrante: Benjamin Moncera Morga Passaporte: EB9908281; Processo: 47041000452201814 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/04/2018 Imigrante: Jeso Batistil Pusa Passaporte: P1419272A; Processo: 47041000453201851 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/04/2018 Imigrante: Jerson Dias Passaporte: G9217413; Processo: 47041000454201803 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/04/2018 Imigrante: Elvis Curic Passaporte: 012916326; Processo: 47041000455201840 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/04/2018 Imigrante: Ryan Panganiban Cabundocan Passaporte: EC8298019; Processo: 47041000456201894 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/04/2018 Imigrante: Reynan Baylon Demalata Passaporte: EC0705612; Processo: 47039001144201847 Empresa: MARANELO COMERCIO DO VESTUARIO LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Imigrante: YUEYI XU Passaporte: G36826775; Processo: 47039001358201813 Empresa: AURORA CONSTRUTORA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MARCO RICCI Passaporte: AA1966499.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA

RETIFICAÇÕES

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU n° 032 de 16/02/2018, Seção 1, p. 81, Processo: 47039.001355/2018-80, onde se lê: Mãe: MARTA ROSA QUESADA, leia-se: Mãe: MARTHA ROSA QUESADA RODRIGUEZ.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU n° 044 de 06/03/2018, Seção 1, p. 44, Processo: 47039.002811/2018-17, onde se lê: Prazo: 9 Ano(s), leia-se: Prazo: Indeterminado.

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DE 8 DE MARÇO DE 2018

O Presidente do Conselho Nacional de Imigração, faz público que em reunião de 20 de Fevereiro de 2018, o Conselho Nacional de Imigração deferiu os seguintes pedidos de concessão de vistos temporários:

Temporário - Item V - CNIg - RN 27 - de 25/11/1998:

Processo: 46094000427201763 Prazo: 1 Ano(s) Estrangeira: OLUSHOLA GLADYS OBASSA Passaporte: A07169109 Estrangeiro: ROTIMI ALEX OBASSA Passaporte: A01477054 Processo: 46215015660201727 Prazo: 1 Ano(s) Estrangeira:

YADIRA BEATON OLIVA Passaporte: J381293 Processo: 08270008814201771 Prazo: 1 Ano(s) Estrangeira: CLAUDIANE FERNANDES GONÇALVES Passaporte: J501283.

O Presidente do Conselho Nacional de Imigração, faz público que em reunião de 20 de Fevereiro de 2018, o Conselho Nacional de Imigração indeferiu os seguintes pedidos de concessão de vistos:

Processo: 08000003996201773 Estrangeira: ANA CRISTINA CAMPINA DA SILVA Estrangeiro: MANUEL NUNES DA SILVA, Processo: 46204010545201795 Estrangeira: ARMANDINA DE JESUS ALMENDRA, Processo: 46094000434201765 Estrangeiro: WAYNE JAMES VALLANCE O'BRIEN, Processo: 46094000001201891 Estrangeiro: MOR KHEWE MBAYE, Processo: 46094000009201857 Estrangeiro: BAYE MBACKE DIA Estrangeiro: MAMADOU MBOSSE GADIAGA, Processo: 46094000006201813 Estrangeiro: ALI HADI ABBOOD ABBOOD Estrangeiro: BAGAWREY JAWARA Estrangeiro: NDIAWAR THIAW, Processo: 46094000008201811 Estrangeiro: AYEMBE MOLA, Processo: 46094000011201826 Estrangeiro: ABDUL SALAM Estrangeiro: MD JOMSHED UDDIN Estrangeiro: MOHAMMAD NURL AMIN, Processo: 46094000010201881 Estrangeiro: BABA WADE Estrangeiro: MBAYE NIASSE Estrangeiro: OUMAR NIASS Estrangeiro: SOHIBOU NIASSE, Processo: 46094000012201871 Estrangeiro: YAWOVI LOLONYO AGBE, Processo: 46094000016201859 Estrangeiro: FAROOQ KHATTAK

O Presidente do Conselho Nacional de Imigração, faz público que em reunião de 20 de Fevereiro de 2018, o Conselho Nacional de Imigração manteve o indeferimento dos seguintes pedidos de concessão de vistos:

Processo: 46094000387201750 Estrangeira: GALINA STARKOVA

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 8 DE MARÇO DE 2018

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	462115.026152/2010-06	22889850	Escola Dinâmica do Ensino Moderno	RJ

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32 inciso "c" e "d", Anexo IX, da Portaria nº 1153, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu o processo de interdição nos seguintes termos:

Conhecendo do recurso, dando-lhe provimento, suspendendo a interdição.

Nº	PROCESSO	Termo de Interdição	EMPRESA	UF
1	46205.000873/2018-54	30.472-7/001/2018	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás	CE

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DE 8 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013, resolve RETIFICAR a publicação no DOU de 05/03/2018, nº 43, Seção 1, pág. 80, referente ao processo 46218.066225/2012-26, CNPJ: 15.414.904/0001-30. Para onde se lê: "NT 161/2018/CGRS/SRT/MTb", leia-se: "NT 169/2018/CGRS/SRT/MTb".

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013, resolve RETIFICAR a publicação no DOU de 06/03/2018, nº 44, Seção 1, pág. 47, referente ao processo 47999.005986/2014-96, CNPJ: 20.995.280/0001-22. Para onde se lê: "CNPJ: 20.995.250/0001-22.", leia-se: "CNPJ: 20.995.280/0001-22".

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

Ministério dos Direitos Humanos

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 156, DE 6 DE MARÇO DE 2018

Institui o Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério dos Direitos Humanos - SIC/MDH, dispõe sobre o seu funcionamento, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS, INTERINO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério dos Direitos Humanos - SIC/MDH, em atendimento ao disposto no inciso I do art. 9º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Portaria, consideram-se:

I - Unidades Organizacionais:

a) Gabinete do Ministro;

b) Secretaria-Executiva;

c) Secretaria Nacional de Cidadania;

d) Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

e) Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

f) Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; e

g) Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

II - Área Técnica: unidade de nível gerencial ou operacional responsável pela elaboração da resposta ao pedido de acesso à informação;

III - Sistema Eletrônico de Informações - SEI: sistema eletrônico por meio do qual é tramitado internamente o pedido de acesso à informação;

IV - e-SIC: sistema eletrônico de gestão das solicitações abrangidas pela Lei nº 12.527, de 2011, administrado pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU;

V - Ponto Focal: servidor indicado pelo titular de cada Unidade Organizacional para atuar como responsável pelo processamento do pedido de acesso à informação, no âmbito de sua respectiva unidade;

VI - Autoridade de Monitoramento: autoridade designada pelo Ministro de Estado dos Direitos Humanos para exercer as atribuições de que trata o art. 40 da Lei nº 12.527, de 2011;

VII - Autoridade Classificatória: autoridade responsável por exercer a competência de que trata o art. 30 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012; e

VIII - Informação com disponibilidade imediata: aquela disponível em sítios eletrônicos oficiais ou em publicações do Ministério dos Direitos Humanos.

Art. 3º O SIC/MDH subordina-se administrativamente à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e tecnicamente à Autoridade de Monitoramento.

Parágrafo único. Os titulares das Unidades Organizacionais indicarão à Autoridade de Monitoramento o Ponto Focal e mais um servidor para atuar nas suas ausências, afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares.

Art. 4º O SIC/MDH tem os seguintes objetivos:

I - atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;

II - informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e

III - receber e registrar pedidos de acesso à informação no e-SIC e no SEI.

Art. 5º Compete ao SIC/MDH:

I - o recebimento do pedido de acesso à informação e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação;

II - o registro do pedido de acesso à informação no e-SIC e a entrega do número do protocolo ao solicitante, com a data de apresentação do pedido;

III - a análise preliminar dos requisitos de admissibilidade dos pedidos de acesso à informação;

IV - a verificação da disponibilidade imediata da informação, inclusive junto ao Ponto Focal, de modo a conceder ao solicitante o acesso no momento do recebimento do pedido;

V - o encaminhamento do pedido recebido e registrado no SEI ao Ponto Focal da Unidade Organizacional responsável pelo fornecimento da informação, quando couber;

VI - estabelecer o prazo para resposta, que não poderá ser superior a 20 (vinte) dias;

VII - o envio da resposta ao pedido de acesso à informação;

VIII - a orientação do solicitante a respeito das hipóteses de recurso, nos casos de negativa ou ausência de resposta;

IX - registrar e prestar a informação ao solicitante quando houver dilação de prazo para a resposta;

X - a comunicação do não cumprimento pelas Unidades Organizacionais dos prazos previstos na Lei nº 12.527, de 2011, à Autoridade de Monitoramento; e

XI - controlar os prazos estabelecidos para resposta.

Art. 6º Compete ao Ponto Focal:

I - manter canais de comunicação com as Áreas Técnicas de sua Unidade Organizacional;

II - receber, analisar os requisitos de admissibilidade dos pedidos de acesso à informação e devolver de imediato ao SIC/MDH os pedidos de acesso à informação que não sejam de competência da sua Unidade Organizacional;

III - encaminhar às Áreas Técnicas os pedidos de acesso à informação;

IV - zelar pelo cumprimento dos prazos estabelecidos para resposta, no âmbito da sua Unidade Organizacional;

V - analisar as respostas elaboradas pela Área Técnica, orientando-a caso a resposta não atenda ao requerido;

VI - enviar as respostas ao SIC/MDH por meio do SEI;

VII - prorrogar, quando necessário, o prazo de resposta, por meio do SEI, com justificativa expressa;

VIII - manter o SIC/MDH informado quanto às competências, atribuições e área de atuação da sua Unidade Organizacional;

IX - orientar o SIC/MDH sempre que necessário; e

X - informar à Autoridade de Monitoramento e ao SIC/MDH quando houver ausência concomitante dos servidores indicados na forma do parágrafo único do art. 3º desta Portaria, indicando o servidor que responderá pela unidade organizacional durante este período.

§ 1º Caso não obtenha resposta no prazo estabelecido pelo SIC/MDH, ou a resposta seja negativa, deverá o Ponto Focal indicar ao SIC/MDH:

I - as razões da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido;

II - que não possui a informação requerida, e, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém; e

III - o encaminhamento dado ao pedido.

§ 2º A prorrogação a que se refere o inciso VII do caput não poderá ultrapassar 10 (dez) dias corridos, contados da data estipulada para o encaminhamento da resposta ao solicitante.

Art. 7º Compete à Autoridade de Monitoramento do Ministério dos Direitos Humanos:

I - assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei nº 12.527, de 2011;

II - avaliar e monitorar a implementação do disposto nesta Portaria e apresentar ao Ministro de Estado dos Direitos Humanos relatório anual sobre o seu cumprimento, encaminhando-o ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU;

III - recomendar medidas para aperfeiçoar as normas e procedimentos necessários à implementação da Lei nº 12.527, de 2011, e seus regulamentos;

IV - orientar as unidades no que se refere ao cumprimento da Lei nº 12.527, de 2011, e seus regulamentos;

V - manifestar-se sobre reclamação apresentada contra omissão de autoridade competente, observado o disposto no art. 22 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012; e

VI - orientar o SIC/MDH e os Pontos Focais das Unidades no que se refere ao cumprimento da Lei nº 12.527, de 2011, e seus regulamentos.

Art. 8º O atendimento e a orientação do público poderão ser realizados por meio eletrônico, postal, telefônico ou presencial no SIC/MDH.

§ 1º O horário de atendimento no SIC/MDH será estabelecido em função do horário de funcionamento do Ministério e disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério dos Direitos Humanos.

§ 2º Somente os pedidos de acesso à informação relativos à Lei nº 12.527, de 2011, poderão ser registrados no SIC/MDH.

§ 3º Os demais documentos e solicitações deverão ser registrados no Protocolo.

Art. 9º O pedido de acesso à informação deverá ser apresentado por meio do formulário oficial, eletrônico, disponível em www.acessoainformacao.gov.br/sistema, ou impresso, disponível no SIC/MDH e deverá conter:

I - nome do requerente;

II - número de documento de identificação válido;

III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e

IV - endereço físico ou eletrônico do solicitante, para recebimento de comunicações ou da informação solicitada.

§ 1º Apresentado o pedido de acesso à informação, o SIC/MDH deverá proceder à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos na legislação.

§ 2º Atendidos os requisitos para o seu regular processamento, deverá o SIC/MDH providenciar a inclusão do pedido de acesso à informação no SEI.

§ 3º Não havendo indicação expressa da forma como deseja receber a resposta, essa será disponibilizada por meio do e-SIC.

§ 4º Não sendo utilizado o formulário oficial, eletrônico ou impresso, caberá ao SIC/MDH orientar o solicitante quanto à obrigatoriedade do seu preenchimento e onde obtê-lo.

Art. 10. Todos os pedidos relativos à Lei nº 12.527, de 2011, recebidos presencialmente pelo SIC/MDH, deverão ser registrados imediatamente no e-SIC.

§ 1º Efetuado o registro do pedido de acesso à informação no e-SIC, deverão ser informados ao solicitante, por meio do canal de comunicação indicado, o número de protocolo (NUP) para acompanhamento e o prazo para a resposta.

§ 2º O prazo para resposta do pedido de acesso à informação inicia-se a partir da data de seu cadastramento no e-SIC.

§ 3º Efetuado o registro no e-SIC, o SIC/MDH deverá incluir o pedido no SEI até o final do dia útil subsequente.

§ 4º Caso não seja possível a disponibilização imediata da informação, o SIC/MDH deverá enviar, no prazo de 24 horas, o pedido de acesso à informação ao Ponto Focal da Unidade Organizacional competente para a matéria.

Art. 11. Quando o pedido de acesso à informação envolver assuntos diversos de competência exclusiva de unidades organizacionais diferentes, o SIC/MDH solicitará ao interessado que apresente pedidos de informação separados por assunto.

§ 1º Caso o pedido envolva assunto de competência comum a mais de uma unidade organizacional, o SIC/MDH o encaminhará à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, que o desdobrará em tantos requerimentos quanto necessário e os distribuirá aos Pontos Focais das Unidades Organizacionais competentes, ficando a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos responsável pela consolidação das respostas que lhe serão encaminhadas pelas Unidades.

§ 2º Havendo omissão na apresentação da resposta, perda de prazo e/ou apresentação de resposta incompleta, a responsabilidade, para os fins previstos na Lei nº 12.527, de 2011, recairá sobre a unidade organizacional competente.

Art. 12. As respostas aos pedidos de acesso à informação deverão ser claras, objetivas e coerentes, atendo-se estritamente ao solicitado, contendo, ainda, conforme o caso:

I - identificação da autoridade que tomou a decisão, que deverá ser sempre detentora de cargo de DAS 5, ou, unicamente no caso do Gabinete da(o) Ministra(o), DAS 4;

II - data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão, quando se tratar de informação de circulação restrita ou documento histórico;

III - indicação das razões da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido;

IV - indicação do órgão ou da entidade que detém a informação solicitada, quando o Ministério dos Direitos Humanos não possuir a informação e for do seu conhecimento quem a possui;

V - justificativa, quando for necessária a dilação do prazo para disponibilização da informação; e

VI - possibilidade de recurso, o prazo para propô-lo e a autoridade competente para apreciá-lo.

Art. 13. Nas hipóteses em que for solicitada a entrega pessoal da resposta à solicitação, estando o SIC/MDH de posse da informação, deverá um de seus servidores entrar em contato com o solicitante para agendar data e hora da entrega.

Parágrafo único. Não comparecendo o solicitante na data pré-agendada, servidor do SIC/MDH deverá concluir a solicitação no e-SIC e arquivá-la, com registro da motivação do arquivamento.

Art. 14. Caso haja custo de reprodução, os valores serão cobrados previamente à realização do serviço e à entrega do material, na forma a ser regulamentada pela Subsecretaria de Administração da Secretaria-Executiva.

Art. 15. Quando se tratar de acesso à informação, contida em documento cuja manipulação possa prejudicar a sua integridade, deverá ser oferecida cópia com certificação de que esta confere com o original, observado o pagamento de que trata o artigo anterior.

Parágrafo único. Na impossibilidade de obtenção de cópias, o interessado poderá solicitar que, às suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original.

Art. 16. Apenas o SIC/MDH tem competência para enviar as respostas às solicitações abrangidas pela Lei nº 12.527, de 2011.

Art. 17. No caso de indeferimento do requerimento de acesso a informação ou do não fornecimento das razões da negativa do acesso, o requerente poderá interpor recurso de primeira instância contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior.

§ 1º As autoridades hierarquicamente superiores aos responsáveis pelas situações indicadas no caput deste artigo serão os titulares dos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, dos órgãos específicos singulares e dos órgãos colegiados, e/ou seus substitutos legais, os quais serão indicados no documento de resposta fornecido ao requerente.

§ 2º Recebido o recurso, o SIC/MDH deverá desarquivar no Sistema SEI o processo correspondente à resposta, adicionar o recurso ao processo eletrônico e tramitá-lo à autoridade indicada, informando o prazo para decisão.

Art. 18. No caso de omissão de resposta, o requerente poderá apresentar reclamação no prazo de 10 (dez) dias à Autoridade de Monitoramento.

§ 1º O prazo para apresentação da reclamação começará 30 (trinta) dias após a apresentação do pedido de acesso à informação.

§ 2º Recebida a reclamação, o SIC/MDH deverá localizar no Sistema SEI o processo correspondente ao requerimento, requisitá-lo à unidade de localização, adicionar a reclamação ao processo eletrônico e tramitá-lo à Autoridade de Monitoramento do Ministério dos Direitos Humanos.

§ 3º A Autoridade de Monitoramento deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias, contado da apresentação da Reclamação.

Art. 19. Desprovido o recurso de que trata o art. 17 desta portaria ou não atendido no prazo estipulado para resposta, o requerente poderá interpor recurso de segunda instância, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da ciência da resposta ou do transcurso de prazo, dirigido à autoridade máxima do órgão, no caso, ao Ministro de Estado dos Direitos Humanos.

§ 1º A possibilidade de recurso à autoridade máxima e o prazo para tanto deverá constar da decisão do recuso de primeira instância.

§ 2º Interposto recurso, o SIC/MDH deverá localizar no Sistema SEI o processo relativo ao requerimento, adicionar o recurso e encaminhá-lo à Chefia de Gabinete do Ministro para instrução e envio ao Ministro de Estado dos Direitos Humanos para decisão, devendo constar da decisão a possibilidade de recurso ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU.

Art. 20. A classificação, desclassificação e reavaliação das informações, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos, observará estritamente ao contido nos arts. 23 a 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e nos arts. 25 a 45 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

Art. 21. Ato do Ministro de Estado dos Direitos Humanos designará a Autoridade de Monitoramento, para exercer, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos, as atribuições de que trata o art. 40 da Lei nº 12.527/2011.

Art. 22. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO DO VALE ROCHA

PORTARIA Nº 160, DE 7 DE MARÇO DE 2018

Estabelece o procedimento de autorização prévia pelo Secretário-Executivo do Ministério dos Direitos Humanos para a realização de atos administrativos, delega e subdelega competências e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS, INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, o Decreto nº 9.122, de 9 de agosto de 2017, o Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 9.189, de 1º de novembro de 2017, o Decreto nº 8.821, de 26 de julho de 2016, e tendo em vista o disposto nos arts. 12 e 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e no Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, resolve:

Art. 1º Serão submetidos à autorização prévia do Secretário-Executivo do Ministério dos Direitos Humanos, os atos relativos:

I - à celebração de convênios, acordos, ajustes, termos de execução descentralizada ou instrumentos congêneres, inclusive acordos de cooperação técnica com organismos internacionais, excetuados os termos aditivos de prorrogação de prazo, por solicitação, as prorrogações "de ofício" e os apostilamentos de indicação dos créditos pelos quais correrão as despesas a serem executadas no exercício financeiro, inclusive os da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, os quais poderão ser praticados pelos titulares das Secretarias que compõem a estrutura do Ministério dos Direitos Humanos, bem como por seus substitutos legais; e

II - à celebração de contratos administrativos ou à prorrogação dos contratos em vigor em valores superiores à R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

§ 1º A autorização prévia para a celebração de contratos administrativos ou à prorrogação dos contratos em vigor em valores abaixo de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) será submetida ao Subsecretário de Administração da Secretaria-Executiva.

§ 2º As submissões de autorizações de que tratam o caput e o § 1º deverão ser instruídas com manifestação prévia da Consultoria Jurídica e da Assessoria Especial de Controle Interno.

Art. 2º Fica delegada competência ao Secretário-Executivo do Ministério dos Direitos Humanos e, nos seus impedimentos e afastamentos legais e eventuais, a seu substituto legal, para, no âmbito de sua competência, praticar os seguintes atos:

I - aprovar planos de trabalho, projetos básicos e termos de referência;

II - constituir comissões, designar pregoeiros e equipes de apoio para as licitações;

III - autorizar procedimentos de licitação, adjudicar, homologar, revogar e anular licitações;

IV - praticar os demais atos relacionados ao procedimento licitatório;

V - ratificar os atos de dispensa e de inexigibilidade de licitação;

VI - firmar contratos e termos aditivos;

VII - celebrar convênios e contratos de repasse, ajustes, acordos, inclusive acordos de cooperação técnica com organismos internacionais, termos de execução descentralizada e demais instrumentos congêneres e seus aditivos;

VIII - gerenciar e controlar os registros de preços;

IX - aplicar sanções a fornecedores e prestadores de serviços;

X - autorizar a restituição de garantias contratuais;

XI - submeter à apreciação da Consultoria Jurídica processos e atos administrativos para os quais a legislação vigente exija parecer daquele órgão e à apreciação da Assessoria Especial de Controle Interno, quando entender necessário e/ou conveniente;

XII - criar grupos de trabalho, comitês e comissões, para fins específicos;

XIII - autorizar a aquisição, alienação, cessão, transferência e baixa de material;

XIV - constituir comissões de recebimento de materiais e serviços;

XV - outorgar aquisição, comodato e aceitação da cessão do uso de imóveis, bem como indicar os nomes dos beneficiários das permissões de uso para o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

XVI - autorizar interrupções de férias;

XVII - autorizar a participação de servidores em congressos, conferências, seminários, cursos de formação, capacitação e outros eventos similares realizados no país;

XVIII - conceder licenças, afastamentos, vantagens, gratificações adicionais e demais benefícios e concessões, bem como determinar suas alterações e cancelamentos, exceto no que concerne à autorização de afastamento do país;

XIX - exonerar, a pedido de ocupante de cargo efetivo;

XX - autorizar a progressão funcional de servidores;

XXI - conceder e rever aposentadorias e pensões;

XXII - lotar servidores nas unidades do Ministério;

XXIII - dar posse aos titulares de cargos efetivos e em comissão;

XXIV - constituir junta médica oficial;

XXV - redistribuir servidores;

XXVI - designar e dispensar os substitutos dos servidores investidos em cargo ou função de direção, chefia e assessoramento, nos casos em que não houver indicação no regimento interno, mediante solicitação do titular máximo ou chefe de gabinete das respectivas unidades;

XXVII - assinar documentos e baixar atos necessários à execução orçamentária das dotações consignadas no Orçamento Geral da União em favor do Ministério dos Direitos Humanos ou das que lhe forem descentralizadas, e à movimentação e ao uso dos recursos financeiros, independentemente de sua fonte ou origem;

XXVIII - avocar a decisão de processos administrativos ou de outros assuntos afetos à Secretaria Executiva;

XXIX - homologar, referendar e convalidar atos vinculados à competência da Secretaria Executiva; e

XXX - autorizar a concessão de diárias e passagens aos servidores do Ministério dos Direitos Humanos, nos termos dos arts. 6º e 7º do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, e do inciso I do art. 18 da Instrução Normativa/MP nº 3, de 11 de fevereiro de 2015.

Parágrafo único. O Secretário-Executivo do Ministério dos Direitos Humanos fica autorizado a subdelegar, total ou parcialmente, as competências constantes do caput, que não tenham sido delegadas aos titulares das Secretarias Nacionais que compõem a estrutura do Ministério dos Direitos Humanos, e seus respectivos substitutos legais, observada a legislação vigente.

Art. 3º Fica subdelegada competência ao Secretário-Executivo do Ministério dos Direitos Humanos e, nos seus impedimentos e ausências, a seu substituto legal, vedada nova subdelegação, para, observada a legislação pertinente:

I - autorizar os afastamentos do País, sem nomeação ou designação, dos servidores desta Pasta, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 8.112, de 1990, e nos arts. 1º e 2º do Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995; e

II - nomeação de cargos em comissão ou designação de funções de confiança não tratadas no art. 2º do Decreto nº 8.821, de 26 de julho de 2016.

Art. 4º Fica delegada competência aos titulares das Secretarias Nacionais que compõem a estrutura do Ministério dos Direitos Humanos, bem como aos seus respectivos substitutos legais, para, no âmbito de suas competências, praticarem os seguintes atos:

I - aprovar planos de trabalho, projetos básicos e termos de referência;

II - celebrar contratos administrativos, termos aditivos e apostilamentos;

III - firmar convênios e contratos de repasses, acordos, ajustes, termos de execução descentralizada e demais instrumentos congêneres, seus termos aditivos e apostilamentos, inclusive os instrumentos celebrados com organizações da sociedade civil com fundamento na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e os termos de parceria regidos pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999;

IV - submeter à apreciação do órgão jurídico competente processos e atos administrativos para os quais a legislação vigente exija parecer daquele órgão;

V - criar grupos de trabalho, comitês e comissões, para fins específicos, nas áreas de sua competência;

VI - autorizar despesas com eventos;

VII - autorizar e firmar os instrumentos relativas à aquisição, alienação, cessão, transferência e baixa de material; e

VIII - autorizar interrupção de férias.

Art. 5º Ficam revogadas a Portaria nº 9, de 16 de fevereiro de 2017, a Portaria nº 30, de 15 de março de 2017, a Portaria nº 82, de 05 de junho de 2017, e a Portaria nº 144, de 21 de julho de 2017.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO DO VALE ROCHA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900183

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 718, DE 7 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso III, art. 1º, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016 e tendo em vista o disposto no Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, resolve:

Art.1º Autorizar a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil a descentralizar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT recursos orçamentários no montante de R$ 36.741.652,00 (trinta e seis milhões, setecentos e quarenta e um mil, seiscentos e cinqüenta e dois reais), consignados na Lei nº 13.587, de 02 janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 03 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018, classificados no Programa de Trabalho 26.784.2086.14KV.0035 - Apoio à Implantação de Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tietê - No Estado de São Paulo.

Art.2º Os recursos descentralizados deverão ser empregados na consecução do objeto previsto no programa de trabalho pertinente, respeitada fielmente a classificação funcional programática e a legislação em vigor.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO FORTES MELRO FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 768, DE 6 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 33, inciso XV, alínea "b", do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e 1º da Resolução nº 206, de 16 de novembro de 2011, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986,

CONSIDERANDO a análise constante da Nota Técnica n° 5/2018/GTDA/GCOP/SIA, de 2 de março de 2018;

CONSIDERANDO a efetuação do registro, nesta Agência, do Plano Básico de Zoneamento de Ruído - PBZR do Aeródromo de Itapeva (SDYW); e

CONSIDERANDO o que consta do processo nº 00065.503601/2016-91, resolve:

Art. 1º Tornar inaplicável o Anexo XXXI da Portaria nº 629/GM5, de 2 de maio de 1984, publicado no Suplemento ao nº 136 do Diário Oficial da União, de 16 de julho de 1984, Seção 1, que dispõe sobre o Plano Específico de Zoneamento de Ruído - PEZR do Aeródromo de Itapeva/SP (código OACI: SDYW).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 810, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Retira medida administrativa cautelar de proibição de operações noturnas de passageiros imposta ao Aeroporto Leite Lopes - Ribeirão Preto (SP) (SBRP).

A GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso X, da Portaria nº 1.751/SIA, de 6 de julho de 2015, e considerando o que consta do processo nº 00058.522570/2017-47, resolve:

Art. 1º Retirar medida administrativa cautelar de proibição, durante o período noturno, das operações regidas pelo Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 121 (RBAC nº 121) e RBAC nº 129, quando do transporte de passageiros, anteriormente aplicada ao Aeroporto Leite Lopes (SBRP), localizado em Ribeirão Preto (SP).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 508/SIA, de 9 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 15 de fevereiro de 2018, Seção 1, página 33.

BARBARA CARVALHO DE AZEVEDO

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 605, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso VIII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 18-A da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, o disposto no Decreto da Presidência da República nº 9.024, de 17 de julho de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00058.002318/2018-05, resolve:

Art. 1º Aprovar, as Instruções Suplementares desta Portaria, relacionadas abaixo:

I - a Instrução Suplementar nº 00-005, Revisão B (IS nº 00-005B), intitulada "Procedimentos para solicitação de declaração de resultados de exames teóricos";

II - a Instrução Suplementar nº 00-006, Revisão B (IS nº 00-006B), intitulada "Procedimentos para interposição de recurso sobre indeferimento de solicitação de licença, certificado ou habilitação emitidos sob o RBAC nº 61, RBHA 63 ou RBHA 65";

III - a Instrução Suplementar nº 67-005, Revisão B (IS nº 67-005B) - intitulada "Procedimentos administrativos para credenciamento e revalidação de credenciamento de médicos, clínicas e convênio com entidades";

VI - a Instrução Suplementar nº 119-004, Revisão C (IS nº 67-005C) - intitulada "Processo de certificação de empresa de transporte aéreo regida pelo RBAC nº 135";

V - a Instrução Suplementar nº 129-001, Revisão C (IS nº 129-001C) - intitulada "Procedimentos relativos a operação de empresas estrangeiras de transporte aéreo público no Brasil";

VI - a Instrução Suplementar nº 141-002, Revisão B (IS nº 141-002B) - intitulada "Manual do Curso de Mecânico de Manutenção Aeronáutica";

VII - a Instrução Suplementar nº 175-002, Revisão D (ISnº 175-002D) - intitulada "Curso de artigos perigosos para pessoal envolvido com transporte aéreo";

VIII - a Instrução Suplementar nº 175-006, Revisão B (IS nº 175-006B) - intitulada "Manual de Artigos Perigosos - MAP"; e

IX - a Instrução Suplementar nº 183-001, Revisão C (IS nº 183-001C) - intitulada "Processo de credenciamento de pessoa jurídica para aplicação do exame de proficiência linguística da ANAC".

Parágrafo único. As Instruções de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao) desta Agência, na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL GERÊNCIA TÉCNICA DE FATORES HUMANOS

PORTARIA Nº 744, DE 5 DE MARÇO DE 2018

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(iv) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426/SPO, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.570254/2017-92, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 3 (três) anos, o médico Dr. Rolland Duarte de Souza, CRM/RJ 52.64714-4, MC 94, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Avenida das Américas, nº 505, Loja K, Sala 212, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro (RJ), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67).

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERT COSTA REBELLO

SUPERINTENDÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS

PORTARIA Nº 789, DE 7 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 32, inciso XXII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº. 00066.003330/2018-20, resolve:

Art. 1º Alocar, à sociedade empresária TAM Linhas Aéreas S.A., nos termos dos entendimentos em vigor, 02 (duas) frequências semanais para realização de serviços aéreos mistos entre o Brasil e a Itália.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BISINOTTO CATANANT

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 5.765, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Conhece o pedido de reconsideração interposto pela empresa TRANSPORTES E LOCADORA DE VEÍCULOS REAL MAIA LTDA. - ME, para, no mérito, dar-lhe provimento.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 069, de 1º de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.126776/2011-57, resolve:

Art. 1º Conhecer o Pedido de Reconsideração interposto pela TRANSPORTES E LOCADORA DE VEÍCULOS REAL MAIA LTDA. - ME (antiga Alliance Transportes e Locadora de Veículos Ltda.), para, no mérito, dar-lhe provimento, convolando-se a pena de Declaração de Inidoneidade, aplicada pela Resolução nº 5.579, de 22 de novembro de 2017, em pena de multa, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), nos termos do art. 65 da Resolução nº 5.083, de 27 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 27, DE 7 DE MARÇO DE 2018

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF Substituto, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, resolve:

Autorizar a implantação de adutora de água, por meio de travessia localizada no km 060+893m, na faixa de domínio da Rodovia BR-040/MG, no município de Paracatu/MG, de interesse do Sr. Cácio José de Queiroz. - Processo nº 50510.064777/2017-77

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço http://portal.antt.gov.br/index.php/content/view/355.html.

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 35, DE 1º DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução nº 2.695/2008 e alteração, e no que consta dos autos do Processo n° 50500.053583/2018-46, resolve:

Art. 1º Autorizar as obras do Projeto de Interesse de Terceiro - PIT referente à implantação de travessia superior de água, pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no km 264+190m da malha ferroviária concedida à Rumo Malha Sul S.A. - RMS, no município de Ponta Grossa/PR.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, conforme prevê o Contrato de Concessão, sem prejuízo do cumprimento de decisões judiciais no âmbito da ação autuada sob n° 5019757-96.2017.4.04.7000, em trâmite perante a 5ª Vara Federal Cível da Subseção Judiciária de Curitiba/PR.

Art. 3º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT, sempre que celebrado, cópia dos Aditivos formalizados com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 36, DE 1º DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução nº 2.695/2008 e alteração, e no que consta dos autos do Processo n° 50500.489575/2017-53, resolve:

Art. 1º Autorizar, para fins de regularização, a execução de obras do Projeto de Interesse de Terceiro- PIT referente à implantação de travessia aérea de adutora de água tratada, pela CESAN - Companhia Espírito-Santense de Saneamento, no km 1 - Pátio de

Porto Velho da malha ferroviária concedida à Estrada de Ferro Vitória Minas - EFVM, no município de Vila Velha, no estado de Espírito Santo.

Parágrafo Único. A Concessionária deverá encaminhar à ANTT, sempre que celebrado, cópia dos aditivos formalizados com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 2º Revogar a Portaria SUFER n° 8, de 15 janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União - DOU n° 13 em 18 de janeiro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 38, DE 5 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução nº 2.695/2008 e alteração, e no que consta dos autos do Processo n° 50500.115902/2018-14, resolve:

Art. 1º Autorizar obras do Projeto de Interesse de Terceiro - PIT referente à implantação de travessia subterrânea de rede para distribuição de gás canalizado, pela empresa CEG RIO S.A., no km 148+280m da malha ferroviária concedida à MRS Logística S.A., no município de Volta Redonda/RJ.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, conforme prevê o Contrato de Concessão.

Art. 3º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT, sempre que celebrado, cópia dos Aditivos formalizados com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 40, DE 5 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução nº 2.695/2008 e alteração, e no que consta dos autos do Processo n° 50500.117680/2018-74, resolve:

Art. 1º Autorizar as obras do Projeto de Interesse de Terceiro - PIT referente à implantação de travessia aérea de rede de energia elétrica, pela empresa Hidrelétrica Vale do Jordão Eireli, no km 128+775 m da malha ferroviária concedida à Rumo Malha Sul S.A. - RMS, no município de Guarapuava/PR.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, conforme prevê o Contrato de Concessão.

Art. 3º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT, sempre que celebrado, cópia dos Aditivos formalizados com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 37, DE 2 DE MARÇO DE 2018

O Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, com base no inciso VI, do art. 1°, da Deliberação ANTT n° 158/2010, alterada pela Deliberação nº 178/2016 e, no que consta no Processo nº 50500.024871/2013-89, resolve:

Art. 1º Vincular à prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas, concedido à Rumo Malha Paulista S.A. - RMP, o bem imóvel denominado Estação Ferroviária Pai Mathias - NBP 4470051, localizada no Município de São Vicente/SP.

Art. 2° Autorizar a incorporação do bem imóvel descrito no artigo anterior ao Contrato de Arrendamento n° 047/98 (Malha Paulista).

Parágrafo Único - A incorporação será efetivada por meio de termo aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 047/98, a ser celebrado entre a RMP e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, mediante interveniência da ANTT.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 41, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução nº 2.695/2008 e alteração, e no que consta dos autos do Processo ANTT n° 50500.143890/2017-37, resolve:

Art. 1º Autorizar as obras de implantação do Projeto de Interesse de Terceiro - PIT relativo à execução de 12 travessias subterrâneas de cabos de fibra óptica, pela TIM Celular S.A., no estado de São Paulo, nos pontos da malha ferroviária concedida à MRS Logística S.A. conforme anexo.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, conforme prevê o Contrato de Concessão.

Art. 3º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT, sempre que celebrado, cópia dos Aditivos formalizados com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

ANEXO

Quilômetro da intervenção	Município
264+580	Cachoeira Paulista
266+300	Cachoeira Paulista
296+617	Aparecida
313+297	Moreira César
315+327	Moreira César
341+400	Taubaté
342+360	Taubaté
376+130	São José dos Campos
379+887	São José dos Campos
386+180	São José dos Campos
417+470	Guararema
422+180	Guararema

Ministério Extraordinário da Segurança Pública

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 580, DE 31 DE JANEIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/4357 - DPF/MII/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COCAL COMERCIO INDUSTRIA CANAA ACUCAR E ALCOOL LTDA, CNPJ nº 44.373.108/0001-03 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 858, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/7325 - DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TRANSVIVA SERVICOS DE VIGILANCIA PATRIMONIAL E OSTENSIVA LTDA ME, CNPJ nº 09.368.267/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 296/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 859, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/4405 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESSENCIAL SISTEMA DE SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 05.457.677/0004-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 301/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.059, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/2651 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa NUTRANE NUTRICAO ANIMAL LTDA, CNPJ nº 04.591.114/0004-57, para atuar em Pernambuco.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.088, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/10468 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUBCONDOMÍNIO PRAIA DE BELAS SHOPPING CENTER, CNPJ nº 94.347.283/0001-96 para atuar no Rio Grande do Sul.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.123, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/12032 - DPF/GOY/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa AFORVIG-ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 02.920.885/0001-72, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Pistolas calibre .380

3 (três) Revólveres calibre 38

120 (cento e vinte) Munições calibre .380

360 (trezentas e sessenta) Munições calibre 12

120 (cento e vinte) Munições calibre 38

26471 (vinte e seis mil e quatrocentas e setenta e uma) Espoletas calibre 38

14037 (quatorze mil e trinta e sete) Gramas de pólvora

28926 (vinte e oito mil e novecentos e vinte e seis) Projéteis calibre 38

282 (duzentos e oitenta e dois) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.144, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/6104 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TKS SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 07.774.050/0004-18, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Norte, com Certificado de Segurança nº 418/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900185

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 1.161, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/13056 - DPF/AGA/TO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NOSSO LAR LOJAS DE DEPARTAMENTOS LTDA, CNPJ nº 00.607.587/0001-00 para atuar em Tocantins.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.223, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/9909 - DPF/MBA/PA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ADM SIGMA AGROPECUARIA LTDA, CNPJ nº 21.091.388/0001-53 para atuar no Pará.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.235, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/10661 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INSTITUTO ALFA DE CULTURA, CNPJ nº 58.802.919/0001-89 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.264, DE 1º DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/10748 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ALVO ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 03.732.792/0001-87, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 412/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.270, DE 1º DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/13202 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIGAFORT VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 06.152.577/0001-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 465/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.273, DE 1º DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/13874 - DPF/CGE/PB, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PALLADIUM VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI EPP, CNPJ nº 15.184.327/0001-38, sediada na Paraíba, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

200 (duzentas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.287, DE 2 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/86815 - DELESP/DREX/SR/DPF/MS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa REPRESSÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 04.923.655/0001-92, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso do Sul, com Certificado de Segurança nº 2725/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.292, DE 2 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/6981 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GLOBALSERVICE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 84.526.045/0001-94, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 312/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.295, DE 2 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/9363 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

CONCEDER autorização à empresa THEMIS ACADEMIA DE FORMACAO DE VIGILANTES LTDA EPP, CNPJ nº 26.489.471/0001-07, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

36052 (trinta e seis mil e cinquenta e duas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.296, DE 2 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/10139 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LV SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 16.624.722/0001-57, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 432/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.298, DE 2 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/12257 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ALIANSEG SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI - EPP, CNPJ nº 23.049.460/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 472/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.321, DE 5 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/11239 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NEW LINE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 08.931.820/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 488/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.333, DE 5 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/6009 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa PROTHEUS VIGILANCIA PRIVADA LTDA ME, CNPJ nº 19.359.684/0001-40, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada no Pará.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.335, DE 5 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/15196 - DELESP/DREX/SR/DPF/RO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CIESE CENTRO DE INSTRUCAO ESPECIALIZADO EM SEGURANCA LTDA., CNPJ nº 00.955.520/0001-58, sediada em Rondônia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

50000 (cinquenta mil) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.341, DE 5 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/10509 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOUZA LIMA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 64.911.290/0004-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 389/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.347, DE 5 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/15366 - DPF/RPO/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa DEFENSE CENTRO DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 05.564.814/0003-34, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900186

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5300 (cinco mil e trezentas) Munições calibre 12
68000 (sessenta e oito mil) Espoletas calibre 38
5000 (cinco mil) Estojos calibre 38
13000 (treze mil) Gramas de pólvora
68000 (sessenta e oito mil) Projéteis calibre 38
3400 (três mil e quatrocentas) Espoletas calibre .380
3000 (três mil) Estojos calibre .380
3400 (três mil e quatrocentos) Projéteis calibre .380
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.352, DE 6 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/152 - DPF/MBA/PA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JORIMA SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 08.609.047/0002-40, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 385/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.357, DE 6 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/12931 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

AUTORIZAR a empresa NORTH SEGURANÇA LTDA , CNPJ Nº 86.960.598/0001-86, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser NORTH SEGURANÇA EIRELI

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.358, DE 6 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/14623 - DELESP/DREX/SR/DPF/SE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PINHEIRO SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 04.944.975/0001-29, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Sergipe, com Certificado de Segurança nº 494/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.359, DE 6 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/15266 - DPF/GOY/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa VETORSEG VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA ME, CNPJ nº 18.981.763/0001-26, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Da empresa cedente ROTA SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 08.471.527/0001-06:
5 (cinco) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente ROTA SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 08.471.527/0001-06:
90 (noventa) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.360, DE 6 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/15326 - DPF/SJE/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa DEFENSE CENTRO DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 05.564.814/0001-72, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1452 (uma mil e quatrocentas e cinquenta e duas) Munições calibre 12
3300 (três mil e trezentas) Espoletas calibre .380
3000 (três mil) Estojos calibre .380
2546 (dois mil e quinhentos e quarenta e seis) Projéteis calibre .380
65000 (sessenta e cinco mil) Espoletas calibre 38
5000 (cinco mil) Estojos calibre 38
13000 (treze mil) Gramas de pólvora
65000 (sessenta e cinco mil) Projéteis calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.362, DE 6 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/15719 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MASTER VIGILANCIA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ nº 77.998.912/0001-29, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10000 (dez mil) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.366, DE 6 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/103662 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CERPA - CERVEJARIA PARAENSE S/A, CNPJ nº 04.894.085/0001-50 para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 511/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.368, DE 6 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/8211 - DPF/JFA/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MEN IN BLACK VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI - ME, CNPJ nº 07.276.997/0001-56, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 515/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.375, DE 6 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/105742 - DPF/NIG/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VILA SUL ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 04.963.936/0001-79, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio de Janeiro com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 509/2018 (CNPJ nº 04.963.936/0001-79) e nº 47/2018 (CNPJ nº 04.963.936/0002-50).

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.379, DE 6 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/9979 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa DFA SEGURANÇA PATRIMONIAL E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 07.688.128/0001-39, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada na Bahia.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.380, DE 6 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/10277 - DPF/ANS/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GRABALOS COMANDO SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 11.674.790/0001-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 517/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 33.132, DE 5 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08385.304215/2016-15-DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Autorizar a empresa VIGILANCIA URBANA LTDA, CNPJ 02.116.723/0001-86, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser VIGILANCIA URBANA EIRELI - ME.

LICINIO NUNES DE MORES NETTO

PORTARIA Nº 34.129, DE 2 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL substituto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08500.009057/2018-82 - NAD/SELOG/SR/PF/SP, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa EVEREST RIO HOTEL S.A., CNPJ nº 33.742.164/0001-43, localizada no Estado do RIO DE JANEIRO.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES

PORTARIA Nº 13, DE 7 DE MARÇO DE 2018

Descredencia a empresa LOUF ORGANIZAÇÃO LOGÍSTICA E TRANSPORTE LTDA da execução dos serviços de escolta "de Terceiros".

O COORDENADOR-GERAL DE OPERAÇÕES, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial a disposta no art. 27, inciso X, do Regimento Interno da Polícia Rodoviária Federal, aprovado pela Portaria nº 219, de 27 de fevereiro de 2018, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União, de 28 de fevereiro de 2018,

CONSIDERANDO o disposto no Manual de Procedimentos Operacionais nº 17, instituído pela Instrução Normativa nº 08, de 2 de maio de 2012, da Senhora Diretora-Geral da Polícia Rodoviária Federal, e atualizado pela Portaria Normativa nº 08, de 5 de fevereiro de 2016, do Senhor Coordenador-Geral de Operações da Polícia Rodoviária Federal; e

CONSIDERANDO o disposto no processo nº 08658.01397/2011-75, resolve:

Art. 1º Descredenciar a empresa LOUF ORGANIZAÇÃO LOGÍSTICA E TRANSPORTE LTDA, credencial nº 248/2011, inscrita no CNPJ nº 12.637.678/0001-69, estabelecida na RUA NARCISO CASADO CALADO, 110, VILA BRASILIA, SÃO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900187

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BERNARDO DO CAMPO/SP, CEP: 09.721-060, da EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ESCOLTA "DE TERCEIROS", aos veículos transportadores de cargas indivisíveis excedentes em peso e/ou dimensões.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO VITAL DE MORAES JÚNIOR

PORTARIA Nº 14, DE 7 DE MARÇO DE 2018

Descredencia a empresa JANDINEIDE M. DOS SANTOS TRANSPORTES EPP da execução dos serviços de escolta "de Terceiros".

O COORDENADOR-GERAL DE OPERAÇÕES, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial a disposta no art. 27, inciso X, do Regimento Interno da Polícia Rodoviária Federal, aprovado pela Portaria nº 219, de 27 de fevereiro de 2018, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União, de 28 de fevereiro de 2018,

CONSIDERANDO o disposto no Manual de Procedimentos Operacionais nº 17, instituído pela Instrução Normativa nº 08, de 2 de maio de 2012, da Senhora Diretora-Geral da Polícia Rodoviária Federal, e atualizado pela Portaria Normativa nº 08, de 5 de fevereiro de 2016, do Senhor Coordenador-Geral de Operações da Polícia Rodoviária Federal; e

CONSIDERANDO o disposto no processo nº 08658.010951/2012-16, resolve:

Art. 1º Descredenciar a empresa JANDINEIDE M. DOS SANTOS TRANSPORTES EPP, credencial nº 287/2012, inscrita no CNPJ nº 14.352.706/0001-27, estabelecida a RUA GENÉSIO MARIA, 86, JD BOA ESPERANÇA, SOROCABA/SP - CEP 18.103-185, da EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ESCOLTA "DE TERCEIROS", aos veículos transportadores de cargas indivisíveis excedentes em peso e/ou dimensões.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO VITAL DE MORAES JÚNIOR

PORTARIA Nº 15, DE 7 DE MARÇO DE 2018

Credencia a empresa SOCIAL SERV. DE LOGIST. E TRANSP. LTDA-ME para execução dos serviços de escolta "Própria e de Terceiros".

O COORDENADOR-GERAL DE OPERAÇÕES, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial a disposta no art. 27, inciso X, do Regimento Interno da Polícia Rodoviária Federal, aprovado pela Portaria nº 219, de 27 de fevereiro de 2018, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União, de 28 de fevereiro de 2018,

CONSIDERANDO o disposto no Manual de Procedimentos Operacionais nº 17, instituído pela Instrução Normativa nº 08, de 2 de maio de 2012, da Senhora Diretora-Geral da Polícia Rodoviária Federal, e atualizado pela Portaria Normativa nº 08, de 5 de fevereiro de 2016, do Senhor Coordenador-Geral de Operações da Polícia Rodoviária Federal; e

CONSIDERANDO o disposto no processo nº 08658.033807/2018-43, resolve:

Art. 1º CREDENCIAR a empresa SOCIAL SERV. DE LOGIST. E TRANSP. LTDA-ME, credencial nº 383, inscrita no CNPJ n° 235.522.251/0001-31, com sede na cidade de São Bernardo do Campo - SP, na Rua José Bonifácio, 671, sala 4 A, CEP 09721-161 para EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ESCOLTA "PRÓPRIA E DE TERCEIROS", aos veículos transportadores de cargas indivisíveis excedentes em peso e/ou dimensões.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO VITAL DE MORAES JÚNIOR

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 184, DE 7 DE MARÇO DE 2018

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 49 - inciso XX da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o Termo de Deliberação do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, proferido na 1ª Sessão Ordinária, realizada em 6 de fevereiro de 2018, e o contido no Procedimento de Gestão Administrativa MPF/PGR nº 1.00.000.016655/2017-09, resolve:

Art. 1º Fixar a seguinte lotação de cargos de membros nas unidades do Ministério Público Federal.

UNIDADES DE LOTAÇÃO	Nº DE CARGOS	TOTAL
I - PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA	74	74
II - PROCURADORIAS REGIONAIS DA REPÚBLICA		
1ª Região	50	
2ª Região	48	
3ª Região	56	
4ª Região	44	
5ª Região	22	220
III - PROCURADORIAS DA REPÚBLICA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS		
Acre		
Rio Branco	05	
Cruzeiro do Sul	02	07
Alagoas		
Maceió/União dos Palmares	12	
Arapiraca/Santana do Ipanema	04	16
Amapá		
Macapá	06	
Laranjal do Jari	01	
Oiapoque	01	08
Amazonas		
Manaus	15	
Tabatinga	02	
Tefé	02	19
Bahia		
Salvador	20	
Alagoinhas	01	
Barreiras	02	
Bom Jesus da Lapa	01	
Campo Formoso	01	
Eunápolis	01	
Feira de Santana	03	
Guanambi	02	
Ilhéus/Itabuna	03	
Irecê	01	
Jequié	02	
Paulo Afonso	02	
Vitória da Conquista	02	
Teixeira de Freitas	01	42
Ceará		
Fortaleza/Maracanaú	17	
Crateús/Tauá	02	
Itapipoca	01	
Juazeiro do Norte/Iguatu	03	
Limoeiro do Norte/Quixadá	02	
Sobral	02	27
Distrito Federal		
Brasília	30	30
Espírito Santo		
Vitória/Serra	13	
Cachoeiro do Itapemirim	02	
Colatina	02	
Linhares	01	
São Mateus	02	20
Goiás		
Goiânia/Aparecida de Goiânia	17	
Anápolis /Uruaçu	03	
Itumbiara	01	
Luziânia/Formosa	02	
Rio Verde/Jataí	02	25
Maranhão		
São Luís	13	
Bacabal	01	
Balsas	01	
Caxias	02	
Imperatriz	03	20
Mato Grosso		
Cuiabá/Diamantino	12	
Barra do Garças	02	
Cáceres	03	
Juína	02	
Rondonópolis	02	
Sinop	02	23
Mato Grosso do Sul		
Campo Grande	10	
Corumbá	02	
Coxim	01	
Dourados	03	
Naviraí	02	
Ponta Porã/Bela Vista	03	
Três Lagoas	02	23
Minas Gerais		
Belo Horizonte	28	
Divinópolis	02	
Governador Valadares	02	
Ipatinga	02	
Ituiutaba	01	
Janaúba	01	
Juiz de Fora	03	
Montes Claros	03	
Manhuaçu/Muriaé	02	
Paracatu/Unaí	01	
Patos de Minas	02	
Passos/São Sebastião do Paraíso	02	
Poços de Caldas	01	
Pouso Alegre	02	
São João Del Rei/Lavras	02	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900188

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Sete Lagoas	02	
Teófilo Otoni	02	
Uberaba	02	
Uberlândia	03	
Varginha	01	
Viçosa/Ponte Nova	01	65
Pará		
Belém/Castanhal	12	
Altamira	04	
Itaituba	02	
Marabá	03	
Paragominas	01	
Redenção	02	
Santarém	03	
Tucuruí	02	29
Paraíba		
João Pessoa	10	
Campina Grande	03	
Guarabira	01	
Monteiro	01	
Patos	02	
Sousa	02	19
Paraná		
Curitiba	21	
Apucarana	01	
Campo Mourão	02	
Cascavel/Toledo	04	
Foz do Iguaçu	09	
Francisco Beltrão	01	
Guaíra	02	
Guarapuava	02	
Jacarezinho	01	
Londrina	05	
Maringá	04	
Paranaguá	02	
Paranavaí	01	
Pato Branco	01	
Ponta Grossa	02	
Umuarama	02	
União da Vitória	01	61
Pernambuco		
Recife	17	
Cabo de Santo Agostinho/Palmares	02	
Caruaru	02	
Garanhuns/Arcoverde	02	
Goiana	01	
Jaboatão dos Guararapes	01	
Petrolina/Juazeiro	03	
Salgueiro/Ouricuri	02	
Serra Talhada	01	31
Piauí		
Teresina	10	
Corrente	01	
Floriano	01	
Parnaíba	01	
Picos	01	
São Raimundo Nonato	01	15
Rio de Janeiro		
Rio de Janeiro	53	
Angra dos Reis	02	
Campos dos Goytacazes	03	
Itaperuna	02	
Macaé	02	
Niterói	05	
Nova Friburgo/Teresópolis	03	
Petrópolis/Três Rios	03	
Resende	02	
São Gonçalo/Itaboraí/Magé	04	
São João de Meriti/Nova Iguaçu/Duque de Caxias	06	
São Pedro D' Aldeia	02	
Volta Redonda/Barra do Piraí	04	91
Rio Grande do Norte		
Natal/Ceará-Mirim	13	
Assu	01	
Caicó	01	
Mossoró	02	
Pau dos Ferros	01	18
Rio Grande do Sul		
Porto Alegre	26	
Bagé	01	
Bento Gonçalves	02	
Canoas	02	
Capão da Canoa	01	
Caxias do Sul	03	
Cruz Alta	01	
Erechim	02	
Lajeado	01	
Novo Hamburgo	03	
Palmeira das Missões	01	
Passo Fundo/Carazinho	04	
Pelotas	02	
Rio Grande	03	
Santa Cruz do Sul/Cachoeira do Sul	02	
Santa Maria/Santiago	04	
Santa Rosa	01	
Santana do Livramento	02	
Santo Ângelo	02	
Uruguaiana	02	65
Rondônia		
Porto Velho	08	
Guajará-Mirim	02	
Ji-Paraná	03	
Vilhena	02	15
Roraima		
Boa Vista	07	07
Santa Catarina		
Florianópolis	12	
Blumenau	04	
Caçador	01	
Chapecó	02	
Concórdia	01	
Criciúma	03	
Itajaí/Brusque	04	
Jaraguá do Sul	01	
Joaçaba	01	
Joinville	05	
Lages	01	
Mafra	01	
Rio do Sul	01	
São Miguel do Oeste	02	
Tubarão/Laguna	02	41
São Paulo		
São Paulo	47	
Andradina	01	
Araçatuba	02	
Araraquara	02	
Assis	01	
Barretos	01	
Bauru/Avaré/Botucatu	05	
Bragança Paulista	01	
Campinas	09	
Caraguatatuba	02	
Franca	02	
Guaratinguetá/Cruzeiro	02	
Guarulhos/Mogi das Cruzes	09	
Itapeva	01	
Jales	02	
Jaú	01	
Jundiaí	01	
Limeira	01	
Marília/Tupã/Lins	04	
Osasco	03	
Ourinhos	01	
Piracicaba/Americana	03	
Presidente Prudente	03	
Registro	01	
Ribeirão Preto	05	
Santos	08	
São Bernardo do Campo/Santo André/Mauá	04	
São Carlos	02	
São João da Boa Vista	01	
São José do Rio Preto/Catanduva	05	
São José dos Campos	03	
Sorocaba	03	
Taubaté	01	137
Sergipe		
Aracaju/Estância/Itabaiana	11	
Lagarto	01	
Propriá	01	13
Tocantins		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900189

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Palmas	08	
Araguaína	02	
Gurupi	02	12
Total		879
TOTAL GERAL DE CARGOS		1.173

Parágrafo único. Na distribuição acima não foram incluídos os cargos de Procurador da República criados pela Lei 12.931, de 26 de dezembro de 2013, sendo quatorze relativos ao exercício de 2014, sessenta relativos ao exercício de 2015, cento e oito relativos ao exercício de 2016, cento e oito relativos ao exercício de 2017 e cento e oito relativos ao exercício de 2018.

Art. 2º Revogar a Portaria PGR/MPF nº 499, de 08 de junho de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

PORTARIA Nº 185, DE 7 DE MARÇO DE 2018

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 49 - inciso XX da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o Termo de Deliberação do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, proferido na 1ª Sessão Ordinária, realizada em 6 de fevereiro de 2018, e o contido no Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.00.000.016655/2017-09, resolve:

Art. 1º Redistribuir o ofício da Procuradoria da República no Município de Cachoeira do Sul/RS para a Procuradoria da República no Município de Santa Cruz do Sul/Cachoeira do Sul/RS.

Art. 2º Publicar de forma consolidada a distribuição de ofícios do Ministério Público Federal, conforme o quadro seguinte:

UNIDADE	Nº DE OFÍCIOS	TOTAL
I - PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA	74	74
II - PROCURADORIAS REGIONAIS DA REPÚBLICA		
1ª Região	50	
2ª Região	48	
3ª Região	56	
4ª Região	44	
5ª Região	22	220
III - PROCURADORIAS DA REPÚBLICA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS		
ACRE Rio Branco	05	
Cruzeiro do Sul	01	06
ALAGOAS Maceió/União dos Palmares	12	
Arapiraca/Santana do Ipanema	04	16
AMAPÁ Macapá	06	
Laranjal do Jari	01	
Oiapoque	01	08
AMAZONAS Manaus	14	
Tabatinga	02	
Tefé	02	18
BAHIA		
Salvador	20	
Alagoinhas	01	
Barreiras	02	
Bom Jesus da Lapa	01	
Campo Formoso	01	
Eunápolis	01	
Feira de Santana	03	
Guanambi	02	
Ilhéus/Itabuna	03	
Irecê	01	
Jequié	02	
Paulo Afonso	02	
Vitória da Conquista	02	
Teixeira de Freitas	01	42
CEARÁ		
Fortaleza/Maracanaú	18	
Crateús/Tauá	01	
Itapipoca	01	
Juazeiro do Norte/Iguatu	03	
Limoeiro do Norte/Quixadá	02	
Sobral	02	27
DISTRITO FEDERAL		
Brasília	30	30
ESPÍRITO SANTO		
Vitória/Serra	13	
Cachoeiro do Itapemirim	02	
Colatina	01	
Linhares	01	
São Mateus	02	19
GOIÁS		
Goiânia/Aparecida de Goiânia	17	
Anápolis /Uruaçu	03	
Itumbiara	01	
Luziânia/Formosa	02	
Rio Verde/Jataí	02	25
MARANHÃO		
São Luís	13	
Bacabal	01	
Balsas	01	
Caxias	02	
Imperatriz	03	20
MATO GROSSO		
Cuiabá/Diamantino	12	
Barra do Garças	02	
Cáceres	03	
Juína	02	
Rondonópolis	02	
Sinop	02	23
MATO GROSSO DO SUL		
Campo Grande	10	
Corumbá	02	
Coxim	01	
Dourados	03	
Naviraí	02	
Ponta Porã/Bela Vista	03	
Três Lagoas	02	23
MINAS GERAIS		
Belo Horizonte	28	
Divinópolis	02	
Governador Valadares	02	
Ipatinga	02	
Ituiutaba	01	
Janaúba	01	
Juiz de Fora	03	
Montes Claros	03	
Manhuaçu/Muriaé	02	
Paracatu/Unaí	01	
Patos de Minas	02	
Passos/São Sebastião do Paraíso	02	
Pouso Alegre	02	
São João Del Rei/Lavras	02	
Sete Lagoas	02	
Teófilo Otoni	02	
Uberaba	02	
Uberlândia	03	
Varginha	01	
Viçosa/Ponte Nova	01	64
PARÁ		
Belém/Castanhal	12	
Altamira	04	
Itaituba	02	
Marabá	03	
Paragominas	01	
Redenção	02	
Santarém	03	
Tucuruí	02	29
PARAÍBA		
João Pessoa	10	
Campina Grande	03	
Guarabira	01	
Monteiro	01	
Patos	02	
Sousa	02	19
PARANÁ		
Curitiba	21	
Apucarana	01	
Campo Mourão	01	
Cascavel/Toledo	03	
Foz do Iguaçu	09	
Francisco Beltrão	01	
Guaíra	02	
Guarapuava	02	
Jacarezinho	01	
Londrina	05	
Maringá	04	
Paranaguá	02	
Paranavaí	01	
Pato Branco	01	
Ponta Grossa	02	
Umuarama	02	
União da Vitória	01	59

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900190

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PERNAMBUCO		
Recife	17	
Cabo de Santo Agostinho/Palmares	02	
Caruaru	02	
Garanhuns/Arcoverde	02	
Goiana	01	
Petrolina/Juazeiro	03	
Salgueiro/Ouricuri	02	
Serra Talhada	01	30
PIAUÍ		
Teresina	10	
Corrente	01	
Floriano	01	
Parnaíba	01	
Picos	01	
São Raimundo Nonato	01	15
RIO DE JANEIRO		
Rio de Janeiro	52	
Angra dos Reis	02	
Campos dos Goytacazes	03	
Itaperuna	02	
Macaé	02	
Niterói	05	
Nova Friburgo/Teresópolis	03	
Petrópolis/Três Rios	03	
Resende	02	
São Gonçalo/Itaboraí/Magé	04	
São João de Meriti/Nova Iguaçu/Duque de Caxias	06	
São Pedro D' Aldeia	02	
Volta Redonda/Barra do Piraí	04	90
RIO GRANDE DO NORTE		
Natal/Ceará-Mirim	13	
Assú	01	
Caicó	01	
Mossoró	02	
Pau dos Ferros	01	18
RIO GRANDE DO SUL		
Porto Alegre	26	
Bagé	01	
Bento Gonçalves	02	
Canoas	02	
Capão da Canoa	01	
Caxias do Sul	03	
Cruz Alta	01	
Erechim	02	
Lajeado	01	
Novo Hamburgo	03	
Palmeira das Missões	01	
Passo Fundo/Carazinho	04	
Pelotas	02	
Rio Grande	02	
Santa Cruz do Sul/Cachoeira do Sul	02	
Santa Maria/Santiago	03	
Santa Rosa	01	
Santana do Livramento	02	
Santo Ângelo	02	
Uruguaiana	02	63
RONDÔNIA		
Porto Velho	07	
Guajará-Mirim	02	
Ji-Paraná	03	
Vilhena	02	14
RORAIMA		
Boa Vista	07	07
SANTA CATARINA		
Florianópolis	12	
Blumenau	04	
Caçador	01	
Chapecó	02	
Concórdia	01	
Criciúma	03	
Itajaí/Brusque	04	
Jaraguá do Sul	01	
Joaçaba	01	
Joinville	05	
Lages	01	
Mafra	01	
Rio do Sul	01	
São Miguel do Oeste	02	
Tubarão/Laguna	02	41
SÃO PAULO		
São Paulo	47	
Andradina	01	
Araçatuba	02	
Araraquara	02	
Assis	01	
Barretos	01	
Bauru/Avaré/Botucatu	04	
Bragança Paulista	01	
Campinas	09	
Caraguatatuba	02	
Franca	02	
Guaratinguetá/Cruzeiro	02	
Guarulhos/Mogi das Cruzes	09	
Itapeva	01	
Jales	02	
Jaú	01	
Jundiaí	01	
Marília/Tupã/Lins	04	
Osasco	03	
Ourinhos	01	
Piracicaba/Americana	03	
Presidente Prudente	03	
Registro	01	
Ribeirão Preto	05	
Santos	08	
São Bernardo do Campo/Santo André/Mauá	04	
São Carlos	02	
São João da Boa Vista	01	
São José do Rio Preto/Catanduva	05	
São José dos Campos	03	
Sorocaba	03	
Taubaté	01	135
SERGIPE		
Aracaju/Estância/Itabaiana	11	
Lagarto	01	
Propriá	01	13
TOCANTINS		
Palmas	08	
Araguaína	02	
Gurupi	01	11
Total		865
QUADRO EFETIVO DE OFÍCIOS		1.159

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

PORTARIA Nº 187, DE 7 DE MARÇO DE 2018

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 49 - inciso XX da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o Termo de Deliberação do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, proferido na 1ª Sessão Ordinária, realizada em 6 de fevereiro de 2018, e o contido no Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.00.000.016655/2017-09, resolve:

Art. 1º A área de atuação da Procuradoria da República no Município de Santa Cruz do Sul passa a compreender também a da Procuradoria da República no Município de Cachoeira do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A Procuradoria da República no Município de Santa Cruz do Sul terá revista a estrutura administrativa, segundo critérios definidos pela Secretaria-Geral do Ministério Público Federal, em decorrência da fusão com a Procuradoria da República no Município de Cachoeiro do Sul.

Art. 3º Esta Portaria entra na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 147, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900191

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

que foi apresentada denúncia no site eletrônico do MPT em face de MAKITA DO BRASIL FERRAMENTAS ELET. LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 45.865.920/0011-82, com estabelecimento na avenida Sertório, nº 5539, bairro Jardim Lindoia, Porto Alegre/RS, noticiando irregularidades relativas à falta de equipamentos de proteção individual e coletiva e ao atributo ergonomia;

que a prática denunciada, em tese, dentre outros, viola disposições contidas na Constituição Federal, art. 7º, inciso XXII, artigo 166 do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) e Normas Regulamentadoras (NRs) como as de números 6 e 17 do Ministério do Trabalho e Emprego;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; Norma Regulamentadora nº 06 e 17 do Ministério do Trabalho e Emprego

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face do empreendimento MAKITA DO BRASIL FERRAMENTAS ELET. LTDA., a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 000170.2018.04.000/0;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 192, DE 30 DE JANEIRO DE 2018

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando

o teor do Auto de Infração 21.369.603-7 lavrado pela SRTE/RS, por deixar a IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE (com inscrição no CNPJ sob a raiz 92.815.000, CNAE 8610-1/01), com endereço na Rua Professor Annes Dias, nº 295, Bairro Centro, Porto Alegre/RS, CEP 90.020-090, de preencher, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos, com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, habilitadas;

que a prática, em tese, dentre outros, pode indicar violação ao disposto na Lei 8.213/91 e no Decreto 3.298/1999 (Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência);

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 000270.2018.04.000/8;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.467, DE 5 DE OUTUBRO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando,

com base em denúncia reduzida a termo por servidora dos quadros do MPT, apresentada em face da empresa VAHR - CONSULTORIA E TERCEIRIZAÇÃO EM TECNOLOGIA LTDA., inscrita no CNPJ: 00.073.881/0001-70, localizada na Praça Alberto Ramos, nº 812, conjunto 703, Bairro Higienópolis, Porto Alegre/RS, CEP 90520-050, noticia da ocorrência de assédio moral, atraso no pagamento do salário, falta de registro do trabalhador e assinatura da CTPS;

que as práticas denunciadas, em tese, dentre outros, podem violar as disposições contidas nos artigos 1º, III, 5º, X, da Constituição da República e artigos 29 e 459, § 1º da Consolidação das Leis do Trabalho;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de VAHR - CONSULTORIA E TERCEIRIZAÇÃO EM TECNOLOGIA LTDA., a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 001492.2017.04.000/6;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.480, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando, conjunto documental e em especial o teor de relatório fiscal e Autos de Infração lavrados pela SRTE/RS, indicando no âmbito da LOBECK AUTOMAÇÃO LTDA., com inscrição no CNPJ sob a raiz 01.918.118 e endereço à Av. Dom Helder Câmara, 8334, bairro Piedade, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20751-003, a ocorrência de irregularidades afetas ao fornecimento de equipamentos de proteção individual/coletiva; falta de condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho e falta treinamento para a execução de trabalho em altura, além de irregularidades relacionadas com o pagamento de auxílios, gratificação natalina, férias;

que as práticas denunciadas, em tese, dentre outros, podem violar as disposições contidas na Constituição Federal, art. 7º, inciso XXII, nas Normas Regulamentadoras nº 06, 24 e 35, do Ministério do Trabalho e Emprego, e no Decreto-Lei 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), nos artigos 157, 166, 459;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de LOBECK AUTOMAÇÃO LTDA, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 001412.2017.04.000/2;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.488, DE 11 DE OUTUBRO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando

o teor de denúncia efetuada no site eletrônico do MPT em face de EPRONTEL-SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 09.255.260/0001-82, localizada na Rua das Camélias, 197, Bairro Igara II, Canoas/RS, noticiando irregularidades relativas à falta de fornecimento de EPI e EPC para os trabalhos realizados em altura e não concessão do intervalo intrajornada;

que as práticas denunciadas, em tese, dentre outros, violam disposições contidas na Constituição Federal, art. 7º, inciso XXII, na Norma Regulamentadora nº 06, do Ministério do Trabalho e Emprego e no Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), artigos 71 e 166;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; Norma Regulamentadora nº 06 e 17 do Ministério do Trabalho e Emprego

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face do empreendimento EPRONTEL-SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 004261.2017.04.000/9;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.499, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando

o teor de denúncia apresentada no site eletrônico do MPT em face da empresa SORAL - INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA - EPP, localizada na Rua Sete de Setembro, nº 1334, Bairro Vila Major Pinto, Palmares do Sul/RS, noticiando irregularidades relativas ao não fornecimento de EPI e EPC ao empregados;

que as práticas denunciadas, em tese, dentre outros, violam disposições contidas na Constituição Federal, art. 7º, inciso XXII e na Norma Regulamentadora nº 06 do Ministério do Trabalho e Emprego;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público;

RESOLVE

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face da pessoa da SORAL - INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA - EPP, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 004111.2017.04.000/0;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.580, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando,

com base em denúncia reduzida a termo por servidora dos quadros do MPT em face da empresa BOREAL SISTEMAS DE LIMPEZA LTDA., inscrita no CNPJ: 04.357.196/0001-27, localizada na Avenida Pernambuco, nº 1652, Porto Alegre/RS, notícia de ocorrência de assédio moral;

que as práticas denunciadas, em tese, dentre outros, podem violar as disposições contidas nos artigos 1º, III, e 5º, X, da Constituição da República;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de BOREAL SISTEMAS DE LIMPEZA LTDA., a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 004590.2017.04.000/5;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

PORTARIA Nº 1.810, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O Procurador do Trabalho, ao final subscrito, no uso das atribuições legais e institucionais que lhe são conferidas, considerando

que foi apresentada denúncia no site eletrônico do Ministério Público do Trabalho em face da COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D (Nome Fantasia: CEEE DISTRIBUIÇÃO)., inscrita no CNPJ sob nº 08.467.115/0001-00, localizada na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, prédio A1, 7º andar, sala 701, bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre/RS, noticiando a ocorrência de coação sobre trabalhadores para a realização de horas extras com o objetivo de dar cumprimento de metas fixadas pelo órgão de regulação do setor;

que a prática denunciada, em tese, dentre outros, pode violar as disposições contidas no artigo 9º, do Decreto-Lei nº 5.452/1943, e no artigo 151 da Lei nº 10.406/2002;

que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, estabelecendo que, dentre outras, é sua função institucional promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos dos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal;

que ao Ministério Público da União cabe promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, nos moldes do artigo 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d", da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85;

que ao Ministério Público do Trabalho compete instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores, conforme o artigo 84, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, promovendo a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, na forma do artigo 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93;

a necessidade de prosseguir a investigação, com o objetivo de apurar os fatos noticiados e a ocorrência de lesão que justifique a atuação do Ministério Público, resolve:

I - Instaurar INQUÉRITO CIVIL em face de COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D, a fim de apurar os fatos denunciados em toda a sua extensão, visando à observância do ordenamento jurídico e à tutela dos interesses ou direitos que ao Ministério Público do Trabalho incumbe defender;

II - Determinar a formação dos autos do INQUÉRITO CIVIL, com a juntada desta Portaria e das peças que formam os autos da Notícia de Fato nº 005090.2017.04.000/6;

III - Determinar a afixação desta portaria no local de costume nesta Procuradoria Regional do Trabalho e a sua publicação no Diário Oficial.

VIKTOR BYRUCHKO JUNIOR

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL

PORTARIA Nº 4, DE 6 DE MARÇO DE 2018

Inquérito Civil Público instaurado para apurar possível responsabilidade civil nas mortes de peixes a jusante da Barragem Paranoá.

A Promotora de Justiça que a este subscreve, no exercício da Segunda Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente Patrimônio Cultural - 2ª Prodema, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição Federal c/c o art. 7º, inciso I, in fine, da Lei Complementar n° 75/93;

Considerando que o Ministério Público tem o dever constitucional de promover as ações necessárias, no exercício de suas funções institucionais, para defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e, no presente caso, nos termos do artigo 225, da CF de 1988, do meio ambiente ecologicamente equilibrado;

Considerando as informações até o momento colhidas no bojo do Procedimento Preparatório 08190.096339/17-37 apontam para a necessidade de maior aprofundamento das investigações a fim de subsidiar o exercício das atribuições ministeriais,

Considerando que nos termos das Resoluções CNMP 23/2007 e 63/2010 cumuladas com Resoluções CSMPDFT 66/2005, com redação dada pela Resolução 77/2007 e Resolução 133/2012, o Inquérito Civil Público deverá ser instaurado para apurar fato que posso autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público nos termos da legislação aplicável, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes a suas funções institucionais, resolve:

convocar o Procedimento Preparatório em INQUÉRITO CIVIL, determinando, de início, de acordo com a normativa em vigor que:

1) autue-se a presente portaria, com os documentos que a lastreiam, promovendo-se os registros necessários no Sistema de Acompanhamento dos Feitos e Requerimentos do MPDFT;

2) comunique-se a instauração do presente ICP o à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível Especializada, encaminhando-se cópias desta portaria;

3) publique-se a presente portaria, assim como os extratos referentes aos atos realizados, na forma do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e também do artigo 2º, inciso VII, da Resolução nº 66/2005 do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

CRISTINA RASIA MONTENEGRO

Tribunal de Contas da União

2ª CÂMARA

ATA Nº 6, DE 6 DE MARÇO DE 2018
(Sessão Ordinária da 2ª Câmara)

Presidente: Ministro José Múcio Monteiro
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Subsecretária das Câmaras: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às 16 horas e 30 minutos, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Augusto Nardes, Vital do Rêgo e Ana Arraes e do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho (convocado para substituir o Ministro Aroldo Cedraz) e do Representante do Ministério Público Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

Ausentes o Ministro Aroldo Cedraz e o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a Ata n.º 5 referente à Sessão Ordinária realizada em 27 de fevereiro de 2018.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-020.815/2013-1 e TC-033.307/2013-0, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-005.062/2018-7, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro;

TC-002.706/2015-6, TC-004.970/2018-7, TC-005.019/2016-8, TC-010.849/2015-7 e TC-027.607/2017-8, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº TC-007.867/2017-4, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, o Dr. José Rollemberg Leite Neto - OAB/DF nº 23.656, declinou de apresentar sustentação oral em nome da Associação Beneficente Nossa Senhora Santana

Na apreciação do processo nº TC-034.290/2013-3, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, o Dr. Rodrigo Lisboa Corrêa - OAB/ES nº 14.588, apresentou sustentação oral em nome da Connect Construções e Incorporações Ltda.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 666 a 833:

RELAÇÃO Nº 5/2018 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 666/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.640/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Acilino do Nascimento (226.982.803-87); Claudio Roberto do Nascimento (210.924.513-15); Domigos Viana Lima (183.121.013-49); Francisco Eladio Cavalcante de Aguiar (008.947.614-04).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 667/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.509/2014-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Maria Alice Fernandes Quaresma (140.378.156-72); Matilde Horta Silveira (232.557.066-53); Noemia de Oliveira Fraga (155.692.506-97).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 668/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria de Maria da Gloria Sa Rosa, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.146/2008-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria da Gloria Sa Rosa (022.442.761-04).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 669/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.524/2017-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aide Soares de Sousa (151.798.005-44); Ailon José Martins (137.627.375-68).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 670/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.063/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Augusto Gomes Yoshida (410.044.498-28); Flavia Carolina Borges Lobo (036.057.984-11); Pablo de Almeida Silva (084.734.827-00).

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Saúde Suplementar.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 671/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.797/2018-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Antonia Augusta da Cruz (236.430.646-91); Armando Iossi (125.199.018-53); Bernardino Lourenço (076.966.048-72); Camila da Motta de Carvalho (132.699.707-65); Cassimira da Silva Porto (776.404.205-63); Eliane Medeiros Lucas (816.210.000-87); Esther da Silva Maia (093.938.427-28); Gercila Queiroz Brandao Alves (460.127.616-00); Iracy de Campos Sousa (875.243.848-15); Iris de Sa Leite Martins (975.728.028-34); Jorge Porto (776.404.035-53); Lydia Chaves Bomfim (023.294.327-39); Marlene Maria Guimarães Machado (511.598.057-68); Regina Dias de Brito (095.022.975-04); Silvano Lucas (816.210.780-00); Terezinha Alves de Oliveira Quintino (442.845.273-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (extinto).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 672/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Santina Ferreira Gama, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.865/2018-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Santina Ferreira Gama (738.095.197-15).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Amazonas.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 673/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.917/2018-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Heitor Carvalho Cantanhede Marques (049.271.313-86); Iara Cicilia de Aguiar Ribeiro (052.998.603-58); Irislene de Aguiar Ribeiro (052.998.623-00); Raul Marcos Carvalho Cantanhede Marques (049.270.653-08).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 674/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Genoveva Rebechi Rigolo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.791/2013-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Genoveva Rebechi Rigolo (149.848.538-32).

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Jundiaí/SP - INSS/MPS.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 675/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) com fundamento no art. 10, inciso III, da IN-TCU 63/2010, excluir o nome da Sra. Katia Terezinha Coelho da Costa, CPF 434.733.501-68, do rol de responsáveis;

b) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, julgar regulares com ressalva, as contas dos responsáveis Ruben Rodrigues dos Santos (310.939.301-87), Lineu Olímpio de Souza (242.715.001-00), Igo dos Santos Nascimento (888.581.971-00) e Marcelo de Araújo Melo (170.309.271-68) tendo em vista as falhas descritas na proposta de encaminhamento da instrução da unidade técnica (peça 30, item 220, "b"), dando-lhes quitação:

c) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, julgar regulares as contas dos Srs. Rogério Luiz Zeraik Abdalla (CPF 836.180.409-97); João Marcelo Intini (CPF 141.479.028-71); Roberto Naves e Siqueira (CPF 901.770.701-10); José Gerardo Fontelles (CPF 002.361.283-53); Maria Emília M Pedroza Jaber (CPF 341.358.801-00); Caio Tibério Dornelles da Rocha (228.546.570-04); Sávio Rafael Pereira (318.944.536-20); André de Oliveira Bucar (CPF 818.483.401-25); Cleiton dos Santos Araújo (CPF 851.631.201-15); Tânia Mara Garib (CPF 108.829.951-20); Tatiana Lipovetskaia Palermo (CPF 227.553.608-60), dando-lhes quitação plena, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-033.100/2016-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Responsáveis: Andre de Oliveira Bucar (818.483.401-25); Caio Tibério Dornelles da Rocha (228.546.570-04); Cleiton dos Santos Araujo (851.631.201-15); Igo dos Santos Nascimento (888.581.971-00); Jose Gerardo Fontelles (002.361.283-53); João Marcelo Intini (141.479.028-71); Katia Terezinha Coelho da Rocha (434.733.501-68); Lineu Olímpio de Souza (242.715.001-00); Marcelo de Araújo Melo (170.309.271-68); Maria Emilia Mendonca Pedroza Jaber (341.358.801-00); Roberto Naves e Siqueira (901.770.701-10); Rogério Luiz Zeraik Abdalla (836.180.409-97); Rubens Rodrigues dos Santos (310.939.301-87); Sávio Rafael Pereira (318.944.536-20); Tania Mara Garib (108.829.951-20); Tatiana Lipovetskaia Palermo (227.553.608-60)

1.2. Órgão/Entidade: Companhia Nacional de Abastecimento

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Determinar, com fundamento no art. 18, da Lei 8.443/1992 c/c art. 208, § 2º, do Regimento Interno, à Companhia Nacional de Abastecimento que elabore e apresente ao Tribunal, no prazo de 120 dias, plano de ação com vistas ao efetivo gerenciamento dos riscos inerentes aos processos de licitação e gestão contratual, de modo a reduzir falhas procedimentais, como as relativas à insuficiência de levantamento de necessidades e de planejamento de compras e contratações, bem como de não vinculação do valor do contrato com os preços da proposta vencedora, relatadas no presente processo, contendo, no mínimo, as medidas a serem adotadas, os responsáveis pelas ações e o prazo previsto para a sua implementação;

1.7.2. Dar ciência desta deliberação, à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

ACÓRDÃO Nº 676/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em deferir a solicitação apresentada pela Sra. Paula Keiko Iwamoto Poloni, como representante legal da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo, e assim, conceder à Ceagesp a prorrogação por 120 (cento e vinte) dias, para o atendimento aos subitens 1.7.1.1 e 1.7.1.2 do Acórdão 8358/2017-TCU-2ª Câmara, devendo o novo prazo ser contado a partir do término daquele originalmente concedido, sem prejuízo da determinação consignada a seguir, conforme proposta da unidade técnica:

1. Processo TC-036.545/2016-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Responsáveis: Alexandre Gedanken (428.213.204-34); Alexandre Gonçalves Negri (247.321.388-70); Arnaldo Teixeira Marabolim (684.046.708-20); Arno Jerke Junior (765.670.441-87); Carlos Nabil Ghobril (101.684.888-92); Erika Vieira de Carvalho Paulino (291.424.661-72); Fernando Antonio Cavallari (048.262.408-64); Flavio Luís Godas (077.622.068-33); Francisco Sergio Ferreira Jardim (191.025.697-87); Giovanni de Sousa Papini (042.040.198-97); Iara Viveiros Lima (578.015.416-34); Joao Jose Xavier (007.049.568-88); João Guilherme Rocha Machado (303.469.888-70); Júlio Domingues Zenckner Possas (976.222.574-00); Katia Terezinha Coelho da Rocha (434.733.501-68); Luiz Concilius Goncalves Ramos (049.672.408-87); Mariana de Lourdes Moreira Lopes Leal (693.848.001-04); Mario Maurici de Lima Morais (029.986.098-13); Meliane Romanini (348.682.748-05); Pedro Tomas do Canto Benedetti (178.339.928-79); Rosane Henn (352.044.780-00); Sergio Feijão Filho (010.171.738-50); Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça (001.338.128-80).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900194

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2. Órgão/Entidade: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: Christopher Rezende Guerra Aguiar (203028/OAB-SP) e outros, representando Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Ceagesp que, no prazo de trinta dias, contados da notificação, encaminhe ao Tribunal: (i) descrição detalhada de todas as medidas adotadas desde a comunicação do Acórdão 8358/2017-TCU-2ª Câmara, acompanhada da respectiva documentação comprobatória; e (ii) plano de ação para cumprimento dos subitens 1.7.1.1 e 1.7.1.2 do Acórdão 8358/2017-TCU-2ª Câmara, o qual deve conter, no mínimo, a descrição de todas as ações/etapas a serem tomadas, os prazos e cronogramas de implementação de cada uma delas e os respectivos responsáveis por cada ação/etapa (nome, CPF e cargo/função exercido na Ceagesp).

ACÓRDÃO Nº 677/2018 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo - MTur, em desfavor do Sr. Danillo Augusto dos Santos, presidente do Instituto Educar e Crescer do Distrito Federal (IEC/DF) e da referida entidade, em razão do não encaminhamento da documentação exigida para a prestação de contas do Convênio 1418/2008 (Siafi 701485), tendo por objeto "o apoio à realização do Projeto denominado Réveillon 2009 - Municípios de Goiás: Alexânia e Uruaçu", com vigência no período 19/12/2008 a 19/5/2009.

Considerando os fortes indícios de que o IEC realizava, dentro dos vários processos de inexigibilidade dos convênios que gerenciava, cotações de preço montadas pelas mesmas empresas fictícias ou de fachadas para, ao final, escolher a de menor valor, sempre igual ao montante integral do convênio;

Considerando os vários, convergentes e concordantes indícios constantes dos autos, em especial os fatos descritos na Nota Técnica CGU 3.096/2010 (peça 26, fls. 166-179), os quais demonstram que a empresa Conhecer Consultoria e Marketing Ltda. (CNPJ 07.046.650/0001-17) era fictícia (de fachada), servindo somente para conferir aparência de legalidade à execução do convênio firmado com o IEC, constatação que também faz romper o nexo entre os recursos federais transferidos e sua aplicação no objeto, conforme jurisprudência deste Tribunal (Acórdãos 1.670/2015-TCU-Plenário e 1.430/2015-TCU-Plenário, relator Min. José Múcio Monteiro);

Considerando a caracterização do abuso de direito na utilização da pessoa jurídica Conhecer Consultoria e Marketing Ltda. (CNPJ 07.046.650/0001-17);

Considerando que, havendo abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, o TCU aplica a teoria da desconsideração da personalidade jurídica para responsabilizar os sócios da empresa contratada pelo dano causado ao erário, com fundamento no art. 50 do Código Civil (Acórdão 4.481/2015-Primeira Câmara Relator: Bruno Dantas);

Considerando que o TCU pode desconsiderar a personalidade jurídica de empresa contratada, caso fique comprovado ser ela de fachada, com a verificação de abuso de direito e dano ao erário, ou ainda conluio e prática de atos ilegais ou contrários às normas constitutivas ou regulamentares da empresa, para responsabilizar os sócios de direito e/ou de fato (Acórdão 6107/2017-Primeira Câmara | Relator: Bruno Dantas);

Considerando que as irregularidades que compõem a aludida nota técnica não estavam inseridas no ofício citatório original, o que torna necessária a renovação da citação àquele Instituto;

Considerando não ser possível comprovar a regular aplicação financeira dos recursos provenientes do convênio em questão, o que pode vir a configurar débito ao erário;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, incisos I e II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em desconsiderar a personalidade jurídica da empresa Conhecer Consultoria e Marketing Ltda. (CNPJ 07.046.650/0001-17), com fulcro no art. 50 do Código Civil, e autorizar a citação dos responsáveis e a adoção das demais medidas sugeridas na instrução da unidade técnica de peça 61.

1. Processo TC-025.025/2016-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Ana Paula da Rosa Quevedo (001.904.910-27); André Vieira Neves da Silva (000.932.651-07); Conhecer Consultoria e Marketing Ltda. - Me (07.046.650/0001-17); Danillo Augusto dos Santos (036.408.128-75); Idalby Cristine Moreno Ramos de Melo (785.537.681-04); IEC Instituto Educar e Crescer (07.177.432/0001-11); e Luiz Henrique Peixoto de Almeida (058.352.751-53)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

1.6. Representação legal: João Paulo Martins Fagundes (46.184/OAB-GO) e outros, representando Danillo Augusto dos Santos; Mayara Ferraz Sabino (16605-E/OAB-DF) e outros, representando IEC Instituto Educar e Crescer; Huilder Magno de Souza (18444/OAB-DF); Mariana de Carvalho Nery, OAB/DF 41.292; e outros, representando Ana Paula da Rosa Quevedo e IEC Instituto Educar e Crescer.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 678/2018 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o exame das ocorrências que ensejaram a instauração da presente tomada de contas especial evidenciou que o valor atualizado do débito apurado é inferior a R$ 100.000,00, limite mínimo fixado por este Tribunal para instauração de TCE;

Considerando que não foram identificados outros processos em tramitação no Tribunal, nos quais constem débitos imputáveis aos responsáveis;

Considerando, adicionalmente, que a proposta da unidade técnica, ratificada pelo parecer do Ministério Público junto ao TCU, inserto à peça 35, é no sentido do arquivamento do presente processo, em atendimento aos princípios da racionalidade administrativa e da economia processual;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 93 da Lei 8.443/1992, nos arts. 169, inciso VI, e 213 do RI/TCU c/c os arts. 6º, inciso I, e 19 da IN/TCU 71/2012, em determinar o arquivamento do processo, conforme proposta nos autos (peça 35).

1. Processo TC-035.722/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Bravo Administradora de Serviços Ltda (05.809.241/0001-08); Joto Francisco Araújo Casadio (035.673.718-78); Sebastiana de Oliveira Batista (409.809.791-53); Walter Ferreira de Araujo (277.892.091-91)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego No Estado de Goiás

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 679/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em não conhecer da representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade, e em determinar seu arquivamento, após ciência do teor desta deliberação ao representante.

1. Processo TC-004.958/2018-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Secretaria Especial de Saúde Indígena

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 680/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU e no art. 103, §1º, da Resolução-TCU 259/2014, em não conhecer da representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade, e em determinar seu arquivamento, após ciência do teor desta deliberação aos representantes.

1. Processo TC-022.385/2016-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 034.142/2017-7 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Interessados: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (26.989.715/0002-93); Procuradoria da República/df - Mpf/mpu (26.989.715/0012-65)

1.3. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Distrito Federal

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 2/2018 - 2ª Câmara
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 681/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.276/2018-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Vicente Fialkoski (287.355.289-15)

1.2. Unidade: Banco Central do Brasil

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 682/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.290/2018-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alvino Silva Rocha (166.885.461-91); Laura Braz de Oliveira Alvarenga (168.759.741-34); Leontino Nunes Mourão (066.433.292-72); Miralice Brito Chaves Teixeira (217.909.301-20)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Goiás

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 683/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.291/2018-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jeová Ferreira do Nascimento (156.346.806-97); Leonor Camargo Penteado de Riso (046.785.378-99); Maria Eny Barbosa da Silva Ferreira (471.039.226-91); Maria de Fátima Moreira Silva (244.813.356-53)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 684/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.292/2018-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Demócrito Paganelli (066.643.188-49) e João Brunello (787.416.378-87)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 685/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.350/2018-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Christian André Mota Marques (781.085.351-15)

1.2. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 686/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900195

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.352/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Lea Queppe Algarve (217.764.788-60) e Maria do Carmo da Silva Bernardo (817.342.638-49)

1.2. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 687/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.627/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Lauro Fábio Alves Cardozo (369.149.677-68)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Bahia

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 688/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.628/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Wilson Rivadavia Monteiro (104.044.904-25)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 689/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.629/2018-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Belo Schroeder de Freitas (046.962.207-53)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 690/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.708/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Leila Zilene dos Santos Azevedo (607.663.367-00)

1.2. Unidade: Superintendência de Seguros Privados

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 691/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.709/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Julia Faccin (044.838.989-49)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 692/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.712/2018-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antônio Vanderilo Pontes de Abreu (444.409.107-00); Jorge Neves dos Santos (029.682.157-87); Jurema Alves (592.718.687-49)

1.2. Unidade: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 693/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.713/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Annemarie Katafay Pereira (532.314.738-53)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 694/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.714/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: João Jerônimo Veiga (103.762.831-49)

1.2. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 695/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.715/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Luizinha Guzman de Figueiredo (013.689.742-87)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 696/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.717/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Cristina Alves Terra Vaz (296.974.681-68)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 697/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.718/2018-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Marli Aparecida Pereira (238.493.981-53)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 698/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.719/2018-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Marilourdes Amaral Pinho (736.732.776-34)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 699/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.720/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: João Sérgio de Melo (046.848.263-68)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 700/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.721/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Célia Matos (591.276.949-68)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 701/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.722/2018-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlos Alberto Mota Matta (438.830.447-68); Eduardo Villaboim Nunes da Rocha (041.880.477-04); José Felipe Filho (066.535.537-87); Maria Neves Chaves Graça (869.502.907-72); Rita de Cassia Tavares de Souza Alsina (684.991.247-04)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 702/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.724/2018-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Fareid Diab Zain (368.113.948-20)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 703/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.725/2018-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Celina Menandro da Silva (023.580.507-68)

1.2. Unidade: Tribunal Superior do Trabalho

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 704/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.898/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Vania de Fatima Giacomello (096.950.978-20)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 705/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.962/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Marjorie Lima de Araújo Sarmento (447.944.104-25); Paulo Fernando de Souza Junior (735.984.374-04); Vera Lucia Wanderley (305.522.060-91)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 706/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.150/2010-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Osvaldo Cassiano Mantovani (854.961.708-34)

1.2. Unidade: Gerência Executiva do INSS em São Paulo/Sul

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 707/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.894/2003-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Aristides Martingo Maia (112.502.162-49)

1.2. Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: Pedro Mauricio Pita Machado (12391-A/OAB-SC) e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 708/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão abaixo relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos, e fazer a seguinte determinação:

1. Processo TC-022.449/2010-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aécio Pola Fernandes (048.267.874-72); Dalteir Siqueira Moura (743.139.248-68); João Alves de Santana (040.354.024-00); Manoel Beirão Boulitreau (069.619.754-53) e Maria de Lourdes Vieira da Rocha (137.033.904-68)

1.2. Unidade: Superintendência Estadual do INSS - João Pessoa/PB - INSS/MPS

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Superintendência Estadual do Instituto Nacional do Seguro Social em João Pessoa/PB que adote as medidas cabíveis para regularizar a proporcionalidade dos proventos atualmente pagos a Aecio Pola Fernandes (33/35), uma vez que no ato de concessão de aposentadoria consta que o tempo de serviço laborado pelo servidor é de 31 anos.

1.8. Esclarecer que o fundamento legal da inativação de João Alves de Santana foi alterado de proventos proporcionais (art. 40, inciso III, alínea "c", da CF, c/c art. 186, inciso III, alínea "c", da Lei 8.112/1990) para integrais (art. 186, inciso III, alínea "a", da Lei 8.112/1990), conforme Portaria INSS/GEXJPS/PB 117/2008 (peça 10, p. 110-112) e ato de número de controle 10163050-04-2009-000010-0, ainda pendente de apreciação pelo Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 709/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992; c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito de um ato de concessão de aposentadoria, assim como legais para fins de registro os demais atos constantes do processo a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900197

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-025.543/2012-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Evalda Maria de Souza Rocha (098.399.841-87); Floresvaldo Santos Araújo (084.893.351-68); Gerardo Portela de Aguiar (059.818.911-49); Hilda Maciel Rezende de Campos Guimarães (221.722.381-04); Ilto Antônio Morandini (180.192.260-87); José Domingos Lima Oliveira (119.393.541-53); José Francisco de Medeiros e Silva (076.265.921-15); José de Ribamar Souza (044.301.903-72); Katia Correa Martins Amaral (115.554.831-00); Lourdes Valdivina Oliveira Braga (153.652.801-30); Mara Lucia de Carvalho (172.341.316-04); Maria Antonia da Fonseca Moura (093.285.051-00); Maria Aparecida Castro Lima Santos (149.763.661-20); Maria de Lourdes França Rodrigues (366.722.461-34); Maria do Socorro de Araújo Chaves (144.623.891-15); Miriam Celia Cossão (155.309.491-34)

1.2. Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de concessão de aposentadoria a Floresvaldo Santos Araújo, haja vista o falecimento do inativo.

1.8. Considerar legais para fins de registro os demais atos de aposentadoria constantes do presente processo, esclarecendo não ser necessária correção no ato de interesse de José Francisco de Medeiros e Silva, uma vez que o código 1-1-0404-7 tem como fundamento legal o art. 6º da Emenda Constitucional 41/2003.

ACÓRDÃO Nº 710/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.371/2017-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Celso dos Santos Almeida (829.684.627-68); Cenira Maria Costa Leite (372.330.926-72) e Jocelene Soares de Carvalho Costa (591.342.407-72)

1.2. Unidade: Justiça Federal de Primeiro Grau/RJ

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 711/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992; c/c os arts. 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito de um ato de concessão de aposentadoria, assim como legais para fins de registro os demais atos constantes do processo a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.453/2006-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aivette Aranha da Silva (038.485.312-91); Cenira Barroso dos Santos (033.820.012-68); Domingas Nery da Silva (019.116.782-72); Elizete Barbosa de Almeida (028.825.312-49); Inês Guidao Nunes (044.311.382-34); João dos Santos Quaresma (021.417.522-72); José Souza Barreto (047.619.522-53); Josefa Leal da Silva (316.012.512-20); Leonice do Carmo Silva de Souza (041.693.872-87); Luiz de Almeida Montoril (028.938.512-15); Manoel Santos Pires (028.931.002-44); Maria Delma Nogueira da Paixão (316.509.452-72); Maria Ivone Teixeira Rodrigues (208.790.242-91); Maria Raimunda Correa Lima (088.108.692-49); Maria Silva dos Santos (039.827.692-72); Maria da Graça do Carmo de Melo (044.317.152-15); Maria de Fatima Monteiro Dias (051.236.662-49); Maria de Fatima Lobato Favacho (208.567.092-04); Maria de Nazaré Maciel Tavares (209.991.002-20); Maria de Nazaré Pedrada (037.358.182-34); Marilda Martins Mareco (032.638.782-04); Marli Nascimento Souza de Oliveira (044.291.172-68); Moacir Simões Tavares (000.912.942-15); Oscarina Avis da Silva (316.477.402-82)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de concessão de aposentadoria a João dos Santos Quaresma, haja vista o falecimento do inativo.

1.8. Considerar legais para fins de registro os demais atos de aposentadoria constantes do presente processo.

1.9. Determinar à Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá que adote, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas concernentes ao envio ao Tribunal do ato de pensão civil instituído por João dos Santos Quaresma.

1.10. Determinar à Sefip que providencie:

1.10.1. a retificação, no quadro dados de vantagem do formulário de concessão de aposentadoria de Luiz de Almeida Montoril, da fração de quintos/décimos informada como "VP 10/10 - DAS-1", uma vez que o tempo de exercício de função dá direito à incorporação de três quintos ou seis décimos, conforme esclarecimentos prestados pelo órgão de origem e o valor percebido atualmente pelo interessado.

1.10.2. a correção das falhas observadas na acentuação dos nomes de Moacir Simões Tavares, Maria de Nazaré Pedrada, Maria de Fátima Lobato Favacho, Maria de Nazaré Maciel Tavares e Maria Delma Nogueira da Paixão, bem como da grafia dos nomes de "Aivette Aranha da Fonseca" para "Aivette Aranha da Silva" e de "Maria Silva Santos" para "Maria Silva dos Santos", haja vista o que consta dos sistemas Siape e CPF.

ACÓRDÃO Nº 712/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.495/2017-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Renata Maria Miranda Santos (026.044.238-04)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 713/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.519/2017-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Francisco de Assis Macedo Barreto (704.053.527-00)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 714/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:(141)

1. Processo TC-027.896/2017-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Lisa Ferraz de Campos (049.075.178-40); Luísa Maria Carneiro Barbosa (060.267.798-09); Maria Angélica Braz de Lemos (011.107.528-90)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 715/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.065/2017-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Luiz Antônio Ferreira Pacheco da Costa (072.698.381-00)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 716/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.995/2008-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: José Ferreira Dutra (120.624.131-49)

1.2. Unidade: Instituto Nacional de Meteorologia

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 717/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.469/2017-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Cláudio Antônio Fernandes (209.893.690-72)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 718/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.472/2017-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Viviani Batista Costa (151.569.664-20)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 719/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.482/2017-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Paulo Kümmel Andrade (296.471.340-53)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900198

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 720/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.540/2017-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Vânia Chaves Ribeiro (151.756.501-49)
1.2. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 721/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.546/2017-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Rosália Ferreira de Souza Filha (077.171.303-78)
1.2. Unidade: Tribunal Superior Eleitoral
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 722/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.925/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana de Almeida Virginio (712.142.241-72); Adriano Lima Silva (019.373.191-64); Aglae Cristina de Barros Galvão Brunhara (141.684.638-77); Alessandro Cleber Gatti (300.843.248-48); Alex Nunes de Sousa (355.461.128-08); Alexandre Magno Araújo Baldez (660.190.013-34); Aline Araújo Krepelka (012.646.815-00); Aline Cordeiro Soares (000.050.071-27); Aline Parente Lustosa (828.575.633-53) e Altemísia Aparecida de Oliveira Carmelo (024.720.956-27)
1.2. Unidade: Ministério da Fazenda
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 723/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.927/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ananda Ramaiana Barbosa da Gama (029.653.741-16); Anderson Matheus Santos Nunes Tinoco (121.113.947-69); Anderson Rocha Paiva (038.353.076-81); André Tognini Leme (377.055.448-57); Andreia Chaves Gomes de Souza (005.063.611-10); Andreia Miranda Chepalich (010.459.491-83); Andreia de Oliveira Silva (019.912.475-24); Antônio Augusto Souza Dias Junior (840.116.375-72); Antônio Gonçalves dos Santos Filho (299.415.818-35); Apoena Catharine do Lago Rocha (033.572.831-66)
1.2. Unidade: Ministério da Fazenda
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 724/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.930/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cássia Cristina de Sousa Alcântara (731.158.191-53); Cesar Richa Teixeira Ananias (069.803.214-47); Cezar Oliveira (039.169.455-30); Charlene Moreira da Silveira (026.146.357-82); Chrystian de Santana Alencar (017.364.881-98); Cidne da Silva Araújo (020.711.711-01); Clariana Suzart de Moura (807.337.515-04); Cláudio Tetsuo Inoue (026.985.854-71); Cleonita de Menezes (875.672.531-00) e Clériston Sudré dos Santos (305.934.208-37)
1.2. Unidade: Ministério da Fazenda
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 725/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.931/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cristiane Franzin Marcolino Hasche (316.071.258-38); Cristiene Aparecida de Sousa (042.647.496-11); Dailson Gonçalves de Souza (088.600.268-06)
1.2. Unidade: Ministério da Fazenda
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 726/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.038/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Leonel Marques de Luna Freire (053.803.734-29); Wallison Silva Araújo (015.891.514-37)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 727/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.039/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Giordana Minosso Bolzan (024.807.660-47); Luciana Regina Cajaseiras de Gusmão (074.268.774-00); Priscila Farina Vellinho (006.555.500-70); Rafaele Marnei Rotta (744.176.490-49); Roberta Coradini Bortoluzzi (987.233.400-53)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 728/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.042/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cesar Rafael de Moraes Ferreira (343.290.078-35); Damião Daycon Vitor dos Santos (048.364.103-04); Flávio Guilherme Rocha Silva (124.150.127-00); Frederico Agricola Batista da Silva (083.763.416-42); Genilson Ramos Rodrigues (100.309.616-61); Joana Araújo Lima Montenegro Justo (006.261.571-88); Luiz Gustavo Abido Zago (116.318.028-95); Márcio Alexandre Silva (213.070.798-06); Mariângela Brandão Vilela (543.209.251-49); Mário Lincoln de Oliveira Gomes (403.533.668-89)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 729/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.044/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Erika Uemeoka (200.796.748-01) e Rodrigo Bersot Barbosa de Gois (139.561.227-71)
1.2. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 730/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.045/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Allan Davies Alves Graciano de Almeida (018.503.333-43)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 731/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.047/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Camila Oliveira de Oliveira (843.509.700-53)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 732/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.048/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: André Pompermayer Olivo (327.404.168-81); Mariana Ferraz Teixeira Prota (075.036.114-05); Marisa Meneses de Andrade (048.839.045-12); Thiago Thomaz (043.223.406-36)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900199

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 733/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.050/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Eduardo Martins do Nascimento Júnior (075.403.666-99) e Moacir Loureiro Pegado Neto (014.640.663-02)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região/MA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 734/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.051/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Ana Rosa de Arruda Nobre (101.178.707-57)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 735/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.073/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rafael Soares Cruz Júnior (936.218.682-91)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 736/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de admissão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.484/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Aécio Souza Antunes (030.793.435-73); Alana Quirino Xavier (047.140.104-84); Albano Magalhães Montenegro (337.917.082-87); Alessandra Borges de Souza de Oliveira (668.169.121-87); Alessandra Chagas Bello (259.903.998-39); Alexandre Fernandes Machado (013.267.875-60); Alexandre Moreira Tavares dos Santos (704.101.351-00); Alexandre dos Santos Muniz (629.252.292-04); Alfredo Bandeira de Medeiros Junior (013.190.714-06); Aloyzio Augustto Santos do Couto (009.490.821-47); Amanda Lins Brito Faneco Amorim (059.617.744-57); Amilcar de Souza Magalhães (049.150.305-98); Ana Carolina de Araújo Dantas (064.467.354-05); Ana Maria Battiston (171.659.198-80); Anderson Santos da Silva (012.536.845-37); Anderson de Oliveira Meneses (034.620.103-95); Andre Luis Macagnan Freire (369.613.178-47); Andreia Momolli (010.772.550-98); Anny Patrícia Gomes Santos (063.319.814-54); Antônia Daniele Rodrigues do Nascimento (661.510.903-49)
1.2. Unidade: Ministério da Fazenda
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 737/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de admissão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.485/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Breno Henrique Medeiros de Sousa (011.498.724-62); Bruna Aparecida de Carvalho Caetano (829.749.345-87); Bruna Ariane Aires Lustosa (025.425.123-45); Bruno André Silva Ribeiro (816.610.371-00); Bruno Cesar Pires Costa (712.846.641-04); Bruno Santos Ribeiro (051.883.666-57); Bruno Silva Barbosa (373.496.638-89); Bruno de Souza Novais (020.710.321-60); Caio Diniz Fonseca (071.391.214-60); Caio Eduardo Passos Ferreira (024.813.743-39); Carlos Eduardo Carrijo (005.633.961-56); Carlos Gustavo Huebel (512.621.341-53); Carlos Ulisses Lisboa Cordeiro (084.581.344-70); Clarissa Abrantes Souza (089.347.944-61); Clarissa Freire da Cunha Galvão (045.425.384-27); Clarissa Pereira Borges (055.321.794-17); Claudia Lombardi Villano (223.037.518-02); Cristiane Cardoso Avolio Gomes (069.038.467-00); Cristina Maria de Queiroz (050.903.194-30)
1.2. Unidade: Ministério da Fazenda
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 738/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de admissão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.569/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Fabio Uggeri (885.229.890-87)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 739/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de admissão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.570/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Mariana do Chantal Nunes Castelo Branco (024.923.871-35)
1.2. Unidade: Tribunal Superior Eleitoral
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 740/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em determinar que seja(m) excluído(s) do sistema Sisac o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), cadastrado(s) em duplicidade, devendo essa informação ser lançada no sistema Radar, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.033/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Cláudia Custodio da Silva (396.988.902-20); Anderson Oliveira de Souza (276.731.258-03) e Dalina Jara Soares da Silva (017.567.813-89)
1.2. Unidade: Ministério da Fazenda
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 741/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.832/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Hamilton Klein (481.930.546-87); Ítalo Moia Simão (015.431.842-60); Jardel Frank Camboim (849.600.193-87); Jason da Costa e Souza (032.034.476-22); Joana Maria Pinheiro Gonçalves (597.834.512-00); Josué Jesus Alves da Silva (024.839.962-48); Leonardo Madeira da Cruz (981.705.031-91); Marcelo de Araujo Costa (612.522.712-04); Marcos da Silva Santos (024.674.823-08); Thiago Felipe Campinas Pereira (881.601.812-72)
1.2. Unidade: Banco da Amazônia S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 742/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.972/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: José Paulino de Freitas Neto (625.274.103-59)
1.2. Unidade: Banco da Amazônia S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 743/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.033/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Dalva Diniz Costa Sobrinha (025.435.433-50)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 744/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.047/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Priscilla Messias Lessa de Lima (705.617.961-49); Ubiratan Souza da Cunha (036.647.971-75); Valquíria Pereira da Silva (780.690.331-34)
1.2. Unidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900200

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 745/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.048/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alan Raschke Jardim (026.981.760-32); Carlos Gabriel Teixeira (374.987.648-73); Danilo Mello Felix de Oliveira (123.084.296-90); Fábio Luiz Viegas (939.038.630-68) e Natasha Roberta Galvão da Silva Costa (006.069.912-47)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 746/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.094/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Fernanda Werneck Giorni Santos Martins (053.505.746-63)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 747/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.098/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Gabriel Pereira da Costa (022.388.322-03); Matheus da Silva Santos (016.404.272-52); Murilo Lima Arrais (064.802.993-02); Ramon Silva da Silva (000.556.502-28); Saomm Gabriel Assis (006.202.652-64); Tatiana Saúde Bastos (096.341.796-73); Thalia de Sousa Bastos (053.922.443-00); Thiago Rodrigues Lula Eulálio (005.458.733-63); Thiago de Lana Mariotti (016.391.316-12); Tulio Costa Silva Braga (040.803.651-60)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 748/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.099/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marina Macedo Araujo (008.294.151-30); Vladimir Andrei Ferreira Lima (089.615.176-00)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 749/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.101/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Ana Carolina Dias Farias (022.013.903-20)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 750/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.102/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Victor de Carvalho (767.954.036-53); Diogo Ferreira da Silva (088.577.489-28); Fabiana Gonçalves dos Reis (089.475.046-10); Fabio Fernandes do Nascimento (039.064.706-36); Paula Coelho Reis (075.513.826-07)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 751/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.131/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Airton de Araújo Vanderlei (012.898.134-26); Alexia Aianne de Moura Rodrigues (103.300.904-02); Alquerlaine Gomes Onofre Silva (395.465.078-90); Antônio Luiz Melo da Silva (088.902.464-21); Bruno Mendes Freitas Oliveira (013.156.303-38); Bruno Rafael dos Santos Silva (055.405.915-00); Carolina Nogueira Adriano (930.366.553-87); Davi José da Silva (087.511.184-08); Edivan Mendes Alves (054.755.123-10) e Edson Yutaka Hirata (074.886.994-83)
1.2. Unidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 752/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.133/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Israel Vallin Pedroso Battagin Hossri (351.475.728-30); Janaina Chaves Chagas da Costa (016.467.203-69); João Carlos Freitas Lucena (031.293.074-78); João Marcilio Silveira Aragão (054.225.163-97); Jonas Gomes Simplício (062.100.573-81); Joquelane Maria da Silva e Franca (095.757.894-66); José Igo Ferreira Pinto (603.995.303-98); Josenilson Nascimento Fontes Junior (048.025.555-55); Kaian Andrelle Ponciano Lira (086.446.784-26); Karyana Kelly Deusdara Marques (018.942.273-44)
1.2. Unidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 753/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.136/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Yuri Silva Moura (067.100.574-02)
1.2. Unidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 754/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.138/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Natalia Gonçalves da Silva Chagas (103.913.086-02)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 755/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.147/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Renne Rocha Sena (033.463.083-59)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 756/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.148/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Caio Fernandes Monteiro Leite (031.400.521-89) e Wilker Oliveira de Souza (036.984.521-89)
1.2. Unidade: Superior Tribunal de Justiça
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 757/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.156/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Alessandro Andrade Severino (588.816.201-97)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Pará
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 758/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900201

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-003.157/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Christiane da Rocha Batista (056.210.396-10)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 759/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.158/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rodolfo Medeiros de Campos (846.046.383-49)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 760/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.160/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Karine Fabielly do Nascimento Coimbra (056.966.264-83)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 761/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.708/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Diego Estrela Leal (704.772.051-00); Diogo Souza Gomes (025.255.105-26); Edilene Cristina Sabino (269.808.248-80); Eduardo Boato (343.746.008-09); Eduardo Camargo (310.239.358-64); Eduardo Fernandes Augusto (014.212.741-83); Eduardo Vianna Gouvêa (834.140.611-04); Eduardo de Oliveira (004.626.669-05); Elaine Araujo dos Santos (721.643.281-91); Elaine Miyuki Shiroma (296.993.588-07)
1.2. Unidade: Ministério da Fazenda
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 762/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.710/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Evandro Furlan Franciscatto (225.578.568-43); Fabiana Aquino de Freitas (272.994.748-59); Fabiana Zettler Gruber Palma (769.448.320-20); Fabiano Alves de Oliveira (027.060.311-58); Fabio Alexandre Antonio Ferreira (016.534.356-74); Fabrício Dingee (029.716.619-03); Fatima Eleny Mendes (026.308.437-00); Felipe Almeida de Morais (027.301.751-99); Felipe Alves Correia dos Ramos (124.318.477-99); Felipe João Siqueira Caetano (901.630.601-34)
1.2. Unidade: Ministério da Fazenda
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 763/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.780/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Guilherme Carlos Kotovicz (019.474.171-00); Isabella Natiara Ferreira Costa (006.577.391-89); Leonardo da Silva Araujo (051.469.744-03); Valter Getulio Pedrotti Junior (002.823.621-18)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 764/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.781/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Augusto Ferron Batista Bouzo (715.953.411-53); Fernando Rodrigues de Sousa (024.336.491-10); Flávia dos Santos Leão (047.200.569-38); Naireli Nunes Barbo (977.087.121-49); Narayana da Costa Marques (735.513.171-00); Romeu Soares da Costa Filiú (730.335.881-15); Tatiane Maciel Farias (043.102.379-40); Thuany Pessoa Leal Cabral (017.451.441-70); Vivian Elene de Conti Barbosa (701.780.701-49)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 765/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.782/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Tiago Silva dos Santos (029.912.265-44)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 766/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.784/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cecília Delgado Nunes de Alencar (077.387.044-03); Geisiellem de Oliveira Menezes (036.673.735-03); Nathalie Malhado Gomes de Siqueira (027.102.885-83); Vinícius Tavares Fagundes Ferreira (036.612.435-86)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Sergipe
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 767/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.789/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Larissa Alcântara Freire (028.648.833-76)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 768/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.790/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Geraldo Rodrigues do Nascimento (032.334.642-15); Virgilina Severino dos Santos (426.231.031-00)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 769/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.792/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Francisca Antonieta Fernandes Bessa (054.046.284-56); Gabriel Mascarenhas Cortes (069.423.106-11); Gerlando de Araújo Leite Filho (061.012.464-18); Gesinea Martins Rodrigues Pereira (415.693.932-49); Helena dos Reis Koury (007.579.442-05); Juliete Albino Viana (035.915.353-46); Laís Pereira Ribeiro (015.929.941-13); Luan Henrique Filgueira Meira (383.045.088-50); Lucas de Oliveira Souza (076.427.196-20); Luís Fellipe Medeiros Lins (077.194.744-57)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 770/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.795/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Diogo do Ybiti Lopes Silveira (005.172.771-40); Silvana Maria do Amaral Bobroff (086.514.498-28)
1.2. Unidade: Tribunal Superior Eleitoral
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 771/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.801/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cláudia Neto Jardim (014.780.746-80); Daniel Albino Rangel Araújo (071.927.434-61); Daniela Silva Bernardes (105.138.156-86); Danilo Pimenta Baldan Junior (013.898.591-00); David Nascimento Moraes Junior (046.188.761-40); Diane Oliveira dos Santos (029.677.035-32); Diego Polese de Queiroz (038.755.451-33); Filipe Oliveira Del Rei (041.463.685-61); Frederico Guimarães Silva (088.077.076-75); Gabriel Monteiro Jorge Gomide (090.543.266-54)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 772/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.804/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Felipe Bentes Feió (007.706.372-48); Francisco das Chagas Serafim de Sousa Júnior (005.748.362-09); Nathália Uchôa dos Santos (933.492.202-82); Natália Gil Pereira (831.197.600-72)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 773/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de admissão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.015/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daniela Guelber de Mendonça (964.550.476-72); Danielle Oliveira Andrade (024.562.021-47); Danilo Fernandez Bernardes (380.766.948-50); Danilo de Oliveira Gomes da Silva (311.974.158-23); Davi Bressler (974.801.000-78); David Gomes de Barros Souza (090.601.554-59); Diogo Queiroz Oliveira (712.943.251-91); Edson Masao Uehara (324.166.858-48); Eduardo de Sant Ana Chagas (107.467.297-66); Edwiges Coelho Girão (043.325.873-08); Elenice Ribeiro dos Santos (133.260.567-29); Elineia Soares Barbosa (869.106.711-04); Erick Magalhães Santos (042.772.975-01); Fabiana Neiva Nunes Azevedo (991.952.403-49); Fabiana de Lima Carvalho (828.710.191-34); Fabio de Oliveira Barros (306.187.658-83); Felipe Arrais Carvalho (025.156.003-10); Felipe Arruda Aguiar Sobreira da Silveira (038.858.723-74); Fernanda Pacheco Ribeiro (383.616.378-00); Fábio Oliveira Amaral (046.697.236-93)

1.2. Unidade: Ministério da Fazenda

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 774/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.115/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcos Santiago Duarte (163.002.788-08); Mauricio Marinho Tubone (076.376.618-65); Maurinei Marcos dos Santos (046.738.226-33); Michel Ferreira da Silva (021.529.464-56); Michelle da Rocha Faria Correa (041.289.737-77); Moises Washington de Oliveira (106.117.647-92); Oswaldo Molarino Filho (034.392.808-61); Paula Nogueira Margotto (094.696.667-20); Paulo Eduardo Villela Pacheco (282.043.648-06); Rafael Hotz Arroyo (228.193.628-77)

1.2. Unidade: Comissão de Valores Mobiliários

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 775/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II e 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, bem como mandar fazer a seguinte determinação, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.731/2016-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Tatiana Benevides Cardoso (677.431.535-68)

1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Petróleo Brasileiro S.A. que:

1.7.1. encerrada a licença médica de Tatiana Benevides Cardoso, apure eventual descumprimento da jornada de trabalho pela empregada, que acumula vínculos empregatícios que totalizam mais de 60 horas semanais;

1.7.2. no caso de incompatibilidade de horários, adote providências para a regularização do cumprimento da jornada de trabalho na Petrobras;

1.7.3. informe a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, acerca do resultado das apurações realizadas.

1.8. Determinar à Sefip que monitore o cumprimento desta deliberação.

ACÓRDÃO Nº 776/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.385/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Tiago Botelho Braga (074.615.106-30); Caroline Milagre Pereira (105.424.036-17); Elizandra Edna Ferreira (031.834.646-08); Henrique Augusto de Azevedo (881.709.506-00); Ilca Rodrigues da Cruz (089.624.906-92); Isabel Peres Brandão (094.787.486-02); Isabela Mourão de Souza Pereira (091.663.536-88); Luciana Duarte da Silva (013.601.856-40); Marcella Teixeira Maciel Oliveira (097.683.896-64); Monique Soares de Sousa (081.879.627-80)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 777/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.389/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ariany Teixeira da Motta Nichetti (113.368.137-92); Cesar Augusto Garcia Loreto (828.801.310-49); Daniela Mattos da Silva Mello (021.592.060-08); Eduardo Martins Píton (007.672.000-47); Eduardo de Salles Calvelhe (005.112.906-08); Evania Leite Dantas (659.626.053-49); José Constantino Dalmás Junior (015.733.550-03); José Iedo Cavalcanti Ferraz Filho (074.047.284-44); Júnior Aloísio Junges (022.214.650-83); Lisiane da Silva Oliveira (018.709.140-40)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 778/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.390/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luciane Santiago Rocha Renner (656.628.220-34); Neila Marilda Soares Moraes (888.335.183-53); Rafael Horn Peixoto (017.643.530-13); Sabrina Rodrigues Balbi (001.173.450-75); Tiago Mateus Pereira (020.862.330-27); Ubaldo Arimatéia Campos (556.089.906-25)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 779/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.394/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Sarah Sbruzzi Teixeira (375.789.168-66)

1.2. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 780/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.400/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fernando Rocha Vescio Gasparetto (281.127.878-83); Geison Luciano Gonçalves (017.056.649-89); Hudson de Queiroz Alves (055.068.315-10); Jailton Leite da Silva (146.335.948-93); José Alaor Cardoso de Oliveira (368.909.360-00); Katia Caregnatto (033.090.779-42); Kelly Santos da Silva Martins (099.764.127-46); Leonardo Dias Hilário (038.317.036-20); Lívia Ferreira da Silva Trombetta (353.040.108-09); Lorrane Nahara Sousa Melo (035.058.871-61)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 781/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.401/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Lucas Falasqui Cordeiro (369.247.698-10); Luciana Andrade Macedo (183.902.678-29); Luciana Lopes de Medeiros Tavares (044.498.897-11); Marcelo Rocha Aguiar Fragoso (084.055.917-88); Marcia Anunciação Nobre (967.368.955-53); Marcia Campos Cassavia (135.854.418-23); Marcio Gonçalves (085.103.387-36); Marcio Veronezi Pereira (270.672.018-29); Marcus Vinicius Rodrigues Zanibon (318.187.868-50); Maria de Fátima Figueiredo Lunelli (253.480.279-87)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 782/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.403/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Savio Catharino Peralta (051.742.677-32); Silvia Regina Rocha Siqueira (255.906.158-95); Vitor Dias Fernandes (073.847.586-61); Wagner Waldir Leite (101.260.168-44); Wellington Zanucoli Isaac (386.147.698-30)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 783/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.404/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Glaucia Menezes da Silva (524.093.501-78); Ana Melissa Castro Godinho Costa (907.883.115-49); Bruna Sobral de Queiroz Pinheiro (010.132.673-46); Claudia Pomar de Souza (542.875.020-00); Daise Fernandes Nobre (011.849.651-45); Fabiano Matos de Araujo (020.963.424-30); Flávia Mara Oliveira dos Santos (018.805.121-06); Liliane Aguiar Ferreira (003.610.061-79); Mariana Fernandes Gomes (705.246.101-34); Ylara Ribeiro Barradas Rocha (669.501.633-04)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 784/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de admissão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.667/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Leandro Silveira Barreto (055.010.667-77)
1.2. Unidade: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 785/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de admissão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.670/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Eduardo Lopes de Faria (082.929.006-08)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 786/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.410/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Maria Aparecida Gonçalves Passos (616.391.766-91) e Salomé de Souza Leite (427.739.706-91)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 787/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.793/2018-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Glaucia Coutinho Araújo (043.449.221-31)
1.2. Unidade: Ministério da Fazenda
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 788/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.825/2018-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Valdeci Maria da Silva (159.783.381-91)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Goiás
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 789/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.826/2018-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Elizabeth Gomes de Minas (007.521.266-87)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 790/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.827/2018-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Layrdes Coelho Pinto Oliveira (006.365.416-49); Zélia de Paiva Ribeiro Souza (214.247.646-53)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 791/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.828/2018-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria da Conceição Teixeira Lages (277.809.026-68)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda No Estado de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 792/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.830/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Isaura Aparecida Caldana Rufino (954.060.779-53) e Plinia de Matos (135.138.775-87)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Paraná
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 793/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos art. 1º da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em autorizar a prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias a contar da data da presente deliberação, para cumprimento das determinações constantes do Acórdão nº 9.874/2017-TCU-2ª Câmara, haja vista as razões apresentadas pelo Departamento de Órgãos Extintos e de Gestão de Folha de Pagamento do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (peça 22):

1. Processo TC-001.831/2007-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alessandro Soares de Lima (056.805.784-84) e Marinalva Soares de Lima Thorpe (528.994.704-34)
1.2. Unidade: Departamento de Órgãos Extintos - Depex/SE/MP
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 794/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900204

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.831/2018-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Wilma Lopes Modesto de Souza (009.029.597-86)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 795/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.832/2018-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Neyde de Zoppa Pereira (149.684.128-00)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 796/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.890/2018-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria da Glória Oliveira Duarte (471.431.851-91)

1.2. Unidade: Supremo Tribunal Federal

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 797/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.893/2018-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Adila Pereira Lopes Vieira (001.324.697-66); Sylvia Maria Carvalho Miranda (516.922.447-87)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 798/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.608/2018-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Stella Alves Nunes (118.053.577-43)

1.2. Unidade: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 799/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.776/2007-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Eduardo Luiz da Costa Souza (009.044.531-70) e Letícia Tupinambá de Albuquerque Mello (027.496.791-09)

1.2. Unidade: Senado Federal

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: Jaime Cordeiro da Silva Neto, OAB/PE 27.819

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 800/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão abaixo relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos, e fazer a seguinte determinação:

1. Processo TC-014.739/2008-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Antônio Carlos da Silva Leite (007.374.874-96); Edjane Oliveira Fernandes (007.374.814-55); Ednaldo Oliveira Fernandes (007.374.794-77); Edvaldo Fernando de Oliveira Souza (007.374.834-07); Edvan Fernando de Oliveira Souza (007.374.844-70); Edvania Oliveira Fernandes (007.374.824-27); Marco Paulo da Silva Leite (007.374.854-42); Maria das Graças de Oliveira (981.476.684-49)

1.2. Unidade: Ministério da Saúde

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: Ronaldo de Sousa Vasconcelos (OAB/PB 18.585)

1.7. Determinar à Sefip que providencie a retificação, no sistema Sisac, dos dados do beneficiário Marco Paulo da Silva Leite, uma vez que percebe pensão civil na condição de pessoa designada, acometida de invalidez desde 10/5/1988, conforme documentos juntados aos autos.

ACÓRDÃO Nº 801/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.540/2017-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria Rosália de Oliveira e Silva (066.655.782-91)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Mato Grosso

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 802/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.546/2017-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Olga Teixeira de Souza (133.977.788-67)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 803/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.608/2017-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria Luiza Curtulo Soares (291.645.160-91)

1.2. Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 804/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.630/2017-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Iramar do Socorro Teixeira da Silva (371.696.702-59); Raimundo Emanuel Pinheiro Guimarães (014.867.562-04)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Pará

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 805/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.007/2018-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Regina Meireles de Almeida (427.469.307-49) e Wandy Jordão de Almeida (668.786.327-49)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900205

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 806/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-014.876/2016-7 Recurso de Reconsideração (em TCE)

2. Recorrente: espólio de Carlos da Silva Amora (CPF 052.635.492-53), ex-prefeito

3. Unidade: Prefeitura Municipal de São Sebastião do Uatumã/AM

4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

7. Unidades Técnicas: Serur e Secex/AM

8. Advogados constituídos nos autos: Arlindo Jorge Oliveira da Silva (OAB/AM 7.889) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase, de recurso de reconsideração apresentado pelo espólio de Carlos da Silva Amora (peça 41) em face do Acórdão 5.821/2017 - 2ª Câmara.

Considerando que o responsável foi validamente notificado do Acórdão 5.821/2017 - 2ª Câmara em 20/7/2017;

Considerando que o termo final o para interposição de recurso de reconsideração foi o dia 4/8/2017;

Considerando que o presente recurso foi protocolizado no Tribunal em 14/8/2017;

Considerando que a peça recursal não apresenta fatos novos, de forma que pudesse ser avaliada de forma intempestiva, ainda dentro do prazo de 180 dias, conforme autoriza o art. 285, § 2º, do RI/TCU;

Considerando que a Serur e o MPTCU opinaram pelo não conhecimento do recurso devido à sua intempestividade;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 33 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 285 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1 não conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo espólio de Carlos da Silva Amora;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

ACÓRDÃO Nº 807/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com base no art. 8º da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a"; 169, inciso II; e 212, do Regimento Interno/TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, ACORDAM em determinar o arquivamento do seguinte processo, sem julgamento de mérito, em face da ausência de pressupostos de sua constituição e de seu desenvolvimento válido e regular:

1. Processo TC-025.053/2015-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Amara Cristina da Solidade Brandão (163.207.514-87)

1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Joaquim Gomes/AL

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex-SC)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 808/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º da Lei 8.443/1992 c/c o art. 143, inciso V; alínea "e", do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em autorizar a prorrogação, por 90 (noventa) dias, do prazo estabelecido nos itens 1.8.2 e 1.8.3 do Acórdão 8.545/2017 - 2ª Câmara, para que a Caixa Econômica Federal defina o novo modelo de contratação e avalie os contratos vigentes para prestação de serviços de advocacia, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.829/2017-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: TC-008.216/2017-7 (Representação); TC-010.486/2017-8 (Denúncia); TC-005.575/2017-6 (Representação); TC-008.255/2017-2 (Representação); e TC-029.877/2017-2 (Solicitação)

1.2. Representantes: Lopes, Martins & Rosa Sociedade de Advogados (CNPJ: 09.317.513/0001-03), Martinez & Martinez Advogados Associados S.C. (CNPJ: 05.751. 699/0001-45) e Reis Brandão - Advogados Associados SS-ME (CNPJ: 07.790.649/0001-00)

1.3. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)

1.7. Advogados constituídos nos autos: Jailton Zanon da Silveira (OAB/RJ 77.366), Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261), Murilo Fracari Roberto (OAB/DF 22.934), Haroldo Wilson Martinez de Souza Júnior (OAB/PE 20.366), Fabrício dos Reis Brandão (OAB/PA 11.471) e outros

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 809/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la procedente, mandando fazer as seguintes determinações, conforme os pareceres emitidos nos autos, arquivando o processo, bem como cientificar o representante e a Delegacia da Receita Federal em Araçatuba/SP, com o envio de cópia da respectiva instrução:

1. Processo TC-005.581/2017-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Heitor Katsumi Miura (Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Fernandópolis - SP)

1.2. Unidade: Delegacia da Receita Federal Em Araçatuba/SP

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. determinar à Delegacia da Receita Federal em Araçatuba/SP que:

1.7.1. apure o valor indevidamente cobrado pela Engerb Construções e Incorporações Ltda. no período de 6/8/2014 a 8/2/2015, em face da ausência do eng. Edair Gonçalves e de seu substituto do quadro permanente da contratada, seguindo o procedimento descrito na instrução juntada à peça 17 destes autos, adotando as providências necessárias para a obtenção do ressarcimento devido, nos termos do art. 6º, § 2º, da Instrução Normativa - TCU 71/2012;

1.7.2. apresente ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias:

1.7.2.1. as providências adotadas para o cumprimento da determinação supra e os resultados obtidos;

1.7.2.2. cópia do termo de recebimento definitivo das obras de reforma e ampliação do edifício-sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Araçatuba/SP de que trata o Contrato 8/2012 objeto destes autos.

ACÓRDÃO Nº 810/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-011.552/2015-8 (REPRESENTAÇÃO)

2. Apensos: TC-033.401/2015-2 e TC-011.469/2015-3 (Solicitações)

3. Representante: Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RO

4. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE/RO)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secex/RO

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação encaminhada pela Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RO) para dar ciência a esta Corte de Contas dos resultados de auditoria interna na gestão patrimonial de bens móveis e imóveis do TRE/RO após a inundação de sua sede, ocorrida em face de cheia histórica do rio Madeira, ocorrida em 2014.

Considerando que a Secex/RO considerou suficientes as providências propostas pela auditoria interna do TRE/RO para a correção das falhas identificadas na gestão patrimonial dos bens móveis e imóveis do referido tribunal;

Considerando que, dos achados relacionados pela representante, a unidade técnica considerou relevante, para fins de emissão de ciência à unidade jurisdicionada, apenas a "*ausência de adoção de medidas com vista a dificultar a ocorrência de furtos e promover a apuração de responsabilidades, ocorridos no exercício de 2014, durante a cheia do Rio Madeira/RO, o que conflita com o disposto no art. 58, inciso III, da Lei 8.443/92, bem como afronta os princípios da moralidade e eficiência insculpidos no art. 37 da Constituição Federal*";

Considerando que, apesar de a expedição da ressalva acima mencionada ter por objetivo a adoção de providências internas que previnam novas ocorrências semelhantes, verifica-se que os fatos apontados se referem a situação excepcional, a qual, se espera, não deverá se repetir num horizonte de tempo razoável, o que esvaziaria os efeitos práticos da medida;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 143, inciso III; 169, inciso V; 235; e 237, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal, e ante as razões expostas pelo Relator nos considerandos acima, em:

9.1. conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. determinar o arquivamento do presente processo em face de não ser necessária a adoção de outras medidas neste momento;

9.3. dar ciência desta decisão à representante, bem como enviar-lhe cópia da respectiva instrução.

ACÓRDÃO Nº 811/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la parcialmente procedente, mandando dar ciência das seguintes impropriedades, conforme os pareceres emitidos nos autos, arquivando o processo, bem como cientificar o representante, com o envio de cópia da respectiva instrução:

1. Processo TC-031.909/2017-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Edmilson Gomes da Silveira Júnior (CPF 413.855.192-15)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Goiás

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. dar ciência ao Tribunal Regional Eleitoral de Goiás sobre as seguintes impropriedades relacionadas ao Pregão Eletrônico 59/2017, para que adote medidas que previnam ocorrências semelhantes e aperfeiçoem os editais dos futuros certames:

1.7.1. ausência de justificativas mais específicas, completas e tempestivas no processo licitatório para o parcelamento adotado para o objeto do certame;

1.7.2. falta de discriminação explícita no edital da obrigação de emissão de notas fiscais específicas para materiais e para serviços;

1.7.3. falta de pesquisa de preços para serviços de desinstalação dos aparelhos, rede frigorígena e fiação antigos;

1.7.4. divergência entre valores globais estimados para os serviços e para os equipamentos licitados e os valores respectivos de reserva orçamentária atestados pelo setor competente (em 12/9/2017).

ACÓRDÃO Nº 812/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, considerando a solicitação de parcelamento da multa cominado pelo item 9.2 do Acórdão 10.157/2017-2ª Câmara, feita pelo responsável Riley Barbosa Mendes, ACORDAM em adotar as seguintes providências:

1.Processo TC-034.787/2015-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Marilene M. Cabral - ME (CNPJ 03.966.047/0001-00)

1.2. Responsáveis: Maria do Carmo Teixeira Norato (CPF 322.859.812-87) e Riley Barbosa Mendes (CPF 188.704.222-91)

1.3. Unidade: Coordenação Regional da Funai de Roraima

1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex-AM).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Autorizar o pagamento da dívida de Riley Barbosa Mendes em 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443, 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal atualização monetária,

1.9. Alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal.

1.10. Determinar à Secex/AM que, concluído o recolhimento com a observância das datas aprazadas, promova a reinstrução do processo com vistas à expedição de quitação.

1.11. Autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida remanescente, caso não cumprida integralmente a obrigação assumida pelo responsável.

ACÓRDÃO Nº 813/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, arquivando-a e dando ciência à representante com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.468/2017-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Jorima Segurança Privada Ltda. (CNPJ 08.609.047/0001-69)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secex/PA

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

RELAÇÃO Nº 4/2018 - 2ª Câmara
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 814/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Carlos Alberto Sampaio Silva.

1. Processo TC-000.959/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessado: Carlos Alberto Sampaio Silva (CPF 778.727.385-20).

1.3. Unidade: Departamento Penitenciário Nacional.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900206

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 815/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-033.430/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Eliane Pereira Paraiso (CPF 008.869.332-50); Janderson Castilho Teixeira (CPF 531.880.042-49); Jhonata Martins da Silva (CPF 800.025.282-15); Joelma Coelho de Macedo (CPF 508.881.102-00); Marcel Braga Bentes (CPF 705.251.882-15); Marlene da Silva e Silva (CPF 721.810.522-04); Michelle da Mata de Souza (CPF 961.083.122-20); Suellen do Nascimento Dinelly (CPF 531.797.652-91).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Amazonas - DR/AM.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 816/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Marcelo da Conceição Souza Cruz.

1. Processo TC-033.431/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Marcelo da Conceição Souza Cruz (CPF 052.175.323-60).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Maranhão - DR/MA.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 817/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalvas as contas e dar quitação a Ivan Marques de Toledo Camargo, Sonia Nair Bao, Luis Afonso Bermudez e Maria Ângela Guimarães Feitosa; com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares as contas dos demais responsáveis relacionados abaixo e dar-lhes quitação plena; em considerar cumpridas as recomendações constantes do item 9.2 do Acórdão 1.289/2012 - 2ª Câmara e em cumprimento o Acórdão 2.110/2015 - 2ª Câmara; em fazer as determinações e recomendações sugeridas; em dar ciência das impropriedades identificadas; e em encaminhar cópia desta deliberação e da instrução à peça 17 à Fundação Universidade de Brasília.

1. Processo TC-029.094/2016-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)
1.1. Classe de Assunto: II.
1.2. Responsáveis: Alessandro Borges de Sousa Oliveira (CPF 583.681.321-34); Ana Cristina Brandao Ribeiro Silva (CPF 271.370.233-04); Andrea Queiroz Maranhao (CPF 284.615.683-20); Aninho Mucundramo Irachande (CPF 611.044.341-72); Antonio Cesar Pinho Brasil Junior (CPF 118.407.142-04); Antonio Eduardo Gomes (CPF 339.694.001-63); Araken dos Santos Werneck Rodrigues (CPF 219.031.151-91); Arnaldo Carlos Alves (CPF 144.925.631-72); Augusto Cesar de Mendonça Brasil (CPF 187.412.582-15); Carlos Emanuel Manzolillo Sautchuk (CPF 619.131.381-00); Cesar Augusto Tiburcio Silva (CPF 225.326.681-72); Claudia Naves David Amorim (CPF 305.340.971-20); Claudio Vaz Torres (CPF 318.851.521-91); Cynthia Roncaglio (CPF 516.863.179-72); Danielly Silva Ramos Becard (CPF 606.635.451-53); David Renault da Silva (CPF 102.591.801-06); Denise Bomtempo Birche de Carvalho (CPF 119.672.421-00); Diana Lucia Moura Pinho (CPF 110.058.315-72); Doris Aleida Villamizar Sayago (CPF 694.316.471-68); Ednalva Fernandes Costa de Morais (CPF 121.253.851-04); Edson Marcelo Hungaro (CPF 068.930.678-44); Eiiti Sato (CPF 213.077.688-49); Eliana de Cassia Pinheiro (CPF 053.866.398-70); Elizabeth Maria Mamede da Costa (CPF 071.348.698-81); Elmira Luzia Melo Soares Simeao (CPF 305.884.303-82); Emir José Suaiden (CPF 001.888.831-34); Enrique Huelva Unternbaumen (CPF 731.334.771-53); Fabiana Paulo do Nascimento (CPF 605.684.961-91); Fernando Oliveira Paulino (CPF 176.127.938-65); Flavia Millena Biroli (CPF 195.723.538-10); Gardenia da Silva Abbad (CPF 344.118.011-91); George Rodrigo Bandeira Galindo (CPF 020.080.364-64); Gustavo Macedo de Mello Baptista (CPF 480.314.701-97); Gustavo de Castro da Silva (CPF 653.859.264-34); Hartmut Gunther (CPF 222.326.210-49); Helen Rose Lopes dos Santos (CPF 813.228.520-49); Hugo Leonardo Lopes de Faria Costa (CPF 721.313.571-68); Ivan Marques de Toledo Camargo (CPF 210.411.481-00); Jaime Gonçalves de Almeida (CPF 059.307.901-91); Jaime Martins de Santana (CPF 308.595.651-49); Jake Carvalho do Carmo (CPF 151.774.081-91); Jorge Henrique Cabral Fernandes (PF 406.229.674-87); Jose Carneiro da Cunha Oliveira Neto (CPF 705.126.711-68); Jose Eloi Guimaraes Campos (CPF 381.858.061-87); Jose Flavio Sombra Saraiva (CPF 220.550.451-72); Jose Francisco da Rocha Neto (CPF 400.817.451-68); Jose Manoel Morales Sanchez (CPF 183.825.411-00); Jose Mauro da Silva Diogo (CPF 331.931.696-68); Jose Ricardo Peixoto (CPF 354.356.236-34); José Felippe Beaklini Filho (CPF 277.794.917-49); José Ângelo Belloni (CPF 198.031.840-91); Jurandir Rodrigues de Souza (CPF 222.224.641-53); Karin Eleonora Savio de Oliveira (CPF 317.233.731-68); Livia Freitas Fonseca Borges (CPF 303.489.511-91); Liziane Soares Guazina (CPF 670.587.360-49); Luciana Saboia Fonseca (CPF 602.843.740-91); Luis Afonso Bermudez (CPF 265.056.900-00); Luis Antonio Pasquetti (CPF 279.425.620-34); Mamede Said Maia Filho (CPF 284.708.771-00); Manoel Claudio da Silva Junior (CPF 239.123.671-91); Marcia Abrahao Moura (CPF 334.590.531-00); Marcio Muniz de Farias (CPF 170.460.923-20); Marco Aurelio Gonçalves de Oliveira (CPF 145.617.431-20); Marcos Juliano Prauchner (CPF 772.037.120-87); Marcus Santos Mota (CPF 480.433,461-00); Maria Fatima de Sousa (CPF 238.187.354-68); Maria Ângela Guimarães Feitosa (CPF 531.744.108-00); Marilde Loiola de Menezes (CPF 204.413.473-04); Mario Diniz de Araujo Neto (CPF 091.295.967-34); Mauro Luiz Rabelo (CPF 222.761.901-59); Murilo Cesar Oliveira Ramos (CPF 058.526.259-49); Neio Lucio de Oliveira Campos (CPF 115.154.305-53); Neuza Meller Maia (CPF 511.643.969-00); Nilce Santos de Melo (CPF 330.045.011-04); Nina Paula Ferreira Laranjeira (CPF 732.800.467-34); Norai Romeu Rocco (CPF 590.653.208-06); Paulo Carlos do Pin Calmon (CPF 145.413.271-04); Paulo Cesar de Jesus (CPF 308.090.371-49); Perci Coelho de Souza (CPF 451.551.276-53); Renato Tarciso Barbosa de Sousa (CPF 373.368.941-00); Ricardo Jose Dourado Freire (CPF 492.811.001-34); Roberto de Goes Ellery Junior (CPF 367.191.533-15); Rozana Reigota Naves (CPF 646.614.311-20); Sadi Dal Rosso (CPF 135.565.760-15); Simone Perecmanis (CPF 010.126.137-39); Sonia Nair Bao (CPF 331.813.490-20); Tarcísio Marciano da Rocha Filho (CPF 334.576.701-53); Therese Hofmann Gatti Rodrigues da Costa (CPF 480.354.911-72); Tomás de Aquino Guimarães (CPF 008.434.311-72); Veronica Moreira Amado (CPF 583.693.331-68); Wania Cristina de Souza (CPF 658.183.501-34); Wilsa Maria Ramos (CPF 421.060.526-34); Wivian Jany Weller (CPF 458.036.331-00).
1.3. Unidade: Fundação Universidade de Brasília.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinar, com fulcro no art. 45 da lei 8.443/1992, à Fundação Universidade de Brasília, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que por ocasião do próximo relatório de gestão produzido pela entidade, forneça informações atualizadas acerca do cumprimento do item 1.7.1 do Acórdão 2110/2015-Segunda-Câmara, bem como que indique os motivos para eventuais contas bancárias eventualmente existentes contrárias à legislação relativa à conta única, nos termos da Medida Provisória (MP) 1.782/1998, atual MP 2.170-36/2001, a Instrução Normativa (IN) 4/2004/STN, art. 1º, IV, do Decreto-Lei 1.737/1979, o art. 45, § 5º, do Decreto 93.872/1986 e o art. 6º da Lei 12.017/2009;
1.8.1. recomendar à Fundação Universidade de Brasília, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que institua rotina de verificação periódica dos atos administrativos de concessão e de admissão, inclusive de contratados por tempo determinado ao amparo da Lei 8.745/93, de modo a garantir tempestiva inclusão das informações no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões para a Administração Pública Federal e Empresas Estatais (Sisac), nos termos da Instrução Normativa TCU 55/2007;
1.8.2. dar ciência à Fundação Universidade de Brasília de que a ausência de indicação, no rol de responsáveis, do período em que estes efetivamente exerceram as atribuições dos seus respectivos cargos fere o disposto no art. 10 da IN TCU 63/2010;
1.8.3. dar ciência à Fundação Universidade de Brasília de que a mera divulgação do resumo dos projetos acadêmicos firmados junto às fundações de apoio em arquivo de texto único, sem filtros de pesquisa e sem periodicidade pelo menos mensal de atualização das informações, não atende ao disposto no §2° do art. 12 do Decreto 7423/2010;
1.8.4. dar ciência à Fundação Universidade de Brasília de que a responsabilidade pela adoção de providências com vistas à instauração da tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano dos cofres públicos quanto à recursos públicos geridos pelas Fundações de Apoio da UnB recai sobre a Fundação Universidade de Brasília, nos termos do art. 8° da lei 8443/92.

ACÓRDÃO Nº 818/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres da Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo, com fundamento nos arts. 169, inciso V, 235 e 237, inciso I, do Regimento Interno, c/c os arts. 103, § 1º, in fine, da Resolução TCU 259/2014, e considerando a prescrição da pretensão punitiva deste Tribunal quanto a uma das irregularidades denunciadas, face ao transcurso de mais de dez anos do fato gerador, em conhecer desta representação e considerá-la parcialmente procedente; em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 13, ao representante e à Superintendência Estadual de Operações - SPI (SE/SPI) da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-019.557/2017-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Representante: André Libonati, procurador da República no Município de BauruPS (CPF 246.318.018-83).
1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - DR/SPI.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 819/2018 - TCU - 2ª Câmara

Vista esta representação acerca de supostas irregularidades no edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços 001/FUNAI/CR-CGR/MS/2017, promovido pela Coordenação Regional de Campo Grande/MS da Fundação Nacional do Índio (Funai), para contratar serviços de intermediação para gerenciamento de frota e controle de aquisição de combustíveis, troca de óleo e de filtros e lavagens para atender os veículos oficiais da unidade.

Considerando que a representante apontou duas exigências para habilitação que, em seu entender, configurariam restrição ao caráter competitivo do certame (autorização de funcionamento da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e licença de operação do órgão ambiental competente);

considerando a informação de que a Comissão de Licitações decidiu acolher a impugnação administrativa sobre esses pontos e retificar os itens contestados para aperfeiçoar os atos licitatórios por não ser de interesse da Autarquia restringir a competição ou trazer prejuízo à seleção da proposta mais vantajosa para a administração;

considerando que o titular da Coordenação Regional da Fundação Nacional do Índio em Campo Grande informou, ainda, o cancelamento do pregão e a futura realização do certame em formato mais vantajoso para a autarquia;

considerando que, em vista dessas informações, a unidade técnica propôs conhecer da presente representação e, no mérito, considerá-la prejudicada por terem sido afastados os riscos de dano ao erário e de não atendimento do interesse público;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em conhecer desta representação; em indeferir a medida cautelar pleiteada e considerar a representação prejudicada; em encaminhar cópia desta deliberação, bem como das instruções às peças 22 e 27 à Fundação Nacional do Índio - Coordenação Regional de Campo Grande/MS e à representante; e em arquivar o processo.

1. Processo TC 025.255/2017-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Representante: Trivale Administração Ltda. (CNPJ 00.604.122/0001-97).
1.3. Unidade: Fundação Nacional do Índio (Funai) - Coordenação Regional de Campo Grande/MS.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul - Secex/MS.
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 820/2018 - TCU - 2ª Câmara

Vista esta representação da Apecê Serviços Gerais Ltda. acerca de possíveis irregularidades na condução, pela Imprensa Nacional, do pregão eletrônico 20/2017, destinado à contratação, ao valor anual estimado de R$ 1.488.022,80, de serviços de berçário e creche para atendimento a dependentes legais de servidores ativos, requisitados e empregados públicos da entidade.

Considerando que foram atendidos os requisitos de admissibilidade;

considerando que a Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog, após análises das respostas apresentadas em atendimento às oitivas realizadas, concluiu, em essência, que: (i) para obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração, seria necessário que o edital do certame, ao contrário do ocorrido, admitisse fator K maior do que 2,5 para as categorias profissionais com menor remuneração (auxiliar de cozinha e lavador de roupas); (ii) a opção adotada pela empresa vencedora de aumentar a remuneração desses profissionais para atingir o fator "k" máximo estabelecido, mediante o pagamento de "gratificação" (R$ 600,00), não trouxe desvantagens para a entidade; (iii) as divergências verificadas na declaração de contratos da licitante vencedora não promoveram alteração no resultado da avaliação quanto ao cumprimento das disposições do subitem 9.3.3 do edital;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900207

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

considerando que, apesar da ocorrência de algumas falhas, de fato, não se vislumbra prejuízo ao interesse público a ponto de macular a licitação, principalmente porque: (i) o valor global contratado (R$ 1.486.500,00) foi inferior ao estimado (R$ 1.488.022,80); (ii) a diferença entre o valor contratado para os referidos postos e o encontrado utilizando-se o fator "k" mais apropriado ao caso (2,84) totaliza R$ 2.253,44, equivalente a apenas 1,82% do valor mensal do contrato firmado; e (iii) o valor contratado para o posto de lavador de roupas (R$ 4.303,24) é inferior ao pago no ajuste anterior, firmado com a empresa ora representante (R$ 4.459,25);

considerando que, na forma proposta pela unidade técnica, é suficiente dar ciência à Imprensa Nacional sobre a impropriedade verificada quanto ao fator K, com o objetivo de prevenir ocorrências similares;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com o parecer emitido nos autos e com fundamento nos arts. 235, 237 e 250, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, e no art. 7º da Resolução TCU 265/2014, em conhecer desta representação, considerá-la parcialmente procedente, dar ciência desta deliberação, bem como da instrução da unidade técnica, à Imprensa Nacional, à representante e à G&E Serviços Terceirizados Ltda., arquivar este processo e adotar a medida constante do subitem 1.8 abaixo.

1. Processo TC-032.943/2017-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VI.

1.2. Representante: Apecê - Serviços Gerais Ltda. (CNPJ 00.087.163/0001-53).

1.2.1. Interessada: G&E Serviços Terceirizados Ltda. (CNPJ 08.744.139/0001-51).

1.3. Unidade: Imprensa Nacional.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog.

1.7. Representação legal: Dalmo Rogério Souza de Albuquerque (OAB/DF 10.010) e outros, representando a Apecê - Servicos Gerais Ltda.; Karina Amorim Sampaio Costa (OAB/DF 23.803) e outros, representando a G&E Serviços Terceirizados Ltda.

1.8. Dar ciência à Imprensa Nacional de que:

1.8.1. a fixação de fator "k" máximo de 2,5 nos certames para contratação de serviços continuados, indiscriminadamente para qualquer categoria profissional, pode levar à majoração indevida de remunerações a serem pagas, conforme verificado no pregão eletrônico 20/2017;

1.8.2. em atenção aos princípios da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em futuras licitações semelhantes, deve ser efetuada avaliação prévia sobre a relação entre o custo total de cada trabalhador e o salário a ser pago a fim de definir no edital o fator "k" máximo admissível, com consideração de todos os custos necessários envolvidos (encargos sociais, insumos, reserva técnica, despesas operacionais/administrativas, lucro, tributos e a própria remuneração) e aceitação de oferta pelos licitantes de proposta com o piso salarial das categorias que se pretende contratar.

RELAÇÃO Nº 2/2018 - 2ª Câmara

Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 821/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso III, do Regimento Interno/TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos (peça 55), em:

a)autorizar a suspensão dos trabalhos em andamento na Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública, decorrente do item 1.6.1 do Acórdão 10.358/2016-TCU-2ª Câmara;

b)fazer a determinação constante do item 1.8;

c)autorizar a juntada da documentação constante da peça 53 do TC 018.442/2013-7, dos Acórdãos 3.607/2016- TCU-2ª Câmara e 10.358/2016-TCU-2ª Câmara, bem como desta deliberação, ao processo de contas de 2016 da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

d)dar ciência deste Acórdão à Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

1. Processo TC-027.051/2016-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 018.442/2013-7 (Representação).

1.2. Responsáveis: Adeyde Maria Viana (529.268.183-00); Alenon de Loyola Fleury Junior (168.274.811-15); Front Propaganda Ltda (01.988.742/0001-30); Maria do Socorro Fernandes Tabosa Mota (379.848.103-20); Paula Bertagni Togni (669.930.831-91).

1.3. Órgão: Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).

1.7. Representação legal: Elísio de Azevedo Freitas (OAB/DF 18.596) e outros.

1.8. Determinar à SecexDefesa que avalie, a partir de análise amostral, o cumprimento dos itens 9.3.2 do Acórdão 3.607/2016-TCU-2ª Câmara e 1.6.1 do Acórdão 10.358/2016-TCU-2ª Câmara no processo de contas de 2016 da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública, de forma a verificar a procedência dos dados e informações prestados pela unidade jurisdicionada por meio do Ofício 330/2017/SE-MJ, de 16/6/2017.

RELAÇÃO Nº 6/2018 - 2ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 822/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.287/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Nevilucia Lacerda Pereira Lemos (CPF 263.215.564-91).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Campina Grande/PB (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 823/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.300/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Aloisio Costa Cerqueira (CPF 006.137.438-57).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Sorocaba/SP (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 824/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.077/2017-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jose Walter Ferreira (CPF 086.676.756-87); Lady Amorim da Silva (CPF 507.141.639-53); Lady Amorim da Silva (CPF 507.141.639-53); Mario Pérsio Medola Mansano (CPF 825.487.148-53) e Viviane Guidi Marodin (CPF 904.505.829-49).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Blumenau/SC (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 825/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de admissão de pessoal em relação ao Sr. Carlos Alberto de Jesus Cardoso (CPF 038.663.755-57), já que houve a cessação do efeito financeiro do respectivo ato, a partir do desligamento do aludido servidor; e considerar legais para fins de registro os demais atos relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com o parecer do Ministério Público junto ao TCU:

1. Processo TC-033.368/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Camila Kanasiro Takeuchi (CPF 726.407.821-34); Claudemir Barbosa da Rocha (CPF 035.114.184-70); Danilo Carrilho Marciano (CPF 376.907.118-20); Danilo Luiz Balbino (CPF 088.399.676-64); Eliel Machado de Matos (CPF 504.288.969-87); Fatima de Lourdes Borges (CPF 043.104.078-89); Felipe Anselmo Maria (CPF 049.611.339-90); Felix Ribeiro da Rocha (CPF 005.570.691-65) e Fernando Jesus Souza (021.775.355-81)

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 826/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.405/2018-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Terezinha Amaral (CPF 554.342.318-72).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Blumenau/SC (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 827/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.416/2018-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Bruna Mortati Santoro (CPF 370.872.938-26) e Maria Cristina Mortati Santoro (CPF 020.219.498-18).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Araraquara/SP (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 828/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.631/2018-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria Andrade Oliveira (CPF 626.809.865-04).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Aracaju/SE (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 829/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.641/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Nabia Cury Martinelli (CPF 799.115.608-72).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Bauru/SP (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900208

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 830/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.110/2009-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Anaides Rodrigues do Nascimento (CPF 214.346.461-49) e Zilda Martins Costa (CPF 093.499.871-04).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA/MMA).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 831/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos a partir do falecimento das interessadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.536/2017-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Aydê de Lima e Silva (CPF 693.008.950-87) e Maria Antônia Heredia Santos (CPF 661.622.460-00).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Porto Alegre/RS (INSS/MPS).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 832/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-031.582/2017-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Hortência Brígido Santiago (CPF 628.053.803-63) e Jardenira da Silva (CPF 833.526.867-34).

1.2. Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan/MinC).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 833/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e na Súmula nº 145 do TCU, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 6.114/2017 prolatado pela 2ª Câmara do TCU, na Sessão Ordinária de 4/7/2017 (Ata nº 23/2017), no que concerne aos seus itens 9.3 e 9.4, mantendo inalterados os demais termos do referido acórdão, além de restituir, em seguida, os autos à SecexEducação, para que dê prosseguimento ao feito, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, de sorte que:

a) onde se lê:

"9.3. determinar à Secretaria de Economia Solidária...;"

leia-se:

"9.3. determinar à Secretaria da Economia da Cultura...;"

b) onde se lê:

"9.4. fixar o prazo de 90 (noventa) dias, contados da ciência desta deliberação, para que a Secretaria de Economia Solidária..."

leia-se:

"9.4. fixar o prazo de 90 (noventa) dias, contados da ciência desta deliberação, para que a Secretaria da Economia da Cultura..."

1. Processo TC-019.446/2014-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013)

1.1. Responsáveis: Cláudia Sousa Leitão (CPF 136.712.353-49); Georgia Haddad Nicolau (CPF 350.443.588-78); Luciana Lima Guilherme (CPF 423.672.123-68); Luiz Antônio Gouveia de Oliveira (CPF 391.210.463-87); Marcos André Rodrigues de Carvalho (CPF 003.131.037-04); Maria Suzete Nunes (CPF 233.944.123-49); Mércia Maria Aquino de Queiroz (CPF 110.485.145-87).

1.2. Órgão: Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura (SEC/MinC).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 834 a 929, a seguir transcritos, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 834/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.290/2013-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Connect Construções e Incorporações Ltda. (36.397.644/0001-02).

4. Entidade: Município de Mendes Pimentel/MG.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Rodrigo Lisbôa Corrêa (OAB/ES 14.588) e outros, representando Connect Construções e Incorporações Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Connect Construções e Incorporações Ltda., contra o Acórdão 2.035/2016-TCU-2ª Câmara, retificado, por inexatidão material, pelo Acórdão 4.261/2016-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1.conhecer do recurso de reconsideração, consoante arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, conceder-lhe provimento parcial, de sorte a dar nova redação ao item 9.2 do Acórdão 2.035/2016-TCU-2ª Câmara:

"9.2. condená-los ao recolhimento à Fundação Nacional de Saúde das importâncias abaixo relacionadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora das respectivas datas até a data do pagamento:

9.2.1. Firmino Gonçalves Nascimento e empresa Connect Construções e Incorporações Ltda., solidariamente, pelo débito:

Data	Valor (R$)
10/12/2004	137.486,03

9.2.2. Firmino Gonçalves Nascimento pelo débito, abatendo-se, na execução, a parcela já ressarcida, nos termos da Súmula TCU 128:

9.2.2.1. Débito:

Data	Valor (R$)
01/03/2005	88.350,69

9.2.2.2. Crédito":

Data	Valor (R$)
21/11/2008	62.585,12

9.2. manter inalterados os demais itens do Acórdão 2.035/2016-TCU-2ª Câmara; e

9.3. dar ciência do presente acórdão à recorrente.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0834-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 835/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 023.049/2013-8.

1.1. Apensos: 000.439/2016-9; 006.727/2012-3; 003.401/2017-0; 010.358/2017-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Procuradoria da República no Estado de Tocantins.

3.2. Responsáveis: Amauri Sousa Lima (239.914.026-53); Construtora Caiapó Ltda. (00.237.518/0001-43); Manoel das Graças Barbosa da Costa (019.511.732-87); Nilton Correa Vieira (072.798.846-87); Paviservice Serviços de Pavimentação Ltda. (01.397.753/0001-45).

3.3. Recorrentes: Paviservice Serviços de Pavimentação Ltda. (01.397.753/0001-45); Manoel das Graças Barbosa da Costa (019.511.732-87).

4. Entidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Tocantins/DNIT/MT.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal:

8.1. Paulo Sérgio Marques (OAB/TO 2.054-B) e outros, representando Manoel das Graças Barbosa da Costa;

8.2. Maurício Brito Passos Silva (OAB/BA 20.770) e outros, representando Paviservice Serviços de Pavimentação Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos por Paviservice Serviços de Pavimentação Ltda. e Manoel das Graças Barbosa da Costa, respectivamente, à época, empresa contratada para execução do Contrato 23-00498/2009 e engenheiro responsável pela fiscalização da referida avença, em face do Acórdão 1.081/2015-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, antes as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração interpostos por Paviservice Serviços de Pavimentação Ltda. e Manoel das Graças Barbosa da Costa para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar conhecimento às entidades interessadas, à Procuradoria da República no Estado de Tocantins e aos recorrentes desta deliberação.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0835-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 836/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 026.136/2010-4.

1.1. Apenso: 008.983/2013-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Recurso de Reconsideração).

3. Recorrente: Estado do Piauí (06.553.481/0001-49).

4. Entidade: Fundo Nacional de Saúde (FNS).

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: não atuou.

8. Representação legal: Cid Carlos Gonçalves Coelho, Procurador do Estado do Piauí (OAB/PI 2.844).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Estado do Piauí, em face do Acórdão 8.569/2017-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer, com fulcro no art. 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, os embargos de declaração opostos pelo Estado do Piauí para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. alertar ao embargante que a oposição de novos embargos com caráter protelatório implicará o recebimento de futuras impugnações a esse título como simples petição, conforme art. 287, § 6º, do RITCU, sem efeito suspensivo, e poderá ensejar a aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil; e

9.3. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0836-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 837/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.303/2010-1.

1.1. Apenso: TC 018.202/2009-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (em Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Roraima.

3.2. Responsáveis: Dirce Duraes Vila Nova (600.156.917-72); Edinar Valente de Andrade (229.247.362-34); M. do Espirito Santo Lima - Eireli (02.043.066/0001-94); Marcos Herbert Felix (301.660.121-49); e Namis Levino da Silva Filho (229.805.552-15).

3.3. Recorrente: M. do Espirito Santo Lima - Eireli (02.043.066/0001-94).

4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado de Roraima.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal:

8.1. Clovis Melo de Araujo (647/OAB-RR), representando Dirce Duraes Vila Nova;

8.2. Sebastião Ernesto Santos dos Anjos (123-B/OAB-RR), representando M. do Espirito Santo Lima - Eireli.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por M. do Espírito Santo Lima - Eireli em face do Acórdão 5.040/2012-TCU-2ª Câmara, que julgou irregulares as contas da recorrente, imputou-lhe o débito apurado nos autos e aplicou multa, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, incisos III, da Lei 8.443/1992, tendo em vista, resumidamente, superfaturamento em contratos de limpeza e pagamento por serviços não prestados.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com base nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los, por inexistir omissão, obscuridade ou contradição a ser corrigida na deliberação recorrida;

9.2. autorizar o pagamento das dívidas imputadas no Acórdão 5.040/2012-TCU-2ª Câmara em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RITCU, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2.1. alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.3. dar ciência deste acórdão à recorrente, aos outros responsáveis, em razão da autorização de parcelamento das dívidas mencionado no subitem 9.2, e também aos demais interessados nos autos.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0837-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 838/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 007.867/2017-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Associação Beneficente Nossa Senhora Santana (13.091.715/0001-49) e Manoel Souza Menezes (021.549.865-87).

4. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde (FNS).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (Secex/SE).

8. Representação legal: José Rollemberg Leite Neto (OAB/DF 23.656).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em desfavor do Sr. Manoel Souza Menezes e da Associação Beneficente Nossa Senhora Santana.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis, dando-lhes quitação;

9.2. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Fundo Nacional de Saúde.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0838-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 839/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.775/2008-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessados: Francisca Lima da Silva (676.406.802-04) e Raimunda Magalhães de Oliveira (417.080.162-87).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil instituída por ex-servidor vinculado à Fundação Universidade do Amazonas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, incisos I e II da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal a pensão civil instituída por José Lopes da Silva em favor de Francisca Lima da Silva e Raimunda Magalhães de Oliveira, negando registro do ato;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pelas beneficiárias até a data da notificação desta deliberação, na forma do Enunciado 106 da Súmula de jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar à Fundação Universidade do Amazonas que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do atos considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, também no prazo de 15 (quinze) dias, livre da irregularidade detectada;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência desta deliberação às interessadas arroladas no item 9.1 *supra*, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. reverta a cota-parte percebida por Raimunda Magalhães de Oliveira em favor de Francisca Lima da Silva;

9.3.4. ajuste o valor do benefício de Francisca Lima da Silva, aplicando a sistemática de cálculo prevista no art. 40, § 7º, I, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela EC 41/2003, c/c Medida Provisória 167, de 19/2/2004, e art. 2º, I, da Lei 10.887/2004;

9.3.5. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, e submeta-o à apreciação do Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do conhecimento da presente deliberação;

9.3.6. no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe a este Tribunal comprovante da data em que as interessadas tomaram conhecimento desta deliberação;

9.4. dar ciência desta deliberação à Fundação Universidade do Amazonas e às interessadas.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0839-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 840/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.359/2012-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração em Recurso de Reconsideração.

3. Recorrente: Jaime de Oliveira Rosa (044.746.785-91).

4. Órgão/Entidade: Município de Piatã/BA.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Ângelo Franco Gomes de Rezende (OAB/BA 16.907) e outros, representando Jaime de Oliveira Rosa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos ao Acórdão 8.482/2017-TCU-2ª Câmara, que conheceu de recurso de reconsideração interposto por Jaime de Oliveira Rosa, ex-Prefeito do Município de Piatã/BA, deu-lhe provimento parcial e reduziu a multa aplicada ao recorrente,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 277 e 287 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer dos embargos e, no mérito, acolhê-los, de forma a integrar o voto que fundamenta a presente deliberação ao Acórdão 8.482/2017-TCU-2ª Câmara; e

9.2. dar ciência deste acórdão ao embargante.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0840-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 841/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 011.288/2012-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (em Pensão Civil)

3. Recorrente: Raquel Falcão de Oliveira Beleza (823.128.692-68).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Amazonas.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR) e Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pela Sra. Raquel Falcão de Oliveira Beleza, contra o Acórdão 3.485/2012-TCU-2ª Câmara, que considerou ilegal a pensão civil instituída em favor da recorrente, ante o entendimento de que concessão da espécie, originalmente prevista no art. 217, inciso II, alínea "b", da Lei 8.112/1990, fora derrogada do regime de previdência dos servidores federais pela combinação das Leis 9.032/1995 e 9.717/1998 (cf. Acórdão 2.515/2011-TCU-Plenário).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame interposto por Raquel Falcão de Oliveira Beleza, para, no mérito, dar a ele provimento parcial para tornar insubsistente o Acórdão 3.485/2012-TCU-2ª Câmara, em relação apenas à recorrente;

9.2. encaminhar os autos ao relator **a quo**, Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, para adoção das medidas pertinentes à reanálise do ato relativo à recorrente, em conformidade com o entendimento firmado no Acórdão 2.376/2015-TCU-Plenário;

9.3. dar ciência desta deliberação à recorrente.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0841-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 842/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.789/2017-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ozeas Simplicio da Silva (058.568.502-97).

4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que apreciam aposentadoria de ex-servidor vinculado ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Paraná,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, inciso III, e na Lei 8.443/1991, art. 1º, V, e 39, I e II, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de interesse de Ozeas Simplicio da Silva e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná que adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação ao interessado no prazo de quinze dias e faça juntar o comprovante de notificação a estes autos nos quinze dias subsequentes;

9.3.2. faça cessar os pagamentos ao interessado no prazo de trinta dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.3. comunique ao interessada o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.3.4. emita, no prazo de trinta dias, novo ato relativo à aposentadoria em exame, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac).

9.4. dar ciência desta decisão ao interessado e ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0842-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 843/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.440/2017-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessados: Isaac Mello de Souza (041.205.602-01) e Maria das Gracas Roiz de Queiroz (412.578.982-72).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Acre.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão civil, instituído pelo ex-servidor Manoel Rozendo de Souza em favor de Maria das Graças Roiz de Queiroz e Isaac Mello de Souza,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e recusar registro ao ato de pensão instituído por Manoel Rozendo de Souza em favor de Maria das Graças Roiz de Queiroz e Isaac Mello de Souza, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União (TCU);

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Acre, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Acre que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos art. 262, **caput**, do Regimento Interno do TCU, 8º, **caput**, da Resolução-TCU 206/2007 e 15, **caput**, da Instrução Normativa-TCU 55/2007;

9.3.2. emita novo ato, livre das irregularidades indicadas, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

9.3.3. ajuste o valor do benefício, aplicando a sistemática de cálculo prevista na EC 70/2012, com paridade;

9.3.4. comunique aos interessados o teor desta decisão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.3.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que os interessados, cujo ato foi impugnado, estão cientes do julgamento deste Tribunal;

9.4. Determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações especificadas no item 9.3 e subitens da presente deliberação.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0843-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 844/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.350/2017-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Maria Lucia Moreira da Costa (016.125.654-68); Maria das Graças Melo de Araujo (111.639.504-59); e Maria do Rosário Matos Rodrigues (230.872.934-15).

4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam as aposentadorias de Maria Lucia Moreira da Costa, Maria das Graças Melo de Araujo e Maria do Rosário Matos Rodrigues,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/1992, e art. 260 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar legal e ordenar o registro do ato inicial de Maria das Graças Melo Araujo e dos atos de interesse de Maria do Rosário Matos Rodrigues e Maria Lucia Moreira da Costa;

9.2. considerar ilegal e recusar o registro do ato de alteração de aposentadoria de Maria das Graças Melo de Araujo;

9.3. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data de ciência pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte desta deliberação, com fundamento no Enunciado de Súmula 106 da jurisprudência do TCU;

9.4. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte que:

9.4.1 exclua da estrutura de proventos das interessadas elencadas no subitem 9.1 a parcela impugnada, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, do RI TCU, 8º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

9.4.2. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato listado no subitem 9.2, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa TCU 55/2007;

9.4.3. emita novo ato para Maria das Graças Melo de Araujo, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa TCU 55/2007;

9.4.4. informe às interessadas o teor deste acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência pelas interessadas, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução TCU 170/2004, alertando-as de que o não provimento de eventuais recursos não as exime da devolução de valores indevidamente recebidos após a ciência do presente acórdão;

9.5. dar ciência desta deliberação ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0844-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 845/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.930/2017-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Adesilva Matias da Silva (141.142.594-49); Alírio Batista de Souza (005.721.954-00); Francisco de Assis de Albuquerque Silva (058.823.704-34).

4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam as aposentadorias de Adesilva Matias da Silva, Alírio Batista de Souza e Francisco de Assis de Albuquerque Silva,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/1992, e art. 260 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar legal e ordenar o registro dos atos de Francisco de Assis de Albuquerque Silva e Alírio Matias da Silva;

9.2. considerar ilegal e recusar o registro do ato de Adesilva Matias da Silva;

9.3. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data de ciência pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba desta deliberação, com fundamento no Enunciado de Súmula 106 da jurisprudência do TCU;

9.4. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba que:

9.4.1 exclua da estrutura de proventos dos interessados elencadas no subitem 9.1 a parcela impugnada, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, do RI TCU, 8º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

9.4.2. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato listado no subitem 9.2, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa TCU 55/2007;

9.4.3. emita novo ato para Adesilva Matias da Silva, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa TCU 55/2007;

9.4.4. informe aos interessados o teor deste acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência pelos interessados, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução TCU 170/2004, alertando-os de que o não provimento de eventuais recursos não os exime da devolução de valores indevidamente recebidos após a ciência do presente acórdão;

9.5. dar ciência desta deliberação ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0845-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 846/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.931/2017-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados: Giselda Maria Silva dos Santos (154.401.414-72); Maria da Guia Ferreira Germano (094.335.464-15) e Maria do Socorro Soares (132.392.604-68).

4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de aposentadorias de Giselda Maria Silva dos Santos (154.401.414-72); Maria da Guia Ferreira Germano (094.335.464-15) e Maria do Socorro Soares (132.392.604-68),

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/1992, e art. 260 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegais e recusar o registro dos atos de aposentadoria de Giselda Maria Silva dos Santos (154.401.414-72); Maria da Guia Ferreira Germano (094.335.464-15) e Maria do Socorro Soares (132.392.604-68);

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data de ciência pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba desta deliberação, com fundamento no Enunciado de Súmula 106 da jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba que:

9.3.1. cesse os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, do RI TCU, 8º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

9.3.2. informe às interessadas o teor deste acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência pelas interessadas, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução TCU 170/2004;

9.3.3. emita novos atos livres da irregularidade apontada, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, *caput* e § 1º, da Instrução Normativa-TCU 55/2007;

9.3.4. exclua a rubrica Siape "82898 DIFERENCA INDIVIDUAL L.12998";

9.4. dar ciência desta deliberação ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba e às interessadas.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0846-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 847/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.932/2017-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessadas: Maria Salete de Medeiros Santos (071.361.614-87) e Sarah Pinheiro de Almeida (109.100.347-53).

4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de aposentadorias de Maria Salete de Medeiros Santos (071.361.614-87) e Sarah Pinheiro de Almeida (109.100.347-53),

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/1992, e art. 260 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar legal e autorizar o respectivo registro do ato de aposentadoria da inativa Maria Salete de Medeiros Santos;

9.2. considerar ilegal e recusar o registro do ato de aposentadoria da inativa Sarah Pinheiro de Almeida;

9.3. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data de ciência pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba desta deliberação, com fundamento no Enunciado de Súmula 106 da jurisprudência do TCU;

9.4. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba que:

9.4.1. cesse os pagamentos decorrentes dos ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, do RI TCU, 8º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

9.4.2. informe às interessadas o teor deste acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência pelas interessadas, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução TCU 170/2004;

9.4.3. emita novo ato para Sarah Pinheiro de Almeida, livre da irregularidade apontada, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, *caput* e § 1º, da Instrução Normativa-TCU 55/2007;

9.4.4. exclua a rubrica Siape "82898 DIFERENCA INDIVIDUAL L.12998" do ato de interesse de Sarah Pinheiro de Almeida;

9.5. dar ciência desta deliberação ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba e às interessadas.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0847-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 848/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.937/2017-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Irandir Maria Bezerra de Souza Faria (033.738.004-04) e Laire Rosado Filho (011.804.014-68).

4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam as aposentadorias de Irandir Maria Bezerra de Souza Faria (033.738.004-04) e Laire Rosado Filho,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/1992, e art. 260 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar legal e ordenar o registro dos atos iniciais de aposentadoria de Irandir Maria Bezerra de Souza Faria (033.738.004-04) e Laire Rosado Filho;

9.2. considerar ilegal e recusar o registro do ato de alteração de aposentadoria de Irandir Maria Bezerra de Souza Faria;

9.3. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data de ciência pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte desta deliberação, com fundamento no Enunciado de Súmula 106 da jurisprudência do TCU;

9.4. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte que:

9.4.1 exclua da estrutura de proventos dos interessados elencados no subitem 9.1 a parcela impugnada, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, do RI TCU, 8º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

9.4.2. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato listado no subitem 9.2, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa TCU 55/2007;

9.4.3. emita novo ato para Irandir Maria Bezerra de Souza Faria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), no prazo de trinta dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa TCU 55/2007;

9.4.4. informe aos interessados o teor deste acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência pelos interessados, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução TCU 170/2004, alertando-os de que o não provimento de eventuais recursos não os exime da devolução de valores indevidamente recebidos após a ciência do presente acórdão;

9.5. dar ciência desta deliberação ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0848-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 849/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.347/2016-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Recorrente: Aidarê Guerra Machado (224.528.771-15).

4. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto por Aidarê Guerra Machado contra o decidido no Acórdão nº 2.903/2017 - TCU - 2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no artigo 48 da Lei nº 8.443/92, c/c o artigo 286 do RI/TCU, Resolução TCU nº 206/2007, art. 6º, § 1º, incisos I e II, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento para considerar legal o ato de aposentadoria da Sra. Aidarê Guerra Machado e determinar seu registro tornando insubsistente o Acórdão questionado;

9.2. determinar que seja dada ciência desta deliberação ao Supremo Tribunal Federal e à interessada.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0849-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 850/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.840/2016-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VI - Representação

3. Representante/Interessados/Responsáveis:

3.1. Representante: Subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.

4. Órgão/Entidade: Senado Federal (vinculador).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de representação versando sobre a possível ocorrência de pagamento ilegal de Vantagem Pessoal Não Identificada (VPNI) oriunda de quintos, mesmo após o veto ao art. 3º da Lei 13.302/2016, o qual dispunha que os atos concessivos da vantagem de que tratam os arts. 62 e 193 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o art. 3º da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, praticados até a data de publicação da referida Lei 13.302/2016 e relativos à ocupação de cargos em comissão ou funções de confiança até a data do encerramento de sua vigência, relativamente aos servidores do Senado Federal investidos em funções comissionadas vinculadas à investidura e inerentes a cargos efetivos ou condicionadas ao efetivo exercício em lotações específicas, independentemente de ato de designação ou nomeação, seriam convalidados, e mantidos os seus efeitos financeiros, observado o disposto no art. 15 da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, e no art. 62-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900212

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em

9.1. conhecer da presente representação, porquanto satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes dos arts. 234, 235 e 237, inciso IV, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.2. sobrestar o presente processo até o trânsito em julgado do processo TC-019.100/2009-4, em que também será avaliado e discutido o resultado do RE 638.115/CE - STF;

9.3. encaminhar cópia desta decisão ao relator do processo TC-019.100/2009-4; e

9.4. dar ciência desta deliberação ao representante.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0850-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 851/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.281/2017-7

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Adriana Baptista da Fonseca Pereira (CPF 287.463.078-00), Bruno Eduardo de Souza (CPF 364.175.458-57), Daiane Caroline de Ponte Martini (CPF 384.466.028-30), Edward Tiyudi Saiki (CPF 263.486.978-94) e Elaine Batista da Silva (CPF 095.619.818-07).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo/Interior - DR/SPI.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que cuidam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT em São Paulo/Interior - DR/SPI.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT em São Paulo/Interior - DR/SPI que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0851-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 852/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.282/2017-3

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Fábio Leandro da Silva (CPF 164.499.628-60), Joeli Liana Esteves (CPF 294.283.388-26), José Francisco de Oliveira Bordini (CPF 366.411.258-07), Juliano Andrade Rodrigues (CPF 359.770.838-23) e Kelli Cristieni de Oliveira (CPF 285.008.188-40).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo/Interior - DR/SPI.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que cuidam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT em São Paulo/Interior - DR/SPI.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT em São Paulo/Interior - DR/SPI que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0852-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 853/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.287/2017-5

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Fábio Pimentel de Freitas (CPF 029.843.941-78), Fernanda de Oliveira Fernandes (CPF 042.182.653-30), Flábia dos Santos Veras (CPF 953.696.941-68), Jeanny Pereira da Silva (CPF 986.695.401-34) e Jordana Larine Silva Miranda (CPF 027.222.521-55).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Tocantins - DR/TO.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT no Tocantins.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT no Tocantins que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0853-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 854/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.289/2017-8

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Lucimar Pereira Martins de Andrade (CPF 914.689.731-34), Luiz Carlos de Santana Gomes (CPF 010.603.141-42), Luiz Gustavo de Carvalho Coelho (CPF 049.721.766-01), Marques Silva Fonseca (CPF 834.862.672-72) e Nilton de Oliveira Piauilino (CPF 857.215.301-20).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Tocantins - DR/TO.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que cuidam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT no Tocantins.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT no Tocantins que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0854-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 855/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.292/2017-9

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Abel Dias Silva (CPF 131.758.718-95), Adriana Baião Paes Landim Oliveira (CPF 309.273.688-54), Adriana Vieira da Silva (CPF 308.538.768-43), Alex Sandro Guimarães da Silva (CPF 221.984.888-41) e Aline da Silva Rodrigues (CPF 374.785.938-01).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo - DR/SP.

5. Relatora: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT em São Paulo.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT em São Paulo que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito seus atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0855-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 856/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.296/2017-4

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Daiane Santana Nunciatto (CPF 215.517.718-61), Daniel Marcelo Zanin (CPF 281.109.718-06), Daniela Balbino Moura Kato (CPF 325.199.128-04), Daniela Neves Sena Sousa Castro (CPF 281.990.458-09) e Daniela Ramalho Rezende Cabrera (CPF 335.934.878-88).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo - DR/SP.

5. Relatora: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT em São Paulo.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT em São Paulo que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito seus atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0856-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 857/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.297/2017-0

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Danielle Anhaia Negrelli (CPF 312.274.448-18), Debora Cristiane da Silva dos Santos (CPF 301.718.598-20), Débora Cristina Oliveira Souza (CPF 142.882.988-14), Décio Couto Moreira (CPF 249.263.458-20), Diego Francisco da Silva de Oliveira (CPF 391.726.388-26).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo - DR/SP.

5. Relatora: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT em São Paulo.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT em São Paulo que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0857-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 858/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.300/2017-1

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Fábio Futema (CPF 148.814.888-05), Flávia Elisa Jovanelli Moreira (CPF 037.413.281-03), Flávia Jane Erli Rodrigues de Carvalho (CPF 055.775.844-00), Flávio Henrique Cuono Flocke Silva (CPF 379.716.838-12) e Francine Ribas Peralta (CPF 382.496.218-75).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo - DR/SP.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que cuidam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT em São Paulo.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT em São Paulo que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0858-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 859/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.307/2017-6

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Pedro Henrique de Franca Herrera (CPF 319.597.528-98), Potira de Lima Requena (CPF 329.030.728-09), Priscila Carolina Ferreira Nascimento (CPF 311.660.098-82), Rafael Bucciardi Esteves (CPF 339.239.058-58) e Ramona Vasconcelos Ferreira (CPF 366.336.108-07).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo - DR/SP.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que cuidam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT em São Paulo - DR/SP.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT em São Paulo - DR/SP que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0859-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 860/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.311/2017-3

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Vitor Augusto dos Santos Costa (CPF 349.913.728-36), Viviane de Britto Souza Bomfim (CPF 184.641.648-58), Vladimir de Souza Vasconcelos (CPF 142.604.488-70), Weslley Campos Coelho (CPF 366.585.228-55) e Wilton Jose Beluci Júnior (CPF 387.409.218-67).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo - DR/SP.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que cuidam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT em São Paulo.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT em São Paulo que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0860-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 861/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.330/2017-8

2. Grupo I - Classe IV - Atos de admissão.

3. Interessados: Gildásio Oliveira Neto (CPF 042.785.435-06), Givanildo Oliveira Leite (CPF 940.961.555-00), Gledson de Oliveira Silva (CPF 997.290.165-34), Hélio Luiz das Virgens Dias (CPF 056.252.125-97) e Henrique Alves dos Santos (CPF 037.413.495-26).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT na Bahia - DR/BA.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que cuidam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT na Bahia.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT na Bahia que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0861-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 862/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.334/2017-3

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Jhonata dos Santos Silva (CPF 038.857.975-77), Joadson dos Santos Vieira (CPF 051.166.905-47), Joedmo Sacramento de Lima (CPF 900.801.305-34), John Lenon Alves da Silva (CPF 839.349.445-15) e Jonathan Marques Pereira (CPF 840.827.635-20).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT na Bahia - DR/BA.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT na Bahia.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT na Bahia que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0862-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 863/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.340/2017-3

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Luís Antônio Santos Oliveira (CPF 893.731.705-20), Luís Carlos Souza Ribeiro Silva (CPF 004.130.195-19), Luiz Augusto de Almeida Garcia (CPF 650.284.495-20), Luíze Cristine de Oliveira (CPF 800.470.505-78) e Mailton Pedroza de Andrade (CPF 037.922.644-80).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT na Bahia - DR/BA.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que cuidam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT na Bahia.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT na Bahia que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0863-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 864/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.344/2017-9

2. Grupo I - Classe IV - Atos de admissão.

3. Interessados: Maria Aparecida Silva Caires (CPF 037.877.935-42), Marília Machado dos Santos (CPF 033.498.525-05), Marivaldo de Almeida Costa (CPF 002.114.845-71), Marta Santana de Andrade (CPF 024.660.195-74) e Maurício Valdeir Lima (CPF 030.267.835-28).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT na Bahia - DR/BA.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que cuidam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT na Bahia.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT na Bahia que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0864-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 865/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.350/2017-9

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Rodrigo Pedreira de Farias (CPF 004.773.345-47), Rodrigo da Cunha e Silva (CPF 031.746.985-10), Ronald Pinto da Conceição (CPF 020.026.855-41), Rondinele Nunes de Oliveira (CPF 010.114.695-70) e Ronimar Silva Pereira (CPF 051.019.435-41).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT na Bahia - DR/BA.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que cuidam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT na Bahia - DR/BA.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT na Bahia - DR/BA que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0865-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 866/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.355/2017-0

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Adriano Ruzanski (CPF 067.169.519-38), Ailton Francisco de Salles (CPF 738.712.149-49), Alan Júnior Santos Borges (CPF 070.931.649-60), Alessandro Júnior de Souza (CPF 035.925.699-61) e Alex Nesi (CPF 051.249.689-74).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Paraná - DR/PR.

5. Relatora: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT no Paraná.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT no Paraná que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0866-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 867/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.356/2017-7

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Alexandre Souza Campos (CPF 016.533.789-30), Anderson da Silva Rocha (CPF 039.014.509-20), André Manfio Maia (CPF 215.192.398-31), Andréia Carbonar (CPF 034.151.629-58) e Blondy Louise Voida (CPF 009.657.119-51).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Paraná - DR/PR.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT no Paraná.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT no Paraná que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0867-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 868/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.361/2017-0

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Izabel Cristina Aiko Nakano (CPF 566.236.079-00), Jaques Ortigara Reis (CPF 010.258.529-66), Jean Fernando Strassacapa (CPF 078.945.069-07), Jéssica Nayara Ferraz Farias (CPF 080.681.979-07) e Jhonata Nogueira (CPF 063.690.639-67).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Paraná - DR/PR.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT no Paraná.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT no Paraná que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0868-06/18-2.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900215

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 869/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.365/2017-6

2. Grupo I - Classe IV- Atos de Admissão.

3. Interessados: Paulo Rogério Barchik Júnior (CPF 009.470.479-13), Paulo de Souza Bonfim (CPF 041.301.869-57), Roderson Bazzanella (CPF 057.201.139-32), Rodrigo Mologni Cândido (CPF 061.885.379-08) e Rodrigo da Silva Pacheco (CPF 027.198.919-08).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Paraná - DR/PR.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que cuidam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT no Paraná.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT no Paraná que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0869-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 870/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.373/2017-9

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Selene da Silva Correia (CPF 399.765.408-50), Silmara Correia Kassab (CPF 336.757.548-80) e Vinícius Menezes Barbosa (CPF 020.919.491-08).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Mato Grosso do Sul - DR/MS.

5. Relatora: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT no Mato Grosso do Sul.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT no Mato Grosso do Sul que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0870-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 871/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.376/2017-8.

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Joarlete Silva Amorim (CPF 997.706.953-00), Leandro Fernandes Freitas (CPF 961.616.393-00), Luciano Soares da Silva (CPF 816.321.343-49), Marcelo Rodrigues dos Santos Pires (CPF 600.225.303-39) e Márcio Silva de Carvalho (CPF 024.485.203-05).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Maranhão - DR/MA.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que cuidam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT no Maranhão.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT no Maranhão que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0871-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 872/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.380/2017-5

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Patrícia Modanez (CPF 978.795.091-00), Renato Marques Ribeiro (CPF 030.541.866-10), Romário Costa Gomes (CPF 013.926.631-30), Rubens Morais de Oliveira (CPF 037.697.761-27) e Sérgio Faleiro de Araújo (CPF 868.997.911-53).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT em Goiás - DR/GO.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que cuidam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT em Goiás.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT em Goiás que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0872-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 873/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.382/2017-8

2. Grupo I - Classe IV - Atos de admissão.

3. Interessados: Adelman Correa Lima (CPF 030.287.096-27), Álamo José (CPF 090.371.696-86), Alexandre Andrade Vogel (CPF 108.029.576-33), Aline Dantas Ferreira (CPF 090.626.046-92) e Amanda da Silva Souza (CPF 092.884.806-09).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT Em Minas Gerais - DR/MG.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que cuidam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0873-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 874/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.385/2017-7

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Christofferson Assunção Guimarães (CPF 058.179.736-18), Cláudio José da Silva (CPF 001.509.796-06), Danilo do Nascimento Henrique (CPF 095.025.196-80), Darlan Júnio dos Santos Ribeiro (CPF 087.507.036-17) e Deiber Diwesbei Lima Medeiros (CPF: 079.850.946-52).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais - DR/MG.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que cuidam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais - DR/MG.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais - DR/MG que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0874-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900216

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 875/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.386/2017-3

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Diego Mendes de Barbuda (CPF 112.607.406-33), Diego de Sousa Gonçalves (CPF 083.241.366-65), Éberton Jesus da Silva (CPF 071.671.736-06), Edenir Alves da Rocha (CPF 945.492.226-20) e Eduardo Espíndula Bettoni (CPF 075.996.466-12).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais - DR/MG.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0875-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 876/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.390/2017-0

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Helton Gonçalves Ferreira (CPF 077.870.326-69), Hugo Augusto Tomelin (CPF 372.662.148-23), Igor José Freitas Marques (CPF 091.603.436-48), Isabelle Schmidt Duarte Lima (CPF 107.318.166-92) e Jaciany Francisca Marques da Silva (CPF 097.842.836-62).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais - DR/MG.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0876-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 877/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.393/2017-0

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Lucas Tiago da Silveira (CPF 062.901.376-46), Luciana Mendes Soares Silva (CPF 064.495.956-80), Luiz Gildo de Carvalho (CPF 588.042.346-87), Luiz Henrique Ribeiro (CPF 066.038.246-63) e Luiz Márcio Moreira da Silva (CPF 009.307.306-23).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais - DR/MG.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0877-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 878/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.395/2017-2

2. Grupo I - Classe IV- Atos de Admissão.

3. Interessados: Marcos Aparecido Damaceno Gomes (CPF 793.707.051-04), Marcos José Ferreira (CPF 041.556.286-43), Marcos Paulo Abreu (CPF 015.897.386-08), Nilson Ferreira dos Santos (CPF 963.013.766-68) e Nivaldo Nascimento Nunes Barbosa (CPF 097.727.126-95).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais - DR/MG.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que cuidam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0878-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 879/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.397/2017-5

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Raquel Alves Ribeiro (CPF 082.321.796-51), Reginaldo dos Reis Miguel (CPF 094.393.176-20), Ricardo Rodrigues da Silva (CPF 437.194.656-91), Robert Goncalves Nascimento (CPF 101.884.136-93) e Rodrigo Mendes Leal (CPF 103.338.856-43).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais - DR/MG.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que cuidam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0879-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 880/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.402/2017-9

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Vladimir de Freitas Pereira (CPF 708.645.196-72), Vladson Fernandes Xisto (CPF 107.561.646-80), Walace de Sousa Rezende (CPF 112.092.546-03), Wanderson Gonçalves Barbosa (CPF 110.450.986-55) e Weder Teodolino Pereira (CPF 050.651.226-60).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais - DR/MG.

5. Relatora: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0880-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900217

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 881/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.405/2017-8

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Alexandre Francisco Lourenço da Silva Aquino (CPF 086.785.874-58), Alexsanderson Jackson Gurgel Lira (CPF 050.314.034-11), Andriewer Ferreira da Silva (CPF 061.953.664-04), Carla Adriana Souza da Silva (CPF 045.621.384-83) e Carolina Mithie de Oliveira Tani (CPF 038.501.994-79).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Norte - DR/RN.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que cuidam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Norte.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Norte que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0881-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 882/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.409/2017-3

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: José Gutemberg Carneiro Júnior (CPF 035.927.264-98), José Tázio de Oliveira (CPF 060.706.754-36), Manoel Messias Elvidio de Morais (CPF 060.428.344-01), Marcos Cristiano da Costa (CPF 073.999.004-77) e Maria Aparecida Paulo da Silva (CPF 310.086.188-45).

4. Unidade: Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT no Rio Grande do Norte - DR/RN.

5. Relatora: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que cuidam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Norte.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Norte que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0882-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 883/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.414/2017-7

2. Grupo I - Classe IV - Atos de Admissão.

3. Interessados: Yuri Duarte da Silva (CPF 072.296.694-64) e Victor Hugo Leopoldino Pedrosa (CPF 838.957.364-49).

4. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Norte - DR/RN.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que cuidam de atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Norte.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Norte que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92.2013.5.10.0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região (15ª vara), e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados, torne sem efeito os atos de admissão nos quadros da entidade e providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. cientifique os interessados desta deliberação e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, os comprovantes de ciência.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0883-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 884/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 000.569/2014-3

1.1. Apenso: TC 014.270/2016-1

2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (Representação).

3. Recorrentes: Ana Hérica Oliveira Rangel da Luz (CPF 455.297.953-15), Analeda Neves Sampaio (CPF 375.362.224-91), Francisco das Chagas dos Santos (CPF 793.766.903-97) e Josam Freire da Rocha (CPF 891.858.033-91).

4. Unidades: município de Jardim/CE e Fundo Nacional de Saúde - FNS.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: Ícaro Davi Tavares Monteiro (OAB/CE 27.039) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes pedidos de reexames, interpostos por Analeda Neves Sampaio, Ana Hérica Oliveira Rangel da Luz, Francisco das Chagas dos Santos e Josam Freire da Rocha contra o acórdão 1.126/2017 - 2ª Câmara, que imputou multa aos recorrentes.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32 e 48 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 286 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame e negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Ceará; e

9.3. arquivar o processo.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0884-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 885/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 002.652/2013-7

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Casa Universo Distribuidora Ltda. - ME (CNPJ 00.195.716/0001-91), José Clésio Viana (CPF 598.920.486-87) e José João de Figueiró Oliveira (CPF 405.078.746-68).

4. Unidade: município de Francisco Badaró/MG.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais - Secex/MG.

8. Representação legal:

8.1. Paulo Ester Gomes Neiva (OAB/MG 84.899) representando José João de Figueiró Oliveira;

8.2. Oscar Diniz Rezende (OAB/MG 33.404) representando José Clésio Viana.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa contra José Clésio Viana, ex-prefeito de Francisco Badaró/MG, em decorrência da não execução do objeto do Convênio 1.800/2002, destinado à construção de 381 módulos sanitários naquela municipalidade.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alíneas "b" e "c" e §§ 1º e 2º, 19, 23, inciso III, 26, 28, inciso II, 57 e 58 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar revel a Casa Universo Distribuidora Ltda. - ME;

9.2. rejeitar as alegações de José Clésio Viana e José João de Figueiró Oliveira;

9.3. julgar irregulares as contas de José Clésio Viana, José João de Figueiró Oliveira e Casa Universo Distribuidora Ltda. - ME;

9.4. condená-los ao recolhimento aos cofres da Fundação Nacional de Saúde dos valores a seguir discriminados, atualizados monetariamente e acrescidos de encargos legais das datas indicadas até a data do pagamento:

9.4.1. José Clésio Viana e José João de Figueiró Oliveira, solidariamente:

Valor histórico (R$)	Data da ocorrência	Débito / Crédito
252.989,67	31/12/2003	Débito
189.742,50	02/07/2004	Débito

9.4.2. José Clésio Viana, José João de Figueiró Oliveira e Casa Universo Distribuidora Ltda. - ME, solidariamente:

Valor histórico (R$)	Data da ocorrência
236.218,19	10/09/2004

9.5. aplicar a José Clésio Viana e José João de Figueiró Oliveira multas individuais de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.6. aplicar a José Clésio Viana multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.7. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.8. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.9. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.10. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.11. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.12. remeter cópia deste acórdão ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0885-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 886/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 003.150/2013-5

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: José Bispo Santos (CPF 172.064.645-72).

4. Unidades: município de Una/BA e Fundo Nacional de Saúde - FNS.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: Vladimir Soares Santos (OAB/BA 40.043) e outros representando José Bispo Santos.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração, interposto por José Bispo Santos contra o acórdão 12.793/2016 - 2ª Câmara, que tratou de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pela relatora, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração e negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, aos demais comunicados do acórdão recorrido e ao Juízo da 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Ilhéus, em que tramita o processo n° 0002776-76.2012.4.01.3301.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0886-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 887/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 016.903/2017-0

2. Grupo II - Classe IV - Atos de Admissão

3. Interessada: Valéria Mourthe de Oliveira (CPF 729.078.866-49).

4. Unidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este ato de admissão da Diretoria Regional da Bahia da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT/BA.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 259 a 263 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar legal o ato de admissão de Valéria Mourthe de Oliveira e registrá-lo;

9.2. arquivar este processo.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0887-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 888/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 022.990/2015-1

2. Grupo I - Classe VI - Representação.

3. Interessado: Elias Matos (CPF 417.590.609-68).

4. Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Representação legal: André Chateaubriand Bandeira de Melo (OAB-SC 11.380).

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta representação acerca da acumulação de cargos públicos por servidor da Universidade Federal de Santa Catarina.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 235, 237, inciso VI, e 250, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal, em:

9.1. conhecer da representação e considerá-la improcedente;

9.2. dar ciência desta deliberação ao interessado, à Universidade Federal de Santa Catarina e ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; e

9.3. arquivar os autos.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0888-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 889/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.246/2017-7

2. Grupo I - Classe VI - Representação.

3. Representante: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. (CNPJ 05.340.639/0001-30).

4. Unidade: Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro - SR/PF/RJ.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro - Secex/RJ.

8. Representação legal: Anselmo da Silva Ribas (OAB-SP 193.321).

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta representação da Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. sobre supostas irregularidades cometidas pela Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro - SR/PF/RJ na condução do pregão eletrônico 5/2017, cujo objeto foi a contratação de serviços continuados de administração, gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com base no art. 237, inciso VII, do Regimento Interno c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em:

9.1. conhecer da representação e considerá-la parcialmente procedente;

9.2. indeferir o pedido de medida cautelar da Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.;

9.3. dar ciência à SR/PF/RJ de que é irregular a supressão de exigências editalícias sem republicação do instrumento convocatório com nova contagem de prazo;

9.4. comunicar esta deliberação à representante, à SR/PF/RJ e à Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública;

9.5. arquivar os autos.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0889-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 890/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 035.017/2014-7

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Valdeci César Meneses (CPF 062.138.713-49), Geobra - Empreendimentos e Construções Ltda. - ME (CNPJ 04.028.456/0001-10) e Transamérica Empreendimentos e Construções Ltda. - ME (CNPJ 02.616.246/0001-18).

4. Unidades: município de Senador Alexandre Costa/MA e Fundação Nacional de Saúde - Funasa.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pela Superintendência Estadual do Maranhão da Fundação Nacional de Saúde em razão da inexecução parcial dos objetos dos convênios 1.104/2001 e 1.259/1997, destinados, respectivamente, à execução de melhorias sanitárias domiciliares e de sistema de abastecimento de água.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alínea "c", 19, 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 202, § 6º, 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. excluir da relação processual as empresas Geobra - Empreendimentos e Construções Ltda. - ME e Transamérica Empreendimentos e Construções Ltda. - ME;

9.2. julgar irregulares as contas de Valdeci César Meneses;

9.3. condená-lo ao recolhimento aos cofres da Fundação Nacional de Saúde das quantias a seguir indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir das datas respectivas até a data do pagamento:

Data Ocorrência	Valor Histórico (R$)
27/5/2002	128.552,78
17/4/1998	2.920,50

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento da dívida acima imputada;

9.5. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas a notificação;

9.6. autorizar o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.8. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. dar ciência deste acórdão ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0890-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 891/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 000.497/2015-0.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Carla de Souza Marques (CPF 031.636.674-90); Domingos Sávio da Costa Torres (CPF 138.098.304-53); Geraldo Lima Bentes (CPF 079.333.124-20); Manoelina Pereira Medrado (CPF 813.428.531-72); Maria José Rodrigues Froes (CPF 202.163.439-68); Mario Augusto Lopes Moysés (CPF 953.055.648-91).

4. Entidade: Município de Tuparetama - PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

8. Representação legal:

8.1. Clênio Tadeu de Oliveira França (29.053/OAB-PE) e outros, representando Domingos Sávio da Costa Torres;

8.2. Pedro Estevam Alves Pinto Serrano (90.846/OAB-SP) e outros, representando Mario Augusto Lopes Moysés.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor de Domingos Sávio da Costa Torres, como então prefeito de Tuparetama - PE (gestão: 2009-2012), diante da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais aportados pelo Convênio nº 142/2009 (Siconv 703215) para o apoio à realização da "Tupã Folia 2009", tendo a vigência do aludido ajuste sido fixada para o período de 23/4 a 30/6/2009 sob o valor total de R$ 210.000,00, com R$ 200.000,00 à conta do concedente e R$ 10.000,00 a título de contrapartida do convenente;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Geraldo Lima Bentes, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. excluir a responsabilidade da Sra. Helenize Fernandes na presente relação processual;

9.3. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Mário Augusto Lopes Moysés, para lhe aplicar a multa legal indicada no item 9.9 deste Acórdão, deixando, contudo, de promover o julgamento das suas contas, já que não atuou na gestão dos correspondentes recursos federais;

9.4. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelas Sras. Carla de Souza Marques, Maria José Rodrigues Fróes e Manoelina Pereira Medrado, para lhes aplicar a multa legal indicada no item 9.11 deste Acórdão, deixando, contudo, de promover o julgamento das suas contas, já que não atuaram na gestão dos correspondentes recursos federais;

9.5. rejeitar as alegações de defesa e as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Domingos Sávio da Costa Torres;

9.6. julgar irregulares as contas do Sr. Domingos Sávio da Costa Torres, com fundamento no art. 16, III, alíneas "b" e "c", da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento do débito pela quantia de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados desde 13/5/2009 até a data da efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento do débito aos cofres do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, a importância de R$ 57,62 (cinquenta e sete reais e sessenta e dois centavos) ressarcida no dia 3/12/2010;

9.7. aplicar ao Sr. Domingos Sávio da Costa Torres a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.8. aplicar a multa prevista no art. 58, II, da Lei nº 8.443, de 1992, em desfavor do Sr. Domingos Sávio da Costa Torres, sob o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.9. aplicar a multa prevista no art. 58, II e III, da Lei nº 8.443, de 1992, em desfavor do Sr. Mário Augusto Lopes Moysés, sob o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.10. aplicar a multa prevista no art. 58, II e III, da Lei nº 8.443, de 1992, em desfavor do Sr. Geraldo Lima Bentes, sob o valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor, deixando, contudo, de promover o julgamento das suas contas, já que não atuou na gestão dos correspondentes recursos federais;

9.11. aplicar a multa prevista no art. 58, II e III, da Lei nº 8.443, de 1992, em desfavor das Sras. Carla de Souza Marques, Maria José Rodrigues Fróes e Manoelina Pereira Medrado, individualmente, sob o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.12. determinar que, em conjunto com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ministério do Turismo adote as medidas cabíveis para promover o desconto em folha das dívidas constantes deste Acórdão, nos termos do art. 28, I, da Lei nº 8.443, de 1992, em desfavor dos Srs. Mário Augusto Lopes Moysés e Geraldo Lima Bentes e das Sras. Carla de Souza Marques, Maria José Rodrigues Fróes e Manoelina Pereira Medrado, no caso da eventual manutenção de vínculo atual como servidores federais regidos pela Lei nº 8.112, de 1990, em face do eventual não atendimento às notificações para o recolhimento das referidas dívidas;

9.13. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.14. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas as notificações; e

9.15. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações penais e civis cabíveis.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0891-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 892/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.151/2015-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: José Elias Macena de Lima (CPF 440.891.204-20).

4. Entidade: Município de Calçado - PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (Secex/AL).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor do Sr. José Elias Macena de Lima, como ex-prefeito de Calçado - PE (gestões: 2009/2012 e 2013/2016), diante da total impugnação dos dispêndios inerentes ao Convênio 946/2010 destinado ao apoio à realização das "Festas Juninas Calçado", tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período de 19/6/2010 a 7/8/2011, com a previsão do aporte de recursos federais na ordem de R$ 100.000,00 à conta do concedente, além de R$ 5.000,00 a título de contrapartida do convenente, perfazendo o total de R$ 105.000,00;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões apresentadas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. José Elias Macena de Lima, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. José Elias Macena de Lima, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "b", e 19, parágrafo único, da Lei nº 8.443, de 1992, para lhe aplicar a multa prevista no art. 58, I e II, da mesma lei, sob o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.3 . autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento da dívida constante deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida constante deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendida as notificação;

9.5. determinar que a unidade técnica promova o envio de cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, ao Ministério Público do Estado de Pernambuco e ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, além da Câmara Municipal de Calçado - PE, para ciência e adoção das providências cabíveis em face de todo o estranho procedimento de voluntário recolhimento do débito com os recursos públicos do aludido município, a despeito de a responsabilidade pela eventual reparação do dano ao erário competir efetiva e pessoalmente aos gestores dos recursos públicos, restando reforçados, por essa linha, os robustos indícios da subsequente malversação dos recursos públicos, diante da inusitada celebração do Termo de Parcelamento de Débito entre o órgão repassador e o referido município, em 2014 - após a instauração da presente tomada de contas especial com o subsequente envio para a Controladoria-Geral da União (CGU) e o TCU, passando o Ministério do Turismo a alterar a sua conclusão sobre a análise da prestação de contas para "aprovada com ressalvas";

9.6. determinar que a unidade técnica promova a juntada da cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, ao TC 016.253/2015-9, para subsidiar a apuração da prática de irregularidades pelos servidores do Ministério do Turismo na tumultuada liberação de recursos federais em prol de estranhos projetos culturais; e

9.7. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0892-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 893/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.640/2015-7.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Cleide Maria de Souza Oliveira (CPF 496.423.164-04); Evandro Mauro Maciel Chacon (CPF 075.172.204-97).

4. Entidade: Município de Pesqueira - PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

8. Representação legal: Raphael Parente Oliveira (OAB/PE 26.433) e outros, representando Cleide Maria de Souza Oliveira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em desfavor de Cleide Maria de Souza Oliveira e de Evandro Mauro Maciel Chacon, como ex-prefeitos de Pesqueira - PE (gestões: 2009-2012 e 2013-2016, respectivamente), diante da não consecução dos objetivos pactuados no Contrato de Repasse nº 307.412-72/2009 (Siafi 722182) celebrado entre a Caixa, como mandatária da União representada pelo Ministério do Turismo, e o aludido município para a pavimentação asfáltica de vias urbanas com interesse turístico sob o valor total de R$ 195.000,00;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela Sra. Cleide Maria de Souza Oliveira;

9.2. fixar o novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, nos termos do art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 202, §§ 2º e 3º, do RITCU, para que a Sra. Cleide Maria de Souza Oliveira efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia de R$ 20.774,52 aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde 20/1/2012 até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. informar à Sra. Cleide Maria de Souza Oliveira que a liquidação tempestiva do débito, com a incidência apenas da atualização monetária, sanará o processo e permitirá que as contas da aludida responsável sejam julgadas regulares com ressalva, dando-lhe quitação, ao passo que, de outra sorte, o não recolhimento da dívida ensejará o julgamento pela irregularidade das contas, com a condenação em débito, não só atualizado, mas, aí, acrescido de juros de mora, além da aplicação de multa legal no valor de até 100% do débito atualizado, nos termos do art. 202, §§ 3º e 4º, do RITCU; e

9.4. autorizar, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento da dívida constante deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo à responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0893-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 894/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.533/2006-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessados: Andrea Gonçalves Santos (CPF 055.162.341-15); Elza Rangel Silva (CPF 334.468.731-04); Guilhermina Gonçalves Santos (CPF 316.543.711-49); Ivone da Silva (CPF 239.904.061-91); Jaqueline Cristina da Silva (CPF 696.237.081-49); Joelma Gonçalves Santos (CPF 603.108.041-91); Josué Fernandes de Souza (CPF 001.840.711-00); Mônica Rangel Silva (CPF 512.877.491-00); Rafaela Rezende Santos (CPF 141.135.111-87); Rafaella Saliba Nascimento Valente (CPF 697.023.141-00); Rebecca Saliba Nascimento Valente (CPF 697.022.761-87); Ricardo Gonçalves Santos (CPF 316.543.711-49); Rômulo do Nascimento Saliba Valente (CPF 697.022.251-91); Rômulo do Nascimento Valente (CPF 185.950.221-00); Vanessa

Rangel Silva (CPF 634.715.581-87); Viviane Lacerda da Silva Filgueira (CPF 697.193.301-04).

4. Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal:

8.1. Mirian Veloso Mendonça de Andrade (24170/OAB-DF) e outros, representando Mônica Rangel Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensões civis deferidas pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição de 1988 e nos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato da pensão civil instituída por Adenílson Santos Rosa em favor de Rafaela Rezende Santos (à Peça nº 35, sob o nº 20774001-05-2005-000009-5), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, nos termos da Súmula nº 106 do TCU;

9.3. determinar que a Sefip promova o destaque do ato de pensão civil instituída por Wilson Alves da Silva em favor de Elza Rangel Silva, Vanessa Rangel Silva e Mônica Rangel Silva (à Peça nº 40, sob o nº 20774001-05-2004-000005-0), para a realização da nova oitiva de Vanessa Rangel Silva com o intuito de apurar as condições da possível perda do benefício em face da união estável estabelecida com Samuel de Moura Corado e, entre outras inconsistências, da sua possível participação societária na Essencialle Odontologia;

9.4. determinar que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios adote as seguintes medidas:

9.4.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência deste Acórdão, os pagamentos decorrentes do ato de pensão civil indicado no item 9.1 deste Acórdão, alertando que a autoridade administrativa omissa está sujeita à responsabilidade solidária pelo débito, nos termos do art. 262, caput e § 1º, do Regimento Interno do TCU (RITCU);

9.4.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação:

9.4.2.1. à interessada indicada no item 9.1 deste Acórdão, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência deste Acórdão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, no caso de não provimento do aludido recurso;

9.4.2.2. à Sra. Vanessa Rangel Silva (indicada no item 9.3 deste Acórdão), no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência deste Acórdão, alertando que a boa-fé da aludida beneficiária resta efetivamente afastada a partir do presente momento, de sorte que, mais adiante, caso não justifique a irregular situação, ela pode ser eventualmente instada a devolver os valores indevidamente percebidos desde a prolação do presente acórdão;

9.4.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste Acórdão, os comprovantes de que as interessadas indicadas nos itens 9.1 e 9.4.2.2 deste Acórdão tomaram ciência da presente deliberação;

9.5. orientar o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios no sentido de que, por força do art. 262, § 2º, do RITCU, o ato considerado ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, para que seja submetido à apreciação do TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU; e

9.6. determinar que a Sefip promova o monitoramento das determinações prolatadas pelo item 9.4 deste Acórdão, representando ao TCU, caso isso se mostre necessário.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0894-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 895/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.385/2016-1.

2. Grupo II - Classe VI - Assunto: Representação.

3. Representante: Procuradoria da República no Estado do Amazonas.

4. Entidade: Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis no Estado do Amazonas (Ibama/AM).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação sobre possíveis irregularidades na contratação de serviços de apoio administrativo pela Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis no Estado do Amazonas, por intermédio do Pregão Eletrônico 6/2014, a despeito de esses serviços abrangerem as atividades inerentes a cargos públicos do Ibama;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, por atender aos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, I, do RITCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. determinar que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da ciência desta deliberação, o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União adote as medidas cabíveis para a efetiva avaliação da gestão do Ibama, como um todo, com a apuração das eventuais superposições entre as atividades terceirizadas de apoio administrativo (aí incluído as demais variações de nomenclatura) e as atribuições dos cargos públicos de Técnico Administrativo e de Auxiliar Administrativo inerentes ao correspondente plano de cargos, devendo apresentar o correspondente relatório de fiscalização ao TCU, com as eventuais indicações das medidas corretivas e as propostas para a possível responsabilização dos gestores públicos faltosos, entre outras providências porventura aplicáveis;

9.3. determinar que, no âmbito do processo de contas anuais para o exercício de 2015 (TC 033.095/2016-7), a SecexAmbiental atente para a necessidade de avaliar o resultado da fiscalização empreendida pela Controladoria-Geral da União em cumprimento à determinação proferida pelo item 9.2 deste Acórdão, ficando autorizada, desde já, a realização de diligências e inspeções necessárias com o intuito de obter as informações para o deslinde dos aludidos indícios de irregularidade, sem prejuízo de a unidade técnica atentar para a necessidade de promover o oportuno envio do resultado da referida avaliação ao ora representante;

9.4. determinar que a SecexAmbiental passe a assumir a responsabilidade pelo presente feito e, assim, adote as seguintes medidas:

9.4.1. envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, ao ilustre representante, para ciência;

9.4.2. promova o monitoramento da determinação prolatada pelo item 9.2 deste Acórdão; e

9.4.3. promova o definitivo apensamento do presente processo ao TC 033.095/2016-7, para a subsequente análise em conjunto e em confronto.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0895-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 896/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 021.077/2016-9.

2. Grupo II - Classe VI - Assunto: Representação.

3. Responsáveis: Emanuel Rosa dos Santos Junior (CPF 044.632.837-52); Francisco Jorge de Souza Godoy (CPF 005.603.738-48).

4. Órgão: 4º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - Cindacta IV.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex-AM).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pelo Ministério Público Militar (MPM) sobre possíveis irregularidades no âmbito do Contrato 39/2009 firmado entre o 4º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta IV) e a Inovata Consultoria em Gestão Empresarial Ltda. para a prestação de serviços de gestão da frota veicular, no período de 2009 a 2012, sob o valor de R$ 4.464.000,00;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, já que satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, VII, do RITCU e no art. 113, § 1º, da Lei 8.666, de 1993, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. rejeitar parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Emanuel Rosa dos Santos Junior e Francisco Jorge de Souza Godoy;

9.3. aplicar em desfavor dos Srs. Emanuel Rosa dos Santos Junior e Francisco Jorge de Souza Godoy, individualmente, a multa prevista no art. 58, II, da Lei 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 40.000 (quarenta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento das dívidas ao cofres do Tesouro Nacional, atualizadas na forma da legislação em vigor;

9.4. determinar que o 4º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo adote as medidas cabíveis para promover o desconto das dívidas fixadas pelo item 9.3 deste Acórdão na remuneração dos aludidos responsáveis, pela aplicação do art. 28 da Lei 8.443, de 1992, e, por analogia, do art. 46 da Lei 8.112, de 1990;

9.5. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, no caso de não atendimento das notificações e de não ser viável o desconto na remuneração dos aludidos agentes públicos;

9.7. promover, nos termos do art. 47 da Lei n.º 8.443, de 1992, a imediata conversão da presente representação em processo de tomada de contas especial, por meio de apartado por cópia destes autos, diante dos robustos indícios de sobrepreço no aludido Contrato 39/2009, até porque não se vislumbra a adequação dos preços na contratação dos aludidos serviços de gestão da frota veicular, no período de 2009 a 2012, sob o vultoso valor de R$ 4.464.000,00, em face da ausência da necessária pesquisa de preços à época da referida aquisição pelos gestores responsáveis;

9.8. determinar que, no âmbito do processo apartado de TCE autuado por força do item 9.7 deste Acórdão, a unidade técnica promova a identificação dos responsáveis, a apuração dos fatos e, ainda que por estimativa, a quantificação do possível dano ao erário, em sintonia com o art. 210 do RITCU, salientando, nesse ponto, que: (i) o vultoso valor de R$ 4.464.000,00 permitiria a aquisição, por exemplo, de aproximadamente 44 novos veículos sob o preço unitário de R$ 100.000,00, em vez da mera gestão de veículos usados; (ii) o mero transcurso do prazo de 4 ou 5 anos não tende a inviabilizar o trabalho de apuração sobre a regularidade, ou não, dos preços contratados; (iii) a contínua gestão de veículos usados em valores tão elevados tende a resultar em ato antieconômico, diante da evidente possibilidade de renovação da frota em vez da sua mera gestão para a manutenção dos correspondentes veículos; e (iv) os então gestores do Cindacta IV, aí incluídos o pregoeiro e o ordenador de despesas, teriam e têm o dever de demonstrar a correção dos correspondentes preços contratados, nos termos do art. 113 da Lei n.º 8.666, de 1993;

9.9. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias, a unidade técnica apresente ao Ministro-Relator a correspondente proposta de citação dos aludidos responsáveis para o prosseguimento da aludida tomada de contas especial em consonância com os itens 9.7 e 9.8 deste Acórdão;

9.10. determinar que a Secex/AM adote as seguintes medidas:

9.10.1. promova o monitoramento da determinação prolatada pelo item 9.7 deste Acórdão; e

9.10.2. envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, aos seguintes destinatários:

9.10.2.1. ao ilustre representante, ao Centro de Controle Interno da Aeronáutica e ao Cindacta IV, para ciência e eventuais providências;

9.10.2.2. à Procuradoria da República no Estado do Amazonas e à Procuradoria Militar da 12ª CJM/AM, para ciência e eventuais providências;

9.10.2.3. ao Comando da Aeronáutica e ao Ministério da Defesa, para a ciência prevista no art. 198, parágrafo único, do RITCU.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0896-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 897/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.255/2017-3.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Ângela Cristina Fanzeres Monteiro Fortes (CPF 804.234.347-72).

4. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Cuiabá - MT.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida em favor de Ângela Cristina Fanzeres Monteiro Fortes pela Gerência Executiva do INSS em Cuiabá - MT;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição de 1988 e nos arts. 1º, V, e 39, II, e 45 da Lei nº 8.443, de 1992, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato inicial de aposentadoria em favor de Ângela Cristina Fanzeres Monteiro Fortes (à Peça 1 sob o nº de controle 10217738-04-2016-000008-8), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em sintonia com a Súmula 106 do TCU;

9.3. determinar que a Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Cuiabá - MT adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência deste Acórdão, os pagamentos decorrentes do ilegal ato indicado no item 9.1 deste Acórdão, alertando que a autoridade administrativa omissa está sujeita à responsabilidade solidária pelo eventual débito subsequente, nos termos do art. 262, caput e § 1º, do Regimento Interno do TCU (RITCU);

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta decisão à interessada indicada no item 9.1 deste Acórdão, no prazo de 15 (quinze) contados da ciência desta deliberação, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, no caso de não provimento do aludido recurso;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste Acórdão, os comprovantes de que a interessada indicada no item 9.1 deste Acórdão tomou ciência da presente deliberação;

9.4. orientar a Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Cuiabá - MT no sentido de que, por força do art. 262, § 2º, do RITCU, o ato considerado ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato, sem a irregularidade indicada nesta deliberação, para que seja submetido à apreciação do TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de determinar que a Sefip promova o monitoramento das determinações proferidas pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0897-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 898/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 032.472/2017-0.

2. Grupo I - Classe VI - Assunto: Representação.

3. Representante: Intelecto Contact Center Ltda.

4. Entidades: Administração Regional do Senac no Estado do Rio de Janeiro (CNPJ 03.672.347/0001-79); Administração Regional do Sesc no Estado do Rio de Janeiro (CNPJ 03.621.867/0001-52).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).

8. Representação legal:

8.1. Gustavo Marinho de Carvalho (246.900/OAB-SP) e outros, representando a Administração Regional do Senac no Estado do Rio de Janeiro e a Administração Regional do Sesc no Estado do Rio de Janeiro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela Intelecto Contact Center Ltda., com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, sobre possíveis irregularidades na condução do Pregão nº 11/2017-ARRJ/Sesc e do Pregão nº 15/2017-ARRJ/Senac pela Administração Regional do Serviço Social do Comércio no Rio de Janeiro - ARRJ/Sesc e pela Administração Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Rio de Janeiro - ARRJ/Senac, respectivamente, com vistas à contratação de empresa especializada em serviços de outsourcing por contact center para a prestação de serviços de atendimento e de suporte operacional e tecnológico à ARRJ/Sesc e à ARRJ/Senac pelo período inicial de 12 meses, permitindo a prorrogação até o limite máximo de 60 meses, sob valor de R$ 8.640.000,00;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, nos termos dos arts. 235 e 237, VII, do RITCU e do art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. considerar prejudicado, por perda de objeto, o pedido de cautelar suspensiva formulado pela Intelecto Contact Center Ltda.;

9.3. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, à representante, à Administração Regional do Rio de Janeiro do Serviço Social do Comércio - ARRJ/Sesc e à Administração Regional do Rio de Janeiro do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - ARRJ/Senac, para ciência; e

9.4. determinar o arquivamento deste feito pelo apensamento, em definitivo, do presente processo ao TC 020.594/2017-8, em sintonia com o art. 2º, I, da Resolução TCU 259, de 2014.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0898-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 899/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 001.261/2016-9

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Recorrente: William Medeiros Santos (CPF 160.337.608-91)

4. Unidade: 6º Comando Aéreo Regional (VI Comar)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidades Técnicas: Sefip e Serur

8. Advogado constituído nos autos: André Vitor Berto Lucas (OAB/DF 36.860)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em que se aprecia, nesta fase processual, recurso de reconsideração interposto por William Medeiros Santos contra o Acórdão 5.833/2017-TCU-2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, ambos da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 277 e 285 do RI/TCU, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto por William Medeiros Santos para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta decisão ao recorrente.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0899-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 900/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 001.878/2007-9

2. Grupo II - Classe V - Pensão Civil

3. Interessados: Dayvyd Ennemann da Silva Rocha (CPF 021.765.863-60), Ilsiris de Maria Aguiar da Costa (CPF 026.191.333-60) e Maria de Nazareth da Silva Costa (CPF 279.095.063-68)

4. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pensões civis concedidas a dependentes de ex-servidor da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e art. 260, § 6º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação de mérito do ato referente às pensões civis de interesse de Dayvyd Ennemann da Silva Rocha, Ilsiris de Maria Aguiar da Costa e Maria de Nazareth da Silva Costa, ante as incompatibilidades observadas tanto no preenchimento do formulário de concessão de pensão civil do Sisac quanto nos dados constantes do cadastro do Siape, envolvendo os fundamentos legais da aposentadoria do instituidor e dos benefícios pensionais, inclusive no que se refere à incidência da paridade no pagamento dos proventos dos pensionistas;

9.2. determinar à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão que adote medidas para encaminhar, no prazo de 30 (trinta) dias, novo ato de pensão civil, via sistema Sisac, com a correção das falhas e omissões nas informações prestadas e cadastradas no formulário de concessão;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação para encaminhamento de novo ato corrigindo o que teve a apreciação de mérito considerada prejudicada.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0900-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 901/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.127/2015-3

1.1. Apenso: TC 003.557/2017-0

2. Grupo II - Classe: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Oziel Alves de Barros, ex-prefeito (CPF 068.201.584-91) e R S L Vieira Produções e Eventos - ME (CNPJ 09.332.569/0001-29)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Pilar/AL

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (Secex/AL)

8. Advogados constituídos nos autos: Diogo Santos de Albuquerque (OAB/AL 4.702) e outros, representando Oziel Alves de Barros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), em desfavor de Oziel Alves de Barros, ex-prefeito de Pilar/AL entre 2009 e 2012, em razão de irregularidades na prestação de contas de convênio que teve por objeto o apoio a festejos juninos realizados em 2009 naquela municipalidade.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 3º, 19, 23, inciso III, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Oziel Alves de Barros, condenando-o ao pagamento de R$ 160.750,00 (cento e sessenta mil, setecentos e cinquenta reais), com data de referência de 15/9/2009, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. aplicar a Oziel Alves de Barros multa no valor de R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data desta deliberação até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.4. excluir da presente relação processual a empresa R S L Vieira Produções e Eventos - ME; e

9.5. remeter cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado de Alagoas.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0901-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 902/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.253/2015-9

2. Grupo II, Classe de Assunto I: Embargos de Declaração em Tomada de Contas Especial

3. Embargante: Cícero Ferreira da Silva (CPF 419.277.964-15)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Satuba/AL

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Representação legal: Morgana Pedrosa de Barros Torres (OAB/AL 11.259)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração contra o Acórdão 10150/2017 - Segunda Câmara, proferidos nos autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo, em razão da não apresentação de documentação complementar na prestação de contas do Convênio Siafi/Siconv 732853/2010, celebrado com o Município de Satuba/AL, cujo objeto era o apoio à realização do projeto "Festival Cultura e Paz".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, acolhê-los parcialmente, esclarecendo que a postagem no twitter da cantora anunciando futura presença no município convenente não sana a insuficiência do conjunto de documentos apresentados pelo embargante para a comprovação da correta aplicação dos recursos do convênio;

9.2. manter a deliberação recorrida nos seus exatos termos;

9.3. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0902-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 903/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.941/2014-8

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Recorrente: Rafaelo Marques Galvão, ex-bolsista (CPF 016.915.197-23)

4. Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidades Técnicas: Serur e Secex/PR

8. Advogados constituídos nos autos: Paulo Cesar Teixeira da Cruz Filho (OAB/RJ 103762) e outros, representando Rafaelo Marques Galvão

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que, nesta fase processual, tratam de recurso de reconsideração interposto por Rafaelo Marques Galvão, ex-bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em face do Acórdão 13.599/2016 - 2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto por Rafaelo Marques Galvão e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0903-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 904/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC-008.580/2016-2

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Maxweel Rodrigues Brandão (CPF 490.607.322-00) e Leonir Hermes (CPF 225.347.929-20), ex-prefeitos

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Placas/PA

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Secex/PA

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra por falta de apresentação da prestação de contas relativa ao Termo de Compromisso 008/2012/Incra/UAA-SR-30/Sta, cujos recursos visavam a realização de obras de complementação e recuperação de estradas vicinais em projetos de assentamento.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "a" e "c" e § 3º; 19, caput; 23, inciso III; 28, inciso II; 57 e 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 202, § 8º; 209, inciso III e § 7º; 210; 214, inciso III, alínea "a"; 219, inciso II; 267 e 268, inciso I, do Regimento Interno, em:

9.1. julgar, nos termos do art. 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992, irregulares as contas de Maxweel Rodrigues Brandão, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 898.668,89 (oitocentos e noventa e oito mil, seiscentos e sessenta e oito reais e oitenta e nove centavos), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir de 28/6/2012 até a data do pagamento, na forma da legislação em vigor, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Incra;

9.2. aplicar, nos termos do art. 57 da Lei 8.443/1992, multa de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a Maxweel Rodrigues Brandão, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal o recolhimento da respectiva quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento;

9.3. julgar, nos termos do art. 16, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, irregulares as contas de Leonir Hermes;

9.4. aplicar, nos termos do art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, multa de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) a Leonir Hermes, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal o recolhimento da respectiva quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. encaminhar cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Pará, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0904-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 905/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.953/2015-5

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Jair Lira Soares (ex-prefeito, CPF 043.203.244-47)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Lagoa da Canoa/AL

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas

8. Advogados constituídos nos autos: Marcos Vinícius do Nascimento Barros (OAB/AL 13.382) e outros

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada em decorrência da inexecução parcial dos serviços previstos no Convênio 102/2003, celebrado entre a Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde em Alagoas e a Prefeitura Municipal de Lagoa da Canoa/AL, que teve por objeto a execução de um sistema de abastecimento de água, nos termos do plano de trabalho apresentado.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 3º; 19; 23, inciso III; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Jair Lira Soares;

9.2. condenar Jair Lira Soares ao recolhimento à Fundação Nacional de Saúde das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora das respectivas datas até o dia do pagamento, abatendo-se, na execução, as parcelas já satisfeitas, nos termos da Súmula-TCU 128:

Data	Débito/Crédito	Valor (R$)
30/03/2005	C	701,50
03/05/2005	D	139.108,54
10/06/2005	D	1.865,98
28/11/2012	C	53.298,00
08/05/2013	C	2.079,55

9.3. aplicar a Jair Lira Soares multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com atualização monetária, calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado de Alagoas.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0905-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 906/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.974/2016-0

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Luiz Dantas Lima (CPF 073.694.684-53, ex-secretário)

4. Unidade: Secretaria de Saneamento e Energia do Estado de Alagoas

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (Secex/AL)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em razão da impugnação total das despesas realizadas com os recursos do Convênio 15/1995, celebrado com o Governo do Estado de Alagoas, tendo por objeto a "*Construção da Adutora do Agreste*".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 1º, inciso I, c/c o art. 212 do Regimento Interno e c/ os arts. 5° e 6°, inciso II, da IN-TCU 71/2012, com a redação dada pela IN-TCU 76/2016, em:

9.1. arquivar os autos sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

9.2. dar ciência desta deliberação ao responsável e à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0906-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 907/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.227/2015-6

2. Grupo I - Classe: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Daisy Carla Vieira Roman, ex-secretária municipal de saúde (035.538.989-41); Jairo Luiz Lunardi, ex-prefeito (279.378.442-72); Janaína Maria de Sousa, ex-secretária municipal de saúde (055.774.766-07); José Cosmo Souza da Silva, ex-secretário municipal de saúde (996.643.304-00); Odolfo Pinto da Mota, ex-prefeito (242.193.201-72); e William Pereira de Sousa, ex-secretário municipal de saúde (602.168.242-49)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Piçarra/PA

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá (Secex/AP)

8. Representantes: Marcio Neiva, representando Daisy Carla Vieira Roman, e Bruno Vinicius Barbosa Medeiros (OAB/PA 21.025) e outros, representando William Pereira de Sousa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em desfavor de Odolfo Pinto da Mota, Jairo Luiz Lunardi, José Cosmo Souza da Silva, Daisy Carla Vieira Roman, William Pereira de Sousa e Janaína Maria de Sousa, em razão de irregularidades na aplicação de recursos do SUS durante os exercícios de 2002 a 2006.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alínea "c", 19, **caput**, 23, inciso III, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 161 do Regimento Interno, em:

9.1. acolher as alegações de defesa de William Pereira de Sousa e afastar sua responsabilidade, bem como as de José Cosmo Souza da Silva, Daisy Carla Vieira Roman e Janaina Maria de Sousa;

9.2. julgar irregulares as contas de Odolfo Pinto da Mota, condenando-o ao pagamento dos valores a seguir especificados e fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, nos termos da legislação vigente:

Data do Débito	Valor (R$)
02/01/2002	10.756,00
03/01/2002	1.075,58
03/01/2002	2.430,00
03/01/2002	3.317,99
03/01/2002	268,90
03/01/2002	4.216,59
11/01/2002	3.210,00
14/01/2002	3.850,00
01/02/2002	1.075,58
01/02/2002	3.317,99
01/02/2002	268,90
01/02/2002	10.756,00
04/02/2002	2.430,00
19/02/2002	3.210,00
19/02/2002	4.033,33
01/03/2002	1.075,58
01/03/2002	2.430,00
01/03/2002	3.317,99
01/03/2002	268,90
01/03/2002	10.756,00
19/03/2002	3.210,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900223

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

19/03/2002	4.033,33
01/04/2002	1.075,58
01/04/2002	2.430,00
01/04/2002	3.317,99
01/04/2002	268,90
01/04/2002	10.756,00
08/04/2002	4.033,33
02/05/2002	1.075,58
02/05/2002	2.430,00
02/05/2002	3.317,99
02/05/2002	268,90
02/05/2002	10.756,00
13/05/2002	3.210,00
13/05/2002	4.033,33
03/06/2002	1.075,58
03/06/2002	2.430,00
03/06/2002	3.317,99
03/06/2002	268,90
03/06/2002	10.756,00
12/06/2002	3.210,00
12/06/2002	4.400,00
01/07/2002	1.075,58
01/07/2002	2.430,00
01/07/2002	3.317,99
01/07/2002	268,90
01/07/2002	10.756,00
11/07/2002	3.210,00
11/07/2002	4.400,00
01/08/2002	2.430,00
01/08/2002	268,90
02/08/2002	1.075,58
02/08/2002	3.317,99
02/08/2002	10.756,00
12/08/2002	3.210,00
12/08/2002	4.400,00
04/09/2002	1.075,58
04/09/2002	2.430,00
04/09/2002	3.317,99
04/09/2002	268,90
04/09/2002	10.756,00
10/09/2002	3.210,00
10/09/2002	4.400,00
01/10/2002	1.075,58
01/10/2002	3.317,99
07/11/2002	1.075,58
08/11/2002	2.430,00
08/11/2002	3.317,99
08/11/2002	268,90
18/11/2002	3.210,00
18/11/2002	4.400,00
19/11/2002	2.430,00
19/11/2002	3.210,00
19/11/2002	268,90
19/11/2002	4.400,00
19/11/2002	10.756,00
04/12/2002	2.430,00
05/12/2002	3.317,99
05/12/2002	268,90
12/12/2002	10.756,00
12/12/2002	1.075,58
12/12/2002	10.756,00
13/12/2002	5.280,00
20/12/2002	3.210,00
20/12/2002	4.400,00
06/01/2003	3.317,99
13/01/2003	4.400,00
13/01/2003	10.756,00
13/01/2003	3.210,00
14/01/2003	324,40
14/01/2003	1.075,58
14/01/2003	2.430,00
15/01/2003	268,90
07/02/2003	3.317,99
12/02/2003	510,10
12/02/2003	10.756,00
12/02/2003	1.075,58
12/02/2003	268,90
13/02/2003	4.400,00
13/02/2003	3.210,00
06/03/2003	3.317,99
11/03/2003	4.400,00
11/03/2003	10.756,00
11/03/2003	1.075,58
11/03/2003	3.210,00
11/03/2003	268,90
01/04/2003	3.317,99
10/04/2003	4.400,00
10/04/2003	3.210,00
11/04/2003	10.756,00
14/04/2003	1.075,58
14/04/2003	268,90
07/05/2003	3.317,99
12/05/2003	274,17
12/05/2003	10.967,00
12/05/2003	1.096,67
13/05/2003	3.210,00
14/05/2003	4.400,00
04/06/2003	3.317,99
05/06/2003	0,50
10/06/2003	274,17
10/06/2003	3.852,00
10/06/2003	5.280,00
10/06/2003	10.967,00
10/06/2003	1.096,67
02/07/2003	1.286,85
03/07/2003	4.604,84
10/07/2003	3.852,00
10/07/2003	274,17
10/07/2003	5.280,00
10/07/2003	10.967,00
10/07/2003	1.096,67
11/08/2003	274,17
11/08/2003	1.096,67
14/08/2003	10.967,00
15/08/2003	4.604,84
21/08/2003	3.852,00
21/08/2003	5.280,00
12/09/2003	274,17
12/09/2003	1.096,67
17/09/2003	3.852,00
17/09/2003	5.280,00
18/09/2003	10.967,00
01/10/2003	4.604,84
08/10/2003	4.604,84
09/10/2003	916,00
10/10/2003	274,17
10/10/2003	10.967,00
10/10/2003	1.096,67
14/10/2003	3.852,00
14/10/2003	5.280,00
10/11/2003	4.604,84
10/11/2003	10.967,00
10/11/2003	1.096,67
11/11/2003	5.280,00
13/11/2003	3.852,00
13/11/2003	916,00
25/11/2003	274,17
01/12/2003	5.280,00
19/12/2003	10.967,00
30/12/2003	3.852,00
30/12/2003	5.280,00
31/12/2003	4.604,84
31/12/2003	916,00
31/12/2003	274,17
31/12/2003	1.096,67
09/01/2004	3.852,00
09/01/2004	10.967,00
09/01/2004	5.280,00
15/01/2004	1.096,67
16/01/2004	274,17
22/01/2004	4.604,84
22/01/2004	916,00
05/02/2004	4.505,96
10/02/2004	1.096,67
10/02/2004	274,17
10/02/2004	10.967,00
11/02/2004	3.852,00
11/02/2004	916,00
11/02/2004	7.200,00
03/03/2004	4.505,96
10/03/2004	10.967,00
10/03/2004	1.096,67
10/03/2004	3.852,00
10/03/2004	7.200,00
16/03/2004	916,00
08/04/2004	6.000,00
08/04/2004	1.700,00
08/04/2004	10.967,00
08/04/2004	1.096,67
08/04/2004	3.852,00
08/04/2004	4.505,96
12/04/2004	916,00
12/04/2004	7.200,00
03/05/2004	10.967,00
03/05/2004	274,17
04/05/2004	1.096,67
04/05/2004	4.505,96
04/05/2004	916,00
10/05/2004	3.852,00
10/05/2004	7.200,00
11/05/2004	1.700,00
20/05/2004	664,19
04/06/2004	916,00
04/06/2004	4.505,96
09/06/2004	11.155,83
09/06/2004	3.852,00
11/06/2004	1.700,00
11/06/2004	1.096,67
11/06/2004	274,17
11/06/2004	7.800,00
15/06/2004	2.090,86
15/06/2004	4.417,14
02/07/2004	4.505,96
07/07/2004	916,00
09/07/2004	11.155,83
09/07/2004	1.096,67
09/07/2004	278,90
12/07/2004	3.852,00
12/07/2004	7.800,00
13/07/2004	1.700,00
10/08/2004	2.090,86
10/08/2004	11.155,83
10/08/2004	1.096,67
11/08/2004	1.889,01
11/08/2004	4.505,96
11/08/2004	278,90
12/08/2004	916,00
13/08/2004	2.550,00
13/08/2004	5.778,00
13/08/2004	7.800,00
06/09/2004	916,00
06/09/2004	916,00
10/09/2004	11.155,83
10/09/2004	1.096,67
10/09/2004	278,90
14/09/2004	4.825,54
15/09/2004	5.778,00
15/09/2004	7.800,00
16/09/2004	2.550,00
01/10/2004	916,00
01/10/2004	916,00
05/10/2004	319,58
05/10/2004	319,58
05/10/2004	319,58
11/10/2004	14.502,58
11/10/2004	1.096,67
11/10/2004	278,90
14/10/2004	2.550,00
14/10/2004	5.778,00
14/10/2004	7.800,00
14/10/2004	7.800,00
20/10/2004	4.825,54
11/11/2004	14.502,58
12/11/2004	1.096,67
12/11/2004	278,90
18/11/2004	916,00
18/11/2004	916,00
19/11/2004	5.778,00
19/11/2004	4.825,54
22/11/2004	2.550,00
22/11/2004	7.800,00
22/11/2004	7.800,00
15/12/2004	7.800,00
17/12/2004	916,00
17/12/2004	916,00
17/12/2004	1.096,67
21/12/2004	14.502,58
30/12/2004	7.800,00
31/12/2004	2.550,00
31/12/2004	5.778,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900224

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.3. julgar irregulares as contas de Jairo Luiz Lunardi, condenando-o ao pagamento dos valores a seguir especificados e fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, nos termos da legislação vigente:

Data do débito	Valor (R$)
20/01/2005	2.550,00
20/01/2005	5.778,00
10/06/2005	2.550,00
10/06/2005	5.778,00
12/07/2005	5.778,00
13/07/2005	2.550,00
11/08/2005	2.550,00
11/08/2005	5.778,00
13/09/2005	2.550,00
13/09/2005	5.778,00
14/10/2005	1.200,00
14/10/2005	2.550,00
14/10/2005	5.778,00
17/11/2005	2.550,00
21/11/2005	5.778,00
21/11/2005	3.000,00
09/12/2005	5.778,00
09/12/2005	2.550,00
19/12/2005	1.200,00
13/01/2006	5.778,00
13/01/2006	2.550,00
21/02/2006	2.550,00
22/02/2006	5.778,00
22/02/2006	1.200,00
29/03/2006	5.778,00
01/04/2006	2.550,00
13/04/2006	5.778,00
13/04/2006	2.550,00
16/05/2006	8.100,00
16/05/2006	2.550,00
21/06/2006	8.100,00
21/06/2006	2.550,00
18/07/2006	8.100,00
18/07/2006	2.550,00
19/08/2006	8.100,00
19/08/2006	350,00
19/08/2006	2.550,00
24/10/2006	8.100,00
24/10/2006	2.550,00
23/11/2006	8.100,00
23/11/2006	2.550,00
18/12/2006	8.100,00
18/12/2006	2.550,00

9.4. aplicar multa a Jairo Luiz Lunardi no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento ao Tesouro Nacional do valor atualizado monetariamente desde a data desta deliberação até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. enviar cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Pará.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0907-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 908/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.540/2016-4

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Francisco de Assis dos Santos Sousa (CPF 394.958.682-20) e Luiz dos Reis Carvalho (CPF 033.689.392-20), ex-prefeitos

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Anapu/PA

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

7. Unidade Técnica: Secex/PA

8. Advogados constituídos nos autos não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em desfavor de Francisco de Assis dos Santos Sousa e Luiz dos Reis Carvalho, ex-prefeitos de Anapu/PA, em razão de omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao município por força do Programa de Proteção Social Básica (PSB) e do Programa de Proteção Social Especial (PSE), no exercício de 2008.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alínea "a"; 19, **caput**; 23, inciso III, alínea "a"; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 209, § 7º; 214, inciso III, alíneas "a" e "b"; e 267, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Luiz dos Reis Carvalho e Francisco de Assis dos Santos Sousa, condenando-os a pagar os valores especificados abaixo, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora, calculados a partir das datas correspondentes até o dia do efetivo pagamento, e fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência, para que comprovem perante o TCU o recolhimento dos respectivos montantes aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS):

- Luiz dos Reis Carvalho:

Data da Ocorrência	Valor Original (R$)
19/2/2008	4.500,00
21/2/2008	2.280,00
25/2/2008	860,00
25/2/2008	1.500,00
07/3/2008	851,00
14/3/2008	4.500,00
20/3/2008	2.280,00
1/4/2008	851,00
8/4/2008	4.500,00
18/4/2008	1.840,00
22/4/2008	851,00
9/5/2008	851,00
12/5/2008	4.500,00
15/5/2008	1.840,00
6/6/2008	4.500,00
11/6/2008	1.820,00
24/6/2008	851,00
1/7/2008	4.500,00
1/7/2008	1.820,00
2/7/2008	851,00
8/8/2008	851,00
12/8/2008	4.500,00
15/8/2008	1.800,00
4/9/2008	4.500,00
4/9/2008	843,00
10/9/2008	2.080,00
13/10/2008	2.080,00
17/10/2008	4.500,00
7/11/2008	4.160,30
12/11/2008	2.033,55

- Francisco de Assis dos Santos:

Data da Ocorrência	Valor Original (R$)
01/01/2009	10.047,15

9.2. aplicar aos responsáveis Luiz dos Reis Carvalho e Francisco de Assis dos Santos multas individuais nos valores, respectivamente, de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) e R$ 12.000,00 (doze mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias da notificação para que comprovem perante o TCU o recolhimento do correspondente valor aos cofres do Tesouro Nacional, o qual deverá ser atualizado monetariamente a partir da data do presente acórdão, se pago após o vencimento;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações; e

9.4. remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Pará, para as medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0908-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 909/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.589/2014-7

2. Grupo I - Classe: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Severino Bento Raimundo, ex-prefeito (CPF 225.777.694-15)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Cruz do Espírito Santo/PB

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex/PB)

8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em desfavor de Severino Bento Raimundo, ex-prefeito de Cruz do Espírito Santo/PB entre 2001 e 2004, em razão da não consecução dos objetivos pactuados no Convênio 345/2001.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e parágrafos 2º e 3º, 19, 23, inciso III, e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Severino Bento Raimundo e condená-lo ao pagamento de R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), referente a 31/5/2002, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida à notificação; e

9.3. remeter cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado da Paraíba.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0909-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 910/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 011.983/2017-5

2. Grupo II - Classe V - Pensão Civil

3. Interessados: Albertina Gomes de Oliveira (CPF 271.664.497-72), Maria Conceição de Carvalho Silva (CPF 002.029.501-40), Maria da Conceição Dantas Pereira (CPF 143.756.641-34) e Paulo dos Santos Vieira (CPF 004.855.861-34)

4. Unidade: Ministério da Fazenda

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pensões civis concedidas a dependentes de ex-servidores do Ministério da Fazenda.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260, § 6º, e 262, § 2º, Regimento Interno, e Súmula TCU nº 106, em:

9.1. considerar legais as concessões de pensões civis a Maria da Conceição Dantas Pereira e Paulo dos Santos Vieira, ordenando o registro,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900225

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.2. considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação de mérito do ato de pensão civil concedida a Maria Conceição de Carvalho Silva, ante as falhas concernentes ao tempo de serviço do instituidor e ao deferimento de proventos integrais e da vantagem do art. 184, inciso II, da Lei nº 1.711/1952;

9.3. considerar ilegal a concessão de pensão civil a Albertina Gomes de Oliveira, recusando o registro;

9.4. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária a que se refere o item 9.3;

9.5. determinar ao Ministério da Fazenda que adote medidas para:

9.5.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à pensionista referida no item 9.3, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.5.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.5.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que a interessada de que trata o item 9.3 teve conhecimento do acórdão;

9.5.4. enviar, no prazo de 30 (trinta) dias, novo ato de pensão civil, via sistema Sisac, com a correção das falhas e omissões nas informações prestadas e cadastradas no formulário de concessão de interesse de Maria Conceição de Carvalho Silva;

9.6. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;

9.7. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento das determinações relativas à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal e ao encaminhamento de novo ato corrigindo o que teve a apreciação considerada prejudicada, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0910-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 911/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC-013.171/2012-7

1.1. Apenso: TC-013.651/2012-9

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração (em Pedido de Reexame)

3. Embargante: Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado de Rondônia (Sesc/RO)

4. Unidade: Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado de Rondônia (Sesc/RO)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da decisão recorrida: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Advogados constituídos nos autos: Luiz Carlos Braga de Figueiredo (OAB/DF 16.010), Márcio Augusto Ramos Tinôco (OAB/PI 3.447) e outros

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em fase de embargos de declaração opostos contra o Acórdão 9.640/2017-2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0911-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 912/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.708/2014-0

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Associação de Apoio à Saúde e ao Social - AASS (CNPJ02.444.935/0001-92), José Vieira da Silva, ex-presidente (CPF 424.484.174-15), Lúcio Lauro Barbosa, fiscal de contrato (CPF 203.773.714-91), Maria Nilda Santiago Silva, ex-presidente (CPF 185.921.804-06); e Meridional Engenharia Civil Ltda. (CNPJ 70.093.687/0001-32)

4. Unidade: Associação de Apoio à Saúde e ao Social - AASS (CNPJ 02.444.935/0001-92)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex/PB)

8. Advogados constituídos nos autos:

8.1. Hugo Medeiros Gallo da Silva (OAB/DF 37027) e outros, representando José Alberto Galiza da Silva e Maria Nilda Santiago Silva;

8.2. Walter de Agra Júnior (OAB/PB 8.682) e outros, representando a Meridional Engenharia Civil Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), em desfavor de José Vieira da Silva, na condição de Presidente da Associação de Apoio à Saúde e ao Social (AASS), em razão da execução parcial das obras de ampliação de unidade de saúde localizada em João Pessoa - PB objeto do Convênio 4743/2004 (Siafi 520824), bem como pelo seu abandono e depredação.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 20 e 21 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar iliquidáveis as contas da Associação de Apoio à Saúde e ao Social, José Vieira da Silva, Lúcio Lauro Barbosa e Maria Nilda Santiago Silva, e promover o seu trancamento;

9.2. excluir da presente relação processual a empresa Meridional Engenharia Civil Ltda.;

9.3. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Fundo Nacional de Saúde.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0912-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 913/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.177/2015-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Alexandre de Melo Toledo, ex-prefeito (CPF 177.828.644-53), e Kinho Confecções Eireli - ME. (CNPJ 05.682.303/0001-55)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Penedo - AL

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Tocantins (Secex/TO)

8. Advogados constituídos nos autos: Gustavo Cesar Leal Farias (OAB/AL 13.799/B) e outros, representando Kinho Confecções Eireli - ME, e Davi Antônio Lima Rocha (OAB/AL 6.640) e outros, representando Alexandre de Melo Toledo

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor de Alexandre de Melo Toledo, ex-prefeito de Penedo/AL, em razão da impugnação total de despesas realizadas com recursos federais transferidos àquela municipalidade por força de convênio que tinha por objeto o apoio à realização do "Festival de Tradições Populares" 2009/2010.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", 17, 19, parágrafo único, 23, inciso III, e 58, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, inciso I, do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Alexandre de Melo Toledo, aplicando-lhe multa de R$ 3.000,00 (três mil reais), e fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor; e

9.2. excluir a responsabilidade da empresa Kinho Confecções Eireli - ME.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0913-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 914/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC-016.774/2015-9

2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: José Ribamar Monteiro Carvalho (ex-prefeito, CPF 226.873.432-34)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Marapanim/PA

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secex/PA

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada em razão da omissão no dever de prestar contas finais dos recursos federais repassados ao Município de Marapanim/PA por meio do Termo de Compromisso nº 538/2010 (Siafi nº 672518), firmado com a Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec) do Ministério da Integração Nacional para a execução de obras de reconstrução de ponte em concreto sobre o Rio Maú, dois cais de arrimo e um trapiche.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alínea "a"; 19, **caput**; 23, inciso III, alíneas "a" e "b"; 28, inciso II; e 57 da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 209, § 7º, e 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas do responsável José Ribamar Monteiro Carvalho, condenando-o a pagar os valores especificados abaixo, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora, calculados a partir das datas correspondentes até o dia do efetivo pagamento, e fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência, para que comprove perante o TCU o recolhimento do respectivo montante aos cofres do Tesouro Nacional:

VALOR (R$)	DATA
900.000,00	06/07/2012
900.000,00	28/01/2013

9.2. aplicar ao responsável José Ribamar Monteiro Carvalho multa de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias da notificação para que comprove perante o TCU o recolhimento desse valor aos cofres do Tesouro Nacional, o qual deverá ser atualizado monetariamente a partir da data do presente acórdão, se pago após o vencimento;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação; e

9.4. remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Pará, para as medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0914-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900226

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 915/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.264/2014-6.

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Nadir Fernandes de Farias (ex-prefeito, CPF 789.794.984-20), Equipamed Comercial - João de Souza Melo ME (CNPJ 10.757.841/0001-00), Centro de Formação e Capacitação de Profissionais em Educação Ltda. (CNPJ 07.681.440/0001-09) e GA Locadora de Veículos e Turismo Ltda. (CNPJ 10.747.286/0001-27)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Curral de Cima/PB

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Secex/PB

8. Advogados constituídos nos autos: John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (1.663 OAB/PB), Rafael Santiago Alves (15.975 OAB/PB) e Rui Victor Barbosa (10.951-E OAB/PB).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em desfavor do ex-prefeito do Município de Curral de Cima/PB, por irregularidades nos Convênios 109 e 110/2007, visando a implantação de unidades para criação de galinhas de postura e de corte.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alínea "c"; 19; 23, inciso III; 28, inciso II; e 57, da Lei 8.443/1992, combinados com os arts. 169, inciso III; 209, § 7º; e 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Nadir Fernandes de Farias e das empresas Equipamed Comercial - João de Souza Melo ME, Centro de Formação e Capacitação de Profissionais em Educação Ltda. e GA Locadora de Veículos e Turismo Ltda., condenando-os ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

9.1.1. Nadir Fernandes de Farias em solidariedade com a empresa Equipamed Comercial - João de Souza Melo ME:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
13.361,00	1/12/2009
3.118,69	1/12/2009
784,05	1/12/2009
720,00	28/9/2010
13.305,00	22/10/2009
3.045,49	22/10/2009
913,25	22/10/2009
720,00	7/12/2010

9.1.2. Nadir Fernandes de Farias em solidariedade com a empresa Centro de Formação e Capacitação de Profissionais em Educação Ltda.- CEI:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
20.992,08	10/9/2010
20.992,08	10/9/2010

9.1.3. Nadir Fernandes de Farias em solidariedade com a empresa GA Locadora de Veículos e Turismo Ltda.:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
3.887,89	7/12/2016

9.1.4. Nadir Fernandes de Farias:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
21.000,00	23/6/2009
10.184,93	30/6/2009
784,05	1/12/2009

9.2. aplicar multa a Nadir Fernandes de Farias e às empresas Equipamed Comercial - João de Souza Melo ME e Centro de Formação e Capacitação de Profissionais em Educação Ltda., respectivamente, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), R$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) e R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações; e

9.4. remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado da Paraíba.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0915-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 916/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.386/2017-9

2. Grupo II - Classe V - Pensão Civil

3. Interessada: Maria de Castro Pereira (CPF 325.899.306-82)

4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pensão civil concedida a dependente de ex-servidor da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e art. 260, § 6º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação de mérito do ato referente à pensão civil de interesse de Maria de Castro Pereira, ante as incompatibilidades observadas tanto no preenchimento do formulário de concessão de pensão civil do Sisac quanto nos dados constantes do cadastro do Siape, envolvendo os fundamentos legais da aposentadoria do instituidor e do benefício pensional, inclusive no que se refere à regularidade da inclusão de parcelas judiciais, à aplicação de redutor e à incidência da paridade no pagamento dos proventos da pensionista;

9.2. determinar à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais que adote medidas para encaminhar, no prazo de 30 (trinta) dias, novo ato de pensão civil, via sistema Sisac, com a correção das falhas e omissões nas informações prestadas e cadastradas no formulário de concessão;

9.3. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação para encaminhamento de novo ato corrigindo o que teve a apreciação de mérito considerada prejudicada.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0916-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 917/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.014/2015-1

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial)

3. Embargante: Benedito de Pontes Santos (ex-prefeito, CPF 239.855.504-68)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Joaquim Gomes/AL

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atou

8. Advogados constituídos nos autos: Fernando Antônio Jambo Muniz Falcão (OAB/AL 5.589), Gustavo Ferreira Gomes (OAB/AL 5.865) e Sávio Lúcio Azevedo Martins (OAB/AL 5.074).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, originalmente de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde por irregularidades na gestão de convênio para a construção de um posto de saúde da família, agora em fase de embargos de declaração, opostos por Benedito de Pontes Santos, em face do Acórdão 3.472/2017-2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34, **caput**, da Lei 8.443/1992 e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer dos presentes embargos de declaração;

9.2. dar ciência deste acórdão ao embargante.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0917-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 918/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-018.177.2015-8

2. Grupo I, Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Nilton Lopes de Farias (ex-prefeito, CPF 121.456.882-34) e Flávia Brasil dos Santos Estumano (ex-secretária de saúde, CPF 607.710.622-49)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Baião/PA

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Secex/PA

8. Representação legal: José Augusto Dias da Silva (OAB/PA 8.570) e João Carlos Leão Ramos (OAB/PA 9.111)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial relativa a recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) para o Município de Baião/PA, destinados ao Incentivo de Atenção Básica dos Povos Indígenas (IAB-PI).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 3º, 19, **caput**, 23, inciso III, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/92, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 julgar irregulares as contas de Nilton Lopes de Farias e Flávia Brasil dos Santos Estumano, condenando-os, solidariamente, ao pagamento das quantias relacionadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora a partir das datas indicadas até o efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data	Valor (R$)
17/1/2011	2.500,00
2/2/2011	4.500,00
7/2/2011	3.000,00
17/2/2011	5.500,00
18/2/2011	1.000,00
25/2/2011	3.000,00
28/2/2011	2.500,00
15/4/2011	5.500,00
18/5/2011	5.500,00

17/6/2011	5.500,00
22/7/2011	5.500,00
6/9/2011	5.500,00
11/10/2011	5.500,00
24/10/2011	5.500,00
23/11/2011	4.647,94
19/12/2011	5.500,00
24/2/2012	5.500,00

9.2 aplicar a Nilton Lopes de Farias e Flávia Brasil dos Santos Estumano multas individuais de R$ 12.000,00 (doze mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3 autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4 remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Pará.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0918-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 919/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.197/2015-9

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração (em Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial)

3. Embargante: Aldo Alves Ferreira (CPF 725.800.118-20), ex-Secretário de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá

4. Unidade: Governo do Estado do Amapá

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase, de embargos de declaração opostos por Aldo Alves Ferreira, ex-Secretário de Estado da Justiça e Segurança Pública no Amapá, contra o Acórdão 9.471/2017 - 2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0919-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 920/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.780/2013-3

2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria

3. Interessados: Cremildo Ferreira da Costa (CPF 028.817.482-87), Eulina Freitas Smith (CPF 182.184.232-49), Filomeno Pereira Marinho (CPF 024.362.052-72), José Albuquerque de Souza (CPF 048.730.502-78), Maria Angela da Costa Nunes (CPF 066.755.902-78), Maria das Graças Santos de Souza (CPF 059.986.702-72), Maria de Nazaré Castro do Carmo (CPF 081.534.932-72), Osmar Uchoa (CPF 060.035.082-72) e Osvaldo do Nascimento Mendes Rodrigues (CPF 066.696.382-72)

4. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão no Amapá

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de concessões de aposentadorias a servidores da Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão no Amapá.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e art. 260, § 6º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar legais as concessões de aposentadorias a Cremildo Ferreira da Costa, Eulina Freitas Smith, José Albuquerque de Souza, Maria Angela da Costa Nunes, Maria das Graças Santos de Souza, Maria de Nazaré Castro do Carmo, Osmar Uchoa e Osvaldo do Nascimento Mendes Rodrigues, ordenando o registro;

9.2. considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação de mérito do ato de interesse de Filomeno Pereira Marinho, haja vista que os elementos informativos contidos no formulário do sistema Sisac não permitem analisar se os 18 anos e 10 dias indicados como laborados "e*m empresa privada, pública e sociedade de econ. mista (certif. INSS)*" incluem algum período público, que possa ser acrescido ao tempo de serviço no órgão, para atingir os 20 anos exigidos pelo art. 6º, inciso III, da EC nº 41/2003;

9.3. determinar à Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão no Amapá que adote medidas para encaminhar, no prazo de 30 (trinta) dias, via sistema Sisac, novo ato de aposentadoria, com a correção das falhas e omissões nas informações prestadas e cadastradas no formulário de concessão de que trata o item 9.2;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. retifique o nome de servidor no formulário do Sisac, de modo que onde se lê "José Albuquerquede Souza" leia-se "José Albuquerque de Souza", conforme o sistema CPF;

9.4.2. monitore o cumprimento da determinação para encaminhamento de novo ato corrigindo o que teve a apreciação de mérito considerada prejudicada.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0920-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 921/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.107/2017-0

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria

3. Interessada: Beatriz Constança Carneiro (CPF 044.944.747-20)

4. Unidade: Superior Tribunal de Justiça

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da alteração de aposentadoria concedida a servidora do Superior Tribunal de Justiça.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e Súmula TCU nº 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de alteração da aposentadoria de Beatriz Constança Carneiro, recusando o registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela inativa;

9.3. esclarecer que esta Corte de Contas já apreciou pela legalidade o ato de número de controle 20763905-04-2004-000050-6 (TC 004.224/2006-0), emitido em favor da referida servidora;

9.4. determinar ao Superior Tribunal de Justiça que adote medidas para:

9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à aposentada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que a interessada teve conhecimento do acórdão;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0921-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 922/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.452/2017-0

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria

3. Interessada: Irene Giraldes Delaix (CPF 086.821.001-34)

4. Unidade: Superior Tribunal de Justiça

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: Adão Neves de Oliveira (OAB/DF 15.121)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da alteração de aposentadoria concedida a servidora do Superior Tribunal de Justiça.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de alteração da aposentadoria de Irene Giraldes Delaix, recusando o registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela inativa;

9.3. esclarecer que esta Corte de Contas já apreciou pela legalidade os atos de números de controle 20763905-04-2005-000033-9 (TC 005.504/2006-9) e 20763905-04-2007-000018-0 (TC 027.303/2007-5), emitidos em favor da referida servidora;

9.4. determinar ao Superior Tribunal de Justiça que adote medidas para:

9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à aposentada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que a interessada teve conhecimento do acórdão;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0922-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900228

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 923/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.466/2017-0

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria

3. Interessada: Lídia Ribeiro de Souza (CPF 239.910.976-72)

4. Unidade: Superior Tribunal de Justiça

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da alteração de aposentadoria concedida a servidora do Superior Tribunal de Justiça.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e Súmula TCU nº 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de alteração da aposentadoria de Lídia Ribeiro de Souza, recusando o registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela inativa;

9.3. esclarecer que esta Corte de Contas já apreciou pela legalidade os atos de números de controle 20763905-04-1995-000033-7 (TC 012.344/1995-8) e 20763905-04-2009-000002-0 (TC 024.394/2013-0), emitidos em favor da referida servidora;

9.4. determinar ao Superior Tribunal de Justiça que adote medidas para:

9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à aposentada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que a interessada teve conhecimento do acórdão;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0923-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 924/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.520/2017-5

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria

3. Interessada: Maria Luzia Reis Camargo (CPF 076.059.941-68)

4. Unidade: Superior Tribunal de Justiça

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da alteração de aposentadoria concedida a servidora do Superior Tribunal de Justiça.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e Súmula TCU nº 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de alteração da aposentadoria de Maria Luzia Reis Camargo, recusando o registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela inativa;

9.3. esclarecer que esta Corte de Contas já apreciou pela legalidade o ato de número de controle 20763905-04-2003-000072-8 (TC 005.460/2006-2), emitido em favor da referida servidora;

9.4. determinar ao Superior Tribunal de Justiça que adote medidas para:

9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à aposentada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que a interessada teve conhecimento do acórdão;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0924-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 925/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.547/2017-0

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria

3. Interessado: Elio Cheles (CPF 250.928.207-72)

4. Unidade: Superior Tribunal de Justiça

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de alterações da aposentadoria concedida a servidor do Superior Tribunal de Justiça.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e Súmula TCU nº 106, em:

9.1. considerar ilegais os atos de alteração da aposentadoria de Elio Cheles, recusando o registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo inativo;

9.3. determinar ao Superior Tribunal de Justiça que adote medidas para:

9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao aposentado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.3.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que o interessado teve conhecimento do acórdão;

9.4. esclarecer à unidade jurisdicionada que poderá prosperar a concessão de integralização de proventos de aposentadoria prevista no art. 190 da Lei nº 8.112/1990, excluindo-se a parcela de opção do quadro dados de vantagens, mediante o envio de novo ato para apreciação pela Corte de Contas;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0925-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 926/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.557/2017-6

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria

3. Interessado: Francisco Severo Filho (CPF 033.099.671-15)

4. Unidade: Superior Tribunal de Justiça

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da alteração de aposentadoria concedida a servidor do Superior Tribunal de Justiça.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e Súmula TCU nº 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de alteração da aposentadoria de Francisco Severo Filho, recusando o registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo inativo;

9.3. esclarecer que esta Corte de Contas já apreciou pela legalidade o ato de número de controle 20763905-04-1995-000029-9 (TC 012.344/1995-8), emitido em favor do referido servidor;

9.4. determinar ao Superior Tribunal de Justiça que adote medidas para:

9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao aposentado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que o interessado teve conhecimento do acórdão;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0926-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 927/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.563/2017-6

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria

3. Interessado: Sebastião Gomes de Oliveira (CPF 014.439.411-15)

4. Unidade: Superior Tribunal de Justiça

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da alteração de aposentadoria concedida a servidor do Superior Tribunal de Justiça.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e Súmula TCU nº 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de alteração da aposentadoria de Sebastião Gomes de Oliveira, recusando o registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo inativo;

9.3. esclarecer que esta Corte de Contas já apreciou pela legalidade o ato de número de controle 20763905-04-2003-000075-2 (TC 024.394/2013-0), emitido em favor do referido servidor;

9.4. determinar ao Superior Tribunal de Justiça que adote medidas para:

9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao aposentado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.3. encaminhar ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que o interessado teve conhecimento do acórdão;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0927-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 928/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.588/2017-9

2. Grupo I - Classe V - Pensão Civil

3. Interessado: Heroíno dos Santos Pita (CPF 003.165.121-68)

4. Unidade: Superior Tribunal de Justiça

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pensão civil concedida a dependente de ex-servidora do Superior Tribunal de Justiça.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, arts. 260 e 262, § 2º, do Regimento Interno e Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de pensão civil a Heroíno dos Santos Pita, recusando o registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo beneficiário;

9.3. determinar ao Superior Tribunal de Justiça que adote medidas para:

9.3.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao pensionista, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.3.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.3. encaminhar a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que o interessado teve conhecimento do acórdão;

9.4. esclarecer à unidade jurisdicionada que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre da irregularidade apontada;

9.5. determinar à Sefip que monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes da concessão considerada ilegal, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0928-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 929/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-032.220/2013-8

2. Grupo II, Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Instituto de Desenvolvimento Sustentável (Idest, CNPJ 08.768.486.0001-14), Andréia Marin Martins (ex-presidente do Idest, CPF 437.484.060-53) e Meta Instituto de Pesquisa de Opinião Ltda. (CNPJ 93.885.242/0001-90)

4. Unidade: Instituto de Desenvolvimento Sustentável (Idest)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Secex/RS

8. Representação legal: Letícia Oliveira da Cunha (OAB/RS 29.022)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial relativa ao Convênio 750857/2010, celebrado entre a União, representada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável (Idest), tendo como objeto a "divulgação e disseminação de dados obtidos pela Pesquisa Censitária Nacional sobre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, além da sistematização das reflexões junto a profissionais da área, a fim de auxiliar na construção de uma política pública participativa".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 3º, 19, **caput**, 23, inciso III, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 julgar irregulares as contas do Instituto de Desenvolvimento Sustentável (Idest), de Andréia Marin Martins, ambos com base no art. 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, e da empresa Meta Instituto de Pesquisa de Opinião Ltda., com base no art. 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992;

9.2 condenar o Instituto de Desenvolvimento Sustentável (Idest) e Andréia Marin Martins ao pagamento, em solidariedade, do valor de R$ 1.042.048,00 (um milhão, quarenta e dois mil e quarenta e oito reais), cuja data de referência para a atualização monetária e cálculo de juros deve ser 27/1/2011 (até o efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor), abatendo-se dessa quantia os valores de R$ 155.555,20 (cento e cinquenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos), de 4/3/2011, e de R$ 169.555,20 (cento e sessenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos), de 27/4/2011, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional:

9.3 condenar o Instituto de Desenvolvimento Sustentável (Idest), Andréia Marin Martins e a empresa Meta Instituto de Pesquisa de Opinião Ltda. ao pagamento, em solidariedade, dos valores de R$ 155.555,20 (cento e cinquenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos), de 4/3/2011, e R$ 169.555,20 (cento e sessenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos), de 27/4/2011, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir das datas mencionadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4 aplicar ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável (Idest), a Andréia Marin Martins e à empresa Meta Instituto de Pesquisa de Opinião Ltda. multas individuais de, respectivamente, R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5 autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6 remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul.

10. Ata n° 6/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 6/3/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0929-06/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Augusto Nardes, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Ministro José Múcio Monteiro.

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 35 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

(Assinado eletronicamente)
ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária das Câmaras

Aprovada em 8 de março de 2018.

(Assinado eletronicamente)
JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Presidente

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

SECRETARIA DAS SESSÕES

EXTRATO DE PAUTA

Sessão Ordinária de 1ª Câmara, de 13/03/2018, às 15h

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

000.932/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Vítor Picanço do Amaral
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União
Representação legal: não há

000.938/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alberto Grangeiro de Albuquerque Neto; Emanuel da Silva Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Representação legal: não há

000.940/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Camila Kellner
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900230

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

000.945/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camila Andrade Gomes; Deiane Rodrigues dos Reis; Helimácio Barbosa dos Santos; Hermann Walser de Martins Flores; Karine Andrade Fonseca; Manoel Messias Rodrigues de Abreu; Renato Harly Rodrigues da Silva; Thaís Viana Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
Representação legal: não há

000.950/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Victor Phelipe Ferreira Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Representação legal: não há.

000.962/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Cesar de Oliveira; Samara Aparecida Resende Avelar
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras
Representação legal: não há

000.966/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Feitosa Ximenes; Alberto Arantes; Alexandre de Almeida Cezar; Aline Cavalcanti de Abreu; Aline Cristina Santos da Silva Gonçalves; Aline Maria de Oliveira; Aline Miranda Cardoso; Aline dos Santos Vilela; Álvaro da Conceição Pinto da Silva; Amanda Maciel
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

001.015/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Pericles Vale Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Representação legal: não há

001.055/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mayara de Fátima Rodrigues Cavalcante; Natália da Rocha Pires; Paula Hebster Nogueira Barrocas; Rafael Straus Timbo Vasconcelos; Rafael dos Santos Rocha; Samuel Ramon da Silva; Sarah David Nunes Rodrigues; Thiago Pinheiro Ramos de Oliveira; Wood Allen dos Reis da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

001.057/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Santana Silva; Anne Caroline Assis Silva; Arthur Ribeiro Rezende; Artur Christian Garcia da Silva; Bruno de Melo Queiroz; Deborah Lopes de Matos; Denys Fernandes Mesquita; Fernando Medeiros Mendonça; Frederico Netto Guerra; Gislei Lemes Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Goiás
Representação legal: não há

001.063/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Cledson Santana Lopes Gonçalves
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará
Representação legal: não há

001.066/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ingrid Duarte Lemos de Lima; Jefferson Randre Mendonça Pereira; Jéssica Marinho Costa Sales; Karoline Henrique Mendonça; Karoline Rodrigues Ferreira Lima; Laís Emanuely Albuquerque dos Santos; Lea Adriana Figueiredo de Souza; Márcio de Santana Carvalho; Mariana Reys Nascimento da Silva; Ítalo Marinho Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há

001.070/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caroline Carmisin Piovesan; Juliana Novo Paccola Yukimura; Natan Gláuber Filippi; Nathalia Cirne Diniz Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

001.082/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Douglas Ricardo Norberto; Fabio Antonio da Silva Mota; Fabio Lucas Pimentel de Oliveira; John Andrew Sims; José Guilherme de Oliveira Brockington
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Abc
Representação legal: não há

001.091/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Pamela Paola Leonardo; Tiago da Costa Guterres
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Representação legal: não há

001.098/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Kaio Gonçalves de Lima Dias; Plinio Marcos Piccin Benedito
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Representação legal: não há

001.101/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Troczinski Storti; Ana Maria Mrás; Ana Paula de Souza Fortaleza Pardo; Danielle Santos Azevedo; Débora Tomasini
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

001.170/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Licursi Maia Cerqueira da Cunha; Aline Moraes da Costa Lins; Anderson Carlos Nogueira Oriente; Armando Staib; Beatriz Cantanhede Carrapatoso Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

001.174/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Celso Luis Evangelista de Oliveira; Fellipe José Silva Ferreira; Jennyffer Mayara Lima da Silva; Jerfson Pinto Torres
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

001.189/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Sebastião Melo Campos; Tarciano Batista e Siqueira; Valmir Cesar Pozzetti
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Representação legal: não há

001.246/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Natalia Sales Oliveira; Nayara Rodrigues Medrado; Priscila Figueiredo Campos; Rafael Henrique Teixeira da Silva; Rose Mara Ortega
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: não há

001.249/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Iara Falleiros Braga; Izabela Souza Lopes Rangel; Jaqueline Queiroz de Macedo; João Claudio Carneiro de Carvalho; Jussara de Lourdes Ferreira Chaves
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há

001.269/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Samuel Neves Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
Representação legal: não há

001.459/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: João Batista Dias de Paiva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Maria
Representação legal: não há

001.599/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: José Leonidas Maciel da Silva; José Roberto Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Campina Grande
Representação legal: não há

001.647/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Francisco Paes
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim - MEC
Representação legal: não há

001.654/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Marcelo Henrique de Garcia Maia
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

001.657/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ellis Alindo D'arrigo Busnello
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
Representação legal: não há

001.667/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Maria de Sousa Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Representação legal: não há

001.671/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Carlos Burlamaqui da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Representação legal: não há

001.751/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Helena Soares dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Fluminense
Representação legal: não há

001.757/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Edmundo Machado Ferraz
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

001.762/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Celia Claudia Gonçalves Borges; Diolinda Therezinha Comoretto Gall; Eliane Maria Souza de Souza; Irena Almeida de Souza; Odolmira Almeida Langendolff
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Maria
Representação legal: não há

001.813/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Arminda de Melo Salvador; Carmem Soares da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
Representação legal: não há

001.851/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Dominique Vilhena Valente
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Representação legal: não há

001.861/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Cláudio de Jesus Lucas
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas
Representação legal: não há

001.898/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Ana Carolina Oliveira; Carla Cristina Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

001.901/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Natalice Fonseca Muniz
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

001.907/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Rita de Cássia Pio Fernandes Tato
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

001.911/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Iolanda da Silva da Cunha; Lucas Pinheiro Poletto; Pedro Paulo dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Maria
Representação legal: não há

001.942/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Hilário Francisco da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Representação legal: não há

001.944/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonio José Silva de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

001.959/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Ivete Bellomo Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
Representação legal: não há

001.964/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: João Celso de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Representação legal: não há

001.971/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ailton Marques Couto; Breno Mário Mascarenhas de Castro; Carlos Henrique Souza Moreira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

001.975/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Aloma Maria Ferrari
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

001.991/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Joana Nonato Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900231

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

003.051/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adelaide de Lima Martins; Alson Clebio Ferreira Santana; Anderson Fernandes Caple; Camila Andrade de Oliveira Dantas; Edna Regina Pereira Sorato; Marilia Almeida do Amaral Lins; Rachel Correa Rodrigues; Samuel Pereira; Silvana Coccheto Fernandes Quadra; Simara Claudia Michaelsen
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

003.055/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Celso Luis Batista dos Santos; Daniele do Rocio Fernandes de Souza; Giana Maria Berger; Gislaine Lima Dantas Alves; Gislaine Venancio Ferreira; Josiana Rodrigues Gomes; Marian do Rocio Teixeira; Odete Muxfeldt dos Santos; Rosi Roxana Verastegui Santos; Silvia de Souza Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

003.061/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Dias Tavares; André Luiz Alves de Sousa Nunes Torres; Carla Simone Medeiros Silva; Carla Vianna de Mattos; Daniela Morales; Fernando de Amorim Fernandes; Luciano da Silva Costa; Milena Moncao e Silva Cruz; Priscila Lima Silva; Renata Lia Lana Viggiano
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

003.066/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andiara Rodrigues Barros; Andrey Michel Pereira Machado; Angelica Felipe da Silva; Carolina Saliba de Freitas; Erika Duailibe Mascarenhas Fernandes; Fabiana Costa da Silva; Hermamblique Jesus de Carvalho; Ismanoelison Victor Torres Cordova Piauilino; Marza de Sousa Zaranza; Murilo Acacio Almeida dos Santos Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

003.068/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafaela Iglesias de Aguiar; Talita Gabriela Silva da Rocha; Vitor Nascimento de Carvalho Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

003.142/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruna Karoline Pinheiro Franca Protasio; Daisy Maria Santos Jesus; Erika Gonçalves dos Santos; Felipe Borsu de Salles; Francisco Pessoa da Cruz Junior; Gustavo Melo Benevides; Janaina Ferreira da Silva; Luciana Moraes Valentim da Silva; Regina Santos Pereira; Rivaney da Cruz Cerqueira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

003.472/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alan Nepomuceno Sousa; Alana Neiva de Mesquita Brito; Alderise Sousa Monteiro; Alessandra Lucas Nunes Cabral; Aline Carvalho Rocha Schoenherr
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

003.475/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: José Leonardo Vanderlei de Carvalho; Maria Cristina Guimarães Zanetti
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Oeste da Bahia
Representação legal: não há

003.478/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Raquel Santos de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Representação legal: não há

003.482/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Assis Farias Machado; Valdemar Correia Barbosa Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Representação legal: não há

003.483/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Marijara Oliveira da Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

003.485/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Emanuelli de Oliveira Ávila
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Representação legal: não há

003.491/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Maria Rosa Santos Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - MEC
Representação legal: não há

003.495/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcone Silva da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

003.509/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Adriana Cláudia de Sousa Ribeiro; Tainá Veras de Sandes Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

003.511/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Heloisa Maria Almeida do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há

003.513/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Manoel Victor da Costa Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

003.514/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Júlio César Fernandes Vila Nova
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
Representação legal: não há

003.653/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Capanema Barbosa Cançado; Maria Apparecida Passos Ferreira; Maria da Glória Câmara Couto; Priscila Euler Freire de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

003.718/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ademildes Marques da Silva; Adilson Mendes de Souza; Adolfo Macedo Mesquita; Alan Cesar Teixeira; Alexandre Monteiro Pacheco; Aline de Oliveira Mano; Antonio Luiz Soares Moura Rezende Filho; Christine Farrah Martins de Aquino Moraes; Luciene Araújo; Ludmylla Cristina de Faria Pontes
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

003.815/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Evilson Cutrim Santos; Fernando Antônio Madeira Marinho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Representação legal: não há

003.850/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Janayna Silva Cavalcante de Lima; Jorge Antonio Palma Carrasco; João Marcelo Xavier Natário Teixeira; Lara Colognese Helegda; Leila Brunet de Sá Beserra
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

003.862/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aníbal Pedro Soares; Dario Antonio Lopes; Maria Manoelina Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Representação legal: não há

003.867/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Cleunice Maria de Oliveira Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
Representação legal: não há

003.870/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aldanir Barbosa da Silva; José Mário Bernabé; Neusa Maria Coradini Libardi; Norma Suely Nunes da Costa; Paulo Sergio Murari; Rubens Castro de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

003.914/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Claret de Rezende; Ezio Fernandes da Silva; Marcelo de Souza Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras
Representação legal: não há

003.921/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adilson Pinto Guimarães; Edilamar Rocha Lino da Silva; Elio Ferreira da Silva; Eurídice Batista de Oliveira; Josinei Matos Lopes; José Vicente Rego da Silva; Lúcia de Fátima Rodrigues Gomes; Maria Cristina Tavares da Costa; Maria de Fátima Barbosa; Maria de Oliveira Ramires
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Representação legal: não há

003.925/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Regina Jorge Dino Tavares; Rita Carreiro Neiva; Vicente Florentino Nazaré; Vilma Maria Carvalho de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

003.929/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Fernando Luiz Leon de Mello; Gasparina de Souza Ferreira; João Alcides de Souza da Cunha; Vera Maria dos Santos Reimers
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas
Representação legal: não há

003.936/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Geraldo Norberto Martins; Graciliano Guilherme Ferreira; Ilton Adriano; Jesus Patrício da Silva; João Bosco de Souza; Joaquim Mauro dos Santos; Jorge Henrique Vasconcellos; José Braz Julio; José Gabriel Rodrigues; José Geraldo de Lana
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

003.967/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Djanilton Vicente de Oliveira; Januacele Francisca da Costa; Maria José dos Santos; Maria Yolanda Pinheiro Lima; Pedro José do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alagoas
Representação legal: não há

003.971/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Albina Nete da Silva Carvalho; Aldineia do Nascimento; Carlito Viana; Elza Borgo dos Santos; Karla de Almeida Franco Corteletti; Lenir Viana Rodrigues; Lindinalva Fernandes dos Santos; Marcia Soares de Mendonça; Maria Alda Spadetto Galuppo; Maria José Soares dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

003.987/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Sílvia Eugênia Costa; Sônia Maria Cardoso; Udo Niemeyer; Vilma Maria Marcassa Barra; Wally Frida Seeger Teske; Zelinda Assme
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

003.990/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Maria do Carmo Silva; Mônica Regina Pinheiro Cabral; Rita de Cássia de Oliveira Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

003.997/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antenor Bianchin Lima; Lira Juçara Brum de Oliveira Millani; Maria Beatriz Fernandez Gonçalves; Terezinha Fagundes Gabriel; Zuleika Serpa da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Maria
Representação legal: não há

004.035/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Debora Almeida de Oliveira; Gisele Carla May; Juceleia Pertile Santi; Mayra Moreira; Ricardo Dutra Germani; Sandra Remedi Cordeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

004.041/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Kamylla Alexandre Leite dos Santos; Lauriene Quinelato; Monica Ramos Ribeiro França
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

004.046/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rafael Regis Aquino Maciel
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Representação legal: não há

004.061/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Victor do Nascimento Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900232

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

004.897/2018-8
Natureza: Representação
Representante: Provac Terceirização de Mão de Obra Ltda
Interessado: Provac Serviços Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

008.313/2014-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Itapuranga/GO
Responsável: Daves Soares da Silva
Representação legal: Leonardo de Oliveira Pereira Batista (OAB/GO 23188) e outros, representando Daves Soares da Silva

011.348/2012-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Thamiris Diniz Leal de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

016.915/2014-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Fomento e Incentivo Fomento À Cultura
Responsáveis: Companhia de Desenvolvimento Econômico e Social - Codes; Francisco Canindé Dias
Representação legal: não há

017.810/2008-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alex Sandro Portella da Rosa; Joacir Renato da Rosa; Jonas Martins da Rosa
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal Militar
Representação legal: Nadir Pacheco Bertoia (OAB/RS 4880) e outros, representando Alex Sandro Portella da Rosa

020.160/2015-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Japonvar/MG
Responsável: Eraldino Soares de Oliveira
Representação legal: Juliana Costa Carvalhaes Ribeiro (OAB/MG 94053) e outros, representando Eraldino Soares de Oliveira

020.961/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Robson Cordeiro Ramos; Robson de Aragão Nunes; Rodrigo Sacramento de Britto Almeida; Rogério Barreto Martins; Rômulo Magno Oliveira de Freitas; Romária Pereira de Araújo; Rubem Pedreira de Souza; Samylle Bomfim Souza; Sandoval Sampaio da Silva; Sérgio Ricardo Matos Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Representação legal: não há

027.955/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Alcinda Maria de Souza Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

031.069/2017-7
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Rosana Maria da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Representação legal: não há

031.129/2017-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Roberto da Silva Menezes; José Neres Ferreira; Luciene Fátima de Oliveira Lopes; Maria dos Santos Guerreiro; Mark Clark Carvalho de Souza; Rubervan Souza de Magalhães
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Representação legal: não há

031.193/2015-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Construtora e Marmoraria Lasgran Ltda - Me; Valdecy Jose de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Águas Vermelhas - MG
Representação legal: João Alberto Zuba Lopes (OAB/MG 147.856)

031.211/2017-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Zaira Machado Meneghello
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Maria
Representação legal: não há

032.020/2017-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rubens de Castro Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Goiás
Representação legal: não há

033.413/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernanda Henrique Lyra de Assis; Gabriel de Castro Baião Brumano,; Gustavo Martins Rocha; Igor Garcia Santiago; Igor Hiroshi Terayama de Oliveira; João Victor Lopes de Oliveira; Julio Cesar de Carvalho Stoco; Livia Mara Silva; Lorena Rodrigues Riani; Luiz Felipe Zillmann da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: não há

033.440/2017-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Marlene Sena Santos; Marta Antônia Xavier; Maurício Martins Callado; Mirivan Lucia de Sousa; Myriam Hatsue Hanai; Nilson Chaves Fernandes; Onofra dos Santos Pinto e Silva; Regina Alves de Andrade; Regina Celia de Lemos Rolo; Regina Lúcia Araújo Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-geral da União
Representação legal: não há

033.701/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Misaelle do Nascimento Oliveira; Pedro Nico de Medeiros Neto; Saulo Magalhães Barros da Nóbrega; Suamy Rafaely Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Campina Grande
Representação legal: não há

033.717/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabio Lombardo Evangelista; Fabricio Cesar Dias; Everson Piermann; Fabiana Pereira Machado; Felipe de Castro Horta Hoffmann Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Representação legal: não há

033.721/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jaisson Bordignon; Jamille Santos da Silva; Jerffson Lucas Santos; Jonny Ivon Beckert; Jorge da Cunha Dutra
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Representação legal: não há

033.730/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Tiago Luiz Moda; Vítor Teles Correia; Viviane Furtado Velho
Interessada: Vânia Mara Pezzini Fracaro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Representação legal: não há

033.746/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Odivar Marcos Bonetti; Rafael Borges; Roberto Dutra Vargas
Interessados: Monia Stremel Azevedo; Roberto Ângelo Pistorello
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Representação legal: não há

033.792/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rodrigo Caldeira Bagni Moura; Rosalba Lopes; Samantha Cidaley de Oliveira Moreira; Thaís de Carvalho Felicori; Thiago Morais Parreiras
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Representação legal: não há

033.798/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Chaiane Bukowski; Claudia Andrea Rost Snichelotto; Claudia Camila Lara; Claudir Olipio Graf; Consuelo Cristine Piaia
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
Representação legal: não há

033.804/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Kenia Rodrigues de Andrade; Laura Cassol Mohr; Liria Angela Andrioli; Litiara Kohl Dors; Lucas Roisenberg Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
Representação legal: não há

033.813/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Pablo Souza de Villavicencio; Robson Aparecido Figueiredo; Yony Roman Ochoa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Integração Latino-americana
Representação legal: não há

033.818/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elaiz Aparecida Mensch Buffon; Fernanda Nichterwitz; Flávia Renata Quintanilha; Franciele Leila Giopato Viell; Gabriel Nunes Maia Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

033.824/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Edilson de Oliveira Dantas; Elisabete Vasconcelos Sousa; Evandro Benedito Abate; Gabriela Pereira Vasters; Gilsinene Ferreira Cota
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

033.825/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Graziela Krohling Kunsch; Itaque Santana Barbosa; Juliana Dutra de Araujo Silva; Karina da Rocha Mariano; Leandro dos Santos Maciel
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

033.833/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Everton Fagner Costa de Almeida; Francilene Pereira dos Santos Silva; Isaac Danilo Santos Batista; Karla Haryanna Santos Moura; Lana Viviane Linhares da Costa Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

033.839/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mauro Sergio Zakia Jabur Arruda; Maurício Tadeu Teixeira; Renan Guilherme Nespolo; Wender de Souza Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

033.848/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Alyne Mendes Caldas; Amanda de Sousa Rego; Idinea Bezerra Correia; Patrícia Pinheiro Menegon; Sílvia Helena Muniz da Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

033.851/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anne Caroline Dallabrida; Anny Caroliny de Lima Rodrigues; Breno de Lima Silva; Caroline de Oliveira Santos Araújo; Celso Barini Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Representação legal: não há

033.857/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Michael Friedrich Otte; Milton Omar Córdova Neyra; Moisés Freitas Gomes Junior; Patrícia Roberta Santos Oliveira; Priscila Aline Rodrigues Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Representação legal: não há

033.858/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafaela Screnci da Costa Ribeiro; Rayane Thaynara Santos; Renata Lázara de Araujo; Rhafaela Marques Monteiro Salgado; Rhauan Ramagnolli Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Representação legal: não há

033.860/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Tamirez Martins Figueiredo; Tathiana Ferguson Motheo; Thalita Pavani Vargas de Castro; Valdir Pereira Gomes; Wesley Santana Correa de Arruda
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Representação legal: não há

033.861/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Willian José Bordin da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Representação legal: não há

033.872/2017-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fahrenheit Barbosa Amarante; Fernando Conde Veiga; Joelson Antonio dos Santos; Maicom Douglas Varella Costa; Mariana Miziara Amui
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

033.875/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Victor Lana Gonçalves; Warley Silva Gandra
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

033.880/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Natalia Moura Pacheco Cortez; Ricardo Pagliuso Regatieri
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

033.886/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Carolina Capellini Rigoni; Ana Cristina Borges de Aguiar; Ana Maria Justo; Hugo Ricardo Merlo; Josnei Antonio Novacoski
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

033.896/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcos Ferreira de Magalhães; Nivaldo Pereira de Morais Júnior; Norma Aparecida Costa dos Santos; Pedro Henrique Gonçalves; Poliana de Sousa Leite
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Goiás
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900233

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

033.908/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Vivian Rotuno Moure Valdameri
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

033.912/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Girliani Silva de Sousa; Girllaynne Gleyka Bezerra dos Santos; Jamille Mineo Carvalho de Magalhães; José Nivaldo da Silva Junior; João Marcelo Pontes Ferraz
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

033.920/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carolina Akiko Sato Cabral de Araújo; Elias Marques Ferreira de Oliveira; Hortência Cruz de Albuquerque; Héldon José Oliveira Albuquerque; Italo Roger Ferreira Moreno Pinheiro da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
Representação legal: não há

034.581/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Antônio Vieira da Silva Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Representação legal: não há

035.401/2017-6
Natureza: Representação
Representante: Staff Consultoria e Serviços Eireli - ME
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Representação legal: não há

036.052/2016-7
Natureza: Representação
Representante: Procuradoria da República no Amazonas
Órgão/Entidade/Unidade: Depósito Naval de Manaus
Representação legal: não há

Ministro BENJAMIN ZYMLER

003.543/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Maria Gambini Grechi
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

014.432/2017-0
Natureza: Solicitação
Solicitante: Maricleide Izidro da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Algodão de Jandaíra - PB
Representação legal: Moizaniel Vitorio da Silva (OAB/PB 11.435) e outros, representando Humberto dos Santos; José Leonardo de Souza Lima Júnior (OAB/PB 16.682), representando Maricleide Izidro da Silva

014.899/2001-7
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
Recorrente: Maria dos Anjos de Sousa Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Açailândia/MA
Responsáveis: Andréa Lacerda Martins Soares Branco; Deusdedith Alves Sampaio; Francisco das Chagas Pereira Vieira; Gilson Freire de Sant'anna; Gilson Freire de Santana; Gilzete Alves Sampaio Guimaraes; Ildemar Gonçalves dos Santos; Leonardo Lourenço de Queiroz; Maria dos Anjos de Sousa Almeida; Prefeitura Municipal de Açailândia - MA; Silney de Oliveira Budal
Representação legal: Thiago Sebastiao Campelo Dantas (OAB/MA 9.487), representando Maria dos Anjos de Sousa Almeida; Sebastião Souza da Silva (OAB/MA 598), representando Leonardo Lourenço de Queiroz; Mauricio Tadeu Dias Pereira (OAB/MA 7590) e outros, representando Gilzete Alves Sampaio Guimaraes; Mario Cesar Fonseca da Conceição (OAB/MA 5063), representando Gilson Freire de Sant'anna

031.624/2017-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Jose Antonio de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Goiás
Representação legal: não há

033.253/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Ana Lucia Alves Maykot; Crislene Gomes Custodio Padilha; Tatiane Fernandes Mendes da Silva Santos; Vanessa Paula Neves
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Trabalho
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

006.549/2017-9
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional do Índio
Responsável: Franklimberg Ribeiro de Freitas
Representação legal: não há

007.408/1996-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: 15ª Companhia de Engenharia de Combate - Comando do Exército
Responsáveis: Abilio Sizino de Lima Filho; Aldemir Cardozo Nunes; Aldrey Paucio da Silva; Algemiro Ambrosi Junior; Claudio Basilio Alves dos Santos; Eduardo Rivelino da Luz; Euler Rodrigues Alves Arrais; Fause Luiz Lomônaco; Jose Carlos Parmeggiani; João Maria Petruy; Julio Cezar de Medeiros Affonso; Laurindo Pereira da Silva; Luíz Eduardo Lima de Almeida; Nestor Mariani Filho; Sival Farias Ribeiro
Representação legal: Moacyr Amâncio de Souza (OAB/DF 17.969), Raul Silveira Bueno (OAB/PR 20.850), Cassie Mirella Trautmann (OAB/DF 17.050) e Sueli Ferreira Nunes (OAB/DF 12.120)

009.680/2001-3
Natureza: Recurso de Reconsideração (Prestação de Contas)
Recorrente: Luciana Valéria Pinheiro Gonçalves
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Cultural Palmares
Representação legal: não há

022.150/2012-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Sociedade de Investigações Florestais
Responsável: Sociedade de Investigações Florestais
Representação legal: Marinês Alchieri (OAB/MG 77.656-B), Simone Aparecida Teixeira (OAB/MG 110.447) e Iglesias Fernanda de Azevedo Rabelo (OAB/MG 100.269)

027.939/2014-6
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: Casa das Artes Ilê Aió e Fabio Viana da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Casa das Artes Ilê Aió
Representação legal: não há

030.664/2012-8
Natureza: Monitoramento (Pensão Civil)
Interessados: Bruno de Almeida da Silva; Davi de Almeida Dutra e Thiago de Almeida Dutra da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: Elizabeth Alves de Oliveira (OAB/DF 27.258)

036.528/2011-0
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Jomar Fernandes Pereira Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA
Representação legal: José Cavalcante de Alencar Júnior (OAB/MA 5.980) e outros

Ministro BRUNO DANTAS

000.638/2014-5
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Raimunda Pereira dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará
Representação legal: não há

001.606/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Asclepiades Vasconcellos de Abreu; Asclepíades Vasconcellos Abreu; Asclepíades Vasconcellos Abreu; Carlos Baldez de Carvalho; Carlos Baldez de Carvalho; Denise Richard Pontes
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há

001.707/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Ramos dos Santos; Francisca Maria Gomes de Oliveira; Juracy de Barros Monturil; Marcello Zamboni; Narciso Mori Júnior
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: não há

001.796/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Claudia Batista de Freitas; Djanira Maria da Conceição; Emilia Gogola Neto; Francisca Batista de Freitas; Henrique Batista Freitas; Julia Teixeira de Sausa; Maria Ruth Freitas da Silva; Paulo Batista Freitas; Teresinha Virginio Linhares; Urania do Nascimento de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

001.815/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Arehy Honorato Fraga
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há

001.839/2007-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Cecilia Gouvêa Ferah; Andréa Carla de Sousa; Antonio Paulo Gouvêa Ferah; Diana Oliveira Souza; Elizabeth Dias Moretz-sohn; Elizabeth Dias Moretz-sohn Neta; Francisca de Moura Lima; João Carlos de Sousa; Margarida Maria Magalhães Freire; Maria Rafaella Lopes Felix; Nayana Freire Fernandes de Negreiros; Nádja Maria Lopes Felix; Perla Batista de Moura Lima; Philippi Moretz-sohn dos Santos; Rômulo Justino de Sousa; Thiago Silva Moretz-sohn
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

001.887/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Deolinda Rosario Funez; Raimunda Nonata Nogueira Viana
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: não há

002.893/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Matheus Martins Gaiato
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo
Representação legal: não há

003.031/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adler de Castro Amorim; Alexandre Francisco dos Santos Junior; Bruno Moraes de Abreu; Pedro Cortes Andrade; Tatiana Pessanha Noel; Tatiana Rodrigues de Oliveira Santos; Thiago Nascimento Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia das Docas do Estado da Bahia
Representação legal: não há

003.499/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafael Cruz Bandeira; Wagner Costa Guimarães
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: não há

003.553/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Adalgisa Ribeiro dos Santos; Aidea Ferreira Aresta; Anita Ferreira dos Santos; Eugracia Almeida de Miranda Sampaio; Preciosa Monteiro Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

003.555/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Azenaide Silvano Pereira de Deus; Maria de Lourdes Pinto de Oliveira; Olindina Ana Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

003.616/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Adorinda Almeida de Oliveira; Jairenice Feliciano Diogenes; Martinha Neres de Barros; Nilce Goes de Araujo; Zenit de Alcantara Enes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

003.620/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Domingas Franca dos Santos Barbosa; Francisca Lucimar de Almeida Henrique; Joana Maria de Jesus Gomes; Lusia de Sousa Vieira; Maria Sherley Rodrigues Pires
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

003.621/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Alcina Moura de Souza; Lucia Maria de Oliveira; Maria das Graças Silva dos Santos; Maria de Assis Pimentel Galiza; Olgarina Carvalho de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

003.624/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Benedita Maria Bastos Campelo; Elenir Maria Coutinho Tostes Moura; Maria Jose Arruda; Maria Oneide dos Santos Ferreira; Vilma Luiz dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

003.625/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Avilia Maria Biasi Rodrigues; Maria Serja Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

003.728/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Evandro Santos Lourenço
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo
Representação legal: não há

006.431/2016-0
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público Federal
Responsáveis: Marcelo Fortes Barbieri; Wilson Chediek
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Araraquara - SP
Representação legal: Ricardo Jose dos Santos (OAB/SP 261.788), representando Marcelo Fortes Barbieri e Wilson Chediek

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900234

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

009.056/2016-5
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Penápolis/SP
Representação legal: não há

019.338/2013-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Francisco José Ferreira da Costa; Mateus dos Santos Frazão
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: Ivana Ludmilla Villar Maia (OAB/PB 10.466) e outros, representando Mateus dos Santos Frazão

020.642/2011-3
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Jose Vanir Alves Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Paraná
Representação legal: Valter Luiz de Almeida Junior (OAB/PR 50.624)

022.855/2013-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria das Dores de Carvalho Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

024.528/2014-5
Natureza: Representação
Representante: Carolina da Silveira Medeiros
Responsável: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Interessados: Carolina da Silveira Medeiros; Procuradoria da República/RS - MPF/MPU
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

024.896/2017-9
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2016
Responsáveis: Luciana Alves Vieira; Marli Sorel de Araújo Gonçalves; Tereza Eugenia Maria Infante de Jesus Breves Beiler
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás
Representação legal: não há

028.312/2017-1
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Jurandy dos Santos Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

028.446/2017-8
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba
Responsável: Ednacé Alves Silvestre Henrique
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Monteiro/PB
Representação legal: não há

028.590/2016-3
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2015
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos
Responsáveis: Adriano Massuda; Antonio Carlos Campos de Carvalho; Carlos Augusto Grabois Gadelha; Clarice Alegre Petramale; Eduardo Jorge Valadares Oliveira; Eduardo de Azeredo Costa; Jarbas Barbosa da Silva Junior; Joselito Pedrosa; José Miguel do Nascimento Júnior; Kellen Santos Rezende; Leonardo Batista Paiva; Luiz Armando Erthal; Márcia Luz da Motta; Nadja Naira V Mayrink; Noemia Urruth Leao Tavares; Roberta Buarque Rabelo; Rodrigo Fernandes Alexandre; Vania Cristina Canuto Santos
Representação legal: não há

029.955/2017-3
Natureza: Representação
Representante: Roberto Gil Leal Faria
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres; Superintendência Regional do Dnit no Estado do Espírito Santo
Representação legal: Paulo Sergio Bezerra dos Santos e outros, representando Agência Nacional de Transportes Terrestres

031.791/2017-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Tania Steding Jessen
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

000.641/2018-9
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2017
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS
Responsáveis: Alencar Minoru Izumi; Amaury Rodrigues Pinto Júnior; Andre Luis Moraes de Oliveira; Gerson Martins de Oliveira; Helena Hikari Tominaga; José Norberto Pinheiro de Oliveira; João de Deus Gomes de Souza; Nery Sá e Silva de Azambuja; Ricardo Geraldo Monteiro Zandona
Representação legal: não há

000.976/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Amanda Fabia Dourado de Souza Ramos; Amanda Santos Silva; Amanda Suelem dos Santos Mendonca; Amélia Ferreira da Silva; Ana Flavia Cusman; Ana Flavia de Almeida Sales; Ana Luiza da Cunha Cruvinel; Ana Paula Alves de Moraes; Ana Paula Borelli David; Ana Paula Costa Aguiar
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

000.978/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Ribeiro Cavalcante; Andre Vicente da Silva; Andressa Barbosa Silva; Andressa Souza dos Prazeres; Andressa da Rocha Monteiro; Andrey Fernandes Prestes; Anna Laura Rezende Santos; Anna Paula Brito Dutra; Antonio Gomes Rodrigues; Antonio Marcelino de Sousa Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

000.984/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniella Miceli de Oliveira; Danielle Albano Silva; Danielle Flavia da Silva Santos; Danilo Morais Brito; Danilo Oliveira Santos; Danilo Quirino da Silva; Danilo Ribeiro Barbacena; Dauryellen Mendes Lima; Diego Bortolini; Diego de Matos Lautenchleger
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

000.988/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabio Tosi Di Donato; Fabio da Costa Batista Gomes; Felipe Afonso Rezende Vieira; Felipe Augusto Krebs; Felipe Campos Raimundo; Felipe da Silva Ribeiro; Felipe de Araujo Martins dos Santos; Fernanda Braga Silva; Fernanda Calice Santos; Fernanda Goncalves Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

000.996/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Italo Antonio Silva Cordeiro; Italo Bruno Brito dos Santos; Italo Leite Ferreira Portinho; Italo Rafael Machado de Carvalho; Italo de Souza Silva; Itamar Rafhael Goncalves da Silva; Itamor Batista Filho; Itana Gomes Goes; Ittalo Nyxon Sousa Costa; Iuri Patrick Machado Goulart
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

001.000/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Janelson Lucas Dias Feitosa; Janine Barbosa de Souza Galindos; Janior de Souza Pereira; Janmson Sanmunielsen Alencar Alves dos Santos; Jaqueline da Silva Pereira; Jaquelline Barros de Oliveira; Jardel Alves Oliveira; Jarliane Souza Diniz Menezes; Jarson Brenner Borges Passos; Jaumi Dantas Freire
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

001.005/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joao Fernando Ramiro Arruda; Joao Guilherme Grandizoli Gomes dos Santos; Joao Henrique Monteiro da Silva; Joao Inacio de Matos Junior; Joao Italo dos Reis Queiroz; Joao Lucas Carneiro Ribeiro da Silva; Joao Lucas Hidalgo Dionisio; Joao Lucas de Santana Silva; João Eduardo Galvão Guimaraês; João Ferraz Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

001.010/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jorge Boanerges de Almeida Silva; Jorge Helson Pereira Braga; Joscimara Nunes Lemos; Jose Anselmo Morais Leite; Jose Aragao Felix; Jose Auto Araujo Neto; Jose Carlos Bahir de Andrade; Jose Celso Griebler Junior; Jose Eduardo Flores da Silva; Jose Erivanio dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

001.013/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Matheus de Moraes Rocha; Mayara Gabrielle dos Santos Lira; Neilza Nogueira da Silva; Pablo Leite Cunha; Paulo Ricardo Pereira Coelho; Paulo Roberto Giampietro Junior; Paulo Sergio da Silva Leite; Rafael Czekalski; Rafael Marim de Vasconcelos; Regiane de Almeida Griza
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

001.023/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabyelle Christinne Pucci do Nascimento; Felipe Wirth Quiney; Felippe Brum Costa; Gisele Monteiro da Silva Mattos; Iraciel Raimundo Costa; Israel José Barbosa; Leonardo Pires Moura; Lúcio Flávio Gomes de Lima; Marcela de Castro Reis; Mariana Grziwotz Scienza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Trabalho
Representação legal: não há

001.264/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ivan Santos de Melo; Luis Ricardo Santos; Maria da Conceição Pereira Franca; Maria das Graças Silva Bogea; Paulo Sergio de Ruiz Almeida; Ricardo Mota Pirotelli Reis e Silva; Virgilina da Silva Mendes Azevedo
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Órgãos Extintos
Representação legal: não há

001.763/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Gilda Helena Walker Gusmão; Ildefonso Rodrigues de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

001.856/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Edith Cararo Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

002.052/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Ezio Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima
Representação legal: não há

002.062/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adão Marciano Vieira; Manuel Cavalcanti Pessoa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

002.365/2018-9
Natureza: Representação
Representante: Agiel - Agência de Integração Empresa Escola Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

009.121/2012-9
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Maria Pinho de Bittencourt; Rosa Maria de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina
Representação legal: não há

019.243/2015-4
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Instituto Xopoto de Desenvolvimento Social, Economico e Ambiental
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

021.564/2013-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antônio Januário Torres da Silva; Bráulio Nunes Uchoa Neto; Donizete Alves de Sousa; Ilson Freire Lobo
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

022.995/2017-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu/PR
Responsáveis: Instituto Técnico de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária; Jair Costa da Silva; Simone Cristina da Conceição Oliveira
Representação legal: não há

023.375/2017-5
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2016
Responsáveis: Ana Maria Soares de Moraes; Flávio Pires Ferreira Clementino; Luciano de Sousa Campos Pereira; Maria das Gracas Cabral Viegas Paranhos
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Representação legal: não há

024.318/2016-7
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2015
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Responsáveis: Carlos Alberto de Paula; Carlos Marne Dias Alves; Esdras Esnarriaga Júnior; Fabio Henrique de Sousa Coelho; José Maria Freire de Menezes Filho; José Roberto Ferreira; Maurício de Aguirre Nakata; Sergio Djundi Taniguchi
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900235

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

024.507/2013-0
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2012
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Responsáveis: Afonso Celso Brandao Nina; Agno Nonato Serrao Acioli; Albertino de Souza Carvalho; Aloncio de Oliveira; Ana Grijo dos Santos; Antonio Jose Vale da Costa; Antonio Pereira de Oliveira; Arminda Rachel Botelho Mourão; Ayres Mardem Almeida do Nascimento; Camila Rocha dos Santos; Carlos Augusto Gomes de Almeida; Carlos Roberto Viana Pinto; Celina de Fatima Monte Botelho; Charles Antonio Amorim Vale; Cicero Augusto Mota Cavalcante; Claudio Cesar dos Santos Duarte; Clynio de Araujo Brandão; Cláudio Dantas Frota; David Lopes Neto; Dirceu Benedicto Ferreira; Edilamar Rocha Lino da Silva; Edilson da Costa Albarado; Edson de Oliveira; Edson de Oliveira Andrade; Elderlando Nicolino Lamarao; Flavia Nathalia Gondim Rosa; Francisco Benedito Gaspar de Melo; Francisco Chagas Parente de Araujo Junior; Geider Simoes de Lemos; Guiomar Ramos Mirandola; Hedinaldo Narciso Lima; Ilton da Silva Pereira; Iolete Ribeiro da Silva; Izete Rodrigues Rabelo; Jamal da Silva Chaar; Jardel Eric Silva Pimentel; Joao Bosco Nery de Oliveira; Joao da Silva Araujo; Jordana Luzia Barbosa Mota; Jose Alcimar de Oliveira; Jose Bezerra Maricaua; Jose Eduardo Gomes Domingues; Jose Ricardo de Sousa; Jose de Ribamar da Silva Nunes; José Roberto Tadros; Kenne Kayoly de Lima Yamaguchi; Lenise Socorro Benarros de Mesquita; Lourivaldo Rodrigues de Souza; Lucidio Rocha Santos; Luiz Carlos Bonates de Oliveira; Luiz Frederico Mendes dos Reis Arruda; Marcus Luiz Barroso Barros; Maria Augusta Bessa Rebelo; Maria Hermengarda de Oliveira Junqueira; Maria de Meneses Pereira; Marina das Graças de Paula Araújo; Mariomar de Sales Lima; Michele Cristina Lima de Oliveira; Milton Cesar Costa Campos; Márcia Perales Mendes Silva; Nabor da Silveira Pio; Natanael Gadelha da Silva; Neliton Marques da Silva; Nelson Matos de Noronha; Newton da Silva; Nikeila Chacon de Oliveira Conde; Nilson Barroncas Maquiné; Odineia do Socorro Pamplona Freitas; Patricia Maria Melo Sampaio; Raimundo de Oliveira Lucena; Ricardo José Baptista Cavalcante; Roberto Luiz Bezerra; Ronaldo Vitoriano Bastos; Rubem Alves da Silva Junior; Rosana Cristina Pereira Parente; Sandra Helena da Silva; Sebastião Carlos Cabral; Sheila Furtado Farias; Silvia da Silva Mourão; Sonia Maria da Silva Carvalho; Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas; Valdejane Tavares Kawada; Valdelário Farias Cordeiro; Vicente Ferreira de Lucena Junior
Representação legal: Não há

030.125/2017-0
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2016
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Responsáveis: Cândida Alves Leão; Rosa Maria Zuccaro; Silvia Regina Pondé Galvão Devonald; Wilson Fernandes
Representação legal: não há

031.168/2017-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonia Luiz de Carvalho; Aracy Lima da Silva; Ednir Vieira Sampaio; Etelvina Maia Carvalho; Eurides da Silva Cruz; Josias Soares da Silva; Maria Eunice Cabral da Silva; Maria da Conceição de Souza Marie; Maria das Graças de Freitas Breves; Maria do Socorro Freire Dourado
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima
Representação legal: não há

034.155/2017-1
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeituras Municipais do Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

000.492/2018-3
Natureza: Representação
Representante: Urbaniza Engenharia Consultiva Ltda
Interessado: Urbaniza Engenharia Consultiva Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Parauapebas/PA
Representação legal: não há

000.823/2018-0
Natureza: Representação
Representante: BTM Comércio de Brindes Ltda ME
Interessado: BTM Comércio de Brindes Ltda. - ME
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes (NEPMV)
Representação legal: não há

001.877/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antonio Alves da Mota; Raimunda Maria de Oliveira; Suzanne Siegrist Denys
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Relações Exteriores
Representação legal: não há

003.575/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Manoel Pereira de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Trabalho e Emprego (extinto)
Representação legal: não há

005.876/2015-0
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
Responsáveis: Valcir Moreira Págio; Wilson Berger Costa
Requerente: Wilson Berger Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio/ES
Representação legal: Luciberia Pagotto Zorzal (OAB/ES 10424)

012.553/2013-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pacoti/CE
Responsáveis: Francisco Rômulo Cruz Gomes; Mônica Maria Bezerra de Aquino; Município de Pacoti/CE
Representação legal: José Abílio Pinheiro de Melo (OAB/CE 14899), representando Francisco Rômulo Cruz Gomes; Paula Cruz Oliveira (OAB/CE 23514), representando Prefeitura Municipal de Pacoti/CE

017.011/2017-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Garrafão do Norte/PA
Responsável: Jose Juraci Linhares de Lima
Representação legal: não há

025.029/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gislaine Zulli; Iulla Naiff Rabelo de Souza Reis; Jose Carlos Guedes da Silva Junior; João Carlos Piedade Vannucci; Juliana D'avila Ferreira Viana Martha; Luis Alexandre Soares da Silva; Luiz Cláudio Teixeira Herig; Luiz Fernando Zmetek Granja; Magno Alves Martins da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Representação legal: não há

025.031/2017-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alberto de Andrade Fernandes; Bruna Faraj de Andrade Lannia; Carmen Lucia Novis Cardoso; Cristal dos Santos Cerqueira Coutinho; Luciana Dalla Vechia Bastos; Manuela Fontana; Marla Mateus de Lima Chraim
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Representação legal: não há

025.058/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caroline Goltz; Cassia de Souza Mota; Cid da Silva Garcia Monteiro; Clarissa Teixeira Araujo do Carmo; Daniel Drummond Dutra Luz Machado; Daniel Mello Pinho; Daniel de Sousa Matos; Daniele Pereira da Silva Dalto; Daniele Pires de Castro; Daniella Pingret de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Representação legal: não há

025.065/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernanda Souza Barradas; Flavia Alice Praca Nogueira; Flavia Silva Monteiro Martins; Flavio Alcantara Queiroz; Flavio Tulio Fernandes Vaz de Carvalhaes; Gabriel Barreto Magalhães; Gabriela de Franca Menezes; Gisele Lara de Almeida; Graziela Salvan Cerveira; Guilherme Moreira Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Representação legal: não há

025.067/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Livia de Carvalho Freire; Luciana Portal da Silva; Marco Antonio Castelo Branco Samuel; Marcos Eduardo Pizetta Palomino; Maria Cecilia de Cerqueira Barbosa; Maria Marins de Castro Souza; Mariana Bertonceli Silva; Mariana Camargos de Paula; Mariana Coutinho Brum; Mariana Marinho e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Representação legal: não há

025.070/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafael Rodrigues da Silva Cardoso; Rafael de Carvalho Gomes; Rafael dos Santos Valente; Vinicio Coelho da Silva; Vinicio da Silva Lopes Avelino; Zaira Bruna Hoffmam
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Representação legal: não há

033.309/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jose Lucas de Araujo Barroca
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Trabalho e Emprego (extinto)
Representação legal: não há

033.365/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Raquel Cristine de Paiva Moraes; Raul Flores da Fonseca; Rhodrigo da Venda Santana; Ricardo Neves da Motta; Rodrigo Carvalho Lamim Furtado; Rony do Espirito Santo Baptista; Solange Santolin; Soraya Sales dos Santos e Silva; Suelen Barboza Teixeira; Susana Muller
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Representação legal: não há

033.366/2017-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thais Helena de Torres Bilek; Tiago Assis Mendes Ferreira; Tiana Gonçalves; Valmir Antonio Schneider Junior; Vicente de Santa Cruz Freitas; Virginia Riani Murdocco; Vitor Dantas Gama; Vitor Pitta de Souza; Vivian Iris Barcelos; Vivian Menezes Leandro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Representação legal: não há

033.944/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Figueiredo Cima; Adriana Machado Froes; Cleyton Martins da Silva; Edgar Jose Garcia Neto Segundo; Henrique Apolinario Rody; Marcello Arrais Lima; Marcelo Rocha Lopes; Moises de Souza Gomes; Patricia Brito Sampaio
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

001.613/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Djalma dos Santos Galvao; Jose Patricio Pereira de Souza; Jose Patricio Pereira de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
Representação legal: não há

001.636/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Jose Gomes; Vivaldo Rayol Lobo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Meteorologia
Representação legal: não há

001.688/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Goncalves de Aguiar Filho; Maria das Merces Silva Lira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

001.867/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Terezinha da Conceição Alves Pedro
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

001.869/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Iara Farinha; Leda Pereira Munhoz; Lisete Balarine Pereira; Maria Leonidia Pereira Feijo; Sonia Nunes da Costa; Sueli Bitencourt dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

001.879/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Amelia Luiza da Silva; Ana Lopes de Souza; Aurora Guerra Correa
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

003.606/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Guiomar Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Sergipe
Representação legal: não há

003.609/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria do Carmo de Sousa do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará
Representação legal: não há

003.648/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Orocilda Alves Iung
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

003.776/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Breno Diogo de Carvalho Camargo; Diego Rodrigues Nunes; Diogo Carneiro Ferreira; Mariana Azevedo Godoy; Renata da Costa Santos; Rodrigo de Moraes Rodrigues; Thamiris de Oliveira Lima; Vitor da Silva Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Águas
Representação legal: não há

003.880/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisco Gentil Nogueira Filho; Jose Stenio Mourao Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Ceará
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900236

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

003.911/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Luiz Sergio Campos Coutinho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

003.941/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adroaldo Schulz Machado; Amaury Braga de Freitas; Bruno Joaquim Cunha Priante; Carlos Eugenio Gaspary Cabeda; Cezar Antonio Cortiana Machado; Claudio Nelson Esteve Echeverria; Domingos Moraes da Silveira; Edson Farias Garcia; Enaudi Pedro Pivetta; Ângela Pernas Escosteguy
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

003.957/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: José Antonio da Silva; José Edmundo Brandão
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Espírito Santo
Representação legal: não há

004.013/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Roberto Kazuaki Hirata
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Paraná
Representação legal: não há

005.537/2018-5
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Estado da Cultura do Amazonas
Representação legal: não há

015.298/2016-7
Natureza: Representação
Representante: Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
Representação legal: não há

015.407/2010-1
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Angela Maria Gonçalves
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado da Bahia
Representação legal: não há

016.324/2017-0
Natureza: Representação
Representante: Maria das Graças Gallindo Carrazzoni, prefeita do município de Itambé/PE
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itambé/PE
Representação legal: não há

019.971/2012-5
Natureza: Reforma
Interessado: Jose Francisco Portela Elias
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas (MD/CE)
Representação legal: não há

029.247/2014-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Cassio Luis da Silva Biscarde; José Arivaldo Ferreira Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Nova Soure/BA
Representação legal: Glauco Alves Mendes (OAB/BA 16.050) e outros, representando o município de Nova Soure/BA; Sanzo Kaciano Biondi Carvalho (OAB/BA 14.640), representando José Arivaldo Ferreira Soares; Katia Simone Araujo de Almeida Biscarde (OAB/BA 10.829), representando Cassio Luis da Silva Biscarde

029.678/2017-0
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2016
Responsáveis: Arquivaldo Bites Leao Leite; Degmar Jacinto Pereira; Sebastiana de Oliveira Batista
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Goiás
Representação legal: não há

031.594/2016-6
Natureza: Representação
Representantes: Eduyvas Lima Leite; Victor Hugo de Andrade B. Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Química XIX Região (PB)
Representação legal: não há

031.837/2017-4
Natureza: Representação
Representante: George Oliveira Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Iranduba/AM
Representação legal: não há

033.453/2017-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Benedito de Araujo Lopes; Benes Cavalcante Estevam; Carlos Roberto de Souza; Carmelio Manoel Dantas; Clair Maria Manzatto; Cleverson Silva Siquara; Cristina Maria da Silva Mendes; Daniel Marinho dos Santos; Delmo Holier Alves; Detruides Jose da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há

033.456/2017-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Nelson Simermann; Nilza Muniz Junqueira; Orlando Alves Maia; Petronilo Moura dos Reis; Reinaldo Rosa Pires; Renilda Maria Ferreira; Ricardo Portas Dias dos Santos; Sandra Regina Tarcitano; Sebastiao Vaz dos Reis; Sergio Fonseca
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há

033.535/2017-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: José Maria Pimentel Neto; Júlia Maria Teodoro
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal Militar
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro VITAL DO RÊGO

044.005/2012-1
Prestação de contas relativa ao exercício de 2011 da Fundação Universidade Federal de Rondônia
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia
Responsáveis: Adeilton Fernandes da Costa; Ademar Silva Scheidt Junior; Adilson Siqueira de Andrade; Adjalma Campos de Franca Neto; Aedjota Matos de Jesus; Alisson Dioni Gomes; Almeida Andrade Casseb; Ana Fanny Benzi de Oliveira Bastos; Ana Lucy Caproni; Ana Maria de Lima Souza; Anderson Moronha Soares; Antonio Claudio Barbosa Rabelo; Antonio Ferreira Neves Filho; Antônio Carlos Maciel; Aparecida Augusta da Silva; Aparecida Luzia Alzira Zuin; Ariveltom Cosme da Silva; Beatriz Machado Gomes; Carlos Alberto Tenorio de Carvalho Júnior; Carlos Alberto de Lima Siqueira; Carlos Luís Ferreira da Silva; Carlos Pereira de Brito; Celio Jose Borges; Charles Carminati de Lima; Charles Dam Souza Silva; Claudemir da Silva Paula; Claudimir Catiari; Claudio Luiz do Amaral Santini; Cícero Hildenberg Lima de Oliveira; Dante Ribeiro da Fonseca; Denise Andrade; Djanilson Amorim da Silva; Dorisvalder Dias Nunes; Dorosnil Alves Moreira; Edna Maria Cordeiro; Eleonice de Fátima Dal Magro; Elizabeth Antônia Leonel de Moraes Martines; Eunice Luiza Johnson Batista; Fabricio Donizeti Ribeiro Silva; Fabricio Moraes de Almeida; Francisca Chagas Soares Neta; Francisco Estácio Neto; Francisco Fernandes Pereira; Fábio Ferreira da Silva; Fátima Aparecida de Souza Maia Queiroga; Geraldo da Silva Correia; Gerson Flores Nascimento; Gunther Brucha; Iracy Soares de Aguiar; Ivanda Soares da Silva; Ivete de Aquino Freire; Jair de Oliveira Pinheiro; Joel Bombardelli; Jorge Luiz Coimbra de Oliveira; Jose Eduardo Martins de Barros Melo; Jose Juliano Cedaro; Jose Otavio Valiante; Jose Pereira Ramos; Josenildo de Souza e Silva; Josenir Lopes Dettoni; Josué da Costa Silva; José Ferreira Costa; José Januário de Oliveira Amaral; José Lucas Pedreira Bueno; José Maria Lopes Júnior; José Roberto de Maio Godoi; João Gilberto de Souza Ribeiro; Julio Cesar Barreto Rocha; Juracy Machado Pacífico; Júlio Robson Azevedo Gambarra; Júlio Sancho Linhares Teixeira Militão; Karla Roberto Sartin; Lara Cristina Cioffi; Laércio do Carmo Rodrigues; Lenilson Sergio Candido; Leonardo Severo da Luz Neto; Loidi Lorenzzi da Silva; Luciana Fabiano dos Santos Uchoa; Luciene Batista da Silveira; Lucinda Maria Dutra de Souza Moreira; Luiz Guilherme Ferro Costa Veppo; Luã Silva Mendonça; Lúcia Rejane Gomes da Silva; Marcelo Vergotti; Marcos de Sousa; Marcus Fernando Fiori; Maria Bernadete Junkes; Maria Cristina Victorino de França; Maria Ivonete Barbosa Tamboril; Maria Luiza Lopes de Oliveira Santos; Maria das Graças Silva Nascimento Silva; Maria do Carmo dos Santos; Maria do Socorro Pessoa; Marilsa Miranda de Souza; Mauro Márcio de Paula Rosa; Maurílio Galvão da Silva; Miguel Joaquim Sant Anna Filho; Naychê Tortato Vieira; Paulo Renato Vitória Calheiros; Paulo de Tarso Carvalho de Oliveira; Pedro Albino de Aguiar; Pedro Di Tarique Barreto Crispim; Petrus Luiz de Luna Pequeno; Raitany Costa de Almeida; Ricardo Gilson da Costa Silva; Ricardo Santos de Abreu; Samantha Sulamita Soares; Santina Rodrigues Santana; Sylviane Beck Ribeiro; Thallisson Lopes; Theophilo Alves de Souza Filho; Tiene Medeiros de Castro; Tânia Mara Monteiro Afonso Coelho; Tânia Suely Azevedo Brasileiro; Valdir Aparecido de Souza; Valdir Vegini; Valéria de Oliveira; Verônica Ortiz Alvarenga
Representação legal: José de Almeida Júnior (OAB/RO 1.370) e outros
Interessados em sustentação oral:
- José de Almeida Júnior (OAB/RO 1.370), em nome de JOSÉ JANUÁRIO DE OLIVEIRA AMARAL
- Joel Bombardelli, em nome próprio

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

004.365/2017-8
Representação formulada pela Selog, dando conta de irregularidades na condução, pelo Inep, da Concorrência 1/2017.
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Representação legal: não há

004.759/2018-4
Representação, formulada pela empresa Neo Consultoria e Administração de Benefícios EIRELI - ME, noticiando irregularidades no edital do Pregão Eletrônico 2/2018, promovido pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - IFMS - Campus Naviraí.
Representante: Neo Consultoria e Administração de Benefícios
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

005.060/2015-0
Tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal contra Sindicato Rural de Santa Vitória/MG, em razão de irregularidade na celebração do Contrato de Repasse 178.661-47/2005.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Interessado: Ministério do Turismo
Responsável: Sindicato Rural de Santa Vitoria
Representação legal: Rogério de Oliveria (OAB/MG 91.403)

008.794/2013-8
Recurso de reconsideração interposto por Orlando de Oliveira Filho contra o Acórdão 2.212/2016 - TCU - 1ª Câmara.
Recorrente: Orlando de Oliveira Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Buerarema - BA
Representação legal: Vinicius Ibrann Dantas Andrade Oliveira (33494/OAB-BA)

011.773/2015-4
Tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) contra Assis Ribeiro de Matos, ex-prefeito do Município de Luislândia/MG.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Luislândia - MG
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Fnde
Responsável: Assis Ribeiro de Matos
Representação legal: não há

013.408/2015-1
Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República contra a Associação Daniel Comboni e Armindo da Silva Dinis.
Órgão/Entidade/Unidade: Associação Daniel Comboni
Interessado: Secretaria Especial de Direitos Humanos
Responsáveis: Armindo da Silva Dinis; Associação Daniel Comboni
Representação legal: não há

016.992/2015-6
Tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) contra Benedito Barbosa Moreira.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Estreito - MA
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Responsável: Benedito Barbosa Moreira
Representação legal: não há

017.335/2016-7
Tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos, no exercício de 2010, ao Município de Central do Maranhão/MA.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura de Central do Maranhão - MA
Interessado: Fundo Nacional de Assistência Social
Responsável: Irã Monteiro Costa
Representação legal: Luiz Carlos Albuquerque

026.042/2014-2
Recurso de reconsideração interposto pelo Município de Palmares Paulista/SP contra o Acórdão 7.420/2016-TCU-Primeira Câmara.
Recorrente: Município de Palmares Paulista/SP
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Palmares Paulista/SP
Representação legal: Vicente Augusto Baiochi (147865/OAB-SP)

Ministro BENJAMIN ZYMLER

001.078/2014-3
Embargos de declaração opostos em face do Acórdão 10.881/2017-1ª Câmara, mediante o qual não foi conhecido recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 5.125/2017-1ª Câmara, proferido em sede de tomada de contas especial.
Recorrente: Luiz Gustavo Souza Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Representação legal: Polyana Motta Zeller Ferrari (OAB/SP 174.022); Magno Israel Miranda Silva (OAB/DF 32.898); Cláudia Sayuri Shigekiyo Miranda Silva (OAB/DF 33.039) e Keytiane de Jesus Bragança (OAB/DF 42.191)

012.206/2014-8
Recurso de reconsideração interposto pelo Instituto Brasil Central e pelo sr. Ricardo Barbosa de Lima contra decisão que, ao apreciar irregularidades em convênio destinado a financiar a "I Ciranda Cultural do Cerrado", julgou irregulares as contas do recorrente, condenou-os solidariamente em débito e aplicou-lhes multas individuais.
Recorrentes: Instituto Brasil Central Ibrace; Ricardo Barbosa de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Goiás
Interessado: Ministério do Turismo
Responsáveis: Instituto Brasil Central Ibrace; Ricardo Barbosa de Lima
Representação legal:
Dorival Salomé de Aquino (OAB/GO 17.635)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900237

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

013.367/2015-3
Embargos de declaração opostos contra acórdão que negou provimento a recurso de reconsideração interposto contra acórdão proferido em tomada de contas especial instaurada em razão da não aprovação das contas do Convênio MDA 145/2003.
Recorrentes: Altemir Antônio Tortelli e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: Maria Loiva de Andrade (OAB/SC 8.264), representando Altemir Antônio Tortelli e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul

014.452/2010-3
PESSOAL. PENSÃO CIVIL. URP.

Interessados: Adalgisa Maria Dias Nogueira; André Luiz Barbosa Rodrigues; Anne Caroline Lisboa Barbosa; Beatriz Andrade Beleza; Camila Martins da Silva; Carlos Wellington Carneiro; Claudia Felicia Falluch Balduino Ferreira; Conceição Aparecida Oliveira Sangaleti; Deosair Damasio de Sousa; Eduardo de Almeida Presser; Erika Martins da Silva; Eva Guedes França Rocha; Fernando Pereira de Amorim; Francisco de Assis Trindade Beleza; Hercy Pessoa Barbosa Rodrigues; Hilma da Silva Gomes Abrantes; Joana Padre de Souza Fábio; Karine de Oliveira Sangaleti; Kássia de Oliveira Sangaleti; Lúcia Maria Carvalho Frota Mattos; Laura Girade Correa; Laurista Correa Filho; Lucas Martins da Silva; Luciana Togeiro de Almeida; Malvina Corujo de Azevedo Lopes; Marcel Auguste Dardenne; Margarida Celestina do Nascimento; Maria Angélica Souto Vidal; Maria Lúcia dos Santos; Maria da Penha Brito Carneiro; Maria de Lourdes Moura de Arruda; Maria do Carmo Amorim; Mariana Barbosa Rodrigues; Matheus Souto Vidal; Regina Maria Orth de Aragão; Rosangela Barbosa Ribeiro; Senhorinha Martins da Silva; Taciana Dias Nogueira; Thalita Souto Vidal; Vera de Paula Ribeiro; Victor Paes de Barros Leonardi; Victor de Almeida Presser
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília
Representação legal : não há

021.606/2016-1
Embargos de declaração opostos por Gilberto Schwarz de Mello ao Acórdão 9789/2017 - 1ª Câmara.
Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Responsáveis: Flavio Daltro Filho; Gilberto Schwarz de Mello
Recorrente: Gilberto Schwarz de Mello
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães - MT
Representação legal: Carlos Arruda de Carli (OAB/MT 14.691), representando Flavio Daltro Filho;
Fábio Luiz Palhari (OAB/MT 19.255-O), representando Gilberto Schwarz de Mello

022.996/2015-0
Tomada de contas especial instaurado em razão da omissão no dever de prestar contas de recursos repassados pela União para execução de convênio que teve como finalidade apoiar o projeto "Encontro de Artista Negro".
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos
Representação legal: não há
Interessado: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Responsáveis: Antônio Pompeo e Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro - Cidan

Ministro BRUNO DANTAS

001.373/2015-3
Recurso de reconsideração interposto por Rildo Carvalho da Cunha, ex-prefeito de Santa Efigênia de Minas/MG, em face do Acórdão por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, imputou-lhe débito e aplicou-lhe multa.
Recorrente: Rildo Carvalho da Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Santa Efigênia de Minas - MG
Representação legal: Geraldo de Souza Moraes, representando Rildo Carvalho da Cunha

003.838/2008-0
Tomada de Contas Especial. Condenação do Município de Natal. Pagamento parcelado em 36 vezes. Pagamento de 75% do débito. Inadimplência de 8 parcelas restantes. Autorização excepcional para continuação dos pagamentos das parcelas remanescentes. Exceção ao vencimento antecipado da dívida.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Natal/RN
Responsáveis: Enildo Alves; Município de Natal/RN
Representação legal: Fernando Pinheiro de Sá e Benevides, representando Município de Natal/RN; André Augusto de Castro (OAB/RN 3.898), representando Enildo Alves

008.644/2013-6
Pedidos de reexame interpostos por Maria Amélia Trevizam Gaspar e Maria Castora Ribeiro contra decisão que considerou ilegais seus atos de aposentadoria.
Recorrentes: Maria Amélia Trevizam Gaspar e Maria Castora Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná
Representação legal: Marcelo Trindade de Almeida (OAB/PR 19.095), João Luiz Arzeno da Silva (OAB/PR 23.510) e outros, representando Maria Amélia Trevizam Gaspar e Maria Castora Ribeiro

008.875/2015-4
Recurso de reconsideração interposto por Associação Sergipana de Blocos de Trio e seu presidente contra decisão que julgou suas contas irregulares, cominou-lhes débito e imputou-lhes multa.
Recorrentes: Associação Sergipana de Blocos de Trio; Lourival Mendes de Oliveira Neto
Representação legal: não há

010.658/2014-9
Recurso de reconsideração interposto pelo ex-secretário de Saúde do Município de Bezerros/PE contra decisão que julgou irregulares suas contas e condenou-lhe em débito.
Recorrente: Marco José Guilherme de Pontes
Representação legal: Felipe Augusto de Vasconcelos Caraciolo (OAB/PE 29.702) e outros, representando Marco José Guilherme de Pontes

014.909/2017-0
Relatório de Auditoria em que se verifica a aplicação de recursos repassados por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos municípios de Eusébio/CE e Camocim/CE.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Camocim/CE; Município de Eusébio/CE;
Responsáveis: Acilon Gonçalves Pinto Júnior; Egeiros Educacional Ltda.; Francisca Maurineide Carvalho de Araujo; Jennie Henriette Ulrike Coutinho Gama; M & C Comércio de Alimentos Ltda.; Marcos Antonio Pontes; Maria Celina Oliveira da Paz-ME; Maria Elizabete Magalhães; Maria Francilene Bezerra da Silva-ME; Maria Goretti Martins Frota; Mônica Gomes Aguiar; Quallyty Empreendimentos Alimentícios Ltda-ME; Tania Cavalcante da Silva; e Valdeglacio Pereira Loiola
Representação legal: não há

017.056/2013-6
Apreciação de ato de aposentadoria instituída no âmbito da Universidade Federal Rural do Semiárido/RN.
Interessado: Raimundo de Souza Barra
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Semiárido/RN
Representação legal: Vinícius Victor Lima de Carvalho (OAB/RN 3.074)

020.556/2016-0
Tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Cultura em razão de impugnação parcial de despesas realizadas com recursos captados sob sistemática prevista no art. 26 da Lei 8.313/1991. Análise de citação.
Órgão/Entidade/Unidade: Associação de Apoio a Arte e Comunicação - Arco
Responsáveis: Arlindo Ornelas Figueira Neto; Associação de Apoio a Arte e Comunicação - Arco; e Luiz Augusto Milanesi
Representação legal: Sebastião Botto de Barros Tojal (OAB/SP 66.905) e outros, representando Luiz Augusto Milanesi, Associação de Apoio a Arte e Comunicação - Arco e Arlindo Ornelas Figueira Neto

022.921/2014-1
Pedido de reexame interposto por Rubens Antônio Rodrigues contra deliberação que considerou ilegal seu ato de aposentadoria.
Recorrente: Rubens Antônio Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Distrito Federal
Representação legal: não há

025.647/2016-4
Pedido de reexame interposto por Iracema do Vale Silva contra decisão que considerou ilegal seu ato de aposentadoria.
Recorrente: Iracema do Vale Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: Odasir Piacini Neto (OAB/DF 35.273) e outros, representando Iracema do Vale Silva

027.949/2014-1
Tomada de contas especial contra Fundação José Américo- FJA, Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira, Marisete Fernandes de Lima, Roberto Maia Cavalcanti, e Otávio Machado Lopes de Mendonça, fem razão da impugnação parcial de despesas do Contrato 04/2010, celebrado entre a UFPB e a FJA. Análise das alegações de defesa.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Responsáveis: Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira; Fundação José Américo; Marisete Fernandes de Lima; Otávio Machado Lopes de Mendonça; Roberto Maia Cavalcanti
Representação legal: Fábio Vinícius Maia Trigueiro (OAB/PB 16.027), representando Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira

027.974/2014-6
Recurso de reconsideração interposto por Jean Ronald Machado da Conceição e Nave Produções Eventos e Turismo Ltda. - Epp em face do Acórdão 6686/2016-TCU-1ª Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares as contas de Jean Ronald Machado da Conceição, imputou-lhes débito solidário de R$ 100.000,00 e aplicou-lhes, individualmente, multa de R$ 53.000,00.
Recorrentes: Jean Ronald Machado da Conceição; Nave Produções Eventos e Turismo Ltda. - Epp
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cultura (MinC)
Representação legal: Ailson Santana Freire Filho (OAB/BA 38.472) e outros, representando Fernando Januário de Jesus Neto, Jean Ronald Machado da Conceição e Nave Produções Eventos e Turismo Ltda. - Epp

033.802/2016-5
Tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Cultura em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos captados na forma de doações ou patrocínios (mecenato).Citação. Revelia do responsável.

Órgão/Entidade/Unidade: Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Responsável: Carlos Magno Ronconi
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

010.272/2012-7
Ato de concessão de aposentadoria emitido pela Universidade Federal do Piauí em favor da ex-servidora Margaret de Lucena Martins Lima. Apreciação para fins de registro.
Interessado: Margaret de Lucena Martins Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Representação legal: não há

011.025/2015-8
Pedido de reexame contra decisão que aplicou multa ao recorrente por irregularidades em pregão destinado a aquisição de leite para alimentação escolar com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
Recorrente: Luiz Carlos Zanon da Silva Júnior
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES
Representação legal: não há

011.576/2015-4
Recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Moris Arditti contra o Acórdão 7.436/2016-TCU-1ª Câmara, que julgou suas contas irregulares, condenou-o em débito e aplicou-lhe multa, mantido pelo Acórdão 2.405/2017-TCU-1ª Câmara, que rejeitou os aclaratórios opostos.
Órgão/Entidade/Unidade: Financiadora de Estudos e Projetos
Recorrente: Moris Arditti
Representação legal: Leonardo Lima Cordeiro (OAB/SP 221.676) e outros

017.006/2015-5
Recurso de reconsideração interposto pela Sra. Leila Silva do Prado Miranda, ex-prefeita de Irapuã/SP, contra o Acórdão 6.216/2016-TCU-1ª Câmara, decisão por meio da qual o Tribunal julgou irregulares as suas contas, condenou-a em débito e aplicou-lhe multa em razão de irregularidades ocorridas no Convênio 852/2008, firmado entre o mencionado município e o Ministério do Turismo.
Recorrente: Leila Silva do Prado Miranda
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Irapuã - SP
Representação legal: não há

018.020/2013-5
Pedido de reexame interposto por Maria Solony Barbosa de Medeiros contra decisão desta Corte de Contas que considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor da recorrente. Análise das razões de recurso.
Recorrente: Maria Solony Barbosa de Medeiros
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte
Representação legal: Karinna Coeli Dantas de Oliveira Martins (OAB/RN 4.027) e outros

025.061/2013-5
Pedido de reexame interposto por Paulo Augusto Verney Ramos contra decisão desta Corte de Contas que considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor do recorrente. Análise das razões de recurso.
Recorrente: Paulo Augusto Verney Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: Douglas dos Santos da Motta (OAB/RS 84.973)

025.377/2012-4
Processo de contas anuais da Fundação Universidade Federal de Pelotas e de sua unidade jurisdicionada agregada, Hospital Escola - UFPel, relativo ao exercício de 2011
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas e Hospital Escola - UFPel
Exercício: 2011
Responsáveis: Antônio César Gonçalves Borges, Manoel Luiz Brenner de Moraes, Farid Butros Iunan Nader, Luiz Ernani Gonçalves Ávila, Tânia Marisa Bachilli, Eugênio Souza Nunes, Fernando Luiz Campelo Caldas, Rogério Daltro Knuth, Vinicius Cardoso Meireles, Carmen de Fátima de Mattos do Nascimento, Anna Lúcia Rodrigues Pereira, Vanessa da Silva de Almeida, Luiz Ernani Gonçalves Ávila, João Nelci Brandalise, Roberta Rodrigues Trierweiler, Luiz Carlos Dutra Teixeira, Eliana Póyoas Pereira Estrela Brito, Roberto Heiden, Luiz Ernani Gonçalves Ávila, Sandra Souza Franco, Maria Teresa Duarte Nogueira, Manoel de Souza Maia, Orlando Antônio Lucca Filho, Mário Renato Cardoso Amaral, Clóvis Rosler de Souza e Renato Brasil Kourrowski
Representação legal: Carlos Antônio Vecchi (OAB/RS 30.958)

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

001.638/2016-5
Tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Regional do Incra em Mato Grosso/SR-13, por força do Acórdão 208/2008 - Plenário, para apuração de possíveis prejuízos causados em decorrência de superfaturamento na desapropriação de fazendas, entre as quais a denominada Primavera de Santo Antônio, tratada nos presentes autos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900238

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Órgão/Entidade/Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra em Mato Grosso - SR/13
Responsável: Gilberto Pires Fernandes
Representação legal: não há

006.937/2016-0
Tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em desfavor do Sr. Elbson Dias Soares, ex Prefeito de Anagé/BA, em razão de impugnação parcial das despesas realizadas no exercício de 2010 à conta dos recursos destinados aos Serviços de Proteção Social Básica e Especial.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Anagé/BA
Responsáveis: Elbson Dias Soares e Município de Anagé/BA
Representação legal: não há

011.242/2015-9
Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em desfavor de Adailton Silva Luz Sobrinho, ex-prefeito do Município de Jussiape/BA, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos do Convênio 3650/2001, tendo por objeto a implantação de sistema de abastecimento de água no município
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Jussiape/BA
Responsável: Adailton Silva Luz Sobrinho
Representação legal: não consta

018.250/2017-3
Representação oferecida pela Secex/PA a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na condução do Processo Seletivo 1/2013 pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Pará - Sescoop/PA, relacionadas ao não atendimento aos princípios da impessoalidade, isonomia, moralidade e transparência
Representante: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex/PA)
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Pará - Sescoop/PA
Responsáveis: Ernandes Raiol da Silva e Maria Rosinete Franco Dias
Representante Legal: Nelian Aparecida Rossafa (OAB/SP 227031, OAB/PA 13468A)

021.092/2010-9
Representação formalizada a partir de ofício encaminhado pela Delegacia de Polícia Federal em Chapecó/SC, juntamente com a cópia de relatórios elaborados no âmbito de procedimento investigatório referente à execução de dezessete convênios/contratos de repasse celebrados entre a União e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), apresentando diversas ocorrências irregulares, como pagamentos indevidos, pagamentos à própria entidade convenente, inconsistências em datas de bilhetes de passagens, assim como listas de presença de eventos de capacitação realizados em cidades distintas, na mesma data, assinadas pelos mesmos capacitandos, entre outras irregularidades.
Representante: Delegacia de Polícia Federal em Chapecó/SC/Superintendência Regional em Santa Catarina/Departamento de Polícia Federal
Órgão/Entidade/Unidade: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul)
Responsável: Júlio César Paixão Lopes, ex-Superintendente Nacional de Transferências de Recursos Públicos da Caixa Econômica Federal
Representação legal: Murilo Oliveira Leitão (17611/OAB/DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Geferson Luís Chetsco (45.333/OAB/PR) e outros, representando Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul

023.548/2016-9
Tomada de contas especial, instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em desfavor do Sr. Grinaldo Andrade Nunes, ex-Prefeito do Município de Itatim/BA (gestões 2001-2004 e 2005-2008), em razão da não apresentação da prestação de contas de convênio celebrado entre a Funasa e o Município de Itatim/BA, que teve por objeto a execução de sistema de abastecimento de água nas localidades de Ponta Aguda, Morro do Tigre, Entre Morros e Traíras.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itatim/BA
Responsável: Grinaldo Andrade Nunes
Interessada: Fundação Nacional de Saúde - BA
Representação legal: não há

027.355/2016-0
Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Palmares em desfavor da Srª Maria Antônia Pita e Silva, Presidente do Instituto Oya, em razão de não aprovação da prestação de contas referente de convênio celebrado entre a Fundação Palmares e a Entidade, com o objetivo de apoiar a 'Mostra de Artes e Cultura Zumbi 311 anos de luta', que consistia em execução de atividades culturais, shows artísticos, workshops, apresentações de peças teatrais, debates sobre a literatura angolana e sobre o Cinema Negro, em comemoração ao 20 de novembro - Dia Nacional da Consciência Negra, nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro.
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado da Bahia
Responsáveis: Instituto Oya e Maria Antônia Pita e Silva
Interessada: Fundação Cultural Palmares
Representação legal: não há

029.273/2015-3
Tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor do Sr. Bionô Roque das Chagas, ex-Prefeito do Município de Wanderley/BA no período de 2009-2012, em razão da impugnação das despesas decorrente de irregularidade detectada na prestação de contas dos recursos repassados no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - Pnate, exercício de 2010.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Wanderley/BA
Responsável: Biono Roque das Chagas
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Representação legal: não há

029.454/2016-6
Tomada de contas especial, instaurada pelo Ministério da Integração Nacional (MI) em desfavor do Sr. Givaldo da Paixão Santos, prefeito de Ouriçangas/BA nas gestões 2001-2004, 2005-2008 e 2013-2016, em face da glosa técnica na execução do objeto do Convênio 2427/2001.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Ouriçangas/BA
Responsável: Givaldo da Paixão Santos
Representação Legal: Caroline Ayres Moreira (OAB/BA 29.557)

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

020.232/2017-9
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Ministério da Educação, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao município de Angical/BA, na modalidade fundo a fundo, à conta do Programa Dinheiro Direto na Escola, no exercício de 2012.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Angical/BA
Responsável: Gilson Bezerra de Souza
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Representação legal: não há

020.319/2014-2
Tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em razão da inexecução dos objetivos pactuados pelo termo de responsabilidade 1599/MPAS/SEAS/2002, Siafi 473054, celebrado com o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), cujo objeto era execução de ações sociais comunitárias mediante a aquisição de material para atendimento de adolescentes e suas famílias.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itapema/SC
Responsável: Clovis José da Rocha
Interessado: Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
Representação legal: Giovani Acosta da Luz (OAB/SC , representando Clovis José da Rocha

027.694/2017-8
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Ministério da Educação, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao Município de Ibicoara/BA, na modalidade fundo a fundo, à conta do Programa Dinheiro Direta na Escola - PDDE, no exercício de 2012.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ibicoara/BA
Responsável: Sandra Regina Gomes Vidal
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Representação legal: não há

Em 8 de março de 2018
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário

EXTRATO DE PAUTA
Sessão Ordinária de 2ª Câmara, de 13/03/2018, às 16h

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro AUGUSTO NARDES

001.663/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Dilma Silva Franco;
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Oswaldo Cruz
Representação legal: não há

001.692/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria da Penha de Souza Claudino
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal de Bonsucesso
Representação legal: não há

001.700/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Paulo Roberto dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal Ipanema
Representação legal: não há

001.702/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Waldomiro Zaniolo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Cardiologia
Representação legal: não há

001.769/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Anselmo Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Espírito Santo
Representação legal: não há

001.775/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonio Virgílio Brasileiro Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba
Representação legal: não há

001.780/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria da Graça Bispo
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

001.821/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Josefa Bezerra dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

001.844/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antonia Lima do Nascimento; Maria Didia de Oliveira Silva; Nazare Resende Linhares Dantas; Raimundo Peixoto Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

001.884/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Manoela Leite Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal dos Servidores do Estado
Representação legal: não há

001.918/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Leia Freire Palhano
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

001.978/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Francisco de Assis Ferreira Tiburcio
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Amazonas
Representação legal: não há

001.985/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Dalva da Silva Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Câncer
Representação legal: não há

002.073/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Edelvan de Jesus Farias
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há

002.074/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria do Socorro Barbosa Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás
Representação legal: não há

003.016/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Claudia Becker; Daniela Gomes Nunes; Dayse Azulay Melo; Debora Anita dos Santos Capellao; Francisco Casanova Nunes; Jordana Berwanger Fernandes; Luana Coproski Capitani; Marcia Cristiane da Silva Trindade; Nara Carolina Rosa; Silvia do Prado Schmidt
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

003.019/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Alexandre Nunes da Silva; Elis Mara Lima Alves; Gianiny Martins Dorneles; Jaison Luck Cunha; Jaqueline Petittembert Fonseca; Jussara Oestraich Azeredo; Karen Oliveira Soares Rodrigues; Leoni da Luz Bueno; Mariane Leite Bertotto Borgatti; Milena Libardoni
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

003.023/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Karina da Silva Pimentel; Camila Ramoa Lussani; Daniele de Jesus da Luz; Josiane Aparecida Batista; Karen Gilberti Moura Mazarem; Karen Mariana da Silva Ferreira; Luciana de Almeida Silva; Michele Cristina Goncalves dos Santos; Raquel Luisa Alves da Silva; Rosangela Faccio
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900239

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

003.028/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Machado Ledesma; Aline Dal Pra; Andreia Bandeira Soares; Carolina Lohmann Cauzzi Nunes; Douglas Oliveira Valentim; Joao Paulo Furtado Maduro; Nilza de Fatima Henn; Silvana Teresinha Rossi; Simone Nunes Quadros; Tissiane Oliveira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

003.082/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Claudia Rejane Nunes; Dioneia da Silva Souza; Karen Freitas Lopes; Luanda Senedi da Silva; Luciane Dall Agnol; Luiza Catarina Farias da Silva; Marcia Alexandra Xavier de Oliveira Garcia; Marcia Serpa Dahmer; Olivia Fischer Dias; Paulo de Brum Lobo Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

003.086/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre D Angelo dos Santos; Daniela Guterres Santos; Ema Sandra Costa da Silva; Jessica Thaysy da Silva Soares; Lisiane dos Santos Maldonado; Luciana da Silva; Maria Aparecida Silva dos Santos; Rafael Neves dos Santos; Taiana Cassia Machado da Silva; Taielize da Silva Brasil
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

003.092/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Adriana Espindola da Silva; Ana Caroline Fortes Silva; Aneris Getsos Colla; Caroline Henrique Silva; Danielli da Silva Barbosa; Marise Costa; Marta Rosi da Silva Netto; Meri Eunice Carvalho Ferrari de Moraes; Pedrilha Bueno da Silva; Viviane da Silva Maciel
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

003.093/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Jenifer Koller Saturnino; Kissy Fortunato Fonseca; Rosa Maria Carvalho Ribeiro; Thais Silva dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

003.149/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Barbosa; Carla Boeira da Silva; Guilherme Negreiros de Oliveira; Juliana Uchoa Nunes; Magna Cristina Traesel; Maria de Fatima Karst; Michelle Leal Alves; Patricia Muriel Santos; Rosane Schossler; Tatiane dos Santos Ribeiro Lopes Dubles
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

003.278/2008-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Adelaide Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

003.489/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Dias dos Santos; Danilla de Souza Silva; Libania Rodrigues de Sousa da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

003.593/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Joao de Deus Bezerra de Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

003.598/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ivone dos Santos; Magnólia da Silva Ferreira; Maria José Vieira; Maria de Lourdes Ferreira Santos; Railton Lydio do Ó
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia
Representação legal: não há

003.658/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Aline Almeida da Costa; Aurea Soares de Quieroz; Marlene de Magalhaes Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há

003.891/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aluisio Araújo de Andrade; Francinaldo Carvalho Muniz; José Antonio Barbosa Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão
Representação legal: não há

003.950/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Sérgio Munimis
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Representação legal: não há

003.999/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Maria Eliana dos Santos Oliveira; Neuma Sousa das Neves
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há

004.005/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Severino Ramos dos Santos; Valdenice Rumão de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

024.147/2006-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Adarci Vieira de Araújo; José Hermando Lemos; Prefeitura Municipal de Cascalho Rico - MG
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cascalho Rico - MG
Representação legal: não há

027.114/2016-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Welington Jose Siqueira
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Taquaral de Goiás - GO
Representação legal: Huilder Magno de Souza (18444/OAB-DF) e outros, representando Welington Jose Siqueira

027.933/2017-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Alberto da Silva; Edinaldo Coelho de Araújo; Gilcélia Queiroz de Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

027.934/2017-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: José Félix Rodrigues Filho; Sônia Moreira Macedo
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

031.810/2015-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Jerônimo Carneiro Sobrinho
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Nova Aurora - GO
Representação legal: não há

034.728/2016-3
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2015
Responsáveis: Ana Patrizia Goncalves Lira Ribeiro; Anivaldo Juvenil Vale; Edson Giroto; Herbert Drummond; Luciano de Souza Castro; Miguel Mário Bianco Masella; Miguel de Souza; Natália Marcassa de Souza; Paulo Sergio da Silva Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria-executiva do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

000.792/2018-7
Natureza: Representação
Representante: JR Filho Construtora Ltda. - EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
Representação legal: não há

001.588/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Pilon Barsoumian; Marcia Fernandes Casagrande; Rebecca Zavaris de Moura; Renato Carvalho Nobre D'alcantara; Romaro Veloso Viana Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Defensoria Pública da União
Representação legal: não há

001.886/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Judith Oliveira de Queiroz Jacome
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Representação legal: não há

001.983/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Maria Lúcia Lima Ottoni
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

003.071/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Eduardo Pena Ferreira; Evelyn Gabrielle Chaves Caddah; Gabriela Tavares Nobrega; Juliana Lazaro dos Santos; Max Rogerio Alves; Paulo Vitor Maia Dias; Rafael Lobo Fonseca; Renata Lima dos Santos; Simone Palmeira de Paulo; Thiago da Silva Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

003.077/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allyane Resende Silva; Andre Rocha Lopes; Cairo Guedes Farias; Daniel da Silva Trombini; Diego Adao Magalhaes Dias; Jose Nicodemos de Oliveira Segundo; Marcela de Alencar Araripe Coutinho; Matheus Vidal Cardoso; Pablo Andrade Cubells; Renata Cristina de Faria Goncalves Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

008.867/2015-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Antônio Dinoá Cabral; Construtora Mouriah Ltda - EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Natuba - PB
Representação legal: não há

010.077/2017-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Francisca Regina Magalhaes Cavalcante; Freda Azevedo Dias; Frederico Silva da Costa; Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Cultural; Luiz Gonzaga da Silva Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de São Paulo
Representação legal: Lilian de Oliveira Almeida Lacerda (OAB/SP 250.470) e outros, representando Luiz Gonzaga da Silva Nascimento e Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Cultural

013.763/2006-5
Natureza: Reforma
Interessados: Agripino Francisco da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica
Representação legal: não há

020.462/2016-6
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público Federal
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Representação legal: Haroldo Maia Junior e outros, representando Banco do Nordeste do Brasil S.A.

022.917/2015-2
Natureza: Representação
Representante: Procuradoria Regional da República da 4ª Região
Interessado: Jorge Luiz Gasparini da Silva, Procurador Regional da República
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul/RS e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: não há

023.185/2015-5
Natureza: Representação
Representante: Procuradoria Regional da República - 4ª Região/RS
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul/RS e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: não há

023.187/2015-8
Natureza: Representação
Representante: Procuradoria Regional da República da 4ª Região
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Prefeitura Municipal de Minas do Leão/RS
Representação legal: não há

023.816/2015-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Cléo Antonio Lemes da Silva; Município de Canudos do Vale-RS
Recorrente: Município de Canudos do Vale-RS
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Integração Nacional
Representação legal: Giuvan Rotta de Azambuja (26.528/OAB-RS) e outros, representando Município de Canudos do Vale-RS; Joao Davi Goergen (27710/OAB-RS) e outros, representando Cléo Antonio Lemes da Silva

026.481/2017-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Fabricio Dornas Carata
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

027.721/2016-7
Natureza: Representação
Interessado: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba
Responsável: Eraldo Fernandes de Azevedo
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Arara - PB
Representação legal: não há

028.262/2017-4
Natureza: Auditoria
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Alagoas; Prefeitura Municipal de Rio Largo - AL; Prefeituras Municipais do Estado de Alagoas (103 Municípios)
Representação legal: não há

029.021/2017-0
Natureza: Representação
Representante: Luiz Fernando Pace, Delegado da Polícia Federal
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Sorocaba - SP
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900240

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

029.227/2017-8
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2016
Responsáveis: Aldo Luiz Mendes; Alexandre Antonio Tombini; Altamir Lopes; Anthero de Moraes Meirelles; Carlos Viana de Carvalho; Ilan Goldfajn; Isaac Sidney Menezes Ferreira; Luiz Edson Feltrim; Otavio Ribeiro Damaso; Reinaldo Le Grazie; Sidnei Correa Marques; Tiago Couto Berriel; Tony Volpon
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não consta

033.379/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marina Machado Maestri; Matheus Ribeiro Rodrigues; Milea Buitoni Lucena Barbosa; Patricia de Andrade Pereira; Paula Rayane Mota Costa Pereira; Peterson Clayton Magalhães de Oliveira; Rafael Ribeiro Tonassi; Ricardo Peixoto de Britto; Tallis Monteiro Gomes; Tatiana Pescadinha Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Petrobras Distribuidora S.A. - MME
Representação legal: não há

033.662/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex da Silva Henrique; Bruno Felipe Rodrigues Moreira; Bruno Montenegro Belo Leal Chagas; Bruno Pellizzaro Dias Afonso; Carolina Zimmer; Ernani Tavares Morais Junior; Felipe Machado Bellizzi; Heverton Timoteo Braga; Hudson Araujo Cardoso; Hugo Leonardo Pereira de Faria; Leonardo de Oliveira Rafael; Livia de Rezende Bragança; Luis Felipe Freind dos Santos; Macel Vinicius da Costa Lemos; Moises Uchoa Neto; Paulo Roberto Vieira de Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Petrobras Distribuidora S.A. - MME
Representação legal: não há

034.084/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Eduardo Costa Lopes; Cyorrana Rinaldi de Oliveira; Danilo de Santana Ramos; Darson Machado de Sousa; David Leonardo Ribeiro; Eduardo Jose do Carmo Martins; Eric Patrik Lopes Almeida; Erica Alves Kuhlmann
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

000.926/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Amanda Freitas Gomes; Ana Carolina Otávio; Ana Carolina Petrocchi Rodrigues; Ana Caroline Tokumoto; Ana Cristina Cavalcante Arruda de Morais; Ana Luiza Piva; Ana Paula Gomes dos Santos; Ana Paula Morais Leite; Ana Paula Simões; Ana Teresa Aires de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

000.929/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camila Rodrigues de Souza; Carla Carneiro de Araujo; Carlos Alberto Braga Abreu Junior; Carlos Cesar Mendonca Filho; Carlos Eduardo Esteves Fernandez; Carolina Furtado Krachinski; Carolina Lima Ferreira; Carolina Pires Vaz Brandão Teixeira; Carolina Ribeiro da Costa; Caroline Rodrigues da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

001.037/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruna Rebello Starling; Camile Moraes; Cristina Maria de Almeida Mayumi; Helen Carolina Almeida Moreira; Marcos de Almeida Alves; Patricia Ribeiro Pelegrini Paschoal
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
Representação legal: não há

001.041/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Júlia Gabriella Martins Barnabé
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
Representação legal: não há

001.049/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Clarisse Sacomori Ferraz; Débora Santos Rodrigues Hauers; Lisiani Saur; Victor Magalhães Capeletto
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
Representação legal: não há

001.449/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Adolpho Walter Heilbuth Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG
Representação legal: não há

001.710/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Diógenes Sanches
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
Representação legal: não há

001.711/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Theomiro Pedro Santa Izabel
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF
Representação legal: não há

001.716/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Janete Paula dos Santos Santana
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA
Representação legal: não há

001.723/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Luiz Carlos Moretto
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC
Representação legal: não há

001.824/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Cacilda Furtado de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Ceará
Representação legal: não há

001.829/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Nazareth Dias Baracho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

001.894/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Maria de Lourdes da Silva; Neuza Viggiano do Rego Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Representação legal: não há

002.687/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: André Cremonesi
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Representação legal: não há

002.707/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Wilson Pereira Júnior
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP
Representação legal: não há

003.285/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Rosa Bispo
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior Eleitoral
Representação legal: não há

003.428/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Dejaci Ximenes Tavares
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior Eleitoral
Representação legal: não há

003.431/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Sandra Maria de Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior Eleitoral
Representação legal: não há

003.502/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Airthon Flavio Alves Santana do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA
Representação legal: não há

003.504/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jader Elias Meros
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região
Representação legal: não há

003.507/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Douglas Trugilho de Azevedo
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Representação legal: não há

003.635/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Janira Rodrigues Passos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Maranhão
Representação legal: não há

003.896/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Luzia Maria de Abreu
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Mato Grosso
Representação legal: não há

005.148/2018-9
Natureza: Representação
Representante: Fino Sabor Indústria e Comércio Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal de Justiça
Representação legal: não há

005.208/2018-1
Natureza: Representação
Representante: MR Computer Informática Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal de Justiça
Representação legal: Ariosto Mila Peixoto (125311/OAB-SP) e outros

007.528/2013-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Elizeti Farias de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Acre
Representação legal: não há

009.109/2016-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Glez Rodrigues Freitas Bentes e Grupo de Defesa da Amazônia
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Representação legal: não há

025.094/2017-3
Natureza: Auditoria de Conformidade
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Representação legal: não há

Ministra ANA ARRAES

001.020/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Lícia Cristine Marinho França
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital das Forças Armadas
Representação legal: não há

001.034/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andréa Louise Aires Tavares; Cezar Batalha de Araujo; Daniel Cerqueira de Moraes; Debora Costa Ferreira; Diego Rocha Rebelo; Domine Castro Ferreira; Eduardo Jacomo Seraphim Nogueira; Esdras Jamil Cremer Francisco; Felipe Ribeiro Carneiro e Fernando Mello Scafura Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

001.642/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Gloria Regina Medeiros de Almeida dos Santos e Jorge Olympio
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: não há

001.788/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Humberto Santos de Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Advocacia-Geral da União
Representação legal: não há

001.802/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Tereza Oliveira dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra em Belém/PA
Representação legal: não há

001.875/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Gongala Flor Bezerra e Lindamir Correa de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Representação legal: não há

002.047/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Delmina Jorge de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa
Representação legal: não há

003.487/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Henrique Lopes Callou Veras
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

003.497/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Werbeth Charles Tavares
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital das Forças Armadas
Representação legal: não há

007.086/2017-2
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público Federal/Procuradoria da República no Estado do Amazonas
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Amazonas
Representação legal: não há

027.935/2010-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Edison Salvador
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina
Representação legal: não há

031.761/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Shirlley Alves da Silva; Thiago Freitas Lima; Tiago Aparecido Ferreira; Varlei Ferreira Silva; Veronica Mariano da Silva; Victor Alexandre de Lima Ferreira; Waldir Nunes Maia Junior e Wesley Andrade Messias
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Penitenciário Nacional
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900241

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

043.374/2012-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Tanguá/RJ
Responsáveis: Município de Tanguá/RJ; Alana Maria Baldez Cordeiro; Jailson Jose Cardoso e Valtair Brum Coutinho
Representação legal: Hans Springer da Silva (OAB/RJ 107.620), representando Jailson Jose Cardoso; Paulo André de Toledo (OAB/RJ 107.102), representando Alana Maria Baldez Cordeiro

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

000.430/2017-0
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Amazonas
Representação legal: não há

000.767/2011-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Instituto Goiano do Terceiro Setor; José Pedro Celestino de Oliveira Júnior; Maria Tereza Vergueiro Silva; Milton Sergio Silveira Zuanazzi
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Goiano do Terceiro Setor
Representação legal: Flavio Schegerin Ribeiro (OAB/DF 21451) e outros, representando Milton Sergio Silveira Zuanazzi

001.163/2017-5
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2015
Responsáveis: Alexandre Garcia Costa da Silva; Alvaro Toubes Prata; Antonio Jose da Silva Neto; Arthur Joao Catto; Carlos Afonso Nobre; Domingos Manfredi Naveiro; Emilia Maria Silva Ribeiro Curi; Geraldo Nunes Sobrinho; Geraldo Sorte; Glaucius Oliva; Glauco Antonio Truzzi Arbix; Glenda Lorena Mezarobba; Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo; Hernan Chaimovich Guralnik; Jorge Almeida Guimarães; Jorge Luis Nicolas Audy; João Fernando Gomes de Oliveira; Luciana Harumi Hashiba Maestrelli Horta; Luciano Mendes de Faria Filho; Luis Fernando Dagnone Cassinelli; Luiz Alberto de Freitas Brandão Horta Barbosa; Luis Manuel Rebelo Fernandes; Marcelo Marcos Morales; Marconi Edson Esmeraldo Albuquerque; Paulo Sergio Lacerda Beirao; Raquel de Andrade Lima Coelho; Renato de Aquino Faria Nunes; Ruben Arnoldo Soto Delgado; Sebastiao Lauro Nau; Sergio Franca Adorno de Abreu; Sergio Luiz Gargioni; Sonia Maria Karam Guimarães; Vanderlan da Silva Bolzani; Walter Colli; Walter Ribeiro Terra; Wanderley de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Representação legal: não há

001.763/2015-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Cláudio Fontenele de Araújo Souza; Vicente José dos Santos Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cajueiro da Praia/PI
Representação legal: não há

001.873/2017-2
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2015
Responsáveis: Alvani Adão da Silva; Antonio Franciscangelis Neto; Carlos Vuyk de Aquino; Dirceu Tondolo Noro; Gerson Nogueira Machado de Oliveira; Helio Paes de Barros Junior; Luiz Carlos Terciotti; Nivaldo Luiz Rossato; Rafael Rodrigues Filho; Raul Botelho
Órgão/Entidade/Unidade: Estado-Maior da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

002.223/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Creusa de Souza Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

002.499/2018-5
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Maria Arlete Rodrigues; Maria Matilde Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Quarta Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

002.501/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Lucia de Fatima Santos de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Décima Segunda Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

002.678/2018-7
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessadas: Eleide Rodrigues da Rocha; Eliud Rodrigues da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Sétima Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

005.907/2017-9
Natureza: Representação
Representante: Machado Almeida Comércio de Roupas e Confecções Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando Logístico do Exército
Representação legal: Antonio Alexandre Pereira Junior e outros, representando Comando Logístico do Exército; Sergio Santelli da Silva, representando Ebn Comércio, Importação e Exportação Ltda.; Tarley Max da Silva (OAB/DF 19960) e outros, representando Machado Almeida Comérco de Roupas e Confecções Ltda.

009.166/2015-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Luís Acácio de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Nova Russas/CE
Representação legal: não há

010.232/2016-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Empresa de Construções e Serviço Ltda. - ME; Ronaldo Campelo dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Curralinhos/PI
Representação legal: não há

011.696/2017-6
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Recorrentes: Izira Faustina Cirino Franco, Antônio Carlos Cirino Franco, Maria Francisca Cirino Polisel, Elza Aparecida Cirino Franco de Toledo, Anivaldo Ceryno Franco, Sebastião Cirino Netto, Francisco de Jesus Cirino Franco
Órgão/Entidade/Unidade: Segunda Região Militar - MD/CE
Representação legal: Tatiane Mendes Ferreira (205.788/OAB-SP), representando Antonio Carlos Cirino Franco, Izira Faustino Cirino Franco, Maria Francisca Cirino Polisel, Elza Aparecida Cirino Franco de Toledo, Francisco de Jesus Cirino Franco, Anivaldo Ceryno Franco, Sebastiao Cirino Neto e Miquelina Mariano Ciryno

012.240/2017-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Cecilia de Souza Abrão; Leoni Rosenau Cocconi; Luzia Hilda de Jesus Dantas; Maria Antonia da Silva; Maria Julita da Conceição Silva; Maria Lucia Braga Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA
Representação legal: não há

013.166/2017-4
Representante: Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata/PE
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata/PE
Representação legal: Pedro Melchior de Mélo Barros (OAB/PE 21.802) e outros

013.648/2016-0
Natureza: Representação
Representante: Câmara Municipal de Maués/AM
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Maués/AM
Representação legal: não há

013.656/2017-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Benedito das Graças Pires; Cicero de Almeida Rangel; Elizabeth Maria Orioli; Mônica de Rezende
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

013.808/2017-6
Natureza: Reforma
Interessados: Carlos Brito Serra; Carlos Francisco de Almeida; Carlos Wagner de Pinho Jorge; Carlos de Araujo Falcão; Cisenando Rodrigues Cunha; Claudio Portela Lima; Daniel Leocádio da Silva; Denilson Dionisio do Nascimento; Deusdedith Feitosa de Oliveira; Dário Cortez
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais - MD/CM
Representação legal: não há

013.811/2017-7
Natureza: Reforma
Interessados: Joaquim Bezerra da Silva; Joaquim Francisco Xavier da Silva; Joaquim João dos Anjos; Joel Moreira Cabral; Joel dos Reis Oliveira; Jorge Marinho de Oliveira; Jorge Pessoa Tavares Figueira; Jorge Pestana Soares; Josafá dos Santos Filho; João Jacinto de Oliveira Sobrinho
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais - MD/CM
Representação legal: não há

014.198/2016-9
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgãos/Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e Município de Aparecida de Goiânia/GO
Representação legal: Fernanda Rezende de Lisboa (OAB/GO 29.340) e outros

016.574/2016-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Instituto Amazônico de Desenvolvimento Social, Amparo à Pesquisa e à Tecnologia - Saber da Terra; Renato Araújo de Queiroz
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Amazônico de Desenvolvimento Social, Amparo à Pesquisa e à Tecnologia - Saber da Terra
Representação legal: Lucca Fernandes Albuquerque (OAB/AM 11.712)

017.670/2017-9
Natureza: Representação
Representante: Prefeitura Municipal de Araçoiaba/PE
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Araçoiaba/PE
Representação legal: não há

017.678/2017-0
Natureza: Representação
Representante: Prefeitura Municipal de Araçoiaba/PE
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Araçoiaba/PE
Representação legal: não há

018.881/2014-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Fábio César de Vasconcelos Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Representação legal: Jose Nelson Vilela Barbosa Filho (OAB/PE 16.302) e outros, representando Fábio César de Vasconcelos Rodrigues

019.231/2009-6
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Estadual de Saúde de Goiás
Responsáveis: Fernando Passos Cupertino de Barros; Idelmar de Paiva Neto; Maria Lúcia Carnelosso; Maria da Graça Silva Gonçalves
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação legal: Marcio Pacheco Magalhães (OAB/GO 5795), representando Maria Lúcia Carnelosso, Maria da Graça Silva Gonçalves, Fernando Passos Cupertino de Barros e Fernando Passos Cupertino de Barros

020.886/2017-9
Natureza: Representação
Representante: Rafael Silva Nogueira Paranaguá (OAB/DF 36.708)
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CE
Representação legal: não há

021.671/2016-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Antônio Carlos Marques Souza; Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões; Instituto Euvaldo Lodi; Prefeitura Municipal de Manaus/AM; Serafim Fernandes Correa
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Manaus/AM
Representação legal: Jorge Henrique Silva de Melo (OAB/AM 7999), representando Antônio Carlos Marques Souza; Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB/AM 8340) e outros, representando Instituto Euvaldo Lodi; Ana Luiza Moraes Reboucas (OAB/AM 5891) e outros, representando Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões; David Azulay Benayon (OAB/AM 8688), representando Serafim Fernandes Correa

023.638/2017-6
Natureza: Representação
Representante: Prefeitura Municipal de Araçoiaba/PE
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Araçoiaba/PE
Representação legal: Luis Alberto Gallindo Martins (OAB/PE 20.189) e outros

024.382/2017-5
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Sertânia/PE
Representação legal: não há

026.066/2017-3
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessado: João Barbosa Thomé
Órgão/Entidade/Unidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

026.390/2016-7
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Tefé/AM
Representação legal: Eurismar Matos da Silva (OAB/AM 9.221) e outros

028.507/2016-9
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2015
Responsáveis: Alexandre Cesar Avelino Feitosa; Carlos Roberto Ferreira Brandao; Denise Grinspum; Eliana Alves Almeida Sartori; Emerson Jose de Almeida Santos; Eneida Braga Rocha de Lemos; Francisco Henrique Jose Mosquera Bomfim; Joao Luiz Domingues Barbosa; Jorge Schwartz; Jose Newton Buregio Junior; Jose Rui Guimaraes Mourão; Luciana Palmeira da Silva; Magaly de Oliveira Cabral Santos; Manuelina Maria Duarte Candido; Marcelo Helder Maciel Ferreira; Marcelo Monzani Netto; Marcos Jose Mantoan; Mauricio Vicente Ferreira Junior; Monica Figueiredo Braunschweiger Xexeo; Patricia da Cunha Albernaz; Paulo Knauss de Mendonca; Rosa Maria de Oliveira Wood; Rose Moreira de Miranda; Ruth Beatriz Silva Caldeira de Andrada; Sergio da Silva Abrahão; Silvia Helena de Mello Fenizola; Solange Maria Cavalcante Medeiros Neves; Valeria Grilanda Rodrigues Paiva; Vera Maria Abreu de Alencar; Wagner Tiso Veiga; Werner Neibert Bezerra
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro de Museus - Ibram
Representação legal: não há

028.512/2016-2
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2015
Responsáveis: Alexandro da Anunciação Reis; Anderson Luiz Alves de Oliveira; Carolina Conceição Nascimento; Carolina Santos Petitinga; Franco Cesar Bernardes; Igor Correia dos Prazeres; Joao Rubens dos Santos Junior; Jose Hilton Santos Almeida; Lindivaldo Oliveira Leite Junior; Marco Antonio Evangelista da Silva; Maria Aparecida da Silva Abreu; Sandro Rafael Martins dos Santos; Simoni Andrade Hastenreiter; Valeria Cunha Goncalves Monteiro; Vanderlei Lourenco Francisco
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Cultural Palmares - FCP
Representação legal: não há

029.133/2015-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Joel Rodrigues da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Floriano/PI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900242

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Representação legal: Vitor Tabatinga do Rego Lopes (6989/OAB-PI) e outros, representando Joel Rodrigues da Silva

030.150/2017-5
Natureza: Representação
Representante: Sr. Paulo Pereira Leite Filho, Juiz Federal Titular da 1ª Vara Federal de Resende/RJ
Órgão/Entidade/Unidade: Academia Militar das Agulhas Negras
Representação legal: não há

030.357/2017-9
Natureza: Representação
Representante: Uitanaan Gomes da Silva, Vereador
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Aliança/PE
Representação legal: não há

030.411/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: João Marco Pires Correa; Renata Cristina Guskuma; Vitor Jose Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A
Representação legal: não há

030.503/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eduardo Ruy Mateó dos Santos; Luciana Coimbra Pinto; Priscila Lima Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

030.524/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabrielle Peres Burlandy Januario; Joao Gilberto da Silva Gonzaga; Sonia Marli Cassano de Moura Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Gerencial de Projetos Navais - MD/CM
Representação legal: não há

030.662/2017-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexander Bento Rezende; Andre Alves de Oliveira; Andre Luiz da Silva Carneiro; Carlos Flones Pereira de Souza; Eduardo de Castro Faustino Coelho; Marcos da Silva e Souza; Robson Herminio Costa da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA
Representação legal: não há

031.115/2017-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Valdeci Lúcio Muniz Moraes
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

031.251/2010-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Dantas & Cia Ltda.; Engecenter Engenharia Ltda. - ME; Francisco Flamarion Portela; Governo do Estado de Roraima; Ipojucan Carneiro da Costa; Jander Gener Cesar Guerreiro; Jorci Mendes de Almeida; José Maciel Ferreira; Neudo Ribeiro Campos; R. Neves Engenharia Ltda. - ME; Sanderson Abrahim de Araújo Xaud; Sanderson José da Paixão Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Roraima/RR
Representação legal: Danielle Silva Ribeiro Campos e outros, representando Neudo Ribeiro Campos; Joaquim Estevam de Araújo Neto (OAB/RR 517), representando Engecenter Engenharia Ltda. - ME e Sanderson Abrahim de Araújo Xaud; Krishlene Braz Avila (OAB/RR 305-B), representando Governo do Estado de Roraima; Jorci Mendes de Almeida Junior (OAB/RR 749), representando Jander Gener Cesar Guerreiro e Jorci Mendes de Almeida; Wagner Fernandes Pires Pereira (OAB/RR 613), representando José Maciel Ferreira; Sergio Cordeiro Santiago (OAB/RR 725) e outros, representando Dantas & Cia Ltda; Henrique Keisuke Sadamatsu (OAB/RR 208-A), representando Francisco Flamarion Portela

031.288/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Luis Fernando Freitas Cunegundes
Órgão/Entidade/Unidade: 4º Batalhão de Polícia do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

031.293/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Patricia Gonçalves de Santana; Simone Alves dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

031.429/2017-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Roberto de Paz Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

031.519/2017-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antonio Francisco da Silva; Mercedes Custodio de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Segunda Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

031.521/2017-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Vandelina Bechlufft Pedretti
Órgão/Entidade/Unidade: Quarta Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

031.522/2017-3
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Maria Veloso Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Oitava Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

031.523/2017-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Raimunda da Costa Louzeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Décima Segunda Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

031.561/2017-9
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Cassiana Teixeira de Jesus; Dulcineia Moura Machado; Tania Regina das Chagas Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

031.588/2017-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Clarisse dos Santos Oliveira; Elza Marques Campos; Floristela Caldas Cabral de Araújo; Josefa Marques Campos; Maria Ana de Jesus; Marlucia Barsotteli Corrêa; Osmarina Costa da Silveira; Terezinha Assumpção Caldeira; Thiago Mendes Barbosa; Yone Assumpção Caldeira
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA
Representação legal: não há

031.739/2017-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Sijeimes Urquiza Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE
Representação legal: não há

031.900/2017-8
Natureza: Representação
Representante: Engedata Telecomunicações Ltda. - EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Roraima - UFRR
Representação legal: não há

032.051/2017-4
Natureza: Representação
Representante: Conexão Engenharia e Telecomunicações Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Grupamento de Apoio de Brasília - MD/CA
Representação legal: não há

032.139/2017-9
Natureza: Representação
Representante: Prefeitura Municipal de Cumaru/PE
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cumaru/PE
Representação legal: não há

032.258/2017-8
Natureza: Representação
Representante: Prefeitura Municipal de Araçoiaba/PE
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Araçoiaba/PE
Representação legal: não há

032.500/2017-3
Natureza: Solicitação
Solicitante: Sr. Tarso Fabíolo de Lima Costa, Controlador-Geral do Município de José da Penha/RN
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de José da Penha/RN
Representação legal: não há

032.763/2017-4
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Marja Varela Paula
Órgão/Entidade/Unidade: Sétima Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

032.764/2017-0
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Edlea Umbelino de Sant Anna; Heloisa Sant Anna de Medeiros; Lea Umbelino de Sant Anna Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

032.908/2015-6
Natureza: Representação
Representantes: Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado do Amazonas e Deputada Estadual Alessandra Campêlo da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Manaus/AM
Representação legal: não há

032.930/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Crocamo do Carmo; Anderson Timoteo; Bruno da Silva Mello; Claudio Marcio Goncalves Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Terceiro Comando Aéreo Regional - III Comar - MD/CA
Representação legal: não há

032.931/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Dayane Santos Duarte; Denis Victor Barbosa Silva; Diego Reis Pitoco; Fernanda Pinto de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Terceiro Comando Aéreo Regional - III Comar - MD/CA
Representação legal: não há

033.295/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Frank Raaicard dos Santos Bandeira; Gabriel Augusto Oliveira da Silva; Gabriel Moura; Igor Cunha de Melo; Irineu Lucas Gouvêa; Jailson Silva da Paz; Janderson Calegari Reginaldo; Jardel Carlos Monteiro; Jefferson Lucas Guerra Pereira; Jheymson Brendo Rodrigues Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: 23º Batalhão de Caçadores - MD/CE
Representação legal: não há

033.296/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joel Vitor Vieira de Barros Santos; Jonas Marques dos Santos; Jorge Iure de Lima Nepomuceno; Júlio Cesar da Silva Gama; Kerã Éber Santos da Costa; Laurellio Evangelista Guimarães; Levi da Costa Soares; Lucas Alves de Sousa; Lucas Gomes Lima; Lucas Moreira Dias
Órgão/Entidade/Unidade: 23º Batalhão de Caçadores - MD/CE
Representação legal: não há

033.299/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vinicius Ferreira Fialho; Vinicius Ribeiro Barbosa; Vitor Nicollas Ribeiro Severino dos Santos; Wesley Neitzke de Vargas; Westerley Jardson Portela da Silva; Willian Callegaro da Costa; Yan Lucas Gonçalves dos Santos; Yuri Costa de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: 23º Batalhão de Caçadores - MD/CE
Representação legal: não há

033.449/2017-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Brandina Jesus Marcelino; Eledir Lourdes Giacomini; Evino Cascaes Rodrigues; Jurneia Silva; Maria Lucia de Sousa; Maria Madalena Bonato da Silva; Neiry Helena Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE
Representação legal: não há

033.495/2016-5
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2015
Responsáveis: Beatriz Ronchi Teles; Carlos Roberto Bueno; Cristiane Iyoko Carmine Okawa; Denise Machado Duran Gutierrez; Gislene Almeida Carvalho Zilse; Hillandia Brandao da Cunha; Jose Francisco Correa Mendes; Jose Laurindo Campos dos Santos; Luiz Antonio de Oliveira; Luiz Renato de França; Paulo Mauricio Lima de Alencastro Graca
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
Representação legal: não há

034.250/2017-4
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Irene Martins Ferreira; Luciana Ferreira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Sétima Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

034.424/2017-2
Natureza: Representação
Representante: Centro de Controle Interno do Exército - MD/CE
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Guarnição de Florianópolis - MD/CE
Representação legal: não há

034.590/2017-0
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Zelita de Oliveira Neves
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

034.826/2017-3
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Ephigênia Maria de Almeida Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Quarta Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

001.619/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jorge Joaquim Fabre Dias; Nelly Sayago Cacciatore; Oswaldo Ribeiro de Lima; Oswaldo Ribeiro de Lima e Pedro Miguel Gonçalves
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Porto Alegre/RS
Representação legal: não há

001.638/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Geralda Tavares
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Contagem/MG
Representação legal: não há

001.679/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria da Penha Corradi
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Artes
Representação legal: não há

001.682/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Robson Cardos Meireles

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900243

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

001.785/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Robert Frota Alencar
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Fortaleza/CE
Representação legal: não há

001.839/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Afonso Maria Neves
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Belo Horizonte/MG
Representação legal: não há

003.630/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Hormandina Cereja Pantoja e Lizete Pinho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Belém/PA
Representação legal: não há

003.638/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Antônia Maria da Silva Azevedo e Vilma Feitosa da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Salvador/BA
Representação legal: não há

003.642/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Ernesto Barreto de Menezes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Araçatuba/SP
Representação legal: não há

003.877/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Vanio de Oliveira Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Criciúma/SC
Representação legal: não há

003.887/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Sonia Aparecida Donini Coimbra
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Londrina/PR
Representação legal: não há

003.901/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antônio Fernando Costa Galrão; Guacira Lins Doria; Julivalda Amorim da Silva Santos e Lídia de Araújo Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Salvador/BA
Representação legal: não há

003.904/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Avelina Josephina Quirino de Sá
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva no Rio de Janeiro/Norte
Representação legal: não há

011.420/2012-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Hylarina Maia Cardoso e Juliana Maia Corneau
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região
Representação legal:

016.441/2008-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Danielle Silva Ribeiro; Dayane Silva Ribeiro; Gladis Teresa Lifona Sol; Marília da Rocha; Rafael Augusto Rocha de Carvalho e Sidiney Batista de Oliveira e Sônia Oliveira do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
Representação legal: não há

023.151/2017-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Responsáveis: Damião Beltrão Ferreira; Maria das Dores Silvestre; Marina Gomes da Silva; Marinalva Costa Santos; Marinalva dos Santos; Mariza Alves Nunes; Marleide de Oliveira; Marlene Leite da Silva; Marlene Pinto dos Santos; Mauricio dos Santos; Mauro dos Santos; Merilane Ferreira dos Santos e Nayara da Silva
Representação legal: não há

023.317/2017-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Responsáveis: Damião Beltrão Ferreira; Maria das Dores Silvestre; Marina Gomes da Silva; Marinalva Costa Santos; Marinalva dos Santos; Mariza Alves Nunes; Marleide de Oliveira; Marlene Leite da Silva; Marlene Pinto dos Santos; Mauricio dos Santos; Mauro dos Santos; Merilane Ferreira dos Santos e Nayara da Silva
Representação legal: não há

023.370/2017-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Responsáveis: Damião Beltrão Ferreira; Maria das Dores Silvestre; Marina Gomes da Silva; Marinalva Costa Santos; Marinalva dos Santos; Mariza Alves Nunes; Marleide de Oliveira; Marlene Leite da Silva; Marlene Pinto dos Santos; Mauricio dos Santos; Mauro dos Santos; Merilane Ferreira dos Santos e Nayara da Silva
Representação legal: não há

028.754/2015-8
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Icó/CE
Representação legal: não há

029.479/2006-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Gilberta Sampaio de Martino Jannuzzi e Marilia Izabel de Araújo Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS
SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro AROLDO CEDRAZ

005.998/2000-8
Recurso de reconsideração interposto por Adao Alves dos Santos e Francisco Meton Marques de Lima contra o Acórdão 3.435/2015-TCU-2ª Câmara.
Recorrentes: Adão Alves dos Santos; Francisco Meton Marques de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho-TRT/22ª Região
Representação Legal: José Pereira Liberato (OAB/PI 2567)
Interessado em sustentação oral:
- Francisco Meton Marques de Lima, em nome próprio

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

014.301/2015-6
Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa contra a ex-prefeita Edenilda Lopes de Oliveira Sousa (gestão 2009-2012), em face da impugnação total das despesas referentes aos recursos repassados ao Município de Lavras da Mangabeira/CE, por força do Convênio 594/2008 (Siafi 651044), que tinha o objetivo implementar 245 módulos sanitários na referida municipalidade, conforme especificação constante do plano de trabalho aprovado.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Lavras da Mangabeira/CE
Responsáveis: Edenilda Lopes de Oliveira Sousa, José Maria de Almeida Sousa e Construtora Hidros Ltda. - ME
Representantes legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546); Murilo Queiroz Jacoby Fernandes (OAB/DF 41.796); Cristiana Muraro Tarsia (OAB/DF 48.254); dentre outros, representando Edenilda Lopes de Oliveira Sousa
Revisor: Ministro Vital do Rêgo (36/2016)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro AUGUSTO NARDES

001.453/2017-3
Ato de concessão de aposentadoria a ex-servidores do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba.
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba
Interessados: Maria Marly Vaz da Silva; Maria Zélia Guedes de Souza; Methódio Maranhão Pereira Diniz; Norma Roque Gomes; Raimunda de Lourdes da Silva
Representação legal: não há

005.044/2015-4
Embargos de declaração opostos por Marcone de Lima Borba contra acórdão que não conheceu de recurso de reconsideração sob o fundamento da intempestividade.
Embargante: Marcone de Lima Borba
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Bezerros/PE
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: Felipe Augusto de Vasconcelos Caraciolo (OAB/PE 29.702) e outros, representando Marcone de Lima Borba

007.480/2015-6
Pedido de reexame interposto por Universidade Federal do Paraná contra decisão que considerou ilegais diversos atos de aposentadoria em razão de irregularidades relativas ao valor pago a maior a título da vantagem do art. 192 da Lei 8.112/1990 e à contagem ponderada de tempo de serviço em condições especiais, anteriormente ao mesmo dispositivo legal.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Recorrente: Douglas Ortiz Hamermuller
Representação legal: não há

011.094/2017-6
Ato de pensão civil instituído por ex-servidor vinculado ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Alagoas. Parcela referente a "Diferença Individual L. 12998".
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Alagoas
Interessada: Eli Serra Seca Carvalho de Oliveira
Representação legal: não há

022.466/2017-7
Atos de pensões civis instituídas por ex-servidores Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Santa Catarina.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Santa Catarina
Interessados: Alma Kuhn e Isete da Cunha Coutinho
Representação legal: não há

022.474/2017-0
Atos de pensão civil instituídos por ex-servidores vinculados à Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Pernambuco. Vantagem relativa a plano econômico deferida por decisão judicial.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Pernambuco
Interessadas: Avani Pereira da Silva; Eliane Carlos da Silva; Inailza Eneas Leite; Maria do Carmo Santana do Nascimento; e Severina Ferreira dos Santos
Representação legal: não há

023.598/2010-7
Atos de concessão de aposentadoria emitidos pela Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal, em favor de ex-servidores.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal
Interessados: Abilio Rodrigues Bizerra; Francisco Antonio Ximenes; Francisco Nilton dos Santos; José Duarte; Moacir Rodrigues da Silva e Otávio Alves da Silva
Representação legal: Elaine Cristina Gomes (OAB/DF 26.873) e outros, representando Otávio Alves da Silva

025.344/2017-0
Ato de concessão de aposentadoria a ex-servidores do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba.
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba
Interessados: Marta Maria Marques Ismael de Souza; Tirone dos Santos Soares e Zelia de Queiroz Barbosa Chaves
Representação legal: não há

035.916/2015-0
Tomada de contas especial, instaurada por determinação de acórdão, em razão de indícios de irregularidades na aquisição de medicamentos pela Secretaria de Estado da Saúde de Goiás - SES/GO.
Unidade: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás
Responsáveis: Cairo Alberto de Freitas, Antônio Durval de Oliveira Borges e Medcomerce Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda.
Representante legal: Procurador do Sr. Cairo Alberto de Freitas, Sr. Marcos de Araújo Cavalcanti (OAB/DF 28.560)

Ministro AROLDO CEDRAZ

000.644/2015-3
Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde, em razão da inexecução parcial do objeto do Convênio 2036/2005 (Siafi 556599), firmado entre aquela Fundação e o Município de Araçagi/PB, visando à execução de sistema de abastecimento de água (peça 2, p. 55) nos sítios Vileta e Pitombeira.
Interessado: Fundação Nacional de Saúde
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Araçagi - PB
Responsáveis: Diana Lima; Gima-construções e Incorporações Ltda. - Me; José Alexandrino Primo; Luzikenyo Louis Monteiro Veloso; Newdson Ceres Costa Guedes; Regina Cláudia Orange dos Santos Silva
Representação legal: Nelson Davi Xavier (10611/OAB-PB), representando Luzikenyo Louis Monteiro Veloso; Rodrigo Lima Maia (14.610/OAB-PB) e outros, representando Newdson Ceres Costa Guedes

002.099/2015-2
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Instituto Brasileiro do Turismo - Embratur, autarquia vinculada ao Ministério do Turismo, em desfavor do Sr. João Luiz Dos Santos Moreira, Presidente da Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux - FBV & VB, no período de 2007 a 2011, e da própria Federação, ante a comprovação parcial da execução do objeto do Convênio 12/2007 - Siafi 593517, e respectivos Termos Aditivos, além de irregularidades na execução financeira do referido Termo.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur)
Responsáveis: Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux; João Luiz dos Santos Moreira
Representação legal: Maria do Perpetuo Socorro Lobato de Farias e outros, representando Instituto Brasileiro de Turismo; Flavio Schegerin Ribeiro (21451/OAB-DF) e outros, representando João Luiz dos Santos Moreira

002.389/2014-2
Recurso de Reconsideração interposto por Ernani Campos Porto, ex-Prefeito do município de Caratinga - MG, contra o Acórdão 4648/2015/TCU-2ª Câmara.
Interessado: Fundação Nacional de Saúde
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Caratinga - MG
Responsáveis: Construtora Brasbeton Ltda; Ernani Campos Porto; Kênio Ávila Fernandes; Wellington Ávila Pinheiro de Almeida
Representação legal: Tiago Cardoso Penna (83514/OAB-MG) e outros, representando Ernani Campos Porto

004.635/2014-0
Pedido de reexame interposto por Pedro Pinto Paiva contra decisão que considerou ilegal seu ato de aposentadoria, tendo em vista a incorporação de quintos após 1998.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN
Recorrente: Pedro Pinto Paiva

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900244

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Representação legal: Marlúcio Lustosa Bomfim (OAB/DF 16.619), Ibaneis Rocha Barros Junior (OAB/DF 11.555), Odasir Piciani Neto (OAB/DF 35.273) e outros

006.775/2014-4
Tomada de Contas Especial. Captação de recursos. Lei Rouanet. Não execução do objeto previsto.
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional do Cinema
Responsáveis: Alvarina Souza Silva; Locomotiva Cinema e Arte Ltda.; Nilza Gomes Mourão e Lima
Representação legal: Frederico de Moura Leite Estefan (OAB/RJ 79.995), Cristina Butignoli (OAB/RJ 158.912) e outros, representando Alvarina Souza Silva e Locomotiva Cinema e Arte Ltda

010.484/2014-0
Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Guerino Luiz Zanon, ex-prefeito do Município de Linhares-ES, contra o Acórdão 7.603/2017 - TCU - 2ª Câmara, por meio do qual foi conhecido e não provido Recurso de Reconsideração interposto pelo responsável, contra o Acórdão 4.185/2016 - TCU - 2ª Câmara, prolatado nestes autos de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada em razão da conversão determinada pelo Acórdão 1.472/2014-TCU-2ª Câmara, de Representação formulada pela Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo (PR-ES), a partir de abaixo-assinado de moradores da localidade de Pontal de Ipiranga, dando conta de irregularidades relacionadas com a execução do Convênio 619/1999/FNS, celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a Prefeitura Municipal de Linhares-ES.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Linhares-ES e Fundação Nacional de Saúde (Funasa)
Recorrente: Guerino Luiz Zanon
Representantes constituídos nos autos: Regis Antônio Caetano (OAB/TO 1863), José Gabriel de Castro, José Roberto Figueiredo Santoro (OAB/DF 5.008) e Raquel Botelho Santoro (OAB/DF 28.868), Marcelo Viana Barreto (OAB/DF 41.957) e Giuliana Wiechers Aieta Santoro (OAB/DF 13.517)

028.108/2011-6
Contas ordinárias da Superintendência Federal de Agricultura no estado de Mato Grosso (SFA-MT), órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), relativo ao exercício de 2010 e organizado de forma individual
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso
Exercício: 2010
Responsáveis: Alzira Araujo Menezes Catunda; Antonio Sérgio Marques Teles Lobo; Cleomar José da Costa; Francisco Moraes Chico Costa; Josenice Auxiliadora Tavares Siqueira; José Geraldo Ferreira de Souza; Nadir Erotildes de Jesus da Costa; Renee Maria de Almeida; Zulema Bordon Garcia
Representação legal: não há

032.734/2011-5
Prestação de Contas anuais do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul - Sebrae/MS, relativo ao exercício de 2010.
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul
Exercício: 2010
Responsáveis: Adeilton Feliciano do Prado; Ademar Silva Junior; Claudio George Mendonça; Cláudio Guterres Rubbo; Célia de Oliveira; Dario Giovanella; Edison Ferreira de Araújo; Eduardo Correa Riedel; Fernando Camilo de Carvalho; Francisco Maximiano de Arruda; Fábio Edir dos Santos Costa; Geraldo Ferreira Salgado; Ione Cadan; Jonathas Soares de Camargo; José Roberto Giuliani; João Batista Andrade Filho; João Ramos Martins; Kelly Cristina Valadares de Pinho Sanches; Leocir Paulo Montagna; Lourival Vieira Costa; Luiz Alves Pordeus Junior; Luiz Carlos Ferreira Gomes; Luiz Cláudio Sabedotti Fornari; Marcelo Augusto Santos Turine; Marcos Ricardo Lot; Maria de Lourdes e Silva; Maristela de Oliveira França; Paulo Antunes de Siqueira; Roberto Rech; Tereza Cristina Correa da Costa Dias; Tito Manuel Sarabando Bola Estanqueiro; Ubiratan Reboucas Chaves; Ulysses Conceição Filho; Valdir Souza Ferreira; Vera Lucia Carregaro Basilio
Representação legal: Luiz Aurélio Adler Ralho (OAB/MS 11.639), representando o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul

033.361/2013-4
Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Edilson Cardoso de Lima contra o Acórdão 8918/2015-TCU-Segunda Câmara, prolatado nestes autos de Tomada de Contas Especial por meio do qual este Tribunal conheceu do Recurso de Reconsideração interposto, para, no mérito negar-lhe provimento.
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Porto de Moz - PA
Recorrente: Edilson Cardoso de Lima
Representação legal: João Luis Brasil Batista Rolim de Castro (14045/OAB-PA) e outros, representando Edilson Cardoso de Lima

034.840/2016-8
Embargos de Declaração opostos pelo Superior Tribunal Militar - STM contra o Acórdão 10.338/2017-TCU-2ª Câmara, que conheceu e negou provimento ao pedido de reexame interposto pelo embargante em face do Acórdão 2.001/2017-TCU-2ª Câmara, que considerou ilegal o ato de aposentadoria de Conceição de Maria Morais da Silva, negando-lhe registro.
Interessada: Conceição de Maria Morais da Silva
Recorrente: Superior Tribunal Militar
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

000.378/2016-0
Tomada de contas especial referente à omissão parcial no dever de prestar contas e não realização de sistema de abastecimento de água previsto em convênio com a Funasa.
Responsável: Raimundo Nogueira Monteiro dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Gurupá/PA
Representação legal: não há

003.962/2017-2
Concessão de aposentadoria a juiz federal pela Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE.
Interessado: José Parente Pinheiro
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE
Representação legal: não há

005.856/2015-9
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo, em desfavor de Marcos Antonio dos Santos, ex-prefeito do município de Traipu/AL, em razão da não comprovação da regular aplicação de recursos de convênio na realização do "Festival de Verão 2010".
Responsável: Marcos Antonio dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Traipu/AL
Representação legal: não há

016.285/2013-1
Tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente em cumprimento à determinação contida no Acórdão 1.682/2008 - Segunda Câmara, proferido nos autos do TC 016.060/2006-9, em virtude da não comprovação da execução do Convênio 2/2004, firmado em 4/5/2004, com a Prefeitura Municipal de Pelotas - RS, visando à implantação do projeto "Construindo a Agenda 21 de Pelotas".
Responsáveis: Fernando Stephan Marroni; Bernardo Olavo Gomes de Souza; Adolfo Antônio Fetter Júnior; Elias de Paula de Araújo, Fabrício Amilívia Barreto, Ana Beatriz de Oliveira; Hilda Regina Silveira Albandes de Souza, Gabriela Albandes Gomes de Souza e Bernardo José de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pelotas/RS
Representação legal: Alexandre Melo Soares (OAB/DF-34.786); Volnei Minotto Pereira (OAB/DF-35.182); Gustavo Gratz Gazalle (OAB/RS-37.003); Mario Frederico Ferreira Wunderlich (OAB/RS-4.819); Carlos Mario de Almeida Santos (OAB/RS-7.242); Tania Mara Arrais Monteiro (Procuradora Federal AGU/Conjur/MMA); José Mauro de Lima O' de Almeida (Advogado da União AGU/Conjur/MMA)

019.474/2007-8
Ato de pensão civil com ilegalidade decorrente da falta de proporcionalização da vantagem pecuniária individual, bem como inconsistências quanto à fundamentação legal da concessão do benefício.
Interessada: Rosa Weingold Konder
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

023.395/2013-3
Prestação de contas ordinária da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), referente à gestão da autarquia no exercício de 2012.
Responsável: Tiago Pereira Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Representação legal: não há

025.139/2014-2
Tomada de contas especial relativa a recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) dos exercícios de 2003 e 2004, transferidos para a Associação de Amparo à Maternidade Tibúrcio Valeriano Oliveira, situada no Município de Ingá/PB.
Responsáveis: Associação de Amparo à Maternidade Tibúrcio Valeriano Oliveira; Ana Maria de Andrade Cunha; Lúcia Maria Costa Fernandes e Severina Silva Cantalice
Órgão/Entidade/Unidade: Associação de Amparo à Maternidade Tibúrcio Valeriano Oliveira
Representação legal: Paulo Esdras Marques Ramos (OAB/PB 10.528), Teresa Rachel Brito Neves (OAB/PB 11.538), Paulo Ricardo Alencar (OAB/PB 16.695), Luiz Phillipe Pinto de Souza (OAB/PB 18.696), Ana Karla Costa Silveira (OAB 12.672) e Erika Rafaella Dantas Pinto (OAB/PB 20.744)

035.297/2015-8
Representação a respeito de supostas irregularidades na Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (Adesa), relativas à condução do Pregão Eletrônico 72/2015, destinado à contratação de serviços de transporte de cargas nas modalidades: rodoviário interestadual em todo território nacional; fluvial no interior do estado; e movimentação de cargas pesadas e de grande volume.
Representante: Amazonorte Cargas Express Ltda. - ME
Responsáveis: Radyr Gomes de Oliveira; Antônio Carlos Faria de Paiva; Luís Hiroshi Sakamoto; Diego Sousa da Luz; Renato de Oliveira Guerreiro e Antônio Venâncio de Souza Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (Adesa)
Representação legal: Marcos Cirino Serra (OAB/AM 5.843); Neiva Evangelista Barboza (OAB/AM 3.187) e Priscila Soares Feitoza (OAB/AM 4.656); Décio Freire (OAB/MG 56543), Gustavo Andére Cruz (OAB/MG 68.004), Thiago Vilardo Loes Moreira (OAB/DF 30.365), Igor Folena (OAB/DF 52.120) e outros

041.738/2012-8
Pedido de reexame interposto por menor sob guarda, com provimento em parte, visando à comprovação da dependência econômica do beneficiário em relação ao instituidor.
Recorrente: Alceu Gireli da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

Ministra ANA ARRAES

003.441/2015-6
Recurso de reconsideração interposto contra condenação em débito e multa decorrente de não comprovação da realização de evento financiado por recursos do Ministério do Turismo.
Recorrente: Vani Leite Braga de Figueiredo
Órgãos/Entidades/Unidades: município de Conceição/PB e Ministério do Turismo
Representação legal: John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (OAB/PB 1.663) e outros representando Vani Leite Braga de Figueiredo; e outros

007.944/2015-2
Recurso de reconsideração em tomada de contas especial que tem como objeto convênio para construção de módulos sanitários no município de São José da Lage/AL.
Recorrente: Paulo Roberto Pereira de Araújo
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São José da Laje/AL
Representação legal: Dagoberto Costa Silva de Omena (OAB/AL 9.093) e outros

010.720/2017-0
Aposentadoria de ex-servidor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em que se verificou a ausência de contribuição previdenciária do tempo de atividade rural.
Interessado: Paulo José dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Representação legal: não há

013.094/2016-5
Recursos de reconsideração interpostos contra decisão que julgou contas irregulares, com condenação em débito e multa em face da omissão no dever de prestar contas de recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social .
Recorrentes: José Jacob Gomes Brandão e Fernando José de Araújo Lou
Órgão/Entidade/Unidade: município de Mata Grande/AL
Representação legal: Marcos Vinicius do Nascimento Barros (OAB/AL 13.382), Fabiano de Amorim Jatobá (OAB/AL 5.675) e outros

013.818/2015-5
Recurso de reconsideração interposto contra acórdão que julgou irregulares contas especiais, com imputação de débito e aplicação de multa, em razão da não adoção de medidas para prosseguimento das obras relativas a contrato de repasse firmado entre o Ministério da Integração Nacional e o município de Manacapuru/AM, para recuperação do sistema de abastecimento de água dessa localidade.
Recorrente: Ângelus Cruz Figueira
Órgão/Entidade/Unidade: município de Manacapuru/AM
Representação legal: Eurismar Matos da Silva (OAB/AM 9.221) e outros

021.790/2016-7
Recurso de reconsideração interposto contra acórdão que julgou irregulares contas especiais e imputou débito e multa a ex-pesquisador da Universidade Federal de Alagoas.
Recorrente: Jandir Miguel Hickmann
Interessado: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Representação legal: não há

034.286/2017-9
Atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais em que houve prorrogação de concurso público por tempo indeterminado mediante decisão judicial.
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diango Rodrigues Carvalho, Divino dos Reis Basílio, Elvis Sousa Franca, Érika Aparecida de Oliveira Silva Mota e Fábio de Oliveira Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT/TO
Representação legal: não há

034.314/2017-2
Atos de admissão registrados após esgotada a validade do concurso, cujo prazo foi prorrogado por decisão judicial proferida em ação civil pública.
Interessados: Daniel Almeida de Souza, Enaylle Feijoli Faria, Enerlandes Marcos Dias Ribeiro, Gabriela Ost Reinholz e Jackson Carleti
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT/ES
Representação legal: não há

034.318/2017-8
Atos de admissão registrados após esgotada a validade de concurso cujo prazo foi prorrogado por decisão judicial proferida em ação civil pública.
Interessados: Almerindo Ferreira Souza Júnior, Álvaro dos Santos Martírio, Amadeu Pires dos Santos, Ana Paula Amaral de Jesus e André Luiz Pinheiro de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT/BA
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900245

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

034.324/2017-8
Atos de admissão registrados após esgotada a validade de concurso, cujo prazo foi prorrogado por decisão judicial proferida em ação civil pública.
Interessados: Davi Samuel de Sousa, Deise Cristina de Lima Pereira, Deisiane da Conceição Silva Teixeira, Denilza dos Anjos Santos e Dermival Oliveira de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT/BA
Representação legal: não há

034.339/2017-5
Atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT na Bahia em que houve prorrogação de concurso público por tempo indeterminado mediante decisão judicial.
Interessados: Luan Lopes da Silva Bomfim, Luan Ugleise do Carmo Conceição, Lucas Sales de Araújo Queiroz, Lúcio Wagner Gomes da Silva e Luís Alberto Sousa Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT/BA
Representação legal: não há

034.348/2017-4
Atos de admissão oriundos da Diretoria Regional da ECT/BA em que houve prorrogação de concurso público por tempo indeterminado mediante decisão judicial.
Interessados: Pedro Pinto de Mendonca Neto, Renilson Gonçalves dos Santos, Ricardo Carvalho de Alexandria, Ricardo Cordeiro Peixoto e Ricardo Figueredo Valverde
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT/BA
Representação legal: não há

034.352/2017-1
Atos de admissão registrados após esgotada a validade de concurso cujo prazo foi prorrogado por decisão judicial proferida em ação civil pública.
Interessados: Teresa Cristina Silva Abade, Thaiane Caroline Santos de Almeida, Thairina Inacaiana Silva Oliveira, Thiago Barros Silva Gomes e Tuxalanir Barros de Oliveira Menezes
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT/BA
Representação legal: não há

034.362/2017-7
Atos de admissão registrados após esgotada a validade de concurso cujo prazo foi prorrogado por decisão judicial proferida em ação civil pública.
Interessados: João Henrique de Almeida, João Maria Viana Teixeira, Jonathon Aquino Strege, José Luiz dos Santos Neto e José Roberto Martarelli Júnior
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria Regional da ECT/PR
Representação legal: não há

034.823/2014-0
Recurso de reconsideração em tomada de contas especial que tem como objeto convênio para implantação de eletrificação rural em município piauiense.
Recorrentes: José Aguiar Marques e Janaínna Pinto Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Luzilândia/PI
Representação legal: Válber de Assunção Melo (OAB/PI 1.934) e Ismar Aguiar Marques (OAB/PI 992)

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

001.471/2016-3
Tomada de Contas Especial instaurada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes/Ministério da Educação - MEC, tendo por responsável o Sr. Aristonildo Chagas Araújo Nascimento, pesquisador, em decorrência da omissão no dever de prestar de contas dos recursos oriundos do Termo de Concessão de Auxílio Financeiro 902/2004.
Órgão/Entidade/Unidade: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação
Responsável: Aristonildo Chagas Araújo Nascimento
Representação legal: não há

009.484/2000-3
Prestação de Contas Ordinária da Administração Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural no Estado da Paraíba - Senar/PB relativas ao exercício de 1999.
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional no Estado da Paraíba
Responsáveis: Loester Imperiano da Silva, Maria José Toscano dos Santos, José Ramalho Felipe, Geraldo Clemente Galvão, Clementino Teotonio dos Santos, José Gonçalves Viana, Marcos Antônio Almeida Holanda, Raimundo Nonato Siqueira, Murilo Correia Paraiso, Liberalino Ferreira de Lucena e Margareth Gomide Neto
Representação legal: não há

010.226/2017-6
Ato de concessão de aposentadoria ao Sr. José do Nascimento Gonçalves, no cargo de Juiz do Tribunal Marítimo, com base no art. 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 41/2003, em razão de decisão judicial favorável ao interessado.
Interessado: José do Nascimento Gonçalves
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Marítimo
Representação legal: não há

011.694/2016-5
Embargos de Declaração opostos em relação ao Acórdão n. 10.141/2017 - 2ª Câmara, mediante o qual foram julgadas irregulares as contas do Sr. Francisco Luiz Rodrigues Mendes de Souza, ex-Prefeito de Potengi/CE, considerando a não aprovação da execução física do Convênio n. 1.409/2005, que previa a implantação de sistema de resíduos sólidos.
Embargante: Francisco Luiz Rodrigues Mendes de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Potengi/CE
Representação legal: Francisco Ione Pereira Lima, OAB/CE 4.585; Sammuel David de Andrade Medeiros e Barbosa, OAB/CE 24.326; Matheus Nogueira Pereira Lima, OAB/CE 31.251; Flavio Henrique Luna Silva, OAB/CE 31.252

013.258/2016-8
Atos de concessão de aposentadoria de Maria Goretti Vieira da Silva Castro, Maria Laura Hummel Lima Minucci, Marise Delia Carvalho Teixeira, Mauricio Fabbri, Paulo Roberto Pimentel Barbosa, Pedro Rubens Alvim de Carvalho, Rita de Cassia de Menezes Trefilio de Carvalho, Sandra Lucia de Almeida Cardoso, Silvestre José Romualdo e Tomoyuki Ohara, ex-servidores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE.
Interessados: Maria Goretti Vieira da Silva Castro, Maria Laura Hummel Lima Minucci, Marise Delia Carvalho Teixeira, Mauricio Fabbri,, Paulo Roberto Pimentel Barbosa, Pedro Rubens Alvim de Carvalho, Rita de Cassia de Menezes Trefilio de Carvalho, Sandra Lucia de Almeida Cardoso, Silvestre José Romualdo, Tomoyuki Ohara
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Representação legal: não há

034.335/2016-1
Tomada de Contas Especial deflagrada pela Caixa Econômica Federal - Caixa contra os Srs. João Ribeiro Barroso (gestão 2009-2012) e Dagmauro Sousa Moreira (gestão 2013-2016), ex-prefeitos de Itapipoca/CE, em face do não aproveitamento do objeto executado com recursos transferidos ao município sob a égide do Contrato de Repasse 336.541-44/2010, celebrado pela União, por meio do Ministério Turismo, tendo a Caixa como interveniente.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itapipoca/CE
Responsáveis: Dagmauro Sousa Moreira e João Ribeiro Barroso
Representação legal: Marcos Antônio Sampaio de Macedo (OAB/CE 15.096); Larissa de Alencar Pinheiro (OAB/CE 20.256); Bianca Rafaele Lima Caminha (OAB/CE 21.867); Ricardo Gomes de Souza Pitombeira (OAB/CE 31.566); e Antonio Braga Neto (OAB/CE 17.713)

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

002.065/2018-5
Ato inicial de aposentadoria deferida pela Gerência Executiva do INSS em Cuiabá /MT em favor de Ana Lucia Bodnar Massad Gomes da Silva.
Interessado: Ana Lucia Bodnar Massad Gomes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS em Cuiabá/MT
Representação legal: não há

002.514/2016-8
Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em desfavor da Sra. Lucicleide Xavier Ferreira dos Santos, ex-prefeita de Sertânia - PE , diante da não execução do objeto pactuado no Contrato de Repasse 0237021-54/2007 destinado à "implantação ou melhorias de obras de infraestrutura urbana" com vigência no período de 27/12/2007 a 30/12/2012, com a previsão do aporte de recursos federais na ordem de R$ 390.000,00 à conta do contratante, além de R$ 19.500,00 a título de contrapartida do contratado, perfazendo o total de R$ 409.500,00.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Sertânia/PE
Responsável: Lucicleide Xavier Ferreira dos Santos
Representação legal: Marcelo Cavalcante Patu (OAB/PE 41.323) e outros, representando Lucicleide Xavier Ferreira dos Santos

002.628/2015-5
Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), diante da parcial impugnação das despesas inerentes ao Convênio nº 1.987/2001, sob o valor total de R$ 660.000,00, para a construção e reforma da Central Estadual de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos, com a vigência do ajuste estipulada para o período de 31/12/2001 a 4/1/2009.
Órgão/Entidade/Unidade: Estado de Roraima
Responsáveis: Altamir Ribeiro Lago; Waldner Jorge Ferreira da Silva e Tradição Engenharia Ltda. - ME
Representação legal: Henrique Keisuke Sadamatsu (OAB/RR 208-A), representando Caio Bruno Monteiro Ferreira, Caroline Monteiro Ferreira e Izabeth Monteiro da Silva; e Sebastião Ernesto Santos dos Anjos (OAB/RR 123-B), representando a Tradição Engenharia Ltda. - ME e Luís Barbosa Alves

002.706/2015-6
Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (Caixa) diante do não cumprimento do objeto pactuado no Contrato de Repasse nº 196.496-12/2006, no valor de R$ 223.829,34, para a construção de ginásio poliesportivo.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Cupira/PE
Responsáveis: José João Inácio e Sandoval José de Luna
Representação legal: Márcio José Alves de Souza (OAB/PE 5.786) e outros, representando José João Inácio; Leonardo Azevedo Saraiva (OAB/PE 24.034) e outros, representando Sandoval José de Luna

005.019/2016-8
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor do ex-prefeito do Município de Ibirajuba/PE, Sr. Pedro Evangelista de Arandas (gestão: 2005-2008), por irregularidade na execução financeira dos recursos repassados ao aludido ente federado por força do Convênio nº 127/2008 (Siafi 625913/2008), para a realização da "Festa de Santo Izídio".
Interessado: Ministério do Turismo
Responsável: Pedro Evangelista de Arandas
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Ibirajuba - PE
Representação legal: não há

009.163/2017-4
Tomada de Contas Especial instaurada pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, diante do suposto desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), sob o valor total de R$ 449.948,00, para a execução dos Programas de Proteção Social Básica (PSB) e de Proteção Social Especial (PSE), no exercício de 2008, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Teresópolis/RJ
Responsável: Roberto Petto Gomes
Representação legal: não há

016.837/2012-6
Aposentadoria ato inicial deferida em favor de Sílvio Roberto Fereguete pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - BA.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA
Interessado: Silvio Roberto Fereguete
Representação legal: não há

017.395/2016-0
Representação formulada pela Procuradoria da Justiça Militar do Ministério Público Militar no Estado do Rio de Janeiro (MPM-RJ) sobre possíveis irregularidades ocorridas no Comando do Comando Militar do Leste, no Grupamento de Navios Hidroceanográficos, no Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro e na Escola Superior de Guerra (ESG), relacionadas a diversos procedimentos licitatórios realizados.
Representante: Procuradoria da Justiça Militar do Ministério Público Militar no Estado do Rio de Janeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Superior de Guerra, Comando do Comando Militar do Leste, Grupamento de Navios Oceanográficos e Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro
Representação legal: Robison de Oliveira Mello, representando Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro
Erivelton Araujo Graciliano, representando Centro de Controle Interno do Exército

018.356/2015-0
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor do Sr. Dioclécio Rosendo de Lima, ex-prefeito de Riacho das Almas - PE, diante da total impugnação dos dispêndios inerentes ao Convênio 704916/2009 destinado ao apoio à realização do "Festival Cultural de Vitorino 2009", com a previsão do aporte de recursos federais na ordem de R$ 300.000,00 à conta do concedente, além de R$ 15.000,00 a título de contrapartida do convenente, perfazendo o total de R$ 315.000,00.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Riacho das Almas/PE
Responsável: Dioclécio Rosendo de Lima
Representação legal: Filipi Fernandes Campos (OAB/PE 31.509) e outros, representando Dioclécio Rosendo de Lima

027.607/2017-8
Representação formulada por licitante, com pedido de cautelar suspensiva, sobre supostas ilegalidades no edital do Chamamento Público nº 2/2017 para a celebração de contrato de gestão, por entidade qualificada como organização social (OS), para o gerenciamento, a operacionalização e a execução das ações e dos serviços na área de saúde assistencial e não assistencial no âmbito do Hospital Municipal Desembargador Leal Júnior, pelo valor orçado de R$ 54.782.777,28.
Representante: Cruz Vermelha Brasileira/Filial do Estado do Rio de Janeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itaboraí/RJ
Representação legal: não há

028.561/2017-1
Aposentadoria deferida pela Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em Belo Horizonte/MG.
Interessada: Angela Maria de Oliveira Furtado
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Belo Horizonte/MG
Representação legal: não há

029.020/2015-8
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor dos Srs. Horácio de Melo Sobrinho e Francisco Ramos da Silva, ex-prefeitos do Município de Ouricuri - PE (gestões: 1997-2000 e 2001-2004, respectivamente), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos do Convênio nº 93159/2000 (Siafi 391875), que teve por objeto a capacitação de professores e a impressão de material didático, com valor total previsto de R$ 143.360,00, e vigência inicialmente prevista de 26/6 a 30/12/2000.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ouricuri/PE
Responsável: Horácio de Melo Sobrinho
Representação legal: Bruna Wills (OAB/DF 46.082) e outros, representando Francisco Ramos da Silva

030.650/2015-1
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Integração Nacional, em desfavor do Sr. Domingos Pereira Coelho, ex-prefeito municipal de Formoso do Araguaia/TO (gestão 1997-2000), em virtude de impugnação total dos dispêndios realizados à conta dos Convênios 457/97 e 177/99, celebrados, respectivamente, sob os montantes de R$ 1.320.651,70 e R$ 1.956.452,44, com os objetivos de implantação e continuidade do Projeto Jaburu, destinado ao assentamento de 136 famílias da região
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Formoso do Araguaia/TO
Responsável: Domingos Pereira Coêlho
Representação legal: Fernando Palma Pimenta Furlan (OAB/TO 1.530) e Marcelo Palma Pimenta Furlan (OAB/TO 1.901), representando Domingos Pereira Coelho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900246

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

033.248/2015-0
Representação autuada a partir de expediente enviado pelo ilustre Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO) sobre possíveis irregularidades na execução do Contrato de Repasse no 128.120-49/2001 (Siafi nº 446691) e do Contrato de Repasse no 227.257-90/2007 (Siafi nº 597860), tendo os aludidos ajustes sido celebrados entre a Caixa Econômica Federal, como mandatária da União representada pelo Ministério das Cidades, e o Estado do Tocantins para a construção de 884 moradias, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento/PAC.
Representante: Tribunal de Contas do Estado de Tocantins
Órgãos/Entidades/Unidades: Governo do Estado de Tocantins e Caixa Econômica Federal
Representação legal: Jailton Zanon da Silveira (OAB/RJ 77.366) e outros, representando a Caixa Econômica Federal

Em 8 de março de 2018
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

DESPACHO DE 8 DE MARÇO 2018

PA nº 580-2018
Ratifico a inexigibilidade de licitação para a contratação da empresa ZÊNITE INFORMAÇÕES E CONSULTORIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 86.781.069/00001-15, no valor total de R$ 8.833,84, relativa às assinaturas do acesso aos Websites de Licitações e Contratos, Regime de Pessoal, e LeiAnotada.com, pelo período de 12 meses.

Des. JOÃO DE DEUS GOMES DE SOUZA
Presidente do Tribunal

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

DECISÃO Nº 24, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Decide, "ad referendum" do Plenário do Cofen, revogar a Decisão COFEN Nº 299, de 22 de dezembro de 2017.

O Presidente do Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, em conjunto com a Primeira-Secretária da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012;
CONSIDERANDO a competência estabelecida ao Presidente do Cofen no art. 25, XV, do Regimento Interno do Cofen, de decidir, ad referendum do Plenário ou da Diretoria, nos casos que, por sua urgência, exijam a adoção de providências, obrigatoriamente submetendo a matéria à homologação do Plenário ou da Diretoria, preferencialmente na
primeira reunião subsequente;
CONSIDERANDO os autos do processo do Mandado de Segurança nº 1000815-67.2018.4.01.3400, impetrado por Patrick Jonatha Costa Gomes e Maria Célia Vale Ferraz, no qual requereram a suspensão da Decisão Cofen 299/2017;
CONSIDERANDO o pronunciamento do Ministério Público Federal nos referidos autos do processo do Mandado de Segurança nº 1000815-67.2018.4.01.3400, que expressamente consigna que a Decisão Cofen 299/2017 não merece prevalecer, opinando pela concessão da medida liminar pleiteada pelos autores do Mandado de Segurança;
CONSIDERANDO que o Parquet Federal em seu pronunciamento nos autos judiciais já referidos entendeu que as razões que levaram o Ministério Público Federal do Maranhão a expedir a Recomendação nº 06/2017/JGJ/PR-MA, e que fundamentou a Decisão Cofen nº 299/2017, não se configuram suficientes para que a decisão do Cofen prevaleça;
CONSIDERANDO a decisão judicial que concedeu medida liminar aos autores do Mandado de Segurança nº 1000815-67.2018.4.01.3400, que determinou a suspensão dos efeitos da Decisão Cofen nº 299/2017, cujas razões de decidir se ancoraram, fundamentalmente, no pronunciamento do Parquet Federal;
CONSIDERANDO que a Decisão Cofen nº 299/2017 teve como principal fundamento evitar possível insegurança jurídica que poderia provocar sérios transtornos ao desenvolvimento das atividades institucionais do Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão, cuja finalidade precípua é o atendimento e a defesa dos interesses maiores dos administrados e da sociedade, não podendo esse desempenho sofrer soluções de continuidade que venham interferir de modo significativo o regular e necessário funcionamento do Coren-MA;
CONSIDERANDO que com o pronunciamento do Parquet Federal e com a decisão judicial que concedeu liminar suspendendo a Decisão Cofen 299/2017 não mais subsistem os motivos pelos quais justificaram a referida decisão, especialmente a insegurança jurídica;
CONSIDERANDO o princípio da autotutela administrativa, na qual a Administração Pública exerce controle sobre seus próprios atos, podendo dessa forma revogar aqueles que não mais possuem relevo de oportunidade, resguardando a segurança jurídica;
CONSIDERANDO que compete ao Conselho Federal de Enfermagem nos termos do art. 22, incisos X e XII, de seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução Cofen 421/2012, baixar resoluções, decisões e demais instrumentos legais, decide:
Art. 1º Revogar, ad referendum do Plenário do Cofen, a Decisão Cofen nº 299, de 22 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 246, seção 1, página 1002.
Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de publicação no Diário Oficial da União, devendo ser homologada na próxima Reunião Ordinária do Plenário do Cofen.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente do Conselho

MARIA R. F. B. SAMPAIO
1ª Secretária

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

RESOLUÇÃO 2.179, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Julga a prestação de contas do Conselho Federal de Medicina do exercício 2017.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, Lei nº 11.000, de 15 de dezembro 2004, Decreto nº 6.821/2009 e a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, e
CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da Administração Pública Federal;
CONSIDERANDO as disposições contidas nas Instruções Normativas TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, alterada pela Instrução Normativa TCU nº 72, de 15 de maio de 2013, e na Instrução Normativa TCU nº 71, de 28 de novembro de 2012, além das Decisões Normativas editadas anualmente pelo Tribunal de Contas da União;
CONSIDERANDO as disposições contidas na Resolução CFM nº 2.159, de 26 de janeiro de 2017, que estabelece normas e procedimentos para tomada e prestação de contas dos Conselhos de Medicina;
CONSIDERANDO o parecer datado de 20 de fevereiro de 2018, da Comissão de Tomada de Contas, pela aprovação das contas do Conselho Federal de Medicina do exercício de 2017.
CONSIDERANDO o parecer datado de 2 de fevereiro de 2018, do Grupo MACIEL - Auditoria, Consultoria, Perícia e Assessoria, pela aprovação das contas do Conselho Federal de Medicina do exercício de 2017.
CONSIDERANDO, finalmente, o decidido na Sessão Plenária realizada no dia 22 de fevereiro de 2018, resolve:
Art. 1º Julgar regular a prestação de contas do Conselho Federal de Medicina do exercício de 2017.
Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA
Presidente do Conselho

HENRIQUE BATISTA E SILVA
Secretário-Geral

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 15ª REGIÃO

PORTARIA Nº 52, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo Eleitoral Quadriênio 219/2023

A Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 15ª Região, em atendimento ao disposto no art. 5º da Resolução COFFITO nº 369/2009, com redação dada pela Resolução COFFITO nº 473/2016, resolve:
Art. 1º Instaurar o processo eleitoral para renovação da composição do Conselho Regional para o quadriênio 2019/2023.
Art. 2º Designar para o dia 28 de março de 2018, às 15:00h, no Plenário do CREFITO-15, à Rua Misael Pedreira da Silva, n. 98, Ed. Empire Center, sala 307, Santa Lucia, Vitória-ES, CEP.: 29.056-230, a realização de sorteio público aleatório entre os profissionais residentes na circunscrição da sede do Conselho Regional, visando à formação da comissão eleitoral local e eventual cadastro de reserva.
Art. 3º Referido sorteio será realizado nos moldes definidos pelo §1º do art. 5º da Resolução COFFITO nº 369/2009, com as alterações da Resolução COFFITO nº 473/2016.
Art. 4º O Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO - será oficiado da presente Portaria no primeiro dia útil subsequente à publicação desta portaria.
Art. 5º Publique-se no Diário Oficial da União.
Art. 6º Esta portaria entra em vigor na presente data.

EUNICE E. G. DA SILVA E SOUSA

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 9ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 97, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre as Diretrizes Procedimentais para Sindicâncias e Inquéritos Administrativos Funcionais no âmbito do Conselho Regional de Serviço Social da 9ª Região - São Paulo

A Presidenta do Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo- CRESS 9ª Região/SP, no uso de suas atribuições legais e regimentais, respeitando as decisões do Conselho Pleno e,
CONSIDERANDO o disposto no art. 83 e seguintes, da Resolução 469/2005 do
Conselho Federal de Serviço Social; e do Art. 24 inc. XXIX do Regimento Interno do CRESS
9ª Região/SP
CONSIDERANDO o disposto no art. 7º, §1º da Lei 8.662/1993
CONSIDERANDO que cumpre ao Conselho Regional de Serviço Social da 9ª Região determinar procedimentos administrativos suplementares para seu funcionamento interno;
CONSIDERANDO, a necessidade de padronizar e aprimorar, periodicamente, as condições e critérios de condução de sindicâncias e inquéritos administrativos, resolve:
Art. 1º - Aprovar e instituir as Diretrizes Procedimentais para Sindicâncias e Inquéritos Administrativos Funcionais no âmbito do Conselho Regional de Serviço Social da 9ª Região - São Paulo, constantes no ANEXO I e são parte integrante da presente Resolução.
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

KELLY RODRIGUES MELATTI

ANEXO I

DIRETRIZES PROCEDIMENTAIS PARA SINDICÂNCIAS E INQUÉRITOS ADMINISTRATIVOS FUNCIONAIS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo- CRESS 9ª Região/SP é competente para instruir e julgar sindicâncias e inquéritos administrativos cuja finalidade seja apurar a responsabilidade de funcionários/as no cometimento de irregularidades e descumprimento de normas institucionais e da legislação em vigor sem prejuízo de eventual abertura de processo ético em casos que caracterizem violação ao Código de Ética Profissional dos/as Assistentes Sociais.
§ 1º- Constituem Sindicâncias os procedimentos preparatórios para verificação, em tese, de ocorrência ou não de irregularidades praticadas por funcionários/as do CRESS.
§ 2º- Constituem Inquéritos Administrativos os procedimentos para a verificação, em tese, de ocorrência ou não de irregularidades praticadas por funcionários/as do CRESS, instaurados após a tramitação da competente Sindicância, bem como, para determinação ou não de aplicação de penalidade.
Art. 2º - O Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo- CRESS 9ª Região/SP ou seu preposto ao receber a representação, queixa ou denúncia de qualquer interessado/a que seja relativa ao Artigo anterior, deverá encaminhar a documentação respectiva à Presidência do Conselho, que apresentará a referida situação na reunião do Conselho Pleno subsequente ao recebimento da representação, denúncia ou queixa.
Art. 3º - A representação, denúncia ou queixa de iniciativa de qualquer interessado/a deverá ser apresentado mediante documento escrito, contendo nome e qualificação do/a funcionário/a e descrição circunstanciada do fato, incluindo local, data ou período e nome de pessoas, profissionais e instituições envolvidas.
§ 1º- Poderá ser apresentada juntamente com o documento mencionado no caput deste artigo prova documental que possa servir à apuração do fato e sua autoria.
§ 2º- Verificando o Conselho Pleno que a representação, queixa ou denúncia não preenche os elementos exigidos pelo caput deste artigo, poderá solicitar esclarecimentos a quem apresentou denúncia ou queixa no prazo de 05 (cinco) dias.
§ 3º- Não sendo prestados esclarecimentos previstos no parágrafo anterior ou verificando o Conselho Pleno que os fatos descritos na representação, queixa ou denúncia não possuem indícios de cometimento de irregularidades e/ou descumprimento de normas institucionais e da legislação em vigor, decidirá o Conselho Pleno pelo seu arquivamento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900247

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 4º- Verificando os fatos descritos na representação, queixa ou denúncia possuem indícios de cometimento de irregularidades e/ou descumprimento de normas institucionais e da legislação em vigor, decidirá o Conselho Pleno pela abertura de sindicância administrativa.

CAPÍTULO II DA SINDICÂNCIA

Art. 4º - No caso de decisão do Conselho Pleno pela abertura de Sindicância, na mesma reunião será designada uma Comissão, composta por 03 (três) membros efetivos e, pelo menos, um suplente, que será responsável pela Sindicância e será expedida Portaria contendo a deliberação de tal ato e com a composição da Comissão responsável.

Parágrafo único - A Comissão designada deverá se utilizar de todos os mecanismos previstos neste Código e demais instrumentos legais, para apurar de forma competente, diligente e responsável os fatos denunciados, adotando procedimento democrático e tratamento de igualdade entre as partes no curso da instrução processual.

Art. 5º - A Sindicância será remetida ao setor/funcionário/a administrativo/a competente ou designado/a pela Comissão para ser autuada, registrada em controle interno, numerada e rubricadas as folhas, atribuindo-se a cada processo um número de ordem que o caracterizará.

§ 1º- O processo terá forma de autos judiciais, com peças anexadas por termo e, os despachos, pareceres e decisões serão anexados em ordem cronológica e numérica.

§ 2º- Ao/À requerido/a é garantido o direito de acompanhar todos os atos realizados a partir da instauração do procedimento administrativo e de nomear e ser representado/a por advogado.

§ 3º- Tendo o/a requerido/a constituído legalmente advogado/a com poderes gerais, poderão as intimações e comunicações a este/esta serem dirigidas com sua expressa anuência.

Art. 6º - Os prazos serão contados a partir da cientificação oficial, seja pela comprovação do recebimento das convocações; intimações; notificações; citações; comunicações; publicação do edital; ciência seja pelo conhecimento por vista dos autos, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento.

§ 1º- Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil, se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes do horário normal.

§ 2º - Os prazos são contínuos, não se interrompendo nos finais de semana, nem nos feriados.

§ 3º- Todas as citações, convocações, comunicações e/ou intimações deverão ser realizadas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

Art. 7º - O processo será instaurado, instruído e julgado em caráter sigiloso, sendo permitida vista dos autos apenas aos/às requeridos/as e aos/às seus/suas procuradores/as, fornecendo-se cópia das peças requeridas.

§ 1º O dever de segredo estende-se aos/às Conselheiros/as e membros da Comissão como também aos/às funcionários/as e assessorias do Conselho que dele tomarem conhecimento em razão de ofício.

§ 2º - Todos os atos processuais deverão, em regra, ser praticados na sede/seccional do Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo- CRESS 9ª Região/SP e, quando por necessidade ocorram fora da sede/seccional, só poderão ser praticados na presença de, pelo menos, 01 (um) membro da Comissão sindicante.

Art. 8º - Recebida a Sindicância, a Comissão designada citará o/a requerido/a para, no prazo de 10 (dez) dias tomar ciência da abertura de Sindicância e apresentar defesa prévia, bem como rol de testemunhas, no máximo de 2 (duas), e quaisquer outras provas em direito admitidas.

§ 1º- A citação referida no caput deste artigo será acompanhada de Portaria de sua instauração e será feita, preferencialmente, mediante notificação entregue pessoalmente ao/à requerido/a em envelope não violado por um dos membros da Comissão de forma que garanta discrição e sigilo da apuração.

§ 2º- O/A requerido/a deverá assinar um recibo do envelope contendo sua citação, onde haja sua identificação, assinatura, bem como data e hora do recebimento do envelope, que deverá ser juntado aos autos.

§ 3º- Não sendo possível a citação/intimação na forma do parágrafo anterior, será esta realizada por meio de carta com Aviso de Recebimento (AR) obrigatoriamente na modalidade Aviso de Recebimento/Mãos Próprias (AR/MP), ou telegrama, com cópia de teor e recebimento.

§ 4º- Esgotadas todas as formas anteriores e estando o/a requerido/a em local incerto e não sabido, a notificação de que trata o caput deste artigo será realizado mediante a publicação de Edital no Diário Oficial da União.

Art. 9º - Recebida a defesa, a Comissão designará, no prazo máximo de 3 (três) dias, data para oitiva do/a requerido/a, das testemunhas do/a requerido/a, denunciante, se identificado/a, e demais pessoas que a Comissão de Sindicância entender necessário, em até 30 (trinta) dias.

§ 1º- A Comissão intimará o/a requerido/a dando ciência da audiência, bem como da responsabilidade das mesmas pelo comparecimento de suas respectivas testemunhas na data designada.

§ 2º- A Comissão intimará as demais pessoas para oitiva, dando ciência da data e horário da audiência, sem indicação de elementos que identifiquem o/a requerido/a.

§ 3º- A audiência será única, mas, se não for possível, por motivo devidamente fundamentado, concluí-la no mesmo dia, a Comissão determinará sua continuação em até

10 (dez) dias, independente de nova intimação.

Art. 10º - As convocações, intimações e notificações referentes à Sindicância serão feitas conforme previsto no parágrafo terceiro do art. 8º destas Diretrizes Procedimentais.

Art. 11 - Terminada a audiência e não havendo mais provas a produzir, começará a fluir o prazo de 30 (trinta) dias para a Comissão apresentar o Relatório de Sindicância ao Conselho Pleno.

Parágrafo único - O Relatório da Comissão de Sindicância conterá uma parte expositiva, compreendendo a descrição dos fatos e a síntese de todos os atos processuais praticados na Instrução, além de uma parte conclusiva, compreendendo a apreciação do conjunto dos fatos e provas, bem como a interpretação, assinalando se há indícios de transgressão às infrações disciplinares e opinando pelo arquivamento da Sindicância ou pela abertura de Inquérito Administrativo.

Art. 12 - O Relatório da Comissão será submetido à apreciação do Conselho Pleno na primeira reunião subsequente à sua finalização, onde será o mesmo acatado ou rejeitado.

Parágrafo único - Caso não seja acatado o parecer da Comissão de Sindicância, caberá ao Conselho Pleno fundamentar sua decisão mediante a designação de um/a Conselheiro/a relator/a, exceto os/as membros da Comissão, que redigirá a fundamentação, demonstrando nitidamente as razões pelas quais o colegiado não acompanhou o voto.

Art. 13 - No caso de decisão do Conselho Pleno pelo arquivamento da Sindicância, somente será admitida abertura de nova sindicância, caso sejam oferecidos fatos e/ou documentos novos.

CAPÍTULO III

DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

Art. 14 - No caso de decisão do Conselho Pleno pela abertura de Inquérito Administrativo, na mesma reunião será designada uma Comissão, composta por 03 (três) membros efetivos e, pelo menos, um suplente, que será responsável pelo Inquérito Administrativo e será expedida Portaria descrevendo os fatos irregulares circunstanciadamente, de modo a delimitar o objeto da apuração e a permitir a plenitude de defesa, bem como, contendo a composição da Comissão responsável.

Parágrafo único - A Comissão responsável pela instrução do Inquérito Administrativo terá, preferencialmente, membros diferentes aos que integraram a Comissão que instruiu a Sindicância que deu origem ao referido Inquérito.

Art. 15 - O Inquérito Administrativo será instruído em continuidade aos autos da Sindicância que o originou, aplicando-se a ele o disposto neste código no que se refere à autuação, contagem de prazos, notificações/intimações, vistas, dever de sigilo e local de realização dos atos processuais.

§ 1º- Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da continuidade do Inquérito Administrativo.

§ 2º- Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como infração ao Código de Ética do Assistente Social, e sendo o/a funcionário/a Assistente Social, a autoridade competente encaminhará denúncia ética com as cópias que entender necessárias à Comissão Permanente de Ética, independentemente da continuidade do Inquérito Administrativo.

Art. 16 - Recebido o Inquérito Administrativo, a Comissão designada citará o/a requerido/a para, no prazo de 15 (quinze) dias tomar ciência da abertura do Inquérito e

apresentar defesa formal, bem como rol de testemunhas, no máximo de 03 (três), e quaisquer outras provas em direito admitidas.

Parágrafo único - As convocações, intimações e notificações serão feitas conforme previsto nos parágrafos primeiro, segundo e terceiro do art. 8º destas Diretrizes Procedimentais.

Art. 17 - Não sendo localizado/a o/a requerido/a, negando-se este/a a receber notificações e/ou não sendo apresentada defesa, será declarado/a revel o/a requerido/a, sendo nomeado para a defesa do/a denunciado/a revel, um/a defensor/a dativo/a, que deverá recair na pessoa de um/a funcionário/a do CRESS/SP que deverá ser ocupante de cargo efetivo, superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do/a requerido/a ou na pessoa de um/a advogado/a regularmente inscrito/a na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

§ 1º- As despesas com a contratação do/a defensor/a dativo/a, quando nomeado/a um/a advogado/a, se ocorrerem, serão arcadas pelo CRESS/SP, mediante os procedimentos legais cabíveis e contrato escrito ou convênios firmados com instituições que agregam advogados/as.

Art. 18 - Recebida a defesa, a Comissão de Inquérito designará, data para oitiva do/a requerido/a, das testemunhas indicadas pelo/a requerido/a, denunciante, se identificado/a, e demais pessoas que a Comissão de Inquérito entender necessário.

§ 1º- A Comissão intimará o/a requerido/a dando ciência da audiência, bem como da responsabilidade do/a mesmo/a pelo comparecimento de suas respectivas testemunhas na data designada.

§ 2º- A Comissão intimará as demais pessoas para oitiva, dando ciência da data e horário da audiência, sem indicação de elementos que identifiquem o/a requerido/a.

§ 3º- A audiência será única, mas, se não for possível, por motivo devidamente fundamentado, concluí-la no mesmo dia, a Comissão determinará sua continuação em até

10 (dez) dias, independente de nova intimação.

§ 4º- Ouvir-se-á primeiro as pessoas convocadas pela Comissão de Inquérito, o/a denunciante, se houver, e, após, as testemunhas do/a requerido/a e, em seguida, o/a requerido/a.

Art. 19 - Todos os depoimentos serão prestados frente à Comissão de Inquérito, cabendo a um de seus/suas integrantes consignar as respostas que serão imediatamente registradas no termo de depoimento.

§ 1º- As perguntas formuladas pelo/a requerido/a deverão ser dirigidas à Comissão de inquérito, que por sua vez as reformulará para as testemunhas.

§ 2º- Serão recusadas as perguntas impertinentes, que não tiverem estrita relação com o processo ou importarem em repetição de outra já respondida, consignando-se, no termo próprio, aquelas que forem indeferidas.

§ 2º- Não será admitido que as testemunhas manifestem juízo de valor sobre os fatos ou

emitam opiniões pessoais ou técnicas, devendo restringir-se ao esclarecimento dos fatos, objeto da denúncia.

Art. 20 - Terminada a audiência e não havendo intenção de produção de outras provas, será encerrada a instrução processual, o/a requerido/a será intimado do prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de razões finais.

Parágrafo único - É vedada a juntada de quaisquer documentos aos autos após encerrada a instrução processual.

Art. 21 - A Comissão de Inquérito poderá, em se tratando de apresentação de documento novo, que considere importante para esclarecimento dos fatos, reabrir a instrução processual, garantindo vista à/ao acusada/o para se manifestar acerca da documentação juntada, intimando-a/o para aditar suas razões finais, se já apresentados, ou concedendo novo prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de suas razões finais.

Parágrafo único - A Comissão de Inquérito poderá, também, determinar a reabertura da Instrução Processual antes da elaboração do parecer final, quando novos elementos venham a ser de seu conhecimento, aplicando-se, neste caso, o disposto no artigo anterior quanto à reabertura de vistas e concessão de prazo à/ao interessado/o.

Art. 22 - Findo o prazo de apresentação de razões finais, começará a fluir o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para a Comissão de Inquérito apresentar o Relatório de Inquérito Administrativo ao Conselho Pleno.

Art. 23 - O Relatório da Comissão de Inquérito conterá uma parte expositiva, compreendendo a descrição dos fatos e a síntese de todos os atos processuais praticados na Instrução, além de uma parte conclusiva, compreendendo a apreciação do conjunto dos fatos e provas, bem como a interpretação, indicando se houve ou não o cometimento de irregularidades e/ou descumprimento de normas institucionais e da legislação em vigor.

§ 1º- Havendo indicação de não cometimento de irregularidades e/ou descumprimento de normas institucionais e da legislação em vigor, a Comissão de Inquérito deverá opinar pelo arquivamento do Inquérito Administrativo.

§ 2º- Havendo indicação de cometimento de irregularidades e descumprimento de normas institucionais e/ou da legislação em vigor, a Comissão de Inquérito deverá opinar pela aplicação de penalidade, sugerindo a penalidade a ser aplicada.

Art. 24 - O Relatório da Comissão de Inquérito será submetido à apreciação do Conselho Pleno na primeira reunião subsequente à sua finalização, onde será o mesmo acatado ou rejeitado.

Parágrafo único - Caso não seja acatado o parecer da Comissão de Inquérito, caberá ao Conselho Pleno fundamentar sua decisão mediante a designação de um/a Conselheiro/a relator/a que redigirá a fundamentação, demonstrando nitidamente as razões pelas quais o colegiado não acompanhou o voto.

CAPITULO IV DAS PENALIDADES

Art. 25 - As penalidades a serem aplicadas ao cometimento de irregularidades e descumprimento de normas institucionais e/ou da legislação em vigor serão:

I. Advertência escrita;

II. Suspensão das funções e da remuneração por até 30 (trinta) dias; III. Demissão com justa causa (art. 482, CLT).

Art. 26 - Para aplicação de penalidade deverão ser considerados a gravidade da falta, a individualidade da pena, o caráter primário ou não do/a requerido/a e as condições em que ocorreu a infração.

Art. 27 - As penalidades serão executadas na forma prevista no Relatório da Comissão de

Inquérito, ou fundamentação do Conselho Pleno, se divergente do Relatório.

Parágrafo único - O prazo para aplicação da penalidade será de até 15 (quinze) dias a partir da reunião do Conselho Pleno que a determinou.

Art. 28 - Será publicada no D.O.U. o resultado do Inquérito Administrativo quando for aplicada alguma das penalidades previstas no art. 225, itens II ou III.

CAPITULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29 - A pretensão punitiva da aplicação de penalidade prescreverá:

a) em 180 (cento e oitenta) dias, quanto às infrações puníveis com advertência;

b) em 2 (dois) anos, quanto às infrações puníveis com suspensão;

c) em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão.

§ 1º- O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

§ 2º- A abertura de Sindicância interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 3º- Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia útil seguinte à interrupção.

Art. 30 - Estão absolutamente impedidos/as de exercer função de integrantes da Comissão De Sindicância ou Comissão de Inquérito, bem como, de votação em reunião do Conselho Pleno, os/as parentes até terceiro grau do/a denunciante ou do/a requerido/a, aqueles/aquelas que de qualquer forma tenham se envolvido com o fato objeto da denúncia, ou que tenham, publicamente, emitido juízo de valor sobre o mesmo, bem como àqueles/àquelas que tenham amizade íntima ou inimizade notória com o/a denunciante ou o/a requerido/a.

§ 1º- O impedimento ou a suspeição poderá ser declarado de ofício ou ser suscitado pelo/a requerido/a qualquer tempo, em qualquer que seja a fase processual, desde que o faça na primeira oportunidade, após ter tomado conhecimento do fato.

§ 2º- Declarado ou reconhecido o impedimento pela pessoa suscitada, esta deverá dar

ciência do fato à Presidência do CRESS/SP para que se designe substituto/a, mediante indicação do Conselho Pleno.

Art. 31 - O Conselho Pleno do CRESS/SP poderá revogar suas decisões por motivo de conveniência e oportunidade e deverá anular os próprios atos, quando não observadas formalidades normativas, ex officio ou mediante provocação.

Art. 32 - Os casos omissos serão dirimidos pelo CRESS utilizando como base normas do processo administrativo, as Leis 8.112/90 e Lei 9.784/99, a Resolução 469/2005 do CFESS, o Regimento Interno do CRESS/SP e os princípios gerais do Direito.

CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA DA 8ª REGIÃO

PORTARIA Nº 1, DE 9 DE JANEIRO DE 2017

A Presidente do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia do Estado da Bahia - 8.ª Região, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei 7.394, de 29 de outubro de 1985; no Decreto 92.790, de 17 de junho de 1986, e no Regimento Interno do CRTR 08ª Região; CONSIDERANDO o teor do caput do artigo 37 inserto da Carga Magna, no tocante aos princípios que devem nortear os atos da administração pública, notadamente os da moralidade, eficiência, publicidade, razoabilidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica e interesse público; CONSIDERANDO a Resolução CONTER nº. 08, de 20 de outubro de 2017, que regulamenta o pagamento de diária, jeton, auxílio - representação e reembolso no âmbito do sistema CONTER/CRTRs e dá outras providências; CONSIDERANDO a Resolução CONTER nº. 12, de 20 de dezembro de 2017, que alterou parcialmente a Resolução CONTER nº. 08, de 20 de outubro de 2017; CONSIDERANDO a revogação da Resolução do CONTER nº. 08, de 20 de outubro de 2017, e, portanto, a necessidade de adequação da regulamentação do CRTR da 8ª Região as Resoluções do CONTER de nº. 08/2017 e 12/2017, que se encontram atualmente vigentes; CONSIDERANDO a necessidade de atualizar o valor para pagamento de jeton, diária de fiscalização e auxílio de representação deste CRTR 08ª Região, CONSIDERANDO as decisões das reuniões de Diretoria Executiva do CRTR da 8ª Região dos dias 05 de janeiro de 2018 e 27 de fevereiro de 2018; resolve:

Art. 1º. Estabelecer que o valor dos jetons ou gratificação de presença devidos aos conselheiros e diretores, pelo comparecimento e participação em reuniões de Plenária (ordinárias ou extraordinárias) e em reuniões de Diretoria Executiva, será de R$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) por reunião deliberativa, limitado a até 10 (dez) jetons por mês e não ultrapassando a percepção de 01 (um) por dia, dentro do limite imposto no §1º do art. 13º da Resolução CONTER nº. 08/2017, com nova redação promovida pela Resolução CONTER nº. 12/2017, e de acordo com a capacidade econômico-financeira do CRTR da 8ª Região.

Art. 2º. Estabelecer que o valor do auxílio de representação será de R$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), limitado a até 10 (dez) Auxílios por mês e a percepção de 01 (um) por dia, nos termos do caput e parágrafos do art. 11º da Resolução CONTER nº. 08/2017.

Parágrafo Único: O valor fixado no caput deste artigo também será destinado aos delegados regionais, por dia de representação, limitados até 10 (dez) auxílios por mês.

Art. 3º. Observando o disposto no caput do Art. 12 e o limite imposto no art.13, ambos da Resolução do CONTER nº. 09/2015, e considerando ainda a capacidade econômica financeira do CRTR da 8ª Região, estabelecer que as diárias pagas aos conselheiros do CRTR da 8ª Região serão no importe de R$ 600,00 (seiscentos reais), e para os empregados, assessores, delegados, convidados e demais colaboradores serão no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) sempre que necessário realizar atividades do interesse do CRTR da 8ª Região com deslocamento fora da sede do serviço ou da cidade de origem dos beneficiários, sendo destinadas para custeio de despesas com alimentação, hospedagem e transporte local.

Parágrafo Primeiro: As diárias referentes aos serviços de fiscalização serão devidas no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), com exceção para as atividades desempenhadas fora do Estado da Bahia, fazendo jus o (a) agente fiscal ao recebimento da diária correspondente os demais colaboradores.

Parágrafo Segundo: Os valores previstos no caput deste artigo, bem como no parágrafo primeiro serão devidos em 50% (cinquenta por cento) do previsto quando o deslocamento no território nacional não envolver pernoite ou quando do retorno à origem.

Parágrafo Terceiro: Em se tratando de viagens internacionais o valor da diária será de US$ 400,00 (quatrocentos dólares americanos) para países da América do Sul e US$ 600,00 (seiscentos dólares americanos) para outros países.

Art. 4º. As diárias são devidas por estrita e comprovada necessidade de serviço que envolva deslocamento nos termos do art. 4º desta Portaria e se prestam ao custeio de despesas presumidas com alimentação, hospedagem e transporte, prescindido de comprovação as despesas, mas não se configurando salário, vencimento ou subsídio.

Art. 5º. Eventuais despesas extraordinárias não contempladas no Art. 6º e desde que estejam estritamente vinculadas ao exercício da função designada, deverão ser exercidas mediante comprovação.

Art. 6º. O auxílio de representação, diária, jeton e reembolso de despesa extraordinária contemplados nesta norma são verbas de natureza indenizatória e/ou compensatórias, não constituindo salário, vencimento ou subsídio e devem ser percebidos mediante comprovação do seu fato gerador de acordo com as regras aplicáveis a cada espécie prevista na Resolução CONTER nº. 08/2017, observando as alterações contidas na Resolução CONTER nº. 12/2017.

Art. 7º. Aplica-se subsidiariamente a esta Portaria as Resoluções CONTER nº. 08/2017 e nº. 12/2017 ou outra que venha substituí-las, no que couber.

Art. 8º. Os pagamentos do ano corrente relativo a fatos ocorridos nos meses anteriores à publicação desta portaria, deverão ser regulados e ajustados para atender às suas determinações, sob pena de devolução dos valores e responsabilidade administrativa.

Art. 9º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no veículo oficial, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria de nº. 007/2016.

MARIA DO AMPARO RODRIGUES DE SOUSA
Diretora-Presidente

RENILTON TEIXEIRA GOMES
Diretor Secretário

MANOEL OZÓRIO DA SILVA SOBRINHO
Diretor Tesoureiro

Antecipe o pagamento das matérias e garanta comodidade e o prazo das publicações



O **INCom** dispõe de uma opção a mais para pagamento das publicações no Diário Oficial da União: a compra de crédito para publicação. Semelhante ao conceito “pré-pago”, o modelo permite a aquisição antecipada de créditos para utilização em publicações futuras, evitando transtornos na comprovação de pagamento de matérias. O serviço permite, também, reaproveitar créditos provenientes de matérias pagas à vista e, eventualmente, não publicadas. A aquisição e o controle dos créditos são totalmente feitos pelo usuário, de forma simples e segura, por meio de uma nova função integrada ao sistema **INCom.**

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808

Mais informações, pelo telefone
(61) 3441-9450



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018030900250

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.